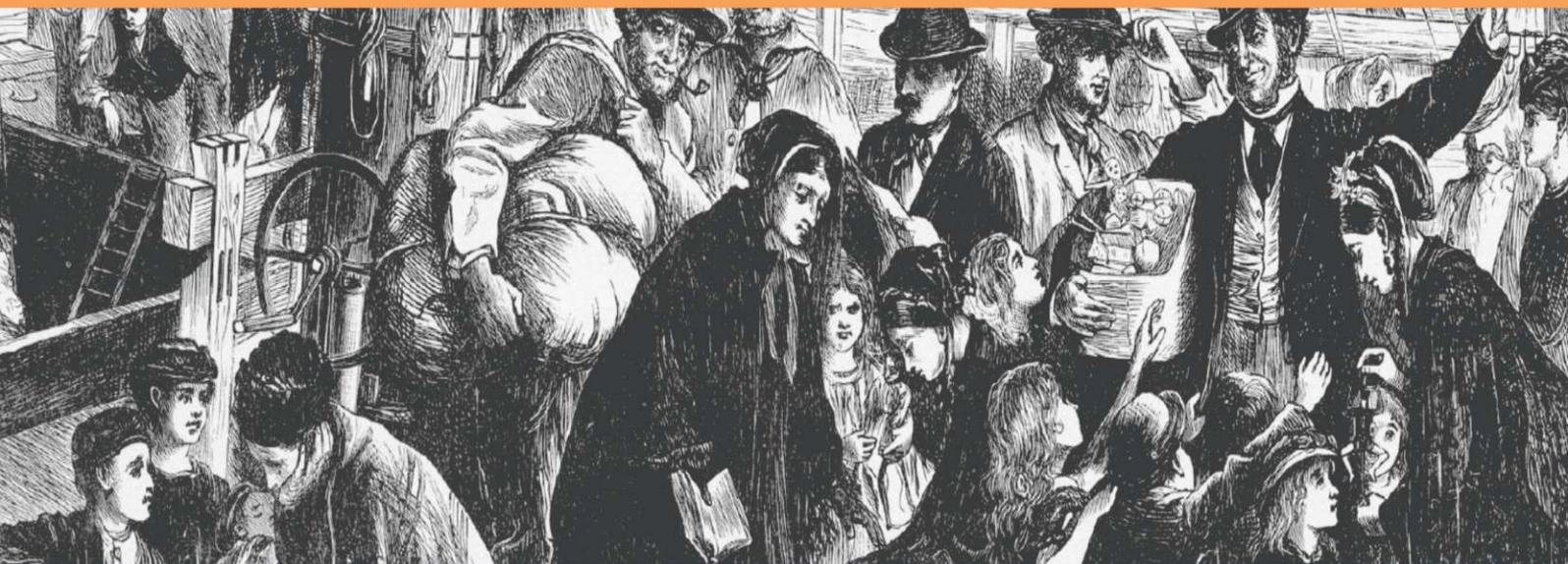


Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos



Isabel Cristina Arendt
Jorge Luiz da Cunha
Rodrigo Luis dos Santos
(Orgs.)

**Isabel Cristina Arendt
Jorge Luiz da Cunha
Rodrigo Luis dos Santos
(Orgs.)**

**Migrações:
perspectivas e avanços
teórico-metodológicos**

E-BOOK



2018

© Editora Oikos Ltda. – 2018
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / 3568.7965
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

Revisão: Dos autores de cada artigo

Imagem da capa: Cartaz do Seminário Internacional “Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos” & XXIII Simpósio de História da Imigração e Colonização

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Unisinos)
Elcio Cecchetti (SED/SC e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luís H. Dreher (UFJF)
Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)
Marluza M. Harres (Unisinos)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fornet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

M636	Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos / Organizadores: Isabel Cristina Arendt, Jorge Luiz da Cunha e Rodrigo Luis dos Santos. – São Leopoldo: Oikos, 2018. 1184 p.; il.; 21 x 29,7cm. 1 recurso online (e-book) ISBN 978-85-7843-857-9 1. Migração. 2. Religião – Migração. 3. Educação – Escolarização. 4. Espiritualidade. 5. Cultura. 6. Patrimônio cultural. 7. Política – Conflitos Sociais. 8. Economia – Sociedade. I. Arendt, Isabel Cristina. II. Cunha, Jorge Luiz. III. Santos, Rodrigo Luis dos.
------	--

CDU 325

Catálogo na publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
Isabel Cristina Arendt	
Jorge Luiz da Cunha	
Rodrigo Luis dos Santos	
Educação e Escolarização	
MENINOS E MENINAS, ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR DE FARROUPILHA (FARROUPILHA/RS, 1927-1937)	14
Cassiane Curtarelli Fernandes	
O CATECISMO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS PAROQUIAIS DO SÍNODO DE MISSOURI (1940-1954)	26
Clóvis Renato Leitzke Blank	
A ICONOGRAFIA RELIGIOSA REPRESENTADA EM CARTILHAS ALEMÃS	40
Elias Kruger Albrecht	
O ENSINO DE PORTUGUÊS PARA FILHOS DE ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES, FARROUPILHA/RS (1940-1954).....	53
Gisele Belusso	
HUMOR ANTINAZISTA VS XENOFOBIA: EDUCANDO POR MEIO DO ENSINO DE LÍNGUA E CULTURA ALEMÃ	68
Harry José do Porto Neto	
O ESTUDO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO EM AULAS DE HISTÓRIA COM O USO DE NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS	81
Janine Dorneles Pereira	
MEMÓRIAS DE DESCENDENTES DE POLONESES E REFLEXÕES PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICA	95
Jaqueline Peres Dewes	
A ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA EM UMA REGIÃO DE IMIGRAÇÃO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	107
José Edimar de Souza	
AS NARRATIVAS E MEMÓRIAS DOS POMERANOS NA SERRA DOS TAPES – O RITO DA CONFIRMAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR NA DÉCADA DE 1960 ...	119
Karen Laiz Krause Romig	
Patrícia Weiduschadt	
DIVERSIDADE CULTURAL: AS MIGRAÇÕES COMO MEIO PARA REFLEXÃO DA CIDADANIA	134
Lucas Dalfolo Cassanta	
Pedro Santos dos Santos	

A ESCOLARIZAÇÃO DE MENINAS INDÍGENAS NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO DE MISSIONÁRIOS CAPUCHINHOS ITALIANOS PARA O MARANHÃO (1896-1901) 146

Maria Goretti Cavalcante de Carvalho

BREVES REGISTROS SOBRE AS ESCOLAS PAROQUIAIS LIGADAS À IGREJA METODISTA NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO NORDESTE GAÚCHO 161

Vicente Dalla Chiesa

Literatura e Linguagem

QUAL A LÍNGUA DOS CATADORES DE CAFÉ? 176

Gabriel Schmitt

CONTANDO CANTANDO. A MEMÓRIA ATRAVÉS DA MÚSICA POMERANA .. 186

Gisleia Simone Devantier Blank

O ESPAÇO E REGIÃO IMAGINÁRIA EM *O EXÉRCITO DE UM HOMEM SÓ* 201

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues

“EU POSSO FAZER O QUE QUISER COM OS MEUS FILHOS”:
APONTAMENTOS SOBRE GÊNERO A PARTIR DO LIVRO *A COLÔNIA: CENAS DE VIDA NO BRASIL*, DE FRIEDRICH GERSTÄCKER 214

Samanta Ritter

REPENSANDO CONCEITOS LIGADOS À IDEIA DE MODERNIZAÇÃO NO SÉCULO XIX A PARTIR DAS OBRAS DE VICENTE PÉREZ ROSALES (CHILE) E VISCONDE DE ABRANTES (BRASIL) – ESTUDO COMPARADO 226

Wellington Augusto Blume

Processos Midiáticos

RETRATOS DO DESLOCAMENTO: UMA ANÁLISE DAS IMAGENS VEICULADAS DE IMIGRANTES HAITIANOS E SENEGALESES EM UM JORNAL DO SUL DO BRASIL 242

Andressa Gazzana Reis

IMPRESSOS CATÓLICOS E HEGEMONIA: UMA ESTRATÉGIA DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO JORNAL *MUNDO JOVEM*, 1978-1988 256

Diosen Marin

Jorge Luiz da Cunha

JOGOS DIGITAIS E HISTÓRIA 269

Doris Rejane Fernandes

SACCO E VANZETTI: REPERCUSSÕES NA IMPRENSA DO BRASIL 279

Eduardo da Silva Soares

PROJETO – HISTÓRIA EM JOGOS DIGITAIS: “A CONQUISTA DO PARANHANA” 293

Lidiane Lima Schoenardie

Patrimônio Histórico e Cultural

OS PRÉDIOS EM FALSO ENXAIMEL E SEUS EFEITOS NEFASTOS PARA A CULTURA	306
André Huyer	
AS CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO: A FORÇA DO LUGAR	322
Cristina Seibert Schneider	
DE ESTAÇÃO DE VERANEIO À PATRIMÔNIO HISTÓRICO: A TRAJETÓRIA PARA TER LUGARES DE MEMÓRIA PRESERVADOS EM CANOAS/RS	338
Ketlin Quinhones Wons	
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM	354
Marta Rosa Borin	
Vivian Alkaim Salomão José	
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E INVENTÁRIOS: O CASO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS	368
Nathan Camilo	
Cláudia Santos Duarte	
Tatiane Ferreira Ribeiro	
Giovana Lauxen	
A BELA ROSA E SEUS ESPINHOS: SEMEANDO A PRESERVAÇÃO DO BAIRRO HAMBURGO VELHO (1970-1980)	382
Quésia Katúscia Gasparetto de Souza	
PESQUISA DE PÚBLICO EM MUSEUS: CONHECER PARA PLANEJAR E APROXIMAR. O CASO DO MUSEU HISTÓRICO DE NOVA HARTZ/RS	399
Vania Inês Avila Priamo	
 Religiões e Religiosidades	
ROMANIZAÇÃO E EDUCAÇÃO EM VALE VÊNETO – RS	423
Jorge Vinicius Quevedo da Cruz	
ESPAÇO DOS MORTOS, SEPULTURAS DOS VIVOS. UMA ANÁLISE SOBRE PRÁTICAS EM EDIFICAÇÕES TUMULARES NOS CEMITÉRIOS LUTERANOS DE CANGUÇU – RS	438
Renato Rodrigues Farofa	
BEM-VINDOS? A CHEGADA DA RELIGIÃO BATISTA NO RIO GRANDE DO SUL	454
Rogério Corrêa	
Jorge Luiz da Cunha	
Marta Rosa Borin	

RESIGNAÇÃO NA VONTADE DE DEUS: DORES E SOFREDORES, CURA
E CURADORES NAS COLÔNIAS ALEMÃS DO RIO GRANDE DO SUL 467
Sandro Blume

“ESTRANGEIRO” E “RELIGIOSO”: UMA ANÁLISE DAS FORMAS
DE SOCIALIZAÇÃO, TENSÕES E CONFLITOS ÉTNICO-RELIGIOSOS
DOS IMIGRANTES ALEMÃES E SEUS DESCENDENTES NA FORMAÇÃO
DO *SYNODO EVANGÉLICO LUTHERANO* DO BRASIL NO ESTADO DO PARANÁ ... 483
Wanderley Maycon Lange

Economia e Sociedade

TERRAS E COLONIZAÇÃO: A QUESTÃO DOS INTRUSOS NO NORTE
DO RIO GRANDE DO SUL (1889-1930) 500
Álison Wagner Gomes da Silva
Cleiton Antonio Rossetto

A IMIGRAÇÃO NA *COLÔNIA ERECHIM* E O DESENVOLVIMENTO
DA AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR 513
Anacleto Zanella

A USINA HIDROELÉTRICA DE CANASTRA CENTRAL (UHCC)
E SUA INFLUENCIA NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
DE CANASTRA – CANELA/RS NOS ANOS DE 1950 A 1960 531
Ariani Merena Sironi

MUÇULMANOS NA ECONOMIA DA SERRA GAÚCHA:
O CASO DOS SENEGALESES EM CAXIAS DO SUL 544
Cristine Fortes Lia
Franciele de Almeida de Oliveira

CAIXA RURAL UNIÃO POPULAR DE ROLANTE: COLONOS
ADMINISTRANDO NEGÓCIOS (1923-1964) 558
Dalva Neraci Reinheimer

A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL:
FATORES ECONÔMICOS, GEOGRÁFICOS, POLÍTICOS E MIGRATÓRIOS 573
Éliton Juliano Freitag

ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO CHINESA NAS AMÉRICAS DURANTE
O OITOCENTOS: O CASO EMBLEMÁTICO DA COLÔNIA ESPANHOLA
DE CUBA (1847-1874) 590
Fabio Tófolo Reis

“ESTAS TERRAS PERTENCEM A MIM!” “DISPUTAS ENTRE A COMISSÃO
DE TERRAS E OS INTRUSOS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL (1889-1930) 606
Gabriela Luiza Magro
Rosane Marcia Neumann

SUJEITO, MIGRAÇÃO, ECONOMIA: ANÁLISE DO RELATÓRIO
METODOLÓGICO DO BANCO CENTRAL DA COSTA RICA:
OS TRABALHADORES TRANSFRONTEIRIÇOS E SAZONAIS NA COSTA RICA ... 620
Gustavo Hernandez Castro

MIGRAÇÕES NA PONTA DA PENA: FLUXOS MIGRATÓRIOS NO SUL DO BRASIL IMPÉRIO A PARTIR DOS REGISTROS DE BATISMO E DE POPULAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR DE CASEROS (1858-1878) 637

João Carlos Tedesco

Alex Antônio Vanin

MIGRAÇÕES FRONTEIRIÇAS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL (1938-1940): A BUSCA PELA PROPRIEDADE DA TERRA 652

Kalinka de O. Schmitz

COLONIZAÇÃO PRIVADA: EMPREENDEDORISMO, REDES MIGRATÓRIAS E RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA NO SÉCULO XIX 665

Patrícia Bosenbecker

Diásporas Africanas e Presença Negra na América Latina

O NORTE-AFRICANO DESLOCADO: UMA INTERPRETAÇÃO EM ALBERT MEMMI SOBRE OS EFEITOS DO COLONIALISMO NAS DUAS MARGENS DO MEDITERRÂNEO 679

Alencar Rampelotto da Silva

MEMÓRIAS E REGISTROS BIOGRÁFICOS DE AFRO-BRASILEIROS NO VALE DO PARANHANA (RS) 693

Daniel Luciano Gevehr

Greice Caroline Santellano

A TERRA A MERCÊ DE QUEM OCUPASSE, ANTONIO BORGES DE ALMEIDA LEÃES 707

Ubiratã Ferreira Freitas

História Ambiental

IMIGRANTES E O MEIO AMBIENTE: O PLANO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE SERTÃO/RS (2015) 725

Débora Bueno

Rosane Marcia Neumann

Política e Conflitos Sociais

A ATUAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO IMPERIAL BRASILEIRO E DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL COMO AGENTES DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO SÉC. XIX: UM ESTUDO POSSÍVEL ... 741

Carlos Eduardo Piassini

VIROU NOTÍCIA: A QUINTA-COLUNA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS 752

Fernanda Gälzer

Marinês Andrea Kunz

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE PAROBÉ-RS 766

Jaison Volnir da Silva Bueno

ARTICULAÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS NA “COLÔNIA ALEMÃ” DO RIO GRANDE DO SUL APÓS 1945: A FEDERAÇÃO DOS CENTROS CULTURAIS 25 DE JULHO	781
René E. Gertz	
OS POLONESES NO ESPÍRITO SANTO E A POLÍTICA COLONIAL POLONESA (1928-1939)	795
Rhuan Targino Zaleski Trindade	
LIBERALISMO ÍTALO IMIGRANTE: ENTRE SÚDITOS E REPUBLICANOS NO BRASIL MERIDIONAL (1875-1930)	810
Ricardo Kemmerich	
Maria Medianeira Padoin	
“O PERIGO AMARELO EM OLHOS FEMININOS”: AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER JAPONESA NO BRASIL DURANTE O PERÍODO ESTADONOVISTA	826
Rodrigo Luis dos Santos	
Identities e Relações Interétnicas	
A IMIGRAÇÃO SÍRIA CONTEMPORÂNEA: ANALISANDO O CASO DO RIO DE JANEIRO	841
Miriam de Oliveira Santos	
Alinne Ferreira da Silva	
DESCAMINHOS DA HISTÓRIA: RESSIGNIFICAÇÕES IDENTITÁRIAS EM IBIRAMA/SC – DO <i>DEUTSCHTUM</i> À <i>OKTOBERFEST</i>	853
Carlos Eduardo Bartel	
Tiago Pedruzi	
A PRESENÇA DOS IMIGRANTES NO CAMPEONATO FARROUPILHA DE PORTO ALEGRE EM 1935	867
Fabrício Cardoso da Silva	
AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA COLÔNIA ERECHIM: O IMIGRANTE ITALIANO NA OBRA SÃO GENARO	877
Isabel Rosa Gritti	
DE BANGLADESH AO SUL DO BRASIL: DIMENSÕES DA IMIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL	891
João Carlos Tedesco	
Alex Antônio Vanin	
IMIGRAÇÃO E MÚSICA: MUSICISTAS ITALIANOS EM PORTO ALEGRE (1925-1950)	910
Leonardo de Oliveira Conedera	
O FOLCLORE “ALEMÃO” COMO PRÁTICA IDENTITÁRIA: O PAPEL DAS DANÇAS E DOS TRAJES FOLCLÓRICOS NA CONSTRUÇÃO DE LAÇOS CULTURAIS E HISTÓRICOS COM A ALEMANHA	924
Lucas Voigt	

OS TRENTINOS NO BRASIL: IMIGRANTES ITALIANOS OU AUSTRIACOS?	941
Marcelo Armellini Corrêa	
PERSPECTIVAS SOBRE IDENTIDADE, ETNICIDADE E RELAÇÕES INTERÉTNICAS PARA ESTUDOS MIGRATÓRIOS	956
Milliann Carla Strona	
RELAÇÕES SOCIAIS E CONFLITOS: IMIGRANTES ITALIANOS E NEGROS NA SERRA GAÚCHA (1878-1914).....	971
Norton Neves	
AS COMEMORAÇÕES DO BIÊNIO DA COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (1974-1975) E O DISCURSO OFICIAL DE INTEGRAÇÃO ÉTNICA	983
Tatiane de Lima	
REPRESENTAÇÕES DE PODER: O COMÉRCIO NA ZONA COLONIAL ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL	996
Vania Beatriz Merlotti Herédia Artur Vieira da Silva	
MEMÓRIAS ACERCA DO TRABALHO NUMA VILA OPERÁRIA	1009
Vania Beatriz Merlotti Herédia Marlos Rodrigo Ferri	
TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS DE FAMÍLIAS SUL BRASILEIRAS RUMO AO PARAGUAI (1970-1980)	1019
Vanucia Gnoatto	
História Militar	
EXPECTATIVA PARA O FIM DA GUERRA: A CAPITULAÇÃO DA ALEMANHA NOTICIADA NO JORNAL CORREIO DO POVO	1033
Desire Ferreira da Rosa Silva Andréa Helena Petry Rahmaier	
DOS TIROS DESPORTIVOS AO TIRO DE GUERRA DO RIO GRANDE: UMA ESCOLA DE PATRIOTISMO E CIVISMO	1048
Genivaldo Gonçalves Pinto	
MISSÃO EM MOSCOU: O CINEMA COMO ARMA DE PROPAGANDA	1064
Jessé Teixeira da Silva	
REFLEXÕES SOBRE SUICÍDIO NO CONTEXTO MILITAR	1079
Taís Barcellos de Pellegrini	
MISSÃO INSTRUTORA: ELO DE APROXIMAÇÃO ENTRE A BRIGADA MILITAR E O EXÉRCITO BRASILEIRO	1091
Vitória Nicolini Nunes	

Narrativas Biográficas e Autobiográficas

JUAN MANUEL BLANES E EDUARDO DE MARTINO: A TRAJETÓRIA DE DOIS PINTORES E/IMIGRANTES	1104
Bárbara Tikami	
Cyanna Missaglia de Fochesatto	
UMA ABORDAGEM SOBRE DESLOCAMENTO E MIGRAÇÕES, NUMA NARRATIVA (AUTO)BIOGRÁFICA	1118
Júlia Andressa Schütz	
Tamara Conti Machado	
Jorge Luiz da Cunha	
CONSTITUINDO REDES: A CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MANSUETO BERNARDI	1133
Bernardo Luchini Bisatto	
Katani Maria Monteiro Ruffato	
DESLOCAMENTOS E PROTAGONISMOS JUVENIS: ENSINANDO PARA APRENDER, NARRANDO PARA RESIGNIFICAR E VIVENDO PARA MUDAR	1148
Laísa Quadros da Costa	
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA	1161
Lucas Dalfolo Cassanta	
TRAJETÓRIA DOCENTE DAS EDUCADORAS DO COLÉGIO TIRADENTES BRIGADA MILITAR DE SANTA MARIA E A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	1175
Tatiana Teixeira dos Santos	

APRESENTAÇÃO

Os estudos migratórios, no decorrer das duas últimas décadas têm vivenciado um significativo e profícuo processo de revigoramento. As narrativas embasadas em um corolário memorialístico e, não raramente, superficial, têm dado espaço para pesquisas que buscam trazer *olhares renovados* sobre essa temática. A utilização de uma gama mais ampla de fontes, o entrecruzamento de campos temáticos, a manifestação de uma consciência historiográfica mais crítica, entre outros fatores, são responsáveis por trazer *novos ares* para uma área de conhecimento que alguns julgavam – ou ainda julgam – sem maiores perspectivas ou praticamente esgotada.

Ao lado das questões que abarcam as fontes, abordagens e intercâmbios, especialmente com múltiplas áreas das Ciências Humanas e Sociais, outro elemento deveras fundamental merece ser contemplado: o campo *teórico-metodológico*.

A conexão das pesquisas sobre migrações brasileiras com as propostas teóricas e conceituais que vêm sendo desenvolvidas em nível internacional, assim como a instrumentalização metodológica absorvida e que vem sendo implementada nos estudos realizados, permitiram e permitem que outras significações e interpretações sejam extraídas e disponibilizadas. Pensar as migrações, em suas diferentes modalidades, utilizando-se de recursos provenientes dos estudos comparativos, das análises (auto)biográficas, dos discursos e narrativas literárias, dos usos da memória e da patrimonialização, estão entre as imbricações mais recentes que têm oferecido um ambiente fértil de debate e troca de experiências, conhecimentos e possibilidades investigativas.

Na tentativa de materializar e oferecer algumas referências sobre esse panorama, elaboramos, em parceria com pesquisadores que se dedicam aos mais diversos temas, o presente trabalho, intitulado *Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos*.

Cabe dizer que este livro, em seu formato ebook, não se trata de um *manual instrucional* de utilização destas ferramentas teóricas e metodológicas. Ao mesmo tempo, não se buscam lançar respostas definitivas para inquietações e problematizações decorrentes deste processo de mudança nos estudos migratórios. Mas, a partir da reunião de diferentes temáticas, formas de pesquisa, utilização de conceitos e métodos investigativos, almejamos suscitar interesse para que mais avanços ocorram, mais diálogos frutifiquem, e a renovação possa se prolongar em um fluxo contínuo. Didaticamente, esta publicação está estruturada em eixos temáticos. Todavia, essa formatação deve ser entendida como uma escolha prática dos organizadores. No decorrer da leitura

dos textos que compõem esta unidade, será possível perceber a conectividade estabelecida, a *conversa* exitosa entre autores, a *troca de experiências* e o desafio de cada vez mais se promover essa interação.

Como já anteriormente ressaltado, nosso interesse não é sintetizar em um único trabalho a abordagem dos avanços teóricos e metodológicos no campo das migrações; pelo contrário, esperamos que haja uma expansão constante, abarcando outras perspectivas, relações e possibilidades.

Acreditamos no potencial contributivo desta obra e, por isso, convidamos os leitores a percorrerem o caminho das migrações, suas perspectivas e seus benéficos e sempre necessários avanços.

Boa leitura!

Isabel Cristina Arendt
Jorge Luiz da Cunha
Rodrigo Luis dos Santos
Organizadores

Educação e Escolarização

MENINOS E MENINAS, ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR DE FARROUPILHA (FARROUPILHA/RS, 1927-1937)

Cassiane Curtarelli Fernandes
Doutoranda em Educação
Universidade de Caxias do Sul¹
cassianecfernandes@gmail.com

Considerações iniciais

O texto apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como propósito compreender o processo histórico de criação e de implantação do Grupo Escolar Farroupilha, no município de Farroupilha/RS, entre os anos de 1927 a 1949, assim como as suas culturas escolares, focalizando os sujeitos e algumas práticas escolares produzidas nesse período.

O Grupo Escolar Farroupilha iniciou sua história em 1927, com a denominação de *Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza*, emergindo em um contexto tipicamente rural, com a finalidade de ministrar o ensino primário e os conhecimentos práticos e rudimentares de agricultura para meninos e meninas do Distrito de Nova Vicenza, município de Caxias. No entanto, perdurou com esta nomenclatura até o início da década de 30, do século XX, quando passa a denominar-se como *Grupo Escolar de Nova Vicenza* e mais tarde, com a passagem de distrito para município, *Grupo Escolar de Farroupilha*², levando o nome da nova cidade³.

Esse escrito tem como objetivo apresentar a análise realizada em torno do corpo discente da instituição pesquisada, entre os anos de 1927 a 1937, contemplando as culturas escolares da sua primeira década de existência. Tendo como base os pressupostos da História Cultural, foram consultados os *Relatórios da Intendência Municipal de Caxias*, referente aos anos de 1927 e 1929, localizados no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul/RS), os *Boletins de Colégios e Grupos*, referentes aos anos de 1929 e 1930, encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS) e em especial, o *Livro de Matrículas*, referentes aos anos de 1930

¹ Bolsista CAPES/Taxa.

² Em 1944, o Grupo Escolar de Farroupilha passou por uma mudança em sua nomenclatura passando a identificar-se como Grupo Escolar Farroupilha.

³ Em 1934, Nova Vicenza deixa de ser distrito de Caxias para ser elevada à condição de município de Farroupilha.

a 1938, preservado no Arquivo do Colégio Estadual Farroupilha (Farroupilha/RS), antigo grupo escolar.

O manuseio do *Livro de Matrículas*, devidamente organizado e conservado, foi primordial para a escrita desta histórica acerca dos alunos da instituição pesquisada, sendo assim reforço a importância da guarda e da correta preservação dos documentos escolares, pois como explicita Vidal (2005):

Integrando à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com o seu entorno (a cidade e a região na qual se insere). (VIDAL, 2005, p. 22).

Depois dessa breve contextualização, apresento a narrativa construída acerca do corpo discente da instituição escolar investigada.

Alunos e alunas do Grupo Escolar de Farroupilha

Os vestígios encontrados até o presente momento acerca do processo de escolarização no município de Farroupilha/RS apontam para a existência de apenas duas escolas localizadas na área central do distrito de Nova Vicenza, no início do século XX, a saber: o Grupo Escolar Rural e a Escola Nossa Senhora de Lourdes. Nesse sentido, é provável que a população escolar de Nova Vicenza tenha se dividido, inicialmente, entre essas duas instituições escolares.

Os dados apresentados nos *Relatórios da Intendência Municipal de Caxias*, produzidos nos anos de 1927 e 1929,⁴ norteiam a minha primeira aproximação em torno do corpo discente da escola, uma vez que são poucos os indícios a respeito dos primeiros anos do Grupo Escolar Rural. Dessa maneira, a partir dos *Relatórios*, compreendo que desde o início o ensino misto era uma realidade no cotidiano da escola, porém, pode ser que, nesse espaço, existiam práticas diferenciadas para meninos e para meninas, como as atividades realizadas na disciplina de trabalhos manuais,⁵ que normalmente eram propostas de acordo com o gênero das crianças: “para as meninas, especialmente os bordados e os trabalhos com agulhas. Para os meninos, o uso da madeira, por exemplo”. (LUCHESE, 2007, p. 414).

⁴ O Relatório da Intendência Municipal de Caxias, produzido em 1928, não apresenta maiores informações a respeito da matrícula da instituição, apenas aponta a sua existência e a sua localização geográfica. Os três Relatórios da Intendência Municipal de Caxias que foram consultados neste estudo fazem parte do acervo do AHMJS, localizado em Caxias do Sul (RS).

⁵ A disciplina de trabalhos manuais estava prevista no Art. 28º, do Decreto nº 3.898, de 4 de outubro de 1927, que regulava a Instrução Pública no Estado. O documento consultado encontra-se digitalizado. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>> Acesso em: 12/02/2015, às 10h58min.

O Grupo Escolar Rural começou a funcionar oficialmente no dia 27 de agosto de 1927, contando com uma matrícula inicial de 85 alunos, sendo 37 meninos e 48 meninas.⁶ Nota-se que o número de meninas foi superior ao número de meninos matriculados no primeiro ano da escola, situação que se modifica a partir de 1929. De acordo com o documento *Boletins de Colégios e Grupos*, em setembro do referido ano, a situação da escola era a seguinte:

Quadro 1 - Boletim do mês de setembro de 1929.

Nome dos professores	Classe	Matrícula real	Frequência média	Faltas dos professores durante o mês
Ida Nunes Santiago	3ª	33	23	Nenhuma
Maria Mocellini	2ª	34	29	Nenhuma
Maria Ignêz Vizeu	1ª	52	37	Nenhuma

Fonte: Boletins de Colégios e Grupos - Grupo Escolar de Nova Vicenza, 1929. Acervo: Secretaria do Interior e Exterior – Minutas – Instrução pública, AHRGS – Porto Alegre/RS.

Observa-se a partir do quadro um acréscimo no número de matrículas do Grupo Escolar, perfazendo um total de 119 alunos distribuídos entre as três classes existentes. Esse aumento no número de estudantes suscitou na nomeação da professora Ida Nunes Santiago para reger a 3ª classe.

Vale pontuar que durante os meses subsequentes ao de setembro, o número de matrículas continuou crescendo, pois segundo o *Relatório da Intendência Municipal de Caxias*, produzido em 1929, em dezembro do mesmo ano existiam 141 alunos matriculados no Grupo, sendo 71 meninos e 70 meninas. Possivelmente, essa demanda escolar estava relacionada ao aumento da população residente em Nova Vicenza, em virtude do crescimento econômico do Distrito, ou ainda, pode ser que o ensino técnico-profissionalizante oferecido pela instituição tenha se tornando referência na região, atraindo novos alunos para os seus bancos, possibilitando, dessa forma, o acesso aos conhecimentos primários e agrícolas.

No início da década de 30 do século XX, o Grupo Escolar mantinha matriculados 122 alunos, divididos entre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classes como se observa no quadro abaixo:

⁶ Os dados referentes à matrícula inicial foram extraídos do Relatório da Intendência Municipal de Caxias produzido em 1927.

Quadro 2 - Boletim do mês de junho de 1930.

Funcionários		Classe	Matrícula Real	Frequência média	Faltas de funcionário no mês
Nome	Cargo				
Antão Baptista	Diretor	-	-	-	-
Norma I. Vizeu	Auxiliar	1 ^a	56	44	-
Albertina Cibelli	Auxiliar	2 ^a	35	30	-
Maria Mocellini	Professora	3 ^a	14	12	-
Loanda de Calazans ⁷	Auxiliar	4 ^a	17	12	2
Joaquina Silva	Zeladora	-	-	-	-

Fonte: Boletins de Colégios e Grupos - Grupo Escolar de Nova Vicenza, 1930. Acervo: Secretaria do Interior e Exterior – Minutas – Instrução pública, AHRGS – Porto Alegre/RS.

Embora o número de alunos tenha diminuído, nota-se a introdução na 4^a classe, perfazendo um total de 17 matrículas, possibilitando a oferta da continuação do curso primário. No entanto, se no ano anterior (1929) a 3^a classe contava com 33 alunos matriculados, como explicar essa queda no número de matrículas? Em virtude do *Boletim* ter sido preenchido pela direção da escola no mês de junho, entendo que essa diminuição no número de matrículas possa estar associada ao trabalho agrícola desenvolvido pelas crianças nas propriedades familiares, já que em épocas de plantio, de limpeza da plantação e de colheita precisavam ajudar nas tarefas do campo, uma vez que, na época, a maioria da população de Nova Vicenza vivia da agricultura.

Sobre este problema relacionado à frequência escolar, ela pode estar relacionada à ideia de continuidade dos estudos na região, pois, segundo aponta Luchese (2007, p. 268): “[...] três anos em média era o tempo de permanência na escola da maioria dos alunos. Poucos eram aqueles que a frequentavam com idade superior a 13, 14 anos”.

Observa-se a partir dos quadros apresentados que a 1^a e 2^a classes eram as mais numerosas. Tal situação pode estar assentada na perspectiva apontada pela mesma autora, de que a maioria dos pais da região: “não visualizavam a necessidade de uma longa permanência na escola, mas a

⁷Foram encontradas duas grafias diferentes a respeito do sobrenome da professora Loanda. No Almanak Escolar do Estado do Rio Grande do Sul, organizado por Julio Lebrun, aparece escrito *Loanda Calazans* e no Livro Boletins de Colégios e Grupos, organizado pela Instrução Pública do mesmo Estado no ano de 1930, aparece escrito como *Loanda de Calazans*. Utilizo essa última grafia em virtude de que o preenchimento dele era feito pela direção do Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza.

compreendiam como um espaço necessário para obtenção de conhecimentos básicos, importantes na prática diária”. (LUCHESE, 2007, p. 148). Entre esses conhecimentos básicos estavam à aprendizagem da leitura, da escrita, do cálculo e, no caso específico do Grupo Escolar Rural, dos conhecimentos rudimentares de agricultura. Nesse sentido, após adquirirem os conhecimentos necessários, muitas crianças deixavam de estudar, especialmente da zona rural, para auxiliar “os pais na “lida” da roça”. (LUCHESE, 2013, p. 124).

A partir dos anos de 1930, encontrei diversos registros preservados no Arquivo do Colégio Estadual Farroupilha (ACEF) que me permitiram avançar na análise da (s) cultura (s) escolar (es), especialmente no que se refere ao estudo dos sujeitos que fizeram parte dos diferentes momentos da história da instituição. Entre esses documentos, privilegio nessa análise o *Livro de Matrículas*, pois fornece informações a respeito dos (as) alunos (as) matriculados (as), entre os anos de 1930 a 1938, na instituição pesquisada.

Como visto anteriormente, desde o início de seu funcionamento em meados de 1927, o grupo escolar manteve um número significativo de alunos matriculados, situação que perdurou ao longo dos anos, como pode-se observar na tabela abaixo:

Tabela 1 - Número de alunos matriculados (1930-1937).

Ano	Número de alunos matriculados	Ano	Número de alunos matriculados
1930	142	1934	120
1931	176	1935	152
1932	147	1936	135
1933	116	1937	123

Fonte:
Livro de matrículas (1930-1938).

Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

Uma primeira observação a respeito da tabela acima sinaliza para o trânsito de alunos ocorrido no ano de 1930, sendo que, em junho, existiam 122 estudantes matriculados, denotando que, ao longo dos meses restantes, tal número passou para 142, talvez, em virtude dos trabalhos agrícolas, como explicitado anteriormente. Nota-se, a partir da tabela, que no decorrer da década de 1930 do século XX, embora com constantes variações, o número de matrículas manteve-se muito próximo.

De acordo com as informações registradas no *Livro de Matrículas (1930-1938)*, foi possível identificar os nomes dos alunos, as filiações, as idades, as raças e as nacionalidades dos sujeitos que formavam o corpo discente da escola. Dessa forma, sinalizo que, durante os anos de 1930 a 1937, praticamente todos os alunos que estudavam na instituição residiam em Nova Vicenza, posteriormente Farroupilha, exceto a aluna Regina Varisco, matriculada na 3ª classe, moradora de Nova Milano, 4º Distrito de Farroupilha. Assim, é possível inferir que a escola atendia alunos e alunas da localidade, descartando a possibilidade de ter atendido estudantes de outros municípios em virtude do ensino agrícola oferecido.

As idades dos alunos do grupo escolar variavam entre os 5 e os 16 anos, como pode-se verificar no quadro 3.

Quadro 3 - Idades dos alunos matriculados por classes (1931-1937).

Classes	Ano						
	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937
1ª Classe	5-9	6-15	6-14	6-14	5-10	6-12	6-14
2ª Classe	7-13	8-13	8-14	10-14	9-15	8-14	9-14
3ª Classe	9 -12	10-15	-	12-15	10-14	10-16	9-15
4ª Classe	11-13	-	-	-	-	11-12	11-14
5ª Classe	-	-	-	-	-	12-14	13-14
6ª Classe	-	-	-	-	-	12-14	13-15
7ª Classe	-	-	-	-	-	-	12-15

Fonte: Livro de Matrícula (1930-1938). Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

Ao analisar esse quadro, entendo que as idades previstas para o ingresso e para a saída do grupo escolar estavam de acordo com o previsto no *Decreto nº 3.898, de 4 de outubro de 1927*, que regulava a instrução pública do Estado, pois, segundo o *Art. 41º*, só teriam “direito a matrícula nos estabelecimentos de ensino público as crianças maiores de 6 anos”. Porém, existiam exceções, como se pode notar no quadro acima.

Em virtude da análise realizada no *Livro de Matrículas (1930-1938)*, percebi que no ano de 1931,⁸ dos oito alunos matriculados na primeira classe com 5 anos de idade, cinco deles tinham sido matriculados juntamente com os irmãos maiores na mesma classe, sendo que o mesmo ocorre em 1935,⁹ pois, no total, são três alunos matriculados com 5 anos e todos acompanhados dos irmãos de 6 e de 7 anos.

Essa realidade pode ser pensada a partir das contribuições de Mimesse (2013, p. 41),¹⁰ quando a autora sinaliza que: “esses alunos menores iam para a escola por não poderem executar as tarefas autonomamente em casa, e indo para a escola poderiam aprender algo até a idade de sete anos”- no caso dos grupos escolares do Rio Grande do Sul, de seis anos.

O estudo desenvolvido por Luchese (2007, p. 264, grifo da autora) também contribui para pensar essa realidade, apontando que os pais desses alunos, talvez, vissem outra motivação para enviar os filhos mais cedo para a escola, na medida em que “antecipando a idade escolar, estariam ‘adiantando’ também o seu final e, assim, a idade para o trabalho”.

Quanto à idade de saída da escola, segundo o *Decreto nº 3.898, de 4 de outubro de 1927*, ficava a cargo do (a) diretor (a) do grupo escolar determinar a idade limite. Dessa maneira, nota-se a presença de alunos com 15 e com 16 anos de idade em diversas classes da escola, sinalizando para as diferenças entre idade e ano escolar, ou para as diferenças existentes entre os tempos de vida e os tempos de escola, que nem sempre eram os mesmos.

Possivelmente, os tempos de vida de muitos alunos e alunas do Grupo Escolar estiveram regulamentados pelos tempos de trabalho, ora em atividades domésticas, ora em atividades agrícolas, deixando para a escola um tempo reduzido, possível entre uma tarefa e outra, entre um mês e outro, ou mesmo nem chegou a ser possível para muitos em virtude das diversas dificuldades impostas.

⁸ Em 1931, estavam matriculados na 1ª classe do grupo escolar os irmãos Aurélio e Asselio Borges, com 6 e 5 anos de idade; os irmãos Olavo e Balbina Cavalante, com 6 e 5 anos; os irmãos Danilo e Itacir Merlim, com 6 e 5 anos e as irmãs Nilsa e Inês Grendene, com 7 e 5 anos. Também os irmãos Rubem e Luiz Neis, com 8 e 5 anos, matriculados na 2ª e na 1ª classe, bem como a aluna Ely M. Gonçalves e os alunos Honório De Nardi e Dajanir Capelletti com 5 anos de idade. Fonte: Livro de Matrículas (1930-1938, p. 6, 8, 10 e 11), Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

⁹ Em 1935, estavam matriculados na 1ª classe do grupo escolar os irmãos: Fernanda, Milena e Antonio Fernandes, respectivamente com 7, 6 e 5 anos de idade; os irmãos Evaldo e Eli Barteti, com 6 e 5 anos, e os irmãos, Fermino e Maria de Lourdes Pasqual, com 7 e 5 anos de idade. Fonte: Livro de Matrículas (1930-1938, p. 28). Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

¹⁰ Eliane Mimesse pesquisou a escola na comunidade de imigrantes italianos de São Caetano/SP, entre os anos de 1877 a 1921.

Outra questão a considerar a respeito das diferentes idades do corpo discente da escola sinaliza para “a dificuldade de homogeneização das classes” (SOUZA, 1998, p. 116), pois, como se observa no quadro 3, uma mesma sala de aula comportava alunos com idades distintas entre si.

Ainda focalizando o mesmo quadro, é possível pensar a respeito da demanda escolar, visto que esta se intensifica a partir do ano de 1936, resultando na solicitação e, depois, na construção do novo prédio para escola, posteriormente inaugurado em 1938.

Quanto às nacionalidades dos alunos nesse período, constatei que praticamente todos eram brasileiros, exceto a aluna Alice M. Murua que era argentina. Alice foi matriculada aos 6 anos de idade na 1ª classe, em 1934. Acredito que a aluna tenha ficado apenas esse ano no grupo escolar, pois não encontrei indícios no *Livro de Matrículas (1930-1908)* de que ela tenha continuado na escola nos anos seguintes.

A partir do ano de 1932, o *Livro de Matrículas* da instituição é registrado com um número maior de informações, sendo que além dos nomes dos alunos, da filiação, da idade, da nacionalidade, do domicílio, da classe e do “item” observações, foram incluídas informações a respeito do gênero dos alunos, identificando quantos meninos e quantas meninas estavam matriculados (as) em cada classe da escola, bem como a nacionalidade dos pais e cor (grupo racial) de cada criança. Porém, ressalto que tais informações desaparecem do *Livro de Matrícula (1930-1938)* a partir de 1934.

Assim, tomando como base os dados possíveis, verifiquei a presença de estudantes descendentes diretos (filhos) de imigrantes durante os anos de 1932 e 1933. De acordo com os registros disponíveis, os (as) alunos (as) Vilda e Dilva Zanellato (irmãs), Leonidas Jaconi,¹¹ Orlando Pinelli e Enio Beltram eram filhos de pais italianos e os (as) alunos (as) Lauro Freiburger, Rubem Meyer e Ester, Arno, Mario, Josefina, Maria e Pedro Schmitz (irmãos)¹² eram filhos de pais alemães, sendo que o restante dos alunos do grupo escolar eram filhos de pais brasileiros. No entanto, é provável que existiram outros alunos matriculados que também eram filhos de pais imigrantes e que não chegaram a ser contabilizados no *Livro*, como é o caso da aluna Alda Gomes, filha do espanhol Faustino Gomes.

¹¹ Leonidas era irmão de Wanda e Silvia Jaconi, professoras do Grupo Escolar Farroupilha. O pai Humberto Jaconi, segundo Tartarotti (2014, p.143): “era natural da cidade de Moderna, Itália [...], veio para o Brasil e fixou-se na Vila Estação de Nova Vicenza, estabelecendo-se com comércio de secos e molhados, tecidos e armarinhos e produtos coloniais”.

¹² Os irmãos Ester, Arno, Mario, Josefina, Maria e Pedro Schmitz eram filhos de José Schmitz e Oliva Rombaldi. Segundo Tartarotti (2014, p.45), José Schmitz era “natural da Alemanha, filho de Guilherme Schmitz e Suzana Muerdes, nascido no ano de 1886. Migrou para o Brasil com a idade de 20 anos, estabeleceu-se aqui na Vila Estação de Nova Vicenza, com comércio de secos e molhados, na Rua Júlio de Castilhos”.

Em virtude dos sobrenomes registrados no mesmo *Livro de Matrículas* identifiquei as ascendências étnicas das famílias dos alunos que estudavam no Grupo Escolar, sendo em sua maioria descendentes de italianos e de alemães. Porém, também é possível perceber um número significativo de sobrenomes de origem francesa, portuguesa e espanhola.

Durante os anos de 1932 e 1933, observei a presença de alunos negros¹³ matriculados na escola, constituindo, entretanto, apenas 3,42% do total do corpo discente da instituição nos dois anos analisados. Tal situação me fez refletir a respeito da presença dos negros na Região, mais especificamente em Farroupilha.

Um último aspecto a ser analisado, entre os anos de 1930 a 1937, refere-se às condições socioeconômicas dos (as) alunos (as) que frequentaram o Grupo Escolar nesse período. Porém, infiro que não foi uma tarefa fácil, pois neste primeiro *Livro de Matrículas* analisado não aparecem informações a respeito da profissão dos pais dos alunos, bem como não encontrei registros em outros documentos que pudessem sinalizar para a existência da “caixa escolar”, destinada ao auxílio de alunos *pobres* das escolas, embora estivesse prevista no *Decreto nº 3.903, de 14 de outubro de 1927*,¹⁴ que, como referido anteriormente, regulamentava o ensino primário no Estado.

Nesse sentido, acredito que a escola tenha atendido um grupo social bastante diversificado ao longo dos anos, pois, por ser uma escola pública, recebeu alunos de classes menos favorecidas da localidade, mas também pelo que pude observar, a partir dos nomes e dos sobrenomes dos pais dos alunos, compreendo que a escola tenha atendido um número significativo de crianças com melhores condições financeiras.

Meu posicionamento acima justifica-se em virtude da matrícula de alunos (as) filhos (as) de famílias tradicionais da cidade, como as famílias *Fetter, Grendene, Farinon, Noro, Dal Molin, Tartarotti, Milesi*, entre outras - famílias com prestígio social até os dias atuais. Além disso, em virtude dos conhecimentos construídos ao longo da dissertação, identifiquei que a escola atendeu, ao longo dos anos 30 do século XX, os filhos de Dionísio Cibelli, farmacêutico da cidade e fundador do Hospital Beneficente Cibelli; de Alécio Cauduro, dono do Cinema Guarani; do

¹³ Entre os alunos identificados como negros, estão Lidia, Pedro e João Maria, filhos de José Maria e de Rosa Pignat. Segundo Tartarotti (2014, p.168), José Maria era brasileiro “natural de São Pedro, interior de Bento Gonçalves [...] desde jovem, teve que trabalhar para ajudar os pais, pois a família era numerosa e precisava do esforço de todos para sobreviver”. Juntamente com sua esposa, fixou residência em Nova Vicenza, “num canto do cemitério. Construíram pequena choupana [...] Ele passou a fazer às vezes de coveiro e esse trabalho pagava o aluguel do terreno. E aí vieram os filhos: Lídia, Justina, Pedro, Laurindo e João. Todos estudaram no Grupo escolar e concluíram o curso primário”. (TARTAROTTI, 2014, p. 168).

¹⁴ O Decreto nº 3.903, de 14 de outubro de 1927, aprovou o Regimento Interno dos estabelecimentos de ensino público do Rio Grande do Sul. O referido documento encontra-se na Biblioteca da Faculdade de Educação da UFRGS – Porto Alegre/RS.

joalheiro Carlos Beltrani; do comerciante Victorio Tartarotti,¹⁵ dos empresários Paulo Broilo, Abramo Dal Molin, Faustino Gomes¹⁶ e Angelo Venzon,¹⁷ bem como do ex-diretor do grupo escolar Antão de Jesus Batista¹⁸.

Pessoas ilustres na comunidade local e, supostamente, com boas condições financeiras para pagar, caso achassem necessário, uma escola particular para os (as) filhos (as). Ainda, pode ser que o grupo escolar oferecesse um ensino público considerado de qualidade para a época, o que pode explicar também a matrícula de crianças favorecidas economicamente no interior da escola.

Considerações finais

A riqueza dos indícios contidos no *Livro de Matrículas (1930-1938)* do Grupo Escolar de Farroupilha potencializou a análise em torno dos sujeitos escolares e me permitiu delinear o perfil do corpo discente da instituição, ao longo de sua primeira década de vida¹⁹. Um exercício trabalhoso e delicado, mas que resultou em um bonito trabalho, afinal identificar as características dos usuários da escola pública mais antiga do município de Farroupilha, trouxe informações importantes para perceber a importância que essa instituição teve no cenário municipal.

Assim, a partir da análise, em especial, deste documento escolar pude constatar a presença de um corpo discente composto por alunos (as) brasileiros (as), em maioria filhos (as) de mães e pais também brasileiros, mas com ascendências diversas, bem como de outras nacionalidades, como italianos, alemães, espanhóis e portugueses. Crianças e jovens de diferentes idades, raças, classes

¹⁵ Victorio Tartarotti era dono de uma casa de secos e molhados em Nova Vicenza. Vale pontuar que juntamente com Faustino Gomes e com Angêlo Venzon foi Inspetor Escolar do distrito.

¹⁶ Faustino Gomes era espanhol e veio para o Brasil aos 11 anos de idade. Estabeleceu-se com a família em Santa Maria/RS e depois em Nova Vicenza no ano de 1905.

¹⁷ Angelo Venzon nasceu em Nova Vicenza em 15/06/1904. Trabalhou muitos anos como comerciante local, depois trabalhou como inspetor escolar, tesoureiro, escriturário da contadoria, fiscal geral, loteador e bibliotecário.

¹⁸ Antão de Jesus Batista foi o primeiro diretor do grupo escolar pesquisado. Era técnico agrícola, natural de Taquari (RS), formado pelo Instituto de Zootecnia de Viamão (RS). Pelo que os indícios sinalizam, aos 22 anos de idade estabeleceu-se em Nova Vicenza para administrar a instituição escolar que surgiu com o objetivo de ministrar os ensinamentos práticos e rudimentares de agricultura e que, dessa forma, ter um técnico agrícola à frente da instituição fazia sentido, embora Antão de Jesus não tivesse nenhuma ligação aparente com a educação escolar. Antão de Jesus foi o profissional que por mais tempo se manteve na administração do grupo escolar, pois ficou no cargo durante os anos de 1927 a 1933, quando se afasta na direção da escola para trabalhar na Secretaria de Agricultura do município de Farroupilha. Segundo Tartarotti (2014, p. 250), após deixar a direção do grupo escolar, Antão de Jesus Batista: “tornou-se funcionário público estadual. Aqui assumiu a direção da Estação Experimental de Fruticultura, localizada nas proximidades do Balneário Santa Rita, no bairro de Nova Vicenza. Esta Estação desempenhou um papel importante no desenvolvimento do plantio de árvores frutíferas. Casou-se com Dina Jaconi com quem teve os filhos Aramis Humberto; e Lilia Lucina Maria. Residia na Rua Independência, ao lado da Farmácia e Hospital Cibelli”. Ainda segundo o autor farroupilhense, Antão participou “como membro da diretoria do Clube Vicentino e, também, do Tiro de Guerra 652 [...] foi sócio fundador do Sanatório Nova Vicenza. Foi membro ativo da Liga de Defesa Nacional, orientando os desfiles da Semana da Pátria. Faleceu no dia 13 de agosto de 1974, com 68 anos”. (TARTAROTTI, 2014, p. 251).

¹⁹ Nesse ano, o Colégio Estadual Farroupilha, antigo Grupo Escolar de Farroupilha, completou 91 anos de história.

sociais e histórias, conciliando, quando possível, os tempos de vida com os tempos de escola, muitas vezes “afastando-se” do espaço escolar para dedicar-se aos trabalhos rurais ou aos serviços domésticos, em grande parte, moradores das proximidades da instituição.

Entendo que o Grupo Escolar de Farroupilha, esteve destinado à formação primária “do povo” farroupilhense, porém, também atendeu em seus espaços os (as) filhos (as) de pessoas ilustres da comunidade e com ocupações bem remuneradas. Além de identificar o público-alvo atendido por essa instituição, foi possível também conhecer, ainda que de maneira sucinta, um pouco das famílias que faziam parte da comunidade local e mantinham os filhos e filhas matriculados (as) na escola.

Finalizo essa análise em consonância com as contribuições de Justino Pereira de Magalhães, utilizadas propositalmente na epígrafe de abertura deste texto, quando o autor afirma que: “A instituição educativa afeta a comunidade envolvente, pela relação com os públicos, muito particularmente com o público-alvo, mas também é afetada pelas culturas, expectativas e influências do meio local” (MAGALHÃES, 2004, p. 165).

Nesse sentido, penso que os (as) alunos (as) do grupo escolar participaram ativamente da história da escola com suas ações, vivências, experiências e culturas – religiosas, familiares e étnicas, bem como representaram um pouco do contexto do município e do momento histórico vivido em questão.

Referências

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930**: Leggere, scrivere e calcare per essere alcuno nella vita. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos). São Leopoldo, 2007.

_____. A infância entre imigrantes e ítalo-descendentes no Rio Grande do Sul. In: MIMESSE, Eliane (Org.). **Bambini brasiliani**: infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 93-132.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MIMESSE, Eliane. **A escola na comunidade de imigrantes italianos de São Caetano (1877-1921)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - PUC, São Paulo, 1999.

_____. As aventuras e desventuras cotidianas das crianças em São Caetano no início do século XX. In: MIMESSE, Eliane (Org.). **Bambini brasiliani**: infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 19-54.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TARTAROTTI, Raul Pedro. **Farroupilha**: história de uma cidade. Porto alegre: Ponto & Vírgula Editora, 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Tereza (Orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 4-30.

Documentos

Decreto nº 3.903, de 14 de outubro de 1927 – Aprova o regimento interno dos estabelecimentos de ensino público do Estado. Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS.

Decreto nº 3.898, de 4 de outubro de 1927 – Expede novo regulamento da Instrução Pública. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acesso em: 12/02/2015, às 10h58min. Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis/SC

Relatório correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Celeste Gobbato. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami – Caxias do Sul/RS.

Relatório correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1929, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Thomaz Beltrão de Queiroz. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami – Caxias do Sul/RS.

Código: 1356. Descrição: 09/1929 a 11/1929. Observação: Boletins de Colégios e Grupos - Grupo Escolar de Nova Vicenza. Pasta Secretaria do Interior e Exterior – Minutas – Instrução pública. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS.

Código: 1371. Descrição: 03/1930 a 05/1930. Observação: Boletins de Colégios e Grupos - Grupo Escolar de Nova Vicenza. Pasta Secretaria do Interior e Exterior – Minutas – Instrução pública. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS.

Código: 1372. Descrição: 06/1930 a 08/1930. Observação: Boletins de Colégios e Grupos - Grupo Escolar de Nova Vicenza. Pasta Secretaria do Interior e Exterior – Minutas – Instrução pública. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS.

Livro de Matrícula Grupo Escolar Rural (1930-1938). Arquivo do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

O CATECISMO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS PAROQUIAIS DO SÍNODO DE MISSOURI (1940-1954)

Clóvis Renato Leitzke Blank
Bacharel em Teologia
Mestrando no PPGE na UFPEL

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar resultados de um estudo sobre o uso pedagógico e as recomendações de ensino do Catecismo Menor, escrito por Martinho Lutero, nas escolas paroquiais do Sínodo de Missouri. O Sínodo Missouri é uma instituição luterana, originária dos Estados Unidos, que se instalou no Rio Grande do Sul em 1900. Teve como pressuposto o fortalecimento das escolas paroquiais e o fomento de publicações. Um dos periódicos foi direcionado a formação pedagógica e teológica dos pastores e professores. Para tanto, foi feita uma análise deste periódico, denominado Igreja Luterana, produzido por este Sínodo, para pastores e professores das escolas paroquiais entre os anos de 1940 a 1954. Como metodologia será usada a análise documental (BACELLAR, 2010, SAMARA e TUPY, 2010), em que a partir da leitura do material foram elegidas algumas categorias de análise. O estudo inicial mostra a preocupação do Sínodo na formação dos seus professores, pois os que não sabiam ensinar por meio do Catecismo eram considerados professores não cristãos, percebendo assim uma preocupação com o preparo teológico dos docentes. Também se constatou que com o ensino do Catecismo objetivava-se que os alunos fossem ou se tornassem cristãos luteranos e que este ensino fosse ligado ao estudo, pautado na prática de memorização dos versículos bíblicos e das partes do catecismo. Verificou-se que uma das preocupações do Sínodo era de que o ensino do Catecismo fosse vinculado ao estudo da Bíblia, justificando-se que o Catecismo seria uma exposição sumarizada desta. Consegue-se perceber o uso desse material nas escolas como forma de leitura e aprendizado e na formação cristã dos alunos das escolas paroquiais. Ainda é importante lembrar, que a catequese na instituição luterana tinha importância para o preparo da confirmação, rito de passagem valorizada pela religião luterana e pelas comunidades.

1. Introdução

O artigo tem como objetivo apresentar resultados de um estudo sobre o uso pedagógico e as recomendações de ensino do Catecismo Menor, escrito por Martinho Lutero, nas escolas paroquiais do Sínodo de Missouri no Brasil.

O Sínodo de Missouri se instala no Rio Grande do Sul no ano de 1900, a partir da vinda de imigrantes alemães oriundos dos Estados Unidos. A proposta do Sínodo, era a formação de escolas paroquiais, em primeiro lugar para os imigrantes alemães, para que estes fossem ensinados nos princípios luteranos (STEYER, 1999).

Primeiramente se fará um apanhado histórico da chegada do Sínodo de Missouri ao Brasil e a instalação das escolas paroquias. Logo após, dar-se-á atenção especial às recomendações de

ensino do Catecismo Menor de acordo com a revista Igreja Luterana, que foi produzida entre os anos de 1940 a 1954, como orientação para professores e pastores do Sínodo.

A partir da utilização de alguns excertos da revista e sua análise, pretende-se apontar alguns princípios apontados pelo Sínodo para o ensino do Catecismo Menor nas escolas paroquiais²⁰.

A metodologia utilizada no artigo será uma análise documental, que de acordo com Samara e Tupi (2010, p. 69) devem obedecer a alguns critérios: “De início, é preciso lembrar que nem todo registro escrito é um documento histórico e nem todas as fontes históricas apresentam-se como um documento escrito”.

No caso da pesquisa realizada, os arquivos da revista Igreja Luterana tratam-se de documentos históricos, pois a partir deles foram encontradas respostas para a problematização quanto as recomendações de uso do Catecismo Menor.

Também Samara e Tupy (2010, p.70) lembram de alguns aspectos que fazem de um documento, um documento histórico:

O contato com um texto escrito e a sua leitura deve suscitar, de imediato, algumas questões essenciais para uma primeira aproximação do documento e sua classificação inicial, a saber: qual a *forma material* que o mesmo apresenta; qual o *conteúdo* que se disponibiliza para pesquisa; e quais seus *objetivos* ou propósitos de quem o elaborou e de quem o lê e/ou interpreta. Das respostas encontradas, depende o uso de um documento como fonte de pesquisa histórica.

A partir da análise do documento quer-se explorar os seus objetivos e também o seu conteúdo para assim apontar alguns aspectos evidentes das recomendações sinodais para os seus professores quanto ao ensino do Catecismo.

A fonte da pesquisa, que é a revista Igreja Luterana, quer problematizar estas questões propostas e por isso também se apoia em Bacellar (2010, p.63) que lembra de aspectos importantes no ofício histórico com o documento:

Ao iniciar a pesquisa documental, já dissemos que é preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental, mas surpreende que muitos ainda deixem de lado tais preocupações. Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador.

Estes aspectos citados por Bacellar são fundamentais numa pesquisa de caráter histórico, pois contextualizar o documento é fundamental, visto que nenhum documento é neutro. Ele sempre é produzido dentro de um contexto que não pode ser simplesmente analisado a partir do contexto atual.

²⁰ Escolas comunitárias ligadas ao Sínodo de Missouri. Foram denominadas de paroquiais, pois estavam vinculadas a uma paróquia desta mesma igreja.

Portanto, a partir destes conceitos, pretende-se contextualizar a revista Igreja Luterana e a partir daí apontar algumas ênfases ou objetivos propostos por quem a redigiu, lembrando que esta era uma publicação oficial do Sínodo de Missouri no Brasil.

2. O processo imigratório e a formação do Sínodo de Missouri no Brasil

O Sínodo de Missouri tem sua origem ligada a cerca de 600 imigrantes alemães da Saxônia que, no ano de 1847, fundaram a *Deutsche Evangelisch-Lutherisch Synode von Missouri, Ohio und anderen Staaten* nos Estados Unidos. No ano de 1947, cem anos depois, esta denominação, nos Estados Unidos, tem seu nome alterado, usando agora a língua do país onde estava instalada, passando a denominar-se *The Lutheran Church – Missouri Synod* (STEYER, 1999, p.19)²¹.

Este grupo de luteranos havia emigrado da Alemanha, por vários fatores, entre os quais podemos destacar dois deles: o econômico, pois na Saxônia estava sendo assolada por uma forte crise agrícola, e religiosa, pois muitos luteranos não estavam satisfeitos com a implantação da “União Prussiana”, que decretava a progressiva união entre luteranos e calvinistas em uma única denominação religiosa (STEYER, 1999, p. 19).

A partir do seu início, havia uma grande preocupação com a unidade doutrinária, sendo que o Sínodo de Missouri adotou o princípio: “sem unidade doutrinária não pode haver unidade sinodal” (STEYER, 1999, p.20).

Isto nos ajuda a entender o porquê da sua instalação no Brasil, a criação de escolas e que estas escolas se tornassem escolas do Catecismo, pois desta forma os alunos também teriam no entender do Sínodo, uma unidade confessional luterana bem solidificada, que na visão do Sínodo não era encontrada em outras denominações religiosas presentes em solo brasileiro.

No Brasil, a instalação do Sínodo se dá a partir de imigrantes alemães que vieram dos Estados Unidos no ano de 1900. Já havia no Brasil imigrantes alemães luteranos que haviam chegado no Brasil a partir de 1824, só que estes imigrantes não eram ligados ao Sínodo de Missouri (STEYER, 1999).

²¹ Estas mudanças de nomes também acontecem no Brasil: de 1900 a 1904 não há um nome que defina a organização criada a partir do Sínodo dos Estados Unidos. No ano de 1904, ocorreu no Brasil a fundação oficial do 15º Distrito do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados. No ano de 1937 passou a denominar-se Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a partir do ano de 1954, Igreja Evangélica Luterana do Brasil, com o qual permanece até hoje. Neste artigo, será usada a forma “Sínodo de Missouri”, pois é a forma mais conhecida, antes de ser chamada de Igreja Evangélica Luterana do Brasil (STEYER, 1999, p.14).

Para estes imigrantes, que já estavam em terras brasileiras, a escola era importantíssima para o processo educacional. Esta escola surgia a partir de uma iniciativa comunitária e não do estado. (DREHER, 2000, p. 145).

Estes imigrantes logo tiveram a preocupação com a formação de escolas e do ensino dos princípios religiosos. Segundo Ranzi (2000, p.247, 248): “Os trabalhos que no Brasil tratam de imigração, de um modo geral, são unânimes em demonstrar a importância que a religião representou para essa população de imigrantes e reconhecem também que a religiosidade deles se acentuou no Brasil”. E isto não foi diferente com os imigrantes alemães. Estes, logo fundaram igrejas e escolas paroquiais para terem aqui algo que mantivesse a sua identidade.

Aspecto sem dúvida notável na história do protestantismo histórico no Rio Grande do Sul são as escolas. Os imigrantes, antes de construir sua capela, construíram sua escola. Esta escola, muitas vezes, serviria também de Igreja. Nestas escolas desponta como característica o fato de serem escolas de catecismo. Sua finalidade era a de ensinar às crianças a leitura para que pudessem aprender, quando luteranas, o Catecismo Menor de Lutero. Diversas foram as escolas que, posteriormente, se desenvolveram para formar estabelecimentos de 2º grau (DREHER, 1998, p. 252).

Como citado acima, os imigrantes logo utilizaram os meios que tinham para manter viva a prática de sua fé. O Sínodo de Missouri veio ao Brasil no ano de 1900, provavelmente por causa de uma carta do pastor Johann F. Brutschin. Este pastor era ligado ao Sínodo Rio-Grandense²² e por motivos que não estão bem claros²³ se desligou do Sínodo e no de 1899, quando decidiu voltar para a Alemanha, enviou uma carta para o Departamento de Missão Interna do Sínodo de Missouri para que enviasse um pastor para o Brasil. Segundo Rehfeldt (2003, p. 27), isto se deve ao fato de querer que o cuidado de suas congregações ficasse com um pastor fiel às Confissões Luteranas²⁴.

No ano de 1899 o Sínodo de Missouri se reúne em Saint Louis, Estados Unidos. O presidente da época era o Dr. Heinrich Christian Schwan, que era contrário ao envio de missionários ao Brasil. Mas este teve seu voto vencido nesta convenção. Há divergências se a decisão do sínodo de vir ao Brasil foi realmente por causa da carta enviada por Brutschin ou por causa do senso de obrigação em relação aos irmãos luteranos alemães, que segundo Rehfeldt (2003), estavam em situação de abandono espiritual. É importante salientar que nesta convenção era

²² O Sínodo Rio-Grandense teve a sua fundação no ano de 1886. Hoje é denominado de Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) (PRIEN, 2001, p. 118, 147)

²³ Há duas principais versões para o fato: uma delas seria ligada a questões doutrinárias, outra seria um desentendimento com o Dr. Rotermund (presidente do Sínodo Rio-Grandense, ao qual ele era ligado) que não teria ficado ao seu lado em uma desavença com o pastor Dohms (Para mais informações consultar: WACHHOLZ, 2003, p.251-252, 470-474, REHFELDT, 2003, p.26, 27 e STEYER, 1999, p.130).

²⁴ As Confissões Luteranas estão reunidas no chamado Livro de Concórdia que foi publicado oficialmente em 1580 em Dresden para celebrar os 50 anos da apresentação pública da Confissão de Augsburgo. É um conjunto de documentos confessionais que eram chamados de *corpus doctrinae* (corpo de doutrinas). SEIBERT (2000, p. 11)

falada a língua alemã, a mesma que grande parte dos imigrantes do sul do Rio Grande do Sul falava.

Mas mesmo Schwan sendo contrário ao envio de missionários, no ano de 1900 é enviado ao Brasil o pastor Christian Broders que depois de várias viagens dentro do estado do Rio Grande do Sul, chega a Pelotas e depois vem a São Pedro, hoje interior de Morro Redondo, para lá, após um decisivo debate teológico com o Sr. August Gowert, começar a pastorear uma congregação de imigrantes (STEYER, 1999, p. 35).

Nesta localidade, bem como em municípios vizinhos, os imigrantes que ali residiam já se reuniam em comunidades independentes. Algumas delas vieram a fazer parte do Sínodo de Missouri e outras se juntaram ao Sínodo Rio-Grandense, mas outras preferiram manter sua autonomia. Dreher (2005, p.54) nos explica o motivo:

Elas preferiram continuar sendo comunidades livres. Sua luta por manter essa liberdade tem sua razão de ser e está relacionada a situações que haviam enfrentado na Pomerânia, território que pertencia à Prússia e que hoje faz parte da Polônia. Ali, a maior parte dos imigrantes havia estado na condição de servos da gleba. Eram escravos. O pastor e a igreja territorial representavam o latifundiário e o Estado e tinham função de polícia. Submeter-se no Brasil novamente a uma organização sinodal seria voltar à antiga condição. Por isso recusaram-se a filiar-se aos sínodos.

Isto explica o diálogo teológico ao qual o pastor Broders foi submetido, pois havia um grande receio que a igreja fosse um fator de dominação sobre aquelas pessoas.

No dia 1º de Julho de 1900 é oficialmente organizada a congregação de São Pedro que já se reunia há vários anos, mas de forma independente dos Sínodos. Esta congregação naquele momento encontrava-se organizada com um total de 17 famílias como membros (fiéis) (REHFELDT, 2003, p.42).

Também foi nesta congregação que aconteceu a primeira confirmação²⁵ do Sínodo de Missouri no Brasil no dia 23 de março de 1902, que foi no culto dirigido pelo pastor Mahler (REHFELDT, 2003, p.46).

Junto com a formação desta e de outras congregações, uma das marcas da igreja era a fundação de escolas, uma preocupação de Lutero. Beck (1988, p. 81) nos diz sobre a educação luterana: “A educação se apresentava como atividade do ‘corpo cristão’. O reformador da Igreja e da sociedade tornou-se, pela lógica das coisas, reformador da educação”.

Lutero sempre manifestou a importância que tinha a educação. Em 1524 ele escreve uma carta dirigida aos prefeitos e câmaras municipais da Alemanha onde diz o seguinte:

Caros senhores. Anualmente é preciso levantar grandes somas para armas, estradas, pontes, diques e inúmeras outras obras semelhantes, para que uma cidade possa viver em

²⁵ Confirmação é uma cerimônia religiosa do Sínodo de Missouri que marca o fim da instrução de confirmandos (catequese) e torna o adolescente apto a participar da Santa Ceia (Eucaristia).

paz e segurança temporal. Por que não levantar igual soma para a pobre juventude necessitada, sustentando um ou dois homens competentes como professores? (LUTERO, 1995, p. 305).

Dizia o missionário Broders: “Se queremos ter sucesso na missão, precisamos, com certeza, valorizar a escola paroquial (REHFELDT, 2003, p.51)”. E assim em outubro de 1900 ele começa em São Pedro, hoje interior do município de Morro Redondo, a primeira escola paroquial, com 22 alunos.

Após este momento inicial a igreja se expande pelos territórios vizinhos. Assim nos diz Weiduschadt (2015, p.256):

Nos primeiros dois anos de fundação do Sínodo (1900-1902), as comunidades formadas nesta região eram cinco: congregação de São Pedro, localizada no interior de Morro Redondo, na época pertencente a Pelotas, e Morro Redondo, próximo a São Pedro, Santa Coleta e Santa Eulália, interior de Pelotas, e Bom Jesus, interior de São Lourenço do Sul. Logo a seguir, essas comunidades deram origem às outras comunidades do Sínodo na região meridional do Estado, as quais se formaram no interior de Canguçu, Piratini, Pelotas e São Lourenço do Sul”.

O Sínodo tinha uma grande preocupação com a formação dos seus professores para que eles mantivessem a união doutrinária do Sínodo. A partir dos artigos contidos na revista Igreja Luterana, pode-se perceber algumas ênfases que eram dadas neste ensino. Uma delas, que é de grande relevância, era o estudo do Catecismo Menor de Martinho Lutero e isto que queremos analisar a seguir.

3. A importância do Catecismo para o Sínodo de Missouri

O Catecismo é uma publicação de cunho religioso, destinado ao ensino de princípios ligados de quem o publica. Para explicar o que é um catecismo, foi utilizada a definição conforme Nascimento, Feldens e Almeida (2006, p. 1) que definem o termo da seguinte forma:

A palavra catecismo é originária do grego *katechismós*, que significa instrução. O catecismo é uma publicação de instrução religiosa que adota o modo particular de exposição de diálogo, através de perguntas e respostas, transmitindo de maneira acessível conhecimentos complexos a crianças ou a iniciantes. Através da memorização, ensina a doutrina, as regras e as normas das igrejas católicas e protestantes, inculcando hábitos, valores religiosos e morais, modelando comportamentos.

Os manuais de catecismo foram elaborados com o intuito de ensinar princípios religiosos. Estes também tinham como objetivo ser uma espécie de cânone para que tanto os catequistas (no caso da escola, seriam os professores), como catecúmenos (na escola, os alunos) tivessem uma certa uniformidade no seu ensino-aprendizagem.

Após a Reforma Protestante a produção de Catecismos aumentou e atingiu uma rápida difusão. Com isso surgiram várias publicações de catecismos com o intuito de uma maturação na fé e a salvação das almas. (ORLANDO, 2015, p. 172)

A importância que o Catecismo²⁶ sempre ocupou no ensino luterano é destacado também na revista Igreja Luterana quando fala sobre o luteranismo nos Estados Unidos. Nesta revista é realizado um resumo histórico desde o início do Sínodo, no ano de 1818 e destaca que no ano de 1820 foi realizada uma assembleia onde muitos pastores não puderam se considerar luteranos porque não ensinavam mais o Catecismo, nem pregavam doutrinas luteranas e bíblicas (A UNIÃO Luterana, 1943, p. 4).

A partir desta afirmação pode-se perceber que para ser um pastor do Sínodo era necessário estar alinhado com o ensino do Catecismo. Da mesma forma, a revista mostra esta mesma prerrogativa para os professores do Sínodo. Na revista de Julho e Agosto de 1945 o Sínodo anuncia um curso preparatório para os professores paroquiais. A pergunta é: Por que realizar este curso? Um dos pontos destacados é este: que não se daria subvenção financeira por parte do caixa missionário a professores ou professoras que não fossem capazes de ensinar o Catecismo suficientemente para que o aluno pudesse chegar ao conhecimento das verdades bíblicas (STRELOW, 1945, p.119).

Dentro do ensino religioso, o catecismo tinha o lugar de destaque. E se o professor que não ensinasse esta matéria de forma suficiente não era, de acordo com o Sínodo, nem digno de ser chamado de professor cristão (WINTERLE, 1940).

Portanto, para ser professor ou pastor na igreja e até receber a manutenção financeira para a sua profissão, era necessário saber ensinar o Catecismo e desta forma manter a unidade doutrinária e confessional do Sínodo.

Pode-se assim perceber a grande importância dada ao ensino do Catecismo. A religião ocupava o primeiro plano nas escolas paroquiais e dentro do estudo da religião, o destaque para o catecismo. Assim nos diz Weiduschadt (2007, p. 182):

Observamos que a religião vinha em primeiro plano. As histórias bíblicas eram histórias resumidas da Bíblia, escritas numa linguagem mais acessível. Muitas destas histórias eram escritas em livros e eram ilustradas. O uso do catecismo também era frequente, mesmo as crianças tendo as aulas de ensino confirmatório fora do horário de aula, na escola era dada muita importância para este estudo.

²⁶ A partir daqui sempre que for usada a palavra Catecismo, trata-se do Catecismo Menor escrito por Martinho Lutero em 1529 acrescido de perguntas e repostas elaboradas por Heinrich Christian Schwan e versículos bíblicos, que era o manual de Catecismo usado nas escolas paroquiais e na instrução de confirmandos.

Nos objetivos que o Sínodo tinha no Brasil, um deles era o da manutenção das escolas paroquiais e que nestas escolas se tivesse uma sólida instrução no Catecismo e na preparação para a admissão na Santa Ceia, o rito da Confirmação (SCHNEIDER, 1947)²⁷.

Elmer Reimnitz ao escrever para a revista Igreja Luterana mostra a importância que o Catecismo tinha na vida escolar de um luterano e também após a saída da escola, na instrução de confirmandos. Ele diz:

“Na escola paroquial as crianças durante todo o seu tempo escolar são instruídas nas verdades divinas. O catecismo do Dr. Martinho Lutero ocupa lugar de destaque. Já antes que o aluno o possa ler, ele começa a decorar os mandamentos, os versículos e demais trechos do catecismo, e durante os seus anos na escola ele aprende todo o catecismo de cor. Porém não somente de cor, ele também, aprende o verdadeiro sentido do catecismo [...] A criança que frequenta a escola paroquial ainda deve estudar durante um ou dois anos a doutrina cristã contida no catecismo. O pastor agora instrui os neófitos antes de os admitir à mesa do Senhor. Novamente eles passam toda a doutrina contida no catecismo. A doutrina bíblica é explicada outra vez e firmada ainda mais na mente do jovem luterano”. (REIMNITZ, 1947, p. 14).

Assim, percebe-se a importância dada ao ensino do catecismo. A seguir, quer-se olhar para alguns destaques dados dentro das orientações dadas pelo Sínodo aos seus professores como se deveria ensinar o Catecismo.

4. A revista Igreja Luterana e as recomendações do uso pedagógico do Catecismo

A revista Igreja Luterana teve a sua primeira edição com data de Janeiro de 1940. Na capa temos a seguinte inscrição: Igreja Luterana – Revista Técnica Teológica – Pedagógica, Diretor: Rev. C. H. Warth, Redator: Prof. P. W. Schelp, Ano I – Porto Alegre – Janeiro 1940 – Nº 1. Já na segunda edição, o cabeçalho se repete, apenas a mudança da data e número e de Revista Técnica Teológica passou a ser chamada de Revista Técnica – para Pastores e Professores da Igreja Luterana. Com este cabeçalho ficou até agosto de 1954, quando a revista se torna uma revista teológica, somente para pastores.

A revista tinha como público alvo os pastores e professores do Sínodo na América Latina até a edição de agosto de 1954. Ela contém artigos em português, espanhol e alemão.

A proposta da revista é de que ela tivesse uma edição mensal. Mas há várias edições de 1940 a 1954 onde uma revista foi editada para dois meses. Isso já acontece no ano de 1940 onde há nove edições da revista. As edições até junho são mensais, as posteriores são uma para cada dois meses.

²⁷ O artigo é assinado somente pelas iniciais, mas de acordo com a relação de pastores falecidos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, o autor é o pastor Arnold William Schneider, falecido em 17/09/2003 nos Estados Unidos (ANUÁRIO LUTERANO, 2016, p. 159).

Nesta primeira edição da revista, o primeiro artigo, que é assinado por C. H. Warth fala sobre o propósito da revista, onde ele destaca que esta revista serviria para capacitar pastores e professores para o seu ofício. Ele lembra que várias profissões tinham suas revistas técnicas e agora, esta serviria para os pastores e professores. Já neste primeiro artigo pode-se perceber a preocupação com que os professores fossem bem capacitados para ensinarem os preceitos religiosos do Sínodo. Diz Warth²⁸ (1940, p. 2): “O nosso periódico deve contribuir para ficarmos sempre mais aptos em nosso ofício de anunciar a justificação de um pobre pecador unicamente pela graça, por Cristo”. Também fala que o mais importante não deve estar ligado ao bem-estar dos alunos, mas que estes estejam espiritualmente bem preparados (WARTH, 1940, p. 1).

Aqui se observa que o objetivo do Sínodo era mais com a vida espiritual do que com o bem físico dos alunos.

Quer-se a partir daqui tecer alguns destaques dados na revista para analisarmos as ênfases que deveriam ser dadas no ensino do Catecismo.

Uma das grandes ênfases dadas pelo Sínodo para o ensino do Catecismo, é a exigência da memorização por parte dos alunos. Ela já era exigida, antes mesmo que a criança soubesse ler. “Quando é apenas um pequeno rapaz é mandado à escola paroquial, onde começa a decorar o catecismo antes de o poder ler” (REIMNITZ, 1947, p. 14).

Estas recomendações são perceptíveis no próprio Catecismo escrito por Martinho Lutero. No prefácio do Catecismo ele diz assim:

Com as pessoas jovens, entretanto, atém-te a uma forma e maneira permanente e fixa, e ensina-lhes, primeiro que tudo, estas partes: os Dez Mandamentos, o Credo, o Pai Nosso, etc... segundo o texto, palavra por palavra, de forma que também o possam repetir assim e decorar (LUTERO, 2000, p. 448).

Assim, nota-se a grande ênfase dada pelo Sínodo neste sentido. Lutero já havia ordenado isto no prefácio, agora o Sínodo estava reiterando a afirmação.

Havia uma grande exigência, de que cada aluno mesmo com suas limitações, fosse estimulado na memorização. Aqueles que tivessem alguma dificuldade poderiam ser cobrados menos, mas ninguém deveria ser poupado desta tarefa.

É preciso exigir exatidão na recitação do Catecismo, sem, contudo, aplicar demasiado rigor. O professor não atrapalhe os alunos tímidos e nervosos, antes os anime e encoraje para que se livrem de todo embaraço. A fisionomia do professor, sua voz, seus movimentos para isso podem contribuir (GOERL²⁹, 1944, p. 62).

²⁸ O artigo é assinado somente pelas iniciais, mas de acordo com a lista de pastores falecidos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, trata-se do pastor Carlos Henrique Warth, falecido em 06/05/1976 em Novo Hamburgo – RS (ANUÁRIO LUTERANO, 2016, p. 157).

²⁹ O autor é identificado no artigo somente pelas iniciais, mas a partir da lista de pastores falecidos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, pode-se concluir que se trata do pastor Otto Adolpho Goerl, falecido em 05/11/1998 em Porto

Existia uma preocupação em se manter fiel ao pensamento doutrinário que pode ser percebido aqui na exigência da exatidão do conteúdo. Isto também é perceptível quando se olha para outro material didático que era usado nas escolas do Sínodo de Missouri, a cartilha. Nela, já no prefácio está clara a necessidade de ensinar as crianças na doutrina luterana (WEIDUSCHADT, 2007).

Isso também pode ser corroborado em outro momento, quanto o pastor Reuter³⁰ escreve sobre a importância dos professores exigirem que os alunos decorem as passagens bíblicas do Catecismo a fim de saberem justificar as doutrinas com a Bíblia (REUTER, 1949, p. 205, 206).

A memorização era uma parte que ligava o educando ao ensino da Bíblia. Dentro do Catecismo haviam partes do Catecismo e versículos bíblicos que também deveriam ser memorizados.

O professor estabelecerá um programa para a memorização, guiando-se pela inteligência média da classe. Só uns poucos privilegiados serão capazes de decorar todos os 583 versículos do Catecismo, pelo que nos contentamos que a média consiga a metade deste número, isto é: cerca de 300 versículos (GOERL, 1944, p. 61).

Cabe ainda destacar que a memorização não era algo exclusivo do estudo do Catecismo. Ela também era uma técnica utilizada em outras disciplinas, como por exemplo, História, Geografia e Aritmética, isto antes da Pedagogia Moderna mudar os rumos da educação (ORLANDO, 2015, p. 181).

Pode-se assim, de acordo com Saviani (2005, p. 31), identificar que as recomendações do Sínodo partem de uma concepção pedagógica tradicional, que de acordo com o autor:

subsume correntes pedagógicas que se formularam desde a Antiguidade, tendo em comum uma visão filosófica essencialista de homem e uma visão pedagógica centrada no educador (professor), no adulto, no intelecto, nos conteúdos cognitivos transmitidos pelo professor aos alunos, na disciplina, na memorização.

Destes aspectos destacados, é notável que a proposta educativa era centrada na figura do professor e uma das técnicas utilizadas, a da memorização.

Verifica-se que mesmo após o passar dos anos, o Sínodo ainda continua reforçando a mesma ênfase na memorização. Isso pode ser visto na revista *Vox Concordiana – Suplemento Teológico*³¹,

Alegre – RS (ANUÁRIO LUTERANO, 2016, p. 159).

³⁰ O autor é identificado no artigo somente pelas iniciais, mas a partir da lista de pastores falecidos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, pode-se concluir que se trata do pastor Theodor Ferdinand Reuter, falecido em 20/06/1984 na Alemanha (ANUÁRIO LUTERANO, 2016, p. 158).

³¹ Revista teológica produzida pelos professores da Escola Superior de Teologia do Instituto Concórdia de São Paulo, que era um dos centros de formação de pastores da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. A revista tinha edições semestrais e foi produzida de 1985 a 2002. A revista deixou de ser publicada em virtude do fechamento do Instituto

editada no ano 1989 onde falando sobre a instrução de confirmandos se diz que o catecúmeno precisa compreender o assunto ensinado. Isto se daria através da exposição, repetição, ilustração e memorização (BESSEL, 1989, p. 15).

Constata-se também que esta memorização do Catecismo, tanto das partes dele próprio, como de versículos bíblicos, tinha como objetivo reforçar nos educandos um ensino comum a todas as escolas paroquiais luteranas.

Assim, como já citado acima, é possível afirmar de que o ensino do Catecismo sempre foi visto pelo Sínodo como algo conectado ao ensino da Bíblia. Para o luteranismo, a Bíblia sempre ocupou um ponto central em seu ensino. Para que o ser humano encontrasse a salvação eterna era necessário de que ele se interessasse pelas partes principais da fé cristã, e isto conforme exposto no Catecismo (MUELLER, 1944).

Dentro da escola o aluno tinha uma grande ênfase no ensino religioso e este sempre era visto em uma conexão do estudo das Histórias Bíblicas e o do Catecismo. O primeiro era visto como base para o ensino do segundo. Göerl (1945, p.22) afirma sobre esta relação: “O que esta expõe em forma de definições e argumentos, a História exemplifica e ilustra”.

E este ensino não deveria ficar restrito à escola, mas deveria se estender após a conclusão deste ensino, preparando o jovem para a participação como membro da igreja e também para sua atuação na sociedade. Este processo se daria através da instrução de confirmandos, onde o educando ficaria por dois anos estudando novamente o Catecismo para então poder participar da Santa Ceia na igreja a qual a sua escola estava vinculada (SCHNEIDER, 1947).

Nunes (2018, p. 102) corrobora esta perspectiva do ensino luterano, afirmando: “A escola luterana não se pensa endógena e separadamente; só se pode entender a escola, na visão luterana, integrada à família e à igreja ou comunidade religiosa”.

A atuação dos professores dentro das escolas paróquias nunca deveria ser pensada como um fim em si mesmo, mas como uma ação para que o aluno praticasse o que aprendeu também quando estava fora de sala de aula.

5. Considerações finais

O Sínodo de Missouri teve a preocupação em manter uma unidade bíblica doutrinária e uma das formas utilizadas foi a publicação e orientação para o ensino do Catecismo.

Há muitos outros aspectos que também podem ser destacados no ensino do Catecismo. Os que aqui foram apresentados são alguns dos que aparecem com grande ênfase. Mas ainda há material nas fontes pesquisadas que possibilitam encontrar e destacar também outros aspectos.

Alguns aspectos destacados nas recomendações de ensino do catecismo são: a memorização de trechos do Catecismo e de versículos bíblicos para que os alunos antes mesmo de saber ler já se familiarizasse com a doutrina luterana e para que este se mantivesse fiel a ela durante toda a sua vida, expressando assim também uma preocupação com alma do ser humano.

Também há uma ênfase na relação do ensino da Bíblia com o ensino do Catecismo, pois quando Lutero escreveu o Catecismo Menor este deveria ser um resumo sistematizado da Bíblia e dentro do Sínodo havia a ênfase de que a história bíblica contava os fatos e o Catecismo os resumizava e sistematizava.

Conclui-se também a partir deste estudo, que o ensino do Catecismo não se restringia a escola, mas o educando fora do horário de aula também o estudava na igreja, onde este deveria se preparar para a participação na Santa Ceia e a uma vivência moral na sociedade.

Referências

A UNIÃO Luterana. **Igreja Luterana: Revista Técnica para Pastores e Professores da Igreja Luterana**. Porto Alegre, Junho 1943. n°6, p. 3-5.

ANUÁRIO LUTERANO. Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Cristo para Todos. Porto Alegre: Concórdia, 2016.

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassannezi (org). Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BECK, Nestor. **Igreja, Sociedade & Educação: estudos em torno de Lutero**. Porto Alegre: Concórdia, 1988.

BESSEL, Arno. Didática e criatividade na instrução aos confirmandos. **Vox Concordiana – Suplemento Teológico**. São Paulo: Instituto Concórdia, 1989.

DREHER, Martin N. **História do Povo Luterano**. São Leopoldo: Sinodal, 2005. 80 p.

DREHER, Martin N. Notas para uma história da educação protestante no Brasil. **Estudos Leopoldenses**, v. 4, n. 6, p. 133-150, 2000.

DREHER, Martin Norberto. Os protestantismos rio-grandenses. In: DREHER, Martin Norberto (org.) **Populações rio-grandenses e modelos de igreja**. Editora Sinodal, 1998. 340p.

GOERL, Otto Adolpho. O Ensino do Catecismo. **Igreja Luterana: Revista Técnica para Pastores e Professores da Igreja Luterana**. Porto Alegre, abril 1944, n°4, p.60-63.

LUTERO, Martinho. Enquirídio: Catecismo Menor para os pastores e pregadores indoutos. In: LUTERO,

Martinho. **Martinho Lutero: Obras Seleccionadas**. v.7. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia, 2000, p. 447-470.

MUELLER, J. T. **O Luteranismo em sua oposição fundamental ao Romanismo, Calvinismo e Modernismo**. [traduzido por Paulo Hasse] Porto Alegre, junho 1944, nº6, p. 85-90.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho; FELDENS, Dinamara Garcia; ALMEIDA, Mirianne Santos de. A pedagogia dos catecismos protestantes no Brasil católico. In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2006.

NUNES, César. **A pedagogia luterana: dois olhares**. Canoas: Editora da Ulbra; Porto Alegre: Concórdia, 2018, 179p.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. Formas e sentidos do catecismo na história e sua representação na educação brasileira. **Cadernos de História da Educação**, v. 14, n. 1, jan./abril. 2015.

PRIEN, Hans-Jürgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RANZI, Serlei Maria Fischer. Religião e identificação étnica. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 26, n. 1, p. 247-260, 2000.

REHFELDT, Mario. **Um grão de mostarda: A história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. v.1. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

REIMINITZ, Elmer. As fontes de energia do Sínodo de Missouri. **Igreja Luterana: Revista Técnica para Pastores e Professores da Igreja Luterana**. Porto Alegre, Jan./Fev, 1947, nº 1 e 2, p. 12-17.

REUTER, Theodor Ferdinand. O uso das passagens bíblicas do catecismo. **Igreja Luterana: Revista Técnica para Pastores e Professores da Igreja Luterana**. Porto Alegre, Set./Out, 1949, nº 9 e 10, p. 205-206

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. **Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto 20 anos do Histedbr”**, Campinas, 2005.

SEIBERT, Erní Walter. **Introdução às Confissões Luteranas**. Porto Alegre: Concórdia, 2000.

SCHNEIDER, Arnold William. O alvo e a finalidade do Sínodo de Missouri. **Igreja Luterana: Revista Técnica para Pastores e Professores da Igreja Luterana**. Porto Alegre, Jan./Fev. 1947, nº1 e 2, p. 4-11.

STEYER, Walter O. **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense 1900-1904**. Porto Alegre: Singular, 1999, 168 p.

STRELOW, Frederico. Curso de Aperfeiçoamento. **Igreja Luterana: Revista Técnica para Pastores e Professores da Igreja Luterana**. Porto Alegre, julho e agosto, 1945, nº 7 e 8, p. 119-120.

VOX CONCORDIANA – SUPLEMENTO TEOLÓGICO. São Paulo: Instituto Concórdia, 1985 – 2002.

WACHHOLZ, Wilhelm. **“Atravessem e Ajude-nos”**: A Atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de Seus Obreiros e Obreiras Enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899). São Leopoldo: EST, Editora

Sinodal, 2003. 657p.

WARTH, Carlos Henrique. Igreja Luterana. **Igreja Luterana: Revista Técnica: Teológica – Pedagógica**. Porto Alegre, Jan. 1940, nº 1, p. 1-3.

WEIDUSCHADT, Patrícia. Os caminhos do Sínodo de Missouri no Rio Grande do Sul : Educação e religiosidade (1900-1910). **História da Educação**, v. 19, n. 47, p. 249-269, 2015.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX**: Identidade e cultura escolar. Dissertação de Mestrado em Educação. UFPEL, Pelotas, 2007.

A ICONOGRAFIA RELIGIOSA REPRESENTADA EM CARTILHAS ALEMÃS

Elias Kruger Albrecht
Mestrando em Educação/Universidade Federal de Pelotas
eliask.albrecht@gmail.com

Resumo: O presente trabalho resulta da análise da representação religiosa presente em cartilhas alemãs utilizadas na alfabetização em escolas comunitárias, vinculadas a sínodos luteranos no Rio Grande do Sul. Produzidas entre 1923 e 1933, por duas editoras ligadas a sínodos luteranos, tais cartilhas foram elaboradas levando em consideração os princípios doutrinários e ideológicos defendidos por essas instituições (DREHER, 1984; WEIDUSCHADT, 2007). Eram comprometidas com a causa religiosa, ressaltando a fé e o cotidiano, possibilitando assim uma aproximação entre a igreja e a escolarização (KREUTZ, 1994; WILLE, 2011). O suporte teórico-metodológico da pesquisa está apoiado em (CHOPPIN, 2002; BACELLAR, 2008; LUCA, 2008), pressupostos que nos auxiliam a entender as intencionalidades por trás das ilustrações religiosas nas cartilhas, considerando as relações sociais estabelecida no contexto. Utiliza-se o conceito de representação (PESAVENTO, 2005) para pensar estas ilustrações como instrumentos de conhecimento mediato. E tem-se em (PAIVA, 2004; MUNIZ, 2010) ajudam para compreender o uso da iconografia religiosa no processo de ensino e aprendizagem, como formadoras de condutas e estilos de vida.

Palavras chave: Cartilhas alemãs; Linguagem visual; Religiosidade

O presente estudo tem como objetivo discutir a representação religiosas por intermédio de ilustrações presentes em cartilhas alemãs, produzidas entre 1923 e 1933 por editoras³² ligadas a sínodos luteranos. Estas cartilhas eram destinadas para o ensino em escolas comunitárias, vinculadas às igrejas luteranas³³, que atuavam junto às colônias de imigrantes alemães e pomeranos³⁴ no Rio Grande do Sul. Elas tiveram ampla circulação³⁵ nas escolas étnicas alemãs/pomeranas da região meridional do estado gaúcho, disseminadas pelas instituições luteranas. Estas escolas, denominadas confessionais, mantinham segundo Wille (2011) as formas de

³² Editora Rotermund, vinculada ao Sínodo Sul-Rio-Grandense e editora Concórdia ligada ao sínodo de Missouri

³³ No contexto foram atuantes três tipos de Luteranismo:

*Sínodo de Missouri, atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Para aprofundar o assunto ver Rehfeldt (2003) Weiduschadt (2007 & 2012)

*Sínodo Sul-Rio-Grandense, atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Para aprofundar no assunto ver Dreher (1984).

*Igrejas independentes, Instituições religiosas que atuam de forma autônoma sem vinculação a nem um sínodo. Para aprofundar no assunto ver Teichmann (1996) e Osvald (2014)

³⁴ 2Pomeranos é o nome dado aos imigrantes que vieram ao Brasil da antiga Pomerânia que se situava nas costas do mar Báltico, território atualmente incorporado pela Alemanha e Polônia. Hoje a sua cultura praticamente está extinta naquela região mantendo-se viva entre algumas comunidades no Brasil que ainda preservam o dialeto e algumas práticas culturais e religiosas. Ver SCHAFFER 2012. A cultura pomerana foi muitas vezes silenciada em detrimento da cultura alemã. Para saber mais do silenciamento dos pomeranos ver em THUM, 2010.

³⁵ A ampla circulação das cartilhas na região meridional pode ser observados a partir dos estudos realizados por Weiduschadt (2007).

organização escolar relacionada com a religiosidade, sendo que, a escola e a igreja eram encontradas em todas as comunidades de imigrantes alemães/pomeranos.

Estudos realizados por Kreutz (1994) e Weiduschadt (2007), indicam que a produção e circulação desses materiais didáticos estavam vinculados a um projeto comunitário, sob a liderança das instituições religiosas, que visavam a fé e o aprendizado e buscavam disseminar discursos que levavam em conta os aspectos sociais, ideológicos, religiosos, bem como as relações do trabalho. Haviam assim uma iniciativa mutua em disseminar a literatura religiosa e secular entre as comunidades teuto-brasileiras.

Cabe destacar que tais cartilhas foram elaboradas em língua alemã e com um linguagem visual que leva em consideração aspectos étnicos e culturais do público a qual era destinado. Também os princípios doutrinários e ideológicos³⁶ defendidos pelos sínodos luteranos. Assim, segundo Samara e Tupy (2010) é preciso entender as relações sociais estabelecidas, pois, o documento é antes de mais nada uma representação da sociedade em que foi forjado. Logo, Bacellar (2008) chama a atenção para a importância de contextualizar o documento a ser analisado, pois, ele nunca é totalmente neutro, sempre carrega consigo as intencionalidades de quem o produziu. Daí a importância de questionar qual o propósito destas ilustrações? E quais eram as relações estabelecidas entre os editores das cartilhas e o público leitor? Pois, segundo Muniz (2010) imagens não são apenas representações, elas moldam condutas, estilo de vida e o modo como a pessoa se percebe na sociedade.

Em virtude dos argumentos apresentados, objetiva-se a seguir realizar uma discussão teórica-metodológica sobre o uso de cartilhas, como fontes documentais, para o estudo da história da educação. E também conceituar estas representações religiosas (PESAVENTO, 2005), a partir dos princípios doutrinários defendidos pelos Sínodos. Para assim, num segundo momento, fazer uma análise das ilustrações religiosas (PAIVA, 2004) de modo a entender os usos e as intencionalidades propostas. É importante lembrar que o objetivo deste estudo não é promover uma análise aprofundada sobre o uso da iconografia religiosa no âmbito educacional, mas, sim, pensar como os sínodos luteranos se utilizaram desse elemento dentro das relações sociais estabelecidas.

Contribuições teóricas-metodológicas sobre pesquisa com cartilhas escolares

³⁶ O Sínodo de Missouri, segundo Weiduschadt (2007) tinha seus princípios pautados na defesa da confessionalidade luterana com suposta neutralidade política e o Sínodo Sul-Rio-Grandense tinha seus princípios doutrinários e ideológicos, segundo Dreher (1984) representados pela difusão do evangelho e do germanismo.

Nas últimas décadas, as cartilhas escolares vem se tornando cada vez mais uma fonte privilegiada de pesquisa no âmbito da história da educação. Como produtos de uma época elas constituem diferentes suportes e contemplaram diferentes interesses, sofrendo assim ações do governo, influência da Igreja e da própria sociedade civil. Pois, vinculam “de maneira mais ou menos sutil, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, e uma ideologia que conduz um grupo social” (CHOPPIN,2002, p.14).

As cartilhas constituem-se, assim, em “objetos por meio dos quais se pode buscar construir a história dos modos de conceber, a formação ideológica da criança, bem como dos processos pelos quais a escola constrói sua cultura, seus saberes, suas práticas. (BATISTA; GALVÃO, 2009, p.16)”. São, portanto, mobilizadores das representações sociais, em torno dos quais o indivíduo constrói a sua identidade (PESAVENTO, 2005). Ou seja, elas irão influenciar os modos de ser e estar em sociedade. Assim, para Samara e Tupy (2010, p.82) “o trabalho com registros históricos envolve, pelo menos a “verdade” de quem o produziu e a “verdade” de quem o interpreta.

E é por expressarem valores políticos, sociais, culturais e religiosos que Bacellar (2008) entende que, todo e qualquer fonte, deve ser lida e analisada criticamente levando em consideração o contexto em que foi produzida. Assim o conteúdo visual das cartilhas não deve ser naturalizado, mas sim, questionado e para que isso seja possível segundo Bacellar (2008, p.63-64) é preciso que o historiador “[...]desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu [...]”, e é aí que reside a necessidade imperiosa de se entender o texto no contexto de sua época.” Ou seja, elas foram produzidas dentro de um contexto e esse precisa ser levado em conta na hora da pesquisa. Outrossim, as imagens são importantes códigos de conhecimentos e comportamentos a serem transmitidos. Por isso é preciso decodificá-la, Samara e Tupy (2010), pois, enquanto veículos de ideias e informações, elas trazem uma mensagem que se constitui como um representação das estruturas sociais estabelecidas em um época distinta.

Para Luca (2008), entender o contexto no qual o impresso foi produzido é fundamental para interpretar o seu conteúdo, pois “os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam” (p.140). Para a autora a materialidade, a ênfase em certos temas, o tipo de linguagem utilizada e a natureza do conteúdo dão conta das intenções e expectativas do público a qual o impresso pretendia atingir. E a ilustração nessa perspectiva torna-se um importante elemento para “[...]discutir os quadros de representação social e os códigos de comportamento [...] (LUCA, 2008, p. 123)”. Assim, as ilustrações nas cartilhas escolares dizem muito sobre o tempo em que foram produzidas, porém o historiador só irá entender os seus reais significados se antes conhecer o contexto de sua produção. E para que isso

ocorra é preciso, segundo Paiva (2004) saber fazer as indagações necessárias e, da mesma forma, saber escutar as respostas.

A imagem não é o retrato de uma verdade, nem a representação fiel de eventos ou de objetos históricos [...] São sempre resultados de escolhas, seleções e olhares de seus produtores e dos demais agentes que influenciaram essa produção (PAIVA, 2004, pp.19-20).

Compreende-se assim, que as ilustrações nas cartilhas escolares foram intencionalmente construídas para legitimar discursos usados para direcionar o olhar da criança a se perceber parte de uma determinada cultura. O que Noselle (1981) vai chamar de uma maneira direcionada de perceber o mundo, na qual as crianças submetidas à inculcação de uma determinada ideologia³⁷, não irão apenas aprendê-la, mas terão toda a sua estrutura de pensamento impregnada por ela. E como o conteúdo ideológico representa boa parte do chamado currículo oculto a ilustração passa a ser segundo Nosella (1981, p. 199), um “eficiente instrumento ideológico complementar dos textos, devido à sua força comunicativa “rapidez e impacto emotivo” muitas vezes maior que a comunicação escrita”. Assim, a imagem exerce uma função pedagógica e também ideológica, pois ela sinaliza a forma de ler e interpretar o texto (ALBRECHT, 2017, p.43).

Com base nessas colocações, buscar-se-á analisar a seguir algumas ilustrações religiosas presentes em quatro cartilhas escolares produzidas por editoras ligadas a instituições religiosas luteranas, de modo a perceber quais as intencionalidades nelas representadas.

As cartilhas sinodais e a motivação religiosa das ilustrações

Para facilitar a compreensão, optou-se em analisar as cartilhas agrupando-as por editoras, levando em consideração algumas características comuns entre elas. E para caracterizar a iconografia religiosa presente, se irá atentar para as opções estéticas e para as funções ideológicas cumpridas por elas nas cartilhas.

Uma das primeiras coisas que se pode observar é que as cartilhas produzidas pela editora Concórdia ligada ao Sínodo de Missouri mostram-se mais objetivas em suas representações religiosas, buscando legitimar um discurso pautado nas doutrinas cristãs associada aos métodos de ensino preconizados por Martinho Lutero³⁸. As ilustrações contemplam assim o projeto educativo e religioso do Sínodo que visava segundo Weiduschadt (2007) uma educação religiosa dos fiéis para

³⁷ Nosella (1981) define ideologia como um “sistema de ideias e representações que dominam o espírito de um homem ou um grupo social (p.23)”

³⁸ Personagem que, no século XVI com base em sua interpretação das Sagradas Escrituras, protagonizou a Reforma Protestante, que levou a importantes transformações na sociedade e operou importantes mudanças educacionais e religiosas. Assim, aqueles que se identificam com os ensinamentos de Lutero acabaram sendo chamados de luteranos. Para saber mais sobre ver Russo (2012) Os impactos da reforma protestante na educação.

os ensinamentos doutrinários e seculares. As cartilhas buscavam, assim, estabelecer valores que nortegassem à racionalização das condutas dos indivíduos que seriam por elas alfabetizadas.

Cabe destacar que a maioria das figuras de cunho religioso encontram-se no começo da cartilha, chamando assim a atenção para a questão religiosa de forma lúdica e pedagógica. Buscam, assim fundamentar os princípios sobre os quais deveriam ser construídos o conhecimento da criança, conforme pode ser observado nas figuras 1 e 2 que integram a cartilha *Erstes Lesebuch; für Evangelisch Lutherische Schulen*³⁹.

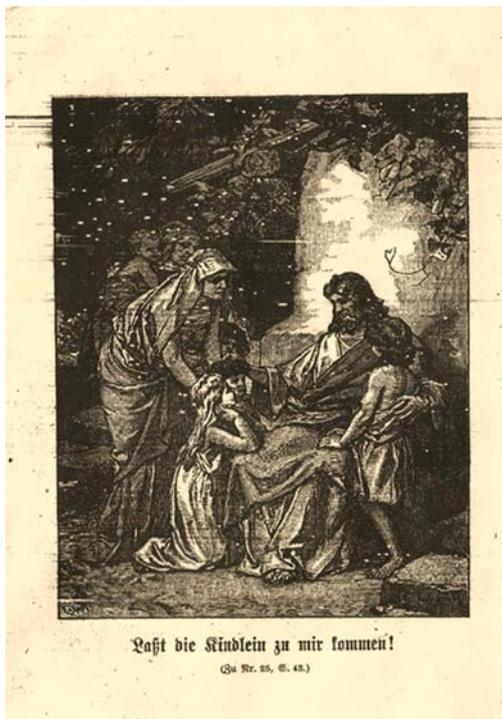


Figura 1: Jesus e as Crianças
Fonte: Erstes Lesebuch, folha de rosto



Figura 2: A oração
Fonte: Erstes Lesebuch , p. 1

Na primeira figura tem-se a representação de Jesus Cristo abraçando e acolhendo as crianças. A figura traz também uma mulher, que como mãe zelosa conduz seus filhos para conhecer os ensinamentos de Jesus. A ilustração religiosa é reforçada ainda pelo verbete bíblico de Marcos 10.14 “Deixe vir a mim os pequeninos⁴⁰”, mostrando assim que as crianças devem ser levadas aos conhecimentos das escrituras sagradas ainda pequenas, cabendo aos pais e professores o papel de “educar às crianças no caminho que devem andar (BÍBLIA, Provérbios, 22.6).” Porque assim ela

³⁹ Primeiro livro de leitura para escolas evangélicas luteranas, produzido na década de 1920 pela editora Concórdia Publishing House ligada ao Sínodo de Missouri.

⁴⁰ O versículo completo encontra-se na Bíblia sagrada no livro de Marcos capítulo 10 versículo 14 onde diz “Deixai vir a mim os pequeninos, não os embarceis, porque dos tais é o reino de Deus”.

saberá para onde caminhar e não irá correr o risco de se desviar ao longo do caminho. Com isso, o sínodo estabelece um relação direta entre o conteúdo ensinado e os princípios doutrinários e comportamentais por ele apregoados.

A segunda figura, ao representar um criança de joelhos orando com os dedos cruzados sobre os seus livros reforça tais afirmativas, assinalando os meios que a criança deve utilizar para se dirigir a Jesus. Conforme podemos observar na transcrição da oração onde a criança ora a Deus pedindo que interceda por seus estudos.

Em nome de Deus, eu começo.
Deus ajude, quem pode ajudar!
Deus me ajudando, tudo fica mais fácil;
Naquilo que Deus não ajuda, nada se alcança.
Por isso, o melhor que eu posso fazer é:
Começar em nome de Deus. (ERSTES LESEBUCH, s/d, p.1⁴¹)

Segundo Paiva (2004), desde os primórdios do cristianismo as representações icônicas foram importantes instrumentos pedagógicos e eficazes na produção do conhecimento, no convencimento e na legitimação da própria fé. Trazem assim, uma linguagem simbólica e abstrata que abarca um conteúdo a ser ensinado e a identificação visual torna-se o meio ou a condição utilizada para a transmissão dessa mensagem (SAMARA e TUPY,2010). Assim as figuras 1 e 2 carregam as concepções religiosas do Sínodo de Missouri e nesse sentido “devem ser entendidas em suas particularidades (BACELLAR, 2008, p. 69)”. Ou seja contemplam um conjunto de crenças, valores e princípios partilhados por um grupo de pessoas que socializavam uma mesma base religiosa. Logo, a constituição simbólica do homem se dá a partir da cultura a que pertence (MUNIZ,2010).

As duas figuras são esclarecedoras quanto aos princípios doutrinários defendidos pelo sínodo, são representações que têm como objetivo direcionar o olhar da criança a perceber que existe essa entidade superior que é Deus. Nesse caso o lúdico reforça o conteúdo religioso que se quer transmitir e ao mesmo tempo molda o comportamento cristão, considerando que o objetivo maior do Sínodo de Missouri era segundo Weiduschadt (2007) promover a edificação cristã. Ou seja formar jovens comprometidos com a causa religiosa, cujo os princípios deveriam refletir nas suas práticas diárias.

⁴¹ Tradução de Gisleia Simone Devantir Blank, possui graduação em Letras – Português/Alemão pelo Instituto de Formação de professores de Língua alemã – IFPLA da Universidade do Vale do Rio do Sinos- UNISINOS.

Outra representação bastante conhecida no âmbito religioso é a figura do Bom Pastor⁴²

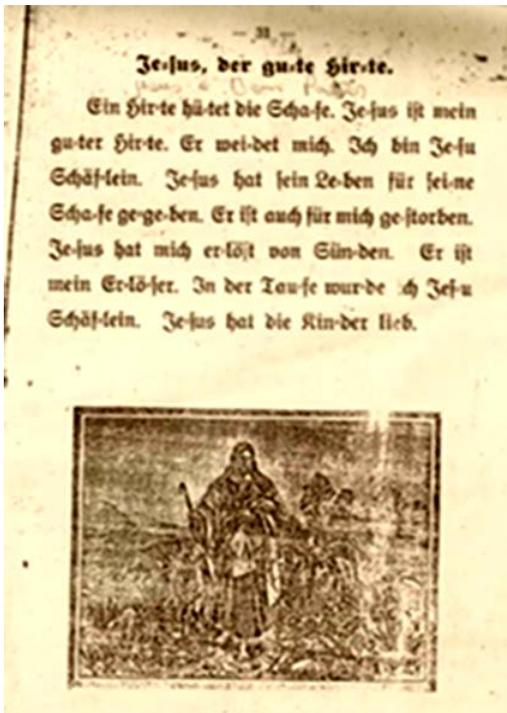


Figura 3: Jesus o Bom Pastor

Fonte: cartilha Schreiblesefibel, p. 31

conduzindo suas ovelhas. Símbolo do cristianismo, a figura é utilizada para demonstrar o vínculo de confiança e proteção que existe entre a ovelha e o seu pastor. Conforme pode ser observado na figura 3 que se encontra na cartilha *Schreiblesefibel für Unterricht der Elementarklassen*⁴³, onde a representação é utilizada de forma didática, para que as crianças apliquem à sua vida aos princípios doutrinários defendidos pelo Sínodo.

A intencionalidade da imagem do Bom Pastor, busca assim fazer com que a criança enxergue sua condição de ovelha submissa a esse pastor, por excelência, que é Jesus Cristo. E com isso balizar a sua vida religiosa e social.

Neste caso Jesus é representado, como aquele que cuida de nós como um pastor cuida de suas ovelhas, protegendo-as e conduzindo-as por caminhos seguros. E

estas por sua vez o seguem, porque sabem que nele encontrarão proteção e alimento. Logo, o discurso textual que antecipa a imagem é bastante esclarecedor nesse sentido, conforme segue;

Jesus, o bom Pastor.

Um pastor vigia as ovelhas. Jesus é meu bom pastor. Ele me pastoreia. Eu sou ovelhinha de Jesus. Jesus deu a sua vida pelas suas ovelhas. Ele também morreu por mim. Jesus me salvou dos pecados. Ele é meu salvador. No batismo me tornei ovelhinha de Jesus. Jesus ama as crianças. (SCHREIBLESEFIBEL, s/d p. 31)⁴⁴.

Com frases pontuais e objetivas, o texto reforça a imagem do Bom Pastor conduzindo a suas ovelhas. Contempla assim a intencionalidade em direcionar não só os princípios doutrinários que a criança deveria seguir, reforçando também questões éticas e comportamentais. Existia, assim, um direcionamento para a formação de uma conduta moral, certos princípios que um cristão deve seguir para ser considerado uma ovelha de Jesus.

⁴² O texto e a representação estão baseados no Salmo 23, do livro de Salmos na Bíblia sagrada

⁴³ Cartilha de Leitura e escrita para o ensino da educação básica, produzido na década de 1920 pela editora Concórdia ligada ao Sínodo de Missouri.

⁴⁴ Tradução feita pelo autor.

Assim, observa-se nas figuras 1, 2 e 3 a preocupação do Sínodo de Missouri em fortalecer o espírito cristão das crianças, levando-as a conhecer a doutrina luterana e a Bíblia Sagrada. As ilustrações revestiam-se de um caráter lúdico e didático para legitimar um discurso doutrinário perante as crianças que ainda não podiam ser atingidas pelos textos escritos, sendo assim, instruídas através de uma leitura visual, que daria a criança a oportunidade de assimilar o conteúdo ensinado e construir um conhecimento enraizado nos princípios religiosos defendidos pelo sínodo. E para aquelas que já dominavam a leitura o discurso textual reafirma o que estava representado na ilustração complementando a noção educacional, religiosa e doutrinária defendida pelo sínodo.

Dado o exposto, cabe ainda atentar para o contexto social e familiar dos imigrantes alemães/pomeranos que segundo Wille (2001) giravam em torno da igreja, na qual a escola era colocada a serviço da igreja. Para o autor o ensino era algo levado muito a sério, sendo que escola e igreja eram encontradas em todas as comunidades de imigrantes alemães/pomeranos. A alfabetização era algo constitutivo da identidade cultural dessas pessoas, pois saber ler e escrever era pré-requisito para poder participar ativamente na igreja. As ilustrações religiosas nas cartilhas legitimam assim, os códigos culturais e sociais estabelecidos na época Samara e Tupy (2010).

Existia assim, uma relação muito estreita entre estas duas instituições, na qual a cultura religiosa era propagada e reforçada através da escola, tendo o campo da representação icônica como meio de assimilação, influenciando diretamente “[...] os nossos julgamentos; formas de viver [...] de expressarmos as nossas crenças, sejam elas religiosas, políticas ou morais” (PAIVA, 2004, p. 26). Logo os materiais didáticos do Sínodo de Missouri eram direcionados a contemplar a alfabetização secular e religiosa sob a óptica confessional do Sínodo.

Já as referências religiosas presentes nas cartilhas produzidas pela editora Rotermund, ligada ao Sínodo Sul-Rio-Grandense, estão representadas num contexto de ilustrações, que envolvem outras atividades relacionadas, como trabalho, lazer e estudo. Em momento algum elas aparecem separadas ou com um texto fazendo referência unicamente a questão religiosa. Conforme pode ser observado nas figuras a seguir que pertencem a cartilha *Fibel für deutsche Schulen in Brasilie*⁴⁵.

⁴⁵ Cartilha para as escolas alemãs no Brasil, 1927, reproduzida pela editora Rotermund, ligada ao Sul-Rio-Grandense. Foi produzida pela primeira vez por Wilhem Rotermund em 1878 e teve sucessivas edições e reedições até 1932, sofrendo ao longo do tempo reelaborações, modificações e acréscimos. A versão analisada foi assinada por Reinado Heuer que passou a assinar a cartilha a partir de 1924 em duas versões, edição A, (Ausgabe A - Deutsche Schrift) escrita alemã com a letra gótica, e a edição B (Ausgabe B - Lateinschrift) de escrita latina, sendo que as edições anteriores possuíam uma única versão.



Figura 4: A igreja ao lado da escola⁴⁶
Fonte: Cartilha Fibel, p.15



Figura 5: a igreja no campo
Fonte: Cartilha Fibel, p. 7

É perceptível que a representação da cartilha Fibel, contempla um contexto maior que é importante ser considerado, pois segundo Luca (2008) é preciso caracterizar o material iconográfico para observar as funções sociais operadas através dele. É preciso reconhecer a mensagem que se busca transmitir e legitimar.

O Sínodo Sul-Rio-Grandense tinha um espírito mais agregador e evangelizador, cujo “[...] objetivo em suas atividades, era edificar, fortalecer e defender os cristãos evangélicos no Brasil em especial no Rio Grande do Sul,” (DREHER, 1984, p. 90). Com base nas observações do autor é notório que há uma mudança no conceito de trabalho do Sínodo Sul-Rio-Grandense em relação outro Sínodo. E esta diferenciação pode ser observada à partir das ilustrações de suas cartilhas, que buscam integralizar aspectos religiosos, sociais e culturais, bem como as relações de trabalho, usando, para isso, elementos que faziam parte do cotidiano dessas comunidades.

Conforme exposto, características étnico-culturais podem ser observadas nas figuras 4 e 5. Isso se deve ao fato do Sínodo fomentar a etnicidade alemã para disseminar os princípios cristãos. O que levou-o à promover uma alfabetização cultural a partir do meio, num sentido de integrar todos os alemães que se reconheciam cristãos de base evangélica. Isto fez com que ponderassem manifestações confessionais em seu material didático. Porém a questão religiosa não era menos

⁴⁶ Os títulos utilizados nas figuras 4, 5 e 6 foram criadas pelo autor para chamar a atenção à presença da igreja nas imagens. As mesmas são assinaladas pelas flechas estrategicamente colocadas pelo autor, para chamar a atenção para a representação da igreja no contexto da ilustração.

valorizada em suas cartilhas, visto que a igreja, com todo o seu aparato simbólico como a torre a cruz entre outros elementos, está ilustrada tanto junto ao contexto de trabalho, quanto no ambiente escolar, o que evidencia a importância dada à religiosidade.

Pesavento (2005, p.86) afirma que “toda imagem dá a ver, todo texto dá a ler”. Assim, as figuras 4, 5 e também a 6, que integra a cartilha *Mein Rechenbuch*, evidenciam a representação da igreja, mostrando que a questão religiosa era parte integrante destes contextos. Conforme pode ser observado nas três figuras a representação da igreja encontra-se em perfeita harmonia com o restante da ilustração. Não é possível afirmar que é dada a ela uma ênfase maior em relação ao outro conteúdo, mas sua presença é reconhecida como necessária. Ela está sempre representada estrategicamente no campo de visão dos personagens que integram o contexto da ilustração. Ela representa, assim, a presença da religiosidade e a crença nesse ser superior que é Deus, como mentor e provedor de todas as coisas.

Embora não tenha textos verbais com conteúdo religioso, ou imagens dando ênfase a

questão confessional, como pode-se observar nas cartilhas do Sínodo de Missouri. A representação visual, das cartilhas do Sínodo Sul-Rio-Grandense, enquanto dispositivo de leitura, apresenta uma mensagem teológica, ou seja, a igreja representa a presença constante de Deus independente do lugar que ela esteja.

A presença do elemento religioso e do secular representados em um mesmo contexto é constante tanto nas cartilhas *Mein Rechenbuch*, como na *Fibel*. Nesse sentido, o Sínodo manteve os princípios educacionais apregoados por Martinho Lutero⁴⁷, de oferecer a criança uma educação voltada aos conhecimentos básicos de leitura e de conhecimento do mundo para a inserção social, preparando-a para viver em sociedade.

As ilustrações representam uma adaptação do ensino de base religiosa e secular propostas por Lutero, durante o movimento reformista, mais as crenças, valores e a ideologia defendidos pelo Sínodo Sul-Rio-Grandense. Com isso, é possível inferir que as ilustrações recaem sobre as tradições



Figura 6: A Igreja na colina
Fonte: Cartilha *Mein Rechenbuch*, p.1

a

⁴⁷ Lutero, defendia uma educação secular e religiosa a todas as pessoas, para que homem tivesse autonomia e formação para interpretar o evangelho e formar seus próprios conceitos sobre igreja, religiosidade e sociedade. Ver Lutero (2011) Obras Seleccionadas- Ética: fundamentos; oração. Sexualidade, educação e economia v. 5

comunitárias adequando-as à realidade local e regional em consonância com um projeto comunitário. Estava, assim, organizada de forma que as crianças pudessem aprender o essencial para o “bom entrosamento na vida das comunidades rurais, tanto sobre aspecto religioso e social quanto do trabalho (KREUTZ, 1994, p.9).” E a igreja é representada como a ponte que liga o homem a esse ser superior e ao mesmo tempo legitima o discurso evangelizador do sínodo.

Como era intencionalidade do sínodo agregar alemães em torno de um ideal comum não caberia a ele enfatizar uma confessionalidade luterana ortodoxa, mas sim uma base religiosa evangélica. Assim a ilustração da igreja fundamenta essa identidade religiosa do sínodo, porém deixava ao professor a liberdade do direcionamento que iria dar a esse símbolo.

Considerações finais

Com base nos estudos já realizados sobre as comunidades teuto-brasileiras, pode-se afirmar que a questão religiosa e escolar sempre esteve muito presentes na vida dos imigrantes alemães/pomeranos. A propósito destas afirmações, era inadmissível passar pela vida sem ter passado por estas duas instituições (WILLE, 2011). Assim o âmbito religioso refletia em suas produções didáticas e nas suas práticas diárias conforme testemunhado nas cartilhas analisadas.

O conjunto de dados analisados permite afirmar que todas as cartilhas usam o lúdico como suporte metodológico, pra introduzir o conteúdo a ser ensinado. As diferentes abordagens dos discursos visuais religiosos, evidenciam a vinculação aos princípios defendidos por cada um dos sínodos.

Desta maneira as cartilhas atenderam aos interesses das comunidades teuto-brasileiras, que primavam por uma formação educacional e religiosa para os seus filhos, e aos interesses dos próprios Sínodos que buscava se afirmar como lideranças frente a esses grupos de imigrantes e seus descendentes. Havia portanto, uma normatização ou adequação das cartilhas ao posicionamento doutrinário de cada Sínodo, evidenciando a não neutralidade do documento (BACELLAR, 2008).

Em consequência disso, as representações religiosas das cartilhas *Erstes Lesebuch* e *Schreiblesefibel*, produzidas pela editora Concórdia, vinculada ao Sínodo de Missouri, são bastante elucidativas quanto ao posicionamento confessional do Sínodo. Nelas Jesus é a figura central, com isso mantiveram um caráter mais religioso. O campo educacional não foi desviado em nenhum momento da função religiosa e moral pregada pelo sínodo. Todas as ilustrações são devidamente fundamentadas e ressignificadas nos princípios bíblicos. Havendo o cuidado em relacionar os conteúdos seculares e o aprendizado ao pensamento cristão ortodoxo. Assim as cartilhas mantiveram-se fieis aos princípios de ensino e aprendizagem oriundos da Reforma Protestante.

Em relação as cartilhas *Mein Rechenbuch* e *Fibel für deutsche Schulen in Brasilie*, é possível afirmar que não se manteve essa fidelidade aos princípios reformistas, ocorrendo uma adaptação aos interesses teológicos e ideológicos do sínodo. Com isso as ilustrações estão permeadas por construções étnicas e culturais historicamente construídas, dentro de um processo que envolveu instituições educativas-religiosas. Assim a questão religiosa sofreu um processo de adaptação para que se pudesse reunir em torno de um símbolo comum diferentes ramificações do luteranismo que se reconheciam com base evangélica.

Referências

- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PÍNSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**, 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução na linguagem de hoje. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 11, p. 5 -24, abril 2002.
- DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade**: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1984.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. O estudo dos manuais escolares e a pesquisa em história. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros Escolares de Leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas: Mercado das Letras, 2009, p. 11-40.
- KREUTZ, Lucio. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.
- LUCA, Tânia Regina. História dos, nós e por meio dos periódicos. In: PÍNSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**, 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153
- LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas- Ética: fundamentos; oração. Sexualidade, educação e economia** v. 5. Trad Marthin N. Dreher, Comissão Interluterana de Literatura Sinodal, São Leopoldo/RS 2011.
- MUNIZ, Nancy a Campos. O Símbolo e a construção imaginária de uma instituição. In: MANINI Miriam Paula e tal. **Imagem memória e informação**. Brasília: ícone Editora e Gráfica, 2010. p. 125-146.
- NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Editora Moraes, 1981.
- OSVALD, Tamara. **As igrejas Evangélicas Livres e independentes em São Lourenço do Sul**. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS, 2014.
- PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

- REHFELDT, Mario L. **Um grão de mostarda: A História da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. v.1. Porto Alegre: Concórdia, 2003.
- RUSSO, Bárbara Ferreira. **Os impactos da reforma protestante na educação**. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia. 158 f. Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas/SP: 2012.
- SAMARA, Eni de Mesquita; Tupy, Ismênia S. Silveira T.. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.
- SCHAEFFER, Schirlei Conceição Barth. **Descrição Fonética e Fonológica do Pomerano falado no Espírito Santo**. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, Vitória/ES: 2012.
- TEICHMANN, Eliseu. **Imigração e Igreja: As comunidades- Livres no Contexto da Estruturação do Luteranismo no Rio Grande do Sul**. 1996. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Escola Superior de Teologia/EST, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia/IEPG, São Leopoldo/RS, 1996.
- THUM, Carmo. **Educação, história e memória: Silêncio e reinvenções pomeranas na serra dos tapes**. 2009. 334 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2010.
- WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: Identidade e cultura escolar**. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS, 2007.
- _____. **A revista "O Pequeno Luterano" e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas - RS (1931 - 1966)**. 2012. 275f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2012.

O ENSINO DE PORTUGUÊS PARA FILHOS DE ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES, FARROUPILHA/RS (1940-1954)

Gisele Belusso⁴⁸

Doutoranda em Educação
Universidade de Caxias do Sul

Considerações iniciais

O objetivo do presente texto é analisar, a partir de memórias e representações, as práticas no ensino de português aos filhos de imigrantes e descendentes de italianos vivenciadas no Colégio Nossa Senhora do Lourdes⁴⁹, Farroupilha/RS. A instituição escolar, de caráter confessional e particular, foi aberta em 1917 em uma Região Colonial Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul, Brasil. A mesma foi iniciativa da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas⁵⁰, de origem italiana, e atendeu inicialmente meninos e meninas no ensino elementar.

O ramo feminino da congregação de São Carlos surgiu em 1895 na Itália e as primeiras irmãs vieram para o Brasil para atuar no Orfanato Cristovão Colombo em São Paulo. Somente em 1915 passam a atuar no Rio Grande do Sul quando abrem o Colégio Medianeira em Bento Gonçalves. A segunda instituição escolar aberta no Rio Grande do Sul pela congregação foi o Colégio Nossa Senhora de Lourdes no ano de 1917.

No Rio Grande do Sul houve uma significativa oportunidade de atuação na área da educação para as diferentes congregações, o que não foi diferente para as Irmãs carlistas scalabrinianas a partir de 1915. Elas chegaram para abrir escolas, em momento oportuno, pois “a luta pelo ensino privado e pelo ensino religioso nas escolas oficiais passaria a ser, portanto, a bandeira principal da Igreja Católica durante a Primeira República” (GIOLO, 2009, p. 249).

⁴⁸ Bolsista Capes, membro do Grupo de Pesquisa História, Educação e Imigração - GRUPHEIM.

⁴⁹ O Colégio Nossa Senhora de Lourdes até 1922 chamou-se Colégio Nossa Senhora do Rosário (BELUSSO, 2016).

⁵⁰ Sobre a história da congregação ver Signor (2005; 2007).

Acerca dos indícios do primeiro ano de funcionamento do Colégio Nossa Senhora de Lourdes ao ler o anúncio a seguir, divulgado no Jornal *Corriere d'Itália*, compreendemos que dentre os saberes ofertados incluía-se o italiano.

O anúncio de 1917, divulgando o período de matrículas, acrescentava que se ensinava música, piano e canto, ainda bordados em branco, seda, ouro, lã e o filó.⁵¹ Além disso, leitura, análise gramatical, italiano, aritmética, geografia, história pátria, ciências naturais e físicas, desenho e o catecismo, sempre promovendo a “educação completa da juventude”⁵² (LUCHESE, 2007, p. 233).

Porém, não fica claro a partir do anúncio qual era o espaço do italiano e do português no currículo, qual das línguas tinha prioridade no cotidiano escolar. Quanto as professoras que atuavam na instituição, elas eram religiosas da própria congregação. Das quatro professoras que compõem o quadro docente pode-se afirmar que duas eram de origem italiana e uma portuguesa (SIGNOR, 2005, p. 244). Situação que pode ter influenciado culturalmente as práticas no cotidiano escolar, além do local onde elas abrem o Colégio, que segundo Gasperin (1989) remetem a um lugar predominantemente composto de imigrantes italianos, mas que também receberam descendentes de outras nacionalidades. É possível pensar que tenham sofrido um apagamento de muitos traços culturais em função da generalização, sinalizando, com isso, uma predominância de famílias de uma nacionalidade, e esse domínio uniformizou as demais pelo credo, colocando-as na posição de “unidas pela fé” no período de predominância católica.

Porém, indícios apontam que havia descendentes que procediam de vários lugares, questão essa que se refletiu nos processos culturais e também na linguagem. A professora Alice observa que “todos com um linguajar diferente, que aos poucos se fundiu e se cristalizou no dito “Talian” do Rio Grande do Sul, muito próximo ao dialeto Vêneto (GASPERIN, 1989, p. 23). O “Talian” pode ser considerado o Koiné⁵³ por ser o maior grupo dialetal na RCI. (FROSI; MIORANZA, 1983).

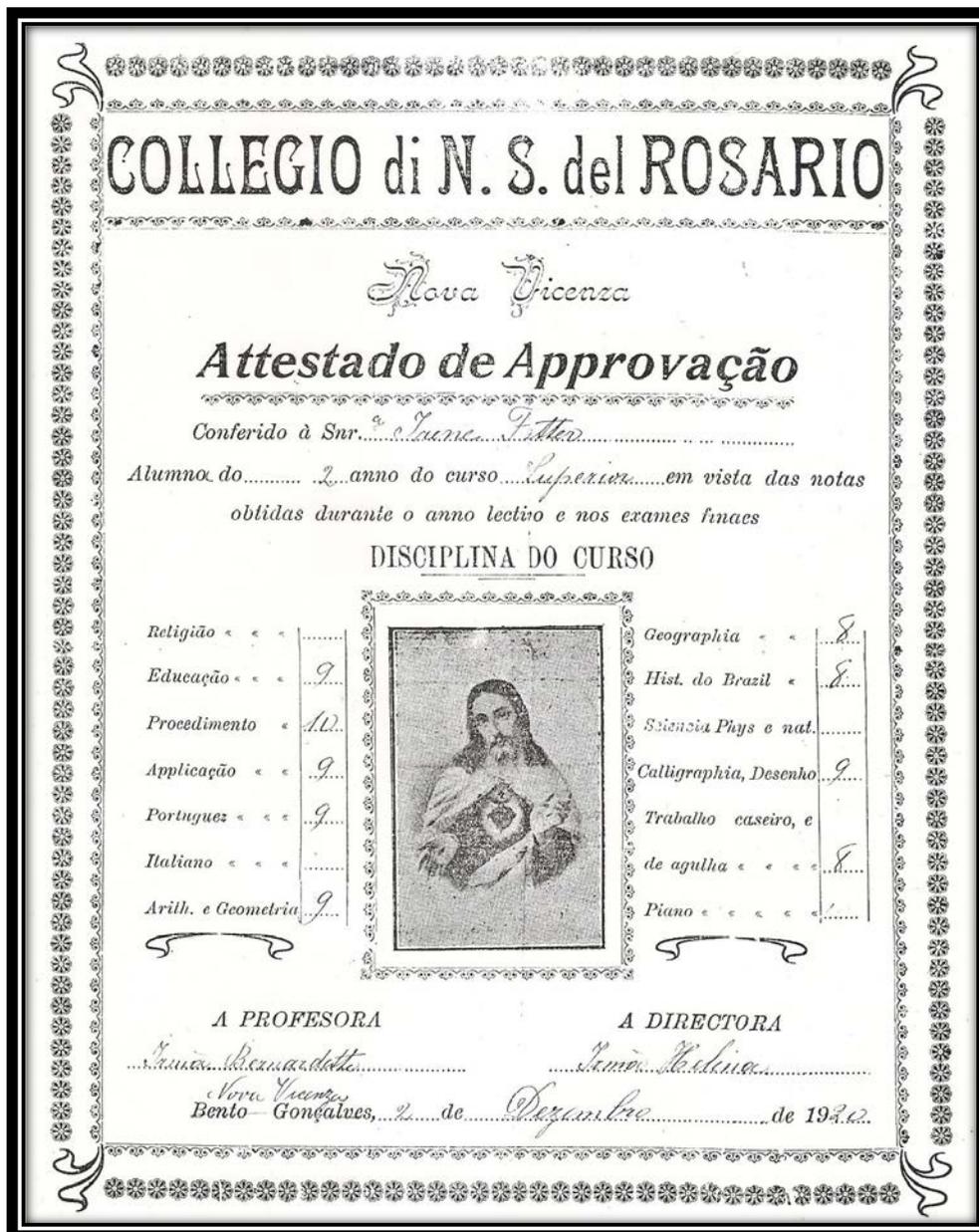
Ainda ao analisar o boletim escolar da aluna Irene Fetter de 1920 é possível perceber que não foi atribuída nota para o Italiano no boletim escolar, já para Português a nota atribuída foi nove. Nesse sentido fica a dúvida de se nos primórdios do Colégio Nossa Senhora de Lourdes o ensino era realizado prioritariamente em Italiano e também estudava-se o português ou se ocorria ao contrário.

⁵¹ Publicado em 12/01/1917. Jornal *Corriere d'Itália*, Bento Gonçalves, Museu Histórico Casa do Imigrante.

⁵² Publicado em 12/12/1917. Jornal *Corriere d'Itália*, Bento Gonçalves, Museu Histórico Casa do Imigrante.

⁵³ Ver mais sobre as questões linguístico-dialetológica na região de colonização italiana no nordeste do Rio Grande do Sul em FROSI e MIORANZA (1983).

Figura 1: Boletim escolar (1920)



Fonte: Acervo Escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Outro indício analisado foi o recebimento de verba do governo italiano no ano de 1926, citado no Livro Tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, “em data de vinte e oito, maio o agente consular da Itália Professor Rômulo Carbone concedeu a nome [...] governo um subsídio de setenta sete mil e quatrocentos reis ao local do Colégio das freiras de São Carlos” (LIVRO TOMBO PSCJ). Nesse mesmo ano também receberão subsídio do governo brasileiro, especificamente da municipalidade de Caxias. A partir dos indícios, emergem questionamentos tais como: Seria

possível a instituição escolar ter recebido subvenção do governo brasileiro e italiano no mesmo período? Ao que parece no ano de 1926 o Colégio Nossa Senhora de Lourdes recebeu subsídio financeiro do governo italiano e do poder público municipal de Caxias, conforme o registro no Livro Tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus e no trecho, apresentado a seguir, do Relatório da Intendência de Caxias.

Figura 2: Escolas subvencionadas pelo município de Caxias (1926)

A Municipalidade subvenciona as seguintes:			
Collegio N. S. de Lourdes	N. Vicenza mensal...		50 000
« Juvenato S Carlos	N. Milano	«	160.000
« « « «	S. Miguel	«	50.000
« D. João Becker	S. Marcos	«	80 000
« N. S. de Pompeia	Anna Reck	«	70.000
Escolas Parochiaes	Cidade	«	208.330

Fonte: Relatório da Intendência de Caxias (1926, p. 47) – Arquivo Histórico João Adami Spadari.

A partir do exposto surge o questionamento de quais os acordos e discursos foram estabelecidos em torno das subvenções? Como essas questões se refletiram nas culturas escolares e nas práticas escolares? Entende-se que o subsídio era efetivado mediante algumas contrapartidas.

O governo italiano apoiava financeiramente escolas privadas, estas eram “mantidas por financiamentos subsidiados pelas estruturas consulares” (BARAUSSE, 2016, p.83). O recurso financeiro italiano para manter tais escolas, aumentou na primeira metade do século XX, período pós-guerra e também período em que é observado o recebimento de subvenção do agente consular Rômulo Carbone no Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

A subvenção era concedida com a pretensão, por parte do governo italiano, de manter a “italianidade” no exterior principalmente entre as comunidades “de colonos”. Para tanto instituiu em 14 de dezembro de 1921, uma comissão de reorganização e a vigilância das escolas italianas nas Américas, ficando desta forma responsável por tal função no Brasil o professor Vittore Alemanni (BARAUSSE, 2016, p.84).

Também é preciso considerar que nesse período Mussolini detinha o poder político na Itália, período em que livros didáticos em italiano⁵⁴, difundindo ideias facistas, eram distribuídos no Brasil

⁵⁴ Para saber mais sobre o assunto ver Barausse (2016) em que aponta os acontecimentos que levaram a produção de livros de leitura para determinadas escolas no Brasil e Luchese (2013) que analisa seis livros didáticos italianos destinados ao ensino primário das décadas de 1920 e 1930.

para as escolas étnicas. Tal situação ocorreu de 1922 até 1938, quando se inicia a nacionalização repressiva do Governo Vargas (LUCHESE, 2013). No entanto, não se pode afirmar que o CNSL tenha recebido livros e material de divulgação facista, porquanto não há indícios de que isso tenha ocorrido.

Para as escolas serem subsidiadas, precisavam aceitar que agentes consulares, cônsules ou outras pessoas nomeadas para a função (médicos, padres...) pudessem inspecionar a escola. São consistentes as referências às escolas subsidiadas e mantidas por Salesianos, num primeiro momento e, logo após a criação, por parte de João Baptista Scalabrini, da congregação masculina e feminina dos scalabrinianos. (LUCHESE, KREUTZ E XERRI, 2014, p.214).

Tal indício, esclarece a subvenção concedida por Rômulo Carbone⁵⁵, médico e também agente consular e ainda é possível que fosse o responsável pelas inspeções na instituição. As colônias Conde D'Eu, Dona Isabel e Caxias, que deram origem a vários municípios da região, dentre eles Farroupilha, formam a denominada Região Colonial Italiana, a qual foi colonizada principalmente por imigrantes italianos advindos da península itálica (LUCHESE, 2007). Assim justifica-se a ação do cônsul italiano na região.

Como o recorte temporal delimitado avança de 1940 a 1954 por ser o período em que os entrevistados nas narrativas de memória oral referem-se as suas vivências no Colégio Nossa Senhora de Lourdes enquanto alunos ou professoras é preciso considerar outro momento histórico. Os citados sujeitos frequentaram a instituição escolar durante o período de acirramento da nacionalização de ensino, que ocorreu em especial a partir de 1938, possibilitando a intervenção estatal através de diversas ações, tais como a jurisprudência sobre a educação, a expansão da rede pública de ensino e a orientação, supervisão e fiscalização do trabalho escolar. No intuito de formar um “espírito nacional”, o ensino em Língua Portuguesa, os saberes cívicos e patrióticos e o ensino de História e Geografia do Brasil tornaram-se obrigatórios (QUADROS, 2006).

Sinaliza-se que o cotidiano escolar das escolas primárias, na época, era orientado pelo *Programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado*,⁵⁶ aprovado em 1939, cujo foco era regular o ensino de cada matéria.

⁵⁵ Para saber mais sobre a atuação de médicos italianos no Rio Grande do Sul, inclusive Rômulo Carbone, ver em Schwartzmann (2013).

⁵⁶ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122105>. Acesso em: 15 de maio de 2016. O texto aborda a forma como foi organizado o ensino, ou seja: por séries (primeiro, segundo, terceiro, quarto e quintos anos). Em seguida, focou a série por saberes de cada área (Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Estudos Naturais, Desenho e Artes Aplicadas e Música) de forma a propor objetivos gerais e específicos. Também apresentou a normativa (explicação de como o aluno aprenderia aqueles conteúdos determinados e sugestões de práticas pedagógicas). Além disso, estabeleceu também as diretrizes para o ensino de Moral e Civismo.

Na trajetória do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, tais elementos foram identificados desde a construção do prédio escolar inaugurado em 1943, até as comemorações cívicas, a preocupação com o ensino da língua pátria, as atividades físicas, a ordem, a disciplina, as avaliações e as solenidades de conclusão e é nesse contexto que os sujeitos entrevistados vivenciaram o cotidiano escolar com exceção de Alice Noro e Irmã Mafalda Seganfredo, professora Mafalda, que trazem memórias da década de 1950.

No quadro, a seguir, é possível identificar os nomes dos entrevistados, data de nascimento, sua vinculação à instituição e período.

Quadro 1: Entrevistados da pesquisa

Entrevistado (a)	Data de nascimento	Lugar social no Colégio	Período
Raul Pedro Tartarotti	1930	Aluno Jardim de Infância e Primário	Décadas de 30 e 40
Dino José Dorigon	1929	Aluno do primário	Décadas de 30 e 40
Odete Rasera	1937	Aluna do primário	Décadas de 40
Alice T. Noro	1944	Aluna do primário e ginásial	Décadas de 50
Ir. Mafalda Seganfredo	1928	Professora primário e ginásial (Francês/História e Educação Física) Aluna do curso ginásial Diretora	Década de 50 (1º período em que esteve na instituição e retorna em 1975)

Fonte: Quadro elaborado pela autora⁵⁷.

As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora e autorizadas pelo Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) com a opção de serem identificados aceita por todos os participantes citados. Os pressupostos teóricos são os da História Cultural e metodologicamente utilizo a análise documental histórica (LUCHESE, 2014) e a História Oral (ALBERTI, 2005). O *corpus* empírico é composto pelas cinco narrativas de história oral, boletins escolares, livros de atas e a legislação. A partir das análises pode-se afirmar que o ensino de português nesta instituição escolar demandou de um esforço por parte das professoras em função da influência cultural italiana na língua, o dialeto “Talian” era comumente utilizado nesta região.

⁵⁷ As alunas Odete Rasera e Alice T. Noro, constam nos arquivos do arquivo escolar com os nomes de solteira Odete Zanco e Alice Paraboni.

Ensinando português no Colégio Nossa Senhora de Lourdes

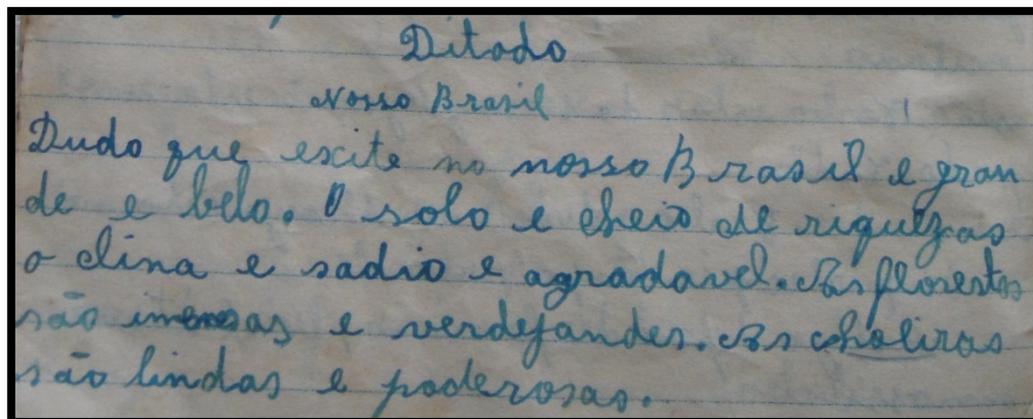
Os sujeitos que adentraram as salas de aula no Colégio Nossa Senhora de Lourdes levaram consigo marcas da sua formação religiosa e da etnicidade cultural próprias da comunidade em que viviam. Nessa diretriz, seus fazeres foram permeados pelo pertencimento cultural e pelas normas existentes, mas também, por serem sujeitos de criatividade e inventividade, eles levaram a sua subjetividade envolta nos fazeres cotidianos (CERTEAU, 1994).

Ao refletir sobre o ensino de português no Brasil é preciso atentar que o processo ensino/aprendizagem da leitura e da escrita foi considerado como base para a aprendizagem de novos conhecimentos e necessária para o exercício da cidadania, a partir da República, tornando-se um dos desafios enfrentados pela escola primária brasileira (SOUZA, 2008).

A aprendizagem da leitura na escola primária ocupou boa parte do tempo nos exercícios escolares (SOUZA, 2009). E mais que uma disciplina, o ensino da língua pátria e da escrita são estruturantes da atividade escolar, “um dos elementos identificadores da cultura escolar” (FARIA FILHO, 2014, p. 254). O programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias gaúchas, através do Decreto nº 8.020 de 1939, ilustra a importância da língua pátria, desde o primeiro ano, considerando-se que um dos objetivos do ensino da linguagem é “formar atitudes favoráveis à matéria e provocar concomitantes desejáveis como: amor à Pátria, gosto literário de cooperação, apreciação pelos grandes valores e ideais humanos, etc.” Esse posicionamento permite entender as práticas de leitura e escrita como um fio condutor para os demais saberes.

Nesse sentido, quais foram as práticas no Colégio Nossa Senhora de Lourdes para ensinar português para filhos de imigrantes e seus descendentes italianos? Inicialmente destaco que na década de 1940 já não existe dúvida sobre o predomínio do ensino em português pautado no programa orientado pelo Estado e nem da centralidade das atividades de leitura e escrita como fio condutor para o ensino dos demais saberes. Como pode-se visualizar no caderno de sabatinas do acervo pessoal de Odete Rasera que nos apresenta uma escrita em português. O ditado tem um tema de cunho patriótico intitulado Nosso Brasil.

Figura 3: Trecho do caderno de Sabatinas de Odete Rasera (Década de 1940)



Fonte: Acervo Pessoal de Odete Rasera.

A exaltação ao Brasil fica evidente na escrita, como a valorização dos recursos naturais, do trabalho, da industrialização de uma nação em progresso, do desenvolvimento dos transportes marítimos, terrestres e aéreos. Também enaltece o papel da escola na formação do povo brasileiro como futuro da Pátria. O texto ditado pela professora contempla o que já era esperado, inclusive para matérias como Geografia, História, Educação Física, Instrução Moral e Cívica, as quais deveriam “desenvolver nas crianças o espírito de patriotismo e nacionalismo; deveriam contribuir para a formação moral do povo e, no limite, para a construção da nacionalidade. Essa ênfase no nacionalismo atravessou o século XX” (SOUZA, 2009, p. 113).

Apesar disso a influência cultural por vezes atravessava as práticas escolares. O aluno Dino Dorigon rememora o auxílio prestado pela mãe ao realizar o tema de casa:

A professora dava um caderno, por exemplo, com desenhos, tinha por exemplo uma figura de um sapo, várias outras figuras, o relógio, então eu não sabia, eu perguntava eu e Lides [se refere a sua irmã, também aluna do CNSL] pra minha mãe o que é isso aqui, ah o sapo... rospo, eu escrevia embaixo rospo, relógio, é relógie, enchada, la sapa [risos]. Levava lá o tema pro colégio das Irmãs, elas ficavam brabas (Dino José Dorigon, 2016).

O caderno ao ser levado para casa para a realização do tema oportunizava neste momento que as práticas pedagógicas fossem influenciadas pelas práticas culturais. Pois o aluno ao solicitar a ajuda da família é orientado a escrever o nome das figuras em dialeto italiano, “os muitos dialetos trazidos pelos primeiros imigrantes ainda persistiam [...] até a década de 1970 pelo menos, como atesta a pesquisa de Frosi e Mioranza, publicada em 1983” (FAGGION; LUCHESE, 2014, p. 263).

Suas memórias também sinalizam de que tal influência cultural não era bem aceita, a escrita esperada deveria ser em português.

No cotidiano do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, na década de 50, do século XX, a presença da fala dialetal gerou práticas escolares singulares para reforçar o efetivo ensino do português como recorda a professora Mafalda:

Era um tempo que era muito vigiado para que aprendessem em português, porque eram todos da colônia. Então até um ano, eu me lembro de um ano que a diretora daquele tempo, então ela disse: Nós precisamos para puxar forte para esses alunos que falem português e aprendam a escrever em português. Nós tivemos que fazer uma classe separada para puxar mais aqueles alunos que vinham da colônia e falavam em dialeto. Falavam muito mal em português (Mafalda Seganfredo, 2015).

As memórias da professora trazem indícios da preocupação institucional em atender as exigências legais, e, por isso, criaram estratégias necessárias para efetivar o ensino da língua pátria. A estratégia recordada é de promover uma classe em separado para intensificar com aqueles alunos que trouxessem consigo as influências culturais do dialeto pudessem aprender o português, tanto na escrita como na oralidade. Conforme Kreutz (2014), o Decreto nº 7212 de 1938, que especificava a legislação ligada à nacionalização compulsória do ensino, impôs várias exigências e, dentre elas, determinava que as escolas particulares que ofereciam o ensino de língua estrangeira seriam obrigadas a ter um ou mais professores do Estado para o ensino das disciplinas de Língua Portuguesa, História, Geografia Pátria e Educação Cívica. Determinava ainda o Decreto que o pagamento dos professores ficaria sob a responsabilidade da escola particular e que os professores teriam preferência na escolha dos horários.

A instituição que não pudesse arcar com essa despesa, ou não aceitasse o professor, seria fechada. Também a entrada de recursos estrangeiros para manter as escolas étnicas foi proibida, assim como inscrições em língua estrangeira no prédio, o que pode justificar a representação da docente de “*um tempo muito vigiado para que aprendessem em português*” (Mafalda Seganfredo, 2015).

Recordem que o Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi uma das escolas que recebeu subsídio do governo italiano no ano de 1926, o que indica que, na década de 1920, existe a possibilidade de que ensinasse em italiano, prática que já não se percebe nas décadas de 30, 40 e 50 na instituição, que passou a preocupar-se, ao que se compreende, a partir das memórias, com o ensino da língua pátria, o português, característica geralmente percebida nas escolas confessionais. Conforme Giolo (2009, p.252), “uma das contribuições mais decisivas que a Igreja católica deu ao Estado republicano foi seu empenho na nacionalização do elemento estrangeiro” (GIOLO, 2009, p.

252). Vidal (2005, p. 162) argumenta que ter estrangeiros nas escolas “suscitava a preocupação com propagação do idioma em português e com a disseminação dos valores nacionais.”

Na Região Colonial Italiana, a fala dialetal foi preservada no ambiente familiar; já nos ambientes públicos, os pais preferiam que seus filhos falassem o português, em perspectiva de hibridação cultural (LUCHESE, 2015, p. 458). A lembrança da aluna Alice T. Noro (2015) dá indícios dessa prática: “*na casa da minha vó, a mãe do meu pai, sim [falava-se italiano]. Mas eu não aprendi, eu entendo tudo, mas eu não sei falar. Mas eles falavam*”.

Raul Tartarotti (2015) rememora ao referir-se à instituição escolar que as irmãs, professoras “*entre elas é possível que elas conversassem em italiano, mas com nós não tenho lembrança de ter ouvido elas se dirigirem a nós em nosso dialeto aqui. E isso era muito comum nós em casa*”. Assim as memórias dos alunos afirmam que o dialeto era sim utilizado recorrentemente em casa e não na escola. Odete Raser (2015) também recorda: “[...] *mas a gente não falava italiano lá [...]. Era português, não era nada italiano. E quem estudava lá, a maioria era italiano. Tinha pouco brasileiro aquela época.*” É interessante a representação que a aluna traz acerca dos demais alunos mesmo dos moradores de Farroupilha, assim os definindo como italianos, mesmo que nem todos assim fossem.

O dialeto fez parte também das táticas utilizadas pelos alunos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Essa situação foi recordada através da memória da professora Mafalda Seganfredo (2015): “*tinha um [aluno], de quando em vez a gente lembra, um aluninho que era aqui de Santa Rita [Bairro Santa Rita], se mexia, se mexia, e era uma Irmã muito jovem, ela disse assim, afinal tu para ou não? Ele olhou e disse fursi⁵⁸!*”, é provável que o vocabulário do aluno em língua portuguesa não traduzisse o que desejava dizer para a professora, ou o tenha utilizado como desafio, uma tática para responder ao questionamento da docente. Percebe-se, dessa forma, que o dialeto italiano fazia parte das culturas escolares do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

As atividades de leitura e escrita eram intensificadas para as datas comemorativas. Eram trabalhadas antecipadamente apresentadas na data comemorativa específica e ainda sendo o tema das aulas para a data em questão. Além das leituras, faziam parte dos programas das comemorações cívicas em diferentes datas⁵⁹ as declamações, versos, cantos, hinos, orações, desfiles, preleções,⁶⁰

⁵⁸ *Fursi*, pode ser compreendido no sentido de imagine ou capaz, dito de maneira irônica pelo aluno à professora.

⁵⁹ As comemorações cívicas registradas em ata referem-se ao Dia Panamericano, Tiradentes, Dia do Operário, Semana da Pátria, Dia do Duque de Caxias, Dia da árvore, Dia do Professor, Dia da Nova Constituição, Reabertura das aulas, Eleições da Caixa Escolar, Inauguração da Caixa Escolar, Dia de Getúlio Vargas, Dia da República, Dia da Bandeira, Abolição da Escravatura, Dia da Criança, Semana Dedicada a Carlos Gomes, Encerramento do primeiro semestre letivo e Encerramento do ano letivo.

⁶⁰ O termo preleção pode ser encontrado no *Ratio Studiorum* e refere-se a “uma lição antecipada, uma explicitação do que o aluno deverá estudar”.(LEONEL FRANCA, 1952, p.57).

palestras, competições esportivas e dramatizações. Sabe-se que tal documento poderia ser analisado ou pelo viés da nacionalização, ou das comemorações escolares, ou ainda pelo ensino de história, porém optou-se, neste momento, por olhar as práticas de leitura e escrita que foram permeadas pelos temas.

Outra prática de escrita identificada foi o ditado “*tinha ditado, elas faziam ditado*” (Odete Rasera, 2015), uma forma de verificar a capacidade de escrever ortograficamente correta. Essa prática é ainda hoje encontrada nos processos de escolarização e consiste em falar o que deve ser escrito e o aluno registra e, posteriormente, o professor corrige a ortografia. O ensino da escrita passava também pelo ensino da caligrafia. Os ex-alunos recordaram de que “*caligrafia se fazia muito, sim!*” (Dino José Dorigon, 2016). Porém não foi possível, durante as entrevistas, saber detalhes que revelassem a forma como se ensinava/aprendia a caligrafia na escola. Somente se soube que era uma atividade realizada com frequência. Independente dos modelos ou métodos de ensinar caligrafia, observa-se que os mesmos têm como justificativa a saúde das crianças, porém somente o movimento muscular⁶¹ advoga com uma base teórica (VIDAL; ESTEVES, 2003).

O programa mínimo de conteúdos a serem adotados nas escolas primárias do Estado previa a caligrafia desde o primeiro ano com os objetivos de “levar as crianças a escrever, com letra legível, as palavras do seu vocabulário, sem demasia exigência de perfeição na forma, no tamanho e exatidão de proporções e conseguir posição correta do corpo e do papel no ato de escrever e boa disposição do trabalho escrito” (Decreto nº 8.020 de 1939).

A leitura em voz alta ou silenciosa era sempre de textos ou livros em português e a instituição escolar era provida de biblioteca. Na fotografia, a seguir, é possível identificar quatro mesas com vasos de flores sobre elas, rodeadas de cadeiras, o que remete a uma leitura silenciosa e em grupo como prática possível para esse local. Observa-se ainda dois armários que parecem ter portas com vidro, totalmente preenchidos com livros. Apesar da fotografia ser antiga, é possível visualizar o chão de madeira brilhando, o que representa a valorização da higiene do local.

⁶¹Embasava-se na fisiologia dos movimentos dos olhos, dos braços e das mãos. Buscavam uma escrita mais ágil e eficiente que as antecedentes, ao mesmo tempo em que desejavam alargar a habilidade do escrever com as duas mãos (VIDAL; ESTEVES, 2003, p. 133).

Figura 4: Biblioteca escolar [1940]



Fonte: Relatório de Verificação Prévia, 1954. Acervo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

O acervo da biblioteca, descrito no *Relatório de verificação prévia de 1954* para autorização do curso ginásial, era composto de 20 Enciclopédias internacionais, 18 Tesouros da juventude, 4 Atlas geográficos, 3 Dicionários de português, 2 Dicionários de latim, 3 Dicionários de inglês, 2 Dicionários de francês, 725 livros didáticos, 243 livros literários, 336 livros de psicologia, pedagogia, religião, filosofia, ética e moral, 12 assinaturas de revistas educativas, 10 assinaturas de revistas recreativas. Com relação aos móveis e utensílios, no mesmo documento, foram registrados 2 armários grandes, 1 mesa, 4 mesinhas e 26 lugares para leitura. Quanto ao espaço físico, a sala que acondicionava a biblioteca tinha 41 m², três janelas e duas portas envidraçadas.

É provável que parte do acervo tenha sido adquirido para atender o curso ginásial, porém o elevado número de livros didáticos, em 1954, reafirma a utilização dos mesmos no ensino primário, como anteriormente lembrado pelos ex-alunos e pela docente Irmã Mafalda. Seria interessante saber quais eram as revistas educativas assinadas, se eram destinadas aos professores, se eram destinadas aos alunos, quais eram os títulos e autores das obras literárias, porém essas informações não constam no Relatório. O número de livros de psicologia, pedagogia, religião, filosofia, ética e moral traz indícios das possíveis leituras realizadas pelas docentes.

Considerações finais

Ao analisar as práticas de ensino de português no Colégio Nossa Senhora de Lourdes para filhos de imigrantes e descendentes italianos pode-se afirmar que inicialmente a instituição escolar ofertava de alguma forma o ensino do italiano. Afirmações que podem ser feitas a partir da

divulgação de oferta de matrículas em periódicos, de boletins escolares e do recebimento de subsídio do governo italiano.

Com o passar do tempo e o acirramento da nacionalização do ensino as instituições católicas passaram a ser adaptar as exigências legais e ao ensino de português, contribuindo com o cumprimento das orientações estaduais para o ensino primário. O que pode ser observado no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, inclusive gerando estratégias da instituição escolar para intensificar o ensino de português aqueles que traziam consigo as influências culturais do dialeto.

O ensino de português realizado muito pautado no ensino da escrita e leitura também serviu de fio condutor para os demais saberes. No entanto as práticas são inventivas e percebe-se que os alunos se apropriaram de diferentes maneiras da influência cultural seja no desafiar a figura do professor ou no momento de escrita do tema.

Por fim, pensar o ensino do português e de sua importância para além dos muros da escola nos permite perceber que as famílias também julgavam importante a língua pátria, inclusive não incentivando, em alguns casos, que os filhos falassem o dialeto.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155 – 202.

BARAUSSE, Alberto. Os livros escolares como instrumentos para a promoção da identidade nacional italiana no Brasil durante os primeiros anos do fascismo (1922-1925). **Revista História da Educação**. Porto Alegre, v.20, n.49, p.81-94, mai./ago.2016. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/60384>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

BELUSSO, Gisele. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS: Histórias de sujeitos e práticas (1922-1954)**. 2016. 233 f. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FAGGION, Carmem. Maria; LUCHESE, Terciane Ângela. **Professores da Região Colonial Italiana ensinando português em tempos de nacionalização estadonovista**: memórias de formação e práticas escolares. *História & Perspectivas (Online)*, v. 27, p. 261-281, 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918). 2.ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.

GASPERIN, Alice. **Farroupilha**: ex-colônia particular Sertorina. Caxias do Sul: Editora do autor, 1989.

GIOLO, Jaime. Estado & Igreja na implantação da República gaúcha: a educação como base de um acordo de apoio mútuo. **Periódicos dos programas de pós-graduação em Educação da UCDB**, n. 27, p. 243-256, jan./jun. 2009. Disponível em:< <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/214>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

KREUTZ, Lúcio. Material didático e currículo na escola teuto-brasileira. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

_____. **A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas.** In: QUADROS, C. de. Uma gota amarga: itinerários de nacionalização no Rio Grande do Sul. Santa Maria: Editora UFSM, 2014. P. 153-190.

LEONEL FRANCA, S. J. **O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum.** Rio de Janeiro: Agir, 1952. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_Jesuitico/ratio%20studiorum.htm>. Acesso em: 26 jun. 2016.

LUCHESE, Terciane Ângela. **A escolarização entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930.** 2007. 495 p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Vale dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Educação, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2068?show=full>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. (Org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras.** Caxias do Sul : EDUCS, 2014.

_____. Difundindo ideias fascistas através de manuais didáticos: os “italianos no exterior” e suas escolas (1922 – 1938). **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História,** 2013 (ANPUH). Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364222612_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2013.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2015.

_____; KREUTZ, Lúcio; XERRI, Elaine Gasparini. Escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul: entre o rural e o urbano (1875 – 1914). **Acta Scientiarum. Education,** Maringá, v. 36, n. 2, p. 211-221, jul./ dez. 2014. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/22176>>. Acesso em: 4 mai. 2015.

QUADROS, Claudemir de. **Reforma, ciência e profissionalização da educação: o centro de pesquisas e orientação educacionais do Rio Grande do Sul.** 2006. 312 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto 8.020,** de 29 de novembro de 1939. Aprova o Programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122105>>. Acesso em: 20 out. 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Alicerces da Pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976).** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

SCHWARTSMANN, Leonor Carolina Baptista. **Entre a mobilidade e as inovações: a presença de médicos italianos no Rio Grande do Sul (1892-1938).** 2013. 284 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica/RS, Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2013.

SIGNOR, Lice Maria. **Irmãs Missionárias de São Carlos, Scalabrinianas – 1895 - 1934.** Brasília: CSEM, 2005.

_____. **Irmãs Missionárias de São Carlos, Scalabrinianas – 1934-1971.** Brasília: CSEM, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX).** Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

_____;ESTEVES, Isabel de Lourdes. Modelos caligráficos concorrentes: as prescrições para a escrita na escola primária paulista (1910-1940). In: PERES, E.; TAMBARA, E.(Orgs). **Livros Escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX)**.Pelotas: Publicações Seiva, 2003. p.117-138.

Entrevistas

NORO, Alice T. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Farroupilha,12 de novembro de 2015. Entrevista.

DORIGON, Dino José. Dorigon. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Farroupilha, 10 de maio de 2016. Entrevista.

SEGANFREDO, Mafalda. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Farroupilha, 04 de agosto de 2015. Entrevista.

RASERA, Odete. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Farroupilha, 12 de novembro de 2015. Entrevista.

Documentos acessados

Boletim escolar do Colégio Nossa Senhora do Rosário, 1920 – Acervo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Caderno de sabinas, década de 1940. Acervo pessoal de Odete Raser.

Livro tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Farroupilha.

Fotografias do acervo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Livro de atas de comemorações cívicas, década de 1940.

Relatório da Intendência de Caxias de 1926. Arquivo Histórico João Spadari Adami.

HUMOR ANTINAZISTA VS XENOFOBIA: EDUCANDO POR MEIO DO ENSINO DE LÍNGUA E CULTURA ALEMÃ

Harry José do Porto Neto⁶²

Resumo: Esta comunicação pretende expor algumas das perspectivas que minha dissertação de mestrado apontou, e outras trazidas pelas reflexões dos arguidores durante sua defesa. O estudo foi motivado pelo interesse no ensino de língua alemã como língua estrangeira no contexto brasileiro, aliado ao humor político, especificamente humor antinazista e antifascista. Na Alemanha atual, esse tipo de humor ocorre em filmes como “*Er ist wieder da*”, seriados, canais do *Youtube*, livros, charges de jornais e também é divulgado pelo partido político satírico *DIE PARTEI* via diversas mídias. Embora rir do nazismo possa ser polêmico, isso pode ser educador. O objetivo deste estudo (no intuito de utilizar textos autênticos para trazer esse aspecto cultural do humor político na Alemanha) e, então, compreender como textos autênticos que ridicularizam Hitler, humor antinazista, podem estar presentes em aulas e em materiais didáticos de língua alemã como língua estrangeira. Para tal embasei minhas considerações em teóricos do humor, linguística, história, sociologia e na opinião de docentes que possuem experiência no ensino da língua e da cultura alemã. As análises demonstram que o humor que ridiculariza Hitler e suas ideologias preconceituosas serve para educar e sinalizar o perigo de uma possível volta do movimento fascista. Embora esse humor seja difundido em diversas mídias na sociedade atual da Alemanha, ele não é muito explorado em sala de aula no contexto brasileiro, e encarado com estranhamento por profissionais da língua alemã no contexto gaúcho, que possivelmente carregam memórias coletivas diferentes aos alemães na Alemanha atual. Uma das instituições participantes da pesquisa apresenta em seu corpo docente e discente muitos descendentes de imigrantes alemães, estes possivelmente devem ter um ponto de vista diferente em relação à língua alemã, uma memória que remete aos avós ou bisavós imigrantes alemães, que desenvolveram suas memórias e relações linguísticas fora do contexto nazista. Embasado na pesquisa realizada, noto que esse humor ainda é desconhecido, ou mal interpretado por alguns professores e visto com desaprovação, embora vivemos momentos de tensão na política e na recepção de imigrantes, tanto no Brasil quanto na Alemanha, fazendo-se necessário a abordagem do assunto. Segundo teóricos da área, o humor é uma das melhores formas de abordar um assunto sério de forma crítica, vide humor-político e sua função social.

Palavras-chave: DAF (*Deutsch als Fremdsprache*); Humor-político; Memória Coletiva; Educação e Humor; Antifascista.

Introdução

Este artigo apresentasse como uma continuação das investigações iniciadas no trabalho de dissertação de mestrado concluído na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em agosto de 2018, intitulado “*Heil* humor: rir do nazismo é o melhor remédio. *Oder?* Humor antinazista e possíveis impactos no ensino de língua e cultura alemã”. Tendo como sujeitos participantes professores de língua alemã da cidade de Ivoti-RS (região reconhecida pela colonização alemã), que lecionam no Instituto Formador de Professores de Língua Alemã (IFPLA). O presente texto também é a forma escrita da comunicação realizada no “Seminário Internacional ‘migrações: perspectivas e

⁶² Graduado em Letras Inglês (UFSM), Mestrado em Educação (UFSM).

avanços teórico-metodológicos’ & XXIII Simpósio de história da imigração e colonização”, realizado na Universidade do Vale do rio dos Sinos (UNISINOS), em setembro de 2018.

O atual estudo é contemporâneo aos diversos movimentos reacionários de cunho fascista frente à arte, multiculturalidade, e variações linguísticas. Movimentos presentes nos Estados Unidos em relação aos imigrantes mexicanos, na Alemanha em relação os imigrantes de origem turca, síria e latinos, no Brasil em relação aos haitianos e venezuelanos que fogem das crises em seus países. Tais movimentos pregam a nacionalização de estrangeiros com medidas que apaguem suas memórias históricas culturais, ou então a expulsão de indivíduos que possam “ameaçar” as tradições e cultura local.

Um dos discursos xenofóbicos se embasa na questão de um povo “perder a identidade cultural por razões da miscigenação”, e isso é mais visível quando se trata da religiosidade, língua e etnia. Um exemplo disso ocorreu em meados dos anos de 1930 durante o governo de Getúlio Vargas com suas políticas de nacionalização.

Os imigrantes alemães faziam distinção entre etnia e nacionalidade e vinculavam a religiosidade com a língua de origem. Este entendimento não era compatível com a tradição com a tradição luso-brasileira, gerando uma posição incômoda para os governantes. Por isso as lideranças governamentais começaram a recorrer a medidas de nacionalização progressiva. A questão ficou problemática no final da década de 1930 com a ameaça do nazismo e o contexto de pressões nacionalistas. Neste clima, o governo do Rio Grande do Sul iniciou as medidas repressivas à língua, às escolas e ao acervo cultural desse grupo de imigrantes. (KREUTZ, L., 2014, p. 153 e 154)

A citação anterior relata que havia um catalizador para que o sentimento de aversão aos imigrantes alemães aumentasse entre os brasileiros. Esse catalizador era o medo do nazismo, que ao ser projetado às comunidades de origem alemã no Rio Grande do Sul, contribuiu para a perseguição a tudo que remetesse à cultura alemã, como livros em alemão, bíblias, letras de músicas luteranas, gerou a destruição de igrejas⁶³ e execuções movidas pela xenofobia e também a mando do governo.

⁶³ Segundo o documentário *Sprachlos* os intolerantes mais extremistas espalharam o boato de que igrejas luteranas eram capazes de enviar informações para submarinos nazistas por meio de supostas antenas que ficaram no alto das capelas junto ao crucifixo.

Figura 1 – Cena do documentário “Sem Palavras”.



Sprachlos Dokumentarfilm (Documentário Sem palavras)

Após recordar a xenofobia e o preconceito linguístico ocorridos nos anos de 1930 no contexto gaúcho brasileiro em relação aos imigrantes⁶⁴, reafirmada pelo medo do nazismo, faço um paralelo com o contexto alemão atual como movimentos nacionalistas chamados “*Identatäre Bewegung*” contra uma “islamização da europa”, que ocorreram em Dresden e Chemnitz no ano de 2018, impulsionados pelo medo do terrorismo causados por grupos extremistas como o Estado Islâmico, e também pelo preconceito linguístico.

⁶⁴ Muitos eram descendentes dos imigrantes vindos no ano de 1860.

Figura 2 – Panfletos do movimento indenitário contra “islamização” em Dresden.



Movimentos como “*Identatäre Bewegung*” e “*Europa Nostra*” acreditam em conceitos como “etnopluralismo”, o qual, prega a não miscigenação de etnias, a contradição no nome deste conceito está em fomentar a criação de guetos, que em nome de “orgulhos de raça”, exigem a saída de pessoas que não se encaixam em seus estereótipos culturais e étnicos de europeus.

O problema está em igualar a identidade racial, étnica e nacional imposta em uma auto-atribuição do indivíduo. Identidade de grupo não é um fato natural, mas uma percepção cultural, [...] O que nós percebemos sobre uma cultura ou língua de uma pessoa é o que nós estamos condicionados pela nossa própria cultura a ver e os modelos estereotipados já construídos ao redor da nossa própria cultura. Identidade de grupo é uma questão de **foco** e **difusão** do conceito étnico, racial e nacional ou de estereótipos⁶⁵ (KRAMSCH, 2014, p. 67-68, tradução minha).

Após essa breve contextualização, trago o humor antinazista como elemento artístico e cultural de crítica às políticas fascistas. Mas antes, é de suma importância compreender o papel social do humor para entender suas críticas, e de que se está rindo.

As causas do riso podem ser reduzidas a três: o rebaixamento, físico ou moral, posto em relevo pela clássica teoria de Aristóteles (s/d); a economia psíquica, sempre acompanhada de alguma liberação do recalcado, tese central de Freud (1969 [1905]); e a boa técnica, a forma surpreendente, tese que também segundo Skinner (2002). É bem provável que, em numerosos

⁶⁵ The problem lies in equating the racial, ethnic, national identity imposed on an individual's self-ascription. Group identity is not a natural fact, but a cultural perception, [...].What we perceive about a person's culture and language is what we have been conditioned by our own culture to see and the stereotypical models already built around our own. Group identity is a question of **focusing** and **diffusion** of ethnic, racial, national concepts or stereotypes

textos jocosos, os três elementos, ou pelo menos dois, funcionem em conjunto, de forma que o efeito de humor é, a rigor, sobredeterminado. (POSSENTI, 2010, p.51)

Neste presente artigo, a problematização do uso humor político (antinazista) como forma de desconstruir estereótipos da cultura alemã e combater a xenofobia fazendo um paralelo com a crescente onda fascista no contexto brasileiro é trazida pela análise de textos autênticos que circulam em diversas mídias da Alemanha, e como é recebida por profissionais da língua alemã no contexto gaúcho⁶⁶.

Um texto que não foi escrito ou falado com o objetivo de ensinar línguas. Um artigo de jornal, um rock, um livro, uma entrevista de rádio, instruções de como jogar determinado jogo e um tradicional conto de fadas são exemplos de textos autênticos. Uma história escrita para exemplificar o uso de *reported speech*, um diálogo roteirizado para exemplificar os modos de convidar e uma versão linguisticamente simplificada de um livro não constituiriam textos autênticos (TOMLINSON, 2011, p. ix).

Embase as análises teóricas do humor pelo viés da linguística com (POSSENTI, 2001), relação da língua e identidade cultural com (KRAMSH, 2014), consciência histórica do sujeito com (FRONZA, 2012) e a relação do sujeito com a memória coletiva de um povo com pelo viés da sociologia com (POLLAK, 1989).

Após a explanação do aporte teórico, exponho problemas de xenofobia que ocorrem atualmente na Alemanha por grupos políticos de extrema direita, então um exemplo de registro de humor político antinazista produzido em língua alemã satirizando e ridicularizando grupos xenofóbicos.

Atualmente o governo alemão alerta para o crescimento da intolerância, xenofobia e racismo divulgando um vídeo com o intuito de alertar o perigo em um pensamento de extremismo, no caso o extremismo de uma visão política de direita como de neonazistas.

Informar a população é fundamental, mas prevenir extremismos por meio da educação formal nas escolas em aulas de ensino de línguas, abordando preconceitos linguísticos e estereótipos, mostrasse necessário no contexto polarizado. Com o objetivo de usar textos autênticos e que abordem a política de forma descontraída, exploro o papel do humor como forma de combater a xenofobia, ensinar sobre a língua e cultura da Alemanha.

Para tal é preciso que futuros professores de língua alemã tenham acesso ao humor político antinazista contemporâneo à II Guerra Mundial e humor atual que toque nesses assuntos. A

⁶⁶ A contribuição do IFPLA (Instituto Formador de Professores de Língua alemã) com a participação de parte do corpo docente e discente nos questionários foi fundamental para que a pesquisa de mestrado se desenvolvesse, e assim revelando a necessidade do ensino do humor político como forma de entender parte da cultura alemã.

pesquisa de mestrado me apontou que a o desconhecimento sobre o tema ainda gera certo desconforto e estranhamento sobre a ideia de usar o humor ácido como forma de crítica social e como material em sala de aula.

Justificativa

Conforme aponta a pesquisa de (PORTO NETO, H. J., 2018) é unanimidade em aulas de língua alemã a ocorrência de perguntas referentes ao nazismo, Hitler ou Holocausto. Professores de língua alemã lidam com perguntas do tipo “Todos os alemães eram nazistas em meados de 1940? ”, “É proibido falar de Hitler em público na Alemanha? ”, “Como deixaram ele assumir o poder da Alemanha? ” e “O que se fala atualmente sobre o Holocausto hoje em dia? ”. Alguns professores da Associação Paranaense de Professores de Língua Alemã (APPLA), do Instituto Formador de Professores de Língua Alemã (IFPLA) e do *Goethe-Institut* Curitiba ao responderem o questionário aplicado para a pesquisa, confirmam que perguntas com este teor ocorrem, e relataram diversas formas de abordar o assunto, conscientizando os alunos sobre o horror da guerra por meio da história, enfatizando a seriedade do tema e o trauma e vergonha causado pelo Holocausto, fazem atividades que traçam um paralelo com a ditadura ocorrida no Brasil, enfim, há diversas maneiras de abordar o assunto, mas poucos professores exploram o humor antinazista em aulas de ensino de língua alemã como língua estrangeira/adicional⁶⁷ (DAF⁶⁸).

Após a divulgação do Filme “*Er ist wieder da*”⁶⁹ dirigido por David Wnendt e baseado no livro de Timur Vermes, de mesmo nome, alguns alunos e professores do IFPLA relataram ter assistido em aula, mas nem todos viram a obra como humor. Aqui vê-se necessária a análise do discurso do humo antinazista a fim de ensinar e aprender sobre a cultura, política, língua e história da Alemanha, indo ao encontro das perguntas anteriormente expostas, gerando respostas mais condizentes com o contexto atual alemão, e fugindo um pouco do estereótipo que alemães só falam sobre nazismo em postos turísticos referentes ao holocausto ou que é um assunto sério demais para associar com humor. O humor político pode revelar muito sobre o contexto de um povo, sua cultura e língua.

As piadas fornecem simultaneamente um dos melhores retratos dos valores e problemas de uma sociedade, por um lado, e uma coleção de fatos e dados impressionantes para quem quer saber o que é e como funciona uma língua, por outro (POSSENTI, 2001, p. 72).

⁶⁷ Ao contrário do termo “estrangeira”, o termo “adicional” rompe com a ideia de que a nova língua a ser aprendida pertença somente ao estrangeiro, ao falante nativo (SCHLATTER; GARCEZ, 2012 apud PORTO NETO, H. J., 2014)

⁶⁸ *Deutsch als Fremdsprache*

⁶⁹ Tradução: Ele está de volta. (“Ele” Faz uma referência ao Fascismo, encarnado na figura de Hitler).

Conforme a citação anterior de (POSSENTI, 2001), através de textos e vídeos humorísticos, pode-se conhecer mais sobre os problemas de uma sociedade, já o humor tem um potencial de crítica, denunciando, e ridicularizando⁷⁰ o fato/sujeito causador do problema.

De acordo com o governo alemão, um dos atuais problemas da Alemanha é a intolerância com estrangeiros, motivada pelo preconceito, algo que já aconteceu durante o regime nazista. Portanto o movimento atual de extrema direita é reconhecido como movimento neonazista. Organizações como PEGIDA⁷¹, e partidos como NPD (*Nationaldemokratische Partei Deutschlands*) e AfD (*Alternativ für Deutschland*) reúnem centenas de pessoas com visões xenofóbicas, motivados por discursos nacionalistas, projetando a culpa dos problemas do país nos cidadãos estrangeiros ou de descendência que não seja “alemão puro” sendo chamados de mestiços ou descendentes.

Problematizando a intolerancia

O humor protagonizado pelo grupo de comediantes *Die Bülent Ceyland Show*, no vídeo intitulado *Rekrutierung* (recrutamento) é uma crítica às manifestações da extrema direita alemã, como as que ocorreram em *Chemnitz* e *Dresden* este ano, as quais acabaram por se tornar conhecidas via *facebook* tanto por fontes com posicionamento político de esquerda a fim de denunciar o neonazismo, como de posições de extrema direita a fim de divulgar as manifestações.

As seguintes imagens são frames de duas entrevistas que ocorreram durante manifestações: Uma supostamente contra o terrorismo, em Chemnitz, mas que acabou promovendo atos de hostilidade contra descendentes sírios entre outras etnias.

⁷⁰ O vocábulo “rir” em alemão é traduzido como “lachen” e curiosamente “lächerlich” não significa risível, mas sim ridículo, ou seja, devemos encontrar na piada o que há de tão ridículo (figura, situação, emoção, ideologia), a ponto de provocar risos.

⁷¹ PEGIDA, sigla alemã para *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes*, que em português significa Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente. É uma organização que se opõe à imigração de muçulmanos na Alemanha, com base na cidade de Dresden

Figura 3 – “Nosso grito de guerra é: morram!” manifestação em Chemnitz.



Fonte: <https://www.facebook.com/vicede/videos/2099030413692880/?t=4>

A segunda entrevista, que se passa em Dresden, trata-se de uma coleta de informações de manifestantes sobre suas propostas extremistas, como por exemplo: Aplicar um sistema de *Apartheid* a fim de tornar a Alemanha “mais alemã”.

Figura 4 – Movimento indenitário contra “islamização” em Dresden.



Fonte: <https://www.facebook.com/dw.brasil/videos/242050423170619/?t=0>

Figura 5 – Manifestação em Dresden.



Fonte: <https://www.facebook.com/dw.brasil/videos/242050423170619/?t=0>

Figura 6 – *Adolfchen und Bdolfchen – Rekrutierung – Die Bulent Ceylan Show*



Fonte: *Youtube*⁷².

⁷² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=I8MTNAXILxA>>. Acesso em: abr. 2017.

O vídeo do grupo alemão de comédia *Die Bülent Ceylan Show* mostra como a intolerância racial está ligada à ideologia nazista, satirizando a falta de visão dos adeptos com a metáfora da cegueira de um dos neonazistas, pois não consegue ver que ele mesmo, por ser negro, e seu companheiro, com traços turcos, são perseguidos pela ideologia que defendem.

Através do humor, o vídeo mostra dois *neo-nazistas* recrutando mais membros para seu grupo político. Ao abordarem um cidadão com traços de imigrante, perguntam-lhe se ele é intolerante com estrangeiros, minorias e pessoas de etnias diferentes do estereótipo ariano. Então, o cidadão abordado afirma que é intolerante à “*Pollen*” (pólen) e à lactose. Em seguida, antes de o cidadão abordado terminar sua frase, o líder neonazista o parabeniza dizendo “Muito bem! Também somos intolerantes à “*Polen*” (Polônia)”. O humor se dá pelo fato de as duas palavras terem quase a mesma pronúncia – [‘po:lən] – e estarem sendo trazidas em discursos diferentes sobre intolerância: um dos sentidos é de alergia ao pólen das flores, e outro ao sentimento de xenofobia contra poloneses. Além de ser um texto autêntico, é um material que torna possível trabalhar a diversidade étnica alemã, uma vez que os artistas são alemães e quebram com o clichê de que alemães são loiros, caucasianos e de olhos azuis.

Atualmente, na democracia alemã, o humor não precisa mais ser escondido ou sofrer com o medo da censura do *Gleichschaltung*. O time de futebol Borussia Dortmund, o qual teve seus dirigentes perseguidos durante o *III Reich* por não compactuarem com o nazismo, é um dos mais ativos contra movimentos neonazistas nos estádios. Abaixo, está uma campanha em que eles mostram um grupo de supostos neonazistas jogando futebol, sem regras, sem talento e com violência. O árbitro da partida lembra Hitler pelas feições e acaba tomando uma bolada na cara e desmaiando. Então, surge a frase “Futebol e Nazis simplesmente não combinam”.

Figura 7 – Campanha do clube Borussia Dortmund contra torcidas neonazistas



Fonte: *YouTube*⁷³.

Atualmente, o longa alemão *'Ele está de volta'* (*Er ist wieder da*), dirigido por David Wnendt, baseado no livro de mesmo nome escrito por Timur Vermus, conta como seria uma nova passagem de Hitler pela Alemanha multicultural de 2015. Setenta anos após sua morte, ao surgir de forma misteriosa em seu bunker em Berlim, Hitler encara alguns desafios para se adaptar. O filme também traz à tona o assunto que já era explorado em charges e outros filmes de humor sobre nazismo. A diferença é que esse Hitler não aparece como um palhaço, como no filme de Chaplin, mas como um sujeito inteligente e crítico em relação à sociedade alemã atual. Ele critica inclusive o movimento neonazista e se mostra capaz de refletir sobre o humor que foi feito dele. O humor do filme está em como as pessoas o encaram. Mesmo sendo Adolf Hitler, as pessoas não acreditam que ele está de volta e, literalmente, não o levam a sério, pois os absurdos que fala nos programas de entrevista ou pelas ruas é considerado como algo tão absurdo que é motivo de risos, como se ele fosse um ótimo comediante, no melhor estilo *stand up* atual, como aquele artista que, mesmo falando sério e tocando em assuntos políticos e problemas sociais, consegue arrancar risos de seu público, cativando-os perigosamente. O escritor Timur Vermus afirma, em uma entrevista, que sua intenção também é alertar para a candidatura dos futuros políticos.

Vermus está convencido de que seu livro pretende ser sobre humor, mas insiste que ele carrega também um cuidado implícito, "Às vezes o leitor pode ser seduzido a concordar com Hitler. E esse é o "x da questão" ele insistiu. "Nós geralmente falamos a nós mesmos que se alguém como ele

⁷³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z3-VCKdsvQk>>. Acesso em: abr. 2017.

realmente voltar a aparecer, seria fácil de detê-lo. Eu venho tentando mostrar que mesmo hoje um outro Hitler poderia ser bem-sucedido, porém de uma maneira diferente”⁷⁴ (tradução minha).

A Importância em entender a história do humor antinazista, pelo viés teórico da questão da orientação temporal da consciência histórica (FRONZA 2012) pode ser algo que desconstrói a imagem de “desrespeito” deste humor político ácido, e também desconstrói a ideia que o movimento identitário prega, pois a Alemanha é composta por diversos povos.

[...] operações mentais da narrativa histórica: 1) a operação da experiência histórica dos sujeitos narrados, a qual expressaria as múltiplas temporalidades das ideias históricas dos sujeitos no tempo. 2) a operação mental interpretativa baseada nas teorias e explicações históricas que fundamentam os valores e significados a partir das inferências relacionadas às fontes históricas que podem se tornar evidências plausíveis em relação a estas narrativas, e 3) a operação mental da orientação histórica, a qual permite aos sujeitos expressarem as relações entre a continuidade histórica — passado, presente e futuro — e o agir humano construindo, assim, as suas identidades a partir do reconhecimento do Outro. (FRONZA, 2012, p. 19)

Quem produz esse tipo de humor político antinazista deve estar atualizado sobre questões políticas e preocupado que o horror não caia em esquecimento ou sendo considerado inofensivo. Essa última hipótese, sobre criticar os artistas que fazem esse tipo de humor, pode apontar uma certa ingenuidade por parte dos críticos, por acreditar que o horror da guerra esteja numa realidade distante, sendo tratado somente como uma matéria escolar de história ou curiosidade nas aulas de ensino de língua alemã. Um exemplo dessa atitude é bem retratado no filme *Die Welle*⁷⁵ (A Onda), baseado num experimento real.

Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de "negociação" para conciliar memória coletiva e memórias individuais: "Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (POLLAK, 1989, s.p.).

⁷⁴ Vermees is adamant that his book is intended to be humorous, but he insists that it also carries an implicit warning. "Sometimes the reader can be seduced into agreeing with Hitler. That's the whole point," he insisted. "We often tell ourselves that if someone like him really did come back, it would be easy to stop him. I have tried to show that even today another Hitler could be successful, but just in a different way. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/arts-entertainment/books/news/hitlers-return-timely-satire-or-a-joke-too-far-8508268.html>>. Acesso em: jan. 2018.

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt1063669/>>. Acesso em: abr. 2017.

O trecho do artigo citado se refere a diferentes tipos de memórias que, por sua vez, interferem em diferentes registros da história. O humor, por meio de gêneros textuais como, chistes do dia a dia, charges de jornais, músicas, memes⁷⁶ e filmes, também registra a história.

Conclusão

Por meio do ensino de línguas, abordando o preconceito linguístico, debatendo conceitos de cultura, etnia, língua, autenticidade e estereótipos, pode-se desenvolver um trabalho voltado para a Educação a fim de combater a xenofobia.

Reconhecer as diferenças e entender que o respeito e a tolerância entre elas são caminhos para entender novas culturas, línguas pode ser tratada em aula por meio de textos autênticos. Já o humor político quebra o estereótipo que cria-se em torno da cultura alemã sobre “não falar de nazismo” pois culturalmente e linguisticamente o humor antinazista está bem presente no contexto Alemão, e compactua com o combate da xenofobia e movimentos fascistas.

Referência

KREUTZ, L. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. **Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil**. Editora UFSM. Santa Maria, 2014.

FRONZA, M. **A intersubjetividade e a verdade na aprendizagem histórica de jovens estudantes a partir das histórias em quadrinhos**. 478 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

KRAMSCH, C. **Language and Culture**. Oxford: University Press, 2014.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POSSENTI, S. O humor e a língua. **Ciência Hoje**, SBPC, Rio de Janeiro, v. 30, n. 176, p. 72-74, 2001.

POSSENTI, S. **Humor, língua e discurso**. São Paulo. Contexto. 2010.

⁷⁶ The expansion of the computer usage and the exponential growth of the Internet, particularly forums, chats, blogs and social networks; the concept was coined to a new form of internet communication. Meme is now, somehow, related with what Dawkins define as a meme, but with some special characteristics due to their way of transmission and speed of replication (CASTAÑO DÍAZ, 2013). O termo é bastante conhecido e utilizado no "mundo da internet", referindo-se ao fenômeno de "**viralização**" de uma informação, ou seja, qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música e etc., que **se espalhe entre vários usuários rapidamente**, alcançando muita **popularidade**. <<https://www.significados.com.br/meme/>> Atualmente os memes tem uma conotação de humor, paródia, sátira.

O ESTUDO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO EM AULAS DE HISTÓRIA COM O USO DE NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS

Janine Dorneles Pereira
Mestre em Ensino de História,
Universidade Federal de Santa Maria

Muito se discute sobre o papel do professor enquanto agente mediador do conhecimento. Sua atuação não pertence somente a sua profissionalização, mas também quanto a sua postura de sujeito diante da experiência as quais vivencia.

Entende-se que os primeiros anos de atuação são desafiadores, já que nesse processo a apreensão de conhecimentos, relacionados com a prática, nem sempre correspondem ao que foi apreendido nos cursos de licenciatura. No entanto, após alguns anos de atuação, o professor pode se deparar com alguma fala de seus discentes, que pode causar um estranhamento do tipo que causa uma crise profissional, ética e principalmente, pessoal.

Vale destacar falas como esta: “Professora eu te amo, adoro você como pessoa, mas não consigo entender nada do conteúdo de história que você explora”⁷⁷ (Informação verbal). Sabe-se que isso pode desestabilizar completamente a ação de um professor, assim como pode ser um potencial para desencadear uma reflexão sobre a prática docente.

A situação mencionada acima pode passar despercebido para o profissional, ou causar a sensação de impotência, instabilidade e até mesmo raiva. Isso faz com que o mesmo repense seu trabalho por muito tempo e tente encontrar o motivo que causou a circunstância do ocorrido.

Desse modo, com a reflexão é possível compreender que vários são os fatores que podem desencadear essas conjunturas e que o fato de muitos professores se afastarem do meio acadêmico pode ser uma dessas respostas. O apoio familiar, no momento de crise profissional é de extrema importância e pode ser definidor para o retorno do professor aos estudos.

Ao perceber que experiências da vida humana se tornam inebriadas de significados, como:

⁷⁷ Fala feita por uma aluna de 9º ano de uma escola Estadual do município de São Gabriel, RS, durante uma aula de História, no ano de 2012. Memórias da professora Janine Dorneles Pereira.

... experiências que são suficientemente significativas para compreender as correntes que animam o movimento de vida, que são testemunhos da construção identitária e que são tantos outros caminhos paradigmas de um caminho formativo. (JOSSO, 2010, p. 205)

A ação do professor que se coloca também na situação de pesquisador, dentro do ambiente escolar, é capaz de analisar seu contexto e criar estratégias de ensino-aprendizagem a partir de conhecimento da realidade social.

Este trabalho é uma proposição de apresentação de alguns resultados da pesquisa de dissertação, realizada através do Mestrado em Rede ProfHistória, no polo da Universidade Federal de Santa Maria.

A averiguação ocorreu entre o final do ano de 2017 e início de 2018, em uma escola pública estadual de Ensino Fundamental, com uma turma de oitavo ano, no município de São Gabriel, RS.

Desenvolveu-se uma metodologia de Ensino de História em que os estudantes desenvolveram narrativas (autobiográficas) como dispositivos de pesquisa formação para a compreensão sobre questões de gênero dentro do universo discente.

A escolha do tema refere-se a situações pessoais vividas pelo professor/pesquisador, assim como a análise do contexto escolar que apresentava situações de misoginia e machistas, tanto de estudantes para estudantes como de professores para estudantes.

Outra motivação envolveu a apresentação, em São Gabriel, de altos índices de diversos tipos de violências contra as mulheres, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul.⁷⁸

Discutir com os estudantes concepções e discursos sobre questões de gênero através do uso de dispositivos de formação, narrativas (auto) biográficas, é uma forma inovadora de não silenciamento dos sujeitos e de melhor compreensão dos processos educativos e de uma didática própria da história.

A construção de um ensino de História mais humano: perspectivas da pesquisa

O contexto da crise educacional brasileira, atualmente, faz com que a análise de conceitos acerca da temática Ensino de História, reflita a busca de uma base teórico metodológica que rompa com o paradigma utilizado até então na pesquisa e campo de atuação da pedagogia dos currículos escolares. Uma vertente significativa tem sido a Educação Histórica, baseada nas obras do filósofo Jörn Rüsen.

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contr-a-mulher>>. Acesso em 01 de abril de 2018.

Entende-se que aprendizagem é um procedimento criativo em que o sujeito se reinventa e há apropriação de alguma coisa. Com isso, é possível desenvolver uma nova capacidade ou compreensão ou os dois. Didática, por sua vez, refere-se “...a função prática do conhecimento histórico [...] enquanto [...] desenvolvimento daquelas competências da consciência histórica que são necessárias para resolver problemas práticos de orientação com o auxílio do saber histórico (RÜSEN, 2007b, pg. 94).

Destaca-se, ainda, que o conceito de consciência histórica envolve a criação de sentido sobre experiências que cercam o cotidiano, de maneira que a memória não fique apenas nos limites da vida prática e que possa ter uma aprendizagem como seguimento desse sentido (Ibid).

Em síntese, a maneira como se constrói as aprendizagens dos alunos exige um campo próprio da Didática da História que, segundo as autoras referenciadas anteriormente, se constitui como: “uma produção científica do conhecimento de maneira que possibilite a compreensão de lidar com eles como componente de maneira significativa no dia a dia dos alunos”. (SCHMIDT & CAINELLI, 2015, p. 117)

Ao confrontar consciência histórica e aprendizagem histórica chega-se em uma dinâmica que desencadeia um procedimento composto de alguns passos como: experiência, orientação, interpretação, categorias históricas e conceitos históricos, além de categorias temporais como explicação histórica, evidência, inferência e imaginação histórica (RÜSEN, 2007b).

A isso se ligam três fatores importantes: o chamado processo de subjetivação⁷⁹, carências da práxis humana e o ato de narrar-se para conjugar novas possibilidades de trabalho nas escolas, em aulas de história cujas operações se caracterizam maneira discursiva argumentativa.

Percebe-se que a subjetivação é entendida dentro do conceito de reconhecimento de si próprio e do outro, a partir do uso da linguística, que ressignifica e reconstrói significados. Ao mesmo tempo que quando o sujeito reconhece a si mesmo, é capaz de reconhecer ao outro, ou suas práticas. (RICOEUR, 2007)

Assim, o processo de ressignificação dentro do Ensino de História envolve a capacidade dos adolescentes e jovens mostrarem-se enquanto um ser capaz, no sentido de “eu posso”, enquanto autodesignação de reconhecimento de si mesmo.

Por isso, formação, passa a designar, segundo essa lógica,

um conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprio, que articula o máximo de orientação do mundo e de si próprio, do agir com o máximo de

⁷⁹ Conforme Rüsen consiste na representação do actor como sujeito crítico que está atento para o meio em que vive, que atende a interesses próprios e condições de recepção, conflitos, vivências, estereótipos e conceitos. (RÜSEN, apud SCHMIDT&CAINELLI, 2015.p. 121).

autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto-realização ou de esforço identitário (RÜSEN, 2007, p. 95).

Ao mesmo tempo que Pesquisa Formação, vislumbra dispositivos ocasionados, através de narrativas (auto) biográficas, como formação em que o indivíduo se torna um ator-autor, na medida em que consegue transmitir as relações que mantêm consigo próprio através da narrativa de microsituações e de uma carga emocional visível de experiência, denominadas fundadoras (JOSSO 2010). Essas experiências fundadoras ocasionam estranhamentos/desnaturalizações⁸⁰ que nada mais são do que a capacidade humana de incertezas, desacomodar-se para confrontar-se para poder sair da esfera do senso comum⁸¹(CUNHA e RÖWER, 2014).

O entendimento é de uma pesquisa que parta da realidade social e cotidiana e vivencie as práticas escolares, os conceitos de aprendizagem e consciência e do desenvolvimento de práticas pedagógicas e que consigam relacionar teoria e prática com finalidade de transformação social.

A utilização do ato narrativo, no campo educacional, vem sendo aplicado através de um conceito amplo em diversas áreas do conhecimento.

O Ensino de História tem aberto campos de possibilidades pedagógicas e perspectivas de análise com formas alternativas (MONTEIRO & GABRIEL, 2014).

Os atuais estudos em educação têm abordado “conceitos de narrativa, história e biografia”, enquanto compreensão do pensamento capaz de encontrar a história individual de acordo com os acontecimentos. Por tanto narrativas são como simples histórias que se ancoram em acontecimentos passados e específicos com atributos comuns. (GALVÃO, 2005, p. 329)

Se o ato de narrar abarca uma interpretação de ordenação temporal dos acontecimentos dentro de um contexto representacional (RÜSEN, 2015), a narrativa histórica enquanto função: “orienta a vida prática do tempo, mobilizando a memória da experiência temporal, desenvolvendo o conceito de continuidade e estabilidade da identidade” (RÜSEN, 2007a, p.96).

O Método Biográfico das Ciências Sociais, diz que:

narração de um ato ou de uma vida é por sua vez um ato, a totalização sintética de experiências vividas e de uma interação social. Uma narrativa biográfica é inteiramente distinta de um registro de ocorrência, é uma ação social através da qual um indivíduo

⁸⁰ Para saber mais sobre Estranhamentos e desnaturalizações ler: MORIN, E.; WULF, C. **Planeta: a aventura desconhecida**. São Paulo: UNESP, 2003. BOUILOUND, J.P. *A autobiografia- um desafio epistemológico*. In.: TAKEUTI, N. M.; NIEWIADOMSKI, C. (Orgs.). *Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas*. Porto Alegre: Sulina, 2009. P. 33-60. GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. 1ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. RÖWER, J. *Por uma Sociologia da Suspensão: Ensino de Sociologia e Narrativas de si como Dispositivos de Formação*. 2016. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

⁸¹ Senso comum aqui entendido como “produto histórico que não são as mesmas apreensões da realidade, mas interpretações da realidade imediata que proporcionam explicações aos fatos da vida, tendo como pretensão a veracidade.” (CUNHA e RÖWER, 2014, p. 30).

retotaliza sinteticamente sua vida (a biografia), e a interação social em curso, [...] por meio de uma narrativa - interação. (FERRAROTTI, 2014, p. 73)

A narrativa é responsável por uma desestruturação, ou estranhamento enquanto ação social de reestruturação essencial do ser, a partir da hermenêutica que age como intenção.

E as narrativas de vida servem para dar sentido através do relato de si e do outro enquanto representação de sua existência por meio de figurações. Nesse viés de figuração narrativa que, ao narrar-se, o sujeito desvenda e ressignifica experiências vividas incorporando subjetividades e denominando esse processo de fato biográfico, a **autobiografia** (concebida como narração retrospectiva da vida, em primeira pessoa) e **heterobiografia**, ou chamado de romance de formação, narrado em terceira pessoa, sempre numa retrospectiva da vida de um personagem de ficção. (MOMBERGER, 2008).

Logo, a articulação do ato de narrar a si e dos outros está envolvido em uma ponderação teórico-metodológico que possibilite a imersão em um humanismo mais voltado para o diverso e multicultural. Isso fundamenta o Ensino de História em uma discussão autônoma, enquanto educação libertadora das amarras do conhecimento pronto e acabado.

O ensino de História e as questões de gênero: contextualização e a emergência da biografia

A construção de práticas multiculturalistas estão inseridas no campo dos estudos de gênero, sobre feminismos e masculinidades⁸² que estão em voga nos meios acadêmicos de várias partes do mundo e do Brasil.

O conceito de gênero, enquanto categoria do campo social, precisa ser incorporado no cotidiano escolar, pois a reflexão sobre o tema é importante no que tange as relações cotidianas na relação entre os próprios jovens e adolescente e entre os jovens/adolescentes e os docentes.

os debates sobre as questões de gênero tomaram uma proporção maior e atingiram principalmente o campo da educação. O ensino de história tem uma função importantíssima na construção e normatização dos sujeitos. Ao incluir a temática gênero no Ensino de História, busca-se exatamente desconstruir estereótipos sobre os quais historicamente foram alicerçados as masculinidades e feminilidades (AZEVEDO, 2016, p. 24).

⁸² Sobre os estudos que envolvem a temática masculinidades surgidos a partir de debates que desconstruíram a categoria de gênero, ler: BOURDIEU, Pierre. *A DOMINAÇÃO MASCULINA*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Revista Educação & Realidade, UFRGS, Porto Alegre: 20 (2): 133-184. Jul/dez. 1995. CONNELL, R.W. *Masculinities*. (disponível em Google Books). University Califórnia Press, 2 nd ed. Berkeley. Los Angeles: 2005. CONELL, Rayewn Conell. *Questões de gênero e justiça social*. In.: Século XXI, revista de Ciências Sociais, v.4, nº2, p. 11-34, jul/dez. 2014. CONNELL, Robert; MESSERSCHIMIDT, James. *Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito*. Revistas de Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, v.21, n.1, 2013. NADER, Maria Beatriz. *A condição masculina na sociedade*. Dimensões – Revista de História da UFES, n. 14, 2002.

O movimento feminista teve vários momentos, conhecidos como ondas, que tiveram início no começo do século XX.

As reivindicações envolviam direitos políticos, sociais e econômicos. O efervescer da “primeira onda, entre o final do século XIX e início do XX, reivindicava a igualdade, ficou conhecido como movimentos sufragistas, cujas reivindicações estavam centradas nos direitos políticos de votar, ser eleita, econômicos e sociais de trabalhar fora de casa, estudar e ter direito a bens oriundos de herança.” (PEDRO, 2005, p.79 e 80)

No final dos anos 1960, a segunda onda reivindicou direitos que envolviam o corpo, o prazer, e queriam romper com o patriarcado, enquanto nascia em termos de categoria mulher, enquadrada como única e homogênea, cuja expressividade máxima estava nos estudos de Simone de Beauvoir.

Mais adiante, nos anos 1980, passou a ser questionada a categorização homogeneizante de Mulher, devido às múltiplas facetas das diferenças entre os sujeitos categorizados, emergindo a categoria mulheres. (PEDRO, 2011). Na emergência dos anos 90:

...Joan Scott explicava como chegou a categoria de gênero, e que significava o saber a respeito das diferenças sexuais, e este saber era dado ... sempre relativo...seus usos e significados nascem de uma disputa política... e são os meios pelos quais as relações de poder são construídas” (PEDRO, 2005, p.86).

Joan Schott refletiu o conceito em uma perspectiva que “é uma construção histórica e cultural, constituindo-se a partir do conhecimento, produzido pelos discursos que influenciam a construção das identidades de gênero” (AZEVEDO, 2016, p.21). Com essa ideia da categoria de gênero, as diferenças entre os sexos passam a ser percebidos como constructos sociais e culturais sujeitos a variações, dependendo da cultura da qual estão inseridos, e não mais como aspectos essencialistas.

A história das Mulheres possui como estudos pioneiros as obras da historiadora francesa Michele Perrot, que escreveu: História das Mulheres no ocidente, através da coletânea de George Duby (AZEVEDO, 2016).

No Brasil, Margareth Rago escreve sobre a História das Mulheres, em meados dos anos de 1990 e, após algum tempo, a autora incorpora a categoria de gênero. Foi a partir de seus estudos e sua trajetória acadêmica que houve o lançamento da revista de grande relevância na área, chamada de Cadernos PAGU, vinculada a Universidade de São Paulo (USP).

Rago (1998), no seu texto: Descobrimo Historicamente o Gênero, embasada nos estudos de poder de Foucault, propõem a inclusão da temática de gênero no campo historiográfico como campo de interpretações genuinamente feminista. Porém, ela ressalta que:

Na área dos estudos feministas, a convergência das problematizações é evidente, muito embora a preocupação central, neste caso, seja a de questionar a dominação masculina constitutiva das práticas discursivas e não discursivas, das formas de interpretação do mundo dadas como únicas e verdadeiras. As mulheres reivindicam a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas. Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina. (RAGO, 1998, p. 92)

Percebe-se então a tenção de dois conceitos importantes: práticas discursivas e não discursivas e ótica masculina.

As práticas discursivas estão relacionadas à emergência do diálogo, ao uso da linguagem e à construção de identidades individuais. Elas estão delimitadas em um discurso de poder que atravessam tanto o ensino de história como a historiografia e que silenciaram, durante todo o século XIX e boa parte do XX, as questões de gêneros em diversos setores sociais inclusive o escolar.

Os estudos sobre a questão de gênero, não param por aí e, na década de 1990, a categorização do conceito recebeu críticas, e passa a ser relacionando enquanto uma série de atos performativos que constituem, a partir da frequência com que acontecem, uma identidade normatizada pela existência de padrões heterossexuais. Sendo assim, o gênero só ocorre por intermédio desses discursos reiterativos, que não são genuínos do ser, mas construções discursivas e performáticas dos corpos. (BUTLER, 2003, 2011)

O gênero não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história asserbante do patriarcado. O gênero e aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietação e prazer. Mas, se este acto contínuo e confundido com um dado linguístico ou natural, o poder e posto de parte de forma a expandir o campo cultural, tornado físico através de *performances* subversivas de vários tipos [...] desviar da norma de gênero é produzir o aberrante exemplo que os poderes regulatórios (médico, psiquiátrico, e legal, apenas para nomear alguns) podem rapidamente explorar para alavancar a racionalidade ao seu próprio zelo regulador continuado. (BUTLER, 2011, p. 87).

Segundo essa visão de desconstrução do gênero, há a noção de que os corpos devem se subverter aos padrões impostos como forma de libertação da norma.

Essas noções de subversão dos corpos enquanto condutas impostas, possui uma historicidade e a mesma está relacionada com o capitalismo. “As desigualdades em relação ao gênero, ao corpo, e à sexualidade são muito recentes na trajetória humana” (HOWES NETO, 2017, p. 138). Esses padrões normativos não são naturalmente misóginas⁸³, mas que esse processo se deu

⁸³ Na sua tese Howes Neto (2017, p. 91) baseia-se em estudos antropológicos e arqueológicos e consegue demonstrar a historicidade da diferença de gênero, remetendo-se para o início da formação humana, em que grupos nômades de caça e pesca “homens e mulheres eram mais ou menos iguais em termos de status, assim como a divisão sexual do trabalho. “As primeiras diferenciações se dão do ponto de vista etário, geracional e sexual. O critério de divisão do trabalho é

ao longo do tempo, principalmente em sociedades influenciadas por religiões monoteístas, aspectos políticos de empoderamento masculino que passou a dominar as bases culturais da maioria das sociedades.

E essa desigualdade está em nuance com a materialidade da qual institui a Andronormatividade⁸⁴.

“Hoje sabe-se que a divisão sexual das atividades laborais não tem nada de natural, [...] É um processo sócio-histórico essencialmente político e ideológico, em favor e a serviço de uma sociedade andronormativa, que constitui o masculino como norma e como denominador, atribuindo a ele um estatuto humano de superioridade, que justifica práticas sociais misóginas e naturalizadas [...] grupos mais beliciosos, com trajetórias culturais mais tendentes à aproximação e a dominação, atribuíram à força física e à virilidade e à masculinidade, um valor a ser cultuado e mais positivamente valorizado. A consequência mais imediata desse longo, lento e amplo processo sócio cultural, baseado muito mais em estruturas sociais extremamente hierarquizadas, masculinas em que os homens passam a empoderar-se em detrimento dos valores femininos, antes demonstrados, sinaliza historicamente uma tendência, às civilizações mais recentes em valorar mais positivamente os referenciais masculinos” (HOWES NETO, 2017, p. 142)

O campo educacional, como principal fonte dessa análise, envolve instituições composta basicamente por mulheres, mas que refletem e disseminam padrões andronormativos. (HOWES NETO, 2017).

A escola é um espaço onde se fabricam as diferenças, em um processo de separação de meninos e meninas cujos currículos, normas e procedimentos, materiais didático-pedagógicos, momentos avaliativos são calcados em distinções de gênero, por isso a autora entende que é necessário “questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentimos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem” (LOURO, 1997, p.64). Enquanto que se vislumbra no discurso a possibilidade de análise através da biografia:

Essa conexão se faz presente quando utilizamos, nas práticas pedagógicas do ensino de História, o processo de formação das narrativas (auto) biográficas como possibilidade de dar voz a essas linguagens que ficaram silenciadas entre os sujeitos e que não são visíveis nos processos normativos que estão imersos no universo escolar.

estrutural e circunstancial dentro de cada sociedade” (Ibid, p. 138). O autor ainda ressalta que como a divisão sexual do trabalho se diferenciou em termos de sociedade e momento, ocasionou uma distinção humana em termos sociais.

⁸⁴ Segundo o autor, andronormatividade relativo à heteronormatividade, são padrões de condutas relacionados à sexualidade, corporeidade e gênero, em que é possível estabelecer as funções de gênero e sexualidade que se impõe para aspectos de feminilidade sujeitos a dominação do masculino. (HOWES NETO, 2017).

Dispositivos de pesquisa-formação: como trabalhar narrativas (auto)biográficas em aulas de História no Ensino Fundamental

As concepções de método e método histórico, respectivamente, como “caminho”, enquanto entendimento original e o segundo significa “a soma de todas as regras que determinam o pensamento uma vez que é processo de pesquisa, [...] itinerário a ser percorrido pelo pensamento, a fim de se obter conhecimento fundamental (RÜSEN 2007a, 2015, p. 171).

O planejamento das ações desenvolvidas nas aulas da disciplina de história, no oitavo ano da escola pesquisada, foram desenvolvidas nas seguintes etapas: A) Esta primeira etapa foi dividida em três sub etapas, que tiveram a duração de seis períodos de 50 minutos⁸⁵ cada.

a) à sensibilização das alunas/alunos, quanto às escritas de si ou pela escrita dos outros, das narrativas (auto)biográficas, através do docente que também é o pesquisador. Esse momento é importante para sondar os conhecimentos prévios dos alunos sobre narrativas e o que eles entendem por gênero, relações de normatizações, etc.; b) ao momento de realização de uma pesquisa, feita pelos alunos, sobre possíveis casos de mortes que envolvessem feminicídios⁸⁶, na cidade de São Gabriel. c) à elaboração de uma narrativa (auto)biográfica sobre algum caso, conhecido ou vivenciado por eles, sobre violência contra as mulheres. Em uma próxima aula, foi realizada a leitura, interpretação e discussão das narrativas, em grupos de 3 alunos.

B) A segunda parte, com duração de duas horas/aula procede-se ao desenvolvimento de conteúdos previstos para o final do 2º semestre do ano letivo de 2017, já que entre os meses de setembro a novembro, a turma permaneceu longe dos bancos escolares devido a deflagração de uma greve do magistério estadual.

O conteúdo escolhido para trabalhar com os alunos foi Sociedade Mineradora, no Brasil, do século XVIII, em que houve a articulação dos seguintes conceitos Estruturantes: tempo, poder e dominação.

Os conceitos elencados acima estavam imersos em um texto intitulado: Mulheres de Minas Gerais, do autor Luciano Figueiredo (2015), que foi lido pela turma.

⁸⁵ Tempo de uma aula estabelecido pelo Projeto Político Pedagógico, da escola em questão, para duração dos períodos de troca das disciplinas escolares.

⁸⁶ Feminicídio é um termo atual que, caracterizado como assassinato de mulheres em função de seu sexo, através de ódio contra mulheres e meninas pelo simples fato delas serem mulheres e meninas. Diana Russel foi pioneira no seu uso”. FERRERO, Clara. **O vocabulário feminista que todos já deveriam estar dominado em 2017**. Jornal El País, Brasil, 12 de julho de 2017. Cultura. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/10/cultura/1499708850_128936.html, Acesso em outubro de 2017.

Após, foi promovido um debate relacionando dos conceitos estruturantes e de poder relacionados com o contexto do texto lido, observando aspectos das relações de gênero existentes nos textos⁸⁷

C) A última etapa consistiu na releitura dos relatos (auto) biográficos escritos no início da prática pedagógica, e oportuniza a reinterpretação na relação com os conteúdos trabalhados nas aulas de história do semestre. Assegurando, assim a reescrita das narrativas autobiográficas e das possíveis ressignificações sobre as relações de gênero existentes no universo dos alunos do oitavo ano. Utilizaram-se duas horas-aula nessa terceira etapa.

A metodologia que embasa este ensaio, na formação da consciência histórica desses jovens alunos, perpassa por funções articuladas com operações processuais: heurística, entendida como questões a serem respondidas em termos de avaliação de conteúdos ou informação gerada a partir da assimilação interpretativa.

No campo da Heurística, os questionamentos embasados envolveram as concepções: até que ponto existe igualdade de gênero entre os discentes, na escola pesquisada? Como as questões de gênero são sentidas, por eles, através do uso de narrativas (auto) biográficas como dispositivos de formação e conhecimento de si?

Neste momento foi possível:

Tornar as perguntas históricas heurísticamente produtivas significa, portanto dirigir um olhar histórico questionador para novas áreas de experiência do passado, superar sua limitação aos campos de experiências já apreendidos e liberá-lo pela sensibilidade às carências atuais de orientação e pelo fascínio por tudo que é historicamente estranho. (RÜSEN, 2007a, p. 120).

Assim, os estudantes perceberam a importância da criticidade através da utilização da pesquisa formação.

Outra operação de que se faz jus é a crítica, é a “operação metódica que extrai, intersubjetivamente e controlavelmente, informações das manifestações do passado humano acerca do que foi o caso” (RÜSEN, 2007a, p. 123).

No processo investigativo o controle sobre as informações, a constatação e apreensão de outras áreas que possuam maior entendimento sobre os acontecimentos é uma necessidade, isso para seja possível a realização crítica externa/interna às fontes como controle da autenticidade e confiabilidade pesquisa.

⁸⁷ O professor/pesquisador teve o cuidado de corrigir possíveis anacronias na fala dos alunos ao refletirem sobre a questão da mulher na sociedade mineira do século XVIII, abordadas pelo texto, e a situação das mulheres contemporâneas.

No caso dessa averiguação, a questão de gênero tem sua trajetória bem mais específica no campo das ciências sociais (a antropologia e sociologia) e o conhecimento pela dimensão juvenil se dá na psicologia e sociologia, pois o campo histórico pouco aprofundou o debate sobre estes temas.

Como última análise metodológica utiliza-se a interpretação como:

uma operação metódica que articula, de modo intersubjetivamente controlável, as informações garantidas pela crítica das fontes em histórias [...] o que nos interessa é sintetizar as perspectivas elaboradas heurísticamente, que questionam a experiência do passado a partir de conjecturas acerca de seu sentido, com fatos do passado obtidos pela crítica das fontes (RÜSEN, 2007, p. 127)

As análises obtidas das narrativas (auto)biográficas passam a ser interligadas com os contextos históricos desenvolvidos nas aulas de história sobre a temática das mulheres na sociedade mineira do século XIX e, com os casos de feminicídios que foram pesquisados previamente. A partir disso, operam-se teorias históricas que modificam a maneira generalizante de ver o gênero transpondo para a abrangência do processo histórico.

No exame das narrativas, as primeiras narrativas sobre feminicídios⁸⁸ na cidade de São Gabriel ou qualquer outra reportagem sobre algum outro caso no Brasil, algumas características interessantes. Nessa atividade, os sujeitos deveriam narrar os casos e observar seus pontos de vista. Alguns entregaram apenas a reprodução integral da reportagem, outros colocaram interessantes pontos de vista:

“Eu acho que os dias estão mudados em relação no que acontecia no passado e no que acontece agora as mulheres tem mais liberdade para varias coisas elas tem direitos “quase iguais ao dos homens antigamente elas não tinham liberdade para quase nada diferente dos homens mas hoje em dia tudo mudou todos tem direitos iguais mas elas sofrem um pouco...”. (A.15)⁸⁹

Como essa investigação não versa a temática feminicídio, ela é usada apenas um recurso didático e de parte procedimental, ainda sim, essa atividade tem relevância pois através dela, é possível constatar que a narrativa é uma forma de testemunho, mesmo que ela seja narrada de maneira heterobiográfica.

Em uma das narrativas, o autor/autora, resolveu narrar um caso particular de alguns conhecidos.

“Conheci um casal que parecia se dar bem, mas ele era muito ciumento e quando bebia ficava muito agressivo, achava que era dono de sua esposa. Colegas de trabalho dela

⁸⁸ MULHER é assassinada com 8 facadas em São Gabriel. Diário de Santa Maria, Santa Maria, 13 de outubro de 2017. Disponível em <https://diariosm.com.br/mulher-%C3%A9-assassinada-com-8-facadas-em-s%C3%A3o-gabriel-1.2006312>, acessado em 20 de fevereiro de 2018.

⁸⁹ Os trechos das narrativas dos alunos/as serão representados pela letra A acrescidos de uma numeração. E serão transcritos fielmente como foram escritos, pois essa característica será usada como análise deste trabalho.

contaram que um dia ela chegou pra trabalhar com o braço roxo, ela disse que tinha caído. Mas eles tiveram outra discussão, desta vez ela levou um soco no olho. Ela se separou dele e com a ajuda de amigos juntou novas provas que comprovaram que ele o batia. Ele foi processado. Eu acho que foi correta a atitude dessa mulher, mas é preocupante saber que tem mulheres que não tem coragem de denunciar seus companheiros, por medo.” (A. 8)

Outra narrativa, de cunho pessoal, mostra situações de vida que envolveram casos de violência contra os próprios narradores/as.

“Bom no dia 30/09/16 presenciei uma violência tanto física quanto psicológica entre pai e filha. Julia e seu namorado Júnior já namoravam escondidos do pai da menina por ele ser bruto demais, numa tarde ela ia quase sempre na casa do Júnior e naquela tarde ele foi levá-la até a esquina de sua casa. Foi então quando o pai de Julia passou por eles e quando ela chegou em casa ele pegou um chinelo e bateu na menina tanto que deixou-la roxa em várias partes do corpo. [...] Ela estava com bastante medo, estava sofrendo e naquela hora ela não queria que sua guarda continuasse com seu pai... Mas bastou uma conversa e ele pediu desculpas, Hoje ele deixou ela ser feliz com seu namorado, mas às vezes é um pouco bruto com a menina Julia. (A. 18)

No caso dessas narrativas, percebe-se o processo de heterobiografização, através da narração de um sujeito que narra ao outro, e também experimenta biografar-se, a partir da reconfiguração do alargamento de horizontes, através da figuração narrativa. A representação histórica, originada da figuração narrativa na heterobiografia, consiste na “interação, de um lado, entre o saber empírico com explanação de eventos passados e, de outro lado, a formatação textual.” Como as carências da vida prática, simbolizados a partir do pensamento histórico, surgem constructos estéticos que fazem com que da ciência possa surgir a arte. (RÜSEN, 2015, p. 86)

As heterobiografias discentes apresentam casos de heteronormatividade e andronormatividade.

a norma política tem sua substância composta por um dístico, formado por um (obviamente) duplo paradigma: o corpo e a corporeidade em ação: isto é, o corpo masculino. Apenas se este corpo masculino e dominante tiver um comportamento sexual também dominante, portanto, hetero. Compõe-se aí uma dupla gramática política que o autor denominou andro-hetero normativa (HOWES NETO, 2017, p. 128).

E essa relação fica bem expressa, quando a experiência narrada possui um pai severo, ou um namorado possessivo e ciumento. Eles se sentem “donos” das jovens/mulheres narradas, inclusive a ponto de cometerem violência contra elas. Isso também aparece nas narrativas sobre feminicídio, explicadas anteriormente.

Entre os diversos relatos, um deles é muito interessante, pois o sujeito (auto)biografou-se. Jovens da faixa etária entre 13 e 17 anos de idade têm dificuldade de relatar sobre as próprias experiências.

“ Sou uma adolescente comum, cheia de sonhos e com uma fé inabalável... ou pelo menos era. Ao sair da escola fui pelo mesmo caminho que eu costumava ir ... mas, eu sentia que

algo dentro de mim não queria ir sozinha, mas lá fui eu... chegando em um certo local, parecia que tinha alguém me perseguindo, mas segui meu caminho, achei que fosse coisa da minha cabeça. Então fui em uma direção diferente para ver se realmente estava certa, e sim, eu estava. Naquele momento comecei a correr e alguém à me seguir... Até que me alcançou, me ameaçou e tentou tocar no meu corpo, comecei a gritar e chorar, como nunca tinha chorado, até que chegou um senhor e me tirou de lá, porque se não fosse ele não sei o que teria acontecido. Você pode pensar que foi culpa minha ou dizer “aposto que tava com roupa curta”, ei, eu não estava... nunca imaginei passar por isso, mas, passei e isso acabou comigo por dentro, não existe mais a menininha que muitos conheceram um dia. E sim, se eu pudesse mudar isso, eu mudaria.” (A. 13)

Esse relato (auto)narrativo tem consonância com o trabalho da narrativa de escrita de vida:

porque permite uma espécie de estado das ligações dos nossos conhecimentos nos nossos diferentes referenciais experienciais, e nas nossas formas de exprimir o nosso ser-em-relação conosco e com outrem na evolução de nossos posicionamentos existenciais, desemboca progressivamente na compreensão do pensamento e a construção de uma subjetividade autêntica passam por colocar em prática um projeto de si como autor-pesquisador por meio da reinterpretação, para si, das valorizações simbólicas coletivas e dos múltiplos referenciais para o sujeito pensar sua vida (JOSSO, 2010, p. 222 e 223).

Isso proporciona a autonarratividade enquanto ideia de que “não existe mais a menininha que muitos conheceram um dia” e “sim, se eu pudesse mudar isso, eu mudaria”.

Das experiências que as narrativas (auto) biográficas e heterobiográficas abrangeram, pode-se perceber que as experiências fundadoras refletem as condições sociais de machismo e misoginia que ainda existem no cotidiano. O processo de biografização, no Ensino de História, potencializa a ação pedagógica de diversos temas, como gênero por exemplo.

Observa-se que o exercício de práticas pedagógicas está ancorado em uma didática própria do Ensino de História, embasada no campo científico, mas que não se perpetua como mero apêndice acadêmico, pois se constitui como ente próprio, dentro de uma realidade escolar que é considerada como campo de averiguações e investigações sobre educação.

Diante disso, acredita-se que o desfecho desta pesquisa indica que o ato narrativo pode ser usado como metodologia, no espaço escolar, ou ainda, como mediações de um trabalho interdisciplinar sério capaz de ser o articulador de uma nova concepção humanista. Ademais, ela está voltada para o ser enquanto sujeito reconhecedor de si e dos outros, com um olhar diverso, autônomo e livre.

Referências

AZEVEDO. P. T. de. **É para falar de gênero sim! Uma experiência de formação continuada para professoras/es de história.** 2016. 87p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio Grande, Porto Alegre, RS, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, J. L.; RÖWER. J. E. “Ensinar o que não se sabe”: estranhar e desnaturalizar em relatos (auto)biográficos”. Santa Maria, v.39, n.1, jan/abr, 2014.

FERRAROTTI, F. **A biografia como interação**. In.: FERRAROTTI FRANCO. **História e histórias de vida. O método biográfico e a formação**. Natal: EDUFRN, 2014, p. 67-78)

FIGUEIREDO, L. **Mulheres nas Minas Gerais**. In.: PRIORE, M. D.; PINSK. C. B. **História das Mulheres no Brasil**, (Org), 10. Ed, 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015, p. 141 a 188.

FORTES, T. O que é menino? O que é menina? Uma discussão a partir do gênero e sexualidade nas escolas do município de Porto Velho. In.: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 1, Florianópolis/SC. **Anais ST 7 Gênero e sexualidade nas práticas escolares**. Florianópolis/SC: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2006.

GALVÃO, C. **Narrativas em Educação. Ciência e Educação**, v. 11, n. 2, 2005, p. 327-345.

HOWES NETO. G. **Dialética & Andronormatividade: o Trabalho Pedagógico na Gramática do Capital**. 2017. 358p. Tese de doutorado (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. Tradução. José Cláudio, Júlia Ferreira. Revisão Científica. Maria da Conceição Passeggi, Maria Cristine Josso – 2ª.ed. . Natal, RN: EDUFRN; São Paulo; Paulus, 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MOMBERGER, C. D. **Biografia e Educação: Figuras do indivíduo-projeto**. Tradução. João Gomes da Silva Neto, Maria da Conceição Passeggi, Luis Passeggi. – 2ª.ed. . Natal, RN: EDUFRN; São Paulo; Paulus, 2008

MONTEIRO, A M.; GABRIEL. C. T. **Currículo de história e Narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas**. (Org). MONTEIRO. Ana Maria; et. al. *Pesquisa em Ensino de História entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X Faperj, 2014.

RÜSEN, J. **Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora UNB, 2001.

RÜSEN, J. **Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora UNB, 2007a.

RÜSEN, J. **História viva. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora UNB, 2007b.

RÜSEN, J. **Teoria da História. Uma ciência da história como ciência**. Tradução Estevan C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SCHMIDT, M. A. CAINELLI, M. **A consciência Histórica como o lugar e o propósito da aprendizagem histórica**. In.: ZAMBONI. E. GALZERANI, M. C. B; PACIEVITCH, C. (Org.). **Memória, sensibilidades e saberes**. Campinas, SP: ed. Alínea, 2015.

MEMÓRIAS DE DESCENDENTES DE POLONESES E REFLEXÕES PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICA

Jaqueline Peres Dewes

Graduada em Pedagogia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Revisitando uma monografia

Durante o segundo semestre de 2017 realizei uma pesquisa inscrita no campo da História da Educação na cidade de Porto Alegre, junto à parte da comunidade de descendentes de poloneses. Os sujeitos que concederam as entrevistas analisadas são membros da Sociedade Polônia de Porto Alegre, uma instituição mutualista étnica que, como o próprio nome alude, visa representar os interesses e a memória da imigração polonesa na capital gaúcha.

Os resultados desta investigação⁹⁰ identificam uma diversidade de discursos de polonidade em dimensões educativas, suscitando reflexões para possibilidades para a Educação Étnica. A relevância deste estudo intende a uma melhor compreensão das dimensões educativas presentes nas narrativas discursivas enunciadas pelos entrevistados.

Os referenciais sobre a historiografia da imigração polonesa em Gardolinski (1958) e Nievinski Filho (2002) embasam o olhar sobre o contexto histórico da constituição da comunidade polonesa em Porto Alegre. A partir destes autores procurou-se entender mais de etnia, com Poutignat e Streiff-Fenart (2011); e em Kreutz (2003) para pensar a educação e suas relações com as identidades étnicas. Como base teórico-metodológica assinalo os estudos da Memória em História Oral, principalmente de Bosi (1994; 2003) e Errante (2000). Nesta perspectiva realizaram-se sessões de entrevistas com membros da Sociedade Polônia, entidade étnica sediada em Porto Alegre.

O objetivo da análise das narrativas foi investigar as memórias ouvidas para identificação de possíveis indícios de discursos de polonidade, em suas dimensões educativas, nas memórias dos narradores de parte da comunidade étnica polonesa. Os temas se desdobraram em perguntas que

⁹⁰ Monografia da autora publicada em 2018, exigência para conclusão de curso de graduação em Pedagogia, intitulada “Pontes para a polonidade: dimensões educativas em memórias de descendentes de poloneses em Porto Alegre (1932-2017)”.

variaram a cada entrevista. A temporalidade histórica desta pesquisa – entre 1932 e 2017 – justifica-se porque as narrativas trazem elementos desde o ano de nascimento da entrevistada mais velha até informações do ano em que ocorreram as entrevistas. As transcrições, seguindo o modelo de Marcuschi, foram feitas na tentativa de sistematizar o mais próximo do “[...] tom, do andamento, do ritmo para dizer-se [...]” (BOSI, 2003, p. 47) de cada entrevistado.

Em vista de ser uma pesquisa qualitativa envolvendo documentos orais sobre um recorte histórico de viés educacional, estabeleci que encontraria quatro pessoas que fossem membros da Sociedade Polônia – ou houvesse sido em algum momento. Os critérios para a escolha dos entrevistados foram que estes apresentassem ancestralidade polonesa e se disponibilizassem a conceder uma entrevista narrando memórias sobre sua vida. Os entrevistados tiveram suas transcrições arquivadas sob os pseudônimos de Lech, Kinga, Jurata e Skuba.

A partir destes dados foi possível inferir que estes sujeitos são de levadas imigratórias diferentes, com percursos escolares em instituições privadas e públicas, de diferentes gerações e relações enquanto membros da Sociedade Polônia. Todavia, para maior compreensão dos lugares de fala destes sujeitos, se faz imprescindível abordagem do contexto histórico da imigração polonesa. A seguir um breve panorama deste contexto.

Porto Alegre viveu três períodos imigratórios de levadas polonesas. O primeiro, a partir de 1890, das famílias que não se adaptaram às condições agrícolas das colônias e se estabeleceram no meio urbano. O segundo período deu-se entre 1918 e 1945, onde, por questões pessoais ou políticas, os chamados “imigrantes errantes” (NIEVINSKI FILHO, 2002) aportaram em Porto Alegre. Após 1945, a cidade testemunhou uma segunda leva de reemigrantes oriunda das colônias motivada a buscar melhores oportunidades de educação e trabalho na capital.

O *Kalendarz Polski*, publicação datada de 1898 e editada por Feliks Bernard Zdanowski – considerado o fundador da imprensa polonesa porto-alegrense –, assegura a existência de ao menos 400 famílias em Porto Alegre naquele ano. Além de rapidamente serem absorvidos pelo trabalho industrial, vários poloneses se estabeleceram no setor de serviços e comércios, contribuindo para o desenvolvimento do 4º Distrito, dos quais persistem ainda hoje a funerária Majewski⁹¹ e a oficina Jarzinski⁹² e, com a criação de escolas polonesas, professores mantidos pela comunidade vieram a fixar moradia no local (NIEVINSKI FILHO, 2002). Outros elementos na geografia do 4º Distrito e

⁹¹ Praça Conde de Porto Alegre, 67, Centro de Porto Alegre.

⁹² Avenida dos Estados, 2215, São João, Porto Alegre.

que evidenciam a presença polonesa são o restaurante *Polska*⁹³, a sede social da Sociedade Polônia⁹⁴ e a igreja Nossa Senhora de Czestochowa⁹⁵.

Em Porto Alegre os poloneses procuraram formar redes de apoio mútuo – as chamadas sociedades ou associações mutualistas. Abordo aqui especificamente o mutualismo étnico⁹⁶. Silva Jr (1999) observou que as sociedades ou associações mutualistas preveem em seus estatutos critérios rígidos de admissão, bem como delineiam a prestação de socorro funerário e assistência médica aos associados, articulação empregatícia, comercial, fortalecimento da educação e difusão cultural dentro do grupo étnico.

A maioria das entidades étnicas da comunidade polonesa no Rio Grande do Sul previa em seus estatutos como um dos objetivos a organização de escolas (LUCHESE e MALIKOSKI, 2017), similarmente ao que ocorreu com alguns outros grupos étnicos. No caso da Sociedade Polônia de fato funcionou no terreno da atual sede o Colégio Marechal Piłsudski, fechado no final da década de 1930 em virtude da campanha de nacionalização do ensino⁹⁷ e reestruturação da entidade resultante de fusões anteriores.

Outra consideração notável a respeito desta instituição é seu espaço sistematizador e difusor de discursos de polonidade e, portanto, potência para educação intercultural. Para Kreutz (2003), a interculturalidade é o processo comunicativo de interação entre culturas, desejosa entre etnias e já presente nos contextos interétnicos, tornando emergente uma educação intercultural para refletir sobre as relações de poder entre os grupos. Numa perspectiva pós-estruturalista a concepção de diferença passa a ser fulcral e, em face disso, decorre a necessidade de perscrutar o sujeito em sua complexidade histórico cultural por ser discursivamente constituído. Ancorado em Foucault, Kreutz indica que a problemática da subjetividade se volta para a percepção de categorias de formas de subjetivação e, quando relacionadas com processo identitário e grupos étnicos, apresenta “[...] grande potencialidade explicativa para o entendimento das bases epistemológicas com as quais os discursos sobre estas temáticas estão sendo construídos” (KREUTZ, 2003, p. 86-87). Logo, é preciso entender a constituição dos discursos de polonidade no Brasil.

⁹³ Rua João Guimarães, 337, Santa Cecília, Porto Alegre.

⁹⁴ Avenida São Pedro, 778, São Geraldo, Porto Alegre.

⁹⁵ Também conhecida como Igreja Nossa Senhora de Montes Claros, Avenida Presidente Franklin Roosevelt, 920, São Geraldo, Porto Alegre.

⁹⁶ Destaca-se alguns exemplos de mutuais étnicas de outros grupos de imigrantes europeus tardios: a Deutscher Hilfsverein para os descendentes de alemães, as Associações de Mútuo Socorro dos grupos italianos e a Jewish Colonization Association, responsável por parte da colonização de judeus no Rio Grande do Sul.

⁹⁷ Conjunto de medidas tomadas pelo Estado Novo para diminuir a influência de nações estrangeiras nas comunidades de imigrantes no Brasil e forçar sua integração junto à população brasileira.

Na interpretação de Slodkowski (2013), polonidade toma forma de tensionamento expressando marcas identitárias e representações sociais que embarcam na constituição da identidade dos descendentes. Já no entendimento de Almeida e Zanini a polonidade compreende o “[...] pertencimento ao mundo polonês, vislumbrado por meio de narrativas, símbolos e uma série de elementos [...]” (2013, p. 163), bem como assim o entenderam alguns entrevistados. No sul do Brasil o sentimento de polonidade nasceria atrelado à lida do campo, o cunhado “polonismo camponês”, assinalada a apropriação por parte das camadas urbanas dos costumes camponeses a fim de idealizar o sentimento de pertencimento. A polonidade seria uma construção cultural urbana, sustentada por ações e discursos das camadas intelectualizadas dos imigrantes para articular interesses políticos (ARAÚJO FILHO, 2003). Conforme os estudos de Trindade (2016), ocorre um processo triplo na comunidade étnica no Brasil: descendentes que mantêm ligação com a Polônia, os que pretendem abandonar a ligação e os passivos a este sentimento.

Com o objetivo de identificar possíveis indícios de discursos de polonidade em suas dimensões educativas, estabeleci relações entre falas dos sujeitos entrevistados. Para essa investigação se fez necessário articulação das narrativas em torno de categorias de análise a partir da incidência de ideias a respeito da polonidade enquanto narraram memórias sobre família, infância, escola, juventude, Sociedade Polônia e relações com a Polônia.

Busquei sistematizar narrativas de aproximações e distanciamentos com os possíveis indícios de discursos de polonidade em suas dimensões educativas. Das narrativas transcritas foram ordenados encadeamentos de ideias fornecidas pelos documentos orais. A partir disso emergiram três categorias que possibilitam análise de recorrências nas entrevistas, a fim de responder ao problema da pesquisa: diversidade de discursos de polonidade em suas dimensões educativas. Estas categorias foram inspiradas por falas dos entrevistados: ascendência, Sociedade Polônia e fronteiras da etnicidade polonesa.

Educação e a etnia nas memórias dos descendentes de poloneses

Ao abordarem o tema família, foi recorrente ouvir as ações dos entrevistados para saberem de sua história familiar, como busca por documentos de entrada no Brasil e investigações genealógicas e (re) migrações de parentes dentro do Brasil. Os narradores trouxeram em muitos momentos nessas falas sobre a família e a infância memórias vicárias, isto é, quando “[...] as memórias de outros se tornam uma parte da realidade para aqueles que ouvem as memórias, mas não tinham experienciado os eventos [...]” (TESKI e CLIMO apud. ERRANTE, 2000, p. 165)

narrados por elas, em especial aquelas em que os antepassados relatam sua chegada ao Brasil, que são em geral celebrados por um pioneirismo.

A Língua Polonesa aparece como código familiar e assim se mantém nas falas dos narradores, destacando a preocupação dos pais em garantir que seus filhos soubessem se comunicar em Língua Polonesa por meio dos ritos religiosos populares ou eclesiásticos, bem como na matrícula nas escolas étnicas quando possível. Os costumes, tradições e a religiosidade também são vistos como da ordem da herança cultural da família e para a família, que caracterizariam uma casa de descendentes poloneses, tais como pratos típicos, orações polacas e lendas ou histórias do país de origem dos antepassados. Outros elementos educativos que visavam ao cultivo dos considerados traços étnicos foram o ensino em casa de um parente fora do núcleo familiar e acesso a publicações em Polonês, sobretudo de cunho religioso, apontando a relevância da religiosidade como eixo de organização social, educativa e moral da comunidade polono brasileira.

Quando abordaram especificamente o que seria polonidade, os entrevistados trouxeram crenças pessoais que evidenciam um discurso de ascendência como elemento autor da polonidade, como na afirmação de Skuba “[...] isso aí acho que é uma coisa natural” (Entrevista, 2017). Essa visão de inefabilidade da relação de parentesco para caracterização da etnicidade, própria de uma corrente primordialista (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 2011), alude a polonidade como inata nas gerações descendentes. Aí se enxerga como um dever a transmissão da “herança étnica” às gerações vindouras em respeito ao significado que supostamente a origem tem sobre todos. Há uma autenticidade atribuída à educação étnica intragrupo.

Uma vez que o recorte de entrevistados tomou como ponto de origem esta instituição e também sediou três das quatro entrevistas, era de se esperar que alguns aprendizados viabilizados pela Sociedade Polônia fossem evidenciados pelas narrativas de seus membros. Entretanto, as aprendizagens extrapolam o previsto pela instituição, como a politização institucional de membros do sexo feminino e desenvolvimento de lideranças comunitárias fora da diretoria da entidade.

Como articuladora de um discurso sistematizador de polonidade, oriundo de uma concepção mobilizacionista de etnicidade (POUTIGNAT e STREIF-FENART, 2011), a Sociedade Polônia é vista como uma instituição do grupo e para o grupo, portanto, investida de sentido enquanto difusora das etnicidades dos sujeitos que se sentem poloneses em Porto Alegre e região. Assim, uma possível desvinculação dela com essa difusão discursiva implicaria o fim do sentido de ser instituição, conforme as narrativas fazem inferir. Por fim, algumas falas sinalizam questionamentos sobre essa função difusora de discursos da Sociedade Polônia, tal como o questionamento do

discurso de instituição étnica de poloneses e para poloneses quando os próprios narradores validam a presença de membros e simpatizantes de outros grupos étnicos dentro do espaço institucional.

Ainda assim, a Sociedade Polônia tonaliza o pertencimento étnico em determinado alcance, seja a memória coletiva, as expressões culturais e a educação étnica como elementos passíveis de legitimação quando sistematizados pelo espaço educativo institucional. Nisso reside parte dos interesses em constituir memoriais, promover cursos de Língua Polonesa e eventos comemorativos e folclóricos, dirigidos ao grupo étnico e abertas aos externos. A instituição passa a representar o polonês tanto em seus interesses sociopolíticos (ARAÚJO FILHO, 2013), como toma o lugar de autoridade sobre a memória da imigração polonesa. A educação étnica institucional apresenta-se intragrupo nos aspectos de autoridade sobre polonidade e extragrupo quanto ao interesse de consolidar determinada narrativa sobre a imigração polonesa.

Relatos mais recorrentes, porém, foram aqueles em que os narradores recordaram de interações com as pessoas de outras etnias, como as primeiras experiências de brincadeiras com vizinhos não falantes de Polonês até casos dos mais idosos que ingressaram na escola sem saber se comunicar em Português fluente. Estas trocas, principalmente no que tange à aquisição dos idiomas, pareceram surpreender os entrevistados pelo aspecto positivo que seus sentidos do tempo presente detectam.

Como as gerações mais novas de descendentes convivendo no espaço urbano e/ou interétnico não tendem a desenvolver mais o Polonês como primeira língua, os momentos de troca com outras etnias por vezes colocam em cheque a inefabilidade da ascendência como elemento suficiente para composição da identidade étnica. Em graus variados, os descendentes de poloneses permanecem num jogo fluido de manutenção desta identidade, pois sentem a diferença, mas nem sempre da mesma forma. A necessidade de manutenção da identidade étnica que tensionava os imigrantes poloneses e sua primeira geração de nascidos brasileiros não faz mais sentido para estas novas gerações; por outro lado, ela não desapareceu, ganhando novos sentidos e exigindo novas estratégias de manipulação.

Em relação à escolarização propriamente dita, o ingresso no mundo escolar ser tornou também o ingresso numa rotina de relacionamentos contínuos com externos ao grupo étnico. As falas trazem situações de escola frente a etnicidade dos entrevistados de formas variadas, como também trazem preocupações familiares a respeito. Deste modo, manter-se próximo de outros de sua etnia, enquanto se relaciona com colegas de fora do grupo étnico, mostra-se uma estratégia de mediação entre preservação de si de sua identidade e integração social. No entanto, estereótipos étnicos e reprodução de enunciações preconceituosas calcados nas representações sociais a respeito

do imigrante polonês e seus descendentes permearam práticas de constrangimento e *bullying* no ambiente escolar.

Sobre relacionamentos românticos, a tônica interétnica apresenta ondas de preconceito e visibilidades superpositivadas de grupos étnicos sob o véu da aparente diversidade cultural. Os namoros e seus atores (namorados, familiares, amigos) demarcam as identidades étnicas como europeu nomeado (polonês, alemão, espanhol, italiano, açoriano) e o “brasileiro”, que designa o indivíduo sem estreitas relações culturais com o continente europeu ou aparente descendência europeia. Mesmo que a endogamia étnica, outrora uma constante dentro das comunidades originadas por imigrante, já não tenha ditado muitos dos casamentos relatados, há um tom constante de superpositivação de esposos e esposas, cunhados e cunhadas, genros e noras de origem étnica branca, sobretudo italianos e alemães. Alguns discursos institucionalizados por porta-vozes dos descendentes de europeus se propõem a solidificar uma visão épica destas imigrações e isso embarga os enunciados dos entrevistados.

Quanto às demais relações entre etnias, entende-se a partir da análise das narrativas elencadas que a mediação nas fronteiras entre elas movimenta o pertencimento étnico do descendente de poloneses para reafirmá-lo após ser provocado pelo externo. A partir de uma abordagem teórica interacionista, memória coletiva e as expressões culturais são trocadas entre os grupos com objetivo de serem preservadas ou reestruturadas (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 2011). A concepção interacionista de etnicidade, no entanto, ainda está muito pautada nos distanciamentos. Há ainda resistências tonalizadas por discursos de relações de poder, mas isso não impede de verificar brechas que apontam mudanças nestes comportamentos. Neste sentido, a educação étnica sob a perspectiva das fronteiras da etnicidade polonesa salta aos olhos ao se aproximar de uma educação intercultural e assim evidenciar a importância da própria ideia educativa como perpetuador da memória, das tradições e expressões de polonidade tão desejadas pelo grupo.

Etnia em História da Educação

O entendimento de etnia e seus congêneres (eticidade, grupos étnicos, identidade étnica) que usei na produção da pesquisa em História Oral sobre as memórias dos descendentes de poloneses teve amparo nos diálogos teóricos entre Frederik Barth (2011) e de Phillip Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (2011), que entendiam etnia como categoria adscritiva determinada por integrantes de determinado grupo étnico e assim reconhecida pelos não membros deste grupo, sendo a etnia não estática, e não apenas atrelada a uma língua, nacionalidade, costumes e religiosidade –

muito embora estes elementos possam ser constituintes da etnia, se assim o grupo étnico para tal se autorregular. Esta aproximação entre Educação e Etnia, que não é nova – talvez nem mesmo em sua gênese – inclinou-me a considerar aprofundamento no aporte teórico da Educação Étnica como algo basilar para continuidade dos estudos com as memórias educativas de descendentes de poloneses. Dias de buscas em portais, repositórios e bancos de dados acadêmicos revelaram, para minha surpresa, a aparente inexistência de Educação Étnica enquanto conceito. Revisitar meu próprio texto suscitou a dúvida sobre o tipo de entendimento de etnia em que os historiadores da educação estão operando, uma vez que esperava já haver um aporte teórico consolidado sobre tal educação étnica.

Pesquisas cujas temáticas relacionam o campo da História da Educação e os conceitos de Etnia e etnicidade são produzidas no meio acadêmico especialmente para pensar historicamente questões referentes ao ensino das relações etnicorraciais, os espaços escolares caracterizados como étnicos e os espaços educativos e suas representações de determinado grupo étnico. Os conceitos de etnicidade, múltiplos, refletem a histórica disputa da definição do conceito, que contribuiu para justificar discursos de verdade em relação às ações de hierarquização de agrupamentos humanos sobre outros na Modernidade e na História Contemporânea. Entendo que a História da Educação, ao se debruçar sobre elementos do âmbito educativo com atravessamentos étnicos salientes, deva produzir inteligibilidades narrativas para os objetos de estudo situados nas intersecções entre Educação e Etnia.

Destaco um artigo de Sauloéber Tarsio de Souza (2017), proposta singular que buscou mapear bibliometricamente o emprego do conceito de etnia em História da Educação, inventariando publicações em quatro periódicos especializados deste campo, e cuja temporalidade compreende 1997 a 2011. Sua análise dos 48 artigos elencados permitiu dividi-los em três grupos: imigrantes (europeus tardios) e educação, negros e educação, povos indígenas e educação, sendo o último grupo com quantitativo menor em relação aos dois primeiros. Nestes artigos, a categoria etnia se apresenta associada a escolas étnicas, identidades étnicas, cultura étnica, educação em relações etnicorraciais, valorização da diversidade etnicorracial, raça e educação racista/educação antirracista. O autor afirma que “[...] a disposição em discutir conceitualmente a categoria etnia foi quase nula no conjunto dos textos, fazendo-se esse movimento muito mais por meio das variáveis de etnia” (SOUZA, 2017, p. 549), referindo-se às discussões diretas sobre escolas étnicas, ensino das relações etnicorraciais, identidade étnica, entre outras. Em suas considerações, o autor destaca o uso de etnia como sinônimo contextual para cultura, identidade, raça, ascendência e afins, e dos trabalhos concentrados em períodos do século XX e, por tratar de etnia, delimitados regionalmente,

apontando a variedade de trabalhos sobre etnias brancas no Sul e Sudeste enquanto os trabalhos sobre etnias negras e indígenas estão mais diluídas pelo País.

Com o intuito de buscar compreender como se tem pensado Etnia e etnicidade em História da Educação nesta década, eu empreendi um levante de produções acadêmicas junto ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 17 de julho a 28 de julho do corrente ano. Para tal levantamento usei os descritores “educação e etnia”, “educação étnica” e “eticidade e educação”, e considerei somente as pesquisas localizadas no campo da História da Educação, publicadas entre 2013 e 2018. Foram descartados trabalhos que usaram o termo “etnia” apenas como categoria de marca identitária para análises quantitativas.

Os resultados desta breve investigação contabilizaram dezesseis pesquisas, das quais duas são teses e treze dissertações. Do total de investigações, duas foram publicadas em 2013, outras duas em 2014, uma em 2015, nove ao longo de 2017 e uma no corrente ano até o período do levantamento realizado. Estes estudos são oriundos dos Programas de Pós-Graduação: em Educação; em História; em Educação em Ciências e em Matemática; em Educação e Contemporaneidade; em Relações Étnicas e Contemporaneidade; em Humanidades, Culturas e Artes; e em Formação Docente Interdisciplinar; compreendendo instituições públicas e privadas de ensino superior dos Estados brasileiros de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina.

Nestas pesquisas o conceito de etnia foi dado como: a) agrupamentos humanos com forte apelo originário e compartilhamento de língua e cultura (duas dissertações); b) categoria de identidade a partir da veiculação situacional, manipulável e voluntária a um grupo com conjunto de características assumidas e reconhecidas (uma dissertação); c) jogos dialéticos entre semelhanças e diferenças (duas dissertações); ou d) diferenciação definida nas relações interétnicas, que variam conforme seus atores num dado momento histórico (duas teses). Em nove dos estudos levantados não houve uma conceituação descritiva de etnia, sendo usada em senso comum como sinônimo para cultura, nacionalidade, ancestralidade ou raça.

Os estudos que investigaram grupos étnicos constituídos por descendentes de povos africanos, “etnia” está intimamente relacionada a noção de raça, sendo o primeiro termo usado em substituição a segundo, bem como nos termos “ensino das relações etnicorraciais” e “raça/etnia”. Nos estudos que visaram grupos étnicos constituídos a partir de imigrantes europeus tardios e asiáticos, o termo “etnia” estava atrelado a “identidade étnica”, “escola étnica”, “valores étnicos” e “cultura étnica”, ou seja, o étnico adjetiva outros elementos mesmo quando não há clareza teórica do que sejam estas identidades, escolas, valores e culturas; havendo apenas consenso contextual de

que são elementos caracterizados por uma diferença que tem relação com descendentes de imigrantes. Cabe também destacar que o uso do termo “educação étnica” ocorreu em quatro destas produções aludindo apenas os espaços escolares étnicos – as denominadas escolas étnicas. Em comparação com o inventário de Souza (2017), parece haver aumento significativo de estudos da História da Educação com conceituação de etnia, porém, há de se considerar o espaço de escrita maior em dissertações e teses se comparados aos artigos publicados em periódicos.

As temáticas variadas das pesquisas selecionadas fazem inferir que a História da Educação tem sido um campo fecundo para produções acadêmicas a respeito de grupos étnicos europeus tardios e asiáticos devido a situação histórica das campanhas do Brasil Imperial e, depois, Republicano, que fomentaram ampla ocupação territorial pela promessa da propriedade privada. Este é um dos grandes diferenciais em relação aos grupos étnicos afro brasileiros e os povos originários das Américas, pois as condições sociais de moradia, trabalho e educação foram desiguais entre os grupos, que, afinal, são atravessados pela racialidade. As desigualdades em diferentes aspectos e esferas sociais produzidas historicamente influenciam a especialização de estudos e autores diferentes para historiadores da Educação focados em diferentes conjuntos racializados de grupos étnicos: brancos, negros e indígenas.

Não desconsiderando as lutas históricas e o tempo presente racista, vejo neste desenrolar por caminhos separados um dos possíveis empecilhos para a não constituição de um aporte teórico sobre Educação Étnica. Outra possibilidade é a baixa aproximação entre História da Educação e Antropologia, campo do saber este onde há muito se pensa teoricamente sobre etnia e grupos étnicos. Sinto que a ausência de aporte teórico para conceituação da dimensão étnica da Educação e os movimentos de emprego de diferentes conceitos da categoria etnia ao longo das últimas duas décadas em História da Educação no Brasil demandam atenção e convidam ao desafio de investigação por parte de seus historiadores. Nesta esteira, proponho a mim também buscar estudos teóricos e possibilidades metodológicas em outros lugares que não tenha consultado e seguir em busca de elementos que contribuam para fazer da Educação Étnica uma discussão consistente e, assim, contribuir para ampliação dos debates teóricos histórico educacionais e da Educação.

Reflexões sobre as investigações

Das dimensões educativas que permeiam os discursos de polonidade identificados neste estudo, se estabeleceu correlações entre estas com as pontes para polonidade representadas pelos narradores. Em ascendência, o sentido de educação étnica – exclusivamente intragrupal – reside na transmissão de memórias entre consanguíneos e coétnicos, constituído em tesouro cultural inerente

à descendência familiar. Pela ótica da Sociedade Polônia, sentidos de autoridade e institucionalização são constituídos para legitimação da educação étnica via rede de apoio mutual étnica. A dimensão educativa aqui compreende sistematização de informações direcionadas, concorrendo para uma educação extragrupal simultânea e diversa da intragrupal. Esta visão da educação étnica visa homogeneização da comunidade polonesa e dos discursos de polonidade. A ponte das fronteiras da etnicidade polonesa apresenta por dimensão educativa a emergência da educação interétnica para manutenção das identidades de grupo em proposição multicultural de educação

Os sentidos de polonidade perpassaram nas falas dos narradores pelos lugares que legitimam o pertencimento étnico pelas dimensões educativas e concepções distintas de etnicidade. Essa complexidade transparece nas narrativas, na medida em que os entrevistados tentam organizar em suas reflexões a lógica da ascendência, a sistematização da Sociedade Polônia e as problematizações das fronteiras da etnicidade polonesa.

Ao buscar por referências para conceituar Educação Étnica na construção de novas prerrogativas para pesquisa junto ao grupo étnico dos descendentes de poloneses, não somente não se obteve êxito, como mesmo os movimentos de conceituação de etnia nas produções acadêmicas inscritas no campo da História da Educação se mostraram tímidos e atrelados a relações de senso comum ou muito diretamente imbrincados em questões locais. Entendo que a categoria etnia vem a ser mais uma dimensão da Educação, tal como gênero e classe, e que a constituição de um estudo teórico sobre a dimensão étnica das relações educativas fomentaria um desenvolvimento sólido de argumentos de pesquisa.

Referências

ALMEIDA, Juliano Florczak.; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Para além da antropologia das perdas: identidades polonesas e memórias. *Revista Antares: Letras e Humanidades*, vol. 5, nº 10, p. 157-174, 2013.

ARAÚJO FILHO, Lourival de. *A dicotomia cultural do imigrante e a polonidade anunciada*. Monografia (Bacharelado) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2003.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Schwarcz, 1994.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2003.

ERRANTE, Antoinette. Mas, afinal a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. *Revista História da Educação*. Pelotas/RS: ASPHE/FaE/UFPeL, p. 123-140, 2000.

GARDOLIŃSKI, Edmundo. Imigração e colonização polonesa. In: BECKER, Klaus. *Enciclopédia rio-grandense: Imigração*. Canoas: Regional, v. 5, 1958.

KREUTZ, Lúcio. Diferenças étnicas e educação intercultural: a partir de que entendimento de etnicidade? *Série-Estudos* (UCDB), Campo Grande/MS, v. 8, nº 15, p. 81-92, 2003.

LUCHESE, Terciane Ângela; MALIKOSKI, Adriano. O processo de organização de escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul (1875-1939). *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá, PR, v. 17, nº 46, p. 99-119, 2017.

NIEVINSKI FILHO, Estácio. Os poloneses em Porto Alegre. *Projeções – revista de estudos polono brasileiros*. Curitiba, PR, ano VI, nº 1, p. 85-92, 2002.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). *Estudos ibero-americanos*, PUCRS, v. 25, nº 2, p. 147-174, 1999.

SLODKOWSKI, Aline Carlise. *Memórias vivas e a polonidade no município de Guarani das Missões/RS*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de. A categoria etnia na pesquisa histórico-educacional brasileira: estado da arte a partir de revistas especializadas. *Cadernos de História da Educação*, v. 16, nº 2, p. 554-574, 2017.

TRINDADE, Huane Targino Zaleski. A II República da Polônia e os imigrantes poloneses no Brasil meridional (1918-1939). *Revista História Helikon*, Curitiba, v. 3, nº 6, p. 124-142, 2016.

A ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA EM UMA REGIÃO DE IMIGRAÇÃO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

José Edimar de Souza⁹⁸

Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Resumo: A escolarização em uma região de imigração é aqui entendida a partir dos processos e práticas apreendidas a partir de uma história cultural que procura investigar a partir de documentos distintos o modo como os sujeitos se organizaram para ter acesso ao conhecimento. A análise documental contou com fontes de arquivos e jornais, como Arquivo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo e Jornal O 5 de Abril. O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de desenvolvimento do ensino no meio rural de Lomba Grande a partir da caracterização das políticas de investimento público de São Leopoldo e Novo Hamburgo nas primeiras décadas do século XX. Destaca-se do conjunto de análise que a presença da escola comunitária desde o século XIX contribuiu com a ampliação da oferta do ensino pública escolar a partir da década de 30 do século XX e favoreceu as práticas de escolarização na localidade investigada.

Palavras chaves: Escolarização. Imigração. Escola pública primária.

Considerações iniciais

A escolarização em uma região de imigração é aqui compreendida através dos processos e práticas apreendidas a partir de uma história cultural que procura investigar com suporte em documentos distintos, o modo como os sujeitos envolvidos nesse fenômeno se organizaram, desenvolveram e mobilizaram forças para empreender escolas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consiste em analisar o processo de desenvolvimento do ensino no meio rural de Lomba Grande desde a caracterização das políticas de investimento público de São Leopoldo e Novo Hamburgo nas primeiras décadas do século XX.

A perspectiva teórica sustenta-se na História Cultural, a partir de Peter Burke e considera as práticas e representações dos sujeitos um modo de caracterizar os fenômenos sociais investigados (CHARTIER, 2002). Baseado nessa corrente teórica, novas possibilidades de estudos de novos objetos de pesquisa passaram a compor os repertórios investigativos dos historiadores. Dessa forma, procura-se com essa abordagem “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (BURKE, 2005, p. 36).

⁹⁸ Doutor em Educação pela Unisinos. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul - UCS. Vice-líder do GRUPHEIM. E-mail: jesouza1@ucs.br. Este trabalho refere-se a um desdobramento da pesquisa financiada pelo CNPq – Edital Universal 1/2016 - “Modos de Organizar a Escola Primária no RS (1889-1950): histórias, memórias e práticas educativas”. Processo número: 405151/2016-0.

A história de Novo Hamburgo está imersa no contexto da colônia alemã de São Leopoldo, principalmente a religião luterana e católica, que no decorrer do século XIX contribuíram para constituição da origem ao Vale dos Sinos (considerando o estabelecimento de colonos ao longo do rio dos Sinos).⁹⁹ A localidade de Lomba Grande é considerada uma área rural,¹⁰⁰ porém, em função de ser uma região ocupada desde o século XVIII por tropeiros e colonizadores europeus apresentou destaque no seu desenvolvimento social e econômico. É desta localidade que muitas lideranças políticas, especialmente de descendência germânica se projetaram até a primeira metade do século XX.

Para Souza (2015), em Lomba Grande a história da educação se relaciona à sensibilidade da comunidade e das famílias que cediam compartimentos em suas residências para que fossem ministradas Aulas. O professor, em alguns casos também era oriundo da sua comunidade, que apesar da instrução mínima, na ausência de um mestre graduado, desempenhavam a docência superando inclusive as dificuldades de falta de material didático, condicionando-se aos soldos provenientes das famílias.

A vida em comunidade organizava-se em torno de suas escolas e igrejas, considerando o princípio religioso e escolar, entendidos como legado e tradição germânica. Essa prática comunitária revela que no interior de Lomba Grande, no século XIX, existiram as Aulas Domiciliares Públicas e Particulares, bem como a Aula Mista da Comunidade Evangélica até a consolidação da escola pública, como passo a discorrer na próxima seção.

A contextualização da escolarização em Lomba Grande

A condição “migrante” permite compreender a cultura produzida em um determinado lugar, no sentido plural, passível de construções híbridas, de traduções, pois transportam para além da língua, ideias, esperanças, hábitos e concepções educativas, que se transformam a partir do processo de tradução em ambos os lugares que habitam, por meio da etnicidade. Em Lomba Grande a escola comunitária, ou dos imigrantes apresenta uma característica híbrida, considerando que desde os primórdios da sua fundação ela também serviu aos filhos dos estancieiros do lugar.

⁹⁹ Novo Hamburgo foi um dos primeiros distritos de São Leopoldo a emancipar-se em 5 de abril de 1927. Contudo, Lomba Grande pertenceu a São Leopoldo até 1940, quando em 1º de janeiro passou a administração de Novo Hamburgo.

¹⁰⁰ O estudo aqui apresentado tem o meio rural como contexto cujas práticas e representações locais produziram os elementos culturais que moldaram o modo como foram sendo instituídas as escolas nesta comunidade. O conceito de campo, aqui sinônimo de zona, área ou espaço rural, sustenta-se ainda no argumento de que o considera como um ambiente onde decorreram práticas culturais, sendo a escola uma referência que baliza identidades e pertencimentos ao lugar.

As comunidades de imigrantes alemães, tanto evangélicas quanto católicas, estabeleceram escolas comunitárias em língua alemã, desde meados do século XIX até o começo do século XX. Além disso, os imigrantes já tinham o hábito de aprender as primeiras letras e o processo de contar e como o governo não implantou escolas nas regiões de imigração, as próprias comunidades criaram suas escolas. Esse hábito vem dos processos da Reforma e da Contrarreforma, marcados pelo fato de que Martinho Lutero muito se empenhou para a popularização da leitura da Bíblia.

A escola da Comunidade Evangélica-Luterana de Lomba Grande foi oficialmente fundada em 08 de fevereiro de 1842 e sabe-se que funcionava desde 1834 em um antigo prédio que servia às pregações dos “cura de almas” e onde também acontecia alfabetização dos filhos dos colonos. O prédio escolar, que também serviu de Casa Pastoral, deve ter sido inaugurado entre 1862 a 1864, como consta nos registros do Arquivo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Novo Hamburgo. Em 1890, foram construídos dois quartos e, a partir de 1915, foi moradia dos pastores da Igreja Evangélica-Luterana. A partir de 1915, as Aulas da Escola da Comunidade de Lomba Grande passaram por uma reorganização e, até 1939, não seguem um padrão de referência, conforme identificados em diferentes documentos consultados.¹⁰¹

Aspectos das políticas e práticas de escolarização no início do século XX

Estima-se que, no primeiro quartel do século XX, tenham existido cerca de 2.500 escolas étnicas no Brasil. Destas, o maior número de estabelecimentos associa-se aos imigrantes alemães, contabilizando, aproximadamente, 1.579 escolas, sendo 1.041 localizadas no Rio Grande do Sul. Elas eram mantidas por diretoria própria e constituíam-se nas picadas como sociedades escolares, sendo também responsáveis pela contratação de professores; despesas de manutenção e elaboração do material didático. Os pais responsabilizavam-se pelo pagamento do erário docente, quando tinham poucos recursos. A forma de custear o financiamento do estudo era através do emprego da mão de obra nas terras pertencentes à sociedade escolar.

Entre as décadas de 1930 a 1950 aproximadamente 70% da população brasileira vivia no espaço rural. Porém, com o crescimento e a diversificação da economia, o Estado brasileiro também se ajustou aos novos padrões econômicos e sociais. A escola acompanhou estas mudanças, nesse sentido, a escola da cidade passou a ter importância, e isso refletiu “tanto nas políticas públicas quanto nas iniciativas privadas” (LUCHESE; KREUTZ, 2012, p. 67).

A primeira metade do século XX será conhecida como período de continuidade da expansão da educação pública, manifestação da propaganda republicana. Porém, a partir da década de 1930, a escola

¹⁰¹ Em 1939 as aulas foram reunidas e surgiu o Grupo Escolar de Lomba Grande.

assume uma fisionomia muito mais urbana do que aquela até então existente. O êxodo rural favoreceu a construção de políticas de Estado voltadas para a cidade e, o espaço da escola passou a ser predominantemente o cidadão.

A constituição estadual do Rio Grande do Sul, de 1891, incorporou elementos positivistas. No que se refere ao ensino primário, deveria ser “leigo, livre e gratuito”, compreendendo o ensino elementar e complementar. A estrutura positivista enfatizava-se pela predominância do Executivo, ou seja, a supremacia da direção do ensino estava sob a tutela do presidente do estado, auxiliado pelo secretário dos Negócios do Interior e Exterior, a fim de uniformizar a instrução pública (BASTOS, 2005).

Tratando-se de um estudo regional, as representações de alunos e professores sobre o papel do Estado, como “Estado Forte”, é o de provedor e regulador das práticas sociais. A relação de interdependência entre as esferas: federal, estadual e local pretendia consolidar juridicamente a garantia da expansão, da obrigatoriedade e da gratuidade do ensino público, principalmente o primário.

No transcorrer do século XX, a escolarização foi interpretada ora como instrumento mais adequado para radicar o homem no campo, ora como instrumento de adaptação que favoreceria uma transformação social, cujo alcance seria de elevar a mentalidade “arcaica e rural” à mentalidade urbana e cidadina.¹⁰²

O período de governo Vargas estabeleceu atos, leis, decretos importantes para normatizar a educação pública brasileira. No âmbito governamental, a União produziu a partir de 1931, um lugar privilegiado para inserção do componente “nacional” sobre o componente “regional”, com a criação do Ministério da Educação e Saúde. Além disso, houve criação do Conselho Nacional de Educação, reorganização do Ensino: superior, secundário, primário, entre outras ações.

No Rio Grande do Sul, entre 1930 a 1945, ocorreu crescimento do número de escolas públicas, ora pelo aspecto da subvenção, em função do processo de nacionalização do ensino, como já foi referido anteriormente, ora pela criação de novas instituições de ensino. Além disso, outras ações que envolveram a instância educativa contribuíram para qualificar o ensino público gaúcho. Estas ações se referem à tentativa de organizar administrativamente para melhor legislar neste assunto. Nesse sentido, em 1935 foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, ocupada por Otelo Rosa, entre 1935 a 1937; posteriormente, ocupada por José Pereira Coelho de Souza, entre 1937-1945. Este órgão incluía as seguintes diretorias/instituições:

¹⁰² Entre as décadas de 1930 a 1950, difundiu-se também a ideia do ruralismo pedagógico. E teve como um dos seus principais articuladores Sud Menucci, o mesmo defendia ideia de que as crianças da roça fossem educadas por professores com “mentalidade rural”. Não concordava com o aspecto de que os professores fossem educados na cidade e enviados para lecionarem na zona rural.

Diretoria Geral da Instrução Pública; Assistência a Alienados; Higiene e Saúde Pública; Museu Júlio de Castilhos; Biblioteca Pública; Universidade de Porto Alegre e Conselho Estadual de Educação (BASTOS, 2005).

A partir de 1937, a ação do Estado passou a ser “intensa e exemplar”, especialmente, pelo aspecto da nacionalização do ensino, construindo uma unidade espiritual da Pátria; unificando a língua e o cultivo cívico, combatendo o nazi-facismo que se propagandeava pelo mundo desde o início do século XX. De acordo com Bastos (2005), durante o período ditatorial do Estado Novo (1937-1945), a ofensiva nazista no sul do país se processava em três importantes setores da sociedade: as Igrejas Evangélicas alemãs; as sociedades de diferentes naturezas (recreativas, beneficentes, etc.) e as escolas.

Na década de 1930, o descaso com o ensino rural altera-se um pouco, tendo em vista do “fortalecimento das concepções nacionalistas” (ALMEIDA, 2007, p. 87). Nesse sentido, desenvolveu-se no Brasil a ideia de um ensino rural voltado à defesa da pátria, na busca pela constituição de uma identidade nacional, ou seja, da disseminação de um discurso que conduzisse as diferentes comunidades étnicas a “uma assimilação mais plena do sentido da cidadania brasileira” (ALMEIDA, 2007, p. 90).

A busca da homogeneização nacional através de um projeto de nacionalização do Estado Novo envolvia diferentes órgãos e ministérios do governo, em prol de ações que fortalecessem esse sentimento nacional. Em 1939, a Campanha da Nacionalização converteu-se em uma ação mais ostensiva e repressiva, ocorrendo prisão de professores, vistoria do material escolar de crianças a caminho da escola e destruição de diversos materiais que continham textos em língua estrangeira, não restando às instituições fechar as escolas ou a de submeterem-se às determinações do Estado, ou seja, aceitar as subvenções, como aconteceu em Lomba Grande. (kreutz, 2005).

A escola deveria contribuir para o êxito do projeto de nacionalização, no sentido a diminuir ao máximo o índice de analfabetismo, imprimindo uma identidade aos currículos escolares, uniformizando valores e sentimentos da cultura nacional, especialmente no meio rural.

Quanto às políticas públicas locais que subsidiaram a educação pública, desde a Constituição Estadual de 1935, as Câmaras Municipais, sob a organização de suas Leis Orgânicas mantinham conselhos que legislavam sob os recursos aplicados ao ensino.¹⁰³ Cabendo a cada

¹⁰³ O artigo 108 da Constituição Estadual de 1935 sugeria que a manutenção e desenvolvimento do ensino deveriam aplicar o montante da aplicação da renda proveniente dos impostos, de 20 %, pelo Estado e de pelo mínimo 10%, pelos Municípios. RIO GRANDE DO SUL. *Constituições Sul Rio-grandenses (1843-1947)*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963. Edição comemorativa do 16º aniversário da promulgação da Constituição do Estado. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Constitui%C3%A7%C3%B5esSulRioGrandenses/tabid/3456/Default.aspx>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

municipalidade, através de sua Câmara, examinar e julgar a prestação de contas do Poder Executivo, bem como aprovar e votar leis e o orçamento para o exercício do ano seguinte.

O investimento no setor educacional repercutiu na forma de escola implantada e/ou adaptada entre as décadas de 1930 a 1950, ou seja, o Grupo Escolar. Tomando como referência os dados estatísticos produzidos pelo Almanack Escolar do Rio Grande do Sul, o qual registra que 1935 havia 350 escolas estaduais com 350 professores e 510 aulas isoladas subvencionadas estaduais com 510 professores, 30 aulas reunidas, com 92 professores e 6 escolas complementares com 60 professores, 104 Grupos Escolares e 1.007 Colégios Complementares, além da Escola Normal de Porto Alegre (ALMANACK, 1935, P. 53).

Este crescimento a partir da década de 1930 associa-se às ações de nacionalização, o que exigiu inicialmente medidas que orientaram e regulamentaram a rede de atendimento das escolas particulares. O número de escolas particulares fechadas em 1938 foi de 103 instituições, enquanto 238 foram oficialmente abertas (ARENDR, 2008).¹⁰⁴ A ampliação da rede pública de atendimento educacional refletiu também na esfera pública municipal. Em 1937 havia 2.830 Escolas Isoladas municipais e em 1941 este número havia saltado para 3.325. Quanto às escolas isoladas sob a gestão estadual, o número de 732 em 1937 diminuiu para 360 em 1942, em função da implantação dos grupos escolares passando de 170, em 1937 para 518 em 1942.

A substituição das Escolas Isoladas pelos grupos escolares não está relacionada apenas a mudanças no aspecto pedagógico e didático da forma de ensinar. A estrutura dos grupos escolares influenciou na estrutura da dimensão do espaço de outras formas de escolas (BENCOSTTA, 2005). Com implantação de prédios escolares, construídos em um só pavimento. As salas de classe tinham preferentemente a forma retangular, boa iluminação e ventilação sem prejudicar a saúde das crianças.

Em janeiro de 1946, foram instituídas as Leis Orgânicas Federais do Ensino Primário e do Ensino Normal. Ambas pertencem a um conjunto de leis baixadas de 1942 a 1946 que ficou conhecida como Reforma Capanema. Com estas reformas, a estrutura educacional brasileira foi reorganizada na tentativa de estabelecer uma política nacional única para a educação no país. E a partir da década de 1950, percebe-se uma tendência autonomista na constituição das políticas educacionais e forte ênfase na constituição de políticas locais, influenciando no processo de descentralização do ensino (WERLE, 2005).

¹⁰⁴ É preciso considerar que nem todas as escolas particulares foram fechadas, mas, muitas dos prédios e mesmo da força de trabalho das escolas étnicas foram subvencionadas.

Os investimentos na educação e os reflexos no ensino em Lomba Grande

Na década de 1940, a escolarização primária estava dividida em duas possibilidades: fundamental e supletiva. A fundamental era destinada a crianças de 7 a 12 anos, com duração de 4 anos para o curso elementar e um ano de curso complementar preparatório ao exame de admissão ao ginásio. A organização curricular para o curso primário elementar estruturava-se em: Leitura e linguagem oral e escrita; Iniciação à Matemática; Geografia e História do Brasil; Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho; Desenho e trabalhos Manuais; Canto Orfeônico e Educação Física. Além disso, havia no curso primário complementar: noções de Geografia Geral e História das Américas, Ciências Naturais e Higiene e conhecimento das atividades econômicas, noções de economia doméstica e puericultura (BRASIL, 1946).

Em âmbito local, as políticas públicas municipais, desde a década de 1930 tanto em São Leopoldo, como em Novo Hamburgo buscaram a alfabetização da infância como um dos principais interesses do governo. Este aspecto fica evidente nos dados obtidos nos relatórios da administração municipal encaminhados à Câmara, como se observa na tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Demonstrativo de despesa com instrução pública São Leopoldo (1930/1940).

Ano	Despesa orçada
1930 e 1931	50: 000 \$ 000 ¹⁰⁵
1932	52: 000 \$ 000
1933	54: 000 \$ 000
1934	94: 000 \$ 000
1935	99: 800 \$ 000
1936	92: 000 \$ 000
1937	132: 800 \$ 000
1938	114: 800 \$ 000
1939	202: 000 \$ 000
1940	262: 300 \$ 000

Fonte: Adaptada pelo autor.

A despesa municipal de São Leopoldo com educação referia-se ao aluguel de prédios, folha de pagamento de professores municipais contratados e cedidos para órgãos públicos estaduais, como os Grupos Escolares, Aulas Reunidas e também em escolas Estaduais muito distantes. Além disso, de acordo com o relatório do prefeito municipal de São Leopoldo, as escolas municipais estavam sendo

¹⁰⁵ Em 1938, o valor médio, em mil reis, da cabeça de gado, por exemplo, correspondia a 214\$2 mil reis. Como venho argumentando em outros estudos, mil réis em outubro de 1942 equivaleriam a R\$ 0,15 de dezembro de 1995.

aparamentadas com aquisição de “[...] classes bi-pessoais, cadeiras, armários e ‘bureaux’ [...] ainda não foi possível o provimento completo [...] em razão do elevado custo do material” (SÃO LEOPOLDO, 1941). As antigas classes de cinco alunos, pertencentes, na maior parte, às comunidades religiosas foram sendo substituídas paulatinamente. Da mesma forma, outros espaços públicos, que não a residência familiar começou a ser contratado pela municipalidade, distanciando-se do “atraso” que representava a educação doméstica, conduzindo-a para uma educação pública, laica e nacional.

Identifica-se que em 1939, havia setenta e quatro escolas no território que compreendia São Leopoldo, destas escolas, nove estavam situadas em Lomba Grande. Conforme quadro 1, abaixo, os professores eram:

Quadro 1 - Professores do 6º. distrito – Lomba Grande (1939).

Vencimento	Nome	Localidade
200\$000	Iracema Ferreira	+Santa Maria do Butiá ¹⁰⁶
	Jurema Oliveira Freitas	+Quilombo
	Arno Blos	Morro dos Bois
	Alfridia Enck	Sede
150\$000	Lidia Haubert	São João do Deserto
	Maria Hilda Scherer	+Morro dos Bois
	Pedro Alfredo Kunrath	São José da Lomba Grande
120\$000	Maria Elvira Mohelecke	++Taimbé
	Olga Barth	++Quilombo

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Em 1940, estes professores foram agregados ao corpo de funcionários públicos do município de Novo Hamburgo. Quanto às políticas de investimento em educação de Novo Hamburgo, os documentos e registros sobre as despesas públicas não foram localizados. Algumas informações foram identificadas no Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo e junto as narrativas publicadas no jornal O 5 de Abril, onde é possível realizar algumas considerações, como passo a detalhar.

Sabe-se que desde os primeiros anos da administração municipal, o ensino público foi uma preocupação. No decorrer da década de 1930 ocorreu implementação de políticas municipais para ampliar o número de ofertas de vagas, aquisição de materiais escolares, entre outros. Nesse sentido, além das aulas subvencionadas, escolas municipais foram criadas nos primeiros anos após a emancipação. Entre 1938 a 1941, o investimento em educação consistia, conforme tabela 2 abaixo em:

¹⁰⁶ “As localidades constantes deste quadro, que se acham assinaladas, são as que, possuem, funcionando, Aulas Municipais, em casas, cujos alugueis, em todo ou em parte, são satisfeitos pelos cofres municipais. As assinaladas com ++ percebem 50\$000 mensais. As assinaladas com + percebem 30\$000 mensais”. Ibidem.

Tabela 2 - Demonstrativo de despesa - Instrução Pública em Novo Hamburgo (1938/1941).

Ano	Despesa orçada
1938	40: 700 \$ 000
1939	62: 821 \$ 500
1940	112: 060 \$ 000
1941	126: 060\$ 000

Fonte: Adaptada pelo autor.

Comparando as tabelas 1 e 2, o investimento em Novo Hamburgo era maior, talvez o motivo possa ser pelo subsídio estadual das subvenções que era maior para São Leopoldo. Enquanto São Leopoldo distribuía a receita orçada entre as setenta e quatro escolas municipais, Nova Hamburgo destinava 12,18% do orçamento no emprego da instrução pública, entre as dezessete escolas municipais.

Os recursos que destinavam o pagamento dos vencimentos docentes eram marcados em Lei, geralmente pelo mesmo código. Como constata em documentos acessados no Arquivo da Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Diretoria de Expediente e no Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo: Código 8.33.0 e para adaptar os prédios escolares e aquisição de materiais o Código 8.33.4 da Lei de Orçamento em vigor.¹⁰⁷

Em Novo Hamburgo, no início da década de 1930, havia oito escolas estaduais, seis municipais e oito particulares. Além disso, outras instituições de ensino do município eram: Evangelisches Stift – Hamburgo Velho, com Pensionato evangélico; Colégio Santa Catarina, em Hamburgo Velho, funcionando com Curso Complementar. Escola São Luiz, funcionando com anexo do Colégio Santa Catarina; Colégio São Jacob, que além do curso elementar oferecia curso comercial e sediava a Escola de Instrução Militar n. 90; Colégio Evangélico de Novo Hamburgo; Escola Normal Católica; Grupo Escolar de Novo Hamburgo e as Escolas Isoladas (PETRY, 1944). A ampliação do número de escolas públicas foi feito sob a tutela das subvenções, como se identifica na tabela 3 abaixo¹⁰⁸

¹⁰⁷ O orçamento de despesas das escolas públicas municipais de 1947, encaminhado pelo prefeito municipal Guilherme Becker, registra o efetivo total de Cr\$: 228. 218, 90, entre vencimento de professores, orientador do ensino municipal, aquisição de materiais, aluguéis de prédios e conservação de imóveis (NOVO HAMBURGO. 1948). Nesse sentido, havia 17 escolas em Novo Hamburgo, atendendo 750 alunos. Os estabelecimentos de ensino estavam concentrados, em sua maioria (9 escolas das 17), no meio rural de Lomba Grande.

¹⁰⁸ Cópia do ofício n. 6693, de 25 de junho de 1929. Remetido ao Dr. Luiz de Freitas e Castro. Diretor Geral da Instrução Pública, em Porto Alegre (NOVO HAMBURGO, 1927).

Tabela 3 - Aulas de Novo Hamburgo (1930).

			Masc.	Fem.	Total
Aula Pública e	1 D. Zozina Soares	Novo Hamburgo	37	30	67
Subvencionada	2 D. Christiano J. Haag	Novo Hamburgo	38	27	65
	3 D. Frederica Schütz Pacheco	Novo Hamburgo	39	31	70
	4 D. Izabel Fschiedel	Novo Hamburgo	24	24	48
	5 D. Maria das Neves Marques	Mat. Kroeff	29	25	54
	6 D. Elsa Zottmann	Ex. Prado	17	23	40
	7 D. Elvira Brandi	Ex. Prado	9	4	13
	8 D. Maria A. Ribeiro	Hamburgo Velho	19	24	43
	9 D. Francisca Saile	Hamburgo Velho	43	31	74
	10 D. Ludwina Vier	Hamburgo Velho	20	55	75
Aulas Particulares	11 Escola São Luiz	Novo Hamburgo	53	88	141
	12 Escola Comun. Evangélica	Novo Hamburgo	54	48	102
	13 Escola Comun. Luterana	Novo Hamburgo	15	15	30
	14 Colégio São Jacó	Hamburgo Velho	236	--	236
	15 Colégio Santa Catarina	Hamburgo Velho	--	85	85
	16 Escola Paroquial	Hamburgo Velho	--	40	40
	17 Colégio Evangélico	Hamburgo Velho	--	80	80
			633	630	1263

Fonte: Elaborada pelo autor (2013).

A tabela 3 indica que as Aulas Públicas eram mistas enquanto quatro aulas particulares ainda permaneciam organizadas sob a orientação da divisão por sexo. Observa-se que as Aulas ainda não tinham nome e as mesmas seguiam uma sequência numérica de criação e eram identificadas pelo nome da professora.

Em 1940 havia em Novo Hamburgo, cerca de 19.000 habitantes distribuídos em três distritos: Novo Hamburgo, Hamburgo Velho e Lomba Grande. O número de escolas no município de Novo Hamburgo, entre 1940 a 1952 é relativamente o mesmo, embora o número de professoras contratadas demonstre aumento, como se observa no gráfico 1. Este aspecto talvez esteja associado à influência que a presença dos Grupos Escolares desempenhou na nova forma de organização das instituições escolares, na medida do possível, atendendo isoladamente os alunos pelo seu grau de adiantamento.

Considerações finais

A escola assumiu, desde a segunda metade do século XIX, um papel indispensável para os imigrantes alemães, para disseminar o aprendizado da língua nacional. É possível que a implantação de Aulas Públicas e/ou de escolas subvencionadas, em localidades que representaram isolamento das comunidades étnicas estrangeiras tenha operado com propósito de disciplinar a

aprendizagem do português. Era importante que os filhos dos imigrantes conseguissem se comunicar na nova terra, dessa prática dependeria a sobrevivência e o sucesso esperado.

A influência da Escola Nova na organização escolar, sob a nova forma que se evidenciava como Grupo Escolar, projetava a pequena Novo Hamburgo, no cenário dos grandes centros urbanos. Nas primeiras décadas do século XX, a modernização sob a inspiração da Escola Nova, contou com a mobilização de intelectuais brasileiros como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, entre outros. Este movimento contribuiu para que as reformas necessárias em benefício do ensino público fossem agregadas às políticas educacionais em âmbito mais regional.

Referências

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias da rural**: narrativas da experiência educativa de uma escola normal rural pública (1950-1960). 2007. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

ALMANACK Escolar do Rio Grande do Sul. Diretoria Geral da Instrução Pública. Edição Oficial. Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia. Porto Alegre, 1935.

ARENDDT, Isabel. **Educação, religião e identidade étnica**: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Oikos, 2008.

BASTOS, María Helena Camara. A educação como espetáculo. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) **História e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.v. 2: século XIX, p. 116-131.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. “Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária”. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) **História e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.v. 2: século XIX, p. 68-77.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 8529, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, (CPOE). Rio Grande do Sul. Brasil, Porto Alegre, 1947. p. 139 – 159.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

KREUTZ, Lúcio. “Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes”. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) **História e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.v. 2: século XIX, p. 150-165.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Das Escolas de Improviso às Escolas Planejadas: Um Olhar Sobre os Espaços Escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 45-75, maio/ago. 2012.

NOVO HAMBURGO. Ofício n. 22/26/3, de 14 de janeiro de 1948. [Cópia]. Documento microfilmado. Ofício encaminhado pelo Prefeito Guilherme Becker à Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo. 1948.

NOVO HAMBURGO. Registro de Telegramas oficiais da Intendência Municipal de Novo Hamburgo. (1927 a 1931). [livro manuscrito]. Novo Hamburgo - RS. 1927.

SÃO LEOPOLDO. **Relatório de 1940 apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias**. Dd. Interventor Federal pelo Prefeito Theodomiro Porto da Fonseca em junho de 1941. São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermund & Co, 1941, p. 6.

SOUZA, José Edimar de. **As Escolas Isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande – RS (1940 a 1952)**. 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Unisinos, São Leopoldo, RS, 2015.

PETRY, Leopoldo. **O município de Novo Hamburgo – monografia**. 1. ed. São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermund, 1944.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **O nacional e o local: ingerência e permeabilidade na educação brasileira**. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2005.

AS NARRATIVAS E MEMÓRIAS DOS POMERANOS NA SERRA DOS TAPES – O RITO DA CONFIRMAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR NA DÉCADA DE 1960

Karen Laiz Krause Romig
Graduanda da Universidade Federal de Pelotas
karenlaizromig@gmail.com

Dr. Patrícia Weiduschadt
Professora da Universidade Federal de Pelotas
prweidus@gmail.com

Resumo: Este estudo abarca narrativas e memórias de descendentes de pomeranos que estudaram em escolas multisseriadas na década de 1960. Estas escolas se localizavam na Serra dos Tapes, região serrana no sul do Rio Grande do Sul – Brasil. Por sua vez, esta região tem a característica de contemplar distintas etnias provenientes de imigrações do século XIX, dentre estas de imigração alemã pomerana. O objetivo principal do estudo consiste em caracterizar o ritual de passagem alemão pomerano da confirmação, valorizado pelo luteranismo, e a consequente evasão escolar, pois após a confirmação o sujeito era considerado apto à participação da vida religiosa e social. Para a concretização do estudo, a metodologia empregada foi de história oral, com o subsídio de autores como Bosi (1987) Halbwachs (1990) Meihy (2014), além disso, também foram entrevistados seis pessoas, descendentes de alemães/pomeranos e que passaram pelo ritual de confirmação e conseqüentemente abandono da vida escolar.

Palavras-chave: Confirmação; Evasão escolar; Pomeranos; Memórias.

Introdução

O presente artigo tem como tema a rito de passagem da confirmação¹⁰⁹ e a evasão escolar, esta temática tem como recorte temporal a década de 1960, especificamente para esta pesquisa. Pois logo, na década de 1970, o fenômeno perde intensidade.

No presente estudo, é enfatizado como recorte espacial a região da Serra dos Tapes¹¹⁰, localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul, marcada pela presença dos municípios de São Lourenço do Sul, Canguçu e parte do município de Pelotas.

¹⁰⁹ Rito de passagem pomerano, característico das religiões luteranas, que ocorrem em cultos religiosos, na presença de familiares e padrinhos de batismo; através da certidão de confirmação o jovem de aproximadamente 12 ou 13 anos passa a ser visto como pessoa apta à participar religiosamente de sua comunidade (TEICHMANN, 1996).

¹¹⁰ Região colonial serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul (SALAMONI e WASKIEVICZ, 2013). A Serra dos Tapes está localizada na região meridional do Estado do RS. As terras dessa Serra foram destinadas aos núcleos coloniais imigratórios no século XIX, por não serem apropriada a exploração pecuária (CERQUEIRA, 2010).

Este estudo está inserido no campo de estudos da história da educação e tem como principal metodologia a história oral, que por meio da técnica de entrevistas, propõe o estudo das narrativas e memórias de sujeitos que vivenciaram o período estudado, com análise de fontes orais.

O objetivo principal do estudo consiste em caracterizar o processo de confirmação e consequente evasão escolar, trazendo elementos apresentados na comunicação a compreensão do período educacional da década de 1960; o estudo busca também definir os ritos de passagem pomeranos; e, por fim, analisar as narrativas e memórias de descendentes pomeranos em relação a tais fatos mencionados.

O presente estudo surge da necessidade científica e social da abordagem da temática, em virtude da análise de memórias que contribuem para a rememoração de fatos passados, que compõem uma identidade cultural ainda presente nos dias atuais.

História Oral: operação metodológica

O presente estudo surge com a metodologia da história oral, pois trabalha com narrativas de sujeitos que vivenciaram o período da década de 1960, os entrevistados são moradores da região da Serra dos Tapes, no sul gaúcho, onde há forte predominância de descendência pomerana.

Os entrevistados são todos de religião luterana e de descendência pomerana, foram escolhidos aleatoriamente, e os critérios foram: ser de descendência e falar a língua pomerana. Nas entrevistas os sujeitos da pesquisa relataram suas memórias de infância e adolescência, atreladas à confirmação e escolarização.

A pesquisa faz parte do estudo da história da educação, pois propõe a relação de fatos do passado, especificamente de um determinado período histórico, com as memórias de sujeitos e suas respectivas lembranças escolares.

A história oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto, e o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. Este projeto deve prever o planejamento e condução de gravações, que posteriormente devem ser transcritas, a fim de se integrarem a pesquisa (MEIHY, 2014).

Ao enfatizar o uso da história oral, logo as memórias de sujeitos tornam-se um aporte fundamental para a pesquisa, como fala Amado (1995, p.135) “nossas memórias são formadas de episódios e sensações que vivemos e que os outros viveram”, pois nos relatos de memória, as pessoas rememoram lembranças atreladas a si e a pessoas de seu convívio social.

A história oral trabalha com a identidade do sujeito, com sua subjetividade, e seu passado atrelado à sua memória, pois nas ideias de Halbwachs (1990) a história vivida é necessária para construir um quadro vivo e natural, em que o pensamento se apoia na conservação e reencontro das imagens do passado.

“A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, enfim com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a este indivíduo” (BOSI, 1987, p. 17).

A memória pode se caracterizar a partir das reminiscências do passado, que surgem no pensamento de cada pessoa, no momento presente; ou ainda, como a capacidade de armazenar dados ou informações referentes a fatos vividos no passado. Mas é importante lembrar que sempre será uma reconstrução no presente desse passado de forma coletiva (HALBWACHS, 1990).

Ao trabalhar com memórias e narrativas de sujeitos envolvidos no contexto educacional e religioso da década de 1960, aborda-se a questão de transmissão cultural, em que a pesquisa contribui para o sentimento de pertencimento desse grupo à sua própria cultura, no caso a cultura alemã pomerana.

Ao entender o estudo da memória como parte fundamental da pesquisa, Candau (2014, p.132) afirma que,

A memória se compõe dos detalhes que a confortam; nutre-se de lembranças vagas, globais e flutuantes, particulares e simbólicas, sensíveis a todas as formas de transmissão, censura ou projeção, ela pode, portanto integrar-se nas estratégias identitárias.

Logo a rememoração das memórias religiosas e escolares dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, contribuem para o fortalecimento de suas identidades étnicas pomeranas.

A partir das narrativas desse grupo será apresentado a seguir elementos da cultura pomerana, relacionando com o contexto educacional da década de 1960.

Cultura pomerana e seu contexto educacional

Conforme (Coaracy, 1957) o ano de 1850 marca o início de uma nova fase na política de colonização. A partir desta data, o governo imperial toma uma série de iniciativas e medidas, tendo por alvo incrementar e sistematizar a imigração de elementos, que viessem dedicar-se à agricultura.

Como explica Cerqueira (2010, p. 873),

O grande impulso foi dado em 1858, pela criação da Colônia Rheingantz, na região da atual São Lourenço, que na época fazia parte do território de Pelotas. Tratava-se de uma imigração de língua alemã, porém com forte presença da etnia pomerana, cuja presença é um diferencial da composição étnica da zona colonial da Serra dos Tapes, no sul gaúcho.

A partir do núcleo inicial, situado próximo a Boqueirão, em São Lourenço do Sul, descendentes de pomeranos que migraram para o Brasil espalharam-se pelo sul do Rio Grande do Sul. Ocuparam o interior do município de Canguçu e parte da zona serrana do município de Pelotas, instalando a economia colonial, baseada nos minifúndios policultores, numa ampla fatia da encosta do Planalto Sul Rio-grandense.

O que conseqüentemente, demarca o território da Serra dos Tapes, como uma região geográfica, como forte predominância de descendentes de pomeranos. Sendo assim, palco da presente pesquisa.

As terras da Serra dos Tapes, eram consideradas devolutas para os estancieiros no século XIX, sendo esta região, local de colonização europeia. Segundo Cerqueira (2010, p. 874),

O processo de ocupação da Serra dos Tapes (região sul do RS) denota peculiaridades quanto à diversidade de grupos étnicos que contribuíram a sua estruturação. A paisagem cultural desta região resulta de um mosaico étnico, composto a partir das memórias e tradições destes grupos, que constantemente sofreram processos de renovação e acomodação, em um permanente processo de diálogos culturais, travados entre as etnias do espaço colonial (italianos, alemães, pomeranos, franceses), bem como com o componente afro e luso-brasileiro.

Os imigrantes alemães e pomeranos¹¹¹, ao chegarem no Brasil, preocuparam-se com a construção de igrejas e escolas, em muitos casos o pastor da igreja era também professor da escola étnica, pertencente à comunidade religiosa. Os pastores vinham da Alemanha, lecionavam e praticavam os cultos em alemão. Organizaram inicialmente as escolas étnicas comunitárias alemãs.

As escolas étnicas pomeranas estavam diretamente relacionadas a instituições religiosas luteranas, como o Sínodo de Missouri¹¹², e o Sínodo Riograndense¹¹³, havendo também as comunidades independentes¹¹⁴.

As escolas no contexto pomerano possuíam uma ligação forte com outras esferas da rede comunitária, onde a igreja, o trabalho e o lazer possibilitavam a sociabilidade deste grupo, o que caracterizou a construção da identidade do grupo pomerano (WEIDUSCHADT, 2007).

De acordo com Salamoni (1995, p.41),

¹¹¹ Os pomeranos são imigrantes de descendência alemã oriundos da região chamada Pomerânia. É considerado um grupo étnico com características próprias e peculiares, mantendo língua e costumes diferenciados de outros grupos étnicos alemães (WEIDUSCHADT; TAMBARA, 2014).

¹¹² O Sínodo de Missouri é uma instituição religiosa fundada nos Estados Unidos por imigrantes alemães. Atualmente é chamada de Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Esta instituição estabeleceu-se nas regiões de Pelotas e São Lourenço do Sul, região meridional do RS, em 1900. (WEIDUSCHADT, 2007).

¹¹³ IECLB, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. O Sínodo Rio-grandense é uma instituição religiosa de cunho luterano. Possuía um caráter de associação entre igrejas e escolas. (WEIDUSCHADT; TAMBARA, 2014).

¹¹⁴ Igreja Evangélica Luterana Independente (IELI) ou também conhecida como CL (Comunidade Livre), caracterizada pelos movimentos de desvinculação dos sínodos. As comunidades-livres (*Freigemeinden*) são núcleos eclesiais - comunidades ou congregações - que se mantiveram independentes, ou seja, que não se filiaram aos sínodos - organizações para reunir e unir as comunidades (TEICHMANN, 1996).

Durante um longo período, desde o início da colonização, não houve escolas fora da igreja. O desmembramento ocorreu a partir de 1960, mas os colonos continuavam falando pomerano, aprendendo alemão por necessidade religiosa e o português para se comunicarem com os demais habitantes da região.

Durante a década de 1960, a educação brasileira foi marcada por acontecimentos importantes em relação ao contexto educacional brasileiro, levando em consideração também, que a década de 1960, foi demarcada pelo período político da Ditadura Civil Militar¹¹⁵.

O enfraquecimento das escolas étnicas comunitárias, e o surgimento de escolas pertencentes ao poder público, tiveram forte ligação com o período de nacionalização¹¹⁶, ocorrido no período do Estado Novo (1937 – 1945). Este período foi instituído pelo governo de Getúlio Vargas, que tinha como objetivo integrar os imigrantes europeus e seus descendentes à cultura brasileira.

Os alunos chegavam à escola falando a língua materna (pomerano) e eram obrigados, pela política de língua única, a abandonar o código linguístico da cultura local e incorporar um novo código, oral e gráfico (ALVES; THUM, 2018).

“A campanha de nacionalização obteve êxito em seus propósitos. Através da eliminação da cultura do outro, se pôde impor a cultura predominante local”. (MOMBACH, 2012, p.35).

Antes do período de nacionalização, as aulas nas escolas étnicas comunitárias eram realizadas na língua alemã, sendo o pomerano considerado um dialeto de caráter inferior, tanto que, sendo a cultura pomerana, alvo de um silenciamento cultural¹¹⁷.

Para Salamoni (1995, p.41),

O pomerano era um dialeto, e como língua escrita só existiu até cerca do ano de 1600, quando passou a ser apenas falado, as aulas eram ministradas em alemão, pela facilidade com que obtinham os livros impressos nesse idioma. Ainda os colonos¹¹⁸ consideravam a língua alemã mais fácil do que a portuguesa, por ser o pomerano uma dissidência germânica.

Após o período de nacionalização, surgem às escolas rurais de caráter público, logo a estrutura das escolas era também uma influência para o término precoce dos estudos, como determina Weiduschadt e Castro (2015, p.172), “os prédios escolares das escolas isoladas¹¹⁹ no meio rural, eram construídas de forma rudimentar e com poucos investimentos, comparadas aos grupos escolares urbanos”.

Um dos principais acontecimentos na área da educação nos anos 1960 foi à promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação:

¹¹⁵ Período Histórico, ocorrido de 1964 até 1985, onde os militares exerceram um regime de poder autoritário no Brasil.

¹¹⁶ A nacionalização significou um esforço do governo de Getúlio Vargas para a formação de uma consciência nacional entre os cidadãos de núcleos etnicamente homogêneos, prescrevendo o uso obrigatório do português (MÜLLER, 1994).

¹¹⁷ Os pomeranos foram por muito tempo, considerados como um povo atrasado e espacialmente isolado. (BAHIA, 2001)

¹¹⁸ Termo que designa imigrantes ou descendentes europeus, que vivem na zona rural e dedicam-se a prática agrícola.

¹¹⁹ Instituições escolares distantes do meio urbano (WEIDUSCHADT; CASTRO, 2015).

Promulgada em 20 de dezembro de 1961, a Lei n. 4.024, nossa primeira LDB, entrou em vigor em 1962, conforme estipulado em seu último artigo: “Esta lei entrará em vigor no ano seguinte ao de sua publicação revogadas as disposições em contrário (artigo 120). SAVIANI (2010, p.306).

Assim, a década de 1960 foi marcada pelo surgimento de legislações educacionais brasileiras, com forte articulação de uma pedagogia tecnicista, encaminhando a população ao trabalho urbano fabril.

Nas considerações de Saviani (2010, p. 310),

Enquanto os debates em torno da LDB se concentravam na organização do ensino, polarizando-se entre os defensores da escola pública e da escola privada, a problemática do desenvolvimento nacional trazia novas exigências para a educação ao emprestar uma nova conotação política ao conceito de nacionalismo.

Este autor reforça a abordagem do nacionalismo a partir de elementos da veneração da pátria pela escola, o que enfraqueceu as escolas comunitárias pomeranas, e tirou de certo modo da instituição escolar a questão de estudo cultural.

Tanto no contexto dos tempos da escola étnica, como nos anos de 1960, muitas escolas já tinham um caráter público, poucos alunos seguiam nos estudos, pois os familiares temiam que os filhos saíssem de casa e abandonassem a vida na agricultura, outro fator era os altos custos de uma formação escolar mais avançada (SALAMONI, 1995).

“Para as famílias que desejavam a permanência de seus filhos na zona rural, a escola servia apenas para ensinar o mínimo necessário para as situações formais que eles terão de enfrentar” (BAHIA, 2001, p. 73).

As famílias de origem pomerana, consideravam a instrução escolar apenas como um suporte necessário à vida no campo. Por isso, a confirmação, além de importante rito de passagem, está presente na vida cultural e social como demarcador religioso na organização societária desse grupo.

Ritos de passagem pomeranos

Ao compreender o ritual da confirmação como determinante para a evasão escolar na década de 1960, é necessário compreender o significado dos rituais de passagem que para Rodolpho (2004, p.141) “O ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios”. Estes rituais de passagem podem ser religiosos os festivos, mas são responsáveis por marcar mudanças na vida de indivíduos, por meio de atos simbólicos característicos de determinada cultura.

Para a caracterização dos ritos de passagem pomeranos, está se apoiando em autores como Bahia (2000) e Thum (2009), que compreendem os ritos de passagem pomeranos como o batizado,

confirmação, casamento e morte. Tais rituais marcam a ruptura do contexto social e religioso do indivíduo. O ritual de enfoque deste estudo é a confirmação, mas cabe contextualizar cada um deles.

O batismo é o momento da inserção do indivíduo na vida da igreja (THUM, 2009). Entre o século XIX, e primeira metade do século XX, para as famílias pomeranas era muito importante ter vários filhos, pois isto simbolizava fertilidade e maior quantidade de mão de obra para as plantações.

Já o ritual da confirmação simbolizava o ingresso na vida adulta. Para Bahia (2000, p.72) “O significado da confirmação para os herdeiros¹²⁰ é a possibilidade de casamento, a liberdade para o namoro e a iniciação da fase adulta”.

Para Teichmann (1996), a confirmação é uma cerimônia muito importante, no sentido de integração à comunidade de fé e mesmo à comunidade social. A conotação social implica em que a partir da confirmação o confirmando tem um “passe-livre” para ir ao baile, namorar, ter, eventualmente, relações sexuais e assumir, gradativamente, no seu todo, o papel de adulto.

Desde o momento da confirmação, o jovem poderia participar da Santa Ceia¹²¹, juntamente com toda a comunidade religiosa ao qual fazia parte. Para o adolescente significava liberdade, pois recebia permissão para frequentar bailes, namorar e conseqüentemente iniciar a vida conjugal (BAHIA, 2000).

O namoro era visto pela comunidade como uma forma de preparação para o casamento. A aprovação do namoro pelos pais somente era consentida, se os possíveis cônjuges tivessem habilidades técnicas para trabalhar com a terra e para a lida na casa. Outro detalhe fundamental era a fecundidade. Por isso, existia o costume das famílias viabilizarem a relação sexual antes do casamento. Geralmente a noiva já se casava grávida (BAHIA, 2000).

Conforme as ideias expostas pela autora, a confirmação era o momento de mudança na vida do jovem, que, posteriormente, deveria ingressar na vida social e logo em seguida namorar e casar. O casamento sempre deveria ser aprovado pela família, e em muitos casos visava interesses financeiros. Ao traçar estas características aos dias atuais, para comunidades pomeranas, percebe-se que os rituais foram sendo reinventados para o contexto contemporâneo. Mas algumas dessas características são ainda perceptíveis aos dias atuais e são também identificadas nos relatos dos entrevistados. Sendo estas práticas comuns nos anos de 1960.

¹²⁰ Na família pomerana, existia nos primórdios a concepção de que o filho mais novo era o que ficaria na sucessão dos bens e atividades da família.

¹²¹ Ato de eucaristia, celebrada na comunidade religiosa, onde o vinho e o pão são considerados o corpo sagrado de Cristo.

O ritual do casamento, para Bahia (2000) é um momento de ruptura e transformação, marca o fim dos bailes, do tempo de namoro, e de separação de família e amigos.

Para Bahia (2000), a morte é o rito de ruptura na unidade social. Para o restabelecimento da ordem no mundo dos vivos, eram necessários ritos funerários que marcavam esta passagem.

Os rituais de passagem estão fortemente atrelados à religião luterana e são fundamentais para o entendimento da cultura pomerana, esses rituais foram ressignificados ao longo do tempo, e são ainda na atualidade, vivenciados no contexto de descendentes pomeranos.

Ao focar no rito da confirmação e relacioná-la com a escolarização, conforme já mencionado, é um dos ritos de passagem da cultura pomerana, característica da religião luterana. É um ritual semelhante à primeira comunhão da religião católica, praticada por jovens entre 12 e 14 anos.

A confirmação acontece em cultos religiosos luteranos, principalmente aos domingos, ou em datas comemorativas do calendário luterano. O jovem recebe do pastor uma certidão de confirmação, atestando que o mesmo está apto a participar da Santa Ceia de se tornar padrinho/madrinha de batismo.

Antes da data da confirmação, o grupo de jovens se reúne com os pastores para o estudo do catecismo e da Bíblia, estes estudos são conhecidos por *instruções*, este período preparatório varia de oito meses a dois anos¹²². No dia da confirmação o pastor cobra que os jovens relatem partes estudadas para toda à comunidade, em especial aos pais e padrinhos/madrinhas de batismo. Muitos descendentes de pomeranos caracterizam este rito com a expressão “*sal na cabeça*” que indica a responsabilidade que este jovem passa a ter perante a sociedade.

O rito da confirmação é um momento de transição da vida regrada pela família para a vida regrada pela comunidade. Confirmar é assumir individualmente uma postura diante da comunidade religiosa, mas é mais, é aceitar o modo de ser instituído socialmente (THUM, 2009, p. 326).

O costume da confirmação é definido como o marco para a saída da escola. Trata-se do ritual de passagem para a vida comunitária, ao trabalho e para a festa. Conforme relata Joana Bahia (2001, p.77),

O tempo de confirmação marca a passagem para a vida adulta e para as escolhas que resultarão deste campesinato. Após a confirmação o (a) menino (a) domina todo o saber técnico para seu trabalho na terra, pode casar, ou optar pelo estudo, pois conhece a lei da vida e seus valores, podendo então a partir desse saber moral e técnico traçar um dos vários caminhos que permita a continuidade do modo de vida camponês.

¹²² O período de estudo da confirmação, conhecido como instrução dos jovens varia de tempo entre as igrejas de IELB, IECLB ou IELI.

O ritual da confirmação era um dos momentos mais aguardados pelas famílias de origem pomerana, pois a criança/jovem estava apta a trabalhar na lavoura, significando mais mão de obra para a lida no campo.

A ideia de que um membro da comunidade poder pela primeira vez participar do sacramento da Santa Ceia, juntamente com toda a família, constitui um dos elementos mais vivos na memória social destes camponeses. A família está na imagem da Santa Ceia, e não é à toa que se trata de uma das imagens mais recorrentes nas paredes das casas pomeranas (BAHIA 2001, p. 77)

Seguir nos estudos, sair do campo e deixar a agricultura não era o objetivo da grande maioria dos alunos e de seus familiares na década estudada, conforme relata Weiduschadt e Castro (2015, p.179), “a família não se importava tanto com a reprovação ou aprovação, mas com a aquisição de habilidades básicas de leitura, escrita e cálculos”.

Para as famílias pomeranas a confirmação “educava para a vida”, ensinando os valores fundamentais para a vida camponesa, sendo que desta forma as famílias de origem pomerana em décadas anteriores, consideravam a educação religiosa, ou seja, a confirmação suficiente para o trabalho no campo.

Tal afirmação concorda com Joana Bahia (2001, p.79), quando a autora diz que “além das diferenças anteriormente discutidas entre o ensino público e o ensino confirmatório, os pais atribuem maior importância ao ensino religioso, o que leva a uma consequente evasão escolar”.

A distância existente entre as escolas e as casas na zona rural, somadas ao precário sistema de transporte e à ausência de número de escolas públicas e ao parco contingente de docentes que pudesse atender à demanda de alunos, tornaram a educação religiosa muito mais eficaz do que aquela proporcionada pelo Estado Brasileiro. (BAHIA, 2001, p.78).

De acordo com Salomoni (1995, p.40), “nas normas estabelecidas pelos pomeranos, os meninos deveriam frequentar a escola durante 4 anos e as meninas por 3 anos”, o que se refere à idade com que os indivíduos eram confirmados, pois na maioria dos casos, conforme relatado nas narrativas e memórias analisadas, os meninos eram confirmados com 13 anos e as meninas aos 12 anos, por isto que a menina frequentava a escola durante menos tempo. As crianças começavam a frequentar a escola mais tarde em virtude da distância que tinham que percorrer.

Narrativas e memórias: entrevistas

Para o embasamento da pesquisa, e o entendimento contextual do ritual da confirmação e seus impactos no processo de escolarização da década de 1960, foram realizadas seis entrevistas, com sujeitos que foram confirmados na década de 1960, e que passaram pelo processo de confirmação e consequente abandono da escola.

Cabe ressaltar que todos os entrevistados eram no período de sua escolarização moradores da zona rural, e estudaram em escolas rurais multisseriadas¹²³. Em seus relatos, os entrevistados falaram principalmente de sua confirmação e as consequências deste ritual para o processo de escolarização, enfatizando que o jovem confirmado, passava a trabalhar na lavoura e não mais frequentava a escola.

Nestes relatos, os entrevistados recordaram fatos de suas infâncias e adolescência. De modo a caracterizar a memória desses sujeitos, segue uma tabela de organização das entrevistas. Os entrevistados cederam autorização para o uso dos dados, mas para preservação de suas identidades serão utilizadas apenas as letras iniciais de nomes e sobrenomes:

Quadro 1- Relação dos entrevistados, ano de nascimento, ano de confirmação e comunidade religiosa na qual foram confirmados

Iniciais do Nome	Ano de nascimento	Ano de confirmação	Comunidade religiosa na qual foi confirmada.
I.G.	1939	1952	Comunidade do Herval - Canguçu
D.K.	1948	1960	Comunidade São Salvador – Canguçu Velho – Canguçu-IELI.
G.B.	1952	1964	Comunidade São Paulo de Santa Tereza - São Lourenço do Sul-IELI
Z.K.B.	1952	1965	Comunidade Luterana Riachuelo – Interior de Pelotas-IELI

¹²³ As escolas/classes multisseriadas são uma forma de organização escolar em que alunos de diferentes idades e tempo ou níveis de escolarização ocupam uma mesma sala de aula. (ANHAIÁ; JANATA, 2015).

I.S.K	1964	1967	Comunidade Religiosa Chicuta Oliveira – Interior de Pelotas IELI
I.K	1952	1965	Comunidade São Salvador – Canguçu Velho – Canguçu - IELI

Fonte: elaborada pelas autoras a partir das entrevistas

Nas narrativas dessas memórias são identificados os contextos educacionais vivenciados pelos descendentes de pomeranos. Cabe ressaltar que todos os entrevistados são de descendência pomerana, e de religião Luterana, quase que todos foram confirmados em comunidades da IELI¹²⁴.

A primeira entrevistada foi I.G. é natural da localidade de Herval, 2º subdistrito de Canguçu. Foi confirmada com 13 anos, onde relata que:

Depois de confirmada tinha que trabalhar na lavoura, hoje todos tem que estudar até os 18 anos, naquele tempo não tinha isso, com 13 anos eu já ia pros bailes, naquele tempo era assim, pegava a enxada e ia capinar. Na minha confirmação eu falei tudo em alemão. Os meus colegas também paravam de estudar, eu me lembro que eu fui pra escola com quase 9 anos. E pra ir para a escola eu tinha que caminhar bastante, eu levava uma hora caminhando. Para a confirmação tinha que estudar o catecismo e a carta celeste, *Himmelsbrief*¹²⁵.

Nesta narrativa a entrevistada relata que depois da confirmação teve que capinar e trabalhar na lavoura, e já era considerada uma pessoa adulta, pois depois do rito da confirmação estava apta a namorar e casar. Aborda também, à distância enfrentada pelas crianças neste período para chegarem à escola.

Outra entrevistada, compreendida aqui com D.K tem 69 anos, e foi confirmada aos 12 anos, esta relatou o seguinte:

Eu fui confirmada na igreja da comunidade onde eu também estudava, a escola dessa comunidade era paga. Eu estudei até a 3º série, quando eu fui confirmada, depois tinha que trabalhar. Depois da confirmação já podia namorar, eu me lembro do meu primeiro namorado, naquele tempo dava café nos bailes. Naquela época a confirmação e o casamento era *tudo* diferente, eu me lembro da foto do casamento do meu pai e da minha mãe, minha mãe estava de preto.

¹²⁴ Igreja Evangélica Luterana Independente.

¹²⁵ Objeto de proteção, não exclusivo da cultura pomerana, também presente na cultura cigana e negra. Se fazem presente no mundo pomerano, em língua alemã e portuguesa, as pessoas o carregam e acreditam do poder da proteção imaginada (THUM, 2009).

Nesta narrativa, a entrevistada relata suas memórias de infância, e além do rito da confirmação fala também do casamento, pois nos primórdios da imigração muitas noivas casavam de preto¹²⁶.

A terceira entrevistada, aqui representada com as iniciais de G.B é natural de São Lourenço do Sul, e foi confirmada com 12 anos de idade, a mesma relata que:

Quando eu me confirmei tive que trabalhar, eu costurava, minha mãe era muito doente, mas meus irmãos e minhas irmãs estudaram, mas naquele tempo quem queria seguir estudando tinha que ir pra cidade, saía caro estudar. Eu só estudei até a 3º série, eu me lembro que comecei a ir pra escola com 7 anos. A minha certidão de confirmação foi muito importante, me ajudou a aposentar, com ela comprovei que eu morei na colônia, porque, eu fui confirmada no interior.

Neste relato, a entrevistada diz que não pode seguir seus estudos após sua confirmação, mas destaca que seus irmãos tiveram acesso a escolarização, porém revela que as crianças terem o hábito de frequentarem a escola era bastante raro de acontecer naquele período. Conforme salienta Salamoni (1995, p.41), “após a educação básica poucos continuavam os estudos, não só porque os pais temiam que saíssem de casa e abandonassem a colônia, mas também pelos custos que representaria uma formação profissional de segundo ou terceiro grau”.

Neste mesmo relato, a entrevistada traz a importância da Certidão de Confirmação, usada inclusive como documento oficial.

Na entrevista seguinte, Z.K.B relata que tinha 13 anos quando foi confirmada, seu relato reforça o contexto da passagem do rito da confirmação e consequente evasão escolar:

Eu só estudei até a 4º série, quando me confirmei tinha que sair da escola pra capitar cebola, naquele tempo era assim, ninguém mais falava de estudar, minha escola era longe, eu caminhava 15 km, tinha que passar por dois arroios, eu não estudei alemão, mas eu entendo, acho muito bonito os hinos em alemão, eu entendo tudo que o pastor falava em alemão. Quando eu fui confirmada, já podia ir pros bailes.

A narrativa de I.S.K compõem-se da seguinte forma:

Na confirmação nós tínhamos que aprender o catecismo¹²⁷ e os 10 mandamentos, depois o pastor escolhia algumas partes para nós falar no dia da confirmação. Eu tinha 12 anos. Eu me lembro que estudei até a 3º série, eu nunca rodei, minha professora sempre falava que eu tirava notas muito boas, mas depois de ser confirmada tive que ir pra lavoura. Eu e meu irmão, nós começamos a ir pra escola com 10 anos. Nós tínhamos que trabalhar na lavoura de milho e batata. Depois da confirmação a vida mudava.

Neste relato surge a questão do que era realmente estudado na confirmação. Ao recordar suas memórias, a entrevistada fala que tirava notas muito boas na escola, e que sempre gostou de estudar, mas logo depois da confirmação iniciou sua vida de dedicação à agricultura.

¹²⁶ De acordo com SALAMONI (1995, p.61) as noivas casavam de preto porque após o ato religioso, o vestido servia para ser usado em ocasiões especiais, tais como cultos, batizados, outros casamentos e enterros.

¹²⁷ Pequeno livro luterano estudado para a confirmação traz os 10 mandamento e demais estudos religiosos, bem como partes da Bíblia.

No último relato, expõe-se a narrativa do único membro masculino do conjunto de entrevistas, este foi confirmado com 13 anos:

Meu pai e minha mãe pagavam a escola da nossa igreja, eu me lembro que eu comecei a ir pra escola com 8 anos, estudei até a 3º série, eu rodei em dois anos, faltava muito. Quando fui confirmado, saí da escola, naquele tempo quando se confirmava tinha que trabalhar em casa. No ano que eu fui confirmado nem fui mais pra escola.

Ao observar os relatos, observa-se que em todos os entrevistados fazem uma comparação com os dias atuais, usam muito a expressão “*naquele tempo*”, afirmando que atualmente a situação escolar é bastante diferente do que a do contexto das décadas mencionadas.

No conjunto de narrativas analisadas, é reforçada a afirmação de que ao serem confirmados, estes jovens abandonavam os estudos e passavam a se dedicar a vida no campo. Todos relataram que passada a confirmação, eram considerados indivíduos adultos capazes de arcar com suas próprias escolhas, poderiam namorar, casar e sair para os bailes, mas em contraponto eram intimados para a lida camponesa, onde deveriam trabalhar junto de suas famílias.

Considerações finais

Para a reflexão final do presente estudo, verifica-se que, na década de 1960, em comunidades pomeranas, as crianças abandonavam a vida escolar após a seu ritual da confirmação. Verifica-se nos relatos dos entrevistados, que ao recordarem suas memórias de infância e adolescência, relataram o abandono da escola após suas confirmações. Considera-se também a importância da memória dos sujeitos que vivenciaram o período estudado, onde os ritos de passagem são fatos que marcam a vida dos indivíduos.

A partir do ritual da confirmação, a criança/adolescente passava a integrar a comunidade religiosa como detentor de responsabilidade, estando este apto perante a Igreja como integrante da sociedade.

Desde o processo inicial de imigração pomerana até meados da década de 1970, este fenômeno predominava na Serra dos Tapes. As famílias atribuem importância ao estudo básico da escola, como ler, escrever e fazer operações básicas.

As famílias consideravam a confirmação uma educação necessária à vida, sendo o momento das crianças/jovens integrarem a sociedade, se casarem e participarem da lida do campo.

Ressalta-se que os ritos de passagem pomeranos são parte indissociável da religião luterana, portanto, fundamentais para a rememoração da identidade étnica deste povo. Os ritos de passagem conforme Rodolpho, (2004) atribuem a cada individuo novas identidades e novos papéis a serem

desempenhados junto ao grupo com o qual convivem. Pois após a confirmação, o jovem passava a desempenhar outro papel da sociedade, passando de criança que estudava a jovem que trabalhava.

Considera-se que no contexto dos anos de 1960 na Serra dos Tapes, para muitos descendentes de pomeranos, pertencentes à religião luterana, a Confirmação era o momento de saída da escola. (THUM, 2009). Caracterizando, desta forma, o momento da confirmação como elemento fundamental para a evasão escolar.

Referências

ALVES, R. S.; THUM, C. Testes ABC no contexto da Escola Ipiranga/RS: pressupostos teóricos e cotidiano escolar. **Revista do centro de Educação/UFSM**. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reveducao>> Acesso em: 02 jul. 2018.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**. São Paulo. p. 125-136, 1995.

ANHAIA, E. M.; JANATA, N. E. Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 2015.

BAHIA, Joana. A lei da vida: confirmação, evasão e reinvenção da identidade entre os pomeranos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n1, p. 69-82, jan./jun. 2001.

. **O tiro da Bruxa: identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo**. 2000. 328 f. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade lembrança de velhos**. 2ª ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CANDOU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo, Contexto, 2014.

CERQUEIRA, F. V. **Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais**. In: Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio. Universidade Federal de Pelotas, 872-962, 2010.

COARACY, Vivaldo. **A Colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: 1957.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Vértice Editora, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2014.

MOMBACH, C. O Governo Vargas e suas implicações na produção literária Teuto-brasileira. **Literatura e Autoritarismo: Dossiê Estudos de Literatura Comparada**. Santa Maria, n.10, p. 31-44, 2012.

MÜLLER, Telmo (org.). **Nacionalização e Imigração alemã**. São Leopoldo. Ed. UNISINOS, 1994.

RODOLPHO, A. L.; Rituais, ritos de passagem e de iniciação: uma revisão da bibliografia antropológica. **Estudos Teológicos**, v. 44, n. 2, p. 138-146, 2004.

SALAMONI, G. ACEVEDO, H. ESTRELA, L. **Os Pomeranos: Valores Culturais da Família de Origem Pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul.** Pelotas: Editora Universitária, 1995.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEWICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

SAVIANI, Dermavel. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3 ed. Campinas, Editora Autores Associados, 2010.

TEICHMANN, Eliseu. **Imigração e Igreja: As comunidade - Livres no Contexto da Estruturação do Luteranismo no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo, Instituto Ecumênico de Pós Graduação, Dissertação de Mestrado, 1996.

THUM, Carmo. **Educação, História e Memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes.** 2009. 383 f. Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação. Centro de Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2009.

WEIDUSCHADT, P.; CASTRO, R. B.; Instituições escolares e imigração na região colonial de Pelotas/RS (1928 - 1953). **História Unicap**, v. 2 , n. 4, jul./dez. 2015

WEIDUSCHADT, P.; TAMBARA, E.; cultura escolar através da memória dos pomeranos na cidade de Pelotas, RS (1920-1930). **Cadernos de História da Educação.** Pelotas. v. 13, n. 2, p.687- 704. 2014.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX:** identidade e cultura escolar. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

DIVERSIDADE CULTURAL: AS MIGRAÇÕES COMO MEIO PARA REFLEXÃO DA CIDADANIA

Lucas Dalfolo Cassanta¹²⁸
Pedro Santos dos Santos¹²⁹

Introdução

O processo de ensino-aprendizagem se apresenta como um desafio para os educadores de todas as áreas da ciência. No caso das Ciências Humanas, essa dificuldade também está presente, principalmente quando o estudo remete ao local de vivência do educando, sobretudo quando este não reside em grandes centros urbanos. Neste sentido, o uso de novas formas, métodos e tecnologias de ensino-aprendizagem necessitam ser empregadas para que o fazer pedagógico seja atrativo aos educandos. O estudo do lugar deve ser instigado pelo educador proporcionando a valorização do espaço de conhecimento do educando, pois, desta maneira, o mesmo poderá participar, da significação de conteúdos históricos e geográficos, a partir de suas experiências vividas sobre o local ampliando-as para as diversas escalas do conhecimento.

Desta forma, este trabalho busca relatar o desenvolvimento de uma atividade estruturada a partir de uma saída de campo com educandos de sétimo ano do Ensino Fundamental, de uma escola de Santa Maria/RS. Assim, o estudo da cultura pelo viés do processo de imigração permitiu aos educandos perceberem a materialização da ocupação na Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS, com ênfase na observação/identificação dos códigos culturais da etnia italiana *in loco*, contribuindo para o entendimento da (re)organização espacial contemporânea.

O estudo cultural valoriza-se ao analisar as formas que os grupos sociais se manifestam e percebem o espaço onde estão inseridos. A forma de visualizar a presença de determinada cultura no espaço ocorre pela compreensão dos códigos culturais, que são simbologias que estão representadas na paisagem, é como as comunidades transmitem para as gerações futuras sua arquitetura, gastronomia, arte, religiosidade, festividades, processos constituintes da memória.

¹²⁸ Mestre em Ensino de História - UFSM; Professor de História Anos Finais; Escola Marista Santa Marta; luccassanta@hotmail.com.

¹²⁹ Mestrando em Educação - UFSM; Professor de Geografia Anos Finais; Escola Marista Santa Marta; pdrossantos@yahoo.com.br.

Para as ciências sociais de maneira geral, a cultura e as tradições são matéria de fundamental importância, sejam elas representadas nas relações sociais ou mesmo na interação dos seres humanos com a paisagem. Assim, podemos entender que as migrações, movimentos que ocorrem desde o paleolítico, são fator mais do que importante na formação de identidade cultural de um povo, e apesar de hoje estarmos vivenciando uma evidente globalização da cultura (globalização para economia e mundialização para Aculturação), se faz importante que os estudantes, desde o ensino fundamental, possam entrar em contato e conhecer alguns dos elementos presentes na formação de sua identidade cultural.

A relevância do estudo e compreensão da Cultura se constitui como um fator de desenvolvimento, através da valorização das potencialidades locais, mediadas pelo sistema de crenças e valores inerentes aos processos de identificação cultural, ou seja, das marcas identificadoras de determinados recortes espaciais, que evidenciam o local e reafirmam as teorias de que o global não anula o local, a cultura e os processos de identificação de grupos sociais minoritários, muito pelo contrário os reafirma.

Desenvolvimento

As Ciências Humanas buscam explicar por meio da temática cultural a diversidade dos povos que habitam a superfície terrestre. Essas diferenças são visualizadas por peculiaridades, os códigos culturais¹³⁰, que se manifestam na paisagem por meio da gastronomia, vestimentas, artes, arquitetura, religiosidade, oralidade, as quais são transmitidas e repassadas entre as gerações das múltiplas etnias existentes.

O termo cultura, primeiramente surgiu associado à ideia de atividade rural, conforme Cuhe (2002, p.19) “cultura já era uma palavra antiga na França, vinda do latim *cultura* que significa cuidado dispensado ao campo e ao gado”. Progressivamente o termo foi adquirindo um novo sentido, ainda na França, com as ideias iluministas, cultura passa a ter um caráter que distingue a espécie humana das demais. Ainda segundo Cuhe (2002, p.21) “a cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história”.

O conceito de cultura na concepção de Claval (1999, p.81) recebe um significado mais abrangente

¹³⁰ Os códigos constituem-se na simbologia responsável pela visualização da cultura e, também, pela sua transmissão. Encontram-se impressos nas diferentes paisagens, através do estilo das casas, vestuário típico, arte, gastronomia, música, religiosidade e festividades. Além desses, existem outros códigos que, embora não sejam visíveis, também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço, como aportes culturais, com destaque para os valores, ideologias e convenções (BRUM NETO, 2007, p.38).

A Cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. (...) os membros de uma civilização compartilham códigos de comunicação. Seus hábitos cotidianos são semelhantes. Eles tem em comum um estoque de técnicas de produção e de procedimentos de regulação social que asseguram a sobrevivência e a reprodução do grupo.

Pode-se inferir a cultura como sendo a forma como os grupos se manifestam, analisam e percebem o espaço, ou seja, a cultura está intrínseca no meio psicofisiológico dos grupos sociais. Sendo parte integrante do desenvolvimento social, isto é, o homem acumula conhecimentos e os aprimora conforme suas necessidades, isso fica visível ao verificarmos o avanço tecnológico das sociedades.

Neste contexto Claval (1999, p.220), expõe

O universo onde vivem os homens, o ecúmeno, é um espaço transformado para responder às necessidades materiais dos grupos e permitir seu funcionamento. Implica a valorização dos recursos e das qualidades próprias dos lugares [...]

Dentro dessa perspectiva, podemos compreender que a cultura se constitui de signos e realidades que foram criados para descrevê-la, verbalizá-la, conforme contextualiza Claval (1999). Esta ideia é também descrita por Cosgrove (1996, p.103) ao enfatizar que:

A produção e reprodução da vida material são, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é a produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, a pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções.

Neste caso, a cultura é identificada por meio dos códigos culturais, signos que permitem a visualização dos grupos sociais e pelos quais são transmitidas suas identidades culturais entre as gerações futuras. Podemos perceber que a cultura, é responsável pela organização do espaço geográfico, pois, as formas e as funções existentes representam o sistema cultural presente, expondo a história deste lugar (COSGROVE, 1996).

A compreensão do lugar, do espaço de vivência, principalmente para o educando é relevante para que este possa ter um entendimento da dinâmica espacial. Iniciando pela reflexão da diversidade que compõe o município em que ele vive ou que está próximo. Ou seja, o educando passará a ter uma nova percepção do lugar onde reside, compreendendo sua gênese e a diferenciação da construção da paisagem local comparando-a com outros lugares, por meio, dos códigos culturais presentes.

Nesse sentido, o entendimento de lugar auxilia o indivíduo a sentir-se parte deste, valorizando suas peculiaridades, conforme Callai (2004, p.01) afirma

[...] lugar é um espaço construído como resultado da vida das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem do lazer. É portanto cheio de história, de marcas que trazem em si um pouco de cada um. É a vida de determinados grupos sociais, ocupando um certo espaço num tempo singularizado. Considerando que é no cotidiano da própria vivência que as coisas vão acontecendo, vai se configurando o espaço, e dando feição ao lugar. Um lugar que é um espaço vivido, de experiências sempre renovadas o que permite que se considere o passado e se vislumbre o futuro. A compreensão disto necessariamente resgata os sentimentos de identidade e pertencimento.

Assim, o estudo do lugar contribui para que o educando sinta orgulho do seu espaço de vivência, conforme Tuan (1983, p.160) ressalta, “[...] a cidade natal é um lugar íntimo. Pode ser simples, carecer de elegância arquitetônica e de encanto histórico, [...] não importa sua feitura [...]”. Podemos inferir que Tuan destaca o sentimento de pertencimento ao lugar de origem, devido principalmente as experiências e o significado que o mesmo possui para o indivíduo. E, neste caso, com a prática *in loco* os educandos tiveram a oportunidade de reconhecer aspectos únicos situados em um município próximo da realidade de vivência deles, e que por vezes torna-se desconhecido e desvalorizado.

Estudar o lugar deve ser priorizado nas escolas da educação básica, pois, o educando poderá ter uma referência palpável, ou seja, no sentido de considerar paisagens visíveis, permitindo, ao educando, uma reflexão do espaço fugindo das exposições de ambientes distantes de sua realidade. Desta forma, com base no seu cotidiano, suas experiências os acontecimentos sociais que ocorrem contemporaneamente se tornam relevantes. Assim o estudante percebe de forma escalar os efeitos das relações políticas, econômicas e culturais mundiais.

A partir das perspectivas destacadas até aqui, entendemos que a história regional assume um papel considerável na complementação do estudo do lugar, como afirma Pesavento (1990, p.69):

[...] a história regional, [...] seria aquela que buscaria resgatar a dinâmica da prática social dos homens, a partir da análise das condições históricas objetivas num espaço delimitado. Ou ainda, a história regional implicaria a realização de um recorte espacial inserido numa determinada temporalidade. Portanto, [...] o entendimento da história regional deveria se situar no meio caminho entre a totalidade mais ampla na qual se insere (o sistema capitalista) e as variáveis regionais específicas definidas pelas condições objetivas locais.

Dessa forma, segundo Silva (1990), a região entendida como um território ininterrupto passa a fornecer informações valiosas no que diz respeito à historiografia, tendo em vista que através de uma divisão político-social, pode-se compreender, por exemplo, a formação de uma nação a partir do estudo de suas regiões.

É preciso levar em consideração que a História, na visão de Cohen (2013), é uma representação, já que o sujeito a significa a partir de suas próprias vivências. Mesmo que sejam possíveis as mais variadas interpretações do passado, é imprescindível destacar que a teoria é a base fundamental, já que sem ela corremos o risco de cair em contradições e mesmo em simplificações a partir do que podemos chamar de senso comum.

Dentro dessa perspectiva, aliar o estudo do lugar a construção da consciência histórica/geográfica, ganha destaque de maneira bastante nítida, como ressalta Cohen (2013), já que a relação da realidade na qual os professores das ciências humanas estão inseridos os leva diariamente a uma reflexão sobre a função social da escola e conseqüentemente do professor, visto que inegavelmente estão inseridos em uma sociedade estruturada pelo capitalismo e pelos interesses de determinadas classes sociais.

Esta estrutura capitalista nos impõe um contrato social, sendo imprescindível encontrar maneiras de transpor essas barreiras nas relações de ensino, para que se consiga despertar nos estudantes a consciência histórica/geográfica, buscando que identifiquem seu papel social e possam romper com a lógica positiva vendida pelo sistema.

Caberia assim às ciências humanas de maneira geral o papel de representar junto à sociedade, e de maneira mais definida, à comunidade escolar, o fator de formação aplicado aos processos de “ensino e aprendizagem” ancorados na construção e percepção de questões como “igualdade, solidariedade, liberdade, pluralismo e respeito”, conceitos que talvez deem um formato básico para a cidadania que tanto se houve falar, mas que por vezes não se encontra na prática ou mesmo na teoria (GUIMARÃES, 2016, p. 76).

Ao longo das últimas décadas, a valorização da cidadania, e mais ainda do seu exercício, vem ganhando destaque tanto no meio acadêmico como na mídia, o que se reflete na vida cotidiana. Porém, na maioria das vezes não se observa qual “o tipo de cidadania que se persegue”, acabando por entrar em uma espécie de armadilha construída dentro de um sistema capitalista, que prevê “um espaço de lutas onde os projetos educacionais se confrontam para o estabelecimento de uma determinada e hegemônica concepção de educação, consoante a um tipo de projeto político” (TAVARES, 2016, p. 394).

Entendendo que esses conceitos dimensionam o que vem a ser a cidadania, visualizamos sua relação com a educação em âmbito geral e de que maneira essa está constituída, nos aproximando da formação da identidade cultural enquanto um processo dinâmico de estruturação por parte da sociedade, não apenas ao indivíduo, mas, ao grupo social ao qual este pertence, conforme Cuche (2002, p.177)

“[...] a identidade social não diz respeito unicamente aos indivíduos. Todo o grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural.

Os códigos culturais, neste caso, são importantes fontes para identificar essas identidades, pois, conferem características singulares a determinado grupo. Essa peculiaridade pode ser percebida na paisagem dos municípios que compõem a Quarta Colônia de Imigração Italiana – RS, pois, elementos da cultura italiana são visualizados com facilidade, por meio da arquitetura, gastronomia, oralidade e religiosidade, esta última, segundo Piccin (2009, p.29) com maior ênfase

Ao se deslocar para esse recorte espacial, logo se passa a atribuir características aos seus habitantes no sentido de seu pertencimento à cultura italiana, a qual é visualizada e concretizada através da simbologia cultural representada principalmente na religião.

Neste sentido, de acordo com Piccin (2009, p.28) “a identidade está relacionada com o processo de representação [...]”, e esta representação é dada por meio dos símbolos, ou seja, os códigos culturais. Neste caso, podemos inferir que a identidade gera uma homogeneização da paisagem, a partir das diferenças existentes nos traços que caracterizam determinado grupo social.

Piccin (2009, p.29) reforça essa ideia ao destacar que

Na Quarta Colônia de Imigração Italiana a identidade local permanece perceptível e se propaga através das gerações por meio dos códigos culturais, diferenciando-os das demais culturas. Ao se deslocar para este recorte espacial, logo se passa a atribuir características aos seus habitantes no sentido de seu pertencimento a cultura italiana, a qual é visualizada e concretizada através da simbologia cultural representada [...]

Percebe-se ao definir identidade cultural que esta se relaciona com a diferença, embora não sejam sinônimas e a representação de uma, marca a presença de outra, pois, ambas estão atreladas a um sistema de representação simbólicos. Piccin (2009, p. 29) complementa ao afirmar

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la [...].

Contemporaneamente, devido ao avanço tecnológico, resultante da globalização ou mundialização, há um encurtamento das distâncias, seja virtualmente ou devido à velocidade dos transportes, o que “aproxima” as fronteiras, principalmente referente aos produtos (vestuário,

gastronomia, linguagem, crenças, música, entre outros) que, de certa forma, invadem espaços hibridizando certas identidades.

No entanto, esta teoria não se pode generalizar, pois, é em meio à dinâmica da globalização que muitas identidades culturais se fortalecem. Surge a possibilidade da valorização da cultura local, com ênfase as das diferenças que tornam esse determinado espaço único. Destacando-se, assim, a relevância da cultura como um fator de desenvolvimento, ao valorizar as potencialidades locais, mediadas pelo sistema de crenças e valores inerentes aos processos de identificação cultural, ou seja, das marcas identificadoras de determinadas porções do espaço, que evidenciam o local e sugerem que o global não anula o local, a cultura e os processos de identificação de grupos sociais minoritários.

Neste sentido, Caetano (2012, p.54) reforça a ideia de que

[...] a pertinência do debate relativo à globalização e identidade como uma relação que exalta a diversificação cultural como forma de repudiar a homogeneização dos grupos sociais do planeta. A identidade é, portanto, um fruto da cultura, capaz de manifestar suas características mais expressivas e peculiares, concedendo valores culturais. A identidade delimita as culturas [...].

É pertinente refletir sobre a organização espacial local, considerando-o como um espaço onde permanece a identidade cultural de um determinado grupo social. Pois, neste ambiente estarão aspectos materiais e imateriais, de uso e função apropriados para a cultura da sociedade ali presente. Como expõe Voigt (2013, p.51)

A reprodução dos grupos sociais faz-se através de muitos meios, dentre eles através da organização espacial. Ao fixar no solo os seus objetos, frutos do trabalho social e vinculados às suas necessidades, um grupo possibilita que as suas atividades desempenhadas alcancem um período de tempo mais ou menos longo, repetindo, reproduzindo essas atividades. [...]. A organização espacial refletirá, através da paisagem, a identidade cultural do grupo que a moldou.

Deste modo, surge a necessidade de compreender o espaço local, para que se possa ter um entendimento da sua organização espacial, com vistas a perceber a identidade cultural presente e como se dará sua dinâmica organizacional. Na perspectiva educacional, é de fundamental relevância abordar estudos referentes ao local, observando que o educando possui vínculo com este ambiente, ou proximidade a ele, e, portanto, se relaciona com a cultura que se manifesta, integrando-se a esta identidade cultural.

Os códigos culturais de Silveira Martins

O município de Silveira Martins conta com um acervo histórico-cultural riquíssimo que, propicia uma paisagem cultural diferenciada no espaço. Esta paisagem foi construída com base na sua gênese, ou seja, pelos imigrantes italianos que ali se estabeleceram e exprimiram sua cultura étnica na organização espacial da cidade. Silveira Martins materializa no espaço seus códigos culturais, que expõem em todo seu perímetro a relevância histórico-cultural existente.

Neste sentido, Silveira Martins vem sendo alvo de pesquisas referentes às suas potencialidades turísticas e seu patrimônio histórico-cultural. No entanto, algumas conclusões vão sendo formadas a respeito dos motivos que bloqueiam a cidade de deslanchar no ramo turístico. Um desses motivos, quem sabe o principal deles, se refere à desvalorização da sua riqueza cultural por seus próprios habitantes, conforme sugere Ruviano (2011, p.23) ao destacar

[...] fortalecer junto à comunidade e aos visitantes a importância da preservação do patrimônio arquitetônico, como atrativo de grande relevância para o desenvolvimento de práticas de turismo (através da sinalização de alguns exemplares), fazendo com que ela o reconheça e preserve através do resgate dos acontecimentos e fatos destes lugares de memória [...].

Desta forma, esta pesquisa também busca meios para que os códigos culturais presentes em Silveira Martins sejam entendidos e apreciados com uma nova visão, possibilitando sua valorização. Este meio, se alicerça na educação, ou seja, na construção do sentimento de valorização, na identidade cultural, motivando a base da sociedade, representada aqui pelos educandos. Nesta perspectiva, se reforça a ideia de enfatizar a importância dos códigos culturais para os educandos. Apresentar/informar aos educandos da educação básica a relevância das construções arquitetônicas, das festas, da gastronomia, que são carregadas de representatividade da etnia italiana, neste caso específico, proporcionando, assim, uma relação social com estes que irá resultar em respeito a cultural.

Os códigos culturais de Silveira Martins estão presentes por toda a sua área, o que sugere um olhar atento para observá-los a cada esquina, rua, avenida do município. Sejam eles materiais, como a arquitetura dos imóveis, ou imateriais, como a oralidade.

A saída de campo como metodologia



Figura 1 – Estudantes recebendo orientações em visita ao município de Vale Vêneto, RS.

Acreditamos ser relevante destacar a importância da aplicabilidade da teoria no campo educacional prático e vice-versa, constituindo-se assim uma relação dialógica complexa e rica, conectando esse processo a ideias de que “toda teoria que não se aplique, já nisso se basta a si mesma e para nada serve” se não estiver atrelada a prática. Cabe destacar, que a valorização da “prática” não pode conduzir “a qualquer prática”, esta deve ser “buscada” como “aquela contextualizada pela teoria, de um lado, e pela pesquisa/ensino/extensão, de outro” (DEMO, 2006, p 99).

Nessa perspectiva, a saída de campo permitiu a observação *in loco*, sendo de fundamental relevância para identificação dos códigos culturais mais expressivos que estão materializados no município, e sua importância na vivência da comunidade local. É necessário lembrar que todo esse processo esteve permeado pelo trabalho de contextualização prévio apresentado em sala de aula. Os educandos foram instigados a discernir na paisagem central do município, os códigos culturais expressos, possibilitando aos mesmos serem agentes do processo de ensino-aprendizagem, contando com as contribuições de ensino prévias e por meio das experiências sobre o conhecimento local.

A partir de um roteiro pré-estabelecido, foram cronologicamente visitados o Moinho Moro, o Monumento ao Imigrante, o Conjunto Histórico da Pompéia, a Praça Giuseppe Garibaldi e a Igreja Santo Antônio de Pádua, o Espaço de Memória do Imigrante, e a Igreja Matriz de Vale Vêneto. Cada ponto de visitação contou com uma descrição e reflexão de sua relevância e valor histórico-patrimonial para cada município¹³¹.

¹³¹ Infere-se que a partir do trabalho apresentado, provoque ao leitor o movimento-ação de permitir-se conhecer empiricamente o roteiro apresentado, para que dessa forma possa realizar suas próprias percepções do local abordado.

Deste modo, a saída de campo foi uma atividade relevante, pois, buscou a participação ativa dos educandos na busca pela compreensão prática dos conteúdos teóricos estudados. A questão cultural resgatada por meio da percepção local enriqueceu os objetivos propostos, permitindo a construção de “um programa de pesquisa empírica aberta”, com desenvolvimento conectado e “orientado para a prática”, podendo ser considerado um sistema aberto ao invés de fechado na construção do conceito de “pensamento” ou conhecimento (BOTTOMORE, 2001, p. 125).

Considerações finais

O presente trabalho aborda o tema migração, inicialmente, sob dois pontos de vista que se manifesta de forma clara e objetiva. O primeiro trata da presença da imigração italiana no Rio Grande do Sul, especificamente na Quarta Colônia, identificada por meio dos códigos culturais materiais e imateriais presentes. E, o segundo, se apresenta a partir do deslocamento dos educandos de sua área de vivência habitual, ou seja, o bairro onde mora no município de Santa Maria/RS, até o município de Silveira Martins/RS (distância de 30km), nesse caso revelando-se como uma migração interna pendular.

Nesse sentido, se buscou atrelar o processo de imigração, e, especificamente a italiana com o ensino de Geografia e História na educação básica. Com tal finalidade, fez-se uso do trabalho de campo para que os educandos desenvolvessem sua percepção sobre a manifestação da cultura no espaço local, observando e compreendendo as semelhanças e diferenças existentes. Por meio, dos códigos culturais que se materializam na paisagem dos municípios, bem como a influência desse processo no estabelecimento de concepções históricas e a construção de conceitos como o de cidadania¹³².

As relações estabelecidas entre os conteúdos teóricos e a prática permitiram que os educandos observassem na paisagem códigos culturais que expressam o modo de vida e a organização social mediada pelos aspectos mais significativos. Entretanto, não se pode esquecer que a mesma está sujeita as constantes transformações, as quais são adquiridas no meio em que esta cultura se assenta, ou seja, a hibridização cultural frente os novos signos da globalização.

Outro ponto percebido durante a realização da pesquisa foi à necessidade de aproximar a realidade cultural local dos educandos. O educador deve relacionar os conteúdos teóricos ao cotidiano dos estudantes, para que deste modo, os mesmos participem através de suas experiências da construção do conhecimento. Desta forma, se faz uma crítica ao método de ensino empregado nas instituições educacionais, que se utilizam de elementos condicionados para abordar os

¹³² Entende-se aqui o conceito de cidadania abordado por CARVALHO (2011) e SANTOS (2011);

conteúdos, ou seja, previamente definidos e imutáveis, trazendo algo próximo ao destacado por Freire (2014) quando se refere a educação bancária ou depositária como um instrumento de domínio e opressão consecutivamente.

É relevante frisar que para o estudo cultural, há a necessidade de explorar os códigos culturais que se manifestam na paisagem cultural do município, pois, assim, o estudante poderá fazer relações em diversas escalas sobre os motivos que contribuem para a organização do espaço local. Podemos inferir que a construção de um currículo escolar onde os educandos tivessem a oportunidade de (re)conhecer o valor patrimonial existente no seu local de vivência, agregaria na formação da sua identidade cultural e na valorização da cultura por meio de um olhar amplo, livre de pré-conceitos.

Destaca-se também, que ao se estudar o local o educando passa a conhecer a história do seu espaço vivido, compreendendo e identificando, por meio das expressões culturais, as formas e as funções existentes na paisagem local. Esse entendimento igualmente permitirá ao educando realizar reflexões sobre os fenômenos espaciais nas diferentes escalas, local – regional – global.

Desta forma, apresentam-se novos processos de aprendizagem, possibilitando o rompimento ou mesmo a renovação do modelo tradicional de ensino e avaliação da atividade proposta. Pois, assim, o educando deixa o papel de mero receptor de conteúdos, onde é priorizada a memorização apenas, retirando-o da condição de sujeito-passivo e lançando-o a uma condição de construtor do conhecimento, possibilitando que ele torne-se um cidadão crítico e atuante no seu tempo e espaço vivido. Permitindo que por meio de suas percepções e constatações *in loco*, o professor possa também reformular de maneira prática seu método avaliativo.

Referências

BRUM NETO, H. Região Cultural: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. 2007. 319p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria 2007.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento Marxista. Tradução: Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAETANO, J. N. A influência cultural portuguesa na reorganização do espaço da microrregião geográfica de Cruz Alta/RS. 2012. 270p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria 2012.

CALLAI, H.C. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, VIII; Coimbra, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- COSGROVE, D. E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n.5, p.01-03, 1996.
- CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Tradução: Viviane Ribeiro. 2.ed. Bauru: Ed. da UCS, 2002.
- CLAVAL, P. A Geografia Cultural. Tradução: Luiz Fugazolla Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- COHEN, G. A. A teoria da história de Karl Marx: uma defesa. Tradução: Angela Lazagna. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 57ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GUIMARÃES, Selva. Ensinar história: formar cidadãos no Brasil democrático. In: GUIMARÃES, Selva (Org.). Ensino de história e Cidadania. Campinas, SP: Papyrus/FAPEMIG, 2016.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. In: SILVA, Marcos A. da (org.). República em Migalhas: História Regional e Local. São Paulo, SP: Marco Zero, 1990;
- PICCIN, E. O código cultural religião como uma das manifestações da identidade cultural da Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS. 2009. 149p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria 2009.
- RÜSSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história I: fundamentos da ciência histórica. Tradutor Estevão de Rezende Martins. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2001;
- RUVIARO, R. E. Turismo e memorialidade: aspectos da arquitetura de imigração em Silveira Martins/RS – Brasil. 2011. 103p. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria 2011.
- SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões. Porto Alegre, RS: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.
- SILVA, Vera Alice Cardoso. In: SILVA, Marcos A. da (org.). República em Migalhas: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- TAVARES, José Newton Tomazzoni. **Educação e cidadania: qual cidadania?** In: Percurso Acadêmico, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:n508BerK3agJ:periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/download/14413/11264+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 7 jul. 2017.
- TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
- VOIGT, E. Paisagem e diversidade cultural: As identidades culturais das distintas etnias em Santa Maria - RS. 2013. 200p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria 2013.

A ESCOLARIZAÇÃO DE MENINAS INDÍGENAS NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO DE MISSIONÁRIOS CAPUCHINHOS ITALIANOS PARA O MARANHÃO (1896-1901)

Maria Goretti Cavalcante de Carvalho
Prof.^a Dr.^a da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA

Resumo: Texto sobre a perspectiva da escolarização na Missão Capuchinha Lombarda, em Alto Alegre do Maranhão, para a educação cristã da menina indígena. Trata-se de uma estratégia missionária pensada e executada no contexto da migração de missionários italianos para a catequese indígena no Sertão maranhense. É produto de uma pesquisa que se desenvolveu na construção deste *acontecimento*, analisado nos documentos produzidos pelos missionários italianos da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos-OFM^{Cap}, com ênfase no contexto da catequese das primeiras escolas dos capuchinhos italianos da Província de Milão – Itália, no Maranhão. Para tanto, foram percorridos caminhos teórico-metodológicos diante dos quais houve escolhas e articulações. Entre elas, a análise das condições de produção dos documentos e, a partir desta, outras que possibilitassem pensar o *acontecimento* da vinda de frades italianos, para uma Missão no Maranhão (1894), e um improvisado processo de escolarização, com regulamento italiano. Este texto conta uma história de migração que inclui as justificativas dos capuchinhos lombardos para a fundação de uma escola feminina indígena e evangelização, no Maranhão (1896).

Palavras-chave: Migração. Escolarização. Educação cristã.

Introdução

Este estudo se configurou em torno dos indícios da escolarização de meninas indígenas, no Maranhão (1896 a 1901), identificados nos documentos dos arquivos capuchinhos do Convento de Nossa Senhora do Carmo, em São Luís-MA. Trata-se de uma estratégia dos missionários italianos da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos¹³³ – OFM^{Cap}, quando estes chegaram ao Maranhão (1894) para uma Missão indígena, em Barra do Corda-MA. Era a *Missão do Maranhão*¹³⁴, fundada

¹³³ Frades de uma ramificação da Ordem Francisca primeira, fundada pelo primeiro grupo masculino, congregado por Francisco de Assis. Desta primeira Ordem derivaram todos os franciscanos religiosos: os Frades Menores (Observantes Reformados); os Frades Menores Conventuais; e os Frades Menores Capuchinhos (**Ordem dos Frades Menores Capuchinhos – OFM^{Cap}**). Estes últimos, pela reforma de 1528, que na Itália se separaram dos Franciscanos Observantes; e os Observantes ou Reformados que reúnem todos os religiosos franciscanos que participaram das reformas antes do final de 1800. E todas estas reformas eram feitas com o objetivo de retomar o espírito genuíno do fundador. (Cf. FÁRIA, 1961).

¹³⁴ Denominação oficial de uma missão de catequese indígena inaugurada no Maranhão (1894), que aparece nos documentos da OFM^{Cap}. Encontra-se nos arquivos e nas várias publicações relativas à missão, feitas pela OFM^{Cap}. (Cf. AGMC, H 67, Doc. Off., A, 21; AOC, t. X, 1894, p. 363; t. XI, 1895). Nesta oportunidade, será tratada brevemente a trama de inauguração desta missão e a ação missionária apenas *no Maranhão*, no período de 1894 a 1901. É o período missionário da *Missão do Maranhão* mais tenso e muito dinâmico, especialmente pelo empenho dos

em 16 de agosto de 1894 pelos missionários da Província capuchinha de São Carlos,¹³⁵ em Lombardia – Itália, com duas frentes de missão: indígena e popular, no território maranhense. Sua fundação ocorreu em difíceis circunstâncias, mas com muito dinamismo do Fr. Carlos de San Martino Olearo.¹³⁶ A motivação maior desta *Missão* era a expressiva quantidade de aldeias indígenas que havia nas margens dos rios maranhenses: Corda e Mearim. No contexto da migração¹³⁷ de estrangeiros para o Maranhão, os missionários italianos tinham interesses eclesiais e concebiam o Sertão maranhense um espaço profícuo para a cristianização indígena.

Na documentação analisada nota-se que este apostolado foi mais um *acontecimento*¹³⁸, construído pelas ações de missionários capuchinhos italianos, autorizados pelo Império, desde a década de 1850, para a catequese e diretórios de aldeias indígenas, no interior do Maranhão. Além dessas referências, os capuchinhos lombardos justificavam também as primeiras experiências de catequese indígena, no Maranhão, realizadas pelos capuchinhos franceses, que acompanharam a expedição de Daniel de La Touche, na conquista da Ilha do Maranhão – quando da questionada fundação de uma França Equinocial (1612).

Os capuchinhos lombardos instalaram-se em São Luís, capital do Estado, no antigo e então abandonado convento do Carmo (construído pelos padres Carmelitas no século XVII). Naquele

capuchinhos pela escolarização dos indígenas.

¹³⁵ Neste texto, aparecerão outras denominações a esta Província capuchinha, de acordo com o que aparece nos documentos: Província lombarda; Província de Milão; Província de São Carlos. E, de acordo com as Constituições Capuchinhas, uma Província capuchinha é parte precípua e imediata da Ordem franciscana. É governada pelo ministro provincial (118,6); é a precípua fraternidade (24,8); estabelece a pertença dos religiosos de conventos circunvizinhos a toda a Ordem, com no mínimo cinquenta sacerdotes, que tenham concluído convenientemente os estudos (130). Tem consistência própria para expressar a vitalidade do carisma, por eficaz testemunho apostólico e para utilidade da vida da Ordem (118,6); províncias ou grupos de circunscrições desenvolvem um programa orgânico de orientação e iniciação dos frades O [ordenações dos Capítulos] G [gerais da Ordem] 2/13 (CONSTITUIÇÕES, 2014, p. 278).

¹³⁶ Primeiro Superior Regular da *Missão do Maranhão* (1894 a 1896). Nome de batismo: Pascoal Francesco Roveda, nasceu em Vaianello di San Martino Olearo, nos arredores de Milão (1852), e faleceu em Fortaleza - CE, aos 79 anos de idade (1931). A formação prévia de Fr. Carlos foi teológica, no Seminário Arquidiocesano de Milão. Depois decidiu entrar para a OFM Cap, em 1873. Disponibilizou-se para o envio ao Brasil (1892), com o propósito de desenvolver uma missão indígena no Norte brasileiro (GIANELLINI, 1993).

¹³⁷ Nos estudos de Raimundo Lopes sobre a composição étnica do povo maranhense, em “Uma Região Tropical” (1970), o autor destaca povos estrangeiros que chegaram ao Maranhão, cada um com os seus interesses. Segundo Lopes (1970, p.69-70), a vinda destes imigrantes formou uma “escala de sedimentos étnicos” do Brasil, a saber: **os portugueses**, quase que exclusivamente comerciantes, não agricultores. A colonização lusófona foi feita, sobretudo, com ilhéus açorianos; **os franceses** – Fundadores da primeira vila (São Luís) em 1612, logo foram expulsos. Têm vindo isoladamente, assim como os italianos; a sua facilidade de adaptação é visível; **os ingleses** – Numericamente insignificantes, mas aparecem na economia comercial local. **os sírios** - também chamados de “carcamanos”, a princípio mercadores ambulantes, estabiliza-se e começa a elevar-se na esfera comercial”.

¹³⁸ O *Acontecimento* será aqui examinado como “indício ou vestígio significativo, o acontecimento é compreendido duplamente, como sugere sua etimologia, como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis. [...]. Cabe ao nosso tempo afirmar a força intempestiva do acontecimento na qualidade de manifestação da novidade, apreendido como começo “, afirma Dosse (2013, p. 6 -13).

momento, a Missão começou a se delinear e a se constituir em missão autônoma, fazendo do Maranhão o primeiro ponto de apoio de propagação da evangelização dos povos indígenas do Maranhão, do Pará e do Amazonas.

Neste texto apresentamos um dos primeiros projetos desta Missão Capuchinha Lombarda, que foi a fundação do Instituto “São José da Providência”, em 1986, para a educação ministrada às meninas indígenas, em Alto Alegre do Maranhão. A ideia era a formação da Família Cristã, nas aldeias indígenas daquela localidade. Aqui interessa analisar o processo de constituição do referido Instituto, a partir da memória da Missão Capuchinha (1893), considerando não somente as circunstâncias desta fundação, mas as suas consequências para a história da Missão Lombarda, no Norte e Nordeste do Brasil.

As primeiras impressões sobre a *missão* dos capuchinhos milaneses no Maranhão

Com sede definida no Convento do Carmo, a *Missão do Maranhão* foi se consolidando simbolicamente no perfil de *missão indígena*. Esta que não foi um simples *acontecimento* da *Missão* lombarda, apesar de um forte apelo pelas *missões populares*. Embora estivesse nas ideias de Fr. Carlos e do Ministro Provincial de Milão, *o possível não preexiste, ele é criado pelo acontecimento*.¹³⁹ No dizer de Dosse (2013, p. 12) este *acontecimento* é “uma construção que remete ao conjunto do universo social como matriz da construção simbólica”. Significa dizer que este *acontecimento* não foi uma coleção de dados comprobatórios de uma realidade, mas sim, uma repercussão, uma extensão, uma consequência, com incisões, refém das contingências.

Na memória da Missão capuchinha no Brasil há um capítulo de história da catequese indígena no Maranhão¹⁴⁰. E esta memória faz referência, primeiramente, ao atendimento de uma demanda imperial; depois, republicana, que por consequência deslocou frades italianos lombardos para o Norte brasileiro. Com a devida atenção aos documentos foi possível compreender que estes são “rastros, distância, mediação, uma história, uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1981, p.11). E ainda mais, Le Goff (1993, p. 35) alerta sobre o fato de que “as marcas que restam do passado não são, muito comumente, nem as mais precisas, nem as menos adequadas para recompor uma determinada experiência social. Contudo, é a partir delas que se recupera a memória”. Nesta perspectiva, foi possível identificar

¹³⁹ Concepção deleuziana do acontecimento utilizada por Dosse (2013, p. 12) para se pensar o acontecimento que, por mais simples que seja, com todas as suas ramificações, transforma radicalmente o clima social e político de um lugar.

¹⁴⁰ “Antigamente, a América Portuguesa foi dividida em dois grandes Estados: o Estado do Brasil, ao sul, e o Estado do Maranhão, ao norte. O Estado do Maranhão compreendia as capitanias do Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, hoje Amazonas. [...] Após os desmembramentos das outras capitanias, que passariam a Estados tempos depois, o Maranhão tinha uma Diocese extensíssima, abrangendo até o Estado do Amazonas, e com um clero desfalcado, tinha a necessidade das missões ambulantes a que entregaram os religiosos” (MARQUES, 2008, p.308 - 721).

e analisar as experiências missionárias dos capuchinhos na história do Maranhão, a partir do Século XVII¹⁴¹.

As Missões indígenas, no território maranhense, tiveram as suas particularidades e episódios pontuais. Primeiramente, com os frades franceses (1612 – 1616); depois, os frades carmelitas (1624) e os italianos, no segundo Império, embora saibamos que, no Maranhão, muitas ordens religiosas fizeram-se presentes para a propagação da fé cristã. Mas, aqui trataremos da escolarização indígena, promovida pelos missionários capuchinhos italianos, logo que chegaram ao Maranhão, em 1895.

No segundo Império, através da Secretaria dos negócios Extraordinários da Santa Sé e da Cúria Geral, a Província capuchinha Lombarda foi solicitada para uma missão indígena no Amazonas. Era uma oportunidade única para a referida província de Milão resgatar os seus conventos. Diz Nembro (1957) sobre a procura de missionários pelo governo brasileiro:

L'Imperio, a prescindire dai suoi errori, continuò sino all'ultimo a promuovere una sincera elevazione dell'indio conando, a quest'effetto, sull'opera dei missionari cappuccini; in um Aviso del 23 gennaio 1888 il ministro imperiale degli Esteri, sollecitando la venuta di nuovi missionari, si esprimeva apertamente in questi termini: 'É certo che, senza questi religiosi (cappuccini), sarà impossibile continuar ela quase abandonata educazione degli indios' (NEMBRO, 1957, P. 19).

Apesar de todo empenho, não foi possível seguir para o Amazonas, logo que chegaram em Recife-PE. Outro rumo foi tomado – o Maranhão, onde fundaram a denominada *Missão do Maranhão*. Esta Missão tinha como finalidade a conversão indígena naquelas aldeias, entre os municípios de Barra do Corda e Turiaçu. Uma Missão religiosa, razão de ser da sua fraternidade/comunidade. Um encargo em prol da fé; mas que pode ser compreendida como uma imposição de princípios e de regras, ao largo dos discursos políticos, sociais e religiosos.

A *Missão no Maranhão* foi definida por Fr. Carlos de S. Martino Olearo (considerado o fundador da Missão dos Capuchinhos lombardos) que, após uma tomada de iniciativa, envia uma carta ao Bispo de São Luís (Dom Antônio Alvarenga), esclarecendo a situação e pedindo o apoio necessário para iniciar efetivamente a Missão indígena na região amazônica. Nesta oportunidade, frei Carlos conseguiu condições ideais para poder esclarecer e programar a Missão indígena que tanto desejava. Vejamos:

¹⁴¹ “Em todo o século XVII não conhecemos outra transação entre católicos e protestantes, mais leal e desinteressada: foi na verdade uma empresa digna de contar em si o Padre Ivo d'Evreux, tão sincero como justo” (Introdução e notas de Mr. Ferdinand Denis, traduzidas por César Augusto Marques, no Livro: Viagem ao norte do Brasil – Feita nos anos de 1613 a 1614, por Yves D'Evreux)

frei Carlos começa a esboçar um plano de catequese indígena e chega à conclusão de que para realizá-lo, a maneira mais viável é aceitar a assistência pastoral de paróquias localizadas perto de aldeias, de modo que sirvam como ponto de apoio para fecundo trabalho junto aos índios (CUTER, 1993, p. 60).

Em 1895, os capuchinhos foram para Barra do Corda, onde assumiram a Paróquia daquela cidade e criaram uma escola, naquele mesmo ano, para os meninos indígenas daquela localidade e, em seguida, uma escola para as meninas índias.

Em Barra do Corda-MA

Para Fr. Carlos, o método reducional das aldeias da Paróquia seria a forma mais apropriada para tornar os indígenas cristãos no Sertão, tendo em vista a possibilidade de batizá-los e inseri-los à convivência com a população não índia. Por outro lado, o Bispo providenciaria a ocupação de uma paróquia desativada, como a de Barra do Corda, e resolveria a falta de assistência pastoral da população do vilarejo. Portanto, aos frades seriam confiados uma residência em Barra do Corda e um colégio anexo para os filhos dos índios. Pelas orientações do bispo, deveria ser um sistema de assistência religiosa às aldeias por meio de visitas.

Pelo relatório anual (1894-1895), enviado por Fr. Carlos (de Barra do Corda, em 12 de junho de 1895) ao Pe. Ministro Geral da Ordem (Roma), os trabalhos foram iniciados pelos missionários: Fr. Carlos de San Martino, Fr. Celso de Uboldo e Vicente de S. Omobono, em 2 de maio de 1895. Mas, logo aumentaram para 13 missionários, além dos três primeiros que chegaram a Barra do Corda: Fr. Afonso de Lecco; Fr. Mansueto de Peveranza; Fr. Samuel de Seregno; Fr. Estêvão de Sexto São João; Fr. Zacarias da Malegno, Fr. João Pedro de Sexto São João; Fr. David da Desenzano al Serio; Fr. Rinaldo de Paullo; Fr. Paolo da Trescorre e Fr. Salvador de Albino. Alguns eram ex-alunos da Província de São Carlos de Milão. Dirigiram-se à freguesia que fora confiada à missão e visitaram os aldeamentos dos Guajajara e dos Canela, situados nos arredores da cidade de Barra do Corda. Conforme o relatório, Fr. Carlos contabilizou 32 pequenas aldeias de Guajajara, com cerca de 2.750 indígenas, no município de Barra do Corda. Para ele este quantitativo era favorável para darem início a uma *missão indígena* naquela paróquia barra-cordense.

Entretanto, a ideia do capuchinho não era a colonização das ditas aldeias, pois estas experiências mostravam quase que a impossibilidade de conduzir à civilidade cristã os indígenas adultos, com suas formas peculiares de sobrevivência. Pelas suas observações sobre a vida social e cultural dos indígenas, Fr. Carlos concluía que *os indígenas adultos envelheciam nos vícios*;

*estragados em hábitos inveterados.*¹⁴² Portanto, no intuito de querer mudar esta situação, Fr. Carlos defendia a ideia de que era necessário retirar as crianças do convívio das aldeias, para que estas não viessem a ter os mesmos vícios dos adultos. Portanto,

para a cristianização dos índios, visto que além de serem indiferentes a qualquer sentimento de educação, de instrução e de religião, estão viciados e acostumados a considerar Governo e padres só como padrinhos obrigados a dar para eles dinheiro e tudo o que desejam, sem a pretensão alguma deles, os índios retribuírem e aproveitarem. [...]. Eu opino que a Cristianização e a civilização se não alcançará senão desmanchando, com meios longínquos e pacíficos as aldeias e espalhando as singulares famílias para trabalharem e viverem como cristãos.¹⁴³

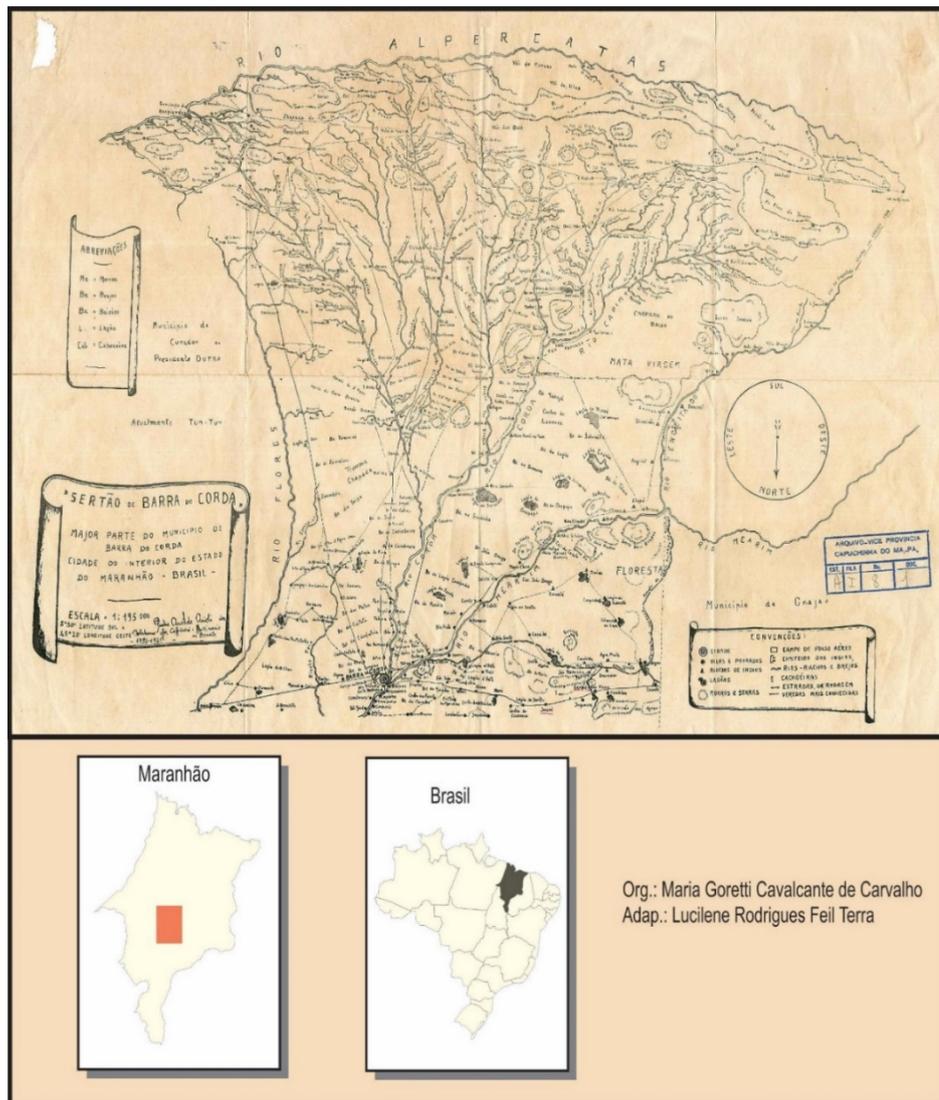
Esta foi a linha máxima, inicialmente adotada por ele: assumir a paróquia de Barra do Corda, sem pároco, e reduzir aldeias. Nesta perspectiva, o capuchinho procurava inserir no seu plano outros elementos, tais como a velha política colonialista (necessidade imposta pelo problema do meio), e os critérios mais modernos dos colégios.

Como representação do que foi a ambiência escolhida para a missão, no Mapa 1, seguinte, encontra-se a situação da cidade de Barra do Corda – MA, no centro do Estado, entre vários rios importantes, local de muitas aldeias, e a Paróquia.

¹⁴² Relatórios enviados ao Ministro Geral e ao Ministro Provincial Cfr. in AGO, Mic. 173/2. V 11-12; Mic. 173/3.1. 1 - 3538. Roma.

¹⁴³ Livro de Tombo da Missão, Cf. Arquivo Provincial A/I/1 ffl. 55-58. Convento do Carmo. São Luís - MA.

Mapa 1 – Planta do Sertão da Barra do Corda – MA



Fonte: Arioli (1951-61) AVPCMP A/1/8/1 elaborada por Fr. Aristides Arioli¹⁴⁴ (1951-1961).

Segundo o relatório da *Missão do Maranhão*, nos meses finais de 1894, Fr. Carlos confirma ter iniciado as atividades missionárias, em Barra do Corda, com alguns companheiros:

No maio passado na Paróquia de **Barra do Corda** missionando, administrou 131 Batismos, 3247 Crismas, 919 Comunhões, assistiu 127 Matrimônios, benzeu 4 Cemitérios e marcou o lugar da nova igreja a ser dedicada ao Sagrado Coração de Jesus. Fez uma visita às Aldeias dos indígenas Canela do Ponto, Mateiros, de Mucura e Jacaré, e Guajajara, de Caiteté e da – atualmente desativada - Colônia de Dois Braços já fundada e conduzida a grande desenvolvimento pelo finado nosso **Fr. José de Loro**.¹⁴⁵

¹⁴⁴ Fr. Aristides foi missionário desobrigante na cidade de Barra do Corda por muitos anos. Foi encarregado oficialmente da pastoral indígena na paróquia de Montes Altos - MA, em contato com os povos Krikati, permanecendo ali por vinte anos (NECROLÓGICO, 1892-2011). Convento do Carmo. São Luís - MA.

¹⁴⁵ Relatório da *Missão* – 1894-1895. APC (Mic. 173/2. IV. 3-12. Mic. 173/2. 3535). Vialle Piave - Milão.

As visitas às aldeias foram bem amplas. Sobre estas, Fr. Carlos relatava que *os índios não queriam saber de Padre, nem de Diretor de Governo*.¹⁴⁶ Com estas inquietações dos indígenas, o missionário reivindicava a autonomia com relação a uma parceria com a administração federal para a catequese indígena. Fr. Carlos afirmava, nas suas conjecturas, que na realidade via que os Governos esperavam muito dos pobres índios. Para o missionário, o governo investia muito pouco na civilização dos índios (nos Diretórios indígenas), uma vez que todo o bem que ele receberia – o governo – seria o progresso distante e insensível da cultura e da civilização.¹⁴⁷

Fr. Carlos faz críticas ao Governo, por querer ainda manter as mesmas práticas de Diretórios indígenas, basicamente pombalinos (com pequenas modificações). Ademais, reclamava dos recursos, que segundo ele: *o Governo permanecia com os mesmos pensamentos sobre a catequese indígena, depois de anos de catolicismo*.¹⁴⁸ Mas, o Superior Regular da Missão tinha pressa. Concentrava em si todas as decisões, sem ouvir a opinião da fraternidade do Maranhão, tampouco o auxílio de seus confrades em Pernambuco. Conforme o seu “plano”,¹⁴⁹ a catequese deveria ser planejada para transformar índios em cristãos, visto que *além de serem indiferentes a qualquer sentimento de educação, de instrução e de religião, estão viciados e acostumados a considerar Governo e padres só como padrinhos*.¹⁵⁰ Neste sentido, Fr. Carlos entendia ser necessário interferir, na manutenção da vida social, cultural e política, enquanto organização familiar, política, nas crenças indígenas e nas suas tradições.

O ponto de apoio deste “plano” era a paróquia de Barra do Corda. Para tanto, houve uma Convenção para Barra do Corda entre os Ministros Geral da Ordem Capuchinha e Provincial de Milão e o Bispo D. Antônio Alvarenga, nos seguintes termos:

Tendo o Ministro Geral da Ordem e o Ministro Provincial de Milão, de acordo com o pedido do Excelentíssimo Sr. Bispo **D. Antônio de Alvarenga**, resolvido estabelecer, nesta Diocese os religiosos Capuchinhos, e como os mesmos Padres Superiores hajam dado a **fr. Carlos de San Martino Olearo**, Superior Regular designado para esta Diocese as necessárias faculdades afim de convencionar com o Excelentíssimo Sr. Bispo a realização do mesmo estabelecimento (12 de maio de 1894) o Exmo. Sr. Bispo e **fr. Carlos de San Martino Olearo**, diante das testemunhas **Mons. Mourão Dr. Tolentino Guedelha**, Vigário Geral provisor do Bispado, **Cônego Vicente Ferreira Galvão**, Secretário particular de S. Exmo. e **Padre Fábio José da Costa**, oficial da Câmara Eclesiástica, estabeleceram a

¹⁴⁶ Referia-se aos Diretórios indígenas. Relatórios enviados ao Ministro Geral e ao Ministro Provincial Cf. AGO, Mic. 173/2. V 11-12; Mic. 173/3.1. 1- 3538. Roma.

¹⁴⁷ Cf. Arquivo Provincial, A/II/1-5. Convento do Carmo. São Luís - MA.

¹⁴⁸ Reclamações de fr. Carlos sobre a catequese e a civilização indígena custeada pelo Governo (Arquivo Provincial, A/II/1-5). Convento do Carmo. São Luís - MA.

¹⁴⁹ Na ocasião da elaboração do plano catequético, Fr. Carlos recebeu sugestões do secretário Geral das Missões, Fr. Antonino de Reschio, que conhecia o interior do estado do Maranhão e os problemas relativos aos indígenas (Cf. AGMC, H 67, Comm. Ord. 66, e Doc. Off, A, 29) Roma.

¹⁵⁰ Livro de Tombo da Missão, Cf. Arquivo Provincial A/II/1 ffl. 55-58. Convento do Carmo. São Luís - MA.

seguinte convenção, que terá valor perpétuo entre a Ordem Capuchinha e a Diocese de São Luís do Maranhão.¹⁵¹

Na dita Convenção foi declarado que: 1.º - *o Superior dos religiosos Capuchinhos nesta Diocese, fr. Carlos de San Martino, entregara e que o Exmo. Sr. Bispo recebera, em presença das sobreditas testemunhas, a quantia de sete contos e quinhentos mil reis (7.500\$00), em moeda corrente, esmola que os mesmos capuchinhos receberam da Província lombarda donde eram naturais, para auxiliar o Sr. Bispo no intuito de estabelecer os religiosos capuchinhos nesta Diocese, de acordo com os Superiores da Ordem.*¹⁵² Com esta quantia administrada pelo Bispo, seria possível pensar em uma residência também no Sertão maranhense. Nestas condições, os capuchinhos lombardos foram se estabelecendo visualizando uma atividade missionária com perspectivas mais concretas, uma vez que teriam um apoio físico para a *cristianização* dos índios.

Uma escola para meninos índios (1895), em Barra do Corda-MA

Barra do Corda foi uma escolha do Bispo D. Antônio Alvarenga, de acordo com os Superiores dos capuchinhos lombardos (o Ministro Geral da Ordem e o Ministro Provincial de Milão), conforme o item 2 da referida Convenção. Neste, o Bispo declara que comprou para a Diocese e pagou por intermédio de Fr. Carlos quatro casas contíguas e terrenos adjacentes, conforme a descrição nas escrituras públicas. Oportunamente, Fr. Carlos pensou integrar no seu “plano” a criação de um “Instituto” indígena, que funcionasse em uma destas casas para os missionários transformarem os costumes indígenas, em regime de internato de meninos índios de até 14 anos, para torná-los cristãos.

Conforme o item 3, o Bispo cede aos religiosos capuchinhos o uso perpétuo das casas e terrenos supraditos com faculdade de poderem habitá-los, arrendá-las, edificar ou modificá-las como lhes aprouver. Em função desta condição, Fr. Carlos tratou de organizar as reformas. Em um prazo curto de construção a casa de Barra do Corda passou a ser chamada de “Instituto” de São Francisco de Assis, fundado em julho de 1895, o qual teria duas finalidades: 1.º - *a cristianização e civilização dos índios, com uma sólida educação cristã e civil aos filhos dos índios, fazendo com que estes percam a vontade de viver uma vida selvagem;*¹⁵³ 2.º, a cura da vastíssima freguesia de Barra do Corda (começando desde o rio Flores no Mearim à Flor do Campo além da cabeceira do rio Corda, contando 40 léguas em linha reta).¹⁵⁴

¹⁵¹ Convenção para Barra do Corda com o Bispo. Maranhão, 17 de abril de 1895. Livro de Tombo 1.º A / I / 1 fl 17v-18-18v.

¹⁵² *Idem.*

¹⁵³ Livro de Tombo da Missão, Cf. Arquivo Provincial A/I/1 ffl. 55-58. Convento do Carmo. São Luís - MA.

¹⁵⁴ Livro de Tombo da Missão, Cf. Arquivo Provincial A/I/1 ffl. 55-58. Convento do Carmo. São Luís - MA.

Entretanto, para iniciarem a *missão indígena*, Fr. Carlos percorreu as aldeias vizinhas, convidando os índios adultos a irem à residência dos capuchinhos, enquanto recolhiam o primeiro núcleo de crianças, a serem educadas no projetado instituto.

A *Missão* estava empenhada na assistência aos fiéis, que era uma das finalidades dos missionários capuchinhos. Todavia a prioridade desta era a catequese dos índios ainda em estado não cristianizado. Em função disto, os frades procuraram estações ou alguma residência próxima ou no meio das aldeias. Além dessa busca por uma residência no Sertão maranhense, cogitavam também sobre o método específico a ser empregado na sua evangelização.

Em abril de 1894, após prévios acordos com o bispo do Maranhão, Fr. Carlos seguiu em visitas para Barra do Corda, com o duplo propósito de estudar a situação da região indígena. As primeiras impressões foram excelentes, mas no sentido de ter encontrado muitas aldeias. Isto suscitou planos para resolver a *cristianização*, com vasta possibilidade de ações, seja entre os indígenas ou entre os fiéis. Ademais, os capuchinhos sabiam que a paróquia de Barra do Corda não tinha mais pároco havia mais de vinte anos. Fr. Carlos aproveitou a viagem para tratar da compra de uma casa (de madeira), situada pouco distante do encontro dos rios Corda e Mearim. Depois, retornou a São Luís para relatar o seu sucesso na viagem.

Desta visita à cidade de Barra do Corda, em 1894, Fr. Carlos de San Martino, por conta própria, formou um plano de catequese e o apresentou ao bispo D. Antônio Cândido Alvarenga, ao Ministro Provincial de Milão e ao Ministro Geral da Ordem Capuchinha. Na *carta* enviada por Fr. Carlos, de São Luís, em 15 de abril de 1894, ao Pe. Ministro Geral, ele fundamenta uma ideia mais concreta para a *missão indígena* em Barra do Corda:

Quanto à catequese dos índios, o único meio para agir, sem recorrer ao Governo, é aquele já proposto pelo Bispo do Pará, D. Jerônimo Thomé, atualmente Bispo de Bahia, ao Reverendíssimo Padre Prefeito. Isto é **aceitar o encargo de uma Paróquia próxima das Aldeias e de lá irradiar nossa ação entre os índios.**¹⁵⁵

Então, ao chegar a Barra do Corda-MA, Fr. Carlos fundou uma escola, em julho de 1895, para os meninos¹⁵⁶ indígenas daquela localidade. Na visão e expectativa do frade, esta iniciativa tem êxito, pois “[...] a escola logo chegou a ter oitenta alunos, aos quais os missionários davam

¹⁵⁵ *Carta* de Fr. Carlos ao Ministro Geral da Ordem Capuchinha. De S. Luís. Datada de 15 de abril de 1895. Cf. APC (Mic. 173/ 2. II. 6-12 – III. 1+2+3. 3530). Vialle Piave - Milão.

¹⁵⁶ Frei Carlos trouxe da aldeia os cinco primeiros meninos para o colégio que, em 1896, contava 83, aprendendo Leitura, Geografia, lições de Cousas, Música e Doutrina. Ver em MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. 3.ed. São Luís: Edições AML, 2008, p. 305.

instrução primária, conhecimento de música, olaria e sapataria” (ZANNONI, 1998, p. 102). Era internato de índios.

O Instituto e a *Officine* foram implantados, segregando os índios das aldeias, pois, carecia mantê-los, mesmo que desconsiderando a vida natural, o sustento específico, enfim, a própria cultura dos índios. Fr. Mansueto acenava que aquele sistema de Missão não era o tradicional. Mas, fr. Carlos continuava convencendo os Superiores, no final da carta:

“Se recevesse lettera in che i miei Discreti dissentissero a quello che io progetto, e accusassero il mio governo di non so che, V. P. non mi difenda, dica loro che abbiano pazienza fino al 12 maggio 1897 (data dell’obbedienza di Superiore) o meglio final 16 di Agosto del 1896 (data in cui si compie il triennio dela chegada al Maranhão). (A.P.L. 18/07/28 - 1/C 39 – Convento do Carmo- São Luís-MA).

Educação cristã e escolarização feminina indígena, no Instituto “São José da Providência”

A outra iniciativa foi um Colégio para meninas, cujo projeto gerou sérias dificuldades¹⁵⁷: o Instituto “São José da Providência”. Dentre estas, havia a resistência dos Índios, em deixar suas filhas com os frades; faltavam Freiras¹⁵⁸ para o trabalho com a educação feminina; e a forma de sustentar o Colégio feminino. Para isto foi fundada a Colônia Agrícola como meio de sustento ao Colégio feminino¹⁵⁹.

Com o apoio da sede da Província de Milão em São Luís (MA), os capuchinhos levaram adiante suas experiências missionárias na cidade de Alto Alegre, fundando a Colônia *São José da Providência*¹⁶⁰ (1896), situada entre os municípios de Grajaú e Barra do Corda (MA), onde havia um número significativo de aldeias indígenas: Cana Brava, Coco, Jenipapo, Naru (todos Guajajaras) e outras aldeias mais distantes dos Gaviões. Ali os missionários construíram escolas, igrejas, casas e engenhos, para catequizarem os índios. Construíram o Instituto “São José da Providência”, para a educação da menina índia.

Civilizar e cristianizar: eis a finalidade do Instituto! Este, recebia um subsídio de 6 contos de réis do Governo do Maranhão¹⁶¹, para as despesas com a educação das meninas índias, sob a Administração do Fr. Rinaldo da Paullo.

¹⁵⁷ “Em primeiro lugar a maior resistência dos Índios em entregar aos frades as suas filhas. Acrescente-se logo o problema de encontrar e garantir os meios suficientes para o sustento das duas instituições e como conseguir a colaboração de uma comunidade de Irmãs para a educação das meninas”. (CUTER, 1993, p. 63).

¹⁵⁸ Chegam seis Irmãs Terceiras Capuchinhas, no dia 26 de junho de 1898, que chegam de Montevidéu, acompanhadas da própria Madre Fundadora, Madre Francisca Rubatto. (CUTER, 1993, p. 66).

¹⁵⁹ “A Colônia Agrícola foi fundada no meio das aldeias que passou a ser ao mesmo tempo ponto de referência para a evangelização dos Índios e centro agrícola capaz de oferecer meios de sustento ao colégio feminino”. (CUTER, 1993, p. 63).

¹⁶⁰ A Colônia São José foi fechada após o massacre de 13 de março de 1901, e reaberta em 1960. ((Livro de Tombo da Missão. Ano: 1915 – 1929. Estante A. Fila I nº 4 – Arquivo Vice Provincial P.P. Capuchinhos – Maranhão).

¹⁶¹ Segundo Carta de Resposta do Governador do Estado do Maranhão (1899), Exmo. Sr. João G. Torreão da Costa. (Cfr. Arq. Prov. Tombo da Missão, A/1/2/ fl.14v. Anais Maranhenses 1899, p 5.)

Para trabalharem e viverem como cristãos, os índios e índias deveriam receber educação cristã. As meninas índias (as cunhãs) deveriam ser educadas para a formação da família cristã. Esta seria uma via mais segura da propagação da fé católica.

Os estudos referentes à educação neste Instituto são muito raros, e muitos pontos importantes ainda continuam adormecidos nos documentos dos Arquivos dos Conventos Capuchinhos do Maranhão, Pará, Milão e Roma (Itália). Apesar de todo empenho dos frades da época (1986) sobre este projeto educativo, não há muito detalhamento sobre um funcionamento de ensino regular. Entretanto, quem queira dar fôlego aos Anais Franciscanos Maranhenses¹⁶² (1896), pode encontrar as estratégias e táticas de tal funcionamento.

Para viverem como cristãos, os meninos e meninas indígenas deveriam, primeiramente ser retirados das aldeias, para passarem a conviver nos Colégios com os frades e freiras. “Sem um colégio adequado dirigido por Freiras preparadas e dotadas de espírito de sacrifício, não se poderia obter nenhum resultado permanente na civilização dos Índios” (NEMBRO, 1974, p. 11). Outra estratégia foi a doação de terras aos índios adultos, para saírem das aldeias e viverem com os outros cristãos. O poder exercido pelos religiosos, traduzido em missão, vislumbrou “projeções do que compreendia e desejava como significado da civilização. Não somente outro lugar, diferente, mas outro lugar melhor, o mundo europeu civilizado” (NAXARA, 2001, p. 20). Zanoni (1998), por sua vez, nos explica que os missionários não se preocuparam em compreender a organização social dos Guajajaras, pois a prática dos capuchinhos, de capturarem e manterem em regime de internato as meninas índias acabaria por desestruturar a organização social desta tribo, uma vez que essas meninas aprenderiam novos valores e novas técnicas estranhas à sua cultura.

A princípio, o Instituto não tinha freiras para a educação das índias, mas uma senhora que tinha apreço pelas *cunhazinhas*.

A Rotina no Instituto “São José da Providência”

O aprendizado era orientado pelo Regulamento dos Institutos¹⁶³, tanto masculino como o feminino, e consistia em atividades rotineiras, que se iniciavam às 5h45min, com o despertar, pelo sinal, banho (ou lavar o rosto nos dias de chuva); Missa ocupada na reza das orações e cânticos; Limpeza – refeição; às 7 horas: trabalho até às 10 horas: aula; às 11 horas: almoço, limpeza, recreio, uma hora de estudos; 14 horas: trabalho; 17h30min: banho e janta. Depois de aguar o quintal e a

¹⁶² Documentos onde são relatadas as atividades missionárias, pelos frades capuchinhos. São encontrados no Arquivo Vice Provincial Capuchinho do Maranhão-Pará / Convento do Carmo. São Luís-MA.

¹⁶³ Frei Carlos apresenta o Regulamento nos Anais Franciscanos Maranhenses, 1896, pp16 ss até23.

horta, dar água aos potes de todos – Recreio com cânticos. Às 19h30min: terço, reza para a noite; Bênção; pelo sinal; Repouso.

As meninas eram orientadas para as *prendas* domésticas e trabalhos manuais de bordados, leitura e cálculo, primeiramente por uma senhora da paróquia. Após dois anos, foram também educadas pelas freiras da Congregação italiana de Madre Rubatto.

As normas do Instituto orientavam os objetivos das freiras, no sentido de educar as meninas índias com catequese, esclarecendo que as pequenas indígenas deveriam abandonar o seu estado pagão e se converter à vida cristã. Entrar na sociedade civilizada. Formar a família cristã, para a propagação da fé católica.

O Instituto não atendia apenas as meninas índias, abrindo-se para a comunidade mais carente da localidade.

Consequências do Projeto educativo no Instituto “São José da Providência”

Não é possível afirmar, contudo, que este Instituto feminino, de missão catequética teve grande êxito, visto que muita insatisfação por parte dos indígenas levou aos conflitos graves e catastróficos ocorridos naquela região.

As consequências graves daquela Missão Capuchinha foram geradas pela insatisfação por parte dos indígenas, que levou aos conflitos graves e catastróficos ocorridos naquela região. Trata-se, por exemplo, do *massacre de Alto Alegre*, onde cerca de 200 pessoas começaram a ser vitimadas pelos índios durante uma celebração da missa, no dia 13 de março de 1901, e que prosseguiu por vários dias de mortandade. Dentre os mortos estavam todos os frades e todas as freiras, crianças e moradores da vizinhança. Supõe-se que o massacre decorreu da insatisfação dos indígenas referente à ação educativa dos missionários sobre as suas crianças.

Tanto as Irmãs missionárias capuchinhas (formadoras) como as meninas indígenas constituíam o campo educacional da Missão capuchinha (1896 a 1901). A evangelização e a instrução destas meninas índias desencadearam redes de relações sociais. Segundo Lima (2006), estas relações sociais formam redes, e não apenas cadeias ou trilhas, precisamente porque cada pessoa e grupo constitui um ponto de encontro, ou nó, de muitas relações. Nesta perspectiva, os “nós” poderiam estar em consonância e dissonância com os propósitos missionários.

Enfim

Para ratificarmos a nossa proposta, foi necessário reconstituirmos parte da história da Missão Capuchinha, no Maranhão, analisarmos a constituição de sua memória. Nesta oportunidade, buscamos os seus determinantes históricos, filosóficos, políticos e socioculturais.

Logo compreendemos que, apesar das contestações e questionamentos nos tempos atuais, a educação daquela época tinha seus objetivos de história particular sustentando uma geral – a da Igreja Católica – que se configurou com expressividade e interação na história do Maranhão, no Século XIX. Nessa oportunidade, a História nos orientou sobre alguns fatos importantes da ação eclesiástica, desde o segundo império.

Há possibilidades de investigar mais em pesquisas sobre os objetivos da Missão no âmbito da escolarização feminina indígena. Foi possível perceber nas fontes o reconhecimento da mulher como via evangelizadora, visto que os missionários eram convictos de que a mulher índia poderia influenciar na formação da família cristã; de que a sensibilidade feminina, tanto das Freiras quanto a indígena poderia garantir a conversão, apesar da estrutura social da tribo. E sobre as Congregações femininas, confiavam na possibilidade de a mulher se reunir em associação, aceitando melhor os princípios cristãos, para consubstanciar esta colaboração missionária. Eram convicções asseguradas em um possível processo de escolarização.

O texto, que ora apresentamos, ainda está por se ampliar mais sobre as centenas de cartas, crônicas, relatórios, para examinarmos em detalhes as estratégias utilizadas por missionários estrangeiros, de uma época, procurando assegurar uma abrangência social e geográfica. Os materiais foram selecionados, do período efetivo do processo de escolarização indígena, no Maranhão (1894 a 1901), no arquivo do Convento do Carmo, em São Luís-MA, analisados nas suas condições de produção.

A reflexão sobre as Missões Indígenas no Maranhão foi tecida como sinalização ao que está submerso historicamente. Uma sinalização que subjaz a toda a questão política da migração, que faz ver por este sinal a educação cristã enquanto processo de dominação, pois os indícios dos documentos apontam para uma possível conclusão: que a migração dos capuchinhos lombardos investiu, embora com uma hecatombe, na evangelização, no Maranhão, apropriando-se do campo educacional feminino, com vista à formação da família indígena cristã, nas últimas décadas do Século XIX, e primeiras do século XX.

Referências

ANAIS FRANCISCANOS Maranhenses, 1896, pp16 ss até23. Arquivo Vice Provincial Capuchinho do Maranhão-Pará / Convento do Carmo. São Luís-MA.

FARIA, Francisco Leite de. *Os primeiros missionários do Maranhão: Achegas para a história dos capuchinhos franceses que aí estiveram de 1612 a 1615*. Portugal: Centro de Estudos Ultramarinos, 1961. 216 p.

CUTER, Franco. Esta é a história dos nossos cem anos quando foram criados... In: GIANELLINI, Gentil. *Sáiram para semear...* e já faz cem anos que a semente caiu em terra boa. Gorle: VELAR, 1993.

DOSSE, François [1950]. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Tradução de Constacia Morel. São Paulo: Unesp, 2013.

FARIA, Francisco Leite de. *Os primeiros missionários do Maranhão: Achegas para a história dos capuchinhos franceses que aí estiveram de 1612 a 1615*. Portugal: Centro de Estudos Ultramarinos, 1961. 216 p.

LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LIMA, Henrique Espada. *A micro história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOPES, Raimundo. *Uma Região Tropical*. Rio de Janeiro: Ed. Seleta, 1970.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. 3.ed. São Luís: Edições AML, 2008.

NEMBRO, Metódio da. *Il cappuccini nel Brasile. Missione e custódia do Maranhão (1892-1956)*. Milano: Centro Studi Cappuccini Lombardi, 1957.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto Histórico*. São Paulo: PUC, 1981.

Arquivo

Arquivo Geral e no Arquivo da Província Capuchinha do Maranhão-Pará – Convento do Carmo- São Luís-MA.

BREVES REGISTROS SOBRE AS ESCOLAS PAROQUIAIS LIGADAS À IGREJA METODISTA NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO NORDESTE GAÚCHO

Vicente Dalla Chiesa

TRF da 4ª Região

I – Introdução

A inserção do Metodismo no Brasil está diretamente ligada às iniciativas promovidas pelos pastores e missionários no campo educacional. A Igreja Metodista vinda dos Estados Unidos se apresentou aos brasileiros como portadora dos signos de uma cultura anglo-saxã superior, cuja proeminência se devia não somente a um desígnio divino, mas também a instrumentos concretos de ordenamento social, entre os quais estava uma educação voltada para o aperfeiçoamento moral, mas igualmente atenta à necessidade de formação adequada no campo técnico-científico. No Rio Grande do Sul, a atividade metodista também se orientou nesse sentido, com a fundação de escolas constituindo uma das principais pontas de lança na estratégia de expansão da Igreja Metodista. Contudo, a Região Colonial Italiana do nordeste gaúcho¹⁶⁴ foi, em essência, uma exceção dentro desse contexto. Em que pese a presença metodista na RCI remonte a 1887, as suas iniciativas escolares serão tardias, datadas essencialmente da década de 1920, época de grande expansão da atividade metodista no Rio Grande do Sul. O objetivo do presente trabalho é, com base nas fontes encontradas, apresentar um mapeamento das iniciativas escolares metodistas na RCI, desde a década de 1890 até a década de 1930¹⁶⁵, identificando onde se localizavam essas escolas, e quais foram os fatores que levaram a seu estabelecimento tardio e à relativa efemeridade de sua duração.

¹⁶⁴ Para os fins deste texto, a Região Colonial Italiana, abreviada como RCI, será considerada como a área das colônias à margem esquerda do Rio das Antas: Conde D'Eu, Dona Isabel, Caxias, Colônia Particular Sertorina e uma área adjacente abrangida pela expansão da colonização italiana inicial, a região do atual Município de Gramado. A colônia Alfredo Chaves, situada à margem direita do mesmo rio, cujo núcleo se tornou o atual Município de Veranópolis, poderia ter sido incluída no presente estudo, tendo em conta que a presença metodista ali remonta a fins da década de 1880. No entanto, não consta nenhum registro da existência de escolas diárias nessa localidade, nem nas estatísticas metodistas, nem nos poucos livros de registro da comunidade – extinta em 1947 - que foram encontrados.

¹⁶⁵ O período temporal a analisar foi escolhido tendo em conta, como marco inicial, o começo da presença metodista na RCI (1887), e, como final, a autonomia formal do Metodismo nacional em relação às igrejas e juntas de missão americanas (1930). Tendo em conta o primeiro e o último anos em que foram localizados registros da existência de escolas, o período foi ajustado para o lapso de 1892 a 1932.

De início, esclarece-se que não serão aqui analisadas as escolas dominicais metodistas. A escola dominical é uma instituição tradicional do protestantismo, destinada primordialmente à educação das crianças e jovens no âmbito religioso e moral. No entanto, no caso metodista, a escola dominical assumiu uma relevância particular, devido à ênfase dada por essa denominação evangélica ao aspecto educacional, o que levou inclusive à elaboração de currículo e material didático próprios. Muito embora o autor tenha obtido informações de que a escola dominical metodista na RCI também foi um local onde houve alfabetização¹⁶⁶, em regra o seu objetivo era outro, tendo um caráter de certa forma complementar ao de uma escola regular. Além disso, na maior parte no período em estudo existiram escolas dominicais de forma permanente nas igrejas metodistas da RCI, ao contrário do que aconteceu com as escolas regulares/paroquiais, como se verá. Esses aspectos fazem com que a análise da escola dominical metodista seja um tema que mereça estudo próprio.

É necessário registrar, ainda, que os resultados aqui apresentados são decorrentes de uma primeira aproximação com a temática, baseados em fontes algo escassas. Ao contrário das escolas dominicais, que eram objeto de maior atenção e controle, tendo inclusive livros de registro próprios em cada comunidade, as escolas diárias metodistas não deixaram muitos vestígios materiais de sua existência, nem mesmo nos arquivos das igrejas locais, com apenas uma exceção, em Garibaldi. Boa parte das informações aqui apresentadas serão dados estatísticos sucintos, constantes de relatórios anuais ou bianuais publicados pela administração da Igreja Metodista¹⁶⁷, complementados, quando possível, por outras fontes com os quais puderam ser cotejados.

¹⁶⁶ Entrevista realizada pelo autor com o Sr. Acyr Girondi, na cidade de Garibaldi, em 23/12/2015. Ao ser questionado sobre a escola dominical existente junto à Igreja Metodista de Garibaldi, o depoente afirmou que, na década de 1930, quando a frequentou, a escola era voltada especialmente para a alfabetização, não para a instrução religiosa, tanto que suas professoras, Stella Canini e Nilza Covolo, utilizavam a conhecida cartilha “*Queres ler?*”. Diante dessas informações, é muito interessante notar que, na sua origem, na Inglaterra, a escola dominical metodista tinha dupla função, de ensino elementar e instrução religiosa (MESQUIDA, 1994, p. 145).

¹⁶⁷ Os dados referentes à quantidade de escolas e professores foram coletados essencialmente de tais publicações, que não serão mencionadas a cada citação pela exiguidade de espaço. Aquelas referentes ao período que vai de 1887 a 1900 foram consultadas no acervo da Igreja Metodista no Uruguai. Para o período seguinte, até 1910, foi utilizada a coleção do jornal metodista *O Testemunho*, em acervo privado, e a documentação das igrejas locais. De 1910 ao início da década de 1930, foram utilizados, além dos arquivos das igrejas locais, as atas das conferências anuais da Igreja Metodista no RS, constantes do Arquivo da Sede Regional da 2ª Região Eclesiástica, em Porto Alegre. Os dados constantes das estatísticas metodistas têm limitações, entre as quais a falta de confiabilidade de algumas informações, fato observado por MESQUIDA (op. cit., p. 139). Como exemplo, cita-se a aparente repetição das informações do ano anterior, na falta de dados mais atualizados.

II – O Metodismo: gênese e desenvolvimento, presença no Brasil e no Rio Grande do Sul, e suas relações com a educação e a escolarização

O Metodismo surge na Inglaterra, em meados do século XVIII, como um movimento de renovação dentro da Igreja Anglicana, liderado pelo clérigo John Wesley, focado teologicamente na oferta da graça universal a todos os homens, justificção pela fé, e no constante aperfeiçoamento da pessoa, moral e espiritualmente, esperando ver os reflexos disso na coletividade (MENDONÇA e VELASQUES, 1990, p. 93-97). O contexto social das ilhas britânicas naqueles anos contribuiu para que a difusão do metodismo ocorresse primordialmente entre as camadas mais desfavorecidas da população, entre as quais os trabalhadores das minas de carvão e os operários das indústrias. Essa ideia de um constante aperfeiçoamento, na visão de Wesley, era incompatível com o analfabetismo, sendo necessário que o metodista soubesse ler e escrever para ter acesso à Bíblia e demais textos religiosos. Dentro dessa perspectiva, uma das principais formas de atuação dos metodistas foi a fundação de escolas, tendo essa denominação “*se tornado uma das maiores forças de educação popular na Inglaterra do século XIX*” (MESQUIDA, 1994, p. 98).

O movimento metodista foi transplantado para as colônias inglesas da América do Norte ainda no século XVIII, onde ganhou grande vigor no século seguinte, em especial por ter se adaptado excepcionalmente bem à expansão do povoamento daquele país em direção ao Oeste, e por uma teologia compatível com as necessidades daquela sociedade em franca expansão. Depois da Guerra de Secessão (1861-1865), a Igreja Metodista tornou-se “*a mais poderosa denominação americana, seja pelo número de adeptos e sua obra educativa, seja pelo seu poder econômico*” (MESQUIDA, op. cit., p. 101). Migrou para os EUA também a visão da educação como forma de transformação dos homens, tendo sido fundadas mais de duzentas instituições escolares metodistas entre 1831 e 1870 (MESQUIDA, op. cit., p. 108). Esse crescimento foi tão vertiginoso que provocou um amálgama conceitual entre metodismo, espírito americano e expansão da civilização cristã. Os povos de língua inglesa e os Estados Unidos protestantes seriam um novo Israel, instrumento divino para a redenção da humanidade. Nem mesmo a secessão da parte sul da Igreja Metodista Americana em 1844¹⁶⁸, provocada por questões ligadas à escravidão, interrompeu o crescimento da denominação, que se engajou num projeto missionário em todos os continentes.

No Brasil, após uma tentativa de estabelecimento entre 1835 e 1841, os metodistas voltam em 1866, acompanhando imigrantes do Sul dos Estados Unidos estabelecidos no interior do Estado de São Paulo (MENDONÇA e VELASQUES, op. cit., p. 40). Também no Sudeste brasileiro, a

¹⁶⁸ A igreja original continuou com o nome de Igreja Metodista Episcopal; as comunidades secessionistas constituíram a Igreja Metodista Episcopal, Sul.

estratégia de expansão metodista deu clara prioridade à educação, com a fundação de colégios em cidades de maior porte, visando à formação de pessoas dentro dos parâmetros morais e culturais apregoados pelos missionários, projeto apoiado por boa parte das elites da Região Sudeste, impressionadas pelo modelo político-econômico norte-americano e convencidas da superioridade pedagógica e curricular das escolas protestantes sobre o ensino católico brasileiro tradicional (MESQUIDA, op. cit., p. 146-165).

A atividade metodista no Rio Grande do Sul começa em 1885, a partir de base no Uruguai, com a chegada do pastor João da Costa Corrêa a Porto Alegre. Logo após, é organizada uma escola evangélica mista, que se tornou posteriormente o Colégio Americano (FLORES, 1937, p. 40-49). O trabalho missionário, inicialmente vinculado à Igreja Metodista Episcopal (Norte), foi cedido aos sulistas a partir de 1º/08/1900¹⁶⁹, e a atividade no interior do RS, que até então estivera limitada à antiga região de colonização italiana, se expande para as maiores cidades da parte norte do interior do Estado, sendo abertas, em algumas delas, escolas diárias. Além do Colégio Americano, a Igreja Metodista passa a administrar, a partir de 1908, o Colégio União, situado na cidade de Uruguaiana (JAIME, 1963, p. 59-60). Na RCI, a atividade metodista inicia em 1887, quando João da Costa Corrêa vai a Dona Isabel, atual Bento Gonçalves, a pedido de um pequeno grupo de imigrantes italianos que havia tido contato, na Itália, com a Igreja Valdense (DALLA CHIESA, 2016). A primeira comunidade metodista é organizada em Dona Isabel em 1889, seguida por Alfredo Chaves (atual Veranópolis) e Forqueta Baixa¹⁷⁰, em 1891 (DALLA CHIESA, 2017), Gramado e Guaporé, em 1906, Caxias, em 1916, Garibaldi, em 1923, e Nova Vicenza (Farroupilha), em 1924¹⁷¹.

A atividade metodista ganha um impulso particular no Rio Grande do Sul a partir dos anos finais da década de 1910, com a expansão do trabalho para diversas novas localidades, e incremento na construção de templos. São inauguradas novas escolas de maior porte, o Instituto Educacional (IE), em Passo Fundo, em 1919, o Colégio Centenário, em Santa Maria, em 1922, e o Instituto Porto Alegre (IPA), em 1923 (FLORES, op. cit., p. 97-129). No mesmo período, há um incremento significativo das escolas paroquiais, estimulado por deliberações tomadas pela Conferência Anual Brasileira de 1919, com o objetivo de que essas escolas difundissem o ensino primário, a doutrina religiosa metodista, e servissem de centros de formação de lideranças comunitárias (MESQUIDA, op. cit., p. 139-144). É nesse contexto que se inicia efetivamente a escolarização metodista na RCI.

¹⁶⁹ Octogésimo segundo relatório anual da Sociedade Missionária da Igreja Metodista Episcopal para o ano de 1900. Nova York, 1901, p. 294. Site da Biblioteca da Divinity School da Universidade de Yale. Acesso em 07/10/2017.

¹⁷⁰ A comunidade também é referida na documentação como Forqueta do Caí, por se localizar próxima ao Rio Caí. A denominação de Forqueta Baixa é para diferenciá-la de outra localidade rural do interior de Caxias, situada na Linha Feijó. Forqueta Baixa, atualmente, é distrito do Município de Vale Real.

¹⁷¹ Esses são os anos de fundação formal de cada comunidade. Nos casos de Caxias e Garibaldi, já havia membros da Igreja Metodista residentes nas áreas que se tomaram esses municípios desde a década de 1890.

III – As iniciativas escolares metodistas na RCI (1892-1932)

BENTO GONÇALVES. Na primeira comunidade metodista da RCI, há também o primeiro registro de escola metodista. Em relatório publicado nos Estados Unidos referente ao ano de 1892¹⁷², consta a existência de uma escola unidocente nessa localidade, com 25 alunos. Não foi encontrada nenhuma outra informação a respeito, nem nos relatórios anuais, nem na documentação da igreja local. Embora haja indicação de que se trata de escola paroquial, é interessante pensar em um eventual caráter étnico-comunitário dessa escola, mesclando-se as tipologias utilizadas por LUCHESE (2015), tendo em conta que todos os membros dessa comunidade, à época, eram italianos, inclusive o pastor, e a língua italiana era utilizada de forma exclusiva nas atividades da igreja (DALLA CHIESA, 2016).

Somente em meados da década de 1920 haverá novamente uma escola metodista em Bento Gonçalves. Os relatórios anuais da Igreja Metodista indicam 1 professor com 14 alunos, em 1924; 1 professor com 8 alunos, em 1925; e 1 professor e 36 alunos, em 1926. Não foram localizadas mais informações a respeito. Após um hiato de alguns anos, existem dados sobre uma nova escola, surgida no biênio de 1930-1931, a qual funcionava no próprio templo. Nesse primeiro ano, o diretor da escola e guia leigo, Hipólito Ribeiro de Ramos, informa que estavam matriculados 12 alunos, não obstante uma campanha intensa que estaria sendo movida contra a escola, e faz um relato muito significativo, datado de 02/08/1930¹⁷³:

A escola paroquial tem diminuído. O motivo está explicado em si: a ignorância que assola a nossa Roma Colonial é grande, o que faz com que o pároco romano, dirigindo o guidon do seu luxuoso auto, se encarregue de visitar os incautos e convencê-los de que não devem frequentar nossas aulas, caso contrário os excomungaria.

No ano seguinte, a professora da escola, Amerina Menna Barreto Jayme, em relatório datado de 28/04/1931¹⁷⁴, informava que, não obstante as inúmeras dificuldades, a escola já tinha 20 alunos matriculados, pagando mensalidade de dez mil réis cada, e que já fora comprado um relógio e obtida uma campainha, para o bom andamento dos trabalhos escolares. Esse é o último registro que foi encontrado. No entanto, a possível presença de um educandário metodista na cidade continuou a ser vista como uma ameaça pela Igreja Católica. Em trecho do livro tomo da paróquia Santo Antônio, transcrito em CAPRARA e LUCHESE (2005, p. 461-462), o mesmo “*pároco romano*”

¹⁷² Septuagésimo quarto relatório anual da Sociedade Missionária da Igreja Metodista Episcopal para o ano de 1892. Nova York, 1893, p. 50. Site da Biblioteca da Divinity School da Universidade de Yale. Acesso em 07/10/2017.

¹⁷³ Livro de atas das conferências trimestrais da Igreja Metodista de Bento Gonçalves (1929-1931).

¹⁷⁴ Idem.

acima referido, Antônio Zattera¹⁷⁵, informa ter interferido, inclusive do púlpito, em disputa entre dois grupos rivais da cidade na segunda metade da década de 1930, em contenda sobre a instalação de um colégio secundário, diante do “*grave perigo*” de este ser administrado por metodistas.

Cabe aqui uma última referência a respeito de Bento Gonçalves: foi localizada uma entrevista datada de março de 2016 com a Sra. Nilza Farina Michelin, nascida em 11/03/1916, cuja família paterna já pertencia à elite bento-gonçalvense desde o século XIX. A entrevistada, de família católica, mencionou que, quando menina, sua mãe a levava à Igreja Metodista para que ela “*adquirisse boas maneiras e aprendesse trabalhos manuais*”¹⁷⁶. Não é possível, somente por essa referência, saber se a entrevistada teria frequentado a escola dominical ou uma escola paroquial metodista. No entanto, fica aqui evidenciada a tese apresentada por MESQUIDA (op. cit.), no sentido do interesse da elite nacional pelo ensino ofertado pelas escolas protestantes de origem norte-americana.

CAXIAS. A escola metodista de Caxias foi a primeira a ser organizada no século XX, citada pela primeira vez em ata datada de 24/02/1918¹⁷⁷, onde é mencionado que a maior parte dos filhos dos membros frequentavam a escola. Não foi possível localizar dados estatísticos desse primeiro ano, mas em 1919, conforme dados da conferência anual, havia 2 professores e 17 alunos. No ano seguinte, no mesmo livro, em ata de 04/05/1920, o pastor Armando Fraga relata o que segue:

A nossa escola de Caxias, a única que temos por enquanto, está fazendo progresso lento, devido à má vontade do povo para aceitar o Evangelho de Nosso Senhor Jesus. O elemento que temos na escola é puramente da Igreja. Posso dizer que a maioria dos membros se interessam por esse ramo importante da Igreja. Esta escola não só mantém a sua literatura como também contribui para as finanças gerais. A instrução religiosa das crianças tem sido administrada como zelo, não tanto pelo pastor, como pelos instrutores da escola. É o desejo do pastor, assim como de toda a escola, que esse trabalho fosse mais desenvolvido; e para isso não se tem poupado esforços, não obstante, os frutos não têm correspondido aos mesmos. Creio que estamos semeando para outros colherem, assim seja.

Logo a seguir, em 30/07/1920, o mesmo pastor relata que a escola paroquial fora fechada por falta de professor e poucos alunos. Em 1922, com a chegada do reverendo John Watkins Price, então decano da atividade metodista no RS, a atividade escolar é retomada, e segue, pelo que se pôde verificar neste momento, até 1930. Conforme os já mencionados relatórios das conferências anuais, a movimentação foi a seguinte: 1922: 1 professor, 15 alunos; 1923: 3 professores, 60 alunos; 1924 e 1925: 4 professores, 44 alunos; 1926: 1 professor, 23 alunos; 1927: 3 professores, 32 alunos; 1928: 2 professores, 42 alunos; 1929 e 1930: 1 professor, 30 alunos. Conforme informações de Elsa Cossio, ex-aluna, prestadas a João Spadari Adami, a escola funcionava em uma casa de

¹⁷⁵ Pároco de Bento Gonçalves de 1928 a 1942, quando foi escolhido Bispo de Pelotas.

¹⁷⁶ Revista NOI, ano 9, março de 2016, p. 19.

¹⁷⁷ Primeiro livro de atas das conferências trimestrais da Igreja Metodista de Caxias do Sul.

madeira na Av. Júlio de Castilhos, e se mudou para um anexo do templo atual logo após a inauguração deste, em 1922. A mesma depoente afirma que o professor era o próprio pastor Price¹⁷⁸, e que em 1925 chegou dos Estados Unidos a professora Zula Terry, a qual, devido à sua grande qualificação técnica, utilizava métodos avançados de “alfabetização, arte, higiene e psicologia” (ADAMI, 1981, p. 134-135). Após alguns anos de atividade, Zula Terry foi transferida para Passo Fundo. Adami atribui o fechamento da escola à diminuição de alunos, pela oposição católica.

Acerca da presença da escola metodista e de Zula Terry em Caxias do Sul, existe interessante relato no diário mantido pela esposa do pastor, Elizabeth W. Price¹⁷⁹. Ela refere que o grande sonho dele para as colônias italianas era uma escola industrial em Caxias, capaz de fornecer educação para a juventude, onde as moças aprenderiam a tecer toalhas que poderiam ser vendidas em Porto Alegre, e os rapazes plantariam gêneros alimentícios para consumo e venda, o que tornaria a escola autossustentável. Segundo Elizabeth, esse seria um dos objetivos da vinda de Zula Terry, que teria trazido um tear para iniciar o projeto, o qual não foi adiante.

Não há, na documentação metodista compulsada, indicativo claro das razões que levaram ao fechamento da escola. No entanto, à semelhança do que ocorreu em Bento Gonçalves, houve ativa mobilização do clero católico contra a escola metodista, conforme informações do livro tombo da paróquia de Santa Teresa de Caxias, lavradas pelo cônego João Meneguzzi e sintetizadas por PINZETTA (1996, p. 539-540):

Os metodistas chegaram a Caxias em 1916, prometendo construir um colégio para fazer da cidade o baluarte do protestantismo. Com isso preocupou-se sobremaneira o vigário. Para combatê-los, ofereceu ao arcebispo a construção de um seminário. Além de formar seminaristas, os padres também ajudariam na pastoral. Pensava num colégio, que também fosse internato, para resistir às investidas educacionais dos protestantes. [...] De 1921 a 1934, fez funcionar sete escolas paroquiais. A escola metodista, depois de propositadamente ladeada por duas paroquiais, apesar de ter chegado aos 100 alunos, teve que fechar pela desistência dos matriculados.

Diante dessas informações, ganha credibilidade a hipótese apresentada por João Spadari Adami para o encerramento das atividades da escola metodista caxiense.

FORQUETA BAIXA. A comunidade metodista da Forqueta Baixa, historicamente, se caracterizou pelo fervor religioso e pela tomada de diversas iniciativas em prol da coletividade, como o cultivo de um terreno comunitário para custear o salário do pastor, e a fundação de uma sociedade de mútuo socorro. No entanto, não há registros de escola comunitária ou paroquial em

¹⁷⁸ John Watkins Price foi pastor metodista em Caxias de 1922 a 1926.

¹⁷⁹ Compilação dos diários de John e Elizabeth Price feito por uma de suas filhas, Elizabeth Price Gorsuch, p. 37. Acervo do Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (IPA).

Forqueta Baixa antes da década de 1920. Talvez isso tenha ocorrido porque, pelo menos desde 1898, havia uma escola pública municipal na localidade, cuja professora alugou uma casa da comunidade metodista entre 1898 e 1901¹⁸⁰.

A escola paroquial metodista na Forqueta surge em 1922, com 1 professor e 10 alunos. Nos três anos seguintes, as estatísticas são apresentadas conjuntamente com as de Nova Vicenza, constando 2 professores e 49 alunos em 1923 e 2 escolas, 2 professores e 21 alunos para 1924 e 1925. Após, a escola deixa de funcionar, sendo retomada no biênio 1927-1928, com 1 professor e 14 alunos no primeiro ano, e 1 professor e 25 alunos no segundo. Quanto a esse biênio, consta que o professor era Leopoldo Fulcher, guia leigo da localidade e descendente de uma das suas famílias fundadoras¹⁸¹. Não há registros posteriores sobre escola paroquial na Forqueta Baixa. Note-se que o surgimento da escola ocorre num momento em que há uma inversão de polos: a comunidade de Caxias surge em 1916, como uma extensão do trabalho na Forqueta, mas logo essa equação se inverte, e Forqueta passa a ser um posto cada vez menor, atendido a partir de Caxias. Além disso, um fator que certamente contribuiu para o fechamento da escola foi o êxodo rural (DALLA CHIESA, 2017), e a conseqüente diminuição de crianças e jovens na única comunidade metodista rural da RCI.

GARIBALDI. A escolarização metodista em Garibaldi é contemporânea à fundação da comunidade, que ocorreu em 01/01/1923, e passou por duas fases. Na primeira, houve atividade escolar de forma intermitente: conforme os dados dos relatórios anuais, havia, em 1922, 1 professor e 50 alunos; em 1924 e 1925, dois professores, com 25 alunos.

De 1929 a 1932, Garibaldi foi sede de um grande projeto educacional da Igreja Metodista, um colégio primário e secundário, o Colégio Rio Grande. Essa é a única das escolas metodistas da RCI da qual foram encontrados documentos, em particular um livro caixa do ano de 1930, que permite uma análise mais aprofundada do educandário. Utilizando esse livro, e um relatório elaborado pelo pastor Armando Lima em setembro de 1932¹⁸², por ocasião do encerramento das atividades, foi possível traçar um panorama básico do colégio. Ele foi inaugurado em 15/02/1929, logo depois da chegada do reverendo Lima à cidade, com o objetivo de “lançar os alicerces de um grande colégio”, o que conseguiu com apoio de alguns metodistas locais e “cooperação das principais famílias” da localidade. Um dos objetivos explícitos da escola era preparar os alunos para submissão aos mesmos exames aplicados aos estudantes das escolas públicas. Nas contas-

¹⁸⁰ Livro de registro da tesouraria da Igreja Metodista Episcopal de Forqueta do Caí (1892-1912). Acervo da Igreja Metodista de Caxias do Sul.

¹⁸¹ Livro de atas das conferências trimestrais da Igreja Metodista Episcopal de Forqueta do Caí, ata de 19/03/1927. Arquivo da Igreja Metodista de Caxias do Sul.

¹⁸² Livro de atas das conferências trimestrais da Igreja Metodista de Garibaldi (1932-1934), atas de 28/09/1932.

correntes dos alunos há despesas decorrentes do fornecimento de material escolar e livros de diversas disciplinas, e foi efetuado investimento também na compra de máquinas de escrever, para capacitar os estudantes em datilografia. Conforme o pastor, as despesas com o colégio atingiram cerca de dois contos de réis. Nos anos letivos de 1929 e 1930, o educandário teve cerca de 70 alunos, entre os quais vários filhos da elite garibaldense e de famílias metodistas da cidade e arredores.

Ainda conforme o relato do pastor Armando Lima, começou a haver dificuldades no ano de 1930, com o afastamento da professora Irene Rosa, e sua substituição por outra professora, não nomeada, cuja entrada teria provocado a retirada de 23 alunos (estes nomeados), por razões que o pastor se recusou a recapitular, conforme suas próprias palavras. Em seguida, com a revolução de outubro de 1930, os empregados das oficinas da Viação Férrea teriam sido removidos para Santa Maria, o que ocasionou a retirada de mais uma dezena de alunos e, segundo o pastor, inviabilizado a continuidade das atividades a longo prazo, tendo em conta o grande investimento realizado. O pastor Lima discorre longamente sobre as dificuldades financeiras decorrentes, alegando ter pago parte delas de seu próprio bolso. Com disso, as atividades da escola encerraram em fins de 1932. Curiosamente, está ausente aqui o argumento da oposição católica como razão para o fechamento do colégio, embora o pastor mencione a crise de 1929 como razão para a falta de repasses financeiros.

Acerca do Colégio Rio Grande, também foram localizadas duas entrevistas com ex-alunos. Nilza Covolo Kratz¹⁸³ informou que frequentou o colégio por um ou dois anos, e que ele funcionava em dois turnos, sendo o primário à tarde e o secundário pela manhã; mencionou que a escola era paga, e que nela estudavam os filhos das famílias mais abastadas de Garibaldi. Loreno Leonel Tonin¹⁸⁴ declarou que a escola teve como impulso inicial o estabelecimento de famílias ligadas à Viação Férrea, e seu objetivo era atender aos filhos dos metodistas. Informou, também, que havia uma escola de datilografia, oficializada pela Remington do Brasil, e que a escola funcionou, primeiramente, atrás do templo, depois nos fundos do cinema da cidade. Lembra que o ensino das operações básicas era feito através do manuseio de grãos de feijão.

A história do Colégio Rio Branco, pela disponibilidade de fontes, oferece boa possibilidade de pesquisas subsequentes. É necessário referir, por fim, que Garibaldi era considerada, na perspectiva metodista, a grande praça forte do catolicismo colonial, devido à presença de religiosos.

¹⁸³ Entrevista concedida a Lourdes Maria Fedrigo Riboldi em setembro de 2006. Acervo do Laboratório de História Oral da Faculdade de História da PUCRS.

¹⁸⁴ Entrevista concedida a Norberto da Cunha Garin, publicada no n.º 04/2000 da revista *Contando Nossa História*, do Grupo de Pesquisa da História do Metodismo no RS, p. 15-17.

Com efeito, na cidade havia, desde 1896, freis capuchinhos, com convento, estudos superiores, e na administração da paróquia; irmãs de São José, desde 1898, com escola feminina; e irmãos maristas, desde 1904 com escola masculina (ZUGNO, 2017, p. 73, 169 e 170). A escolha dessa localidade para instalação de um colégio, nesse contexto, é representativa da autoconfiança dos metodistas na década de 1920.

GRAMADO E NOVA VICENZA. A respeito das escolas existentes nas comunidades de Nova Vicenza, atual Farroupilha, e Gramado¹⁸⁵, pouco foi encontrado, além de dados estatísticos. Em Nova Vicenza - comunidade metodista que existiu de meados da década de 1920 a meados da década de 1930 - como dito acima, há estatísticas compartilhadas com Forqueta Baixa nos anos de 1923, 1924 e 1925, além do registro de 1 escola diária e de 1 professor, com 18 alunos, no ano de 1927. Poucos livros de registro dessa comunidade sobreviveram ao tempo. Quanto a Gramado, comunidade fundada em 1906 e existente até hoje, consta 1 escola e 2 professores com 9 alunos, no ano de 1923, e 1 professor e 1 escola no biênio 1925-1926, com 20 alunos no primeiro ano e 17 no segundo. É possível que, nesse período, o professor possa ter sido o guia leigo Antônio Benetti¹⁸⁶, mas não foram localizados outros dados no arquivo da igreja local.

IV – Algumas conclusões

Ainda que baseadas em fontes parciais, as considerações aqui apresentadas permitem que se trace algumas conclusões, em especial relativamente aos questionamentos inicialmente propostos. Ao contrário do que ocorre em grande parte das áreas de estabelecimento metodista no Brasil, a abertura de escolas não acompanha imediatamente o progresso da atividade dos missionários. O estabelecimento de escolas diárias metodistas na RCI foi tardio em relação à formação das comunidades. Com exceção de uma experiência efêmera em Bento Gonçalves em 1892, sobre a qual não se tem maiores referências, a escolaridade metodista na RCI começa efetivamente em fins da década de 1910, em Caxias. As iniciativas subsequentes terão lugar nos anos subsequentes, nos núcleos urbanos das cidades da RCI, podendo ser enquadradas como *escolas paroquiais*, dentro da classificação das escolas da região de colonização italiana do Rio Grande do Sul proposta por LUCHESE (op. cit.). Elas estão ligadas a um contexto de grande expansão de atividade metodista no Rio Grande do Sul na década de 1920, inclusive no plano educacional.

¹⁸⁵ Observe-se que Gramado é incluída neste estudo como uma comunidade da região colonial italiana (RCI), por dois motivos. O primeiro é a forte presença de italianos e descendentes na área que formou o atual Município de Gramado, em grande medida reemigrados da colônia Caxias, tanto que o início da atividade metodista ocorre na localidade de Linha Bonita, povoada por italianos e descendentes. O segundo é o fato de que a comunidade metodista foi fundada exclusivamente por itálos, e esse caráter foi essencialmente mantido ao longo do período aqui estudado.

¹⁸⁶ Membro da Igreja Metodista de Gramado que deixou diversos escritos e vários livros, em italiano e português, legados ao acervo da referida igreja.

A relativa demora no estabelecimento de escolas metodistas na RCI, em meu entendimento, tem seu fundamento principal nas dinâmicas que nortearam a atividade metodista no Rio Grande do Sul. Até 1900, quando a região colonial italiana foi a principal área de atuação metodista no Estado, o trabalho missionário gaúcho foi uma extensão relativamente pequena da atividade que vinha sendo empreendida no Uruguai e na Argentina, a qual era, evidentemente, a destinatária da maior parte dos recursos financeiros e humanos fornecidos pela missão. Além disso, a inserção metodista na RCI, depois de um início vigoroso que durou até 1892, com a formação de quase uma comunidade por ano, foi em grande medida paralisada pela Revolução Federalista (1893-1895), e, após, por questões administrativas internas da Igreja Metodista (FLORES, op. cit., p. 64-67). Logo após a efetiva reorganização das atividades, em 1899, o trabalho foi transferido para a Igreja Metodista do Sul dos EUA, que estabeleceu uma estratégia diversa de expansão. Muito embora não houvesse um desinteresse pelas atividades entre imigrantes, os sulistas entendiam que sua meta primordial era atuar entre as populações nativas do Brasil, falantes da língua portuguesa (REILY, 1980, p. 103-105). Tanto é assim que, logo no início do século XX, a Igreja Metodista vai se estabelecer em cidades da Campanha gaúcha, como Uruguaiana, e em cidades maiores do interior desse estado não fundadas por imigrantes, como Santa Maria, Cruz Alta e Passo Fundo. Nos relatórios financeiros publicados nos anais das conferências anuais em relação à primeira década do século XX, fica evidente a disparidade de recursos destinados às cidades acima citadas e aqueles alocados à RCI. Nesse contexto, sem grande suporte externo, as pequenas comunidades metodistas¹⁸⁷ não foram capazes de organizar escolas próprias.

Na década de 1920, por motivos complexos de ordem financeira e institucional, ligados ao contexto nacional e internacional, a Igreja Metodista viveu um período de grande expansão no Rio Grande do Sul, que envolveu também iniciativas escolares em boa parte da RCI, ligadas às paróquias metodistas de seis localidades. Houve um evidente e significativo investimento, e várias escolas foram fundadas, boa parte delas unidocentes, funcionando em geral nos próprios templos metodistas, atendendo especialmente, mas não exclusivamente, filhos de metodistas. Apenas as escolas de Garibaldi e Caxias tiveram mais de um professor, e somente a caxiense teve existência mais longeva. Isso ocorreu por essa cidade ter se tornado a maior da RCI, atraindo pessoas de outras localidades e confissões religiosas, e ter sido eleita pela Igreja Metodista, a partir da fundação da comunidade em 22/10/1916, como centro de suas atividades na região¹⁸⁸. O crescimento da cidade

¹⁸⁷ Para que se tenha uma ideia mais precisa, no ano de 1900 o número total de membros efetivos da Igreja Metodista, em toda a RCI, era de 95 pessoas.

¹⁸⁸ Até essa época, a atividade metodista na RCI era organizada com base no eixo Bento Gonçalves – Forqueta Baixa, localidades de atuação principal. No início da década de 1920, essa orientação se deslocou para o eixo Caxias-

certamente proporcionou o acesso a um alunado mais numeroso, e potencialmente mais aberto ao ensino ofertado por outra confissão religiosa. Ademais, essa centralização da atividade metodista em Caxias levou a administração regional a destinar maiores recursos financeiros para essa cidade – tendo o templo local sido erguido em 1922 – e também pastores qualificados, como o reverendo Adolfo Ungaretti, e o experiente missionário John Watkins Price. Tais fatores indubitavelmente permitiram que a escola caxiense tivesse maior duração.

Por outro lado, a Igreja Metodista também se viu envolvida nas conjunturas políticas e econômicas que marcaram o final da década de 1920 e começo da década de 1930, como a crise da Bolsa de Nova York de 1929, a Revolução de 1930 no Brasil, e a própria autonomia do Metodismo brasileiro em relação às igrejas dos Estados Unidos, que ocorreu também no ano de 1930. Tais fatos ocasionaram, ao que tudo indica, um refluxo dos aportes financeiros americanos, dos quais as escolas e os professores dependiam profundamente. Antes da autonomia metodista nacional em relação à missão norte-americana que lhe deu origem, todas as igrejas da RCI responderam, repetidamente, vários questionários padrão¹⁸⁹, onde se questionava sobre a capacidade de autossustentação de cada uma, e a resposta era invariavelmente negativa. Portanto, se as comunidades sequer conseguiam arcar integralmente com o salário de seus pastores e suas despesas regulares de manutenção, presume-se que a atividade escolar também deve ter sido impactada pela redução de suporte financeiro e humano externo. Esse, com toda probabilidade, é um dos motivos de as escolas metodistas não terem existido por mais tempo, e as iniciativas educacionais da Igreja Metodista na região terem cessado em inícios da década de 1930.

Há também um outro fator que necessita ser levado em conta, o contexto educacional da RCI na década de 1920, que havia se alterado significativamente desde o início da colonização italiana. Nesse momento, as escolas metodistas precisaram se defrontar com a concorrência de uma rede já significativa de escolas confessionais católicas (a religião da imensa maioria da população regional, o que deve ter determinado preferências), além de um ensino público em expansão, gratuito, que oferecia a possibilidade do aprendizado do vernáculo. Observo que essa concorrência era certamente intensa, porque todas as escolas e comunidades metodistas – com exceção da Forqueta Baixa – estavam situadas em cidades, locais onde também se concentravam as escolas católicas e públicas.

Garibaldi. Tanto é assim que as escolas metodistas de maior porte foram criadas, no período em estudo, exatamente nessas duas cidades.

¹⁸⁹ Disponíveis nas atas das conferências trimestrais, encontradas nos arquivos das igrejas metodistas regionais, em especial em Bento Gonçalves e Caxias do Sul.

Não deve ser desconsiderado, também, como fator limitante da expansão escolar metodista, a existência de oposição católica, seja das comunidades ou de clérigos. Essa preocupação com a concorrência educacional da Igreja Metodista ficou bem evidente nos relatos efetuados sobre Caxias do Sul e Bento Gonçalves. No entanto, é curioso notar como o discurso antiprotestante foi utilizado não somente para o fim concreto de combater escolas metodistas já existentes, mas também como um forte argumento retórico para barrar futuras e potenciais iniciativas de estabelecimentos educacionais evangélicos. A “ameaça” metodista, no discurso institucional católico, é invocada para acelerar o estabelecimento de uma escola secundária católica masculina em Bento Gonçalves, e como razão para o estabelecimento de escolas paroquiais e de uma diocese, com o correspondente seminário, em Caxias.

Para concluir, ressalta-se que esta pequena investigação deixa, evidentemente, muitas perguntas e lacunas. Pouco foi possível apurar sobre o funcionamento interno das escolas, sobre quem eram os professores, bem como em relação a questões didáticas e pedagógicas referentes a elas. Noto, ainda, que a pesquisa se limitou ao período inicial de estabelecimento metodista na RCI, tendo o ano de 1935 como termo final de consulta de fontes. Seria oportuno e necessário, ainda, analisar de que forma as comunidades da RCI e as autoridades públicas viram essas escolas, e como se relacionavam com elas. Além disso, o número de crianças e jovens atendidos pelas escolas metodistas, na década de 1920, não é insignificante. No ano de 1925, que marcou o auge dessa atividade, havia 115 alunos matriculados, em cinco escolas espalhadas nas cidades de colonização italiana. De que forma esse ensino em uma escola confessional metodista repercutiu¹⁹⁰, na época e para o futuro, é questão que poderá ser sanada por investigações subsequentes.

Referências

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul (Educação): 1877 a 1967 – III Tomo*. Porto Alegre: EST Edições, 1981.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930*. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2005.

DALLA CHIESA, Vicente. O uso do italiano como língua litúrgica e de culto nas comunidades metodistas da região de colonização italiana do nordeste gaúcho (1887-1939). In: DE CARLOS, Antônio Luiz Grechi;

¹⁹⁰ Em relação à repercussão da educação metodista, há outro aspecto a investigar, que extrapola o objetivo deste estudo: a influência exercida por pessoas oriundas da RCI que estudaram nas escolas secundárias metodistas, em particular o Colégio Americano e o Instituto Porto Alegre (IPA), ambos situados nessa cidade. Cita-se o seguinte exemplo: em entrevista concedida ao autor em 12/12/2015, Wanda Baccin Reschke, aluna da escola dominical da Igreja Metodista de Bento Gonçalves na segunda metade da década de 1930, refere que a professora, Itália Ferrari, se destacava pela cultura, tendo estudado piano e línguas no Colégio Americano, onde fora aluna interna.

RODEGHERO, Carla Simone (orgs.). *História oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

_____. Apontamentos sobre os inícios da comunidade metodista de Bento Gonçalves/RS. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; SANTOS, Rodrigo Luis (orgs.). *Migrações: religiões e espiritualidades*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

_____. Apontamentos sobre a história da comunidade metodista de Forqueta Baixa (Serra Gaúcha). In: WEIZENMANN, Tiago; DOS SANTOS, Rodrigo; VON MÜHLEN, Caroline (Orgs.). *Migrações históricas e recentes*. Lajeado: Univates, 2017.

FLORES, João do Prado. *A História do Metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1937, 102p. Acervo privado.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELÁSQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil – Um estudo de caso*. Juiz de Fora/São Bernardo do Campo: EDITEO, 1994.

JAIME, Eduardo Mena Barreto. *História do Metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Empresa Gráfica Moderna, 1963.

PINZETTA, Álvaro Luiz. A criação da Diocese de Caxias do Sul. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A Presença Italiana no Brasil*, Volume III. Porto Alegre/Turim: EST Edições/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

REILY, Duncan Alexander. Os metodistas no Brasil (1889-1930). *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo, Ano 20, n.º 1, p. 100-122, 1980.

ZUGNO, Vanildo Luiz. *Capuchinhos franceses no Rio Grande do Sul: presença e missão na Região Colonial Italiana e Campos de Cima da Serra*. Porto Alegre: ESTEF, 2017.

Literatura e Linguagem

QUAL A LÍNGUA DOS CATADORES DE CAFÉ?

Gabriel Schmitt (Graduando em Letras - UFRGS/PROEXT)

Orientador Prof. Dr. Cléo Vilson Altenhofen (UFRGS)

Orientadora Profa. Dra. Ingrid Kuchenbecker (Cap/UFRGS)

1. Trajetória e temporalidade da imigração dos Kaffeeflicker

As variedades de alemão faladas na América do Sul vem sendo descritas por inúmeros estudos. Mas alguns capítulos ainda carecem de estudos linguísticos mais aprofundados. Um exemplo é a língua dos catadores de café, chamada de Kaffeeflickersch ou Kaffeepflickersch, que vem sendo citada por diferentes linguístas brasileiros, como Altenhofen (2014), Pupp Spinassé (2017), Schneiders (2017). A origem do nome remete a situação histórica vivida por um grupo de 155 imigrantes (cf Weingärtner, 2011) que, deportados da cidade de Böhlen (atual estado da Turíngia, Alemanha) em 1850, serviram de experimento no processo de substituição de mão-de-obra escravizada por assalariada em fazendas de café no Rio de Janeiro durante o Império do Brasil. Após 8 anos em situação de semi-escravidão, foram transferidos definitivamente para os municípios de Águas Mornas e Rancho Queimado, a cerca de 40 km de Florianópolis, Santa Catarina.

É então objetivo deste estudo contribuir, mesmo que brevemente, para a identificação da língua falada pelos descendentes desses imigrantes. Para isso, se buscará identificar indícios da matriz de origem e do alemão de contato, no caso o Hunsrückisch.

A análise se baseou na comparação das respostas à aplicação de Frases de Wenker com falantes de Kaffeeflickersch com 1) a ocorrência dessas palavras na matriz de origem conforme o Deutsche Sprachatlas (DSA); 2) um dicionário de Paurisch (2017) variedade de alemão falado em Gablonz, hoje República Tcheca.

A história dessa língua nos remete a década de 1850, onde revoluções liberais procuravam a unificação dos povos de língua alemã. Além disso, o processo de industrialização fez com que muitas técnicas de trabalho herdadas há várias gerações se mostrassem falidas. Os salários nas fábricas eram míseros, e por todo lado havia revoltas populares (cf. Günthi e Schanz, 2015). Conforme Schürhaus (2007):

A Alemanha no começo do século XIX passava por profundas transformações. Com a chegada da Revolução Industrial na Alemanha, o sistema feudal em que os camponeses detinham uma posse comunal da terra, e o usufruto comum de bens coletivos, começou a

ser desmantelado. A ordem capitalista de propriedade privada e o trabalho assalariado se impunham cada vez mais nos estados alemães daquela época. Essa situação acabou gerando uma massa de trabalhadores muitas vezes desempregados, causa de iminentes rebeliões.

A cidade de Böhlen, na atual Turíngia, leste da Alemanha, se situava numa região muito fragmentada, e o poder do Estado estava em constante disputa. Conforme pesquisa de Günthi e Schanz (2015), nos anos 1840, 1842 e 1851 foram registradas manifestações liberais a favor da unificação em Böhlen. Em 1852, o então Príncipe Eleito de Schwarzburg mandou deportar 155 moradores de Böhlen, o que representava 12% da população local (Cf. Weingärtner, 2011).

Após a viagem de 350 quilômetros de carroça até o porto de Hamburgo, esse grupo foi para o Rio de Janeiro, onde foram instalados em três fazendas de café, na região de Valença. Conforme Alves (2006), desde 1847 alemães e suíços foram trazidos para trabalharem em fazendas de café no Rio de Janeiro e São Paulo, substituindo, em parte, o trabalho escravo. Algumas dessas iniciativas sofreram forte crítica, pois os imigrantes não tinham liberdade de sair das fazendas, já que não era possível saldar a dívida que os ligava ao pagamento dos mantimentos adquiridos com o dono das terras. Além disso, careciam de educação, viviam em casas improvisadas, e sendo a maioria de religião protestante, não recebiam assistência espiritual (cf. Weingärtner, 2011).

O embaixador Johann Jacob von Tschudi, que supervisionou as experiências de migração alemãs a convite de seu amigo imperador Dom Pedro II, relatou que o fracasso era responsabilidades dos proprietários das fazendas e dos administradores, por não garantirem os direitos básicos dos colonos (Cf. Tschudi, 1980, apud Alves, 2003.) Em 1860, o embaixador tratou de conduzir imigrantes dessas fazendas de café para Santa Catarina. Conforme levantamentos feitos nos registros eclesiásticos de antiga colônia de Santa Isabel entre 1860 e 1870, se estabeleceram 46 famílias oriundas de Böhlen nas nove linhas de colonização dessa colônia (Weingärtner 2011).

2. O alemão dos Kaffeeflicker em relação à matriz de origem

A literatura vem apontando a existência de uma variedade de alemão chamada Kaffeeflickersch, ou Kaffeeplickersch, no litoral de Santa Catarina.

Situando essa variedade em relação às variedades dialetais da Alemanha, a primeira hipótese é que o Kaffeeflickersch seja uma variedade de Médio-Alemão Oriental, porque a matriz de origem, Böhlen está na zona do Ostmitteldeutsch (Omd), ou, numa área de confluência do Turíngio e Alto-Saxão. Isso pode ser observado no Dialekteinteilungskarte de Wiesinger, 1983 (Imagem I), que representa as variedades macroregionais da língua alemã falada no começo do Séc. XX. O ponto vermelho indica a localização de Böhlen.



Imagem I (Cf. Wiesinger, Peter; 1983. Dialekteinteilungskarte. Disponível em <https://www.regionalsprache.de/SprachGIS/Map.aspx>)

Agora vamos procurar traços dessa matriz de origem no trecho da resposta correspondente a frase de Wenker “Unsere Berge sind nicht so sehr hoch, die euren sind viel höher”:

E1: [...] sind nicht so sehr hoch.

I1: Unser Barge sinn ne‘so sehr huch.

E1: Die euren sinn viel höher. Wie secht ihr?

I1: Wie was?

E1: Die euren, euren Bergen?

I2: Unser Barge sinn nicht so ganz huch.

E1: Sinn viel höher.

I1: Sinn viel hieher. Unser Barge sinn viel hecher.

E1: Höher?

E2: ‚Unser‘ oder ‚Euer‘?

I1: ‚Unser‘, ‚unser‘. Uff Kaffeflickert saahn mir ‚unser‘. Unser Barger, vamo dizer, was unser Berche sinn. Unser Barge sinn viel hecher.

E1: Nossos?

I1: Ja, uff Kaffeflickesch.”

Quatro palavras foram sublinhadas nesse trecho da entrevista por serem ocorrências muito significativas. Num primeiro momento, vamos nos debruçar sobre os traços [+ dialetais], e depois analisar o trecho de maneira mais global.

Analisando o mapa 411 do DSA de Wenker (Imagem II), que trata sobre a ocorrência da palavra /huch/, Böhlen está numa área onde /huch/ era a variedade mais comum. Este comportamento linguístico se estende na faixa do Omd. Também o dicionário de Paurisch apresenta /huch/. A efeito de comparação, é interessante apontar que tanto a região do Hunsrück quanto a área do Niederdeutsch preferem a variedade /hoch/. Esse é um primeiro sinal.



A variante /hieher/, que aparece como resposta para o comparativo /höher/, é também registrada no dicionário *Paurisch (2017)*, reforçando a proximidade da língua com o Omd. A variedade /heeher/, que também surge na resposta espontânea, o que mostra tanto o conhecimento da variedade do Ostmitteldeutsch quanto do Westmitteldeutsch, provavelmente pelo contato com o Hunsrückisch.

Outros dois fenômenos que remetem a matriz de origem Ostmitteldeutsch do Kaffeeflickersch está na tradução da seguinte frase: “Bei uns wird das Brot immer für uns selbst gebacken”. Segue o correspondente trecho da entrevista:

E1: Bei uns wird das Brot immer für uns selbst gebacken.

I1: Von uns wett das Brut imme salbst gebockn.

E1: Gebocken?

I1: Gebocken ja, dass saahn mir. Unser Sprooch...

E1: Das Brut?

I1: Das Brut.

I2: Mea kont su seea: mia bockn das Brut selwer.

E1: Selwer.

I2: Selbst.

E1: Unn das wird bei uns garnicht alles gegessen?

I2: Dann frassn die Huhne...

I1: Das wett, não é. Das muss‘ma sahn: das wet bi uns net alles gassn.”

Primeiro, a ocorrência de /Brut/ aponta seguir o mesmo fenômeno de /huch/. O levantamento da vogal tônica de /o/ para /u/ é registrado dentro da área do Ostmitteldeutsch. O dicionário *Paurisch (2017)* também registra Brut. A variedade /Brot/, a efeitos de comparação, ocorre na zona do Niederdeutsch e também na zona do Hunsrück.

Uma das características do Ostmitteldeutsch (Wiesinger, p. 845, 1983) é manter o /n/ em finais de palavra. Isso pode ser observado as ocorrências dos verbos em infinitivo nas respostas dos falantes: /frassn/ (Hdt. fressen), /gassn/ (Hdt. gegessen), /bockn/ (Hdt. backen).

A segunda hipótese é que o Kaffeeflickersch possa ter influências do Hoch-/Niederdeutsch, por que a matriz de origem está perto da fronteira descrita como *ich/ik Linie*. Um fenômeno que aponta nessa direção é ocorrência da palavra /Barge/, apresentado no primeiro trecho de entrevista. No mapa 405 do Digitaler Wenker-Atlas (Imagem III), Böhlen está numa área que teria a tendência de dizer /Berge/, mas mesmo assim o registro feito em Böhlen é de /Barge/. O termo /Barge/ tem

uma área de ocorrência no norte, na área do Niederdeutsch, ou Baixo-Alemão. Isso mostra, por um lado, que a matriz de origem é realmente uma área de confluência dialetal, e que para alguns termos tende ao Niederdeutsch, e por outro lado, que o Kaffeeflickersch se relaciona com sua matriz de origem. O dicionário de Paurisch registra Barge.

A terceira hipótese é de que além de uma variedade [+dialeto], os imigrantes alemães do século XIX também tenham vindo com conhecimento da variedade [+standard], pois a partir do século XIX havia ensino de alemão padrão na Turíngia.

A presença da variedade [+standard] no grupo de imigrantes de Böhlen é reforçada pelo fato de serem hoje evangélicos luteranos (IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil). Conforme aponta Horst (2014) em seu estudo sobre os vestfalianos, especialmente nas gerações mais velhas, que frequentaram o ensino confirmatório em língua alemã ou tiveram contato com textos escritos em alemão, a manutenção da variedade standard foi maior. Os luteranos têm grande relação com a leitura em alemão, sobretudo da Bíblia.

3. Contatos linguísticos no território de instalação

É difícil reconstituir linguisticamente o Rio de Janeiro do século XIX. Nas fazendas de café em Valença, no Rio de Janeiro de 1852, provavelmente eram faladas a língua portuguesa e as línguas faladas pelos negros escravizados, que trabalharam ao lado dos imigrantes de Böhlen por oito anos. No Rio de Janeiro haviam outros grupos de imigrantes alemães, nas colônias de Nova Friburgo e Petrópolis, mas distantes respectivamente 215 km e 140 km, portanto pouco deve ter sido o contato com esses grupos.

Provavelmente os imigrantes desde logo começaram a ter a necessidade de utilizar a língua portuguesa, para comunicação com a organização das fazendas. A língua alemã devia ser utilizada na comunicação entre os imigrantes, e provavelmente durante esses oito anos a variedade [+dialeto] se cristalizou entre o grupo.

Ao serem transferidos para a colônia de Santa Isabel em 1860, são inseridos numa área onde a colonização alemã era predominante, e conforme Jochem (2011), a maioria dos imigrantes da colônia de Santa Isabel eram provenientes da região do Hunsrück. Foi então que recebem um nome que os marcava linguística e historicamente. Entendo que sua variedade dialetal era tão distintiva e sua história tão peculiar, que os hunsriqueanos acabaram relacionando a língua dos imigrantes de Böhlen com a atividade que exerciam nas fazendas no Rio de Janeiro.

Podemos depreender que a variedade de alemão falada por eles, chamada Kaffeeflickersch, era usada na comunicação entre membros desse grupo. O mesmo fenômeno foi descrito por Horst

(2014) em relação à variedade vestfaliana. É principalmente entre a família que se fala vestfaliano, ou no nosso caso, Kaffeeflickersch, pois nos espaços públicos prevalecem outras variedades em contato, principalmente o Hunsrückisch e o Português.

A matriz de origem do Hunsrückisch se situa numa zona de Médio-Alemão Ocidental. Essa variedade de alemão serviu de língua comum entre falantes de inúmeras variedades de alemão na maioria das áreas de falantes de alemão na Bacia do Prata.

Já sobre a variedade de Português falado na colônia de Santa Isabel, conforme Aguiar (1976), o português falado nos Açores exerceu influência sobre o português do Brasil, sobretudo no litoral de Santa Catarina. Apesar do português certamente ter influenciado o comportamento linguístico dos falantes de alemão, esse trabalho irá se restringir a analisar o contato entre variedades de alemão.

Então para entendermos o alemão falado pelos Kaffeeflicker hoje, precisamos pensar em todo o repertório linguístico disponível a esse grupo. Além do português, os Kaffeeflicker têm noções de Hochdeutsch e também falam Hunsrückisch para se comunicar com os outros falantes de alemão da região.

O Hunsrückisch do leste de Santa Catarina não é o mesmo do *riograndenser Hunsrückisch*. Altenhofen (1996), aponta que o *riograndenser Hunsrückisch* se instalou primeiramente próximo a Porto Alegre, no Vale dos Sinos e no Vale do Taquari. Após migrações internas, se expalhou para as Missões e Alto Uruguai, oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná, Mato Grosso, Paraguai e Argentina; Conforme documento do Colegiado Setorial de Diversidade Linguística do RS (2018), o Hunsrückisch do leste de Santa Catarina e do Espírito Santo tiveram menor migração interna, e teriam se desenvolvido à margem da influência do Hunsrückisch do Rio Grande do Sul.

Conforme Altenhofen (1996) o Hunsriqueano Rio-Grandense passou por um processo de nivelamento linguístico, ou coineização, mantendo traços [+renano] de maneira geral. Apenas em algumas localidades há predominância de traços [+moselano], como Linha Nova, Feliz e Alto Feliz.

Conforme observado nas pesquisas do IHLBrI, independentemente do processo de coineização ocorrido no Rio Grande do Sul, na região onde imigrantes de Böhlen foram definitivamente instalados, as variedades de Hunsrückisch com traços [+moselano] e [+renano] convivem, mantendo suas distinções.

Isso pode ser constatado no trecho da aplicação da Lista de Swadesh, onde podemos perceber que numa mesma família convivem mais de uma variedade de alemão falado. A entrevista foi realizada em Barro Branco, a 5 km de Águas Mornas, pela equipe do IHLBrI:

[...]

E: Jetzt zehle'ma: um.

I1: Ein.

I2: Aan.

I3: Enne.

E: Ja, de, guck'mo, in die selwe Familie drei Soote. Wie soohst du?

I1: Ein, aan unn enne?

I2: Aane, ich saahn aane.

E: Aane. Unn dois?

I1 e I4: Zwei.

I2: Zwee.

I4: Zwei.

[...]

Nessa família entrevistada, podemos ver que o pai usa a variedade [+moselana] /Aan/, enquanto a mãe usa a variedade [+renana]. Os filhos, provavelmente pela influência do ensino de alemão standard na escola, usam a variedade [+standard]¹⁹¹. Essa trecho é apenas um dos indícios desse fenômeno registrados pela equipe do projeto IHLBrI na região. Seria necessário um estudo mais aprofundado sobre a dinâmica do Hunsrückisch no leste de Santa Catarina, mas ao que tudo indica, essa língua não se mostra tão homogênea como o *riograndenser Hunsrückisch*, justamente por variedades continuarem convivendo, inclusive na mesma casa.

4. Considerações finais

De modo algum esse trabalho visa esgotar a descrição do Kaffeeflickersch. Muito ainda precisa ser estudado de maneira mais aprofundada. Para uma descrição mais representativa, seria necessário um questionário específico, além de entrevistar mais pessoas, de idades e classes sociais diferentes.

Mas ainda assim, os levantamentos que foram feitos pelo projeto IHLBrI permitem uma análise que, para fins de início de descrição da língua, são muito significativos. Há fortes indícios de que o Kaffeeflickersch tenha sua matriz de origem no Ostmitteldeutsch, mas com algumas influências do Niederdeutsch. É interessante como provavelmente a relação da língua com a sua

¹⁹¹ Sobre o ensino de alemão, é interessante ressaltar que desde aproximadamente 1930 o ensino de alemão foi proibido no Brasil. Apenas há cerca de 2 décadas que o alemão standard volta a poder se ensinado nas escolas. Assim, as gerações mais novas, que têm ensino de alemão, começam a mostrar uma influência maior do alemão standard.

identidade, vinculada a sua trajetória histórica peculiar, ajudou a fazer os Kaffeeflicker manterem sua língua, apesar do contato intenso com outras variedades de alemão.

Mas além da variedade [+dialetal], é necessário considerar todo o repertório do grupo: tanto o conhecimento de alemão [+standard], quanto o Hunsrückisch do leste de Santa Catarina, onde as variedades [+moselano] e [+renano] convivem.

É possível que esse trabalho possa contribuir com um projeto de pesquisa que está em fase de planejamento, numa parceria da Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt (KU), Friedrich Alexander Universität Erlangen-Nürnberg (FAU) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tem por objetivo estudar pesquisas as variedades alemãs do oeste e sul da Alemanha. Como os estudos ainda não estão publicados, não é possível citá-los, mas pode-se adiantar que alguns traços do Kaffeeflickersch apresentam semelhanças com o alemão falado pelos descendentes do imigrantes Boêmios no Rio Grande do Sul, que também se trata de uma variedade de alemão que tem sua matriz de origem no Ostmitteldeutsch.

Por fim, é muito interessante como os Kaffeeflicker são grupo que tenha conhecimento de ao menos quatro variedades de alemão, além de falarem português. É um exemplo crasso do plurilinguismo brasileiro que não é reconhecido, muito menos valorizado. Continuamos a sofrer ecos de escolhas políticas que tentaram apagar culturas e suas línguas no Brasil,

Assim, esse pequeno trabalho é muito mais do que uma simples descrição linguística: é mais uma tentativa de buscar reconhecimento para uma comunidade de brasileiros, que provavelmente morrerão sem a menor sinalização governamental de que sua língua e cultura fazem parte da cultura do Brasil.

Referências

- AGUIAR, Cristovão de. **Alguns dados sobre a Emigração Açoriana**. Coimbra: Vértice, 1976.
- ALTENHOFEN, Cléo V. Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt 86 Revista Científica da Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora mit dem Portugiesischen. Stuttgart: Steiner, 1996.
- ALTENHOFEN, Cléo V. O “território de uma língua”: ocupação do espaço pluridimensional por variedades em contato na Bacia do Prata. In: FERNÁNDEZ, Ana Lourdes da Rosa N. Brochi; MOZZILLO, Isabella; SCHNEIDER, Maria Nilse & URUGUAY, C. Gonzales (Orgs.). **Línguas em contato: onde estão as fronteiras?** Pelotas: Editora UFPel, 2014.
- ALVES, Débora Bendocchi. **Colhedores de café Cartas dos imigrantes alemães publicadas nos jornais da Turíngia**. Colônia: Uni-Köln, 2006. 163 p. Disponível em: <<https://kups.ub.uni-koeln.de/7586/>>. Acesso em: 19 out. 2018.
- COLEGIADO SETORIAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. **DIVERSIDADE LINGUÍSTICA DO RS: INVENTARIAR - RECONHECER -SALVAGUARDAR – PROMOVER**. Porto Alegre: Conselho Estadual de Cultura, 2018. 18 p.

GÜNTI, Hans-Günter Schneider e SCHANZ, Dieter Lange. „Nach Brasilien!“ Vom „sozialen Aus“ zur Selbstverwirklichung – Eine Auswanderung als Erfolgsgeschichte? 15 f. Berlin, 2014.

HORST, Aline. **Variação e contatos linguísticos do vestfaliano rio-grandense falado no Vale do Taquari**. 2014. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Estudos Aplicados: Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102193/000921516.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 out. 2018.

HÜBNER, Hans-joachim; FISCHER, Kurt; MUNDARTKREIS, Gablonzer. **Paurisch: Wörterbuch der Gablonzer Mundart**. 2. ed. Augsburg: Wißner-verlag, 2017.

JOCHEM, Toni. **Visibilidade étnica dos imigrantes do Hunsrück em Santa Catarina – Brasil (1829-1889)**. In: IX CAAL – Encontro das comunidades de fala alemã da América latina, 2011, Frutillar, Chile.; **Artigo**. Águas Mornas: Prefeitura de Águas Mornas, 2011. p. 1 - 27. Disponível em: <<http://www.aguasmornas.sc.gov.br/imigracao/Palestra-ChileToni.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

PUPP SPINASSÉ, Karen. **Contribuição do português para a constituição lexical do hunsrückisch em situação de contato linguístico**. In: **Fonologia e Morfologia de Empréstimos e Aquisição Fonológica de L2/I3**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, p.94-109, dez. 2017. Mensal. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179067/001067208.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 out. 2018.

SCHÜRHAUS, Moacir. A Colônia São Pedro de Alcântara (SC): suas origens. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.1-9, jul. 2007. Disponível em: <<seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/download/56/106>>. Acesso em: 19 out. 2018.

SCHNEIDERS, Michele. **Macroanálise pluridimensional da variação de e como indicadores de normatividade e/ou dialetalidade do Hunsrückisch**. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, 2017. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1761/1/SCHNEIDERS.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2018.

TSCHUDI, Johann Jacob von. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 153 apud ALVES, Débora Bendocchi. **Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro – Turíngia (1852-1853)**. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 45, n. 23, p.155-184, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100007>. Acesso em: 19 out. 2018.

WEINGÄRTNER, P. em. Nelso. **Os excluídos de Böhlen em Schwarzburg**. 2011. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/os-excluidos-de-bohlen-em-schwarzburg>>. Acesso em: 19 out. 2018.

WENKER, Georg. **Reprodução do mapa 411 “hoch”**. 2011, REDE-SprachGIS - Digitaler Wenker-Atlas (DiWA). Disponível em <<https://www.regionalsprache.de/SprachGIS/Map.aspx>> Acesso em: 19 out. 2018.

WIESINGER, Peter. **Einteilung der deutschen Dialekte: die Gliederung der deutschen Dialekte (in den ersten Jahrzehnten des 20 Hhs)**. In: WIESINGER, Peter. **Die Einteilung der deutschen Dialekte**. In: BESCH, Werner; KNOOP, Ulrich; PUTSCHKE, Wolfgang. **Dialektologie: Ein Handbuch zur deutschen und allgemeinen Dialektforschung**. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1983. Cap. 47. p. 807-899. Reprodução do mapa 47.4, disponível em <www.regionalsprache.de>. Acesso em: 19 out. 2018.

WIESINGER, Peter. **Die Einteilung der deutschen Dialekte**. In: BESCH, Werner; KNOOP, Ulrich; PUTSCHKE, Wolfgang. **Dialektologie: Ein Handbuch zur deutschen und allgemeinen Dialektforschung**. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1983. Cap. 47. p. 845.

CONTANDO CANTANDO. A MEMÓRIA ATRAVÉS DA MÚSICA POMERANA

Gisleia Simone Devantier Blank

Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Resumo: Analisar as músicas pomeranas tocadas, por bandinhas típicas há quase duas décadas, na região da Serra dos Tapes, RS. Para a realização do trabalho foram coletadas músicas com letras em pomerano, posteriormente foram compiladas de maneira que se verificasse as semelhanças entre elas. Após esta etapa foram selecionadas músicas que evidenciam os temas mais recorrentes e pertinentes ao modo de vida pomerano. Por fim, para atender o objetivo deste artigo, são analisadas as temáticas presentes nas músicas e confrontadas com bibliografias que as abordem. Desta forma buscou-se verificar, se elas são transmissoras da memória local e coletiva. Adotando estas medidas foi possível verificar que as músicas pomeranas enfatizam o modo de viver do povo pomerano na região da Serra dos Tapes, todavia não necessariamente são perpetuadoras da memória pomerana local.

Palavras chave: Músicas pomeranas, memória, identidade.

No início do século XXI, várias rádios comunitárias se instalaram na região da Serra dos Tapes. Este fato permitiu que chegassem aos microfones pessoas simples, sem estudos de jornalismo. Frequentemente ouvia-se radialistas pomeranos. Logo estes radialistas perceberam que cativavam muito o público ao usarem a língua local e ganhavam notória audiência. Somando a este fato, no ano de 2002 a Banda Boa Esperança de São Lourenço do Sul gravou a primeira música com letra em pomerano da região, Fóda Kruiha¹⁹². Com ritmo característico de música tradicional folclórica germânica, uma letra cheia de rimas e uso de sobrenomes comuns na localidade e a narrativa do cotidiano dos pomeranos. A música praticamente viralizou nas rádios comunitárias e era tocada mais de uma vez nos programas clássicos de música de bandinha (nome popular dado as bandas de música popular germânica local). A partir deste fato reconheço a música como intrínseca à cultura pomerana, além de ser um instrumento perpetuador de memória local.

Ousaria a considerar que os pomeranos do Brasil têm a sua própria música popular pomerana, contudo assumo o total desconhecimento técnico para tal afirmação. PINSKY (2010) adverte justamente para este cuidado ao usar músicas como fonte de pesquisa, “[...] essa fonte cria grandes dificuldades para os pesquisadores. Estes precisam dominar conhecimentos complexos e

¹⁹² Escrita livre do pomerano, significa Vovô Krüger. Krüger é sobrenome bastante popular entre pomeranos.

técnicos das composições musicais, como: análise das formas, harmonia, ritmo, melodia, arranjo, instrumentação e interpretação” (p.21). Todavia me encontro determinada para o uso de músicas pomeranas como fonte. A minha persistência é justificada pela realidade histórica e social contida na narrativa das músicas e porque me sinto amparada em HALBWACHS (2004, p. 78) “Para que a memória dos outros venha assim reforçar e completar a nossa, é preciso também, dizíamos, que as lembranças desses grupos não estejam absolutamente sem relação com os eventos que constituem o meu passado”. Lamento não estar equipada com uma linguagem técnica-estética para uma decodificação mais assertiva. Em estudo semelhante, ao que aqui me proponho, SILVA (2010) também observa esta representação da realidade nas letras das músicas pomeranas.

[...] as temáticas e as letras das canções são reveladoras de significados, de maneiras de como os pomeranos veem o mundo que ali ficam cristalizadas, de representações culturais intrínsecas, i.e., são uma forma de narrativa cultural da memória pomerana. Se as canções têm letra, elas contam histórias, narram fatos, episódios, expressam ideias, revelam traços culturais, registram a memória da comunidade que a cria. (p.17)

Após o lançamento da música *Fóda Kruiha* foram gravadas diversas músicas com letras em Pomerano.

As bandinhas musicais fazem parte do mundo da artesanaria, pois eram práticas de exercício da música, de forma amadora, mas os grupos que as construíam eram capazes de inventar cantigas e arranjos, paródias, a bandinha configura um processo artesanal da arte musical. A maioria dessas bandas não tinha esse ato como profissão. Eram, sim, momentos de lazer, com perspectivas de entretenimento. (THUM, 2009, p.228)

Ao ingressar neste estudo a minha primeira intenção era mapear quais características narradas nas músicas correspondem a descrição ao atual modo de vida dos pomeranos. Desta maneira minha preocupação para este momento foi coletar o maior número possível de músicas pomeranas típicas tocadas em rádios e festas na região de São Lourenço do Sul, Canguçu, Arroio do Padre, Turuçu, Morro Redondo, Pelotas, Cristal, Chuvisca, Camaquã e arredores. E assim cheguei a 27 músicas que foram gravadas em estúdios (ou em gravações amadoras) num espaço temporal de dezoito anos.

Sabe-se que há músicas gravadas também em outras regiões brasileiras como no Estado do Espírito Santo, Pomerode e Rondônia. Aparentemente, cada região canta uma temática que prevalece. Em São Lourenço do Sul as músicas pomeranas enfatizam o cotidiano dos pomeranos locais. Assim, este artigo tem por objetivo verificar se esta máxima pode ser acatada ou refutada através da autenticação bibliográfica pertinente. Observo que a literatura respectiva é escassa. Que sirva esta reflexão para que próximos aprofundem a temática, que é tão valiosa na preservação da cultura.

Uma vez coletadas as músicas, foi feita uma análise e considerou-se o máximo de temáticas em comum nas músicas. Constatou-se que elas tratam predominantemente da vida¹⁹³ diária na agricultura e no pátio, do trato com os animais domésticos, bem como das atribuições dos homens, das mulheres, dos jovens e dos idosos no cotidiano. Em algumas músicas registra-se a nostalgia e o lamento pela perda de identidade e tradição pomerana e da manutenção dos costumes. Destaca-se também a diversão em bailes e festas do final de semana, as músicas, as caçadas, as brincadeiras, as danças, as parlendas, os namoros e os flertes. E as músicas também emitem críticas e reprimendas. Canta-se sobre esbanjar dinheiro, dos negócios bem e malfeitos, da ausência de fé cristã e da atual crise política.

Para além das semelhanças nas temáticas também foi possível observar que as músicas obedecem basicamente dois padrões de tipologia textual: descrição e narração. Ambas riquíssimas em rimas. Após classificar as músicas quanto a tipologia textual. Buscou-se observar nas músicas as mesmas menções. E partir destas semelhanças verificar o que já havia sido perpetuado na escrita em estudos locais sobre estes aspectos. Constatou-se que alguns conteúdos foram recorrentes nas músicas. Na inviabilidade de analisar, neste momento, as 27 músicas, foram selecionadas quatro, que foram contempladas com maior número de conteúdos em comum. Em uma música predomina a tipologia textual descritiva, já nas outras três músicas predomina a narrativa. Traduzidas simplesmente para o português o nome das músicas são *Os colonos*¹⁹⁴, *Queremos saber*¹⁹⁵, *Estou quase cansando de tudo*¹⁹⁶ e *Fecha*¹⁹⁷.

Os colonos é uma indicação direta aos pomeranos. Uma narrativa, sem refrão, apresenta a rotina dos colonos desde o nascer do sol, do trato dos animais, do café da manhã e da ida a lavoura. Durante a semana os colonos têm uma vida dura e preparam a terra, plantam e colhem. E no final de semana pode ir às festas e se divertir. Porém a alegria não está só no final de semana, trabalhar na lavoura também é sinônimo de prazer.

Estou cansando de quase tudo começa falando da carência de religiosidade e da essência de agradecer pelo que se tem e não ficar se queixando, por exemplo, do tempo. Após essa introdução a música mescla atividades do cotidiano, como tirar leite e plantar fumo. E assim entre cada refrão surge uma narrativa diferente. Em geral, a fala remete ao cotidiano árduo. Da necessidade de trabalhar todos os dias, praticamente dia e noite para pagar as dívidas, da falta de compaixão entre os semelhantes, da privação de prazeres pela falta de dinheiro. A música transmite uma mensagem

¹⁹³ Labor, trabalho na roça, nos galpões e no pátio.

¹⁹⁴ Autoria da Banda Nova Dimensão, compositor Ernani Nöremberg, 2008.

¹⁹⁵ Autoria antiga Banda Nova Emoção, compositor Gerson Krüger, 2006.

¹⁹⁶ Autoria também da Banda Nova Dimensão, compositor Charles Wolter, 2008.

¹⁹⁷ Autoria Banda Novo Horizonte, compositor Edmar Berwalt, 2006.

reflexiva e questiona sobre o trabalho excessivo, o consumo, e mesmo com a crença no divino a desesperança em dias melhores, afinal *Estou tentando de tudo, mas não dá*.

A música *Estou cansando de quase tudo* revela outro agravante. A situação difícil de muitos pomeranos que trabalham duramente na lavoura e não conseguem cumprir com todas as suas obrigações financeiras e conseqüentemente podem sofrer com depressões. O assunto inclusive foi estudado entre os pomeranos do Espírito Santo, especialmente na cidade de Santa Maria de Jetibá, pois tem-se o registro de considerável índice de suicídio entre os pomeranos no município. LIN, Peruchi, SOUZA, Furlanetto & Langdon, 2008 (apud CAPUCHO e JARDIM, 2013, p.42) analisaram o caso mais a fundo e concluíram:

Um estudo realizado em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul trabalha a concepção da depressão em grupos étnicos. Entre os grupos estudados, os descendentes de alemães estavam incluídos. De acordo com a pesquisa, queixas de falta de energia física são citadas como principal sintoma de depressão entre os descendentes, fato que poderia estar relacionado com a enorme importância que o trabalho e a capacidade de trabalhar exercem neste grupo.

Todavia seria necessário verificar a popularidade da música, mas particularmente, percebo que os assuntos da música são tão característicos entre o povo que não restam dúvidas, que infelizmente refletem o pensamento que os permeia.

CANAU (2011, p.142) define a memória geracional, que frequentemente é relacionada a contextos familiares, no qual há lamentos da geração passada, expressando, por exemplo, o quão diferente e difícil era a sua vida. Porém pode ultrapassar a esfera familiar, assim como ocorre na música. O lamento pela geração que está acabando com a memória local e criando uma nova sem memória.

*Fecha*¹⁹⁸! Esta música é uma crítica direta aos jovens e aos bailes de discoteca (tão populares entre a juventude na Serra dos Tapes) no final de semana. A reprimenda é sobre o modo como dançam, se escondem na penumbra da pista de dança, como namoram e conforme o refrão “são novos demais para isso” o que remete a uma provável conotação sexual. Conseqüentemente o pedido para “trancar” o desejo. Mas nem tudo é negativo, pois a juventude também trabalha nos dias após o baile. A música sugere que em tempos idos a juventude ia na luz do dia para o baile, dançavam em casais, dançavam só bandinha, a música era tocada sem caixas acústicas, sentava-se para tomar café no baile e o deslocamento era feito sem veículos motorizados. Se esta música é aceita pelo público ouvinte e há concordância com o conteúdo cantado, sugere-se que é uma

¹⁹⁸ Uma tradução mais contemplativa para o nome desta música seria “Faça pressão para fechar”, preferi reduzir a expressão, pois mesmo com a explicação a tradução não contempla adequadamente o verbo no pomerano.

lembrança comum ao grupo. Ou conforme sugere HALBWACHS (2004 , p.45), de um grupo próximo:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele.

Queremos saber a letra desta música enfoca vários elementos que estão relacionados a cultura pomerana, usa bastante intertextualidade, citando outras músicas em pomerano e até o autor de uma delas. A forma jocosa como apresentam as mulheres, os músicos, os idosos, os políticos e os colonos evidencia estereótipos sobre os mesmos.

As rimas e as expressões típicas e úteis permitem interpretações fáceis e divertidas para o público pomerano. Com esta possibilidade poderíamos pensar que se trata apenas de um jogo de palavras, mas basta pegar um ou dois versos e já é possível identificar narrativas típicas do cotidiano do povo pomerano na Serra dos Tapes. Por exemplo:

<i>Dai konista sin goini so dumm/</i>	Os colonos não são burros
<i>Dai planda vo allem as biska/</i>	Eles plantam de tudo um pouco
<i>Dai planda tuwvla, bohna und Knuwlung/</i>	Eles plantam batata, feijão e alho
<i>Und dai meistta planda fumm.</i>	E a maioria planta fumo.

Nesta estrofe se percebe uma rima perfeita entre *dumm* e *fumm*, obviamente em português tal semelhança é perdida. Esta estrofe contempla uma rima abraçada (ABCA), porém frequentes são estrofes ou narrativas que seguem a forma livre.

A seguir é apresentada uma tabela, na qual pode se ter um panorama da presença dos assuntos que mais chamaram a minha atenção dentre todas as músicas. E as quatro músicas escolhidas por conterem o maior número dos elementos em suas letras. Lembrando que mereceriam ser observados outros quesitos como, tempo, ritmo, duração, mas escolheu-se não priorizar a análise técnica.

Tabela 1¹⁹⁹. A músicas analisadas e os respectivos assuntos abordados nas músicas.

Músicas	Temas	Animais	Nomes.	Lida camponesa.	Bebidas e tabaco.	Mulher e meninas.	Festas e bailes	Culinária	Meios de transporte.	Religiosidade
Os colonos.		X		X	X	X	X	X		
Estou quase cansando de tudo.		X		X	X	X	X		X	X
Fecha!			X	X	X	X	X	X	X	
Queremos saber!		X	X	X	X	X	X	X		

Estes aspectos serão detalhados a partir de agora. Cada aspecto será confrontado com bibliografias que sustentam (ou não) a presença do mesmo na cultura pomerana.

a) Animais domésticos. Nas músicas encontramos menções aos cavalos, porcos, vacas, chocas e gatos. Ouve-se que os animais exigem cuidados, pois precisam ser tratados. São colaboradores no sustento, pois são produtos de consumo direto e fornecem produtos para a venda, como no caso da carne, do leite e dos ovos: *E tratam os animais; os cavalos, os porcos e as vacas. E os pintinhos com a choca. [...]E então vão no estábulo e tiram leite das vacas.* Mas não são produtos constantes, no caso dos ovos, já que em períodos de pouca luminosidade as galinhas reduzem a postura de ovos: *E as galinhas não adianta verificar (se têm ovos).* Os animais domésticos também podem ser úteis como meios de locomoção: *Que cavalgavam na calçada.* E por fim, um exemplo de analogia com o comportamento dos jovens ao realçar um ditado popular pomerano: *Se lambem que nem uns gatos.*

Que os animais são vistos como essenciais na lida diária do pomerano também afirma THUM (2009) “Havia e há muito cuidado e apego aos animais que colaboram no trabalho. Muitas vezes uma “junta de boi” é mais bem cuidada do que os humanos que estão a sua volta” (p. 230). Para RÖLKE, 1996, p.70 (apud MALTZAHN) e BAHIA (2000, p.176-168) a galinha é uma figura mágica, segundo eles, é um animal que cisca para fora do pátio todo tipo de elemento estranho, principalmente na vida de um novo casal.

¹⁹⁹ Na tabela podem ser observados os assuntos que foram abordados nas quatro músicas. A presença é indicada pelo x e a ausência é indicada por um espaço vazio.

b) Nomes próprios. É comum a referência a figuras populares nas letras das músicas. Assim é comum um enredo com nomes de músicos, vizinhos, familiares, donos de vendas, caminhoneiros, negociantes. Já antecipo que predomina a figura masculina nestas referências. Assim como é comum citarem nomes de outras músicas causando assim uma intertextualidade musical. Klaus Granzow em suas andanças entre os pomeranos no Brasil em 1970 registrou em Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, um verso de uma música cantada pelo senhor Friedrich que facilmente pode ser parodiada com estrofes da música Fóda Kruiha cantada em São Lourenço do Sul:

“Ick um mien Ullsch	Eu e a minha velha
danze beer Pullsch.	Dançamos polonês.
Keir kann dat better	Ninguém sabe fazer isto melhor
As ick un mien Ullsch”	Do que eu e minha velha.

Primeira estrofe da música Fóda Kruiha:

Ik und Fóda Kruiha
kanna gaut pluiha
Kah kann so Pluiha
As ick und fóda Kruiha.²⁰⁰

Eu e o vô Krüger
podemos arar bem.
Ninguém sabe arar
como eu e o vô Krüger.

²⁰⁰ Escrita livre no pomerano. Tradução livre para o Português realizada pela autora.

Sobre o senhor Friedrich, GRANZOW (1972) registrou: “O velho vovô Friedrich, que morava na parte mais antiga do local, veio com a sua concertina e tocou modas bem divertidas de antigamente. São músicas do final do século XIX [...] (p. 68)”. Compreendendo que dificilmente ambos autores das canções tiveram contato, pela grande distância geográfica, remonta-se a origem em comum da canção no além-mar na antiga Pomerânia. Desta maneira compreende-se que os pomeranos no Brasil perpetuaram não somente a língua, os costumes, como também as canções da antiga pátria.

Nas músicas analisadas as referências foram somente intertextuais. Em três das quatro músicas analisadas foi citado o *Fhóda Kruiha*. Esta música pioneira, certamente merecerá uma análise mais profunda em estudos futuros devido a sua motivação para as demais e por também contemplar inúmeros elementos inerentes a cultura pomerana.

c) Lida camponesa e plantações. Não raramente associa-se o termo pomerano ao colono. Assim as músicas relatam atividades do cotidiano como lavar, buscar pasto, tirar leite, tratar os animais: *E então vão no estábulo e tiram leite das vacas. / E tratam os animais; Então lavram, plantam e capinam.* / Já que o trabalho é necessário, por que não com vanglória? *O que os colonos estão fazendo? Fhóda Kruiha pode arar tão bem, até sem ponta.* O trabalho precisa continuar, inclusive, e principalmente, após as festas do final de semana: *No outro dia na lavoura estamos mal das pernas. / Uns dormem e uns trabalham. Outros ainda trabalham de empregado.*

Segundo FERREIRA e HEIDEN (2009, p. 140-141):

O termo “colono” assume nesse contexto tanto uma designação histórica ligada ao movimento de ocupação, quanto também uma categoria classificatória, pois ao colono são atribuídas as características do camponês rude que não domina os códigos de modernidade de uma cidade contemporânea.

As diversas culturas plantadas e colhidas pelos colonos não podem ser ignorada nesta análise, já que também é presença constante na música pomerana. Para Salamoni (2001):

O tipo de economia colonial implantada pelos imigrantes alemães, teve como característica marcante o estabelecimento da policultura a qual, segundo a tradição alemã, deveria solidificar o caráter independente dos colonos. Ao lado disso, o trabalho familiar serviria para reforçar essa idéia de independência, uma vez que não se utilizava mão-de-obra externa entre os colonos. Todos os membros da família envolviam-se nas tarefas domésticas e na produção agrícola a fim de alcançar a autonomia econômica. (p.8)

Outros pesquisadores também dissertaram sobre a cultivares mais plantadas e consumidas entre os pomeranos. Deste modo THUM (2009, p. 232-233) e KRONE (2014, p.45) afirma que houve mudanças com o passar do tempo nas plantações mais predominantes. Nos anos 70 a Serra dos Tapes cedeu a Revolução Verde e muitos colonos produziram soja, mas com o passar dos anos perceberam se tratar de uma produção com poucos ganhos financeiros. Sucessivamente predominou o aspargo, o pêssego, a cebola e por fim a fumicultura ganhou o seu espaço entre os pomeranos. A produção de tabaco ocorre em três das músicas analisadas, com ênfase por ser a cultura produzida pela maioria: *E a maioria planta fumo*. Ou como uma aliada: *Então ainda se planta fumo*, pois produções menores como o milho, a batata, o feijão, o alho, verduras, frutas a batata-doce, amendoim, pimenta, melancia de porco sempre tiveram e permanecem com seu espaço. E assim também se registra cantando: *Plantam batata, feijão e alho. / Uns plantam milho e trigo*

d) Bebidas alcoólicas e tabacos. O consumo de bebidas alcoólicas e cigarros, principalmente pelos homens, são frequentes nas festas locais. Já o constatava GRANZOW em 1970 em visita ao Brasil: “As meninas jovens, evidentemente, sonhavam com a música, com o baile e com os homens que se encontram em frente ao balcão de bebidas” (p. 21). Tanto o tabaco quanto as bebidas alcoólicas estão presentes nas quatro músicas. Ambos os produtos consumidos pelos homens: *Agora tu busca uma (cerveja)! / E tomam uma garrafa de cerveja. Alguns bebem demais e chegam em casa as três horas e meia (da madrugada) / bebem cachaça / fumam cachimbo*. E as mulheres permanecem em casa, submissas, questionando-os: *Por que beber tanto? Isto não é uma obrigação!*

e) Mulher. Em geral as mulheres são colocadas em segundo plano nas letras (As mulheres e os jovens *As meninas e os rapazes eles não criam jeito...?*). Elas tiram leite, cuidam da casa, criticam o comportamento do homem, ... *as mulheres sentadas discutem / E então as mulheres deles dizem: O que parece isso?* Elas também são lascivas e estão ficando preguiçosas, *O que as mulheres querem fazer? Não querem bordar, nem remendar. Só querem olhar novela*. THUM (2009) considera que tal compreensão pode ser decorrência da religiosidade pomerana:

Desse modo, não estou olhando preconceituosamente a experiência vivida, e, sim, considerando que o papel ocupado pela mulher, no matrimônio, segue os passos da tradição religiosa, que ordena práticas machistas na vida cotidiana. Percebo que, no

processo de vida cotidiana pomerana, os processos de formação históricos condicionam os saberes-poderes da mulher/esposa (p.324).

BAHIA aborda amplamente questão da mulher pomerana e versa sobre um assunto que ainda é tabu entre o povo pomerano, a benzedura. Tema que inclusive é abordado em uma das músicas. "As acusações de bruxaria recaem sobre as mulheres. Aquelas consideradas bruxas agem no interior da própria família" (p. 171).

Contrapondo as letras das músicas algumas bibliografias reforçam a importância da mulher inclusive na aquisição da língua pomerana. TRESSMANN (2017, p.01) concluiu "[...] que na sociedade pomerana o papel da mulher tem grande peso na preservação do idioma nativo e na transmissão da germanidade".

f) Dança, festas e bailes.

As festas e a música são indissolúveis. É notório o aumento de festas na localidade. Os antigos contam que além da festa de casamento havia poucas cerimônias festejadas. Eventualmente tinha futebol ou alguma cancha reta. Atualmente, nos finais de semana têm diversas atrações. Percebe-se isso ao ouvir qualquer rádio local, ao anunciarem a programação do final de semana. Bailes e festas particulares, festas de comunidades religiosas, torneios e campeonatos de futebol. A oferta é bem diversificada. Se fazem perceptíveis também as comemorações de chá de bebê, batizados, aniversários de um e de quinze anos, de confirmações, bodas de casamento. Comemorações estas que há cerca de 20 anos não excediam o âmbito familiar e hoje envolvem grandes públicos. Sobre as festas THUM (2009, p. 342) constata:

As festas comunitárias vivem em duelo permanente, com processos de opressão e libertação – oprimidas pelas perspectivas de mundo germanistas, que consideram que a festa deva ser uma reprodução da cultura germânica, conhecida através da história oficial. Libertadora, pois a festa, em si mesma, é promotora de rompimentos, e reinventa-se, apropriando-se de várias lógicas sociais de convivência. Na festa, convivem, reinventadas, práticas pagãs, cristãs (católicas, evangélicas e luteranas), assim como aspectos da culinária e da dança gaúcha.

MENASCHE e KRONE (p.12) relatam sobre uma festa de uma comunidade religiosa no interior de São Lourenço do Sul "os protagonistas da festa são os próprios camponeses, que ocupam o palco, apresentando-se em grupos de canto e coral, cantando e louvando o trabalhado na terra, seu modo de vida e sua fé". Estes mesmos pesquisadores concluem "Se no contexto estudado [...] são os objetos de trabalho que evocam elementos de uma identidade

camponesa, entre os colonos de Harmonia é através do canto ao trabalho e ao modo de vida rural que se procura afirmar a identidade camponesa”. Mesmos cansados e desiludidos *O que os músicos estão fazendo?* no final de semana, *aos domingos vão na festa*. E cumprem mais uma jornada: *Nós tocamos festa e baile*. E a juventude? Não cria juízo e *Eles vão embora para o baile*. Lá dançam e namoram e *então o baile acaba e todos buscam o seu casaco* e retornam para seus lares para na segunda-feira encarar novamente uma labuta árdua na lavoura.

Se há festa, há música, e para isso são necessários instrumentos musicais, músicos e bandas. E estes elementos não passam despercebidos nas canções. Os músicos colonos pomeranos cantam *Nós tocamos festa e baile. / O gaiteiro já estava se queixando (porque não tinha cerveja)*. Quando estão tocando *O que os músicos estão fazendo? Tocam gaita, bebem cerveja, cantam e tocam flauta*. Mas os músicos andam assustados, afinal a juventude não quer mais dançar bandinha. Outro gênero a está conquistando: *Eles dançam discoteca. E bandinha de vez em quando*.

No livro *A imigração alemã para São Lourenço do Sul*, Hammes dedica um capítulo inteiro para a “Música na Colônia” (2014, p.429-447) e nele narra a trajetória das sociedades de canto no município. Visivelmente a música acompanha o cotidiano pomeranos e alemão na localidade desde os primórdios da colonização. Sabe-se por exemplo que a primeira sociedade filarmônica foi fundada após dezesseis anos da chegada dos primeiros pomeranos ao referido município. Além das sociedades de canto diversas bandas e conjuntos musicais existiram e ainda existem no município.

g) Culinária. Os registros bibliográficos contemplam basicamente a culinária pomerana em dias festivos. No dia a dia a comida é simples. GRANZOW (1972, p. 90) afirma após conhecer o relato de pomeranos que abandonaram a cidade para voltar a morar na área rural que “Gastar dinheiro com comida era algo que desconheciam”, isto indica que aquilo que vinha a mesa era produzido na propriedade ou concebido por meio de escambo com outros colonos.

No cotidiano, pode-se generalizar as refeições desta maneira; para o café da manhã pão, schmier²⁰¹, leite e café. Como diz a música: *Para o café tomam leite. Comem pão, linguiça e ovos. Então preparam o Frühstück*²⁰². No almoço tem batata, arroz, carne (e/ou

²⁰¹ Doce de frutas para passar no pão.

²⁰² Lanche servido na metade da manhã.

ovos e linguiça) e alguma verdura. Nos dias festivos sempre há sopa de galinha, mocotó²⁰³, churrasco, salada de batata, cucas, biscoitos caseiros. Sobre os pratos típicos da culinária pomerana KRONE E MENASCHE (2014, P.06) realizaram um estudo sobre o Caminho Pomerano²⁰⁴ e a Südktoberfest²⁰⁵ em São Lourenço do Sul e constataram:

É nesse sentido que o roteiro turístico foi construído na perspectiva de levar o turista a consumir história, paisagens, imagens e sabores de uma tradição rural camponesa, baseado em um ambiente de nostalgia e resgate das raízes do passado pomerano. Desse modo, durante o roteiro turístico Caminho Pomerano, além da apresentação de um passado idealizado, é também dado destaque a uma tradição alimentar pomerana, associada a práticas tomadas como genuinamente pertencentes ao grupo.

Nas músicas são mencionados bolinhos, *fritam bolinhos*. Estes são feitos normalmente em dias de chuva e para o lanche da tarde. É um lanche rápido e barato. A propósito, o nome do bolinho em pomerano pode ter também uma conotação sexual. Assim, a provável presença na música seja intencional para provocar uma interpretação de duplo sentido. A conotação sexual também pode estar na mesma maneira que são referidos os idosos que *comem amendoim*, sabendo-se que o legume tem popularmente um efeito afrodisíaco.

h) Meios de transporte. De um lado THUM (2009) afirma que “A presença dessas carroças é ainda frequente e muito se trabalha com elas. Eram usadas também como meio de transporte de pessoas, especialmente para os momentos de festa e passeio” (p.173). Por outro lado, KRONE (2014, p.138) constata a motorização dos meios de transportes, ao realizar o estudo numa festa no interior do município ele observa “[...] fui surpreendido pelo intenso movimento de carros, vans e ônibus, que cruzavam as estradas de chão batido. No local da festa, encontrei um imenso estacionamento, organizado para receber os veículos que traziam visitantes [...]”. Como de fato também na música: *E vão embora de moto*. Ou a evidência de status social: *Busquei um carro para mim uma vez. E era um dos melhores*, que pode, de acordo com a música, provocar rumores de dívidas. Nas músicas analisadas não aparecem as carroças, já em outras, do conjunto total, são notórias. Apreende-se que, antigamente, as carroças eram usadas tanto para a lida, para o comércio e para o passeio, hoje em dia apenas para a lida na lavoura. As outras funções foram substituídas pelos veículos motorizados.

²⁰³ Sopão a base de verduras, ovos, carne, feijão branco.

²⁰⁴ É um roteiro turístico em São Lourenço do Sul que permite contato com descendentes de imigrantes pomeranos. O turista pode degustar e adquirir produtos da gastronomia tradicional e visitar prédios históricos e paisagens.

²⁰⁵ A Südktoberfest é celebrada nos moldes da tradicional Oktoberfest bávara. Em São Lourenço do Sul assume características que englobam a gastronomia e cultural local.

i) Religiosidade. Mesmo que a presença desta temática seja menor nas músicas, aparecendo somente em uma das músicas analisadas, optou-se por representá-lo por ser um componente importante na vida pomerana, como mostram a bibliografia a seguir. De acordo com MALTZAHN:

[...] a religiosidade das famílias pomeranas se estabelece num entrelaçamento a partir dos preceitos morais da Igreja luterana e suas crenças e práticas mágicas cotidianas, ligadas ao mundo rural (no caso dos depoentes mais velhos, a memorização do rural). Ou seja, essa religiosidade assegura a manutenção de suas visões de mundo que foram socialmente construídas em seu cotidiano, ao longo das gerações. (p.101)

BAHIA (2011, p.99) endossa a necessidade da compreensão da língua pomerana “Na reinvenção da identidade étnica e social dos pomeranos, é importante ressaltar a necessidade de verificarmos o uso da língua no cotidiano do grupo para o entendimento das formas de transmissão oral”. Tal importância deve ser ressaltada também nesta ocasião, para compreendermos, que através da língua as músicas pomeranas ampliam sua transmissão muito além da religião. O preceito moral está presente nas passagens *Deus sempre olha para baixo* e *Não devemos queixar tanto e mais vezes rezar um pouco e através delas* transmitindo alento e advertência simultaneamente.

THUM (2009, p. 198) afirma que nas igrejas dos pomeranos na Serra dos Tapes “a idéia de Deus único está presente em todas, embora, nas igrejas livres, é possível perceber, ainda, alguns vestígios de uma idéia de deus mais ligada à natureza. Portanto, os diferentes modos de manifestação religiosa co-existem”.

Sem dúvida alguma é um tema de suma relevância, porém aparece com uma frequência menor nas músicas. Talvez porque são cantadas, em massiva maioria, por homens e “Crianças e religião, por sua vez, são considerados como assuntos de mulher” (BAHIA, p.173) e para apartar o sacro com o profano.

Considerações finais

Uma vez analisados os aspectos propostos, retomo o questionamento, se na Serra dos Tapes as músicas pomeranas enfatizam o cotidiano dos pomeranos locais? Obviamente sim. Todos os aspectos puderam ser encontrados e elencados a Referências. As mesmas músicas são perpetuadoras da memória pomerana? Não necessariamente. Como assim? HAMILTON (2002, p.90) sugere que “Teme-se que que a cultura de massa empobreça “nossas memórias

originais” e que uma versão mais homogeneizada tome seu lugar”. A afirmação concerne à realidade das músicas pomeranas. No momento que elas cantam novos hábitos, novas memórias podem ser inculcadas e a antiga identidade é perdida ou silenciada. E as próprias músicas podem ser protagonistas deste silenciamento. Conforme SILVA (2016, p. 77)

Diferentemente das narrativas memoriais que remetem a acontecimentos presenciados pelo depoente ou por pessoas com quem ele conversou ao longo da vida, letras de canções herdadas de longa tradição cristalizam também memórias cuja informação de base não é mais compartilhada pelas pessoas que atualizam estas canções em suas performances.

Concluo com a motivação de prosseguir investigando a memória e a história coletiva dos pomeranos, no intento de perpetuá-la e enriquecê-la. Pela sua história e cultura singular merecem reconhecer o seu protagonismo. Seja através da culinária, das crenças, do trabalho ou da língua, seja falada ou cantada.

Referências

- BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BAHIA, J. **Práticas mágicas e bruxaria entre as pomeranas**. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 153-176, 2000.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. – São Paulo: Contexto, 2011.
- CAPUCHO, Mariana Carneiro e JARDIM Adriano Pereira. **Os pomeranos e a violência: a percepção de descendentes de imigrantes pomeranos sobre o alto índice de suicídio e homicídio na Comunidade de Santa Maria de Jetibá**. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6 (1), jan - jun, 36-53, 2013.
- GRANZOW, K. **Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul: colonos alemães no Brasil**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**, tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.
- THOMSON, Alistair & FRISCH, Michael & HAMILTON, Paula. **Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais**. In: *Journal of Oral History*. 1994.
- HAMMES, E. L. **São Lourenço do Sul: radiografia de um município das origens ao ano 2000**. V. 1-4. São Leopoldo: Studio Zeus, 2010.
- KRONE, Evander Elói. **Comida, memória e patrimônio cultural: a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil**. 2014, 175 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGAnt, UFPel, Pelotas, RS, 2014.

KRONE, Evander Eloí; MENASCHE, Renata. Comida, festa e patrimônio cultural no mundo rural pomerano: a construção da pomeraneidade ao sul do Brasil. In: Ellen Woortmann; Julie Cavignac (Org.). **Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal, Brasília: EDUFRRN, ABA, p. 241-280, 2016.

LIN J, Peruchi MM, Souza LH, Furlanetto LM, Langdon EJ. Percepção e expressão de sintomas depressivos em três grupos culturais catarinenses: açorianos, italianos e alemães. In: CAPUCHO, Mariana Carneiro e JARDIM Adriano Pereira. **Os pomeranos e a violência: a percepção de descendentes de imigrantes pomeranos sobre o alto índice de suicídio e homicídio na Comunidade de Santa Maria de Jetibá**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (1), jan - jun, 36-53, 2013.

RÖLKE, Helmar Reinhard. Descobrimos raízes: aspectos geográficos, históricos e culturais da pomerânia. In: MALTZAHN, Gislaine Maria. **Família, ritual e ciclos de vida: estudo etnográfico sobre narrativas pomeranas em Pelotas (RS)**. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2014/06/gislaine-maria-maltzahn.pdf>>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

MALTZAHN, Gislaine Maria. **Família, ritual e ciclos de vida: estudo etnográfico sobre narrativas pomeranas em Pelotas (RS)**. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2014/06/gislaine-maria-maltzahn.pdf>>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

MAZZUCCHI Ferreira, Maria Leticia, HEIDEN, Roberto, **Políticas patrimoniais e reinvenção do passado: os pomeranos de São Lourenço do Sul, Brasil**. Cuadernos de Antropología Social 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180913916008>> . Acessado em: 1º de agosto de 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

Salamoni, Giancarla. **A imigração alemã no rio Grande do Sul- O caso da comunidade pomerana**. História em Revista, Pelotas, n.7, p.25-42, 2001.

SILVA, D. K. **A música pomerana como narrativa da memória cultural**. Periódico Cadernos do LEPAARQ, vol. 11, nº 21 – UFPel, Pelotas, 2014.

_____. **IK DÁU DÓT BLÁUMA FUTÉLA: apontamentos sobre a memória e a identidade pomerana através da música**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311658252_IK_DAU_DOT_BLAUMA_FUTELA_apontamentos_sobre_memoria_e_identidade_pomerana_atraves_da_musica>. Acessado em 1º de agosto de 2018.

THUM, C. **Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes**. Tese (Doutorado) Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

TRESSMANN, Ismael. **O uso da língua no cotidiano e o bilinguismo entre pomeranos**. V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística Belo Horizonte, 28 de fevereiro - 3 de março de 2007.

O ESPAÇO E REGIÃO IMAGINÁRIA EM *O EXÉRCITO DE UM HOMEM SÓ*

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UPF.

Bolsista FUPF. E-mail: glauciaelisazinani@gmail.com

O escritor Moacyr Scliar

Os imigrantes judeus chegaram ao Rio Grande do Sul como imigrantes espontâneos, em número inferior, se comparado com outros grupos de imigrantes. Todavia, destacaram-se na ocupação de determinados espaços, como o Bairro do Bom Fim, em Porto Alegre, na década de 1920. Como espaço urbano, situado na área central da capital, dedicaram-se inicialmente ao comércio.²⁰⁶

O bairro do Bom Fim, no imaginário da capital, gradualmente foi associado à presença de judeus. Essa presença judaica e suas particularidades também foram reproduzidas em outras áreas, como a literatura. Nesse contexto, insere-se a publicação, em 1973, da obra ficcional *O exército de um homem*, de autoria de Moacyr Scliar, pela editora carioca Expressão e Cultura, objeto de análise do presente estudo. Na trajetória literária do autor, foi a segunda novela a retratar seu espaço e suas raízes étnicas.

O patriarca da família, José Scliar e sua esposa Sara, ambos de ascendência russo-judaica, emigraram para o Brasil em 1904, se instalaram no bairro Bom Fim, em Porto Alegre. Como imigrantes, José era pequeno comerciante e Sara professora primária. Nesse

²⁰⁶

Sobre a presença de imigrantes judeus no Rio Grande do Sul, há os estudos: EIZIRIK (1986); GRITTI (1997); GUTFREIND (2004); LIA (2013); BRUMER (1994); SOUZA; SCLiar, 2003.

espaço, nasceu Moacyr Scliar²⁰⁷, em 23 de março de 1937. Em sua formação, estudou medicina, atuando profissionalmente como médico sanitário. Mas, paralelamente, atuou como escritor, com a publicação de mais de 80 obras ao longo de sua trajetória, recebendo vários prêmios, e membro da Academia Brasileira de Letras em 2003. Faleceu em Porto Alegre em 27 de fevereiro de 2011.

Sobre a trajetória migratória da família Scliar, Irineu Keiserman Grinberg²⁰⁸, primo em segundo grau de Moacyr Scliar, relata:

se você me permitir, prefiro começar o relato descrevendo a minha bisavó (avó do Moacyr) Ana Scliar, que chegou ao Brasil vindo da Bessarábia hoje Moldávia (país ou região satélite da Rússia)

Ana chegou viúva, com 11 filhos alguns já casados e com filhos. Havia tanta diferença de idade que os filhos da filha mais velha nasceram antes que os filhos dos mais moços. O Moacyr é filho do José, o segundo mais moço. Um fato interessante é que os dois primeiros engenheiros judeus a se graduarem em Porto Alegre, foram o Manoel Scliar, caçula da Ana Scliar e o Bruno Jalfim filho da Ritzy, a filha mais velha de Ana Scliar (Bruno, o neto era um pouco mais velho do que Manoel, o filho caçula). É importante também ressaltar que quase todos os filhos de Ana foram pessoas voltadas às ações culturais, dando muito valor aos livros e aos estudos, apesar da dificuldade com o idioma e todas as adversidades que enfrentaram para estabelecerem-se em Porto Alegre. Moacyr Scliar é o mais bendito fruto desse ambiente.

O presente estudo situa-se teoricamente no campo da História Cultural (BURKE, 1991), ao abordar a temática imigração judaica na perspectiva histórica e sua representação na literatura, a partir da análise de uma obra literária, como fonte principal. O cruzamento de fontes diversas, na fronteira entre a História e a Literatura, permite perceber a complexidade do universo do imigrante judeu, representado na obra literária *O exército de um homem*, nem sempre perceptível em outras fontes documentais (BAIBICH, 2001; SZKLO, 1990).

O espaço: bairro Bom Fim

O conceito atribuído para análise do espaço e da região imaginária da obra literária *O exército de um homem só* concerne na teoria de representação da História Cultural. Sobre a representação (SANTOS, 2011, p.34) ressalta:

²⁰⁷ Sobre a trajetória de vida de Moacyr Scliar. Moacyr Scliar site oficial. Disponível em: < <http://www.moacyrscliar.com/sobre/o-escritor/> >. Acesso: 28 set. 2018.

²⁰⁸ Farmacêutico, Conselheiro fiscal da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Rio Grande do Sul.

A teoria das representações sociais se interessaria, dessa forma, por compreender como os indivíduos, inseridos em seus respectivos grupos sociais, constroem, interpretam, configuram e representam o mundo em que vivem. Assim entendidas, as representações sociais são sintetizadores das referências que os diversos grupos fazem acerca do que conseguem apreender de suas vivências sociais inseridos no tempo e espaço.

Em sua obra, Scliar constrói ficcionalmente o espaço judaico do Bom Fim. Para (CHARTIER, 1988, p. 19),

pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos ou, por outras palavras, das representações do mundo social que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.

Sobre a definição de espaço (BARROS apud SANTOS, 2005, p.114) “O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”. O homem, que devido à sua própria materialidade física é ele mesmo espaço preenchido com o próprio corpo, além de ser espaço também está no espaço e produz espaço.

O bairro do Bom Fim, em sua construção histórica, abrange uma ampla região.

Inicialmente chamada de Campo da Várzea, uma área pública de aproximadamente 69 hectares que servia para a guarda do gado trazido para o abastecimento local, teve sua denominação alterada para Campo do Bom Fim, em função da construção da Capela Senhor do Bom Fim, localizada junto ao futuro prolongamento da rua Barros Cassal. A construção da capela teve início em 1867 e conclusão em 1872. Até o final do século XIX, o Campo do Bom Fim se manteve sem grandes alterações: poucas casas, algumas chácaras e sítios, matas nativas que, muitas vezes foram utilizados como refúgio dos escravos. Após a abolição, muitos libertos que não tinham para onde ir, abrigaram-se nessa região, que passou a se chamar popularmente “Campo da Redenção”. Na segunda década do século XX, começaram a chegar as primeiras famílias judaicas em Porto Alegre, que se instalaram nas imediações da Avenida Bom Fim, atual Av. Osvaldo Aranha desde 1930, e em suas transversais como a rua Santo Antônio, a rua Silveira Martins, hoje rua Gen. João Teles e a rua Dom Afonso que, posteriormente, chamou-se Ramiro Barcelos. A comunidade judaica foi construindo suas casas, seu templo de oração – Sinagoga – pequenos comércios e oficinas que, mais tarde, vem a formar um bairro residencial e comercial, especialmente equipado por lojas de móveis (Centro de Pesquisa Histórica, s/a, s/p.).

Nesse contexto, o bairro em formação situava-se distante do centro da capital, e recebeu elevado contingente de imigrantes, que se diriam para essa região por identificação

étnica, inclusive elementos da baixa classe média. A partir da década de 1920, Porto Alegre concentrou a maior parcela dos imigrantes judeus do Estado.

Entre os primeiros imigrantes judeus de origem *ashkenazi* da capital, eram comuns ocupações tais como vendedores ambulantes, lojistas, fabricantes de móveis e de roupas, e construtores. Entre os *sefaradim* predominava o comércio de tecidos – ramo que compartilhavam com os imigrantes sírio-libaneses. (BRUMER, 1994, p. 24).

Nota-se que haviam dois grupos de judeus (GUTFREIND, 2004) Askhenazim de Askhenaz/ Alemanha: *Ashkenazi* denominação usada para designar os judeus oriundos da Europa Central e Oriental e seus descendentes, e a denominação *Sefaradim* judeus de Sfarad/ espanha: judeus oriundos da Península Ibérica, de países da Europa Meridional e de países da África que margeiam o Mediterrâneo, e seus descendentes. Essa diferença se reproduz em Porto Alegre, onde mantém sinagogas separadas (Leventhal, 2018).

Entre os descendentes de imigrantes judeus, está o escritor asquenazi Moacyr Scliar descendente de avós russo-judeus, que transpõe em suas obras literárias a questão da imigração judaica no bairro Bom Fim, em Porto Alegre. Em sua obra *Entre Moisés e Macunaíma: os judeus que descobriram o Brasil*, publicada em de 2003, em parceria com Márcio Souza, como uma autobiografia, Scliar analisa a nomenclatura das ruas do bairro.

Depois de uns poucos anos em Passo Fundo, voltamos a Porto Alegre e fomos morar no bairro do Bom Fim. Lembro ainda a nossa casinha na rua Fernandes Vieira. Aliás, os nomes das ruas do bairro apresentam uma curiosa coincidência. Vasco da Gama foi um navegador; como ele, os judeus atravessaram o oceano. Felipe Camarão, Henrique Dias, e Fernandes Vieira combateram os holandeses no Nordeste, os mesmos holandeses que garantiram aos judeus um mínimo de liberdade religiosa. E Osvaldo Aranha, como foi mencionado, presidiu a Assembleia Geral da ONU que criou o Estado de Israel. (SCLIAR, 2003, p. 61).

Sobre os arredores de sua casa, descreve:

acabamos por chegar em Porto Alegre, então uma pequena cidade. Morávamos nós, a família de Leib Kirschblum, e outros — no Caminho Novo, em pequenas casinhas de madeira, de beirais recortados em formas caprichosas. À noite ouvíamos a água do Guaíba marulhar sob as janelas... Bons tempos, aqueles. (SCLIAR, 1973, p. 18).

Já em relação a estrutura familiar, “o pai judeu estava na loja, na fabriqueta, ou na rua, vendendo. Mas em casa imperava a mãe judia. Que, no Bom Fim, correspondia à tradicional imagem da mãe ansiosa, superprotetora, alimentadora” (SCLIAR, 2003, p.63).

Em seu romance *O exército de um homem*, Scliar usa seu contexto como cenário e seu grupo étnico como personagens centrais da narrativa, produzindo na obra um “efeitos de

realidade”, onde a verossimilhança não é mera coincidência. O personagem central do enredo, Mayer Guinzburg, também chamado de Capitão Birobidjan é um imigrante judeu russo que vivia no bairro do Bom Fim, desde a infância demonstrava apreço pelas ideias revolucionárias de Karl Marx, contrariando as expectativas de seu pai para que se tornar-se um rabino. Nesse ponto, sobre a distinção entre história e ficção e o verossímil, Chartier (2010, p. 27) ressalta:

a distinção entre história e ficção reside no fato de que a literatura se apodera não só do passado, mas também dos documentos e das técnicas encarregados de manifestar a condição de conhecimento da disciplina histórica. Entre os dispositivos da ficção que minam a intenção ou a pretensão de verdade da história, capturando suas técnicas de prova, deve-se colocar o “efeito de realidade” definido por Roland Barthes ([1968] 1984) como uma das principais modalidades da “ilusão referencial”. Na estética clássica, a categoria do “verossímil” assegurava o parentesco entre o relato histórico e as histórias fingidas, já que, segundo a definição do *Dictionnaire* de Furetière, de 1960, a história é “descrição, narração das coisas, ou das ações como ocorreram ou como podiam ocorrer”. De modo que o tempo designa, em conjunto, “a narração contínua e encadeada de vários fatos memoráveis que sucedem em uma ou em várias nações ou em um ou em vários séculos” e “as narrações fabuladas porém verossímeis, que são simuladas por um autor”.

Nota-se a verossimilhança na caracterização do espaço e das personagens em sua obra. Por exemplo, a mãe judia do romance era a provedora da família, que se dirigia à feira fazer as compras.

Mais tarde, quando nos mudamos para a Rua Felipe Camarão, ela ia bem cedo à venda comprar maçãs para Mayer. Por mais que madrugasse, contudo, já lá achava as vizinhas, comprando maçãs. Para entrar na luta pelas maçãs maiores e mais maduras nossa mãe desenvolveu habilidades especiais; com os cotovelos, mergulhando nas barrigas das outras. (SCLIAR, 1973, p. 20).

Esse espaço da feira descrito assemelha-se à feira livre, de fato presente no bairro. “Lembro-me que no Bom Fim, hoje Osvaldo Aranha, onde está a feira de frutas e verduras, antes havia uma espécie de “Feira livre”, constituída de pequenas bancas, onde se vendiam gêneros alimentícios (arroz, feijão, batatas, etc.) e frutas”. (MOYSÉS, 1984, p. 138).

No romance, o homem judeu é representado como o vendedor.

Em 1919, Porto Alegre era uma cidade pequena. Viajar ao Beco do Salso — um caminho estreito entre morros cobertos de mato — era uma expedição e — segundo Leib Kirschblum que chegava lá perto para vender a prestação — não totalmente isenta de perigos. Isto estimulou ainda mais Mayer Guinzburg e seus companheiros: Leia, porém, não gostou muito da ideia. (SCLIAR, 1973, p.26).

Os judeus, instalados em espaços urbanos, ocuparam papel de destaque no comércio e atividades profissionais. Segundo Moysés (1984, p. 133),

os imigrantes que tinham um ofício, quando chegaram a Porto Alegre, começaram a trabalhar nas suas profissões. Os outros procuraram obter o seu sustento, trabalhando como mascates. Vou iniciar com “Klienteltshik”, que consistia em ter uma clientela, para quem vendia a prestações. Os judeus foram os precursores do sistema de vendas no crediário, em Porto Alegre.

Ao tratar do comércio no bairro Bom Fim, em uma obra comemorativa, David Iasnogrodski (2002, p. 29) ressalta:

O Bom Fim já estava com um comércio interessante. A população estava se conhecendo bastante. O geleiro, o peixeiro, o verdureiro já eram figuras conhecidas. O linguajar do povo era um português de difícil compreensão, pois a maioria dos moradores eram imigrantes. O tempo foi passando. As crianças crescendo, estudando no Colégio Israelita, na Rua Henrique Dias. (...) A primeira sinagoga foi a da União Israelita Porto-Alegrense, na Rua Barros Cassal, bem pertinho da Capela do Bom Fim. Vejam só as duas grandes religiões no Bairro Bom Fim estavam quase vizinhas. Os judeus têm sempre o costume, ao chegarem numa cidade, de fundarem sinagogas, colégios e cemitérios, tudo em função de manterem as tradições milenares. Em Porto Alegre não foi diferente.

Os imigrantes judeus, além dos laços familiares e de parentesco, mantiveram seus espaços de sociabilidade e de prática religiosa, com o propósito de preservar sua cultura e tradições. Em 1930 com a Federação das Entidades Israelitas do Rio Grande do Sul (MOYSÉS, 1984) surgiram entidades de caráter religioso como: a União Israelita Porto-Alegrense, o Centro Israelita, Centro Hebraico Rio Grandense, Associação Israelita Brasileira Maurício Cardoso (Poilisher Farband), Sociedade Beneficente Israelita de Socorros Mútuos (Linath Hatzedek), Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência (Sibra), Sociedade Beneficente Funerária (Chevra Kadisha), a entidade educacional Colégio Israelita Brasileiro.

Também instituições de caráter social e esportivo como: Círculo Social Israelita, Grêmio Esportivo Israelita, Club Campestre, como também entidades beneficentes como: Damas de Caridade, Sociedade Israelita Rio-Grandense Lar dos Velhos, Wizo, Naamat Pioneiras. Contudo entidades culturais como: Bnei-Brith, Grupo Chaim Weizman, Club de Cultura, Teatro Idish, e Programas Radiofônicos como Hora Israelita ao ar desde 1946 de forma ininterrupta.

Dessa forma, fundaram suas sinagogas, colégios, entidades sociais, culturais e beneficentes. Toda essa estrutura social é reproduzida na ficção, como a sinagoga da rua Henrique Dias, e o Parque da Redenção.

Sentados no meio-fio, na Rua Henrique Dias, leem “A voz de Nova Birobidjan”, tremendo de frio. Passa o velho Sruli, pai de Léia, a caminho da sinagoga. Olha a filha com desgosto, mas não diz nada. José Goldman guarda no bolso o manuscrito do jornal e se despede. Tem

de trabalhar. Mayer e Léia vão, de mãos dadas, passear na Redenção. [...] Mayer Guinzburg, sua namorada Leia, e seu amigo José Goldman passeavam à noite no Parque da Redenção. Fazia frio, mas eles não se importavam; corriam, saltavam, rolavam na grama, riam e cantavam (SCLIAR, 1973, p. 17; 13).

Outro espaço popular de sociabilidade eram o cinema, dos bares e clubes do Bom Fim.

Em 1931, foi inaugurado o cinema Baltimore, localizado na Av. Osvaldo Aranha, com instalações modernas e confortáveis, apresentando filmes sonoros, novidade para época. Muitos bares e restaurantes tradicionais como O Fedor, frequentado pela comunidade judaica que se reunia para trocar ideias, o Bar João e a Cia das Pizzas. O mais antigo era o Bar e Restaurante Minas Geraes. Nas décadas de 70 e 80, tivemos o auge da música que referenciava o Bom Fim, pelas composições de Nei Lisboa e Kleiton & Kleidir. É lembrado até hoje por sua boemia e intelectualidade. Foi reconhecido como bairro através da Lei 2022 de 7/12/1959, ficando limitado pela Avenida Osvaldo Aranha, da esquina da rua Sarmento Leite até a Felipe Camarão, até a rua Castro Alves, sempre paralelo a Avenida Independência. (Centro de Pesquisa Histórica (s/a)).

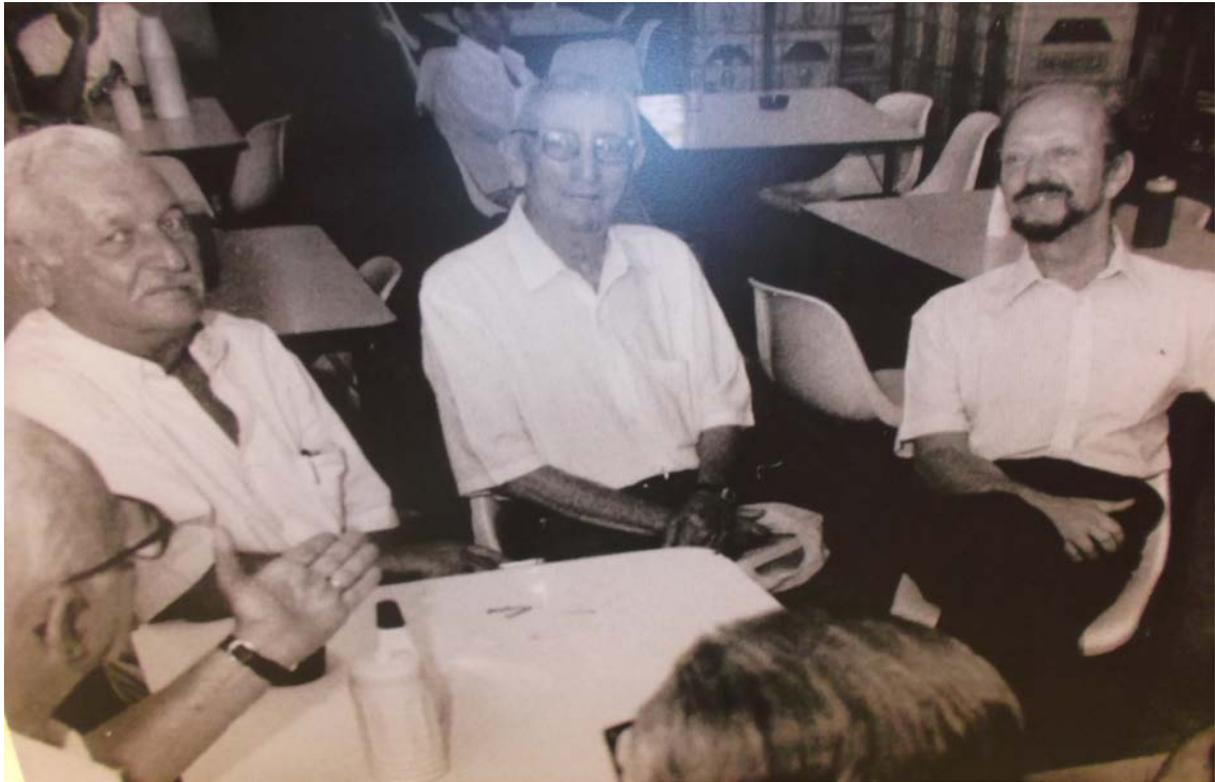
Sobre a localização dos bares do espaço Bom Fim, havia o

Bar Serafim (Osvaldo Aranha esquina Felipe Camarão) e Bar João, na Osvaldo Aranha, entre Fernandes Vieira e João Teles. Achavam que esses locais eram frequentados por pessoas não “da sociedade”. No Serafim juntavam-se muitos apreciadores do jogo de bilhar, assim como no Bar João. Durante o dia, estes bares, assim nos domingos de manhã, eram muito apreciados por habitantes do Bairro em face do gostoso “cafezinho preto” que era servido. (IASNOGRODSKI, 2002, p. 54)

Já Scliar apresenta ao seu leitor um dos bares onde se reunia a comunidade judaica: “(...) no Bom Fim, fala-se de Mayer Guinzburg, fala-se muito. Ele é o assunto predileto das mulheres que sobem e descem a Felipe Camarão, fazendo compras; e dos homens que se concentram na frente do Serafim nos domingos pela manhã. (SCLIAR, 1973, p. 84).

O próprio escritor frequentava os bares do bairro. Na imagem abaixo, estão, da direita para esquerda: Moacyr Scliar, seu pai José Scliar, e outros dois sem identificação, sentados no Bar do João, como faziam os habitantes do Bom Fim, para conversar.

*Exposição: Moacyr Scliar eu vos abraço, milhões*²⁰⁹



Fonte: *Exposição: Moacyr Scliar eu vos abraço, milhões* no Centro Histórico da Santa Casa em Porto Alegre. Museu da UFRGS e Família Scliar.

Paralelo à vida cotidiana dos judeus nos seus afazeres e espaços de sociabilidade, os temas políticos também eram pautados. O destaque central foi dado à II Guerra Mundial e a criação do Estado de Israel, ambos, significativos para a comunidade. Em 1940 sobre a criação de dois blocos adversários (PETTA, 1999) salienta que o Eixo da qual pertenciam Alemanha, Itália e Japão; e o segundo bloco Aliado, do qual participaram, de início a Inglaterra e França, e que depois recebeu a adesão da União Soviética, Estados Unidos, Brasil e outras nações. Visto que alguns desses emigrantes judeus pertenciam a esses países em conflito e que deixaram seus familiares emigrando para o Brasil. Scliar representa a similar trajetória de emigração feita por sua avó Ana Scliar, quando deixa a Bessarábia. Nota-se a

²⁰⁹ Exposição: Moacyr Scliar eu vos abraço, milhões. Disponível em: <<http://www.centrohistoricosantacasa.com.br/exposicao-moacyr-scliar-eu-vou-abraco-milhoes/>>. Disponível em: 28 set. 2018.

preocupação da população porto-alegrense com as notícias da guerra, vinculadas nas rádios e jornais:

1939. Estoura a Segunda Guerra Mundial. O mundo inteiro preocupado. As notícias não são nada boas. Judeus e não judeus ficam chocados com o noticiário. Os judeus em particular ficam preocupados com seus familiares que estão nos países participantes do conflito. Tentam de todas as maneiras possíveis fazerem contatos. A aflição e o desespero tomam conta de todos. Vizinhos tentam minorar a situação. O tempo passa. A guerra continua. As mortes são vistas através do jornal *Correio do Povo* e pelas ondas dos noticiosos das rádios. (IASNOGRODSKI, 2002, p. 33).

Scliar representa o holocausto e o lamento das famílias pela guerra.

É pena que nosso pai e nossa mãe não puderam ver esta transformação. Morreram logo depois do fim da guerra... De desgosto, acho eu, ao saber que o resto de nossa família, na Europa, tinha sido liquidado num campo de concentração. Mayer também sentiu muito... Sentiu muito, isso eu garanto. (SCLIAR, 1973, p. 97).

Sobre a destruição provocada pelo Holocausto que “não só tirou a vida de 6 milhões de pessoas, como destruiu os maiores centros de cultura judaica, tanto religiosa como secular”. (SORJ, 2011, p. 87).

O outro aspecto, que o escritor ficcional explora é a emoção da comunidade judaica com a proclamação do Estado de Israel, a personagem Mayer “em 1948, ele teve momentos de emoção, com a proclamação do Estado de Israel”.(SCLIAR, 1973, p.98).

Para uma geração que ainda tinha viva a memória dos pogroms da Europa Oriental e do Holocausto, a criação do Estado significou uma experiência e uma emoção irreproduzível Quando perguntei a meu pai-filho de rabino que perdeu toda a família no Holocausto – se ainda acreditava na chegada do Messias, respondeu-me que para ele já tinha chegado, na forma do Estado de Israel. (SORJ, 2011, p.93).

Sobre a criação do Estado de Israel (BAHAT, 2002, p.47) afirma:

O Mandato Britânico na Palestina perdurou até que a Organização das Nações Unidas – ONU aprovasse a Resolução 181, de 20 de novembro de 1947, reconhecendo o direito dos judeus a um lar nacional na Terra de Israel, e o Mandato sobre a Palestina, conferido com esse objetivo em 1922 pela Liga das Nações, precursora da ONU, constituíram a base do reconhecimento internacional daquele que deveria se tornar, em 1948, o Estado de Israel.

A criação do Estado de Israel “devolveu a dignidade a uma geração abatida, mas também a um povo que viveu 2 mil anos de vida insegura na diáspora, sem possibilidade de autodefesa diante da violência exterior”. (SORJ, 2011, p. 93).

Em sua obra autobiográfica *Moacyr Scliar uma autobiografia literária: o texto, ou: a vida*, ressalta que no Bom Fim:

a criação do Estado de Israel, em 1948, teve profundo efeito sobre a minha geração. Não era apenas uma indenização a um grupo humano oprimido e massacrado, era uma nova fase na existência desse grupo; a proclamação do Estado foi recebida com júbilo no Bom Fim. (SCLIAR, 2017, p.47)

Iasnogrodski (2002) salienta que com a criação do estado de Israel, no Bom Fim houve festa e alegria realizaram-se encontros sociais e culturais junto aos salões do Círculo Social Israelita que estava localizado nos altos do prédio do Cinema Baltimore. Em homenagem a atuação a avenida principal do Bom Fim, chama-se Osvaldo Aranha:

Desde 1896, a Av. Osvaldo Aranha (núcleo básico do Bairro, foi desde o século XVIII o segmento inicial do chamado “Caminho do Meio” - por muito tempo o caminho preferido para o município de Viamão) foi servida pelos bondinhos de tração animal da Cia. Carris urbanos, da linha do bairro Partenon, através da Rua Santana. Desde a planta municipal de 1916, essa avenida, que pertencia à face norte do Campo da Redenção, passou a ser designada como Avenida do Bom Fim. O Intendente Montauray é que realizou o plano de embelezamento desse logradouro, mandando realizar a arborização central e o calçamento, isso nos anos de 1916 a 1919. O calçamento com duas pistas de concreto armado foi inaugurado pelo Intendente Otávio Rocha em 1ª de agosto de 1927. Em 1930, foi dado o nome de Osvaldo Aranha em homenagem ao ilustre político Rio-Grandense que acabara de fazer triunfar a Revolução de 1930. (IASNOGRODSKI, 2002, p. 24).

Sobre a trajetória de vida de Osvaldo Aranha (FLORES, 1996, p, 33) ressalta:

A atuação de Osvaldo Aranha na ONU insere-se no desenvolvimento da guerra fria entre a URSS e os USA, com conflitos relativos ao Irã, Líbano, Síria, Grécia e o surgimento de guerrilhas com os interesses das potências sobre os domínios das jazidas petrolíferas do mundo árabe. A questão Palestina, trazida pela Grã-Bretanha, em 1947, tinha o apoio da maioria dos participantes, um judeu e outro árabe, enquanto a minoria pretendia uma federação. Graças à atuação inteligente de Osvaldo Aranha, presidindo a Assembleia Geral a 29 de novembro de 1947, foi posta à votação a criação de Israel, vitoriosa por vinte e cinco votos contra 13.

Na ficção Scliar explora que na década de 50 surgem modificações arquitetônicas no bairro, “O ramo imobiliário se expandia rapidamente em Porto Alegre; no Bom Fim os edifícios se multiplicavam”. (SCLIAR, 1973, p.101).

Scliar resgata o início da modernização do bairro. Então, na entrevista de Luis David Leventhal, morador do Bom Fim, sobre as modificações na arquitetura do bairro, afirma:

Entrevistador: O bairro bom fim está muito modificado (construções) comparado a década de 70?

Entrevistado: Completamente ele está, vamos dizer assim com a evolução do tempo e a modernização de tudo ele está desconfigurado se tu for comparar com as décadas de 40, 50, 60, 70, hoje em dia, passa lá em lugares que tu vê que era uma casa que

morava família tal, ter é difícil, é o progresso que chegou na cidade que desconfigurou o bairro. Inclusive houve migração das pessoas que não tinham nada a ver com o bairro, e as pessoas do bairro foram saindo, 2ª e 3ª geração ocupando espaços mais nobres na cidade, houve espaços melhores porque o bairro ficou muito próximo do centro. Hoje em dia o centro, que eles chamam de centro histórico, por causa da história dos prédios antigos e o Bom Fim que tu chama não existe diferença. A diferença é o túnel porque o comércio se tu for pensar a Osvaldo Aranha a Humberto é tudo um segmento de comércio e daí incorporou muito, mudou muito, antes era um bairro calmo, tranquilo, e hoje não, até porque hoje em dia tu tens ônibus, carro táxi, lotações que era simplesmente um bonde. Se for ver nós temos aqui no bairro, várias praças e monumentos ou em homenagem a imigração judaica ou em homenagem aos judeus imigrantes que se tornaram médicos, doutores que ajudaram a grande comunidade.

O espaço do bairro Bom Fim é tão significativo que no período de 13 de dezembro de 2010 a 1ª de julho de 2011 ocorreu a exposição em homenagem ao bairro, *Bom Fim: um bairro, muitas histórias*²¹⁰, promovida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Moacyr Scliar ressalta no catálogo da exposição a nostalgia das lembranças do Bom Fim:

Para quem, como eu, nasceu e se criou no Bom Fim, para quem passou a infância e a juventude ouvindo, e vivendo essas histórias, este é um evento tão nostálgico quanto emocionante. Em termos de identidade, o bairro é um lugar importante, como o é o nosso país, o nosso Estado, a nossa cidade. O bairro é um microcosmo, um lugar que muitas vezes têm uma cultura própria, um estilo de vida (...). (SCLIAR, 2011 p.09).

Nota-se a afetividade do escritor Scliar com o bairro e a região porto-alegrense. O espaço e a região imaginária da obra *O exército de um homem só*, continuaria a render páginas de análise, que permitirão serem exploradas na continuação do trabalho dissertativo da autora.

Considerações finais

Portanto, na obra *O exército de um homem só*, Moacyr Scliar trata de seu grupo étnico, os judeus, localizados no espaço urbano de Porto Alegre, na região do bairro Bom Fim. Nesse aspecto, a literatura representa aspectos históricos da presença judaica no Estado, bem como analisa a conexão dessa população com a história e trajetória dos judeus no mundo, como a II Guerra Mundial e a criação do Estado de Israel. Finalmente, a literatura consiste em uma fonte importante para os estudos históricos, pois narra aspectos e apresenta percepções muitas vezes fugidias para a apreensão do historiador.

²¹⁰ Exposição sobre o Bom Fim no Museu da Ufrgs. **Bom Fim um bairro, muitas histórias**. Disponível em: <<http://nossobomfim.blogspot.com/2010/12/exposicao-sobre-o-bom-fim-no-museu-da.html>>. Acesso: 28 set.2018.

Referências

- BAHAT, Dan. **Vinte séculos de vida judaica na Terra de Israel: as gerações esquecidas**. São Paulo: B'rith do Brasil, 2002.
- BARROS, José D' Assunção. **História, região e espacialidade**. Revista de História Regional 10(1): 95-129, Verão, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2211/1691>>. Acesso: 12 set. 2018.
- BRUMER, Anita. **Identidade em mudança: pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 1994.
- Centro de Pesquisa Histórica. **HISTÓRIA DOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE**. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf>. Acesso: 13 set. 2018.
- CHARTIER Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**; tradução de Cristina Antunes. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- EIZIRIK, Moysés. **Imigrantes judeus-Relatos, Crônicas e Perfis**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, Caxias do Sul. Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1986.
- FLORES, Moacyr. **Oswaldo Aranha**. 2 ed. Porto Alegre: IEL, 1996.
- IASNOGRODSKI, David. **Meu Bom Fim brasileiro**; prefácio de Moacyr Scliar. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2002.
- SANTOS, Dominique V. C. D. **ACERCA DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO**. Revista de Teoria da História Ano 3, Número 6, dez/2011. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28974/16144>> Acesso: 12 set. 2018.
- SCHMIDT, Benito Bisso (Coord.) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Bom fim: um bairro, muitas histórias**. Porto Alegre: UFRGS Prorext Museu, 2011.
- SCLIAR, Moacyr. **O exército de um homem só**; novela. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- SCLIAR, Moacyr. **Uma autobiografia literária: o texto, ou: a vida/ Moacyr Scliar**. Porto Alegre:L&PM, 2017.
- SORJ, Bernardo. **Judaísmo para todos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- SOUZA Márcio, SCLIAR Moacyr. **Entre Moisés e Macunaíma: os judeus que descobriram o Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

Referências consultadas

BAIBICH, Tânia Maria. **Fronteiras da identidade: o auto-ódio tropical**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989** / Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração no Rio Grande do Sul: A Jewish Colonization e a Colonização de Quatro Irmãos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

GUTFREIND, Ieda. **A imigração judaica no Rio Grande do Sul**. Da memória para a história. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

LIA, Cristine Fortes. **Os judeus de Moacyr Scliar: o Judaísmo no Rio Grande do Sul durante o século XX**. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013. Disponível em: < <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st5/6.pdf> >. Acesso: 20 set. 2018.

PETTA, Nicolina Luíza de. **Coleção base: história: uma abordagem integrada: volume único**. São Paulo: Moderna, 1999.

SZKLO, Gilda Salem. **O Bom Fim do shtetl: Moacyr Scliar**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

Entrevista cedida à autora

Irineu Keiserman Grinberg. Porto Alegre, 20 ago. 2018.

Luis David Leventhal. Porto Alegre, 05 ago. 2018.

**“EU POSSO FAZER O QUE QUISER COM OS MEUS FILHOS”:
APONTAMENTOS SOBRE GÊNERO A PARTIR DO LIVRO
A COLÔNIA: CENAS DE VIDA NO BRASIL,
DE FRIEDRICH GERSTÄCKER**

Samanta Ritter

Bolsista IC PIBIC CNPq

Graduanda em História – UNISINOS

Introdução

“Eu posso fazer o que quiser com os meus filhos”

(GERSTÄCKER, 2016, p. 216)

A epígrafe, que também faz parte do título desse texto, é retirada do romance *A Colônia: cenas de vida no Brasil*, escrito por Friedrich Gerstäcker no ano de 1860 e publicado em 1862 na Alemanha. A autoria da frase, na obra literária, é de uma personagem chamada Bux e indica não só a relação de poder entre pai e filhos, mas também do pai para com todo grupo familiar, incluindo nele a esposa e também outros parentes que poderiam constituir o grupo. Este pequeno trecho elucidada, portanto, o propósito desse estudo: identificar como eram elaboradas as concepções e padrões de comportamento para homens e mulheres e como ocorria a interação entre os gêneros e destes com as crianças entre os imigrantes de etnia alemã que se estabeleceram no sul do Brasil.

Apresentar o conceito de gênero torna-se fundamental para este trabalho, pois nos permite compreender quem são as mulheres e os homens e como as relações entre eles ocorre na sociedade. A conceituação proposta por Joan Wallach Scott (1995) para o termo gênero parte da compreensão de que as diferenças visíveis entre os sexos biológicos foram critérios utilizados para atribuir e naturaliza funções concretas da vida social para cada sexo – feminino e masculino. Ao demonstrar o processo histórico, cultural e social por trás da

definição de comportamentos, a autora indica o poder simbólico que permeou os discursos e hierarquizou a relação entre homens e mulheres. Assim, a autora define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p. 86).

Derivando do conceito de gênero, Alcileide Cabral de Nascimento (2015) define as relações de gênero como fruto da interação entre as maneiras convencionais de ser mulher e de ser homem. Ou seja, a feminilidade e a masculinidade – construídas culturalmente baseadas pela diferença biológica entre os sexos – moldam os diferentes modos de interação entre mulheres e homens em diferentes contextos e tempos. Logo, ao direcionarmos nosso olhar às fontes para buscar compreender as relações de gênero de um determinado contexto, devemos observar,

como profissionais da História, as práticas que ensejam a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como a maneira como a escola, os jornais, a literatura, enfim, os diferentes meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estamos escrevendo uma história que questiona as ‘verdades’ sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente (PEDRO, 2005, p. 92)

As práticas correspondentes ao modo de ser mulher e ao modo de ser homem, como nos explica Joana Maria Pedro (2005), elaboram os ideais de como devem agir as “verdadeiras” mulheres e os “verdadeiros” homens. É a partir dessa definição do padrão de comportamento que mulheres e homens se posicionam e interagem. Essas relações são complexificadas pela etnia e condições sociais, pois, como explica Nascimento (2015), também são fatores que se relacionam com o modo de ser feminino e masculino de certo grupo.

Esses modelos idealizados sobre o feminino e o masculino se legitimam a partir dos discursos constantemente repetidos. Como afirma Michel de Foucault (1996), o discurso revela os jogos de poder e de desejo, a delimitação e o controle do que se é dito. Ao se questionar sobre qual é o perigo da repetição de discursos, Foucault escreve

que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (1996 p. 8-9).

Nesse sentido, Ana Maria Colling (2014) reforça os alertas de Foucault sobre as problemáticas e o perigo da repetição dos discursos: a inferioridade da mulher em relação ao homem foi sendo construída por diferentes discursos²¹¹ ao longo da História. Nesse sentido, a categoria de análise de gênero acrescenta e enriquece os estudos históricos, porque mais do que compreender as mulheres, quer compreender também o homem e as relações entre os dois sexos.

A análise de textos literários, como indica Antonio Celso Ferreira (2009), não segue um padrão; entretanto para ser construída, é imprescindível conhecer o autor e suas motivações para escrever, as representações criadas ao longo do texto, os inúmeros contextos (escrita da obra, do escritor, dos leitores e das apropriações em diferentes momentos) e a circulação da obra. Ainda, a compreensão do discurso da obra é importante.

Apropriando-se da obra literária como fonte para essa pesquisa, o grupo a ser problematizado são os imigrantes alemães do sul do Brasil, que colonizaram a província de Santa Catarina na segunda metade do século XIX. A perspectiva dessa análise possibilitará compreender a interação entre homens, mulheres e crianças, tendo ciência da subjetividade que o olhar do estrangeiro deu à narrativa.

Friedrich Gerstäcker, o autor viajante

Friedrich Gerstäcker nasceu em Hamburgo, Alemanha, no ano de 1816. Sendo filho de artistas – do cantor de ópera Friedrich Samuel Gerstäcker e da atriz Louise Friederike Herz –, mudava-se constantemente durante sua infância.

Aos dezessete anos de idade desistiu do curso de ciências econômicas para iniciar um curso de técnicas agrícolas, visto que Gerstäcker havia decidido se tornar emigrante, escolhendo como destino os Estados Unidos da América e este seria um conhecimento útil.

Assim, em 1837 Gerstäcker embarca com destino à América do Norte. Como emigrante trabalhou em diversas funções como moleiro, ferreiro, agricultor, entre outras. Durante o tempo em que permaneceu no país, escrevia cartas constantemente para sua mãe com detalhes da vida cotidiana no país, desafios na sua vida como emigrante, as funções que exerceu nos diferentes lugares pelos quais passou. O trecho abaixo, do livro *Narrative of a*

²¹¹ Ana Maria Colling, em seu livro *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na História*, escreve que os discursos grego, religioso, médico, psiquiátrico, psicanalítico foram responsáveis por construir a imagem inferior da mulher devido a natureza biológica de seu corpo que afetava suas capacidades intelectuais, morais, entre outras.

Journey Round the World (Narrativa de uma Viagem ao Redor do Mundo) [tradução nossa], dimensiona as experiências do viajante enquanto esteve nos Estados Unidos:

Tendo chegado na América do Norte relativamente jovem, incapaz de falar a língua, eu estava obrigado a buscar algum trabalho, para fazer minha vida – me senti orgulhoso demais para escrever a Alemanha e pedir mais dinheiro – e assim sendo, eu fui bombeiro e marinheiro, depois cozinheiro, a bordo dos vapores “Mississippi” e “Arkansas”; lenheiro no Tennessee, e trabalhei como ourives em Cincinnati; fazendeiro em Missouri; eu fui responsável pelo bar e finalmente hoteleiro em Louisiana; estocador de mercadorias por um tempo em Arkansas; e depois fui me familiarizando com a língua e os hábitos, cacei por quatro anos no sertão/interior de Arkansas, principalmente em Forche la Fave e nas montanhas Ozark, nos pântanos dos rios White e St. Francis, por ursos, cervos e perus. Então eu levei uma vida selvagem num país selvagem, e conheci as melhores e também as piores características da União²¹² (GERSTÄCKER, 1854, p. 497-498) [tradução nossa].

Destas cartas com muitas descrições, surgiu seu primeiro livro: *Streif- und Jagdzüge durch die Vereinigten Staaten Nordamerikas* (Expedições de descoberta e caça pelos Estados Unidos da América do Norte), lançado na Alemanha pela sua mãe, Louise Gerstäcker, no ano de 1843, mesmo ano em que o seu filho retorna à Alemanha. Gerson Roberto Neumann e Claudia Pavan (2017) apontam que não era intenção de Gerstäcker ser escritor, mas devido ao considerado alcance dessa primeira publicação, ele redige mais dois romances, narrando situações vivenciadas sobre os seis anos que permaneceu nos Estados Unidos.

Essa primeira publicação é logo seguida por dois romances de aventura de grande sucesso junto ao público alemão, fascinado pelas histórias que desvelavam o novo mundo e o destino dos emigrantes alemães: *Die Regulatoren in Arkansas* [Os Justiceiros do Arkansas] (1846) e *Die Flußpiraten des Mississippi* [Os Piratas do Rio Mississippi] (1848) (NEUMANN; PAVAN, 2017, p. 125).

Em razão do grande sucesso de suas publicações, Neumann e Pavan (2016) indicam que os Estados Alemães contrataram Friedrich Gerstäcker como perito em emigração,

²¹² Having come to North America comparatively a youngster, unable to speak the language, I was obliged to take up any work I could get, to make my living for I felt too proud to write back to Germany for money and I was, therefore, first fireman and deckhand, then cook, on board the "Mississippi" and "Arkansas" steamers; set up cordwood in Tennessee, and worked at the silversmith business in Cincinnati; farmed Missouri; was bar-keeper and finally hotel-keeper in Louisiana; stock-keeper for a while in Arkansas; and after having become familiar with the language and habits, hunted four years in the backwoods of Arkansas, principally in the Fourche la Fave and Ozark Mountains, and White and St. Francis River swamps, for bear, deer, and turkeys. So that I led a wild life in a wild country, and got acquainted there with all the best and also the worst characters in the Union²¹² (GERSTÄCKER, 1854, p. 497-498).

remunerando-o com mil táleres para realizar viagens e verificar as possibilidades de emigração em novos destinos e aferir as condições para tornar mais intenso o fluxo de emigração em certos países.

A sua primeira viagem financiada pelos Estados Alemães ocorreu em 1849 e teve como destino alguns países da América do Sul (Argentina e Chile), Califórnia, Taiti e Austrália. Seu próximo roteiro de viagem, entre 1860 e 1861, teve como destino a América do Sul e incluiu o Brasil.

Sua passagem pelo Brasil – além de render a escrita de um romance (*A colônia: cenas de vida no Brasil* - 1862), um conto (*Os contratos de parceria* - 1869), um relato de viagem (*Dezoito meses na América do Sul* - 1862) e alguns artigos na revista alemã *Gartenlaube*, para qual escreveu regularmente entre 1853 a 1872 – foi uma oportunidade para o perito em emigração “discutir sobre o futuro da emigração alemã com personalidades dos países da América do Sul” (NEUMANN, 2012, p. 111).

Como integrante do movimento literário *Junges Deutschland*²¹³, Gerstäcker acreditava que a emigração era uma boa alternativa tanto para os alemães quanto para os Estados Alemães. Assim, além de seus posicionamentos favoráveis a emigração em seus textos escritos, o viajante ainda promoveu uma palestra no Rio de Janeiro. Gerstäcker obteve espaço através da figura do imperador Dom Pedro II e as organizações promovedoras da emigração para falar no Salão da Real Academia Militar para os interessados em intensificar a emigração e colonização de alemães no Brasil. Neumann (2012) complementa que a palestra foi pronunciada em língua alemã no dia 21 de setembro de 1861 e que foi publicada através da editora alemã Lorenz Winter, com o título *Die Deutschen im Ausland. Vorlesung gehalten von Friedrich Gerstäcker im Saale der Kaiserlichen Militär-Academie zu Rio de Janeiro, den 21. September 1861 (Os alemães no Exterior. Palestra apresentada por Friedrich Gerstäcker no Salão da Real Academia Militar, no dia 21 de setembro de 1861)*.

Enquanto esteve no Brasil, Friedrich Gerstäcker incursionou pelas províncias do Sul para observar e obter material para produzir textos sobre as condições das colônias já

²¹³ Juntamente com o processo de industrialização que os Estados Alemães passaram foram somadas modificações culturais que consolidava a identidade alemã, reconhecida através da língua, da origem, dos valores comuns. Esse movimento de legitimação da unidade nacional foi pensado como uma forma de expandir os territórios dos Estados Alemães: os imigrantes deveriam formar colônias econômicas e culturais que “deveriam permanecer ligadas à metrópole pela língua e pelos usos e costumes, e deveriam desenvolver trocas comerciais, exportando para a Alemanha produtos que lhe faltavam no mercado e importando desta, produtos industrializados” (ALVES, 2017, p.228). Na literatura o movimento que compartilhava das ideias liberais proposta pela revolução cultural foi chamado de *Junges Deutschland*.

existentes, já que este era o contraponto de sua contratação como perito. Suas narrativas sobre os lugares passaram a ser consumidas na Europa como guias práticos da emigração, já que os alertas, as dificuldades, as características e o cotidiano faziam parte da escrita de seus livros.

O autor viajante realizou outra viagem em 1862, tendo como destino o Egito. Visitou novamente os países da América do Norte, também o México, a Venezuela e ilhas ao oeste da Índia no ano de 1867. Quando estava se preparando para uma viagem à Ásia em 1872, veio a falecer no dia 31 de maio em Braunschweig.

O romance *A Colônia: Cenas de Vida no Brasil*

A colônia: cenas da vida no Brasil é um livro de 508 páginas, 34 capítulos e oito notas de rodapé – seis do autor e duas dos tradutores. O romance é uma narrativa em terceira pessoa do singular e onisciente, dando voz a personagens muito variadas, que circulam pelos espaços da colônia ou fora dela, que dividem pensamentos em relação a sentimentos e a uma memória comum de origem alemã, mas também em relação a vida política, econômica e social; os personagens também ocupam diferentes lugares de poder econômico e simbólico, possuem diferentes ofícios, diferentes origens étnicas, e diferentes expectativas em relação a colônia e a vida no Brasil.

A obra é construída pelo olhar de um estrangeiro, de um viajante alemão que vinha com o propósito de avaliar as condições da emigração no sul da América. Deste olhar, resultou a criação de uma colônia fictícia, Santa Clara, o cenário que envolve as personagens. Santa Clara foi localizada pelo autor em Santa de Catarina, atual estado ao sul do Brasil, destino recomendado pelo viajante àqueles que desejavam buscar oportunidades por meio da emigração.

A história é iniciada quando dois forasteiros, Bernard Könnern e Günther von Schwartzau, admiram o vale, onde estava a vila, do topo de uma colina. O primeiro homem é um pintor norte americano que estava explorando as terras ao sul do Rio de Janeiro – inclusive, Neumann (2005) aponta que este personagem representa o autor dentro da narrativa, pelo fato do pintor viajar até Santa Clara para coletar material para suas pesquisas, em alusão a viagem que Gerstäcker também estava fazendo para coletar material sobre as condições dos imigrantes. O segundo era um ex-soldado alemão, que trabalhava como agrimensor e estava a caminho da colônia para realizar a demarcação de lotes de terra. A partir dessa chegada, outras personagens vão sendo incorporadas a narrativa.

As personagens, no geral, independente do gênero, etnia ou condição social, apresentam diferentes modos de agir, que em grande maioria se enquadram nos valores culturais alemães: são honrados, trabalhadores e honestos; outros são “trapaceiros”, “desleixados” e “inescrupulosos”. Ao apresentar uma visão afastada das escritas teuto-brasileiras sobre o processo de imigração e colonização, escrevendo sobre alemães desordeiros e desonestos, evidenciando os problemas e as dificuldades dos colonos, Gerstäcker contribui para desconstrução de estereótipos da história da imigração.

Sobre os alertas que ele transmitia aos seus leitores, indicava que a cautela para os futuros emigrantes já deveria ser aguçada no momento de planejamento da viagem e da compra da passagem. Os agentes de emigração muitas vezes direcionavam os recém-chegados a locais que não foram os solicitados e até mesmo para fazendas que funcionavam através dos contratos de parceria²¹⁴. O governo imperial também foi indicado como um problema, visto que muitas das solicitações dos imigrantes não eram atendidas e o repasse das verbas, das terras, das ferramentas destinadas aos imigrantes demorava ou não acontecia. A educação também era um setor negligenciado pelo império.

Sobre os alertas das diversidades cotidianas, Gerstäcker escreve sobre os possíveis conflitos religiosos entre protestantes e católicos; a política de favorecimento que beneficiava àqueles com maior prestígio e boa relação com pessoas de influência; também, o autor aponta sobre as dificuldades que as pessoas com maiores condições econômicas e os intelectuais teriam no Brasil que não tinha espaço de atuação para eles. O Brasil precisava, conforme o autor indica na narrativa, de pessoas dispostas a trabalhar pesado e que tinham conhecimentos relacionados a agricultura – sobre esse aspecto, o autor viajante relata quais eram as culturas produzidas pelos colonos, os tipos de solo, a grande produtividade das terras, entre outros.

Apontamentos sobre gênero a partir do romance *A Colônia: Cenas de Vida no Brasil*

Para buscar compreender as complexidades da interação entre os gêneros dos imigrantes alemães do sul do Brasil, *A Colônia: cenas de vida no Brasil* ao retratar o cotidiano, mesmo que de uma colônia fictícia de alemães, é uma importante fonte para perceber as relações de gênero. Com a atenção voltada para captar as potencialidades e os

²¹⁴ Os contratos de parceria eram muito comuns em Minas Gerais e São Paulo, nas fazendas de café. Esses contratos colocavam os imigrantes em situação semelhante a escravidão, pois não recebiam pagamentos e produziam nas terras para o fazendeiro. Em troca de casa e comida, os imigrantes trabalhavam para pagar a dívida do valor da viagem que aumentava constantemente. O caso ocorrido na fazenda do senador Vergueiro é exemplo dessa condição imposta aos emigrantes através do contrato de parceria.

detrimentos da emigração em cada país que visitava, Friedrich Gerstäcker não pode permanecer alheio ao modo de vida, às convenções comportamentais de ser mulher e ser homem na segunda metade do século XIX.

Para compreender o masculino/masculinidade e feminino/feminilidade o Dicionário Crítico de Gênero também nos auxilia. Durval Muniz de Albuquerque Jr (2015) informa que as relações sociais entre homens e mulheres foram inicialmente construídas a partir da diferença biológica de seus corpos, bem como significados, sentidos, hierarquização, diferenciações foram atribuídas por causa delas. Além das diferenças físicas determinadas pelo sexo biológico – mulheres geram filhos, amamentam; homens têm tom mais grave de voz, tendem a ter maior desenvolvimento muscular –, toda a ordem social se estabeleceu em torno dessa diferenciação biológica:

ao nascer, qualquer ser humano é levado a aprender, a subjetivar, a incorporar essas distinções estabelecidas social e culturalmente a partir do que se nomeou de sexos, a reproduzir a ordem social sexuada, absorvendo a partir de várias pedagogias presentes no social, através do trabalho de várias instituições sociais, sendo a principal delas a família, os modelos de sujeito, os modos de comportamento, as performances corporais, gestuais, simbólicas, a fazer rostos que são apresentados como normais, naturais, específicos, próprios de homens e mulheres, de seres masculinos e femininos (ALBUQUERQUE JR, 2015, p. 436).

As atribuições sobre feminilidade e masculinidade, são, portanto, construções sociais e culturais das sociedades ao longo da História. O masculino, segundo Albuquerque Jr (2015), foi vinculado a força, ao uso da razão, a energia, a coragem, a competitividade, as ideias de prover todo o necessário para família, além da proteção para seu grupo. Como lado oposto do ser masculino forte e corajoso encontra-se o ser feminino, igualmente formado a partir de sentidos e símbolos construídos culturalmente. Como aponta Ana Carolina Coelho Soares (2015), o ser feminino foi relacionado às noções de “fragilidade, emoção, beleza, verborragia ‘sem conteúdo’, dependência social, nutriz emocional e física dos outros” (p. 242).

A legitimidade dessa definição para as mulheres foi sendo consolidada e naturalizada pelos discursos gerados pelos detentores da fala: o ser masculino. Como indica Soares (2015), o “eu” social passou a ser representado pelo homem e a mulher foi designada ao papel do “outro”; que, por consequência, aprisionou os desejos das mulheres apenas para as funções correspondentes ao seu papel social de esposa e mãe.

Para pensar nos valores específicos dos alemães ao Sul do Brasil, atribuídos ao feminino e ao masculino e como estes foram descritos por Friedrich Gerstäcker, uma família do romance será tomada como estudo de caso.

Bux, que é incorporado à narrativa na metade do romance, logo é percebido pela maioria dos colonos como alguém que estava fora da norma de comportamento seguido pela maioria dos homens na colônia; poucos eram os que compartilhavam de seus valores. Essa afirmação pode ser comprovada por meio das escolhas de Bux e de suas relações de amizade com homens que também não eram admirados pelos demais imigrantes da colônia. Os adjetivos e características associados à Bux eram brigão, preguiçoso, aproveitador e que, ainda, tratava mal sua família.

Assim que chegou à colônia Santa Clara e descobriu que os lotes de terras não estavam demarcados e que iriam demorar a obtê-lo – pois havia outros imigrantes que chegaram antes e ainda esperavam pelas suas terras na casa de imigração –, brigou com o diretor. Não contente com a situação e com a resposta do diretor de que era necessário aguardar, comportou-se de forma agitada e agressiva na rua:

Mas enquanto ele praguejava e gritava no meio da rua, sua mulher estava sentada perto dele. Pálida e extenuada, ela trazia uma criança ao peito, enquanto uma menina de uns oito e um menino de uns dez anos estavam parados ao lado dela – a imagem da miséria, com lágrimas grandes e brilhantes nos olhos. Toda a história de uma vida cheia de dor e sofrimento refletia-se nos olhos dela e em toda a sua figura abatida – mas ela não reclamava, nenhuma palavra saía de seus lábios. Apenas embalava a criança com uma das mãos enquanto limpava o sangue da testa com a outra – pois ao pedir que ele não começasse nenhuma confusão no primeiro dia, ele batera nela com o punho fechado (GERSTÄCKER, 2016, p. 116).

Elementos de feminilidade e masculinidade aparecem no excerto acima. Sobre a mulher são feitas descrições referentes à suas emoções e cansaço físico, ao cuidado, que como mãe, dedicava aos filhos e ao silêncio que mantinha mesmo com a violência que sofreu. Nesse momento delicado, por estar longe de sua terra de origem em um lugar novo e com pessoas que não conhecia, a mulher mantinha suas “obrigações” de cuidado e de submissão ao comportamento do marido mesmo sem concordar com suas atitudes. O homem tem sua figura aproximada ao masculino através da necessidade de atestar sua masculinidade – por meio dos gritos de contestação –, e com a agressão em sua mulher – ao invés de defender a família é ele mesmo quem a atinge –, tem sua figura distanciada do modelo masculino que representa a segurança para o grupo familiar.

Bux era ventríloquo na Alemanha e para tentar ganhar dinheiro com menor esforço possível na nova colônia, conseguiu a taberna de Buttlich para realizar uma apresentação artística. Toda sua família foi envolvida: a mulher cobrava o valor pelo ingresso, os filhos, Guido e Isabella, faziam a apresentação de abertura – uma mistura de dança com alguns movimentos de ginástica. Bux era o último, fazia o show que finalizava o espetáculo.

Os curiosos que pagaram para ver a apresentação lamentaram e se indignaram logo no início da atuação das crianças, que usando malhas e fazendo movimentos estranhos, estavam sendo exploradas e humilhadas pelo pai. O diretor Sarno entrou no local que havia sido organizado para a apresentação e proibiu as crianças de se apresentarem, pois aquela situação era vergonhosa e não condizia com os valores compartilhados pela maioria da comunidade. Os colonos se uniram à opinião do diretor, reforçando-a ainda mais. Reproduzimos abaixo parte do diálogo ocorrido entre Bux e um dos colonos:

-Eu posso fazer o que quiser com os meus filhos [...] Ninguém tem nada a ver com isso.

-É mesmo meu rapaz?, exclamou um velho fazendeiro. Creio que você esteja enganado, pois quando recebemos gente nova aqui na colônia consideramos muito importante que não nos tragam constrangimentos. E, se percebermos que isso está acontecendo, seria muito estranho que não pudéssemos fazer nada a respeito! (GERSTÄCKER, 2016, p. 216).

Ao rechaçarem o comportamento Bux pelo abuso que cometeu com seus filhos, submetendo-os a uma situação vexaminosa, conseguimos perceber o lado oposto; o lado considerado correto pela maioria, que protegia as crianças e não concordava com a exposição delas. Esse papel de proteção e controle, aliás, era designado como obrigação paterna.

As duas situações acima apresentadas, indicam os valores atribuídos para às mulheres e os homens imigrantes e descendentes alemães e compartilhados pela comunidade da colônia. Esse padrão de comportamento é incorporado pelos imigrantes antes da saída da Alemanha e adaptados no Brasil através da construção da identidade teuto-brasileira. A revolução na cultura, anteriormente apontada, foram instrumentos para construção da identidade alemã e seus valores que correspondem a valorização do trabalho, da ordem, da língua, da origem étnica, da religião protestante, da educação, da moral. Maria Luiza Renaux (1995) escreve que a transmissão desses valores para as futuras gerações era responsabilidade das mulheres e com isso as mulheres alemãs eram peças importantes para as famílias de imigrantes.

Considerações finais

A Colônia: cenas de vida no Brasil, de Friedrich Gerstäcker, é uma fonte literária com inúmeras possibilidades de análise, visto que sua escrita é atenta e cheia de detalhes. Outras situações da narrativa poderiam ter sido selecionadas para problematizar os ideais de comportamentos para as mulheres e os homens imigrantes, entretanto, estas foram selecionadas para, além de apontar os comportamentos, evidenciar as diferenças entre as famílias colonas, mostrando que nem todas se encaixavam no padrão.

Com estes episódios relacionados à família de Bux, conseguimos notar um perfil de homem e seus comportamentos que não estavam no mesmo compasso que o da maioria. Ao se oporem a ele pela falta de cuidado com os filhos e com a esposa, ao se “negar” a manter um trabalho para sustentá-los e ao cometer um crime que prejudicou todo o grupo familiar, estavam julgando como errado o ser e o agir desse homem. Assim, podemos pensar que o oposto desses atributos é que formavam o ideal do homem para aquela sociedade: honesto, trabalhador, provedor, protetor.

Já para as mulheres, a responsabilidade pelos filhos é o exemplo mais evidente. Até mesmo por recair a responsabilidade de manutenção dos costumes e da cultura alemã apenas para as mulheres, conforme indicado anteriormente. Elas também deviam buscar a moralidade em suas ações, com trabalho honesto, mas na dependência da supervisão e proteção do marido. Quando este faltava a uma delas, a própria comunidade assumia a responsabilidade pela mulher para que não houvesse “desvios” comportamentais na colônia.

As relações entre os gêneros, identificadas através do exemplo da família em questão, indicam a hierarquização entre o casal, mas esta relação não corresponde ao restante dos casais moradores da fictícia colônia. Os homens, sim, aparecem com maior atuação e responsáveis em maior grau pelo bem estar da família, mas com grande consideração e respeito pelo o que representam suas esposas e filhos na estrutura familiar do novo mundo, na qual o sustento dependia de todos os membros.

Referências

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. Masculino/Masculinidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário Crítico de gênero*. Dourados: UGDG, 2015, p.434-440.

ALVES, Débora Bendocchi. Construção identitária dos imigrantes alemães no sul do Brasil: século XIX. In: MOTZKAU, Katharina; HÖSE, Vanessa; SÁEZ-ARANCE, Antonio. *Identities nacionales en America Latina: discursos, saberes, representaciones*. Ostfildern: Historamericana, 2017.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na História*, MS: Ed. UFGD, 2014.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura A fonte fecunda. In: *O historiador e suas fontes*. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso* Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GERSTÄCKER, Friedrich. *Narrative of a Journey Round the World*. Nova York: s/ed, 1854.

GERSTÄCKER, Friedrich, 1816-1872. *A Colônia: Cenas de vida no Brasil*/Friedrich Gerstäcker; tradução Gerson Roberto Neumann; Cláudia Pavan. Porto Alegre: Gradiva, 2016.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral de. Relações de gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs) *Dicionário Crítico de gênero*. Dourados: UGD, 2015, p.565-568.

NEUMANN, Gerson Roberto. A temática da emigração alemã para o Brasil em obras de três autores da literatura alemã do século XIX: Amália Schoppe, Friedrich Gerstäcker e Joseph Hörmeyer. *Metis: História e Cultura*, v 4, n°8, p. 37-60, 2005.

NEUMANN, Gerson Roberto. Friedrich Gerstäcker, o viajante alemão que palestrou no Salão da Real Academia Militar do Rio de Janeiro. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 38, 2012, p. 108-115.

NEUMANN, Gerson Roberto; PAVAN, Cláudia Fernanda. Réquiem para Gerstäcker, o inquieto solitário. *Soletras*, n° 34, p. 120-139, 2017.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v. 24, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí 1850-1950*. Blumenau: Ed. FURB, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, p. 77-91, 1995.

SOARES, Ana Carolina Coelho. Feminilidade/Feminino. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário Crítico de gênero*. Dourados: UGD, 2015, p.242-244.

**REPENSANDO CONCEITOS LIGADOS À IDEIA DE
MODERNIZAÇÃO NO SÉCULO XIX A PARTIR DAS OBRAS DE
VICENTE PÉREZ ROSALES (CHILE) E VISCONDE DE
ABRANTES (BRASIL) – ESTUDO COMPARADO**

Wellington Augusto Blume

Mestrando em História

PPGH UNISINOS

Que em meo conceito o meio mais efficaz para atrahirmos colonos uteis he a publicação de uma Lei, que regule a medição, divisão, demarcação, e venda publica das terras nacionaes e devolutas, por um preço modico, que possa ser depois augmentado, e nunca diminuido: que ao mesmo tempo vede toda e qualquer doação das mesmas terras, salvo em cazos extraordinarios; e que imponha sobre as terras possuidas e não aproveitadas (condição requerida pelo estado em que nos achamos) um tributo moderado, mas sufficiente para dar-lhes algum valor, ou provocar a sua transferencia para quem possa aproveita-las (ABRANTES, 1946, p.36).

El Gobierno chileno ha sabido conciliar la necesidad de rehacerse de los desembolsos consiguientes al planteo de uma colonia, con la equidade em el repartimiento de sus terrenos. Las divisiones o suertes se hacen en Chile de cien cuadras cada una; cinco de frente al camino i veinte de fondo. Una sola familia puede cimentarse em cada hijuela, i en ella se asignan 25 cuadras al padre, 12 a la madre i 12 a cada uno de los hijos que pasen de 15 años de edad; puede pues cada familia hacerse de un terreno proporcional al número de sus miembros. Los sobrantes son los que se rematan al cabo de tres años, i es em las compras preferido por el tanto el colono poseedor del resto (ROSALES, 1854, p.105-106).

As citações que abrem nossa discussão evidenciam um dos aspectos presentes nas *memórias* escritas por Vicente Pérez Rosales e Visconde de Abrantes: na metade do século XIX, as elites brasileira e chilena procuravam encontrar uma maneira racional de ocupação do território a partir da introdução de colonos oriundos do continente europeu. Um dos pontos amplamente debatidos, dizia respeito à organização das terras devolutas que receberiam contingentes de imigrantes. Para Rosales e Abrantes, que apoiavam seus estudos na legislação estadunidense, as propriedades já deveriam estar devidamente demarcadas e organizadas para serem prontamente vendidas e ocupadas pelos colonos que chegassem no Brasil e no Chile.

Todavia, as discussões em torno desse assunto, por mais que tenham uma linha de aproximação, possuem complexidades que precisam ser exploradas.

Assim, através deste estudo, pretendemos analisar comparativamente como Rosales e Abrantes utilizam conceitos relacionados à ideia de modernização para a construção das obras *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854) e *Memoria sobre os meios de promover a colonisação* (1846)²¹⁵. Para tanto, estabelecemos diálogo com Marc Bloch (1998) com o intuito de observar comparativamente como Rosales e Abrantes utilizaram os termos terra, colono, imigrante, trabalho e Estados Unidos para construir suas narrativas. Nossa ideia central é de que esses termos são uma chave de leitura importante para que se possa compreender a partir de quais concepções Rosales e Abrantes construíram suas narrativas.

Essas *memórias* fazem parte dos muitos estudos feitos pela elite letrada brasileira e chilena em torno de questões políticas, econômicas e sociais de seus respectivos países. Nas obras selecionadas, o tema da imigração apareceu como um dos eixos centrais para o desenvolvimento das nações, tendo em vista que, na linguagem de meados do século XIX, apostar na vinda de imigrantes europeus significava dar um passo importante rumo ao progresso e à prosperidade do país.

O assunto também é recorrente na historiografia. Lená Medeiros de Menezes afirma que “ao longo da temporalidade que se abriu a partir de 1850, com maior impacto a partir de 1870, foram produzidos e veiculados discursos centrados na defesa e no incentivo à imigração como caminho necessário para o ingresso do país nas trilhas do progresso e da civilização” (MENEZES, 2014, p.651). O Visconde de Abrantes, como destaca Giralda Seyferth (SEYFERTH, 2002), esteve inserido em um movimento de renovação das políticas migratórias do Brasil. Escreveu sua obra em um momento de mudanças. Em 1846, ano da publicação do seu escrito, a questão da propriedade da terra e dos imigrantes mais desejáveis para colonizar as terras devolutas brasileiras ganhava cada vez mais notoriedade. Quem deveria substituir os negros escravizados nas grandes propriedades? Quem deveria ocupar as regiões menos povoadas do território a fim de promover o desenvolvimento econômico nesses locais? E qual modelo de colonização deveria ser seguido? Tais questionamentos eram assunto da ordem do dia na vida política brasileira da metade do século XIX.

²¹⁵ Este artigo contempla as reflexões da dissertação de mestrado (cuja defesa está prevista para o segundo semestre de 2020) que estamos desenvolvendo na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, cujo título provisório é “Estudo comparado sobre as obras *Memoria sobre os meios de promover a colonisação*, do Visconde de Abrantes, Brasil, e *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion*, de Vicente Pérez Rosales, Chile – século XIX”. Os resultados para esse texto ainda são parciais.

O Visconde de Abrantes escreveu *Memoria sobre os meios de promover a colonização* (1846) para apresentar uma nova forma de organizar as políticas migratórias brasileiras. Isso porque naquele momento o Brasil possuía uma imagem muito negativa entre os europeus como país receptor de imigrantes. A opinião pública dos europeus salientava que o clima nos trópicos era muito desfavorável, os imigrantes encontrariam muitas dificuldades para adquirir terras e dificilmente conseguiriam alcançar seus objetivos como imigrantes, pois seria muito penoso encontrar empregos no Brasil. Um artigo da *Gazeta de Absburgo*, publicado em 12 de outubro de 1845, reforça nossa argumentação:

As Leis que regulão a aquisição de terras no Brazil serião sufficientes, porem são mal executadas, e algumas nem observadas são. Os livros dos Cartórios achão-se em tal confusão, que requer extremo cuidado da parte do Comprador. Finalmente cumpre considerar que a legislação em vigor no Brazil obsta á segurança da propriedade do emigrado, e sobre tudo que he ali quase impossivel fazer compra de terras que seja valida, ou disposiçoens testamentarias que sejam seguras: e do que fica exposto pode-se concluir o seguinte. 1º. Que as Provincias de S.Paulo, S. Catharina, e Rio Grande do Sul, tanto á respeito das circunstancias geographicas como do clima, são recomendaveis para colonias agricolas de Alemaens; mas que: — 2º. O presente estado da legislação e administração, e das relações sociaes no Brazil deve infalivelmente exercer uma influencia tão desastroza, que essas colônias não prehencherão os seus fins (ABRANTES, 1846, p.59).

De tal modo, entendemos que *Memória sobre os meios de promover a colonização* (1846) traz duas dimensões importantes: discutir a temática das migrações de forma ampla e defender uma reforma legislativa nas políticas migratórias do Brasil²¹⁶. Na época de sua escrita, as cifras de navios que partiam da Alemanha com destino aos Estados Unidos impressionaram Abrantes. Em uma nota de rodapé na décima terceira página do seu livro, aponta que 2024 embarcações carregadas de imigrantes foram da Alemanha para *New-York*. No somatório das cifras, 82.126 imigrantes teriam zarpado rumo aos Estados Unidos. O alto número de indivíduos que escolheram os Estados Unidos como destino e não o Brasil preocupou Abrantes. Seu interesse era de que o Brasil voltasse a se tornar um espaço atrativo para os imigrantes. Por isso, aproximou-se da legislação e literatura estadunidense para construir suas ideias acerca das políticas migratórias do Brasil.

Além disso, o debate racial está presente na narrativa de Abrantes. Giralda Seyferth (2002) explicou que “a questão racial estava subjacente aos projetos imigrantistas desde 1818,

²¹⁶ Esse assunto é discutido com mais amplitude em: BLUME, Welington Augusto. As inúmeras faces de um escrito: análise da obra "Memória sobre os meios de promover a colonização", do Visconde de Abrantes. [Trabalho de Conclusão de Curso]. UNISINOS, 2017.

antes de a palavra raça fazer parte do vocabulário científico brasileiro e das preocupações com a formação nacional” (SEYFERTH, 2002, p.118). Ao mesmo tempo, afirma que a imigração passou a ser “representada como um amplo processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas” (SEYFERTH, 2002, p.118). Além disso, apresenta a tônica dos discursos imigrantistas desenvolvidos pelos parlamentares desde meados do século XIX: defendia-se a vinda do imigrante europeu branco para civilizar o *atrasado Império brasileiro*. Nesse ponto, a pesquisadora defende que, desde os primeiros projetos imigrantistas, o pressuposto da superioridade branca já se fazia presente nos textos, seja de forma explícita ou implícita (SEYFERTH, 2002).

Menezes (2007) corrobora essa interpretação e defende que a elite letrada brasileira passou a se referir ao imigrante europeu branco como sinônimo de progresso e civilização. A historiadora salienta que essas palavras,

surgidas quando o mundo não era conhecido em sua totalidade, viajarão pelo globo e ganharão velocidade de circulação à medida que se expandem os meios de comunicação e fluxos de homens e mulheres saem da Europa em direção aos demais continentes (MENEZES, 2007, s/página).

Nesse sentido, a elite letrada, que estudou majoritariamente na Europa, voltava ao Brasil imbuída do ideário ilustrado que marcou o início do século XIX. Assim, quando retomamos os estudos de José Murilo de Carvalho (2008), conseguimos compreender de maneira mais ampla a forma como a elite imperial se apropriou dessas concepções. Formados na Universidade de Coimbra, a “ilha de letrados num mar de analfabetos” trazia uma renovação no pensamento intelectual do continente europeu para o Brasil. A nova forma de pensar a política, a economia e conseqüentemente a sociedade, passou a compor os escritos dessa elite (CARVALHO, 2008). É a partir dessa ligação que a elite imperial passa a atribuir novos significados à vinda de imigrantes para o Brasil. Os imigrantes não viriam apenas para ocupar territórios estratégicos, desenvolver o comércio interno e compor as linhas dos batalhões em tempos de guerra (WITT, 2015), mas também para desenvolver a cultura. Suas características positivas trariam o refinamento desejado para o desenvolvimento do progresso e da civilidade do Império. É nesse contexto que Abrantes está inserido. Ele escreve em um momento de transição das políticas migratórias imperiais, cujo pressuposto teórico está sustentado pelas ideias racionais de colonização estadunidenses e imbuídas pelo ideário racial que marcou essa primeira metade do século XIX.

No lado chileno, Baldomero Estrada destacou que havia duas ênfases nos debates em torno da imigração:

num primeiro momento, isso foi formulado como uma forma de provocar mudanças culturais, tendo em vista o trabalho educacional e a influência dos imigrantes. Mais tarde, passou-se a ver na migração uma solução demográfica que fortaleceria a nação e permitiria uma melhor ocupação do território, tão escassamente povoado (ESTRADA, 1999, p.462).

Para Jorge Pinto Rodríguez (2008), a elite chilena vislumbrava a ideia de se tornar um país europeu em terras latino-americanas, por isso a ênfase em trazer imigrantes europeus. A partir da imigração, os chilenos teriam a possibilidade de conseguir avanços culturais e econômicos significativos, tendo em vista sua aptidão para o trabalho e a educação. Nesse sentido, “esa europa se convirtió, en un modelo y los europeos de aquellas latitudes en el ejemplo a seguir” (RODRÍGUEZ, 2008, p.168). Na metade do século XIX, a elite chilena pensou na organização de seu país a partir de três pontos fundamentais: “en primer lugar, establecer una estructura de poder que les permitiera reemplazar al viejo sistema colonial; en segundo lugar, insertar a la economía nacional en el concierto de la economía mundial; y, por último, identificar un modelo de país y nación al cual adherir” (RODRÍGUEZ, 2008, p.169).

Nesse sentido, era do interesse dessa elite organizar o país a partir de moldes europeus que os distanciassem de suas origens coloniais espanholas. Uma das formas de fazer isso seria trazendo imigrantes europeus para as áreas despovoadas do território. A partir da estruturação de uma proposta educacional abrangente, vinculada com o ingresso de imigrantes europeus, “alcanzaríamos las condiciones para que nuestra población, educada y cultivada, pudiera asumir la soberanía del poder y traspasarlo a sus representantes, convertidos en gobierno por la voluntad popular, principio que suscribió sin reservas la clase política en el siglo XIX” (RODRÍGUEZ, 2008, p.173). De tal forma, os imigrantes, que na perspectiva da elite chilena já possuíam uma cultura para o trabalho e os saberes mínimos para uma vida em sociedade, trariam benefícios significativos para a nação a partir dessa ideia que vinculava o incentivo à educação com a vinda de imigrantes europeus.

Vicente Pérez Rosales fez parte dessa elite que pensou um projeto de nação para o Chile do século XIX. Através dos seus escritos, salientou a importância da imigração para o desenvolvimento do progresso em território chileno. Para Guillermo Latorre e Javier Pinedo (2010), Rosales foi um dos grandes defensores dos projetos de colonização no Chile. Sua

ênfase esteve voltada para atrair imigrantes alemães ao território. Nesse sentido, os autores argumentam:

En todo momento se muestra [Vicente Pérez Rosales] como gran partidario de la inmigración como productora de energía para provocar el progreso de Valdivia, donde “todo dormía, todo vegetaba”, pues en su opinión faltaba “el estímulo que sólo la inmigración extranjera sabe despertar en las aglomeraciones humanas amodorradas por la inercia”. (LATORRE; PINEDO, 2010, p. 324). [Grifo nosso].

Durante os anos que escreveu *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854), o Chile possuía uma imagem negativa entre os europeus como país de destino dos imigrantes²¹⁷. Havia grande dúvida entre os intelectuais europeus quanto à sobrevivência das Colônias e sobre o grau de conflitos com os índios Mapuche. Por isso, havia a necessidade da elite chilena em mudar esse panorama e criar uma imagem positiva do país como território receptor de imigrantes. A *memória* de Rosales vem ao encontro dessa ideia. Através da sua obra, Rosales pretendia demonstrar para a elite chilena as complexidades, necessidades e benefícios imbuídos na vinda de imigrantes estrangeiros para seu país. Para ele, conhecer o processo como um todo colocaria o Chile em pé de igualdade com países como os Estados Unidos e a Austrália, que já possuíam prestígio como receptores de imigrantes europeus. Pois, na perspectiva de Rosales,

en resolucion, no hai en el dia un solo estado del antiguo i del nuevo mundo, que no procure por todos los medios racionales, bien sea conservar el elemento poblador bajo el influjo de su bandera, bien sea atraerlo a fuerza de concesiones i sacrificios a las playas independientes de la América (ROSALES, 1854, p.2)

Ao lado dessa questão, e

basándose en su experiencia en California, propuso una inmigración que evitara el caos: no se debía aceptar colonos excesivamente pobres, ni excesivamente ricos y ociosos, “sino aquella (población) que el espíritu del lucro o el de las ideas

²¹⁷ O historiador chileno Rafael Baeza demonstra que há uma longa construção de representações sobre o Chile que remontam ao período colonial. Desde o século XVI, viajantes e conquistadores escreveram narrativas sobre o território chileno, que, em sua maioria, trouxeram uma carga pejorativa ao território. Para Baeza, apenas no século XIX que a elite chilena, durante e após o processo de independência, constrói uma narrativa que enaltece o território, combatendo as representações negativas que foram construídas sobre o Chile durante os três séculos antecedentes. Ver mais em: BAEZA, Rafael Sagredo. Chile: de fines terrae imperial a “copia feliz del edén” autoritario. In: Nomear la nación. Los nombres de los países de América Latina. CHIARAMONTE, Jose Carlos; MARISCHAL, Jose Carlos; GRANADOS, Aimer Granados (Orgs.). Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2008.

liberales del siglo separa de los grandes centros civilizados, para venir a la Virgen América, ya a gozar de una libertad positiva, ya a recoger a manos llenas las riquezas que, sin conocer su valor, menospreciamos” (LATORRE; PINEDO, 2010, p. 325).

Nesse sentido, Rosales estava inserido em um contexto de intenso debate sobre a imigração, cujos resultados podem ser observados com maior profundidade a partir de 1857, quando o autor se torna agente de colonização do Chile na Europa. A ideia, naquele momento, era de atrair imigrantes alemães para o território chileno, demonstrando que o Chile seria um país convidativo e promissor para os colonos descontentes em território europeu.

Com este panorama em vista, salientamos que Abrantes e Rosales publicaram obras que modificaram a forma como a elite brasileira e chilena observou os movimentos migratórios. Influenciados pelas ideias racionais de colonização dos Estados Unidos e da Inglaterra, à época modelos de civilização e modernidade, os autores defenderam a vinda de imigrantes europeus para seus respectivos países. Estes, portadores de uma civilidade, resignação e aptidão ao trabalho diferenciado, seriam uma das chaves para o desenvolvimento dos seus respectivos países. Essas aproximações mencionadas acima, são um dos pontos observados nesse trabalho: Brasil e Chile, neste cenário das migrações, possuíam muitas similitudes naquilo que toca seus projetos migratórios. As ideias defendidas referentes ao processo migratório, *imigrantes desejáveis* e os objetivos almejados com este empreendimento se assemelham. Todavia, há muitas particularidades. Analisaremos elas a partir do contexto geral mais amplo e depois delimitaremos nossa análise observando como Abrantes e Rosales utilizam as palavras terra, colono, imigrante, trabalho e Estados Unidos para construir suas narrativas. Adotamos tal perspectiva a partir de uma reflexão elaborada por Bloch, para o qual “praticar o método comparativo é, pois, em ciências humanas [...], procurar, para explicar, as semelhanças e diferenças patenteadas por séries de natureza análoga, tiradas de meios sociais diferentes” (BLOCH, 1998, p.114).

BRASIL

Monarquia

Migrações incentivadas desde 1818

CHILE

República

Migrações incentivadas desde 1824

Censo populacional de 1872 com 9.930.478 habitantes ²¹⁸	Censo populacional de 1845 com 1.439.120 habitantes ²¹⁹
Imagem negativa na Europa	Imagem negativa na Europa
Formação da Elite em Coimbra	Formação da Elite em Santiago

TABELA 1: do autor.

Na Tabela 1, fizemos um breve apanhado de alguns pontos importantes que levamos em consideração para comparar Brasil e Chile²²⁰. Apesar de ambos terem recebido imigrantes europeus e os projetos de colonização possuírem pontos em comum, há algumas particularidades importantes que devem ser mencionadas. Desde 1818, antes da independência do Brasil, a coroa portuguesa havia implementado um projeto de colonização com suíços em Nova Friburgo e Leopoldina²²¹ e, posteriormente, em 1824, com alemães em São Leopoldo. Ou seja, desde o início do XIX, havia no Brasil um pensamento de trazer imigrantes europeus que foi colocado em prática via projetos de colonização. Por outro lado, no Chile, apesar da implementação de leis que incentivassem a vinda de imigrantes europeus em 1824 e 1846 (CARRASCO, 1990), não houve a concretização de um projeto de colonização mais amplo. Estrada (1999) avalia que na primeira metade do século XIX o Chile recebeu um contingente pouco expressivo de imigração espontânea. Assim, há uma primeira diferença que se relaciona com o desenvolvimento dos movimentos migratórios para Brasil e Chile: no primeiro país, houve a implementação de políticas migratórias seguidas de financiamentos governamentais para a implementação de núcleos de colonização, enquanto que no segundo, apesar de existir uma legislação que possibilitava a vinda de imigrantes estrangeiros, não houve maior investimento por parte do governo para incentivar a chegada de colonos (que vieram, por seu turno, de forma espontânea, porém, em número reduzido).

Outro aspecto importante recai sobre o contingente populacional. O Brasil foi o nome mais expressivo do tráfico negreiro transatlântico de escravos, tendo recebido entre 1808 e

²¹⁸ Censo disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/01/censo-de-1872-e-disponibilizado-ao-publico>.

²¹⁹ Informações disponíveis em: CARRASCO, Carmen Norambuena. Política y legislación migratoria en Chile, 1830 – 1930. Universidad de Santiago de Chile: Santiago, 1990 (p.36).

²²⁰ Consideramos que essa forma por nós escolhida não esgota as possibilidades de comparação, mas nos auxilia a visualizar alguns pontos importantes, tendo em vista que há um número específico de páginas para a elaboração desse texto.

²²¹ Ver mais em: SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting-pot* nacional. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

1850, 1.400.000 africanos que foram escravizados²²². Em contrapartida, esse número difere das estatísticas chilenas. Há dados que indicam que havia, antes da independência do Chile, 25.000 negros escravizados no país. A diferença é muito grande entre Brasil e Chile, ainda mais quando levamos em consideração que em 1872 a população brasileira girava em torno de 9.930.478, enquanto que a população chilena em 1845 se aproximava de 1.439.120. Proporcionalmente, percebe-se a importância que o trabalho escravo possuía para o Brasil, enquanto que no Chile a historiografia aponta para a existência do trabalho livre desde a independência do país (SECRETO, 2011), que trouxe no seu bojo a abolição da escravidão. Esses números estão refletidos no pensamento intelectual de ambos os países: na narrativa de Abrantes, a substituição do trabalho de negros escravizados por colonos europeus brancos está no centro da narrativa, constituindo-se como um dos eixos centrais da obra. Enquanto que, para Rosales, essa não vem a ser uma questão de discussão, estando o foco da sua narrativa centrado na contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento chileno.

Tais aspectos ganham notoriedade no decorrer das obras e aparecem em diversos momentos na narrativa de Abrantes e Rosales. Abaixo, inserimos uma tabela com a relação das palavras terra, colono²²³, imigrante²²⁴, trabalho e Estados Unidos.

Palavra	Quantidade	Contexto/Utilização
Colônia	106	Explicativo/Identidade
Colonização	48	Explicativo/Identidade
Colono	148	Argumentativo/Associação
Emigração, Imigração	71	Explicativo/Identidade
Estados Unidos, Norte-America, Inglês	69	Argumentativo/Associação e Oposição
Terra	116	Explicativo/Associação e Identidade
Trabalho	42	Argumentativo/Associação

Tabela 2²²⁵: do autor.

²²² Ver mais em: MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos Estudos. São Paulo, Março de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>

²²³ Inserimos também, *colônia* e *colonização*, que estão em sintonia com a ideia de colono.

²²⁴ Essa palavra foi compreendida através da ideia de *imigração* e *emigração*.

A segunda tabela da nossa proposta comparativa traz elementos importantes para nossa discussão. Observamos o modo como Abrantes e Rosales utilizaram palavras que estão ligadas com a ideia de modernidade em suas obras, isso seria, em outros termos, repensar o emprego dos conceitos a partir do contexto de produção das *memórias*. Em decorrência disso, aproximamo-nos do trabalho desenvolvido por Ciro Flamirion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997). Eles apresentam algumas possibilidades aos pesquisadores que utilizam a análise de textos para a escrita da história. Uma delas, que nos parece a mais adequada para alcançarmos nossos objetivos, apresenta a análise semântica dos textos históricos como caminho possível para o desenvolvimento da pesquisa. Para os autores, não há um método único para estabelecer essas relações entre a linguística e a história, mas indicam que existem algumas maneiras mais adequadas e seguras de se trabalhar com essa abordagem. Para isso, apoiam-se no trabalho *Vocabulaire politique et social en France, de 1869 à 1872* (1962), de Jean Dubois. Segundo esse autor, o pesquisador precisa se ater às redes de relações entre as palavras, observando as oposições, associações e identidades²²⁶ formuladas entre o conjunto de palavras-chave com a situação em que são empregadas no texto, para que se possa compreender de maneira mais ampla as relações entre o texto e o contexto (VAINFAS; CARDOSO, 1997).

As palavras colono e terra são as mais utilizadas por Abrantes e Rosales, e ocupam, cada qual à sua maneira, um espaço importante nas suas obras. Todavia, o contexto de produção das obras marca algumas semelhanças e diferenças importantes que devem ser observadas²²⁷.

²²⁵ Para sabermos com exatidão quantas vezes cada palavra aparece no texto, utilizamos a ferramenta de busca do Microsoft Edge, que contabiliza a frequência das palavras quando se utiliza a ferramenta “localizar na página” (Ctrl + F). Fizemos isso com as *memórias* aqui analisadas e fizemos o somatório dos resultados obtidos, que foram, posteriormente, transcritos na tabela. Como critério de seleção, optamos em explorar as palavras que estão associadas ao contexto político, econômico e social do século XIX que dialogam diretamente com os movimentos migratórios para Brasil e Chile.

²²⁶ Vainfas e Cardoso (1997) resumem do seguinte modo a metodologia de Dubois (1962): “*Relações de oposições*: oposições formais marcadas pelos prefixos anti, in, não etc; pares antonímicos do tipo revolução/reação, liberdade/servidão etc; pares morfologicamente motivados do tipo ordem/desordem; constelações em torno de uma mesma palavra, a exemplo de povo/burguês, povo/nobres, povo/capitalistas; oposições paralelas tipo classes ricas/classes pobres, senhores cruéis/senhores bondosos. *Relações de associações*: são sempre contextuais. Por exemplo, textos em que trabalhador se associe a pobres ou escravidão a pecado, castigo etc. *Relações de identidade*: devem ser diferenciadas das denotações ou sinônimos dos dicionários. As identidades são sintagmas que podem ser sempre intercambiáveis em contextos específicos. Exemplo: escravo/ negro/ etíope/preto etc” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.381).

²²⁷ Defendemos aqui que os conceitos utilizados pelos autores são os mesmos. Ou seja, no sentido epistemológico, a leitura que os autores fazem da sua realidade são feitas a partir de uma base científica comum. Todavia, a forma como atribuem significados a eles difere, em decorrência do seu contexto de produção (MAIA, 2015; CABRERA, 2004).

Para Abrantes, a ênfase é clara quando se faz a leitura integral do texto: o Império, em 1846, necessitava repensar suas políticas migratórias para se tornar um país atrativo para imigrantes, sobretudo para os europeus brancos, que eram almejados pela elite letrada imperial. Como destacou Jorge Luiz da Cunha (1988), a década de 30 do século XIX representou para o Império a desaceleração nas discussões em torno da imigração e colonização para o Brasil. Esse debate só seria retomado com maior afinco a partir da década de 40, quando a estabilidade política proporcionada pela maioria de D. Pedro II novamente possibilitou que se pensasse nas questões estratégicas do Império já levantadas por D. Pedro I (CUNHA, 1988). E é nessa conjuntura que se reacende o debate em torno da colonização das terras devolutas com colonos europeus e se acentua a discussão sobre a posse da terra.

No texto de Abrantes, a inserção da palavra colono está relacionada ao contexto migratório: pensar no colono, para o autor, é refletir sobre a *agricultura, a aptidão para o trabalho, a resignação e a sobriedade*. Para Rosales, essa palavra também está relacionada com as questões do trabalho, mas a atribuição de sentidos feita pela elite chilena era diferente. Rosales dialogava muito mais com a ideia da educação e do progresso: o colono seria aquele que já viria com refinamento cultural e naturalmente, por ser europeu, contribuiria para o avanço dos aspectos educacionais no seu país. Por mais que o trabalho tenha um peso para se pensar no colono na perspectiva de Rosales, percebemos que a questão cultural possuía uma dimensão mais abrangente.

A palavra terra, por seu turno, está inserida nas principais discussões dos capítulos mais extensos da obra de Abrantes, enquanto que ocupa um espaço pequeno na narrativa de Rosales. Há uma questão de contexto muito importante que não pode ser negligenciada: no Brasil, as discussões em torno da propriedade da terra estavam *a todo vapor* na metade do século XIX, enquanto que no Chile, o artigo V da legislação de 1833 já estabelecia as diretrizes em torno da propriedade da terra.

De tal modo, para Abrantes, a legislação vigente impossibilitava a medição, divisão, demarcação e venda das terras públicas para os colonos que emigrassem para o Brasil. Além disso, para que o Império pudesse fazer propaganda massiva para a imigração no exterior, seria conveniente que já houvesse um preço estabelecido por lote de terra. Abrantes reconhece que

o projecto de Lei, que está em discussão na Câmara vitalícia, retocado em algumas de suas disposições, parece-me que satisfará ao que se ha de mester para a criação desse meio efficaz. A venda de terras, acompanhada d'alguns premios e remunerações á favor da introdução de colonos, atrahirá de certo emigrados prestadios, que uma vez estabelecidos convidarão á outros; e assim encarreirada, a emigração se tornará espontânea, e marchará progressivamente por si mesma, e talvez sem ultteriores premios (ABRANTES, 1846, p.36-37). [Grifo nosso]

Há dois aspectos importantes nesse trecho que sintetizam a preocupação de Abrantes com a questão da terra: a ampla discussão que estava sendo feita no Império em torno desse assunto e as vantagens que se poderia ter com sua devida regulamentação. O primeiro trecho é significativo para a primeira questão: intuímos que Abrantes está se referindo à discussão em torno da Lei de Terras que viria a ser aprovada em 1850, mencionando que ela poderia satisfazer as necessidades por ele consideradas fundamentais, ou seja, medir, dividir e demarcar a terra seria essencial para um país que quisesse dinamizar a imigração. O segundo trecho está relacionado com as associações que Abrantes estabelece com a palavra terra ao longo de todo o texto: regulamentar a terra, significa, para Abrantes, progredir nos meios de promover a colonização. Para ele, o colono estaria interessado em saber exatamente quais as reais condições para emigrar. Uma vez que se estabelecesse um padrão de colonização, a imigração, com o passar do tempo, tornar-se-ia espontânea, tal como acontecia nos Estados Unidos (ABRANTES, 1846). Diferentemente, para Rosales, a discussão em torno da compra, venda e demarcação das propriedades não ocupa um espaço em sua narrativa. Sua preocupação, naquele momento, é direcionada para outro ponto: no Chile, havia um debate sobre onde os imigrantes deveriam se estabelecer. Nesse sentido, a palavra terra sempre está relacionada a lugares como Valparaiso e Llanquihue, que receberam, posteriormente, um contingente de imigrantes alemães.

Um dos pontos centrais de convergência entre os dois trabalhos está relacionado com a apropriação que Abrantes e Rosales fazem da concepção de progresso relacionado com os Estados Unidos, *Inglez* ou *Inglezes*. Ambos utilizavam livros, cartas e leis produzidos nos Estados Unidos e Inglaterra para legitimar a argumentação. Sempre que constroem ideias sobre formas de colonizar, mencionam um exemplo de como esse processo deu certo nos Estados Unidos ou em colônias inglesas. Sendo assim, para os autores, o contingente de imigrantes que se dirigiu aos Estados Unidos e colônias inglesas está associado à organização burocrático/legislativa promovida pelos intelectuais ligados a esses países.

Por fim, as palavras Colonia, Colonização, Imigração, Emigração e Trabalho, são utilizadas com muita proximidade ao longo dos capítulos de Abrantes e Rosales. Elas aparecem normalmente ao lado das palavras terra, colono, Estados Unidos e Inglezes, estando relacionadas com a discussão mais ampla que são propostas ao longo das narrativas.

Aferimos que as *memórias* de Abrantes e Rosales foram elaboradas a partir de referências externas. Suas principais fontes são livros, jornais e revistas produzidos na Europa e nos Estados Unidos. A influência que essas fontes exerceram sobre as escritas pode ser percebida através de cada um dos capítulos das obras de Abrantes e Rosales, ficando explícitas nas citações e apropriações que fazem no decorrer de cada parágrafo. Somado a isso, as palavras aqui selecionadas nos ajudam a compreender e repensar de forma mais ampla a grande circularidade de ideias existente entre os continentes, em um contexto no qual as ideias iluministas e as emergentes ideias positivistas influenciavam os escritos de letrados e intelectuais do período.

Para concluirmos nossa reflexão, salientamos que os estudos comparativos auxiliam os pesquisadores a perceber com maior profundidade as complexidades que caracterizam as diferentes sociedades no tempo e no espaço. Brasil e Chile no século XIX, figuram entre os países que desenvolveram amplos projetos de imigração e colonização. Por mais que isso possa parecer um lugar comum na historiografia, uma vez que existe uma extensa bibliografia que analisa os movimentos migratórios para a América Latina, há inúmeras particularidades no desenvolvimento desses processos. Por isso argumentamos que os estudos comparativos ainda têm muito a contribuir para o avanço das discussões acerca das migrações. Nesse sentido, nosso esforço nesse ensaio foi apresentar as semelhanças, diferenças e complexidades na construção das narrativas em torno das migrações no Brasil e no Chile a partir das obras de Abrantes e Rosales.

Referências

AZEVEDO, Célia Martinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAEZA, Rafael Sagredo. Chile: de fines terrae imperial a “copia feliz del edén” autoritario. In: **Nomear la nación**. Los nombres de los países de América Latina. CHIARAMONTE, Jose Carlos; MARISCHAL, Jose Carlos; GRANADOS, Aimer Granados (Orgs.). Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2008.

BLANCPAIN, Jean-Pierre. **Los alemanes en Chile (1816-1945)**. 4.ed. Santiago: HACHETTE, 1987.

BLOCH, Marc. **História e Historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch**. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998.

BLUME, Welington Augusto. **As inúmeras faces de um escrito: análise da obra "Memória sobre os meios de promover a colonização", do Visconde de Abrantes**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. UNISINOS, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder. Dúvidas e opções dos homens de cultura da sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

CABRERA, Miguel Ángel. **Historia, lenguaje y teoría de la sociedad**. Madrid: Frónesis-Cátedra, 2004.

CARRASCO, Carmen Norambuena. **Política y legislación inmigratoria en Chile, 1830 – 1930**. Universidad de Santiago de Chile: Santiago, 1990

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CUNHA, Jorge L. **Os Colonos Alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul**. Rio Grande do Sul 1848-1881. Dissertação de Mestrado. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27080/D%20%20CUNHA%2C%20JORGE%20LUIZ%20DA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

ESTRADA, Baldomero. Imigração européia no Chile (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: USP, 1999, p.461-503.

GARCÍA, Juan Antonio. **La Rioja y los riojanos en Chile, 1818-1970**. Santiago: Soc. Impresora La Unión, 1995.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Luiza Horn Iotti (org.). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JARAMILLO, Loreto Vanessa Hermsilla. **La inmigración alemana a Valdivia: educación y cultura en la primera fase de su instalación (1850-1870)**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidad Austral de Chile. Valdivia, Chile, 2011.

KAULEN, Andrea Krebs, GUERRERO, Sor Úrsula Tapia e ANWANDTER, Peter Schmid. **Los alemanes y la comunidad chileno-alemana em la historia de Chile**. Santiago: Liga chileno-alemana, 2001.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Orgs.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

KOCKA, Jürgen. **Para além da comparação**. Revista Esboços, Florianópolis, v. 21, n. 31, ago. 2014, p. 279-286.

LATORRE, Guillermo; PINEDO, Javier. **Diccionario de El Entrometido. Vicente Pérez Rosales**. 1ª ed. Chile: Santiago, LOM Ediciones, 2010.

- LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.
- MAIA, Carlos Alvarez. **História, ciência e linguagem: o dilema relativismo-realismo**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2015.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos Estudos. São Paulo, Março de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>
- MENEZES, Lená Medeiros de. A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX. In CANCINO, Hugo; MORA, Rogelio de la (coords.) – **Ideas, intelectuales y paradigmas en América Latina (1850-2000)**. Vleracruz/México: Universidad Veracruzana Lomas del Estadio, 2007.
- _____. Entre o ideal e o real : Os discursos sobre a imigração no Brasil e o enfrentamento da desordem (1870-1930). In: **Intelectuais na América Latina: pensamento, contextos e instituições**. Dos processos de independência à globalização. Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora (Org.). Rio de Janeiro: UERJ/LABIME, 2014.
- RÉMOUND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RODRÍGUEZ, Jorge Pinto. **Proyectos de la elite chilena del siglo XIX**. Chile: ALPHA Nº 26, Julio 2008.
- SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais** - vol. 26 nº 77, São Paulo, outubro de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>
- _____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: **Revista USP**, n. 53, p. 117-149, 2002
- _____. **As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOUND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- TOSO, Sergio Grez. Población y sociedade. In: FERMANDOIS, Joaquín (Org.). **Chile: La construcción nacional**. Taurus, Espanha: 2013.
- WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**. Estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX. 2.ed. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

Processos Midiáticos

RETRATOS DO DESLOCAMENTO: UMA ANÁLISE DAS IMAGENS VEICULADAS DE IMIGRANTES HAITIANOS E SENEGALESES EM UM JORNAL DO SUL DO BRASIL²²⁸

Andressa Gazzana Reis²²⁹

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise de imagens relacionadas às mobilidades contemporâneas para o Sul do país, especificamente, de imigrantes haitianos e senegaleses, entre os anos de 2014 e 2015. Para tanto, utilizou-se para a construção do *corpus* um jornal de circulação estadual, o jornal Zero Hora, tendo em vista o grande número de imigrantes destas nacionalidades que vieram para o estado do Rio Grande do Sul nesse período. A análise realizada irá focalizar nas imagens que acompanham três Especiais ZH voltados para “os novos imigrantes”, forma como eles são apresentados pelo jornal, e outras notícias veiculadas em seções distintas do jornal no intervalo dessas publicações. Desta análise, sobressaíram questões relativas aos deslocamentos e à inserção desses imigrantes no mercado de trabalho. Trata-se de fotografias que trazem à tona uma imagem de expectativa, do sonho desses imigrantes de conquistar uma nova vida, apesar das diversidades encontradas. São representações que reforçam a noção do coletivo, ilustrando a forma como estão transcorrendo essas mobilidades na contemporaneidade.

Palavras-chaves: Haitianos. Senegaleses. Imagens. Imprensa.

No contexto atual, há um grande número de migrantes deslocando-se de um lado a outro do globo, ganhando notoriedade em diferentes meios de comunicação. No caso do Brasil, essa realidade não é diferente. Ao longo de sua trajetória, o território brasileiro vivenciou diferentes formas de mobilidades, recebendo imigrantes com origens distintas. Origens que hoje podem ser representadas por indivíduos pertencentes à região caribenha e do Sul do globo, por exemplo. Mobilidades que, devido as suas características e particularidades, passaram também a ganhar espaço na mídia. Esse é o caso dos imigrantes haitianos e senegaleses que vieram a ingressar no território brasileiro nos últimos anos. Imigrantes que deixaram suas terras natais, em consequência de desastres naturais e crises políticas, e apostaram no Brasil, estabelecendo-se especialmente na região Sul e Sudeste, para seguir adiante com suas vidas.

A partir dessas premissas, o presente estudo busca analisar como a mobilidade de

²²⁸ Este trabalho é resultado da pesquisa realizada na dissertação de mestrado “Construções Discursivas em torno do Imigrante Haitiano e Senegalês na Imprensa do Rio Grande do Sul: Um Estudo do Jornal Zero Hora, 2014-2015”, defendida em março de 2017.

²²⁹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

haitianos e senegaleses é representada na imprensa do Rio Grande do Sul, a partir da análise das imagens presentes em suas notícias. O Rio Grande do Sul foi o estado escolhido, visto o número de imigrantes dessas nacionalidades que vieram a se estabelecer na região nos últimos anos. Como base para a construção do *corpus*, utilizou-se um jornal de circulação estadual, o jornal Zero Hora. O objetivo da análise é compreender, apoiado nas imagens publicadas pelo jornal, de que forma o imigrante haitiano e senegalês e, conseqüentemente, esse processo de deslocamento foi retratado por esse veículo. O período da análise e a nacionalidades em estudo foram estabelecidas considerando três Especiais ZH publicados no jornal sobre o tema: a) *Os novos imigrantes*, de 16 de agosto de 2014; b) *Inferno na Terra Prometida*, de 7 de junho de 2015; c) *Sonhos partidos*, de 4 de outubro de 2015. Nesses 14 meses, além dos especiais, foram coletadas ainda outras notícias apresentando imagens relacionadas aos imigrantes haitianos e senegaleses em seções distintas do jornal.

Nessas notícias, vê-se, em grande maioria, a presença de fotografias utilizadas para reforçar características descritas no decorrer das narrativas jornalísticas. Particularidades que contribuem para a construção do perfil dos imigrantes haitianos e senegaleses noticiados pelo veículo. Trata-se de fotografias que trazem à tona uma imagem de luta e de esperança ao chegar nesse novo território. Nessa perspectiva, nas seções a seguir apresentaremos um breve referencial sobre a temática migratória e sobre o método de análise empregado. Na sequência, serão apresentadas as características observadas, chamando à atenção para os elementos que vêm a destacar quem são esses imigrantes que passaram a ingressar no Rio Grande do Sul nesse período e como foram realizados esses deslocamentos.

1 A MIGRAÇÃO E OS FLUXOS RECENTES DE IMIGRANTES HAITIANOS E SENEGALESES PARA O RIO GRANDE DO SUL

O ato de se deslocar de um território a outro pode ser repleto de significados, tendo em vista que “A migração internacional faz parte de uma revolução transnacional que está reformulando as sociedades e a política ao redor do mundo”. (CASTLES; MILLER, 2009, p. 7, tradução nossa)²³⁰. São formas de mobilidade que também são capazes de provocar mudanças econômicas, de acordo com a forma como são realizadas. Um exemplo disso está relacionado às posições ocupadas por esses migrantes no momento do deslocamento, haja

²³⁰ “International migration is part of a transnational revolution that is reshaping societies and politics around the globe”.

vista que ingressar em um novo país como refugiado ou como profissional qualificado implica em diferentes processos de adequação. Isso acontece, pois, há uma maior burocracia quando o processo é encaminhado por trabalhadores braçais e sem vínculos, se comparado aos profissionais especialistas, sendo possível ainda o imigrante vivenciar uma maior discriminação por parte da sociedade local após o seu ingresso no país. Trata-se de posições que também vêm a influenciar na forma como esses indivíduos são vistos, especialmente quando ingressam no mercado de trabalho. (CASTLES; MILLER, 2009). De fato, pode-se afirmar de que "[...] é o trabalho que funda a existência do imigrante, que lhe confere seu estatuto social, legitima sua presença". (SAYAD, 1998, p. 109). Relações que, por conseguinte, tendem a influenciar o lugar social do imigrante em seus países de acolhida de diferentes formas. (CAVALCANTI, 2015).

No caso do Brasil, o número de imigrantes que ingressou no mercado de trabalho foi significativo, especialmente de imigrantes haitianos – a maioria homens e jovens –, entre os anos de 2011 e 2013. (CAVALCANTI, 2015). Característica que vai ao encontro do perfil dos imigrantes que ingressaram no Rio Grande do Sul nos últimos anos. Ambos os grupos – de haitianos e senegaleses – são compostos por imigrantes solteiros, na faixa dos 19 aos 50 anos, a maioria do sexo masculino. Eles falam diversas línguas, entre elas o francês, o espanhol e outros dialetos locais, característica que inicialmente tende a dificultar a sua adaptação no país, em função das dificuldades relacionadas à comunicação. (UEBEL, 2015).

Eles são indivíduos que ingressaram no Brasil pelo estado do Acre e vieram a se estabelecer em diferentes regiões do país, incluindo o Rio Grande do Sul. No caso desse estado em particular, vale salientar que:

[...] os estoques anuais especificamente nos anos de 2000, 2010 e 2014 tiveram um salto quantitativo muito expressivo, apresentando um crescimento de 198,8% entre 2000 e 2010 e de 125% entre 2010 e 2014, ou seja, cresceu-se em quatro anos o número de imigrantes no Rio Grande do Sul quase o que levou-se em uma década. (UEBEL, 2015, p. 101).

Trata-se de um crescimento capaz de provocar diferentes desdobramentos, influenciando a realidade social, o que faz com que essa temática se torne de interesse e venha a repercutir em inúmeros espaços, incluindo as diferentes mídias. Porém, no caso específico da imprensa, como esses tópicos são apresentados? Na sequência, abordaremos questões relacionadas à mídia, às imagens e ao jornal Zero Hora, para assim seguir para a análise.

2 A MÍDIA, AS IMAGENS E O JORNAL ZERO HORA

A fotografia está diretamente relacionada à visão do fotógrafo, sendo a mensagem fotográfica capaz de envolver três perspectivas – de quem a emite, do canal pela qual ela é transmitida e do leitor –, quando falamos do contexto jornalístico. (BARTHES, 1977). Em função disso, é válido trazer à tona características do jornal Zero Hora para entender o lugar de fala de seus emissores, isto é, seus sujeitos, antes de partirmos para a análise. Pertencente desde a década de 1970 ao Grupo RBS, líder no segmento de multimídia da região, o jornal Zero Hora passou por inúmeras modificações ao longo dos anos para se adequar as mudanças presentes no mercado midiático, estando, na atualidade, presente também no meio digital, através da página e do aplicativo GaúchaZH (no período utilizado para a análise, o site do jornal ainda era conhecido como ZeroHora.com). (Grupo RBS, 2017). Cabe destacar nesse contexto, no entanto, que, por ser integrante de um grupo de comunicação, o jornal Zero Hora tem de manter sua sustentabilidade. Característica que faz com que a mídia e os veículos de maneira geral produzam conteúdos relevantes para seu público-alvo, com o objetivo de se manter em evidência. Com isso, vê-se que “A escolha de palavras, imagens ou espaços, denota posição, o que é inerente a qualquer instituição que seja detentora de poder e que esteja interessada em mantê-lo”. (JUNIOR; SARMANHO, 2015, p. 452).

Essas questões, assim, vão ao encontro da noção de que a mídia é percebida, em geral, a partir de seu propósito. Isso ocorre por ela ser a responsável pela escolha dos temas que são ou não publicados, o que possibilita com que ela chame atenção para os conteúdos que lhe sejam pertinentes. (GUARESCHI, 2003). Particularidade que permite com que se afirme, “[...], sem receio que, em termos sociológicos, algo existe, hoje, ou deixa de existir, se for ou não veiculado”. (GUARESCHI, 2003, p. 16). Uma característica que, conseqüentemente, tende a influenciar os diferentes espaços da vida social e seus discursos.

O discurso, nessa perspectiva, está associado aos enunciados que, ao serem elaborados, são capazes de produzir diferentes interpretações, de acordo com a forma, o local e a temporalidade de sua produção. (FOUCAULT, 1987). Vale ressaltar, no entanto, que sua forma de transmissão não está relacionada somente a fala. Códigos verbais, gestuais, icônicos, fotográficos etc. também são responsáveis pela sua concretização, uma vez que eles também são capazes de produzir sentidos e significados. (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

No caso em estudo, serão analisados os discursos construídos por trás das imagens fotográficas que compõem o *corpus* de notícias, tendo em vista que “[...] a fotografia não é

apenas documento para ilustrar nem apenas dado para confirmar. Não é nem mesmo tão-somente instrumento para pesquisar. Ela é constitutiva da realidade contemporânea e, nesse sentido, é, de certo modo, objeto e também sujeito”. (MARTINS, 2008, p. 23). Ou seja, ela é capaz de reproduzir a realidade social, trazendo à tona diferentes mensagens. Mensagens que se tornam palpável através do olhar do fotógrafo, o que faz com que o seu ponto de vista também esteja presente, criando sentidos para além do objeto fotografado. (MARTINS, 2008).

No caso específico da fotografia jornalística, vale destacar que a mensagem produzida não se dá de forma isolada. Ela conversa com outras estruturas, seja ela linguística – representada pela matéria em si ou pela legenda da foto –, seja ela gráfica, a partir da análise dos elementos que a compõe. Elementos que permitem a leitura da mensagem em dois níveis. Enquanto no nível da denotação faz-se uma leitura no sentido literal do que está exposto, no nível da conotação é necessário buscar desencadear outros sentidos que estão para além do exibido. Trata-se de uma leitura que dependerá de interpretação e produzirá diferentes significados de acordo com quem a lê. (BARTHES, 1977).

Nesse sentido, a fim de ler o sentido conotativo da mensagem, alguns elementos podem ser analisados, entre eles: a trucagem, a pose e os objetos. A trucagem está relacionada à forma como a cena é apresentada a fim de reconstituir os fatos, a pose está diretamente voltada aos sujeitos presentes e aos seus posicionamentos, enquanto os objetos relacionam-se aos elementos do cenário que são capazes de produzir algum tipo de significado ou analogias. Esses três elementos se baseiam em elementos denotativos, isto é, reais, para que a partir deles seja possível construir a mensagem pretendida. Já os outros três elementos possíveis de análise relacionam-se às técnicas empregadas. A fotogenia está relacionada à estrutura, à iluminação, ao enquadramento etc. da imagem; a estética, à composição e suas particularidades; e a sintaxe, à sequência, à repetição, especialmente quando há fotografias sequenciais para ilustrar o mesmo fato. (BARTHES, 1977).

Assim, a partir dos elementos apontados, a presente análise busca identificar as mensagens conotativas das fotografias, através da apresentação de similaridades, que possam exemplificar características desses novos imigrantes retratados pelo jornal. Para isso, evidenciamos ângulos, enquadramentos, composições, poses, objetos etc. que fazem parte da construção fotográfica. Além disso, também serão observadas outras estruturas que possam

interagir com as fotografias, no caso a narrativa jornalística, a fim de verificar proximidades ou distanciamentos, conforme disposto na análise apresentada na sequência.

3 OS RETRATOS DO DESLOCAMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Para conduzir a análise, utilizou-se como base as notícias veiculadas entre os anos de 2014 e 2015, em função do número de imigrantes haitianos e senegaleses que vieram a se estabelecer no Rio Grande do Sul nesse período. Nesses 14 meses – de agosto de 2014 a outubro de 2015 –, foram coletadas 50 notícias que apresentavam imagens desses imigrantes. Essas notícias foram publicadas em seções distintas do jornal, sendo uma delas o Especial ZH. Três notícias foram veiculadas nessa seção de especiais (*Os novos imigrantes*, de 16 de agosto de 2014; *Inferno na Terra Prometida*, de 7 de junho de 2015; *Sonhos partidos*, de 4 de outubro de 2015), chamando a atenção para os movimentos de entrada e saída desses imigrantes junto à região em estudo.

Desse total de notícias veiculadas, é possível agrupar as imagens apresentadas em quatro grandes grupos, destacando os seguintes temas: (a) os deslocamentos, isto é, a trajetória percorrida por esses indivíduos para chegar ao Rio Grande do Sul; (b) os abrigos, destacando os locais em que essas pessoas foram alocadas nesse período; (c) o mercado de trabalho, chamando à atenção para as formas de inserção dos imigrantes nesse contexto; e (d) a esperança, evidenciando as oportunidades disponíveis ao longo do percurso. Além desses temas, também se verifica ao longo das notícias retratos de haitianos e senegaleses, especialmente em matérias que apresentam entrevistas ou depoimentos, e imagens relacionadas a um fato em específico vivenciado por eles nesse recorte temporal. Dessa forma, com base nesses agrupamentos, será apresentada a seguir a forma como essas imagens são retratadas, dando atenção aos temas observados.

3.1 Os deslocamentos

No que tange aos deslocamentos, vê-se uma recorrência de imagens que evidenciam o caminho percorrido por esses imigrantes para chegar ao Rio Grande do Sul. Nas fotografias empregadas, observa-se a presença de imigrantes, a maior parte homens, de diferentes idades, de cabeça baixa, carregando seus pertences, em alguns casos entrando, em outros saindo do ônibus, meio de transporte utilizados por esses grupos no Brasil para se deslocar de um estado para o outro. Na maioria dos casos, nota-se que esses indivíduos estão em filas. Quando não

estão em fila, encontram-se sentados, um ao lado do outro, à espera de atendimento, seja nos terminais de ônibus, seja no abrigo.

Em algumas imagens ainda, os elementos presentes em cena chamam à atenção para a forma como o trajeto do Acre até o Sul do país foi realizado. Na primeira fotografia veiculada na notícia *Imigrantes haitianos podem chegar a Porto Alegre na madrugada de domingo*, de 22 de maio de 2015, veem-se homens caminhando para entrar em um ônibus estacionado em uma estrada de chão batido. É noite, a única luz presente é a dos faróis, que vem a evidenciar a frente do ônibus e o caminho que está sendo percorrido por essas pessoas. (ROLLSING, 2015a). A escuridão presente na imagem se destaca aos olhos do leitor, revelando que muito desses percursos foram realizados durante a noite, por meio de estradas sem infraestrutura, como se o processo, como um todo, estivesse sendo realizado às escondidas. Na narrativa apresentada pelo jornal e nas falas apresentadas de diferentes representantes, do governo ou da sociedade civil, essas dificuldades presentes nos deslocamentos também são evidenciadas:

– Desde abril, o governo do Acre se utiliza do expediente e encaminha imigrantes em ônibus fretados para São Paulo, no Sudeste. Agora chegou a vez de Porto Alegre, no Sul. Chamam de ‘transporte de imigrantes’, mas, pela maneira como isso efetivamente acontece e a vulnerabilidade a que os estrangeiros se submetem nos grandes centros, sem muitas informações e orientações, isso lamentavelmente ganha aspectos de remoção, de despejo [diz a professora acriana] [notícia publicada em 26/11/2014]. (TREZZI; KANNENBERG, 2014).

Nesse contexto, apesar dos diferentes ângulos empregados pelos fotógrafos, das tonalidades e das poses apresentadas nas fotografias com esse tema, o que se destaca nesse conjunto de imagens relacionadas à trajetória percorrida é a forma como os grupos presentes encontram-se retratados. A noção da fila, presente ao lado do ônibus, no abrigo aguardando por um atendimento ou para retirar um prato de comida, condiciona esses indivíduos à espera, de algo ou de alguém, para seguir adiante. Ela também remete a noção de subserviência, pois apesar de estarem presentes, esses imigrantes estão sujeitos à ação do Outro para poderem seguir a sua jornada, independente de seus anseios. Ademais, essas fotografias também reforçam a noção de grupo, do coletivo, uma vez que em todas elas observa-se a presença de inúmeros imigrantes reunidos, salientando que essas mobilidades não estão sendo realizadas de forma isolada. Porém, além do caminho percorrido, é válido destacar que as imagens veiculadas também destacam as paradas ao longo do percurso e os locais em que esses imigrantes ficaram abrigados.

3.2 Os abrigos

Em relação aos abrigos, verifica-se que as fotografias publicadas vêm a destacar as condições dos locais destinados para esses imigrantes ao chegarem ao Brasil, tanto na região Norte, ao cruzarem a fronteira do Acre, como na região Sul. De fato, no conjunto de imagens apresentado pelo jornal nesse contexto, exemplificam diferentes cenários, que salientam a falta de infraestrutura desses ambientes.

No especial *Inferno na Terra Prometida*, de 7 de junho de 2015, há diferentes imagens que ilustram a condição desses locais. Observam-se, por exemplo, homens deitados em colchões extremamente finos, cheios de rasgos, evidenciando sua espuma. Não há travesseiros, veem-se malas e outros pertences ao fundo, amontoados. A situação apresenta-se de tal maneira que o próprio jornalista evidencia as condições do abrigo ao longo da reportagem. Logo de início, há uma breve descrição: “Superlotação, colchões úmidos e semidestruídos, mau cheiro, esgoto, banheiros inutilizáveis e doenças”. (ROLLSING, 2015b). Na sequência, ele descreve, com maior propriedade, características desse local:

Não há território mais inóspito no abrigo, em Rio Branco, do que os banheiros. Em um corredor longo, as cabines com vasos sanitários estão de um lado. Os boxes com os chuveiros estão em frente. As paredes plásticas que fechavam a área das duchas estão destruídas e espalhadas pelo chão. Lixo e roupas velhas estão perdidos por ali, mas o pior é o cheiro que exala dos vasos sanitários, com fezes acumuladas até a borda. Também há dejetos pelo chão. (ROLLSING, 2015b).

Condições que também são apresentadas em outras notícias, como na *Imigrantes haitianos podem chegar a Porto Alegre na madrugada de domingo*, de 22 de maio de 2015. Na primeira imagem da reportagem, foram destacadas anteriormente as questões relacionadas aos deslocamentos. Na segunda fotografia veiculada ao final da notícia, observam-se os imigrantes, no abrigo no Acre, realizando uma aula improvisada de português, uns em pé, outros sentados, todos muito próximos, demonstrando interesse sobre o que está sendo ensinado. Somente um deles tem papéis na mão, como se fosse fazer anotações. Há um quadro branco em cima de uma mesa de plástico, encostado em uma parede rebocada, em meio a um jardim. No quadro, um dos homens escreve: "Olá, como vai você? Estou bem e você. Estou bem também. Onde você vai [...]". (ROLLSING, 2015a). Com isso, percebe-se que o abrigo aparentemente não apresenta estrutura para esse tipo de atividade ou outro local mais apropriado, com cadeiras e mesas, que pudesse ser adaptado.

Porém, não é somente no Acre que os abrigos apresentam falta de infraestrutura. Na matéria *Falta de coordenação dificulta acolhida de imigrantes*, de 26 de maio de 2015, veem-se imigrantes arrumando suas camas, após a sua chegada. Nessa foto, veem-se roupas de cama e travesseiros, que propiciam o mínimo de conforto para essas pessoas, apesar de todos os colchões estarem disposto no chão em meio a uma quadra poliesportiva. (CIGANA, 2015). Com isso, é possível afirmar que se trata de um abrigo improvisado, organizado para receber o grupo de imigrantes que está chegando. Nesse contexto, verifica-se, de acordo com as notícias e as imagens veiculadas, a falta de planejamento por parte dos governos locais para receber esses imigrantes, tendo em vista o grande número de imigrantes que ingressaram no território e não eram esperados. Características, no entanto, que não fizeram com que esses indivíduos deixassem o Brasil. Pelo contrário, como pode ser visto na sequência, a maioria desses haitianos e senegaleses, após se estabelecerem, foram em busca de oportunidades e passaram a ingressar no mercado de trabalho.

3.3 O mercado de trabalho

No conjunto de imagens apresentadas sobre a temática laboral, são reforçadas as questões apontadas sobre as condições e as vagas de emprego para as quais esses imigrantes são designados. De fato, vestindo uniforme, seja no chão de fábrica ou em outro estabelecimento comercial, essa é a realidade encontrada por esses trabalhadores. Na segunda imagem da notícia *Novos imigrantes mudam o cenário do Rio Grande do Sul*, de 16 de agosto de 2014, vê-se a imagem de um haitiano em primeiro plano, operando uma máquina. Ao fundo, há outro imigrante na mesma posição. (ROLLSING; TREZZI, 2014). Também na segunda imagem da matéria *Homem postou pedido no Facebook e ajudou senegalês a encontrar emprego*, de 10 de setembro de 2015, vemos um senegalês, igualmente de uniforme, trabalhando em um posto de gasolina, enchendo o tanque de um automóvel. (SCIREA, 2015). Chama à atenção que em ambas as fotos, os fotógrafos utilizam um ângulo de baixo para cima, o que faz com que a imagem do imigrante ganhe destaque e o segundo plano passe despercebido em um primeiro olhar. Esse ângulo utilizado também cria uma noção de imponência, visto que, em relação aos demais elementos da imagem, é a figura do imigrante que se apresenta no centro e em ascendência.

Ainda no que tange ao mercado de trabalho, outra opção possível quando falamos de imigrantes haitianos e senegaleses é dos que trabalham como comerciantes ambulantes. Na notícia *Imigrantes africanos descobrem o litoral gaúcho*, de 22 de janeiro de 2015, temos a

imagem de um senegalês, no centro de uma rua de Capão da Canoa, segurando uma prancheta com os artigos que vende. (JUSTINO, 2015). O ângulo utilizado na fotografia segue o mesmo das descritas anteriormente, dando destaque a figura do imigrante. No entanto, o que chama à atenção nessas fotografias é que, em função das características apresentadas, é possível reconhecer o tipo de trabalho que esses imigrantes são submetidos para garantir a sua permanência no Brasil, cargos e posições que eram considerados vagas ociosas. Nas narrativas presentes nas matérias, outros cargos também são destacados:

– Eles têm muita facilidade para o trabalho, são honestos, disciplinados e não reclamam. Aprendem rápido, inclusive o idioma – diz a gerente de Relações Humanas [de empresa de móveis].

São 15 na fábrica, todos homens: dois costureiros, um contador, um pintor e os demais, marceneiros [notícia publicada em 16/08/2014]. (ROLLSING; TREZZI, 2014).

Com isso, é possível verificar que a forma como esses indivíduos são retratados nessas imagens, apresentando um grande destaque, se opõe ao status ocupado por eles no mercado de trabalho. Particularidade que não faz com que eles percam a esperança, pelo menos em um primeiro momento, como é mostrado em outras matérias e imagens utilizadas pelo jornal.

3.4 A esperança

A noção da esperança explicitada nas categorias de análise é reforçada por diferentes imagens, que são utilizadas como apoio para reforçar características presentes na narrativa do jornal. Por exemplo, no caso dos imigrantes em estudo, observa-se que o jornal constrói um discurso destacando os aspectos positivos dessas mobilidades, ao trazer enunciados, como: “Fogem da pobreza: no Brasil, podem ganhar até seis vezes mais do que no seu país de origem”. (ROLLSING; TREZZI, 2014). Com isso, percebe-se que esses imigrantes estão em busca de novas oportunidades, segundo a narrativa proposta, o que vai ao encontro de um dos variados fatores que condicionam a migração.

No caso específico das imagens, essa noção torna-se evidente especialmente através das expressões desses indivíduos na fotografia. Na primeira imagem da notícia *Novos imigrantes mudam o cenário do Rio Grande do Sul*, de 16 de agosto de 2014, há um homem, em primeiro plano, sorrindo para a câmera. Em segundo plano, há onze pessoas, entre eles homens e mulheres, um ao lado do outro, em diferentes poses. Uns sorriem, outros tentam escolher o rosto. Eles se encontram em uma sala da fábrica em que trabalham. Estão todos

uniformizados. Apesar do ambiente de trabalho, todos apresentam um semblante descontraído. (ROLLSING; TREZZI, 2014).

Já a imagem publicada na notícia *Na última semana 162 haitianos e senegaleses passaram por Santa Catarina*, de 2 de maio de 2015, vê-se um imigrante haitiano sentado em uma mesa, com uma caneta na mão, como se fosse escrever, cercado de livros. O fundo está desfocado, porém, entende-se que ele se encontra em um dos abrigos improvisados ao longo do percurso. Ele sorri, feliz, e em seus olhos, temos uma ideia de um olhar sonhador. O jovem, de acordo com a narrativa veiculada, busca no Brasil, além de emprego, retornar seus estudos. (HANGAI, 2015).

Nesse contexto, é possível apresentar ainda mais uma imagem, que foi publicada na notícia *Saiba como ajudar imigrantes e refugiados no RS*, de 9 de setembro de 2015. Na foto, observa-se o céu azul entre nuvens, duas janelas de ônibus e o rosto de dois imigrantes haitianos deslocando-se de Rio Branco, no Acre, para São Paulo. Os homens estão olhando frente, para o longe, como se estivessem descobrindo o que está por vir. (MARTINI, 2015). Esse ato de estar em movimento, nesse contexto, também é significativo, traz à tona uma ideia de mudança, de estar indo ao encontro de uma nova vida.

Cabe destacar ainda com relação a essas fotografias que, diferente das até então observadas, há um grande contraste de luz. As imagens apresentam uma luminosidade, dando destaque aos indivíduos que estão sendo retratados e ao ambiente que os cerca. Nessas imagens, os imigrantes se encontram em um ambiente ideal, amplo e limpo, independente de se encontrarem em uma sala de uma fábrica, em um abrigo ou ao ar livre. Com isso, analisando os agrupamentos estabelecidos na análise, verifica-se que o jornal é capaz de apresentar, através dos diferentes elementos presente nas imagens, discursos distintos envolvendo o deslocamento de imigrantes haitianos e senegaleses para o Rio Grande do Sul. Um discurso carregado de significados, capturado pelo olhar de diferentes fotógrafos. No quadro apresentado a seguir, pode-se consultar o link das notícias em que se encontram as imagens apresentadas ao longo da análise.

Quadro 1 – Lista de notícias

N.	DATA DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	LINK
1	22/05/2015	Imigrantes haitianos podem chegar a Porto Alegre na madrugada de domingo	https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/05/imigrantes-haitianos-podem-chegar-a-porto-alegre-na-madrugada-de-domingo-4766856.html
2	07/06/2015	Inferno na Terra Prometida	http://zh.clicrbs.com.br/especiais-zh/zh-terra-prometida/
3	26/05/2015	Falta de coordenação dificulta acolhida de imigrantes	https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/05/falta-de-coordenacao-dificulta-acolhida-de-imigrantes-4768453.html
4	16/08/2014	Novos imigrantes mudam o cenário do Rio Grande do Sul	https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/08/Novos-imigrantes-mudam-o-cenario-do-Rio-Grande-do-Sul-4576728.html
5	10/09/2015	Homem postou pedido no Facebook e ajudou senegaleses a encontrar emprego	https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/09/homem-postou-pedido-no-facebook-e-ajudou-senegaleses-a-encontrar-emprego-4844411.html
6	22/01/2015	Imigrantes africanos descobrem o litoral gaúcho	https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/verao/noticia/2015/01/imigrantes-africanos-descobrem-o-litoral-gaucha-4685508.html
7	02/05/2015	Na última semana 162 haitianos e senegaleses passaram por Santa Catarina	https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/06/na-ultima-semana-162-haitianos-e-senegaleses-passaram-por-santa-catarina-4772939.html
8	09/09/2015	Saiba como ajudar imigrantes e refugiados no RS	https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2015/09/saiba-como-ajudar-imigrantes-e-refugiados-no-rs-4843251.html

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise proposta, verifica-se que o jornal ao trazer a temática dos imigrantes haitianos e senegaleses cria um discurso característico em relação a esse grupo de pessoas. Tanto nas imagens, como nos trechos analisados, vê-se a construção de uma imagem, de um grupo formado, em sua maioria, por homens. Indivíduos de uma faixa etária semelhante, que buscam por mudanças em suas vidas. Esses elementos fazem com que seja possível construir um cenário, atenuando ou reforçando as adversidades resultantes desses processos. Uma característica que permite com que a ideia de sintaxe seja retomada, uma vez que, mesmo que as notícias e suas imagens tenham sido veiculadas em momentos distintos, ainda assim é possível estabelecer uma lógica, uma cadeia significativa entre as imagens e aos

elementos em discussão. Uma narrativa que poderia apresentar diferentes significados, visto que as mensagens construídas são a reprodução de uma realidade, a partir das lentes de um sujeito produtor de sentido.

No exercício proposto e a partir dos elementos analisados, percebe-se também que o jornal recria imagens associadas à ideia de um sonho, de uma conquista, alcançados, em grande parte, através do trabalho. Um sonho que apresenta diferentes obstáculos ao longo do percurso. Nesse sentido, vê-se que a lógica apresentada nas imagens reforçam as posições ocupadas pelos imigrantes ao ingressarem nesse novo território e no mercado de trabalho, imagens que corroboram com os dados referentes ao aumento significativo de imigrantes deslocando-se para o Rio Grande do Sul e a falta de infraestrutura presente ao longo do percurso para poder recebê-los de uma forma mais apropriada, e fortalece a noção de que as notícias são capazes de construir e conduzir narrativas sobre um determinado tema, dando prioridade a determinados aspectos ao longo do processo.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **Image Music Text**. Essays selected and translated by Stephen Heath. FontanaPress: An Imprint of HarperCollinsPublishers, 1977.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso *versus* Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 15(4): 679-84, out./dez. 2006.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. 4. ed. New York: Guilford Press, 2009.
- CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: Características e tendências. **Cadernos OBMigra - Revista Migrações Internacionais**, Brasília, v. 1, n. 2, 2015. p. 35-47.
- CIGANA, Caio. Falta de coordenação dificulta acolhida de imigrantes. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26 maio 2015. Fotografia de Guto Kuerten / Agencia RBS. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/05/falta-de-coordenacao-dificulta-acolhida-de-imigrantes-4768453.html>>. Acesso em 19 out. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GRUPO RBS. **Nossas empresas**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/>>. 2017
- GUARESCHI, Pedrinho A. Para uma mídia socialmente responsável. In: GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo (Org.). **Diário Gaúcho: Que Discurso, Que Responsabilidade Social?** Porto Alegre: Evangraf, 2003.
- HANGAI, Luis Antonio. Na última semana 162 haitianos e senegaleses passaram por Santa Catarina. Fotografia de Cristiano Estrela / Agência RBS. **Zero Hora**, Porto Alegre, 02 jun. 2015. Disponível em

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/06/na-ultima-semana-162-haitianos-e-senegalenses-passaram-por-santa-catarina-4772939.html>>. Acesso em: 19 out. 2018.

JUNIOR; Norberto K.; SARMANHO, Andréia P. Do vandalismo ao protesto: análise de conteúdo da cobertura do jornal Zero Hora sobre as manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus em Porto Alegre. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 433-454, jul./dez. 2015.

JUSTINO, Guilherme. Imigrantes africanos descobrem o litoral gaúcho. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 jan. 2015. Fotografia de Ricardo Duarte / Agencia RBS. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/verao/noticia/2015/01/imigrantes-africanos-descobrem-o-litoral-gaucha-4685508.html>>. Acesso em 19 out. 2018.

MARTINI, Felipe. Saiba como ajudar imigrantes e refugiados no RS. Fotografia de Mateus Bruxel. **Zero Hora**, Porto Alegre, 09 set. 2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2015/09/saiba-como-ajudar-imigrantes-e-refugiados-no-rs-4843251.html>>. Acesso em: 19 out. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

ROLLSING, Carlos. Imigrantes haitianos podem chegar a Porto Alegre na madrugada de domingo. Fotografia em Mateus Bruxel / Agencia RBS. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 maio 2015a. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/05/imigrantes-haitianos-podem-chegar-a-porto-alegre-na-madrugada-de-domingo-4766856.html>>. Acesso em: 19 out. 2018.

ROLLSING, Carlos. Inferno na terra prometida. Fotografia em Mateus Bruxel / Agencia RBS. **Zero Hora**, Porto Alegre, 07 jun. 2015b. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/especiais-zh/zh-terra-prometida>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ROLLSING, Carlos. Sonhos partidos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 out. 2015c. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/especiais-zh/zh-sonhos-partidos/index.html>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ROLLSING, Carlos; TREZZI, Humberto. Novos imigrantes mudam o cenário do Rio Grande do Sul. Fotografia de Mauro Vieira / Agencia RBS. **Zero Hora**, Porto Alegre, 16 ago. 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/08/Novos-imigrantes-mudam-o-cenario-do-Rio-Grande-do-Sul-4576728.html>>. Acesso em: 19 out. 2018.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração: ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCIREA, Bruna. Homem postou pedido no Facebook e ajudou senegalês a encontrar emprego. Fotografia de Jefferson Botega / Agencia RBS. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 set. 2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/09/homem-postou-pedido-no-facebook-e-ajudou-senegales-a-encontrar-emprego-4844411.html>>. Acesso em 19 out. 2018.

TREZZI, Humberto; KANNENBERG, Vanessa. Sem avisar, Acre envia quatro ônibus com haitianos ao RS. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26 nov. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/11/sem-avisar-acre-envia-quatro-onibus-com-haitianos-ao-rs-4651306.html>>. Acesso em 19 fev. 2017.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul no início do século XXI**: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa. 2015. 248 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

IMPRESSOS CATÓLICOS E HEGEMONIA: UMA ESTRATÉGIA DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO JORNAL *MUNDO JOVEM*, 1978-1988

Diosen Marin, Doutoranda, Universidade Federal de Santa Maria
Jorge Luiz da Cunha, Doutor, Universidade Federal de Santa Maria

Introdução

O texto compreende um recorte do projeto de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), portanto apresenta considerações parciais do que avançamos até o presente momento, isso no que se refere a pesquisa, a formulação dos conceitos e a construção de seu embasamento teórico. O projeto de doutorado em desenvolvimento consiste em analisar a influência dos impressos católicos tanto nas práticas escolares, quanto no processo de formação dos professores de escolas públicas dos anos finais da educação básica, entre os anos de 1978 e 1988.

No texto, analisaremos a categoria Hegemonia a partir dos artigos do jornal *Mundo Jovem*, que tratam sobre a crítica a imprensa hegemônica e a massificação promovida pelos meios de comunicação de massa. As publicações analisadas foram selecionadas de acordo com a presença dos conceitos de Hegemonia e Consenso, que foram definidos a partir das formulações teóricas de Antonio Gramsci, entre os anos 1978 e 1988. Com isso, o percurso metodológico que pretendemos desenvolver está orientado pelas Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin²³¹.

²³¹ A metodologia que se pretende empregar para a realização do projeto de doutorado compreende um percurso metodológico composto por duas etapas. Na primeira etapa do percurso metodológico, serão avaliados os impressos católicos tendo como referência a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2004), pois se entende que essa é a metodologia mais adequada para a análise de materiais escritos, em que há preocupação em persuadir o leitor. As publicações na área de História da Educação sobre o tema que este projeto pretende desenvolver limitam-se a apresentar o que está presente nos periódicos católicos.

A partir dessas considerações iniciais, cabe descrevermos como organizamos o artigo. Primeiramente, ele foi dividido em dois momentos, no primeiro deles apresentaremos os caminhos percorridos para a formulação do projeto do doutorado, e nos empenhamos em apresentar a trajetória do jornal *Mundo Jovem* e o seu interesse de mediar os processos pedagógicos. Na segunda parte do artigo, procuraremos tratar dos conceitos de Hegemonia e Consenso a partir da perspectiva do teórico italiano Antonio Gramsci, bem como apresentaremos a pesquisa realizada no intuito de demonstrar como os conceitos operam na parte empírica do processo, e quais as contribuições que a aproximação entre eles promove na pesquisa.

1. Os meios de comunicação de massa e as pesquisas na área da Educação

Antes de definir, analisar e apresentar o conceito de Hegemonia na pesquisa acreditamos que é relevante apresentar o caminho percorrido no projeto de doutorado. Primeiramente, a escolha dessa temática não foi aleatória, pois desde a publicação do Mestrado em História (2014) foram realizadas pesquisas sobre os meios de comunicação impressos, seus conselhos editoriais e suas congregações. Essas pesquisas demonstram o interesse desses grupos de agendar²³² discussões, debates na sociedade.

Com isso, como propõe Sandra Mara Corazza (2002), o projeto que pretendemos desenvolver é resultado de uma insatisfação com o já-sabido. Pois, pesquisas realizadas para reconhecer o que está sendo produzido no meio acadêmico sobre a interferência ou não dos impressos católicos na formação e nas práticas pedagógicas demonstraram que, em teses e dissertações, já foi percorrido um significativo caminho sobre esse assunto. Entretanto, essas pesquisas colaboram com o período conhecido como Escola Nova, principalmente entre os anos de 1930 e 1960. E elas costumam retomar a Revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital, que são considerados o cerne da intelectualidade católica leiga, principalmente, a partir de 1922, quando a revista *A Ordem* é criada, porém pouco tem se produzido sobre outros centros do pensamento intelectual católico, outros impressos e, menos ainda, tendo como foco de pesquisa a História da Educação. E é por reconhecermos a importância de pesquisas que contemplem essa temática que nos dedicamos a esse assunto.

²³² A Teoria do Agendamento ou *agenda setting* defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas. Ou seja, a mídia nos diz sobre o que falar e pauta nossas relações sociais. Ela foi desenvolvida na década de 1970, pela dupla de pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw.

Entretanto, o meio de comunicação que estamos interessados em pesquisar trata-se do jornal *Mundo Jovem*. Ele teve, durante o seu período de veiculação, sede na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sob o apoio e orientação da Faculdade de Teologia da referida instituição, a publicação se apresentava como um meio de comunicação impresso voltado para a educação. Desde 2017, o jornal foi descontinuado, ou seja, após 53 anos de história ele passaria a ser online e gratuito com publicações semestrais, e apesar de inúmeras tentativas de contato, não encontramos a versão online que foi divulgada, em nota, pela Assessoria de Comunicação da PUCRS.

Em sua dissertação de mestrado Rui Antônio de Souza apresenta a controversa utilização da nomenclatura “jornal”, mesmo que as suas características, tanto em forma quanto em conteúdo, seja de revista. No que se refere ao jornal, sua periodicidade é mensal, seu público é segmentado, suas publicações são mais extensas e ilustradas. Na sua primeira tiragem ele possuía características muito distintas das que apresentaria alguns anos depois, pois sua primeira edição tinha seis páginas, e nela foi tratado das vocações sacerdotais e religiosas. O jornal *Mundo Jovem* foi criado em março de 1963, no Seminário Maior de Viamão, e foi chamado de *Informações Vocacionais*.

Alguns meses depois, em setembro de 1963, a publicação é ampliada para 12 páginas e passa a ser escrita em português e espanhol, mas agora com os títulos “S.O.S. Vocações” e “S.O.S. Vocaciones”. O nome mudou, mas a temática continuou a mesma tratar das vocações religiosas e atrair mais pessoas ao seminário. Na sua quarta edição, maio-junho de 1964, o periódico mudou, novamente, sua denominação, passando a se apresentar sob o título “Lançai as redes”. De acordo com Souza (2008), no editorial dessa edição, o redator Ari Martendal, afirma que a publicação desperta o interesse de padres, professores, religiosos e jovens.

A primeira edição da publicação “Lançai as redes” foi em agosto de 1964, sendo elas bimestrais e composta por edições de 12 páginas cada uma, em preto e branco. A partir da mudança de título, a publicação também especificou seu grupo que passou a ter como público-alvo os professores católicos do sul do Brasil. E após algumas edições, a publicação tornou-se o jornal *Mundo Jovem*, essa mudança ocorreu no periódico de outubro-novembro de 1967, como aponta a passagem a seguir:

Em outubro-novembro de 1967, na edição número 24, circulava o primeiro *Mundo Jovem*, impresso em preto e branco, com seis edições ao ano, de 20 páginas cada uma. A equipe de redação justificou a mudança do nome de Lançai as Redes para *Mundo Jovem*, em outubro de 1967, com o objetivo de ampliar o campo de ação do jornal, destinando-o não mais

especificamente para o jovem religioso, mas para todos os jovens preocupados com o seu futuro, com sua definição vocacional e profissional e com os rumos da sociedade em termos políticos e sociais. (SOUZA, 2008, p. 20)

A partir da citação observamos que além do nome, o jornal também modificou o público-alvo e redefiniu as suas temáticas. No que se refere a suas características físicas, no ano de 1967, o jornal passou de 20 para 24 páginas, e contava com nove publicações anuais, que estavam de acordo com o calendário escolar, ou seja, de março a dezembro, com interrupção em julho, que era mês de recesso escolar quando as escolas possuíam 200 dias letivos. Essa organização demonstrava a preocupação do jornal em atender as demandas dos espaços educacionais.

Após esse breve histórico do jornal *Mundo Jovem*, consideramos relevante descrever resumidamente as principais temáticas que identificamos na publicação nas décadas pesquisadas, período em que as publicações eram mensais e ocorriam de acordo com o ano letivo, ou seja, de março a novembro. A década de 1970 apresenta temas muito variados, sendo que dois eixos temáticos merecem destaque, um deles voltado para artigos de cunho religioso, e outro que está atento a conduta dos jovens, uma vez que os artigos com essa temática estão preocupados em difundir e afirmar os valores cristãos entre os jovens. Além desses dois grupos, o jornal permanece com as publicações voltadas para as práticas escolares como os Jograis, as poesias, as crônicas, em que o material produzido pelos redatores do jornal ou seus colaboradores se destinam ao uso na sala de aula e a seção Recado dos Leitores, em que professores, diretores e alunos de diferentes escolas (católicas, laicas, privadas e públicas) enviam cartas relatando a utilização do jornal na educação formal, mas também é relatado o seu uso em grupos de jovens e outros espaços de discussão.

A outra década pesquisada se trata dos anos de 1980, e ele compreende um momento histórico de profundas mudanças no país, pois o Brasil viveu seus últimos anos de ditadura civil-militar, passou por mudanças após a retomada de governantes civis e a redemocratização política, que resultou na elaboração de uma nova Constituição. Também na década de 1980 torna-se mais evidente as desigualdades sociais e econômicas no Brasil, e na América Latina, sendo que todas essas temáticas estão presentes nas publicações do jornal *Mundo Jovem*.

O estudo de meios de comunicação voltados para a Educação são campos de pesquisa que interessam a História da Educação. E sobre essa área é preciso mencionar (CAMBI, 1999) que um dos maiores adventos da educação no século XX compreende a revolução pedagógica promovida pelos meios de comunicação de massa. De acordo com as proposições de Cambi (1999), alguns estudiosos defendem que a partir da difusão dos meios de comunicação de massa temos os “persuasores ocultos”, que segundo eles formam o imaginário coletivo e intervém na consciência pessoal de cada indivíduo. Mas, essa é uma das vertentes dos meios de comunicação de massa apresentadas por Franco Cambi.

No livro, ele nos apresenta duas vertentes distintas utilizadas para tratar da “Cultura de Massa”, uma delas apocalíptica e outra integradora. A vertente apocalíptica encontra-se embasada nas proposições teóricas da Escola de Frankfurt²³³ e de pensadores como Adorno, Horkheimer, Marcuse e Walter Benjamin. Para esses teóricos não era possível mensurar o efeito e o significado que a arte, mas principalmente, o cinema e a televisão, poderiam provocar nas pessoas. Nesse sentido, o principal conceito proposto por essa vertente teórica, o conceito de *Indústria Cultural*, propunha que os meios de comunicação de massa ou os *mass media* impediam a formação de indivíduos autônomos e capazes de decidir conscientemente.

Na outra margem, encontramos uma proposição teórica em que a cultura de massa é concebida como integradora²³⁴. Nessa vertente, podemos citar as proposições do autor canadense Marshall McLuhan, que em seus livros valorizou a democratização da cultura e do acesso a informação, pois defendia que a maior parte da aprendizagem ocorria fora da sala de aula.

Com isso, passamos ao próximo item do texto em que apresentaremos os meios de comunicação, a partir da compreensão de Antonio Gramsci e do conceito de Hegemonia, elaborado por ele. Mas, antes pretendemos explicar o que nos levou a inserir esse conceito na pesquisa, para tanto será preciso recorrer a Demerval Saviani e sua reflexão sobre a influência das formulações teóricas de Gramsci na área da Educação, principalmente, nas pesquisas realizadas no meio acadêmico durante as décadas de 1970 e 1980.

2. Mapeando os conceitos de Hegemonia e Consenso no jornal *Mundo Jovem*

Após essas primeiras considerações, em que procuramos apresentar a trajetória do jornal *Mundo Jovem*, e de como a cultura de massa pode ser apresentada a partir de diferentes vertentes. Nesse texto, apresentaremos algumas publicações do jornal *Mundo Jovem*, entre os anos de 1978 e 1988, a fim de avaliar como o conceito de Hegemonia, a partir da concepção de Gramsci, está inserido nas publicações quando se referem a influência da cultura de massa na educação de crianças e jovens.

Para tanto, analisaremos conceitos como: Hegemonia, mas também Consenso e Contra-Hegemonia, todos eles a partir da perspectiva de Antonio Gramsci. Todos esses conceitos, produzidos ao longo do século 20, promovem a relação entre os meios de comunicação e a sociedade. Por isso,

²³³ Os membros da Escola de Frankfurt descreveram o seu programa de pesquisa como “Teoria Crítica”, para demonstrar que eram diferentes das formas ortodoxas do marxismo, em que cada autor deveria desenvolver e investigar uma disciplina – sociedade, cultura, arte, filosofia, psicologia. Não é possível deixarmos de mencionar que o contexto histórico (Guerra Fria) colabora com as ideias defendidas pela Escola de Frankfurt.

²³⁴ Para ilustrar essa concepção de cultura de massa como integradora, Franco Cambi utiliza como exemplo a experiência italiana. Segundo ele, até o advento da televisão na Itália não se falava italiano, mas alguns dialetos locais de difícil compreensão até mesmo para a população do país. Esse fato agravava-se devido aos altos índices de evasão escolar e a uma imprensa escrita que não dava conta de atender aos diferentes interesses do público. Assim, coube a televisão, enquanto meio de comunicação de massa integrador, unificar a Itália em um único idioma.

consideramos essa análise relevante para pesquisa que estamos desenvolvendo, pois um dos nossos interesses de pesquisa compreende a mediação dos impressos católicos, e como isso interferiu nas práticas escolares na educação básica do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1978 e 1988.

No artigo produzido por Saviani, e publicado no site Internacional Gramsci Society ou IGS Brasil, ele trata sobre a produção na área de pós-graduação em educação no país entre os anos de 1970 e 1980. Essa pesquisa corrobora com o recorte temporal do trabalho que pretendemos desenvolver, pois elas utilizaram Gramsci como suporte teórico para pensar/refletir sobre um momento fechado politicamente, como o próprio autor havia vivenciado na década de 1930.

Saviani (2016) ao afirmar a importância teórica de Gramsci para as pesquisas em Educação, durante a ditadura civil-militar no Brasil, apresenta os dados quantitativos levantados por Nosella no início dos anos 2000. Segundo Nosella, mais de 40% das Dissertações e Teses de Pós-Graduação em Educação produzidas nos anos de 1980 citavam Gramsci como referencial teórico. Os trabalhos da Pós-Graduação em Educação, no período citado, foram agrupados pelo autor em dois tipos: aqueles que se propõem a explicitar aspectos da concepção pedagógica de Gramsci, e aqueles que tomaram Gramsci como referência teórica para analisar aspectos da educação brasileira.

Portanto, consideramos que esses dados legitimam a retomada de Antonio Gramsci para a pesquisa que estamos desenvolvendo, pois ela compreende um trabalho sobre a História da Educação, logo é preciso (re)conhecer o que foi produzido nesse período sobre a Educação Brasileira. Nesse sentido, Saviani aponta que Gramsci influenciou a formação da pedagogia histórico-crítica, que nos anos de 1980 integrou a corrente contra-hegemônica, sendo que para ele essa teoria foi capaz de orientar a prática dos educadores numa direção transformadora.

Quando nossa reflexão é conduzida por uma determinada corrente teórica, não é possível isolar esse esforço do contexto histórico em que ela foi produzida. Por isso, ao tratarmos do conceito de Hegemonia, de acordo com a perspectiva de Gramsci, é necessário reconhecer as influências sócio-históricas do autor. Primeiramente, reconhecemos que os conceitos desenvolvidos foram formulados num período de ascensão dos regimes totalitários na Europa. De acordo com Ivete Simionatto (2002), todos os 33 cadernos escolares foram preenchidos por Antonio Gramsci durante os anos em que esteve numa prisão fascista, ou seja, de 1929 a 1935. No Brasil, a primeira tradução da sua obra ocorreu na década de 1960, mas as suas ideias têm destaque na área da Educação, entre os anos de 1970 e 1980. Para Gramsci, a Educação tem papel central em suas construções teóricas, pois para ele a escola é a responsável por formar novos pensadores/intelectuais que formulariam a desejada Hegemonia.

Após, essa breve consideração sobre a importância histórica de retomarmos o conceito de Hegemonia é relevante apresentarmos a tabela em que sistematizamos a pesquisa, que foi realizada através do levantamento estatístico do material coletado no jornal *Mundo Jovem*.

Tabela 1 – Presença do conceito de Hegemonia nas publicações

Seção	Página	Fascículo	Data	Título	Autor	Palavras-chave
Sem seção definida	16, 17	107	mar. 1978	A idolatria do futebol	Narcísio de Nadal	Cultura, MCM, Hegemonia
MJ Comenta	19	107	mar. 1978	A TV também dissolve	Sem autor	Cultura, MCM, Hegemonia
MJ Comenta	19	108	abr. 1978	Pesadelos enlatados	Sem autor	Cultura, MCM, Hegemonia
Sem seção definida	15	109	mai.1978	Uma prostituta em sua casa	Neimar de Barros	Cultura, MCM, Hegemonia
MJ Comenta	19	109	mai.1978	Homem planetário	Sem autor	Cultura, MCM, Hegemonia
MJ Comenta	19	115	dez.1978	A moda do biorritmo	Sem autor	Cultura, MCM, Hegemonia
Crônica	14	118	mai.1979	Quem vai pela cabeça dos outros é piolho	Alex José Kloppenburg	Cultura, MCM, Hegemonia
Sem seção definida	12, 13	127	mai. 1980	Um lobo vestido de cordeiro	Valdir F. Gambim	Cultura, MCM, Hegemonia
MJ Comenta	19	128	jun.1980	Bebendo ilusões	Cláudio Somacal	Cultura, MCM, Hegemonia
Sem seção definida	15	140	set.1981	Bebendo e dançando ao redor do cavalo de Tróia	Pedrinho Guareschi	Cultura, MCM, Hegemonia
Sociologia	8,9	144	abr.1982	Ideologia: ideias distorcidas sobre a realidade	Pedrinho Guareschi	Cultura, MCM, Hegemonia
Sem seção definida	10	146	jun.1982	Espanha/82, conquista ou alienação?	Tarcísio de Nadal	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	14,15	161	mar.1984	Comunicação: a alma do negócio	Pedrinho Guareschi	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	9	162	abr.1984	A crítica através da charge	Cláudio Somacal	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	10,11	163	mai.1984	Os meios de comunicação e o massacre da cultura	Pedrinho Guareschi	Cultura, MCM, Hegemonia

Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos

Comunicação	18,19	164	jun.1984	Notícias: as belas mentiras	Pedrinho Guareschi	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	16	165	jul.1984	Newton Cross e o estado de emergência em Londres	Sérgio Caparelli	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	6	166	ago.1984	O que há por trás das histórias em quadrinhos	Liliane Guterres, Lusiane Martini, Ana Luiza Prange, Denise Simanke	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	5	167	set.1984	Futebol e Ideologia	Roberto Ramos	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	8,9	168	out.1984	Atenção para os nossos comerciais	Pedrinho Guareschi	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	8,9	169	nov.1984	A comunicação alternativa	Pedrinho Guareschi	Cultura, MCM, Hegemonia
Cultura brasileira	16	174	jul.1985	A indústria cultural	Elizabeth W. Rochadel Torresini	Cultura, MCM, Hegemonia
Cultura brasileira	10	175	ago.1985	A indústria cultura como instrumento de legitimação do Estado	Léa Freitas Perez	Cultura, MCM, Hegemonia
Cultura brasileira	7	177	out.1985	Novelas: uma fórmula de comportamento	Beta Timm	Cultura, MCM, Hegemonia
Cultura brasileira	7	178	nov.1985	Manipulação da cultura popular	Luiz Ricardo Michaelsen Centurião	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	18	179	mar.1986	Roque Santeiro, um poderoso vendedor	Christa Berger	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	10	180	abr.1986	Televisão: vitrine da sociedade de consumo	Christa Berger	Cultura, MCM, Hegemonia
Crônica	11	181	mai.1986	Os jovens e a propaganda	José Fernandes de Oliveira (Zezinho)	Cultura, MCM, Hegemonia

Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos

Sem seção definida	14,15	188	abr.1987	Sexo na propaganda. Quando o meio se torna fim.	Araré Wellausen	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	9	192	ago.1987	Comunicação e poder	Pedrinho Guareschi	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	10	193	set.1987	Grã-finos globais	Roberto Ramos	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	10	195	mar.1988	A manipulação ideológica pela TV	Ana Carolina Escosteguy	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	11	196	abr.1988	No banco dos réus: o sistema de comunicação no Brasil	Angêlico Sândalo Bernardino, Dalmo de Abreu Dallari, Florestan Fernandes Júnior e Luís Eduardo Greenhalgh	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	19	197	mai.1988	Comunicação na Constituinte: derrota política e retrocesso	Daniel Herz	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	6,7	198	jun.1988	A hora da novela	Roberto Ramos	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	9	199	jul.1988	As mentiras dos meios de comunicação	Roberto Ramos	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	5	200	ago.1988	Relação de dominação nos programas infantis	Solange Medina Ketzner	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	9	201	set.1988	Ditadura da propaganda	André Lauro Birck	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	10	202	out.1988	O fascinante universo dos quadrinhos	Antônio Hohlfeldt	Cultura, MCM, Hegemonia
Comunicação	10	203	nov.1988	Na imprensa popular, o povo participa	Karine Emerich	Cultura, MCM, Hegemonia

A tabela acima apresenta dados sintetizados sobre as pesquisas realizadas no jornal *Mundo Jovem*. O corpus da pesquisa compreende 40 publicações, sendo que o objetivo do levantamento estatístico é identificar a presença do conceito de Hegemonia nos textos publicados, e em todos eles foi possível identificar o autor. Nessa categoria a seção que mais recorrente foi a denominada Comunicação, com publicações periódicas desde o ano de 1984 até o último ano pesquisado, 1988.

A partir da tabela é preciso retomar o conceito de Hegemonia proposto por Gramsci, pois ele apresenta em sua obra o conceito em toda sua plenitude, uma vez que ele não atinge apenas o econômico, o político e o social, mas age sobre as orientações culturais. Ainda, segundo Boucher (2015, p.139), Gramsci define Hegemonia, como liderança baseada numa combinação de dominação e direção, em que ocorre um processo de formação de uma vontade coletiva. Ao estabelecer o conceito de Hegemonia, Gramsci não modificou o modelo de base e superestrutura. Pois, baseado na sociedade italiana, ele entende que as classes se formavam na base econômica, e que só se tornavam sujeitos históricos nas alianças sociais, quando assumiam o papel de modificar a sociedade e entender a sua relevância nela.

Apesar de considerar arduo esse esforço de Gramsci para promover a Contra-Hegemonia, suas contribuições teóricas foram ressignificadas durante os governos militares. Principalmente, na ditadura civil-militar brasileira, em que é possível observar o interesse e o apoio da população civil diante das proposições dos grupos no poder. Porém, a abertura política no Brasil, principalmente, na década de 1980, promoveu uma discussão sobre esse conceito, como podemos observar no trecho abaixo, extraído do jornal *Mundo Jovem*.

Finalizando, é importante destacar-se de forma pontual algumas contribuições: 1) se a cultura é um espaço para a construção de projetos de hegemonia, é também um espaço de luta contra-hegemônica; 2) se a cultura passa a ser produzida industrialmente, não fica imune as regras e contradições inerentes a um modo de produção capitalista; 3) o processo não pode ser tomado como uma mera adaptação e incorporação do movimento de organização da vida social; 4) rompimentos são possíveis, já que um projeto de hegemonia pressupõe a articulação das diferenças e a pluralidade. (PEREZ, ago./1985, p. 10)

Na citação observamos os principais conceitos e o pensamento gramsciano, em que é possível romper com o pensamento hegemônico através de um projeto contra-hegemônico. Na segunda proposta da autora, temos uma das mais significativas críticas da Escola de Frankfurt e o seu conceito de Indústria Cultural, em que a arte e a cultura são elaboradas de maneira industrializada. Esta passagem, retoma as principais propostas de Gramsci, e mais do

que isso, demonstra o esforço para que suas formulações teóricas (1930) fossem adequadas a realidade sócio-histórica, política e cultural do momento em que o artigo é publicado.

Para Gramsci, a Hegemonia compreende as alianças sociais (de diferentes classes) que são historicamente consolidadas através do controle do Estado e da capacidade dele de assegurar o consenso na sociedade civil. Para tanto, Gramsci divide o Estado em: coerção, ocupado por grupos como o executivo e o judiciário; e consenso, que é ocupado pelo legislativo e o aparelho educacional. Dessa maneira, o consenso que é produzido nos espaços que se discute Educação, como ocorre com o jornal *Mundo Jovem*, se torna necessário tanto para a manutenção da Hegemonia quanto para a sua substituição, pela Contra-Hegemonia.

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001, p. 21)

Com isso, o que é proposto por Gramsci para desenvolver o socialismo na década de 1930 é aplicado pelos meios de comunicação, católicos e/ou laicos, para promover o consenso entre a população civil no Brasil, na década de 1980. Portanto, no referido período, os conceitos de consenso e coerção coexistiram e estiveram presentes nas decisões do governo. Dessa maneira, esse momento político não é marcado, exclusivamente, pela coerção do Estado, mas também é possível observarmos o destaque para o consenso, o que demonstra a intervenção do Estado dentro da sociedade civil.

A experiência tem mostrado que a utilização do Jornal Mundo Jovem em sala de aula tem proporcionado, não só um interesse maior dos alunos na aprendizagem, como um crescimento traduzido na participação maior das atividades do colégio e no engajamento pela transformação da sociedade.

Professores de Língua Portuguesa, Organização Social e Política Brasileira, Ensino Religioso, Educação Moral e Cívica poderiam fazer um trabalho em conjunto. A partir dos variados textos que o jornal oferece, cada professor em sua disciplina pode programar a leitura junto com os seus alunos, analisar, buscar outras informações e pedir para o seu aluno escrever o que assimilou. Todos sairão ganhando com isso.

O aluno passará a escrever melhor, a crescer no senso crítico, a participar. Os professores mensalmente poderão programar aulas interessantes, exercendo um papel de libertação. Poderão estimular a criatividade, por não ser um texto acabado e dirigido.

Enfim, o que desejamos é que estas 24 páginas sejam um instrumento de crescimento no sentido crítico e de colaboração nas mudanças que este povo exige e que não podem mais esperar. (MUNDO JOVEM, mar./1986, p. 4)

A partir da citação apresentada, observamos que consenso é também um dos principais fatores para a promoção das publicações do jornal *Mundo Jovem*. Pois, no trecho do jornal citado acima foi apresentada a proposta para o ano de 1986, como eles organizariam as suas publicações e as principais temáticas daquele ano.

Cabe ainda mencionar que o consenso, muitas vezes, foi mediado através dos meios de comunicação, do sistema educacional, do sistema legislativo e por outras instituições que apoiaram a intervenção militar no governo. Não é possível negar que houve coerção, mas o Estado também precisava atender aos interesses da população, e através da mediação/consenso, eles promoveram o que era do interesse desse grupo. Com isso, coube as relações sócio-culturais promover a formação do consenso, como propôs Gramsci.

Considerações finais

O presente texto foi dividido em duas partes distintas. Num primeiro momento, apresentamos os caminhos percorridos para a formulação do projeto do doutorado, a trajetória do jornal *Mundo Jovem* e o seu interesse de mediar os processos pedagógicos, além de tratar sobre como a cultura de massa pode ser apresentada a partir de diferentes vertentes, seja ela apocalíptica ou integradora. Na segunda parte do artigo, iniciamos as definições a partir dos conceitos de Gramsci, tais como: Hegemonia e contra-hegemonia, consenso e coerção, e observamos como eles fazem parte das publicações do jornal *Mundo Jovem*. A presença desses conceitos nos artigos da revista corrobora com a defesa de Saviani (2016), pois segundo ele 40% das Dissertações e Teses dos programas de Pós-Graduação em Educação produzidas nos anos de 1980 citavam Gramsci como referencial teórico. Este texto foi elaborado com o intuito de não deixar de averiguar diferentes possibilidades teóricas, mesmo reconhecendo os distintos grupos dos quais esses autores são oriundos e a dificuldade de diálogo de suas concepções teóricas.

É neste momento que reencontro tudo que já apresentamos no texto, pois a cultura de massa é integradora e apocalíptica, e mesmo com autores e correntes teóricas distintas é possível observar essas duas perspectivas sobre o mesmo tema, uma vez que a variável modifica-se de acordo com quem a observa. Dessa maneira, não podemos deixar de

mencionar a importância teórica de Gramsci para um projeto voltado para a História da Educação, pois suas proposições teóricas estavam presentes tanto nos trabalhos de pesquisa na área da Educação da década de 1980, quanto em outros espaços como no jornal, *Mundo Jovem*, apresentado neste artigo.

Reconhecemos que ainda há muitas outras possibilidades sobre a pesquisa que precisam de uma análise atenta e detalhada. Até o momento, nossas pesquisas sobre o jornal *Mundo Jovem* e o conceito de Hegemonia presente nas suas publicações, se limitam ao que foi discutido, sendo que as considerações apresentadas neste texto serão o ponto de partida para outras investigações, mais densas e complexas, ao longo do caminho que ainda temos a percorrer no doutorado em Educação.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 2004.
- BOUCHER, G. **Marxismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.
- CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 2. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Cartas do Cárcere**, 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- NOSSA proposta. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, XXIII, nº 179, mar./1986.
- PEREZ, L. F. A indústria cultural como instrumento de legitimação do Estado. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, XXIII, nº 175, ago./1985.
- SAVIANI, D. **Gramsci e a educação no Brasil: para uma teoria gramsciana da educação e da escola**. Disponível em: <http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/index.php?id=2>, extraído em 11/03/2017.
- SIMIONATTO, I. Cadernos de um revolucionário. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.17, nº.48, p.212-215, fev. 2002.
- SOUZA, R. A. **Ideias de educação na comunicação do jornal Mundo Jovem: 1963 a 2005**. 155 p. 2008. (Mestrado em Comunicação Social) Pontifícia Universidade Católica do RioGrande do Sul, Porto Alegre – RS.

JOGOS DIGITAIS E HISTÓRIA

Doris Rejane Fernandes - FACCAT²³⁵

O projeto Jogos Digitais e História nasceu do desejo de aproximar a história regional, no caso do Vale do Paranhana, Rio Grande do Sul, da linguagem dos jogos digitais. É um projeto interdisciplinar envolvendo discentes e docentes dos cursos de História, Jogos Digitais e Tecnologias da Informação (Sistemas de Informação e Sistemas para Internet) das Faculdades Integradas de Taquara (Taquara, RS). O projeto foi financiado pela instituição (FACCAT) e os alunos participantes cumpriam carga horária atestada como horas complementares. Hoje possuímos três bolsistas que trabalham na construção do jogo.

Na atualidade, o mundo virtual/digital tem feito parte do universo da vida da comunidade global. A escola não pode concorrer com ele, pois a forma como os recursos digitais fazem parte da rotina diária já se constatam inúmeras mudanças na forma de ação, de compreensão e de pensamento das sociedades que deles utilizam. A neurociência tem apresentado resultados dessa utilização continuada, revelando e apontando transformações na forma de desenvolvimento mental.

O jogo é um recurso agradável ao universo infanto-juvenil e adulto. No caso específico desse projeto, o jogo envolve temáticas específicas da história facilitando a compreensão do conhecimento em foco: a história do Vale do Paranhana.

Para a produção do jogo eletrônico faz-se necessário o trabalho de áreas diferenciadas, específicas, técnicas, para a realização do projeto, inter-relacionando quatro cursos (História, Jogos Digitais e Tecnologias da Informação e Publicidade e Propaganda). Como a produção do recurso didático é também uma tarefa pedagógica há necessidade da IES ir ao encontro de quem fará uso do recurso para conhecer a realidade escolar e incorporar ao processo de construção, que são os alunos e os professores da educação básica. Como há uma integração de áreas específicas, as particularidades de cada uma, acionadas, através dos cursos específicos, das escolas e dos alunos, estes contribuem para a produção da ferramenta de aprendizagem, complementando-se. Esse entrelaçamento entre áreas diferentes da IES,

²³⁵ Doutora em História, professora do Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, FACCAT, RS.

associada a aplicabilidade na comunidade (extensão) reforçam a execução e implementação do projeto.

A prática pedagógica é um grande desafio. As atuais gerações dão mostras de novas formas de pensamento e de ação. O funcionamento cerebral tem ativado com mais intensidade regiões específicas da mente que geram novas formas de ver, de pensar e de viver o mundo. Uma parte dessa evolução é decorrência das inovações tecnológicas que norteiam nosso dia a dia. O computador, o notebook, o tablet, o celular, os jogos são equipamentos utilizados em grande parte do dia em qualquer parte do planeta e fora dele.

Como esses recursos são abundantes e um caminho irreversível para o futuro, os ambientes virtuais de aprendizagem passam a ser uma alternativa viável para a dinamização das aulas e potencialização da aprendizagem. Seguindo Piaget, através dos jogos e das alternativas nos ambientes virtuais, os indivíduos podem concretizar inúmeras situações de aprendizagem, principalmente naquelas situações que exigem uma compreensão no período operatório concreto. Nas etapas seguintes podemos compreender como uma vivência de realidade permite o desenvolvimento da linguagem e o contato com outros comunicantes, seguindo Vygotsky.

É nesse instante em que a história encontra na mídia digital um recurso fundamental para História. Através da mídia é possível acessar cópias originais de documentos, observar imagens de personagens, de lugares e inserir-se no universo dos recortes temporais em estudo. Diante dessa ferramenta o aluno/estudante poderá ter acesso ao dado concreto que permitirá uma forma mais fácil e convincente de aprendizagem através da compreensão da temática com uma vivência mais concreta do conteúdo. Outro aspecto dessa forma de aula é o desenvolvimento da aprendizagem autônoma e ativa. O aluno poderá entrar no universo, objeto de estudo, e nele tomar decisões, opinar, buscar informações, compreender os acontecimentos, utilizar relatos, documentos, fontes para trabalhar e construir o conhecimento necessário naquele instante. Não só uma variedade de recursos, mas a possibilidade de múltiplas formas visuais e auditivas.

1. Conceituando jogo

Entendemos como jogo digital um jogo eletrônico interativo. E entre os muitos relatos que encontramos, apresentamos uma definição oriunda da área de desing de games:

Um game é uma atividade lúdica composta por uma série de ações e decisões, limitado por regras e pelo universo do game, que resultam em uma condição final. As regras e o universo do game são apresentados por meios eletrônicos e controlados por um programa digital. As regras e o universo do game existem para proporcionar uma estrutura e um contexto para as ações de um jogador. As regras também existem para criar situações interessantes com o objetivo de desafiar e se contrapor ao jogador. As ações do jogador, suas decisões, escolhas e oportunidades, na verdade, sua jornada, tudo isso compõe a “alma do game”. A riqueza do contexto, o desafio, a emoção e a diversão da jornada de um jogador, e não simplesmente a obtenção da condição final, é que determinam o sucesso do game. (SCHUYTEMA, 2017, p.7)

Através do lúdico a aprendizagem se faz. Entre as mídias digitais o gameplayer, o jogo eletrônico proporciona momentos de imersão numa determinada situação em que o player/jogador enfrenta um desafio onde diante de sua tomada de decisão vai verificar os resultados dela resultantes. Lógico que para um game desing há a condição de sucesso para que haja vendas sobre o produto. Para nós, o interesse se difere pois desejamos o sucesso para que a aprendizagem se realize e, nesse caso, através da representação possível do conhecimento. As regras estão vinculadas ao fato histórico e/ou seu fazer cotidiano. As escolhas apresentadas no jogo estão vinculadas também a história da ocupação do Vale do Paranhana. Portanto, há uma simulação das possibilidades de viver no século XIX e a “alma do game” reflete acontecimentos e possibilidades históricas. Para melhor compreensão temos, por exemplo, para enfrentar o ataque dos pássaros a opção dos espantalhos, dos galináceos, a cerca. Optar por esse recurso ou não resulta em consequências verídicas e que permitem a reflexão sobre quais caminhos adotar. Então, a riqueza de contexto, desafios e a jornada do jogador nesse caso permitem o estabelecimento de uma compreensão mais próxima do concreto e conseqüentemente da história em um espectro mais amplo.

As mídias digitais têm proporcionado situações que permitem a representação do conhecimento²³⁶ através da simulação, da representação do processo. Em História algumas simulações merecem cuidados adequando a realidade etária dos alunos. No entanto, guardando as devidas adequações etárias, a ferramenta midiática permite a concretude do conhecimento, a compreensão por outros caminhos alternativos que fogem ao tradicional, possibilita o exercício da autonomia, da tomada de decisões e do exercício da cidadania. A

²³⁶ Essa ideia da representação do conhecimento está baseada no trabalho de Brian Smith. A hipótese de representação do conhecimento consiste na proposta de que qualquer processo inteligente realizado por uma máquina possui uma estrutura com a descrição proporcional do conhecimento exibido no processo e que tenha o papel formal casual e essencial na geração do comportamento que manifesta tal conhecimento. (LIRA, Gilbermário S.; FANTINATO, Marcelo. *Engenharia e Representação do Conhecimento*. <http://www.din.uem.br/ia/conhecimento/index.htm>)

plasticidade do cérebro²³⁷ é outro fator a ser considerado para permitir novas possibilidades de aprendizagem com uma imersão a realidades tidas até então como abstratas. Essa abstração ao ser recriada num jogo pode permitir a compreensão dos fatos e relações desejadas para entendimento.

O ensino e a aprendizagem devem ser divertidos, atraentes e interativos, requisitos que devem caracterizar uma sala de aula. Gonçalves e Werner²³⁸ destacam que a sociedade vem sofrendo mudanças devido a presença das tecnologias, principalmente digitais, processo que atinge o ensinar e o aprender.

Jogos digitais é um meio que resulta em grande aprendizagem além do entretenimento, principalmente no âmbito educativo, mas infelizmente essa área e essa técnica de aprendizagem é muito pouco explorada. A falta de real interesse nessa área deve-se ao fato de não ser tão simples a tarefa de desenvolver ou criar um jogo digital exigindo, assim, muito esforço, e os resultados lucrativos na atualidade são maiores para outras áreas de jogos digitais, como entretenimento apenas.²³⁹

Ousar na criação de um jogo necessita a compreensão de como se entende e percebe o significado das coisas. Para tal seguimos apresentando reflexões apoiadas em Piaget, Merleau-Ponty e Vygotsky²⁴⁰, as quais embasamos a criação de “A Conquista do Paranhana”.

2- Como se compreende ou se percebe ou se conhece?

Para Jean Piaget o conhecimento está na base do aprender. E aqui estamos a pensar em conhecimento no sentido de conhecer. Para conhecer há necessidade de organizar, estruturar e explicar a partir do vivido, isto é, do experienciado²⁴¹. Ramozzi-Chiarottino explica

Conhecer não é somente explicar; e não é somente viver: conhecer é algo que se dá a partir da vivência (ou seja, da ação sobre o objeto do conhecimento) para que este objeto seja imerso em um sistema de relações.²⁴²

²³⁷ ROTA, Newra Tellechea et all. *Plasticidade cerebral e aprendizagem*. Porto Alegre: Artemed, 2018.

²³⁸ GONÇALVES, Sergio Henrique Torres; WERNER, Claudete. *Conceitos e Desenvolvimento de Jogos Digitais educativos*. Web.unipar.br/~seinpar.br/yc/publicação/Sergio_Henrique_Torres_Goncalves.pdf. Acesso em 27/05/2017.

²³⁹ Idem

²⁴⁰ VIGOTSKI, L. S. *A construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

²⁴¹ RAMOZZI-CHIAROTTINO, Zélia. *Psicologia e Epistemologia Genética de Jean Piaget*. São Paulo: EPU, 1988, p. 3.

²⁴² Idem, p. 3.

As vivências não só explicam como também dão a conhecer a partir da ação sobre o objeto alvo da aprendizagem. Piaget afirma existir 3 tipos de estruturas no organismo humano: as programadas, as parcialmente programadas e as nada programadas²⁴³. Acredita que as possibilidades dos seres humanos são as mesmas porém sua concretização depende dos estímulos do meio. Contudo, afirma existirem estruturas específicas para o ato de conhecer: são as estruturas mentais que não estão no “genoma”, isto é, não estão programadas mas são construídas conforme a necessidade do meio²⁴⁴.

Essa construção se faz através de trocas, de adaptações e interações e de esquemas motores.

De acordo com a hipótese piagetiana, a criança age “no mundo”, organizando-o e estruturando-o e, concomitantemente, ocorre a construção (interna) das estruturas mentais – graças, justamente, a essa atividade motora.²⁴⁵

A ação é a forma de realização dessa construção. A ação permite a vivência de situações, objeto para o conhecimento. Como a história trabalha com o passado, algo não vivido pela criança, há necessidade de inseri-la através do brincar na simulação dos fatos que são alvo da aprendizagem. Ao recriar um ambiente através do jogo, o jogador pode exercitar a troca, a adaptação e a tomada de decisões com consequências previsíveis. Ora, através dessa vivência, estruturas não programadas podem ser amadurecidas, decorrendo a aprendizagem de elementos novos que permitem a compreensão dos fatos e suas relações. Pela imersão no jogo e através de um avatar, o aprendiz/criança pode perceber uma realidade até então distante e sem significado.

Merleau-Ponty²⁴⁶ ao desenvolver sobre percepção considera

Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda.²⁴⁷

²⁴³ As estruturas programadas são as biológicas que capacitam prever determinados comportamentos e manifestos em determinadas épocas. As estruturas parcialmente programadas são aquelas cujo desenvolvimento e construção dependem em grande parte do meio. As estruturas nada programadas são as estruturas mentais específicas para o ato de conhecer. (RAMOZZI-CHIAROTTINO, 1988, p. 8-9.)

²⁴⁴ RAMOZZI-CHIAROTTINO, 1988, p. 9.

²⁴⁵ Idem p. 11.

²⁴⁶ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

²⁴⁷ MERLEAU-PONTY, 2011, p. 3.

Para o filósofo, a experiência é vital e como escreve, o homem está no mundo e no mundo que ele se conhece. A vivência é o caminho para a construção de sentidos e dos significados.

A percepção não é uma posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas.²⁴⁸

Portanto, a experiência é fundamental, pois através dela podemos compreender fenômenos, sentidos, ideias e tomar consciência das percepções. A vivência pode permitir a compreensão do passado, trazer memórias com sentido e refletidas. Para que tal aconteça a atenção é necessária. A atenção é, segundo Merleau-Ponty, um ato onde percebemos estar presentes junto aos objetos, a vida, ao momento. Para que a atenção esteja efetiva é necessário que ocorra a criação de um *campo perceptivo ou mental* onde se possa dominar movimentos, pensamentos sejam possíveis e a consciência neles se concentre.²⁴⁹ “Prestar atenção não é apenas iluminar mais dados preexistentes, é realizar neles uma articulação nova...”²⁵⁰

Segundo Piaget, nosso objetivo é abarcar crianças na fase operacional concreta, podendo atingir quem estiver seguindo para a fase abstrata. A experiência une os dois pensadores da educação. O jogo como recriação de um fato histórico é uma forma de vivência de situações que não retornam mas podem ser experienciadas com alternativas para decisões diferentes. Em decorrência disso, percepções são vivenciadas através de tomadas de decisão com variáveis e reflexões até então não verificadas. Para exemplificar, ao plantar sementes de milho, o aluno terá que esperar um período para o desenvolvimento da planta. O que fazer no interregno desse tempo? Que outras atividades podem ser realizadas? Cultivar feijão. Capinar os inços? Afofar a terra? Construir o galinheiro? Participar da construção da igreja?

Um dos elementos que o jogo A Conquista do Paranhana tem suscitado entre os jogadores é a proposta do transcorrer do tempo. Inicialmente esse passar do tempo através da duração do dia e da noite, do ter que ir dormir, da forma como ele transcorre durante as ações no jogo são de fundamental importância. Isso ocorre porque se estabelece um limite para a atividade. Há um ritmo que nem sempre é o do jogador. O jogador é desafiado a tomar decisões dentro de um limite natural da vida, mas não no game. Essa é a concretude da noção de tempo.

²⁴⁸ Idem, p. 6.

²⁴⁹ Idem, p. 57.

²⁵⁰ Idem, p. 58.

Vigotsky²⁵¹ constata que a formação de conceitos é um processo de síntese na qual são participantes as associações, os pensamentos, as representações, os juízos²⁵². São funções psicológicas elementares que levam a combinações novas, “uma nova síntese, momento único em que cada processo participante adquire o seu verdadeiro sentido funcional.”²⁵³. Dessas vivências, a criança/jovem vai amadurecendo suas funções psicológicas superiores e a palavra será o elo comunicante.

Ao final de cada teste do jogo, os players/alunos são convidados a expressar um parecer composto de sugestões para melhoria do jogo. Eles sentam em frente ao professor e com autonomia e segurança apontam suas sugestões. A palavra os fazem participantes da construção do jogo eletrônico.

3- O marco histórico e geográfico

O jogo/game possui um recorte espacial definido como Vale do Paranhana. Esse é o espaço composto pelos municípios de Taquara, Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Rolante e Riozinho. O recorte temporal é o século XIX.

Entendemos que: 1) esse espaço faz parte da fronteira do RS; 2) a ocupação desse espaço nesse período se fez através de frentes: a frente de expansão e a pioneira²⁵⁴; 3) a ocupação é uma construção da fronteira. O jogo além de estar ambientado na segunda metade do século XIX, recria a vida da frente pioneira. Essa frente caracteriza-se pelo projeto imperial de ocupação da terra através da pequena propriedade, da mão de obra livre familiar e da policultura. O mesmo está no processo de construção da liberdade dos escravos e da modernização do trabalho no Brasil. O jogo terá missões nas duas frentes para caracterizar os momentos de construção da fronteira sulina²⁵⁵. A primeira missão inicia com a frente pioneira, pois parte do ponto histórico mais próximo do conhecimento dos alunos/players. Com o desenvolver das missões, chegada ao loteamento, construção da igreja, constituição da família, produção e intempéries, caminhos e sociabilidades, chegaremos ao momento da fazenda, que constitui a frente de expansão, onde os conflitos estarão presentes entre nativos e povoadores, portugueses e espanhóis.

²⁵¹ VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

²⁵² Idem, p. 169.

²⁵³ Idem. P. 169.

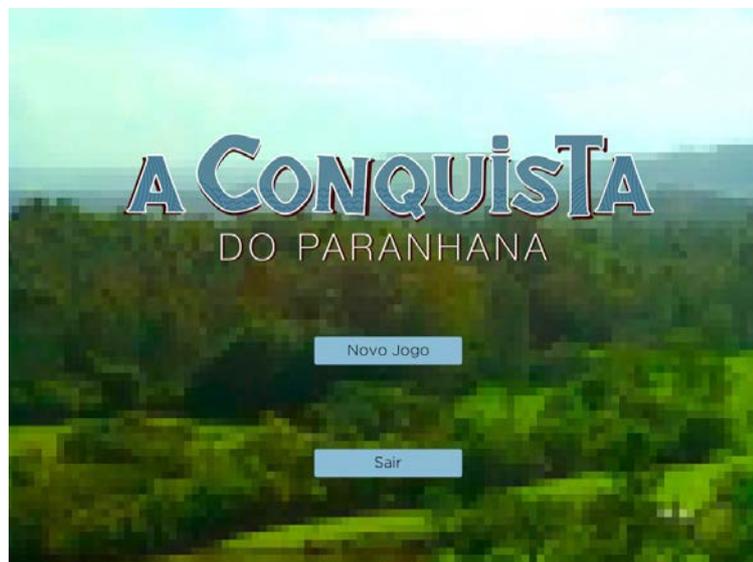
²⁵⁴ MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC/USP, 1997.

²⁵⁵ MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. *Terras, senhoras, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

O jogo ao partir da história conhecida pelo player vai construindo através da exploração do *game*, cada um dos momentos da vida colonial e recebendo informações adicionais que lhe permitem avançar no conhecimento além do seu domínio atual. O jogo além de permitir a tomada de decisões e a descoberta de seus resultados também conecta o player a outras histórias coerentes com a realidade do período. O jogo passa a ser conhecimento junto com a diversão.

4 – A Conquista do Paranhana

Imagem nº 1: Início do Game



FONTE: Acervo do Projeto Jogos Digitais e História. Faccat, Taquara, RS, 2018.

O jogo A Conquista do Paranhana possui duas missões até o presente: a primeira corresponde a chegada do imigrante ao loteamento Colônia de Santa Maria do Mundo Novo, localizado na Fazenda Mundo Novo e realizado pelo empreendedor Tristão Monteiro; a segunda missão é a construção da igreja pela comunidade de colonos, tendo a opção de ser católica ou evangélica luterana.

A primeira fase do jogo está em testes junto à comunidade escolar. A segunda fase está em construção. Os participantes do projeto, alunos e professores, reúnem-se semanalmente para troca de ideias e esclarecimento de dúvidas. Há uma narrativa que vai sendo construída a partir de uma contação de histórias. A cada missão concluída, alunos das redes de ensino de abrangência da Faccat são convidadas a vir testar o game e dar sugestões. Cinco escolas já participaram dos testes que foram satisfatórios. O método de obtenção das

observações tanto de professores quanto de alunos é o utilizado pela psicologia, o método cartográfico. Após cada sessão a equipe do projeto se reúne e tece considerações e toma decisões sobre acréscimos ao *game*.

5- Considerações

O projeto Jogos Digitais e História tem se caracterizado pelo desafio. A reunião de discentes de cursos diferentes e de seus professores é um exercício de descoberta e de aceitação do outro e da outra forma de fazer o conhecimento.

A criação de um jogo como ferramenta pedagógica de História além de desafio é um fator inovador para a área de abrangência da FACCAT. Os encontros de criação e avaliação são divertidos e permitem a percepção das peculiaridades de cada área do conhecimento.

O contato com a comunidade, que faz uso da criação, amplia os vínculos comunitários e de extensão. Pedagogicamente, permite uma forma inovadora de vivência, ensino e aprendizagem de História para alunos entre 9 e 12 anos que se apropriam de novas ferramentas, ampliam conhecimentos e desenvolvem a autonomia e a tomada de decisões.

Referências

ALVES, Lynn. *Relações entre os jogos digitais e aprendizagem: delineando percurso*. Revista EFT: <http://eft.educom>. Pt. Acesso em 14 de maio de 2017.

ARRUDA, E. P.; SIMAN, L. M. *Jogos Digitais, juventude e as operações da cognição histórica*. IN: FONSECA, Selva. *Ensinar e aprender História: formação, saberes e práticas educativas*. Campinas: Alínea, 2009, p. 231-252.

BOHNS, Neiva Maria Fonseca. *Realidades simultâneas: Contextualização histórica da obra de Pedro Weingärtner*. 19&20, Rio de Janeiro, v. III, n. 2, abr. 2008. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/artistas_nb_weingartner.htm>.

GONÇALVES, Sergio Henrique Torres; WERNER, Claudete. *Conceitos e Desenvolvimento de Jogos Digitais educativos*. [Web.unipar.br/~seinpar.br/yc/publicação/Sergio_Henrique_Torres_Goncalves.pdf](http://web.unipar.br/~seinpar.br/yc/publicação/Sergio_Henrique_Torres_Goncalves.pdf). Acesso em 27/05/2017.

GOULART, Iris Barbosa. *Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor*. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LIRA, Gilbermário S.; FANTINATO, Marcelo. *Engenharia e Representação do Conhecimento*. Disponível em <http://www.din.uem.br/ia/conhecimento/index.htm>. Acesso em 16 de junho de 2017.

MAGNI, Lolita Fernanda. *Narrativas interativas em jogos digitais: uma análise dos caminhos alternativos em Heavy Rain*. *Temática*, ano X, n. 11, novembro/2014, NAMID/UFPB, p. 191-202. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>. Acesso em 08 de maio de 2017.

MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. *A História depois do papel*. IN: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo, 2006.

NEVES, Isa Beatriz da C.; ALVES, Lynn R. G.; BASTOS, Abelmon de O. *Jogos digitais e a História: desafios e possibilidades*. Brasília: XI SBGames, November 2nd – 4th, 2012.

PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

RAMACHANDRAN, V. S. *O que o cérebro tem para contar: desvendando os mistérios da natureza humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROTTA, Newra Tellechea; BRIDI FILHO, César Augusto; BRIDI, Fabiane Romano de Souza (orgs.). *Neurologia e aprendizagem: abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

_____. *Plasticidade cerebral e aprendizagem*. Porto Alegre: Artemed, 2018.

SCHUYTEMA, Paul. *Design de Games*. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SHELDON, Lee. *Desenvolvimento de personagens e de narrativas para games*. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SACCO E VANZETTI: REPERCUSSÕES NA IMPRENSA DO BRASIL

Eduardo da Silva Soares
Doutorando em História (PPGH/UFSM).
eduardosoares@rocketmail.com

INTRODUÇÃO

Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti eram dois italianos que decidiram imigrar aos Estados Unidos da América. Sem se conhecerem, elegeram 1908 como o ano da migração. Antes e depois de se conhecerem, eles conviveram com outras comunidades italianas. Vanzetti migrou entre as colônias do norte e arranhou alguns trabalhos esporádicos. Sacco estudou e virou sapateiro (SACCO, 2011) (VANZETTI, 2011). Quando e em que situação que viraram amigos não foram conhecidas, até então.

O “sonho” de “fazer a América” movimentou milhares de pessoas. Colocou “mundos” distintos e projetos contraditórios em choque. Assim, os projetos de Sacco e Vanzetti se modificaram e eles participaram do movimento anarquista, em solo estadunidense. Neste sentido, Vanzetti organizou e publicou a respeito do movimento operário e das greves. Sacco, em uma posição econômica mais favorável, pareceu ter subscrito os jornais e colaborado para os fundos das ações grevistas (ĐURIC, 2010). Além disso, ele casou e teve um casal de filhos.

Então, dois crimes ocorreram e mudaram a vida destes sujeitos. O primeiro, no dia 24 de dezembro de 1919, em Bridgewater (TUDINI, 2012). Uma tentativa de assalto gerou um tiroteio e, entre as trocas de tiro, algumas testemunhas. Os álibis de Vanzetti afirmaram que ele vendia peixes e enguias no dia deste crime. Assim, a cultura gastronômica italiana entrou no jogo, ou seja, a alimentação tradicional confeccionada especialmente para o natal serviu de prova. Porém, apesar das dezenas de álibis e a justificativa cultural, Vanzetti acabou condenado nesse processo.

Em 1920, um assalto seguido de perseguição e tiroteio abalou South Braintree, em Massachusetts. Houve o assalto do pagamento dos funcionários. O guarda tentou reagir e

acabou assassinado. O crime “a queima roupa” gerou muitas repercussões na imprensa local. Prender os culpados se transformou em “questão de honra” para a polícia.

A princípio, nem Sacco e nem Vanzetti tiveram participação nestes eventos. As testemunhas mantiveram os seus discursos desencontrados e sem a certeza da acusação. Mas, de qualquer forma, eles foram detidos em um bonde, em 1920. Eles portavam armas e folhetins libertários (FRANKFURTER, 1927). A justificativa para a prisão seria que eles eram elementos suspeitos, o que levou a crer que a detenção ocorreu por eles serem anarquistas e não criminosos (GRIPPO, 2011).

O problema é que, no período, existiram muitos crimes similares. Havia gangues especializadas em assalto de pagamento e bancos. Por outro lado, o anarquismo ganhava adeptos e organizava a ação direta em algumas cidades. Em relação a este segundo ponto, é imprescindível pontuar a existência do preconceito contra as populações latinas. Estes dois elementos foram os motivadores para tamanha repercussão e condenação.

Eles foram relacionados a uma rede anarquista e, muito provavelmente, por isso foram eliminados. A prisão, a condenação e, posteriormente, a execução, não foi aceita pelos apoiadores de Sacco e Vanzetti. Deste modo, o “problema” local se transformou em noticiários, cartas e luta pelo reconhecimento da inocência de Sacco e Vanzetti. O “mundo” observou e se manifestou contra tal condenação.

Destarte, este trabalho trata das publicações referentes ao caso Sacco e Vanzetti na imprensa do Brasil. O objetivo é o de verificar as relações do caso ocorrido nos Estados Unidos da América, entre 1920 e 1927, com os periódicos brasileiros e ítalo-brasileiros. Neste sentido, foram estudados: o Correio do Povo, de Porto Alegre; a Folha da Manhã, de São Paulo; Il Pasquino Coloniale e Il Moscone.

Para o estudo, alguns conceitos tornaram-se centrais, tais como: italianidade, justiça, pena de morte, migrações e ideologia. Acredita-se que estes elementos demonstram uma série de valores, de preconceitos, de esperanças e projetos individuais e de grupo. Sabe-se que a imprensa se posicionou sobre os temas supracitados, sendo crítica nos textos e imagens reproduzidas sobre o caso. Ela emitiu juízo de valor, englobando com isso, as suas concepções de justiça, civilização, liberdade, migrações e trabalhadores. Mais do que informar, os jornais procuraram formar as opiniões dos seus leitores.

Deste modo, é necessário estudar os jornais comparando-os com o contexto (CAPELATO, 1988). Ainda mais que durante este período a imprensa procura moldar os

pensamentos e as atitudes das pessoas, destacando-se como promotora do progresso e dos pensamentos modernos (ELEUTÉRIO, 2012). Deste modo, este trabalho foi produzido por meio dos periódicos (LUCA, 2008).

FOLHA DA MANHÃ E CORREIO DO POVO

Os jornais aqui trabalhados foram compreendidos como dotados de força ativa na sociedade, capacitados do poder de informar e formar opinião. Conforme Cruz e Peixoto (2007), foi necessário ter uma leitura cuidadosa dos conteúdos, procurando relacionar o texto com o contexto. Ao estudar os jornais, conforme Cardoso e Vainfas (1997), é preciso buscar os nexos entre as ideias apresentadas no discurso com as formas que elas foram expressas.

Deste modo, a leitura das notícias foram relacionadas ao contexto, respeitando as denúncias, os simbolismos e as opiniões dos jornais. Elas serviram de fonte para muitas pessoas apoiarem as suas convicções. A partir desta compreensão, percebe-se a necessidade de apresentar os periódicos aqui estudados.

Sobre as fontes, é importante destacar que A Folha da Manhã é encontrado no Acervo Folha. Ele é um jornal de São Paulo. Ele foi encontrado, no período estudado, no sítio virtual próprio. Deste acervo, são passíveis de consulta às edições desde 1921, do primeiro jornal do Grupo Folha, ou seja, a Folha da Noite. A qualidade do material é muito boa. O ano 1 da Folha da Manhã aparece em 1925, sob “propriedade da empresa ‘Folha da Noite’, limitada”.

A Folha da Manhã durou até 1960, quando o Grupo Folha reorganiza os seus periódicos. Ele é um jornal empresa, possuindo propagandas e anúncios. Outra característica importante é a sua sessão dedicada aos assuntos internacionais. Foi nesta sessão que a maioria das notícias a respeito do caso Sacco e Vanzetti apareceram. Nela, em agosto de 1927, há um espaço dedicado apenas ao famoso caso, tanto que, em determinados momentos, ela acabou ocupando a primeira página.

A Folha da Manhã vendeu muitos jornais. E ao que parece, o caso Sacco e Vanzetti alavancou as vendas. A mesma impressão foi constatada no Correio do Povo. O periódico porto-alegrense é encontrado no acervo próprio e em outros arquivos, tais como o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM), o Núcleo de Pesquisa em História (NPH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Para este trabalho foram consultadas as edições do AHMSM. Cabe salientar que os exemplares estão em bom estado de conservação. Em relação ao Correio do Povo, nele

existiam sessões que falaram do interior e outra do exterior. Havia a preocupação com as notícias de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, do país e do “mundo”. Em relação ao que foi estudado, os artigos se dividiram entre os opinativos e os oriundos das agências de notícias.

OS JORNAIS E AS SUAS POSIÇÕES NO BRASIL

No Brasil, muitos jornais publicaram as suas posições a respeito do referido caso. As suas fontes eram as agências de notícias, as quais enviavam por rádio e telegrama as “novidades” dos Estados Unidos da América. A partir das informações, os jornais produziam os seus textos.

Além das “notícias do mundo”, havia a preocupação em informar os leitores sobre os protestos e acontecimentos no Brasil, principalmente nos grandes centros. Deste modo, mesmo que os jornais falassem de algum acontecimento do interior, as suas atenções se voltavam as capitais estaduais e, neste estudo, São Paulo e Porto Alegre.

De forma geral, os jornais não omitiram ou mentiram sobre a ideologia que Sacco e Vanzetti seguiram. O anarquismo parecia ter dois modos de ações distintos, sendo um ligado a imagem de Sacco e Vanzetti como mais pacífico e inspirador, já o outro, mais violento e sinônimo do conceito terrorismo, ligado, propriamente dito, aos anarquistas que apoiavam aqueles italianos. Assim, a Folha da Manhã publicou: **“Os dois operários eram anarquistas. Se fazem bem ou mal não se compete.** O que é curto é que pensavam e agiam dentro das suas convicções, quiçá sinceramente”. (Folha da Manhã, 23 de agosto de 1927, p. 1. *grifos nossos*).

O conceito e as distinções das correntes do movimento anarquista não foram apresentadas ou discutidas nos jornais, mas são elementos determinantes para a compreensão das posições da imprensa em relação ao caso Sacco e Vanzetti. Ao criticar os apoiadores de Sacco e Vanzetti, não se fazia uma crítica direta aos dois italianos, mas pontuando que “se trata de atentados por parte dos amigos de Sacco e Vanzetti” (Correio do Povo, 11 de agosto de 1927, p. 3). Esses discursos estavam ligados às ações tidas como violentas. Assim, outro exemplo foi perceptível “na vizinha República Argentina”, quando houve “o registro de vários atentados criminosos”.

Já em relação a ideologia de Sacco e Vanzetti, A Folha da Noite, proprietária da Folha da Manhã, publicou uma crítica social de Vanzetti, a qual é composta pela ironia para denunciar a condição de vida dos capitalistas:

Aqui vivemos como capitalistas, disse Vanzetti - todos os nossos companheiros de infortúnio vão trabalhar, mas nós, os condenados à morte, temos o privilégio de descansar. Temos casa, comida e roupa, sem trabalhar, não produzimos. E rindo: somos capitalistas. Vanzetti, 12 de agosto de 1927 (Folha da Noite, 12 de agosto de 1927, p. 5).

Como ficou evidente, a base da crítica de Vanzetti baseou-se na condição de “não-trabalhador” dos capitalistas, ou seja, daquele sujeito que não produz, mas que se beneficia de alguma forma das riquezas sociais. Então, deste modo, os jornais criticavam as ações protagonizadas pelos anarquistas e comunistas, mas romanceiam a ideologia enunciada pelos dois italianos.

Os jornais aproveitaram para criticar a pena de morte. Alegaram que, quando concluída a execução, não há mais justiça a ser corrigida. Neste sentido, os jornais aqui estudados consideraram a condenação de Sacco e Vanzetti como um grave erro. Assim foi sentido quando a Folha da Noite chamou o processo inteiro de “erro judiciário (4 de agosto de 1927, p. 6).

A medida que os dias passaram e as tensões aumentaram, os jornais foram publicando maiores informações e emitindo mais pareceres. No caso do jornal paulista, a opinião que defenderam no final do processo foi sintetizada na seguinte publicação: “[...]esse estúpido ‘crime legal’ dos Estados Unidos” (Folha da Manhã, 10 de agosto de 1927, p. 5).

O “crime legal” foi um dos recursos discursivos mais fortes para difamar a Justiça estadunidense. E quando não mais havia esperança de salvar as vidas daqueles italianos, o jornal condenou os Estados Unidos da América com as seguintes palavras: “uma série de atentados, que [...] desmoralizaram [a justiça] por completo” (Folha da Manhã, 23 de agosto de 1927, p. 2). Destarte, se a Justiça estava desmoralizada, cabia um movimento para restaurar o seu prestígio. E esta luta em defesa de Sacco e Vanzetti foi somada a propaganda contra a pena de morte, conforme consta na publicação:

Deve iniciar-se um movimento geral de propaganda contra a pena de morte; as ordens de advogados, as Faculdades de Direito, por alunos e por docentes, as autoridades municipais devem iniciar uma intensa campanha, junto à imprensa, às assembleias legislativas, às Faculdades de Direito e ordens de advogados, nos países que ainda conservam a pena para que, na face da terra, desapareça essa expressão de crueldade incompatível com os tempos que correm (Folha da Noite, 24 de agosto de 1927, p. 1).

A pena de morte, neste ponto, foi colocada como sinônimo de crueldade. Havia, pelo que se percebe, a esperança de um fim próximo para este tipo de penitência. E para o jornal, seriam os profissionais da área jurídica os agentes deste fim. Neste sentido, o caso Sacco e

Vanzetti era exemplar para demonstrar a crueldade existente neste tipo de pena. Se passaram sete anos do início do processo à execução. E, para o jornal, tudo chegava ao fim sem a certeza da culpabilidade.

Sem saber se houve realmente a campanha contra a pena de morte, foi evidenciável que os trabalhadores se organizaram ao longo dos sete anos de prisão daqueles anarquistas. Aqui cabe uma curiosidade, no Brasil, os apoiadores de Sacco e Vanzetti foram adjetivados como pacíficos e ordeiros, ou seja, muito diferentes daqueles “dinamiteiros” e “terroristas” dos outros países. Mas, mesmo com esse prestígio na imprensa, o Correio do Povo ressaltou que

Esta notícia (execução de Sacco e Vanzetti) espalhou-se por toda a cidade, sendo em toda a parte objeto de comentários, principalmente entre a classe operária que há várias semanas vinham promovendo comícios de protesto contra aquela condenação.

Por esse motivo, e a fim de evitar qualquer perturbação da ordem, o dr. Valentim Aragon, atualmente respondendo pela chefia de polícia, ordenou que o piquete da Chefatura de Polícia se conservasse de prontidão. (Correio do Povo, 24 de agosto de 1927, p. 4)

Desta notícia, algumas considerações são pertinentes para compreender a relação da polícia, dos manifestantes e do jornal. A primeira, a “velocidade” com que a novidade foi difundida pelo mundo. Sacco e Vanzetti morreram no dia 23 para o dia 24. Então, na manhã seguinte, todos, em Porto Alegre, já sabiam do ocorrido. A segunda consideração é em relação a prontidão da polícia. Ela, atenta aos movimentos dos manifestantes, controlaram e garantiram a ordem. E, a terceira, é em relação aos protestos que ocorreram com certa frequência em Porto Alegre. Segundo o Correio do Povo, as “classes proletárias do Rio Grande do Sul protestam com veemência contra o atentado monstruoso que a justiça americana pretende consumir” (Correio do Povo, 9 de agosto de 1927, p. 5).

Se em Porto Alegre não existiu menção a qualquer tentativa de atentado, no estado de São Paulo a Polícia foi mais enérgica. No caso, para coibir a violência dos manifestantes, a polícia agiu em relação aos “homens conhecidos como violentos, audaciosos e capazes de encabeçar uma greve tumultuosa”. A ação policial foi publicada da seguinte maneira: “esses, já há muitos dias, se encontram detidos no Gabinete de Investigações...” (Folha, 11 de agosto de 1927, p. 9).

Desta maneira, a passividade foi “adquirida” a partir das detenções prévias, da anulação da ação pública de certos manifestantes. No dia 23, a Folha da Manhã escreveu que

“nem todas as fábricas tiveram o seu movimento paralisado o dia todo” (23 agosto de 1927, p. 1). Muitos trabalhadores cumpriram a jornada até as 11 horas, retornando às suas casas posteriormente. Apesar da aparente calma, uma agitação feminina ocorreu. A agitação teve ação imediata da polícia, a qual, através da força, prendeu as “exaltadas”, detendo-as “na 6ª delegacia”, para “logo” colocá-las “em liberdade”²⁵⁶.

Estas detenções garantiram as manifestações controladas pelo patronato e pelas autoridades policiais. Apesar de não caber neste texto, é pontual frisar que esta tranquilidade aparente serviu como propaganda da garantia da ordem. O jornal, neste sentido, não se colocou apenas como interlocutor dos acontecimentos, mas como um agente que exaltava as “ações acertadas” dos trabalhadores em se manterem “ordeiros”.

A historiografia brasileira abordou que o movimento operário da Primeira República foi influenciado pelos imigrantes (BATALHA, 2000) (BATALHA, 2008) (FERREIRA, 2008). Mesmo que estes imigrantes não fossem a maioria, eles criaram organizações que transformaram as experiências militantes no mundo do trabalho (HALL, 2010).

Acredita-se que os imigrantes se envolveram e muitos se identificaram com o caso Sacco e Vanzetti. Mas, até o momento, esta é uma especulação histórica a ser investigada, pois não foi possível elucidar melhor esta relação. O que se sabe, por ser evidenciável, é posto a seguir, e é em relação a grupos de imigrantes que se aproximaram do fascismo, e não do anarquismo ou sindicalismo.

IMPrensa ÍTALOBRASeIRA

A imprensa ítalo-brasileira utilizou as imagens para denunciar o “crime” que ocorria nos Estados Unidos da América. Neste sentido, pensa-se com Bràs Ciro Gallotta (2008, p. 8) para refletir sobre os valores da caricatura. Segundo o autor, “a caricatura esteve presente em quase todas as publicações de humor. Era um instrumento de comunicação visual amplamente utilizado e que valorizava” o jornal.

Já sobre as fontes utilizadas, os jornais estão digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Digital da Unesp e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As versões estão com boa qualidade.

Neste sentido, *Il Pasquino Coloniale* foi publicado entre 1915 e 1941. Para este estudo, foram consultadas as edições de agosto de 1920 a setembro de 1927. A primeira edição

²⁵⁶ Não foram encontradas mais referências referentes ao incidente.

consultada foi a de número 667 e a última de número 954. Este jornal publicou caricaturas, charges e textos sobre política, sociedade e cultura, referindo-se ao Brasil, a Itália e ao “mundo”. Aqui é importante frisar que uma das principais pautas do *Il Pasquino Coloniale* foi a luta contra a anti-italianidade, aproximando-se, pelo que parece, do movimento fascista.

Já *Il Moscone*, “fundado pelo jornalista e escritor Vicente Ragozzetti, que já havia colaborado para jornais italianos tanto na Itália como no Brasil” (RORATO, s. d.). Segundo Rorato, *Il Moscone* circulou “[...] por aproximadamente trinta e seis anos, desde abril de 1925, quando saiu seu primeiro número, até agosto de 1961, totalizando 1.357 números. O total de edições anuais era, em média, 50 exemplares”. Em relação a sua periodicidade e aos temas publicados, “[...] era um semanal ilustrado e humorístico que retratava os acontecimentos referentes, sobretudo, à comunidade italiana, inserida no contexto urbano da cidade de São Paulo”.

Rorato pontuou que as mudanças por preferência política modificou os conteúdos iconográficos e textuais do *Il Moscone*. Para Rorato, o jornal chegou a apoiar o fascismo. Mesmo com essas características, ele se posicionou em relação ao caso Sacco e Vanzetti.

SACCO E VANZETTI NAS PÁGINAS DO *IL MOSCONE* E *IL PASQUINO COLONIALE*

Os jornais, de maneira geral, apoiaram-se na ideia de que existiu preconceito contra os dois italianos. No caso, os periódicos assumiram que houve prejuízo de classe e nacionalidade. Este pensamento não se limitou aos jornais ítalos, mas também aos demais. Desta forma, os jornais estudados neste momento se sentiram prejudicados enquanto nacionalidade e, para denunciar o “crime” ocorrido nos Estados Unidos da América, eles criticaram as suas principais alegorias.

Neste capítulo, se trabalhou com a noção de “imagem política” utilizada por Caroline Poletto (2017) e Alberto Gawryszewski (2008). Segundo as concepções defendidas por eles, pensou-se as imagens como ferramentas de crítica de uma situação política e social. Desta maneira, é importante frisar a reflexão de Maitê Peixoto (2016, p. 118), quando ela afirma que as imagens passam a servir como

“[...] ferramenta verdadeiramente funcional no domínio público, capaz de proporcionar mais do que a simples compreensão de símbolos, a partir das múltiplas reações que ela tenciona atingir, seja no domínio de sensibilização

particular, seja nos espaços onde existem redes de interação entre os sujeitos, ou, mais precisamente, num espaço de manifestações coletivas”.

Neste espaço, a imagem possui o caráter pedagógico, ou seja, ela facilita “a transmissão da mensagem ao leitor” (GAWRYSZEWSKI, 2009, p. 19). Neste caso, a “imagem política” serviu como elemento de identificação de um grupo étnico. Para isso, os produtores desenvolveram imagens que utilizaram as categorias liberdade, civilização, riqueza e história, por exemplo.

Assim, no primeiro exemplo há as “manchas que desonram”. Uma imagem que centra um diálogo entre o “Mundo” e o “Tio Sam”. Neste caso, o homem magro de barba saliente e chapéu cartola longo é apresentado como o símbolo do país. Na testa do tio Sam consta os nomes Sacco e Vanzetti.



Macchie che disonorano. Fonte: Il Moscone, 1927.

Conforme disposto, o “Mundo”, um sujeito masculino que encara o tio Sam, alerta: “é inútil que você esfregue, querido Tio Sam ... Essa mancha aí, você nunca mais vai ‘tirar’ (apagar)!”. A frase é enunciada no sentido exclamativo, sendo transmitido um sentimento e sentido de repressão. A mancha não era, essencialmente, Sacco e Vanzetti, mas sim o que os Estados Unidos da América fizeram com eles.

Os valores que as imagens transmitem possuíam objetivos pontuais: ferir a honra ou a moral dos Estados Unidos da América. Pois bem, sabendo que a legenda servia de aporte para uma melhor interpretação da imagem, a figura, neste sentido, também era eleita com muita

objetividade. Neste sentido, a alegoria da Liberdade, desenhada na forma da estátua, de Nova Iorque, foi utilizada para atingir as concepções de “Justiça e Liberdade”:



Fonte: Il Pasquino Coloniale, 20 de agosto de 1927, p. 7.

“O que vale a Liberdade, sem a Justiça?”, foi essa a interrogação da imagem “Justiça e Liberdade”. A sua publicação surgiu no sentido de criticar a instituição da Justiça dos Estados Unidos da América, pois a Justiça está sentada, olhando em direção a fumaça da pira da Liberdade. A lança da Justiça corta a fumaça. Da divisão apareceram dois nomes: Sacco e Vanzetti. Se o Il Moscone utilizou o tio Sam para se referir aquele país, Il Pasquino Coloniale aproveitou-se da estátua da Liberdade para tal.

Assim, o aviso de que “no porto de Nova York há um estátua colossal da Liberdade” apenas situa o leitor do recorte espacial que a imagem retrata. Mas, simbolicamente, o jornal atacou a concepção estadunidense de “terra da liberdade”, retratando-o como terra da injustiça.

Este erro só poderia ocorrer em um país jovem, sem o prestígio das “mais antigas civilizações” do mundo. Assim, os italianos criticaram a “civilização norte-americana”, construindo um tio Sam pré-histórico, um verdadeiro “homem da caverna”.

Abaixo, a imagem (2), há um “tio Sam das Cavernas”. Conforme é visível, o caminhar cabisbaixo do “tio Sam das cavernas” denunciou que algo lhe incomodava. Ele, um ser rudimentar, musculoso e peludo, carrega um bastão de madeira com uma cadeira elétrica

pendurada na ponta. A eletricidade, um dos símbolos da modernidade, era utilizado, nesta situação, para cometer um “crime judiciário”. Então, os Estados Unidos da América estavam sendo atacados enquanto nação, como se fossem “menos civilizados” do que os italianos. Neste ponto, o jornal achou conveniente atacar a sua riqueza.

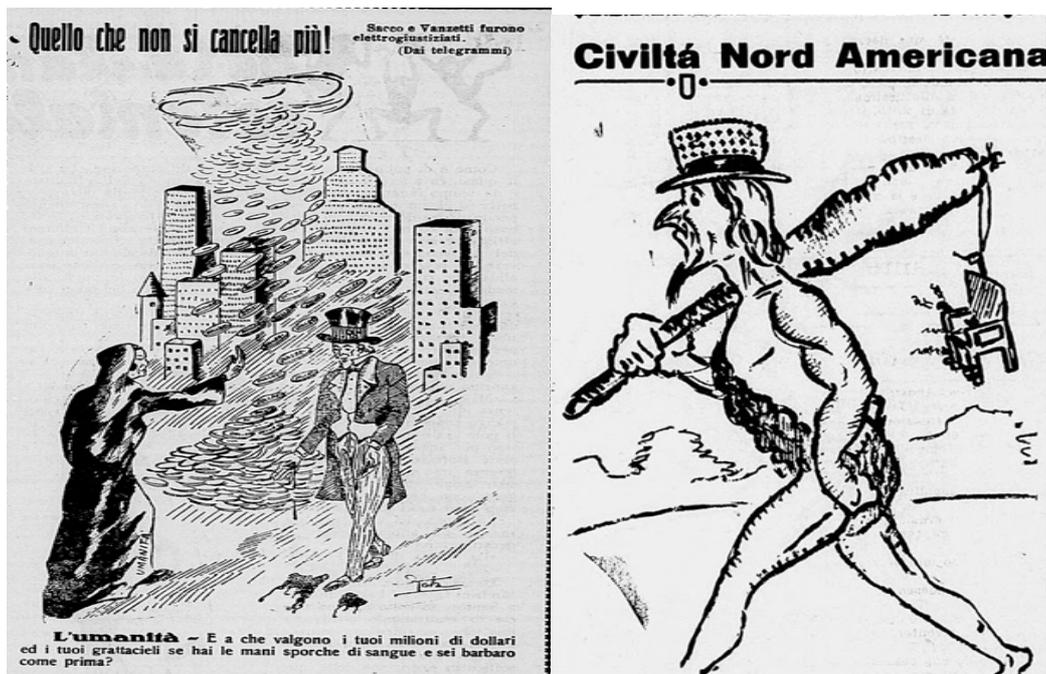


Imagem 1: Quello che non si cancella più! Fonte: Il Pasquino Coloniale, 20 de agosto de 1927, p. 6.

Imagem 2: Civiltà Nord Americana. Fonte: Il Moscone, ano 3, n. 120, 1927, p. 7.

Na imagem (1), “aquilo que não se cancela (anula) mais!”, houve uma crítica em relação a riqueza estadunidense. A indagação que a alegoria da Humanidade serve mais como reflexão/alerta do que uma questão a ser respondida. Assim, “e o que valem os teus milhões de dólares e os teus arranha-céus se há as mãos sujas de sangue e és bárbaro como antes?”. Em outras palavras: o que vale a tua riqueza se não és civilizado? Este legado seria perpetuado nas imagens e nos textos publicados pelos jornais.

A próxima imagem denunciou a execução de Sacco e Vanzetti. A sua legenda deixa o conteúdo imagético bem definido: “ Sacco e Vanzetti foram eletrocutados (dos telegramas)”. Este ato, erro ou crime judiciário, jamais poderia ser consertado. A eletrocução foi escrita com pesar “no livro da história da civilização dos povos”.



Fonte: Il Moscone, São Paulo, ano 3, n. 121, 1927, p. 6.

Então, percebeu-se a insatisfação e o protesto dos jornais ítalo brasileiros. Eles, de modo geral, denunciaram o que ocorria nos Estados Unidos da América e aproveitaram para criticar a “civilização norte-americana”. Então, na imagem é possível identificar a “velha” alegoria da Humanidade pedindo para outra, a História, escrever em seu livro a infâmia cometida pela justiça estadunidense. Segundo a legenda, a qual elucida e torna a leitura da imagem viável: “A História – Cara Humanidade, não encontro neste livro uma página de infâmia igual a esta que os norte-americanos me fizeram escrever!”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração pertinente é a da utilização das alegorias para criticar e denunciar os acontecimentos. A Justiça, a Liberdade, a Humanidade e a História foram representadas de forma feminina. Elas, incluindo o Mundo e o tio Sam, realizam as ações que sugerem a reflexão ao leitor. As imagens, com a exceção do “tio Sam das cavernas”, foram apoiadas por legendas que direcionam a leitura. O objetivo era o de colocar sob suspeita as instituições estadunidenses, como também, o de criticar as concepções de Liberdade e de Civilização para aquele povo.

Apesar do país ser uma das maiores potências econômicas do período, possuindo arranha-céus e até uma “chuva de dinheiro”, isso não colaborou para o processo civilizatório deles, pois, segundo os periódicos ítalo brasileiros, eles continuaram “bárbaros como antes”. Enquanto isso, os jornais de grande circulação optaram pela utilização dos textos. Eles era, a grosso modo, de opinião e informativos.

Os opinativos emitiram pareceres objetivos sobre os eventos envolvendo Sacco e Vanzetti. A justiça, a pena de morte, a perseguição, o preconceito étnico/nacional, entre outras argumentações, todas foram utilizadas para denunciar o “crime judiciário” que estava ocorrendo nos Estados Unidos da América. Por outro lado, as publicações informativas, oriundas das agências de notícias ou do rádio, elas também foram produzidas com juízo de valor, sendo que em vários momentos foram publicadas as notícias sobre algum suposto atentado a dinamite ou recebimento de cartas que ameaçavam as autoridades diplomáticas estadunidenses.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2008, p. 161-190.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

ĐURIC, Kristina. *Le origini e lo sviluppo dell’immigrazione italiana negli Stati Uniti tra il 1870 e il 1930*. Magistra der Philosophie (Mag. Phil.), Universität Wien, Wien, 2010.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2008.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

FOLHA DA MANHÃ, São Paulo.

FOLHA DA NOITE, São Paulo.

FRANKFURTER, Felix. *The case of Sacco and Vanzetti: a critical analysis for lawyers and laymen*. Boston: Little Brown, 1927.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. *Domínios da imagem*. Londrina, V. I, N. 2, P. 7-26, Maio, 2008.

GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). *Imagens anarquistas*. Análises e debates. Col. História na comunidade. Vol. 2. Londrina: UEL, 2009, p.19.

GALLOTTA, Bràs Ciro. A imprensa italiana em São Paulo – 1870-1940. In: 6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. *Anais do ALCAR - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia*, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/A%20imprensa%20italiana%20em%20Sao%20Paulo.pdf> Acesso: 08/07/2018.

GRIPPO, Theodore W. *With Malice aforethought: the execution of Nicola Sacco and Bartolomeo Vanzetti*. iUniverse, Bloomington, Indiana, 2011.

HALL, Michael M. Entre a etnicidade e a classe em São Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. CROCI, Federico. FRANZINA, Emilio (Orgs.). *História do Trabalho e Histórias da Imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010, p. 49-64.

IL MOSCONE, São Paulo.

IL PASQUINO COLONIALE, São Paulo.

SACCO, Nicola. VANZETTI, Bartolomeo. Zinn, Howard. Felicani, A. (Orgs.). *Sacco y Vanzetti: sus vidas, sus alegatos, sus cartas*. 1a ed. - Ciudad de Buenos Aires: Terramar, 2011.

PEIXOTO, Maitê. *Identidades figuradas na cultura do trabalho: a partilha da experiência visual e a construção da identidade operária através da produção imagética vinculada à imprensa operária e sindical no Brasil (1910-1935)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

POLETTI, Caroline. *A imaginação subversiva ao redor do mundo: imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936)*. Tese (doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2017.

RORATO, Márcia. *Il Moscone* - semanário humorístico e ilustrado do ítalo-brasileiro Vicente Ragnognetti. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/cilbelc/jornal/agosto06/content22.html> Acesso: 08/07/2018.

TUDINI, Flavia. Sacco e Vanzetti: caso giudiziario o *affaire*?. *Diacronie* [Online], n. 14, 2013. Disponível em: <http://diacronie.revues.org/160> Acesso em: 06/12/2015.

PROJETO – HISTÓRIA EM JOGOS DIGITAIS: “A CONQUISTA DO PARANHANA”

Lidiane Lima Schoenardie

Graduanda de História – Licenciatura

FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara

Resumo: A sociedade globalizada é fundamentalmente digital, estando a tecnologia incorporada em nossas vidas e nosso cotidiano, bem como na vivência infantil. Não podemos ignorar, portanto, o fato de que os jogos digitais, tanto de computadores quanto de consoles de vídeo-game fazem parte da rotina de nossas crianças. Com ciência desta realidade, buscou-se desenvolver um jogo que - salvo a função de divertimento - também tem por objetivo estimular o estudo da História local de uma forma lúdica, porém séria e efetiva, pois, ao utilizar o ambiente digital como recurso para a compreensão do passado, aproxima o conhecimento abstrato do concreto, facilitando o aprendizado. O referido jogo reproduz a chegada dos primeiros colonos alemães em Santa Maria do Mundo Novo - no Vale do Paranhana - fazendo com que o educando vivencie o cotidiano e as dificuldades de ocupação e colonização estrangeira bem como de seus descendentes na abertura de novas áreas e que, ao realizar as tarefas insira-se na vida diária do século XIX. O presente texto tem por finalidade relatar as experiências vivenciadas por uma bolsista de História no Projeto - Jogo Digital “A Conquista do Paranhana”, que é desenvolvido em conjunto pelas graduações: Tecnologia em Jogos Digitais e História (Licenciatura) da FACCAT. O movimento inicial de interação entre os participantes das duas graduações mostrou-se um desafio interessante, uma vez que são dois grupos distintos, unidos por um propósito comum e com foco no sucesso do projeto interdisciplinar, contudo, são essas novas experiências que nos enriquecem, pois já disse Paulo Freire (2018, p.26) “*Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender*”.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. História. Jogo Digital. Aprendizagem. Tecnologia.

Considerações iniciais

A capacidade de apreender conhecimento e desenvolver a aprendizagem e o cognitivismo é inerente a várias espécies de animais do nosso planeta, porém apenas os seres humanos elevaram esta competência ao nível mais proeminente e desenvolvido dentre todos, tornando-nos as únicas criaturas que, além de aprendermos coisas novas também questionamos e estudamos o processo deste aprendizado. Somos indivíduos curiosos por natureza e nossa sede pelo saber é insaciável, estando sempre à procura de novas práticas, novas técnicas e novas ferramentas a cada dia. A humanidade vivencia neste início de século XXI uma evolução tecnológica e digital sem precedentes, sendo as informações disseminadas de forma muito rápida e abrangente, no entanto, não podemos nos deixar enganar nesse processo, pois, informação não significa conhecimento, este é mais complexo e estruturado.

Segundo Guimarães (2015), os jogos digitais entram no ambiente escolar como um instrumento de apoio à prática educativa da História, uma vez que estimulam o raciocínio, a análise historiográfica, o entendimento sobre o passado e a contextualização com o presente.

A tecnologia e a interatividade digital estão enraizadas atualmente em nossas vidas e nosso cotidiano, bem como no universo infantil e não podemos ignorar, portanto, o fato de que os jogos digitais, tanto de computadores quanto de consoles de vídeo-game fazem parte da rotina de nossas crianças. Estudos no campo da neurociência, como informam Heidrich e Rotta (2018), apontam para resultados animadores na aplicação destes jogos para o desenvolvimento de ensino-aprendizagem pueril, inclusive no estímulo de crianças com paralisia cerebral ou outro tipo de déficit ou deficiência nos estudos regulares. Nesse ínterim, a escola tem estado muito aquém das expectativas na utilização desta ferramenta didática, sendo urgente sua inserção neste mundo tecnológico a fim de acompanhar o desenvolvimento cada vez mais frenético de infantes e adolescentes. Professores e estudantes dos cursos de graduação de Tecnologia em Jogos Digitais e História (Licenciatura) da FACCAT, ao obterem entendimento desta realidade, buscaram desenvolver um jogo que - salvo a função de divertimento - também tem por objetivo estimular o estudo da História local de uma forma lúdica, significativa e efetiva, pois, ao utilizarem o ambiente digital como recursos para a compreensão do passado conseguiram aproximar o conhecimento abstrato do concreto, facilitando o aprendizado.

Ensino-Aprendizagem

De acordo com Pantano (2018), em termos fisiológicos, a fixação do que é estudado acontece quando há uma conexão entre os neurônios gerando um registro que pode ser acessado novamente, por meio da memória, desde que as repetições dos referidos dados tenham sido repetidas em quantidade suficiente para consolidar-se, pois

O cérebro tem cerca de um bilhão de neurônios, e cada um deles é capaz de fazer ao redor de 60 mil sinapses, formando redes neuronais de grande complexidade responsáveis pela atividade cerebral – do que resulta o aprendizado. A complexidade das redes neuronais que carregam as informações originadas no cérebro humano mostra a importância da adequada e controlada estimulação cerebral para um aprendizado formal e produtivo (HEIDRICH e ROTTA, 2018, p.109).

A diferença, entretanto, entre memorização ou “decoreba” de aprendizado, conforme Pantano (2018) é como ocorre o método de aquisição de determinada informação. A

aprendizagem envolve outros aspectos como apreensão, armazenamento, resgate e análise do conteúdo guardado. O jogo digital, como auxiliar no alicerçamento do ensino, proporciona ao aluno, segundo Vygotski (2007) planejar acontecimentos, projetar resultados para uma escolha e idear objetos, situações determinantes para nos distinguir dos outros animais. Nesse contexto, o papel do professor como mediador é fundamental para a obtenção de sucesso na aprendizagem. Para Zabala (1998), a estrutura cognitiva do educando transcorre por meio da construção do conhecimento, e este vai sendo revisto e reformulado ao longo de sua maturação modificando-se ao mesmo tempo em que fica mais complexo. Esses *esquemas de conhecimento* resultam da sua experiência prévia de vida e do seu nível de crescimento e evolução, nos quais se produz a *aprendizagem significativa* através da comparação, identificação e absorção do conteúdo trabalhado. A prática, a tentativa e erro, a ação, o reconhecimento do engano e o posterior esforço no acerto fortalecem e encorajam o estudante no caminho da estruturação da sua erudição. Este jogo digital proporciona esta habilidade, uma vez que o jogador tem liberdade para movimentar-se pelo ambiente e explorar as diversas atividades que seu avatar deve cumprir, acertando ou errando, mas tendo a possibilidade de voltar e refazer a tarefa sempre respeitando os conceitos históricos da época em que decorre a fase. Neste cenário, o discente adquire autonomia na elaboração de seu raciocínio e intelecto porque

[...] uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto (FREIRE, 2018, p. 42).

Assim, o ensino-aprendizagem por meio de jogos digitais instiga a criança ao desafio, a superar-se sem medo de errar e edificar com bases sólidas a assimilação do tema que o professor desenvolve em aula.

O Jogo Digital no Processo Educativo

O jogo não é uma prática atual, desde que nos entendemos por seres pensantes, o jogo, a competição nos acompanha em nossa História. Durante toda a evolução da humanidade exercemos jogos pelos mais diversos motivos, no entanto, é somente na contemporaneidade,

mais precisamente nas últimas décadas que dispomos de uma nova tecnologia – a digital – que vem nos auxiliando muito enquanto educadores.

O aluno não é um receptáculo vazio no qual o professor derrama seus ensinamentos, mas sim, um agente ativo do seu progresso educacional, e isto, se realiza na forma de interação e transformação. O educador dispõe de vários dispositivos para diversificar sua aula e o jogo digital atualmente é um deles. O jogo estimula o aluno a pensar e refinar sua inteligência, pois naquele momento ele está no controle de suas ações e das suas decisões. Muitos estudiosos compreendem que o jogo digital pedagógico tem a capacidade de desenvolver o emocional, o psicológico e o social do jovem, já que estimula o raciocínio, o trabalho em equipe, o cumprimento das regras, o fortalecimento da ética e o respeito ao próximo (ANTUNES, 2005).

Para Antoni e Zalla (2013, p. 150), “[...] o jogo é feito para brincar e brincando também se aprende.” Ao praticar em um jogo de cunho histórico, o aluno estimula a fantasia e a criatividade, pois mesmo sendo este uma ficção, um “faz de conta”, o jogador é capturado para aquela realidade que simula o momento e vivência da História e o faz experimentar a sensação verídica dos personagens. É interessante que o educando tenha algum conhecimento prévio do contexto no qual o jogo se apresenta, pois desta forma, no instante em que está executando o nível, faça as relações entre as ações do personagem e o que foi estudado em aula. Durante o andamento do jogo, o professor deve orientar seus pupilos para que estes realizem a tarefa o mais corretamente possível e absorvam todo conteúdo devido e ao final deste procedimento, tem por obrigação realizar atividade qualitativa para perceber se o objetivo do exercício foi alcançado.

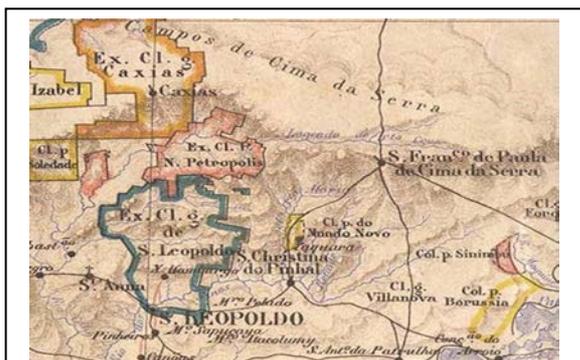
História da “Conquista do Paranhana”

O referido jogo reproduz a chegada dos primeiros colonos alemães em Santa Maria do Mundo Novo - no Vale do Paranhana - fazendo com que o educando vivencie o cotidiano e as dificuldades de ocupação e colonização estrangeira bem como de seus descendentes na abertura de novas áreas e que, ao realizar as tarefas insira-se na vida diária do século XIX.

Em outubro de 1846, Tristão Monteiro muda-se com a família para a Colônia do Mundo Novo e inicia o loteamento dos terrenos no vilarejo Pinhal, às margens do Rio dos Sinos. Neste mesmo ano é construída a Capela cuja padroeira era Santa Cristina, passando o

lugarejo a chamar-se Santa Cristina do Pinhal. Tem início o desenvolvimento e prosperidade do Mundo Novo (FERNANDES, 2011, p. 23-24).

A casa de Pedra foi construída em 1847 por ordem de Tristão José Monteiro, às margens do Rio Santa Maria (atual Paranhana) na localidade pertencente hoje a Igrejinha e foi a primeira construção de alvenaria da região. A casa serviu de moradia para Monteiro e sua família, mas comportava muitas outras atividades, tais como hospedagem para os colonos recém chegados, central de abastecimento para compra e venda de víveres, festas, bailes, e também comercialização de negros escravizados que ficavam presos no porão. Devido à sua proximidade com o rio, os negócios de venda de sal aos colonos e compra de suas colheitas de feijão e milho para revender em São Leopoldo e Porto Alegre era facilitado por meio da navegação. Em 04 de novembro de 1894, Tristão Monteiro vendeu a Casa de Pedra para o comerciante Jacob Kichler (GEIS e HENRIQUES, 2008, p. 49-50).



Carta Geographica do Estado Federal do Rio Grande do Sul. Autor: Jacques, João Candido. Ano: 1891
Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530286/cart530286.html



Mapa feito a mão indicando o caminho para a Colônia do Mundo Novo. Autor e data são desconhecidos.
Villa de São Leopoldo e distribuição das colônias e caminhos no atual estado do Rio Grande do Sul.
Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514924/cart514924.html



Casa de Pedra – Igrejinha
Foto tirada em 2013.
Fonte: <http://www.igrejinha.rs.gov.br/2013/fotos.php>
Acesso em: 14 out. 2018.

Quando chegavam às novas terras, os colonos encontravam mata fechada que tinham que desbravar para construir suas casas e começar sua plantação. ENGELMANN (2004, p. 299) nos trás a transcrição da carta de Friedrich Konrad de 24 de julho de 1859,

[...]. Quando se inicia uma nova picada, tudo é mato. Não é como lá fora, na Alemanha, pois aqui árvores e capoeira crescem juntas.

Por cima das árvores crescem muitas ramas e cipós, que se prendem por cima destas árvores.

[...] Derrubado o mato durante três a quatro semanas, deixa-se secar o mesmo mais três a quatro semanas e, durante o meio-dia, num dia de muito calor, queima-se. Isto dá um fogo terrível. Quando o fogo já está apagado, pega-se a enxada, fazem-se os buracos e planta-se milho.

Segundo ENGELMANN (2004, p. 195 e 197), havia muitas adversidades enfrentadas pelos pioneiros teutos. Como naquela época não existiam antibióticos, um simples corte ou ferida poderia infeccionar e levar à morte. Ocorrências comuns também eram picadas de cobras, aranhas e escorpiões, além de doenças como gripe, varíola, tifo, desidratação e disenteria. As mulheres morriam devido a complicações no parto ou infeccionadas por instrumentos não esterilizados.

Dentre as famílias germânicas que se instalaram na Colônia do Mundo Novo, a maioria era de lavradores, mas haviam também pessoas com outras profissões, tais como: sapateiros, alfaiates, marceneiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, funileiros, padeiros, artesãos, pastor, médico, açougueiro, entre outros, além dos mestres de escola responsáveis pelo ensino das crianças, o que era de suma importância para as famílias. O plantio era variado, mas era considerável o cultivo de feijão, milho, mandioca, arroz, batatas, amendoim, centeio e fumo. Havia também engenhos movidos à água e à tração animal (FERNANDES, 2011, p. 24 e 28).

O jogo, em sua primeira fase pronta até o momento, disponibiliza aos jogadores exatamente esta existência relatada acima, os educandos entram no jogo, escrevem seu nome e escolhem um sobrenome alemão em uma lista para identificá-lo e seu personagem aparece às margens do Rio dos Sinos, desembarcando nos novos lotes a serem ocupados e, a partir deste ponto começa o desempenho das tarefas a serem cumpridas para a finalização do nível.

Neste primeiro momento, o aluno com seu avatar deverá interagir com os diversos moradores do vilarejo para conseguir utensílios e ferramentas; ajudar o tio a construir um galinheiro – pois as galinhas correm soltas pelo lugar – sendo que para isso precisará de um machado e também cortar árvores para obter madeira. Após essa atividade, deverá

confeccionar um espantalho a fim de espantar os corvos que invadem seu local de plantio, e, somente então conseguirá plantar suas sementes de milho, que depois de colhidas serão transformadas em farinha no moinho e vendida na Casa de Pedra. Tendo realizado os afazeres nesta ordem, o estudante terá finalmente concluído esta fase do jogo digital.



Estas são algumas imagens deste jogo digital que está em fase de testes e é desenvolvido por professores e graduandos das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

Prática e Experimentação

Este texto tem por finalidade relatar as experiências vivenciadas por uma bolsista de História no Projeto - Jogo Digital “A Conquista do Paranhana”, que é desenvolvido em conjunto pelas graduações: Tecnologia em Jogos Digitais e História (Licenciatura) com o auxílio dos cursos de Design e Publicidade e Propaganda da FACCAT. O movimento inicial de interação entre os participantes das duas graduações mostrou-se um desafio interessante, uma vez que são dois grupos distintos, unidos por um propósito comum e com foco no sucesso do projeto interdisciplinar, contudo, são essas novas experiências que nos enriquecem, pois já disse Paulo Freire (2018, p.26) *“Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender”*.

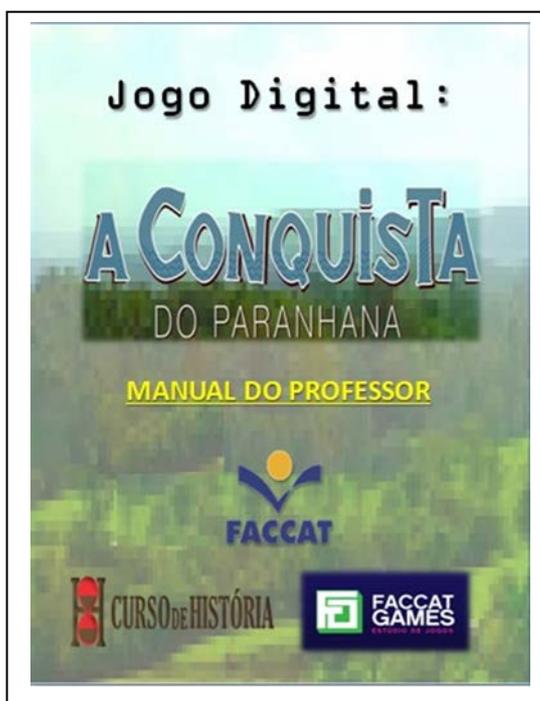
Quando me juntei ao projeto no final do primeiro semestre de 2018, este já estava em desenvolvimento desde o primeiro semestre de 2017 e seu primeiro nível encontrava-se praticamente concluído. Minha colaboração é no auxílio à professora da graduação de História, Prof^a. Dr^a. Dóris Rejane Fernandes, que juntamente com os professores da graduação de Jogos Digitais Guilherme Spindler e Fernando Lunardelli e seus acadêmicos bolsistas elaboram este jogo digital pedagógico sobre a história da colonização alemã no Vale do Paranhana.

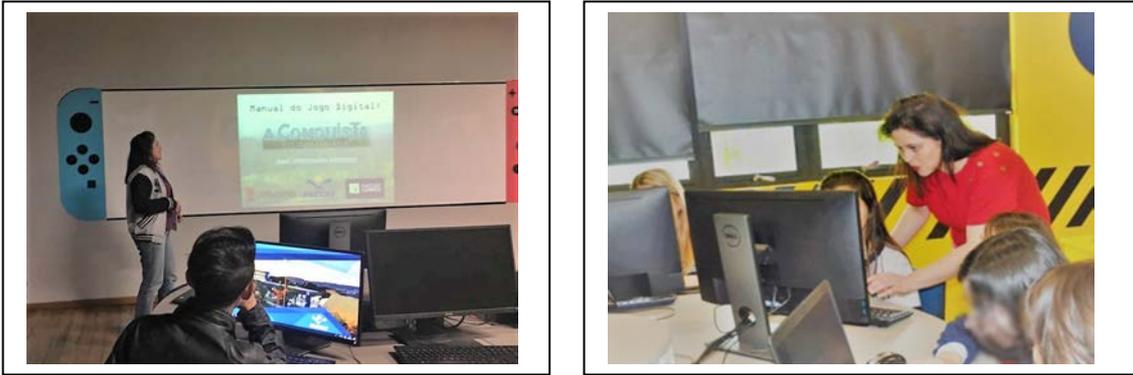
Nestes quase cinco meses de participação, fiz pesquisas históricas para aperfeiçoamento e verossimilhança do jogo, confeccionei os manuais do professor e do aluno para que nossos participantes tivessem um conhecimento prévio das teclas utilizadas para jogar e também os professores se informassem sobre o mesmo.

Esta proposta é totalmente nova e inédita para a faculdade e os cursos, gerando ao mesmo tempo expectativas, obstáculos, frustrações e efetivações, mas também uma satisfação muito grande ao ver o projeto dando certo e se encaminhando ao sucesso.

O que se imaginava ser um empreendimento relativamente fácil mostrou-se muito mais desafiador do que tudo já produzido nos cursos. Primeiramente, aprender a superar as diferenças entre as graduações e as limitações dos equipamentos e softwares. Enquanto a História – que trabalha com subjetividades, fatos e relatos – propunha várias ações do

personagem e do ambiente como chuvas enchentes, secas, grandes famílias, diversos plantios, atividades variadas, animais selvagens, conflito com os nativos, etc, tudo já no início do processo, os Jogos Digitais que é mais analítico e trabalha com números e algoritmos dizia que teríamos que fazer as introduções aos poucos e por fases, pois era impossível para o sistema realizar tudo de uma vez. Nestes momentos percebíamos uma realidade que não era a nossa e nos dávamos conta do quão é diferente e difícil é colocar-se no lugar do outro e efetivar um bom trabalho em equipe.





Estas são algumas fotos do cotidiano no Laboratório de Jogos Digitais da FACCAT.

Considerações finais

Ambientes educacionais que desenvolvam o educando em todos os seus aspectos, físico, mental, intelectual, social e ético são cada vez mais importantes na atualidade. A humanidade nunca esteve tão acelerada tecnologicamente e formar crianças que estejam aptas a enfrentar nosso mundo contemporâneo é tarefa árdua da educação pública brasileira. É necessário estruturar as escolas para que ofereçam a maior variedade e possibilidade de opções para o ensino de nossos jovens, projetando um futuro do país com adultos sensatos e preparados para o mercado de trabalho, mas não como mais uma peça na grande engrenagem, porém sim como seres pensantes, éticos, autônomos em suas decisões, seguros emocionalmente e capazes de fazer a diferença. Esta realização somente ocorrerá com o devido investimento na prática docente e discente e nos recursos necessários às escolas.

Existem inúmeras ferramentas utilizadas por professores nas salas de aula com intuito de aprimorar a aquisição de conhecimento pelos alunos e o jogo digital é uma delas. O jogo estimula a inteligência, ensina a pensar estratégias futuras, ajuda a superar frustrações, ativa o uso dos sentidos, encoraja a escolha, desenvolve o respeito ao outro, incentiva o trabalho em equipe e desperta a imaginação. O recurso pedagógico do jogo digital – apesar de menos popular quanto deveria – não é mais considerado supérfluo no ensino-aprendizagem, vindo a contribuir em várias áreas do aprendizado.

O desenvolvimento de um Jogo Digital nas dependências de uma Instituição de Ensino Superior demonstra o quanto o investimento nas Licenciaturas e em outras graduações envolvidas é de suma importância, não só para seus graduandos e bolsistas, mas também para a comunidade em geral que no final se beneficia com tal projeto. A interdisciplinaridade entre

cursos que a princípio não teriam muito em comum, e que, no entanto descobriram-se muito mais parecidos do que imaginavam é essencial para o aperfeiçoamento de seus alunos e de sua atuação social.

Como graduanda e bolsista do curso de História, como futura professora, como próxima profissional da educação pública brasileira, tenho a imensa satisfação de fazer parte deste projeto tão desafiador, todavia tão gratificante para a área educacional. A “Conquista do Paranhana” ainda está em seu início de criação; a primeira fase está completa e já em etapa de testagem com graduandos voluntários das Licenciaturas e dos Jogos Digitais da FACCAT e com escolas particulares e públicas do Vale do Paranhana, nas quais foram selecionadas turmas com alunos na faixa etária de 09 a 12 anos que jogaram, finalizaram o nível, vivenciaram o cotidiano de um colono alemão no século XIX na sua região e por fim fizeram uma avaliação deste início do jogo digital comentando as dificuldades encontradas, os problemas apresentados pelo software como travamentos ou “bugs” e dando dicas sobre o que poderia melhorar ou ser acrescentado às próximas fases.

Nossa função como professores é de instigar o nosso aluno a perguntar, a ser crítico, a pensar e problematizar e devemos utilizar os meios ao nosso alcance para este ofício, equilibrando sem exageros a aplicação destes recursos.

Referências

ANTONI, Edson; ZALLA, Jocelito. O que o jogo ensina: práticas de construção e avaliação de aprendizagens em História. In: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). *Jogos e ensino de História*. 1. ed. 2. impressão. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

ANTUNES, Celso. *Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ENGELMANN, Erni Guilherme. *A Saga dos Alemães: Do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo*. Igrejinha: Gráfica e Editora Comunicação Impressa, 2004. v.I

BARCELLOS, Fernanda. *Piaget : Psicologia Infantil ao Alcance de Todos*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint Ediouro, 1983.

FERNANDES, Dóris Rejane. Povoamento Pioneiro das Terras do Mundo Novo. In: SOBRINHO, Paulo Gilberto Mosmann; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (orgs.). *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: Edições Est, 2008. v.I

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 57. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GEIS, Gelusa Lana; HENRIQUES, Paulina A. Tristão Monteiro e a Casa de Pedra. In: SOBRINHO, Paulo Gilberto Mosmann; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: Edições Est, 2008. v.I

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizado*. Campinas, SP: Papirus, 2015. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

HEIDRICH, Regina; ROTTA, Newra T. *Brain-Computer Interface* como auxílio na aprendizagem. In: ROTTA, Newra T.; BRIDI FILHO, César A.; BRIDI, Fabiane R. de S. (org.). *Plasticidade Cerebral e Aprendizagem: abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed, 2018.

PANTANO, Telma. Competências, cérebro e neurociência. *Educatrix Moderna*, São Paulo, ano VIII, n. 14, p. 46-49 jan./jun. 2018.

VYGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. (org.) Michael Cole et al. (trad.) José Cipolla Neto et al. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZABALA, Antoni. *A Prática Educativa: como ensinar*. trad. Ernani da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Patrimônio Histórico e Cultural

OS PRÉDIOS EM FALSO ENXAIMEL E SEUS EFEITOS NEFASTOS PARA A CULTURA

André Huyer
Arquiteto e Urbanista
Instituto Histórico São Leopoldo

Introdução

Este artigo pretende ser uma provocação à reflexão. Observações empíricas levaram aos questionamentos apontados no final. Arquiteturas e técnicas construtivas, trazidas ao Brasil por imigrantes e seus descendentes, há tempos são objeto de debates quanto ao seu valor cultural. Já próximo ao final do século XX, a prática de reinterpretções dessas arquiteturas, deste então, têm provocado polêmicas. Se contribuiriam para nossa cultura ou seriam ofensivas a ela (VEIGA, 2013). Academicamente e nas Cartas Patrimoniais Internacionais²⁵⁷ não parece haver dúvidas de que, majoritariamente, *revivals* são condenados. Especialmente quando nem sequer são imitações dos modelos originais, mas interpretações fantasiosas, com técnicas construtivas contemporâneas e fora dos contextos locais, temporais ou de usos. Porém, não há estudos quanto aos efeitos que estas obras de pseudo estilos possam acarretar aos exemplares originais que eles tentam imitar, ou que efeitos anti didáticos acarretem sobre a população desavisada.

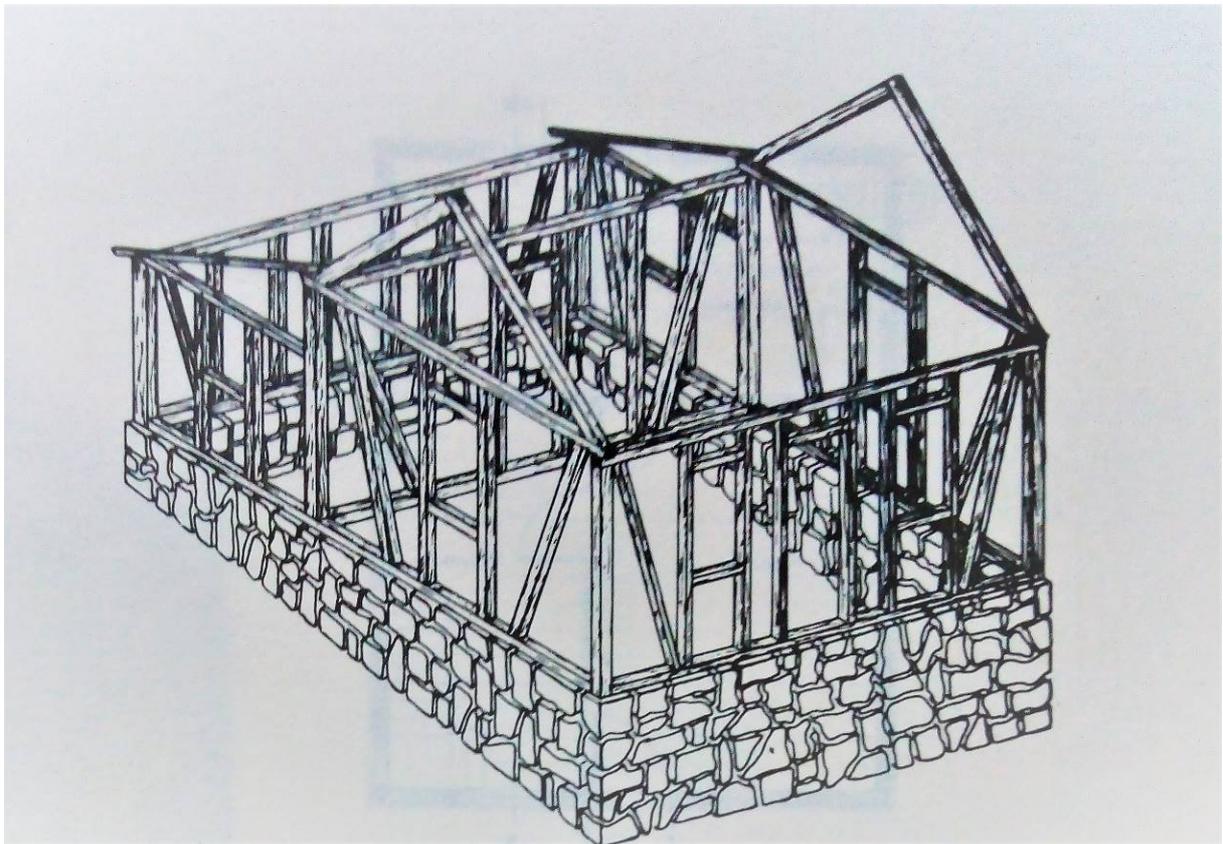
O que é enxaimel

Enxaimel é uma técnica construtiva, trazida da Europa no século XIX por imigrantes, especialmente os vindos da região onde hoje é a Alemanha. Estudiosos argumentam que esta técnica já estava se tornando obsoleta na Europa, quando aqui foi introduzida (WEIMER, 1983 e VEIGA, 2013). Foi implementada por necessidade. O imigrante deslocado para a mata virgem, inicialmente se abrigava em precárias cabanas. Assim que se estabelecia, tratava de construir uma habitação de melhor qualidade. E a tecnologia que dominava, aliada aos materiais encontrados no novo habitat, induziram a utilização do que hoje chamamos de

²⁵⁷ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

enxaimel.

Uma habitação em enxaimel pode ser ilustrada à similaridade de uma gaiola de madeira. A estrutura da casa é composta por peças de madeira: pilares (peças verticais) e vigas (peças horizontais), todos de madeira. Os pilares se repetem, em modulação (distâncias padronizadas) ao longo das fachadas, bem como nas paredes internas. Os pilares também são os pontos de fixação das esquadrias, portas e janelas. Mas, como uma estrutura de pilares verticais e vigas tem suas fragilidades de rigidez, a estrutura é reforçada com peças oblíquas, que impedem a torção da estrutura.



F1. Perspectiva da estrutura de uma casa em enxaimel. Pilares e vigas de madeira. Observar que a estrutura já tem as posições para fixação das portas e janelas. Detalhe nas quinas, com peças oblíquas, que fazem o contraventamento, dando rigidez à estrutura. Fonte: WEIMER, 1983, p.229.

Imagine-se as dificuldades de transporte de árvores inteiras no meio do mato, até uma serraria ou até o local onde a casa seria construída. A técnica do enxaimel tinha a solução para esse problema. No mesmo local onde a árvore é derrubada na mata, ela é beneficiada, nas necessidades para a futura habitação. Já saía de lá nas dimensões nas quais seria empregada

na obra. Muito mais fácil transportar vigas e pilares isolados do que árvores inteiras. Essa peculiaridade da tecnologia explica numerações que são encontradas nas peças de prédios em enxaimel. As numerações indicam qual peça encaixa em qual outra, posição, etc. Sob algum aspecto, uma casa em enxaimel até pode ser considerada uma casa pré-fabricada. Ao menos sua estrutura.

Uma vez montada a estrutura do prédio em enxaimel, tinha-se um esqueleto da casa pronto, uma gaiola. Nas devidas proporções, semelhante ao que se observa hoje quando um edifício é construído em concreto armado. Aliás, esses prédios contemporâneos, quando somente suas estruturas estão concluídas, são denominados assim mesmo, de esqueletos. Pode ser ressaltado ainda que em muitos prédios de enxaimel não foram empregados pregos metálicos, devido a escassez e dificuldade de obtê-los naquela época. A fixação das peças de madeira entre si era realizada com tarugos de madeira.



F2. Peças com numeração, para definir os locais de encaixe. Fonte: foto do autor.



F3. Idem nas peças oblíquas. Fonte: foto do autor.

Uma vez concluída a estrutura, restavam abertos os vãos das paredes. O preenchimento desses espaços era realizado com os materiais que fossem mais fáceis de serem obtidos no local. Barro, pau-a-pique, tijolos cerâmicos, pedras, etc. Como os vãos geralmente eram preenchidos entre as peças de madeira, estas ficavam à vista. Pois é a estrutura de madeira à vista a característica mais notável dos prédios construídos na técnica de enxaimel. As casas até poderiam receber um revestimento externo que cobrisse as madeiras, de reboco. Mas não era comum. A única tinta disponível nos tempos coloniais era a cal. Quando os prédios recebiam pintura, então ela geralmente era branca. E cobria as partes de alvenaria, deixando as madeiras à vista. Apesar de que também as madeiras poderiam receber pintura. O telhado era de tabuinhas de madeira. Com o passar do tempo e facilidades

disponibilizadas, foi sendo substituído por telhas cerâmicas ou de zinco.

O contraste entre os enchimentos de alvenaria, caiados de cor branca, e as madeiras escurecidas pelo tempo, sem pintura, dá a identidade peculiar dos prédios em enxaimel. O resultado, o enxaimel brasileiro, dos imigrantes e seus descendentes, foi assim definido pelo professor Günter Weimer, arquiteto e pesquisador, mais conceituada autoridade este assunto no Brasil (WEIMER, 1983, p.284):

As construções estudadas mostram uma arquitetura com manifestação própria, singular, autêntica e característica da sociedade de imigrantes alemães do Rio Grande do Sul do século XIX.



F4. Casa autêntica em enxaimel. Fonte: foto do autor.



F5. Rara igreja em enxaimel. As janelas em arco ogival é que lhe dão o caráter de religioso. Não tinha torre sineira, que no Império do Brasil era permitida somente para templos católicos. Fonte: foto do autor.

O enxaimel foi empregado na primeira “onda” da imigração germânica no Brasil. Com esse pioneirismo, poucos prédios tinham mais de um pavimento. E também poucos prédios construídos em enxaimel eram destinados a atividades que não fossem habitação. Serão encontrados alguns para comércio, salões comunitários, templos religiosos. Mas muito poucos, e geralmente em dimensões modestas. Quando os imigrantes passaram a ter melhores condições econômicas, o enxaimel já era deixado de lado.

O falso enxaimel

Por razões diversas ocorreu um fenômeno, altamente questionável, que foi a propagação de uma arquitetura de enxaimel falso. Com auge entre as décadas de 1970 a 1990, mas ainda ativo, houve um modismo de se fazerem prédios que imitavam a aparência de construções de enxaimel. Muito bem estudado por Maurício B. Veiga (VEIGA, 2013), o falso enxaimel tinha finalidades de fomentar o turismo, de buscar uma identidade “alemã”, dentre outras.

Mas, como utilizar hoje em dia uma tecnologia que já estava obsoleta na Europa em meados do século XIX, e só foi empregada no Brasil por peculiaridades muito específicas, também ainda no século XIX? Na realidade, os prédios em falso enxaimel são isso mesmo:

falsos. Não têm nada de enxaimel. Não são estruturados em madeira. Geralmente a madeira nem é neles empregada. São prédios absolutamente contemporâneos aos nossos dias, tanto na tecnologia construtiva, como nos materiais de construção e nos programas de ocupação (atividades neles desenvolvidas). Aliás, atendem usos que jamais foram empregados por prédios em enxaimel no Brasil, como lojas, hotéis, fóruns, etc.

Então, como dar o aspecto da tecnologia enxaimel, para um prédio que não a emprega? Simples: falsificando sua fachada. Aplicando nas fachadas (ao menos na fachada frontal) imitações das peças estruturais de madeira. Basicamente de duas maneiras. Uma, seria aparafusar sobre a fachada tábuas de madeira. Outra maneira, a predominante, é pintando faixas marrons sobre a fachada.

Como quem produz esses pastiches desconhece a verdadeira tecnologia do enxaimel, não há nem a preocupação de que o pastiche seja ao menos fidedigno, ou verossímil. As faixas imitando madeira não respeitam os espaçamentos que eram utilizados nas construções verdadeiras. Fazem cruzamentos de peças que não ocorriam nos originais. E, aspecto muito importante: são extremamente exuberantes. Exibem uma riqueza de faixas que nunca existiu nos prédios em enxaimel no Brasil. São joias de arquitetura falsas (HUYER, 1988). Não satisfeitos, extrapolam também os limites físicos do que poderiam ser prédios em enxaimel. Fazem edifícios com até mais de dez pavimentos neste “estilo”.

Não há coerência quando é empregado o falso enxaimel. Janelas são de materiais e modelos contemporâneos, assim como suas dimensões. As faixas que imitam as peças estruturais de madeira são recortadas por aparelhos de ar condicionado. Se conectam entre elas de maneiras que seriam impossíveis de fixação na tecnologia verdadeira. Alguns prédios não têm telhados. Outros tem telhados rebuscados e com inclinações até superiores ao que se utilizava antigamente. As cores também muitas vezes fogem completamente do branco, que era predominante. Isso quando não são as próprias faixas, imitação de madeira, que recebem cores fantasiosas.



F6. Prédio em falso enxaimel, com exagero no pastiche. Enxaimel inverossímil de ter sido construído pelos imigrantes germânicos no Brasil. Fonte: foto do autor.



F7. “Torre” em falso enxaimel, antes de receber a pintura sobre as faixas, que são rebaixos no reboco. Observe-se a janela basculante metálica, que por si só já denunciaria não se tratar obra autêntica. Ao lado direito, casa em enxaimel verdadeira. Fonte: foto do autor.



F8. O falso enxaimel chega a “cidade grande”, adquirindo dimensões impossíveis de serem atendidas e suportadas pela tecnologia do verdadeiro enxaimel. Detalhe: somente a fachada principal reproduz o pastiche, chancelando a intenção meramente decorativa. Fonte: foto do autor.

Consequências nefastas

Não será debatida a eventual inconveniência que o falso enxaimel acarreta nas diversas questões culturais, como identidade da população local, etc. O foco deste trabalho é a consequência acarretada contra os prédios de enxaimel autênticos. Este é um aspecto pouco estudado. O questionamento até pode ser mais singelo: os prédios de falso enxaimel acarretam prejuízos aos prédios autênticos? Se sim, como seria isso?

Já foi visto acima que os prédios em falso enxaimel são extremamente mais “exuberantes” do que os originais que lhes serviram de inspiração. Ocorre um exagero, tanto na quantidade de “aplicações” imitando madeira, como nos formatos delas e mesmo nas cores. Os prédios em enxaimel, construídos pelos imigrantes germânicos e seus primeiros descendentes, quando comparados aos contemporâneos falsos enxaimel, são extremamente simples.

A observação mais atenta aos prédios originais, situados em meios urbanos, levou a constatar algumas modificações. Prédios autênticos estão recebendo “incrementos” em suas características visuais de enxaimel. Exatamente assim. Prédios antigos passaram a receber elementos que não faziam parte de sua construção original. E não estamos nos referindo a ampliações em suas dimensões, aumentos de área construída. E, pior de tudo, esses novos elementos geralmente são falsas aplicações, pretendendo imitar peças das estruturas de madeira.

Sobre prédios autênticos de enxaimel foram pintadas faixas, imitando peças de madeira, além das que os prédios já possuíam quando de sua construção. Foram aplicadas tábuas de madeira, sobre fachadas, prolongando o aspecto de enxaimel, mas de maneira falsa, sobre paredes que nunca foram de enxaimel.

E, provavelmente o pior dos cenários, prédios foram ampliados com estruturas em falso enxaimel. Mas sonhando essa nova condição, deliberadamente enganando o público quanto a sua autenticidade. Passamos a ilustrar três exemplos dessas situações. Não se dará ênfase aos locais onde estão localizados os casos aqui relatados, porque a intenção não é fazer uma crítica ou denúncia pontual. A intenção é ilustrar um fenômeno que ocorre de maneira indistinta, em diversos locais.

Parede recebe pintura imitando peça de madeira:



F9. Veja-se que belo exemplar de casa construída com a técnica de enxaimel. Fonte: foto do autor.

Veja-se um belíssimo exemplar de prédio em enxaimel, de dimensões grandiosas, situado em praça de destaque em cidade turística. Talvez tenha recebido várias ampliações e alterações, pois o telhado com lambrequins (enfeites de madeira, formando desenhos geométricos, no beirado dos telhados) e a ampla varanda não são comuns em prédios da primeira onda da imigração germânica no Brasil. Mas a modulação das peças de madeira à vista, enquadrando as portas e janelas, e as peças oblíquas, dão a inconfundível identidade da tecnologia do enxaimel.

Examinando-a mais de perto, especialmente sua estrutura de madeira aparente, depara-se com uma surpresa. A faixa horizontal intermediária (na altura da soleira das janelas) não é de madeira. É apenas uma pintura sobre o reboco.



F10. A faixa horizontal não é de madeira, é pintura sobre o reboco. Fonte: foto do autor.



F11. A falsa faixa horizontal segue, contornando todo prédio. Fonte: foto do autor.

Pergunta-se: o que teria levado os proprietários de um tão belo exemplar de casa em enxaimel a aplicarem uma faixa falsa sobre ela? Para obter a resposta correta, deveria-se perguntar diretamente a quem teve tal iniciativa. Porém, mesmo sem fazê-lo, é possível especular quais teriam sido os motivos, especialmente a “concorrência” dos falsos enxaimel.

Parede recebe aplicações em madeira:



F12. Prédio em enxaimel teve seu telhado trocado e ampliado. Fonte: foto do autor.



F13. Parede de madeira acima da casa original recebeu aplicações superficiais. Fonte: foto do autor.

Neste caso, o telhado original da casa de enxaimel foi removido. O pé direito da casa (altura) foi ampliado, o que acarretou uma ampliação da altura das paredes. Esta ampliação foi feita com tábuas de madeira, ao contrário da casa original, cujas paredes eram vedadas com alvenaria (tijolos). Mas, sobre as tábuas verticais de fechamento da ampliação da parede, foram aplicadas algumas tábuas de largura menor (guias), dispostas de maneira a imitar a estrutura de madeira original da casa. A parede foi pintada de branco, e as guias de marrom.

Claramente uma pretensão de que a casa pareça algo que ela não é. O que teria levado seu proprietário a fazer tal intervenção? Seria uma tentativa de disfarçar a intervenção? Ou de fazer o prédio mais “interessante” enquanto enxaimel? Mas, certamente que a proliferação de peças oblíquas na parte superior das paredes concorre e abafa a simplicidade da parte inferior, original.

Ampliação fraudulenta

Se os prédios originais passam a ser modificados, o que esperar de prédios que passam por reformas maiores. Como os prédios construídos com a verdadeira técnica do enxaimel são montados e encaixados, eles se permitem também a serem desmontados de maneira mais fácil do que as usuais construções estruturadas em alvenaria de tijolos. Esta relativa facilidade tem levado a um fenômeno que é o transplante de prédios em enxaimel de seus sítios originais para outras localidades. Não se entrará no mérito destas “aldeias de imigrantes” e similares, que não esgotariam outros artigos exclusivos para tratar delas. Aqui é tratada a questão das deturpações que são afligidas em prédios de enxaimel removidos de um local para outro.

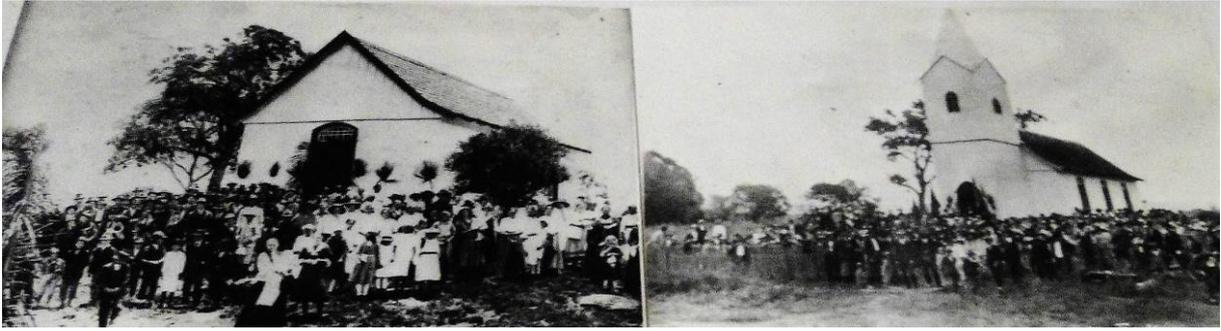
Templos religiosos construídos em enxaimel são muito raros. Além disso, ainda há a questão de eles terem o caráter de igrejas, ou seja, de terem o aspecto visual facilmente identificável de sua função. Conforme visto anteriormente, muitos templos de imigrantes não possuíam a torre do sino, pois eram de colonos não católicos. E durante o império brasileiro, até 1889, não havia a separação entre estado e igreja. Logo, outras fés, que não a católica, não podiam ostentar sua condição nos seus templos. Porém, após a proclamação da república, essa vedação caiu, e templos que já existiam construíram então torres de sinos. Como a data indica, já se estava no período final do emprego do enxaimel.

O exemplar em exame aqui é de um templo religioso que, quando foi construído, em 1875, não possuía torre de sino. Posteriormente recebeu este anexo. Mas, como já era outra época, a torre foi construída totalmente revestida com tábuas de madeira. A torre não era em enxaimel. Segundo as informações disponibilizadas, a igreja teria funcionado somente até 1910, tendo ficado desativada desde então, até 1985.

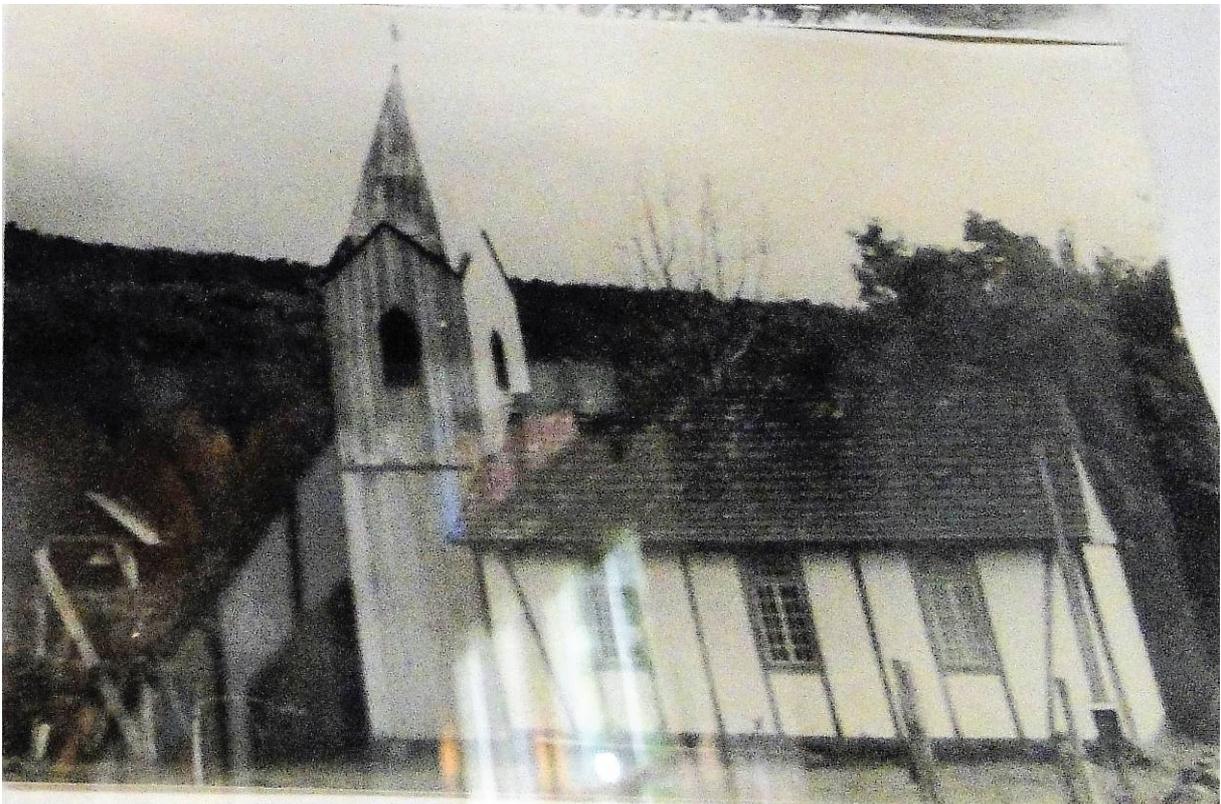
Eis que ela foi desmontada e transferida para um parque temático, onde foi reconstruída. Porém, com uma significativa diferença: com uma torre falsa. Uma torre em enxaimel. Aliás, um enxaimel extremamente vistoso. Mas que não reproduz os mesmos encaixes do corpo do prédio original. E ainda é desproporcional às dimensões dele. A situação é agravada pelas informações colocadas em cartazes. É deixado claro que se trata de uma capela removida de outro local, mas é feita uma apologia de que seria a “Única Capela no Brasil [em enxaimel], com torre e nave que é equipada com sino de bronze...”. Não há qualquer ressalva de que a torre não é original, mas que se trata de uma invenção.

Outro cartaz informa que “uma igrejazinha singela como esta aqui...”. Ora, singela ela era antes da construção da torre fantasiosa. Internamente estão dispostas fotografias antigas, da igreja ainda sem a torre, e após com a torre de madeira. O que deixa claro o equívoco da torre em enxaimel. Mas não há qualquer aviso sobre esta situação. Somente os observadores atentos e iniciados na matéria podem se dar conta da “verdade” sobre a capela. Ainda poderiam ser colocados questionamentos quanto a outras intervenções cometidas neste caso, mas basta a torre para ilustrar o tema em debate.

Novamente é colocado o questionamento: - o que teria motivado as pessoas a cometerem tal devaneio? Teria sido a concorrência de modernos prédios em falso enxaimel, super exuberantes, existentes na mesma cidade?



F14. Fotografias exibidas dentro da capela, informando sobre a “Consagração da Igreja” e sobre a “Inauguração do Campanário e do Sino”.



F15. Outra fotografia em exibição interna, de quando a igreja já estaria sem uso. É inequívoco que a torre era revestida de tábuas de madeira.



F16. A “Capela do Imigrante”, com sua fraudulenta torre. Fonte: foto do autor.

Considerações finais

As intervenções realizadas em prédios outrora originais da tecnologia enxaimel, deixam claro que são tentativas de modificar suas aparências, sempre num sentido de dar maior “exuberância” ao trabalho nas estruturas de madeira. Porém, sempre de maneira artificial, tanto na execução como no resultado final.

O fenômeno da onda de arquitetura em falso enxaimel têm suas próprias razões de ser, e seus próprios questionamentos. Mas, aparenta que ele também trouxe consequências sobre os antigos prédios autênticos. Não valorizando-os, mas induzindo na degradação da originalidade deles. Conforme colocado no início, esta é uma hipótese, que ainda deve ser comprovada. Sujeito de outro futuro trabalho.

Porém, os fatos apontados indicam, inequivocamente, situações nas quais o autêntico enxaimel está sendo descaracterizado, fato que é uma degradação ambiental (enquanto ambiente cultural). Como consequência as novas gerações, e as pessoas leigas quanto a arquitetura, assimilam um conhecimento totalmente equivocado do que é o enxaimel. Tanto a

partir da observação dos prédios em falso enxaimel, como dos prédios autênticos que foram alterados, e até mesmo pelas informações errôneas vinculadas junto a alguns exemplares.

Havendo desinformação sobre a arquitetura, o mesmo se sucede quanto ao trabalho dos imigrantes e dos primeiros descendentes. As pessoas não sabendo o que é o verdadeiro enxaimel, não têm como valorizar as habilidades laboriais dos imigrantes germânicos.

O que pode ser feito? No mínimo esclarecer a verdade. Não repassar informações dúbias. Segundo, reverter o que for possível. Retirar os adereços fantasiosos aplicados sobre obras autênticas. E, para ter resultados a longo prazo, o trabalho de educação patrimonial.

Referências

HUYER, A. Joias de Arquitetura Falsas. Revista de Imóveis, Porto Alegre, p. 16 - 16, 29 jul. 1988.

VEIGA, Maurício Biscaia. Arquitetura neo-enxaimel em Santa Catarina: a invenção de uma tradição estética. 2013. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WEIMER, Günter. Arquitetura da imigração alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura cetro-europeia ao meio rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Nobel, 2003.

AS CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO: A FORÇA DO LUGAR

Prof^a Dr.^a Cristina Seibert Schneider
UNISINOS

Resumo: Como conciliar a preservação do conjunto histórico e paisagístico e as intervenções de forma a permitir a continuidade da transmissão do conhecimento e ser suporte da memória, respeitando e valorizando os elementos que o caracterizam inseridos num contexto de globalização que impõe padrões de consumo materiais e simbólicos que transformam as edificações em museus e centros culturais esvaziados de significado social? O estreitamento da relação entre os setores de serviços, das novas tecnologias e a oferta de equipamentos culturais, de lazer e consumo atraem camadas sociais altamente qualificadas, gerando processos de gentrificação. A utilização da cultura simplesmente como vetor econômico, desprezando o caráter estético e artístico relacionado à preservação da cultura popular, da arquitetura vernácula, transforma o patrimônio em cenário espetacular dentro de um padrão global de consumo turístico e contribui para a diminuição da qualidade de vida nas cidades. Nesse cenário, as Ciências Humanas, buscam novos conceitos de espaço, como uma escala mais próxima ligada ao mundo vivido e das práticas microbianas, permitindo diálogos e perspectivas enriquecedoras para a análise da sociedade na atualidade. Neste contexto emerge o conceito de lugar, uma vez que o interesse, na contemporaneidade, por esse conceito ocorreu concomitantemente com o aumento do interesse na preservação do patrimônio. O presente estudo parte da análise de três cidades pequenas, São Félix (BA), Corumbá de Goiás (GO) e Antônio Prado (RS) que possuem patrimônio nacional e implantaram políticas municipais de preservação pós Constituição de 1988. Constatou-se que nestas cidades, existe uma intrincada teia social formada por redes de comunicação informais, mais flexíveis e ágeis, desburocratizando os processos de decisão e os contatos entre os agentes culturais na formulação e implantação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. As pequenas cidades preservam formas de convivência próprias, com relações estreitadas, vínculos e significações tecidas no cotidiano. Por isso, emerge a necessidade de políticas de preservação da memória do lugar. Conclui-se que a história pública e a memória dos grupos sociais podem desencadear um poderoso processo de identificação, de sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, de engajamento para evitar processos de gentrificação e espetacularização das cidades.

Palavras-chave: Cidades pequenas. Gentrificação. Lugar. Memória do lugar. Políticas de Preservação do Patrimônio.

1 INTRODUÇÃO

A década de 1990 é marcada por uma ampliação do conceito de patrimônio, entendido como o conjunto dos bens culturais referente às identidades coletivas. Dessa maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e pelos organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional. Uma parte

desse patrimônio é imaterial, e outra parte, em que se insere a arquitetura, é formada pelos bens culturais materiais. O patrimônio material edificado, abrange os valores estilísticos e históricos e, além disso, inclui o entorno, a ambiência e o significado. Abrange também a gestão do espaço como um todo (CHOAY, 2006; CASTRIOTA, 2009). Patrimônio não é apenas um conjunto de edificações que contam a história de um povo, mas compreende o conjunto da cidade, os espaços e práticas sociais, o cotidiano e os usos a partir das relações de identidade e de pertencimento. Essa concepção permeia as ações de tombamento de conjuntos históricos realizadas pelo IPHAN a partir de 1988, pois em menos de 30 anos, tombou-se mais conjuntos urbanos em cidades pequenas²⁵⁸ do que em todo o período anterior.

No caso de projetos de revitalização urbana em grandes cidades, empreendidos em todo o mundo em áreas históricas degradadas, o que as pesquisas acadêmicas apontam é a forte presença do capital mundializado voltado a processos de espetacularização das cidades, desprezando o caráter estético e artístico relacionado à preservação da cultura popular, a arquitetura vernácula e demais manifestações culturais (BIDOU ZACHARIASEN, 2006; CASTRIOTA, 2009; JACQUES, 2005). O estreitamento da relação entre os setores de serviços, das novas tecnologias e a oferta de equipamentos culturais, de lazer e consumo atraem camadas sociais altamente qualificadas, gerando processo de gentrificação, subordinando as políticas urbanas aos interesses do capital fundiário, do capital imobiliário em associação com capitais dos setores do turismo e entretenimento. Nesse processo, a identidade local e as edificações dos centros históricos tornam-se produtos a serem explorados economicamente e exibidos para os turistas, e o bem cultural é transformado em mercadoria como restaurantes e bares de luxo, sobrepondo-se às necessidades da coletividade produtora dessa mercadoria.

O caso do Largo de Coimbra, em Ouro Preto, é apresentado por Castriota (2009) como um exemplo de homogeneização da imagem da cidade, de um apagamento da história local e da perda de sua memorabilidade. Localizado ao lado da Praça Tiradentes e ladeado pelo Palácio dos Governadores e pela Casa da Câmara e Cadeia, que representam o espaço oficial

²⁵⁸ A classificação hierárquica do IBGE utiliza como base o contingente populacional. Assim, na categoria cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes. Acima desse montante são classificadas como cidades médias, e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. No entanto, esse dado não abarca a complexidade da dinâmica das cidades brasileiras. O mesmo se aplica ao conceito de cidade já discutido por Marcelo Lopes de Souza (2003, p. 30-31): “Uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera”. Ou seja, a concentração de capitais, a dinâmica econômica, a oferta de serviços, entre outros fatores, compõem o conjunto das diferenças (MAIA, 2009).

da cidade, o Largo do Coimbra representava a vida cotidiana, como o comércio de tropeiros e o convívio social. Com o tombamento pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938, inicia-se, na década seguinte, um processo de retirada do mercado, objetivando uma maior visibilidade ao monumento tombado, a Igreja de São Francisco, recém-restaurada. Para Castriota, nesse momento, o Estado assume a posição de “guardião local” do patrimônio, e o morador a de um opositor (2009, p. 146). Com a retirada do mercado no Largo do Coimbra, o espaço de sociabilidade da cidade é substituído pelos valores estéticos e “a história local, a intrincada teia de relações sociais, econômicas e culturais, que compõe a fisionomia de um lugar e a vida de uma cidade, desaparece assim, para dar lugar a um símbolo nacional idealizado” (CASTRIOTA, 2009, p. 145). Para o autor, as políticas de preservação até hoje implantadas em Ouro Preto não favoreceram o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento para a cidade, e no caso do turismo reforçam a contradição entre uma “falsa tradição” a ser consumida e uma “tradição secreta local” ligada à forte tradição religiosa e popular local, que se constituem como operações astuciosas e clandestinas, lógicas do cotidiano, burlas dos consumidores de tais políticas. Já Montaner e Muxí apontam a tematização das cidades como uma tendência geral de apagar a memória urbana com o objetivo de debilitar as redes sociais, uma vez que essas poderiam opor-se a projetos urbanos de relevância econômica, produzindo o que os autores denominam “traumas urbanos” e uma memória urbana falsa (2011, p. 160).

Estas questões apontam o quão problemática é a questão da preservação dos remanescentes físicos do passado, pois, segundo Halbwaks “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (1990, p. 143). O grande desafio que se apresenta é pensar a cidade, este organismo vivo e complexo como um aglomerado de muitos lugares em um contexto de metropolização, fragmentação e homogeneização sufocadas por lógicas econômicas do capital mundializado, transformando a cultura num serviço a ser consumido e gerando processos de gentrificação.

2 O CIRCUITO TEÓRICO METODOLÓGICO

No escopo de cidades brasileiras, serão de interesse deste estudo os conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN após a Constituição de 1988, que atribuiu competência aos municípios para atuarem de forma autônoma nas questões de preservação do patrimônio de relevância local e introduz uma formulação mais avançada no que se refere às políticas urbanas. Assim,

dos 44 conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN depois da Constituição de 1988, apenas três cidades implantaram políticas municipais de preservação do patrimônio cultural segundo dados do MUNIC (2014): São Félix (BA), Corumbá de Goiás (GO) e Antônio Prado (RS). Ressalta-se ainda que o IPHAN é o órgão federal pioneiro nas práticas de preservação no Brasil e referência para as instituições e os técnicos que trabalham na área. A valorização do potencial das pequenas cidades pelo IPHAN tem relação com as iniciativas de valorização do patrimônio cultural, justamente porque, nessas cidades, os conjuntos arquitetônicos permaneceram devido à estagnação econômica e ao ritmo de crescimento demográfico mais lento. Segundo Sposito (2009), as iniciativas de valorização do patrimônio histórico decorrem de os ritmos de crescimento demográfico, o desenvolvimento econômico ou as mudanças nos papéis urbanos nas cidades pequenas serem menores. No entanto, investimentos na imagem dessas cidades ganham conotações decisivas na forte competição entre as cidades, colocando no mapa territórios até então esquecidos ou que ficaram à margem do desenvolvimento (ENDLICH, 2009, p. 13). Partindo destes parâmetros, adotou-se a perspectiva de estudos de caso múltiplos, por possibilitar conclusões analíticas mais contundentes, o que se adequa melhor aos propósitos deste artigo, buscando a não generalização dos resultados, mas sim a compreensão e interpretação mais profundas dos fatos e fenômenos. Ao mesmo tempo, o estudo de caso tem um aspecto diferenciador que “reside em sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações” (YIN, 2001, p. 27).

Assim, as três cidades possuem históricos de ocupação do território diferentes, grande diversidade de dinâmicas urbanas, contradições e desigualdades produzidas pela sociedade capitalista. A cidade de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, com 13.306 habitantes (IBGE, 2017), foi inscrita no Livro Tombo Histórico em 1990, tendo sido a Casa da Neni tombada ainda em 1983. O conjunto urbano é formado por 48 edificações, na sua maioria em madeira, que remetem à cultura da imigração italiana no sul do Brasil, que iniciou a ocupação desse território a partir de 1875. A cidade de São Félix, na Bahia, com 15.272 habitantes (IBGE, 2017), foi tombada em 2010 como conjunto urbano e paisagístico e, dentre as três cidades, possui um histórico de ocupação mais antigo, que remonta aos primórdios da colonização do Brasil. Terra de Castro Alves, São Félix se inseriu na história econômica do Brasil com a exploração da madeira, depois com a produção da cana-de-açúcar e, no século XVIII, como um importante terminal terrestre e fluvial, culminando, no século XIX, com a exportação de

fumo. Já a cidade de Corumbá de Goiás, em Goiás, está localizada numa das regiões mais ricas em hidrografia do Estado e constitui o menor contingente populacional dessas três cidades, com apenas 11.024 habitantes (IBGE, 2017). Explorada pelos Bandeirantes a partir de 1731, vai se constituir num importante entreposto comercial da Província de Goiás em função da exploração aurífera fluvial. Foi tombada em 2004 como conjunto urbano, que é constituído pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França e pelos bens edificados que a envolvem. Esse breve quadro histórico combina-se com diferentes atores, escalas, gerando políticas públicas de preservação com melhores ou piores resultados²⁵⁹.

4. A MEMÓRIA DO LUGAR

A busca por modos de vida mais humanizados e menos atrelados aos ditames do tempo emerge com força em publicações e movimentos ao redor do mundo. Uma contraposição ao ritmo cotidiano nas cidades grandes, com o modo de viver e pensar a vida marcado pelo andar apressado em meio à multidão, com o sentido da vida depreciado, com os sentimentos embrutecidos e com os sonhos distanciados pela falta de tempo (CARLOS, 1994, p.58). Assim como constatado em Endlich (2009) e Gaspar 1998 *apud* Endlich (2009), Carlos descreve a tranquilidade como algo positivo nas cidades pequenas: “[...] os adultos podiam colocar cadeiras nas calçadas e ver as crianças brincando - jogando bola, pulando corda, [...] em que até se podia sentar e esperar a vida passar, como ainda ocorre nas cidades do interior” (1994, p. 58).

Dois elementos merecem destaque no conjunto de significações constatadas em torno das cidades pequenas de Antônio Prado e Corumbá de Goiás ao longo desta pesquisa: o ritmo e a sociabilidade. Ambos aparecem também nos estudos realizados por Endlich, pois “as pequenas cidades não correspondem a miniaturas das grandes cidades”, possuem contornos e dinâmicas próprias e “exprimem um cotidiano marcado por atributos que confirmam esta natureza diversa” (2009, p. 289). Gaspar *et al.* (1998 *apud* ENDLICH, 2009, p. 290) obtiveram resultados parecidos, sendo o sossego e a calma os aspectos positivos mais destacados nas pequenas e médias cidades portuguesas.

²⁵⁹ Para maiores informações sobre a metodologia e a temática deste artigo vide: SCHNEIDER, Cristina Seibert. As cidades de tempos lentos: o patrimônio cultural entre sinais de letargia e lucidez. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2017.

Alguns fatos constatados pela pesquisadora deste artigo corroboram com o que os autores acima já afirmaram e reforçam que o ritmo e as relações mais humanizadas fazem parte do cotidiano das pequenas cidades, o que não se aplica a todos os casos estudados²⁶⁰. Nas cidades de Antônio Prado e Corumbá de Goiás, as portas e janelas das pousadas ficavam abertas até que o último hóspede fosse dormir. Podia-se entrar e sair sem porteiro e sem controle. O toque dos sinos da igreja marcava o tempo, e as crianças brincavam nas ruas. Ao caminhar pela cidade, a pesquisadora era observada com curiosidade e recebia o cumprimento dos transeuntes. Foi convidada para entrar em uma das casas, embora fosse uma pessoa estranha, demonstrando que as relações de confiança ainda estão presentes no cotidiano da cidade. O contato para agendamento das entrevistas em cada um dos órgãos foi feito com muito zelo pelos responsáveis, e a chegada da pesquisadora foi aguardada com muita ansiedade. Assim também o fornecimento de documentos foi feito de forma muito prestativa. As percepções da autora deste artigo são reforçadas pelas palavras de Lima (2012) ao se referir ao cotidiano na cidade de Corumbá de Goiás.

Poderemos curti-la mais e melhor após ouvirmos o silêncio das noites, despertarmos com o canto dos galos, o chilrear de pássaros aninhados nas árvores dos frondosos quintais ou sob os beirais acachorradados, frequentes em nossa arquitetura histórica. Isso e mais a voz cantada dos vendedores de rua. Anunciando quitandas e frutas olorosas, além do repique dos sinos da capela chamando para a missa os devotos e carolas. Após o café da manhã, poderemos nos dirigir ao trabalho a pé, ou simplesmente deambularmos, cumprimentando os passantes ou os que, já cedo, estão janelando. (LIMA, 2012, p. 30)

A proximidade física e social e o ritmo mais tranquilo e simples de vida marcam as relações humanas com vínculos de afetividade, reforçando os laços de sociabilidade e de confiança, e aparecem nas cidades de Antônio Prado e Corumbá de Goiás. Para Endlich, em cidades menores é “comum e mais forte a difusão da ideologia do trabalho, bem como o espírito comunitário e o consenso” (2009, p. 298). Mas os laços associativos também são um elemento da cultura local e reforçam as relações e os significados sociais. Em Antônio Prado, os elementos identitários estão relacionados ao associativismo²⁶¹, mas também à forte religiosidade e à filosofia do trabalho. Para o literato José Clemente Pozenato, a figura do

²⁶⁰ Também em São Félix tem-se o que Santos (1994, p. 260-264) chama de o tempo dos homens lentos que não conseguiram se apropriar da mobilidade produzida pela técnica, uma vez que ela é resultado dos ditames do mercado e do poder de consumo. No cotidiano da cidade, é forte a presença de prostituição e de comércio informal.

²⁶¹ Encarte *135 anos de cultura*, comemorativo dos 135 anos de imigração italiana, publicado pelo Jornal Pioneiro em 2010. Fonte: Buchebuan (2010, p. 106).

gaúcho solitário montado a cavalo, vagando pelo pampa, contrasta com a do imigrante italiano que quase nunca está só e cuja disposição natural para a coletividade levou a construção de instituições como hospitais, universidades, sociedades de mútuo socorro. Na pesquisa de mestrado de Pazuch (2015), o autor aborda a sociabilidade entre os imigrantes italianos e suas relações de poder com a Igreja Católica e o Estado Brasileiro entre os anos de 1885 e 1945 na Colônia de Antônio Prado no estado do Rio Grande do Sul. A catolicidade e a italianidade dos imigrantes italianos na Colônia se formaram e se desenvolveram nas sociedades da Capela, as quais possibilitaram o surgimento de uma identidade local própria com base na tradição e nos valores familiares e comunitários. Nas colônias do Rio Grande do Sul, a integração dos imigrantes aconteceu pela vivência da religião católica nas comunidades situadas no interior das colônias, pois todos tinham como laços identitários comuns a religião e a convivência nas suas paróquias de origem. Como os costumes e os dialetos dos diferentes grupos que vieram da Itália não tinham muitos elementos em comum, mas tão somente a religião católica e a prática de frequentar a paróquia, a religião se tornou o principal elo de identificação e socialização entre os imigrantes italianos. A religião foi o meio pelo qual os imigrantes puderam se identificar cultural e socialmente no grupo, pois “foi através da Religião Católica que o imigrante italiano se encontrou consigo mesmo e com os outros, formando uma unidade que se exprimia na constituição destas comunidades de trabalho e de fé que foram as linhas coloniais” (PAZUCH, 2015, p. 119). Para Pazuch (2015), o desenvolvimento religioso da localidade trazia consigo também o desenvolvimento econômico, pois onde eram construídas as capelas surgiam a bodega e o comércio de cereais e ferramentas.

Assim, os territórios, os lugares e a paisagem não podem ser compreendidos senão em referência ao universo cultural em que estão inseridos. Assim como em Antônio Prado, em Corumbá de Goiás o elemento identitário está relacionado com a forte religiosidade, mas também com os laços familiares, a chamada família extensa relacionada ao trabalho com a terra, possibilitando a permanência desse povo nos Cerrados e novas sociabilidades. As famílias organizavam o trabalho cotidiano dividindo as tarefas entre netos, filhos e pais. Essa forma de organização possibilitou um aumento na produtividade e garantiu o crescimento familiar. Quando necessitavam de um número maior de mão de obra, eram os vizinhos que ajudavam na forma de mutirões, e eram esses os momentos em que “os laços camponeses eram sempre exaltados, os contos, as histórias, os causos que se estruturavam e eram

construídos a partir da rotina e vivência dessas pessoas evidenciavam seus laços de pertencimento com um ambiente que se tornará seu lugar” (MENDONÇA, 2009, s/p).

Segundo Bonnemaïson, não existe indivíduo ou grupo que escape ao princípio de territorialização e existe uma profunda correlação “entre os homens e os lugares”, entre “uma sociedade e sua paisagem”, que está “carregada de afetividade e exprime uma relação cultural” (2002, p. 91). Essa afirmativa perpassa os trabalhos em mutirões dos povos cerradeiros, mas também seus laços de afetividade e identidade que se expressam nas celebrações, como as Cavalhadas em Corumbá de Goiás, e reforçam as experiências humana nesses lugares. Mendonça (2009) ressaltam ainda:

Assim, longe da lógica capitalista expressa na exploração da força de trabalho alheio, os *Povos Cerradeiros* construíram seu modo de vida sem a mesma ganância pela acumulação de riquezas, baseando-se na produção voltada para as necessidades familiares, sendo a terra a principal fornecedora da condição de existência. A simbologia da terra para a cultura cerradeira lhe transformou para além de um recurso que garante a sobrevivência, transbordando seus sentidos a valores socioculturais que se reproduziram durante séculos no comportamento corporal, no modo de falar e na perspectiva de vida. A terra mais que propriedade, nos moldes da proposta pelo capitalismo, tornou-se tão importante e tão querida como um elemento da família, desfazer de suas terras era como perder um familiar. O Cerradeiro buscará na terra mais do que renda ou lucro. O que ele constituiu de fato foi um modo de vida modelado na autonomia do trabalho e na reprodução social pelos vínculos familiares e comunitários. Uma harmonia entre trabalho, uso da terra e necessidades de sobrevivência que garantiram ao Cerrado grandes porções, áreas preservadas, até meados do séc. XX. (MENDONÇA, 2009, s/p)

A preservação do patrimônio edificado em Corumbá de Goiás está fortemente ligada com a manutenção desta memória relacionada ao grupo familiar. São os descendentes destas famílias que não deixaram esta memória desaparecer ao manter seu repositório físico com o tombamento federal e municipal. E, para tanto, se organizaram na forma de uma associação que, desde 1986, vem atuando no campo da cultura na cidade. A preservação do conjunto arquitetônico e do rico patrimônio imaterial relacionado principalmente com a música e com as celebrações constitui uma forma de resistência contra o avanço capitalista nessas terras, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Com a construção de Brasília, Corumbá de Goiás será o grande fornecedor de matéria-prima (areia e cimento), bem como de mão de obra para a construção da capital.

Retoma-se a ideia de lugar na perspectiva crítica de Santos (2015), de que os lugares são espaços de resistência contra os vetores da globalização. Os excluídos e marginalizados, reunidos em número crescente nas cidades, "não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que

são a contraface do pragmatismo" (SANTOS, 2015, p.114). Em Certeau (1994), tem-se uma perspectiva de que o espaço, apesar de ser condicionado, é o espaço do usuário, das artes do fazer, astúcias sutis e táticas de resistência que corrompem a ordem estabelecida. Mas também a dimensão espacial é subvertida pelas táticas silenciosas que revelam a tensão entre o modo coletivo de gestão e o modo individual de apropriação do espaço como lugar praticado. Esses lugares têm, desse modo, um papel de relevante importância ao propiciarem um espaço vivido "que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro" (SANTOS, 2015, p. 114). Quando uma grande empresa como a Nordeste Alimentos em Antônio Prado investe em projetos na área do patrimônio cultural, como tem feito nos últimos anos, isso ressalta seu compromisso com a sociedade local, indo na contramão da "prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais" (SANTOS, 2015, p. 107). Revela-se, nesse caso, o papel do ator, em que o proprietário, morador de Antônio Prado e descendente de imigrantes italianos, tem vínculos emocionais com o lugar e, portanto, compromisso com o desenvolvimento do território em questão.

No entanto, diversos são os interesses e objetivos sociais que se entrecruzam nessas dinâmicas. No caso das cidades analisadas, o que se percebe é um discurso muito forte relacionado ao turismo. Os modelos de cidades do que pensam ser o ideal estão muito próximos como, por exemplo, Corumbá de Goiás e Pirenópolis²⁶², distantes apenas 30 km, e São Félix e Cachoeira²⁶³, separadas apenas por uma ponte. Em todos esses casos, o que transparece é a falta de uma visão mais crítica sobre a qualidade de vida nessas cidades

²⁶² Em Pirenópolis, o crescimento do tecido urbano foi significativo. Novos bairros e loteamentos se formaram nas áreas periféricas, provocando uma reorganização espacial que motivou antigos moradores a abandonarem a centralidade da cidade. O centro histórico, antes ocupado pela população autóctone, perdeu parte do caráter residencial. Hoje abriga os empreendimentos comerciais necessários ao atendimento do visitante ou se tornaram residências secundárias. Os moradores do centro histórico cederam o espaço residencial para a implantação de atividades de apoio e suporte às necessidades dos visitantes, como lojas de lembranças e presentes, hotéis, pousadas, bares e restaurantes. Outras residências foram vendidas aos visitantes, que as mantêm fechadas a maior parte do ano, funcionando como segunda residência. No lugar dos restaurantes de comida típica, surgiram as *pizzarias* e a culinária internacional (SILVA *et al.*, 2008).

²⁶³ Em pesquisa realizada por Dias *et al.* (2011), concluiu-se que, mesmo a cidade de Cachoeira entrando na pauta orçamentária do governo de diversas formas (Programa Monumenta do governo federal, Programa de Turismo étnico-afro, parceria entre governo federal e estadual e até a implantação de um *campus* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), com projetos para a conservação dos prédios/monumentos históricos e artísticos e com a valorização das expressões culturais e religiosas, grande parte de sua população ainda sobrevive em situações subumanas, de pura miséria, famílias que vivem com menos de meio salário por mês ou, na maioria das vezes, sobrevivem apenas com o auxílio do Bolsa Família, o qual por muito tempo movimentou boa parte do comércio da cidade e, é claro, ainda é de suma importância para o comércio local. E mesmo diante da grande quantidade de recursos financeiros investidos no centro urbano de Cachoeira, uma parte muito pequena da população tinha conhecimento e está sendo beneficiada por esses projetos.

turísticas, onde as problemáticas são semelhantes. O que prevalece, na visão dos entrevistados, são os lucros advindos desta atividade econômica, e não as consequências nefastas de processos de gentrificação ou espetacularização dessas cidades, uma vez que os “tempos de hoje são de manifesta inflação patrimonial e, enquanto tal, a patrimonialização serve também os propósitos do mercado e do turismo” (FORTUNA, 2012, p. 25).

Este modelo de turismo de massa em centros históricos tem gerado processos de gentrificação e homogeneização do espaço construído nos grandes centros históricos urbanos. Se o lugar é a "dimensão espacial do cotidiano", uma vez que diversas formas de solidariedade criativas e espontâneas se constroem na vida diária, como o associativismo entre os italianos e a sociabilidade entre os povos cerradeiros, é justamente nesses elementos que as cidades pequenas se diferenciam e se lançam com grande potencial de conciliar desenvolvimento econômico com qualidade de vida.

Para Santos (2015), “a sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho que gera a visibilidade do interesse comum” (p. 110). As “solidariedades horizontais internas” de que trata o autor são de natureza econômica, social, cultural e geográfica, mantendo cada ator “em estado de alerta”, como observado no caso do novo projeto da praça em Antônio Prado, o qual gerou grande discussão e resistência na comunidade, levando a compreender as mudanças propostas e a buscar soluções. Os lugares são singulares, mas também globais, e recebem influência constante das forças verticais, do uso pragmático, favorecendo os atores hegemônicos. Mas, “na realidade, a mesma fração do território pode ser recurso e abrigo, pode condicionar as ações mais pragmáticas, e, ao mesmo tempo, permitir vocações generosas” (2015, p. 112). Em outras palavras, pode-se conciliar o turismo de forma a não debilitar o tecido social local, não estando o dinheiro acima das necessidades e dos interesses das sociedades produtoras da cultura. É preciso reconhecer que é na articulação de diferentes atores (Estado, atores sociais individuais e coletivos, empresas), na perspectiva de Lefebvre que o espaço é construído e se analisa, segundo Certeau (1994), os atores em seu cotidiano.

Partindo dessas considerações, pensar o lugar é imergir na complexidade da cidade, na contemporaneidade como uma “prática de resistência” contra a lógica das corporações multinacionais que corroem as cidades e as identidades locais (RELPH, 2012, p. 20). Pensar o lugar como resultado das práticas cotidianas é retomar em Certeau (1994) a complexidade

da problemática espacial. Os usos, as apropriações e as vivências temporais do indivíduo em determinado espaço produzem memórias e dão sentido ao lugar. Compreender que o espaço é uma construção social e, como tal, palco do entrecruzamento de forças frente à aparente homogeneização das culturas e do ambiente construído tem resultado não no desaparecimento do lugar, mas na perda dos fragmentos do social no território (HAYDEN, 1997).

Em Antônio Prado, a pesquisadora Buchebuan ressalta que ainda existe um “conjunto autêntico que não foi adulterado pela comercialização do estilo como muitas cidades mais conhecidas onde as mudanças de fachadas criaram ambientes estilizados que só fazem sucesso entre turistas ignorantes” (2010, p. 138).

Assim, entende-se a relevância que o conceito de lugar ganhou nos últimos anos no campo do patrimônio. Nesse sentido, Dolores Hayden (1997) destaca a conexão entre os ambientes e a continuidade das tradições culturais reforçando o sentimento de pertencimento. De acordo com a autora, a memória é guiada, ou pelo menos sustentada, pelo lugar, tanto na materialidade do ambiente urbano quanto em seus aspectos imateriais.

As pequenas cidades preservam formas de convivência próprias, com relações estreitadas, vínculos e significações tecidas no cotidiano. Por isso, emerge a necessidade de políticas de preservação da memória do lugar²⁶⁴ no sentido apresentado por Hayden (1997). Para a autora, a ligação com o lugar é comparável à ligação da criança com a figura paterna e se dá tanto no nível material quanto no social e no imaginativo. O lugar estimula a lembrança das pessoas que vivenciaram esse espaço, que compartilharam um passado comum. Para os estrangeiros, o lugar é o passado representado na paisagem cultural e disponível a quem estiver interessado em conhecer no presente (1997, p. 46). O conceito de memória, tanto pessoal quanto coletiva, está ligado ao de lugar. Essas memórias se encontram armazenadas nas paisagens urbanas que seriam, desse modo, verdadeiros "armazéns de memória social" (HAYDEN, 1997, p. 9), uma vez que tanto os elementos naturais quanto os construídos pelo homem permanecem por muitas gerações. A autora ressalta ainda que até mesmo um *shopping center* que tenha sido construído no local de um campo de flores selvagens merece

²⁶⁴ A *memória do lugar* é a capacidade humana de se conectar tanto com o ambiente natural quanto com o construído, que estão ligados em ideias como as de “paisagem cultural” e de “patrimônio ambiental urbano”. Esse último reconhece a cidade como um organismo vivo, dinâmico, resultado das forças que transformam e renovam o espaço. Nessa perspectiva, os bens imóveis naturais e construídos adquirem significado cultural quando compreendidos dentro de um processo social. Por isso, segundo Curtis (1980), o patrimônio ambiental urbano “não pode ser apreendido na sua integralidade se independizado da sociedade que o produziu”, uma vez que “a inconsistência de tal premissa tem permitido a idolatria do passado e conduzido a ideia de reproduzi-lo no autenticamente falso” (2003, p. 330).

ser considerado um lugar, "nem que seja para reforçar a importância de perda e explicar que ele tenha sido destruído por um desenvolvimento sem cuidados" (1997, p. 18).

A autora cita o filósofo Edward Casey para mostrar que se a memória social depende da narração para sua continuidade, então a paisagem urbana também poderia contribuir por meio da "memória do lugar" que seria uma persistência estabilizadora do lugar como um contenedor de experiências que contribui tão poderosamente para a sua memorabilidade intrínseca. A autora defende que uma memória alerta e viva se conectaria com o lugar, encontrando nele elementos que favorecem e se desenvolvem paralelamente às suas próprias atividades. Tal fato leva a autora a afirmar que a memória seria "naturalmente orientada em relação a lugares ou, pelo menos, suportada por lugares" (HAYDEN, 1997, p. 46).

Nas Ciências Humanas, e na Geografia em particular, o problema da definição do lugar aparece como uma necessidade diante da globalização que impulsiona um processo de gentrificação e de homogeneização do ambiente construído. Nesse contexto, as chamadas cidades históricas são tematizadas como uma tendência geral de apagar a memória urbana comprometendo seriamente o tecido social. Mas os modos de vida, os pequenos comércios ilegais que se observam nestes núcleos urbanos, constituem formas de produção do espaço e também de realidades como táticas de atores menores, microrresistências, relações de apropriação e táticas teimosas (CERTEAU, 1994) dentro de um sistema normativo, a ordem distante, do espaço concebido, de controle e de dominação (LEFEBVRE, 2013). Criam-se estratégias de controlar esses espaços para o turista consumir, transformando os sujeitos em usuários da cidade. No entanto, as práticas cotidianas e microbianas desconstróem o homogêneo e reforçam a não passividade dos sujeitos. Ao mesmo tempo, as cidades históricas transformam-se em espaços de dominação produzidos na ordem distante, é o espaço concebido, onde o valor da troca prepondera. Esse espaço como mercadoria antagoniza com as táticas cotidianas e desconstrói espaços de apropriação, de usos, como o espaço percebido das práticas socioespaciais e o espaço vivido, afetivo, do encontro, produzindo centros históricos esvaziados de significado social.

A memória do lugar, aqui entendida como a capacidade humana de se conectar tanto com o ambiente natural quanto com o edificado e seu significado simbólico construído a partir da apropriação dos grupos no seu cotidiano, é o grande desafio a ser enfrentado na contemporaneidade. O caminho que se abre para essa problemática é pensar o cotidiano em que se realizam o local e o mundial, de uma dimensão social que emerge do cotidiano dos

sujeitos, no seu modo de vida, nas relações sociais, nos usos e apropriações do espaço, refletindo e explicando as transformações urbanas (SCHNEIDER, 2016).

Assim, pensar o lugar como resultado das práticas cotidianas é retomar em Certeau (1994) a complexidade da problemática espacial. Os usos, as apropriações e as vivências temporais do indivíduo em determinado espaço produzem memórias e dão sentido ao lugar. É no ato de caminhar, realizado pelos habitantes, que se moldam e transformam os ambientes urbanos planejados, constituindo-se em espaços de resistência e da constituição de uma teoria das práticas do cotidiano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da gentrificação não ficou evidente em São Félix, Corumbá de Goiás e Antônio Prado, como é o caso, apontado na literatura, nas grandes e médias cidades. No entanto, nas entrevistas do poder público de Corumbá de Goiás e São Félix, apareceram como referência as cidades turísticas de Pirenópolis, em Goiás, e Cachoeira, na Bahia. Ambas as cidades estão inseridas em planos turísticos voltados para a inclusão social e a geração de renda. No entanto, além do processo inevitável da gentrificação decorrente da alteração dos preços no setor imobiliário, pode-se constatar o fachadismo e a espetacularização decorrentes do objetivo de compor ambientações que possam ser mais facilmente identificáveis pelo turista com a criação de espaços cenarizados para o lazer e o consumo. Constatou-se pelas entrevistas, observações e documentos que em nenhum dos casos estudados houve uma expulsão das populações locais para acomodar famílias com alto poder aquisitivo, mas, em São Félix, um sobrado tombado e desocupado há muitos anos já está em processo de reforma para fins turísticos, embora sem aprovação do IPHAN. O proprietário é um empresário que morou fora do país e também possui o Chalé dos Guinle, que pretende demolir. A edificação possui uma localização privilegiada e constitui uma importante edificação de valor histórico e arquitetônico. Por sua posição territorial, o proprietário é um ator que pode gerar ações de forma utilitarista e especulativa num contexto em que o tecido social já é extremamente fragilizado.

O engajamento nas questões de preservação está ligado ao lugar: quanto maior a relação das pessoas com a história social e arquitetônica da sua cidade, maior o seu engajamento. A conexão com o lugar é a chave para cidadãos compreenderem, valorizarem e compartilharem o seu passado comum. Ao mesmo tempo, podem representar passados

também para “estrangeiros” que estejam interessados em conhecer com eles o presente (HAYDEN, 1997), de modo que os ambientes físicos possam ser compreendidos a partir das experiências e dos processos socioculturais dos grupos que estabeleceram vínculos com esses espaços num dado momento histórico. Nessa perspectiva, o indivíduo que não possui um sentimento de pertencimento a um grupo cultural, portanto não tem as mesmas vivências e memórias, poderá construir esse sentimento de pertencimento e processos de identificação por meio da proximidade e compreensão do significado social que envolve a história social, a história pública, a história arquitetônica, o ambiente natural e o construído, o tangível e o intangível. Não se trata de buscar o autêntico ou o tradicional de um grupo social, mas de olhar para as práticas, os valores e os padrões que mostram o caráter dinâmico da cultura.

Concorda-se com Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 431) que, ao tratar sobre governo urbano e sua territorialidade, reitera que existem muitas possibilidades de soluções adequadas aos interesses e peculiaridades: a saída está em cada sociedade e nas coletividades locais. Essa ideia reforça a necessidade de políticas que valorizem a memória do lugar relacionada ao ambiente construído. A história pública e a memória dos grupos sociais podem desencadear um poderoso processo de identificação, de sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, de engajamento para evitar centros culturais esvaziados de significado social, processos de gentrificação e espetacularização das cidades.

A cidade das artes de fazer de Certeau (1994) é moldada no seu cotidiano, nos gestos, nas práticas, nas narrativas que constituem a densidade histórica de cada cidade. A intrincada teia de ações desenvolvidas em Antônio Prado de redescoberta e valorização da história social aliada à arquitetura vernacular, aos modos de fazer, à rica gastronomia, às festividades e à salvaguarda do talian desencadearam um engajamento da comunidade nas decisões do poder público que se referem ao centro histórico, como foi o caso da revitalização da Praça Central, que também é fruto do contexto cultural local em que o associativismo é muito forte. É na escala local que a participação política se torna mais viável, como já apontava Souza (2013). O mesmo se aplica a Corumbá de Goiás, em que, na Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás- ACPHD, tem-se um grupo de pessoas que trabalham de forma voluntária e sem custos para melhorar a vida das pessoas. Os laços de confiança e cooperação resultam em um fenômeno de afetividade social e em um forte engajamento quando se trata de proteger e planejar a cidade, pois já diz a sabedoria popular: “Quem ama, cuida!”. Constatou-se que nestas cidades, existe uma intrincada teia social

formada por redes de comunicação informais, mais flexíveis e ágeis, desburocratizando os processos de decisão e os contatos entre os agentes culturais na formulação e implantação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. As pequenas cidades preservam formas de convivência próprias, com relações estreitadas, vínculos e significações tecidas no cotidiano. Por isso, emerge a necessidade de políticas de preservação da memória do lugar.

Conclui-se que a história pública e a memória dos grupos sociais podem desencadear um poderoso processo de identificação, de sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, de engajamento para evitar processos de gentrificação e espetacularização das cidades. Compreender o lugar é, desse modo, compreender uma relação possível entre questões políticas e econômicas e as teias de significações e vivências. Cada lugar tem uma essência que, por sua dinamicidade, responde aos estímulos internos e externos de maneiras diferentes. Por isso, as respostas às problemáticas locais precisam reconhecer potencialidades a serem exploradas com criatividade, na abordagem relacional de seus atores e no reconhecimento das cidades como expressão artística para que o desenvolvimento seja centrado nas pessoas e construído a partir do conceito de lugar.

REFERÊNCIAS

- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De volta á cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos**. São Paulo: Bonablume, 2006.
- BUCHEBUAN, Terezinha de Oliveira. **Os velhos casarões de Antônio Prado: processos culturais, patrimônio e conflito**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul, 2010.
- CARLOS, A.F.A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- FORTUNA, Carlos. **Patrimônio, turismo e emoção**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra: Portugal, v. 97, p. 23-40, 2012.
- HAYDEN, Dolores. **The power of place: urban landscapes as public history**. Cambridge: The MIT Press, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE. Cidades. 2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br>.

JACQUES, Paola Berenstein. **Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade**. In: Revista Arquitecto 7. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, S.L., 2013.

LIMA, Elder Rocha. **Notícias de Corumbá de Goiás**. Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2012.

MENDONÇA; Santos. **Antes de tudo um forte: a existência e (re)existência dos povos cerradeiros frente as tramas do capital**. 2009. Disponível em <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Rodrigo%20dos%20Santos.pdf>. Acessado em 12 de abril de 2017.

MONTANER, Josep Maria; MAUXÍ, Zaida. **Arquitectura y Política: ensaios para mundos alternativos**. Barcelona: Gráficas 92, 2011.

MUNIC. PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2006/> Acessado em 10 de janeiro de 2015.

PAZUCH, Giovani. **Imigração italiana na colônia de Antônio Prado - RS: catolicismo e sociabilidades (1885-1945)**. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Dissertação. PUC, São Paulo, 2015.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA Jr., E. M.; HOLZER, W; OLIVEIRA, L. (Org.). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, Boanerges Candidoew et al. **O Turismo e as transformações socioespaciais em Pirenópolis-GO**. 2008. Disponível em http://www.utfpr.edu.br/curitiba/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/grupos/tema/38o_turismo_pirenopolis.pdf: Acessado em 17 de agosto de 2017.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. Por uma nova governança do Patrimônio Ambiental Urbano: O Capital Social e as Políticas Intersetoriais. **Anais do IV ENANPARQ, Estado da Arte**. Porto Alegre, 25-29 julho 2016b[recurso eletrônico] Organização: Claudia Costa Cabral, Carlos Eduardo Comas. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2016. Disponível em: <https://enanparq2016.wordpress.com/principal/anais/> acessado em 14 de maio de 2017.

SOUZA, M. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ ICSA/UFPA, 2009. v. 1.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

DE ESTAÇÃO DE VERANEIO À PATRIMÔNIO HISTÓRICO: A TRAJETÓRIA PARA TER LUGARES DE MEMÓRIA PRESERVADOS EM CANOAS/RS

Ketlin Quinhones Wons

Graduada em História (UNISINOS)

O processo (i)migratório para onde hoje se localiza a cidade de Canoas teve início com a instalação da ferrovia na região central da localidade, sendo que a proximidade com a capital impulsionou o povoamento urbano, que em um primeiro momento pautou-se em venda de chácaras de lazer e veraneio próximas à referida Estação e, posteriormente, venda de terrenos para moradores em diversas regiões da cidade. As famílias que adquiriram lotes eram provenientes de Porto Alegre, da região do vale do Rio dos Sinos, do interior do Rio Grande do Sul e também imigrantes europeus.

Segundo Graebin, Graeff e Graciano (2014), Canoas foi sede da fazenda do Gravataí até o final do século XIX, quando os bisnetos de Francisco Pinto Bandeira colocaram a venda suas propriedades, criando dois núcleos de urbanização: o major Vicente Ferrer da Silva Freire loteou suas terras próximas à Estação Ferroviária e Maria Luisa loteou suas terras nos altos da atual Av. Santos Ferreira. Desse modo, Canoas não ficou restrita a veranistas, ocorrendo um grande fluxo migratório que impulsionou a instalação de comércios e escolas, como aqueles autores relatam:

Eram dois núcleos de urbanização, mas foi em torno da Estação da estrada de ferro que se construíram casas de veraneio, residências, lojas, oficinas, pequenas indústrias e uma grande instituição escolar, o Instituto São José (1907). Criou-se assim, identidade com o lugar, possibilitando a organização dos grupos, cujas as lideranças passam a atuar pelo desenvolvimento do povoado. (GRAEBIN, GRAEFF, GRACIANO, 2014, p. 2)

Jorge Gotthel Henrique Wittrock, natural da Alemanha, emigrou ao Brasil em 1870 e trabalhou como técnico da construção da estrada de ferro de Porto Alegre a São Leopoldo, residindo em Canoas em um chalé alugado do major Vicente; após alguns anos adquiriu uma

vasta propriedade próxima da Estação e construiu ali o primeiro hotel e restaurante, conforme Pfeil relata:

Escolheram Canoas como estação de veraneio. Isto se explica facilmente: por volta de 1875 aqui existiam bosques belíssimos e Wittrock, cuja propriedade se situava nas proximidades da estação velha [...] arrumou o seu sítio de acordo com o gosto dos alemães, construindo “Wanderwege” (ruelas para passear a pé) [...]. Já em janeiro de 1878 as sociedades alemães da capital alugavam trens especiais para Canoas, a fim de passar o fim de semana no “Gartenrestaurant Hotel” (restaurante ajardinado ao ar livre e hotel) de Wittrock. (PFEIL, 1992, p.30)

Os depoimentos de antigos moradores contribuem para compreender como foi realizada a migração na região central de Canoas e a importância da sociabilidade como fator determinante para fixar-se no local. Oswaldo Kessler Ludwig relata ao “Projeto Canoas para lembrar quem somos”²⁶⁵ a vinda da sua família:

Em fins do século passado, a última década do século passado, o meu avô materno Felix Kessler adquiriu uma chácara a uma quadra ao norte da Estação, que era o centro demarcado de Canoas, da tranquila e pequena Vila de Canoas, e aí construiu a sua residência, que, de início era de veraneio. Posteriormente passou a ser de residência fixa. [...] o meu pai, que havia conhecido aqui em Canoas a minha mãe, hospedado que estava num veraneio em hotel, primeiro hotel de Canoas, defronte à estação uma casa bonita, de tijolos à vista, propriedade da família Wittrock, este francês de sobrenome basco, instalou ali seu primeiro hotel e meu pai, vindo veraneiar em Canoas, em 1896, conhecendo minha mãe, casando com ela em 1897. Foi residir em Porto Alegre, mas não resistiu aos encantos de Canoas e por 1904 resolveu voltar para se instalar aqui definitivamente. Alugou então, em fins de 1904 um chalé, que fica aqui ao lado e que era propriedade da família Schell, donde o nome hoje desta Rua Guilherme Schell. Passou um ano morando neste chalé, estilo suíço, muito bonito e acompanhou a construção da primitiva Vila Mimososa, que só ficou pronta em fins de 1905. (PENNA, 1996, p.25)

As descrições de Canoas no final do século XIX eram de uma beleza encantadora, a paisagem natural atraía diversas famílias para a região utilizando os trens de passeios aos finais de semana. Hélio Rosa Filho, relata que o trem era o meio utilizado por sua família para se dirigir até a chácara:

Meus avós tem uma propriedade aqui ao lado dos Irmãos Lassalistas, desde 1893, que é uma chácara muito antiga, do meu avô Antônio Rosa. Quando era pequeno, vinha muito seguido aqui em Canoas, na chácara. (...) Era maravilhosa. Não tinha nada na frente. Só era bem em frente à estação. Nós vínhamos de trem, parávamos

²⁶⁵ O Projeto Canoas para lembrar quem somos, é um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Canoas e a Universidade La Salle, desde 1994, sob coordenação de Rejane Penna, tem como objetivo verificar como o cidadão canoense se identifica com os diversos processos políticos, sociais, econômicos da cidade, bem como valorizar e divulgar a trajetória da cidade, pesquisar sobre o legado cultural, o desenvolvimento da localidade, possibilitando inclusive o registro daqueles que frequentemente não são citados na história oficial, os pobres, os trabalhadores, as mulheres, bem como as suas lutas, dificuldades e superações. O projeto lançou 13 volumes, cada edição resulta da pesquisa em um dos bairros da cidade.

ali. Na nossa chácara tinha as carruagens de antigamente, não tinha automóvel. Meu avô começou a trabalhar em Santo Antônio da Patrulha. Depois ele se mudou para Porto Alegre, lá perto da Conceição, onde adquiriu muitas propriedades e também tinha, além de vender madeiras, materiais de tudo, uma frota de embarcações de navios, que percorriam o Taquari e o Caí, transportando produtos. Ele foi adquirindo as propriedades aqui em Canoas aos poucos. Primeiro ele comprou essa chácara, depois foi comprando diversas propriedades aqui na Estância Velha. Onde é o hospital, era do meu avô. (PENNA, 1996, p.35)

O *Diccionario Geographico do Rio Grande do Sul*, edição de 1907, informa que Canoas era “bellissima povoação no município de Gravatahy, com chácaras aprasiveis e uma linda igreja dedicada a São Luiz Gonzaga; junto existe uma estação da estrada de ferro”. Em 1914, em uma edição atualizada do *Diccionario Geographico, Historico e Estatistico do Estado do Rio Grande do Sul* é informado que, além das chácaras, Canoas possui o Instituto São José e “mais de 100 prédios e uma população approximada de 600 habitantes. A maior parte das casas pertence a capitalistas de Porto Alegre, que ahi vem descansar da lucta ingente de todos os dias”. Tais informações contribuem com dados que mostram o rápido crescimento urbano do povoado.

A proximidade com a capital e preço dos terrenos atraiu moradores e investidores, o crescimento populacional foi vertiginoso e em poucas décadas a paisagem natural se modificou. Casas de veraneio e chácaras de lazer foram substituídas por novas edificações para atender as novas demandas de bairros residenciais e sediar empresas, indústrias e instituições educacionais. Entretanto, junto ao rápido crescimento surgiram demandas e reivindicações da população residente: cidadãos fundam a Comissão Pró-Melhoramentos, visando melhorias e a emancipação, buscando autonomia e progresso para desenvolver a região e, em 1939, ocorre então a emancipação de Gravataí.

Nota-se a mudança de foco da cidade, na reportagem do Jornal Folha da Tarde de 09/10/1944, que tem como manchete “De ponto de veraneio à importância de grande Centro Industrial”, na qual indica o panorama da evolução e projeta uma futura grande cidade. Nas décadas seguintes, Canoas passou por situações adversas, como as enchentes que exigiram grandes investimentos urbanísticos, planejamento, ações políticas e sociais para transformar um local de veraneio em uma cidade próspera e reconhecida por sua importância econômica e industrial. O ex-prefeito Hugo Simões Lagranha, em 08/01/1971, ressaltou “não se encontraria monumentos, [...] mas terá recursos para prosseguir as obras de desenvolvimento da cidade” (ZH, 1971, p.10)

O período de 1960 até meados de 1980, é o de “modernização” de Canoas. Ou seja, quando os poderes constituídos passaram definitivamente a dirigir os processos de

urbanização, com a ideia de ordenar a cidade, sanear, normatizar, impor princípios estéticos e tratar dos problemas sociais de forma técnica. Nessa diapasão, a prioridade era o desenvolvimento industrial – e não o patrimônio cultural. (GRAEBIN, GRAEFF, GRACIANO, 2014, p.5)

Segundo Martins (2015) a preocupação com o patrimônio cultural da cidade surgiu a partir de 1984, junto aos debates sobre o Plano Diretor Urbano, com as comemorações dos 110 anos da cidade²⁶⁶ e com a criação da Fundação Cultural de Canoas²⁶⁷. Destacam-se nos jornais locais reportagens alertando sobre a destruição de prédios antigos e a preocupação da Fundação Cultural frente a isso, sendo que a mesma sugere ao poder público a formação de um complexo cultural junto a Antiga Estação Férrea, como verificamos na Figura 1, ao invés da destruição da residência da família Rosa, para que a casa fosse decretada de utilidade pública e que a prefeitura adquirisse o imóvel para sediar o museu municipal, o arquivo público e a biblioteca.

Nota-se a preocupação da sociedade civil, como destaca a arquiteta Miriam Würth, citada na reportagem:

Apesar do descaso com o patrimônio histórico e arquitetônico ainda restam de pé várias simpáticas casas que trazem estampadas lembranças de um tempo que está por se apagar totalmente se uma política de preservação não for implantada com urgência. [...] nossa história se confunde com o progresso industrial e deixa a cidade em nada. [...] o prédio da Prefeitura, a Igreja São Luiz, os colégios Auxiliadora e Cristo Redentor, podem parecer recentes, mas é necessário pensar em sua preservação porque é o que ainda está de pé. (DIÁRIO DE CANOAS, 27/08/1993, p.11)

Por que preservar uma edificação? O movimento de salvaguarda da Antiga Estação do Trem de Canoas/RS em 1984 foi a primeira ação que mobilizou parte da sociedade canoense, reivindicando a preservação da edificação por seu valor histórico, relacionado ao povoamento urbano não poderia ser destruída, mas preservada para que as futuras gerações tenham conhecimento sobre a história municipal, já que os bens patrimoniais preservados são resultado de escolhas do presente a partir de uma ligação com o passado. Notamos nos

²⁶⁶ Na cidade de Canoas/RS a data de inauguração da ferrovia em 14 de abril de 1874, é comemorada como um marco do povoamento urbano, visto que, foi a partir da ferrovia que o povoamento da região aconteceu; consta essa data na bandeira e brasão municipal.

²⁶⁷ Primeira entidade cultural do município, criada através de lei municipal nº 2.276/1984, com sede no antigo prédio da estação, foi assinado um contrato de comodato com a TRENSURB em 1985, com utilização para fins culturais, durante 25 anos desenvolveram atividades voltadas para a literatura, artes plásticas, teatro, dança, música e concursos integrando artistas locais, escolas e a comunidade; a Fundação Cultural foi extinta em 2009 por ato político administrativo.

editoriais jornalísticos locais, canoenses sensibilizados também com a possível destruição da antiga casa dos Rosa que, organizados numa entidade cultural, propõem lugares de memória, que segundo Nora (1993):

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. [...] fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso criar aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p.12-13)

Segundo Barroncas (2011), são os vivos os responsáveis por assegurar a continuidade da memória dos mortos no presente e no futuro. A preocupação com a proteção e preservação do patrimônio cultural por parte do poder público municipal só ocorreu na década de 1990, onde foi promulgada Lei nº 3.875/1994 de organização da proteção do patrimônio histórico e artístico municipal, não instalou nenhum serviço ou secretaria associada ao patrimônio, o município não possuía Secretaria da Cultura e todos os assuntos relacionados a essa área eram tratados pelo Departamento de Cultura vinculado à Secretaria da Educação. Nesse período foi firmado um convênio entre o Departamento de Cultura, o IPHAE e a Prefeitura de Canoas, para inventariar o patrimônio histórico, concluído em 1998, com 30 imóveis listados no Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural²⁶⁸.

Infelizmente no Brasil, especificamente nas administrações públicas, não ocorre a continuidade das ações das gestões anteriores; assim, o movimento pela preservação do patrimônio cultural em Canoas deu seus primeiros passos e logo caiu no esquecimento, necessitando aguardar mais onze anos para que oito dos trinta imóveis listados no Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural fossem tombados em âmbito municipal e para que o desejo de ter seus lugares de memória atendidos, a Casa dos Rosa e Villa Mimosa, dois imóveis que desde década de 1980 eram sugeridos como locais para realização atividades culturais e de pesquisa, finalmente fossem transformados em centros culturais. É importante

²⁶⁸ Muitos dos imóveis listados em 1998, estão descaracterizados, parcialmente destruídos ou demolidos ou sofreram modificações ao longo das décadas, inventário segue desatualizado.

destacar novamente a atuação da sociedade civil, já que os tombamentos foram realizados após o Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, que averiguou a negligência do Poder Público Municipal em relação à preservação de seu patrimônio histórico-cultural.

O tombamento dos oito imóveis da cidade de Canoas possibilitou a instituição de um centro histórico protegido, com destaque nas mídias e nos meios oficiais, representando a história municipal oficial e contribuindo para uma memória e identidade local, já que não existe memória individual sem sua integração a uma memória coletiva; tudo que lembramos é determinado socialmente, fruto de uma construção da sociedade em que estamos inseridos (HALBWACHS, 2006). Por tanto, a memória canoense dedicada a esses oito locais é uma construção do presente e de um grupo específico. Por sua vez, lembramos de acordo com as nossas necessidades e escolhemos lembrar e esquecer, a história de uma sociedade pode ser construída ou reconstruída (CATROGA, 2001). Considerando que, ao salvaguardar a cidade do passado, importa fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história (PESAVENTO, 2005). A instituição de um patrimônio cultural canoense propõe a construção de uma cidade cultural, tal qual Torino (2011) afirma quando coloca que a memória e a identidade se unem para construir uma trajetória, uma história e uma narrativa. Dessa forma, parte da sociedade canoense e do poder público municipal institucionalizam um centro histórico, tombado e protegido por lei, constroem uma narrativa a partir dos oito imóveis Villa Mimosa, Casa dos Rosa, Villa Nenê, Casa Wittrock, Antiga Estação de Trem, Prefeitura, Igreja Matriz São Luiz Gonzaga e a Villa Joana, representando parte da história municipal e contribuindo para a construção de uma memória e identidade local.

O primeiro imóvel tombado foi a Villa Mimosa, que está localizado na área central da cidade, na Av. Guilherme Schell nº 6270. Constitui-se em um prédio de alvenaria com dois pavimentos, no estilo neoclássico, com construção de 1904; a ampliação e modificações no prédio foram realizadas em 1923, sendo que a família Ludwig residiu no local até 1999 (Figura 2).

O projeto de tombamento foi realizado em 1999, tendo como objetivo preservar o prédio e a área verde ao seu entorno. O processo de patrimonialização da Villa Mimosa se deu entre as transições políticas da gestão de Marcos Antônio Ronchetti (2001-2008) e Jairo Jorge da Silva (2009-2016). Em 2007, através do Inquérito Civil, foi assinado o termo de

compromisso de ajustamento entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul, o município de Canoas e a empresa Goldsztein Cyrella. Na cláusula 1º, o município se comprometeu a tomba o imóvel “Villa Mimosa” como patrimônio histórico e cultural; na cláusula 4º, é acordado que a construtora desmembrará e doará a área onde está localizada a Villa Mimosa para o município de Canoas e na cláusula 7º, o município de Canoas e a Goldsztein Cyrella se comprometem solidariamente a implantar um centro municipal histórico cultural para visitação pública.

Em 2009, uma Ação Popular entrou com um processo contra o município de Canoas e a construtora, para suspender a construção do empreendimento devido ao dano ao patrimônio cultural e a destruição do patrimônio natural. A partir disso, foi decidido judicialmente que a construtora plantaria espécimes vegetais na cidade para compensar a destruição da vegetação nativa do entorno do prédio histórico da Villa Mimosa, liberando assim a construtora a construir as torres verticais pretendidas.

O prédio denominado “Villa Mimosa” foi finalmente tombado pelo Patrimônio Municipal em 29 de maio de 2009, tendo como justificativas seu valor histórico e cultural para a cidade e a sociedade. A casa é reconhecida como local onde viveram os membros da família Ludwig, responsáveis por liderar diferentes movimentos e realizações que colaboraram para o crescimento, desenvolvimento e processo histórico-cultural da cidade, sendo um de seus símbolos mais populares, atestando os laços que os habitantes tem com a edificação materializada naquele monumento.

Em 2010, a construtora Goldsztein Cyrella ficou responsável pela elaboração do projeto e execução do restauro do prédio histórico “Villa Mimosa”, quando foi contratada a empresa Kroma para realizar a restauração e, em 08 de dezembro de 2011, o imóvel foi entregue ao município. A inauguração da Casa das Artes Villa Mimosa ocorreu em 27 de junho de 2012, tendo como objetivos ser um espaço de formação, expressão e disseminação cultural para artistas locais e a comunidade, incentivando e proporcionando apresentações de teatro, música e dança, exposições, oficinas, debates, palestras, contribuindo com o desenvolvimento social e cultural da população. Atualmente, permanece a utilização do espaço cultural com exposições, apresentações artísticas de música, dança, teatro e etc.

O segundo imóvel tombado foi a Casa dos Rosa, que está localizado na área central da cidade, na Rua Victor Barreto nº 2186 (em frente à Antiga Estação Férrea). Constitui-se de um prédio de alvenaria, com dois pavimentos, construído em 1893 e que foi propriedade da família Rosa até 1997 (Figura 3).

O prédio foi tombado pelo Patrimônio Municipal em 13 de julho de 2009, tendo como justificativa ser o imóvel mais antigo existente na cidade, estando vinculado ao processo inicial do povoamento urbano da região. Devido à preservação de uma área de mata junto ao imóvel e pertencente a ele, o lugar exerce função de “pulmão verde” dentro do aglomerado urbano situado no centro da cidade. A família Rosa contribuiu, de forma importante, para o desenvolvimento da cidade, doou um terreno para a construção do Hospital Nossa Senhora das Graças e outro terreno para abrigar idosos, chamado Lar Vicentino Dr. Décio Rosa.

O imóvel foi vendido para a Comunidade Evangélica Luterana São Paulo (ULBRA), mas ficou fechado, sem cuidados, em estado de abandono. Em 2011, uma árvore caiu sobre a casa, danificando a construção. A ULBRA não teve condições financeiras para realizar a intervenção e nem o projeto de restauro, pois estava passando por uma situação conturbada de índole política e administrativa e principalmente financeira. Conforme consta no artigo 19 da Lei Municipal nº3875/94, caso o proprietário não tenha condições financeiras para fazer as obras de conservação ou restauro, o município fica responsável pela sua preservação, e isso foi alegado pela ULBRA e a mesma apresentou documentos da sua situação comprovando não ter meios de restaurar o imóvel, argumentando que ou o município realizava a restauração ou cancelaria o tombamento. A partir daí, tem início procedimentos burocráticos, análises jurídicas, solicitação de laudo técnico e vistorias, objetivando realizar uma intervenção para reparar os danos na cobertura, o que foi iniciado em dezembro de 2011. Depois disso, o imóvel sofreu dois incêndios (em 2012 e 2013) e novo acompanhamento e vistoria foi realizada, sendo que o laudo do imóvel informava urgência em sanar os problemas, pois o prédio estava comprometido.

Em consequência disso, foi firmado em 2013, entre a União e a Prefeitura Municipal de Canoas, o contrato de cessão de uso gratuito do imóvel, pelo prazo de 20 anos, para sua preservação como Patrimônio Histórico do Município de Canoas. Durante quinze meses, o imóvel passou por restauração e foi inaugurado em 10 novembro de 2016, como sede do Museu Municipal Hugo Simões Lagranha, passando a se chamar “Parque dos Rosa”, pois

além da casa há também um parque arborizado em seu entorno com bancos, pracinha e um café. Atualmente o local, permanece sendo sede do museu municipal e recebe exposições de curta duração.

O terceiro imóvel tombado foi a Villa Nenê, que está localizado na área central da cidade, na Av. Santos Ferreira nº 442, constituída de um prédio de alvenaria, no estilo eclético, com construção de 1928 e foi propriedade da família Silveira até 1996 (Figura 4).

O prédio denominado “Villa Nenê” foi tombado pelo Patrimônio Municipal em 01 de outubro de 2009, tendo como justificativa seu valor histórico e cultural e pelo fato de que seu proprietário original, Antônio Cândido da Silveira, ter sido um cidadão de destaque, que contribuiu para o desenvolvimento industrial da cidade. Constam no processo administrativo, que a poucos dias do tombamento, o atual proprietário destruiu parte da casa. O município recebeu uma denúncia e embargou a obra e multou o proprietário. Diversas reuniões foram realizadas na tentativa de orientar o proprietário para preservação da edificação, sem sucesso. Em 2010, o imóvel foi desapropriado, foi realizada avaliação no mercado imobiliário abaixo do valor que o proprietário colocou à venda em uma imobiliária; no mesmo ano, o município e construtora MelnickEven Santa Fé assinaram termo de compromisso, onde a construtora depositou valor da avaliação e comprometeu a elaborar o projeto de restauro. Em 2013, foi realizado o envelopamento para proteção do prédio até o restauro, atualmente a cobertura não existe mais e o prédio sofreu mais um incêndio em dezembro de 2017. A prefeitura informa que é corresponsável desde o tombamento através de um termo de posse, mas o imóvel ainda é de propriedade privada e segue em processo judicial.

O quarto imóvel tombado foi a Casa dos Wittrock, que está localizado na área central da cidade, na Rua Domingos Martins nº 440, e possui um prédio de alvenaria com três cômodos, um banheiro e uma área de lazer aos fundos, construído em 1910 e foi propriedade da família Wittrock até 2006 (Figura 5).

O prédio foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal em 04 de abril de 2010, tendo como justificativa preservar o patrimônio histórico cultural da cidade de Canoas, já que a família Wittrock faz parte da memória do povo canoense e foi uma das primeiras a contribuir com o povoamento e desenvolvimento do município.

O imóvel estava desabitado e sofreu um incêndio em 2001, sendo que uma parceria entre prefeitura, o proprietário e empresários possibilitou restaurar o imóvel e utilizar o local para fins culturais, e segundo Victor Ernesto Wittrock ceder o espaço possibilitou dar um destino melhor a casa e expor o acervo de fotografias da família, que conta um pouco da história de Canoas (DIÁRIO DE CANOAS, 12-13/10/2001). O referido imóvel foi emprestado, em regime de comodato, a Fundação Cultural de Canoas (FCC) durante 5 anos e nele foi instalada a Escola de Música e Museu Wittrock. Após o falecimento de Victor Ernesto Wittrock, o imóvel foi vendido para Adriano Rodrigues Saraiva, que assinou com a FCC um novo contrato de locação, permanecendo as atividades no local até 2009.

No primeiro mandato do ex-prefeito Jairo Jorge da Silva, o primeiro ato de seu governo em 09 de janeiro de 2009 foi extinguir a FCC e encerrar todas as atividades que a mesma realizava, inclusive a Escola de Música e Museu Wittrock. O contrato entre FCC e o proprietário foi rescindido, o imóvel foi restaurado e entregue ao proprietário. Desde então, o imóvel permanece fechado, com uma placa de “aluga-se”.

O quinto imóvel tombado foi a Antiga Estação de Trem, que está localizado na área central da cidade, na Av. Victor Barreto nº 2301, constituída por um prédio de alvenaria com dois pavimentos, construído em 1934 (Figura 6).

O prédio denominado “Antiga Estação de Trem” foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal em 14 de abril de 2010, tendo como justificativa seu valor afetivo atrelado a história municipal, tanto na vida social e como no desenvolvimento do povoado do Capão das Canoas, sendo, portanto, um prédio com um grande valor histórico para toda a comunidade.

Após a extinção da Fundação Cultural de Canoas em 2009, o prédio da Antiga Estação ficou fechado, iniciando um novo processo de restauração do prédio histórico, com vistorias, laudos, abertura de tomada de preços e projeto de execução. A restauração e reabilitação foram concluídas em 10 de novembro de 2016, tendo como objetivo devolver as características originais ao imóvel tombado.

Desde a sua inauguração em 2016, foi lançado um edital de utilização do espaço público a entidades e/ou pessoas físicas interessadas em utilizar o espaço físico em atividades culturais, como ensaios, oficinas, workshops, apresentações de dança, teatro e música.

Atualmente constam 10 grupos cadastrados via edital e outros 7 grupos que usam esporadicamente o local, via autorização. Em novembro de 2017, o edital foi encerrado e foi lançado novo edital de permissão de uso a entidades e/ou pessoas físicas interessadas em utilizar o espaço físico em atividades culturais. Eventualmente, a Secretaria Municipal da Cultura e Turismo utiliza o espaço para eventos, palestras e oficinas; e no segundo semestre de 2018 foi inaugurado o Projeto “Estação da Música”, mensalmente, no terceiro sábado do mês, ocorrem shows musicais.

O sexto imóvel tombado foi o prédio da Prefeitura, que está localizado na área central da cidade, na Rua 15 de Janeiro, nº 11, uma edificação de alvenaria, com dois pavimentos e um porão, com construção de 1950 (Figura 7).

O prédio da Prefeitura foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal em 16 de junho de 2010 tendo como justificativas seu valor afetivo para a comunidade, por ser um patrimônio histórico-cultural, para que as futuras gerações rememorem acontecimentos, para ser protegido através da legislação e ter assegurado o destaque do bem preservando suas características históricas culturais arquitetônicas estéticas e paisagísticas.

O município de Canoas foi emancipado em 1939 e a sua instalação oficial ocorreu em 1940, sem sede própria, o ato solene de instalação foi feito no Cinema Central. Por não possuir prédios públicos, a solução foi alugar espaços até ter condições de construir um próprio. Assim, a prefeitura foi instalada em diferentes prédios pertencentes às lideranças locais que participaram da Comissão Pró-Melhoramentos, Frederico Guilherme Ludwig (na Rua Santos Ferreira), Antônio Pereira Vargas (na Praça da Bandeira) e Antônio Silveira Cândido (na Av. João Pessoa, hoje Av. Tiradentes, trecho do Calçadão).

Consta no laudo técnico que ao longo das décadas, o prédio da Prefeitura passou por várias alterações em seu uso, além de aumento da área e alteração dos espaços internos com intervenções, adaptações e reformas, nem todas devidamente documentadas. Durante essas reformas, o próprio gabinete do prefeito esteve alocado em outros espaços. Atualmente, no prédio da Prefeitura estão o gabinete do prefeito e a Secretaria de Comunicação e Eventos as demais secretarias estão alojadas em outros locais.

O sétimo imóvel tombado foi a Igreja Católica dedicada a São Luiz Gonzaga, que está localizada na área central da cidade, na Rua Cônego José Leão Hartmann, nº 82, em um

prédio de alvenaria no estilo neogótico, com construção iniciada em 1926 e concluída em 23 de junho de 1940 (Figura 8).

O prédio da Igreja Matriz foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal em 23 de junho de 2010, tendo como justificativa a preservação por seu valor histórico, cultural, religioso e arquitetônico; por ser reconhecida pela comunidade como símbolo da cidade e parte da história local de seus habitantes, o tombamento assegura o destaque do bem e a preservação das características que o identificam com o patrimônio cultural de Canoas.

Anteriormente, a localização da igreja ficava na Rua Santos Ferreira, em uma construção em estilo colonial português que, devido ao seu mau estado de conservação, foi demolida e transferida para o terreno em frente à Praça da Bandeira. Consta no parecer histórico que, em 1924, senhoras da sociedade canoense se reuniram na casa da Sra. Henriqueta Martins, juntamente com o padre Reinaldo Juchen, para decidir sobre a construção da nova igreja e o padre sugeriu que a igreja fosse construída em um terreno em frente à Praça da Bandeira.

Foram décadas até que a construção fosse concluída. Com dificuldades financeiras, a obra constantemente era interrompida, a antiga igreja foi demolida para o aproveitamento do material e o terreno onde estava foi vendido para auxiliar na construção da nova. A primeira missa celebrada na nova igreja ocorreu na Páscoa de 1931, com a construção ainda em andamento. Em 23 de junho de 1940, o arcebispo Dom João Becker veio benzer a igreja cuja obra estava então concluída. Em 1978, a igreja passou por uma reforma interna nos vitrais, arcos, ogivas, via-sacra e estátuas, com construção de nichos para os santos e bancos novos. Em 2010, iniciou-se a restauração da cobertura e do forro, obra concluída em 2013.

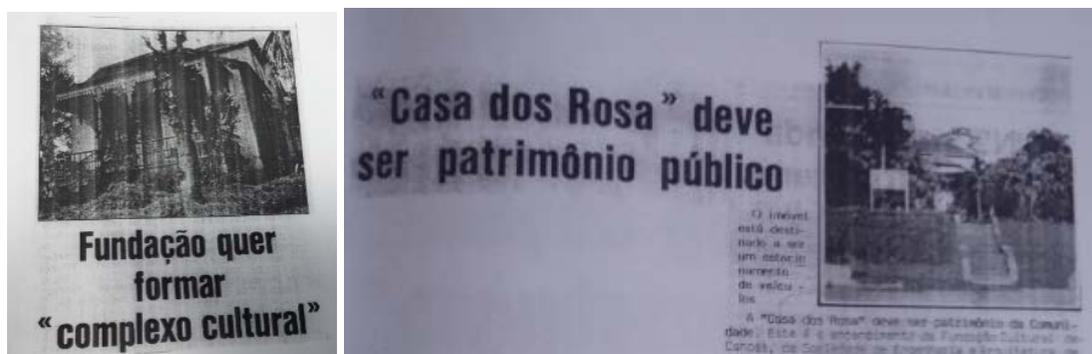
O oitavo imóvel tombado foi a Villa Joana, que está localizado na área central da cidade, na Rua Guilherme Schell, nº 6228, constituída de um prédio de alvenaria, com três pavimentos, com construção de 1944, de propriedade da família Würth (Figura 9).

O prédio da Villa Joana foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal em 01 de outubro de 2014, tendo como justificativa a preservação do prédio por seu valor histórico e cultural e pela importância do professor Thiago Matheus Würth na área educacional e por ser o primeiro morador a ocupar uma cadeira na Academia Riograndense de Letras.

O professor Thiago Matheus Würth dedicou sua vida ao magistério, sobretudo aos alunos de educação especial; fundou o Instituto Pestalozzi em 1926, local onde eram realizados churrascos em prol da emancipação. O professor Thiago participou da Comissão Pró-Melhoramentos, mas não exerceu função pública municipal.

Dessa forma, analisando os processos de tombamentos, verificando as lutas e as disputas envolvendo diferentes grupos, situação e oposição, poder público, proprietários, construtoras, podemos constatar que ao final de processos tumultuados envolvendo órgãos públicos e a sociedade civil, ocorreu o tombamento de 8 dos 30 imóveis listados no Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural. Podemos afirmar que o patrimônio material de Canoas foi associado a uma narrativa preservacionista com o intuito de construir identidade e memória local. As famílias Ludwig, Rosa, Silveira, Wittrock e Würth tinham destaque político, social, religioso, cultural, foram políticos, médicos, professores e empresários, são reconhecidos por parte da sociedade canoense como responsáveis por liderar diferentes movimentos e realizações no processo histórico-cultural da cidade e as suas residências apresentam-se como referência arquitetônica do início do século XX, por esses motivos foram tombadas pelo Patrimônio Histórico Municipal, possibilitando aos canoenses terem alguns de seus lugares de memória, reivindicados desde 1984, preservados e terem espaços culturais para desenvolver atividades culturais. Por sua vez, é preciso mencionar que o conceito de patrimônio pode e deve ser pluralizado e ampliado para outros segmentos da sociedade e locais da cidade e proporcionar inclusão social para que todos os cidadãos possam se sentir representados na história oficial.

Figura 1 – Manchetes do Jornal “O Timoneiro”



Fonte: O TIMONEIRO (1987)

Figura 2 – Villa Mimosa (2017)



Fonte: Acervo da autora

Figura 3 – Parque Casa dos Rosa (2018)



Fonte: Acervo da autora

Figura 4– Villa Nenê, em vista frontal (à esquerda) e lateral (à direita) (2018)



Fonte: Acervo da autora

Figura 5 – Casa dos Wittrock (2018)



Fonte: Acervo da autora

Figura 6 – Antiga Estação de Trem



Figura 75 – Prefeitura Municipal (2018)
(2017)



Fonte: Acervo da autora

Figura 8 – Igreja São Luiz Gonzaga



Fonte: Acervo da autora

Figura 9 – Villa Joana (2018)



Fonte: Acervo da autora

REFERÊNCIAS

- ANGELI, Douglas Souza. Existir e morar na cidade: vinte anos do projeto Canoas para lembrar quem somos. La Salle: **Revista Mouseion**, Canoas, n.21, p-109-122, ago. 2015.
- BARRONCAS, Ramon. A memória, o esquecimento e o compromisso do historiador. **Em tempo de histórias**: PPGH Universidade de Brasília, n.21, ago./dez. 2012.
- CATROGA, Fernando. **Memória e História**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- FARIA, Octavio Augusto de. **Diccionario Geographico do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Typ. a vapor do Diário Popular, 1907.
- _____. **Diccionario Geographico, Historico e Estatístico do Rio Grande do Sul. II edição**. Porto Alegre e Santa Maria: Livraria do Globo, 1914.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; GRAEFF, Lucas; GRACIANO, Sandra Simone. De residência da família Ludwig à casa das artes: trajetória do primeiro patrimônio tombado de Canoas(RS). **Revista Memória em Rede**: Pelotas, v.4, n.10, jan./jun.2014
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MARTINS, Márcia Elizabeth. **A invenção do patrimônio cultural Villa Mimosa, Canoas/RS: representações e pedagogias culturais**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2014.
- PENNA, Rejane Silva (coord.). **Centro**. 1. ed., rev. Canoas: La Salle, 1996. (Canoas: para lembrar quem somos, 3)
- PESAVENTO, S. J. **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano**. Fragmentos de Cultura (Goiânia), v. 14, n. 9, p. 1595-1604, 2004.
- PFEIL, Antonio Jesus. **Canoas: anatomia de uma cidade I**. Canoas: Ponto & Vírgula, 1992.
- SABALLA, Viviane Adriana. Canoas para lembrar quem somos: bairro Nossa Senhora das Graças. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH-PR, 2005.
- SILVA, João Palma da. **As origens de Canoas: conquista, povoamento, evolução**. 1. ed. Canoas: La Salle, 1964.
- TORINO, Isabel Halfen da Costa. A memória social e a construção da identidade cultural: diálogos na contemporaneidade. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**. Dez. 2013. Disponível em: < www.eumed.net/rev/cccss/26/memoria-social.html > Acesso em: 04/06/2018.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM²⁶⁹

Marta Rosa Borin (UFSM)²⁷⁰

Vivian Alkaim Salomão José (PROLICEN/UFSM)²⁷¹

Resumo: Busca-se refletir sobre a importância do Ensino de História na Educação Básica a partir da metodologia da Educação Patrimonial. Considerando que a estruturação do conhecimento tem por base conceitos já existente e que não se aprende história somente na escola, mas também em espaços não formais de ensino, organizamos uma ferramenta didática, oferecendo ao professor da Educação Básica subsídios aos conteúdos conceituais de patrimônio, a fim de auxiliá-lo a estabelecer uma relação mais direta com a realidade próxima das experiências dos educandos. O espaço não formal escolhido para desenvolver este projeto, em parceria com a Escola Margarida Lopes e o Colégio Manuel Ribas, é o Centro Histórico Professora Agueda Brazzale Leal e Mancha Ferroviária de Santa Maria. A partir das oficinas, espera-se sensibilizar os estudantes a valorizar o patrimônio cultural a partir do território onde eles e a escola estão inseridos. Este projeto, que tem apoio da bolsa PROLICEN/UFSM, justifica-se pela falta de conhecimento que os jovens estudantes têm manifestado pelos conteúdos de História e, sobretudo, pela possibilidade dos objetos em exposição nos museus se tornarem uma ferramenta para o desenvolvimento da compreensão histórica.

INTRODUÇÃO

O trabalho a partir da metodologia da Educação Patrimonial exige a consciência de que este envolve práticas pedagógicas de valorização coletiva de bens, saberes e fazeres do presente e do passado entendidos como qualquer expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente, dos utensílios e vestígios capazes de remeter ao cotidiano das pessoas, seu modo de vida e de socialização.

A metodologia da Educação patrimonial²⁷² utiliza o Patrimônio Cultural como fonte de conhecimento e informação, tanto individual quanto coletiva:

²⁶⁹ Este texto foi adaptado do que apresentamos em outro evento acadêmico como resultado parcial do projeto que desenvolvemos com o auxílio de bolsista FIEX/UFSM/2017.

²⁷⁰ Doutora em História pela UNISINOS; Professora da Universidade Federal de Santa Maria, do Programa de Pós-Graduação em História, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e do Mestrado Profissional em História ProfHistória/UFSM (UFRJ), mrborin@gmail.com

²⁷¹ Graduanda do Curso de História, bolsista PROLICEN/UFSM/2018, alkaim_vivian@hotmail.com

²⁷² O trabalho disseminador da Educação patrimonial no Brasil, sobretudo em nível da Educação Básica, é

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (BRASIL, 1999).

Através da Educação patrimonial, enquanto processo permanente e sistemático do trabalho educacional, o professor pode definir as habilidades e conceitos que pretende trabalhar e, com isto, motivar o educando a fazer questionamentos àquilo que é senso comum durante a visita ao museu, por exemplo.

Para o educando compreender-se como parte desse patrimônio desenvolveu-se, através de aulas-oficinas e a publicação de uma cartilha, ações educativas para que ele pudesse reconhecer as permanências e as rupturas da história no seu cotidiano, entender os diferentes significados de memória e a construção de identidades. Nosso objetivo era despertar no educando a atenção para o território e seu entorno, a fim de contribuir para a formação de um cidadão comprometido com a realidade em que vive.

Neste sentido, buscamos ampliar o conceito de Educação Patrimonial estabelecendo o diálogo da Universidade com outras instituições, neste caso, escolas públicas e os museus, territórios de múltiplos saberes, que não podem ser ignorados pelo saber científico escolar. Assim, os professores se sentiram chamados a repensar suas práticas pedagógicas, pois a sala de aula, mediante a metodologia da educação patrimonial torna-se um laboratório ativo, vivo e o espaço social passa a ser percebido como um ambiente de aprendizagem. Ou seja, a colaboração entre instituições educativas, formais e não formais, públicas e ou privadas, passam a serem vetores de aprendizagem para todos os cidadãos²⁷³.

Nesta direção, destacamos a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior com projetos de integração com a comunidade, instituições de patrimônio e

atribuído à museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta que coordenou a organização do Guia Básico de Educação Patrimonial, juntamente com Evelina Grunberg, arquiteta e urbanista, e Adriana Queiroz Monteiro, publicado pelo Ministério da Educação. A partir de 2011, a Educação Patrimonial, numa parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Ministério da Cultura (MEC), passou a integrar o macro campo Cultura e Artes, articulando os princípios do Programa Mais Educação com as diretrizes da política de Educação Patrimonial.

²⁷³ BRASIL. Ministério da Educação. Educação integral: *texto referência para o debate nacional*. MEC, Secad: Brasília, 2009; BRASIL. Ministério da Educação. *Gestão Intersetorial no território*. MEC, Secad: Brasília, 2009.

museus. Neste caso, nosso papel social através da Universidade Federal de Santa Maria está relacionado ao Patrimônio Cultural, a partir do Museu de Arte Sacra de Santa Maria, não somente buscando a promoção e a valorização do patrimônio, mas também oferecendo à comunidade um material didático que pode ser utilizado na formação educacional. Pois, através da integração e troca de saberes, entre a Universidade e a sociedade, visamos difundir o significado e o valor do patrimônio cultural, presente nas práticas, nos ofícios, nos fazeres e saberes, nos valores simbólicos resultado das relações estabelecidas entre os indivíduos.

Em oficinas realizadas com alunos da Educação Básica observou-se a necessidade de priorizar atividades de conscientização e formação sobre o significado do patrimônio cultural, a partir do território onde eles e a escola estão inseridos. Assim, ao refletir sobre a narrativa dos educandos, verificamos suas dificuldades na compreensão da relação entre a história e o patrimônio cultural, bem como a desvinculação deste conteúdo com seu cotidiano. Neste sentido, buscamos sustentação teórico-metodológica na educação histórica, conforme trabalhado por Barca (2004) e Schmidt (2011).

Considerando que a estruturação do conhecimento tem por base conceitos já existente e que não se aprende história somente na escola, mas também em espaços não formais de aprendizagem como os museus, oferecemos ao professor subsídios aos conteúdos conceituais de patrimônio, a fim de auxiliá-los a estabelecer uma relação mais direta com a realidade próxima das experiências dos educandos.

A concepção do material de apoio em edição impressa foi uma Cartilha²⁷⁴, suporte de comunicação escolhido para possibilitar a educação do olhar, de alunos e professores da Educação Básica, sobre o significado dos bens culturais, históricos e patrimoniais. Pois, no dizer de Ramos (2004), a "alfabetização museológica" pode ser realizada a partir do objeto (em exposição) gerador do conhecimento, pois não seria adequado tratar os elementos daquela linguagem científica como conceitos prontos e acabados.

²⁷⁴ A Cartilha foi elaborada a partir de um projeto de extensão, com auxílio de bolsa FIPE/UFSM, editada com auxílio da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), do Programa Mais Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Projeto Curso de Aperfeiçoamento Docência na Escola em Tempo Integral, Edição 2015. BORIN, Marta Rosa e JOSÉ, Vivian Alkaim Salomão. (Org.) Educação patrimonial: ações educativas (Programa Mais Educação), Tubarão: Copiart, 2016.

Para estimular o reconhecimento do saber nos espaços não formais de aprendizagem, a Cartilha contém textos e imagens do acervo do Museu de Arte Sacra de Santa Maria e, de forma lúdica, foram apresentados alguns conceitos relacionados ao patrimônio cultural, bem como, informações sobre algumas pragas, inimigas da preservação do patrimônio.

O Museu como espaço de aprendizagem

Percebemos o espaço social como ambiente de aprendizagem, sendo a colaboração entre instituições educativas, formais e não formais como os museus vetores de aprendizagem para os estudantes e professores, por isto não podem ser ignorados pelo saber científico escolar.

Quando buscamos sustentação teórico-metodológica na educação histórica estamos sinalizando que através de artefatos de um museu também podemos construir conhecimento histórico conectando, não somente com o cotidiano dos estudantes, mas também com outros tempos. Para tanto, as aulas-oficinas foram práticas pedagógicas, com base na proposta de Isabel Barca²⁷⁵, que auxiliaram para estimular os alunos a se reconhecerem como agentes do seu próprio conhecimento. As atividades foram realizadas com estudantes da Escola Estadual Margarida Lopes e do Colégio Estadual Manuel Ribas, desenvolvidas em quatro etapas. Na primeira queríamos ouvir o que os estudantes sabiam sobre patrimônio, ou seja, os conhecimentos prévios dos alunos. Para tanto fizemos trabalhos com a técnica grupal “tempestade de ideias”, *Brainstorming*, quando os estudantes se manifestaram sobre o tema sem nenhuma inibição ou preocupação com erros. Em seguida, avaliamos e sistematizamos com eles as ideias propostas e através da ferramenta PowerPoint explicamos as permanências e as rupturas da história através das imagens de objetos e edificações modernos e em desuso. Na segunda aula, estudamos com os estudantes os conceitos de memória, patrimônio histórico, tombamento, identidade e o significado do Centro Histórico da cidade de Santa Maria, Professora Agueda Brazzale Leal e Mancha Ferroviária de Santa Maria, através da nossa Cartilha de Educação Patrimonial e de folders dos pontos turísticos da cidade e dos museus. A avaliação dos conteúdos procedimentais e atitudinais dos

²⁷⁵ BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

Figura 2: Oficina na Escola Estadual Margarida Lopes e visita ao Museu de Arte Sacra de Santa Maria, Santa Maria, Jan., 2018.



Fonte: dos autores.

As exposições do Museu de Arte Sacra de Santa Maria não foram arranjadas de forma a montar uma narrativa histórica junto às peças, pois o espaço não comporta muitas informações textuais devido à restrição do espaço físico. As peças em exposição foram selecionadas pelo seu valor histórico-temporal e artístico e foram identificadas com informações específicas do artefato. Mediante o acervo que compõe o Museu pode-se identificar temas como expressões da religiosidade popular, ofício do sacerdote e ritos sagrados.

Aqui destacamos, por exemplo, a escrivaninha que pertenceu ao primeiro bispo de Santa Maria, Dom Miguel de Lima Valverde, que governou essa Diocese católica de 1912 a 1922. O estudo dos traços da materialidade desse artefato permite uma “leitura”, não somente do estilo de uma época, das técnicas de trabalho, da qualidade da madeira usada na execução do mobiliário como, também, permite decifrar outros significados através da narrativa que pode ser encontrada a partir do artefato, já que ele pode conter um duplo significado, para além do sentido estático que caracteriza os bens culturais. Se as peças do acervo de museus “classificam as pessoas e geram critérios e condições para

as relações sociais” elas são também entendidas como “produto e vetor de relações sociais”²⁷⁶. Neste caso, podemos dizer que esta escrivaninha, como uma peça de mobiliário, pode ser entendida através das diferentes narrativas que permeiam a história da Igreja católica na cidade. O valor da escrivaninha, então, não ficaria restrito à sua funcionalidade. O entalhe da insígnia do episcopado de Dom Miguel de Lima Valverde, executado no frontal do móvel, por exemplo, lembra não somente o seu lema enquanto bispo, *Quis ut Deus*, (quem como Deus?), mas a hegemonia do seu episcopado e com ele a Igreja romana, instituição que sustentava as ações em prol do catolicismo na cidade. Ainda, remetendo-nos às práticas sociais desse sujeito na história eclesial local, podemos relacionar este artefato aos seus atos administrativos dando, assim, outro significado a esta peça de mobiliário.

Figura 3: Escrivaninha em madeira que pertenceu a D. Miguel de Lima Valverde, primeiro bispo que governou a Diocese de Santa Maria, Rio Grande do Sul, de 1912 a 1922.



Fonte: Acervo Fotográfico Museu Sacro de Santa Maria.

Para “ler” esta escrivaninha, neste “lugar da memória”²⁷⁷, como um vestígio, um testemunho, um documento, precisamos levar em consideração as ações do jovem

²⁷⁶ MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Museus históricos: da celebração à consciência histórica*. São Paulo: Museu Paulista, 2000, p. 7-9.

²⁷⁷ Para Nora a história está presente onde não há mais as “sociedades-memória”, quando a tradição é suplantada pela modernização resultando então nos “lugares da memória”: museus, arquivos, cemitérios, monumentos, santuários, associações, festas e coleções para os quais é necessário criar espaços. Cf. NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: *Revista de estudos históricos* 9, Rio de Janeiro: Vértice, 1993, p. 13.

epíscopo e o contexto histórico da época. Com isso, a exposição de um artefato num Museu pode, “mudar a perspectiva de análise a respeito do mesmo, daquela do seu lugar de origem”, o objeto poderá ter outros significados para o museu e para a sociedade (RAMOS, 2000)²⁷⁸. Um episódio que podemos associar ao epíscopo que, a esse artefato estava sujeito, é a celebração de um importante e polêmico acontecimento na cidade: a comemoração do primeiro centenário de Santa Maria, em 1914. Aquela comemoração, como “lugar simbólico” da memória coletiva, pode ter contribuído para a “manipulação” da construção da memória da cidade, à época (LE GOFF, 1992, p. 473), pois esse episódio, juntamente com outras demandas administrativas do episcopado de Dom Miguel de Lima Valverde, confere àquele objeto do acervo um novo significado, outro valor simbólico que está relacionado às iniciativas desse epíscopo em torno da afirmação do catolicismo em Santa Maria, numa época de disputa por espaços *do sagrado*²⁷⁹ com outros agentes sociais da cidade.

Isso significa que, nessa busca pela memória histórica, “nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi”²⁸⁰ e, nesse caso, a escrivanhina como documento pode remeter a diferentes interpretações sobre uma mesma época, bem como os demais artefatos do Museu.

Nessa perspectiva, com as diferentes narrativas históricas esse e outros artefatos do Museu passam a compor uma rede de significados para além da sua materialidade, pois, entende-se que, no seu conjunto, os objetos deste acervo também testemunham as tensões, os conflitos sociais e a cultura de uma época, cujo valor simbólico precisa ser constantemente analisado, pois, as materialidades dos objetos podem contribuir para novas análises da memória da cidade.

Deste modo, os elementos que, por ora, compõem o acervo do Museu de Arte Sacra de Santa Maria reportam também a historicidade religiosa e cultural da cidade que, com diferentes pontos de vista, apreendidos de múltiplas maneiras, podem remeter a mutações do campo religioso e cultural, e apontar para uma sociedade heterogênea, às

²⁷⁸ RAMOS, Eloísa Capovilla da Luz. Os museus da imigração e seus acervos: um campo para o estudo da história. IX Reunião da ANPUH/RS, Porto Alegre, UFRGS, jul. 2008 (texto impresso).

²⁷⁹ BORIN, Marta Rosa. “A Medianeira nos salvou!” Tensão e conflito no campo religioso de Santa Maria. *Anais das Primeiras Jornadas de Religião y Sociedad en la Argentina Contemporánea y Países del Cono Sur – RELIGAR-SUR*. Universidade de Buenos Aires - UBA, Buenos Aires, jun. 2009.

²⁸⁰ NORA, op. cit. p.15.

vezes, em conflito devido à ampla teia de relações dos agentes sociais, sacerdotes, políticos e populares, que compunham o cenário da Santa Maria do primeiro quartel do século XX.

Um exemplo do que apontamos, pode ser verificado na exposição dos artefatos que compõem o acervo do bispo Dom Antônio Reis. Esse epíscopo quando governou a diocese de Santa Maria (1930-1960) estreitou as relações da Igreja católica com o governo de Getúlio Vargas, pois, combateram um inimigo comum: o comunismo. Para atestar o apoio do Estado à Igreja e vice-versa, é significativo lembrar a presença de Flores da Cunha, Interventor Federal do governo Vargas, como paraninfo na cerimônia de posse do bispo em Porto Alegre. A importância dessa relação pode ser verificada na imprensa local, quando registrou a chegada do bispo à cidade para tomar posse do cargo na diocese.

Figura 4 - D. Antônio Reis desfilando em carro aberto com autoridades civis e militares, na atual Avenida Rio Branco, Santa Maria/RS.



Fonte: Acervo Fotográfico Museu Sacro de Santa Maria.

Nessa perspectiva, a historicidade dos artefatos do museu está relacionada aos agentes sociais que estavam sujeito àqueles artefatos. Os registros encontrados nos jornais da época sobre o acervo do bispo D. Antônio Reis podem indicar a importância do catolicismo para a população local. Caberá, então, ao pesquisador exercer esta *ponte* entre o patrimônio e a sociedade, entre o objeto e os agentes sociais, cumprindo assim a função do museu, de comunicador da cultura, dos valores de uma época. Assim,

podemos justificar, minimamente, a importância do ensino de História a partir de espaços não formais, como os museus.

Para exemplificar a importância da Educação patrimonial e a possibilidade do educando refletir sobre a trajetória histórico-temporal em que está inserido, na visita com os alunos sugerimos a reflexão sobre um dos instrumentos de percussão em exposição no Museu de Arte Sacra de Santa Maria: a matraca, (Figura 3). Na visita guiada, ao perguntarmos aos jovens educandos sobre a utilidade deste instrumento e o significado do termo matraca, buscamos encontrar aproximações entre “o sujeito e o legado histórico da cultura”, no dizer de Martins (2011). Assim, buscamos entender o que corresponderia, segundo o autor, “à primeira fase” da experiência do sujeito “onde habitualmente, encontram-se as relações familiares, o aprendizado da linguagem, o treinamento comportamental, a transmissão dos valores elementares vigentes no respectivo espaço social”.

Figura 5: Matraca ou Agiosimandro, instrumento de madeira constando de um bastão no interior do objeto o qual agitado produz som. Altura: 28 cm; diâmetro da base: 4,5 cm; largura: 5,5 cm.



Fonte: Museu de Arte Sacra de Santa Maria, 2011.

Em geral, os educandos não sabem responder sobre o significado da matraca porque nesta etapa da vida trata-se, na perspectiva de Martins (2011), “de uma fase de instrução, de educação informal, de constituição individual e comunitária do sujeito

consciente”. Então, outra pergunta foi lançada, relacionada ao cotidiano daqueles estudantes: conhecem a expressão “fechar a matraca”? Diante das respostas negativas explicamos que a expressão corresponde a silenciar, calar a boca. Diante disto, alguns educandos demonstraram familiaridade com a expressão e ficaram empolgados com a surpresa. Logo, um artefato que parecia sem importância estimulou o interesse pelo museu. Neste momento, buscamos associar o significado do artefato aos conteúdos conceituais de história. Assim, este curvilíneo que, quando sacodido, gera um som e, curiosamente, está num museu, onde os equipamentos de comunicação sonoros tem função litúrgica, é ao mesmo tempo um instrumento que os ambulantes, geralmente em cidades do interior, ainda usam para chamar a atenção nas praças e nas feiras. No entanto, historicamente, durante o Império Otomano, a matraca, ou o agiosimandro, era usado pelos sacerdotes da igreja grega ortodoxa para convocar os fieis aos ofícios divinos, em substituição aos sinos que eram proibidos pelos turcos, pois estes temiam que os cristãos estivessem convocando os fieis para uma organização revolucionária. A pertinência do fato histórico foi conservada até meados do século XX, quando a matraca era usada somente nos últimos três dias da Semana Santa, desde a quinta-feira até o Sábado para chamar os fieis e dar os sinais das funções litúrgicas, visto que neste período, em respeito à crucificação de Cristo, não se tocavam os sinos. Naquela ocasião, Mustafá Kemal Atatürk assume o governo da Turquia, após a derrota do Império Otomano pelos Aliados na I Guerra Mundial, e ao modernizar a Turquia o Estado passa a ser neutro em matéria de crença.

Assim, para decifrar os significados da narrativa que pode ser encontrada neste artefato é preciso “ler” a exposição para além da sua materialidade, pois o estilo da matraca em questão é simples e de difícil associação a outro objeto, e a madeira usada na sua execução não é nobre, conseqüentemente, o artefato não se destaca entre os demais da exposição. Além do que, outros estilos de matraca, que poderiam contribuir para novas análises das praticas religiosas da cidade, não estão contemplados ali.

Nessa perspectiva, com as diferentes narrativas históricas este e outros artefatos do Museu passam a compor uma rede de significados para além da sua materialidade, pois entende-se que, no seu conjunto, os objetos do acervo também testemunham a cultura de uma época, as tensões, os conflitos sociais cujo valor simbólico precisa ser constantemente analisado.

Deste modo, os elementos que, por ora, compõem o acervo do Museu de Arte Sacra de Santa Maria reportam a historicidade religiosa e cultural da cidade, com diferentes pontos de vista, apreendidos de múltiplas maneiras que podem remeter a mutações do campo religioso e cultural e apontar para uma sociedade heterogênea.

Conclusão

A aprendizagem no museu é um processo no qual os visitantes participam ativamente, mas os significados desta aprendizagem são individuais e fazem parte de um processo em permanente construção, pois os questionamentos permitem prolongar a curiosidade do observador e desenvolver conceitos. A Educação Patrimonial deve resultar na construção de um saber, que possa ser aplicado na vida dos estudantes, de forma que eles possam refletir acerca da proteção e preservação dos bens culturais, bem como da História local.

É necessário que o educador prepare didática e metodologicamente sua intervenção no museu e trabalhe em aula com recortes temáticos, estabelecendo relações entre o passado e o presente, sem negligenciar a temporalidade e as ideias que os objetos comportam, pois estes não devem ficar reduzidos à sua classificação. A função das peças é dar pistas sobre o passado, pois as ideias que os artefatos da exposição transmitem são resultado do diálogo com outros objetos, conceitos, memórias, significados, história e função social. Mas, o modo de olhar, de “ler” a exposição, depende do *background* do visitante, do estudante, do que ele conhece.

Para fazer a mediação entre o conhecimento científico e o escolar, e diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos estudantes, o professor encontrará na Cartilha que elaboramos sugestões de estratégias pedagógicas para avaliar o que o educando entende por patrimônio cultural. Poderá também inserir novos conteúdos pautados no fortalecimento das referências culturais, além de ter a possibilidade de desenvolver atividades extras que envolvam a comunidade escolar e a cidade como um espaço possuidor de cultura e história próprio.

Em tempo, deseja-se que o estudante perceba seu papel como sujeito histórico de sua cidade e colabore na construção de ações educativas no que tange a preservação e conservação de bens patrimoniais da cidade de Santa Maria. Pois, preservar a

memória de um grupo social é mais que agrupar informações (da memória individual ou coletiva), é contribuir para que a história de um grupo não seja esquecida.

Referências

BARCA, Isabel. *Aula Oficina: do Projeto à Avaliação*. In: Para uma educação de qualidade: ATAS DA QUARTA JORNADA DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED), Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. MEC, Secad: Brasília, 2009a. (Série Mais Educação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro. Brasília, Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999.

BORIN, Marta Rosa. “A *Medianeira nos salvou!*” Tensão e conflito no campo religioso de Santa Maria. ANAIS DAS PRIMEIRAS JORNADAS DE RELIGIÓN Y SOCIEDAD EN LA ARGENTINA CONTEMPORÁNEA Y PAÍSES DEL CONO SUR – *RELIGAR-SUR*. Universidade de Buenos Aires - UBA, Buenos Aires, jun. 2009.

BORIN, Marta Rosa e JOSÉ, Vivian Alkaim Salomão. (Org.) **Educação patrimonial**: ações educativas (Programa Mais Educação), Tubarão: Copiart, 2016.

FLORENCIO, Sonia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial. Histórico, Conceitos e processos**. Ministério da Educação: DAF-SEDUC, 201[?].

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 2ª ed. 1992.

MARTINS, Estevão C. de Resende. *História, consciência pensamento, cultura, ensino*. EDUCAR EM REVISTA, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 43-58, out./dez. 2011. Editora UFPR.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Museus históricos**: da celebração à consciência histórica. São Paulo: Museu Paulista, 2000, p. 7-9.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. In: REVISTA DE ESTUDOS HISTÓRICOS, n. 9, Rio de Janeiro: Vértice, 1993.

RAMOS, Eloísa Capovilla da Luz. *Os museus da imigração e seus acervos*: um campo para o estudo da história. IX REUNIÃO DA ANPUH/ RS, Porto Alegre, UFRGS, jul. 2008 (texto impresso).

RAMOS, Francisco Lopes. **A danação do objeto**. *O museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica - Teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O significado do passado na aprendizagem e na formação da consciência histórica de jovens alunos. In: CAINELLI, Marlene e SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Educação Histórica: teoria e pesquisa*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2011. p. 81-90.

SINGER, Helena. **Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola**. São Paulo: Moderna, 2015. (Coleção territórios educativos; v. 1).

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E INVENTÁRIOS: O CASO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS

Nathan Camilo (Licenciado e Mestre em História – UNISINOS)

Cláudia Santos Duarte (Licenciada em História – UNISINOS; Mestra em Processos e
Manifestações Culturais – Universidade FEEVALE)

Tatiane Ferreira Ribeiro (Bacharela em Arquitetura e Urbanismo e Especialista em
Engenharia de Segurança do Trabalho – Universidade FEEVALE)

Giovana Lauxen (Graduanda em Arquitetura e Urbanismo – UNISINOS)

Esta comunicação tem por objetivo apresentar os primeiros resultados do processo de realização do inventário das edificações que fazem parte do patrimônio histórico e cultural de São Francisco de Paula, bem como os desafios apresentados e as possibilidades de gestão e pesquisa na área.

Elemento de referência do passado, das transformações e permanências de uma sociedade, o patrimônio cultural é um importante componente para o reconhecimento e consolidação da memória. Esta, como apontou Jacques Le Goff (1990, p. 476), “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

Memória que pode ser, conforme acepção de Maurice Halbwachs (1990, p. 53), individual (interior, pessoal e autobiográfica), ligada às lembranças da vida pessoal, ou coletiva (exterior, social e histórica), onde o indivíduo comporta-se “como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo”.

Constituem a memória, de acordo com Michael Pollak (1992), os acontecimentos (vividos pessoalmente ou “por tabela”, isto é, vividos pelo grupo ao qual a pessoa tem relação de pertencimento), as pessoas, personagens e os lugares. Estes, na acepção de Pierre Nora (1993), são o elemento que garante um sentimento de continuidade quando a memória encontra-se esfacelada num contexto de ruptura com o

passado. Daí a necessidade de criar e manter lugares os quais uma sociedade se reconheça como tal, formando seus laços de identidade e pertencimento. Lugares são, ao mesmo tempo, materiais, simbólicos e funcionais, constituídos por um jogo de memória e história.

A Constituição Federal define o patrimônio cultural no Brasil como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, art. 216).

Entretanto, apenas a atribuição legal não é suficiente para considerar o patrimônio como tal. Conforme Wagner Costa Ribeiro (2005, p. 111-112), “o patrimônio só faz sentido quando é definido pelos grupos sociais que enxergam nele valores que indiquem etapas relevantes da aventura humana na Terra”. Em outras palavras, o patrimônio só é relevante quando a comunidade onde está inserido o considera dessa forma.

Para que uma política de conservação de paisagens que expressam combinações relevantes de processos naturais e/ou sociais torne-se efetiva é preciso partir da população. É necessário envolvê-la desde a análise do equipamento e/ou área natural a ser conservada. É preciso dar tempo para que a população reconheça laços identitários [...]. É preciso que ela possa relacionar-se com o bem, identificando-o como um lugar relevante, um lugar que expresse cultura (RIBEIRO, 2005, p. 122).

Logo, não basta, segundo José Reginaldo Santos Gonçalves (2007), que os elementos que compõem o patrimônio cultural sejam instituídos de forma unilateral por decisões políticas do Estado ou por iniciativas de mercado, de indivíduos ou de grupos. É necessário que haja ressonância junto ao seu público. Ou seja, para que haja preservação do patrimônio, é imprescindível que este passe por um processo de conhecimento e reconhecimento.

Para preservação do patrimônio são previstas uma série de medidas, mencionadas pela Constituição Federal: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, art. 216, § 1º).

A respeito dos inventários, Lia Motta e Maria Beatriz Rezende (2016) afirmam que, desde a promulgação da Constituição, há um debate se os inventários são

destinados a promover o conhecimento e a conscientização dos bens culturais a serem preservados, subsidiando outras formas de proteção, ou se se constituem em instrumento de proteção legal *per se*.

Instrumento legal de proteção ou de promoção de conhecimento e conscientização, Motta e Rezende (2016, f. 5) definem o inventário da seguinte forma:

No caso do patrimônio cultural, inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais. Processo [...] que é permeado por juízos de valor, uma vez que se destina à construção de narrativas sobre determinados grupos sociais e/ou determinada história. Essencial em qualquer uma das perspectivas de inventariação é o objetivo do trabalho. O que e como documentar dependerá de qual patrimônio se pretende construir. Dependerá dos bens que devem ser identificados, dos dados a serem registrados e comparados e dos sujeitos envolvidos nos procedimentos de inventariação, como também de quais pesquisas vão orientar a delimitação dos territórios, dos períodos a serem abordados, das características a serem documentadas e assim por diante. Em última análise, de quem faz a seleção, por que e para quem a faz.

Em São Francisco de Paula, os trabalhos de elaboração do inventário histórico e cultural iniciaram-se mediante assinatura, em 21 de fevereiro de 2018, de um Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do RS (Sedactel), por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), e a Prefeitura de São Francisco de Paula. O Acordo assinado no presente momento prevê apenas o inventário do patrimônio edificado.

Em seguida, foi designada uma comissão local, composta atualmente por dois historiadores voluntários, dois arquitetos cedidos pela Prefeitura e um estagiário da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desporto. Esta iniciou suas atividades em março de 2018, com previsão inicial de oito meses de duração. A equipe é supervisionada pela Coordenação de Cultura do município e está recebendo assessoria da equipe técnica do IPHAE.

A elaboração do inventário foi, desde o início, tomada como uma tarefa extremamente significativa no sentido de reconhecer parte da história do município de São Francisco de Paula, bem como valorizar o passado e o espaço em que seus habitantes vivem. Essa proposta aciona mecanismos de pertencimento social e de afirmação da identidade local, contribuindo com a promoção da responsabilidade dos

cidadãos com o que Sandra Jatahy Pesavento (2005, p. 16) chamou de patrimônio herdado:

A patrimonialização do passado da cidade implicaria em assumir a cidade como propriedade cultural partilhada, o que demanda uma aprendizagem. Reconhecer uma história comum inscrita no espaço da cidade, entender como sua uma memória social, saber ver no traçado das ruas e nos prédios e praças lugares, dotados de sentido, endossar um pertencimento, reconhecendo territórios e temporalidades urbanas, é tarefa que deve ser assumida pelas instâncias pelas quais se socializa uma atitude desejada, indo da mídia ao ensino, do governo à iniciativa privada. Isto implicaria em criar responsabilidades, em educar o olhar e as sensibilidades para saber ver e reconhecer a cidade como um patrimônio herdado.

Considerando esses aspectos, a iniciativa pública de identificação e levantamento destinado à execução do inventário cultural do município de São Francisco de Paula, em parceria com o IPHAE, instaura a possibilidade de serem planejadas e executadas uma série de iniciativas ligadas à educação, à arquitetura urbana e ao turismo do local. Nesse sentido, a coordenação de Cultura do município não tem medido esforços para viabilizar esse trabalho e divulgar na sociedade as ações desenvolvidas.

Os resultados obtidos até o momento dizem respeito à identificação preliminar das edificações que constituirão o inventário. Para isso, foi necessário o estabelecimento de critérios para selecionar os bens culturais a serem inventariados, bem como a ordem dos trabalhos. Entre os critérios adotados destacam-se a localização da edificação, priorizando a sede de São Francisco de Paula; a prioridade para prédios públicos; os bens com valor de antiguidade, valor cultural e valor para a memória coletiva; a representatividade que a edificação faz de um estilo de construção; e a possibilidade de acesso a fontes para a redação do histórico. Esses parâmetros auxiliam não só na limitação do número de imóveis, como no embasamento das justificativas a serem dadas à sociedade. Por tratar-se de uma atividade que envolve não só a memória coletiva, como também as relações afetivas pessoais dos munícipes, foi necessário estabelecer com cuidado os argumentos que balizaram as escolhas.

As atividades da equipe designada para a realização do inventário começaram com as pesquisas efetuadas em relação ao histórico e à análise arquitetônica dos imóveis selecionados por meio do acesso à documentação, entrevistas com a comunidade e bibliografia local. Atualmente, as ações prosseguem a partir de entrevistas com

pesquisadores locais; levantamento de informações sobre cada uma dessas edificações; pesquisa em livros e jornais que contenham fotos e referências às edificações que constam na listagem; além do levantamento e desenho de plantas. A equipe propõe-se a realizar as tarefas de maneira transparente e envolvendo da melhor forma possível a comunidade, a fim de que se represente de maneira mais adequada essa “memória coletiva, que corresponde ao modo como, institucional e culturalmente, uma comunidade passa a evocar, construir e transmitir seu passado” (PESAVENTO, 2005, p. 13).

A memória diz respeito à seleção de elementos que habitam a lembrança dos indivíduos a partir de acontecimentos e informações que têm significado para cada um. No entanto, quando se trata das questões ligadas ao patrimônio histórico e cultural de um lugar, não são as memórias individuais que ganham evidência. São as memórias partilhadas por um significativo número de pessoas que circunscrevem uma construção social acerca de determinado patrimônio. É a memória coletiva, na acepção de Halbwachs (1990), que delibera incessantemente sobre fatos, monumentos, edificações e demais elementos sobre os quais se acredita poder ser feita uma observação conjunta.

Situado no nordeste do Rio Grande do Sul, nos Campos de Cima da Serra, o município de São Francisco de Paula possui uma área territorial de 3.264,49 km² (IBGE, 2018), sendo o 15º em extensão do estado e o mais extenso da metade Norte do Rio Grande do Sul. Algumas localidades estão situadas a mais de cem quilômetros de distância da sede²⁸¹, com acesso muitas vezes por estradas sem pavimentação e em condições precárias. Com isso, optou-se por iniciar o levantamento pelas edificações situadas na Sede.

A exceção a esse critério refere-se ao distrito de Cazusa Ferreira, a cento e cinco quilômetros da sede, que conta com o apoio de uma arquiteta local para realizar o levantamento. Dessa forma, contemplam-se outros espaços e valorizam-se os conhecimentos e o trabalho de uma profissional da localidade. Outro ponto significativo dessa exceção refere-se ao fato de que, por ser o distrito mais distante da sede do município, a participação de Cazusa Ferreira já no início da seleção dos bens para o inventário exerce, mesmo que involuntariamente, um papel de aproximação e de promoção do sentimento de pertencimento dos habitantes dessa localidade para com a

²⁸¹ Para efeito de comparação, a distância entre as sedes de São Francisco de Paula e Porto Alegre é de 112 quilômetros.

sede de São Francisco de Paula. Assim, percebe-se, também, esse movimento de aproximação em decorrência da catalogação do patrimônio do município dentro do campo de agenciamento da memória que “se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” (POLLAK, 1989, p.10).

Considerando a porção do território condizente com os critérios estipulados, o levantamento preliminar apontou trinta edificações localizadas na Sede para serem inventariadas, sendo sete prédios públicos, dez prédios particulares de uso comercial ou institucional e treze particulares de uso residencial. Onze delas estão situadas na Avenida Júlio de Castilhos, a principal via da cidade. De certa forma, muitos desses lugares já podem ser considerados lugares de memória, na acepção de Nora (1993), visto que despertam interesse dos passantes e acionam recordações que são cotidianamente rememoradas em diferentes espaços, nas próprias calçadas da cidade, nas escolas, nos encontros e até mesmo nas redes sociais.

Nas palavras de Paulo Cezar Tomaz (2010, p. 2):

Ao se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados.

Assim, especialmente no que se refere à construção do histórico desses locais, faz-se necessário o contato com os munícipes que possuem, muitas vezes, além das recordações, um acervo particular com fotos e objetos que ajudam a contar as histórias dessas edificações. Cabe ressaltar que, quando se trata de imóveis particulares é importante levar em consideração que, mesmo valorizando as memórias desses indivíduos, a realização de um inventário, geralmente, encontra resistência por parte daqueles que, na maioria dos casos, são herdeiros de propriedades sobre as quais há o receio quanto a um possível tombamento. Nesses casos, antes de submeter os sujeitos às entrevistas para coleta de dados, faz-se necessário realizar um trabalho de

esclarecimento e de abordagem de diversas questões ligadas ao patrimônio histórico e cultural, levando em consideração que:

[...] uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma. (PESAVENTO, 2005, p. 25).

Assim, captar essas nuances também faz parte do trabalho de contato com os moradores do município. É fundamental destacar que tal aproximação requer mais tempo e cuidado no momento do levantamento de informações por meio da História Oral. Dessa maneira, devido à maior possibilidade de acesso a fontes para a redação do histórico e a plantas baixas já confeccionadas para o levantamento arquitetônico, os trabalhos foram iniciados pelos prédios públicos, sendo as edificações particulares trabalhadas em um segundo momento. Nessa perspectiva, além de contar com os documentos dos acervos dos próprios estabelecimentos, também é possível encontrar informações importantes em arquivos online e/ou mantenedoras dessas instituições que, por vezes, estão situadas em outros municípios.

Dentre as orientações recebidas pelos membros do IPHAE, a equipe designada para a realização do inventário recebeu instruções ligadas, especialmente, à forma como os dados obtidos devem ser identificados nas fichas do sistema de rastreamento dos bens edificados. São vários itens que, reunidos, determinam as especificidades de cada edificação, tais como: o uso original e atual do imóvel; a ocorrência de proteção existente ou proposta; os valores estabelecidos ao bem; o histórico; a documentação iconográfica; o levantamento fotográfico atual e imagens complementares; a análise arquitetônica; a planta de situação atualizada; o croqui / planta baixa; as fontes das informações; e os locais pesquisados.

Os profissionais do IPHAE apresentaram à equipe designada para a realização do inventário algumas instâncias para estabelecimento de valores aos bens inventariados, conforme transcrito no quadro 1:

Quadro 1 - Valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados

INSTÂNCIA HISTÓRICA	<ul style="list-style-type: none"> - Referência historiográfica - Valor de antiguidade - Significado social - Memória coletiva
INSTÂNCIA MORFOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> - Valor arquitetônico - Referência estético-arquitetônica - Recorrência regional
INSTÂNCIA FUNCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - Compatibilização com a estrutura urbana - Potencial de reciclagem
INSTÂNCIA TÉCNICA	<ul style="list-style-type: none"> - Raridade na técnica construtiva e de matérias - Estado de conservação
INSTÂNCIA PAISAGÍSTICA	<ul style="list-style-type: none"> - Compatibilização com a paisagem urbana - Conjunto de unidades – cenário - Elemento referencial
INSTÂNCIA LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção federal - Proteção estadual - Proteção municipal

Fonte: Adaptado de Rio Grande do Sul (2018)

Em São Francisco de Paula, as principais instâncias encontradas foram: valor de antiguidade; significado social; memória coletiva; recorrência regional e elemento referencial.

Nessas instâncias são levados em consideração aspectos como a permanência do bem ao longo do tempo, a representatividade do imóvel perante as dinâmicas sociais da comunidade, o local como referência de acontecimentos, afetividades e sociabilidades partilhadas pela sociedade em questão, a ideia de que a edificação reflete, de alguma forma, a cultura do local ou tem destaque na paisagem do município. Como forma de exemplificar alguns dos valores acima mencionados, utilizaram-se aqui algumas das edificações a serem inventariadas.



Fonte: registrada pelos autores

O prédio da Prefeitura de São Francisco de Paula é uma das edificações mais antigas existentes na sede do município. Sua construção data de 1907 e tem papel significativo no tocante aos processos histórico-sociais que envolveram as transições políticas pelas quais o município passou. Sendo assim, foi ponto de referência para acontecimentos importantes que figuram na memória dos munícipes. Além disso, na atualidade, esse prédio é destaque na paisagem da avenida principal da cidade, compondo junto com outras edificações e monumentos elementos de referência da paisagem no que corresponde as visões emblemáticas associadas a São Francisco de Paula.

Do ponto de vista da construção dos históricos dessas edificações, por exemplo, os encaminhamentos permitem o rastreamento desse patrimônio, inclusive no que se refere aos processos migratórios e de aumento da população pelos quais o município passou ao longo do tempo. Esses dados permitem uma caracterização que dá conta da constituição da sociedade a partir dos elementos que, reunidos, contribuem para o reconhecimento desse grupo social como capaz de identificar, proteger e refletir sobre o

seu patrimônio e sua história. Desse modo, “o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço” (TOMAZ, 2010, p. 3), permitindo o seu reconhecimento como grupo e como portadores de uma história comum.

Fotografia 2 – Prédio da Igreja Matriz de São Francisco de Paula



Fonte: registrada pelos autores

A Igreja Matriz, por exemplo, é outra edificação muito significativa na paisagem urbana de São Francisco de Paula. O prédio ocupa uma localização privilegiada que lhe permite ser observado de vários pontos da cidade. Além disso, seu posicionamento tem ligações

com os primórdios da ocupação histórica do município. Naquele local já estiveram pelo menos outros dois prédios dessa natureza. Os registros que contam da sua construção estão concentrados basicamente no Livro Tombo nº 2 que está em posse da Casa Canônica de São Francisco de Paula. Nesse tipo de livro eram registrados eventos religiosos e sociais significativos para o município. É no Livro Tombo que consta a decisão, em 1960, de construir uma nova Igreja Matriz que atendesse ao número de fiéis que participava das cerimônias. O livro também menciona as divergências entre os paroquianos em relação a manter a igreja naquele local ou transferi-la para outro endereço. A inauguração em 1964 com a presença de personalidades ilustres do cenário político do Rio Grande do Sul é um evento precioso para a memória coletiva dos serranos.

A história da construção da Igreja Matriz e o exemplo de outras edificações selecionadas para compor o inventário do município de São Francisco de Paula permitem considerar que:

o que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos (TOMAZ, 2010, p. 6).

Nesse sentido, cabe destacar outro exemplo que possibilita a reflexão acerca dessa multiplicidade em relação à atribuição de sentidos e significados para o grupo social do município em questão. Por vezes, não é necessário um longo período de tempo para que algo passe a fazer parte de uma memória coletiva. Os sentidos variam de acordo com o tempo e o contexto. Nessa perspectiva, outros mecanismos podem ser acionados para que algo passe a ter significado social.

Fotografia 3 – Prédio da Livraria Miragem de São Francisco de Paula



Fonte: registrada pelos autores

A edificação que abriga a Livraria Miragem foi inaugurada em março de 2008 na avenida principal do município de São Francisco de Paula. Embora seja uma construção recente, a Livraria já alcançou a condição de referência, quase que instantânea, quanto às edificações localizadas na avenida central da cidade. Seu valor não está relacionado à antiguidade e, tampouco, a uma referência estético-arquitetônica. O seu significado social está intimamente ligado à memória coletiva, que atribuiu a esse prédio um valor associado à autoestima da sociedade em decorrência da relevância cultural do imóvel.

A proprietária, professora de História aposentada e escritora, já mencionou que a motivação para construir a livraria está relacionada a um desejo de preservação da cultura do município e da região, como forma de retribuição pelos valores adquiridos e construídos por ela na localidade. Além dos livros, o ambiente está ocupado por referências históricas, atraindo visitantes de inúmeras regiões do Brasil e do mundo. Nesse contexto, a comunidade de São Francisco de Paula tem uma relação de pertencimento com essa edificação, especialmente por sua relevância cultural, fazendo com que seja um imóvel indispensável na lista de bens a serem inventariados.

Observando que o inventário do patrimônio histórico e cultural de São Francisco de Paula está em seus caminhos iniciais, de forma preliminar, considera-se como desafios encontrados: a necessidade da seleção das edificações, a responsabilidade na

constituição dos critérios da triagem e o dever de fazer jus à riqueza e à diversidade do patrimônio histórico de São Francisco de Paula.

Além disso, também são desafios conscientizar a população quanto à importância do patrimônio e, assim, contar com o efetivo envolvimento da comunidade, fazendo com que percebam esses bens como “parte da memória coletiva de determinado grupo, a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, do espaço que traz a lume a história de todos” (TOMAZ, 2010, p. 2).

As considerações preliminares decorrentes desse panorama apresentado dizem respeito às formas pelas quais o inventário concluído pode ser utilizado pela comunidade, incluindo os órgãos públicos. Do ponto de vista da gestão e das pesquisas na área, a conclusão do documento possibilita a ampliação de ações destinadas à educação patrimonial, a preservação dos bens e o estabelecimento de práticas de envolvimento da comunidade com a história e a cultura locais. A publicação do inventário, as visitas guiadas e as ações destinadas à preservação dos bens são formas possíveis de atuação do poder público no sentido de valorizar o trabalho realizado e de promover o desenvolvimento efetivo das práticas de preservação e educação patrimonial. Mesmo que as atividades estejam em sua fase inicial, algumas ações já foram desenvolvidas com base na construção do inventário. A Coordenação de Cultura do município tem promovido algumas edições do Fórum Municipal da Cultura e já foi lançada a proposta de redução do IPTU aos proprietários dos bens que constam na seleção destinada ao inventário.

Todo esse movimento tem atraído a curiosidade, o empenho e a aproximação, mesmo que tímida de alguns, em relação à necessária atenção ao patrimônio histórico e cultural de São Francisco de Paula. Alguns interessados apenas na conservação dos imóveis; outros atentos aos benefícios de uma educação que abranja o conhecimento e o respeito pelo patrimônio; muitos percebendo gradativamente que a história e a cultura de uma sociedade precisam ser vistos como interesse público. Mesmo que a iniciativa parta dos órgãos públicos, é a construção da comunidade, dando sentido e significado ao inventário, que dá voz a essa memória coletiva.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 out. 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Os limites do patrimônio**. In.: LIMA Filho, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (orgs.). Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 239-248.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE: cidades@**: Rio Grande do Sul: São Francisco de Paula: território e ambiente. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-paula/panorama>. Acesso em: 17 out. 2018.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed.

rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 9-17, ago./dez. 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio da humanidade, cultura e lugar. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 111-124, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. **Sistema de rastreamento cultural**: fichas de inventário. Porto Alegre: Iphae, 2018. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=DownloadDetalhesAc&item=43501> Acesso em: 17 out. 2018.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 7, n. 2, p. 1-12, maio/ago. 2010.

A BELA ROSA E SEUS ESPINHOS: SEMEANDO A PRESERVAÇÃO DO BAIRRO HAMBURGO VELHO (1970-1980)²⁸²

Quésia Katúscia Gasparetto de Souza²⁸³

Universidade do Vale dos Sinos-UNISINOS

No início da década de 1970, o município de Novo Hamburgo, localizado no estado do Rio Grande do Sul, utiliza-se de um marco coletivo, o Sesquicentenário da Imigração Alemã, para valorizar sua história e justificar sua construção identitária. Como consequência desta festividade, alguns membros da comunidade, envolvidos na mesma, geram ações preservacionistas nesta década e na década subsequente. Esses estimulam a contribuição germânica e a preservação do conjunto arquitetônico do bairro histórico de Hamburgo Velho, assunto investigativo na construção desse artigo.

Como problemática norteadora questiona-se: mesmo com a falta de políticas públicas no município, como foi possível preservar o patrimônio histórico edificado de Hamburgo Velho, ao longo das décadas de 1970 e 1980?

Para responder a esta indagação, faz-se uso de fontes provenientes de pesquisas bibliográficas, nas leis em prol da Preservação do Patrimônio Histórico a nível federal, estadual e municipal, reportagens de jornais da região veiculados nas décadas de 1970 e 1980, nos arquivos da Fundação Ernesto Frederico Scheffel²⁸⁴ (Museu de Arte) que resguardam documentações referentes à cidade de Novo Hamburgo, envolvendo o

²⁸² Texto apresentado pela autora a partir da elaboração de sua pesquisa de dissertação construída no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, como requisito para aprovação no mestrado nesta instituição.

²⁸³ Mestre em História nos Estudos Históricos Latino-Americanos com linha de pesquisa em migrações, territórios e grupos étnicos é historiadora responsável pelo acervo da Fundação Ernesto Frederico Scheffel e Casa Schmitt Presser, ambas localizadas no bairro Hamburgo Velho na Cidade de Novo Hamburgo/RS.

²⁸⁴ A Fundação Scheffel possui um grande acervo documental referente ao processo de mobilização da comunidade hamburguesa pela preservação do patrimônio cultural de Novo Hamburgo. Nesse local foram consultados periódicos publicados pelos jornais da região, entre os quais, o Jornal NH e o Correio do Povo. Valeu-se também de correspondências trocadas entre o líder do movimento, o artista plástico Ernesto Frederico Scheffel com amigos e integrantes do movimento preservacionista quando este não se encontrava no município em questão. Esses documentos trazem informações e articulações sobre o movimento preservacionista ao longo das décadas de 1970 e 1980.

processo de manifestações iniciadas pela comunidade e a história oral, entrevistando pessoas ligadas ao movimento preservacionista.

Sabe-se que quando se estuda sobre a cultura e a identidade de uma cidade, o passado sempre se relaciona ao presente, assim como o tempo à memória. A preservação da memória e da história produzidas em uma sociedade se correlaciona à construção da identidade individual e coletiva. A identidade aqui é entendida como uma norma de vinculação (CUCHE, 1999) e a “uma construção social, de certa maneira sempre em devir, no quadro de uma relação dialógica entre o eu e o outro” (CATROGA, 2001, p.50).

O indivíduo utiliza suas experiências, através da seleção de sua memória, para construir sua identidade. Michael Pollack (1999), ao escrever *Memória e Identidade Social* para a *Revista de Estudos Históricos*, relaciona a memória à identidade. Destaca que a memória, “é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLACK, 1999, p. 5).

O sentido de pertencimento e de identidade faz parte da construção do indivíduo. “É crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos” (LOWENTHAL, 1998, p. 83). Conhecer a história individual e coletiva faz parte de quem somos. Através da seleção da memória, o indivíduo suscita recordações que podem ser partilhadas a outros indivíduos e a uma sociedade. Essas recordações estarão presentes na representatividade, sejam em objetos, pessoas, fotografias ou lugares, sempre acompanhados da narrativa.

A historiografia atual tende a “pedir emprestado alguma coisa à memória”, conforme salienta Fernando Catroga (2001, p.58) em seu livro *História e Memória*²⁸⁵. O autor destaca que “a memória será sempre fundacional, sacralizadora e reatualizadora de um passado que, estando ainda vivo, tende a fundir-se num eterno presente” (CATROGA, 2001, p.54). Pode-se relacionar esse “passado vivo”, mencionado por

²⁸⁵ Catroga enfatiza as relações entre memória e suas representações. Para ele, memória e representações não são lineares pois Halbwachs distingue a “memória histórica” (produto do pensamento crítico, com uma linguagem conceptual) da “memória coletiva” por ter uma origem anônima e espontânea, por ser viva, concreta, múltipla, imagética e sacral, por possuir um cariz normativo. CATROGA, Fernando. *História e Memória*, in Pesavento, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p.53.

Catroga, com o tema deste trabalho. Opta-se por apresentar a publicação do tombamento do Centro Histórico do bairro Hamburgo Velho que “reatualiza” o passado da colonização alemã em Novo Hamburgo e evidencia as memórias dessa comunidade.

Com a publicação do tombamento do Centro Histórico do bairro Hamburgo Velho e do seu entorno, no dia 08 de maio de 2015, por meio do processo n.º 1.582-T-09²⁸⁶ (processo administrativo n.º 01512.000623/ 2009 -11), a memória, a identidade e a história da cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul, está em evidência. Com cerca de 70 imóveis tombados no município, os órgãos públicos da cidade, juntamente com o IPHAN e a comunidade, elaboram encontros para discussão e elaboração de meios para manter e valorizar a cultura hamburguesa, mas nem sempre houve um consenso entre estes, assunto a ser investigado.

Conforme a comunidade hamburguesa foi se mobilizando, encontrou sérias dificuldades no processo de manifestações e de preservação da sua cultura devido à falta de políticas públicas no Estado e por conseqüência, leis de amparo no município. Partindo desta explanação, este artigo está estruturado em duas partes sendo a primeira parte intitulada *Novo Hamburgo e Hamburgo Velho: Ações em Defesa da sua Memória e Identidade na década de 1970*, propõe analisar o processo histórico e o conjunto de ações desencadeadas pela comunidade hamburguesa ao longo da década de 1970, incentivando a criação de leis e órgãos de fiscalização pela preservação do patrimônio histórico de Novo Hamburgo, com ênfase no bairro Hamburgo Velho, antigo *Hamburgerberg*. Investiga as articulações entre a história da cidade de Novo Hamburgo e sua relação com a memória e a identidade dos hamburgueses. A segunda

²⁸⁶ Diário Oficial da União, p.10, sexta-feira 08/05/15, n.º 86. EDITAL TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE HAMBURGO VELHO E DO ACERVO DE OBRAS DE ARTE DA FUNDAÇÃO ERNESTO FREDERICO SCHEFFEL. Na forma e para os fins do disposto nos arts. 6º ao 10 do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN COMUNICA que está promovendo, em razão do valor histórico e em caráter emergencial, o TOMBAMENTO do Centro Histórico de Hamburgo Velho e do acervo de Obras de Arte da Fundação Ernesto Frederico Scheffel, ambos localizados no município de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, por meio do processo n.º 1.582-T-09, com indicação de inscrição nos Livros do Tombo Histórico e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: A partir do tombamento que ora se dá conhecimento, os referidos bens passam a gozar de proteção, por meio do IPHAN, para os efeitos previstos, notadamente, nos arts. 17 e 18 do Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937 e, em decorrência, eventuais intervenções neles e, em relação ao Centro Histórico, na respectiva área de entorno, devem ser previamente autorizadas pela Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul, situada na Av. Independência, n.º 867 - Centro, Porto Alegre - RS. AMPARO LEGAL: Art. 216, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988; art. 6º e seguintes do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937; Decreto n.º 6.844, de 7 de maio de 2009; art. 7º da Portaria n.º 11, de 11 de setembro de 1986. JUREMA MACHADO Presidenta do Instituto.

parte intitulada *Hamburgo Velho: estratégias adotadas pela sua preservação na década de 1980*, aborda as ações da comunidade ao longo na década de 1980. Este foi um período no qual Ernesto Frederico Scheffel e sua parceira de causa, Ângela Tereza Sperb²⁸⁷, engajados na preservação do bairro, utilizam da Casa Schmitt Presser, conforme relata SPERB (2018) em entrevista, como meio de chamar a atenção à preservação do bairro. Scheffel e Sperb investigaram os bens a proteger na cidade.

1. NOVO HAMBURGO E HAMBURGO VELHO: em defesa da sua memória e identidade na década de 1970

Por que o ser humano tem a necessidade de preservar sua memória?

O que desejamos recordar do passado?

A memória é um processo individual e, ao mesmo tempo, coletivo. “Recordar é, por isso e sempre, uma operação de resgate” (RICOEUR, 2003), uma vez que requer seleção, organização e enquadramento da memória.

Sabendo que os mecanismos de preservação de memória podem representar a identidade de um grupo e os seus valores, Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos e Éder da Silva Silveira, no artigo *Dossiê Patrimônio Cultural e Educação*, comentam

[...] não existe representação memorial sem traços. E, para fixar esses traços de memória, o fazemos através do patrimônio, entendido aqui como ‘conjunto de bens culturais cujo tratamento oriente-se pela lógica do conservar e transmitir, pelo respeito à herança enquanto evidência de realizações e materializações de valores. (RAMOS; SILVEIRA, 2015, p.6)

Podemos refletir que, assim como a memória, o patrimônio requer seleção do passado. Mas quem decide e seleciona a representação coletiva do passado? Existem interesses políticos por trás da preservação da memória, do patrimônio e da identidade

²⁸⁷ Ângela Tereza Sperb concedeu entrevista no dia 03 de maio de 2018. Sua família é descendente do imigrante alemão Johann Peter Schmitt, considerado fundador de Hamburger Berg. Tem parentescos também com a família do Padeiro Reiss. Como moradora de Hamburgo Velho, atuou na preservação desse bairro ao longo da década de 1980, fazendo levantamento histórico e conseguindo tombar a nível nacional a Casa Schmitt Presser (onde seu pai nascera). Nessa casa, em 1992, atuou na criação do Museu Comunitário Casa Schmitt Presser, atração turística de Novo Hamburgo.

dos hamburguenses? O que se desejava recordar em meados da década de 1970 no município de Novo Hamburgo? E por quê? Qual é a versão do passado que se queria registrar e se preservar? Para responder a estes questionamentos, contextualiza-se a seguir o tema deste trabalho, a preservação do bairro Hamburgo Velho e a sua história.

Os imigrantes alemães chegam ao Vale dos Sinos em 25 de julho de 1824, e no município de Novo Hamburgo, no bairro Hamburgo Velho, em novembro do mesmo ano. A localidade já denominada *Hamburgerberg*, começa a se estruturar por volta de 1830. Esses imigrantes se estabeleceram na atual Avenida General Daltro Filho, construindo casas e estabelecimentos comerciais próximos a confluência de estradas por onde passavam tropas que vinham dos campos de cima da serra. Com o tempo, a cidade cresce, trilhos de trem são colocados na cidade e o comércio se desenvolve. Com a chegada do trem, o município inicia um processo de preservação que podemos identificar como três situações significativas.

Pode-se destacar, como um primeiro fator involuntário e espontâneo de preservação na cidade, a chegada do trem a Novo Hamburgo, em 1876, e não ao núcleo urbano que era Hamburgo Velho. A década de 1960 é um segundo fator a se salientar. Nesse ano, o trem deixa de circular em Hamburgo Velho, preservando novamente o bairro. E como terceiro fator importante de preservação na localidade, e assunto analisado aqui, refere-se à preservação voluntária que se inicia na cidade, com o apoio de uma pequena parcela da comunidade hamburguesa ao longo da década de 1970 e 1980.

O município de Novo Hamburgo utiliza o seu passado e sua representatividade no presente, reconstituindo a sua história com as comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, em 1974, com inúmeras festividades alusivas para justificar o período de prosperidade econômica que se encontra. Nas décadas de 1970 e 1980, a produção calçadista no Vale dos Sinos gera riquezas à cidade. Com a fabricação do calçado e a criação da FENAC, Novo Hamburgo se torna um dos principais municípios a exportar o calçado.

Leis municipais são criadas e juntamente com empresários e políticos se cria uma Comissão Estadual para realizar esta festividade em Novo Hamburgo. De acordo com as leis municipais da cidade em questão, três decretos municipais foram elaborados

durante o mandato dos prefeitos Alceu Mosmann²⁸⁸, em 1972 (decreto nº 131, de 21/08/1972) e de Miguel Henrique Schmitz²⁸⁹, em 1973 (decreto nº163, de 30/07/1973 e decreto nº173 de 31/08/1973).

A memória do grupo se relaciona à memória da sua identidade e ambas “agarram-se aos marcos singulares que, anos após anos, assinalam os seus trajetos”, destaca Candau (2013, p.93-94), no livro *Antropologia da Memória*. Desse modo, a cidade de Novo Hamburgo, através dos decretos mencionados acima, utiliza-se de um marco coletivo para reviver sua história. Destaca-se no decreto municipal nº 131, o segundo, o sexto e o sétimo argumentos sobre a importância da colonização alemã na cidade. Esse decreto destaca “que Novo Hamburgo deve seu surgimento, seu crescimento e vitalidade socioeconômico-cultural ao pioneirismo dos colonizadores” (1972) e que “a cidade se preocupa e se interessa pela preservação das tradições e costumes trazidos e cultivados pelos imigrantes alemães” (1972). Faz, ainda, referência ao nome da cidade, a saber “o próprio nome do Município prestigia a riqueza espiritual do povo que o criou”.

Há uma “rememoração” da colonização alemã na cidade de Novo Hamburgo e no Vale dos Sinos. Para “germinar a semente da rememoração”, segundo Maurice Halbwachs, no livro *Memória Coletiva* (2013), necessita de um “terriço coletivo”. A memória individual tem a necessidade da memória de outro, de uma dimensão coletiva para a significação dos acontecimentos, para que possa ser medida na sua própria cultura. Porém, a memória sempre há de ser memorizada ou esquecida em uma sociedade, pois “existem competências, memórias diferentes entre gerações, classes sociais, entre sexos... só os indivíduos memorizam efetivamente, nunca uma sociedade” (CANDAU, 2013, p. 97). Através de recordações individuais, a memória pode ser partilhada em grupo adquirindo uma própria dinâmica que identifica o indivíduo nesse meio.

No dia 25 de Julho de 1974²⁹⁰, foi inaugurada a SESQUIBRAL²⁹¹, Exposição do Sesquicentenário da Imigração Alemã, na FENAC- Feira Nacional do Calçado²⁹² no

²⁸⁸ Alceu Mosmann, juntamente com seu vice-prefeito Urbano Arnecke, exerceram mandato de de 31 de janeiro de 1969 a 31 de janeiro de 1973.

²⁸⁹ Miguel Schmitz foi empossado prefeito de Novo Hamburgo em 31 de janeiro de 1973, exercendo o cargo até novembro de 1977.

²⁹⁰ Feriado municipal em São Leopoldo em comemoração ao dia em que os imigrantes alemães chegaram à região.

município de Novo Hamburgo. Essa exposição, além de valorizar a contribuição dos imigrantes alemães e seus descendentes ao estado e ao país, tinha como propósito destacar as empresas da região.

O progresso ao longo das décadas de 1960 e 1970 estimulavam no município de Novo Hamburgo construções de edificações. De forma lenta e gradual leis são criadas para diminuir o impacto da ação do homem, com planos diretores, mas pouco eficazes quanto à preservação do patrimônio. Através das leis municipais nº030 de 06/11/1963 e nº26 de 08/07/1970, segundo Suzana Vielitz de Oliveira (2009), o plano diretor de 1963 pouco propunha quanto às políticas públicas de preservação bem como o plano diretor de 1970, que “demonstrou que em momento algum, nesta época, os líderes estavam preocupados em preservar alguma coisa. A ênfase daquele momento era o crescimento da cidade, suas consequências e reais modificações” (OLIVEIRA, 2009, p.75).

Quando aqui são mencionadas as políticas públicas, utiliza-se como referencial teórico Enrique Saravia. Ele destaca que

[...] as políticas públicas referem-se a um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no âmbito social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão (SARAVIA, 2006, p.28).

Até o momento, havia pouco incentivo à preservação do patrimônio edificado na cidade de Novo Hamburgo, sujeita a expansão urbana. Porém, sob a administração do prefeito Miguel Schmitz, no final da década de 1970, intervenções são iniciadas na preservação da cultura e da identidade local. Schmitz entra em contato com Ernesto Frederico Scheffel, desencadeando ações preservacionistas e políticas públicas locais, em prol da preservação de Novo Hamburgo. Mas o que seriam políticas públicas de cultura local? Segundo Schneider as políticas públicas de cultura local resumem-se ao

²⁹¹ A exposição da Sesquibral foi patrocinada pelo Governo do Estado, Consulado da Alemanha, Federação das Indústrias do Estado, Federação das Associações Comerciais e Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

²⁹² FENAC- Feira Nacional do Calçado, criada em 1º de março de 1961, tinha o intuito de oferecer exposições periódicas, na cidade de Novo Hamburgo, como forma de promover a indústria e o comércio no Vale. (SCHÜTZ, 1977)

[...] conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social (SCHNEIDER, 2014, p.47)

Partindo do pressuposto de Schneider sobre as políticas públicas de cultura local, evidencia-se, a seguir, como transcorreram as relações entre as políticas públicas locais, tendo Miguel Schmitz, como ator político, e Ernesto Frederico Scheffel²⁹³, como líder comunitário, pela necessidade de preservação de seus bens materiais, imateriais e simbólicos.

Ernesto Frederico Scheffel é parabenizado pelos seus 46 anos de idade no dia 08 de outubro de 1973 em Florença, com o telefonema do prefeito da cidade de Novo Hamburgo, Miguel Schmitz. Um mês depois, segundo Scheffel (2013, p.218), uma carta entregue em suas mãos, em Florença, mudaria radicalmente seu curso de vida. Scheffel estava se referindo a possibilidade da criação da Galeria Scheffel com suas obras, a realização do *Monumento ao Sapateiro* e o convite a participar das Comemorações do Sesquicentenário da Colonização e Imigração Alemã²⁹⁴.

Após a assinatura do contrato, efetivam-se ações entre Scheffel e a prefeitura de Novo Hamburgo para a escolha e aquisição do local que irá abrigar o Museu de Arte. Coube a Scheffel escolher o imóvel. A prefeitura de imediato inicia o processo de

²⁹³ Pintor, escultor, poeta e compositor. Essas são algumas denominações dadas a esta personalidade conhecida internacionalmente no âmbito das artes plásticas. É descendente de imigrantes oriundos de Berghausen - Westfalen, que chegaram em 26 de novembro de 1825. Natural de Campo Bom, no Estado do Rio Grande do Sul, Scheffel transfere-se com sua família para a cidade de Novo Hamburgo, bairro Hamburgo Velho com oito anos de idade. Aos doze anos de idade, torna-se aluno interno no Instituto Técnico Parobé e se matricula no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre. Na década de 1940, participa de exposições, exibindo cerca de 40 trabalhos na Galeria de Arte da Casa das Molduras em Porto Alegre. Em 1948, presta serviço militar e começa a participar de salões de arte, expondo trabalhos no Rio de Janeiro, entre eles a obra *Combate de Poncho Verde*, que aborda a Revolução Farroupilha, a qual lhe rende uma medalha de prata. Na década de 1950 se muda para o Rio de Janeiro e passa a participar de concursos dividindo opiniões. De 1951 a 1958, o artista em questão conquista medalhas de bronze, de prata e o Prêmio de Viagem ao Estrangeiro, pelo Salão Nacional de Belas Artes. Com a obra *Gerônimo*, Scheffel ganha o prêmio máximo, uma viagem para Europa, e passa a residir na Itália, o que lhe garante prestígio artístico e renome a nível internacional. Na década de 1960, Scheffel passa a intercalar sua vida entre Itália e Brasil. Nas décadas de 1970 e 1980, se preocupa em preservar os bens materiais e imateriais da cidade de Novo Hamburgo, se tornando presidente do Conselho Municipal de preservação do Acervo Histórico e Cultural de Novo Hamburgo e vice-presidente Cultural do Movimento Gaúcho de Preservação do Acervo Histórico e Cultural, conforme informações do arquivo da Fundação Ernesto Frederico Scheffel (2016)

²⁹⁴ Por iniciativa do jornalista Alceu Feijó, Ernesto Frederico Scheffel participa da Sesquibral como convidado ilustre. Expõe suas obras no Grupo Strassburger, a maior fábrica de calçados na região. Esse convite feito a Scheffel foi de suma importância, pois desencadeou, a partir de então, diversas manifestações e ações na comunidade pela preservação da história, da memória e da identidade hamburguense.

desapropriação da Casa de Adão Adolfo Schmitt²⁹⁵ e também a possibilidade de desapropriar a Casa de Johann Peter Schmitt²⁹⁶, ambas localizadas na Avenida General Daltro Filho, atual Centro Histórico de Hamburgo Velho para oferecer a Scheffel. A Casa de Adão Adolfo Schmitt tinha como proposta de museu, enquanto que a Casa de Johann Peter Schmitt seria o atelier do artista. Scheffel recusa a proposta de atelier por achar demasiado ocupar estes dois espaços.

O local escolhido para abrigar as obras de Ernesto Frederico Scheffel foi um local de importância histórica e social ao longo dos anos em Novo Hamburgo. Esta casa, construída em 1890 por Adão Adolfo Schmitt, foi um espaço destinado para diversas atividades na comunidade: casa comercial da família Schmitt, cinema, hospital particular, teatro. Na segunda metade da década de 1930 o prédio foi alugado pelo Governo do Estado para nele instalar o Grupo Escolar Antônio Vieira, local onde Scheffel estudara. Em 1974, foi desapropriado pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo para abrigar a Fundação Ernesto Frederico Scheffel (ZIEGLER, 1988, Apud SCHEFFEL, 2013).

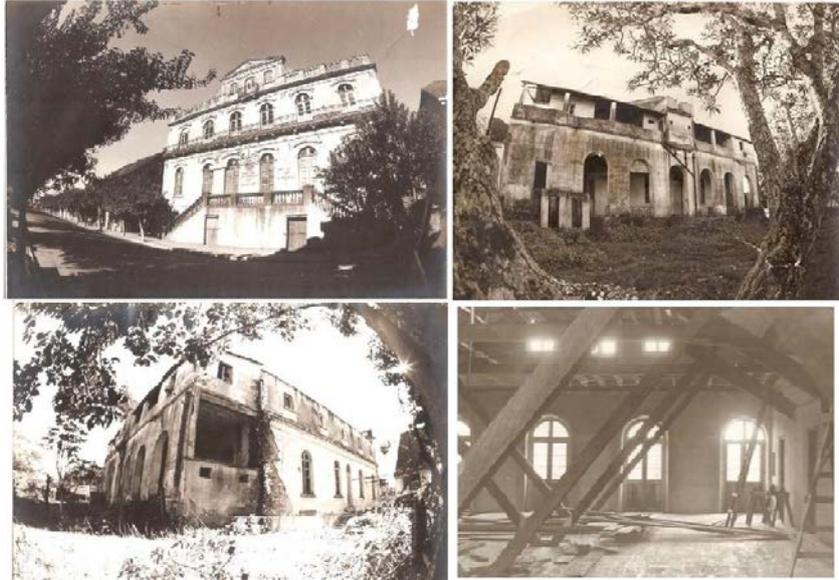
Na sequência de imagens denominada Figura 1, pode-se observar o estado de total abandono da casa antes de sua restauração para abrigar o Museu de Arte Scheffel. Todas as fotografias na Figura 1 foram tiradas por Ernesto Frederico Scheffel, em meados da década de 1970. A primeira fotografia destaca a fachada externa da casa, enquanto que a segunda e a terceira fotografia revelam a fachada dos fundos da casa. O prédio, há tempos desocupado e deteriorando-se, foi desapropriado por decisão de Miguel Schmitz, durante o final do seu mandato como prefeito de Novo Hamburgo,

²⁹⁵ Filho mais novo de Johann Peter Schmitt, Adão Adolfo Schmitt foi, segundo sua filha Herta Alice Schmitt Schilling e sua neta professora Ligia Schilling Roehe, “um homem culto, criado num ambiente familiar onde se cultivava a boa leitura, música, teatro... Foi agrimensor de profissão. Seus pendores para a engenharia e arquitetura são demonstrados na construção do prédio que hoje abriga a Fundação Scheffel, da qual fez a planta”. Entrevista concedida à Professora Dorotéa Luise Ziegler. *Jornal Hamburgerberg*. ZIEGLER, (1998). (ZIEGLER, 1988, Apud SCHEFFEL, 2013, p. 231).

²⁹⁶ Segundo informações da Fundação Ernesto Frederico Scheffel, Johann Peter Schmitt foi um imigrante alemão que se estabeleceu como comerciante em Hamburgerberg por volta de 1825. Nasceu em Bechenheim Hessem, em 8 de junho de 1801. Com 24 anos chegou à colônia de São Leopoldo com a mãe e mais cinco irmãos. Dedicou-se, inicialmente, à navegação no Rio dos Sinos. Era pessoa influente na localidade e na região e seu nome identificava o lugar. Foi escolhido para exercer as funções de inspetor para as áreas de Estância Velha, Bom Jardim e Campo Bom, e, em 1861, foi eleito Juiz da Paz da Capela da Piedade do Hamburgerberg. Colaborou nas obras da Igreja Evangélica, Igreja Católica, escolas e em outras iniciativas de interesse comunitário na localidade. Segundo SPERB (1983) as “vendas” eram os lugares de maior movimento na região colonial. Ali se realizavam operações comerciais, trocas de informações e encontros sociais. Os vendedores eram “pessoas de prestígio e poder que se comunicavam direta ou indiretamente com a capital da província”. Eram bem informados e exerciam controle sobre as transações econômicas dos colonos e os interesses políticos.

para recuperá-lo e nele instalar a Galeria de Arte Scheffel, em 1975, denominada em 1979 como Fundação Ernesto Frederico Scheffel, pela lei municipal nº 37/79²⁹⁷.

Figura 1 – Fotografias Externas e internas da casa nº911, localizada na rua General Daltro Filho, bairro Hamburgo Velho em meados da década de 1970, antes da sua restauração para abrigar o Museu de Arte Scheffel.



Fonte: Acervo Fundação Ernesto Frederico Scheffel (2017)²⁹⁸

Figura 2: Fotografia Externa e interna da casa nº911, localizada na rua General Daltro Filho, bairro Hamburgo Velho após a restauração da casa, abrigando o museu de arte Ernesto Frederico Scheffel.

²⁹⁷ Através da lei municipal nº 37/79, o executivo municipal é autorizado a criar uma Fundação em Novo Hamburgo, designada Fundação Ernesto Frederico Scheffel, com duração indeterminada, com a finalidade de preservar, conservar, divulgar e expor ao público o acervo de valor artístico, cultural e educacional, da autoria do artista Ernesto Frederico Scheffel, doado à “Galeria de Arte Municipal” em 06 de junho de 1979, através de contrato. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, 04 de outubro de 1979, Eugênio Nelson Ritzel, Prefeito Municipal.

²⁹⁸ Montagem feita por Quésia Katúscia Gasparetto de Souza, historiadora da FEFS.



Fonte: Acervo Fundação Ernesto Frederico Scheffel (2017)

Nesta década Scheffel conhece Leandro Silva Telles²⁹⁹, presidente do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho³⁰⁰, através de ações pela preservação da Capela Nosso Senhor do Bom Fim, na capital do estado do Rio Grande do Sul, promovendo a defesa do patrimônio histórico da cidade de Porto Alegre. Este movimento estimulava a formação de seccionais do movimento no interior do estado do Rio Grande do Sul. Telles desejava que cada cidade que “dispusesse de um Patrimônio Cultural apreciável fosse provida de uma seccional do Movimento” (TELLES, 1977, p. 74). Ainda assim, comenta que seria necessário, em cada cidade, ter fiscalização e ações de preservação, uma vez que o poder público encontrava dificuldades nesse sentido.

²⁹⁹ Leandro Telles, membro do Instituto Histórico de São Leopoldo, criou o Movimento do Acervo Cultural Gaúcho, reunindo trinta sócios. Foi diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural da Secretária da Cultura, Desporto e Turismo, Presidente do Instituto Cultural Português, Curador da Pinacoteca Municipal, Membro da Academia Rio-Grandense de Letras e do Círculo de Pesquisas Literárias. Escreveu sobre a imigração alemã, o Patrimônio Cultural e sobre a História de Porto Alegre. Teve diversas obras publicadas. TELLES, Leandro Silva. *Manual do Patrimônio Histórico*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Rio Pardo, Prefeitura Municipal, 1977.

³⁰⁰ O Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho criado em 05 de outubro de 1976, na capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, tinha como objetivo defender o acervo cultural gaúcho em todos os seus aspectos: a prevenção, a preservação e a conscientização do patrimônio das cidades. TELLES, Leandro Silva. *Manual do Patrimônio Histórico*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Rio Pardo, Prefeitura Municipal, 1977.

Reuniões ligadas ao movimento preservacionista deveriam ser realizadas nas cidades a todos que se interessassem pelo assunto, podendo expressar suas opiniões.

Em reunião, promovida em 08 de junho de 1977, cria-se a Seccional do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho em Novo Hamburgo, constituída por Ernesto Frederico Scheffel, a secretária de Educação de Novo Hamburgo, Sueli Copetti, o economista Gastão Spohr, Mauri Poisl, Norberto Michel, a professora Liene Schütz, o industrial Pedro Paulo Moraes, o professor Kurt Walzer, entre outros. Em sua primeira reunião foi determinado que a seccional do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho em Novo Hamburgo teria, além do estatuto, um regimento interno e uma diretoria, ressalva SCHÜTZ (2015) em reportagem³⁰¹. Esse estatuto tinha por finalidade, conforme o artigo 10, criar Comissões de Trabalho destinadas a divulgar o movimento na região e examinar o acervo cultural já levantado com quatro comissões. “A Seccional de Novo Hamburgo se manteria na ativa até meados da década de 1980” (SCHEFFEL, 2013, p.260).

Nesta década se cria também o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (COMAHC) através da lei municipal nº 44/77. Essa lei tinha como principal incumbência, assessoramento e colaboração com a administração municipal em todos os assuntos relacionados com Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, cabendo-lhes opinar sobre a inclusão de bens no patrimônio, fazer sugestões, dar pareceres em pedidos de demolições e qualquer outro aspecto sobre bens imóveis e móveis que tenham significação histórica, artística e cultural para o município (PREFEITURA Municipal de Novo Hamburgo, 1977).

O movimento preservacionista iniciado nessa década conseguiu evitar a demolição de três emblemáticos casarões no município de Novo Hamburgo, dois destes localizados em Hamburgo Velho, utilizados atualmente pela comunidade. A primeira delas, a casa de Adão Adolfo Schmitt, atual Museu de Arte Fundação Ernesto Frederico Scheffel, local de encontros, debates e reuniões sobre preservação. A segunda casa de Johann Peter Schmitt, que abriga, desde 1992, o Museu Comunitário Casa Schmitt Presser, e a terceira casa, preserva uma das primeiras escolas na cidade, sede atual da Biblioteca Pública Municipal Machado de Assis. A comunidade se utilizou dos seus bens culturais, tornando o passado vivo. No final desta década, Scheffel conhece Ângela

³⁰¹ Reportagem publicada no Jornal NH, com edição no dia 16 de julho de 2015, intitulada *Hamburgo Velho, patrimônio nacional*. SCHÜTZ (2015)

Tereza Sperb, que se tornaria sua amiga e aliada na preservação do bairro Hamburgo Velho. Começa uma nova etapa no bairro Hamburgo Velho.

2. HAMBURGO VELHO: estratégias adotadas para a sua preservação na década de 1980

Ao adentrar a década de 1980, um pequeno grupo de moradores do município de Novo Hamburgo, bairro Hamburgo Velho, se mobiliza em preservar o patrimônio desse bairro comparado a uma rosa. Linda e bela encanta a todos, mas seus espinhos também ferem. Esse grupo de pessoas sonha, idealiza, mobiliza e age. Semeia ações que geram nos moradores de Hamburgo Velho reações divergentes, de aprovação, repúdio e incertezas. O novo dá medo, assusta e pode ferir, assim como os espinhos da rosa.

Pensando em sensibilizar a comunidade na preservação do bairro Hamburgo Velho, Ernesto Frederico Scheffel e Angela Tereza Sperb usam o passado para legitimar suas ações do presente. A primeira ação de preservação, na década em questão, ocorreu em novembro de 1980. Sperb e Scheffel, juntamente com um pequeno grupo de moradores, criam no bairro um movimento voluntário chamado Movimento de Recuperação do Patrimônio Histórico e Artístico de Hamburgo Velho. O objetivo desse movimento era conscientizar a população do seu patrimônio histórico edificado, conservando as características do seu conjunto arquitetônico. Queriam “reviver Hamburgo Velho”. Este movimento atuou na cidade até o ano de 1983.

A primeira expectativa do Movimento de Recuperação do Patrimônio Histórico e Artístico de Hamburgo Velho era chamar a atenção da comunidade para o bairro Hamburgo Velho, conciliando passado e presente. Segundo Sperb, pintando “as casas com cores mais vivas, destacando os detalhes decorativos, fez com que as pessoas comesçassem a vê-las e valorizá-las. Inclusive as casas em enxaimel foram olhadas com outros olhos” (SPERB, 2018). Com essa atitude, um novo olhar surge sobre Hamburgo Velho, já que a ação do tempo era visível nos casarões.

O grupo se reunia aos domingos pela manhã, pois segundo Scheffel, era um dia que as pessoas teriam tempo disponível e passariam “um domingo agradável e realizando alguma coisa proveitosa e de grande importância cultural para Novo

Hamburgo”, menciona reportagem do Jornal NH³⁰². No primeiro domingo de trabalho eram quatro colaboradores, semanas seguintes, tornam-se 16. Ao longo dos três anos de atuação do Movimento de Recuperação do Patrimônio Histórico e Artístico de Hamburgo Velho houve cinquenta e oito colaboradores comunitários.

No primeiro ano de atividade do grupo, mais de dez espaços/casas foram pintadas. As ações se concentraram na Avenida General Daltro Filho, Rua Piratini e Avenida Doutor Maurício Cardoso, ruas centrais do bairro. A escolha foi feita pelo grau de antiguidade e importância histórica, sendo utilizadas fotografias antigas para averiguar possíveis modificações nessas casas.

Com a visibilidade da pintura das casas promovida pelo Movimento de Recuperação do Patrimônio Histórico e Artístico de Hamburgo Velho, parcerias do âmbito cultural ao acadêmico, do municipal ao estadual e federal e outras ações são firmadas com o objetivo de dar continuidade à preservação do bairro. Entre estas alianças podemos destacar o apoio do Jornal NH com campanhas em prol da preservação e “embelezamento da cidade” e no âmbito regional e acadêmico. Alunos de Arquitetura, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos –Unisinos, propõem projetos de conservação, preservação e valorização da paisagem de Hamburgo Velho juntamente com a Fundação Scheffel, esta que se torna local para debates e articulações sobre questões preservacionistas. Como resultado desta parceria, o material pesquisado foi apresentado mais tarde à Comissão da Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo, com o intuito de tombar o bairro Hamburgo Velho.

Com essas parcerias, nota-se que a rede em torno do movimento se estende para além da comunidade leiga. A rede de interesses, formada também pelos arquitetos recém formados na Unisinos, passa a resguardar e a preservar não apenas o bairro, mas a cidade, criando, mais tarde, o movimento chamado *Novo Hamburgo como Meta*, em 1986, produzindo semanalmente material divulgado pelo Jornal NH, referente a questões patrimoniais. “Esses profissionais trabalham até hoje priorizando e respeitando o patrimônio edificado” (SPERB, 2018).

Outra estratégia é criada. Para preservar o conjunto arquitetônico do bairro, as pessoas envolvidas nessa articulação tentam tombar, a nível nacional, a Casa Schmitt

³⁰² Reportagem publicada no Jornal NH, intitulada *Uma campanha que visa embelezar nossa cidade*. Edição do dia 14 de novembro de 1980.

Presser, localizada na Avenida General Daltro Filho, ao lado do museu de arte preservado por Scheffel na década de 1970.

Percebe-se, em diversas fontes, o discurso empregado, tanto pelos meios de comunicação quanto pelas pessoas envolvidas na preservação desta casa. Promovem-na como “Casa do fundador de NH” em referência a figura de João Pedro Schmitt, imigrante alemão influente na localidade de Hamburguerberg.

A casa traz a importância do local enquanto venda comercial no crescimento do município e, por conseguinte, atrelada às construções identitárias da comunidade. A Casa Schmitt Presser enquanto patrimônio pode revelar a memória local e os desejos de solidificar a preservação do bairro, mas vale pontuar que “memória e patrimônio não serão e não permitirão, pois, uma reconstituição fiel do passado” (SILVEIRA; RAMOS, 2015, p. 6). A Casa Schmitt Presser é utilizada pelo grupo como questão política preservacionista já que a mesma “era o bem mais precioso que tínhamos, a casa mais antiga em enxaimel no Rio Grande do Sul”, recorda Sperb (2018). Para angariar fundos para restaurá-la, utilizou-se o discurso da memória como recurso de reconstrução atualizada do passado. O grupo não abandonou as atividades de pintura no bairro, mas, entre os anos de 1983 e 1984, dão uma atenção maior a Casa Schmitt Presser que estava em ruínas. Esta é tombada em 1985, pelo processo nº 1113-T-84, em livro Tombo e usada como Museu de História a partir de 1992.

Embora o Movimento de Recuperação do Patrimônio Histórico e Artístico de Hamburgo Velho tenha conseguido preservar e restaurar essa casa não conseguiu preservar o conjunto arquitetônico de Hamburgo Velho. O SPHAN na ocasião delimitou uma área muito pequena no entorno da casa.

O poder público e a comunidade hamburguesa buscaram o que Schneider destaca como concordância aos processos de preservação. No processo de preservação o poder público e a sociedade são responsáveis por estas ações, captação de recursos e as possibilidades e usos para este imóvel (SCHNEIDER, 2014, p.53).

À medida em que o Movimento de Recuperação do Patrimônio Histórico e Artístico de Hamburgo Velho se articula para preservar o bairro, festas são realizadas a cada vitória. Apesar das conquistas, boatos e intrigas rompem a harmonia. Apuraram-se, também, reações divergentes entre os moradores do bairro sobre sua preservação. Através das fontes documentais (reportagens) e orais (entrevistas), muitos moradores

ficaram contra esta preservação por medo de perderem seus bens. Uma Associação de Moradores é criada como forma de defesa e de descontentamento em 1983. Constatase que todos os envolvidos estavam, a seu modo, querendo proteger o bairro Hamburgo Velho.

Considerações finais

Comparou-se a preservação do bairro Hamburgo Velho com o desenvolvimento de uma planta. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, muitas ações foram feitas em prol da preservação de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho. Para este trabalho, seleções foram feitas e optou-se por abordar algumas ações consideradas aqui como “sementes” preservacionistas que foram, aos poucos, sendo “germinadas”.

Conclui-se, pois, com este trabalho que as “sementes” preservacionistas “germinaram”, conseguiram desenvolver suas “raízes” e “geraram frutos”. Esses “frutos”, 40 anos depois, foram colhidos. Faz-se referência à publicação do tombamento do bairro Hamburgo Velho como Patrimônio Histórico Nacional, em 08 de maio de 2015, contando com cerca de 70 imóveis, por meio do processo n.º 1.582-T-09, com indicação de inscrição nos Livros do Tombo Histórico e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: As poligonais de tombamento e de entorno do Centro Histórico de Hamburgo Velho. Porém não basta haver leis. A comunidade e o poder público devem ser motivadores constantes da preservação da memória, identidade e do patrimônio material e imaterial, para dar continuidade à existência da cidade e do bairro Hamburgo Velho.

Referências

CATROGA, Fernando. Memória e História. In PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras do Milênio. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

_____. *Processo nº 1113-T-84. Casa Presser na Av. Daltro Filho, 929.* Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, 1985.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC/SP, 1998.

OLIVEIRA, Suzana Vielitz. Os planos diretores e as ações de preservação do patrimônio edificado em Novo Hamburgo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Programa de Pós-

graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

POLLACK, Michell. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; SILVEIRA, Éder da Silva. Dossiê Patrimônio Cultural e Educação. Ágora. Santa Cruz do Sul, v.17, n.2, dez. 2015.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.& FERRAREZI, E. (org.). Políticas públicas. Coletânea. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, p. 21-42, 2006.

SCHEFFEL, Ernesto Frederico. Scheffel por ele mesmo. Novo Hamburgo, RS: Um Cultural, 2013, p. 263-280.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. O patrimônio cultural e a construção de uma política pública local. In: REINHEIMER, Dalva. NEUMANN, Rosane Marcia. (Org.). Patrimônio Histórico nas Comunidades Teuto-Brasileiras: História, Memória e preservação. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014 (p. 45-56)

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. Métis – História e Cultura, Caxias do Sul, v. 6, n.12, P. 35-44, jul.-dez. 2007.

TELLES, Leandro Silva. Manual do Patrimônio Histórico. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, 1977.

PESQUISA DE PÚBLICO EM MUSEUS: CONHECER PARA PLANEJAR E APROXIMAR. O CASO DO MUSEU HISTÓRICO DE NOVA HARTZ/RS

Vania Inês Avila Priamo
Museu Histórico de Nova Hartz/IHSL

O presente artigo tem por objetivo realizar uma análise das informações obtidas através de uma pesquisa de público do Museu Histórico de Nova Hartz/RS, no período de junho de 2015 a junho de 2018, entendendo quem é público visitante do museu, bem como identificar o “não público”³⁰³. Este recorte temporal foi definido porque que foi a partir de junho de 2015 que a idade passou a ser solicitada no livro de registro das visitas ao Museu Histórico de Nova Hartz.

Metodologicamente, realizou-se tanto uma pesquisa qualitativa, quanto quantitativa, a partir da análise do livro de visitas do Museu. Dividiu-se o público nas seguintes faixas etárias: até 13 anos; 14 a 25 anos, entendendo poder relacionar aqui o público jovem; 26 a 40 anos, compreendendo um público na fase adulta e economicamente produtiva; 41 a 59, contemplando um público maduro e também economicamente ativo; com 60 anos ou mais, abrangendo o público idoso. Também se dividiu o público entre espontâneo e escolar, entendendo o espontâneo como o que vai ao Museu por iniciativa própria e o escolar o que vai levado pelos professores, motivados por questões de aprendizagem.

Antes de dar início ao estudo propriamente dito, cabe registrar que o Município de Nova Hartz está localizado no Vale do Rio dos Sinos, região metropolitana de Porto

³⁰³ O “não público” seriam “(...) indivíduos despossuídos dos meios simbólicos necessários para a fruição dos bens culturais musealizados, os quais são adquiridos pela educação familiar e escolar, isto é, pela transmissão de capital cultural mediante práticas pedagógicas formais e informais” (CPIM/DEPMUS/IBRAM, 2012, p.3), ainda que isto não signifique que indivíduos que disponibilizem deste capital necessariamente vá desenvolver o interesse em visitar Museus. Este capital cultural/familiar, portanto, é um fator importante, mas não determinante. Neste texto, porém, vamos entender como “não público” o público em potencial que não visita o Museu ou que o visita com pouca frequência.

Alegre, distante 80Km da capital gaúcha. Colonizado por imigrantes alemães a partir de 1847 e emancipado em 1987, possui uma população estimada em 21.317 habitantes³⁰⁴, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. O Museu Histórico foi inaugurado em 03 de dezembro de 1999, sendo um pequeno museu de história local.

Trabalhamos com o conceito de museus definido pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM (2015), segundo o qual o museu é

uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”.

Ou seja, é um espaço de pesquisa, de memória, de educação, de lazer, voltada para o público e não para si mesma. Portanto, faz-se necessário conhecê-lo, voltar-se para ele e pensar políticas públicas e institucionais que atendam os mais variados tipos de público, dedicando uma especial atenção também ao “não público”.

Se no passado os Museus surgiram como coleções de objetos exóticos, gabinete de curiosidades, ao longo de sua história foram se transformando, constituindo-se em espaços que precisam interagir com a sua comunidade, uma vez que o público é que define “(...)el sentido y la supervivencia de esas instituciones!” (CRESPO, 2015, p.4). Para além de um espaço de guarda e registro das memórias “penduradas” nos objetos, o Museu também é um espaço que deve promover o debate sobre os fazeres e os saberes da comunidade na qual está inserido. Desta forma, compreender este público, aproximar-se dele, perceber de que forma ele sente o Museu é fundamental não somente para a qualidade dos serviços oferecidos, mas também para a manutenção e a valorização dos mesmos. Sendo os Museus

(...) instituciones dinámicas, vivas y promotoras de encuentros interculturales (...) que trabajan con el poder de la memoria; como instancias relevantes para el desarrollo de las funciones educativa y formativa; como herramientas adecuadas para estimular el respeto a la diversidad cultural y natural (...) en nuestros días, el conocimiento de las características del público que visita el museo constituye una de las

³⁰⁴ De acordo com o censo de 2010, são 18.346 habitantes.

necesidades primordiales y fundamentales para el desarrollo de las instituciones museales y de políticas públicas de puesta en valor de la cultura.” (CRESPO, 2015, p.4)

Esta tendência crescente dos museus de colocar o público e suas necessidades no centro das suas preocupações ao organizar as exposições, impõem duas importantes questões: a primeira, é a já comentada necessidade de conhecer este público, realizando estudos de público, cada vez mais complexos e completos. A outra, e que também acende um sinal de alerta, é a questão econômica, quando público passa a ser visto mais como um consumidor de um produto, do que com alguém que usufrui deste espaço em função do seu capital cultural. A cultura transformada em mercadoria, com fins comerciais, acaba por se sobrepor, por vezes, às questões culturais, de fruição, de lazer, de pesquisa e de aprendizagem. Esta diferença entre a forma de perceber o público é referenciada por Almeida (1995, p. 326), ao fazer uma comparação entre os museus da Inglaterra e da França. Segundo a autora, na Inglaterra a preocupação em atender um público, de forma a fidelizá-lo, faz com que os curadores dos museus o vejam como um consumidor e que na França há uma preocupação maior em atender o público como cidadão e não como consumidor, ainda que questões mercadológicas se façam presentes, uma vez que o cidadão é capaz de realizar uma reflexão sobre o que vê, sobre o que foi produzido, e o consumidor não.

Seguindo a reflexão acerca do público, a visitação e a relação dos Museus com os visitantes não é naturalmente constituída e é dependente de uma série de fatores. Visitar o Museu não é um processo natural, inerente ao ser humano, pois a “A relação com espaços e práticas culturais é fruto de dinâmicas de socialização. (...) há segmentos sociais que não compreendem a ida ao museu como algo “necessário” em suas vivências estéticas e culturais”. (CPIM/DEPMUS/IBRAM, 2012, p.3). Cabe salientar que nem sempre o fato de não ir aos Museus reflete um desejo consciente, uma escolha pensada, refletida. Koptcke; Cazelli; Lima, (2007, p.73) escrevem que “O significado dessa prática não resulta apenas de atributos do sujeito, mas se constrói na relação complexa entre diversos fatores.” E desta forma, com frequência este “não ir” está relacionado a não se ver representado neste espaço ou mesmo que este espaço não lhe

seja inteligível e isso nos remete a questões de capital cultural e familiar, questões econômicas e sociais.

As pesquisas de público, ou os estudos de público no Brasil vêm aumentando gradativa e lentamente, abordando questões como

(...)o perfil do visitante, seus gostos, suas preferências culturais, sua opinião sobre a experiência vivida no museu, o impacto cognitivo no visitante, além do impacto econômico das grandes exposições que atraem grande número de visitantes de outras regiões (...). (COSTA; BRIGOLA, 2014, p. 129)

Cabe atentar para o fato de que as pesquisas/estudos de público em Museu vêm acontecendo em grandes museus de grandes cidades, mas pouco se encontram pesquisas em pequenos museus, de pequenas cidades, como é o caso desta aqui relatada. Ressalta-se que ao realizar estas pesquisas/estudos, os Museus conseguem fazer um planejamento mais adequado das suas exposições, tanto das permanentes quanto das temporárias. Tanto a instituição museal, quanto o poder público, de posse das informações levantadas, podem justificar os investimentos realizados (ou reivindicados), num momento de cortes de verbas em todos os setores da sociedade, e especialmente sentidos na área da cultura. Estes estudos podem levantar informações relacionadas

(...) ao público real e potencial, sobre suas características sociodemográficas (idade, gênero, nível educacional, visita anterior, companhia durante a visita, etc.) e psicológicas (motivação, atitudes, estilos de vida, preferências, opiniões sobre o museu e a visita, etc.), incluindo, igualmente, os estudos com tendência para desenvolvimento de estratégias para a captação de novos visitantes para a instituição. (SANTOS, 2015, p.75)

Ou seja, conhecer este público, possibilita ao museu, entre outras coisas, dar conta da multiplicidade do público visitante; perceber o “não público”; pensar ações futuras que possam atrair os grupos que não visitam ou que pouco o visitam; avaliar as atividades realizadas pelo museu; perceber se suas ações são certas para o seu público alvo; perceber os públicos potenciais e pensar ações que atraiam este público à instituição; aproximar a instituição dos visitantes, buscando fidelizar este público.

A pesquisa aqui relatada foi realizada a partir do livro de registros das visitas ao Museu Histórico de Nova Hartz, que o Museu mantém desde a sua criação. Assim sendo, ela não teve por objetivo, em função da fonte disponível, levantar um perfil mais detalhado de seus visitantes no que diz respeito ao grau de instrução, renda, percepção com relação à exposição permanente e temporária. O objetivo foi usar os elementos que o Museu dispunha para extrair daí a maior quantidade de informações possíveis. Por isso, estamos usando o termo pesquisa de público e não estudo de público, por entender este como mais específico, com questionários previamente elaborados e testados e ferramentas de análise e levantamento de dados mais complexas, como as que propõem o Observatório Ibero-americano de Museus, através da publicação **Sistema de coleta de dados de público de museus do Observatório Ibero-americano de Museus**³⁰⁵, do ano de 2015. Foram feitas a apuração e a análise dos dados levantados quanto a: idade, sexo, cidade e profissão, uma vez que estas são as informações solicitadas do referido livro de visitas. Procurou-se compreender estes dados, cruzando informações e extraindo daí o perfil dos visitantes do Museu Histórico de Nova Hartz, uma vez que eles não falam por si, precisam ser estudados, comparados, interpretados, analisados para que possam, assim, transformar-se em informações.

As hipóteses das quais partimos, ao iniciar o levantamento, foram: 1. Há uma visitação maior por parte dos idosos e menor por parte dos jovens³⁰⁶. 2. Os industriários, mesmo sendo a profissão mais expressiva em Nova Hartz em função da indústria calçadista que movimenta a economia local, não representa o maior público do Museu; 3. Os estudantes apresentam uma visitação expressiva ao Museu. 4. Os dias da semana de menor visitação são as segundas-feiras e as sextas-feiras, tanto pelo público espontâneo, quanto pelo escolar. 5. Não há uma significativa diferença entre o público masculino e feminino. 6. Os meses de março e abril são os que apresentam uma visitação maior por parte do público escolar. 7. As escolas localizadas mais próximas ao Museu apresentam maior índice de visitação em relação às geograficamente mais longe.

³⁰⁵ O “Programa Ibermuseus, através do Observatório Ibero-americano de Museus (doravante OIM), criado para estabelecer mecanismos de intercâmbio, informação e difusão entre os museus, promover a pesquisa no campo museal, e com isso contribuir ao fortalecimento de políticas públicas para os museus ibero-americanos.” (SANTOS, 2015, p.75)

³⁰⁶ Idosos: pessoas com 60 anos ou mais. Os jovens aqui foram entendidos como pessoas na faixa etária entre os 14 e os 25 anos de idade.

No decorrer do estudo vai ser possível identificar quais foram comprovadas e quais não o foram.

Nesta pesquisa, em função do material disponível para coleta de dados, não foi possível levantar os processos familiares de apropriação do espaço museal. Este dado é importante, uma vez que “A cultura é sempre atributo de um grupo, reunindo os sistemas simbólicos (arte, religião, língua, ciência etc.) vigentes em determinado espaço-tempo.” (KOPTCKE; CAZELLI; LIMA, 2007, p.68). Porém o conhecimento empírico permite afirmar que quando os alunos vão ao Museu levados pelas escolas, retornam a ele trazendo seus pais, avós ou outros familiares. Neste sentido, reforça-se o entendimento do papel central das escolas da formação dos alunos e de como isso replica na comunidade e, de forma especial, dentro das famílias, fazendo com que os círculos familiares sejam também atingidos pelas informações. Isto pode ser percebido amplamente em Nova Hartz, que é uma pequena cidade, que possui um único Museu há 19 anos, e que as famílias, de uma forma geral, não têm o hábito de levar os filhos a realizar este tipo de programa familiar/cultural.

Os resultados

A análise dos dados levantados possibilitou destacar algumas informações sobre o público visitante no período a que nos propusemos analisar, qual seja, de junho de 2015 a junho de 2018. Neste período, o Museu recebeu 8.278 alunos vindos com seus professores e que denominamos de público escolar e 2.558 visitantes que denominamos público espontâneo.

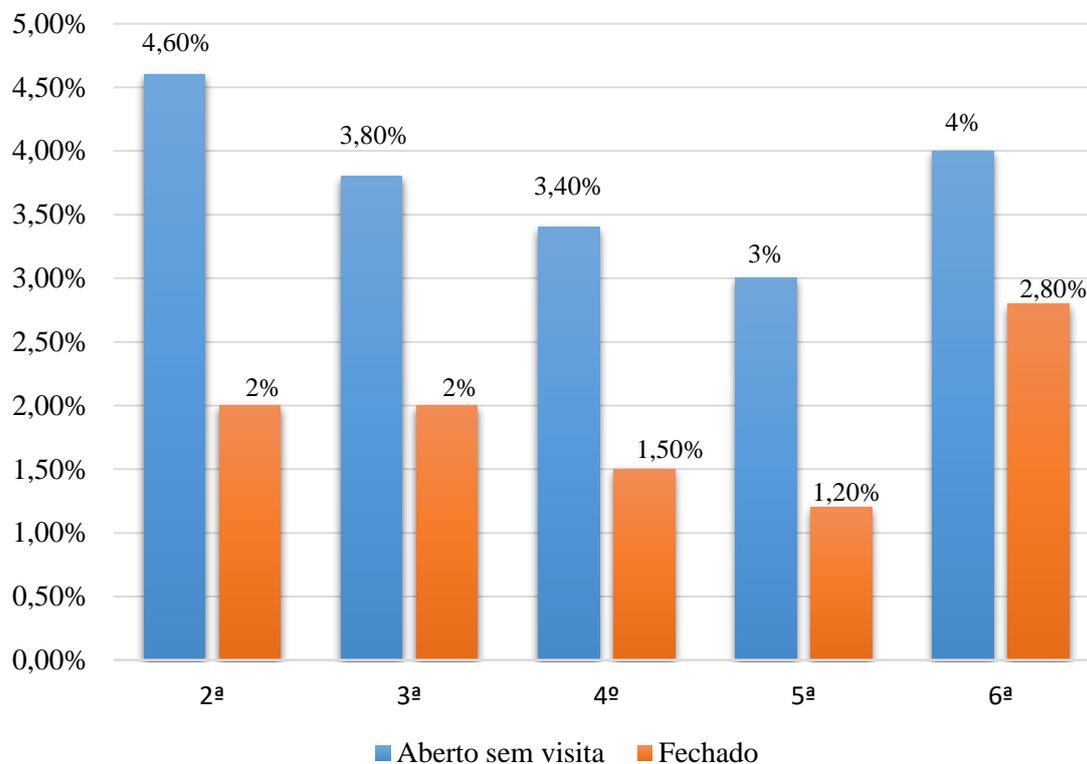
No que se refere ao atendimento ao público, nos anos de 2015 e 2016, quando havia uma equipe composta por 5 e 4 funcionários respectivamente, o Museu esteve aberto em 90% e 88% dos sábados do ano, respectivamente. Com a ressalva de que de outubro a dezembro de 2016 o museu passou a contar somente com 2 funcionários. Nos anos de 2017 e 2018, estando com apenas uma funcionária, o Museu contava com a ajuda de estagiários e estudantes que desenvolviam suas horas complementares curriculares da graduação no Museu, ficando ao encargo destes a abertura aos sábados. Desta forma, o Museu esteve aberto 47% dos sábados em 2017 e 44%, em 2018.

Importante entender o que estas informações podem trazer acerca da abertura do museu em dias e horários não fixos: quando o Museu ficou aberto em mais de 80% dos sábados, a porcentagem dos sábados abertos sem receber visitas ficou de 19% em 2015 e 18% em 2016. Já nos casos em que o Museu esteve aberto em menos de 50% dos sábados, o índice de sábados abertos sem receber visitas subiu para 31% em 2017 e 27% em 2018. Isso nos leva a pensar sobre a necessidade de um horário fixo para o atendimento ao público, uma vez que, mesmo com divulgação prévia do atendimento aos sábados, a incerteza de encontrá-lo aberto desencoraja a visita.

Com relação aos demais dias de semana, é possível observar no gráfico 1 que a porcentagem de dias fechados e de dias abertos em que o Museu não recebeu visita foi baixa.

Cabe salientar que fatores climáticos, num pequeno município, acabam por influenciar a visitação espontânea e a escolar. Embora esta informação não seja levantada no livro de visitas, sabe-se, pela experiência, que em dias em que o clima não está favorável, como os de muito sol e calor, bem como os de muito frio e chuva, a visitação ao Museu não acontece. Também é importante salientar que o maior índice de dias fechados ocorreu nos anos de 2017 e 2018, quando o Museu dispunha de apenas uma funcionária trabalhando.

Gráfico 1 - Dias da semana abertos sem visita e dias da semana fechado



Fonte: elaboração da autora

Outro destaque que se faz é de que nos dias fechados estão contidos os feriados nacionais, estaduais e municipais. Optou-se por não os contabilizar em separado, porque em muitos deles o museu também esteve aberto. Com relação aos domingos, o Museu esteve aberto somente em dias de festas municipais, limitando-se a um ou dois por ano, no período recortado para o presente estudo e o público foi formado unicamente por visitas espontâneas, sem a presença de grupos escolares.

Detivemo-nos nesta informação para poder identificar se existia um dia da semana que seria mais adequado para manter o Museu fechado, caso seja necessário fazê-lo, em função de projetos a serem desenvolvidos junto às escolas e à comunidade numa situação de número de funcionários insuficientes para atender as demandas. E como o gráfico 1 pode demonstrar, a segunda-feira, ainda que a diferença seja mínima, ainda é o dia da semana com menos visitas. A maioria dos museus se mantém fechada neste dia da semana, e parece ser esta, de fato, a melhor possibilidade.

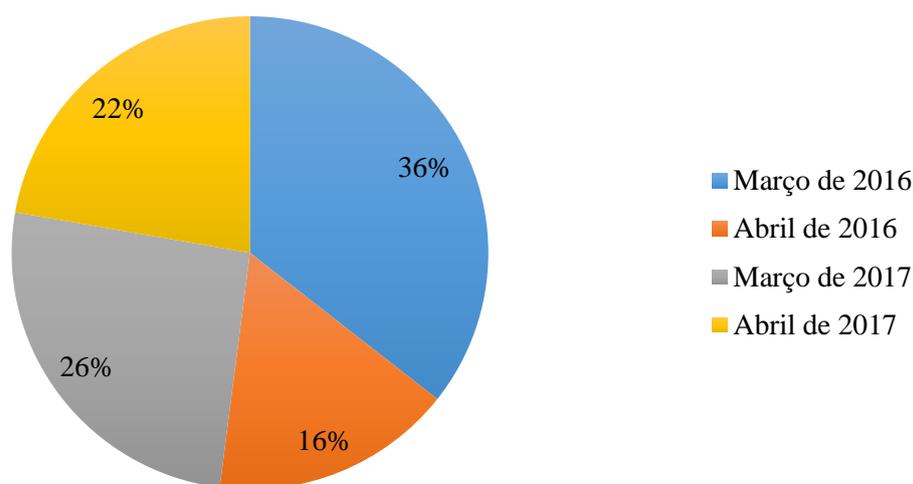
Segue-se a análise sobre o público escolar e espontâneo em separado.

a. Público escolar

Com relação ao público escolar, levantamos a visita de 8.278 alunos durante o período aqui estudado, sendo que 98% deles (8.150 alunos) são de escolas de Nova Hartz, 0,9% (74 alunos) são de Araricá e 0,6% (54 alunos) são de Parobé, ambos municípios que fazem limite com Nova Hartz.

Se forem analisados apenas os anos de 2016 e 2017, pois estes foram considerados em todos os meses do ano, percebe-se que os meses de março e abril foram os mais visitados, confirmando uma de nossas hipóteses iniciais. Observe-se o gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Visitação nos meses de março e abril de 2016 e 2017

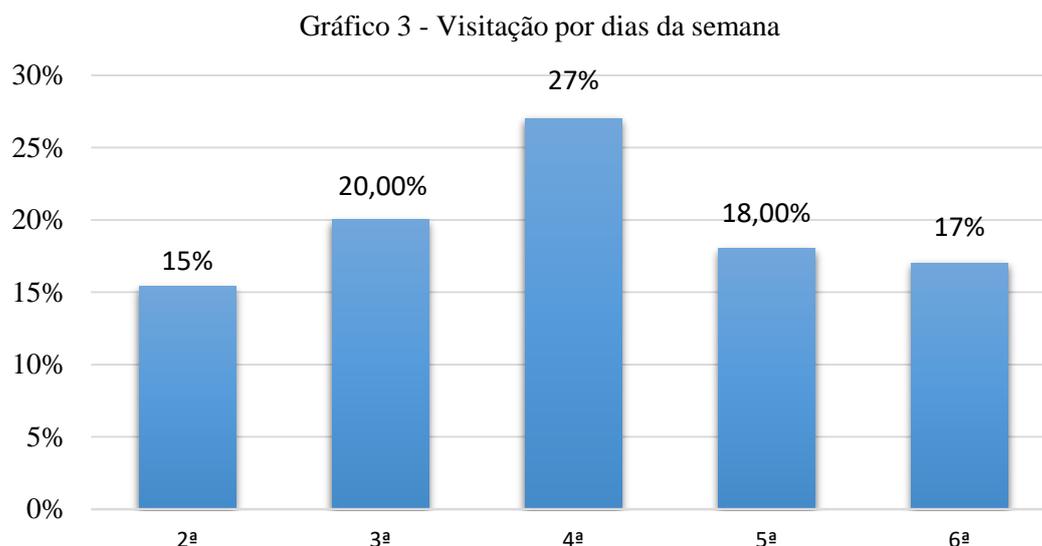


Fonte: elaboração da autora

A visitação mais expressiva nestes dois meses do ano se dá em função das duas exposições temporárias que acontecem no período e quem vêm sendo as mais visitadas ao longo dos anos, informação esta confirmada através deste levantamento de dados. Trata-se da exposição “A Páscoa no tempo dos avós”, onde ocorre mais o público da Educação Infantil e os das séries iniciais do Ensino Fundamental, e a exposição

“Ocupação indígena em Nova Hartz”, que recebe a visita da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Havia sido levantada a hipótese de que o público escolar visita menos o Museu nas segundas-feiras e nas sextas-feiras. Observe-se o gráfico abaixo:



Fonte: elaboração da autora

Como pode ser verificado no gráfico, há uma pequena diferença, sendo a quarta-feira o dia de maior visitação. A hipótese foi levantada porque ao entrar em contato para agendar a visita, muitos professores pediam para que a mesma não ocorresse em segunda-feira, porque havia o risco de haver algum tipo de falha no transporte escolar e nem na sexta-feira, porque os alunos tenderiam a estar mais agitados. Uma possível explicação para pequena diferença na taxa de visitação, é que estando os demais dias com agenda esgotada, a opção da segunda-feira e da sexta-feira passou a ser considerada pelos professores.

Pode-se também comprovar a hipótese de que quanto mais próxima do Museu a escola estiver localizada, maior o número de vezes que o visita. As escolas mais próximas fisicamente ao Museu, como é o caso da EMEF Pastor Wartenberg e EEEM Elvira Jost, apresentaram um índice maior de visitação ao Museu, ficando com 20,7% e 17% das turmas de alunos que o visitaram no período de realização desta pesquisa, respectivamente. As EMEFs Primavera e Bernardo Lemke, que ficam em bairros

vizinhos ao centro e cujos alunos ainda conseguem vir a pé ao Museu, representaram 17% das visitas cada uma. Já escolas mais distantes do centro como é o Caso da EMEF Albino Zimpel³⁰⁷ (1%), José Schmidt (5%), Maria Almerinda (7%), Imigrante (5%) e EEEM Germano Hessler (3,7%), apresentaram uma porcentagem bem menor de turmas de alunos visitando o Museu. Isto nos leva a compreender a distância como um fator bem importante, uma vez que as políticas públicas locais voltadas para a cultura variam de governo para governo e a disponibilização ou não de transporte para as escolas irem ao Museu é um fator determinante neste sentido. Cabe ainda ressaltar que EMEF Pastor Wartenberg, que apresenta o maior índice de visitação, conta apenas com as séries iniciais do Ensino Fundamental (13 turmas e 260 alunos), a EMEF Maria Almerinda, a maior escola municipal (21 turmas e 511 Alunos) contempla todas as séries do Ensino Fundamental e a EEEM Elvira Jost, com suas 32 turmas e cerca de mil alunos em três turnos de atendimento, é a maior escola no Município³⁰⁸. Proporcionalmente falando, as escolas municipais visitam mais o Museu que as estaduais. Uma das hipóteses que levantamos para isso é que os professores municipais vêm, ao longo dos anos, participando de cursos de formação, onde a temática do patrimônio cultural vinha sendo trabalhada. Já os professores do Estado não participam destas formações, tendo menos acesso a informações referentes a museus e patrimônio na sua formação docente.

A pouca presença das Escolas Municipais de Educação Infantil também chama a atenção. Elas representam apenas 6,6% do total de visitas³⁰⁹. Dado interessante para pensar é que as EMEIs Ursinhos Carinhosos e a Leonel Brizola têm uma localização geográfica muito próxima uma da outra e enquanto a primeira tem um índice de 0,8% a segunda o tem de 4,6% de visitação. Ou seja, no universo das EMEIs, a Leonel Brizola tem um índice de 69% das visitas ao Museu, mostrando-nos que as visitas também muito têm relação com o projeto pedagógico da escola e com a escala de valores dos próprios professores.

³⁰⁷ Levar em consideração que EMEF Albino Zimpel é a menor escola, em número de alunos, do município, com turmas que vão do último ano da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental, e está localizada na zona rural do município.

³⁰⁸ Destacamos que com agendamento prévio, as turmas do noturno também são atendidas.

³⁰⁹ O município conta com 7 Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEF e 6 Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI

Ressalte-se, ainda, a visitação da APAE, com um índice de 1,7%, apesar de todo o aparato de transporte e pessoal que envolve uma saída com este grupo.

b. Público espontâneo

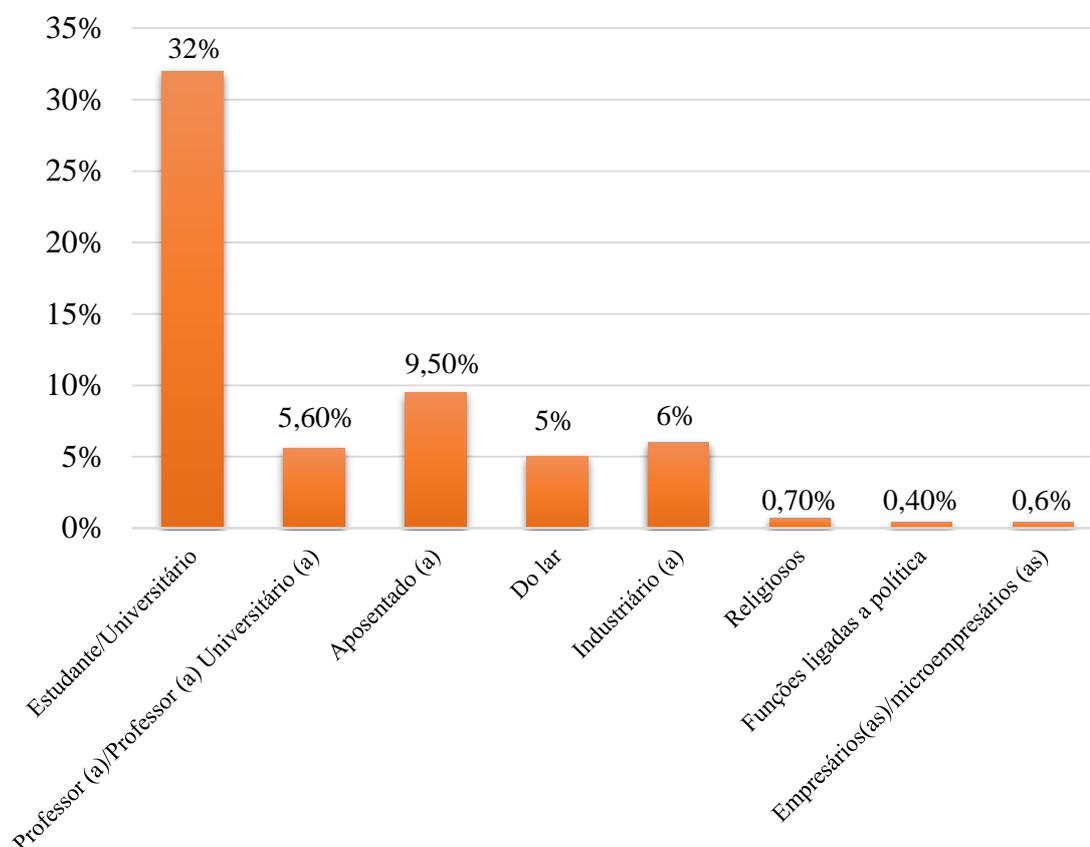
Analizamos o público espontâneo levantando as informações que constam no livro de visitas: nome (e através deste item, o gênero), idade, profissão e cidade onde mora. O item profissão nos trouxe algumas questões a decidir para realizar a análise. Algumas profissões foram registradas de forma muito genérica, como por exemplo: técnico. Isto nos deixa sem saber qual a sua área de atuação. Da mesma forma, todas as “profissões” exercidas por trabalhadores da indústria calçadista de Nova Hartz foram arroladas no item: industriário. Além de identificar-se como sapateiros, estes trabalhadores registram a função que desempenham dentro da fábrica como, por exemplo, auxiliar de departamento, lixador, revisor, almoxarife, costureira. Esta última não nos permitiu identificar quando se tratava de uma profissional autônoma que atuava como costureira ou se de uma industriária que atuava como costureira dentro da empresa. Ressaltamos, ainda, que para os industriários ter uma “profissão” dentro da empresa é motivo de destaque com relação aos demais trabalhadores, uma espécie de hierarquização do trabalho e do status social dentro da empresa, impactando, também, no salário recebido. Por vezes, esta hierarquização se dá a ver através das cores diferentes do guarda-pó utilizado pelos trabalhadores. Em função disso é que a maioria deles prefere registrar a função que exerce dentro do setor calçadista. Para fins de análise de grupos de profissões, relacionando-as à formação exigida para desempenhá-las é que juntamos todas estas na profissão industriário. Estes exemplos são usados para justificar a análise dos dados referentes à profissão de uma maneira mais ampla e menos detalhada.

As “curiosidades” relacionadas ao item profissão ficaram por conta de um visitante masculino que se identificou como “do lar”, mostrando, mesmo que simbolicamente, as mudanças pelas quais a sociedade vem passando, onde a tarefa de cuidar da casa não mais necessariamente é feminina. A outra, no caso de uma visitante que informou a profissão como “casada”, e cuja idade não foi informada. A leitura que se fez está relacionada aos papéis sociais masculino e feminino ainda presentes na

sociedade, onde estar casada pode significar não ter uma profissão, estar vinculada ao marido e à profissão deste. Quando a mulher escreve como profissão ser “do lar”, ela está informando que não trabalha fora de casa, mas que exerce inúmeras atividades dentro de sua casa, para sua família, o que pode ser ou não uma escolha. Mas quando ela define sua profissão como casada, talvez a única possibilidade que ela compreenda como possível neste estado civil é da estar a serviço do marido e dos filhos, caso os tenha, ou mesmo de este estado civil excluir outras possibilidades. Mas estas são apenas conjecturas, uma vez que não se dispõem de outros dados para fazer uma análise mais completa.

Ainda no que tange às profissões, confirmando nossas hipóteses iniciais, pudemos observar que o maior número de visitantes é de estudantes, com 32% das visitas. Este número é seguido pelos industriários, aposentados e professores, conforme pode ser visto no gráfico 4.

Gráfico 4 - Profissões



Fonte: elaboração da autora

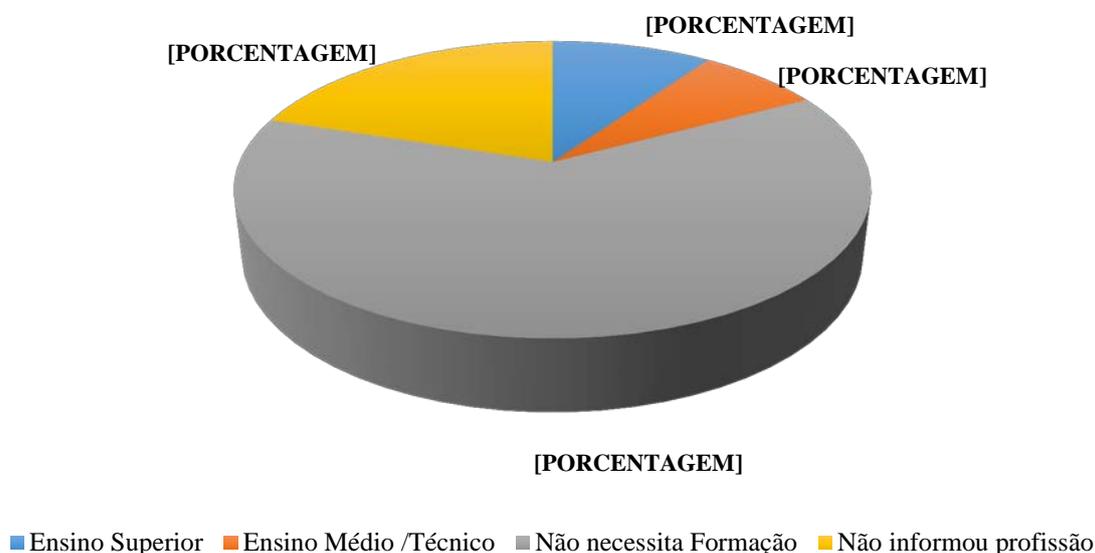
Este grande número de professores e estudantes indica a percepção do Museu como um espaço de conhecimento, do mesmo modo que a presença significativa de aposentados indica-o, também, como um espaço de lazer, de fruição.

Proporcionalmente falando, ainda que os industriários representem a segunda maior visitação, eles representam, enquanto visitantes do museu, uma parcela pouco significativa da sociedade local, uma vez que a indústria calçadista é a maior empregadora da cidade. Ou seja, a maior categoria profissional local é dos industriários.

O que também chama a atenção e pode ser observado no gráfico 4, que é baixo o índice de visitação dos agentes públicos, aí incluídos cargos eletivos como de prefeito, vice-prefeito e vereador (a), bem como os cargos que são indicações políticas (conhecidos como CC), como é o caso dos Secretários e Diretores de Departamentos municipais. Isso nos leva a refletir sobre o nível de envolvimento e de conhecimento dos agentes públicos com relação aos Museus, uma vez que é através destas instâncias que as políticas públicas voltadas para a área cultural são elaboradas.

Outro dado que foi possível apreender através das informações colhidas no livro de visitas, ainda que indiretamente, diz respeito ao nível de escolarização dos visitantes. Como este item não é solicitado no livro, fez-se uma classificação das profissões informadas, dividindo-as em três grupos: as que necessitam de Ensino Superior (ex: professor, médico, veterinário, quiropraxista, psicólogo, turismólogo); as que necessitam pelo menos do Ensino Médio e/ou de um curso técnico (ex: guia de turismo, instrutor de autoescola, técnico e auxiliar de enfermagem, bancário, estudante universitário) e as que não necessariamente precisam de uma formação técnica específica ou do Ensino Médio concluído (ex: industriário, artesão, balconista, vendedor, pedreiro, agricultor, ambulante, do lar, diarista). Desta forma, temos o que segue no gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Escolarização



Fonte: elaboração da autora

Ainda que 20% dos visitantes não tenham informado sua profissão, é possível perceber que a maior parte do público, de acordo com as profissões que desempenham, não é altamente escolarizado. Se excetuarmos desta conta o número de estudantes (28% dos visitantes), os dados têm uma pequena mudança: o público com Ensino Médio ou formação técnica passa de 7% para 10%; o público com Ensino Superior, passa de 10% para 13,4% e o sem formação cai de 63% para 50,5%. E estes índices não estão em desacordo com o IBGE, que afirma que, em 2016, 51% das pessoas com 25 anos ou mais no Brasil, possuíam apenas o Ensino Fundamental.

Esta informação provoca uma reflexão importante quanto ao público de pequenos museus em pequenas cidades. Nos grandes Museus, a visitação é feita de forma especial por um público mais “culto”, com um nível de escolarização mais elevado. Na pesquisa realizada por Bourdieu e Darbel (2016) nos anos 60, em museus de arte da França, Espanha, Grécia, Holanda e Polônia - e que segue sendo um clássico na temática de pesquisas em museus – eles concluem que “A frequência dos museus - que aumenta consideravelmente à medida que o nível de instrução é mais elevado – corresponde a um modo de ser, quase exclusivo, das classes cultas” (BORDIEU; DARBEL, 2016, p.38). Ainda que não seja possível comparar pequenos com grandes museus, nem mesmo é possível comparar a época em que a pesquisa de Bordieu e

Darbel(2016) foi realizada com a da presente pesquisa, é possível fazer uma reflexão em cima dos dados levantados em ambas. No Museu Histórico de Nova Hartz, a conclusão de Bourdieu e Darbel (2016) sobre público não se repete e temos duas hipóteses, que se complementam, para que isso aconteça. A primeira, diz respeito a tipologia: sendo um museu da história local, a exposição se torna mais inteligível aos moradores da cidade, diferente de uma exposição de arte, que pressupõe um contato anterior maior com o tema, tanto no que se refere a informações sobre arte de uma forma geral, quanto ao próprio hábito de realizar visitas a espaços culturais. Nossa segunda hipótese, e que se liga a anterior, diz respeito à familiaridade dos moradores com a história que é apresentada em pequenos museus locais. A história ali contada é dos seus antepassados. O acervo presente no Museu Ihe é familiar, uma vez que era vista na casa dos avós, dos tios. O acervo que compõe pequenos museus de história local, via de regra, é formado por doações da comunidade, não havendo uma política de aquisição de acervo através de compra de objetos ou documentos. Desta forma, “Os símbolos, ao permitirem a participação do sujeito em um sistema, apresentam uma função política de integração social, tornando possível um consensus acerca do sentido do mundo social(...)” (KOPTCKE; CAZELLI; LIMA, 2007, p.69). É dos agricultores e das donas de casa que o Museu recebe suas doações e não de empresários, então os símbolos que permitem participar e se integrar à história apresentada é de seu domínio. Quanto à camada da população local que doa objetos ao Museu, o que pode ter acontecido, é que as famílias que foram ascendendo economicamente, foram se desfazendo dos objetos que representavam uma fase menos “nobre” da história familiar, ao passo que as famílias com menos poder aquisitivo mantiveram estes acervos, estes objetos que registram a história familiar, e cujas gerações mais novas ao mesmo tempo que não se sentem mais ligados a tais objetos e documentos, entendem também sua importância, fazendo-os chegar até o Museu, em forma de doação. Estas observações e hipóteses levantadas são baseadas em conhecimento empírico, não tendo sido realizado nenhum estudo de base científica para confirmá-lo. Uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema poderia responder a estas questões, e fica aqui uma sugestão para uma futura pesquisa.

Por outro lado, Bourdieu e Darbel (2016, p.48) também balizam nossas conclusões ao afirmar que mais moradores de classes menos favorecidas visitam os museus de suas cidades, ao passo que menos moradores das classes mais favorecidas o

fazem, preferindo museus fora da cidade e até mesmo fora do país. Seguem afirmando que:

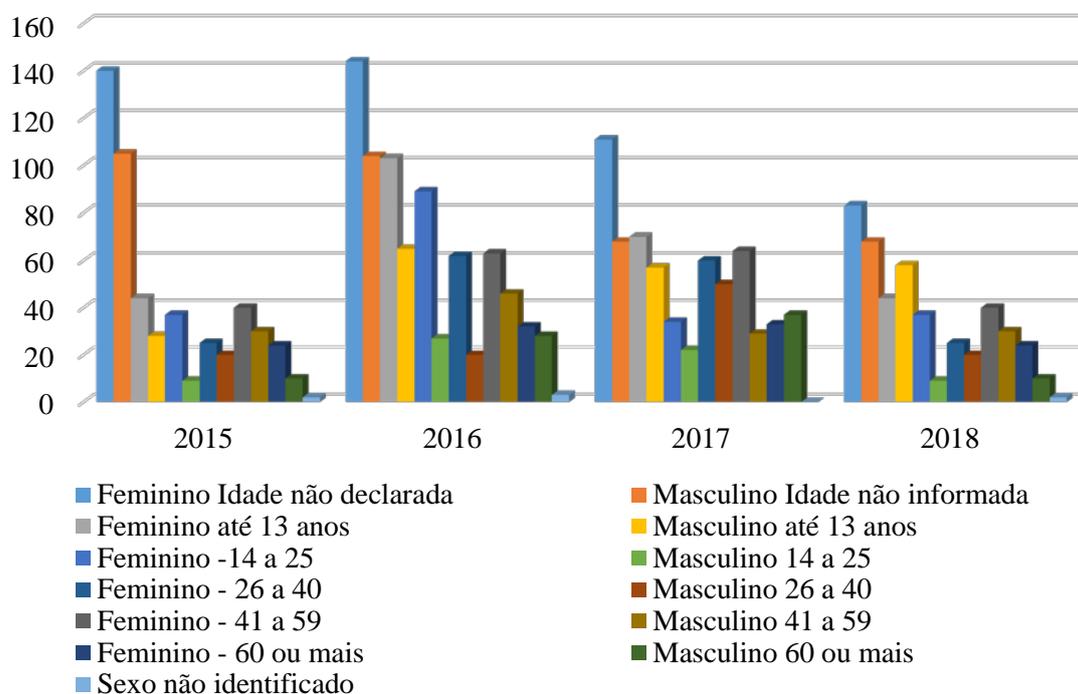
75% do visitantes que habitam em municípios, cuja população é inferior a 30.000 habitantes, frequentam o museu de sua cidade, o que, entre outras coisas, pode significar que os visitantes originários das pequenas cidades ou das aldeias vizinhas sentem-se menos deslocados no museu local – habitualmente menos solene – do que um grande museu turístico; ou então, relativamente menos cultos, pode significar que eles entram no museu por acaso e com o objetivo passar um momento, por ocasião de suas idas à cidade.

Ou seja, nos pequenos museus locais os moradores se sentem mais à vontade tanto para entrar, quanto para estar/visitar as exposições.

Ainda com relação ao público espontâneo, pode-se concluir que 59% era formado por mulheres, contrariando nossa hipótese inicial. Ainda que não seja uma parcela expressivamente superior, representa mais da metade do público visitante.

Observe-se no gráfico 6, que os maiores públicos, tanto masculino quanto feminino, são de estudantes de até 13 anos, num total de 28% do público visitante que informou a idade, confirmando a influência da escola nas escolhas culturais dos alunos. A maioria dos visitantes nesta faixa etária é formada por alunos que retornam ao Museu, após terem vindo com a escola e que trazem amigos e familiares para mostrar a eles o que viram quando de suas vistas.

Gráfico 6 - Público por ano, idade e sexo



Fonte: elaboração da autora

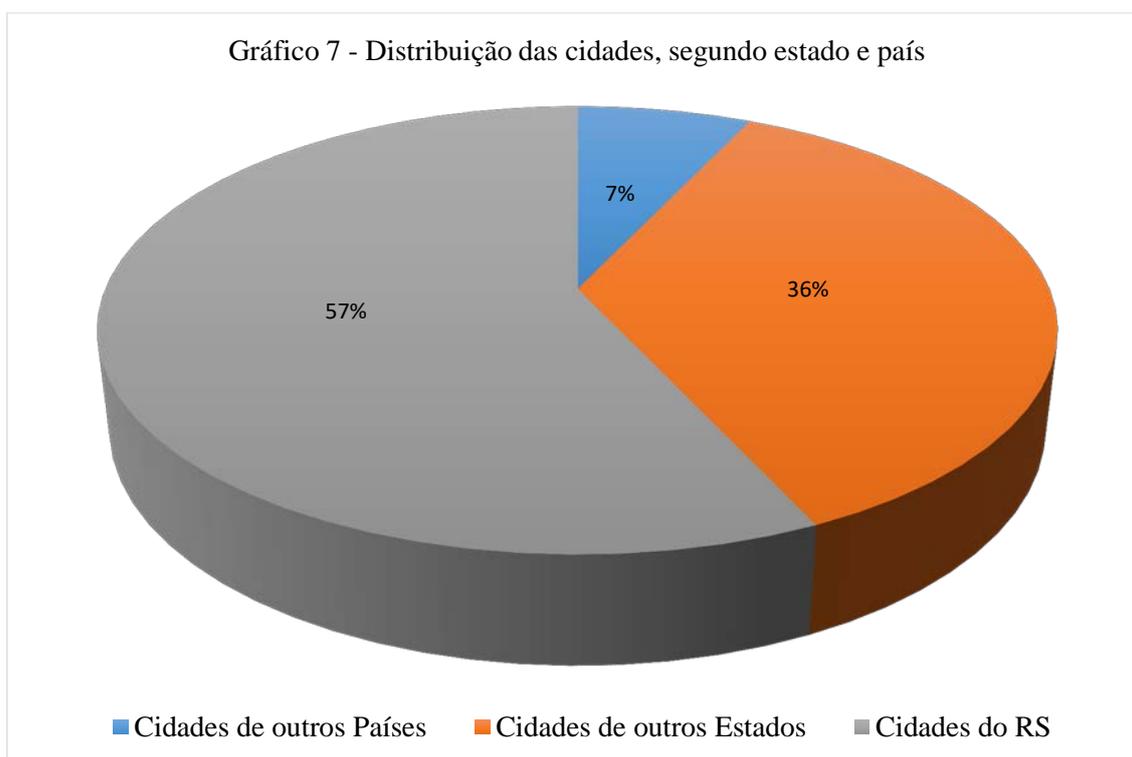
O público idoso, que nas hipóteses levantadas tenderia a ser mais representativo, acabou por se mostrar numericamente pequeno, representando entre 6% e 9% das visitas realizadas no período em questão, ainda que tenha sido o terceiro maior público do Museu. Comparando estes dados com os indicadores encontrados no IBGE, resultado do censo de 2010, pode-se observar que a população idosa do município representa 7,6% do total de habitantes, enquanto as crianças, de zero a 14 anos³¹⁰ representam 24% da população. Na população de 60 anos ou mais, esta proporcionalidade pode ser percebida nas visitas ao Museu, ficando a porcentagem dentro da média populacional para a faixa etária. O mesmo não aconteceu com a população economicamente ativa que de acordo com os dados do censo de 2010 perfazem um total de 67,8% da população local e que no Museu somaram 57% das visitas. Já o público de crianças teve uma taxa de visitação superior no Museu (28%) do que consta nos dados do censo de 2010 (24%).

³¹⁰ Ainda que na pesquisa o corte tenha sido aos 13 anos e no IBGE aos 14 anos, optamos por utilizar a informação para fins de comparação entre as duas pontas da pirâmide etária, entendendo que o resultado não teria uma variação muito significativa.

Ainda com relação a parcela dos visitantes com mais de 60 anos, 9% do público feminino é composto por aposentadas, ao passo que no masculino este índice chega a 11%.

As informações referentes ao local de onde vieram os visitantes apontam que 68% das visitas espontâneas são de moradores de Nova Hartz e que 7% não informaram a cidade de onde vieram. Dos visitantes de outros estados do Brasil, 38% são vindos de Santa Catarina. Isso pode ser explicado pelo grande número de moradores de Nova Hartz cujas famílias migraram de Santa Catarina, bem como pelo número de moradores locais que se mudaram para aquele estado. Ambos os movimentos ocorreram em função da busca por emprego. O Museu recebeu visitas de: 11 estados brasileiros e do Distrito Federal; 40 municípios de fora do Estado; 62 municípios do RS, além de Nova Hartz; 8 países: Alemanha, China, Finlândia, Irlanda, Inglaterra (Londres), Argentina (Mar Del Plata), Canadá (Montreal) e Paraguai. Estas, tanto foram de ex-moradores de Nova Hartz que agora residem no exterior, quanto de turistas conhecendo a região.

Como pode ser observado no gráfico 7, na soma das cidades do estado do RS, de outros estados e de outros países, temos a presença de 113 cidades diferentes. Estes dados nos chamam a atenção por Nova Hartz ser um pequeno município e por não se tratar de uma cidade turística, com afluxo de visitantes de outros lugares.



Fonte: elaboração da autora

Mais uma informação depreendida da pesquisa dá conta de que 84% dos visitantes gaúchos vêm de cidades próximas de Nova Hartz, com distâncias que variam de 5km (Araricá) a 80Km (Porto Alegre).

Resumidamente, o público espontâneo é formado majoritariamente por mulheres, por estudantes, por moradores de Nova Hartz ou cidades próximas, e que mesmo estando bem representado o público com formação mínima de Ensino Médio, o maior público é composto por visitantes que atuam em áreas onde o Ensino Médio e o Superior não são pré-requisitos.

Considerações finais

De uma forma geral, as pesquisas de público em museus mostram uma íntima relação entre o grau de escolaridade e a visitação aos museus, na medida em que quanto maior for a escolaridade, maior a visitação. Na pesquisa aqui realizada, isso não se confirmou, uma vez que o maior público é composto por pessoas que desempenham profissões que não exigem formação técnica e nem Ensino Superior.

Os projetos junto às escolas, como os de educação patrimonial, bem como as exposições temporárias levam muitos alunos ao Museu, que posteriormente voltam sozinhos ou com seus pais e isso justifica a grande quantidade de estudantes até 13 anos visitando o Museu. Este fato reforça o entendimento da imensa necessidade de se trabalhar em parceria com as escolas. Isto é reforçado por Bourdieu e Darbel (2016, p.42), ao relatarem as conclusões tiradas de sua pesquisa em 5 museus de arte da Europa, dizendo que “O fato de que as faixas etárias mais jovens sejam mais fortemente representadas (...) explica-se manifestamente pela influência da Escola.” As políticas públicas voltadas para uma educação mais ampla, mais aberta, que veja os espaços de memória e de história como lugares de construção de conhecimento e de fortalecimento da cidadania e da identidade, fomentando e incentivando os projetos de educação para o patrimônio, trazem resultados animadores a curto, médio e longo prazo, formando uma geração mais sensível às questões do patrimônio cultural, uma vez que tiveram acesso a elas.

A importância da escola para criar nos alunos o hábito de visitar museus, entendendo sua importância, percebendo-se como tendo legitimidade para fazê-lo, é enorme e não pode ser subestimada. E os museus, de uma maneira geral, não trabalham devidamente e profundamente este nicho, limitando-se a elaborar uma monitoria diferenciada para grupos escolares, com raras ações educativas após as visitas. Mas um trabalho efetivo e permanente junto às escolas, que acompanhe estes alunos ao longo de sua vida escolar, não há. E isto pode se dar tanto pelas escolhas do próprio museu, dentro de sua política de ação, como sendo resultado das políticas públicas (ou a falta delas) na área da cultura, que traz como consequência o sucateamento dos museus. Trabalhando com um orçamento que não dá conta do mínimo necessário e com um quadro de pessoal sempre deficiente, quantitativa e qualitativamente falando, fica difícil desenvolver ações mais ousadas e de maior impacto na formação cultural dos estudantes.

Esta pesquisa inicial acaba por mostrar a necessidade de realizar um estudo mais amplo, de forma a saber, entre outros: 1. Se os estudantes universitários, de forma especial os de Pedagogia, Turismo e História visitam o Museu, isso poderá estabelecer uma vinculação futura ao espaço tanto no que diz respeito a trabalhar suas disciplinas

utilizando-se do Museu Histórico, como no que se refere a indicar o Museu para visitantes (especialmente no caso dos turismólogos); 2. Se há uma fidelização do público. 3. Se os alunos que vinham com a escola, continuam a retornar ao longo dos anos e se trazem seus filhos ao Museu; 4. Quais os motivos para o não público manter-se distante do Museu. Estas são algumas questões a serem desenvolvidas em pesquisas futuras, ciente de que esta incipiente pesquisa deixa mais questões a desvendar do que respostas.

Referências

ALMEIDA, Adriana Mortara. Estudos de Público: a Avaliação de Exposição como Instrumento para Compreender um Processo de Comunicação. **Estudos Bibliográficos** - Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, p. 325-334, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109245/107716>> Acesso em 07 Jul. 2018.

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. 3ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2016.

CONSELHO Internacional de Museus-ICOM. **Definição: Museu**. Portugal: 2015. <<http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>> Acesso em 13 ago.2018.

COSTA, Luciana Ferreira da; BRIGOLA, João Carlos Pires . **Hábito Cultural de Visitar Museus: Estudo de Público Sobre o Museu do Homem do Nordeste, Brasil**. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, v. 4, Número Especial, p. 124-141, 2014. Disponível em: < <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/1501>> Acesso em 02 Set. 2018

CPIM/DEPMUS/IBRAM. **Relatório Final da Pesquisa O “não público” dos museus: levantamento estatístico sobre o “não ir” a museus no Distrito Federal**. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/naopublico.pdf>> Acesso em 25 ago. 2018.

CRESPO, Miguel Ángel Recio. Apresentação In: SANTOS. Eloísa Pérez. **Sistema de recogida de datos de público de museos do Observatório Ibero-americano de Museus**. Programa Ibermuseus. Observatório Iber-americano de Museus. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte: Madri. 2015. Disponível em: < http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2016/12/OIM_Sistema_de_Recoleccion.pdf>. Acesso em 03 Ago. 2018.

INSTITUTO Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE. **Rio Grande do Sul: Nova Hartz**. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-hartz/panorama>> . Acesso em 04 set. 2018.

KOPTCKE ,Luciana Sepúlveda; CAZELLI Sibeles; LIMA José Matias de. Os museus cariocas e seus visitantes: uma análise do perfil dos públicos dos museus do Rio de Janeiro e de Niterói. In: ABREU Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.) **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas I** - Rio de Janeiro: Garamond, MinCJIPHAN/DEMU, 2007. Disponível em: < http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/21-museus-colecoes_e_patrimonios-narrativas_polifonicas.pdf> Acesso em 25 mai. 2017.

SANTOS. Eloísa Pérez. **Sistema de coleta de dados de público de museus do Observatório Ibero-americano de Museus**. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte: Madri. 2015. Disponível em: < [http:// www.iberomuseos. org/wpcontent/ uploads/2016/12/OIM_Sistema_de_Recoleccion.pdf](http://www.iberomuseos.org/wpcontent/uploads/2016/12/OIM_Sistema_de_Recoleccion.pdf)>. Acesso em 03 Ago. 2018.

Religiões e Religiosidades

ROMANIZAÇÃO E EDUCAÇÃO EM VALE VÊNETO - RS

Jorge Vinicius Quevedo da Cruz

Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UFSM

Introdução

No Brasil, a relação entre Igreja e Império no final do século XIX passou por mudanças estruturais no que compete as suas respectivas instituições. A Igreja buscava mais autonomia frente às normativas do padroado régio brasileiro. Frente a isso, o clero brasileiro buscou se atualizar com o clero europeu, criando laços mais estreitos com as diretrizes da Cúria Romana, através de um processo de romanização³¹¹, e conseqüentemente a implementação do ultramontanismo³¹² em seu território. Assim, a instituição religiosa brasileira viu através da educação uma estratégia de manter seu status simbólico frente à sociedade vigente, sobretudo, com a Proclamação da República (1889) e a promoção do ensino laico.

Uma das formas de promover a educação católica foi apoiar a vinda de congregações religiosas europeias para se estabelecerem nas zonas de imigração italiana no Sul do Brasil. Os imigrantes dessa região eram em sua maioria católicos, e já acostumados com a pregação romana. Nesse trabalho, damos ênfase à comunidade de Vale Vêneto, localizada na Quarta Colônia de Imigração italiana, do Rio Grande do Sul, onde procuramos demonstrar a relação entre o processo de romanização e educação junto a este grupo de imigrantes e descendentes de italianos, através das obras de duas congregações religiosas que ali se estabeleceram: a Pia Sociedade das Missões, que

³¹¹ “A romanização nasceu dos esforços da Igreja para reafirmar seu poder e influência em meio às grandes mudanças produzidas pelo mundo moderno. Surgiu após os generalizados ataques da Revolução Francesa contra o clero e os privilégios, bens e doutrina da Igreja” (SERBIN, 2008, p. 79).

³¹² Segundo Basile (2000, p. 277-278, grifo do autor), “[...], defendida pelo Papa IX, consagrada pela bula *Syllabus* (1864) e pelo Concílio Vaticano I (1869-1870), e que visava reforçar o poder do papa frente ao clero e mesmo aos governantes de cada país; o *ultramontanismo* postulava a infalibilidade do papa – cuja autoridade em assuntos morais e da fé não deveria ser questionada por católico algum – e combatia veementemente as idéias e instituições liberais e racionalistas associadas à secularização e ao anticlericalismo”.

chegou ao Vale em 1886, e fundaram o seminário de formação de sacerdotes Rainha dos Apóstolos (1922), e a Escola Nossa Senhora de Lourdes, fundada pelas Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que chegaram em 1892.

A partir da documentação encontrada em arquivos locais buscamos, com esse estudo, mostrar que a forma de organização destas instituições educacionais, bem como as estratégias das suas lideranças religiosas buscaram, não somente captar novos vocacionados ao sacerdócio, mas também adaptar os imigrantes ao processo de romanização, mantendo as crianças e jovens obedientes e respeitosos a doutrina católica.

A Pia Sociedade das Missões e o Seminário Rainha dos Apóstolos

A formação histórica de Vale Vêneto está ligada a chegada dos primeiros imigrantes italianos em 1878 naquela localidade. A forte devoção e fé religiosa fez que os imigrantes já no ano seguinte erguessem uma capela dedicada a São Francisco de Assis. O desejo dos colonos era trazer padres para a colônia, frente a isso, a comunidade financiou a viagem do imigrante Antonio Vernier para procurar sacerdotes no continente europeu. Na Europa, dois sacerdotes interessaram-se em fundar uma missão na América: padre Vitor Arnoffi e padre Antônio Sório. Os dois religiosos chegaram a Quarta Colônia em 1881, mas somente Arnoffi fixou-se em Vale Vêneto, enquanto Sório ficou em Silveira Martins, sede da Colônia (BONFADA, 1991).

Fora a partir da fatídica morte de Vitor Arnoffi que a história de Vale Vêneto traçou um novo caminho. Padre Sório além de ficar responsável em atender os imigrantes do Vale, também passou a prestar seus serviços religiosos a Silveira Martins. A notícia não teria sido bem recebida pelos colonos de Vale Vêneto, tendo em vista que a própria comunidade financiou o respectivo padre (VÉSCIO, 2001).

O estopim da história teria acontecido quando Sório em uma de suas missas teria cobrado os moradores de Vale Vêneto por seus serviços que estariam, segundo o padre, em atraso. A comunidade então resolveu suspender o contrato que tinham com Sório, e a solução seria buscar novos padres. Com isso, Vernier viajou novamente para a Europa, e na Itália procurou pelo padre Guilherme Whitmee, Procurador Geral da Pia Sociedade das Missões, conhecida como Congregação Palotina. O religioso interessou-se na missão americana, e em 1885 veio conhecer o Vale e outras regiões no Sul do

Brasil. No ano seguinte, Whitmee chegou acompanhado de dois sacerdotes palotinos: padre Francisco Schuster (alemão), padre Jacó Pfaendler (suíço) (QUAINI, 2016).

A chegada dos palotinos em Vale Vêneto modificou a estrutura espacial da comunidade. Já em 1887 deu-se início a construção de uma Igreja Matriz dedicada a Corpus Christi. A segunda obra proposta pelos palotinos seria a construção de um seminário para receber jovens que quisessem ingressar na congregação. Padre João Batista Vogel, que atuava na comunidade, teria tido a ideia, assim em um primeiro momento como não se tinha um local próprio, os seminaristas foram recebidos na Casa Paroquial de Vale Vêneto. O lugar funcionou durante alguns anos, no entanto, Vogel acabou partindo para o continente europeu, e com isso, a Casa fechou em 1886. O restante dos estudantes acabou sendo transferido para o seminário do Bairro Tristeza em Porto Alegre (Revista Rainha dos Apóstolos, ano VII, nº 5, maio de 1929, p.12).

A Casa Paroquial só voltaria a receber seminaristas em 1914. Todavia, o espaço já não comportava a grande demanda de estudantes, então a solução foi construir um seminário próprio, na qual, os palotinos denominaram *Rainha dos Apóstolos*. Na festa de lançamento da pedra fundamental do seminário em 02 de fevereiro de 1922 a população compareceu em massa. Na ocasião, o Padre Caetano Pagliuca, Superior da Pia Sociedade das Missões, fez um ato solene (Revista Rainha dos Apóstolos, ano VII, nº 5, maio de 1929, p.14).

Imagem 1: Cerimônia de lançamento da pedra do Seminário Rainha dos Apóstolos, Vale Vêneto/RS (1922)



Fonte: Fotografias. Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora – Santa Maria/RS. Podemos visualizar “á esquerda, na frente, Paulo Bortoluzzi e esposa; no centro, padre Caetano; sentado, padre Schwinn” (BIASOLI, 2010, p. 221).

Segundo Tavares (2007, p.70), “a criação de Seminários foi mais um dos intentos da Igreja para a implementação do ultramontanismo, no esforço de formar um clero moralizado, respeitador e cumpridor dos dogmas e preceitos romanos”. Isso, deve-se ao fato que o comportamento do clero brasileiro muitas vezes não condizia com os preceitos religiosos que a Igreja idealizava na função do sacerdote. Ser padre no Brasil muitas vezes fora seguir uma carreira, “havia padres botânicos, fazendeiros, donos de hotéis, advogados, donos de movimentados postos de ferrar cavalos” (HAUCK, 2008, p. 87). Portanto, os seminários, sobretudo aqueles dirigidos por congregações ultramontanas, eram vistos como centros de formação de um novo clero, mais atualizado com relação ao europeu.

As vocações religiosas nas zonas imigratórias italianas tinham incentivas das próprias famílias e contavam como o apoio da Igreja Católica. Se por um lado os italianos possuíam uma forte religiosidade, a Igreja utilizava diversas estratégias para atrair crianças e jovens. As associações religiosas, a inserção aos sacramentos, a catequese, entre outras atividades eram uma forma de lapidar os estudantes. Uma vez entrado no seminário, o aluno passava a seguir as normas da Instituição católica e com isso adentrava em novo mundo.

No Seminário Rainha dos Apóstolos o ensino era dividido em 06 anos. As aulas eram organizadas de acordo com a especialidade de cada professor.

Quadro 1: Corpo Docente do Seminário Rainha dos Apóstolos (1954)

PROFESSOR	DISCIPLINA
Pe. Reitor Belino Costa Beber	Latim, Geografia
Pe. Ernesto	Português, História do Brasil, Geografia
Pe. Agostinho	Latim, Grego, Italiano
Pe. Darci	Português, Literatura, Música
Pe. José Busato	Latim, Português, História Natural, Italiano
Pe. Vitorino	Religião, Música
Pe. Mateus Cassol	Latim
Pe. Milvo Aberti	Matemática
Ir. Guido	Francês, História Universal
Ir. Odone	Português, História do Brasil, Caligrafia, Música

Fonte: Livro de Atas Reunião de Professores Seminário Rainha dos Apóstolos (1954-1970). Seminário Rainha dos Apóstolos – Vale Vêneto (1896-1970). Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora – Santa Maria/RS. **Organização:** Autor.

O cotidiano dos alunos do seminário era organizado através de atividades diárias divididas entre manhã e tarde. Pela manhã os seminaristas levantavam, faziam suas orações e depois tomavam café da manhã, e então se seguia para os estudos. No turno da tarde, após o almoço voltava-se para os estudos, depois de um intervalo para o chá da tarde a rotina educacional seguia-se até a hora da janta no final da tarde, por fim, algumas orações, leitura espiritual e finalmente todos tinham que dormir³¹³.

Organizar uma rotina através de um cronograma diário de atividades pode ser interpretado como uma forma de afastar os alunos da realidade externa. Estando sempre ocupado o seminarista não teria tempo para entrar em contato com ideias que fossem

³¹³ Livro de Atas Consulta da Casa Seminário Rainha dos Apóstolos (1954 -1966). Seminário Rainha dos Apóstolos – Vale Vêneto (1896-1970). Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora – Santa Maria/RS.

contrárias ou consideradas perigosas para a Igreja Católica. Portanto, era importante manter crianças e jovens dentro das fronteiras que o seminário comportava.

No que concerne à estrutura do Seminário Rainha dos Apóstolos destacamos que a instituição seminarística mantinha em suas instalações um grande complexo educacional que possuía: biblioteca, sala dos professores, salas de aulas, secretária, sala de encadernação, dormitórios, cozinha, refeitório, padaria, lavanderia, piscina, pátio com campo de futebol, entre outros. Possivelmente, isso deve ter atraído muitos alunos para a instituição.

Para manter ajudar a manter o seminário os palotinos pediam auxílio da comunidade. Os sacerdotes diziam que era caro manter um seminarista, todos gastavam calçados, roupas e comiam com muita disposição. Uma das formas de arrecadar dinheiro era confeccionar rifas, onde o valor era revertido para a instituição seminarística. Havia também a livre doação feita pelos imigrantes, onde além de dinheiro, os italianos ofereciam materiais dos mais diversos: livros escolares, mesas, tijolos, telhas, madeiras, doando dias de serviços e até doando animais como vacas, terneiros e cavalos³¹⁴. A relação entre a Pia Sociedade das Missões e colonos de Vale Vêneto eram proveitosas para ambas as partes, se os sacerdotes buscavam expandir a congregação, para os habitantes daquela comunidade, além do fator religioso, buscava-se desenvolver a colônia.

As Irmãs do Imaculado Coração de Maria e a Escola Nossa Senhora de Lourdes

O processo de escolarização nas colônias de imigração italiana não pode ser compreendido de forma homogênea. De acordo com Kreutz (2000, p. 358):

[...] não podemos falar genericamente de escolas da imigração italiana. Há diferenciações motivadas pela região de proveniência dos imigrantes, pelo contexto socioeconômico regional no qual se inseriam (região urbana, trabalhador assalariado em fazenda de café ou pequeno proprietário de terras em localidades etnicamente homogêneas) e também pelas diferenciadas iniciativas dos estados em relação ao processo escolar, uma vez que, na Primeira República, o ensino primário era responsabilidade dos mesmos.

Segundo Piovesan (1999), os imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul eram em sua maioria analfabetos ou semianalfabetos. Nesse sentido, “os italianos

³¹⁴ Revista Rainha dos Apóstolos, ano 1, nº I, abril de 1923, p. 16-17.

demonstravam pouco interesse pela criação de escolas, pois, julgavam que a mesma, colocaria na ociosidade braços que poderiam ajudar na lavoura” (PIOVESAN, 1999, p.98). Contudo, essa tese não parece ser totalmente completa. Regiões como Lombardo e Vêneto tiveram um processo de escolarização através de uma política oficial a partir de 1927, definido pelo *Codice Scolastico Imperial Regio*, com o ano escolar iniciando-se em novembro e estendendo-se até setembro (LUCHESE, 2007). Isso, demonstra que provavelmente muitos italianos ao emigrar para o Brasil já possuíam algum grau de escolaridade. No Rio Grande do Sul, à medida que muitas colônias italianas foram se estruturando algumas escolas foram sendo criadas. Piovesan (1999, p.99) cita “três modalidades de escola: As escolas particulares organizadas pelos imigrantes que dividiam-se em “scola serale” (escola noturna) e escola diurna; a escola pública e escola particular católica”.

Durante o regime imperial brasileiro, a educação brasileira era responsabilidade das províncias, de modo que no Rio Grande do Sul, as raras escolas públicas, eram em sua maioria destinadas às camadas mais favorecidas e bem localizadas do estado (PIOVESAN, 1999). Nesse contexto, a chegada de congregações religiosas masculinas e femininas no Brasil, que através da criação de redes particulares de escolas confessionais constituíram uma concepção religiosa da educação, a Igreja Católica “ocupou o espaço que o poder público ignorava: a educação escolar” (VELASQUEZ, 2016, p.109). A educação também era uma importante arma da Igreja, de modo que a criação de escolas era uma forma de garantir seu capital simbólico e econômico, ao mesmo tempo, reforçar o processo de romanização no Brasil.

O avanço da modernidade com suas ideias liberais, racionais e de laicidade, significava uma ameaça a Igreja Católica. Portanto, através da educação a Igreja buscava diminuir os danos que a instituição vinha sofrendo. As escolas confessionais postulavam constituir uma zona de influência, mantendo sobre os jovens e adolescentes um certo controle sobre a ordem social e moral, que fora dos muros da escola não teriam.

Em Vale Vêneto a fundação de uma escola católica fora um desejo da família Bortoluzzi. Sabia-se que naquelas terras as distâncias e a falta de escolas eram um empecilho para educar os filhos. Para resolver esse problema o imigrante Paulo Bortoluzzi organizou uma comissão e foi até Porto Alegre falar como o então Bispo

Laranjeiras e a Superiora das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, Madre Maria Margarida. Em 24 de setembro de 1891, Bortoluzzi chegou a enviar uma carta para a Madre Superiora, prometendo uma casa para receber as irmãs e que inclusive matricularia algumas de suas filhas na escola.

Eu sou prompto a oferecer-lhe uma casa, por alguns anos, sem nenhum reis de aluguel, até que minha Madre poderá fazer-se um convento, em lugar que melhor achar mais conveniente.

E sou prompto para ajudar-lhe em tudo quanto poderei.

Bem entendido, que tenho duas casas, para sua disposição, todas duas são sobrados.

Uma tem sete quartos, e a outra tem quatro quartos, e no mesmo quintal tem outra casinha com dois quartos e um forno.

Tem uma parreira que da uma pipa de vinho, e três metros fora da casa e no mesmo quintal, passa um rio [...], que é o principal desse centro.

E na primeira casa também tem uma pequena fonte de água.

Se minha Madre determina de vir antes [...], então eu estou prompto a casa a essa e por as vidraças na janela.

E se determinar virem primeiro a ver, então logo, que estão aqui, prontarei a casa, que delas duas melhor gostar para morar.

E o quintal mando fechar com tábuas grossas. Se caso minha Madre não tivesse muitas filhas, por enquanto, pode mandar duas ou três religiosas.

E quanto as estudantes eu já tenho quatro filhas: que se quiser poderão ficar já pensionistas.

E asseguro que depois virão mais meninas para a escola.

Depois temos a colônia S. Angelo, Santa Maria e roda a [...] Serra que não tem ainda nenhum colégio.

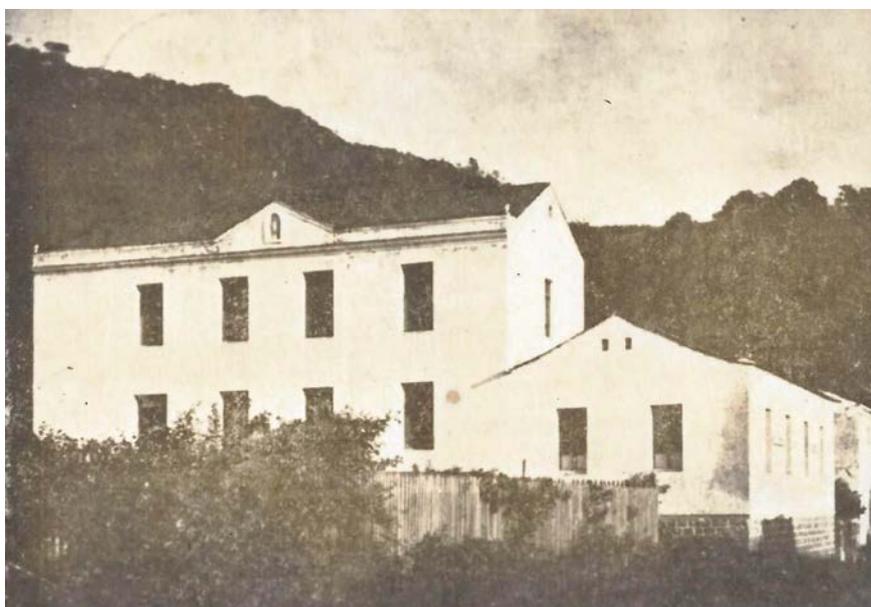
Pois minha Madre faça uma idéia que vai fundar um colégio num centro católico Italiano³¹⁵.

A história das Irmãs do Imaculado Coração de Maria está ligada as normativas do processo revolucionário francês, aonde em muitos países se havia proibido o funcionamento de ordens e congregações religiosas. Foi, nesse contexto, que as irmãs saíram da Áustria em 1848, junto com sua fundadora Bárbara Maix, chegando ao mesmo no Brasil, e oficializando a fundação da congregação em 09 de maio de 1849. As religiosas começaram administrando algumas escolas no Rio de Janeiro e em 1855 desembarcaram no Rio Grande do Sul, onde fundariam asilos e escolas (OLIVEIRA, 2009).

³¹⁵ Cópia de parte da Carta de Paulo Bortoluzzi enviada à Madre Margarida, em 24 de setembro de 1891. Fonte: Álbum nº 1 – Centenário da Casa de Retiros Nossa Senhora de Lourdes Vale Vêneto (1992). Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes (AENSL) – Vale Vêneto/RS.

Após muitas negociações as Irmãs de Maria desembarcaram em Vale Vêneto em 26 de fevereiro de 1892, entre elas estavam: Irmã Maria Crisanta do Sagrado Coração de Jesus, Irmã Maria Batista das Cinco Chagas e a juvenista Hipólita Michelotti. Na comunidade as religiosas fundaram a escola Nossa Senhora de Lourdes para receber estudantes do sexo feminino. Anos mais tarde, em anexo a escola, ergueriam o Pensionato São Luis, que recebia meninos até doze anos de idade.

Imagem 2: Escola Nossa Senhora de Lourdes (esquerda); casa doada por Paulo Bortoluzzi para receber as irmãs (direita), Vale Vêneto/RS (1922)



Fonte: Fotografias. Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora – Santa Maria/RS.

Muitas estudantes acabavam atraídas pela vocação religiosa e pediam admissão na congregação. Tal fato era muito comum entre os filhos e filhas de imigrantes italianos, mas isso, não era apenas uma questão da religiosidade das famílias. Segundo Zanini (2013, p.30), “Tratava-se, igualmente, de uma forma de sobrevivência da condição camponesa, pois, ao tornar um filho religioso, ele não entrava na partilha das terras (já poucas), como também tinha a possibilidade de ascensão social via estudo”.

A juvenista Hipólita Michelotti, chegada junto às irmãs no Vale Vêneto foi a primeira aspirante à vida religiosa na comunidade. Michelotti era natural da Áustria, onde nasceu em 5/07/1871, sendo filha de Felix Michelotti e Amália Bortolotti

Michelotti³¹⁶. Conforme Marcuzzo (1992), a jovem vocacionada ajudava as religiosas nos afazeres domésticos. Após alguns anos junto à congregação, transferiu-se para Porto Alegre no ano de 1883, onde ingressou no noviciado e passou a usar o nome de “Irmã Maria Catarina de Sena”.

A primeira diretora da Escola Nossa Senhora de Lourdes ficou a cargo de Madre Maria Batista das Cinco Chagas. Durante a direção da escola (1892-1914), a religiosa recebeu 18 aspirantes a vida religiosa. Posteriormente, as estudantes transferiam-se para a capital, onde davam continuidade a seus estudos.

Quadro 2: Aspirantes à vida religiosa em Vale Vêneto 1892-1913

NOME	NATURA LIDADE	PAI	MÃE
Maria Pia Francesca Bortoluzzi (Irmã Madre Matilde do Coração de Jesus)	Piavon (Itália)	Paulo Bortoluzzi	Stella Furlan
Ana Catharina Montagner (Irmã Madre Emília de Assunção)	Treviso (Itália)	Jacinto Montagner	Pierina Colomba Montagner
Maria Druzian (não ingressou no noviciado)	Itália	Françisco Druzian	Madalena Druzian
Thereza Montagner (Irmã Madre Avelina do Espírito Santo)	—	Jacinto Montagner	Pierina Colomba Montagner
Martinha Mizzola (Irmã Madre Madalena de Assunção)	Mantova (Itália)	Valentino Mizzola	Páschoa Turezasi Mizzola
Maria Lunelli (Irmã Madre Marcelina de São José)	Venâncio Aires (RS)	Domíngio Lunelli	Dorotéia Fachinelli
Rosa Bevilacqua (Irmã Madre Amélia de São José)	Vale Vêneto (RS)	Antônio Bevilacqua	Joanna Stella Bevilacqua
Nunciata Michelotti (Irmã Madre Regina SSmo. Nome de Jesus)	Alfredo Chaves (RS)	Felix Michelotti	Amália Bortolotti Michelotti
Rosa Bisognin (Irmã Madre Benigna do Carmo)	Gênova (Itália)	Françisco Bisognin	Brigida Trentina Bisognin
Angela Bevilacqua (Irmã Madre Lucia do Perpétuo Socorro)	Vale Vêneto (RS)	Jacob	Luiza Pára Bevilacqua

³¹⁶ Cópia de certidão de registro de estrangeiro. Álbum nº 1 – Centenário da Casa de Retiros Nossa Senhora de Lourdes Vale Vêneto (1992). Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes (AENSL) – Vale Vêneto/RS.

Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos

		Bevilacqua	
Apparlice Bortoluzzi (Irmã Madre Inocência Bortoluzzi do Menino Jesus)	Vale Vêneto (RS)	Jos é Bortoluzzi	Elia Bortoluzzi
Maria Bortoluzzi (Irmã Madre Camila dos Prazeres de Nossa Senhora)	Silveira Martins (RS)	Jos é Bortoluzzi	Elia Bortoluzzi
Engrácia Moro (Irmã Madre Dorotéia das Neves)	Vale Vêneto (RS)	Jos é Moro	Regina Bortolotto Moro
Domênica Cauduro (Irmã Madre Tarcila do Anjo Custódio)	Veneza (Itália)	Jos é Cauduro	Páschoa Baldo Cauduro
Maria Pozzobom (Irmã Madre Hermínia do Coração de Jesus)	Vale Vêneto (RS)	Fiorino Pozzebom	Catharina Busiol
Raquel Dotto (Irmã Madre Laura de Santa Juliana)	Vale Vêneto (RS)	Lui z Dotto	Angela Casarin Dotto
Angelina Dalmolin (Irmã Madre Georgina de Santa Tereza)	Bento Gonçalves (RS)	An gelo Dalmolin	Bárbara Michelotti
Luiza Tomazzetti (Irmã Madre Dolores da Santa Cruz)	Silveira Martins (RS)	João Tomazzetti	Luiza Tomazzetti Formoto

Fonte: Álbum nº 1 – Centenário da Casa de Retiros Nossa Senhora de Lourdes Vale Vêneto (1992). Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes (AENSL) – Vale Vêneto/RS.

Organização: CRUZ, 2014.

A Escola Nossa Senhora de Lourdes mantinha uma rotina ligada à Igreja Católica. A escola confessional era uma forma de afastar os alunos das ideias modernas e do ensino leigo. No contexto da romanização no Brasil, a inserção da vida sacramental eram uma de suas características. Nesse sentido, era preciso criar estratégias para atrair crianças e adolescentes para o catolicismo, a educação era uma forma construir católicos exemplares e cumpridores de seus deveres. As estudantes eram estimuladas a participarem das atividades da Igreja, como ir às missas, ou programas como a Ação Católica, Apostolado da Oração e a Cruzada Eucarística Infantil, como apontou Azevedo (1949). As alunas também aprendiam atividades como datilografia, aulas de corte e costura.

Imagem 3: Alunas Internas da escola Nossa Senhora de Lourdes (1928), Vale Vêneto (RS)



Fonte: Álbum nº 1 – Centenário da Casa de Retiros Nossa Senhora de Lourdes Vale Vêneto (1992). Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes (AENSL) – Vale Vêneto/RS.

As Irmãs do Imaculado Coração de Maria estavam engajadas com o projeto de romanização no Brasil. As religiosas buscavam manter, regras, práticas e mentalidade da Igreja Católica, dentro de um contexto do período, entre o final do século XIX e início do século XX. Através disso, constituir uma ligação entre educação e a religião, à medida que, as atividades escolares quase sempre estavam ligadas a doutrina oficial da Igreja.

Considerações finais

A educação foi um mecanismo usado pela Igreja Católica que lhe possibilitava dominar o aparelho de ensino, uma vez que com a Proclamação da República o Estado passava a ser laico, ao mesmo tempo, abria-se a difusão de novas crenças religiosas. Com isso, as congregações religiosas europeias trabalharam em prol da Igreja brasileira evitando a circulação de ideais e dogmas que fossem contrárias a Instituição católica. Nesse contexto, cabia encontrar o rebanho necessário para reforçar a romanização em

território brasileiro. Dessa forma, os imigrantes italianos no Sul do Brasil encaixavam-se perfeitamente no projeto romanizador da Igreja, tendo em vista que em sua maioria eram italianos católicos.

Em Vale Vêneto, o trabalho desenvolvido por essas congregações constituiu um substrato na vida das pessoas desta comunidade. No caso da educação, ela foi um meio que os imigrantes viram para fortalecerem a fé e devoção religiosa através da doutrina católica. Já para a Igreja os imigrantes eram um grupo passível de serem instrumentalizados às práticas e ritos da Instituição religiosa.

A Pia Sociedade das Missões através da criação do Seminário Rainha dos Apóstolos buscou a formação de um clero romanizado, como também era uma forma de expandir a Congregação Palotina na região. A rigidez da instituição visava um controle sobre as atividades diárias dos seminaristas, direcionando os mesmos para se adaptarem a futura profissão: o sacerdócio.

As Irmãs do Imaculado Coração de Maria buscaram a partir da educação um meio para instruir crianças e jovens para as práticas e cultos católicos. A educação era uma ferramenta para moldar a realidade e as mentes dos alunos. Muito, além disso, a Escola Nossa Senhora de Lourdes era a instituição mais próxima e bem localizada para muitas famílias que queriam matricular seus filhos em um estabelecimento de ensino, e que por ser católica atraía muitas pessoas que se familiarizavam com a religião.

A relação entre a romanização e educação foi, nesse sentido, uma oportunidade para as congregações religiosas católicas captarem novos fiéis. Por isso, era importante desde cedo conduzir meninos e meninas para participarem de atividades ligadas à Igreja, e então, criar um campo religioso favorável ao catolicismo. Dessa maneira, a educação e suas formas de organização constituíram um meio necessário para a Igreja manter sua influência naquela sociedade vigente.

Referências

AZEVEDO, Soares D'.. **Uma vida e uma obra**: 1º centenário da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Rio de Janeiro: [s.n.], 1949.

BASILE, Marcelo Otávio N. de C. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campos/Elsevier, 2000.

BONFADA, Genésio. **Os palotinos no Rio Grande do Sul**. 1886 a 1916: fim da Província Americana. Porto Alegre: Editora Pallotti, 1991.

CRUZ, Jorge V. Q. da. **O papel da religiosidade como fator de integração social na quarta colônia de imigração italiana (RS): Vale Vêneto (1878-1927)**. Monografia (Graduação em História) – Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2014.

HAUCK, João Fagundes. **A Igreja na Emancipação (1808-1840)**. In: BEOZZO, José Oscar (Org.). História da Igreja no Brasil. Segunda época – Século XIX. Tomo/II. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS, 1875 a 1930**. Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. . Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2068?show=full>>. Acesso em: 11abr.2018.

MARCUZZO, Pe. Clementino. **Centenário da chegada das irmãs e fundação do Colégio – Vale Vêneto, 1892 – 1992**. Santa Maria: Pallotti, 1992.

OLIVEIRA, Sônia Machado de. **Gestão Feminina nas Escolas de Sociedade Educação e Caridade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1994/SoniaOliveiraEducacao.o.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 out.2017

PIOVESAN, Rosemar F. V. Educação e imigração: a história da escola entre os imigrantes italianos. Quarta Colônia. In: Marin, Jéri (org). **Quarta Colônia: Novos Olhares**. Porto Alegre: Edições Est, 1999.

QUAINI, Pe. João Baptista. **Origem Histórica da Província Nossa Senhora Conquistadora – Primeira Parte (1886-1954)**. Santa Maria: Biblos, 2016.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TAVARES, Mauro D.. **Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeiras (1861-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1846/irmandades%20religiosas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 jun.2018.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)**. Santa Maria: Editora UFSM: Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

VELASQUEZ, Cinara Dalla Costa. **Memórias da Escola Nossa Senhora de Lourdes, RS: Narrativas da Experiência Educativa em uma Instituição Confessional Católica (1960-1970)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <

<<http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3504/VELASQUEZ%2c%20CINARA%20DALLA%20COSTA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 ago.2017.

Fontes

Álbum nº 1 – Centenário da Casa de Retiros Nossa Senhora de Lourdes Vale Vêneto (1992). Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes (AENSL) – Vale Vêneto/RS

Livro de Atas Reunião de Professores Seminário Rainha dos Apóstolos (1954-1970). Seminário Rainha dos Apóstolos – Vale Vêneto (1896-1970). Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora – Santa Maria/RS.

Fotografias. Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora – Santa Maria/RS.

Revista Rainha dos Apóstolos, ano VII, nº 5, maio de 1929. Biblioteca de Teologia – Faculdade Palotina de Santa Maria.

Revista Rainha dos Apóstolos, ano 1, nº I, abril de 1923. Biblioteca de Teologia – Faculdade Palotina de Santa Maria..

**ESPAÇO DOS MORTOS, SEPULTURAS DOS VIVOS.
UMA ANÁLISE SOBRE PRÁTICAS EM EDIFICAÇÕES
TUMULARES NOS CEMITÉRIOS LUTERANOS DE
CANGUÇU – RS**

Renato Rodrigues Farofa
Mestre em História Social
Pastor da Paróquia Evangélica Luterana São João de Canguçu-RS

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar, de maneira preliminar, uma prática religiosa e cemiterial bastante comum na contemporaneidade entre luteranos de descendência alemã e pomerana na região sul do Rio Grande do Sul, notadamente na cidade de Canguçu: preparar, em vida, suas sepulturas deixando gravada nas mesmas a identificação pessoal e, em alguns casos, a fotografia. A escolha por Canguçu se dá em razão do início da pesquisa se embasar em entrevistas com membros destas comunidades religiosas e na visita a 18 dos 59 cemitérios luteranos deste município realizadas nos anos de 2017 e 2018. Com base nas entrevistas, que foram 12 até o momento, o trabalho tem como meta não apenas levantar hipóteses sobre o início destas edificações nestes espaços cemiteriais, mas também analisar as possíveis motivações para tais práticas. Assim sendo, busca-se relacionar tais ações com a religiosidade envolvida dentro de uma esperança escatológica bem como no processo de práticas culturais desse grupo ligados ao cemitério como um espaço de preservação da memória individual.

INTRODUÇÃO

Os cemitérios têm sido alvo de pesquisa nas mais diferentes áreas das Ciências Humanas. Sua marca edifica e modifica a paisagem, demonstrando assim a ação do humano naquele espaço. Os rastros deixados pela vivência do luto e das diferentes práticas e rituais constatadas nos cemitérios podem ser fonte de pesquisa e objeto da história. De acordo com Jodelet as representações ajudam a entender as vivências e/ou atribuições de sentido à vida de determinado grupo social (JODELET, 2001, p.21). Tratando-se dos cemitérios, nesse universo representativo, conforme explica Gagnebin, há uma relação íntima entre túmulo e signo. No trabalho de compreender os signos, a autora afirma a importância das representações da morte, uma vez que *“as inscrições funerárias estejam entre os primeiros rastros de signos escritos confirma-nos, igualmente, quão inseparáveis são memória, escrita e morte”* (GAGNEBIN, 2006, p.45). Esses rastros que transformam a paisagem fazem do cemitério, independentemente de como ou por quem ele seja constituído, um cenário social.

As inscrições nas sepulturas exercem uma função simbolizadora nos cemitérios luteranos do interior do sul do Rio Grande do Sul. E nessas construções os sepulcros difundem como signos imaginados uma comunicação entre as pessoas, no ato de reconhecer-se e afirmar-se (BACZKO, 1985, p.324) nestas edificações. O cemitério é um espaço pensado e construído não somente para os mortos, mas com seus rastros e testemunhos não documentais (RICOEUR, 2007, pp.180-181), é também um espaço edificado para os vivos.

Nos cemitérios, as representações dos mais diversos costumes estão evidenciados. O cemitério, seus signos e códigos reconhecidos socialmente, representam, formam e transmitem valores comportamentais coletivamente apropriados. O espaço cemiterial com a escrita produz o que Jacques Le Goff chama de “*arquivos de pedra*” (LE GOFF, 2003, p.428).

O uso do cemitério, além de destinar um local adequado aos mortos, segundo explica Pagoto citando Philippe Ariès, serve para “*cultivo da memória daqueles que já partiram*” (PAGOTO, 2004, p.97), ou como na análise desse estudo, daqueles que irão partir. Enfatiza-se, assim, o discurso de vivos para vivos através dos mortos e da futura morte, uma vez que, toda a representação em uma sepultura é realizada por quem vivencia o luto. Esse ato de construção e de preservação da memória individual de maneira positiva contribui para a superação do luto através de ritos de imortalidade, como por exemplo, nos casos em que se prepara antecipadamente o próprio túmulo.

Essa preservação da memória individual é transportada para dentro dos cemitérios no intuito de preservação da identidade daquele que não está, e no caso dos cemitérios pesquisados, daqueles que não estarão mais no futuro entre os vivos. Esse terror da perda da individualidade (MORIN, 1976, pp.32-33), com as representações nos sepulcros é amenizado, visto que assim os mortos, ou aqueles que se preparam para a morte, estão ou estarão na memória e consciência dos vivos (ELIAS, 2001, p.53).

Interpretar a paisagem do cemitério, no caso destas necrópoles luteranas até aqui pesquisadas é interpretar como esta cultura religiosa, como comunidades étnicas pomerana e alemã e religiosa (luterana), produzem suas referências culturais. Isso devido ao fato de que “*ao estudarmos as representações da morte nos cemitérios estamos, portanto, tentando compreender a nós mesmos, enquanto seres humanos que têm sentimentos com relação à morte*” (STEYER, 2000, p.72).

Com isso, a pesquisa pretende problematizar a leitura do cemitério como espaço da memória individual, pertencimento e de uma perspectiva escatológica destes que preparam suas sepulturas em vida, dentro do conceito de comunidade trazido pelos imigrantes alemães e pomeranos luteranos e mantidos pelos seus descendentes.

IMIGRAÇÃO, LUTERANISMO E A COMUNIDADE

Antes de adentrarmos os espaços cemiterias luteranos de comunidades de descendentes de alemães e pomeranos no sul do Rio Grande do Sul, vamos situar a origem destas igrejas e conseqüentemente de seus cemitérios. Assim como não se pode separar o luteranismo no sul do Brasil da imigração, não pode haver separação da chegada desses imigrantes com o propósito do império brasileiro do século XIX. Como não se podia usar mão-de-obra dos escravos, para poder entrar no mercado internacional de capital e divisão de trabalho, o Brasil teve de buscar outro tipo de trabalhadores que substituíssem os escravos. Este era um dos motivos para trazer colonos europeus para o Brasil.

No caso do Rio Grande do Sul, especialmente da região sul do estado, existia um fator determinante para o interesse na chegada de europeus. A então província de São Pedro era praticamente despovoada e suas fronteiras eram vulneráveis a qualquer investida dos países vizinhos. Sabendo dessa situação, o império incentivou a vinda de imigrantes para a região, e no caso de Pelotas e São Lourenço do Sul, imigrantes oriundos da Prússia, que abrigava vários territórios, entre eles a Pomerânia, chegam a partir da década de 1850. Estes imigrantes, através do povoamento, ajudaram para a solidificação das fronteiras nacionais, processo que levou muitos anos (ROCHE, 1969, pp.11-12).

A maioria destes imigrantes que chegaram ao estado eram protestantes³¹⁷. Diante da miséria causada pelo capitalismo industrial que acabou por formar no velho continente uma grande massa de desempregados (DREHER, 1999, p.111), muitos colonos não tinham alternativas senão migrar. Além de uma situação política turbulenta no Rio Grande do Sul, os imigrantes evangélicos tinham de enfrentar uma legislação religiosa que não lhes era favorável. No Brasil, toda e qualquer religião que não a

³¹⁷ O território da Pomerânia, no século XIX, era predominantemente luterano. Com exceção de cinco comunidades reformadas, o restante da população, ou seja, 98,44% professava a fé luterana. WACHHOLZ. 2004, p.92.

católica, era apenas tolerada. Com isso, os protestantes tinham de construir seus templos sem a aparência de igreja, e ter seus próprios cemitérios, pois os públicos eram somente para os católicos (TEICHMANN, 1996, pp.39-40).

Somando a este quadro, existia uma diversidade religiosa entre os imigrantes. Além de alguns católicos, os evangélicos vinham de várias denominações:

Também sob o ponto de vista sociorreligioso era grande a variedade dos emigrantes. Além dos mencionados livres-pensadores e católicos, havia entre os protestantes, que constituíam mais da metade dos emigrantes, luteranos, reformados, unidos, bem como, entre os teuto-russos, especialmente menonitas (PRIEN, 2001, p.30).

Esse número de evangélicos aumentou durante o século XIX no Rio Grande do Sul. Estima-se que, nos primeiros cinquenta anos de colonização, viviam aproximadamente 20.000 evangélicos no estado, e que pelo final do mesmo século a população evangélica já se aproximava dos 80.000 (FISCHER, 1986, p.34).

A situação religiosa nas primeiras décadas da imigração foi bem difícil para os protestantes. O atendimento pastoral era quase inexistente. Entre 1824 até 1864 vieram ao Brasil menos que 20 pastores (PRIEN, 2001, p.50) e ao Rio Grande do Sul apenas seis pastores ordenados, sendo que apenas de um se poderia confirmar o estudo teológico (DREHER, 1984, pp.66-69). O assim chamado período congregacionista ocorreu entre os anos de 1824 a 1864. Por isso, esse período também é denominado de “seca espiritual” (FISCHER, 1986, p.35).

Mesmo nesta situação os evangélicos organizaram suas próprias comunidades. Oriundos de uma tradição evangélica de total dependência do governo, e sem ter tido uma educação que lhes possibilitasse a organização de paróquias, os colonos alemães acabaram por formar comunidades de emergência, com a presença do cemitério.

Dentro da comunidade de emergência deveriam existir pastores. Com a indiferença da igreja-mãe em enviar missionários para atender os imigrantes, surge a figura do “pastor-colono” (TEICHMANN, 1996, pp.35-36). Estes, por sua vez, vinham das mais diversas profissões. Foi nesta fase que o luteranismo no Rio Grande do Sul, mesmo que quase sem atendimento pastoral, começa a se estruturar. Foi esse pastorado que deu início à formação do luteranismo no Rio Grande do Sul. Através desses “pastores-colonos” que a fé evangélica resistiu até a chegada, em número maior, de

pastores ordenados. Este mérito de preparar o solo para o luteranismo institucional se deve a esses pastores (WACHHOLZ, 2003, p.498-499).

Devido a uma estrutura eclesiológica e comunitária inicialmente marginalizada, os imigrantes tiveram dificuldades na participação da sociedade como um todo. Isso contribuiu para um futuro pensamento provinciano dos luteranos (DREHER, 1988, p.53-54).

Nessa estruturação eclesiástica que vai surgindo, tudo é “nosso”, na expressão comunitária desses agricultores: nossa Igreja, nossa escola, nosso cemitério, nosso pastor. A consequência eclesiológica dessa Igreja comunitária é que a Igreja, com o passar dos anos, mais e mais, vai terminar nos limites da colônia (DREHER, 1999, p.121-122).

E foi neste modelo de comunidade onde “tudo é nosso”, que ao lado da igreja e da escola, o cemitério passa a ter um papel fundamental para a preservação da memória e dos costumes dessas populações, como também da fé evangélico-luterana.

CEMITÉRIOS LUTERANOS EM CANGUÇU

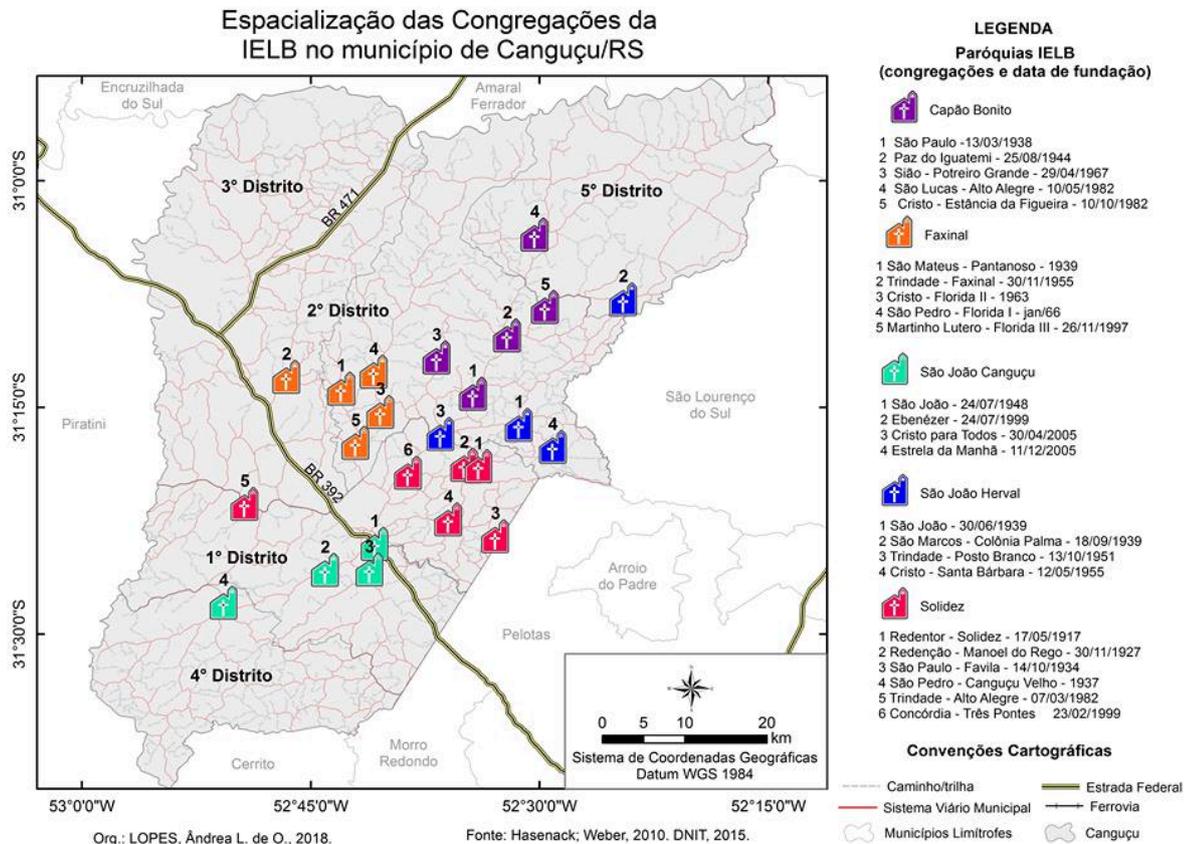
A escolha pelos cemitérios luteranos de Canguçu se dá em razão da grande quantidade de locais de enterramentos na região. Na recente pesquisa se observou o grande número de cemitérios nos municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas e Morro Redondo. Somente em Canguçu existem 59 cemitérios mantidos por comunidades luteranas, sendo 24 de congregações pertencentes a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), 21 da Igreja Evangélica Luterana Independente (IELI) e 14 da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). A explicação para esse grande número de espaços cemiteriais se faz no conceito trazido pelos imigrantes alemães e pomeranos de confissão protestante de comunidade. Para este grupo a ideia de ser e pertencer a uma comunidade acontecia, conforme dito anteriormente na igreja, escola e cemitério.

Passados mais de 160 anos de imigração pomerana e alemã na região sul do Rio Grande do Sul, seus descendentes mantêm esse conceito de comunidade com o cemitério, agora sem a escola e com o acréscimo do salão. Com a expansão do ensino público a grande maioria das escolas paroquias foram desativadas. Desde as décadas de 1970 e 1980 os filhos dos luteranos estudam em escolas públicas, o que de uma maneira geral não foi um tabu. O acréscimo do salão se dá em função das melhores condições

econômicas que essas gerações têm com relação aos seus antepassados. Mas os cemitérios continuam a existir e serem erguidos mesmo com a aceitação em necrópoles públicas de sepultamentos de não católicos após a proclamação da República. Ser enterrado em um cemitério que não seja o da comunidade pode ser entendido como um rompimento com o pertencer daquele grupo de fé.

Esses apontamentos acima embasam a escolha em especial por Canguçu. Ao contrário de São Lourenço do Sul e Pelotas, Canguçu não recebeu imigrantes alemães e pomeranos. Com isso as comunidades de luteranos que surgiram neste município são de filhos e netos daqueles imigrantes que aportaram em municípios vizinhos na segunda metade do século XIX. Dessa forma pode-se afirmar que as comunidades luteranas que foram fundadas em Canguçu ao longo do século XX carregavam consigo uma tradição europeia, mesmo com todas as mudanças provocadas pelo tempo, em especial com o direito do exercício público da fé pós 1889 e, como dito anteriormente, com o direito de enterramento em cemitérios públicos. Chama atenção o caso de Canguçu, que fora fundada em 1812 e emancipada de Piratini em 1857, que todos os 59 cemitérios e igrejas foram inaugurados nos séculos XX e XXI.

Como se trata de uma pesquisa recente, trago aqui um recorte das comunidades e seus respectivos cemitérios luteranos da IELB em Canguçu.



Interessante notar que comunidades fundadas no século XXI, como Cristo Para Todos e Estrela da Manhã, integrantes da Paróquia São João delimitaram também seu espaço cemiterial. Assim essas comunidades mantêm cemitérios, especialmente as mais novas, com grandes espaços vagos, ou como veremos na sequência do texto com sepulturas prontas, a grande maioria com o nome e data de nascimento do proprietário e em alguns casos com a fotografia.

SEPULTURA DOS VIVOS

Nos 18 espaços pesquisados³¹⁸, a maioria da IELB, encontramos em média 8 sepulturas reservadas, preparadas pelos vivos. Em um destes locais de enterramentos

³¹⁸ Os cemitérios visitados até o momento são os seguintes: Cemitério da comunidade evangélica luterana São João de Canguçu; Cemitério da comunidade evangélica luterana Ebenézer do Passo do Valadão; Cemitério da comunidade evangélica luterana Cristo Para Todos da Lagoa dos Pereira; Cemitério da comunidade evangélica Estrela da Manhã da Coxilha dos Piegas; Cemitério da comunidade evangélica de confissão luterana Cristo Redentor da Coxilha dos Piegas; Cemitério da comunidade evangélica luterana São Pedro da Florida I; Cemitério da comunidade evangélica luterana independente Santa Marta da Florida I; Cemitério da comunidade evangélica luterana Cristo da Florida II; Cemitério da comunidade evangélica luterana Martinho Lutero da Florida III; Cemitério da comunidade evangélica luterana São Mateus do Pantanoso; Cemitério da comunidade evangélica luterana Concórdia das Três Pontes;

visitados, o cemitério da comunidade evangélica luterana Martinho Lutero da Florida III, chama atenção o número de sepulturas sem restos mortais. Das 23 sepulturas, apenas 10 estão ocupadas, enquanto que as outras 13 esperam pelos seus mortos, sendo que em 11 já constam pelo menos o nome e data de nascimento.

Sabendo que para tentar compreender esse costume é necessário ir além dos livros de registros paróquias e da visitação às sepulturas, a pesquisa pelas fontes orais se apresenta como uma alternativa para elucidar essas práticas. Conforme explica Alessandro Portelli *“fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo, e o que agora pensa que fez”* (PORTELLI, 1997, p.31). A fonte oral trabalha com a participação efetiva dos entrevistados, não para confirmar molduras, mas trazer para a pesquisa outras possibilidades de leitura sobre a mesma prática. Mesmo assim, continuará incompleta, uma vez que a memória é escolha (THOMSON, 1997, p.57). Esse *“inconcluso de fontes orais afeta todas as outras fontes”* (PORTELLI, 1997, p.36). E como a fonte oral trabalha na dialética entre identidade e memória (THOMSON, p.57), as múltiplas identidades fornecem respostas às memórias não estampadas nos *“arquivos de pedra”*.

Para tentar fazer a leitura dessa prática entrevistamos até o momento 12 pessoas envolvidas diretamente nessas construções. Entre elas, os proprietários, pedreiro e coveiro e representantes de uma marmoraria da região. A primeira entrevista foi feita com o senhor Waldemar Schneider que foi pedreiro e coveiro entre 1992 e 2015 na comunidade evangélica luterana São Pedro da Florida I. Nessa entrevista o senhor Schneider relatou que a ideia de se preparar a sepultura em vida é recente. Na entrevista, juntamente de sua esposa, senhora Marlene Lemke Schneider, que fazia parte do grupo de servas (senhoras) daquela mesma comunidade, contou que em função de dias chuvosos é que se teve a ideia de deixar pronto um tanque (espaço destinado ao enterramento já cimentado) para que o sepultamento fosse realizado sem a dificuldade de abrir uma cova com tempo chuvoso, conforme ele relata *“dia de chuva era um problema... para resolver as servas pagaram, eu dei o serviço e elas o material... assim deixamos prontos dois, dois tanques”*.

Cemitério da comunidade evangélica luterana São Paulo da Favila; Cemitério da comunidade evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho; Cemitério da comunidade evangélica luterana Redentor da Solidez; Cemitério da comunidade evangélica luterana Sião do Potreiro Grande; Cemitério da comunidade evangélica luterana São João do Herval; Cemitério da comunidade evangélica luterana Trindade do Posto Branco; Cemitério da comunidade evangélica luterana São Marcos da Colônia Palma.



Tanques prontos no cemitério da comunidade evangélica luterana Cristo da Florida II. Fotografia do autor em 10/09/2018

Essa prática de deixar espaços já cimentados, os tanques, facilitou para o processo de sepultamento, mas ainda não apontava para a razão do número significativo de sepulturas prontas/revestidas e como nome dos proprietários. Observando os espaços cemiteriais é possível constatar que em quase todos os casos, até onde a pesquisa permitiu, as sepulturas que têm o nome da pessoa viva são feitas de pedras, na maioria de granito ou mármore. As antigas sepulturas, ou até novas (que são raras), erguidas de alvenaria com revestimento azulejado, não constam ou não constaram com nomes dos proprietários em vida.

Na continuidade da entrevista com o senhor Waldemar Schneider, sobre essa observação do uso de mármore e granitos nas sepulturas dos vivos, ele explicou: “*entrou a Feddern e o pessoal começou a achar bonito*”. Segundo o entrevistado, foi com inserção desse tipo de material (mármore e granito) nos anos 2000, da marmoraria mencionada, que as famílias começaram a deixar prontas as sepulturas. A prática, em comunidades do interior, de reservar o espaço para sepultamento nos cemitérios destas congregações, especialmente nos caso de viúvos e viúvas, que automaticamente o espaço ao lado está reservado para o enterramento do cônjuge, acontece desde os

primeiros anos de funcionamento destes espaços cemiteriais. A novidade foi ir além do reservar, fazer o acabamento e inserir nome, data de nascimento e fotografia.

Esse ato de deixar pronta a sepultura tem ligação com a entrada das marmorarias nos espaços cemiteriais, mas também com aspecto cultural desses luteranos descendentes de alemães e pomeranos. Segundo o senhor Lori Kurth, 63 anos, que além de comerciante representa a marmoraria citada pelo senhor Waldemar Schneider, há uma cultura entre os “colonos” de “deixar tudo pronto”. No caso da relação com a morte, “*não deixar trabalho para a família, deixar tudo pago*”. Isso no entender do senhor Lori Kurth facilita o seu trabalho como representante da Feddern. Quando perguntado sobre como ele realizava o trabalho junto a marmoraria, disse que “*o pessoal é que me procura aqui na loja*”. Ainda ressaltou que muitos não têm um familiar morto, como no caso de viúvos e viúvas que acabam por fazer o seu após a morte do esposo e esposa, e que mesmo assim o procuram, para deixar tudo pronto e bonito, “*o senhor conhece o seu Arno do mercado Becker? Fiz para ele um jazigo lá no Posto Branco, na Trindade. Ficou muito bonito*”.



Catálogo da Feddern. Arquivo pessoal de Lori Kurth.

Além destas famílias que já deixam os seus lugares reservados e sepulturas prontas, há aquelas que somente vão pagar por esse tipo de construção cemiterial após a morte de um ente querido. Nesse sentido, também ocorre o trabalho dos representantes de marmorarias, conforme explica o senhor Aldo Voigt, 81 anos, que hoje aposentado representa a Feddern. Segundo o senhor Voigt, “quando a gente conhece vai lá e faz uma visita”, referindo-se àquele que está de luto. Ainda o senhor Voigt relatou que é um trabalho complicado, que exige muita compreensão e paciência do revendedor pela situação do luto vivido por parte do cliente, “não é um serviço fácil. A pessoa te conta tudo que passou, a doença, o sofrimento, tudo mesmo”. Essa prática de visitar possíveis clientes explica também o crescimento desse tipo de edificação nos cemitérios luteranos, pois como mesmo o senhor Aldo Voigt, que já tem a sua sepultura pronta, costuma dizer aos clientes “é o que podemos fazer agora”, referindo-se não apenas ao fazer o acabamento da sepultura de alguém já falecido, mas ao oferecer o produto aos que se encontram vivenciando o luto, para deixar tudo pronto.

Também, pelas entrevistas realizadas com aqueles que já tem sua sepultura pronta, foi possível constatar algo mais do que apenas não deixar trabalho e despesas no âmbito financeiro aos familiares. Há também uma perspectiva escatológica, ou seja, dentro da esperança cristã, a crença, em especial dos familiares, de estarem em conjunto no paraíso com Jesus Cristo após a morte. Na doutrina luterana, a fé em vida na obra de Jesus Cristo relatada na Bíblia é o que leva o indivíduo para a eternidade junto de Deus. Após a morte não há mais nada o que se possa fazer pela alma do falecido, através de orações e outros ritos. Como a salvação, o desejo de estar no paraíso após a morte, tem de ser resolvida em vida, uma materialização dessa fé e dessa vontade de estar com Deus e reencontrar os seus após a morte se faz já na sepultura.

Quando perguntado, o senhor Herbert Weiduschadt, 75 anos, pastor luterano aposentado, sobre a razão de ter construído a sepultura dele e da esposa, Loni Neuenfeld Weiduschadt, 70 anos, professora aposentada, ele disse que “era pra ficar junto com a Lissandra”, filha já falecida do casal. Algo semelhante foi o que respondeu a senhora Holdina Timm Lemke, 91 anos, aposentada. Disse ela ao saber da visita ao cemitério da Comunidade Evangélica Luterana São Pedro da Florida I, “o senhor gostou da minha casa? Tá um pouco desajeitada, faz tempo que não vou lá”. Há cerca de três anos a

senhora Holdina Lemke mora na área urbana de Canguçu, cerca de 20 Km da Florida I. No mesmo cemitério além de seu esposo, estão também sepultados dois filhos, sendo que um deles falecido recentemente morava em Xanxerê-SC e teve seu corpo trazido para ser velado na capela da comunidade e sepultado ao lado do pai e irmã e futuramente da mãe, que afirma “*lá vai ser minha morada*”. Assim pelo seu testemunho fica evidenciado, também pela escolha do epitáfio, o versículo bíblico “*Eu e minha casa serviremos ao Senhor*” do livro de Josué cap.24, que como disse ela “*o versículo é do meu casamento*”, a esperança do fim, para a vida eterna em conjunto dos seus que já partiram.



Sepultura de Arthur Lemke e Holdina Timm Lemke no cemitério da comunidade evangélica luterana São Pedro da Florida I. Fotografia do autor em 03/09/2018

Essa esperança nos tempos do fim faz com que muitos túmulos de pessoas vivas tenham como mensagens, versículos que remetam a uma boa morte, como por exemplo, “*Disse Jesus: Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vai ao Pai a não ser por mim*” (Jo 14.6) “*Disse Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim ainda que morra viverá*” (Jo 11.25) e “*O Senhor é meu Pastor e nada me faltará*” (Sl 23.1). Na ampla maioria das novas sepulturas revestidas de granito, mármore ou outra pedra não há textos que não sejam bíblicos. Esse reforço ou lembrança da fé gravado na lápide

daquele que ainda está vivo serve também como ilustração pedagógica para aqueles que visitam o cemitério, como também de pertencimento àquela comunidade de fé.

Nesse sentido, àquele modelo de comunidade que foi trazido pelos imigrantes, igreja, escola e cemitério, resiste em parte hoje em função da prática de ser sepultado no local de sua comunidade. Não é raro, especialmente entre idosos que moram na área urbana de Canguçu, que assim como a senhora Holdina Lemke frequentam os cultos e demais atividades da igreja na cidade, mas têm o seu lugar em um cemitério do interior. O senhor Oswin Stern, 85 anos aposentado, por exemplo, reforça esse sentimento de pertencimento ao afirmar: “*sou membro aqui na São João, mas tenho meu lugar lá no Pantanoso*”. O senhor Stern que viveu desde os 18 anos no Pantanoso recorda com satisfação o tempo que viveu lá e ajudou na constituição daquela comunidade, no caso a comunidade evangélica luterana São Mateus do Pantanoso, disse ele: “*eu ajudei a construir aquela igreja*”. Nessa afirmação, embora não tenha dito, também ajudou a construir aquele cemitério, até porque todas as comunidades luteranas do interior assim que inauguradas já possuem um espaço delimitado para enterramentos. Assim como faz parte do patrimônio da comunidade o cemitério, o pertencer à comunidade se dá em ter o seu lugar na vida comunitária na capela pelos ritos do batismo, confirmação e em muitos casos o casamento. E o seu lugar na morte, mesmo que ainda não tenha chegado, no cemitério, como o senhor Oswin Stern reforçou “*quando o senhor for lá, o meu está na segunda fileira bem na entrada*”.

Essa preocupação para onde vão, seja a alma para o céu pela fé na vida eterna, ou o corpo para o campo santo cemitério, leva a uma terceira hipótese além da esperança escatológica e pertencimento: o da memória. Ser lembrado faz parte desse processo de um sepultamento no lugar onde se passou a maior parte da vida. Como afirma Edgar Morin “*O não abandono dos mortos implica a sua sobrevivência*” (MORIN, 1976, p.25). Ser sepultado, ou ainda vivo, ter a sepultura entre os seus, na sua comunidade, faz com que aquela sepultura seja vista e o finado ou vivo seja constantemente lembrado, ao contrário se o resto mortal estivesse em um cemitério distante da comunidade onde poucos lembrariam de determinada sepultura, como no caso do espaço macro-ecumênico e de grande quantidade de sepulturas do Cemitério Municipal de Canguçu inaugurado em 1870³¹⁹.

³¹⁹ Este cemitério é o segundo na área urbana de Canguçu. O primeiro teve sua localização junto a capela

Nesse aspecto da memória se percebe a preocupação de saber como vai ser lembrado, ou de que maneira gostaria de ser lembrado, como afirmou Aldo Voigt “quando ficou pronta (a lápide com o nome) eu pedi pra colocar e depois tirar (a foto). Queria ver se ficou bom, pra saber como os outros vão me ver”. Além da visita que é importante existe a preocupação de como vai ser visitado como revela o senhor Aldo Voigt que já tem sua fotografia guardada, mas que optou por ainda não colocar na lápide. Em contrapartida o senhor Erico Völz, 77 anos, comerciante, revelou a preocupação, pelo viés da memória, de ter algo pronto: “Já fiz. Se alguém vai fazer alguma coisa depois eu não sei. Eu já fiz”.



Sepultura de Erico Völz no cemitério da comunidade evangélica luterana São João de Canguçu. Fotografia do autor em 07/09/2018

Conforme afirma Edgar Morin, que “*A obsessão pela sobrevivência além-túmulo*” (MORIN, 1976, p.33), como nesses casos relatados na pesquisa, ao que indica, em outros que ainda serão pesquisados revelam na construção da sepultura uma reafirmação na crença escatológica, na memória individual e no pertencimento. Assim esse ato de marcar um lugar no cemitério de sua comunidade, de ser lembrado foi o que motivou o senhor Erico Völz a já colocar a fotografia na lápide afirmando que “*é pra quem passar ali e já saber quem é o dono*”.

inaugurada em 1800, hoje Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nessa breve pesquisa, tanto na relação do tempo de estudo como também das fontes é possível levantar algumas possibilidades interpretativas diante da prática de organizar/construir a sepultura antecipadamente. Diante do conceito de comunidade muito presente entre esses descendentes de imigrantes alemães e pomeranos, nestas edificações ficam evidenciados o reforço ao pertencimento à comunidade religiosa, a materialização do suporte à memória individual, bem como a confirmação da crença religiosa, no caso entre os evangélicos luteranos, da eternidade ao lado de Deus e dos que morreram na mesma fé, tendo o cemitério como esse espaço a espera da ressurreição.

Também nesse estudo é possível perceber a preocupação em amenizar a dor da perda e em minimizar as tratativas fúnebres e os “aborrecimentos” que a morte, nas sociedades contemporâneas causam aos vivos. Na ideia do deixar “tudo pronto”, a antecipação do próprio túmulo é uma prática cultural entre esses luteranos do campo na contemporaneidade, apresentando assim, com aspectos ligados a memória individual, pertencimento à comunidade e dentro de uma esperança escatológica, um modo, entre tantos, de conceber e encarar a morte no tempo presente.

REFERÊNCIAS

- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social. Volume V*. In: LEACH, Edmund et Alii. *Enciclopedia Einaudi. Antropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985.
- DREHER, Martin N. Aspectos Teológicos da Ação Social em Lutero. In: DREHER, Martin N; (org). *Reflexões em Torno de Lutero. Vol. III*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1988.
- DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade: Estudo Crítico da História da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Editora Sinodal, Caxias do Sul: EDUCS, 1984.
- DREHER, Martin N. Protestantismo de Imigração no Brasil. In: DREHER, Martin N; (org). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. 10.ed. Aparecida: CEHILA; Editora Santuário, 1999.
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos seguido de “envelhecer e morrer”*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FISCHER, Joaquim. A Luta Contra os Pastores-Colonos no Rio Grande do Sul no Século XIX. In: FISCHER, Joaquim; (org). *Ensaios Luteranos: Dos Primórdios aos Tempos Atuais do Luteranismo no Brasil*. Trad. Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1986.

- GAGNEBIN, Jeanne M. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- MORIN, Edgar. *O Homem e a morte*. Lisboa: Publicações Europa-América LDA, 1976.
- PAGOTO, Amanda A. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público. Transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- PORTELLI, Alessandro. *O Que Faz a História Oral Diferente?* Projeto História 14. São Paulo: PUC-SP, n°14, fevereiro. 1997.
- PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil. Das Comunidades Teuto-Evangélicas até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Trad: Ilson Kayser. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2001.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Trad: Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- STEYER, Fábio A. *Representações e Manifestações Antropológicas da Morte em Alguns Cemitérios do Rio Grande do Sul*. In: BELLOMO, Harry R. (Org). *Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte – Sociedade – Ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- TEICHMANN, Eliseu. *Imigração e Igreja: As Comunidades-Livres no Contexto da Estruturação do Luteranismo no rio Grande do Sul*. (São Leopoldo, 1996. Dissertação de Mestrado).
- THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: Questões sobre a Relação entre História Oral e as Memórias*. Projeto História 15. São Paulo: PUC-SP, n°15, abril. 1997.
- WACHHOLZ, Wilhelm. *“Atravessem e Ajude-nos”. A Atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de Seus Obreiros e Obreiras Enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899)*. São Leopoldo: EST, Editora Sinodal, 2003.
- WACHHOLZ, Wilhelm. Luterano? Reformado? Unido? Evangélico! Aspectos Históricos e Teológicos da União Prussiana. In: WACHHOLZ, Wilhelm; (org). *Evangelho, Bíblia Escritos Confessionais. Anais do II Simpósio Sobre Identidade Evangélico-Luterana*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2004.

BEM-VINDOS? A CHEGADA DA RELIGIÃO BATISTA NO RIO GRANDE DO SUL

Rogério Corrêa³²⁰
Doutorando - UFSM
Jorge Luiz da Cunha³²¹
Doutor- UFSM
Marta Rosa Borin³²²
Doutora- UFSM

Resumo: A república introduz no Brasil uma liberdade religiosa sem precedentes, expande o campo religioso para outras igrejas que não a católica. Neste cenário de abertura do campo religioso, que em meados do século XIX, chegam ao Brasil imigrantes alemães que trazem consigo a religião batista para o Estado do Rio Grande do Sul. O trabalho visa refletir sobre a formação da religião batista no sul do país. Quem são os precursores e qual cenário político/religioso encontram em sua chegada, são algumas das questões que o artigo visa elucidar. Diante de um quadro em transformação do mundo contemporâneo, especificamente no perfil religioso do protestantismo brasileiro, que novas expressões de espiritualidades assumem posições sólidas e intensificam suas importâncias dentro da sociedade brasileira, criando um ambiente de disputas de espaço, poder e supremacia religiosa. O trabalho utilizará o jornal Batista Pioneiro como fonte de sua pesquisa e da análise cultural como ferramenta metodológica.

Palavras-Chave: Religiosidades; Batistas; Migração; Conflitos

Introdução

Alguns ditos populares classificam como inviáveis as reflexões acerca da religião, como por exemplo, “religião, futebol e política não se discute”. Porém, para muitos tal afirmação é refutada. Corroborando para isso, existem numerosas pesquisas que abrangem a temática da religião como um espaço de tensões, conflitos e disputa de poder.

Na segunda metade do século XIX as missões batistas norte americanas passaram a formular campanhas mobilizadoras em distintas cidades do Brasil (1882) buscando quebrar uma hegemonia doutrinária católica no país. No Rio Grande do Sul

³²⁰ Doutorando em História PPGH- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul. rogeriosaldanha.rp@gmail.com

³²¹ Doutor em História Medieval e Moderna Contemporânea pela Universität Hamburg, Alemanha. Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFSM; Programa de Pós-Graduação em História - PPGH/UFSM; Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória/UFSM (UFRJ). É coordenador do Núcleo de Estudos sobre Memória e Educação – CLIO. jlcunha11@yahoo.com.br

³²² Doutora em História pela UNISINOS; Professora da Universidade Federal de Santa Maria, do Programa de Pós-Graduação em História, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e do Mestrado Profissional em História ProfHistória/UFSM (UFRJ), mrborin@gmail.com

Karl Feuerharmel em (1881) instala-se em Santa Cruz, fato que doze depois culminaria na primeira igreja Batista em solo gaúcho.

Diante de um quadro em transformação do mundo contemporâneo, especificamente no perfil religioso do protestantismo brasileiro, que novas expressões de espiritualidades assumem novos contornos e assim intensificam suas importâncias dentro da sociedade brasileira, criando um ambiente de disputas de espaço e de poder na mídia, principalmente entre católicos e protestantes. Este artigo tem como objetivo lucidar e refletir sobre a chegada dos pioneiros batistas no sul do Brasil, contar um pouco da sua estruturação e tensionar os conflitos ocorridos no campo religioso do Estado nesse período.

Modernidade e Religião

A modernidade, com o seu processo de secularização, quando evidencia as estruturas clássicas de sentido e provoca intensas mudanças na sociedade. Se antes as culturas tradicionais davam uma estrutura de legitimidade social que servia de alicerce para as práticas sociais, no atual contexto de pluralidade as culturas oferecem uma grande oferta de significados para os indivíduos, gerando, inevitavelmente, um processo de relativização cultural, religiosa e discursiva. Pode-se dizer que o protestantismo proclama a soberania do homem/sujeito que faz valer seu próprio discernimento para interpretar, da maneira que bem entender as Escrituras Sagradas.

Afirmar que, em matéria de religião na modernidade predomina o protestantismo, não significa a prevalência numérica das igrejas oriundas da Reforma Protestante sobre o catolicismo ou outras expressões religiosas, mas somente que no mundo moderno a religião é cada vez mais uma questão íntima, privada.

Zepeda (2010) ressalta a importância de estudo acerca da religião, pois, segundo ele, a religião sempre foi um fenômeno sociocultural inevitável quando o intuito é compreender e analisar qualquer sociedade. Para compreender a religião faz-se necessário entender o papel central que a secularização desempenha no campo religioso, principalmente no ocidente. De acordo com Maia (2016, p.4)

Através da noção de secularização é possível acessar uma importante ferramenta compreensiva que permite entender o modo como a religião teve reduzido o seu papel de principal fonte de legitimação nas diversas esferas das sociedades ocidentais. A compreensão do processo de secularização como emancipação das instituições em relação a princípios religiosamente

orientados permite um melhor entendimento dos processos que levaram ao estabelecimento dos Estados laicos no Ocidente.

Segundo Pierucci (1998), o processo de secularização significa o declínio da religião na modernidade, sendo assim, a esfera religiosa perde sua estima social, não sendo mais, por si só, capaz de promover a coesão social. O processo de secularização, a religião perde seu poder legitimador na esfera pública e política. Nas palavras do autor: “As leis, não sendo mais consideradas sagradas nem dadas, podem a partir de agora ser legitimamente modificadas, reformuladas e até trocadas” (PIERUCCI, 1998, p. 23).

A laicidade, em conjunto com a secularização, são processos capitais para o entendimento da religião na modernidade. A laicidade, segundo Catroga (2006) derivam do termo *laico*, *leiga*, sendo os termos oposição ao religioso, àquilo que é clerical. Segundo o autor (2006), a laicidade é acima de tudo, um acontecimento político e não religioso, ou seja, ela é oriunda do Estado e não da religião. É o Estado que ganha poder e, por muitas vezes, impõe a separação, a laicidade.

Contudo, é necessário problematizar o processo de laicização no Brasil, visto que, de forma coesa, a laicidade pode ser entendida como a neutralidade do Estado em matéria religiosa. Uma característica imprescindível para um país laico, segundo Bauberót (2005) é a imparcialidade do Estado frente às religiões, ou seja, todas as seitas religiosas são tratadas de formas iguais.

Laicidade não deve ser confundida com liberdade religiosa, esta pode ser, e muitas vezes é, de fato, resultado da laicidade. Um país pode ter liberdade em expressões religiosas e não ser laico, ou pelo contrário, ser laico e não possuir o livre diálogo religioso.

No Brasil, a constituição imperial de 1824 já garantia o direito à liberdade religiosa a outras religiões além do catolicismo. Apesar da união entre Estado e Igreja católica, sendo esta religião oficial do império, já existia neste período uma tentativa de liberdade religiosa. Porém, como veremos nas matérias analisadas, não se praticava de fato a livre expressão da religião no Brasil.

Os Batistas

Há diferentes concepções sobre a origem histórica do movimento Batista, como afirma Pereira (1979) alguns segmentos da denominação atestam que as origens da Igreja Batista não podem ser encontradas nos movimentos reformadores e argumentam que a causa batista tem se propagado através dos séculos como um movimento religioso ininterrupto, iniciado com o ministério de João Batista.

Por outro lado, teóricos em suas abordagens sobre questão, apontam a existência de algumas similaridades entre o conjunto de crenças e tradições das primeiras comunidades batistas e os anabatistas evangélicos (que também eram contrários ao batismo infantil), mas contestam a validade da hipótese que sugere a existência de uma continuidade histórica entre os dois grupos. A formação do movimento batista é por eles atribuída ao grande impacto causado pelas proposições da Reforma Protestante na Inglaterra, principalmente a partir dos movimentos separatistas durante o século dezessete. Teoria que parece mais plausível e que essa pesquisa adota.

Segundo Keidann (1998), no Rio Grande do Sul os precursores do movimento batista, imigrantes alemães, eram perseguidos e sofriam fortes punições. Esse cenário de criação de novas igrejas e, sobretudo, a divisão do cenário religioso, propiciou novas disputas, tanto no ambiente religioso quanto no político, uma vez que após ser proclamada a república, essas disputas saem de um espaço “legal” desempenhado pelo Estado e ganham outros campos, sendo a mídia impressa um dos principais dispositivos desses embates entre católicos e protestantes. Conflitos estes que se perpetuam até os dias de hoje, em diferentes dispositivos midiáticos.

Por esse e outras razões o campo religioso midiático é marcado por conflitos, principalmente discursivos, visto que, quando uma religião “ganha espaço”, na maioria das vezes, outra “perde”. Conflitos estes que estão impressos em jornais e revistas, que retratam o cenário religioso e social da época à qual pertencem.

O campo religioso

A teoria dos campos sucinta uma larga e tradicional vertente de discussões sociológicas, históricas e antropológicas. Especialmente acerca das funções sociais sobre a divisão do trabalho social, isto porque, como aponta Bourdieu “o ethos específico de cada campo especializado é a forma própria (conforme a lei específica de cada campo) dos princípios fundamentais da divisão do trabalho” (BOURDIEU, 1997,

p. 97). Percebe-se a tentativa de Bourdieu (2007) de construir um ponto de intersecção entre diferentes concepções sociológicas que fundamentem a teoria dos campos.

As observações de Lahire (2002) acerca dos campos são importantes, ele diz que os campos correspondem a, pelo menos, dois eixos: às esferas das atividades profissionais, que por ser assim exclui quem não tem acesso à atividade profissional. O segundo, diz respeito às atividades profissionais ou públicas que abarcam um prestígio (o capital simbólico). Podendo, portanto, organizar os espaços em virtude dessa disputa de poder, gerando os conflitos.

Segundo Bourdieu (2007), a essência do campo religioso remete ao processo de aparição e desenvolvimento das cidades na Idade Média, acompanhado pelo gradual desaparecimento da relação racionalista do homem com a vida, relação essa que passaria a orientar a busca do “sentido” da existência.

Bourdieu (2007) afirma que o dominante em um campo religioso são os agentes sociais que detém o capital simbólico específico desse campo. Que por sua vez é constituído por regras, técnicas, crenças, histórias e etc. ao fazer uso desse capital simbólico, o dominante busca manter-se no poder, fundamentando sua autoridade com base nesse capital simbólico e tendendo à defesa da ortodoxia e à busca pela exclusão dos recém-chegados que, então, adotam estratégias de subversão como as da heresia, para construir a sua legitimidade própria. Para o autor a troca do capital religioso depende de uma correlação entre produção e recepção desse capital simbólico, ou seja, no interesse daquele que enuncia e na predisposição de quem recebe o enunciado. Nas palavras do autor:

Tendo em vista que uma prática (ou uma ideologia religiosa) só pode exercer o efeito propriamente religioso de mobilização (correlato ao efeito de consagração) na medida que o interesse político que a determina e a sustenta subsiste dissimulado em face tanto daqueles que a produzem como daqueles que a recebem, a crença na eficácia simbólica das práticas e das representações religiosas. (BOURDIEU, 2007, p.54).

Sendo assim, o autor (2007) salienta que o funcionamento do campo religioso se realiza em função da distribuição do capital religioso na concorrência pelo monopólio gestão de bens de salvação. Ou seja, ele compreende como uma troca desse capital simbólico.

Os Batistas no Rio Grande do Sul

Percebe-se que os batistas no RS são oriundos de um protestantismo de imigração que se inicia no final do século XIX, mais precisamente em 1881 com a chegada de Carlos Feuerharmel e sua família, imigrantes alemães, que se instalaram na Li-nha Formosa, Vale do Sol, interior do Município de Santa Cruz do Sul. Posteriormente, em 5/11/1893 foi organizada a primeira igreja batista em solo gaúcho, a IB Alemã de Li-nha Formosa, com 45 membros, sob a liderança do pr. August Matschulat.

Segundo Reinke (2000) existem quatro igrejas que foram alicerce para o movimento Batista no Estado, no final de 1893 chegaram a Ijuí imigrantes letos batistas, que se fixaram na Linha Onze Leste, e fundaram a segunda Igreja a IB Leta, em 23/03/1895. Em Porto Alegre, um grupo de oito batistas organizou a Igreja Evangélica Batista Alemã (atual PIB em Porto Alegre) no dia 27/2/ 1898. A quarta Igreja foi organizada em NeuWuer-temberg, atual Panambi, em 22/3/1906. Essas Igrejas organizaram várias congregações, difíceis de mapear já que se espalharam pelo estado em diversos nomes, em 31 de maio de 1909 as quatro igrejas, buscando uma uniformidade no movimento, reuniram-se em Ijuí, na Igreja Leta, onde, em votação, decidiram organizar em 1910 a Associação Estadual, que só no ano seguinte foi oficializada. Surge, portanto, no dia 15 de maio de 1910, na linha da formosa a “Associação das Igrejas Batistas do Rio Grande do Sul”.

Em abril de 1925 ocorre uma modificação capital na filosofia da convenção Pioneira, com a chegada ao RS do casal norte-americano Harley e Alice Bagby Smith, precursores do trabalho missionário das igrejas Brasileiras. Percebe-se com esse fato que ocorre uma simbiose entre a então Convenção Pioneira (CBP) e o propósito missionário da Convenção Batista Brasileira.

Em vista disso, no dia 17/12/1925 foi organizada a “Convenção Batista do Rio Grande do Sul” (CBRS). Segundo Reinke (2010) a convenção continha 45 mensageiros provenientes de 10 igrejas e tinha como objetivo congregar os Batistas do Estado no trabalho cooperativo de evangelização, missões e beneficência, características denominacionais presentes desde o século XVII. É importante salientar que a CBP não deixa de existir com a consolidação da CBRS, pelo contrário, ganha cada vez mais fiéis, porém, agora há uma hierarquia consolidada na organização dos Batistas no Estado e no

Brasil, sendo a CBB a “líder” do movimento no país, seguida no Rio Grande do Sul pela CBRS e por último a CBP.

A religião batista no RS é oriunda de um protestantismo de imigração que inicia com as políticas de estabelecimento de colônias agrícolas no país. Segundo Cunha (1991), o processo tem início em 1808, quando D. João expede dois decretos, um que determina a vinda de 1.500 famílias, ou população em idade para casar e constituir famílias, trazidos dos açores para a Capitania do Rio Grande do Sul para ocuparem pequenas faixas de terra. O segundo decreto permitiria a concessão de terras a estrangeiros, visando aumentar a lavoura e a população. Tais estratégias visam o aumento da população para promoção da riqueza do sul do país, além da defesa das fronteiras em tempo de guerra.

Nesse sentido, iniciam-se a vinda de estrangeiros para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, em 1818 Suíços ocupam Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Já na província do Rio Grande do Sul, a primeira colônia, fundada em 1824, foi estabelecida em lotes doados a alemães. Cunha (1991) ressalta que não havia um respaldo legal nessas primeiras ocupações alemãs em terras gaúchas, “os primeiros alemães que nela se estabelecem recebem as vantagens dos colonos estabelecidos anteriormente em Nova Friburgo, Rio de Janeiro” (CUNHA, 1991, p.63).

Em contrapartida, para o Brasil a vinda desses imigrantes representou a oportunidade de recebimento de trabalho em substituição à mão-de-obra escrava. Isso, além de representar a possibilidade de uma qualificação no trabalho. A respeito da substituição da mão-de-obra escrava no Brasil, é de fundamental relevância a ideia defendida por Dreher (1995), que pondera ser este um dos aspectos de maior importância para o processo imigratório.

O autor discorre que o principal objetivo da vinda de imigrantes europeus para o Brasil era branquear a população brasileira. Demonstra a preocupação da elite, que, em quantidade, era esmagadoramente inferior em relação aos negros, escravos ou libertos, mestiços e indígenas.

Isso somado ao fato de uma nova tensão, como reflete Cunha (1991), sendo o império pressionado pela Inglaterra para abolir o tráfico africano, surge uma necessidade de substituir essa mão de obra que já não poderia ser advinda do tráfico de escravos. Existem outros pontos que também são de fundamental importância para que

ele ocorresse, por exemplo, a necessidade de soldados para o exército, ficando mais evidente essa realidade na Província do Rio Grande do Sul devido a seu aspecto de região fronteira e de constante combate contra os platinos. De acordo com Dreher (2003) a preferência da vinda de alemães para o Brasil está estreitamente ligada ao fato de o Imperador brasileiro, Dom Pedro I, ser casado com a Imperatriz Leopoldina Carolina Josefa, filha de Francisco II, Imperador do Sacro Império Romano e Imperador da Áustria.

Análise Cultural

A metodologia do trabalho está circunscrita ao aporte dos estudos culturais, em concomitância com a análise documental e a análise do discurso. Neste sentido, é necessário estabelecer uma teoria da cultura, que conforme Williams (2003) forma-se a partir das relações entre os elementos culturais que, por sua vez, compõem os modos de vida de uma sociedade.

Considera-se cultura a junção de obras intelectuais e registros da experiência e do pensamento humano, para tanto, analisam-se obras fundamentais de cada época (livros, jornais e etc.), por exemplo. Por esta segunda definição, analisar a cultura vale-se da atividade crítica, que além da obra em si considera também as relações históricas, das tradições e sociedades em que foram desenvolvidas.

Desta forma, a análise do campo religioso midiático deve considerar o contexto social, reforça-se ainda que as relações devam ser estudadas na sua dinamicidade, com o olhar atento às peculiaridades do período histórico em questão; uma vez que a organização “cambiante” da sociedade permite que sejam observados os diferentes sentidos produzidos entre as diferentes atividades, dependendo do contexto nas quais estão inseridas, ou seja, é preciso situar a pesquisa em um espaço e tempo, ou buscar compreendê-los, para que não haja “falhas” na análise do campo.

Para analisar o campo religioso é necessário também identificar a representação dos sentidos que são produzidos através dos discursos. A partir destes discursos, constroem-se os significados. Como explica Hall (1997, p.15), a “representação é uma parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre membros de uma cultura. Ele envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que respondem por ou representam coisas”. As diferentes linguagens estabelecem significações, por meio

das representações que são construídas, atribuindo sentido às coisas. Esses sentidos se tornam parte da cultura de um determinado grupo social, quando partilhados pelos sujeitos. A instância da representação presente no trabalho diz respeito aos sentidos que são produzidos através dos discursos.

Por fim, a partir destas interpretações e tensionamentos pode-se pensar que os conflitos no campo religioso. Como também afirma Hall (1997, p.8), a representatividade surge a partir da relação entre conceitos e definições que são representados pelo discurso, como também pelo desejo de se ter o poder simbólico, assim como “de assumirmos as posições de sujeito construídas para nós por alguns dos discursos [...] em resumo, de investirmos nossas emoções em uma ou outra daquelas imagens, para nos *identificarmos* (grifos do autor)”.

O Batista Pioneiro – Convenção Batista Pioneira e Convenção Batista do RS

O jornal O Batista Pioneiro tem seu início em 1919, mas com o nome de Nachrichtenblatt, editado pelo Pr. Johann Landenberger, secretário da convenção Pioneira. Nachrichtenblatt era um folhetim com o intuito de informar aos membros das igrejas no estado e no sul do país. O primeiro exemplar informa dados para outras igrejas batistas, serve como uma maneira de comunicação entre elas.

O folhetim foi uma prévia do que vinha a seguir, nascendo então, GrüssGott, criado a partir de uma necessidade das igrejas trocarem informações, facilitando a integração entre diferentes locais. Segundo Reinke (2010) O responsável pela criação do periódico foi o Pr e presidente da convenção Friedrich Matschular. O primeiro exemplar surge em 1919, com oito páginas, contendo notícias e artigos. O jornal tem seu nome modificado em junho de 1922 e passa a se chamar Der Missionsbote, trazendo consigo uma alteração entre os editais, passando a também divulgar os números de fieis e de novas igrejas batistas no RS. Contudo, o periódico sofre com as mudanças de cenário político, principalmente com as leis de nacionalização impostas por Getúlio Vargas, no final da década de 30. Mesmo com algumas alterações nos editais de publicação, como acréscimo de páginas em português (inicialmente poucas laudas eram destinadas à língua portuguesa), não foi suficiente para a manutenção da mídia impressa, que em 1948, teve que encerrar suas atividades, retomadas em 1951.

Com a contínua mudança de cenário, tanto político, quanto cultural, o jornal passou a ser cada vez mais em português, visto que o número de leitores que não dominavam à língua alemã passou a ser cada vez maior. Então, em 1983, já quase que totalmente em português (contendo uma página em alemão) surge O Batista Pioneiro, com redação do Pr. e diretor do seminário teológico Bruno Seirz.



Figura 1: Jornal GrüssGott Abril 1920.

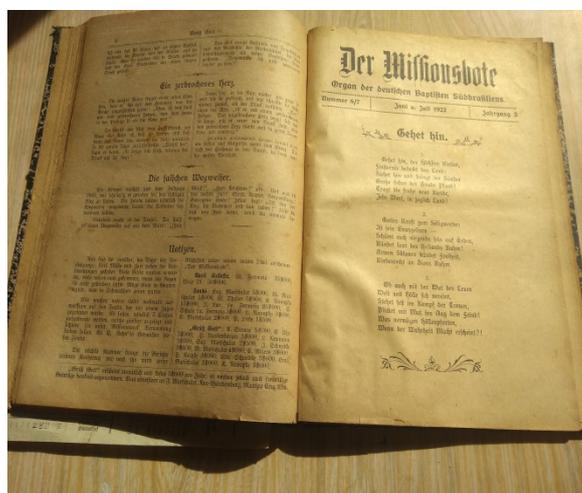


Figura 2: Jornal Der MissionsBote – primeiro exemplar- Junho e julho de 1922.

A Muckerização dos Pioneiros Batistas

A Revolta dos muckers foi um embate que ocorreu no período de 1873 a 1874, em São Leopoldo, entre os representantes do Estado e os integrantes desta seita religiosa, liderada por Jacobina Mentz e João Maurer. Desde jovem Jacobina entrava em “transe” e acreditava que desta maneira conseguia descobrir doenças e combatê-las.

A seita representava um perigo iminente à administração política e religiosa da região³²³, decorridos vários acontecimentos de conflitos e perseguições, os colonos conservadores organizaram um ataque aos mucker, tendo liderança o Coronel Genuíno Sampaio. Segundo fontes oficiais da então província, o coronel e seus seguidores foram recebidos a balas, diversas mortes ocorreram e os muckers foram vencedores.

A notícia da derrota espalhou-se pelas regiões do Rio Grande do Sul. Genuíno Sampaio reforçou seus homens, pediu mais forças, cerca de quinhentos homens, muita munição e quatro canhões. Casas dos simpatizantes e pertencentes a seita foram queimadas, os líderes perseguidos e mortos. Jacobina foi morta e teve sua boca cortada para não haver nenhuma chance de suas blasfêmias serem repetidas e servir como exemplo. Instaurou-se, então, uma memória de perseguição e ódio aos mukers. Que vem sendo desconstruídas somente nos dias atuais, mais de 100 anos após a “revolta”.

Em relato, Grellet³²⁴, no jornal Batista Pioneiro de (1990, p.18) destaca a perseguição do que ele chama de “tragédia dos Muckers”: A tragédia em si ocorreu de 72 a 74, dez anos antes da imigração da família Feuerharmel para o Brasil. É certo que antes do drama, todos eram membros fiéis de suas igrejas oficiais. Depois ninguém queria se responsabilizar por eles. Assim procurou-se e finalmente encontrou-se, para eles, uma nova identidade. A dos anabatistas.

A ligação da memória da revolta dos muckers, que foram taxados como batistas, criava um cenário propício a novos conflitos e perseguições, quando a família Feuerharmel chegou ao RS. Como destaca Grellet (1997, p.20) “a fama dos batistas fora manchada de antemão. O que pouco tempo depois traria consequências graves para a comunidade em Formosa.”. A publicação mencionada causou um grande problema para os batistas pioneiros, pois muitos começaram a associar o movimento batista com o episódio dos muckers.

Diante da situação, as autoridades levaram presos quase todos os homens da comunidade batista e os, então líderes, da seita Karl Feuerharmel e Frida Feuerharmel também foram detidos. Para eles a situação fora diferente, pois foram levados para o presídio do tribunal, em Porto Alegre, para serem interrogados. A esperança era que após o interrogatório fossem considerados inocentes e pudessem reaver a sua liberdade. O que ocorreu pouco tempo mais tarde de fato ocorreu.

³²³ Ver Dreher 2003.

³²⁴ Pastor batista e presidente da convenção batista do Rio Grande do Sul – Falecido em 22/07/1993.

Em vista disso, fica claro, a partir desse fato, que o campo religioso no Estado estava em constante mudança e disputas. Os cenários modificaram-se com a chegada da religião batista, como destaca Bourdieu (2007), instala-se no campo religioso uma disputa pelo seu capital simbólico e pelo seu prestígio.

Considerações finais

Neste trabalho, perpassamos pela temática religião, à luz da sociologia da religião e da historiografia. Diante do exposto no artigo, é possível afirmar que o Jornal Batista Pioneiro é um importante dispositivo para deflagrar e analisar o campo religioso do Rio Grande do Sul e a sua modificação com a chegada da religião batista. Além de ser possível também, através do jornal, identificar a afirmação da religião batista no Estado e seu papel frente a outras seitas religiosas, sejam elas protestantes ou católicas. Deste modo, há muito ainda para ser refletido, aprofundado e questionado acerca desta temática.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Gênese e estrutura do campo religioso; uma interpretação da teoria da religião de Max Weber**. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrant, 1997.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césaes: secularização, laicidade e religião civil**. 1. ed. Coimbra, Almedina, 2006.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Os colonos alemães e a fumicultura**. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

DREHER, Martin. **O Fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil**. In: Estudos Leopoldenses. Vol. 31, nº 142, maio/Junho, 1995, p. 59 –82.

_____. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 2003.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.) **Representation. Cultural representation and cultural signifying practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

KEIDANN, Daltro Miguel. **Os rostos batistas rio-grandenses**. In: DREHER, Martin N. (org.). Populações rio-grandenses e modelos da igreja. Porto Alegre/São Leopoldo: Edições EST/Sinodal, 1998.

LAHIRE, B. **O homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. **A proposta de emenda à constituição 99/2011 da frente parlamentar evangélica e suas implicações no estado laico brasileiro**. Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.6, no 1, p.108-144, jan./jun. 2016.

PEREIRA, José Reis. **História dos Batistas no Brasil: 1882-2001**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Juerp, 2001.

PIERUCCI, A. **Secularização em Max Weber**: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: ANPOCS, Vol. 13, Nº 37, 1998.

REINKE, ANDRE DANIEL. Os pioneiros 1920-2010: 100 anos de história da convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil. Curitiba. Convenção Batista Pioneira, 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **La larga revolución**. 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

ZEPEDA, José de Jesus Legorreta. **Secularização ou ressacralização?** O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v 25, nº 73, p. 129 –141, 2010.

RESIGNAÇÃO NA VONTADE DE DEUS: DORES E SOFREDORES, CURA E CURADORES NAS COLÔNIAS ALEMÃS DO RIO GRANDE DO SUL

Sandro Blume

Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

No ano de 1829, ocorre travessia do Atlântico pelo veleiro Olbers, conduzindo a bordo 874 imigrantes alemães. Entre esses, encontramos a família de Mathias Mombach, nascido em Luxemburgo, a qual se estabeleceria no mesmo ano, ao norte de São Miguel dos Dois Irmãos, num vale que seria denominado de Wallachei.³²⁵ Além dos Mombach, outros imigrantes alemães, com predominância de católicos, também passaram a colonizar a região nos anos imediatamente posteriores.

Além do trabalho árduo nas pequenas roças, vivências religiosas, festas comunitárias, os colonos lidavam também com outras questões cotidianas, como o bem estar do corpo. Dores e sofrimentos faziam parte do cenário de doenças, que mais cedo ou mais tarde se fariam presentes, e das quais não podiam se esquivar, comprometendo sua qualidade de vida. Para remediar essa situação adversa, algumas práticas terapêuticas eram acionadas. Além da atuação dos curadores, da oferta de fármacos para prevenir e curar moléstias, padres, pastores e freiras proporcionavam conforto espiritual. Contemplamos na presente comunicação, uma época em que a aura da religiosidade perpassava as resignações dos colonos diante da doença e das (im)possibilidades de cura.

Avançando 108 anos no tempo, em relação à chegada da família Mombach, encontramos no Wallachei a população católica local pertencendo à Paróquia de São Miguel dos Dois Irmãos. Desde 1935 o Padre José Maria Kroetz era o vigário

³²⁵ Localidade onde o catolicismo sempre se mostrou muito vigoroso, evidenciado pela grande quantidade de padres seculares oriundos de lá.

dessa extensa paróquia (VIER, 1999, p.69)³²⁶. No ano de 1937, faz o seguinte relato no Livro de Óbitos, mencionando fato ocorrido no Walachei:

“Aos vinte e três de Janeiro de mil novecentos e trinta e sete, em seu próprio domicílio no Walachei, nesta paróquia, na idade de setenta e dois annos, de manhã pelas sete e meia horas, faleceu Nicolau Dapper, viúvo da falecida Catharina Wagner (...). O falecido sofria desde há meses dum mal que o deixava sem descanso, emagrecera enormemente e quase não se alimentava e não dormia. Nas últimas semanas já se mostrava um tanto perturbado nas suas funções mentais. Uma idéia fixa o perseguiu, a saber, que não lhe valendo já nenhum recurso médico, poderia lhe trazer algum alívio se tirasse uma parte do seu sangue, uma idéia de medicina antiquada. Instigava sua família para que procurassem uma pessoa entendida na matéria, para lhe tirar parte do sangue. Como porém hoje em dia é bem difícil encontrar tal pessoa, foram deixando. Na manhã do dia 23.01.1937, talvez num momento de desvario, Nicolau fez em si mesmo a tal operação, abrindo com um canivete, no braço, um pequeno orifício. Mas parece que acertou a artéria, e quando os filhos o encontraram já estava quase sem sangue, porém ainda vivo. Pediu que o levassem ao leito e chamassem logo o padre. E foi rezando e beijando com empenho o crucifixo até estar morto. E como a casa do Nicolau dista umas três horas da canônica, e a morte lhe viesse bem depressa, o coitado teve que morrer sem os sacramentos dos moribundos. Tinha porém recebido os sacramentos umas quatro semanas antes na capela do Walachei. Esperamos que tenha tido boa morte. Pelo que proferia sempre antes do acontecimento é de concluir que não tinha absolutamente a intenção de tirar-se a vida. No dia seguinte, vinte e quatro de janeiro, foi por mim encomendado na capela do Walachei e depois sepultado no cemitério adjacente à mesma capela, isso na tarde pelas quatro e meia horas. E para constar lavrei o presente assentamento que assino. Pe José M. Kroetz, Vigário.”³²⁷

Nesse registro, desconsiderando a possibilidade do padre vigário ter tentado descaracterizar o suicídio do referido Nicolau, protegendo a família e a honra do finado diante de valores cruciais da sua religião, e justificando também o ritual fúnebre cristão, com missa de corpo presente, que de fato ocorreu no dia seguinte.

O Padre Vigário deixa nítida sua convicção de que o caso não se tratava de suicídio. A riqueza de detalhes fornecida no relato impressiona, pois outros registros de óbitos elaborados pelo mesmo padre se mostram bem mais sucintos quanto ao conteúdo. Certamente teve a percepção de que estava diante de algo inusitado, motivando uma descrição mais minuciosa do ocorrido, além de deixar transparente seu pensamento leigo sobre recursos terapêuticos e conceitos de saúde vigentes num passado não muito

³²⁶ Padre José Maria Kroetz iniciou suas atividades na Paróquia de São Miguel, em Dois Irmãos, no dia 06 de janeiro de 1935, permanecendo até 1942. Nesse período deu bastante ênfase à realização de missões populares, sempre visando corrigir alguns desvios, além de aprimorar o que existia em termos de catolicismo. Assim como em outras localidades, as pregações iam abrindo caminho para a salvação individual expressa no lema “Salva tua alma!” Nesse sentido, era bastante rigoroso com aqueles que se afastavam da Igreja ou tinham uma vida cristã desregrada, especialmente no que concerne à ortodoxia da fé, da moral familiar e da convivência entre os habitantes das localidades interioranas. Do púlpito, sua pregação tinha como foco uma moral condicionada pelo medo do inferno e pelas promessas da vida feliz depois da morte.

³²⁷ Comunidade Católica de Dois Irmãos. Livro de registros eclesiásticos n.º 2, fl.63, registro n.º 30 do ano de 1937. Anotação do padre vigário José Maria Kroetz.

distante de sua época. Ao pontuar sua opinião, o padre aborda concepções de doença e cura, cujas características vão se modificando de época para época.

A prática da sangria, “idéia fixa que perseguia Nicolau Dapper”, consistia num método terapêutico onde se retirava parte do sangue do paciente com o intuito de curar ou aliviar alguma doença. Sabe-se que seu uso, inserido dentro do paradigma de Hipócrates, pai da medicina, era considerado procedimento padrão até o século XIX. Também na área colonial alemã, devia estar inserida nas práticas de cura e do alívio às dores do corpo, a aplicação de sangrias em determinadas situações. Era uma terapia recorrente. Até mesmo o uso de sanguessugas para debelar enfermidades revestia-se de uma certa moda na Porto Alegre de meados do século XIX. (WITTER, 2007, p.139)³²⁸. Embora tais concepções tenham deixado de ser utilizadas pela maioria dos médicos ainda no século XIX, persistiam resquícios dessas modalidades de terapia no imaginário das pessoas e na prática rotineira de alguns curadores, ainda no século XX.

As sangrias como forma de terapia encontram embasamento na doutrina humoral, endossada por Hipócrates. Os conceitos e preceitos da patologia humoral consideravam o corpo humano contendo sangue, fleuma, bile amarela e bile negra. Esta seria a natureza do corpo, através da qual adoece e tem saúde. A saúde seria resultante da harmonia desses humores misturados em proporção, em propriedades e em quantidade. O homem adoecia diante da falta ou do excesso de um desses humores ”³²⁹Cabia à terapêutica reconhecer, em situações de enfermidades, o aumento ou diminuição desses elementos particulares do corpo, considerando também o ambiente onde o doente estava inserido. O desequilíbrio de uma parte do corpo podia levar à produção excessiva ou inferior de seu humor correspondente, da mesma forma que o desequilíbrio de um humor (pela falta ou excesso dele) pode afetar a saúde de seu órgão (JOUANNA, 1999, p. 22). Assim, o excesso de sangue pode levar a uma disfunção no coração e vice-versa, causando, no caso do excesso de sangue, a pletora³³⁰ ou, no caso

³²⁸Anúncios pesquisados pela autora em jornais porto-alegrenses, como o Jornal do Comércio de 02.08.1850 e de 14.06.1862, propagandeavam a chegada de sanguessugas oriundas da Europa a determinadas boticas, as quais convidavam sua clientela a virem experimentá-las, sendo que as mesmas “poderiam ser aplicadas de imediato por excelentes preços

³²⁹O *Corpus hippocraticum* ou Coleção hipocrática, constitui-se dos primeiros textos conservados da literatura médica do ocidente, totalizando sessenta e seis tratados sobre o corpo humano, um juramento, um livro pequeno sobre leis e algumas cartas. Ele compreende textos não somente escritos por Hipócrates, mas também por seus seguidores. É o caso da obra *A natureza do homem* escrita pelo genro de Hipócrates, Políbio, por volta de 400 a.C.

³³⁰ Superabundância de sangue.

da falta de sangue, a anemia. Quanto ao desequilíbrio da fleuma, seu excesso leva à produção de muco ou a um edema, e sua falta, à desidratação. O excesso de bile amarela leva à icterícia, e o de bile negra, à melancolia.³³¹

Mas notoriamente a questão problemática consistia em identificar qual dos humores estava em excesso ou qual faltava no organismo. Isso dava ensejo a intermináveis discussões mais filosóficas do que médicas; em geral, atendia-se ao que era informado pelos órgãos dos sentidos. Assim, na presença de febre entendia-se que o calor estava em excesso; curioso é que não se baseavam na percepção da elevação da temperatura da pele, mas pela alteração do pulso; no cérebro o excesso de secura era indicado pela insônia. E não havia enfermidade que não fosse explicada pela doutrina humoral. Os médicos elaboravam uma complexa teia de explicações para as mais distintas doenças e propunham, geralmente, três tipos de tratamento: sangria, purgação e dieta. A sangria tinha por objetivo eliminar os humores que estavam em excesso ou com propriedades patogênicas; a purgação para completar a eliminação dos humores e a dieta para evitar que certos alimentos viessem a acarretar novos desequilíbrios. O papel do médico consistia em auxiliar a tendência curativa da natureza. Dessa forma, durante séculos, médicos sangraram e purgaram todos os tipos de pacientes, incluindo até os que apresentavam hemorragias. Por isso, foi de resultados desastrosos para o homem e tornou-se, sob o ponto de vista da prática, o pior legado deixado pela antiga medicina grega.³³²

³³¹Conforme Jouanna, a noção de “órgão” é desconhecida dos médicos hipocráticos. Eles conheciam o que chamamos de órgãos (cérebro, coração, fígado, etc.) na condição de “partes do corpo”, ainda não entendidas e relacionadas a funções específicas. Somente Aristóteles, num segundo momento, mudaria essa concepção.

³³² A doutrina da patologia humoral guiou a prática médica por mais de dois mil anos e só começou a perder terreno com a descoberta da estrutura celular dos seres vivos graças ao desenvolvimento da microscopia. Os órgãos e os tecidos deixaram de ser considerados como massas consistentes resultantes da solidificação dos humores e passaram a ser vistos como aglomerados de células individuais, adaptadas à natureza e função de cada órgão (Virchow, 1859). Coube a Rudolf Virchow (1821-1902) estabelecer as bases da nova patologia, fundamentada nas alterações celulares, causadas doenças. Determinadas noções oriundas da teoria dos humores permaneceu por muito mais tempo do que se possa imaginar, sofrendo modificações e adaptações. Ainda na primeira metade do século XX, encontramos referências a pessoas como sangüíneas, coléricas, fleumáticas ou melancólicas, bem como as expressões “bem humorado”, e “mal humorado”, “temperamental” e o vasto emprego de uma terapêutica que envolve laxantes, expectorantes, etc.

Não sabemos de qual enfermidade tinha sido acometido o colono Nicolau Dapper. O fato é que vinha padecendo de uma estranha moléstia. De acordo com o Padre Kroetz, suas mazelas consistiam de “um mal que o deixava sem descanso, emagrecera enormemente e quase não se alimentava e não dormia. Nas últimas semanas já se mostrava um tanto perturbado nas suas funções mentais.” No relato, o uso terapêutico da sangria é percebido como algo ultrapassado, resquícios de um passado não tão distante, “uma idéia de medicina antiquada”. Da mesma forma, na localidade e nos arredores, não havia nenhum curador que estivesse familiarizado com a prática terapêutica da sangria. Não precisava ser médico diplomado, poderia ser médico prático, talvez algum enfermeiro prático que tivesse obtido alguma experiência em cura ao servir no exército brasileiro ou ainda algum curandeiro.

Nesse sentido, ao longo do século XIX e nos primeiros trinta anos do século XX, não somente em localidades da colônia alemã como o Walachei, o que chamamos de medicina era somente uma entre variada gama de formas de cura. O curandeirismo, na época ainda sem o rótulo pejorativo que o discurso médico vencedor lhe imputou num segundo momento, contemplava um vasto repertório de saberes populares e de agentes de cura. Era bastante amplo o repertório de práticas de cura oferecidas e também eram de variadas matizes os agentes que exerciam essas práticas. Muitos se habilitavam a curar, disputando espaço no combate às moléstias. Dentro dessa miscelânea de práticas e alternativas de cura, se insere a medicina, um campo do conhecimento da cura que foi se construindo lentamente, no tempo e no espaço. Nitidamente esse complexo processo de formação do conhecimento médico se moldou de forma fragmentada, onde avanços e recuos eram algo inerente.

Na época do evento Mucker, além de lidar com doenças físicas, o casal João Jorge Maurer e Jacobina Maurer tratava também das mazelas que afligiam a alma, por assim dizer. Lidar com doenças era trabalhar com a proximidade da morte, o que, por sua vez, era também lidar com o desconhecido: poucos dela entendiam, poucos tinham conhecimento suficiente para retardar sua presença. Quem conseguia fazê-lo, o fazia representativamente, tornando-se símbolo para os colonos que buscavam a cura. Nesse sentido, nem sempre a falta de médicos, a distância dos consultórios ou a disponibilidade de recursos em dinheiro, deu margem ao surgimento de curandeiros como João Jorge Maurer. Também era uma questão de opção do colono, escolher em

quem confiar sua saúde. Muitas vezes essa escolha recaía sobre alguém que estivesse próximo e que falasse sua linguagem terapêutica. Por volta dos anos de 1950, o curandeiro nascido no Jammerthal, Aloísio Kiewel, havia ido residir em Dois Irmãos e lá manipulava pomadas, chás e xaropes, além de consertar ossos, curar anemias e hemorragias, tratar insolações, e apaziguar almas, afastando maus espíritos, recorrendo a orações como o Pai Nosso e a Ave Maria. Conforme a localização da doença, cozinhavam-se diversas ervas que eram aplicadas como curativo sobre o local. Em outras situações eram feitas infusões de ervas, tanta para friccionar, quanto para serem ingeridas. Quando questionado sobre a origem dos seus dons e da sua paranormalidade, se limitava a dizer: “Eu sei das coisas” e se isolava, procurando obter visões esclarecedoras com o objetivo de ajudar seus pacientes, que formavam fila na rua em frente à sua casa...

Focados e abnegados em suas práticas, os curandeiros geralmente incrementavam seus conhecimentos através do Pequeno Manual do Laboratório Homeopático e Bio-químico de Luiz Köhler, sucessor do Dr. Van der Laan & Cia, fundado em 1898. Traziam sempre à mão essa cartilha de condutas e prescrições, enfim, era a bíblia dos curandeiros (ELY, 2009, p.510). No Almanaque constavam orientações de como proceder ao exame do enfermo, a identificação do mal e indicação do tratamento adequado. Também alguns curandeiros mais precavidos, carregavam, numa grande e surrada sacola, as homeopias preparadas por Köhler, para os males mais frequentes.

O colono Nicolau Dapper estava focado em purificar ou eliminar o excedente de seu sangue e com isso aliviar seus sofrimentos e dores corporais. Nessa época, nos armazéns de secos e molhados, referências nas colônias, drogas e medicamentos importados da Europa e dos Estados Unidos, ou fármacos produzidos por laboratórios de Porto Alegre e Novo Hamburgo, eram vendidos aos colonos, inclusive depurativos para o sangue. As sangrias tinham ficado no passado. Eliminar uma parte do sangue era “uma idéia de medicina antiquada” conforme o conceito do Padre Kroetz. Um depurativo do sangue, com apelativa e recorrente propaganda veiculada nos jornais e almanaques, foi o Elixir Bi-Iodado Santo Expedito. Fármaco indicado até mesmo para a cura da sífilis.



Figura 1: Koseritz Deutscher Volskalender. Porto Alegre: Krahe & Cia,1938.

Tradução: Elixir Bi-iodado Santo Expedito: Inflamações, úlceras. fluxo de orelha purulenta, erupção cutânea feridas abertas, problemas urinários, aortite (inflamação da aorta), problemas cardíacos, reumatismos, fraquezas do corpo em geral, impureza do sangue, fraqueza dos nervos, doenças de pele, asma, endurecimento das artérias. DEPURATIVO DO SANGUE INCOMPARÁVEL. Fortalece os nervos e o organismo. Ajuda nos casos mais graves, seja a moléstia de origem syphilitica ou não!

Na imagem utilizada para anunciar o Elixir, é possível identificar um formato propagandístico bastante recorrente e de fácil interpretação para o público alvo: um homem prestes a cair em um precipício, segurando-se apenas por um braço a uma árvore cujos galhos representam algumas das doenças que o estão, ou poderiam estar, acometendo. Nessa situação de adversidade, pede auxílio para outro homem que lhe estende a mão, enquanto se apoiam na caixa do Elixir Santo Expedito. Podemos interpretar a imagem como um pedido de socorro daquele que está doente. Um pedido de ajuda ao Elixir Santo Expedito, para curar suas moléstias.

Outra propaganda bastante recorrente remete ao Elixir 914, que surgiu nas primeiras décadas do século XX, aproveitando a grande utilização das injeções para sífilis 914. Mesmo com o advento dos primeiros antibióticos como a penicilina, continuou a ser consumido como depurativo do sangue. Em periódico da capital do Rio Grande do Sul, encontramos propaganda do Elixir 914, com um apelo bastante nítido, alertando para os efeitos nefastos da sífilis. Através da pesquisa em anúncios contidos nos jornais e almanaques em língua alemã, partimos em busca de frascos dos mesmos.



Figura 2: Fármacos diversos consumidos nas colônias alemãs da região de Dois Irmãos, fotografados no Museu Histórico de Dois Irmãos/RS.

Um dos produtos perfilados na foto é o Anti-dysenterico Martel. No rótulo do produto consta o nome de Julius Schröder como o farmacêutico diplomado que desenvolveu este preparado indicado no tratamento da “disenteria, evacuações sanguíneas com puchos, diarreia e catarro intestinal”. Já a loção Mitigal, produzida pela alemã Bayer, prometia eliminar todas as formas de coceiras, acnes, sarnas e demais infecções da pele.

Além desses depurativos, outros medicamentos anunciados como milagrosos e de efeito benéfico incomparável, também eram disponibilizados nas farmácias do meio urbano e nessas casas comerciais nas colônias.³³³

Um dos fármacos que circulava nas colônias alemãs era o “Óleo Elétrico do Dr. Chas de Grath, King of Pain, Rei da dor”, para uso interno e externo. Indicado para a cura de várias doenças e moléstias. Segundo sua propaganda “cura cólera morbus, diarreia e regula fluxo de sangue em um dia, dores de cabeça, nevralgia e gargantas inchadas”. A promessa era que cólicas e convulsões seriam tratadas em cinco minutos, “reumatismo em um dia, dor de dentes em um minuto, dores de ouvido em três minutos, febre intermitente em um dia, além de curar inflamação nos rins, moléstias do fígado, palpitação do coração, surdez, asma, tosses perigosas e asma, hemorroidas e bronquites.”

Os bálsamos, igualmente prometendo soluções milagrosas, faziam parte desse arsenal de drogas e fármacos destinados a amenizar alguma dor ou crise. Poderiam ser utilizados para acalmar tosses e crises no aparelho respiratório, assim como dores musculares e reumáticas, doenças e feridas na pele, além de auxílio no fortalecimento dos cabelos. Possuíam uma infinidade de indicações. (FIKE, 1987, p. 22-29).

Nessa enxurrada de propagandas de medicamentos “milagrosos”, elevados à condição de “elixires da vida”, o consumidor da cidade ou das picadas, reagia adquirindo os produtos. Entretanto, as promessas de cura ou do fortalecimento do organismo, eram de resultados duvidosos. Era necessário algo mais, além de medicamentos...

Até o momento analisamos as mazelas do corpo sendo tratadas apenas sob os auspícios de procedimentos como as sangrias e a adoção de fármacos. Mas acima de tudo, nos primeiros anos do século XX, o corpo ainda permanecia pertencendo a Deus e à Igreja. Nas colônias, padres faziam visitas semanais às casas dos doentes, levando o

³³³ Constatamos que nos primeiros trinta anos do século XX, as propagandas de fármacos eram bastante apelativas, tentando induzir o consumo de fármacos sem muito pudor. Jornais e anuários (Kalender) em língua alemã tinham como anunciantes os laboratórios cujos proprietários também eram alemães ou descendentes: Laboratório João Wesp, Laboratório J.AdolfoH.Kraemer, Laboratório Springer, Laboratório Ellwanger, Laboratório Santo Expedito de ProductosPharmacêuticos (de Fischer e Jordan e Cia Ltda), Schröder e Cia Ltda, Luiz G.Klein e Cia Ltda, além dos produtos da indústria farmacêutica Bayer.

Santo Viático. Nos núcleos urbanos havia a internação nos hospitais que estavam se proliferando nesse começo de século XX, principalmente aqueles pertencentes às congregações religiosas. Nesses ficavam bastante cristalinas as formas de articulação do espírito piedoso e religioso, mescladas com o pensamento científico. Padres residiam dentro dos hospitais de forma permanente. Atuavam tanto na espiritualidade atrelada à terminalidade do paciente, auxiliando no processo de enfrentamento das doenças sem cura, além de proporcionar uma orientação para crises espirituais de enfermos que apresentavam possibilidades de cura. Ao proporcionar conforto espiritual, o padre contribuía com sua terapêutica, afastando os medos e as desesperanças geradas pela enfermidade. Posturas de almas deprimidas e desesperançosa de fato comprometiam a evolução do tratamento de saúde, ocasionando prejuízo na recuperação. Nas crônicas das Irmãs de Santa Catarina, em vários momentos o Padre Capelão é mencionado, salientando-se sua dedicação pela instituição e pelos doentes. As Irmãs lamentavam bastante quando, por algum motivo, ficavam sem um Capelão fixo dentro do hospital. Afinal, os padres sempre tinham alguma palavra de consolo e conforto para os momentos de angústia, vivenciados principalmente por doentes terminais ou aqueles que conviviam com dores incessantes.³³⁴

Mesmo numa perspectiva onde o sofrimento corporal e a doença mostravam sua face cruel, a aura de religiosidade encontrava espaço de justificativa no processo de conversão e na busca de uma aproximação maior com Deus. A carga de dor e sofrimento seria então enviada ou permitida por Deus para beneficiar espiritualmente aqueles que sofriam e estavam acamados.

Doentes e familiares comungam da idéia de que Deus sabe o que faz. Os “desígnios divinos” permitem o sofrimento, que irá suscitar um grande benefício através dos infortúnios enviados ao sofredor. Nesse imaginário da interferência divina, onde o

³³⁴ Além dos padres residentes em hospitais...os padres em suas paróquias também demandavam especial atenção aos doentes. Estavam sempre preparados para longos deslocamentos e ministrar a extrema unção aos enfermos. Conforme Irmã Generosa Witmann, em Sapiranga, no ano 1953, clinicava o Dr. Décio Gomes Pereira(...)este “quando solicitado, a qualquer hora do dia ou da noite, dependendo do estado de saúde do seu paciente, passava na casa canônica e se fazia acompanhar do Pe. Luís Jacobi, vigário da localidade. Juntos, faziam o que tinha que ser feito”. Em Gramado, nessa mesma época, clinicava o Dr. Herrmann Nelz. Em entrevista Dr. Nelz lembra que “em diversas oportunidades, no hospital ou na casa de algum paciente com saúde precária, tivera que “convidar respeitosamente o padre vigário a se retirar do quarto.(...)a presença deste, trazendo consigo crucifixo e aspergindo água benta, assumia contornos indesejados e constrangimento desnecessário para o médico, ao paciente e familiares(...)”.

mal é o preço para alcançar o bem, as dores corporais são percebidas e acolhidas como algo bom, no formato de dádiva divina. Desta forma, Deus é desculpado. O sofrimento servirá para a purificação e a santificação do homem pecador: “quem não vai a Deus pelo amor, vai pela dor”, comentários comuns presentes no mundo do sofrimento. No Hamburger-Berg, num quarto de hospital, o cenário de dor, sofrimento e oportunidade de conversão fica nítido nas crônicas das Irmãs:

Em meados de Dezembro de 1951, “veio para cá um paciente de 73 anos de idade, que há dois anos havia amputado a perna. É católico, mas desde a infância não praticou mais a religião, e não permitia que a esposa freqüentasse a Igreja. Os médicos Dr. Emílio Hauschild e Dr. Léo Adams o internaram para amputar a segunda perna, já atingida pela doença. O paciente, desesperado queria deixar o hospital e suicidar-se, não querendo aceitar conselhos. A comunidade se uniu em oração, pela sua conversão e para inspirar-lhe pavor do inferno, foi colocado no quarto do paciente, um grande quadro no qual estava representado um moribundo que não queria saber nada de Deus, nem do sacerdote, voltando-se para os demônios, os quais com muita alegria se apoderaram da alma perdida. Este quadro ficou vários dias no quarto e impressionou profundamente o paciente. Conformado com a vontade de Deus permitiu a amputação da perna. Deus escutou a nossa oração. No quarto dia, ele e a esposa fizeram uma boa confissão e, no quinto dia, após muitos anos, ambos comungaram. Aqui as palavras do evangelho se concretizaram: Se o teu pé te escandalizar, arranca-o, pois é melhor com um pé entrares no céu do que seres sepultados no inferno com dois.” (Crônicas das Irmãs de Santa Catarina, ano de 1951, p.7).

Os sofrimentos proporcionam à subjetividade de quem sofre e de quem percebe o outro sofrer, a idéia de que os pecados serão reparados e que, desta forma, se pode esperar o prêmio da vida eterna. Assim, o sofrimento se apresenta revestido como valor de compensação e de reparação.

Outra atitude diante do sofrimento é aquela oriunda da teologia da satisfação, que faz da cruz e da dor de Jesus condição e medida para nossa salvação. Ao padecer na cruz pelos homens, Jesus ele adquire um crédito junto ao Pai, o direito a uma recompensa e, como não precisa de coisa alguma, pede que seu mérito seja transferido aos homens: “Mas ele foi trespassado por causa das nossas transgressões, esmagado por causadas nossas iniquidades. O castigo que havia de trazer-nos a paz, caiu sobre ele, sim, por suasferidas fomos curados” (Is 53,5).

Nessa perspectiva de mensurar a dor e o sofrimento na seara teológica, a redenção ocorre graças à intensidade do sofrimento de Jesus. No consolo para os

doentes, presente nas palavras dos padres e das “Schwester”³³⁵, constam embutidas certezas de glória eterna junto a Deus, de uma forma diretamente proporcional às provações e ao sofrimento em vida.

Dessa forma, nos hospitais, enfermos conscientes da incurabilidade de suas doenças, aguardavam a morte com ansiedade, rezavam com o padre e as Irmãs, beijavam o crucifixo, seguravam a vela acesa nas mãos, recebiam a hóstia, eram aspergidos com água benta, visando com isso obter alívio para seus padecimentos cruéis e o prêmio da eternidade junto a Deus. Nas Picadas, em suas casas, o cenário era o mesmo.

Ao conformar-se e suportar o sofrimento, Pastor Peters, do Forromeco (ROTERMUND, 1997, p.206)³³⁶, parece reafirmar essa mesma conduta estimulada pelo cristianismo. Também a dor corporal suportada durante a enfermidade era o preço a ser pago para a garantia de obtenção da glória eterna (DUBY, 1989, p. 161-165), já que sofrimentos eram percebidos como uma graça de Deus³³⁷.

Em igual intensidade, tal sofrimento parece ter sido suportado também pela falecida Sofia Briccius, da Linha Nova, que padecia de “um câncer no lábio inferior que se desenvolveu no decurso dos anos de tal modo que lhe consumiu quase todo o rosto.” O pastor Hunsche menciona, ainda, que a aparência da falecida era assustadora e que na noite de 16 de Dezembro de 1893 ela, finalmente, faleceu, “depois de indescritíveis sofrimentos.”³³⁸

³³⁵ No idioma alemão, colonos denominavam dessa forma as Irmãs pertencentes às congregações religiosas.

³³⁶ Pastor Johann Heinrich Peters, conhecido muito em função do seu variado repertório de práticas de cura que disponibilizava aos doentes do Forromeco e arredores, era físico e seu padecimento em função da doença consta relatado pela esposa: “Nos últimos tempos, a noite, só conseguia ficar deitado durante duas ou três horas; no restante do tempo tinha que ficar sentado. E também esse breve tempo de descanso teve seu fim, quando, após terrível crise de dores, a falta de ar e os problemas do coração se tornaram tão grandes que teve que permanecer sentado o tempo todo.”

³³⁷ Para Duby, até o século XII não se deu atenção à dor no Ocidente medieval, apesar de sua presença cotidiana. Quando figurava, o sofrimento era visto como castigo ou associado aos considerados fracos, como as mulheres, as crianças, os velhos e os doentes. Com a desclericalização e a vulgarização da cultura e o crescimento da religiosidade cristocêntrica, a dor, segundo o autor, passou a ser progressivamente percebida como uma dádiva

³³⁸ Livro de Registros 1A, da Comunidade Evangélica da Linha Nova/RS, óbitos do ano de 1893, p.259, n.º 6, efetuado pelo Pastor Heinrich W.Hunsche: “Sofia Briccius, nascida Fuchs, viúva do falecido em Janeiro de 1887 NicolausBriccius. Nasceu em 29 de Janeiro de 1817 em Niederlinxweiler na Província Renana. Veio para cá em 1846 com seus pais e irmãos. Adentrou o estado matrimonial com o citado

Na década de 1950, o Hospital e Sanatório Regina, além de internar enfermos, e de se constituir em espaço de férias, também era o lar permanente das irmãs idosas e doentes. Conforme as crônicas evidenciam, Irmãs em estado terminal obtinham reconhecimento pela virtude cristã demonstrada no percurso de suas vidas. Eram assistidas e reverenciadas em seu leito de morte, num cenário onde as demais irmãs reconheciam e acompanhavam a agonia, o sofrimento, a provação divina, a humildade, o desprendimento e a dedicação da irmã moribunda em prol do trabalho congregacional durante sua vida:

No dia 10 de Julho, veio também para o hospital a Irmã Julita, na idade de 82 anos, (...). A querida irmã não precisou esperar muito tempo pela vinda do Senhor. Durante as três semanas que aqui esteve, ficou acamada (...) somente pedia para não ficar sozinha. No dia 30 de Junho, data do seu onomástico (...), foi acometida de fortes dores em todo corpo, principalmente nas pernas, que ficaram duras e frias. Conforme seu desejo, foi chamado o capelão Pe. Zahnen S.J. para dar-lhe mais uma vez a absolvição geral...Veio também o médico que constatou embolia e achou o estado da irmã muito grave. Foram feitos calmantes, que pouco aliviaram as dores. Durante três dias e três noites sofreu muito. Com o auxílio de uma irmã, sentava por cinco minutos e depois deitava, continuamente. Ela dizia que as dores eram terríveis e levantando e deitando, o tempo passava mais depressa. Seguidamente rezava o pai nosso, a Ave Maria, fazia jaculatórias e atos de amor a Deus. Para as irmãs que cuidavam dela, dizia: “Irmãs, me ajudem a amar mais a Deus. “Como gostaria de amar-te mais” No dia 03 de Agosto, de manhã, a Irmã Julita não podia comungar, porque não conseguia engolir. Às oito horas, a Madre Provincial perguntou à doente se queria ainda receber a Santa Comunhão e ela respondeu que sim. A Madre Superiora, M.Orontia, pediu ao Pe.Zahnen que levasse a Santa Hóstia para a doente, e ela recebeu bem consciente o Cristo. A Madre Provincial rezou com ela a ação de Graças e pouco depois entrou em

NicolausBriccius (por volta de 1847), com quem ela viveu 40 anos e gerou dois filhos, dos quais um ainda vive. Nos primeiros anos ela se alegrava graças a uma boa saúde e testemunhava com assídua frequência à casa de Deus um sentimento cristão. Há uns sete anos manifestaram-se nela de modo quase imperceptível os ataques de um câncer no lábio inferior que se desenvolveu no decurso dos anos de tal modo que lhe consumiu quase todo o rosto. A aparência era assustadora. Falar ela há muito não conseguia mais, apenas balbuciar. Ela finalmente faleceu, depois de indescritíveis sofrimentos em 16 de Dezembro de 1893, de noite, às 11 e meia, na idade de 76 anos, 2 meses e 17 dias e foi enterrada aqui no cemitério junto à igreja, em 18 de Dezembro do dito anno. Ela deixou um filho, uma nora e 6 netos”.

agonia.(...)Todas as irmãs da casa se reuniram no quarto da moribunda, rezando comunitariamente o terço. O Pe. Zahnen estava ajoelhado ao lado da cama. Quando o relógio tocou dez horas da manhã, entregou sua bela alma a Deus. A sua morte foi o eco de sua vida serena e totalmente conformada com a vontade de Deus. A consciência tranquila de que cumprira sua missão aqui na terra foi um alívio em seus últimos dias, apesar de seus terríveis sofrimentos. Não temeu a morte. (Crônicas das Irmãs de Santa Catarina, p.3 e 4 do ano de 1952).

Numa atmosfera de nítida e sufocante impotência diante de um quadro onde medicações já não ajudavam, as demais Irmãs rezam incessantemente, objetivando amenizar a dor e a agonia da moribunda, ressaltando o encontro com Deus logo adiante. Seja no ambiente hospitalar ou na casa dos colonos nas Picadas, percebe-se a enfermidade e a dor vivenciadas de forma coletiva. Estavam envolvidos nesta experiência todos os que estivessem próximos ao doente, familiares e vizinhos, e de um modo muito mais interativo que as formas dos dias atuais. O espaço de sofrimento do doente incluía quase todos aqueles com quem ele se relacionava. No mundo da doença e da cura nas Picadas, o principal centro de tratamento e cuidados da saúde era a própria casa daqueles que adoeciam. Localizados nos núcleos urbanos, distantes das Linhas coloniais, os hospitais das Irmãs, isso sem mencionar a Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre, refletiam na maioria das vezes, o abandono do doente lá internado. As distâncias dificultavam as visitas de familiares e vizinhos. Quando verificadas as impossibilidades de cura e, diagnosticados como doentes terminais, familiares eram aconselhados a levar o seu doente para casa, munidos de prescrição de analgésicos para aliviar desconfortos e dores físicas. Manter o paciente em casa significava para o mesmo, morrer em um ambiente conhecido, longe da exposição a tratamentos dolorosos e cirurgias, e muito próximo aos familiares e vizinhos. A presença constante do padre na casa do enfermo, oportunizando conforto espiritual, estava inserida dentro dessa proposta de cuidados paliativos. Ao colono Nicolau Dapper, do Walachei, já não restava nenhum recurso médico ou possibilidade de cura. Nessa perspectiva, ao fazer freqüentes visitas ao mesmo, Pe. José Maria Kroetz fornecia qualidade de vida ao doente

(LIPOVETSKY, 2007, p.24-25)³³⁹, por meio de um suporte emocional inserido na percepção do fundamento religioso que envolvia o doente e seus familiares.

Fontes Primárias

Comunidade Católica de Dois Irmãos. Livro de Registros de Óbitos n.º 2, ano de 1937.

Comunidade Evangélica da Linha Nova/RS. Livro de Registros de Óbitos número 1.

Entrevista com o Sr. Justino Antônio Vier, de Dois Irmãos, realizada em Outubro de 2011.

Entrevista com Irmã Generosa Wittmann (ex-diretora do Hospital São José, de Ivoti/RS), realizada em Junho de 2018.

Koseritz Deutscher Volkskalender. Porto Alegre: Krahe & Cia, 1938.

Crônicas das Irmãs de Santa Catarina, p.7, 1951 e páginas 3-4 do ano de 1952

Livro do profeta Isaías, capítulo 53.

Referências

CAIRUS, H. “Da Natureza do Homem”. História, Ciência, Saúde-Manguinhos, vol. 6, nº 2, jul.-out. 1999.

DUBY, G. Reflexões sobre o sofrimento físico na Idade Média. In: _____. Idade Média, idade dos homens. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELY, Nilza Huyer. Breve observação sobre a busca pela saúde nas Colônias Alemãs do Litoral Norte/RS: parteiras, benzedores, curandeiros, médicos e hospitais. In: Anais do XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 505-514, p.510. (CD-ROM).

FIKE, Richard E. The Bottle Book. A comprehensive guide to historic, embossed medicine bottles. Salt Lake City: Gibbs M. Smith, Inc. Peregrine Smith Books, 1987, p.22-29.

JOUANNA, J. & MAGDELAINE, C. (eds.). “Introduction”. In: HIPÓCRATES. Hippocrate. L’art de la médecine. Trad. e apresentação de J. Jouanna e C. Magdelaine. Paris, GF Flammarion, 1999, p. 7-65.

LE GOFF, Jacques. Uma história dramática. In: LE GOFF, Jacques. (org.). As doenças têm história. Lisboa: Terramar, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles. A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo; Trad. Maria Lúcia Machado. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³³⁹ Qualidade de vida é um conceito do século XXI, apesar das práticas inseridas nesse conceito serem milenares. Na área da saúde, determinadas atividades ligadas ao prazer e às delícias da vida são comprometidas pelos limites e carências impostas pela doença. Engloba inúmeros elementos do cotidiano das pessoas, num leque bastante amplo que vai desde a percepção e expectativa subjetivas sobre a vida, até questões mais deterministas como o agir clínico frente a doenças e enfermidades.

ROTERMUND, Wilhelm. Pastor Peters. Biografia de um Pastor Evangélico no Brasil. In: Os dois vizinhos e outros textos. Tradução de Martin N. Dreher. São Leopoldo: Edições EST, 1997, p.184-213.

VIER, Justino Antônio. História de Dois Irmãos/RS - Passado e Presente - São Leopoldo:Sinodal, 1999.

WITTER, Nikelen Acosta. Males e Epidemias: Sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

“ESTRANGEIRO” E “RELIGIOSO”: UMA ANÁLISE DAS
FORMAS DE SOCIALIZAÇÃO, TENSÕES E CONFLITOS
ÉTNICO-RELIGIOSOS DOS IMIGRANTES ALEMÃES E
SEUS DESCENDENTES NA FORMAÇÃO DO *SYNODO*
EVANGÉLICO LUTHERANO DO BRASIL NO ESTADO DO
PARANÁ³⁴⁰

LANGE, Wanderley Maycon*

Este trabalho busca articular a relação entre as categorias conceituais analíticas de “estrangeiro” e “religioso” numa perspectiva histórico-sociológica com vistas à compreensão do processo de formação institucional das primeiras comunidades luteranas pertencentes ao Sínodo Evangélico Luterano do Brasil (atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil) na então província paranaense. Os documentos oficiais eclesiais apontam que a atuação pioneira deste Sínodo no estado ocorreu nas cidades de Cruz Machado (1921); Bom Jardim do Sul, ex Bitú-Mirim (1941); Palmeira (1942); Imbituva, ex Cupim (1943); seguindo posteriormente a Curitiba (1950). Este processo de constituição institucional foi gerado por paradoxos, tensões e conflitos étnico-religiosos identitários. Surgiu da iniciativa e solicitação dos imigrantes alemães e seus descendentes de atendimento eclesial para o exercício de sua fé cristã. Trata-se de uma análise sobre a imigração em seus múltiplos aspectos que traz consigo a investigação das trajetórias e dos sentidos empregados por estes imigrantes e descendentes, suas novas formas de vivência e cidadania, processos de integração e exclusão social. Tais atribuições possuem desdobramentos que abordam a condição

³⁴⁰ Artigo apresentado para publicação como capítulo de livro do Seminário Internacional “Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos” e XXIII Simpósio de História da Imigração e Colonização 2018.

* Doutorando em Sociologia (Universidade Federal do Paraná - UFPR) - Bolsista da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); Mestre em História, Cultura e Identidades (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG).

destes imigrantes e suas implicações oriundos do processo migratório, bem como a ideia do “religioso”, da “religião”, da “pessoa religiosa” e sua respectiva “religiosidade” como objeto de estudo. Ambos os conceitos trazem consigo expressões historiográficas e sua dimensão ou forma social.

Neste sentido, utilizo-me do pensamento do sociólogo alemão Georg Simmel (1859-1918) sobre os conceitos de “estrangeiro” e “religioso” em seus escritos. Ambos os conceitos configuram-se em categorias analíticas heurísticas para pensar a dinâmica do grupo de imigrantes alemães (luteranos) que veio para o Brasil, mais especificamente no estado do Paraná, e trouxeram consigo sua “bagagem” cultural e religiosa.

René Gertz (2007) pontua que desde 1555 já existem registros de historiadores que apontam a presença dos primeiros protestantes no Brasil com as invasões francesas e, depois, no século XVII voltaram com os holandeses. Ambos os grupos não deixaram marcas.

No Brasil, o processo colonizatório estava baseado em sua formação inicial no tripé: latifúndio, monocultura e escravização. A abertura dos portos às “nações amigas” propiciou a vinda dos primeiros grupos organizados de protestantes para o país. No século XIX a imigração europeia tornou-se mais intensa ocasionada pela vinda da Família Real para o Rio de Janeiro em 1808. Finalmente, após a outorga da Constituição de 1824, que assegurava a liberdade de existência de outras denominações religiosas de origem “não católicas”, foi então que o protestantismo passou a obter um certo espaço, visibilidade e reconhecimento de existência institucional na sociedade brasileira. (CAPELLARI, 2001)

As políticas de incentivo impulsionaram o aumento das imigrações. Muitos grupos de imigrantes, especialmente da Alemanha, vieram para o Brasil. Alguns deles eram “protestantes” e “luteranos”. Inúmeras razões levaram o país a receber os imigrantes alemães que aqui aportaram a partir de 1808. A vinda destes imigrantes trouxe profundo impacto e transformações históricas, econômicas, sociais, políticas, religiosas, tanto na Europa como no Brasil. (RIETH, 2010)

Os imigrantes foram estabelecidos como povoador, trabalhador de centros urbanos, produtor na forma de pequena propriedade. Eram considerados mão de obra “livre” e “barata”. Foram também usados contra os negros. Estimava-se que, com a

presença deles, ocorresse o “branqueamento” da raça. Quando recebiam terras, cujas habitações eram de nações indígenas, aconteciam embates sangrentos. Estas lutas contribuíram até mesmo para extinção de muitos grupos indígenas.

René Gertz (2007) pontua que desde 1555 já existem registros de historiadores que apontam a presença dos primeiros protestantes no Brasil com as invasões francesas e, depois, no século XVII voltaram com os holandeses. Ambos os grupos não deixaram marcas.

No Brasil, o processo colonizatório estava baseado em sua formação inicial no tripé: latifúndio, monocultura e escravização. A abertura dos portos às “nações amigas” propiciou a vinda dos primeiros grupos organizados de protestantes para o país. No século XIX a imigração europeia tornou-se mais intensa ocasionada pela vinda da Família Real para o Rio de Janeiro em 1808. Finalmente, após a outorga da Constituição de 1824, que assegurava a liberdade de existência de outras denominações religiosas de origem “não católicas”, foi então que o protestantismo passou a obter um certo espaço, visibilidade e reconhecimento de existência institucional na sociedade brasileira. (CAPELLARI, 2001)

As políticas de incentivo impulsionaram o aumento das imigrações. Muitos grupos de imigrantes, especialmente da Alemanha, vieram para o Brasil. Alguns deles eram “protestantes” e “luteranos”. Inúmeras razões levaram o país a receber os imigrantes alemães que aqui aportaram a partir de 1808. A vinda destes imigrantes trouxe profundo impacto e transformações históricas, econômicas, sociais, políticas, religiosas, tanto na Europa como no Brasil. (RIETH, 2010)

Os imigrantes foram estabelecidos como povoador, trabalhador de centros urbanos, produtor na forma de pequena propriedade. Eram considerados mão de obra “livre” e “barata”. Foram também usados contra os negros. Estimava-se que, com a presença deles, ocorresse o “branqueamento” da raça. Quando recebiam terras, cujas habitações eram de nações indígenas, aconteciam embates sangrentos. Estas lutas contribuíram até mesmo para extinção de muitos grupos indígenas.

O processo imigratório também provocou inúmeras reflexões, discussões e questionamentos como: Quem recrutaria os imigrantes? Quem financiaria suas viagens? Qual seria o “regime” de trabalho para este imigrante? Deveria ser parceiro ou

arrendatário? Os imigrantes deveriam ocupar somente o campo ou poderiam se estabelecer nas cidades? Teriam por direito o recebimento de terras ou elas deveriam ser doadas aos nativos brasileiros? Se recebessem terras, seriam doadas ou pagariam por elas? Receberiam ferramentas, sementes ou teriam que adquirir? No âmbito jurídico, deveriam os estrangeiros serem “naturalizados” ou não? Imigrantes protestantes poderiam ocupar cargos públicos? As relações conjugais e matrimônios poderiam ser considerados válidos ou eram concubinatos? Poderiam, ainda, serem sepultados nos cemitérios existentes? Estas, entre outras questões, eram determinantes para configurar o estabelecimento destes imigrantes em território brasileiro. Para além disso, havia por aqui inúmeros grupos étnicos, dentre os quais os indígenas; estava estabelecido o colonialismo português; e ainda, instaurado um regime escravocrata de produção. (DREHER, 1993)

A “independência política” do Brasil em 1822 trouxe uma série de novos dilemas diante do fenômeno migratório. Assim, a religião e, conseqüentemente, a igreja faziam parte desta nova configuração social. Com a imigração alemã surgiram inúmeras dificuldades, como por exemplo, a resistência dos latifundiários, que enxergavam na política migratória um prenúncio da abolição. Por parte de alguns governos “alemães”, a emigração para o Brasil não era mais incentivada, haja vista tratar-se de um país receptor cuja religião oficial era a católica. No campo jurídico, esta condição impedia o reconhecimento dos casamentos protestantes e trazia problemas de legitimação de heranças. Impunham uma série de restrições, obstáculos e mesmo proibições aos não-católicos para a ocupação de cargos públicos. A participação política ativa e engajada era veladamente coibida. (MAGALHÃES, 1993) José Oscar Beozzo pontuou as dificuldades dos protestantes diante da hegemonia católica, religião do Estado. (GERTZ, 2007)

Os registros apontam que o grupo de protestantes mais antigo, massivo e expressivo que adentrou o Brasil e se estabeleceu definitivamente foi o de luteranos. O luteranismo institucional chegou ao Brasil com a imigração alemã em 1824. Embora fossem muitos, ainda assim constituíam-se numa minoria absoluta no contexto geral da sociedade brasileira. (GERTZ, 2007) Para Martin Dreher, os protestantes “se sentiam” triplamente “marginalizados”: “por serem estrangeiros, não proprietários e ademais não-católicos.” (DREHER, 1993, p. 30)

A maior parte dos imigrantes que vieram para o Brasil se estabeleceu na região sul. A primeira colônia “alemã” estabelecida no Brasil foi em 1824 em São Leopoldo-RS. Depois, em 1828 outro grupo de alemães se estabeleceram em São Pedro de Alcântara-SC. No Paraná, em 1829 chegaram na Colônia Rio Negro os “alemães” provenientes da cidade de Trier, cidade situada ao oeste da “Alemanha”, junto ao Rio Mosel, na Renânia/Palatinado. (MÜLLER, 2005) Em 1850 o grupo segue para a Colônia Dona Francisca, mas procuraram posteriormente o planalto curitibano.

Após a emancipação da “Província do Paraná”, a imigração se tornou ainda mais intensa. Houve nesse período uma “política de imigração” inaugurada por Zacarias de Góes e Vasconcellos que pretendia favorecer o “progresso” da recém formada província. Ao se referir sobre o processo de adaptação dos imigrantes e a “representação” que faziam deles no estado, Rosângela Wosiack Zulian aponta:

Os processos de imigração e colonização no território paranaense foram acompanhados por um conjunto de expectativas, tanto por parte dos que chegavam, confiantes na propaganda divulgada nas terras de origem, quanto pelas elites locais, que idealizavam o trabalhador europeu. Em ambos os casos, as experiências colonizadoras nem sempre corresponderam ao esperado, gerando conflitos entre as partes. (ZULIAN, 2010, p. 300)

No Paraná, a economia desenvolvida nos séculos XVIII e XIX era baseada em atividades como a mineração, pecuária, agricultura (de subsistência), comercialização de gado pelas tropas itinerantes (tropeiros) nos caminhos de Viamão à Sorocaba, exploração de madeira e produção de erva mate. Tais setores econômicos propiciaram um leve crescimento das cidades da região ao leste do Paraná, desde o litoral (Paranaguá, Antonina e Morretes), passando pelo planalto curitibano até Ponta Grossa e Castro nos Campos Gerais. A política de imigração foi sustentada pelo tripé: 1) ocupação de vazios demográficos, 2) produção agrícola nas pequenas propriedades; e 3) trabalho livre, caracterizando-lhe distinção da imigração paulista, a saber, a colonização. (OLIVEIRA, 2007)

A maior intensidade do fluxo da imigração alemã aconteceu em torno de 1876, especialmente com os alemães do Volga. Tendo em vista que, após a verificação dos resultados satisfatórios alcançados na colonização das cercanias de Curitiba, houve o estímulo para a expansão dos núcleos colonizatórios para o litoral e para a região dos Campos Gerais.

Os Campos Gerais abrigaram três núcleos majoritários de colônias de “alemães russos”: “Otávia” em Ponta Grossa; “Sinimbú” em Palmeira; e na Lapa as colônias de “Marienthal”, “Johannesdorf” e “Virmond”. A maioria das colônias não prosperou e os núcleos coloniais enfraqueceram. Com isso, muitos imigrantes rumaram para outras localidades em busca de novas oportunidades de trabalho. (AUER, 2016)

Os municípios que receberam grupos de imigrantes alemães (e luteranos) nas mesorregiões geográficas do sudeste, centro-sul, centro oriental e metropolitana de Curitiba; locais onde, posteriormente, com seus respectivos descendentes, deu-se início às primeiras comunidades do Sínodo Evangélico Luterano do Brasil no Paraná. Os documentos oficiais eclesiásticos registram que a atuação do Sínodo Evangélico Luterano do Brasil no estado aconteceu nas cidades de Cruz Machado (1921); Bom Jardim do Sul, ex Bitú-Mirim (1941); Palmeira (1942), Imbituva, ex Cupim (1943), Curitiba (1950).

Destacam-se, assim, dois momentos relevantes: o ciclo das grandes migrações, dentre as quais se apresenta a referida imigração alemã, a emancipação do Estado do Paraná, até a Primeira Guerra Mundial; e depois, o processo de formação do Sínodo Evangélico Luterano do Brasil por parte destes imigrantes e seus descendentes, com o pós-guerra (Primeira Guerra Mundial), o período entre guerras, a deflagração e instauração das políticas nacionalistas do Estado Novo de Getúlio Vargas, e a Segunda Guerra Mundial (e seu período pós-guerra). Estes acontecimentos são variáveis determinantes para compreender as noções de “imigração” e “luteranismo” ou, tendo como referência as reflexões de Simmel aplicadas a esta análise, a ideia de “estrangeiro” e “religioso”.

A relação entre migração e religião na perspectiva sociológica se caracterizou como pauta de agenda como um fenômeno moderno/contemporâneo de análise que trouxe consigo uma série de questões religiosas complexas nos debates sócio-políticos nacionais e internacionais. Esta complexidade apontou para certos limites intrínsecos ao processo de se compreender determinadas dinâmicas sociais sem considerar a questão religiosa. Neste sentido, começou-se a buscar os nexos entre religião e mobilidade humana, sociabilidades, interação social, cultural e político, em processos de “assimilação”, “aculturação”, “hibridização” e suas possíveis, respectivas e mútuas influências do tipo: como as religiões interferem nos processos migratórios e, ao mesmo

tempo, como os deslocamentos humanos interagem com a religiosidade dos migrantes e na estruturação das instituições religiosas.

Georg Simmel abordou os novos “comportamentos sociais” entre os estrangeiros, imigrantes, que estavam divididos entre duas culturas e espaços. Tais comportamentos surgiram das novas condições e contextos para seu estabelecimento na sociedade receptora. A produção das suas novas formas de socialização emergiu de tensões que “coabitaram” nos contatos étnicos e culturais (religiosos).

Em Simmel (1994), o estrangeiro possui uma forma peculiar de interação social que está no dilema de sair e/ou afastar, ficar e/ou permanecer. A ideia de proximidade e distância são inerentes à sua condição de estrangeiro. Proximidade e distância também estão presentes na sociedade local receptora, na maneira como interagem com o estrangeiro em dado contexto e momento histórico. A presença estrangeira traz mudanças sociais e culturais que são interpretadas com restrições e desconfiança, ignorada as suas multiplicidades, diversidades e singularidades. Um exemplo é a possibilidade constante de esquecimento que os trabalhadores imigrantes constituem ou podem constituir família, ou ainda, que não retornarão para seus respectivos lugares de origem. Tais possibilidades, ainda que não se concretizem, podem gerar práticas intolerantes em condições adversas.

“Estrangeiro” é uma categoria genérica cujo sentido da palavra é polissêmica tendo que ser definida a partir de seu contexto histórico e sociológico. O mundo contemporâneo pode defini-los como exilados, expatriados, refugiados, imigrantes, turistas, nômades modernos, voluntários, profissionais, estudantes, cônjuges, etc, portadores de culturas e modos de vida (e de ser) diferentes. É importante ressaltar que estrangeiro é sempre um estrangeiro em relação aos outros (alteridade). Ele também pode se sentir como um estrangeiro de si mesmo, dada sua condição de aceitação, pois vive sua experiência e articula o mundo objetivo/subjetivo na sua trajetória. A própria experiência de ser estrangeiro varia de pessoa para pessoa e em função das condições e razões que motivaram sua incursão em território alheio. Descobrir “o outro” propicia uma relativização, não apenas das verdades, mas também dos valores de filiação, pois se expõe ao risco do outro, seus modos, língua, cultura. Um estrangeiro começa a se reconhecer pelo que não é, no entanto a necessidade de apresentar de si mesmo o leva a interações. Do ponto de vista jurídico, cabe-lhe a necessidade de legalidade e acesso aos

direitos nela associados, pois lhe interessa o sentimento de reconhecimento e existência também pelo outro.

Ao tratar sobre o cristianismo no Brasil, especialmente o protestantismo luterano, Martin Dreher ressaltou que “desde meados do século XIX a questão migratória [...] vai ter também consideráveis consequências para a vida da igreja no país.” (DREHER, op. cit., p. 7)

A Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) foi organizada em 1904 como Distrito do Sínodo de Missouri, dos Estados Unidos da América do Norte. Sua denominação era *Der Brasilianische District der deutschen evangelische-lutherische Synode von Missouri, Ohio und anderen Staaten* (Distrito Brasileiro do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados) Em 1920, foi registrado como *Synodo Evangélico Luterano do Brasil*. Foram anos de discussão sobre a nomenclatura da igreja que se adequasse ao contexto brasileiro. Na Convenção da igreja de 1953 foram aprovados os estatutos com o seguinte nome: “Igreja Evangélica Luterana do Brasil” (IELB). Segundo Paulo Buss (2006, p. 21) “esse nome foi submetido à apreciação da 43ª Convenção regular da LCMS [*Lutheran Church Missouri Synod*], sob o argumento de que os seus irmãos brasileiros acreditavam que a mudança do nome facilitaria seu trabalho, e recebeu a aprovação da mesma.” A IELB, por se tratar de uma religião étnica e com aspirações missionárias, apresentou dificuldades para se integrar à vida e à realidade brasileira, o que acabou por marcar os caminhos da instituição refletindo-se na formação de sua identidade. Segundo Prien, “Kunstmann escreveu: O germanismo dos missurianos não é um fim em si mesmo, mas apenas meio para fim (...)”. (PRIEN, 2001, p. 530)

Em 1949, outro sínodo eclesiástico denominado Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná tornou-se um dos fundadores da chamada “Federação Sinodal”. Esta federação abrangeu o Sínodo Rio-grandense, o Sínodo Brasil Central, Sínodo Evangélico Luterano e o Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná e outros Estados (e *Lutherischer Gotteskasten* - Associação Luterana Caixa de Deus). Em 1950, essa Federação começou a se denominar Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Para compreender estas relações, temos a contribuição teórico-metodológica da

teoria de Pierre Bourdieu através dos conceitos de “campo” e “habitus”. Para o autor, o campo é o espaço onde ocorrem as relações entre os indivíduos, grupo e estruturas sociais. Neste sentido, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) estabelecem relações oriundas do movimento em comum chamada de Reforma (Protestante ou Luterana) atribuída a Martinho Lutero. A relação entre ambas se constitui num espaço dinâmico e simbólico (segue lógica e leis próprias), com disputas ocorridas em seu interior com interesse nas relações estabelecidas entre os seus componentes, sejam agentes ou estruturas. Neste espaço simbólico as lutas dos agentes determinam, validam e legitimam representações. Há uma classificação dos signos que determinam, por assim dizer, o que é adequado e o que pertence ou não a um determinado código de valores. Exemplo disso são as diferenças entre os sínodos como a questão do valor conferido ao *status* do etnicismo, a compreensão diferente da responsabilidade pública eclesiástica e a abordagem hermenêutica da Bíblia e das confissões luteranas.

Outro conceito explicativo desta relação é o de *habitus*. *Habitus* vem a ser um princípio gerador de todos os pensamentos que, como corolário, atua como norma para a vida religiosa do indivíduo. Seria uma espécie de um conhecimento sem consciência ou de uma intencionalidade sem intenção. Ele é intercambiável por meio da aprendizagem e também funciona como um sistema de esquemas geradores de estratégias. Constitui-se num esquema de ação, percepção e reflexão, e determina maneiras de olhar, perceber e classificar (opera distinções) a coletividade num determinado campo. Ela possibilita a compreensão de alguns aspectos fundamentais do cotidiano dos religiosos luteranos aqui envolvidos e mencionados, ou seja, ações, opções e movimentos que os define como tal.

As vinculações históricas distintas já descritas, a IELB com o Sínodo de Missouri (EUA) e a IECLB com a Europa, especialmente a Alemanha, trouxeram algumas ênfases dogmáticas e de *práxis* diferentes.

As duas igrejas luteranas também buscam manter certo diálogo de proximidade. Os esforços de aproximação de ambas as igrejas luteranas não eliminaram as diferenças no campo de atuação no Brasil, especialmente aqueles advindos do processo de imigração alemã, atendimento espiritual ao rebanho, diferenças doutrinárias e estabelecimento institucional (sinodal e confessional). Tais situações geraram

estranhamentos, disputas, tensões e conflitos internos entre as duas maiores vertentes do luteranismo brasileiro.

Nas duas primeiras décadas do século XX, as atividades do Sínodo Evangélico Luterano do Brasil eram restritas ao estado do Rio Grande do Sul. Entre 1910 e 1913, o governo disponibilizou áreas de terras de mata virgem no sul do Paraná com vistas à colonização. Vieram imigrantes poloneses, ucranianos e também alemães que trouxeram consigo suas respectivas religiosidades de origem. A Primeira Guerra interrompeu as políticas de incentivo por parte do governo brasileiro. Em 1919, alguns alemães se deslocaram para o município de Cruz Machado. Este grupo reunido, sob liderança de um colono chamado José Mundel, convidou seu antigo pastor no Rio Grande do Sul, Rev. J. Busch do *Der Brasilianische District der deutschen evangelische-lutherische Synode von Missouri, Ohio und andern Staaten* (Distrito Brasileiro do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados), para que fosse atendê-los e organizasse ali uma comunidade luterana. Após sua visita em 1919, providenciaram outro ministro religioso para pastoreá-los. Em 1921, chegou o pastor Germano J. Beck que trabalhou na organização de uma paróquia luterana até 1926, sendo sucedido por outros pastores deste sínodo.

Em 1940, Bitú-Mirim (Bom Jardim do Sul) já tinha uma comunidade luterana formada pertencente ao Sínodo Luterano “Gotteskasten“ (Lutherischer Gotteskasten - Associação Luterana Caixa de Deus) da Alemanha. Em 1939 estavam sem pastor. Parte desta comunidade se filiou à Igreja Presbiteriana local. Outra parte se dirigiu ao Sínodo Evangélico Luterano do Brasil (atual IELB) solicitando atendimento pastoral e, conseqüentemente, filiação a este sínodo. Em 1941, esta comunidade recebeu como seu líder o pastor Nilo Strelow. Trabalhou ali até 1948. Vale ressaltar que em 1943 ele teve que interromper seu trabalho temporariamente porque seu sogro Pastor Heine foi preso e acusado de estar envolvido numa trama político-militar “nazifascista”.

Em 1940-41, o pastor da “Gotteskasten” da Paróquia Luterana de Papagaios Novos em Palmeira que havia servido a comunidade por muitos anos, retornou à Alemanha. Os membros, então, solicitaram atendimento e filiação ao Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e receberam o pastor Edgar A. Krieser que ali permaneceu até 1954.

Em 1943, a grande comunidade luterana de Imbituva, também atendida pelo Sínodo “Gotteskasten” (com escola confessional luterana) teve sérios problemas com o advento da Segunda Guerra e as exigências e medidas políticas, administrativas e militares, do Estado Novo de Getúlio Vargas. Seu pastor J. Bachimont foi preso e as atividades da comunidades suspensas por quase um ano. A comunidade, então, reunida pediu o atendimento e filiação ao Sínodo Evangélico Luterano do Brasil. Em fevereiro de 1945 receberam o pastor Arno Gueths que trabalhou ali até 1951.

Por razões pessoais e profissionais, o pastor Martinho Lutero Hasse mudou-se de Joinville-SC para Curitiba, capital paranaense, onde buscou contato com alguns trabalhadores que já pertenciam ao mesmo sínodo de Papagaios Novos e organizou uma comunidade em 1950.

As múltiplas formas e maneiras de se constituir imigrantes (e/ou descendentes) e religiosos propiciam uma série de possibilidades de análise histórico-sociológica.

No fenômeno das migrações dos séculos XIX e XX, o tema concernente à imigração e a figura do próprio imigrante como ator social não aparece explicitamente nos pensadores clássicos da Sociologia como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. (OLIVEIRA, 2014) Embora conhecessem a questão da imigração, os autores clássicos da sociologia não produziram livros ou artigos específicos sobre este assunto. Talvez explicasse o fato que “o imigrante ainda era um produto em formação, um resultado do desenvolvimento do capitalismo e da estratificação social em curso e não necessariamente aquele ator cuja ação social requeria análise específica.” (Ibidem, p. 92) O fenômeno foi abordado de maneira “diluída”, “pulverizada”, em menor escala, num âmbito mais difuso e transversal nas obras de Marx e Weber; em Durkheim, aparece como parte da divisão do trabalho.

O debate sociológico sobre migrações dos clássicos traz à tona conceitos muito importantes como as interações sociais, a coesão social, as diferenças entre os diversos grupos, as mudanças sociais que decorrem do avanço do capitalismo e da mobilidade geográfica e socioeconômica. (Ibidem)

Simmel tem importantes contribuições para a “sociologia da imigração”. Embora os termos “imigrante” e “imigração” não apareçam nos escritos de Simmel inventariados por Waizbort (2000, p. 11-12), a figura do migrante está presente em

vários de seus textos. Em suas obras trata da mobilidade de perspectivas, sentidos e ações, características do sujeito na modernidade. Sua abordagem é transversal. O tema dos imigrantes e descendentes, por sua vez, foi abordado em seus estudos sobre os judeus. Simmel os considerava “assimilados”. Quando Simmel trata do espaço, discorre sobre deslocamentos e isso diz respeito às migrações. Ele busca analisar as formas de socialização estabelecidas no interior de um grupo migrante em oposição ao fixo. Também procura entender os efeitos da migração nas pessoas do grupo sedentário. Sua abordagem mais clássica e direta aos migrantes está nos seus trabalhos sobre “o estrangeiro”. A mobilidade e as interações caracterizadas pela fluidez de suas condições geográficas dão existência ao migrante ao mesmo tempo que produzem múltiplas consequências. A fluidez (dinamicidade) é quem vai defini-lo socialmente.

Do ponto de vista sociológico, o critério fundamental de classificação desses fenômenos é: quais formas de socialização estabelecem-se em um grupo migrante em contraste com um grupo fixo no espaço? Quando um grupo, não todo ele, mas alguns de seus elementos migram, que formas resultam disso para o grupo como um todo e para as pessoas que migram? (SIMMEL, 1999, p. 649)

Para Simmel, o indivíduo é a chave do processo, e não apenas o grupo. Sua análise aponta para a necessidade de mudança e diferenciação do homem moderno. Para ele, planícies e estepes favorecem as migrações. Simmel defende a ideia de que “há uma profunda relação entre movimento no espaço e diferenciação das existências sociais e pessoais”. (Ibidem, p. 651)

Marcio de Oliveira analisa: “Simmel compara o papel político dos chefes das caravanas com aquele dos capitães de navio. A dominação exercida por um ou por outro só é possível porque a migração individualiza e isola. Isso reforça a posição do chefe.” (OLIVEIRA, 2014, p. 85) Para Simmel, isolamento e individualização, inerentes ao estado caótico de mudança, são “combustíveis” das relações sociais. A “representação da duração” é determinante para o caráter profundo e inesperado das relações sociais.

Na visão simmeliana, a migração tende a unificar e a separar o grupo em dois: as viagens conduzem à centralização política; enquanto que o grupo se divide entre aqueles que vão e os que permanecem.

Em “Digressões sobre os Estrangeiros”, publicado no mesmo capítulo “O

Espaço e as Organizações Espaciais da Sociedade”, o estrangeiro é uma figura social distante que se torna próxima. Simmel afirma que o estrangeiro (o imigrante) chega e permanece, no entanto se sente mais livre que o sujeito sedentário, pois mantém uma visão “aérea” da sociedade com o cuidado para examinar a situação com menos “preconceito” (Ibidem, p. 65).

Para Simmel, a figura do estrangeiro mantém o grupo de origem em constante processo de alteridade, evidenciando assim através desse movimento a fugacidade da noção de identidade social.

Ele trabalha um dos conceitos clássicos da sociologia da imigração, a assimilação, quando faz análise do judeu na relação com a cultura europeia. O ponto de maior relevância é o padrão de assimilação onde sua presença é reconhecida. Simmel se insere num quadro de debates acerca das interações sociais, preciosa temática para a tradição da “Escola de Chicago”. Sem dúvida e com méritos que ele é considerado o principal clássico da sociologia da imigração.

No que tange ao plano conceitual sobre religião aqui abordado a perspectiva de abordagem está embasada no pensamento de Émile Durkheim que compreende a religião como um sistema solidário de crenças e práticas relativas às coisas sagradas reunidos numa mesma comunidade moral, a “igreja”, pois todos partilham dos mesmos preceitos. Para Durkheim a religião é algo coletivo.

A experiência religiosa de Simmel, descendentes de judeus, teve influência do catolicismo por parte do pai e do protestantismo por parte de sua mãe. Sua escrita ensaística na produção teórica-sociológica dialoga livremente com a história, filosofia, antropologia e psicologia. Suas referências são Kant, Nietzsche e Schopenhauer.

Em “Religião: ensaios” (volume 1 e 2), ele apresenta uma metodologia para estudar a religião de maneira diferente do “tipo ideal” weberiano. Desta forma, ele oferece maior protagonismo aos atores. Privilegia a pessoa religiosa como material de estudo, a maneira como ela vê e experimenta o mundo e o constitui. Assemelha a pessoa religiosa ao artista e filósofo, pois estes também produzem formas culturais de revelar o mundo. Diferente de Weber, optou por uma análise histórica e comparativa da religião (entre o Ocidente e o Oriente). Para o ele, o princípio da religião é caracterizado pelo movimento de religar (e ressoar), onde os elementos do universo são coletados e

interligados de maneira pessoal expresso em ações no mundo.

Simmel acredita que a religião confere unidade ao integrar a parte ao todo, sendo a parte o próprio todo. Ao admitirmos situações conflituosas no espaço institucional racionalizado (igreja moderna), vamos encontrar elementos de competição, diferenciação e divisão do trabalho. Seu escrito “A Religião” de 1912 apresenta uma síntese da sociologia da religião simmeliana, enquanto os outros ensaios revelam aspectos emblemáticos dessa temática.

Em “O problema da situação religiosa” de 1911, Simmel trata da aflição do homem (a pessoa religiosa) do século XX. Aqui ele insere justamente o seu objeto de estudo que é a falta sensorial de percepção real que autorize a fé. Nesse sentido, as religiões buscam suprir a carência desta “necessidade religiosa”. Para o autor, coexiste na natureza religiosa dessa pessoa uma necessidade de materialização do real que lhe proporcione satisfação: os objetos da fé religiosa com seu mundo transcendente e, no caso mais específico do cristianismo, os dogmas da Igreja e a doutrina de salvação.

O problema da situação religiosa encontra solução no estabelecimento de uma vida religiosa orgânica, pois assim as incertezas com relação à religião desapareceriam. Simmel, diferente de Weber em seu ceticismo e desmagificação, mostra-nos um certo otimismo ao recuperar a possibilidade da pessoa religiosa.

Ainda em “A Religião” de 1912, Simmel trata das relações sociais de pertencimento entre o indivíduo e o grupo social, marcando assim o surgimento da religião. Para ele, as primeiras tentativas de organização coletiva marcadas pelas religiões buscavam produzir segurança sobre as atitudes individuais na manutenção das relações sociais. As exigências sociais se expressavam de forma religiosa. Isto resulta na “objetivação” de elementos subjetivos íntimos delimitando as relações sociais. Nestes termos, a religião como forma acabada e objetiva, determina uma maneira de ser onde a existência terrena é quem elabora os artigos de fé.

Já no ensaio “A arte religiosa de Rembrandt” de 1914, Simmel aborda aspectos da arte religiosa e sua relação com a objetividade do mundo religioso. A tese de Simmel é a de que Rembrandt, assim como Bach, manifesta sua religiosidade em linguagem artística. No caso de Johann Sebastian Bach, era-lhe um compromisso pessoal, por estar ligado à fé luterana.

O conceito simmeliano de fé evidencia um fenômeno sociológico: a fé religiosa em si, nos outros e em Deus é o nexos que consolida as relações sociais, seja para discordâncias ou mesmo até de oposição ao(s) outro(s). Configura-se num dos construtos sociais mais remotos e funcionais marcado pela coesão da sociedade.

Referências

AUER, M. Russos-alemães do Volga. Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais. **Russos-alemães do Volga**. Disponível em: <<http://www.uepg.br/dicion/verbetes/n-z/volga.htm>> Acesso em: 19 set 2018.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BUSS, P. W. **Relations between the Lutheran Church-Missouri Synod and the Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. 1981. 210 p. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Concordia Seminary, St. Louis, 1981.

_____, P. W. **Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. Porto Alegre: Concórdia, 2006. v. 2.

CAPELLARI, M. A. **Sob o olhar da razão: as religiões não católicas e as ciências humanas no Brasil (1900-2000)**. Dissertação (Mestrado em História) - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

DREHER, M. N. **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Org. Martin N. Dreher. – Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.

DURKHEIM, É. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GERTZ, R. E. Os luteranos no Brasil. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, 2007.

MAGALHÃES, M. D. B. de. Os imigrantes alemães e a questão da cidadania. **Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**. v. 1, n. 2, p. 50–72, 1993.

MÜLLER, E. **Peregrinos à procura da liberdade: odisséia da imigração alemã no Paraná**. Curitiba: Champagnat, 2005.

OLIVEIRA, M. S. B. S. de. Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. **Nuevo Mundo**, 2007.

_____. O tema da imigração na sociologia clássica. **Dados**, v. 57, n. 1, p. 73-100, 2014.

PAULA, P. A. de. A pessoa religiosa na Sociologia da Religião de Georg Simmel. **Pro-Posições**, v. 23, n. 1, p. 203-208, 2012.

PRIEN, H-J. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2001.

RIETH, R. W. Raízes históricas e identidade da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). **Estudos Teológicos**, v. 49, n. 2, p. 207–221, 2010.

SIMMEL, G. O estrangeiro. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Religião – ensaios**, vol. 1/2. São Paulo: Olho d'Água, 2010.

_____. **Sociologie**. Paris: PUF, 1999.

WAIZBORT, L. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. “Georg Simmel e o Judaísmo. Entre a Emancipação e a Assimilação”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 10, nº 27, pp. 73-92.

WARTH, C. H. **Crônicas da igreja**: fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, 1900-1974. Concórdia, 1979.

WEBER, M. **La ética protestante y el espíritu del capitalismo**. Ediciones AKAL, 1998.

ZULIAN, R. W. “Bêbados, arruaceiros e sovinas”: a Igreja Católica e o imaginário imigrante no início do século XX–Ponta Grossa (PR). **Revista História: Debates e Tendências**, v. 9, n. 2, 2013.

Economia e Sociedade

TERRAS E COLONIZAÇÃO: A QUESTÃO DOS INTRUSOS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL (1889-1930)³⁴¹

Álison Wagner Gomes da Silva

Graduando em História- UPF

Bolsista de Iniciação Científica CNPQ. E-mail: alisonw.silva@hotmail.com

Cleiton Antonio Rossetto

Graduando em História- UPF

Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS. E-mail: cleitonrossetto12@gmail.com

Introdução

Neste trabalho buscamos investigar a relação entre os chamados *intrusos* e o Estado, no processo de colonização da região Norte do Rio Grande do Sul, na Primeira República. A região colonial de Passo Fundo foi formada nas primeiras décadas do século XX, ocupando a região de matas, atendendo ao processo de incorporação econômica do Planalto, por meio de políticas públicas de terras e colonização. A pauta do governo castilhistas-borgistas tinha como meta a legitimação de posses e demarcação das terras devolutas, procedendo a colonização.

O avanço da colonização, somada às extensas áreas de terras devolutas, implicou na presença mais efetiva do Estado nessa região, via instalação de uma Comissão de Terras e Colonização no município de Passo Fundo, em 1907, responsável pela demarcação das terras públicas (NEUMANN, 2017). Uma de suas frentes de ação foi a legitimação das posses de terras, a outra, talvez mais complexa, mas tão importante quanto, foi a colonização, perpassada pela regularização da situação dos intrusos, seja pela fixação, seja pela expulsão.

³⁴¹ O estudo está vinculado ao Projeto de Pesquisa *Terras e Colonização no Norte do Rio Grande do Sul na Primeira República*, coordenado pela professora Dra. Rosane Marcia Neumann, vinculado ao Núcleo de Estudos de História da Imigração - NEHI, do PPGH/UPF. Como fontes de pesquisa primárias utiliza a documentação da Diretoria de Terras e Colonização (Memorial da Assembleia Legislativa do RS), da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo (AHR/UPF), e revisão historiográfica.

Ao observar o processo de intrusão na região em estudo, bem como a resolução do problema de perturbação do acesso e regularização da propriedade da terra, via mediação dos agentes do Estado, encontramos sujeitos apontados pela historiografia como intrusos históricos, ou seja, os lavradores nacionais - ou caboclos -, mas também um outro perfil de intruso, composto por estrangeiros, predominando os imigrantes/descendentes de italianos. Para compreender esse processo histórico, é imprescindível analisar a legislação em vigor, a construção e definição da categoria *intruso* e a política de colonização pública.

A legislação de terras públicas

A região colonial de Passo Fundo foi formada nas primeiras décadas do século XX, ocupando a região de matas, atendendo ao processo de incorporação econômica do Planalto, por meio de políticas públicas de terras e colonização. Essa demanda atendia às aspirações do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que assumiu o poder do estado em 1891, com Júlio de Castilhos, caracterizado por sua postura positivista, que visava a modernização e o desenvolvimento econômico global do Rio Grande do Sul (TEDESCO; SANDER, 2005). Para que o processo de incorporação econômica do Planalto ocorresse conforme tais aspirações, fez-se necessária a legitimação de posses e a demarcação das terras devolutas, para que se procedesse a colonização da região.

A Lei de Terras, de 1850, regulamentada em 1854, havia definido as linhas gerais de acesso e posse da propriedade da terra: 1) repartição geral das terras públicas; 2) medição; 3) revalidação e legitimação das terras e modo prático de extremar o domínio público e particular; 4) medição das terras que se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo; 5) venda; 6) terras reservadas; 7) das terras devolutas situadas nos limites do Império com países estrangeiros; 8) conservação das terras devolutas e alheias; 9) registro das terras possuídas. (IOTTI, 2001).

Segundo Márcia Motta (2010), a Lei de Terras de 1850 serviu como marco regulatório da propriedade da terra, caracterizando “terras devolutas a partir da noção de exclusão de particulares”. Na República ocorreu a descentralização do controle das terras devolutas, passando aos estados a responsabilidade sobre as terras devolutas/públicas, o que “permitiu que as oligarquias regionais obstaculizassem qualquer política de discriminação dessas terras” (MOTTA, 2010, p. 469). Para Márcio Both da Silva (2011), a Constituição republicana de 1891 ao dar a responsabilidade da

discriminação e verificação das terras públicas aos estados favoreceu os chefes políticos locais, já que a Lei de Terras continuou sendo utilizadas nos processos de legitimação.

No seu artigo 3º, a Lei de Terras definiu como terras devolutas: 1) as que não se acharem aplicadas a algum uso publico nacional, provincial ou municipal; 2) as que não se acharem em domínio particular, dadas em sesmarias ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial; 3) as que não se acharem dadas por sesmarias e que tenham sido re-validadas; 4) as que não se acharem ocupadas por posse que, apesar de não se fundarem em titulo legal forem legitimadas pela lei (IOTTI, 2001, p. 112-113).

Conforme a legislação, as terras devolutas só poderiam ser adquiridas por meio da compra. Logo, se antes permitia-se a posse, agora passou a ser criminalizada e os sujeitos posseiros, passíveis de despejo, devendo dar “satisfação pelo dano causado”, com probabilidade de permanecer em cárcere de dois a seis anos. O proprietário deveria apresentar seu título legítimo de propriedade e seu uso só poderia ser feito com comprovação legal. O que contribuiu para a consolidação da concentração da renda fundiária.

As áreas de sesmarias que estivessem produzindo, seriam re-validadas. Outras concessões do governo Geral ou Provincial, em que as posses se encontrassem “mansas e pacíficas”, seriam legitimadas, uma vez que foram adquiridas por ocupação primária. Os possuidores estavam sujeitos, a partir de então, de uma avaliação, sendo as terras medidas e demarcadas, fixando-se prazos, mas prorrogáveis de acordo com as necessidades regionais e locais, para que fosse feita, durante o período que fosse necessário, a legitimação e a regularização da propriedade (IOTTI, 2001). Nesse contexto, dado a falta de funcionários e o predomínio da posse precária, os trabalhos de legitimação avançaram pouco no Rio Grande do Sul, prevalecendo as medições de áreas para estabelecimento de núcleos coloniais.

Na República, a responsabilidade pela administração das terras públicas passou às províncias/estados, bem como, a partir de 1895, a responsabilidade pela colonização. No Rio Grande do Sul,

em 1889, o novo regime republicano estipulou que as posses anteriores a 15 de novembro deveriam ser legitimadas em um prazo de dois anos, comprovando a moradia efetiva e sua exploração. A Lei de 1900 abria outras formas de acesso à terra, como o arrendamento, reconhecia as posses feitas à revelia da Lei de 1850 e consagrava todos os atos contrários realizados desde então. Subsequente, foram emitidos vários decretos-lei, na instância federal e

na estadual, detalhando e conceituando terras devolutas, colônias, formas de acesso e manutenção da propriedade da terra, dívida colonial e intrusão (NEUMANN, 2017, p. 117-118).

Nesse contexto, o Estado republicano ocupou-se em estruturar uma legislação capaz de dar conta da complexidade do universo da colonização, precária até então. O Decreto n. 247 de 19 de agosto de 1899, aprovava o regulamento que organizava os serviços de colonização através da política de estado para terras públicas. O objetivo da legislação estadual era consolidar um regime de colônias no estado, adaptando a Lei de Terras Nacional de 1850 conforme as realidades políticas, sociais e econômicas do Rio Grande do Sul. Tinha por objetivo colonizar e empreender na formação de núcleos coloniais para estabelecer agricultores, assim, as zonas de colonização deveriam ser divididas em lotes, linhas, seções ou picadas (IOTTI, 2001, p. 736). Dessa maneira, forjaram-se as sociedades coloniais da região Norte do estado ou das colônias novas, seja por obra do Estado positivista ou da privatização de terras através das empresas colonizadoras. Segundo as orientações da Diretoria de Terras e Colonização,

no caso dos autos de legitimação pela lei nova de terras de 5 de Outubro de 1899 (de áreas sempre pequenas), e quando esteja a administração pública procedendo simultaneamente a trabalhos de colonização na região, têm sido os processos de legitimação transformados em simples concessões das áreas legítimas (constatada previamente a circunstância da cultura efectiva e morada habitual anteriores a 15 de Novembro de 1899), ficando a transformação consignada nos autos respectivos, por sentença presidencial. Isto oferece a grande vantagem (sem prejuízo das garantias legais para os legitimantes) de permitir compreender as pequenas posses legítimas pela lei de 1899 nos projetos de subdivisão das terras em lotes rurais e realizar simultaneamente a demarcação de umas e outras, com apreciável economia e presteza na execução dos trabalhos.³⁴²

Nessa fase de transição entre a estrutura imperial e republicana, foi fundada a primeira colônia pública e mista no Planalto Rio-grandense: tratava-se da colônia Ijuhy, em 1890, situada no município de Cruz Alta; seguida pela Colônia Guarani, em 1891, no município de Santo Ângelo (ROCHE, 1969); e a colônia Erechim.

Fruto da colonização oficial proposta pelo Estado, a Colônia Erechim foi fundada em 1908. Planejada com rigor por Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização, e atendendo aos princípios positivistas (normatização e controle do Estado, ordenamento e legitimidade jurídica,

³⁴² Relatório apresentado pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado Interino, dos Negócios e Obras Públicas, ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Editora d'O Diário, 1917, p. 349. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

apropriação privada e produtiva da terra, sua dimensão mercantil etc.), a Colônia Erechim deveria tornar-se modelo de colonização no Estado gaúcho em razão de sua ocupação, da presença de grupos étnicos, do grande controle estatal na questão da terra, dos problemas advindos em outras partes do Estado, dentre outras. (TEDESCO; CARON, 2012, p. 221)

No mesmo contexto, em 1907 foi criado o Serviço de Povoamento do Solo Nacional (SPSN) e a sua diretoria, responsável por atuar em âmbito nacional, visando a implementação de uma nova política imigratória no Brasil. A imigração e colonização deveria ser promovida pelo Governo Federal em parceria com os governos dos estados, empresas de viação férrea e fluvial, companhia e associações de particulares (IOTTI, 2001).

No período de 1909 a 1928, esteve à frente da Diretoria de Terras e Colonização do Estado o engenheiro Ernesto Torres Gonçalves. Desempenhou importante papel na construção das novas colônias, pautado em seus ideais positivistas da ordem e do progresso, numa concepção linear do tempo/espaço, mas de caráter essencialmente particular. Acreditava que essas colônias no futuro formariam municípios com autonomia política e administrativa. Torres Gonçalves chamava atenção ao investimento público na área de colonização e apontava à necessidade de dotar essas colônias de uma estrutura de comunicação, via viação férrea, fluvial e das rodovias. Referente a região norte do Estado, defendia a instalação de núcleos coloniais, formados por imigrantes e seus descendentes, tendo em vista a presença de toldos indígenas e elevado número de lavradores nacionais, contribuindo, desse modo, ao progresso desses grupos e da região como um todo.

Nessa perspectiva, entende-se o avanço da colonização rumo ao Planalto Rio-grandense. As extensas áreas de terras devolutas implicou na presença mais efetiva do Estado nessa região, via instalação de uma Comissão de Terras e Colonização no município de Passo Fundo, em 1907, responsável pela verificação, reconhecimento e demarcação das terras públicas, bem como a verificação de posses, a fim de identificar irregularidades e refazer as medições, além da venda de terras e arrecadação da dívida colonial (NEUMANN, 2017).

Os relatórios da Diretoria de Terras e Colonização evidenciam a irregularidade dos títulos de posses de terras nas zonas de abrangência das Comissões de Terras e Colonização, dado o elevado número de requerimentos e de autos de legitimação aguardando a verificação e análise, para posterior assinatura da concessão por parte do

presidente do Estado. Em seu relatório apresentado em 1917, o secretário Protásio Alves chamou atenção para 2.021 autos pendentes em andamento³⁴³. Na região de abrangência da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, os números indicavam:

Quadro 1 - Autos de medição pendentes

Município	Lei de 1850/1854	Lei de 1899/1900	Total
Cruz Alta	10	69	79
Lagoa Vermelha	12	204	216
Lageado		11	11
Passo Fundo	45	333	378
Palmeira	25	492	517
Soledade	76	53	129
Total			1.330

Fonte: Relatório apresentado pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado Interino, dos Negócios e Obras Públicas, ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Editora d'O Diário, 1917, p. 350-351. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Analisando os dados, a primeira evidência é que dos 2.021 autos pendentes, 1.330 eram provenientes da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, representando 65,8%, o que confirma a hipótese de que o Norte ainda concentrava a maior área de terras irregulares do Estado, após uma década de trabalhos intensivos por parte Comissão de Terras e Colonização, na tentativa de resolver a questão. A segunda evidência que sobressai é a presença de elevado número de propriedades formadas

³⁴³ Relatório apresentado pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado Interino, dos Negócios e Obras Públicas, ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Editora d'O Diário, 1917, p. 350-351. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

durante o Império e não legitimadas, presentes em Passo Fundo e Soledade, somando um total de 121 autos. Já em relação a legislação republicana, a irregularidade da propriedade de terras se concentrava em Palmeira, seguida por Passo Fundo e Lagoa Vermelha. Os dados globais apontam Palmeira com o maior número de autos de legitimação pendentes, 517, concentrando as disputas de terras, o que resultou na instalação de uma Comissão de Terras e Colonização em 1917. Em seguida, está Passo Fundo, com 378 autos de legitimação, cuja área de atuação abrangia Lagoa Vermelha e Soledade, somando um total de 723 autos pendentes. Em termos de área, calculava-se em mais de 40 mil hectares.

Esses números, por si só elevados, tornam-se mais importantes ainda se considerar que os trabalhos eram demorados, ou seja, entre o requerimento de verificação de posse, a medição e a concessão da posse definitiva, transcorriam desde meses até vários anos. Na documentação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, não raro há casos que se arrastaram por mais de uma década.

No final da década de 1920, a maior parte das terras devolutas na região já haviam sido identificadas, demarcadas, vendidas e ocupadas. Ocorreu uma verdadeira movimentação populacional de colonos com o intuito de ocupar a mata virgem, conectando a antiga zona de colonização à nova zona colonial, tecendo uma extensa rede de relações sociais e de parentela. Configura-se, desta forma, a pequena propriedade rural, alinhavado com a dimensionalização de uma nova ordem de mercado global e formação/crescimento de um mercado interno.

A intrusão

Em uma escala de análise macro, percebe-se que a região Norte do Estado, baseada na zona de abrangência da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, foi a base central de execução dessa política de terras e colonização, bem como um espaço de ensaio e adaptação da legislação em vigor. Se uma das frentes de ação era a legitimação das posses de terras, a outra, talvez mais complexa, mas tão importante quanto, foi a colonização, perpassada pela regularização da situação dos intrusos, seja pela fixação, seja pela expulsão.

A intrusão passou a pauta de discussões, buscando medidas adequadas. Segundo a Diretoria de Terras e Colonização, a intrusão

constitui finalmente outra forma de perturbação da propriedade territorial, exigindo menção especial pelo seu carácter e a sua extensão.

Circunscrita às terras de mato e praticado raras vezes com intenção criminosa, a intrusão resultou, a princípio, do pouco interesse que as florestas representavam, concentradas como estavam as atividades na campanha, na pecuária; do abandono conseqüente delas, tornando maior pela falta ou ausência e vias de penetração: e dos recursos fáceis de subsistência que aí encontravam naturezas a quem repugnava o trabalho sistemático.

Iniciadas a colonização, em princípios do século passado [XIX], com agricultores europeus, em terras de matas, começaram as mais próximas a despertar interesse. Porém por longos anos ainda, a extensão delas, o grande afastamento da maioria, a falta de estradas, e o pequeno valor das terras, bem como os ônus grandes que a sua defesa exigia, ficaram atuando como fatores do abandono em que continuaram as terras devolutas. [...]

A intrusão teve, pois, como origem, o abandono em que estiverem por longo tempo as terras devolutas. Tornou-se hábito com o correr dos anos. E avolumou-se á medida do rápido crescimento da população colonial que tendo constituído sempre viveiro de agricultores, ascende hoje a mais da terça parte da população do Estado.

Outros fatores concorreram também para a intrusão. Entre eles o último movimento revolucionário do Estado [Revolução Federalista, 1893-1895]. E mais recentemente, entre os anos de 1907-1914 o estabelecimento da nova corrente imigratória encaminhada pela União, retardando as providências para a normalização da situação deles.

Não há dados certos sobre o número de intrusos atualmente existentes em terras públicas e particulares. Mas é seguramente superior a 50.000 pessoas, a julgar pelas áreas ocupadas e a densidade do povoamento destas.³⁴⁴

Na leitura do governo republicano, a política do Império era a principal responsável pelo avanço da intrusão, permitida e continuada, em grande medida, pela própria legislação. O mesmo se aplicava ao avanço de particulares sobre as terras públicas.

A lei velha de terras de 1850 comprova o que estamos referindo, pela facilidade com que estabelecem a transferência a particulares de grande áreas. E a prática dessa lei ainda mais, pelos enormes abusos cometidos à sua sombra, até a passagem das terras públicas ao Estado, com o advento da República [...].³⁴⁵

O problema estava dado e havia a necessidade de resolvê-lo, amenizando ao máximo os impactos decorrentes. A Diretoria de Terras e Colonização adotou como prática notificar os intrusos, via editais, sobre as medidas a serem aplicadas, conferindo

³⁴⁴ Relatório da Diretoria de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'“A Federação”, 1919, p. 351-355. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

³⁴⁵ Relatório da Diretoria de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'“A Federação”, 1919, p. 351-355. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

um perfil de legalidade às práticas do governo, bem como externando a sua preocupação com o destino dos indivíduos afetados com as medidas adotadas. Nessa linha,

foram emitidos vários editais a partir de outubro de 1918 permitindo o “despejo, com perda completa das benfeitorias” dos intrusos recentes. A Comissão de Terras demarcava a área ocupada pelos mais antigos para agricultura quando solicitada, podendo o ocupante adquiri-la pelo valor de mercado, acrescido de mais 50%. “A nenhum agricultor que necessite de terras para o seu estabelecimento, o Estado as recusa [...]. Quando não tiverem dinheiro, o pagamento dos lotes será feito em prestação de serviços na construção de estradas e caminhos”. Já o edital complementar de 30 e maio de 1919 estabeleceu que nos casos de intrusão “em terras do domínio privado”, o Estado só ampararia os ocupantes estabelecidos anteriormente aos editais contra a intrusão. Já os “intrusos recentes” estabelecidos *em terras do domínio privado*, posteriormente àqueles editais, o Governo do Estado deixará inteiramente *expostos aos despejos* que os respectivos proprietários promoverem (NEUMANN, 2016, p. 338).

Por outro lado, houve uma tendência à concentração e centralização de todos os trabalhos na Diretoria de Terras e Colonização, minimizando a incidência de contestações e extravio de documentação, além de tornar o serviço mais barato e eficiente. Em 25 de janeiro de 1917 foram extintas as últimas Comissões de Terras,

para fazer executar os trabalhos de discriminação que estes realizavam por intermédio de Comissões de Terras e Colonização, do tipo das já existentes. A medida apresenta grandes vantagens. Pois estas Comissões, confiadas a técnicos, vão apanhar os problemas de cada região no seu conjunto, os de discriminação das terras públicas das particulares, com os de normalização da situação dos simples ocupantes, os de colonização, de viação, de defesa florestal, de proteção aos indígenas, etc. Em cada região onde se estabelece uma destas Comissões de Terras e Colonização, começa-se por dar andamento aos processos pendentes de legitimação pela Lei velha de terras de 1850, quando os há e segundo as regras próprias destes casos. Em seguida tomam-se diferentes pequenos polígonos, que são levantados e compostos em lotes, tendo em vista sempre a hidrografia, a orografia e a viação existente ou projetada. Com estes lotes são contemplados os posseiros que se acham nos casos da Lei nova de terras de 1899, e simultaneamente os intrusos e outros agricultores que pretendam estabelecer-se. Encaminhados por esta forma os serviços de discriminação, isto é, simultaneamente com os de colonização, podem ser realizados com rapidez e economia, a receita dando sempre para cobrir a despesa, na totalidade dos trabalhos.³⁴⁶

Nessa perspectiva, na região do Planalto Rio-grandense, o Estado, por meio da Comissão de Terras e Colonização, atuou diretamente na divisão e venda das terras

³⁴⁶ Relatório apresentado pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado Interino, dos Negócios e Obras Públicas, ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Editora d'O Diário, 1917, p. 347. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

devolutas aos colonos. A área de colonização pública foi formada por um conjunto de lotes coloniais, com média de 25 hectares, vendidos diretamente aos colonos ou vendidos via formação de colônias. As colônias públicas eram mistas no aspecto étnico e religioso - diferindo nesse quesito das colônias particulares - , com a presença de imigrantes e colonos de ascendência europeia; dos pequenos lavradores nacionais, legítimos ocupantes de seus pequenos campos e matos; com a presença de latifúndios, que ligava tal parcela de explorados aos grandes proprietários de extensas fazendas que, muitas vezes, haviam obtido a posse da terra a partir de fraudes e grilagem.

Ao analisar a documentação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, Rosane M. Neumann (2017) sinaliza para o predomínio de um outro perfil imigrante de intruso nas terras públicas. A exemplo da região entre os Rios Marau e Taquari (Guaporé), que foi invadida por imigrantes italianos e seus descendentes, vindos da Colônia de Guaporé. Perante o desenvolvimento desse núcleo já estabelecido, e os interesses da municipalidade de Passo Fundo por ocupar essa área, a Intendência Municipal pressionou a Comissão de Terras e Colonização para regularizar as terras desses intrusos.

A pequena propriedade no estado fragmentou-se ao ponto do estabelecimento de uma colônia – referimo-nos aos lotes de 25 hectares, assim, os colonos desempenhavam suas funções como *bons agricultores* idealizados a uma aspiração modernizante do trabalho livre. Os assim chamados “caboclos” que em diferentes regiões do Brasil estavam sujeitos aos grandes latifundiários, na região do Planalto Rio-grandense e nos ervais, estavam submetidos a expropriações e a resistirem, enquanto os imigrantes recebiam vantagens na colonização, mesmo estando ligados a burocracia estatal e à lógica instrumental jurídica engendrada no pensamento político do estado positivista - submetidos às leis e a tributação do Estado (SILVA, 2011). Assim, deu-se o fortalecimento da burocracia no controle da propriedade da terra, bem como a participação da iniciativa privada e a atuação das empresas de colonização e indivíduos particulares na mudança do perfil agrário da região, que passava do século XIX com as extensas terras requeridas via legislação que tratava das terras devolutas, para os pequenos lotes rurais.

O aumento do fluxo migratório para o Norte do Estado, implicou na valorização das terras e no aumento do preço de um lote colonial. Também na regularização da

propriedade da terra, tendo em vista que o modelo de propriedade adotado pela política de colonização, pautado na escritura pública, não permitia a coexistência da intrusão em suas colônias. Ao findar a Primeira República, em razão da elevada demanda por terras e do modo de ocupação, a região do Planalto Rio-grandense, delimitada pelos pólos dos municípios de Cruz Alta, Passo Fundo, Soledade, Lagoa Vermelha e Palmeira,

A intenção do governo republicano na privatização da propriedade da terra era consagrar a renda do Estado através da comercialização de extensas áreas e dos lotes na fundação de núcleos colônias por iniciativa pública e privada no processo de valorização do preço da propriedade da terra. A lei de terras estadual também estipulou normas para a conservação das regiões florestais, os posseiros deveriam procurar legitimá-las em dois anos a partir da regulamentação da lei, se tinham a intencionalidade de permanecer e fazer uso e cultura efetiva e morada habitual, esses *posseiros* eram *homens livres pobres*, que geralmente se vinculava a atividades econômicas subalternas *marginais* em pequenas áreas, eram denominados camponeses, lavradores nacionais, diferenciados dos imigrantes e seus descendentes, estes estavam passíveis de serem brutalmente expulsos por não interessar ao processo de colonização, eram definitivos *invasores*. Both da Silva recorda que a situação dos posseiros não muda após a lei de terras: “[...] existiam um sem número de problemas comprometendo seu acesso à propriedade da terra: desinformação sobre o funcionamento das leis, a falta de recursos, a própria estrutura social em que estavam inseridos” (SILVA, 2011, p. 231-232). Dessa maneira, não esquecemos que a categoria de intruso não se restringe somente a esse grupo social, quando o excedente populacional das colônias antigas italianas se movimentam para as novas regiões de fronteira agrária de Cima da Serra sem a intervenção da política do Estado na gerência do povoamento passam a enquadrar-se na categoria de intrusos. Das colônias italianas de Guaporé, Caxias, Alfredo Chaves se prolongam em Marau para Lagoa Vermelha. (ROCHE, 1969. p. 129). “As colônias particulares de povoamento essencialmente germânico penetram no Planalto subindo o Alto Jacuí ou acompanhando a via férrea” (ROCHE, 1969, p. 130).

A partir de então, a fronteira agrícola avançou para além do rio Uruguai, rumo ao oeste de Santa Catarina e Paraná. Enquanto no Rio Grande do Sul buscou-se resolver as pendências de terras existentes.

Considerações finais

Portanto, para compreender o processo de imigração e colonização pública e privada na/da região do Planalto Rio-grandense, sob o governo positivista de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, é imprescindível debruçar-se sobre a legislação em vigor e a construção e definição da categoria intruso. Perpassando toda política de colonização, estava o interesse do Estado em concentrar a administração das terras públicas, bem como gerir sua venda aos compradores em potencial, sejam eles o lavradores nacionais, ou os colonos de origem imigrante. Nesse sentido, a “ordem e o progresso” da região, como um todo, passava pela regularização da situação do intruso, uma vez comprovada sua situação. Já aos intrusos recentes, que lançavam mão dessa tática para ter acesso à terra, restava o despejo.

Os resquícios da política de legitimação de posses de terras e colonização são perceptíveis na história do tempo presente, marcada por conflitos sociais pelo direito à terra, envolvendo sujeitos diversos - colonos, indígenas, quilombolas -, espoliados de diferentes formas. Como ponto em comum, todas essas demandas por terras tem as políticas governamentais, e seus interesses em defesa de um grupo em detrimento a outro.

Referências

ADAM, Paulo. Colônia Ijuhy: colonização e confluências étnicas numa colônia oficial. In.: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. *Colonos, Colônias e Colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Letra & Vida, 2015, p. 45-64.

CARON, Márcia dos Santos; TEDESCO, João Carlos. O Estado positivista no norte do RS: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia Erechim (1890/1910). *História Unisinos*, vol. 16, n. 2 – maio/agosto de 2012, p. 220-231.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

NEUMANN, Rosane Márcia. Terras e Colonização: A formação da Região Colonial de Passo Fundo. In.: MACHADO, Ironita A. Policarpo; GERHARDT, Marcos. *História do Mundo Rural: o sul do Brasil*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2017, p. 112-138.

NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: O projeto de colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2016.

Relatório da Diretora de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao

Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'“A Federação”, 1919, p. 351-355. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Relatório apresentado pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado Interino, dos Negócios e Obras Públicas, ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Editora d'O Diário, 1917. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

SILVA, Márcio Antônio Both da. *Caboclos e colonos: encontros, ocupações e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Curitiba: Prismas, 2016.

SILVA, Márcio Antônio Both da. *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava: Unicentro; Niterói: UFF, 2011.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

A IMIGRAÇÃO NA COLÔNIA ERECHIM E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR

Anacleto Zanella

Doutorando em História

Universidade de Passo Fundo (UPF)

Considerações iniciais

Em 6 de outubro de 1908, durante a Primeira República (República Velha), foi criada a *Colônia Erechim*, pelo governo do Rio Grande do Sul. O território dessa Colônia situa-se no norte do estado e, na época, pertencia ao município de Passo Fundo. Comparativamente a outras regiões estaduais, pode-se dizer que as terras dessa Colônia foram conquistadas e incorporadas tardiamente à produção capitalista.

Ressalte-se que o relevo acidentado desse território dificultou a presença e a expansão da empresa rural capitalista de grande porte. No entanto, em poucos anos e a passos largos, a agricultura de base familiar desenvolveu-se plenamente na região. Como escreveu Piran (2001, p. 39), a agricultura em pequenas propriedades encontrou nesse local um “refúgio”, um “lugar privilegiado” para o seu desenvolvimento.

A inauguração da ferrovia São Paulo-Rio Grande, em 1910, passando pela região, facilitou a vinda e a ocupação das terras por imigrantes de várias nacionalidades e de seus descendentes oriundos das chamadas *Colônias Velhas*. Além disso, a ferrovia permitiu a comercialização rápida da madeira (especialmente mata de araucária) e do excedente da produção de alimentos, oriundos do trabalho das famílias de agricultores recém-instaladas na região. Dessa forma, produziam comida para os mercados consumidores urbanos e forneciam matérias-primas para a indústria incipiente, mas em pleno desenvolvimento nos povoados (criados nas proximidades das estações ao longo do trajeto da ferrovia) ou nas cidades existentes no estado e no país, ligadas pelo trem.

Nem tudo, porém, foi harmonioso. A instalação da Colônia Erechim foi carregada de conflitos pela posse do território, pois as terras colonizadas já tinham dono, ou seja, os povos indígenas ocupavam esse território há muito tempo. Apesar de ser incerto o período de sua chegada, há registros de sua presença desde o século XVI. Além disso, os povos caboclos também viviam nessas terras, desde o século XIX, explorando principalmente a erva-mate. Da mesma forma, alguns fazendeiros tinham terras na região, desde o período imperial, inclusive com a utilização de trabalho escravo (utilização de trabalhadores negros africanos), como acontecia no território em que se localiza o atual município de Sertão.

Isso, portanto, originou vários conflitos pela posse da terra e obrigou o governo estadual a desenvolver políticas públicas na busca da superação de tais problemas, nem sempre com êxito. Assim, alguns conflitos dessa época, como é o caso da questão indígena, permanecem presentes até os dias hoje.

Feitas essas considerações, a fim de uma melhor compreensão sobre o processo de instalação da Colônia Erechim e de seus objetivos, descrevo a seguir alguns elementos do contexto vivenciado naquele período no país e no estado.

A Primeira República no Brasil e os governos positivistas no Rio Grande do Sul

No final do século XIX, vários acontecimentos políticos e sociais ocorreram no país e no estado, os quais trouxeram mudanças no processo de colonização e de ocupação do território rio-grandense: a Abolição da Escravatura, em 1888; a Proclamação da República, em 1889; a vitória de Júlio de Castilhos e do Partido Republicano Riograndense (PRR) na revolta federalista (1893-1895), no Rio Grande do Sul.

O Brasil da Primeira República (1889-1930) caracterizou-se pelo governo das oligarquias regionais, sob o comando político de São Paulo e Minas Gerais. Além disso, em relação à cidadania, apesar do fim da escravidão (1888), o povo continuou a não ter lugar no sistema político brasileiro. A classe operária organizou-se, especialmente nas grandes capitais, através da militância anarquista e comunista, mas, na maior parte das

vezes, recebeu tratamento como questão de polícia. No meio rural, a grande propriedade e o coronelismo acentuaram-se em várias partes do Brasil. Houve algumas revoltas populares importantes, com destaque para a de Canudos (no interior da Bahia – 1896-97) e a do Contestado (em territórios de Santa Catarina e Paraná – 1912-16). Ambas, lutaram pelo direito à terra, mas defendiam a retomada da monarquia, em contradição com os ideais da República. Foram duramente reprimidas e muitas vidas ceifadas. Até 1930, portanto, o povo brasileiro não teve lugar no sistema político. Isso aconteceu no período colonial, durante o Império e continuou excluído durante a Primeira República (CARVALHO, 2016, p. 86-88).

Diferentemente de outros lugares no Brasil, no Rio Grande do Sul, a Proclamação da República garantiu a transição do poder político do bloco social pastoril-charqueador oligárquico para um novo bloco político-social, mais diretamente inserido na produção e circulação capitalistas, cuja liderança era exercida pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), chefiado por Júlio de Castilhos e, depois, por Borges de Medeiros. O novo governo fomentou a diversificação e a autonomia econômica, apoiou a policultura, o artesanato, a manufatura e a agricultura capitalista. O Estado passou a contemplar as necessidades de setores situados no centro e no norte do estado (MAESTRI, 2010, p. 250).

Superada a contestação federalista, o Rio Grande do Sul estruturou-se seguindo a Constituição castilhista promulgada em 1891. As lideranças do PRR no governo do estado possuíam questões a serem enfrentadas para definir uma política fundiária: a proteção das terras públicas; a construção de uma política de colonização e de imigração; e a implementação de um plano geral de viação no estado (CASSOL, 2003, p. 37).

Até 1895, a colonização de terras no Rio Grande do Sul era coordenada pelo governo federal e acontecia mediante a introdução de imigrantes “engajados ou subsidiados”. A partir dessa data, o serviço de colonização passou do governo federal para o estadual. Duas mudanças, então, aconteceram: a vinda de imigrantes passou a ocorrer de forma espontânea; e as novas colônias deviam abrigar os descendentes de imigrantes das chamadas “colônias velhas”, já que não havia mais terras disponíveis nessas localidades (SPONCHIADO, 2000, p. 164).

Imediatamente, o governo estadual tomou medidas proibitivas à usurpação de terras públicas, “feitas à larga até então”. Entre elas estava a proibição de conceder terras em quantia maior que 100 hectares (para a lavoura) e de 400 hectares (para a colonização prevista para o prazo de cinco anos). Em 1896, Castilhos, na Mensagem à Assembleia de Representantes, afirmou que as severas e contínuas providências tomadas pelo governo tinham provocado o cessamento das simuladas e abusivas legitimações de posses que aconteciam no estado desde 1850, com a promulgação da Lei de Terras (CASSOL, 2003, p. 38).

Destaque-se, também, que o governo estadual e as lideranças principais do PRR, nessa época, adotaram princípios positivistas e defendiam um programa modernizador capitalista: colocaram limites à apropriação das terras públicas pelos latifundiários; taxaram a propriedade, através de impostos; investiram fortemente nos meios de transportes; desenvolveram uma rede educacional; apoiaram a policultura, a agricultura capitalizada, as manufaturas e a indústria. Além disso, opuseram-se ao antigo bloco dominante hegemônico e deram importância aos novos setores econômicos em ascensão no estado. Em relação às classes trabalhadoras, exerceram dominação sobre elas tanto no campo como na cidade. A essência modernizadora e conservadora de seu programa pró-capitalista era “progresso na ordem”. (MAESTRI, 2010, p. 253).

Em 1908, nesse contexto, a *Colônia Erechim* foi criada. Nesse período, o engenheiro Carlos Torres Gonçalves, seguidor de preceitos positivistas como o da *Ordem e Progresso*³⁴⁷, assumiu a Diretoria de Terras e Colonização (interinamente em 1908 e oficialmente em 1909) e queria transformar essa Colônia em modelo de desenvolvimento. Isso deveria ocorrer sob a tutela do Estado, pois o cunho da colonização e o destino da terra deveriam ser eminentemente sociais (SPONCHIADO, 2000, p. 214).

Diante da concepção positivista defendida pelo governo estadual de então, somente o Estado seria capaz de regularizar o processo de colonização e mediar todos os conflitos em jogo: entre imigrantes (e seus descendentes) e os povos nacionais (caboclos e negros); a questão indígena; a questão dos intrusos; a relação com as

³⁴⁷ Os preceitos da *Ordem e Progresso* foram defendidos pelo filósofo francês Augusto Comte, fundador do Positivismo, que viveu entre 1798 a 1857.

empresas colonizadoras particulares, entre outros. E foi, com base nisso, que o estado rio-grandense tentou resolver os vários conflitos que surgiram no processo de implantação da Colônia Erechim.

No entanto, os objetivos traçados pelo governo estadual não foram plenamente alcançados. De um lado, não há dúvida, a implantação da Colônia Erechim obteve êxito no processo de desenvolvimento da agricultura de base familiar e contemplou os principais interesses dos novos imigrantes e dos descendentes oriundos das antigas colônias que vieram residir na região. Mas, de outro lado, ao tentar transformar o modo de vida dos indígenas, negros e caboclos e inseri-los no modelo de desenvolvimento capitalista de produção, o governo do Rio Grande do Sul não alcançou os mesmos resultados.

Além disso, em relação ao exercício pleno da cidadania³⁴⁸, o governo estadual estabeleceu um processo tutelado. Assim, tomou várias medidas que buscavam a proteção dos diversos segmentos sociais, como o dos imigrantes e seus descendentes, dos povos indígenas, dos povos nacionais (negros e caboclos) e dos intrusos. No entanto, não respeitou o modo e a cultura de vida de cada povo. Todos precisavam se encaixar no modelo da Ordem e Progresso e no sistema capitalista de produção. Assim, não foi nesse período (1908 a 1930) que as pessoas tiveram vez e voz de forma autônoma. Pelo contrário, as decisões mais importantes relativas à Colônia Erechim foram tomadas pelas lideranças do governo e do Partido Republicano Riograndense (PRR).

Emblemático nesse sentido foi o processo que culminou na emancipação de Erechim, em 1918: o governo estadual atendeu ao pedido de emancipação pleiteado por lideranças locais, mas decidiu que a sede do novo município fosse localizada no povoado de Boa Vista (atual Erechim) e não no povoado Erechim (atual Getúlio Vargas). Cabe o registro de Frainer:

³⁴⁸ A cidadania é entendida aqui como o exercício dos direitos civis, políticos e sociais de forma plena, ou seja, que combine liberdade, participação e igualdade para todas as pessoas, como escreve Carvalho (2016, p. 15).

Indiscritível foi o entusiasmo da população ante a realidade da independência administrativa, efetuando-se, por essa ocasião, diversas manifestações de regosijo.

Um ponto negro toldou a alegria dos erechinenses.

Depois de tanto trabalharem, depois de tanto se sacrificarem para conseguir a municipalização e quando tudo indicava que a sede do 8º. distrito, eis que, por influência de estranhos, o município é criado mas com sede em Boa Vista, naquele tempo um povoado incipiente um punhado de casas perdidas no meio de árvores, que trazia o bucólico nome de Paiol Grande. (FRAINER, 1936, p. 13).

Ressalto, também, que o processo de “limpeza das matas” na região sul do Brasil, tratado por Maestri (2010, p. 193), ocorreu de igual forma no território da Colônia Erechim. No decorrer do século XIX e início do século XX, a fim de que se efetuasse a implantação da Colônia, os povos indígenas foram aldeados. Esse processo foi altamente destrutivo para o modo de vida e para o conjunto da cultura indígena, como será visto a seguir.

O processo de aldeamento dos povos indígenas no território da Colônia Erechim

Ao longo do tempo, o território que abrigou a *Colônia Erechim*, no norte do Rio Grande do Sul foi ocupado por vários povos. Com base nos estudos existentes, pode-se afirmar que os primeiros habitantes que viveram nesse território foram os indígenas, especialmente *kaingang*. Entre os séculos XVI e XVIII, essas comunidades ocupavam as terras situadas no planalto meridional brasileiro, território este ainda em disputa entre portugueses e espanhóis. O termo *kaingang* é recente (século XIX). Antes disso, essas comunidades indígenas foram designadas por vários nomes: *Socré* ou *Shokléng*, *Kamé*, *Bugres*, *Coroados*. Tomados em sentido amplo, têm nos *Guainá (Jê meridional)*, os seus ancestrais diretos. (BECKER, 1976, p. 13).

Pelo Tratado de Tordesilhas, entre Espanha e Portugal (1494), o território do Rio Grande do Sul pertencia à Coroa Espanhola. Entre os séculos XVI e XVIII, após muitas disputas, idas e vindas, a posse do território ficou com Portugal. Essa progressiva ocupação dos territórios sulinos pelos portugueses provocou constantes conflitos com os

povos indígenas, como é o caso da Guerra Guaranítica, 1753-1756, e a consequente destruição dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul (GOLIN, 2014).

Sobre o período que o território da Colônia Erechim ainda pertencia, pelo Tratado de Tordesilhas (1494), à Coroa Espanhola, o padre Benjamim Busato, por ocasião do 26º aniversário do município de Erechim, em 1944, assim se pronunciou:

Sem contar com a época, mais curiosa do que de real valor, em que este só pertence ao vice-reinado do Perú, e aos vice reinados do Uruguai e Buenos Aires, tempos em que os jesuítas exploravam os hervaís do nosso Herval Grande, e em que surgiram duas capelinhas de redução nas proximidades do Rio Erechim volvamos mais os olhos para o período em que começou verdadeiramente a nossa vida. Foi por volta do último quartel do século passado que a inteligência e o braço do homem iniciaram aqui os primeiros passos do progresso estabelecendo-se as primeiras famílias – parte interessadas na exploração dos hervaís e parte para encontrar guarida contra a revolução de 93. (BUSATO, 1944, p. 2).

É impossível, nesse momento, aprofundar essa afirmação de Busato, mas mereceria um estudo mais rigoroso. O fato é que, em seu pronunciamento, garante que houve a instalação de capelas e reduções indígenas pelos jesuítas espanhóis nesse território no período do Brasil colonial, quando essas terras pertenciam à Espanha, bem como a exploração da erva-mate, nas terras próximas ao passo do Goio-en, no rio Uruguai, daí o nome do atual município de Erval Grande.

Em relação às comunidades *kaingang*, merece destaque também a promulgação da Carta Régia, por D. João VI, em 5 de novembro de 1808, estabelecendo a ‘guerra justa’ aos ‘bugres’ da região Sul, pois impunham obstáculos à expansão territorial e econômica da colônia, bem como à consolidação da ocupação. (VANIN; TEDESCO, 2017, p. 43).

Além disso, cabe destacar que, no decorrer do século XIX, no período do Brasil Império, duas estratégias desenvolveram-se e interferiram diretamente nos territórios indígenas ocupados e em sua cultura. De um lado, a ação missionária, que agiu, muitas vezes, como poder moderador entre o branco e o indígena. Impôs, também, novos valores através da religião, como foi o combate à poligamia praticada pelos caciques indígenas. No entanto, os missionários não obtiveram êxito nas tentativas de redução dos grupos *kaingang* como aconteceu com os guaranis, em períodos anteriores. De

outro, a ação colonizadora que atuou, basicamente, através da coação. Assim, os povos indígenas foram empurrados de seus territórios e seu espaço de circulação e sobrevivência reduzido cada vez mais. Além disso, no processo de colonização, foram implementadas tentativas de aldeamento, como foi o caso da criação das aldeias de Nonoai, no Alto Uruguai, Campo do Meio e Colônia Militar de Caseros no Mato Português, no norte do Rio Grande do Sul. (BECKER, 1976, p. 19).

No início do século XX, os indígenas *kaingang* foram confinados, principalmente, no Alto Uruguai, no norte do Rio Grande do Sul. E uma das consequências desse processo de desterritorialização e de redução das áreas de sua circulação foi a redução de seu contingente. (BECKER, 1976, p. 22-23).

Nesse período, em nível federal havia duas discussões que polarizavam o debate sobre como o governo federal deveria agir para proteger as populações indígenas e as terras por elas ocupadas: a catequese religiosa católica por ser a religião da maioria dos brasileiros; ou a assistência leiga a fim de assegurar a liberdade espiritual. Entre os defensores dessa última, encontravam-se os adeptos da corrente positivista, como era o caso dos dirigentes do governo rio-grandense de então.

Frente à polarização existente, em 20 de junho de 1910, o governo federal criou, através do Decreto 8.072, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), cuja direção foi entregue ao marechal Candido Rondon, adepto do positivismo. Conforme Laroque (2007, p. 46), a criação da SPIILTN, mais que uma resposta à pressão que o governo recebia da comunidade internacional, tinha como objetivo central resolver os conflitos agrários e permitir a expansão capitalista no território brasileiro.

Além da SPIILTN, em janeiro de 1916, aprovou-se o Código Civil brasileiro e, juridicamente, ficou estabelecido um regime tutelar para as populações indígenas até a sua adaptação e integração à sociedade brasileira:

CAPÍTULO I - DAS PESSOAS NATURAIS

Art. 6º. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de 16 (dezesesseis) e os menores de 21 (vinte e um) anos.

II - As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

III - os pródigos.

IV - os silvícolas.

Parágrafo único. **Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar**, estabelecido em leis e regulamentos especiais, e que cessará à medida de sua adaptação. (Lei Federal nº 3071/2016). (Grifo nosso).

Registre-se, também, que, em 1918, foi transferida do SPILTN a “Localização dos Trabalhadores Nacionais” para o Serviço de Povoamento, passando o órgão a chamar-se apenas de Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

No Rio Grande do Sul, Carlos Torres Gonçalves, seguidor do ideário positivista, solicitou que o serviço de proteção aos indígenas passasse totalmente para a Diretoria de Terras e Colonização, a partir de 1910. Recomendou que a cultura indígena e suas terras não fossem violentadas por interferência da Igreja Católica. Entendia que havia coação educacional e especulação com as terras indígenas (CASSOL, 2003, p. 51).

A partir dali, praticamente, em todos os Relatórios da Diretoria de Terras e Colonização, feitos anualmente, havia um capítulo sobre os “Selvícolas” e “Nacionais”. No Relatório correspondente a 1917, Torres Gonçalves sugeriu algumas providências em relação a cada toldo pelo Serviço de Proteção aos Índios:

1.Cada toldo terá um carpinteiro, casado, moralizado, conhecedor do ofício e das culturas necessárias à alimentação; 2.Auxiliar os índios: na construção de habitações conforme projetos das Comissões de Terra e Colonização; construção de mobiliário essencial; organização das lavouras de milho, mandioca, batata doce, cana; em trabalhos domésticos, escrita, leitura, contagem; proteção contra exploradores e opressores qualquer. 3. Serão fornecidas aos índios ferramentas e sementes necessárias. 4. Os encarregados dos toldos ficam diretamente subordinados às Comissões de Terras e Colonização. 5. Respeitar completa liberdade de organização dos índios, regime e autoridades que quiserem. (CASSOL, 2003, p. 51-52).

O Regulamento das Terras Públicas e seu povoamento (Decreto nº 3004, de 10/08/1922) normatizou as terras dos índios e sua proteção. O Regulamento de Terras de 1922 reservou todo o capítulo VI para tratar “Das Terras e proteção aos índios”. Nesse ano, também, concluíram-se os trabalhos de demarcação das terras indígenas no Estado, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1: Terras dos Índios demarcadas no Rio Grande do Sul (1912-1922)

Denominação da área	Área demarcada pelo governo estadual
Nonoai	34.908 hectares
Guarita	23.187 hectares
Inhacorá	5.859 hectares
Ligeiro	4.552 hectares
Cacique Doble	5.450 hectares
Votouro Caingang	3.104 hectares
Votouro Guarani	741 hectares
Ventarra	733 hectares
Serrinha	11.950 hectares
Carreteiro	601 hectares
TOTAL	91.085 hectares

Fonte: CASSOL, 2003, p. 50.

Em relação à Colônia Erechim, as áreas demarcadas foram as de Votouro Caingang (3.104 ha), Votouro Guarani (741 ha) e Ventarra (733 ha).

Apesar da intervenção federal no estado, ocorrida a partir da Revolução de 1930, através do Decreto nº 4.734, de 1931 (o novo Regulamento das Terras Públicas e seu Povoamento) manteve na íntegra o disposto no cap. VI do Regulamento de 1922. Isso não significa que seu cumprimento tenha sido efetivo e que tenha impedido a usurpação de terras indígenas. Além disso, a legislação não era sinônimo, por si só, de respeito à autonomia de organização indígena e à sua cultura. (CASSOL, 2003, p. 52).

Sobre isso, não há dúvida de que essa demarcação das terras indígenas foi uma política importante no Rio Grande do Sul em favor dos seus interesses. No entanto, é recorrente na bibliografia estudada a afirmação de que isso não garantiu o devido respeito aos limites dessas terras ao longo do tempo, muito menos que a sua utilização fosse exclusiva dos povos indígenas.

Além disso, o Serviço de Proteção aos Índios, a partir de 1930, enfrentou drástica diminuição de recursos a serem destinados aos Postos Indígenas, reduzindo o seu poder de atuação. Além disso, o Marechal Cândido Rondon acabou sendo reformado devido a pressões do governo provisório de Getúlio Vargas. (LAROQUE, 2007, p. 181).

O desenvolvimento da agricultura de base familiar na Colônia Erechim

O processo de imigração e colonização promovido pelo governo estadual na Colônia Erechim deu-se com base na policultura familiar em cima da pequena propriedade rural, com o assentamento de imigrantes e de seus descendentes advindos das colônias velhas. Esse processo foi facilitado pela inauguração da ferrovia São Paulo-Rio Grande, passando pela região, a partir de 1910.

Como dito, a Colônia Erechim foi criada em 6 de outubro de 1908. O presidente do estado na época era Carlos Barbosa. Em 1909, como sede da Colônia, é escolhido um local situado à margem direita do Rio dos Índios (atual sede do município de Getúlio Vargas), a 5.587 metros da estação férrea de Erechim (atual sede do município de Estação). A instalação do núcleo acontece em 1910, com a chegada de 36 colonos (4 famílias com 28 pessoas e 8 solteiros). Nesse mesmo ano, a Colônia atinge 226 pessoas,

com 31 famílias de russos, alemães, franceses, austríacos e outras nacionalidades. Entre 1910 e 1912, fixaram-se na Colônia, 7.500 imigrantes. (CASSOL, 1979, p. 28-29).

A demarcação das terras da Colônia Erechim foi iniciada ainda em 1904, com a exploração simultânea do traçado da ferrovia São Paulo-Rio Grande, que estava em construção nessa região. Oficialmente, a inauguração da ferrovia ocorreu em 25 de outubro de 1910, com o trem circulando entre Passo Fundo até o Rio Uruguai, no atual município de Marcelino Ramos. Entre 1909 e 1911, foram inauguradas estações em Marcelino Ramos, Viadutos, Barro (Gaurama), Baliza, Paiol Grande/Boa Vista (Erechim), Capo-Erê, Erebangó, Erechim (Estação), Sertão e Coxilha. Aos poucos, nas proximidades de cada uma dessas estações formava-se um núcleo de colonização. O Sertão do Alto Uruguai, como era conhecida essa região, começava a ter sua população multiplicada. Com a inauguração da ponte definitiva sobre o Rio Uruguai, em 1913, ligando o estado do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, a Colônia Erechim cresceu velozmente.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1914, a exportação de produtos locais era assim representada: madeira – 35%; erva-mate – 18%; milho – 14%; banha – 8%; e feijão – 7%. Já em 1925, abateram-se cerca de 50 mil suínos que resultaram em, aproximadamente, 5 milhões de quilos de banha. Nesse mesmo ano, a viação férrea calculou que seriam necessários 5 mil vagões para transportar os estoques de madeira existentes. (CASSOL, 1979, p. 30 e 82).

Em toda a Colônia Erechim, em 1915, já havia 27.259 habitantes: 7.114 identificados como brasileiros; 5.721 poloneses; 3.652 alemães; 1.827 italianos; 734 portugueses; 722 austríacos; 246 suecos; 106 espanhóis; 74 franceses e 7.863 de nacionalidades diversas. Em 1917, já eram aproximadamente 30 mil pessoas e, em 1921, 40 mil. As três maiores etnias a ocupar o território foram pessoas de descendência italiana, alemã e polonesa. (CASSOL, 1979, p. 128).

Os caminhos de ferro transportavam madeira, mercadorias e também histórias de vida. A estação passou a ser o ponto de chegada e de partida de uma grande movimentação humana. E o trem fez a sua primeira vítima: a destruição das matas. Como registrou Wollf (2005, p. 137), o trem provocou uma tríplice razão para a cobiça

da madeira de lei, especialmente a araucária, existente nas matas no norte do Rio Grande do Sul: “a madeira para os dormentes e o comércio, a lenha como combustível para as locomotivas e a terra, que, após desmatada, seria mercadoria valorizada e também fonte de produção”.

O desenvolvimento da Colônia Erechim foi salientado por Roche (1969, p. 66-67) quando comparou com a Colônia de Guarani: “Enquanto Erechim se desenvolvia de maneira admirável, a colônia de Guarani continuava mergulhada na estagnação econômica”. Além do transporte ferroviário, o autor destaca também o desenvolvimento da rede rodoviária nas colônias instaladas no norte rio-grandense. O autor faz, também, uma exaltação sobre o desenvolvimento da última faixa florestal do Rio Grande do Sul, ao longo do Alto Uruguai, onde foi instalada a Colônia Erechim:

É nela que se extraem mais metros cúbicos de madeira, que se colhe mais milho, feijão, mandioca, trigo e todos os produtos secundários. Multiplicam-se aldeias, crescem as povoações, constroem-se as barragens [...]. Ademais, certas praças do Planalto, favorecidas pela sua situação no entroncamento de ferrovias e rodovias, estendem seu raio de ação até o Estado de Santa Catarina. As novas colônias dão, pois, a impressão de um dinamismo crescente (ROCHE, 1969, p. 774).

No entanto, o caminho trilhado pelos agricultores de base familiar na Colônia Erechim continha muito mais do que flores. Logo, os colonos imigrantes (e seus descendentes) submeteram-se ao controle econômico dos comerciantes que se instalavam nos vários povoados em construção. Com a expansão da agricultura e a importância do comércio de produtos coloniais, a exploração do trabalho das famílias de agricultores se fazia através do comércio (ZARTH, 1997, p. 177).

O cooperativismo, ao longo do tempo, também foi uma alternativa de organização dos colonos agricultores no norte do Rio Grande do Sul, mas nem sempre com êxito. Em 1920, surgiu a primeira cooperativa rural na Colônia Erechim, a Cooperativa Viti-Vinícola Boavistense. Em 1938, há registros sobre a existência de 16 cooperativas na região (3 de crédito, 2 viti-vinícolas, 4 madeireiras, 1 de produção da banha, 2 agrícolas, 3 de produção de álcool/aguardente e 1 de consumo). Já na década de 1950, surgiram as grandes cooperativas tritícolas (Cotrel e Cotrigo), nos municípios de Erechim e Getúlio Vargas, respectivamente, as quais desempenharam grande papel

no desenvolvimento regional nas décadas seguintes, mas atualmente estão em profunda crise. (DUCATTI NETO, 1981, p. 205).

Torres Gonçalves: a missão de colonizar pertence ao Estado

Além da colonização estatal, duas empresas colonizadoras também comercializaram terras nesse território: a Jewish Colonization Association (ICA), que colonizou a fazenda Quatro Irmãos – uma colonização israelita; e a Empresa Colonizadora Luce Rosa Cia Ltda, que se instalou em Barro (hoje Gaurama) e fundou quatro povoações – Três Arroios, Nova Itália (hoje município de Severiano de Almeida), Dourado e Rio Novo (hoje Aratiba). (CASSOL, 1979, p. 130-131).

No entanto, desde que assumiu o comando da Diretoria de Terras e Colonização, Torres Gonçalves defendia a tese de que cabia ao Estado a missão de colonizar o seu solo: “À semelhança do serviço de policiamento e de outros, geralmente reconhecidos hoje como devendo serem realizados pela administração, assim se dá com o serviço de colonização que, pela sua complexidade, ao Estado deve competir” (Relatório da DTC, 1908, apud SPONCHIADO, 2000, p. 213).

Torres Gonçalves defendia que o cunho da colonização e o destino do solo rio-grandense deveria ser eminentemente social, sob a tutela do Estado, pois considerava este poder como único capaz de intermediar e regularizar as forças em ação, mediando os diversos interesses de cada setor social: imigrantes, indígenas, caboclos, negros, fazendeiros, empresas colonizadoras, intrusos e outros. Em relação às empresas colonizadoras expõe, em 1917, vários inconvenientes: visavam, em regra, apenas o lucro financeiro; não davam a devida atenção com as estradas; não organizavam com método os povoados; escolhiam os nomes dos povoados; não se preocupavam com proteção florestal; e, sobretudo, não garantiam proteção aos povos nacionais e construía núcleos coloniais com pessoas de uma só nacionalidade. (SPONCHIADO, 2000, p. 214-215).

Por isso, impossibilitado de eliminar a colonização de terras por empresas particulares, em 1917, Torres Gonçalves propõe e o governo estadual aprova várias

medidas para intervir e direcionar esse modelo de colonização. Entre elas: obrigação de reservar florestas protetoras em áreas mais elevadas; obrigação dos colonos em observar a defesa das florestas e cuidados com o fogo (SPONCHIADO, 2000, p. 215).

Ainda em 1912, o Estado decidiu não mais conceder terras para a colonização particular. A última concessão foi a Colônia Boa Vista, no município de Santo Ângelo, naquele ano. Somente na mão do Estado, seria garantida a Ordem e Progresso no processo de colonização e desenvolvimento, tanto econômico como social de cada povoado. (CASSOL, 2003, p. 43-44).

A proteção aos nacionais

À medida que avançavam os projetos de imigração e colonização, emergiu o problema da exclusão dos povos nacionais. Isso preocupou o governo estadual que defendia os ideais positivistas da Ordem e Progresso. Até 1915, conforme Torres Gonçalves, a maioria dos nacionais preferia abandonar as terras quando da simples aproximação do colono estrangeiro, seguindo os azares de uma vida errante e aventureira. Por isso, são propostos três “favores”: redução de 20% no preço das terras; pagamento em trabalhos públicos; e assistência de mestres na construção de habitações. (CASSOL, 2003, p. 52).

Além disso, em 1922, foi criado o Regulamento das Terras Públicas e seu povoamento (Decreto nº 3004, de 10/08/1922), o qual visou facilitar o usocapião aos povos nacionais e estabeleceu um “Regime de Proteção e Exploração dos Hervais”, de domínio público. (CASSOL, 2003, p. 46).

Além disso, o governo estadual ofereceu uma Festa aos Nacionais na Colônia Santa Rosa, em 24 de fevereiro de 1918. Carlos Torres Gonçalves destacou que essa Colônia era composta essencialmente de pessoas nacionais. Num total de 5.900 habitantes, 5.000 eram brasileiros e 900 estrangeiros. (CASSOL, 2003, p. 53).

Apesar da preocupação, as medidas tomadas pelo governo do estado foram superficiais e não impediram a exclusão dos povos nacionais. Os imigrantes e seus descendentes eram mostrados como fator de civilização, de modernidade, de

prosperidade. A colonização significava a transformação da região em produtora, inserida na produção capitalista (CARON; TEDESCO, 2012, p. 226).

Na prática, como revela Zarth (2009, p. 240), o projeto de colonização com imigrantes europeus e seus descendentes originou uma tentativa de eliminação de um tipo de camponês – o camponês caboclo. Os caboclos, no entanto, resistiram. O governo, então, propôs a sua transformação em colonos, pela imposição de um estilo de vida completamente diferente em sua relação com a terra e ao modo de vida. Evidente, essa proposta estava fadada ao fracasso: “Essa proposta fracassou e a responsabilidade foi atribuída aos próprios caboclos que por sua concepção de mundo não souberam imitar os colonos europeus” (ZARTH, 2009, p. 240).

Considerações finais

Em relação aos povos indígenas, o desenvolvimento da Colônia Erechim significou uma derrota histórica ao seu modo de vida e à sua cultura. O modelo positivista de desenvolvimento, promovendo a produção capitalista dentro dos princípios da Ordem e Progresso, contemplou os interesses apenas da população que estava mais preparada para interagir com esse modelo: os agricultores imigrantes e seus descendentes.

Quanto aos povos nacionais, o processo de desenvolvimento da Colônia Erechim manteve os mesmos procedimentos adotados em outras regiões colonizadoras. Os povos caboclos, da mesma forma que os indígenas, foram obrigados a abrir mão de seu modo de vida e de sua cultura. A única forma de sobreviver era encarar o modelo positivista de produção, ou seja, tornarem-se colonos.

Em relação ao desenvolvimento da agricultura de base familiar na Colônia Erechim, sua constituição deu-se a partir de várias contribuições. A primeira resultou da participação dos povos indígenas, sua cultura e seu modo de vida, praticando agricultura de subsistência. A segunda foi dada pelos trabalhadores negros que trabalharam como escravos no período do Brasil Império na região. A terceira veio dos trabalhadores caboclos, miscigenados pelo contato com brancos, negros e índios e na exploração da

erva-mate. E, finalmente, a contribuição dada pelos imigrantes europeus e seus descendentes que ocuparam essa região nas primeiras décadas do século XX.

Apesar do tratamento privilegiado recebido pelos colonos imigrantes e seus descendentes, nem tudo foi harmonioso. Os agricultores de base familiar, em pouco tempo, perceberam que também estavam submetidos à exploração dos comerciantes, que ditavam os preços das mercadorias consumidas e comercializadas em toda a Colônia.

Como bem escreveram Caron e Tedesco (2012, p. 230), a realidade complexa evidenciada no processo de implantação da Colônia Erechim está na base de compreensão de muitos dos conflitos agrários que essa região vivenciou nas décadas posteriores, como é o caso das contendas existentes até hoje entre os povos indígenas e agricultores.

Referências

- BECKER, Ítala Irene Basile. *O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1976.
- BUSATO, Benjamin. Discurso proferido pelo Rvmo. Padre Benjamin Busato por ocasião da passagem do 26º aniversário do Município. *A Voz da Serra*, Erechim, 05 mai. 1944, p. 2.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. – 21ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Berthier, 1979.
- CASSOL, E. *Carlos Torres Gonçalves: vida, obra e significado*. Erechim, RS: Editora São Cristóvão, 2003.
- Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Lei Federal nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 18 out. 2018.
- DUCATTI NETO, Antônio. *O Grande Erechim e sua história*. Porto Alegre, EST, 1981.
- FRAINER, João (Org.). *Album do município de Erechim*. Erechim: Livraria Modelo, 1936.
- GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Fronteiras geográfica, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)*. Tese de Doutorado, Unisinos, São Leopoldo, 2007.

MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese de Doutorado – UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim: Edifapes, 2001.

QUEIRÓS, César Augusto B. *A questão social no Rio Grande do Sul: positivismo, borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna*. Londrina, PR: Antíteses, vol. 1, n. 1, jan.-jun. de 2008, pp. 65-94.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre, Editora Globo, 1969, v. 1 e 2.

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1979.

SPONCHIADO, B. A. *O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. 2000. 344f. Dissertação de Mestrado – PUC, Porto Alegre, 2000.

VANIN, A. A.; TEDESCO, J. C. Povoamento, aldeamento e colonização no norte do Rio Grande do Sul - século XIX: um esboço histórico para a compreensão dos atuais conflitos. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores – dimensões históricas*. Porto Alegre: EST Edições, 2017, p. 37-84.

WOLFF, Gladis Helena. *Trilhos de ferro, trilhas de Barro: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2005.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí, RS: Unijuí, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Unesp; MDA, NEAD, 2009, vol. 2.

A USINA HIDROELÉTRICA DE CANASTRA CENTRAL (UHCC) E SUA INFLUENCIA NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE CANASTRA – CANELA/ RS NOS ANOS DE 1950 A 1960

Ariani Merena Sironi
Licenciada pela FACCAT

Resumo: O trabalho tem como objetivo de estudo a influencia que a Usina Hidroelétrica de Canastra Central (UHCC) teve para o desenvolvimento da localidade, durante as décadas de 1950 e 1960 do século passado. A fundação da UHCC modificou o seu entorno, transformou o modo de vida das pessoas que ali se instalaram e atraiu para a região diversos representantes de grupos de interesses. O foco de pesquisa foi, sendo aqui analisada especificamente o bairro rural de Canastra da cidade de Canela, lugar onde ainda se encontra a usina. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica referente a história da UHCC e demais fontes que mostrem a influência desta no desenvolvimento da região de Canastra Central - Canela. A usina foi construída no prazo de três anos, sua implantação na região influenciou questões econômicas muito amplas no que diz respeito ao Estado do Rio Grande do Sul como um todo, já que fornecia energia elétrica às empresas e indústrias em geral. Contudo, na localidade de Canastra Central, durante o período aqui estudado, ao trazer pessoas para trabalhar em sua construção, fez com que o surgimento de estabelecimentos e instituições apresentassem, ao longo do tempo, um crescimento econômico considerável, que não se manteve. O abandono do espaço da usina iniciou-se relativamente cedo, considerando que ficou pronta em 1953 e o movimento de migração indo para os centros urbanos do entorno começou já na década seguinte. Assim onde antes havia um fluxo constante de pessoas, hoje só resta a lembrança, dos tempos de ouro, na memória de quem viveu na região.

Palavras-chave: História. Economia. Cultura.

INTRODUÇÃO

A água sempre foi essencial para a manutenção da vida humana. Desde os primórdios do homem ela sempre esteve presente, de formas e com funções diversas. Com o advento da revolução industrial, começou-se a se perceber o grande potencial dela para o desenvolvimento econômico, mesmo que a utilização desta como fonte de energia tenha levado mais tempo para acontecer.

Dessa forma é inegável afirmar que desde aquele período até agora a economia e as transformações tanto em âmbito social, político e ideológico vem moldando a forma como nos organizamos no espaço e no tempo.

O presente estudo trata, portanto, sobre a influencia que a Usina Hidroelétrica de Canastra Central (UHCC) teve para o desenvolvimento tanto da localidade de Canastra,

bairro rural pertencente ao município de Canela –RS, como para as regiões localizadas em seu entorno.

Entende-se que o tema é extremamente amplo, e por esse motivo, tem-se como recorte temporal as décadas de 1950 e 1960, abrangendo sua fundação e o momento onde se percebeu o maior número de pessoas na localidade. Contudo, entender a fundação da Usina necessita compreender antes o contexto histórico em que ela se fez necessária, e por tanto exige retroceder o relógio alguns anos.

Pesavento (1997) lembra que no decorrer da década de 1940 observa-se a acentuação do êxodo da população rural, já iniciada nos anos 30, para as cidades, que não estavam prontas para atender as novas demandas que surgiram. Assim vários órgãos públicos foram criados, dentre eles salienta-se a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que irá buscar medidas viáveis para os problemas de energia.

Tais ações iram de encontro com as políticas a nível nacional de industrialização do país, que estavam em vigor, e que assim buscavam dar suporte ao desenvolvimento econômico. O Sul sempre foi caracterizado por seu setor agrícola e pecuário, contudo a região dos Sinos já possuía um claro desenvolvimento, o que fica claro na fala de Moehlecke (1978), ao se referir sobre à economia da região que girava em torno do couro, e conseqüentemente das indústrias de calçado.

Assim, este trabalho tem como problemática identificar até que ponto a construção e mecanização da UHCC influenciou não só o modo de vida das pessoas envolvidas, como também o desenvolvimento do município como um todo e dos Vales do Paranhana e dos Sinos.

Tendo por finalidade, portanto, refletir sobre como se deu essa influencia e até que ponto ele realmente ocorreu, identificando os motivos para o surgimento da Usina e das instituições que surgiram em seu entorno, bem como, a permanencia e mais tarde o êxodo da população que ali se estabeleceu.

A pesquisa inicial teve como metodologia apenas fontes bibliográficas, contudo, ao se retomar o trabalho, que buscar tornar-se uma tese mais abrangente, sentiu-se a necessidade de se recorrer aos documentos arquivados no escritório da CEEE, localizado em Canela, além de outras fontes que foram surgindo no caminho. Assim os

resultados aqui apresentados ainda são parciais, e estão em grande medida sendo construídos.

O CONTEXTO PARA IMPLANTAÇÃO DA USINA

Como já mencionado na introdução, entender o contexto do surgimento da UHCC, exige compreender o contexto tanto a nível nacional quanto regional, afim de que se perceba a importância que ela adquire como fornecedora de energia, e agente de influência.

Moehlecke (1978) em sua obra *O vale dos Sinos era assim*, aponta que todo o progresso dos últimos anos antes da revolução de 30 resultou na era da eletricidade para Novo Hamburgo e São Leopoldo, sendo que mais ou menos no mesmo período, o setor industrial da região adquire relativa importância. Segundo o autor é após o golpe de 30 que São Leopoldo tem a oportunidade de negociar sua energia elétrica com seus vizinhos, tornando-se esta atividade a maior fonte de receita.

Tal negócio era extremamente comum, sendo que até o ano de 1943, ano da criação da Comissão Estadual de Energia Elétrica, cada cidade ou localidade no Rio Grande do Sul, era responsável pelo seu próprio fornecimento de energia elétrica, não havendo um órgão público específico para tornar tal sistema único e, portanto, tornando a situação ineficaz, isso ao ponto de gerar uma grande insatisfação por parte dos cidadãos.

Em fevereiro de 1943, com o surgimento da CEEE, um projeto toma forma. Para tanto em um primeiro momento, foram construídas várias usinas de pequeno porte, caracterizando dessa forma o aspecto urgente do estado, e buscando dessa forma diminuir a insatisfação pública, e possibilitar a angariação de recursos para uma segunda etapa.

Na década seguinte, Vargas retorna ao poder no início de 1951, e firma seu compromisso com o projeto centrado na industrialização³⁴⁹ e na modernização agrícola.

³⁴⁹ “A industrialização é um processo: é um conjunto de mudanças, dotado de uma certa continuidade e de um sentido. Seu sentido é dado pela transformação global de um sistema econômico-social de base não-industrial [...] implica em um conjunto articulado de mudanças [...]” (COHN, 2001, p. 283), não relacionadas diretamente a um surto de criações de industriais, mas a um processo mais complexo.

Que tinha como ênfase a produção para o mercado interno, reservando para o Estado o importante papel de articulador e estimulador.

O discurso presidencial era a prova de que pelo menos na retórica o desenvolvimentismo estava atrelado, como maior ou menor intensidade, aos apelos nacionalistas e favoráveis à melhor distribuição de renda.

Contudo ao voltar ao poder em 1951, Getúlio encontra um país diferente daquele de quando havia deixado o governo, com partidos nacionais, urbanização desregrada, falta de energia elétrica e transporte. Flores (2004, p. 93) expõem nesse sentido que, “[...] os antigos coronéis perderam o poder, os partidos deixaram de ser regionais e os industrialistas enfrentavam a desvalorização da moeda e as reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores.”.

A realidade econômica do período pode ser demonstrada ao analisarmos a tabela³⁵⁰ abaixo, onde o ano de 1951 possui o menor PIB, reflexo claro dos rumos escolhidos pelo governo:

Tabela 1
Indicadores macroeconômicos do segundo governo Vargas

Ano	PIB (var.%)	Inflação/ IGP-DI (var. %)	Receita da União (Cr\$ bi de 1950)*	Despesa da União (Cr\$ bi de 1950)*	Déf. ou Sup. (Cr\$ bi de 1950)*	Balança Comercial (US\$ milhões)	Balanco de Pagamentos (US\$ milhões)
1950	6,8	12,4	19,37	23,67	-4,30	425	52
1951	4,9	12,3	23,17	20,78	2,38	68	-291
1952	7,3	12,7	23,75	21,99	1,76	-286	-615
1953	4,7	20,6	25,16	27,11	-1,95	424	16
1954	7,8	25,8	24,86	26,31	-1,45	148	-203

* Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB.

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil (IBGE).

A conjuntura política em 1951, quando Vargas assume o poder pela segunda vez era de uma

[...] inflação crescente e tendência à desaceleração das taxas de crescimento do PIB, às quais se somam, ao longo do mandato, ao agravamento da

³⁵⁰ FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. *Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart*. Revista Brasileira de Economia, mar. 2004. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402005000200004&script=sci_arttext>, acesso em 26.ago.17.

situação das contas externas, com déficit no balanço de pagamentos e dificuldades para atração de capitais externos e para captação de poupança interna. (FONSECA E MONTEIRO, 2004)

A estratégia econômica de Vargas, que começou com a transformação industrial já na década de 1930, enfrentou várias dificuldades que não foram solucionadas³⁵¹ e que foram agravadas consideravelmente com os desequilíbrios regionais, de analfabetismo, falta de preparação de mão de obra, saúde e higiene.

Em seus discursos Vargas permite vislumbrar suas ideias de desenvolvimento nacional, mesmo quanto se tratava de problemas de “curto prazo”³⁵², que tanto caracterizou a primeira fase de seu governo, sendo que suas opiniões muitas vezes afastavam-se das concepções dominantes da época.

O então presidente compreendia que era pelo aumento da produção e não pelo corte da demanda agregada que deveria combater a inflação. Dessa forma, “[...] construía uma visão em que a expansão do crédito contribuía ao mesmo tempo para atender aos fins do desenvolvimento econômico e do combate à inflação [...]” (Fonseca, sem data, p. 21)

A política oscilatória e hesitante da primeira fase do governo contribuiu para abalar ainda mais a credibilidade do governo e inaugurou uma nova fase, em que, vendo a crise aprofundar-se, acabou-se por se abandonar a opção pela estabilidade, substituindo-a pelo crescimento, numa tentativa derradeira de ampliar sua base de sustentação e legitimidade. (FONSECA E MONTEIRO, 2004)

Como linguagem, o nacionalismo sempre esteve presente nos discursos de Vargas nos anos cinqüenta (Fonseca, sem data, p. 25), ou seja, apesar das ambiguidades de governo, pelo menos ao discurso, o desenvolvimento econômico estava associado à autonomia nacional. O autor aponta ainda que, no contexto do período, propor certo grau de independência da política externa do EUA era o suficiente para ser considerado “nacionalista”.

Contudo a ideologia nacional-desenvolvimentista apontava muito mais na convergência de interesses nacionais, clamando por intervenções externas vindas do

³⁵¹ Como o transporte insuficiente, a deficiência de energia elétrica e a auto-suficiência de combustível. (FLORES, 2004, p. 95)

³⁵² Assuntos como inflação, crédito, balanço de pagamentos, gastos públicos, tributação, etc.

norte, que deveriam visar pelo crescimento econômico e, com isso, amenizar as desigualdades sociais.

Em 1951 é instalada a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, que tinha como objetivo impulsionar o planejamento da política de investimentos³⁵³. Contudo a partir de meados dos anos de 1952, com a campanha de estatização do petróleo, as relações entre Estados Unidos e Brasil se complicam.

A nova postura governamental “[...] não dispensava o capital estrangeiro, mas o requeria para ramos e setores que nem sempre eram do interesse norte-americano.” (Fonseca, sem data, p. 27), ou seja, Vargas se propôs a buscar capital estrangeiro, mas direcionando o para a exploração de energia elétrica, da indústria química de base e da siderurgia.

Assim a CEEE, adquire recursos para a implantação da segunda etapa de seu projeto, que consistia na construção de usinas maiores, e que por consequência produziram mais energia e garantiriam um suporte eficiente para os projetos de industrialização do Estado e dessa forma da região.

Dessa segunda fase, a UHCC é a primeira a ser construída, demonstrando a importância que a região dos Sinos e do Paranhana estavam adquirindo no cenário estadual enquanto pólo de industrialização.

FUNDAÇÃO DA CEEE E CONSTRUÇÃO DA UHCC

A construção de uma usina exige estudos específicos sobre vários aspectos da região, principalmente quanto a questão hidrográfica, afim de descobrir qual a melhor localização para uma construção tão dispendiosa.

Como pode-se perceber pelos mapas 1 e 2, a região escolhida para a construção da UHCC, pertence a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, que abrange vários municípios ao longo do trajeto das terras banhadas pelo rio, que possuem relevos diferentes que precisam ser levados em conta.

³⁵³ Idem, p. 96.

Dessa forma, ao analisar-se o mapa 2 entende-se a escolha de Canela para a fundação da Usina, visto localizar-se nas regiões altas e por tanto ter a possibilidade, tanto de receber água de locais mais altos, quanto escoar a água quando preciso, sendo a melhor opção geográfica.

Para tanto, foram criadas duas barragens que fornecem água para a Usina, Barragem dos Bugres também localizada em Canela e a do Salto, localizada entre Canela e São Francisco de Paula.

Essas barragens exigem deslocar pessoas de suas residências para outras localidades, que no papel deveriam ganhar novas terras, mas que na realidade nem todas foram realocadas. Embora entenda-se que o dito progresso tem danos colaterais, pouco de fala a respeito dessas comunidades.

Mapa 1



FONTE: MALHEIROS, Maria Cleusa Bonato. *Hidrografia de Campo Bom*. Um olhar sobre Campo Bom. Disponível em < <http://olharcampobom.blogspot.com/2015/08/hidrografia-de-campo-bom.html>> acesso em 18. out. 2018.

Mapa 2



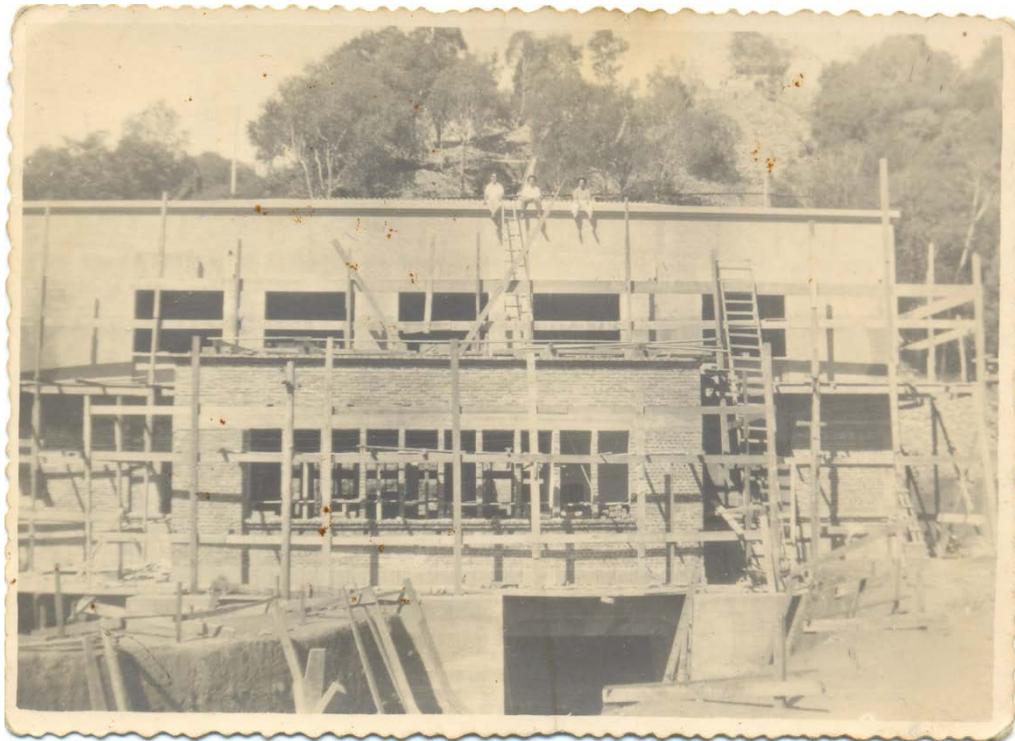
Fonte: Projeto Rio dos Sinos. *Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos*.

Rio dos Sinos. Disponível em <
<http://websinos.blogspot.com/2010/08/bacia-hidrografica-do-rio-dos-sinos.html>> acesso em 18.out.2018

O processo de construção da UHCC se deu em 1953, sendo finalizado em três anos depois em Dezembro de 1956, com capacidade de 44MW. É preciso salientar que o tempo para a execução do projeto foi relativamente rápido quando pensa-se no porte da Usina, e principalmente nas dificuldades encontradas para sua construção.

A região de Canastra Central, embora fosse uma boa opção geográfica para o transporte de água até a Usina, não era de fácil acesso para o maquinário pesado necessário a sua construção, isso sem contar que toda a matéria prima necessária precisava ser trazida de outras localidades.

Figura 1



FONTE: arquivo pessoal

A figura 1 dá uma ideia de como os primeiros momentos da construção foram, e até mesmo do tamanho da obra, principalmente porque exigia muito mais do que só a construção do prédio, mas também a fabricação dos dutos que conectavam a Usina às barragens.

Assim um grande contingente de pessoas foi mobilizado para trabalhar na obra, gerando um aumento populacional na localidade, esses trabalhadores vieram de diversas localidades em busca de serviços, afinal, como já apontado por Pesavento (1997), nessa época as pessoas se deslocaram para as cidades e outros pontos onde haviam oportunidades de emprego, fugindo dos campos.

Vindo São Leopoldo, onde a energia elétrica já era um negócio, engenheiros especializados se fixaram temporariamente durante a construção e mecanização da UHCC, visto ser uma construção de grande porte e que exigia fiscalização constantemente.

Essa concentração de pessoas em um mesmo local, muitas vezes com suas famílias, fez com que se sentisse a necessidade do suprimento de questões básicas como saúde, alimentação, educação, etc. e para tanto algumas medidas foram tomadas de forma a dar melhores condições de vida.

Isso resultou na transformação do espaço entorno da construção, se num primeiro momento acampamentos e pequenas estruturas de madeira eram o suficiente, agora novas casas de alvenaria são erguidas, bem como um armazém que negociava não só com os trabalhadores da Usina, mas também com os demais moradores da localidade, que vendiam seus produtos e compravam aquilo que precisavam.

Assim negócios desse tipo vão aproximando os novos moradores, mesmo que muitos deles temporários, dos demais que já estavam instalados na localidade, facilitando trocas de experiências.

Além disso, outras instituições surgem nesse espaço. A Escola Municipal de 1ª a 4ª série Dom Pedro II, que podemos observar a figura 2, tinha por objetivo, contribuir com a educação das crianças, e embora oferta-se só até a 4ª série, isso não impedia que as pessoas com mais condições matriculassem seus filhos nas escolas particulares do centro da cidade.

Figura 2



FONTE: arquivo pessoal

Como pode-se observar na imagem não era uma escola grande, possuindo apenas duas salas de aula, onde duas turmas dividiam o espaço e a professora. Contudo a escola não era a única instituição presente na localidade. A igreja Capela Católica Sagrado Coração de Jesus, a qual podemos observar seu interior na figura 3, também surgiu na proximidades, sendo construída com recursos e ajuda de mão de obra dos fiéis.

FIGURA 3



FONTE: arquivo pessoal

Após o fim das obras da Usina, uma grande parte dessas pessoas permaneceu em Canastra, principalmente pela política da própria CEEE. Além de salários garantidos no final do mês, e de se especializarem em uma função, esses trabalhadores tinham acesso a educação e mercado pertos de casa, sendo que quando precisavam se deslocar para o centro da cidade eram disponibilizados carros da empresa para isso.

Contudo esse movimento por parte da CEEE se mostrou extremamente dispendioso, exigindo uma mudança de postura, onde apenas traria as pessoas que moravam longe para o trabalho. Essa medida embora seja compreensível do ponto de vista financeiro, acabou por dificultar a vida das pessoas que dependiam desse

transporte para ir ao médico, pagar contas, estudar, etc. e por conta disso, causou um êxodo da localidade que grande parte das pessoas que haviam se estabelecido.

Alem disso, a década de 1960 é marcada pelo crescimento no setor calçadista nas cidades da redondeza, que com suprimento de energia constantes pode investir em mais maquinários e abrir vagas de emprego que se tornaram atrativas a essas pessoas, que se viram com dificuldades para se manterem próximas a Usina.

Assim pouco a pouco a região foi sendo abandonada, e as instituições transferidas de lugar. Hoje o espaço que antes era tão movimentado, agora é utilizado para abrigar as torres e maquinários da UHCC que está em expansão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir dessa forma que embora a pesquisa esteja apenas no início, e que muito ainda precisa ser aprofundado, trabalhar sobre a Usina, dentro do contexto da década de 1950 e 60 e extremamente relevante quando pensamos no contexto regional e nas políticas de desenvolvimento pregadas por Vargas e futuramente por Juscelino Kubitschek, com suas metas 50 anos em 5.

As indústrias calçadistas foram às principais beneficiárias, depois da população como um todo, com a construção da Usina, para tanto basta analisar os dados de desenvolvimento onde a década de 1960 é onde se encontra o maior índice de crescimento.

Assim é possível afirmar que os rios que fizeram, e fazem, girar incrivelmente rápidas as turbinas da usina, juntamente com a comunidade que constituiu o bairro de Canastra Central e arredores ajudou a influenciar nosso estilo de vida atual, e portanto estudá-la é entender parte desse processo.

REFERÊNCIAS

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante. *Memória, História do Nacionalismo: território, povo e cultura – Nelson Werneck Sodré e a criação da Petrobrás*. Disponível em <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0556.pdf>> acesso em 26 ago.17.

COHN, Gabriel. *Problemas da industrialização no século XX*. In.: DIAS, Manuel Nunes. *Brasil em perspectiva*. 21 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FLORES, Moacyr. A economia no governo Vargas. In.: MORETTO, Fúlvia M. L. *A era Vargas*. Porto Alegre: Ediplat /CIPEL, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Nacionalismo e economia: O segundo governo Vargas*. Disponível em <
<http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/nacionalismoeeconomiaosegundogovernovargas.pdf>
> acesso em 26 ago.17.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. *Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart*. Revista Brasileira de Economia, mar. 2004. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402005000200004&script=sci_arttext>, acesso em 26 ago.17.

MALHEIROS, Maria Cleusa Bonato. *Hidrografia de Campo Bom*. Um olhar sobre Campo Bom. Disponível em < <http://olharcampobom.blogspot.com/2015/08/hidrografia-de-campo-bom.html>> acesso em 18. out. 2018.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *O Vale dos Sinos era assim*. São Leopoldo: Rotermond, 1978, p. 235- 360.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

Projeto Rio dos Sinos. *Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos*. Rio dos Sinos. Disponível em < <http://websinos.blogspot.com/2010/08/bacia-hidrografica-do-rio-dos-sinos.html>> acesso em 18.out.2018

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *BRASIL: uma bibliografia*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MUÇULMANOS NA ECONOMIA DA SERRA GAÚCHA: O CASO DOS SENEGALESES EM CAXIAS DO SUL

Cristine Fortes Lia*

Universidade de Caxias do Sul

Franciele de Almeida de Oliveira**

Universidade de Caxias do Sul

Resumo: Ao longo das primeiras décadas do século XXI, o cenário econômico da cidade de Caxias do Sul foi afetado pela presença de um novo perfil de trabalhador: os imigrantes senegaleses. Atraídos pela imagem de cidade industrial e acolhedora no mercado de trabalho, os migrantes do Senegal constituiriam um grupo bastante distinto, pois são africanos e muçulmanos. Assim, contrariando a imagem de trabalhadores italianos e católicos, os senegaleses acabaram por constituir uma parcela de indivíduos que realiza diferentes atividades laborais na localidade. Em função da crença no Islã, seus ofícios precisam estar em harmonia com as regras religiosas. Este estudo analisa, por meio da História Oral, a percepção dos trabalhadores senegaleses muçulmanos com relação a sua aceitação na cidade de Caxias do Sul, suas dificuldades na adaptação da cultura muçulmana ao mercado de trabalho brasileiro e as representações que os habitantes da região fazem dos mesmos.

Considerações iniciais

O início do século XXI marcou a chegada de imigrantes senegaleses para a cidade de Caxias do Sul, na serra gaúcha. Estes indivíduos são atraídos pela “fama” da região no que se refere à industrialização local. O grupo senegalês se caracteriza por constantes processos migratórios em busca de trabalho. Mas, sua inserção na comunidade caxiense desperta contradições já que se destacam pela sua africanidade e pela prática da religião muçulmana. “Assim, estes imigrantes destoam do projeto colonizador da região que, no século XIX, promoveu a matriz europeia, branca e católica. São africanos e muçulmanos portadores de uma herança cultural que

* Doutora em História. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em História e do Curso de História da Universidade de Caxias do Sul.

** Graduada do Curso de História da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista BIC-UCS.

descaracteriza a italianidade católica promovida na região” (COSTA, LIA, 2016, p. 243).

Em uma localidade na qual a fé no catolicismo corresponde a um padrão de identidade ideal, a presença dos senegaleses muçulmanos revela um estranhamento entre a cultura local e os migrantes africanos. Desta forma, a receptividade aos mesmos nem sempre atende às expectativas imigratórias. Muitas das práticas culturais e religiosas dos senegaleses são desconhecidas pela sociedade caxiense. Esse desconhecimento, muitas vezes, acaba promovendo atitudes de intolerância.

Este estudo analisa as relações estabelecidas entre os imigrantes senegaleses e a sociedade caxiense, destacando a percepção e o entendimento sobre o Islã, professado pelos chegados do Senegal, e a influência desta prática religiosa nas atividades de trabalho realizadas pelos migrantes. Para isto, foram realizadas entrevistas³⁵⁴ com trabalhadores senegaleses, empregadores e comerciantes da cidade de Caxias do Sul.

Para a realização dessas entrevistas, utiliza-se a história oral temática³⁵⁵, já que a discussão acontece em torno de um assunto central definido, a religião muçulmana. Apesar de serem trabalhadas as histórias de vida, os questionamentos acontecem sobre as práticas do Islã em Caxias do Sul. Como deve acontecer nos procedimentos com história oral temática, foram realizadas pesquisas anteriores para a coleta de informações para a elaboração dos questionários³⁵⁶. “Quanto mais informações se têm previamente, mais interessantes e profundas podem ser as questões” (MEIHY,

³⁵⁴ A pesquisa sobre cultura senegalesa na serra gaúcha ainda se encontra em fase inicial, realizando a coleta de dados junto aos imigrantes senegaleses e sociedade caxiense. Os resultados apresentados neste artigo correspondem a uma primeira análise das entrevistas realizadas, que relacionam atividades laborais e visões sobre a religião muçulmana dos migrantes do Senegal. Esta pesquisa é realizada na Universidade de Caxias do Sul – UCS, junto ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Instituto Religare. Sua ideia inicial surgiu de uma demanda da comunidade migrante senegalesa que pedia o direito de “ter voz” para contar a sua história.

³⁵⁵ Para a realização do projeto de pesquisa será utilizada a história oral híbrida, já que outras fontes serão cruzadas com as entrevistas, gerando um trabalho de maior abrangência. Mas, no caso deste artigo, usa-se a história oral plena, já que “todo o processo é previsto pelo projeto norteador da pesquisa e pela análise de entrevistas, considerando apenas as narrativas” (MEIHY, RIBEIRO, 2011, p. 15). Assim, serão apresentadas análises das entrevistas realizadas, no período de junho a setembro de 2018, com um grupo de 12 pessoas, sendo seis senegaleses.

³⁵⁶ A elaboração do questionário tem merecido muita dedicação do grupo de pesquisa, já que os imigrantes senegaleses ainda apresentam dificuldades no domínio da língua portuguesa. Algumas entrevistas são realizadas em vários momentos, em função da necessidade de adequação do instrumento de pesquisa à compreensão do entrevistado. Também existe um grande cuidado em não direcionar as respostas do entrevistado nas tentativas de entendimento da questão. Apesar de todas as dificuldades de comunicação, destaca-se a disponibilidade e a constante colaboração da comunidade senegalesa de Caxias do Sul com esta pesquisa, que permite a divulgação das entrevistas e das imagens. Assim, neste momento, as autoras expressam seu agradecimento aos imigrantes senegaleses.

HOLANDA, 2017, p. 39).

O projeto de história oral temática deve estar atento à existência de uma hipótese forte e consistente na medida em que será constantemente testada durante a entrevista. Pretende-se, mesmo considerando que ela é narrativa de um fato, que a história oral temática busque a variante considerada legítima de quem presenciou um acontecimento ou que pelo menos dele tenha alguma variante que seja discutível ou contestatória. Como a “verdade”, no caso, é um elemento externo, o entrevistador pode e deve apresentar outras opiniões contrárias e discuti-las com o narrador. Tudo com a finalidade de elucidar uma versão que é contestada. A história oral temática não só admite o uso do questionário, mas, mais do que isso, este se torna peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados. (MEIHY, HOLANDA, 2017, p. 39-40)

Por meio destas entrevistas busca-se, também, produzir fontes para novas pesquisas sobre o tema; com a perspectiva de construir resultados para que os futuros pesquisadores tenham acesso “a voz” da comunidade senegalesa. “Uma das características originais dos projetos de história oral é sua capacidade de gerar documentos novos” (MEIHY, ROBEIRO, 2011, p. 15). Desta forma, a história oral permite realizar um registro sobre as possibilidades de ser imigrante muçulmano em Caxias do Sul.

Além disso, o Islã do Senegal apresenta especificidades em suas práticas religiosas. A difusão da religião muçulmana nesta região da África se deu por meio de confrarias comerciais (DIAS, 2007), o que conferiu algumas particularidades nas crenças, como a valorização mística dos sheiks que foram responsáveis pela proliferação do Islã entre os senegaleses. Além disso,

No Senegal, país localizado na África ocidental, a expansão do Islã seguiu um rumo diferente daquele aplicado às regiões da África setentrional (Egito, Marrocos, Sudão, etc) e da África oriental (Omã, Iêmen, etc). Com influência do islã desenvolvido no Magred, de tradição malikita, a religião chegou ao território do Senegal por volta do século XV, entrando em contato com o comércio de escravos que seria desenvolvido pelas nações europeias recém-formadas, especialmente Portugal. Isso pode explicar a presença, no Brasil colonial, de africanos escravizados de religião muçulmana, visto que ondas de migração forçada partiram desta região. As características religiosas regionais, antes da chegada do Islã, imprimiram marcas na

forma como a religião moldou-se na região. O politeísmo era majoritário entre a população destes locais, que viu a chegada dos muçulmanos, onde seu sucesso comercial e político foi atribuído a alguma característica mística da nova religião. Era comum que práticas e rituais das antigas religiões tribais africanas fossem misturadas ao Islã, que passou a ser praticado por aquelas sociedades. (COSTA, LIA, 2016, p. 241)

Por praticarem o sufismo, corrente considerada mística dentro do Islã, com cerimônias religiosas acompanhadas por musicalidade e movimentos corporais, os senegaleses são frequentemente associados às práticas de religiões de matriz africana. Os trajes senegaleses também corroboram nesta associação equivocada. Além disso, a relação com o sufismo, às devoções aos líderes de confrarias e a flexibilização de algumas normas da religião muçulmana, em função do sincretismo, despertam a indignação de diversas correntes islâmicas³⁵⁷.

Trabalhadores senegaleses muçulmanos em Caxias do Sul

Como foi dito anteriormente, uma das principais motivações da imigração senegalesa foi a busca por emprego e melhores condições de vida³⁵⁸, sendo esta resposta uma unanimidade entre as respostas das entrevistas realizadas com os senegaleses de Caxias do Sul³⁵⁹. Para compreender as relações de trabalho destes sujeitos históricos, é preciso também compreender sua condição de muçulmano, que tem grande importância na sua base moral e no seu corpo de crenças, norteador de suas ações. A religião os une, é um elemento de coesão e identificação social, além da etnicidade e cultura (DEMANT, 2004).

Para este artigo, foram entrevistados seis senegaleses do sexo masculino, com idade entre 27 a 40 anos, que trabalhavam e trabalham no comércio e/ou na indústria da região. E mais seis pessoas da cidade de Caxias do Sul, entre elas lojistas, gerentes e gestores de produção. Todos se mostraram dispostos a participar, porém os senegaleses

³⁵⁷Em Caxias do Sul, os imigrantes senegaleses vêm estabelecendo relações com a comunidade católica, expressando, em geral, reconhecimento pelo acolhimento prestado pela Pastoral da Igreja. Já participaram, inclusive, da Procissão de Nossa Senhora de Caravágio (COSTA, LIA, 2016). Para outras comunidades muçulmanas, provindas, em geral, do Oriente Médio, esta relação com o catolicismo não é adequada para um praticante do Islã.

³⁵⁸Caxias do Sul também é apontada como uma localidade que facilita a emissão de documentação para os imigrantes senegaleses (COSTA, LIA, 2016).

³⁵⁹Entrevistas realizadas pelas autoras, em junho-setembro de 2018.

foram mais receptivos quanto à concessão de uma entrevista, permitindo sua identificação à mesma.

Os depoimentos foram realizados, como foi dito anteriormente, por meio de roteiro semi-estruturado. “Como visa promover a discussão sobre um assunto específico, foi usada a história oral temática, com a orientação do entrevistado sobre o assunto abordado. Foram tomados os cuidados para não negligenciar a percepção do depoente, nem induzi-lo a fazer afirmações”. (LIA, 2017, p.266)

Por meio das entrevistas realizadas percebe-se que os indivíduos que trabalharam na indústria desenvolveram melhor o domínio da língua portuguesa, conseguindo se expressar e entender com mais clareza as questões apresentadas. Quando questionados sobre a profissão que exercem, se remetem a última profissão exercida no Senegal. As profissões variaram entre: desenhista, marceneiro, soldador, taxista, marinheiro, contador e político. Apenas um dos entrevistados trabalhava na mesma área que a do país de origem, como soldador. Porém sabe-se dos problemas de validação dos certificados do Senegal para o Brasil, impedindo-os de exercerem a profissão do país de origem.

As ocupações mais comuns estão vinculadas ao comércio e a algumas atividades que exigem habilidades e competências específicas, como é o caso de motorista, soldador, mecânico, pedreiro, costureiro, marceneiro, sapateiro e professor. Para exercerem as mesmas funções no país de destino enfrentam problemas, pois nem sempre os diplomas e as certificações são reconhecidos. (HERÉDIA, PANDOLFI, 2015, p. 106)

As atividades de trabalho, muitas vezes, segundo os relatos, impedem as práticas religiosas muçulmanas³⁶⁰. Como por exemplo, a realização da Salat, as cinco orações diárias obrigatórias para todos os muçulmanos, coincidem algumas com o horário de trabalho. Muitos empregadores não compreendem a necessidade do indivíduo em parar suas atividades para rezar. Para aqueles que trabalham no comércio informal, também é difícil realizar as orações na rua, já que despertam uma curiosidade negativa dos que transitam pelo local.

³⁶⁰As práticas religiosas muçulmanas estão associadas a uma espécie de ocupação do espaço público, pois o Islã é uma religião que se afirma por meio desta relação. A utilização de trajes religiosos, as festas, as orações e outras demonstrações de fé são (e precisam ser) evidenciadas publicamente. Desta forma, o Islã não se restringe ao espaço privado e sofre ataques pela necessidade de prova de fé.

Parte da população de Caxias do Sul desconhece as tradições e práticas do Islã. Por ser uma cidade predominantemente católica³⁶¹, tem poucos contatos com comunidades não cristãs e tem sua vida cultural edificada sobre a lógica do catolicismo italiano. Desta forma, os senegaleses não têm um local específico e institucionalizado para sua manifestação religiosa. A Casa de Orações utilizada pelo grupo é um espaço emprestado pela Pastoral da Igreja Católica.

Na opinião dos entrevistados algumas pessoas entendem o que é ser muçulmano, e outras não. Apenas um relatou um caso de preconceito religioso e outro de racismo. Para Abdou³⁶², que trabalha em uma empresa de perfis metálicos “Tem, tem, tem gente que não gosta, não gosta de religião muçulmana, mesma coisa tem... Se tu vai, todo lugar tem, tem várias”³⁶³.

³⁶¹ Apesar da crença no catolicismo ser predominante em Caxias do Sul, principalmente nas questões referentes à construção da identidade local, existe diversidade religiosa na cidade. A presença de casas de religião de matriz africana, por exemplo, é significativa, sendo uma das regiões com o maior número de praticantes dessa matriz no estado do Rio Grande do Sul.

³⁶² Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

³⁶³ As entrevistas serão apresentadas na forma como os imigrantes senegaleses fazem o seu relato. Essa opção está relacionada a ideia de permitir ao leitor construir possíveis interpretações da fala dos depoentes.

Foto: Babacar Queye



Fonte: acervo das autoras.

Como “tradição” religiosa, Babacar Queye³⁶⁴ usa a túnica toda sexta-feira durante o trabalho, para no final do dia se reunir com os outros senegaleses na mesquita³⁶⁵ e fazer a oração com os demais. O encontro de sexta-feira é uma prática regular para todos os imigrantes senegaleses. A vestimenta utilizada, no entanto, causa

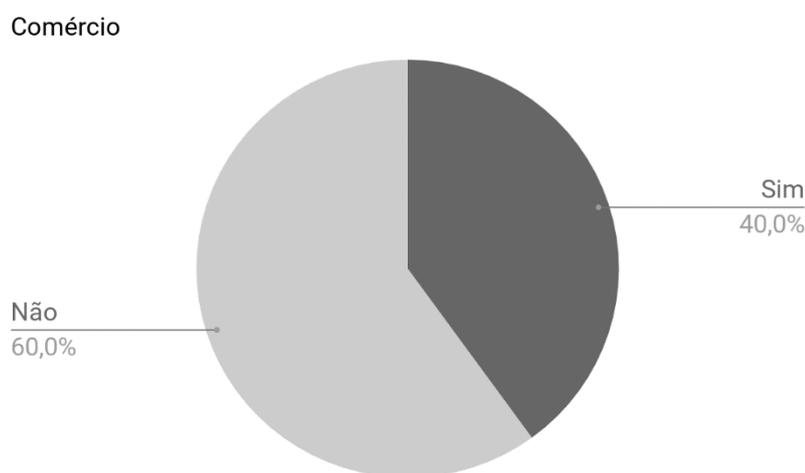
³⁶⁴ Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

³⁶⁵ Não existe Mesquita na cidade de Caxias do Sul. A instituição que os depoentes denominam desta forma é a Casa de Oração, anteriormente citada.

curiosidade e, muitas vezes, estranheza aos caxienses. Um dos senegaleses comentou³⁶⁶ que as pessoas vêm perguntar o porquê do uso daquela roupa. Já outro entrevistado³⁶⁷ diz não usar em público ou no trabalho, como Babacar, pois tem vergonha e percebe que “as pessoas ficam falando”³⁶⁸.

A prática das rezas diárias varia conforme o espaço de trabalho e o contexto do dia. Os que trabalham no comércio e moram próximo ao centro da cidade, quando há pouco movimento, afirmam que vão para a casa, realizam a oração e retornam ao local de trabalho³⁶⁹. Mas nem sempre isso é possível em função do trabalho. Na indústria, a realização das orações varia conforme as normas e o ritmo da empresa. Somente um dos seis entrevistados³⁷⁰ realiza as orações no espaço de trabalho com liberação e acordo da chefia da empresa. Os demais que trabalharam na indústria só realizavam quando era possível no intervalo ou após o horário de trabalho.

Os gráficos abaixo mostram em média os que conseguiam ou não fazer as suas orações no trabalho, lembrando que, no comércio, os entrevistados estavam numa situação de irregularidade.



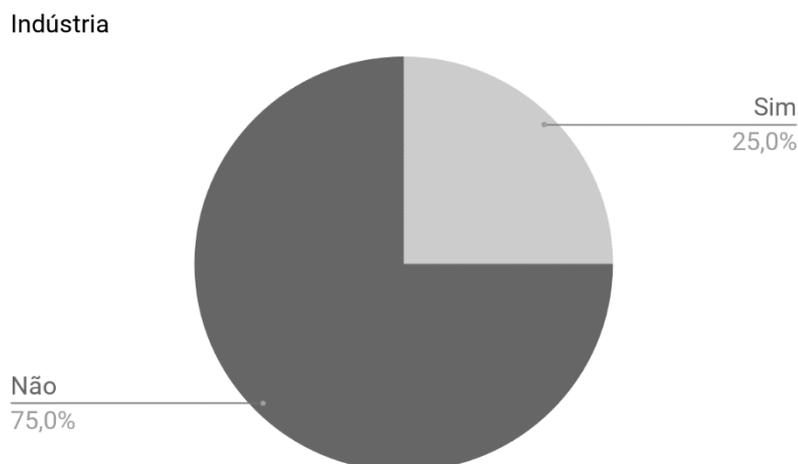
³⁶⁶ Entrevista realizada pelas autoras em agosto de 2018.

³⁶⁷ Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

³⁶⁸ Lamentavelmente existe uma associação dos trajes islâmicos ao terrorismo global. Alguns senegaleses percebem que as pessoas sentem “medo” quando identificam a vestimenta muçulmana.

³⁶⁹ Informações obtidas nas entrevistas realizadas pelas autoras no período de junho a setembro de 2018.

³⁷⁰ Entrevista realizada pelas autoras em julho de 2018.



Na indústria, com relação aos colegas de trabalho, não houve problemas ou preconceito religioso. Um dos casos relatados³⁷¹ foi de racismo por parte de um dos chefes e outro durante o mês do Ramadã. Neste mês sagrado para os muçulmanos, o nono mês do calendário muçulmano, que corresponde de 5 de Maio até 4 de Junho no calendário cristão, é feito o jejum do alvorecer do dia até o pôr do sol. O jejum é feito independente do trabalho ou da região, não podendo nem beber água. É obrigatório para todos os muçulmanos, a partir dos 18 anos e que têm saúde realizá-lo enquanto for possível. Em pesquisa realizada em Passo Fundo, um dos entrevistados relatou que,

[...] a fome e a sede são muito grandes e estamos muito cansados. Também não podemos olhar para mulheres e nem namorar nesses dias. Só se pode pensar em Deus e nas coisas boas; ajudar os outros e não falar mal de ninguém. Se estragar o Ramadã tem que pagar castigo. Se desrespeitar um dia de Ramadã, tem que pagar três meses. É complicado. (BENINCÁ, PINHEIRO, 2015, p. 11)

Um dos entrevistados relatou³⁷² que, durante o mês do Ramadã, o horário de se alimentar coincidia com o início do turno de trabalho, porém o chefe não dava tempo para comer ou era um tempo muito curto. Mostrou-se incomodado com essa situação, pois era um grupo de senegaleses que trabalhavam em uma grande empresa da cidade de Caxias do Sul.

Os imigrantes muçulmanos não comem carne de porco e nem tomam bebidas

³⁷¹ Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

³⁷² Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

alcoólicas. Todos quando questionados responderam³⁷³ que não fazem o consumo destes produtos e, com um tom de preocupação, relataram querer deixar claro isto. Mas não seguem a alimentação halal³⁷⁴ como outros grupos muçulmanos. Abdou³⁷⁵, que almoça no refeitório da empresa, relatou que nos dias em que é feito carne de porco, as cozinheiras já fazem para ele ovo ou carne de galinha.

Foto: Oumar Diop



Fonte: acervo das autoras.

³⁷³ Entrevista realizada pelas autoras no período de junho a setembro de 2018.

³⁷⁴ A alimentação halal consiste em um conjunto de normas alimentares, que se caracterizam por práticas que se desenvolvem desde a produção, o abate e o consumo dos alimentos. Uma das preocupações do halal é evidenciar o respeito à criação e as criaturas de Deus.

³⁷⁵ Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

Os senegaleses fixados de Caxias do Sul manifestaram vontade de permanecer na cidade. Um afirmou³⁷⁶ “Minha vida aqui”, e falou dos seus planos individuais de abrir um negócio, e trazer esposa e filho para a cidade. Dois dos entrevistados³⁷⁷ já foram visitar sua família uma vez no Senegal. Os demais comentaram³⁷⁸ da saudade dos familiares, e do desejo de voltarem para visitá-los. Oumar Diop³⁷⁹ diz querer ficar morando no Brasil. Já foi visitar a família no Senegal uma vez, e tem um irmão com 25 anos que quer vir para a cidade da serra gaúcha.

As representações dos habitantes da região sobre os senegaleses muçulmanos

O primeiro dos entrevistados³⁸⁰ ocupa o cargo de gerente de uma loja no centro de Caxias do Sul e é também um senegalês. Comentou que os senegaleses, em situação informal que vendem na rua, são “um mal necessário”, mas geram a crença de que atrapalham as vendas de outros estabelecimentos. Na loja deste entrevistado, muitos senegaleses realizam suas orações diárias³⁸¹. Outro depoente senegalês³⁸², também trabalhador no comércio, diz que, por ter um chefe muçulmano, realiza todas as orações diárias. Quando questionado sobre a distinção religiosa visível nas relações de trabalho, destacou a questão do véu para as mulheres muçulmanas. Sua esposa atualmente não está conseguindo emprego e ele acredita que o uso do véu seja a razão.

A condição ilegal da venda de produtos pelos imigrantes suscita debate na sociedade caxiense, segundo um dos entrevistados³⁸³: “enquanto pagamos impostos e demais tarifas para mantermos nosso comércio aberto os imigrantes vendem produtos sem procedência e não possuem custo nenhum, apenas estendem sua toalha no chão e vendem suas coisinhas” A falta de emprego formal acaba levando esses imigrantes a estas situações, já que além de se sustentarem no Brasil, mandam mensalmente dinheiro

³⁷⁶ Entrevista realizada pelas autoras em agosto de 2018.

³⁷⁷ Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

³⁷⁸ Entrevista realizada pelas autoras no período de junho a setembro de 2018.

³⁷⁹ Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

³⁸⁰ Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

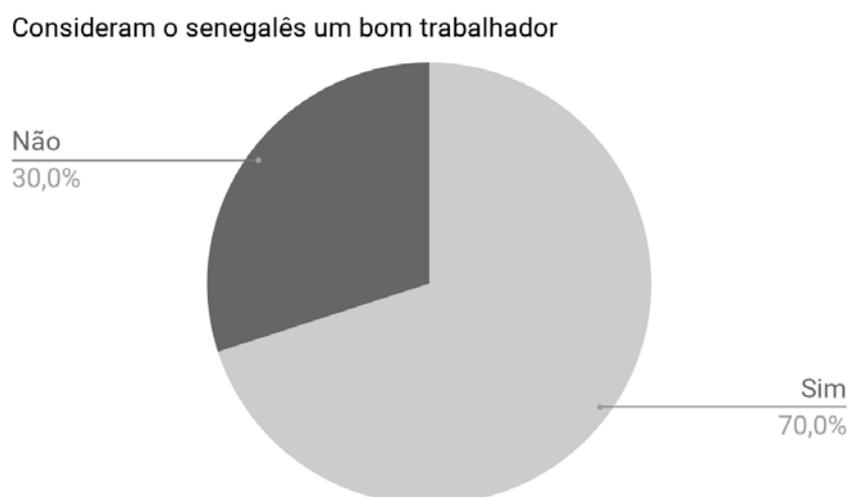
³⁸¹ Nos primeiros anos da chegada em Caxias do Sul, os imigrantes senegaleses realizavam as orações na praça Dante Aleghieri, no centro da cidade. Mas, a falta de receptividade da prática pela população local acabou por inibir a realização das orações neste local público. Atualmente, buscam outros espaços para essa manifestação religiosa, como os estabelecimentos comerciais ou residências de outros “irmãos”.

³⁸² Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

³⁸³ Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

para suas famílias no Senegal.

Um aspecto interessante é que 50% dos entrevistados, no perfil de empregadores, eram migrantes, provenientes de diferentes estados do Brasil e de outros países. A primeira pergunta realizada era se viam o senegalês com um bom trabalhador e necessário. As respostas estão exemplificadas no gráfico a seguir:



Quanto a sua necessidade, as respostas foram múltiplas e não houve um consenso. Alguns argumentaram³⁸⁴ que já temos mão-de-obra na cidade, outros dizem que é um trabalhador como os outros habitantes. Um dos entrevistados, gestor de produção e chefe de um imigrante, argumenta³⁸⁵: “Ele sempre foi necessário para a empresa, mesmo com a redução do quadro de funcionários num determinado período pelo decorrer da crise nós optamos em permanecer com o funcionário devido ser um excelente profissional para nós.”

O outro questionamento foi sobre a distinção religiosa e sua visibilidade nas relações de trabalho. De forma geral, os que trabalham no centro só percebem a distinção religiosa pela vestimenta, mas nunca viram orações em público. Um dos participantes³⁸⁶ diz “mas, na minha opinião, interfere sim, pois são culturas totalmente diferentes.”.

³⁸⁴ Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

³⁸⁵ Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

³⁸⁶ Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

Já o mesmo gestor citado anteriormente, num ambiente diferente por ser indústria, comenta sobre a distinção religiosa:

Ela é visível para toda equipe e todos a respeitam, pois se trata de particularidades pessoais de cada funcionário. Toda a equipe sabe que ele é muçulmano e respeitam isso, sendo que ele faz as orações e tem as crenças dele, podendo fazer no local de trabalho desde que respeita as normas internas da empresa e não acaba prejudicando a produtividade do funcionário e dos colegas de trabalho³⁸⁷.

As representações da sociedade local sobre os senegaleses variam muito conforme o lugar social que o imigrante ocupa, suas relações com o grupo e imagem que chega para a população, principalmente veiculada pela mídia. Não há um comportamento hostil ou preconceituoso em relação ao Islã pela população, desde que estas permaneçam restritas para os seus praticantes e não interfiram na rotina da cidade. O que gera uma contradição, já que o Islã é uma religião que precisa ocupar os espaços públicos. Mas também há uma parcela dos caxienses que desconhece a religião dos senegaleses, por vezes achando que estes praticam as religiões de matriz africanas conhecidas no Brasil, como o candomblé e a umbanda.

Considerações finais

Com a permanência dos senegaleses há uma mudança no cenário da cidade de Caxias do Sul. Mesmo sendo uma cidade de migrantes e que ainda movimenta tanto dentro do estado do Rio Grande do Sul, como recebe outros fluxos de fora do país, a imigração senegalesa traz suas características próprias que a diferencia. São imigrantes africanos, negros e muçulmanos numa cidade historicamente católica, branca e de imigrantes italianos. Transforma-se as características da mão-de-obra da localidade e são estabelecidas diferentes relações com o trabalho, além da reelaboração e negociação da identidade religiosa.

O Islã é uma religião que demanda do espaço público para suas práticas e existência, mas, na cidade caxiense se observa estas práticas ficando restritas a espaços privados, sendo realizadas no espaço doméstico, na casa de oração dos senegaleses no centro da cidade, nas lojas dos empreendedores senegaleses, entre outros. Além de restritas quanto ao seu local de prática, a Salat fica por vezes limitada pela rotina e pelo

³⁸⁷ Entrevista realizada pelas autoras em setembro de 2018.

ritmo de trabalho que não possibilita sua realização. No comércio a demanda dos clientes e do local são fatores que impactam diretamente. Na indústria o ritmo do trabalho, o tipo de profissão, as normas da empresa, a chefia, o horário e o local, que determinam a possibilidade ou não das orações que coincidem com o turno de trabalho.

Os casos de preconceito tanto raciais como religiosos existem, mas não caracterizam um comportamento generalizado na região. Porém como as manifestações religiosas estão sendo cada vez mais restritas a espaços privados e por parte dos senegaleses, há a adaptação da sua cultura aos costumes locais, a questão do preconceito religioso é questionada. Não há intolerância, mas desde que o Islã seja professado num espaço privado e reservado, longe dos “olhares” da população caxiense. E isto não é de certa forma um comportamento intolerante?

Referências

- BENINCÁ, Dirceu; PINHEIRO, Vânia Aguiar. Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul. In.: *Cadernos Ihu Ideias*. São Leopoldo, v. 13, n. 232, 2015.
- COSTA, Jéssica Pereira da, LIA, Cristine Fortes. Senegaleses e Caravaggio: a relação entre muçulmanos e católicos na serra gaúcha através da ótica do jornal pioneiro. In: ARENT, Isabel Cristina ; WITT, Marcos Antonio; SANTOS, Rodrigo Luis. (Org.) *Migrações: religiões e espiritualidades*. São Leopoldo, Oikos, 2016.(p. 240-253)
- DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DIAS, Eduardo Costa. Senegal: confrarias, contrato social e modernidade. In.: *Religiões e política mundial*. Janus on line, Portugal, 2007. Disponível em: http://janusonline.pt/2007/2007_4_2_3.html. Acessado em 08 de junho de 2018.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PANDOLFI, Bruna (orgs.). *Migrações internacionais*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PANDOLFI, Bruna. Resistências culturais na inserção comunitária de migrantes senegaleses em Caxias do Sul. In: *8º Semintur – 1º Hospitalidade em Colóquio: Pesquisa e Ensino*. Universidade de Caxias do Sul, UCS, 2016.
- LIA, Cristine Fortes. Identidades judaicas: as comunidades de conversão na Serra Gaúcha. In.: *Revista Interações*. Belo Horizonte, PUCMinas, v. 12, n.22, 2017.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom, RIBEIRO, Suzana L. Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom, HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- TEDESCO, João Carlos; GRZYBOVSKI, Denize. Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 30, n. 1, 2013.

CAIXA RURAL UNIÃO POPULAR DE ROLANTE: COLONOS ADMINISTRANDO NEGÓCIOS (1923 – 1964)

Dalva Neraci Reinheimer³⁸⁸

A partir de 1880 iniciou na área que compreende o atual município de Rolante a colonização teuta como uma extensão da Colônia do Mundo Novo, Taquara, embora as terras integrassem o município de Santo Antonio da Patrulha.

Entre o fim do século XIX e início do século XX outros caminhos foram abertos a partir das nascentes de vales vizinhos como os do Sertão dos Sinos, Rio do Ouro e Boa Esperança. Chegaram na região austro-húngaros, poloneses, e em uma escala maior italianos e descendentes.

É bem verdade que os imigrantes já encontraram muitas benfeitorias em Rolante como serrarias, moinhos, monjolos, atafonas, e inclusive em alguns casos as casas para moradia. Os imigrantes e seus descendentes continuaram realizando investimentos como a construção de novos moinhos acionados por roda hidráulica, mós de pedras, polias e correias. Os moinhos além de produzir farinha de milho e beneficiamento de grãos para consumo humano parte dos subprodutos e excedentes serviam de alimento na criação de animais, agregando assim novos valores para a propriedade em geral. Atualmente alguns destes moinhos ainda estão em operação e outros foram precursores de empreendimentos maiores como serrarias industriais e fábricas de ferramentas.

No final do século XIX e início do século XX os colonos enfrentavam dificuldades de comunicações pela má conservação das poucas estradas. As primeiras vias eram trechos abertos na mata conhecidos como “picadas” e “linhas”. O aumento das atividades agrícolas extrativistas e pré-industriais gerou significativo crescimento econômico e investimentos na construção de estradas e pontes. Foi inaugurada em 28 de

³⁸⁸ Professora Doutora em História. Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – e Instituto Histórico São Leopoldo – IHSL - .

novembro de 1911³⁸⁹ uma estrada que conectava a Barra do Ouro na Várzea do Maquiné com Taquara na Várzea dos Sinos e Paranhana, atual trecho da RS 239, contribuindo assim para o desenvolvimento de economias locais.

Os imigrantes e seus descendentes enfrentaram também a ausência de uma estrutura social como escolas, igrejas e cemitérios. Esses aspectos foram sanados com o trabalho associativo. Foi nas comunidades formadas ao longo das linhas e picadas que despertou o espírito associativo entre os agricultores instalados no Rio Grande do Sul. Os imigrantes trouxeram em sua bagagem cultural um instinto de se associarem para enfrentarem os desafios. Em meio a uma situação inusitada e desconhecida que lhes foi condicionada desde que aportaram no Brasil em 1824 entenderam que unidos venceriam as adversidades. Além disso é fato historicamente comprovado que os imigrantes foram jogados a própria sorte nas primeiras décadas de colonização no Brasil, destarte Rio Grande do Sul. Eram na maioria pobres, com famílias e com uma religiosidade profunda. Assim a sobrevivência dessa gente dependeu da sua força de trabalho, fé e comunhão social. O exemplo bíblico do feixe de varas que resiste a tudo serviu de alicerce para resistirem no início e mais adiante progredirem social, moral e financeiramente.

Os colonos eram tanto de religião Católica como Evangélica Luterana. Como nas demais regiões do Rio Grande do Sul os colonos instalados em Rolante que professavam a fé católica não tiveram tantos problemas de culto como os evangélicos. Os primeiros imigrantes recebiam os atos religiosos através dos padres jesuítas que faziam visitas esporádicas as localidades interioranas.

Os padres vinham de Santo Antonio da Patrulha, de São Leopoldo e outros lugares mais distantes. Já em 1885 há o registro da primeira capelinha de madeira segundo o livro dos primeiros batismos. Em 1915 a Comunidade Católica de Rolante foi elevada a categoria de Curato³⁹⁰ com invocação a Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Em 25 de fevereiro de 1923 tomou posse o Padre Jorge Annecken, missionário da Sagrada Família (MSF). Este sacerdote destacou-se no processo histórico da região uma vez que além de exercer suas funções de pároco, incentivou a vinda de mais

³⁸⁹ No período de 25 de janeiro de 1908 até 25 de janeiro de 1913, Carlos Barbosa Gonçalves era o governador do Estado do Rio Grande do Sul, período em que foi constituído o Plano Geral de Viação do RS.

³⁹⁰ O curato é a sede de uma circunscrição eclesiástica e isso indicava que logo a localidade adquiriria a categoria de Paróquia ou Freguesia.

imigrantes. Com a chegada de novos habitantes por meio de mutirão comunitário foi construída a Escola Sagrada Família, o pavilhão social católico denominado Sociedade de Canto Cristo Rei. Annecken também participou do primeiro Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de Rolante juntamente com Miguel Schein e Felipe Wille. Segundo Celso Agostinho Trentin³⁹¹, “na Igreja, durante a missa, na hora dos avisos, era feito um convite para a Assembleia da Cooperativa. Usava-se a missa para divulgação. O padre dava o espaço – *está todo mundo convidado para tal dia, em tal lugar, participar da Assembleia da Cooperativa*”. Sendo assim se percebe a presença enfática da Igreja, aqui representada pelo padre Annecken, nas diferentes expressões da vida comunitária sejam elas religiosa, cultural, política e econômica, e de ajustamento do imigrante e seus descendentes às novas situações.

Passados apenas duas décadas desde a ocupação pelos colonos alemães e pouco mais de uma década pelos italianos o crescimento da localidade de Rolante já era uma realidade. Porém para os colonos as condições econômicas não havia evoluído muito. A estrutura continuava precária. Os principais problemas eram de ordem financeira tanto para aumentar a produtividade da lavoura, como para assistência de saúde e em melhorias nas instalações da propriedade. A pré-disposição que se verificou anteriormente para a cooperação e a capacidade de trabalho somado às necessidades que persistiam foi o terreno fértil para a implantação de um sistema de mútua ajuda entre os colonos de Rolante.

Seguindo o exemplo já implantado em Nova Petrópolis em 1902 também os pequenos produtores de Rolante se reuniram sob a liderança de um padre, em Rolante o padre Jorge Annecken, para formar uma Caixa de depósitos e empréstimo dentro do Sistema Raiffeisen.

A reunião na qual nasceu a Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de Rolante³⁹² ocorreu no dia 28 de outubro de 1923 na residência do cidadão Henrique Helbling.

Os objetivos da sociedade era instalar uma Cooperativa de Crédito do Sistema Raiffeisen, sob a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada de todos os sócios. Esta

³⁹¹ Entrevista com Celso Agostinho Trentin realizada em 26/06/2013.

³⁹² De acordo com os moldes do então Sistema Raiffeisen, cuja referência legal se deu a partir do Decreto nº 1637, de 05 de janeiro de 1907. Disponível em legis.senado.gov.br/.../ListaNormas.action?...1637&tipo...19070105... DECRETO N. 1637 – DE 5 DE JANEIRO DE 1907. Crea sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

faria empréstimos a juros módicos aos sócios fornecendo-lhes o capital necessário para que vivessem à custa de seu trabalho, mas facilitando o exercício da profissão. Para isso a sociedade faria empréstimo em longo prazo que seria reembolsável com amortização periódica mediante garantias e dentro das regras estabelecidas, que incluíam a avaliação da diretoria para qual fim se destinava a aplicação do empréstimo. Além dos empréstimos a Cooperativa também estava aberta para receber depósitos em conta corrente fixa ou em movimento. No caso dos depósitos estava aberta a possibilidade de não sócios participarem. Quando de retirada de empréstimo os juros e encargos seriam calculados sobre o valor efetivamente devido.³⁹³

Outro aspecto significativo previsto nos estatutos era a participação da Assembleia, ou seja, a deliberação de determinados assuntos e decisões necessariamente dependia da aprovação dos sócios em sua maioria, como previa o estatuto. Esse aspecto demonstra que entre os objetivos estava a fomentação da participação popular, o sócio teria voz e vez no andamento do negócio.

Na reunião de instalação da Caixa Rural foi eleito para presidir o senhor Pedro Muller, Jaco Kunzler como secretário e para gerente Henrique Hebling. O conselho fiscal ficou constituído pelo padre Jorge Annecken, e os cidadãos Miguel Schein e Felipe Wille. Naquela primeira reunião que resultou na fundação da Caixa Rural União Popular de Rolante estavam presentes 25 agricultores que se tornaram os sócios fundadores do que mais tarde viria a ser a Cooperativa de Rolante. Além de estabelecer a sede da Caixa no município de Santo Antônio da Patrulha desde a fundação estava prescrito que poderiam fazer parte da sociedade qualquer indivíduo, mas principalmente os pequenos lavradores e os profissionais das indústrias conexas ligadas à agricultura.³⁹⁴ Estava fundada a Caixa Rural União Popular de Rolante³⁹⁵ que tinha como fundamento ser uma cooperativa de crédito.

A grande maioria dos sócios fundadores da Caixa Rural União Popular de Rolante eram agricultores. Muitos deles ligados a outros ramos econômicos além da agricultura. Havia um grande número de profissionais liberais que desempenhavam

³⁹³ Ata da Caixa Rural União Popular de Rolante – Livro de matrículas de associados nº1 – 1907. Fonte: Acervo SICREDI NORDESTE - Rolante/RS.

³⁹⁴ IDEM

³⁹⁵ Administração no período de 1923 – 1927: Presidente: Pedro Muller Filho; Gerente: Henrique Hebling; Secretário: Jacob Kunzler.

atividades relacionadas ao domínio urbano uma vez que é visível a crescente urbanização no contexto de colonização.

A Caixa Rural União Popular de Rolante acumulou recursos financeiros por meio do princípio de autoajuda e emprestou-os aos associados para que o empregassem em atividades que julgassem úteis para a própria sociedade na forma de crédito. Desta maneira evidencia-se uma das principais intenções desta Cooperativa no momento da elaboração do primeiro Estatuto, Capítulo II, Art.4º- “A Sociedade terá por fim combater a usura, fornecer a juro módico, a seus sócios, e somente a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhes o exercício de sua profissão”³⁹⁶. Nesse sentido os empréstimos eram investidos em aquisição de terras, animais, bois e arados, implementos agrícolas, infraestruturas nas propriedades como galpões e pocilgas e também, por muitas vezes, nos casos de tratamentos de saúde.

A confiança e a credibilidade na Caixa e, portanto, entre os associados e a direção foi um fator fundamental para a evolução e sucesso do processo. Assim como em Rolante o mesmo modelo se desenvolveu em vários municípios do Rio Grande do Sul. Em 25 anos o labor do padre Theodor Amstad já colhia seus frutos, pois a cooperação, a ajuda mutua dos agricultores era uma realidade. O lema “cooperar para prosperar”, estava ativo e gerava uma perspectiva de futuro para as colônias. O principio formulado pelo padre Amstad de “cooperar em tudo que é do interesse comum e deixar de lado as diferenças” preconizado no *Volksverein* – Sociedade União Popular³⁹⁷ – serviu de base para os agricultores de Rolante, pois se associavam em “cooperação, a solidariedade o comprometimento mutuo, como caminho para a prosperidade”³⁹⁸

Rolante já apresentava um relativo desenvolvimento econômico. Embora politicamente estivesse vinculado a Santo Antônio da Patrulha, econômica e socialmente se ligava a Taquara. Para a cidade de Santo Antônio seguiam os impostos e para Taquara muitas mercadorias para vender, visitas aos parentes e amigos visto que

³⁹⁶ Estatuto da Caixa Rural União Popular de Rolante.31 de outubro de 1930. Livro de matricula dos sócios da caixa Rural União Popular de Rolante. Nº 1. Acervo SICREDI NORDESTE.

³⁹⁷ *Volksverein für die deutschen Katholiken im Rio Grande do Sul*. Um Associação interconfessional e interétnica que congregava os agricultores do Rio Grande do Sul.Foi fundada no 9º Congresso da Associação Rio-grandense de Agricultores em 1912 na cidade de Venâncio Aires. Esta Associação foi idealizada pelos jesuítas alemães de São Leopoldo, RS, mais especificamente pelo jesuíta suíço radicado no Brasil desde 1885, Padre Theodor Amstad. Fontes: ARENDT, Isabel e RAMBO, Arthur. (org.) **Cooperar para prosperar: A terceira via**. Porto Alegre, SESCOOP/RS. 2012. e Portal do Cooperativismo/Márcio Port.

³⁹⁸ SKT Paulusblatt. N 1, 1912, p.8.

essa cidade possuía a linha férrea que estabelecia a ligação com São Leopoldo e Porto Alegre, além de ter sido um importante núcleo de colonização alemã.

Esses procedimentos movimentavam a economia de Rolante e a Caixa Rural de Rolante certamente figurava como colaboradora para o crescimento da localidade. A associação da Caixa de Rolante à Central das Caixas Rurais da União Popular do Rio Grande do Sul atesta sua importância. Novamente nesse contexto a figura exponencial do Padre Annecken foi fundamental. Sendo ele de Oldenburg – Alemanha, influenciou a vinda de um grupo de 160 imigrantes daquela região para Rolante que contando com uma cultura diferenciada e experiências. A Caixa Rural União Popular funcionou por um determinado período na Casa Comercial do gerente Henrique Helbling. A Ata da Assembleia Geral realizada no dia 12/02/1928, informa que em função da mudança de residência do atual membro do Conselho Fiscal - Padre Jorge Annecken, de Rolante para Torres, foi necessário realizar uma nova eleição. Foi eleito o Padre Carlos Lang para fazer parte do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito.

Nos anos de 1930³⁹⁹ a estabilidade da cooperativa já era reconhecida pelo sistema econômico do Estado do Rio Grande do Sul. Após duas décadas de atuação a Caixa Rural União Popular de Rolante estava plenamente consolidada. A questão jurídico-administrativa era rigorosamente observada o que é perceptível pelos termos de inspeção que a caixa recebia anualmente. A visita do inspetor era feita sob o regulamento de Revisão e de Inspeção da Central das Caixas Rurais do Rio Grande do Sul e em geral durava dois dias. Nesse ato eram verificados os livros de atas do Conselho Fiscal, da Diretoria e da Assembleia geral. O dinheiro do cofre era contado e confrontado o saldo como o Livro Caixa. Finalmente tudo era conferido com o livro de Balanço anual. Todas as deliberações sobre associados passavam pela Assembleia geral anual. A Assembleia também indicava ou aprovava o nome do membro da diretoria que representaria a Caixa na Assembleia geral das Caixas confederadas que ocorria anualmente em Porto Alegre.

O fato de as Caixas Rurais permanecerem atuantes em seus objetivos nas décadas de 1930 a 1940⁴⁰⁰ atesta sua importância e boa estrutura. No contexto

³⁹⁹ Administração no período de 1927 – 1930: Presidente: Pedro Muller Filho (reeleito); Gerente: Henrique Helbling; Secretário: Emílio Alfredo Schmidt. No período de 1930 – 1937: Presidente: Pedro Alberto Ostjen; Gerente: José Affonso Both (1 ano); Secretário: Taurino Nunes Ferreira.

⁴⁰⁰ Administração no período de 1937 – 1940: Presidente: Pedro Alberto Ostjen; Gerente: Frederico Augusto Timmen; Secretário: Aloysio Bremm.

sociopolítico do Brasil ocorreu a partir de 1938 a Campanha de Nacionalização que junto com o episódio da II Guerra Mundial causaram um impacto negativo nessas entidades pela associação que possuíam com a cultura e etnia alemã. O relatório da Central das Caixas Rurais para 1938 aponta que a Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de Rolante tinha em seu quadro 267 associados com um capital de 1.7000:000\$000. Além da Caixa de Rolante mais 34 cooperativas se mantinham atuantes no período.⁴⁰¹ Esses fatores contextuais influíam diretamente nas associações ligadas aos descendentes de imigrantes alemães. Além disso, outras medidas tomadas por parte do governo, como a proibição do idioma alemão falado e escrito, causaram inquietação entre os agricultores de cultura teuta. Muitos documentos eram escritos em alemão nas localidades de imigração no Rio Grande do Sul como era o caso de Rolante. E as próprias cooperativas do sistema Reyffesem surgiram, como vimos a partir das necessidades dos agricultores imigrantes e de iniciativa dos padres alemães. Assim como foi possível observar nos documentos que as Atas também eram redigidas em alemão.

Outro indicio dos laços identitários que se mantinham era a assinatura do periódico *São Paulus Blatt*. Segundo a ata de 3 de fevereiro de 1952 com a seguinte redação:

Em seguida o gerente leu uma carta da Sociedade União Popular pedindo que nos continuemos com o nosso anuncio no nosso mensário São Paulus Blatt. Reconhecendo que *faz* praticamente pouca vantagem para nossa caixa e o grande valor desse periódico nas zonas rurais, foi resolvido de aceitar por mais um ano (...).⁴⁰²

Mesmo passando por esses momentos difíceis em relação a conjuntura nacional e por fatores internacionais as caixas rurais continuaram suas atividades. Como se vê no caso de Rolante. A diretoria em 1945⁴⁰³, por exemplo, sob a presidência do senhor Pedro Alberto Ostjen, foi muito elogiada pelo inspetor de acordo com o Termo de Inspeção de 23 e 24 de agosto de 1945. O inspetor na ocasião, senhor Victor Affonso

⁴⁰¹ ARENDT, Isabel e RAMBO, Arthur. (org.) Cooperar para prosperar: A terceira via. Porto Alegre, SESCOOP/RS. 2012.

⁴⁰² Ata de Caixa Rural União Popular de Rolante – Livro de atas da diretoria. 3 de fevereiro de 1952. p. 124. Fonte: Acervo SICREDI NORDESTE – Rolante/RS

⁴⁰³ Administração no período de 1940 – 1946: Presidente: Pedro Alberto Ostjen; Gerente: Frederico Augusto Timmen; Secretário: Vicente Becker, Vicente Bremm.

Hafing aconselhou que a cooperativa adquirisse maquinários para melhorar as escriturações e os trabalhos de escritório. Destacou ainda que a função de cooperativa de crédito realizada pela Caixa Rural União Colonial de Rolante era muito destacável e que essa entidade estava entre as mais progressistas do Estado, alcançando um dos primeiros lugares entre as suas congêneres no Rio Grande do Sul.⁴⁰⁴ A compra de um imóvel próprio para a sede foi exposta na Assembleia do dia 16 de março de 1946.

A função da Caixa Rural União Popular de Rolante seguia fielmente os princípios da “promoção humana” de seu incentivador padre Amstad mesmo com o passar dos anos. Além dos empréstimos a caixa fazia doações de acordo com as condições financeiras que se apresentavam. Há registros de doações para os flagelados da Europa no ano de 1948 na importância de CR\$ 1,000.00 (um mil cruzeiro), mesmo que a importância em dinheiro não fosse significativa demonstra o caráter da cooperativa pois a Europa enfrentava o pós-guerra e as dificuldades eram muitas. Há ainda doações para os famintos da Europa respondendo a um pedido do Inspetor da Central das Caixas, em 1949, o que confirma ainda as ligações verticalizadas entre as cooperativas e as estâncias administrativas. Das ligações horizontais, entre os próprios associados, temos evidências quando são tratados com toda atenção os pedidos de ajuda ao Colégio das “freiras”, ou o “nosso colégio” como era denominado na maioria das vezes o Colégio Sagrada Família de Rolante. Normalmente a Madre Superiora enviava o pedido através de correspondência para a diretoria da Caixa e explicava o motivo do pedido; compra de livros, de bancos e outros móveis escolares e materiais das aulas para os alunos. As doações para essa instituição de ensino sempre eram deliberadas.

As doações também atingiam os interesses da coletividade e o bem-estar da comunidade. Havia pedidos de verbas para a construção e reparação de pontes e aberturas de estradas. Essas obras eram importantes para o escoamento da produção e a mobilidade da população principalmente das localidades do interior onde residia a maioria da população. Os pedidos eram analisados, “(...) houve um pedido de auxílio da construção de uma ponte em Alto Rolante. Em consideração que esta zona sempre apoiou grandemente nossa Cooperativa, foi resolvido de ajudar com 500 cruzeiros.”⁴⁰⁵

Por outro lado, os aspectos econômicos e administrativos da cooperativa eram

⁴⁰⁴ Ata da Caixa Rural União Popular de Rolante, 5 de maio de 1945. Termo de Inspeção de 23 e 24 de agosto de 1945. p. 3. Fonte: Acervo SICREDI NORDESTE - Rolante/RS.

⁴⁰⁵ Ata de Caixa Rural União Popular de Rolante – Livro de atas da diretoria. 7 de maio de 1949. p. 79. Fonte: Acervo SICREDI NORDESTE - Rolante/RS.

rigorosamente observados. Na reunião da diretoria no mês de abril de 1948 ficou acordado que naquele mês não haveria a concessão de empréstimos, pois os depósitos serviriam para o fundo de reserva e havia os investimentos comprometidos com a aquisição da sede própria. Todos os pedidos seriam “prolongados” para a próxima reunião. Na reunião de maio os pedidos atendidos foram “aqueles que o dinheiro ficou transferido em depósito à caixa.”⁴⁰⁶ Portanto o saldo positivo da cooperativa era fundamental para o equilíbrio das finanças e a seriedade das contas era prioritária. Assim também eram tomadas medidas de longo prazo para assegurar a solidez da cooperativa.

No ano de 1948 um fato foi especial para a Caixa Rural União Popular de Rolante; o Jubileu de Prata. Já na Assembleia geral de 1947 havia sido deliberada a aquisição de um local para ser a sede da cooperativa e foram iniciados os trâmites para a construção do prédio visando que estivesse pronto no ano do Jubileu de Prata, o que realmente ocorreu. Na Assembleia do dia 20 de março de 1948⁴⁰⁷ o presidente ao saudar a todos declarou que “Com satisfação o memorando consta a mudança da sede da Caixa no nosso prédio próprio. Também este fica num lugar modesto, mas completamente servindo para nosso atual movimento.”

Nesse clima animador foi organizada a comemoração dos 25 anos da Caixa. A festa ficou marcada para o dia 17 de outubro de 1948. Havia planos de comemorar dignamente a data de fundação da Caixa Rural de Rolante pelos seus 25 anos de existência desde dois anos antes. Chegado o grande dia as comemorações tiveram início com uma missa festiva na igreja matriz local. O culto foi proferido pelo convidado especial padre Jorge Annecken.

Diversas autoridades compareceram à comemoração. Representantes da Central das Caixas Rurais, presidentes de caixas congêneres como de Novo Hambrugo, Santa Maria e Taquara entre outros, todos vinham acompanhados de familiares. Também estiveram presentes as autoridades políticas municipais e Deputados estaduais. Após a missa todos dirigiram-se para o salão paroquial onde seguiu um farto almoço, não sem antes haver a queima de foguetes. E segundo o relato, “Entretanto se juntou um povo como no Rolante nunca uma vez houve. Calculando de mais de mil pessoas”. Para o

⁴⁰⁶ Ata de Caixa Rural União Popular de Rolante – Livro de atas da diretoria. 5 de abril e 3 de maio de 1949. p. 47/49. Fonte: Acervo SICREDI NORDESTE - Rolante/RS.

⁴⁰⁷ Administração no período de 1946 - 1967 Presidente: Pedro Alberto Ostjen; Gerente: Frederico Augusto Timmen; Secretário: Bernardo Henrique Bohlke Filho

almoço foram servidos mais de “400 kg de carne e uma arroba de linguiça”, além de galinhada, “salada de batata em grandes quantias. (...) barricas de chopp e mais de cinquenta caixas de cervejas e de outras bebidas não sobraram nada. (...) o primeiro orador o padre reverendo Jorge Annecken se dirigindo em alemão principalmente aos seus patrícios.” Ainda fizeram uso da palavra, segundo a ata, os deputados Dr. Alb. Volkmer, Dr. Vitor Graeff e o senhor Vitor Affonso Helfner em nome da Central das Caixas Rurais entre outros. A noite ainda ocorreu o baile na Sociedade Carlos Gomes.⁴⁰⁸ Esses aspectos descritos demonstram a importância da Caixa Rural no contexto da época tanto a nível local atraindo um grande número de visitantes e autoridades para Rolante como a nível estadual.

No final da década de 1940 os depósitos na Caixa diminuíram sensivelmente. Os motivos apontados era a “generalização do mercado do fumo”, atividade a que os agricultores de Rolante estavam se dedicando extensivamente. Havia uma falta de dinheiro em geral, segundo os diretores da cooperativa. Outros casos de reclusão de saldo ocorriam por falta de boas colheitas. Em 1949 há o registro de que “Por causa da seca que estragou grandemente as plantações dos colonos se acha muito duvidoso que eles podem pagar pontual os seus juros, e também não se pode esperar outros depósitos ou pagamento de importância, o gerente ficou autorizado de parar por enquanto com todas as transações de empréstimo.” Percebe-se que os valores estruturais da cooperativa estavam sempre a frente de todos os interesses pessoais. Era necessário muitas vezes deixar de atender a alguns pedidos em nome da sanidade da Caixa. Diante dessas situações e para não comprometer os saldos a diretoria havia decidido discriminar os juros sobre os empréstimos; ficando da seguinte forma: empréstimos destinados para construções com fins comerciais e industriais 9% de juros, para compra de terras 8% e para negócios 10%.⁴⁰⁹ Portanto a finalidade primeira da cooperativa continuava sendo a aquisição de terras para a agricultura o que propiciava a melhoria da profissão de agricultor conforme prescritos nos estatutos.

De acordo com os livros de matrícula n° 1 e 2 os anos de 1940, 1945, 1948 e 1950 foram os anos que apresentaram maior número de saídas de sócios, totalizando 87 saídas em 4 anos. Diante desses dados o Conselho Fiscal, após uma pormenorizada

⁴⁰⁸ Idem.

⁴⁰⁹ Livro de Atas da Diretoria. Ata da Caixa Rural União Popular de Rolante. Novembro de 1948. \Ata da Assembleia geral de março de 1949/ Ata da diretoria novembro de 1949. Fonte: Acervo SICREDI NORDESTE – Rolante/RS.

avaliação, deveria tomar medidas para maior segurança aos negócios da Caixa.⁴¹⁰ Nesse período novas normas técnicas de contabilidade estavam sendo integradas aos registros financeiros e essas orientações foram repassadas ao funcionário responsável, o guarda-livros.

Portanto a Caixa Rural com seu propósito de cooperativa de crédito estava sujeita ao ritmo do mercado, perfil da clientela e um respaldo legal como qualquer outra instituição financeira, enfrentado, por vezes, por essas variantes, dificuldades.

No início dos anos 1950 ocorreu uma boa safra e um bom preço especialmente para a batata-inglesa que resultou em um aumento considerável nos depósitos da Caixa. Portanto o trabalho dos agricultores e os resultados desse eram o verdadeiro termômetro no crescimento da cooperativa. Esse paralelo fazia jus as palavras constantemente repetidas nas Assembleias e reuniões: “A esperança de que é possível após tantos anos manter o mesmo espírito de camaradagem e confiança com o qual trabalhamos em prol da nossa Cooperativa de crédito.” Os bons resultados refletiam para toda a comunidade com doações e participação da cooperativa na construção do novo hospital, construção da capela de Riozinho, além de manter as contribuições para o Colégio Sagrada Família agora já para obras de aumento da escola. Por outro lado, a confiança da comunidade na cooperativa também ficava evidente através do exemplo ocorrido em 1950 quando a comunidade católica do Caconde depositou na cooperativa todo o dinheiro referente a um negócio realizado. Nesse período “considerando os depósitos e os juros baixos nos bancos, o gerente pediu e recebeu licença de colocar mais dinheiro em empréstimos com curto prazo, assim não perdendo tantos juros e ficando sempre com bastante dinheiro a disposição.” Também apresentou o balanço que registrava 1136 associados para um saldo de 11,850,000.00 como bens dos sócios.⁴¹¹ Essas passagens revelam que as questões de interesse da comunidade andavam lado a lado com os interesses da cooperativa.

Com o passar do tempo e o aumento do número de associados a questão étnica e religiosa já não eram tão intrínsecas nas comunidades. Segundo os estatutos das Caixas Rurais não havia nem um artigo que impedisse a adesão de qualquer cidadão interessado em comungar os preceitos do cooperativismo. Na Caixa Rural de Rolante

⁴¹⁰ Termo de Inspeção de 24 de outubro de 1959. Inspetor da Central das Caixas Rurais do Rio Grande do Sul. Livro de Atas da Diretoria. Fonte: Acervo SICREDI NORDESTE – Rolante/RS.

⁴¹¹ Livro de Atas da Diretoria. Ata da Caixa Rural União Popular de Rolante. 4 de Novembro de 1950. p. 102. Fonte: Acervo SICREDI NORDESTE – Rolante/RS. – sobre os dados do Balanço p. 76.

havia pessoas de etnias e religião diferentes pela forma como se deu a imigração na localidade. Mas aos poucos a associação da Caixa com os alemães católicos passou a causar algum incômodo chegando a haver cobranças no sentido de que as doações sempre eram feitas para entidades católicas ou para enviar ajuda para a Alemanha. A diretoria justificava que as Caixas Rurais surgiram da União Popular que era uma instituição Católica criada para auxiliar os colonos alemães e que por esse motivo, reconheciam que a Diretoria era composta de católicos, mas no Conselho Fiscal não havia restrição em relação à religião. Quanto aos empréstimos defendiam que não havia restrições para esse fim, pois “sempre se concede conforme a garantia e não se pergunta a religião” e quanto às doações afirmavam que “se faz sem restrições das crenças ajudando sempre uma iniciativa boa e louvável.”⁴¹²

Com o desenvolvimento econômico, impulsionado pelo sucesso produtivo das colônias, do comércio e da indústria, fez com que Rolante iniciassem um movimento de emancipação política.

Em 15 de dezembro de 1954 foi criado o Município de Rolante e delimitado sua extensão. A instalação ocorreu no dia 28 de fevereiro de 1955. Os acontecimentos políticos não passavam despercebidos na cooperativa, antes pelo contrário, estavam muito cientes de sua posição no cenário de Rolante. Tanto que Schierholt afirma que a “Caixa Rural União Popular de Rolante se encarregou de financiar a nova e terceira tentativa emancipacionista. As notas promissórias podiam ser de Cr\$ 1.000,00.”⁴¹³

No dia 03 de janeiro de 1954, o padre Jorge Annecken faleceu. Mas seu nome e seus feitos permanecem vivos na memória e na história de Rolante. Além de seu corpo/restos mortais estar presente no centro do Cemitério Católico de Rolante, juntamente com outros padres que atuaram em Rolante, Praça e rua levam seu nome. Ele fez parte do grupo dos fundadores da Caixa Rural União Popular de Rolante

Em 19 de novembro de 1955 o Estatuto da Caixa Rural União Popular de Rolante sofreu alterações para ajustar-se a Lei 22.239 de 19 de dezembro de 1932 com as alterações introduzidas pelo decreto-lei número 581, de 1º de agosto de 1938, revigorados pelo decreto-lei número 8.401, de 19 de dezembro de 1945.

Os anos seguintes apresentaram algumas dificuldades financeiras na cooperativa

⁴¹² Idem. P. 114.

⁴¹³ Idem p. 77.

de crédito de Rolante. Isso também era o reflexo do contexto nacional. O governo de Getúlio Vargas, apoiado pelos setores urbanos, incentivava a industrialização e liberou os movimentos sindicais. Contudo o alto custo de vida gerava uma insatisfação em diferentes segmentos da sociedade civil. Nesse clima de instabilidade diversas greves eclodiram nas grandes cidades. Os setores agrícolas foram prejudicados.⁴¹⁴

Os anos de 1960 apresentavam desde o início daquela década uma grande instabilidade política que começou com a renúncia de Jânio Quadros da Presidência em 1961. Até o ano de 1964, as Cooperativas de Crédito eram fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura. Com a Lei da Reforma Bancária, nº 4.595 de 1964, artigo 55 as Cooperativas de Crédito Rural foram equiparadas a instituições financeiras, e sendo assim as atribuições como autorização, funcionamento e fiscalização, foram transferidos ao Banco Central do Brasil – BACEN.

Novas medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional em 1965 extinguiram qualquer operação de crédito pelas cooperativas ficando apenas as de crédito rural. Mesmo com a turbulência do início da década de 1960 a Caixa Rural União Popular de Rolante continuou com suas atividades, mas sob a égide do Banco Central. O sistema de crédito seguido pela cooperativa continuava o Raiffeisen, mas para as prestações de contas junto ao Banco Central tiveram que ajustarem-se as novas exigências. Além disso a denominação passou a ser Cooperativa de Crédito de Responsabilidade Limitada Caixa Rural de Rolante. A Central das Caixas Rurais do Rio Grande do Sul passou a ter uma função normativa e não reguladora, assim as inspeções passaram a ser feitas pelo Banco Central.

A distância dos anos foi também criando afastamento dos ideais do início do século. Aqueles ideais promulgados pelo padre Amstad de “ajuda mútua”, de “um por todos e todos por um” que foram alicerçados na confiança e na solidariedade. Em todo o estado ocorriam alguns problemas com a gestão nas cooperativas de crédito. O cenário nacional já não era favorável economicamente e somadas a questões internas de desconfiança as caixas rurais de cooperativas de créditos ficaram com uma má reputação.⁴¹⁵ A situação se agravou ainda mais nos anos de 1964, 1965 e 1968⁴¹⁶ quando

⁴¹⁴ FAUSTO, Boris. História do Brasil. 8ªed. São Paulo: EDUSP/FNDE, 2000.

⁴¹⁵ Livro de atas da diretoria. Ata da Cooperativa de Crédito de responsabilidade limitada Caixa Rural de Rolante. Julho e agosto 1968. p. 8 a 10. Fonte: Acervo SICREDI NORDESTE – Rolante/RS.

⁴¹⁶ Administração no período de novembro de 1967 a março de 1968 - Antônio Alceu Ferreira; Afonso Aloísio Both. Em dezembro de 1967: Presidente: Hugo Zimmer; Gerente: Antônio Alceu Ferreira; Secretário: Afonso Aloísio Both.

houve a saída de 840 sócios em apenas três anos, sendo que o ano de 1968 foi o mais crítico, uma vez que, 519 sócios se retiraram da Cooperativa⁴¹⁷.

Esses acontecimentos tomados da Caixa Rural de Rolante são exemplos dos problemas que as cooperativas enfrentavam no difícil cenário dos anos de 1960. A confiança abalada, as dificuldades econômicas e as medidas impostas pela legislação impunham um novo momento para a história das cooperativas. Estava prescrito que somente as mais fortes resistiriam nessa nova fase, entre elas permaneceu a de Rolante. No final da década de 1960⁴¹⁸ as irregularidades da cooperativa estavam sanadas e as despesas a descoberta apontadas pela inspeção do Banco Central tinham sido postas em dia pelo ex-diretor.

Nas décadas de 1970/1980 a Caixa Rural já havia sofrido modificação em seus estatutos, por força da legislação vigente, e passou a responder como Cooperativa de Crédito Rural Rolante LTDA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Caixa Rural União Popular de Rolante mostra a organização coletiva realizada por colonos na tentativa de captar recursos financeiros com o objetivo de financiar as atividades econômicas de seus cooperados eliminando os intermediários.

A Caixa Rural desempenhou um papel econômico e também atuou no desenvolvimento da economia dos colonos, como fornecedora de crédito de baixo custo e como financiadora da colonização na região, e tantas outras empresas socioeconômicas. Como por exemplo, o dinheiro de um agricultor passava a ser utilizado por outro que queria investir na forma de empréstimo, para aplicar na construção de moinho, serraria, monjolos, atafonas, indústrias e estabelecimentos de comércio. O crédito impulsionava o desenvolvimento da comunidade de Rolante. Com o passar dos anos a Caixa União Popular enfrentou momentos de grandes dificuldades, mas com a persistência e, sobretudo a cooperação dos associados sobreviveu.

Todos renunciaram na Assembleia Geral Ordinária em março/1968.

⁴¹⁷ Livro de Matrícula dos Sócios da Caixa União popular de Rolante: Nº5: de 1959 até 1969. Fonte: Acervo SICREDI NORDESTE - Rolante/RS.

⁴¹⁸ Administração no período de 1968 – 1972: Presidente: Arnaldo Hatzemberger; Secretário: Alcido Delmar Gutheil; Gerente: Osvaldo Colling. Administração no período de 1972 – 1978: Presidente: Inácio Lahúde Salim; Gerente: Osvaldo Colling; Secretário: Alcido Delmar Gutheil.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Isabel e RAMBO, Arthur. (org.) *Cooperar para prosperar: A terceira via*. Porto Alegre, SESCOOP/RS. 2012.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da Educação. 2000.

SITE

legis.senado.gov.br/.../ListaNormas.action?...1637&tipo...19070105... *DECRETO N. 1637 – DE 5 DE JANEIRO DE 1907*. Crea sindicatos profissionaes e sociedades cooperativas. O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Acessado em 17/05/2013

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Ata da Caixa Rural União Popular de Rolante – Livro de matrículas de associados nº1 – 1907.

Ata da Caixa Rural União Popular de Rolante, 5 de maio de 1945. Termo de Inspeção de 23 e 24 de agosto de 1945.

Ata de Caixa Rural União Popular de Rolante – Livro de atas da diretoria. 5 de abril e 3 de maio de 1949.

Ata de Caixa Rural União Popular de Rolante – Livro de atas da diretoria. 7 de maio de 1949, 1950, 1953.

Ata da Caixa Rural União Popular de Rolante. 25 de abril de 1968.

Livros de Matrícula dos Sócios da Caixa União popular de Rolante: Nº 1: de 1923 até 1945; Nº 2: de 1945 até 1951; Nº 3: de 1951 até 1953; Nº 4: de 1953 até 1959; e Nº 5: de 1959 até 1969.

Livros da Sociedade Cooperativa consultados (1923 – 2013): Matrícula, Atas das Assembleias Gerais, Atas dos Órgãos de Administração, Atas do Conselho Fiscal, Presença dos Associados nas Assembleias Gerais, Cartas.

Livro de Estatutos e Protocolos da Caixa Rural União Popular de Rolante. 1923 – 1945

Livro de atas da Cooperativa de Crédito de Responsabilidade Ilimitada Caixa Rural União Popular de Rolante. p. 171-172-173.

ENTREVISTA CITADA

TRENTIN. Celso Agostinho. Entrevista para o projeto “Caixa Rural União popular de Rolante/RS” [26/06/2013] Entrevistadoras: Dalva N. Reinheimer e Elaine Smaniotto. Taquara - FACCAT

A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL: FATORES ECONÔMICOS, GEOGRÁFICOS, POLÍTICOS E MIGRATÓRIOS

Éliton Juliano Freitag

Graduando em História pelas Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT

Resumo: O território do nosso estado em toda sua história, sempre foi alvo de intensas disputas, desde a chegada dos portugueses e espanhóis, as missões jesuíticas, a guerra guaranítica e a guerra cisplatina. Após vários tratados entre as coroas ibéricas, o Rio Grande do Sul se torna território português, e a partir de então ele precisa ser povoado, é quando se inicia a colonização e imigração portuguesa para nosso território. Contudo, somente a partir de 1809, é que esse vasto território ao sul do Brasil começa a ser fragmentado territorialmente para uma melhor administração, é nesse ano que surgem oficialmente os primeiros quatro municípios do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Desde então, passado mais de 200 anos, o nosso estado evoluiu sua fragmentação atingindo o número atual de 497 municípios. Inicialmente as fragmentações seguiram um caráter econômico-territorial, pois no período imperial os principais municípios surgiram na fronteira e em grandes centros comerciais. Num segundo momento, com o advento da república, os municípios se tornaram arma político do governo liderado pelo partido PRR. Nas décadas de 40, 50 e 60, inicia-se um período de regulamentação das leis de emancipação, fazendo com que o número de municípios aumentasse em virtude da industrialização e das migrações internas no Rio Grande do Sul. E por fim, a partir da década de 80 e pós Constituição o houve um “boom” de emancipações, promovido principalmente pela autonomia dada há esses territórios com a nova Carta Magna.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos em qualquer dicionário a palavra Município, encontraremos basicamente a seguinte definição: “divisão administrativa de um estado ou de determinados países; distrito ou região, com autonomia administrativa e constituído de órgãos político-administrativos próprios”. Atualmente no Brasil, o município é um território com autonomia política e administrativa que faz parte de um estado, e esse compõe a nação. No município, atualmente, existem as Câmaras de Vereadores (poder legislativo) e as Prefeituras (poder executivo), no entanto nem sempre foi assim, o caminho da formação dos municípios foi longo e de frequentes mudanças.

Na abordagem deste trabalho, analisaremos a formação dos municípios no Rio Grande do Sul, iniciando a pesquisa no ano de 1809 com os primeiros quatro municípios e terminando no ano de 1996, ano esse que ocorreu às últimas divisões territoriais no estado. Para uma melhor análise, decidimos por dividir a pesquisa em três períodos da história brasileira e gaúcha: o Brasil Colônia, o Brasil Império e o Brasil República. Essa divisão se faz necessária, pois a concepção de município e seu funcionamento e importância estão intimamente ligados com os agentes que detêm o poder político na época analisada, e como esses três períodos da nossa história foram de grandes mudanças e rupturas no poder e na política, o município não fica de fora nessa onda de mudanças.

Além do interesse político, cada período traz consigo as análises econômicas e sociais que levaram o Rio Grande do Sul a se dividir dos seus 4 primeiros municípios em 1809, aos seus 497 municípios atualmente.

O INÍCIO DA MUNICIPALIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

A municipalização no Rio Grande do Sul se inicia em 1809, ainda no Período Colonial do Brasil, mais precisamente na data de 27 de abril, quando foram estabelecidas as primeiras quatro vilas da Província de São Pedro, sendo elas: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.

No Período Colonial a política do governo em relação à divisão territorial era de dualidade, pois como descreve Cigolini (2015, p. 10):

O esquema da administração colonial imposto foi, ao mesmo tempo, centralizador e dispersivo, demonstrando que desde o princípio da colonização houve a convivência de duas forças contrárias: uma centrífuga, representada pela forma de ocupação, via capitânicas hereditárias e núcleos dispersos, e outra centrípeta, representada pela instalação do Governo Geral e pela centralização política, que procurava manter as forças centrífugas sob o controle da Metrôpole.

Ou seja, a Coroa Portuguesa procurava fragmentar o território em macrorregiões com o objetivo de não se criar forças políticas fortes dentro da colônia, mas também

procurava centralizar a política da Colônia junto ao Governo Geral, fazendo com que a Metrópole ficasse como controle de tudo.

É nesse contexto que os primeiros quatro municípios gaúchos são criados, dividindo-se em 4 macrorregiões e com seus núcleos dispersos, com o objetivo principal de proteger as fronteiras do Brasil e auxiliar administrativamente na administração da Província.

Porém no início da municipalização gaúcha a divisão do território também seguiu o fator econômico. Pois para se criar novas vilas era necessário observar o povoamento das regiões desmembradas, com isso as primeiras divisões territoriais do RS ficaram condicionadas a atividade pecuária que os luso-brasileiros praticavam no estado, por razão que essa atividade não demandava de muitos núcleos populacionais, mas sim de grandes extensões de terras, como é o caso do Rio Grande do Sul do período colonial.

Ainda no período colonial foi criado mais um município no Rio Grande do Sul, a vila de São João da Cachoeira, atualmente a cidade de Cachoeira do Sul. Conforme Rhoden (2006, p.270):

No fim do período colonial, O Rio Grande do Sul contava com vários povoados e apenas cinco vilas em todo seu atual território. A primeira cidade foi Porto-Alegre, elevada a essa categoria em 14 de novembro de 1822. As vilas rio-grandenses mais antigas tinham doze anos de existência, enquanto, em nível de Brasil, já existiam cidades com mais de 250 anos. Após 1822, o processo de ampliação da rede urbana do Rio Grande do Sul deslocou-se para a região fronteiriça, que, até meados do século XIX, teve quase todas suas povoações elevadas a vila.

Em 1822, com a Independência do Brasil frente a Coroa Portuguesa, os municípios mudam de forma, direcionando seu funcionamento em favor do Império Brasileiro. Como vimos anteriormente, a divisão territorial na época colonial tinha uma dualidade, que não se encontra mais na época do Império. Como traz Cigolini (2015, p. 10):

O sistema imposto pela Constituição Imperial ordenou os poderes, disciplinando funções tanto do ponto de vista vertical, ou seja, na estrutura política do Estado, como do ponto de vista horizontal, exigindo o cumprimento de funções padronizadas em todo o território. Para garantir esse sistema, foram criados os Conselhos Provinciais, que subordinavam as câmaras. Tais conselhos eram, por sua vez, subordinados ao presidente da Província, que era nomeado pelo imperador. Os atos legislativos dos Conselhos eram submetidos ao presidente da Província e, após, remetidos para aprovação do Poder Central.

Porém como Favero (2004) analisa em seu trabalho, os municípios não tinham autonomia junto ao Império a partir da Constituição de 1824, pois todos os atos das autoridades que compunham o município precisavam passar pela aprovação do presidente da província que ele pertencia. Essa centralização já vinha sendo instituída gradualmente desde o período colonial, assim não havendo grandes dificuldades de o governo imperial colocá-la em prática.

No entanto, referindo-se a competência da criação dos municípios Cigolini (2015) escreve que, a constituição de 1824 não a especificava, apenas em 1832, um decreto da Regência, estabelece critérios para a criação de municípios. Este decreto estabelecia que o governo central autorizava a criação do novo município e só após se iniciaria o trâmite burocrático na Câmara do município-mãe. E dois anos depois, em 1834, a criação dos municípios passa a ser de responsabilidade das assembleias provinciais, descentralizando essa atividade.

Nessa conjuntura em que não há uma definição da competência de criação de municípios, e que o poder central é que toma para si a responsabilidade, entre 1822 e 1834, são criados no Rio Grande do Sul nove novos municípios: Pelotas, Piratini, Alegrete, Caçapava do Sul, Triunfo, São José do Norte, Jaguarão, São Borja e Cruz Alta. Esses poucos municípios criados nesse subperíodo dentro da época imperial traz algumas características que foram seguidas pelo Governo Imperial para a criação de novos municípios no Rio Grande do Sul. Muitos deles possuíam já um nível elevado de urbanização, principalmente mais ao sul do estado, com o desenvolvimento das charqueadas, que seria o exemplo de Pelotas. Também havia as cidades criadas onde havia acampamentos militares, muitos destes, frutos da guerra cisplatina, exemplo de

Jaguarão. Essas cidades, que se localizam na fronteira com o Uruguai, foram criadas com o objetivo de se defender o território do Império Brasileiro. Houve também as que foram criadas por sua importância comercial, como Cruz Alta, onde após um tempo passou a ser residência de tropeiros, além de acolher muitos comerciantes.

Já a partir de 1834, quando a criação de municípios passa a ser responsabilidade das Assembleias Provinciais, temos no estado gaúcho a criação de mais 42 municípios. Esse aumento progressivo no número de novos municípios se deu principalmente devido a colonização européia, não portuguesa, em nosso estado. Com a vinda dos imigrantes alemães e italianos, principalmente, as áreas de floresta do estado foram sendo ocupadas, formando-se inicialmente as picadas, que após começaram a se chamar de colônias. Essas colônias se expandiram rapidamente, tomando corpo administrativo, fazendo com que rapidamente se tornassem novos municípios. Um exemplo claro desse processo foi São Leopoldo, primeira colônia de imigrantes alemães, que em 1846 se torna município, porém devemos sempre frisar que o comando político dessas cidades sempre ficou na mão de lusos-brasileiros, que dividiam com os novos colonos, os habitantes desse novo município.

Analisando o trabalho de Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (2006), vemos que ela propõe que o surgimento das novas cidades no Rio Grande do Sul, no período imperial, segue um certo caminho, iniciando-se ao sul perto da Lagoas dos Patos (Pelotas e Jaguarão), após nas proximidades do Rio Jacuí e seus afluentes (São Leopoldo), em seguida seguido caminho rumo ao oeste, na região da fronteira (Santa Maria, Uruguaiana e Bagé). Ainda segundo Ramos, a marcha dos novos municípios se desloca no final da época imperial para o norte e planalto gaúcho (Passo Fundo e Cruz Alta).

A criação de novos municípios no estado do Rio Grande do Sul no Período Imperial se dividiu em dois períodos. O primeiro, entre 1822 e 1834, onde a criação de novos municípios era centralizada junto ao governo central, emanciparam-se municípios fronteiriços de grande presença militar, e municípios com um alto desenvolvimento urbano e comercial. Já o segundo período, entre 1834 e 1889, onde a província se responsabilizava pela emancipação de novos territórios, emanciparam-se municípios advindos principalmente das colônias de imigrantes europeus, que estavam ligados ao

fator de povoamento do solo gaúcho, originando assim grandes núcleos populacionais que posteriormente vinham a se emancipar. Ao final do período Imperial o Rio Grande do Sul possuía 56 municípios criados.

O MUNICÍPIO COMO ARMA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL REPUBLICANO

Com o advento da República substituindo o Império, no ano de 1889, no Brasil, houve uma grande ruptura institucional na estrutura de poder em nosso país. Com a primeira Constituição Republicana, o Brasil passa a possuir um modelo político descentralizador, em oposição ao centralismo que vigorou nos quase 67 anos de Império, com isso as províncias do período imperial que viraram estados no período republicano, ganharam grande autonomia administrativa, financeira e política, como afirma Prado Júnior (1969, p.216) “Do império unitário o Brasil passou bruscamente, com a República, a uma Federação largamente descentralizada que entregou às antigas províncias, agora Estados, uma considerável autonomia administrativa, financeira e até política.”

Com toda essa autonomia, a criação e emancipação de novos municípios ficaram a cargo dos estados, para eles definirem os critérios de divisão territorial do seu próprio território. No Rio Grande do Sul, que após o governicho, passou a ser controlado politicamente pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), e regido sobre a Constituição Castilhistas de 1892, com isso a

Assembléia Legislativa de grande parte das decisões políticas. A Assembléia foi transformada em Assembléia dos Representantes, com a única atribuição de votar o orçamento estadual. A maior parte do poder Legislativo estadual foi transferido para as câmaras municipais, cujas atribuições eram propor leis e aprovar as elaboradas pelo poder Executivo em um prazo de um ano. (TOMIO, 2005, p.133)

Nesse cenário, a criação dos novos municípios gaúchos passou a ser de iniciativa do poder executivo do Estado, sustentado pela constituição castilhista de 1892. As

discussões sobre anexações, desmembramentos e criação de novos municípios passava pela Câmara Municipal competente, que organizava todos os trâmites legais como os plebiscitos, e após todo esse processo enviavam a proposta ao Governo do Estado, que analisava se permitia ou não a criação, desmembramento ou anexação de novos municípios.

Como o governo do PRR permaneceu quase 40 anos no poder do estado, eles utilizaram essa centralização na decisão da criação de novos municípios como instrumento político para obter vitórias em todos os territórios gaúchos, assim mantendo todo o estado sob seus domínios, colocando os chamados “coronéis”, que eram ligados ao partido, à comandar os novos municípios, pois com “[...] o autoritarismo da Constituição de 14 de julho de 1891 investiu o Poder Executivo estadual de formidáveis instrumentos de intervenção nos municípios e do controle do aparato estatal” (AXT, 2007, p. 93-94). E em alguns casos, os republicanos chegavam a extinguir antigos municípios e anexar em outro existente, tudo para não ter seu poder político ameaçado. Um exemplo dessa situação ocorreu no Alto Vale dos Sinos com os municípios de Taquara do Mundo Novo, Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra, como explica Mosmann (2014, p.135)

A estratégia planejada para evitar a possibilidade de uma ascensão da oposição em Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra, que ainda seria viável devido à forte influência do líder liberal Coronel Francisco Alves dos Santos, foi muito bem urdida, porque os municípios, através dos pedidos de anexação, deixariam de existir, ficando subordinado ao PRR de Taquara do Mundo Novo. E esse município, por sua vez, seria controlado por um representante indicado diretamente por Júlio de Castilhos, para estabelecer de vez o poder do PRR em toda região do Alto Vale dos Sinos. Buscava-se, desse modo, sufocar qualquer forma de intromissão de opositores, ou políticos não fiéis ao PRR e a Júlio de Castilhos no poder.

Devido a toda essa estratégia do PRR para o estado na questão da criação de novos municípios, tivemos durante os primeiros 40 anos do período republicano no Rio Grande do Sul a criação de apenas 24 novos municípios, sendo que poucas vezes houve a criação de mais de um município no mesmo ano. Com isso, ao final da década de 20, o estado possuía 80 municípios criados e em funcionamento.

A REGULAMENTAÇÃO DA CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS NO RIO GRANDE DO SUL

Em 1930 Vargas sobe ao poder e instala um sistema ditatorial que iria durar até 1945, nesses 15 anos o Brasil passa pela formulação de duas constituições, uma em 1934 e outra em 1937. Após esse período ditatorial, inicia-se o período chamado de República Nova, onde é formulada uma nova constituição, no ano de 1946, tentando modificar a antiga constituição que dava legitimidade ao governo autoritário de Vargas. Já em 1964, é dado um duro golpe na democracia, com o regime militar no Brasil, que perdurou até 1985, e esse regime também procurou elaborar uma nova constituição, no ano de 1967, para que a mesma dessa legitimidade aos ditadores militares. Como podemos ver, num período de menos de 60 anos o Brasil teve mudanças e rupturas profundas em sua política, e isso teve influência sobre nosso estado e nossos municípios, inclusive na questão de divisões territoriais.

Nas duas constituições que houve no Governo Vargas, houve certa dualidade nas questões que falavam acerca dos municípios, a primeira, de 1934, dava maior autonomia aos municípios, porém a segunda, de 1937, já por se tratar de instaurar o Estado Novo, instalou nos municípios um regime interventorial, centralizando os poderes na mão do ditador. Nesse mesmo período no Rio Grande do Sul, a nova constituição estadual, de 1935, continuou mantendo nas câmaras municipais a decisão de alteração de territórios, cabendo à Assembleia Legislativa do Estado apenas finalizar o processo de emancipação. Esse período foi importante para uma característica que seria implantada e seguida até os dias de hoje, como afirma Tomio (2005, p. 133) “Houve nesse momento uma transição para as regras nos períodos democráticos mais recentes da história brasileira e gaúcha, com a Assembléia Legislativa adquirindo maiores prerrogativas no processo legislativo.” Ao final do regime varguista tivemos a inserção de 13 novos municípios no mapa do RS, inclusive um deles com o nome do ditador-presidente, Getúlio Vargas.

Já com a nova constituição de 1946 em vigor, o municipalismo ganha mais força, pois foi instituído o sistema federativo, onde os poderes seriam divididos entre União, Estados e Municípios, dando assim aos municípios maior autonomia política,

administrativa e econômica. No Rio Grande do Sul, esse período das décadas de 40, 50 e 60 é marcado pelas regulamentações em lei específica pela Assembleia Legislativa, formulando critérios mínimos para a criação de novos municípios no Estado.

A primeira regulamentação aconteceu no ano de 1948, com a Lei Complementar 534 de 31 de dezembro de 1948. Em 1952 houve a emenda constitucional nº 02, de 06 de dezembro de 1952. E por fim houve a Lei Complementar 2116 de 1953 e a Lei Complementar 4054 de 1960. Como podemos notar, houve uma intensa mudança de leis em um curto período, evidenciando assim a importância do assunto sobre divisão territorial na Assembleia Legislativa. Resumidamente, todas as leis exigiam um mínimo de habitantes no novo território, uma renda mínima para o novo município se manter, formação de uma comissão emancipacionista e plebiscito para apurar a vontade popular aprovado por Resolução da Assembleia Legislativa.

Um exemplo dessas constantes mudanças para ajustar a lei para beneficiar emancipações territoriais é o do município de Campo Bom. O historiador Guido Lang em seu livro “Campo Bom: História e Crônica – 1826/1996” relata que foram efetuadas diversas contagens populacionais, e mesmo com o distrito de Barrinha aceitando se anexar a Campo Bom, ainda assim não se alcançava o número mínimo de população exigido pela legislação estadual na época. Com isso entrou em ação o então Deputado Estadual Victor Graeff, que com muito diálogo e apoio político conseguiu alterar a legislação para as necessidades dos campobonenses. A “emenda Victor Graeff” ficou conhecida como lei de Campo Bom (LANG, 1996).

Mesmo com a lei específica para criação de novos municípios, houve algumas dificuldades para criação dos mesmos na década de 50 e 60. A lei 2116/53, fixava anos de final 3 e 8 para a divisão territorial, fixou datas para os plebiscitos e as eleições do novo município, além de criar uma Comissão Revisora de Divisão Territorial, a qual caberia orientar a Assembleia Legislativa na emancipação ou não do novo território.

Segundo Tomio (2005), o legislativo se via em dificuldades devido a Comissão Revisora, pois mesmo sem poder de decisão, os pareceres desta comissão foram usados muitas vezes em brigas judiciais, entre os municípios-mãe e a Assembleia. Além disso, a comissão era convocada pelo governador do estado, que quando não tinha interesse

em algum desmembramento, atrasava a convocação fazendo com que se expirasse os prazos fixados em lei. Todas essas dificuldades fizeram com que o legislativo gaúcho alterasse muitas vezes as leis para adequá-las ao momento e terminando com a promulgação, em 1960, da lei 4054, substituindo a antiga lei e dando maior flexibilidade para a criação de novos municípios.

a primeira constatação a respeito da legislação estadual gaúcha, que definiu os requisitos mínimos para as emancipações municipais, é sua crescente permissividade, seja quando comparada às legislações de outros estados, seja com as regras preexistentes no próprio rio grande do sul (TOMIO, 2005, p.134)

Mesmo com algumas dificuldades vemos que as décadas de 50 e 60 inflaram o estado de novos municípios, pulamos de 93 municípios na década de 1940 para o número de 232 no final da década 1960. Foram criados 58 municípios na década de 50, emancipados nos anos de 1954, 1955 e 1959, muito influenciados pela exigência da lei 2116/53 e após pelas alterações do legislativo. Já na década de 60 houve 81 emancipações, influenciadas pela flexibilização da lei 4054/60. Podemos notar que com o poder de decisão passando para o legislativo as emancipações passaram a ocorrer com maior frequência, muito devido à facilitação que os deputados gaúchos davam para esse assunto, pois era um dos meios que eles utilizavam para angariar votos naquele novo município que estava se criando, como no caso do município de Campo Bom, que contou com grande apoio de um parlamentar gaúcho.

AS ONDAS MIGRATÓRIAS DAS DÉCADAS DE 50 E 60 E O AVANÇO DA MUNICIPALIZAÇÃO

A partir da década de 50, o estado do Rio Grande do Sul inicia seu processo de urbanização e industrialização, dividindo o protagonismo da economia do campo com a cidade. Esse processo gerou no estado um deslocamento populacional, proporcionando um aglomerado de pessoas em certas regiões, principalmente a metropolitana de Porto Alegre. É nesse contexto que avança a municipalização no estado, passando de 93 municípios no final da década de 1940, para 232 em fins da década de 1960.

Esse período, num primeiro momento, se caracterizou por um novo direcionamento da divisão territorial do estado, pois o norte, anteriormente mais despovoado e pouco fragmentado, começa a ser cada vez mais povoado, principalmente pelas chamadas “novas colônias” que tinham como principal característica a policultura. As migrações internas no estado fizeram com que as cidades de Erechim, Sarandi, Três Passos, Palmeiras das Missões e Santa Rosa crescessem em 200 mil habitantes. Segundo Soares (2007, p. 298), “Trata-se aqui de uma migração do tipo rural-rural, gerada pela excessiva divisão dos lotes coloniais originais, que forçou os descendentes de segunda e terceira geração dos colonos chegados da Europa a se deslocarem em busca de novas terras.”

Esse cenário de deslocamento populacional para as terras do noroeste do estado fez surgir entre 1954 a 1966, 89 novos municípios nessa região, fazendo também que essa região, na década de 1950, tivesse 4 municípios com mais de 100 mil habitantes, dos 6 que o estado possuía.

O segundo momento desse período, que se acentua principalmente na década de 60, é o da industrialização do estado, principalmente na região metropolitana de Porto Alegre. Essa região atraiu muitas pessoas nesse período, fazendo com que o estado passasse a ter uma população urbana maior que a rural a partir da década de 1970. Esse êxodo rural, principalmente para a capital e região, fez com que nesse período a chamada região metropolitana de Porto Alegre, tivesse a criação de 21 novos municípios nessas duas décadas. Esse aumento populacional e fragmentação territorial da região metropolitana estão intimamente ligados a expansão dos setores industriais de alimentação, químico, vestuário, calçadista e metalúrgico.

Nesse período, muitas emancipações foram oriundas de distritos dos municípios-mães que tinham como principal argumento a falta de investimento e conservação do governo municipal. Pois devido às grandes distâncias entre o centro e os distritos, a população se via prejudicada para usufruir de serviços básicos. Alguns outros territórios se beneficiaram pela instalação de indústrias, e com isso buscavam junto ao legislativo, provar que poderiam se sustentar devido ao grande número de indústria instaladas na região, como foi o caso de Igrejinha com a indústria calçadista em 1964, que além de possuir um grande número de indústrias, já possuía também uma infra-estrutura de

município, conforme pode se observar nos autos do processo de emancipação de Igrejinha, arquivado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A importância da região noroeste e metropolitana para a fragmentação do estado pode ser analisada em números. Dos 141 municípios emancipados de 1954 a 1966, 110 pertencem a essas regiões. Atualmente essas regiões são as que possuem mais municípios, 216 e 98 respectivamente, representando 63% do total de municípios do Rio Grande do Sul atualmente.

DÉCADA DE 70 E 80: DA ESTAGNAÇÃO A REABERTURA

A década de 1970 foi a única do século XX que não houve nenhuma emancipação no RS, muito devido ao regime militar que estava em vigor no Brasil. Em si, a ditadura militar não endureceu a criação de novos municípios, porém como a criação de municípios estava nas atribuições do legislativo, que estava sob forte repressão do regime, sendo assim a criação de novos municípios estava cessada naquele momento devido a ruptura institucional.

Já na década de 80, com a volta progressiva rumo à democracia, com a abertura política acontecendo às emancipações municipais voltam a acontecer no estado, já em 1981, com o desmembramento de Teutônia do município de Estrela.

O contexto das emancipações na década 80 seguiu em muito as características da década de 60, pois a legislação ainda continuava a mesma que vinte anos atrás, e os motivos também poderíamos citar que eram os mesmos. O município de Taquara, por exemplo, que havia perdido parte do seu território com a emancipação de Igrejinha, sendo essa requerido sua emancipação devido ao grande desenvolvimento das indústrias calçadistas, perdeu na década de 80 mais uma porção de território com a emancipação de Parobé. Após a perda de indústrias para o novo município de Igrejinha, a cidade de Taquara constrói seu pólo industrial no distrito de Parobé, porém, como aconteceu em muitas emancipações pelo Estado, Taquara não estava mais suprindo com qualidade as necessidades básicas do distrito, que aumentou sua população devido às fábricas aqui presentes. Com isso em 1982, o distrito de Parobé consegue sua emancipação política,

muito devido à próspera indústria calçadista presente no distrito, fazendo com que Taquara perdesse seu segundo pólo industrial em menos de vinte anos, diminuindo assim a arrecadação de tributos do município-mãe.

Vemos ainda na década de 80 a forte influência da indústria na fragmentação territorial do Estado levando a onda emancipacionista em 1982 a fazer surgir mais 11 municípios. Em 1987 mais 29 municípios são criados e em 1988 mais 60 municípios são criados. Então, em 1988 o Rio Grande do Sul passa a possuir 333 municípios emancipados politicamente.

O PERÍODO PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988

Após a promulgação da constituição de 1988, os municípios ganharam autonomia jamais dada em nenhuma outra constituição brasileira, e mais, os municípios brasileiros pela primeira vez são considerados entes federativos da nação. Assim sendo os municípios têm maior poder de decisão em sua organização, podendo até mesmo complementar leis federais e estaduais conforme suas especificidades, mas sempre respeitando a Constituição Federal.

A Constituição Federal de 1988 no Título III que trata da Organização do Estado tem em seu Capítulo I, Artigo 18, §4º

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

Com maior facilidade dada pela CF 88, e pela Constituição Estadual (ver tabela 2), a criação de municípios no Estado do Rio Grande do Sul teve um “boom”, sendo criado na década de 1990, 164 municípios, sendo 94 em 1992, 40 em 1995 e 30 em 1996. Conforme Cigolini (2001), os principais motivos que levaram os territórios e seus representantes a requererem sua emancipação pós CF, devido a facilidade do processo,

foram: a existência de condições econômicas favoráveis, aprovação da emancipação em plebiscito alegando que a emancipação é uma antiga aspiração da população do local, a área cumpre todos os requisitos legais e o descaso da administração do município-mãe com o local que aspira o desmembramento. No entanto, esse salto quantitativo de municípios teve interrupção devido a emenda constitucional n° 15 de 1996, que altera o Artigo 18, §4° da CF, e da seguinte redação

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Como a Lei Complementar Federal ainda não foi sancionada, fica assim dúvidas sobre o Plano de Viabilidade Municipal, em seu conteúdo e quem o definirá. Por tanto, podemos perceber que desde esse impasse legislativo não se há mais criação de novos territórios no Rio Grande do Sul, permanecendo o estado com seus atuais 497 municípios (Ver mapa 5).

CONCLUSÃO

Ao percorrermos o caminho da municipalização no Rio Grande do Sul podemos analisá-la em três perspectivas: Política, Geográfica e Demográfica. Politicamente a criação de novos municípios no nosso estado sempre seguiu a vontade dos protagonistas políticos da época, tanto no período colonial, como no Império e na República. Esse modelo só começou a mudar na metade do século XX em diante, quando no estado são criadas leis específicas que regem o assunto, passando a criação de municípios da competência do executivo ao legislativo. Estando agora a criação de municípios não mais na mão de um único protagonista, mas de vários que compunham o legislativo gaúcho, fazendo com que mais de 80% dos municípios gaúchos sejam criados depois de 1950. Além da influência política concentrada no legislativo gaúcho, não podemos deixar de considerar o interesse das elites locais dos novos territórios gaúchos, pois

muitas vezes sem espaço político no município-mãe, essa elite procura através da emancipação territorial, fixar e ampliar seu poder político, ficando muitas vezes esses novos municípios na mão de um círculo pequeno de pessoas, que se perpetuam no poder por anos e anos.

Geograficamente, a municipalização gaúcha se concentra em seu maior número nas regiões norte e leste do estado, na chamada “zona da mata”, onde inicialmente foram instalados os imigrantes europeus, que economicamente praticavam a policultura não necessitando de grandes latifúndios, se instalando ali vários núcleos populacionais que dariam origem aos nossos municípios atualmente. Já a região sul e sudoeste registram uma menor taxa de municípios devido a sua já histórica economia agropastoril, com enormes campos abertos, não necessitando assim de grandes núcleos populacionais.

Na questão demográfica, temos que considerar dois fatores de deslocamento populacional no nosso estado, o primeiro a ida de pessoas, principalmente, filhos e netos de colonos da região dos vales para o noroeste gaúcho, nas chamadas colônias novas, essa migração se deu do tipo rural-rural. o segundo fator foi a industrialização do estado, que levou a um estouro de municípios nos últimos 60 anos. Como as indústrias se fixaram em torno da região metropolitana e de colonização alemã e italiana, essas áreas tiveram uma maior densidade populacional nas últimas décadas e por consequência um maior número de municípios, pois a criação de 165 municípios desde 1980 pra cá, traduz e muito a quantidade alta de pessoas que deixaram o campo rumando para as cidades do nordeste gaúcho, no chamado êxodo rural.

Assim podemos concluir que a soma de fatores políticos e geográficos deram origem a variados tipos de municípios e regiões, e que esses fatores moldaram em definitivo o mapa político-administrativo do nosso estado, o Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ALRS, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. LEI Nº 2.116, DE 24 DE SETEMBRO DE 1953. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=53329&hTexto=&Hid_IDNorma=53329> Acesso em 19/06/2017

ALRS, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. LEI Nº 4.054, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1960. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=50573&hTexto=&Hid_IDNorma=50573> Acesso em 19/06/2017

ALRS, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Projeto de Lei n.º 32/64. Cria o Município de Igrejinha. Porto Alegre, 1964.

AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: O sistema de relações de poder. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República: República Velha (1889-1930)**. Vol. 3. T. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 89-128.

CIGOLINI, Adilar Antônio. **Ocupação do território e a criação de municípios no Período Imperial Brasileiro**. Fortaleza: Mercator, 2015. p. 7-19. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14n1/1984-2201-mercator-14-01-0007.pdf>> Acesso em 15/06/2017.

_____. Território e fragmentação: análise do processo recente de criação de municípios no Paraná. RA'EGA: O espaço geográfico em análise. Curitiba, v. 5, p. 47-66, 2001.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acessado em 20/06/2017.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº15, de 12/09/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc15.htm#art1> Acessado em 20/06/2017.

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Evolução Municipal: Rio Grande do Sul 1809-1996**. Porto Alegre: CORAG. 2002.

Demografia - 1872 a 1980. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>>. Acessado em 06/09/2018.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Constituição Estadual: ALRS, 1989. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=WQdIfqNoXO4%3d&tabid=3683&mid=5359>> Acesso em 20/06/2017.

FAVERO, Edison. **Desmembramento Territorial: O processo de Criação de Municípios – Avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) Escola Politécnica, área de concentração Engenharia de Construção Civil e Urbana. Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.fec.unicamp.br/~labinur/Tese%20Doutorado_%20Final%20-%20Edison%20Favero_16_07_04_R.pdf> Acesso em 15/06/2017

LANG, Guido. **Campo Bom: História e Crônica – 1826/1996**. Campo Bom: Papuesta, 1996

MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto. **Os *deutsch-brasilianer* em oposição ao PRR: um estudo de caso a respeito dos municípios de origem germânica que derrotaram o PRR nas eleições de 1891**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5934/2/467484%20-%20Texto%20Completo.pdf>> Acesso em 16/06/2017.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Cidades e Sociabilidades (1822-1889). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul – Império**. Vol. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 255-272.

RHODEN, Luiz Fernando. Os Traçados Urbanos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul – Colônia**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 423-448.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Rio Grande do Sul - Do Rural ao Urbano: Demografia, Migrações e Urbanização (1930-85). **História Geral do Rio Grande do Sul – República: República Velha (1889-1930)**. Vol. 3. T. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 291-314.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2005, n.24 p.123-148. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100009&lng=en&nrm=iso> Acesso em 15/06/2017.

ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO CHINESA NAS AMÉRICAS DURANTE O OITOCENTOS: O CASO EMBLEMÁTICO DA COLÔNIA ESPANHOLA DE CUBA (1847-1874)

Fabio Tófolo Reis

Mestrando do PPG-História da UNISINOS.

1. Introdução

O combate ao tráfico de africanos escravizados para as Américas a partir da primeira metade do século XIX forçara a emergência de um período de transição do trabalho escravo para o livre assalariado. Nesse contexto, em que muitos fazendeiros passaram a se ver com dificuldades para obter novos escravos, passou-se a haver, portanto, uma busca por uma mão de obra alternativa, mas que preferencialmente pudesse ser submetida as mesmas condições duras do regime de trabalho escravista. Dessa forma, as elites de alguns países americanos, sobretudo aqueles que se encontravam em processo de expansão econômica, percebendo que o imigrante europeu não estava disposto a substituir o escravo em sua labuta, viram na contratação de trabalhadores/imigrantes chineses, entre outros, uma solução momentânea para suprir a necessidade de braços – nas lavouras, minas, construções, mas também serviços de outro tipo – em substituição aos cativos importados da África.

Na segunda metade da década de 1840, com isso, foi instaurado um processo sistemático de importação de trabalhadores/imigrantes chineses para as Américas. Calcula-se que durante o auge desse empreendimento, entre 1847 e 1874, um total de cerca de 500 mil súditos do Império Celeste tenham sido levados para o continente americano, sendo o principal local de destino à colônia espanhola de Cuba, que computou em torno de 125 mil trabalhadores/imigrantes. O presente estudo, portanto, tem por objetivo realizar uma apresentação analítica sobre alguns aspectos que compreendem a imigração chinesa nas Américas durante o oitocentos, mas com um enfoque para o caso emblemático de Cuba. Para tanto, buscou-se tratar do contexto

econômico açucareiro, a forma como que esses trabalhadores/imigrantes eram arregimentados e transportados, a legislação que regulamentava os contratos de trabalho, bem como as condições de vida e trabalho que tinham na colônia espanhola.

2. A expansão da economia açucareira escravista em Cuba

O início da colonização espanhola em Cuba no século XVI se deu concomitantemente ao desenvolvimento de *plantations* açucareiras. Nesse período, entretanto, a extensão do cultivo da cana de açúcar e do próprio processamento e fabrico do açúcar eram muito pequenos, tratando-se de uma linha secundária de exploração econômica. Uma das principais razões para tanto foi, além da falta de capitais para financiar a montagem de engenhos, a crônica falta de mão de obra (MARQUESE, 2004, p. 171). No começo da exploração do Novo Mundo, apenas Portugal conseguira estabelecer eficazmente *plantations* açucareiras na sua colônia americana, o Brasil, graças principalmente às prévias experiências exitosas que tivera não muito tempo antes nas ilhas atlânticas do Açores, Madeira e São Tomé, mas também ao domínio do tráfico de escravos da África, o que possibilitou acesso a fontes de mão de obra (KLEIN & VISON III, 2015, p. 79). Vale observar que a Espanha não participava do tráfico transatlântico de escravos, dependendo de contratos firmados com terceiros para introduzir cativos nas suas colônias do ultramar. Esses traficantes de escravos, contudo, tinham muito mais interesse em fornecer cativos para núcleos continentais do que para Cuba, dada as maiores oportunidades que esse segmento comercial abria para a prática de contrabando (MARQUESE, 2004, p. 171).

No decorrer do século XVII, entretanto, o açúcar adquiriu uma relevância econômica mais expressiva, atraindo a atenção do governo espanhol, assim como de comerciantes de escravos. Vale ressaltar que nesse período o açúcar se tornou um produto básico mundial, ocupando o primeiro lugar em importância quanto ao valor total das transações do comércio internacional⁴¹⁹ (FRAGINALS, 1988, pp. 12-13). A rápida expansão do lucrativo cultivo de cana de açúcar nas Antilhas inglesas e francesas⁴²⁰ trouxe os incentivos necessários para que Madri passasse a reavaliar a sua

⁴¹⁹ Importante para tanto foi a invasão dos holandeses na colônia portuguesa do Brasil, mais especificamente na capitania de Pernambuco, entre os anos de 1630 e 1654, e a tomada do controle dos pontos de compra de cativos na África, como Elmina, na Costa do Ouro, em 1638, além de Luanda e toda a costa de Angola, em 1641. Tais episódios possibilitaram a França e a Inglaterra abrirem novos centros açucareiros em outras ilhas menores do Caribe, tomadas entre os anos de 1620 e 1640, quebrando assim o monopólio de Portugal sobre o mercado internacional de açúcar e de mão de obra escrava. Os holandeses, que vinham adquirindo experiência no Brasil, passaram a investir nas Antilhas francesas e inglesas, levando equipamentos avançados no fabrico do açúcar, fornecendo créditos para os fazendeiros locais comprarem escravos da África, além de viabilizarem o transporte do produto para o porto de Amsterdã, de onde era distribuído para toda a Europa (KLEIN & VINSON III, 2015, pp. 88-90; KLEIN & LUNA, 2010, pp. 40-43).

⁴²⁰ Em 1680, a ilha-colônia inglesa de Barbados já possuía cerca de 300 engenhos, 37.000 escravos e uma produção de 8.000 toneladas anuais. Por sua vez, as ilhas francesas de Martinica, Guadalupe e São

política para o setor. No início do século XVIII, a partir da Paz de Utrecht (1713-1714), o governo espanhol firmou um contrato com o recém-criado Reino Unido da Grã-Bretanha⁴²¹ visando garantir o fornecimento de mão de obra escrava para suas colônias, um dos principais entraves para a expansão econômica colonial espanhola. Com efeito, a produção açucareira em Cuba começou a sofrer uma reviravolta ao longo do setecentos, verificando-se um crescimento contínuo até alcançar um volume de cerca de 2.000 toneladas em 1740. Dezoito anos depois, em 1758, a produção açucareira cubana mais que duplicou, atingindo uma safra de 5.484 toneladas de açúcar (FRAGINALS, 1988, pp. 7-8). Na esteira dessa expansão da economia açucareira e a crescente demanda por mais mão de obra, em 1789, com a pressão exercida pela elite cubana, a coroa espanhola decretou liberdade total do comércio de escravos, possibilitando a entrada de mercadores estadunidenses e a introdução de mais escravos na ilha (MARQUESE, 2014, pp. 197; 299).

Não muito tempo depois, em 1792, a sublevação de escravos na ilha-colônia francesa de São Domingos e a subsequente constituição do país independente do Haiti, levaria a derrocada do maior produtor mundial de açúcar, ocasionando a abertura de um espaço substancial no mercado internacional açucareiro e a possibilidade de maior crescimento da produção escravista cubana⁴²². Nos anos finais do setecentos, houve um redirecionamento dos investimentos internacionais para Cuba, de forma que o volume de capitais entrados na ilha-colônia ultrapassou os quinze milhões de pesos, o que correspondia a mais elevada cifra movimentada por um negócio em todas as Américas no período (FRAGINALS, 1988, pp. 76; 81). Consequentemente, passou a ocorrer uma onda frenética de construção de engenhos na ilha-colônia, tendo somente no bispado de Havana, o número deles passado de 237 em 1792 para 416 em 1806 (FRAGINALS, 1988, p. 76). Vale observar que os novos engenhos tinham uma capacidade produtiva

Cristóvão também tiveram um desenvolvimento semelhante, possuindo juntas em 1670, cerca de 300 engenhos e uma produção de aproximadamente 12.000 toneladas por ano, o que correspondia a quase dois quintos das 29.000 toneladas produzidas no Brasil. A riqueza gerada pelo comércio açucareiro, por sua vez, incentivou a França e a Inglaterra a tomarem ilhas maiores do Caribe, como a Jamaica e São Domingos das mãos dos espanhóis, assim como lhes possibilitou romper com a dependência dos holandeses na intermediação com os mercados açucareiros na Europa e até no fornecimento de escravos da África. No início do século XVIII, a produção do açúcar nas colônias inglesas e francesas passou a ocupar também áreas mais abertas da Jamaica e de São Domingos, que entre os anos de 1730 e 1740, ultrapassaram Barbados e Martinica como maiores produtores de açúcar em seus respectivos impérios. A produção da Jamaica chegou a 36.000 toneladas anuais de açúcar, quatro vezes a quantidade de Barbados, porém 15.000 toneladas a menos que a produção de São Domingos (KLEIN & VINSON III, 2015, pp. 91-92; 95; 98-99).

⁴²¹ O Reino Unido da Grã-Bretanha havia se constituído em 1707 através da união dos Parlametos da Inglaterra e da Escócia.

⁴²² A ilha-colônia francesa de São Domingos havia apresentado um crescimento açucareiro vertiginoso durante o setecentos, tendo o seu número de engenhos saltado de 138, em 1713, para 339, em 1730, e 793, em 1790 (BLACKBURN, 2003, p. 524). Em 1791, a sua produção correspondia a 29,55% do total mundial, o que abastecia aproximadamente 50% dos mercados (FRAGINALS, 1988, p. 40). Já em 1804, a produção açucareira do Haiti correspondia apenas a um terço dos níveis de 1791, e na década seguinte o país recém-criado pela revolução de escravos foi totalmente retirado do mercado mundial (KLEIN & VINSON III, 2015, p. 138).

bem maior devido a uma forte ação empresarial implementada em conjunto com o governo para se elevar a competitividade do açúcar cubano nos mercados internacionais⁴²³, sem contar com as técnicas mais avançadas que franceses, fugidos de São Domingos, introduziram em Cuba⁴²⁴.

No decorrer dos anos de 1830 e 1840, o regime de *plantations* de Cuba ingressou em uma nova fase, impulsionada principalmente por uma profunda revolução tecnológica na produção açucareira. Foram adotadas técnicas que vinham sendo desenvolvidas pela Grã-Bretanha e pela França no fabrico do açúcar, inclusive a partir da beterraba. As caldeiras abertas foram substituídas por caldeiras a vácuo, que aumentavam substancialmente a produtividade do engenho e reduziam bastante a demanda de trabalho e combustível. Foi introduzido o vapor como força motriz nos engenhos, fazendo com que a moenda horizontal fosse movimentada muito mais rápido. No beneficiamento final do produto foram introduzidas centrífugas que eliminaram o difícil e demorado processo de purga, necessário para a cristalização do açúcar. E, por fim, a partir de 1837, deu-se início a construção de uma malha ferroviária que viabilizou a edificação de engenhos afastados dos portos marítimos (KLEIN & VINSON III, 2015, p. 146; MARQUESE, 2004, p. 304). Com efeito, a produção açucareira cubana obteve resultados expressivos. Em 1820, a produção de açúcar que correspondia a 54.906 toneladas, passou para cerca de 84.187 toneladas no final da década, e em 1840 chegou a 161.248 toneladas, um volume que correspondia a 19,64% da produção mundial, tornando Cuba o maior produtor no mundo (FRAGINALS, 1989, pp. 347-352 – Quadro I).

No ano de 1868, quando eclodiu a primeira guerra de independência em Cuba, a sua produção de açúcar subiu para 720.250 toneladas, o que representava 28,57% do total produzido no mundo (FRAGINALS, 1989, pp. 347-352 – Quadro I). Apesar do conflito independentista ter perdurado por dez anos, sem ter conseguido a consecução de seu objetivo, a produção açucareira não foi afetada ao longo desse tempo. O centro da rebelião havia se dado no leste da ilha, em regiões onde predominavam engenhos mais atrasados e menores (KLEIN & VINSON III, 2015, p. 148). Dessa forma, na década de 1870, Cuba atingiu o auge do seu domínio global açucareiro. Em 1872, a produção alcançou a marca de 772.068 toneladas de açúcar, o que correspondia a 25,99% da produção mundial. Mantendo um desenvolvimento contínuo e acelerado, em 1879, um ano após o término do fracassado movimento independentista, Cuba bateu

⁴²³ Ressalte-se aqui a importância que teve a criação da Real Sociedade Patriótica de Havana, em 1792, que mais tarde se chamaria Sociedade Econômica dos Amigos do País de Havana. Tal instituição tinha como objetivo promover debates agrário-econômicos e publicações para a difusão do saber técnico e da economia política, fornecendo subsídios para uma melhor administração dos engenhos (MARQUESE, 2004, p. 305).

⁴²⁴ Há uma estimativa que Cuba tenha recebido entre 20.000 e 30.000 refugiados de São Domingos (BLACKBURN, 2002, p. 411). Entre esses, havia inúmeros mestres açucareiros que, ademais, também entendiam de contabilidade de engenhos e das doenças dos escravos africanos (FRAGINALS, 1988, p. 83).

novo recorde, atingindo 775.368 toneladas, cifra que representava 23% do total de açúcar produzido no mundo (FRAGINALS, 1989, pp. 347-352 – Quadro I).

3. A contratação de trabalhadores/imigrantes chineses

Na metade do século XIX, havia se processado a passagem da manufatura para a grande indústria do açúcar em Cuba, uma transformação que proporcionou o crescimento do volume da produção através de um número menor de engenhos (FRAGINALS, 1988, p. 176). A introdução da força motriz a vapor causara um impacto profundo em todas as etapas do processo produtivo, fazendo com que um engenho a vapor produzisse nove vezes mais que um engenho movido por animais, vento ou água. Os novos engenhos, por sua vez, fizeram com que a demanda por cana de açúcar aumentasse em grandes proporções, elevando em consequência a demanda por mão de obra no seu cultivo (KLEIN & VINSON III, 2015, p. 147). A partir de 1808, entretanto, a Grã-Bretanha começara uma campanha internacional para pôr fim ao comércio transatlântico de escravos, medida essa que foi se intensificando progressivamente ao longo do século XIX⁴²⁵. A pressão britânica levava a Coroa da Espanha a assinar uma série de tratados (em 1817, 1820 e 1835) em que Madri tornava ilegal o comércio escravagista e se comprometia a extinguir o tráfico. O fim do contrabando de escravos só cessaria definitivamente nos anos de 1860⁴²⁶, contudo, os esforços britânicos fizeram com que o preço do cativo em Cuba se elevasse paulatinamente⁴²⁷.

Diante desse quadro marcado pela dificuldade em se obter escravos, as elites cubanas passaram a fomentar a vinda de trabalhadores/imigrantes sob contrato de trabalho para suprir a necessidade de mão de obra (DRESCHER, 2011, p. 348). Nesse sentido, em 1829, foi criada a *Real Junta de Fomento y Colonización*, que, em um primeiro momento, buscou promover a vinda de europeus, mas tendo resultados pouco satisfatórios. Dessa forma, em 1846, a *Real Junta de Fomento y Colonización* encarregou a empresa *Zulueta e Cía*, dos primos Julián e Pedro Zulueta, poderosos

⁴²⁵ A questão da abolição fora formalmente introduzida no Parlamento da Grã-Bretanha em 1788, um ano após o abolicionismo ter se organizado socialmente com a criação da Sociedade para Efetuar a Abolição do Tráfico de Escravos. Em meio a clamores populares, em 1807, os parlamentares aprovaram a abolição do tráfico e, no ano seguinte, Londres começara a exercer uma pressão naval e diplomática para restringir o comércio de escravos. Cabe salientar que motivos humanitários e econômicos estavam imbrincados nessas ações governamentais, não havendo aqui espaço para uma análise mais profunda. Em 1814, intensa mobilização popular contribuiu para que o governo transformasse o abolicionismo em uma prioridade da política externa. Um ano depois, durante o Congresso de Viena, Londres conseguiu das principais potências europeias uma condenação moral do tráfico, após o que, negociou uma série de tratados bilaterais que criavam dois instrumentos de combate ao tráfico: o primeiro, dizia respeito ao direito de busca para procurar escravos em embarcações; e o segundo, a criação de comissões mistas em ambos os lados do Atlântico para adjudicar as apreensões (DRESCHER, 2011, pp. 302; 306; 320; 321; 323; 325; 326; 330; 335).

⁴²⁶ O último navio negreiro que se tem registro aportou em Cuba no ano de 1867, sendo o número de escravos desembarcados desconhecido (KLEIN, 2004, pp. 191-192).

⁴²⁷ Entre o início da década de 1820 e o final da década de 1850, o preço dos escravos que chegavam em Cuba havia triplicado (DRESCHER, 2011, p. 348 – nota 2).

contrabandistas de escravos, para importar mão de obra chinesa sob contrato de oitos anos (MEAGHER, 2008, p. 42). O pioneirismo da experiência colonial britânica em ilhas do Caribe e a abertura dos portos da China Imperial em 1842 sugeriam que o país asiático, com uma população de cerca de quatrocentos milhões de habitantes, seria uma nova fonte inesgotável de mão de obra⁴²⁸ (HUI, 1992, p. 101). Assim, os Zuluetas encarregaram as empresas britânicas *Tait and Company* e *Syme Muir and Company*, sediadas respectivamente em Amoy (Xiamen) e Guandong, para iniciar a comercialização de asiáticos para Cuba. Em 1847, no dia 3 de julho, após 131 dias de viagem, o navio espanhol *Oquendo* aportou em Havana com 206 chineses a bordo; e no dia 12 do mesmo mês, o navio britânico *Duke of Argyle*, depois de 123 dias viajando, chegou em Havana com mais 365 chineses a bordo (HU-DEHART, 1994, p. 40; YUN, 2008, p. 15).

A primeira leva de trabalhadores/imigrantes chineses para Cuba se inseria em um contexto marcado pela emergência de um comércio internacional sistematizado de mão de obra asiática, comumente denominados de cules⁴²⁹. É possível visualizar o início desse processo sistêmico a partir de 1845, quando o navio francês *Joseph et Claire* partira do porto chinês de Amoy (Xiamen) com 180 chineses contratados para serem empregados em plantações de cana de açúcar na ilha de Maurícia, localizada no Oceano Índico. Em 1848, um ano após a chegada dos primeiros trabalhadores/imigrantes chineses em Cuba, o navio britânico *Nimrod* transportou 120 chineses para Sydney, na Austrália. Em 1849, o navio dinamarquês *Frederek William* levou 75 chineses para o Peru e o navio britânico *Amazon* transportou outros 200 para a Califórnia, nos Estados Unidos. Entre 1845 e 1852, cerca de 5.715 chineses foram transportados para várias localidades no mundo, sendo que desses, 2.666 foram levados para a Austrália (MEAGHER, 2008, pp. 94; 97). O comércio de trabalhadores/imigrantes chineses logo se demonstrou ser bastante lucrativo, formando uma rede multinacional engajada nesse novo empreendimento, com participação de companhias de navegação, agentes, famílias proeminentes, agências governamentais,

⁴²⁸ A utilização de mão de obra chinesa por ocidentais tinha tido início no século XVI, quando da chegada dos europeus na China Imperial, mas isso se deu em pequena escala e em um processo de escravização. No final do séc. XVIII, os britânicos haviam começado a aventar a possibilidade de chineses substituírem os escravos africanos nas plantações das colônias no Caribe, porém, em um regime de trabalho formalizado em contrato que estipulasse entre outras coisas tempo de serviço e um salário. A base para tal ideia repousava no fato de a mão de obra chinesa já ser conhecida pela sua eficiência nas plantações de açúcar na Ásia Oriental, devendo-se a ela o desenvolvimento da indústria açucareira em Java, Sumatra e Penang. Dessa forma, em 1806, um ano antes do Parlamento Britânico decretar a abolição do comércio de escravos africanos, Londres levava um grupo experimental de cerca de 200 trabalhadores/imigrantes chineses para a colônia de Trinidad. Entretanto, nessa época, o governo da China impunha fortes restrições para a saída de seus súditos para o exterior, pelo que foi apenas depois da vitória britânica nas Guerras do Ópio e da imposição do Tratado de Nanquim em 1842 – episódio que marcou o início da escalada imperialista e abertura forçada do país asiático – que se abriria a possibilidade de se importar imigrantes/trabalhadores chineses em grande escala (MEAGHER, 2008, pp. 48; 49; 50; 55; 57; 107).

⁴²⁹ Termo cunhado pelos portugueses, no século XVII, aos trabalhadores braçais que contratavam na China e na Índia, tendo sido generalizado no século XIX: *culí* (em espanhol) e *coolie* (no inglês). Trata-se de um vocábulo pejorativo, mas que será utilizado aqui objetivando refletir uma experiência específica na história da imigração chinesa (NARVAEZ, 2010; SANTOS, 2017).

além de empresas e bancos sediados em cidades como Nova York, Boston, Londres, Liverpool, Paris e Amsterdam⁴³⁰ (YUN, 2008, p. 14).

A importação da mão de obra asiática apresentava a vantagem de ser mais barata⁴³¹ e politicamente segura, uma vez que nos seus anos iniciais, ainda não possuía o estigma da escravidão, ao mesmo tempo em que garantia aos fazendeiros um controle praticamente ilimitado sobre esses trabalhadores/imigrantes, pelo menos enquanto durasse o contrato de trabalho (MEAGHER, 2009, pp. 42-43). Entretanto, após o primeiro carregamento de trabalhadores/imigrantes chineses para Cuba, o nascente comércio dessa mão de obra asiática para a ilha paralisara. Isso se deveu a conflitos com negociantes de africanos escravizados e ao fato de a demanda por braços ter sido saciada momentaneamente pelos cativos transferidos da decadente economia cafeeira da ilha. Porém, a alta mortalidade que sofria a cada ano a indústria açucareira, fez com que logo a imigração chinesa voltasse à pauta e fosse novamente incentivada (PÉREZ DE LA RIVA, 2000, pp. 77; 78; 81). A 10 de dezembro de 1851, a *Junta de Fomento y Colonización*, por unanimidade, concluiu que a imigração de trabalhadores colonos asiáticos, contratados na China, era não apenas vantajosa, mas também indispensável, merecendo apreço especial do governo. Ademais, a *Junta* decidiu pela abertura do recrutamento e transporte dos trabalhadores/imigrantes chineses à exploração comercial. Com efeito, em 1853, quinze navios, com autorização governamental⁴³², chegaram em Havana trazendo ao todo 4.307 cules (MEAGHER, 2008, pp. 203-202).

A necessidade dos fazendeiros por braços na indústria açucareira, dessa forma, fez com que os traficantes de escravos, percebendo que o comércio de chineses teria futuro, também passassem a alocar seus capitais e experiências na importação de “amarelos” (PÉREZ DE LA RIVA, 2000, pp. 81-82). Com isso, a partir do ano de 1855 cresceria o número de empresas cubanas dedicadas ao comércio de trabalhadores/imigrantes chineses em paralelo ao tráfico negreiro, abrindo seus próprios escritórios em Londres, Manila, Macau e Amoy (Xiamen). Ao final da década, a maioria das famílias escravistas mais proeminentes de Cuba já estavam envolvidas no comércio de cules, de forma que as empresas *La Alianza* e *Empresa de Colonización* passaram a dominar o empreendimento ao lado da *Zulueta y Cía* (YUN, 2008, pp. 15-16). Assim, em parceria com outras empresas ocidentais de navegação, das mais diversas nacionalidades, a importação de chineses que começara tímida no final dos

⁴³⁰ Vale observar que muitas dessas entidades também se dedicavam ao tráfico de africanos escravizados, apesar da crescente dificuldade e altos custos que esse contrabando passara a envolver em função da repressão internacional (YUN, 2008, p. 14)

⁴³¹ Entre os anos de 1845 e 1850, a compra de um escravo custava em média cerca de 335 pesos, enquanto que a contratação de um trabalhador/imigrante chinês girava em torno de 125 pesos. Na primeira metade da década seguinte, entre 1851 e 1855, o preço médio de um escravo era de 410 pesos, ao passo que um trabalhador/imigrante chinês era de 150 pesos (YUN, 2008, p. 17 – tabela 1.2).

⁴³² Apesar dessa abertura à iniciativa privada, o Estado não abnegaria de ter sob o seu controle a entrada de trabalhadores/imigrantes chineses em suas mãos. Em decreto de 16 de setembro de 1852, estipulou-se que qualquer empreendimento para trazer essa mão de obra deveria receber aprovação real (MEAGHER, 2008, p. 205).

anos de 1840, afluíu entre meados das décadas de 1850 e 1870. As tabelas abaixo proporcionam uma dimensão do negócio:

TABELA 1 – CHINESES IMPORTADOS PARA CUBA POR NACIONALIDADE DO TRANSPORTADOR (1847-1873)

	Nº de Navios	Embarcados	Desembarcados	Mortos na Viagem	% de Mortos
Grã-Bretanha	35	13.697	11.457	2.240	16,3
Estados Unidos	34	18.206	16.419	1.787	9,8
Áustria	3	936	864	72	7,7
Bélgica	3	1.199	1.182	17	1,4
Chile	4	926	743	183	19,8
Dinamarca	1	470	291	179	38,0
Holanda	19	8.113	7.132	981	12,1
França	104	38.540	33.795	4.745	12,3
Alemanha	8	2.176	1.932	244	11,2
Itália	5	2.832	2.505	327	11,2
Noruega	5	1.366	1.104	262	19,2
Peru	6	2.609	1.999	610	23,4
Portugal	21	8.228	7.266	962	11,7
Rússia	12	5.471	5.093	378	6,9
Espanha	78	31.356	28.085	3.271	10,4
El Salvador	4	2.031	1.943	88	4,3
TOTAL	342	138.156	121.810	16.346	11,8

Fonte: Report of British Consulate General, Havana, 1º de setembro de 1873 (A tabela não contém os dados de 1874) (Apud YUN, 2008, p. 20 – Tabela 1.4).

TABELA 2 – CHINESES LEVADOS PARA CUBA POR ANO (1847-1873)

	Nº de Navios	Embarcados	Mortos na Viagem	Desembarcados	% de Mortos
1847	2	612	41	571	6,7
1853	15	5.150	843	4.307	16,4
1854	4	1.750	39	1.711	2,2
1855	6	3.130	145	2.985	4,6
1856	15	6.152	1.182	4.970	19,2
1857	28	10.101	1.554	8.547	15,4
1858	33	16.411	3.027	13.384	18,4
1859	16	8.539	1.332	7.207	15,6
1860	17	7.227	1.008	6.219	13,9
1861	16	7.212	290	6.922	4,0
1862	1	400	56	344	14,0
1863	3	1.045	94	951	9,0
1864	7	2.664	532	2.132	20,0
1865	20	6.810	407	6.403	6,0
1866	43	14.169	1.126	13.043	7,9
1867	42	15.661	1.247	14.414	8,0
1868	21	8.400	732	7.668	8,7
1869	19	7.340	1.475	5.865	20,1
1870	3	1.312	63	1.249	4,8
1871	5	1.827	178	1.649	9,7
1872	20	8.914	766	8.148	8,6
1873	6	3.330	209	3.121	6,3
TOTAL	342	138.156	16.346	121.810	11,8

Fonte: Report of British Consulate General, Havana, 1º de setembro de 1873 (A tabela não contém os dados de 1874) (Apud YUN, 2008, p. 20 – Tabela 1.4).

A quantidade de trabalhadores/imigrantes chineses levados para Cuba oscilou bastante durante essa faixa de tempo. Um dos fatores que provocaram isso foi o novo impulso que o tráfico de africanos escravizados sofrera a partir de 1853, um revigoramento que alcançou o ápice em 1859 com a entrada de 30.473 cativos. Os anos de 1860 e 1861 também registraram quantias altas de cativos entrados, respectivamente, 24.895 e 23.964, ainda que o total de escravos na ilha já apresentasse uma redução. Entre os anos de 1855 e 1857, havia um total de 373.000 escravos em Cuba, ao passo que entre 1861 e 1862, o recenseamento computou 368.550, uma redução que se verificou contínua, dado que em 1867, foram computados 362.288. Em 1865, apenas 145 escravos foram introduzidos na colônia espanhola, no ano seguinte houve um aumento pequeno, chegando a 1.443, e em 1867 se deu o fim definitivo do tráfico de cativos comprados da África (SCOTT, 1991, pp. 28-29 – Tabela 2). Como pode-se perceber na Tabela 2 acima, durante esses três anos finais do tráfico negreiro, houve um aumento substancial da importação de cules chineses, tendo alcançado seu ápice em 1866 e 1867, quando entraram 14.169 e 15.661 respectivamente.

O segundo fator que provocou a oscilação do número de trabalhadores/imigrantes introduzidos em Cuba foi a repressão e o maior controle que a sua comercialização passara a sofrer no decorrer dos anos. Em 1859, o governo chinês promulgara um conjunto de regulamentos para controlar os postos de emigração, o que aumentou a vigilância nos portos abertos pelo Tratado de Nanquim (1842) e fez com que as operações se concentrassem em Macau, entreposto sob a jurisdição de Portugal mais precisamente desde 1557. Ademais, no ano de 1866, os governos da China, Grã-Bretanha e França realizaram uma convenção que tornava ilegal a emigração desde o enclave territorial português, mas apenas em meados da década seguinte é que seria posto um fim ao tráfico. Em 1873, contando com o amparo de Londres e a sua influência sobre Lisboa, o governo chinês conseguiu selar um acordo com o governador macaense, Januário Correia de Almeida, que emitiu um decreto a 27 de dezembro proclamando que a partir de 27 de março de 1874 ficaria terminantemente proibida a emigração por contrato. Nos primeiros meses desse ano, ainda foram levados para Cuba 2.863 trabalhadores/imigrantes chineses, dos quais 373 não resistiram à viagem, compondo uma mortalidade de cerca de 13,02% do total⁴³³. Dessa forma, calcula-se que entre 1847 e 1874, tenham sido desembarcados na ilha em torno de 124.300 chineses⁴³⁴ (MEAGHER, 2008, pp. 110; 110; 115; 120; 124; 127; 211; 281; 290; 293).

⁴³³ As cifras para o ano de 1874 foram fornecidas pelo *Boletín de Colonización* publicado pelo governo espanhol-cubano, cujas tabulações constituem em uma das mais fidedignas fontes, ao lado das elaboradas pelo *Report of British Consulate General*. Entre essas duas fontes, observa-se que existem diferenças numéricas muito pequenas em alguns anos, coincidindo na maioria das vezes (MEAGHER, 2008, pp. 206-207 – Tabela 20).

⁴³⁴ Essa quantia pode ser ainda maior, dado os milhares de chineses que foram contrabandeados da Califórnia para Cuba entre os anos de 1865 e 1875. Estima-se com isso, que o total pode girar em torno

4. As condições de vida e trabalho da imigração chinesa

A utilização de mão de obra chinesa como substituta dos africanos escravizados começara a receber críticas desde princípios da década de 1850, elevando-se progressivamente ao longo dos anos o número de vozes que condenavam o sistema de comércio e contratação de cules⁴³⁵. O processo de recrutamento dos trabalhadores/imigrantes chineses se dava por meio de técnicas baseadas em mentiras, fraudes e violência. O capital aplicado pelos ocidentais levava a formação de uma classe profissional de recrutadores, constituída sobretudo por chineses – comumente denominados de *crimps* e *pig brokers* (na língua inglesa) ou *corredores* (no espanhol) –, o que se configurou como uma verdadeira rede de aliciadores. Para atrair as suas vítimas, esses agentes prometiam trabalho nas cidades portuárias, emprestavam dinheiro para jogos de azar em estabelecimentos pré-arranjados, compravam prisioneiros de guerras internas entre grupos étnicos diferentes e, a partir do final da década de 1850, sequestros se tornaram comuns. Os chineses obtidos eram confinados como prisioneiros nos chamados “barracões”, onde eram forçados a assinarem os contratos de trabalho, muitas vezes sob efeito de ópio, e permaneciam por vários dias até serem embarcados (HU-DEHART, 1994, p. 45; NARVAEZ, 2010, pp. 104-105; MEAGHER, 2008, pp. 75-76).

A viagem para o Novo Mundo, como já podia se esperar, também era repleta de atrocidades. Os trabalhadores/imigrantes chineses costumavam ser entulhados nos navios – apelidados de navios caixão –, onde eram inspecionados nus com o propósito de averiguar se estavam saudáveis e se carregavam armas ou ópio. Ficavam submetidos a uma disciplina militar, de forma que aqueles que violassem as regras estipuladas eram duramente punidos, inclusive com o uso do chicote: 6 chibatadas para perjúrio, 12 chibatadas para roubo, 12 chibatadas para jogos ilegais, 6 chibatadas para o depósito de lixo entre os decks, 6 chibatadas por fumar no porão, e, por fim, até 48 chibatadas para aquele que fosse descoberto tramando organizar um motim. Os açoitamentos eram constantes e se davam como um meio de intimidação, de forma que alguns poucos eram escolhidos aleatoriamente para serem chicoteados. A água e a comida eram extremamente racionadas e os tripulantes ficavam suscetíveis a uma gama variada de doenças, inclusive de ordem psicológica: dispepsia, escorbuto, diarreia, disenteria, febres gástricas, vermes, úlceras, anemia, nostalgia da terra natal, inflamação dos nervos, sarna e piolho. Não por acaso, os motins a bordo eram frequentes, tendo sido registrados pelo menos 68 entre 1847 e 1874 somente em navios que se destinaram para a América Latina (MEAGHER, 2008, pp. 158; 159; 160; 163; 167; 174).

de 150.000 asiáticos da China Imperial (MEAGHER, 2008, pp. 206; 208).

⁴³⁵ Destacaram-se os jornais de Hong Kong – *China Mail*, *Daily Press*, *Friend of China* e o português *O Echo do Povo* – e de Shangai – *North China Herald* –, além da Sociedade Anti-escravidão e de grandes nomes como Karl Marx (MEAGHER, 2008, pp. 274; 276; 289).

O tratamento desumano continuava em Cuba. Após desembarcarem em Havana, os trabalhadores/imigrantes chineses eram trancafiados nos *barracões*, até irem para os mesmos mercados usados para a venda de escravos, onde seus contratos eram leiloados em lotes. Tais contratos eram elaborados seguindo as legislações formuladas pelo governo espano-cubano para regular as relações entre patrão e empregado. Um total de quatro regulamentos foram promulgados, de forma que o primeiro foi emitido em 1849, no qual, vale ressaltar, era indicado o emprego de um capataz branco para cada grupo de dez chineses, sendo permitido a imposição de castigos físicos com chicotes e correntes de pernas aos insubordinados. A segunda legislação, de 1854, proibiu os castigos corporais e atribuiu uma personalidade legal ao cule como livre, mas, por outro lado, deixava claro o termo de servidão durante os oito anos de contrato, em que ele seria considerado propriedade do patrão. O decreto de 1858 estipulou que aquele que não renovasse o contrato deveria deixar a ilha em um período de dois meses sob suas próprias custas, o que era praticamente impossível⁴³⁶. A legislação de 1860, por sua vez, determinou que aquele que não conseguisse renovar o contrato deveria permanecer no trabalho, assim como dava ao empregador o direito de definir o valor da rescisão dos contratos, as indenizações pelas horas não trabalhadas e a compensação pelo custo da substituição do empregado (HELLY, 1993, p. 23; HU-DEHART, 1994, pp. 6-8).

Os contratos também previam alguns direitos aos trabalhadores/imigrantes chineses – horas de descanso, provisões de rações, o valor e a forma de pagamento, além de recurso judicial –, mas existem elementos suficientes que atestam que isso foi ignorado pelas elites com apoio das autoridades locais (HELLY, 1993, p. 22). Em setembro de 1873, o governo chinês, com apoio de Londres e Paris, sancionou a realização de uma investigação em Cuba. No início do ano seguinte, a 17 de março de 1874, a Comissão chegou em Havana, sob a liderança de Chen Lanpin – chefe da Missão Educacional Chinesa nos Estados Unidos –, que contou com a assistência de Macpherson – comissário britânico da alfândega em Hankow –, e Huber – comissário francês para a alfândega em Tientsin –, além de mais dez auxiliares. Após quase dois meses de investigações, tendo visitado propriedades, *barracões*, cadeias e hospitais, a Comissão obteve 1.176 depoimentos e recebeu 85 petições sustentadas por um total de 1.665 assinaturas (MEAGHER, 2008, p. 211; YUN, 2008, pp. 39; 40; 60). O relatório produzido resumiu a condição dos trabalhadores/imigrantes da seguinte maneira:

Os depoimentos e as petições mostram... que na chegada em Havana, eles foram vendidos como escravos - uma pequena porção sendo alocada para famílias e lojas, enquanto que a grande maioria se tornou propriedade de plantadores de cana de açúcar. Até a crueldade dispensada ao primeiro grupo é grande, assumindo no caso do segundo grupo proporções insuportáveis. O

⁴³⁶ Apenas 140 trabalhadores/imigrantes conseguiram retornar para a China Imperial pagando a sua própria passagem, o que corresponde a 1% do total de chineses introduzidos em Cuba (MEAGHER, 2008, p. 210).

trabalho nas plantações mostrou ser excessivamente severo e a comida insuficiente; as horas de trabalho são muito longas e os castigos infligidos por varas, chicotes, correntes, golpes etc., etc., produzem ferimentos e sofrimento. Durante os últimos anos, um grande número foi morto por feridas causadas por espancamento, muitos se suicidaram por enforcamento, cortando a própria garganta, envenenando-se com ópio ou se jogando em poços ou caldeirões de açúcar. Também foi possível verificar em outros, através de uma inspeção pessoal, lesões infligidas tais como membros fraturados ou mutilados, cegueira, cabeças cheias de chagas, dentes arrancados, as orelhas decepadas, a pele e carne laceradas. Provas da crueldade para os olhos de todos (MEAGHER, 2008, p. 212 – tradução nossa).

Os métodos de controle social que eram exercidos sobre os trabalhadores/imigrantes chineses, vale observar, não se limitavam às punições corporais. Os alojamentos, especialmente nas fazendas, não possuíam janelas e tinham as portas trancadas a noite, tornando-se verdadeiras prisões como os *barracões* onde ficavam os escravos. Os fazendeiros obrigavam-nos a comprarem em armazéns da própria propriedade a preços inflacionados, levando os cules a estarem sempre em débito com seus patrões e conseqüentemente presos a eles. Dessa forma, muitos ficavam sem recursos ao final de oito anos, sentindo-se obrigados a assinar um novo contrato. A intimidação psicológica também era outra técnica utilizada, de forma que era falado aos cules que eles poderiam ser facilmente repostos se morressem, uma tortura psicológica que os faziam se sentirem sem valor, ficando mais flexíveis ao regime duro de trabalho, perdendo/diluindo o senso de identidade. Nesse sentido, os fazendeiros também buscavam causar tensões e divisões entre os cules, geralmente nomeando alguns para serem capatazes, fornecendo-os pagamentos extras e acesso ao uso pessoal de uma faixa de terra, o que os levava a serem mais leais aos patrões e não hesitarem em punir, inclusive com o chicote, os seus pares. Essas tensões também eram fomentadas entre chineses e africanos, prevenindo assim que os dois grupos se reconhecessem na opressão que sofriam em comum e se unissem contra os fazendeiros (NARVAEZ, 2010, pp. 132; 136; 138; 140; 141; 144; 145; 146).

As variadas formas de controle dos trabalhadores/imigrantes chineses, entretanto, nem sempre funcionavam. A violação dos contratos, as péssimas condições de vida e trabalho, além da autopercepção de que eram livres, ainda que vivessem de forma semelhante aos escravos, muitas vezes os tornavam propensos à rebelião. Vale observar que, amparados pelas legislações, centenas buscaram invocar proteção ao capitão geral, tentando obter reparações aos danos físicos, mas logo descobriam que as autoridades locais não passavam de instrumentos das elites corruptas. Com efeito, alguns se rebelavam – queimando plantações de cana de açúcar, se recusando a trabalhar e até mesmo assassinando capatazes –, um grande número fugia das fazendas – o que em 1872 chegara a 8.380 fugitivos, correspondendo a 20% do total de cules empregados –, enquanto que outros preferiam tirar a própria vida – de forma que entre

1850 e 1872, ocorreram aproximadamente 500 suicídios por ano, ao passo que entre os escravos era de 35 no mesmo período. Assim, como resultado das punições corporais, do trabalho em si e dos suicídios, a taxa de mortalidade era de aproximadamente 10% ao ano, mas nos anos iniciais era estimada entre 50% e 75%. Por fim, a partir de 1868, com a eclosão de movimentos de independência, muitos cules fugitivos passaram a tomar lugar nas fileiras dos combatentes com a promessa de obterem a liberdade (HELLY, 1993, pp. 24).

A legislação de 1858, cumpre ainda ressaltar, havia aberto a possibilidade de que trabalhadores/imigrantes chineses pudessem adquirir o direito de residir em Cuba, de forma que cada cule que possuísse uma carta de domicílio após cinco anos, se tornaria um súdito da coroa espanhola. Entretanto, para adquirir esse documento, o cule deveria se converter ao catolicismo, obter o aval de dois brancos e ainda pagar uma taxa de 0,5 peso⁴³⁷. Inicialmente, poucos conseguiam comprar a carta de domicílio, e assim adquirir o *status* de trabalhador/imigrante livre, mas com o passar dos anos em paralelo a crescente pressão internacional sobre o sistema cule, o número de libertos foi aumentando, chegando a 8.485 em 1871 e 14.064 em 1872. Dos que conseguiram se libertar do contrato de trabalho, muitos formaram grupos organizados que vendiam a sua força de trabalho para proprietários de pequenas plantações (ou até mesmo para latifundiários), empresas de construção ou para serviços portuários. Já outros libertos foram trabalhar com pequenos negócios: varejistas de roupas de segunda mão, negociantes de coisas velhas, jardinagem, alfaiataria, confeitaria, quitandas, padeiros, empregados domésticos, fabricantes de charutos, cozinheiros, entre outros. Os emancipados, contudo, continuavam sujeitos a contrariedades, abusos e extorsões (HELLY, 1993, pp. 25-26).

5. Considerações finais

O processo de importação de trabalhadores/imigrantes chineses para as Américas foi marcado por inúmeras irregularidades, que vão desde o seu recrutamento na China Imperial, passando pelo transporte, até o lugar de destino final. O chamado sistema cule mesclava elementos de trabalho compulsório e de trabalho livre, o que lhe conferiu um formato de regime semicompulsório, uma característica que dividiu opiniões entre analistas sobre como definir o *status* da mão de obra chinesa. Não se pretendeu no presente estudo apresentar uma discussão acerca desses embates historiográficos, mas realizar uma apresentação geral sobre alguns dos aspectos sobre como se processou a vinda de chineses e as condições em que trabalhavam e viviam, com uma ênfase no caso da colônia espanhola de Cuba. Espera-se com isso, que tais aspectos aqui abordados possam trazer contribuições para se pensar criticamente como que novas formas de exploração do trabalho foram emergindo durante o processo de

⁴³⁷ Vale observar que as autoridades locais costumavam superfaturar o valor da taxa, vendendo a preços inflacionados que poderiam ir de 8 a 300 pesos (HELLY, 1993, p. 25).

abolição da escravidão, muitas das quais ainda podem ser vistas nos dias atuais, seja entre nacionais ou imigrantes, sobretudo aqueles que se encontram em condições de alta vulnerabilidade social.

Referências

- BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____. **A construção do escravismo no Novo Mundo: do Barroco ao Moderno (1492-1800)**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- FRAGINALS, Manuel Moreno. **O Engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano**. Volume I. São Paulo: Hucitec e Unesp, 1988.
- _____. **O Engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano**. Volumes II e III. São Paulo: Hucitec e Unesp, 1989.
- HELLY, Denise. **The Cuba Commission Report: a Hidden History of the Chinese in Cuba**. The Original English-Language Text of 1876. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1993.
- HUI, Juan Hung. **Chinos en América**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.
- HU-DEHART, Evelyn. Chinese Coolie Labor in Cuba in the Nineteenth Century: Free Labor or Neoslavery. **Contributions in Black Studies**. Vol. 12, Article 5, 1994.
- KLEIN, Hebert. **O tráfico de escravos no Atlântico**. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2004.
- KLEIN, Herbert; LUNA, Vidal Francisco. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.
- KLEIN, Hebert; VINSON III, Bem. **A escravidão africana na América Latina e Caribe**. Brasília: Editora UnB, 2015.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660 -1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MEAGUER, Arnold. **The coolie trade: the traffic in Chinese Labourers to Latin America (1847-1874)**. United States of America: Xlibris Corporation, 2008.
- NARVAEZ, Benjamin Nicolas. **Chinese Coolies in Cuba and Peru: Race, Labor, and Immigration (1839-1886)**. Dissertation presented to the Faculty of the Graduate School of The University of Texas at Austin in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy. The University of Texas at Austin, August 2010.
- PEREZ DE LA RIVA, Juan. **Los chinos em Cuba (1847-1880): contribución al estudio de la inmigración contratada em el Caribe**. Cuba: Editorial de Ciências Sociales, 2000.
- SANTOS, Marco Aurélio dos. Migrações e Trabalho sob Contrato no Século XIX. *História (São Paulo)* v.36, e12, 2017.

SCOTT, Rebecca. **Emancipação escrava em Cuba:** a transição para o trabalho livre (1860-1899). Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

YUN, Lisa. **The coolie speaks:** Chinese indentured laborers and African slaves in Cuba. Philadelphia: Temple University Press, 2008.

“ESTAS TERRAS PERTENCEM A MIM! ” DISPUTAS ENTRE A COMISSÃO DE TERRAS E OS INTRUSOS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL (1889-1930)⁴³⁸

Gabriela Luiza Magro
Graduanda em História UPF. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPERGS

Dra. Rosane Marcia Neumann (Orientadora)
Professora do PPG em História/UPF

Introdução

O presente artigo trata da relação entre o Estado e os intrusos no processo de regularização do acesso e posse da terra no Norte Rio-grandense, no período da Primeira República. Em escala de observação reduzida, busca-se verificar quem eram os intrusos, onde se localizavam, o perfil das intrusões, os conflitos, e a atuação do Estado, via Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, na resolução dessa problemática. Enfim, os sujeitos envolvidos e as medidas adotadas foram fundamentais para a reconfiguração agrária da região. O estudo contribui para compreender a inserção dos imigrantes e seus descendentes no espaço agrário da região, onde assumiram papel central na pressão pela posse da terra, via intrusão.

Terras e intrusão

A região do Planalto Rio-grandense apresenta uma formação agrária multifacetada na virada do século XIX para o século XX, tanto no que se refere à formação e delimitação do espaço territorial do latifúndio e das colônias, quanto aos sujeitos envolvidos, no caso, proprietários de terras, Estado, lavradores nacionais, colonos e colonizadores.

⁴³⁸ O presente artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa Terras e Colonização no Norte do Rio Grande do Sul na Primeira República, com apoio do CNPq (2015-2018), sob coordenação da professora Dra. Rosane Marcia Neumann. Sobre o tema, ver as publicações Neumann (2016) e Neumann (2017).

A instalação de colônias públicas e privadas na região iniciou efetivamente na década de 1890, com a fundação da colônia Ijuí, no município de Cruz Alta, atendendo às demandas locais registradas ao longo da segunda metade do século XIX, bem como em resposta aos vários estudos realizados pelo próprio governo provincial, sobre a viabilidade de projetos de tal natureza (NEUMANN, 2016).

De modo geral, os núcleos coloniais foram instalados nas zonas florestais, tendo em visto que as áreas de campo já estavam ocupadas pelo grande latifúndio, voltado à produção pecuária. Desse modo, por um lado, não concorriam com a estrutura do latifúndio, mas por outro, entraram em contato e confronto direto com a posse precária da terra dos lavradores nacionais, cuja atividade central era a agricultura de subsistêmica e o extrativismo da erva-mate.

O processo de regulamentação do acesso à propriedade da terra e a normatização de uma política de colonização, definindo os papéis de todos os agentes envolvidos, iniciou em 1822, quando foi proibida a concessão de sesmarias. Já a Lei de Terras foi aprovada em 1850 e, por seu intermédio, procurou-se legalizar as posses de terras, mediante a emissão do título de posse. O acesso à terra só seria possível por meio de compra, doação ou herança. Porém, a Lei de Terras, regulamentada em 1854, era burlada de todas as formas (IOTTI, 2010). A imigração e a colonização, no decorrer do século XIX, foram dirigidas pelo Império, que privilegiou a entrada dos imigrantes de posse de capital suficiente para arquirir seu lote de terras.

Em 1889, o novo regime republicano estipulou que as posses anteriores a 15 de novembro deveriam ser legitimadas em um prazo de dois anos, comprovando a moradia efetiva e a sua exploração, bem como passou a responsabilidade pelo cumprimento da legislação aos Estados. No Rio Grande do Sul, a Lei de 1900 abriu outras formas de acesso à terra, como o arrendamento, e reconhecia as posses feitas à revelia desde então. Subsequente, foram emitidos vários decretos-lei, na instância federal e na estadual, detalhando e conceituando terras devolutas, colônias, formas de acesso e manutenção da propriedade da terra, dívida colonial e intrusão (IOTTI, 2010). Logo, a posse de terra e a colonização passaram à ordem do dia.

Os estudos historiográficos apontam a política de colonização como uma forma de legitimação e regularização da propriedade da terra no Rio Grande do Sul (cf. ROCHE, 1969; NEUMANN, 2016). Nesse sentido, no território abrangido então pelo

município de Passo Fundo, havia extensas áreas de terras devolutas, somadas a sesmarias históricas, aguardando a medição. Em meio a esse caos legal, o Estado, via Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, tinha por tarefa legitimar o latifúndio, retirar ou regularizar os posseiros e desembaraçar as terras para colonização.

Nota-se que a instalação de colonos na região, provenientes da imigração espontânea e da realocação do excedente populacional das colônias velhas, implicava em oferecer e garantir uma estrutura da propriedade agrária legalizada. Ou seja, no ato de sua instalação, o colono exigia a escritura da propriedade de terra que estava adquirindo. Esse novo cenário implicou no avanço da regularização das posses precárias de terras, ao mesmo tempo em que ocasionou inúmeros problemas, como títulos duplicados, conflitos e expulsão de proprietários irregulares, afetando especialmente o lavrador nacional. Paralelamente, a própria regulamentação do acesso e posse da terra foi modificada, visto que o termo posse e posseiro foram gradualmente substituídos pelos termos intrusão e intruso, agora criminalizados e passíveis de expulsão (IOTTI, 2010).

A Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo foi criada pelo Decreto nº 1.090, de 17 de maio de 1907, assinado por Borges de Medeiros, com o objetivo de “demarcar a área de terras devolutas doadas a colonos nacionais e estrangeiros, a título de compensação nos termos do Decreto n. 596 de 10 de fevereiro de 1902 e do Edital da Secretaria de Obras Públicas de 17 de Janeiro de 1906” (IOTTI, 2001, p. 822). A atuação da referida Comissão incluía também a área de Guaporé e Lagoa Vermelha.

Segundo a Diretoria de Terras e Colonização, a intrusão é “uma forma de perturbação da propriedade, circunscrita às terras de mato, e praticada raras vezes com intenção criminosa”. No seu entender, a intrusão teve origem no abandono em que estiveram, por um longo tempo, as terras devolutas, tornando-se hábito, com o passar dos anos, avolumando-se com o crescimento da população colonial, somado a outros fatores, como o movimento revolucionário (1893) e o estabelecimento da última corrente imigratória pela União.⁴³⁹

Baseado em dados imprecisos de intrusos em terras públicas e particulares, a Diretoria de Terras e Colonização calculava-os em mais de 50.000 pessoas, a julgar

⁴³⁹ Relatório da Diretora de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d’“A Federação”, 1919, p. 351-355. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

pelas áreas ocupadas e pela densidade da ocupação. Para combater essa prática, além da legislação de terras, foram emitidos vários editais a partir de outubro de 1918, permitindo o despejo, com a perda completa das benfeitorias, dos intrusos recentes. Aos mais antigos, a Comissão de Terras e Colonização demarcava a área ocupada até então para a agricultura, quando solicitado, podendo o ocupante adquiri-la pelo valor de mercado, acrescido de mais de 50%. “A nenhum agricultor que necessite de terras para o seu estabelecimento, o Estado se recusa [...]. Quando não tiverem dinheiro, o pagamento dos lotes será feito em prestação de serviços na construção de estradas e caminhos”. Já o Edital Complementar de 30 de maio de 1919, para os casos de intrusão “em terras do domínio privado”, estabeleceu que o Estado só ampararia os ocupantes estabelecidos anteriormente àqueles editais, o Governo do Estado deixará inteiramente expostos aos despejos que os respectivos proprietários promoverem”.⁴⁴⁰

Acompanhando esse movimento de regularização da propriedade da terra, o governo estadual aprovou o *Regulamento de terras e colonização*, em 4 de julho de 1900, e adotou como política a verificação e legitimação das posses de terras, reavendo ao Estado as terras apropriadas de forma ilegal e duvidosa, bem como a discriminação das terras devolutas e sua posterior venda e colonização (IOTTI, 2010). As medições e a legitimação das posses de terras foram um processo lento, estendendo-se ao longo das duas primeiras décadas do século XX.

Os trâmites burocráticos para a legitimação de uma posse de terras envolviam vários documentos e, na maioria das vezes, demorava meses ou mesmo anos, até o despacho final. O demandante dava início ao processo com a entrada na Comissão de Terras e Colonização, via requerimento, solicitando a verificação e legitimação de posse. Autorizada pela Diretoria de Terras e Colonização, esta efetuava o processo de verificação de posse para, posteriormente, proceder à medição, elaborar a planta e o cálculo analítico. Por fim, o então Presidente do Estado assinava e expedia o título de posse. É fato que o processo era, muitas vezes, atravessado pelos interesses e pelas pressões dos demandantes, bem como dos próprios funcionários, amarrados em uma rede de relações de poder.

⁴⁴⁰ Relatório da Diretora de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d’“A Federação”, 1919, p. 351-355. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Ao analisar a documentação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, especialmente os relatórios e a correspondência trocada com a Diretoria de Terras e Colonização, fica evidente que significativa parcela dos proprietários da região possuíam títulos de terras concedidas como sesmarias, mesmo quando esse sistema estava sendo extinto. Posteriormente, na sucessão da propriedade por inventário ou compra e venda, os proprietários requereram a posse, porém, nem sempre regularizaram a medição, conforme atestam os ofícios da Comissão, quando se referem a “legitimação de posse atendendo a Lei de Terras de 1850”, reclamando, nesses casos, da imprecisão dos limites, dados incompletos, ausência dos autos de medição e demais documentos, dúvidas sobre o apossamento de terras devolutas.⁴⁴¹

Quando notificados pelo Estado, os ocupantes das terras, em geral, alegavam estar nas mesmas há várias gerações, de forma “mansa e pacífica”, mantendo “cultura efetiva e moradia habitual”, mesmo sem ter a documentação em mãos. Nesses casos, o primeiro passo era tentar localizar o auto de medição na Comissão de Terras e Colonização e, posteriormente, no Arquivo da Secretaria de Obras Públicas. Caso a documentação não fosse localizada, de acordo com a legislação em vigor, a terra retornava ao domínio do Estado e, em caso de provar cultura efetiva e moradia habitual, a parte ocupada poderia ser legitimada ao proprietário. Situação esta se verificou com uma área na divisa com a Colônia Sananduva. Em outra situação, uma família, que era proprietária de uma grande gleba de terras, teve a propriedade fracionada e parte dela vendida pelos herdeiros. Ao requerer a área global, na ausência de documentos, a Comissão lhes concedeu a área que cultivavam, sendo que teriam que comprar a parte restante. Em outro caso, ao não localizar um auto de medição, o argumento empregado foi o seu extravio durante a Revolução Federalista de 1893-1895. (NEUMANN, 2017).

No ato da compra e venda, o preço por hectare de terra era arbitrado pelos funcionários da Comissão de Terras e Colonização, entre 1,2 e 2,00 réis o metro quadrado. Seu poder de decisão e persuasão transparece na documentação, induzindo a Diretoria de Terras e Colonização central na tomada de decisão: “[...] penso que devem ser concedidas”, nos casos em que concordava, ou “penso que deve ser indeferido”, quando discordava.⁴⁴² Em casos de requerimentos duvidosos, os funcionários

⁴⁴¹ Documentação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, 1907-1930. AHR-UPF.

⁴⁴² Documentação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, 1907-1930. AHR-UPF. Ver NEUMANN, 2016; 2017.

investigavam-os junto às autoridades locais ou pessoas de confiança, como o Intendente, padre, comerciante. Imprevistos, conflitos e ameaças também faziam parte do cotidiano dos funcionários da Comissão de Terras e Colonização: nesse caso, os supostos proprietários das posses de terras estavam defendendo o que julgavam possuir, enquanto os funcionários, como braços do Estado, eram responsáveis pela execução da lei.

Estado, colonos e intrusos na colônia Chimarrão

Embora a legislação apenas tenha tratado diretamente da intrusão no final da década de 1910, com a emissão de sucessivos editais orientativos, a legislação, desde a Lei de Terras, já amparava a expulsão dos posseiros, ao limitar o acesso à terra por meio da compra, exigindo, então, como documento probatório o título de legitimação de posse. Ainda, a escritura pública de compra e venda assegurava tratar-se de terras livres e desembaraçadas, argumento sempre retomado nos casos de despejo. Com as devidas ressalvas, a colonização representou o cercamentos dos campos na região do Planalto Rio-grandense, último reduto do lavrador nacional.

O posseiro histórico do século XIX e início do século XX era o lavrador nacional, também apontado pela historiografia como caboclo. Trata-se muito mais de uma definição quanto ao seu modo de vida e sua condição social, do que uma qualificação étnica. De modo geral, esses sujeitos ocupavam uma pequena gleba de terras, sem o título de posse, praticando uma agricultura de subsistência, ou atividades sazonais, como o extrativismo da erva-mate. Em inúmeros casos, ocupavam áreas às margens do grande latifúndio, onde prestavam serviços como lavradores ou peões. Entretanto, a sua condição social de posseiro alterava para proprietário, quando obtinha o título de posse da área ocupada.

No decorrer da atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, esta registrou a presença de elevado número de colonos, de origem imigrante, na condição de intrusos, ou seja, ocupando áreas de terras sem o título de posse ou escritura pública. Inquiridos pelas autoridades, justificavam razões as mais diversas, desde terem sido esbulhados pelo proprietário anterior, que não forneceu escritura; terem sido enganados por especuladores e advogados; o desconhecimento da língua

nacional e os trâmites burocráticos; até a simples ocupação em razão de pobreza extrema.

Houve também casos *sui generis*, onde o próprio Estado, a partir de uma posição de ocupação estratégica, originou um cenário de intrusão, como na colônia Chimarrão, cujos desdobramentos extrapolaram os limites da colônia. A colônia Chimarrão foi formada pelo governo do Estado em 1897, como um prolongamento das linhas 3ª a 10ª da colônia Alfredo Chaves (elevado a município em 1898, atual Veranópolis), situada entre o rio da Prata e o rio Turvo, no limite entre a zona de colonização italiana e os Campos de Cima da Serra de Lagoa Vermelha e Vacaria.⁴⁴³ Contudo, os indícios apontam que as primeiras famílias de imigrantes italianos já se instalaram em 1892.⁴⁴⁴

Em 1897, a Diretoria de Terras e Colonização apontava para a existência de cerca de 100 lotes de terras devolutas entre os rios Turvo e Prata, nas adjacências da colônia Alfredo Chaves, que deveriam ser divididos para o estabelecimento de imigrantes italianos, visto a escassez de terras disponíveis nas colônias já demarcadas de Alfredo Chaves e Guaporé.⁴⁴⁵ Já em 1898, a mesma Diretoria de Terras de Colonização informava que havia uma extensa área de terras devolutas, sobre as quais se manifestavam “pretenções cobiçosas” e, por ordem de Borges de Medeiros, presidente do Estado, foi determinada a ocupação, estabelecendo-se neles os imigrantes recém-chegados no ano anterior, evitando a sua permanência no barracão do imigrante por longo tempo, mandando proceder a medição de cem lotes rústicos. Contudo, reclamava da morosidade nos trabalhos de medição, acrescido ao fato de que esses imigrantes já estavam instalados, e precisavam harmonizar os ânimos, bem como cobrar a dívida colonial.⁴⁴⁶ Entretanto, por falta de recursos, os trabalhos só foram iniciados e alguns poucos lotes regularizados.

⁴⁴³ Relatório dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé, em julho de 1897. Porto Alegre, Oficinas Typográficas d’A Federação, 1897. Memorial do Legislativo Estadual do Rio Grande do Sul.

⁴⁴⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/protasio-alves/historico>

⁴⁴⁵ Relatório dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé, em julho de 1897. Porto Alegre, Oficinas Typográficas d’A Federação, 1897. Memorial do Legislativo Estadual do Rio Grande do Sul.

⁴⁴⁶ Relatório dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado Cândido José de Godói, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria d Globo – L. P. Barcellos & C., 1911. OP 25, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Os imigrantes italianos, em torno de 200 a 300 famílias, permaneceram ocupando a área da colônia e arredores, de forma precária, até 1911, quando as medições foram retomadas. Já nesse contexto, foram regularizados como intrusos. Ou seja, ocupavam a área há mais de 14 anos, sem título legal e sem pagar a dívida colonial. As medições foram retomadas em virtude da demanda de grandes proprietários das imediações e da expectativa de haver extensas áreas de sobras de terras, de cerca de 5 léguas quadradas (cerca de 18 mil hectares), o que não se confirmou. O trabalho da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo concluiu que a maioria dos títulos de propriedade eram legítimos, muitos deles remontando à Fazenda do Prata, bem como de outras áreas confinantes, embora muitos deles extraviados. Para resolver a questão, a Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo defendeu a realização de um trabalho minucioso de verificação de todas as posses e medição das terras devolutas. Calculava-se a área da colônia Chimarrão em 6 mil hectares, mais meia-légua de matos da fazenda S. Chrispim. Ainda, havia a expectativa de outras pequenas áreas devolutas existentes entre a colônia Chimarrão e Alfredo Chaves.⁴⁴⁷

Justamente por estar situada em uma área de fronteira indefinida entre a zona de colonização italiana e os Campos de Cima da Serra, a colônia Chimarrão permaneceu inicialmente sob a jurisdição da Comissão de Terras e Colonização de Alfredo Chaves, passando em 1911 à jurisdição da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, quando esta incorporou sob sua abrangência o município de Lagoa Vermelha. Nesse contexto, o trabalho de regularização dos lotes de terras ocupados pelos imigrantes italianos foram retomados. Além dos primeiros imigrantes italianos instalados pelo Estado, havia outras famílias, que se dirigiram à região, atraídos pela possibilidade da exploração da madeira, como o pinheiro, e a fertilidade das terras. A ausência do Estado para legitimar essa ocupação e de outros requerentes, permitiu a sua permanência, criando uma ocupação embaraçosa e complexa.

⁴⁴⁷ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé, em 30 de julho de 1898. Porto Alegre, Oficinas Typográficas d'A Federação, 1898. Memorial do Legislativo Estadual do Rio Grande do Sul.

Os funcionários da turma da Comissão de Terras e Colonização, liderados pelo agrimensor Octacilio Edler, estavam realizando os trabalhos de medição na colônia Chimarrão, quando iniciou uma querela por ocasião da demarcação de um travessão como divisa entre as propriedades. Segundo o funcionário, cerca de 20 colonos vieram reclamar. Para confirmar a medição efetuada e dirimir as dúvidas, o funcionário da Comissão e auxiliar de corda, solicitou ao colono Santo Boz para segurar uma extremidade da corda e auxiliar na revisão da medição. Concluídos os trabalhos, foi confirmada a exatidão da medição anterior. Os três colonos que demandavam a posse de um erval, foram prejudicados pela medição. Os colonos reclamantes, Ferdinando Massiero e Santo Boz, na presença de outros colonos, teriam agredido o funcionário da Comissão de Terras e Colonização, que “não era violento nem exercia excessos”, e este, em legítima defesa, teria se defendido com um relho que carregava consigo. Os demais colonos presentes não se envolveram e retornaram calmamente para suas casas.⁴⁴⁸

A Comissão de Terras e Colonização defendia seus funcionários pautado no princípio de que na colônia Chimarrão estavam “o refugio” dos imigrantes italianos das outras colônias. Ainda, que os dois colonos, Ferdinando Massiero e Santo Boz, foram “incitados pelo napolitano” Gaetano Peluso, que já fora expulso da colônia de Alfredo Chaves por provocar problemas e, em razão disso, reclamaram ao agente consular da Itália, Batochio, em Bento Gonçalves.⁴⁴⁹

A partir dessa reclamação, o fato assumiu outras dimensões. O agente consular dirigiu-se até a colônia Chimarrão, acompanhado pelo Intendente de Alfredo Chaves, Achiles Rezende, com o intuito de convencer os colonos a pressionar pela anexação da colônia à Alfredo Chaves, ou seja, aproveitando o fato para resolver a disputa por essas terras entre os dois municípios. Segundo as informações fornecidas pelo padre da colônia e três comerciantes à Comissão de Terras e Colonização, o agente consular não investigou a veracidade dos fatos, incitando os colonos à rebelião, mudando o foco da discussão. Ainda, teria aproveitado para se fazer presente na colônia na quinta e sexta-feira-santa, quando os colonos estavam reunidos para assistir aos ofícios religiosos.

⁴⁴⁸ Ofício expedido. Passo Fundo, abril de 1912. Serafim Terra, Chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo a Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização, Porto Alegre. Livro Correspondência Expedida 1911-1912, Fl. 151-152. AHR\UPF.

⁴⁴⁹ Ofício expedido. Passo Fundo, 21 de abril de 1912. Serafim Terra, Chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo a Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização, Porto Alegre. Livro Correspondência Expedida 1911-1912, Fl. 161-162. AHR\UPF.

Como desdobramento, foi encaminhada uma solicitação ao governo do Estado, visando a anexação da colônia Chimarrão ao município de Alfredo Chaves, assinada por cem colonos. Contudo, conforme a Comissão de Terras e Colonização, destes, apenas 32 moravam de fato na colônia, os demais, eram habitantes de Alfredo Chaves. Essa solicitação foi encaminhada e os telegramas publicados nos jornais da capital, o “Correio do Povo” e “Diário”, em 12 de abril de 1912.⁴⁵⁰

Pautado nos fatos e no alarme de um conflito eminente, o Presidente do Estado solicitou a formação de duas comissões, uma de Alfredo Chaves e outra de Lagoa Vermelha, para estudar o desmembramento. Contudo, de imediato perceberam que não havia conflitos nesse sentido e as comissões se desfizeram.

Todavia, o clima permanecia tenso na região, e outra correspondência foi direcionada ao Presidente do Estado, em julho de 1912, na qual “Gaetano Peluso, João Stella e P.e Antonio Serraglia accusam as turmas que servem sob vossa direção andarem perturbando a ordem da Colônia Chimarrão. Diz a carta que na noite de 5 de junho p. p. todos os funcionarios que ahi trabalham, embriagados, em casa de um negociante italiano renegado, insultaram aos colonos, promettendo matar.”⁴⁵¹ Nesse aspecto, as questões mais amplas acabaram em denegrir a imagem dos funcionários da Comissão de Terras, o que resultou na transferência do funcionário Octacilio Edler e a dissolução dessa turma de trabalho.

Considerações finais

Enfim, a formação da colônia Chimarrão foi uma solução rápida encontrada pelo governo do Estado para alocar um grande grupo de famílias de imigrantes italianos, com o objetivo inicial de reduzir os custos de sua hospedagem no barracão dos imigrantes, e em um momento em que não havia lotes demarcados nas demais colônias. Porém, uma medida emergencial, em razão da morosidade do próprio Estado e da elevada demanda por medição de terras, levou mais de uma década para ser regularizada.

⁴⁵⁰ Ofício expedido. Passo Fundo, 21 de abril de 1912. Serafim Terra, Chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo a Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização, Porto Alegre. Livro Correspondência Expedida 1911-1912, Fl. 161-162. AHR\UPF.

⁴⁵¹ Ofício nº 92. Passo Fundo, 2 de julho de 1912. Serafim Terra, Chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo a Octacilio Edler, Encarregado da 1º Turma, colônia Chimarrão. Correspondência Expedida 1911-1912, Fl. 233-236. AHR/UPF.

Nota-se que a chegada do Estado, via Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, na região da Colônia Chimarrão, provocou um clima de instabilidade entre os imigrantes italianos, já estabelecidos há mais de uma década, explorando livremente as terras, as madeiras e os ervais. A medição e concessão do título de terras, mediante o pagamento do lote e de impostos, por um lado, trazia a segurança material, mas por outro, rompia uma relação e um habitus já construído. Pode-se imaginar também que o imigrante italiano, ao questionar os limites de seu lote, estava defendendo uma área já ocupada, mas, ao mesmo tempo, era lembrado pelos funcionários públicos de que estava na condição de intruso, sem pagar impostos e, logo, passível de despejo.

O rompimento do equilíbrio no espaço da colônia e de suas redes sociais transparece tanto no conflito entre o funcionário da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, quanto na correspondência que denegria a imagem dos mesmos funcionários. Nos dois casos, o funcionário representa o braço do Estado, que em nome da lei, não respeita estruturas de propriedade aceitas pela comunidade constituída. Como forma de resistência, optou-se por expor a esse mesmo Estado a conduta moral de seus funcionários, com o intuito de lançar dúvidas sobre seu trabalho. Nesse caso, o afastamento do funcionário e a dissolução da turma de trabalho foi uma pequena vitória.

Ainda, percebe-se um imigrante atrelado ao jogo de interesses locais, ou seja, recorre às autoridades e à imprensa quando vê seus interesses prejudicados. Também dá a ver os sujeitos articuladores e referências locais, que são as “pessoas de confiança” da Comissão de Terras e Colonização, representados nesse caso pelo padre e os comerciantes – embora, logo em seguida, também se manifestaram contra a conduta individual dos funcionários na colônia, acusando-os de bebedeiras e perturbação.

Essa troca de acusações e correspondências emergiu a discussão sobre a jurisdição das terras da colônia Chimarrão: pertenciam a Alfredo Chaves ou Lagoa Vermelha? Por identidade étnica e historicidade da formação, estava mais próxima da zona de colonização italiana do que dos Campos de Cima da Serra. Essa disputa não foi resolvida imediatamente, mas implicou em mudanças formais. Em 18 de maio de 1917 foi criado o 7º distrito de Protásio Alves, tendo como sede a colônia Chimarrão, anexado ao município de Lagoa Vermelha. Em 1924, o distrito de Protásio Alves foi desmembrado de Lagoa Vermelha e anexado ao novo município do Prata, posteriormente, Nova Prata (1944). O distrito de Protásio Alves foi elevado a município

em 1988, com alterações nos seus limites territoriais. Parte da área, sob a denominação de distrito Chimarrão foi incorporada ao município de André da Rocha.⁴⁵²

Portanto, o jogo de escalas permite perceber a complexidade do processo de imigração e colonizaçãodo no Planalto Rio-grandense na Primeira República, o intrincado universo de acesso e posse da terra, o jogo de interesses, a intrusão de imigrantes e colonos italianos, bem como o papel ambíguio do próprio Estado. A colônia Chimarrão representa um desses casos ou locais onde aparentemente nada acontece, mas a chegada do Estado exigindo o cumprimento da legislação, provoca o rompimento de uma rede social já tecida, irrompendo demandas adormecidas até então (LEVI, 1992; GINZBURG, 1989).

Referências

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Caxias do Sul: Ed. Universidade de Caxias do Sul, 2010.

NEUMANN, Rosane Marcia. Terras e colonização: a formação da região colonial de Passo Fundo. In: MACHADO, Ironita P.; GERHARDT, Marcos. (Org.). *História do mundo rural: o sul do Brasil*. 1ed.Passo Fundo: UPF Editora, 2017, v. , p. 113-139.

NEUMANN, Rosane Marcia. Latifúndio, colonização e intrusão: a reconfiguração da propriedade da terra em Passo Fundo (1889-1930). In: *XII Encontro Estadual de História*

⁴⁵² Ato n.º 124 - B, 15 de janeiro 1898 – Cria o município de Alfredo Chaves; Ato Municipal de Lagoa Vermelha n.º 479, 18 de maio 1917 – Adota o nome de Protásio Alves para o povoado Colônia do Chimarrão, sede do 7º distrito; Decreto n.º 3.351, 11 de agosto 1924 – Eleva à categoria de município o atual território dos 2º, 5º e 6º distritos de Alfredo Chaves (hoje Veranópolis), com a denominação de município do Prata, tendo por sede a vila do mesmo nome, antiga Capoeiras, [desmembra do município de Lagoa Vermelha o distrito de Protásio Alves, para constituir o novo município de Prata]; Decreto n.º 5.127, 24 de outubro 1932 – Anexa parte do território de Lagoa Vermelha – os distritos de Araçá, Protásio Alves e Paraí – ao município de Prata; Decreto n.º 7.199, 31 de março 1938 – Eleva o município de Prata à categoria de cidade. Decreto- Lei n.º 720, 29 de dezembro 1944 – Adota o nome de Nova Prata para o município do Prata; Por ato municipal n.º 16, de 08-11-1904, é criado o distrito de André da Rocha e anexado ao município de Lagoa Vermelha. Pela lei municipal n.º 1746, de 12-08-1965, é criado o distrito de Chimarrão e anexado ao município de Lagoa Vermelha. Pela lei estadual n.º 8629, de 12-05-1988, alterada em seus limites pela lei estadual n.º 8998, de 11-01-1990, desmembra do município de Lagoa Vermelha os distritos de André da Rocha e Chimarrão, para constituir o novo município de André da Rocha. (Lagoa Vermelha, RS. Histórico. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndesosul/lagoavermelha.pdf>. Acesso em 15 out. 2018.; Protásio Alves, RS. Histórico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/protasio-alves/historico>. Acesso em 15 out. 2018; Alfredo Chaves. Sucessão de Tabelionato. Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314037899.ISAD_Tabelionatos.pdf. Acesso em 14 out. 2018.

Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos

ANPUH-RS: Ensino, direitos e democracia, 2016, Santa Cruz do Sul. *Ensino, direitos e democracia: anais*. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016. v. x. p. 1-13.

ROCHE, Jean. *A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

**SUJEITO, MIGRAÇÃO, ECONOMIA: ANÁLISE DO
RELATÓRIO METODOLÓGICO DO BANCO CENTRAL DA
COSTA RICA: OS TRABALHADORES
TRANSFRONTEIRIÇOS E SAZONAIS NA COSTA RICA**

Gustavo Hernandez Castro

ghernandezc@uned.ac.cr

Universidad Estatal a Distancia, UNED-Costa Rica

Introdução

Este trabalho destina-se a explorar o discurso como uma construção mítica, (BARTHES, 1999), os relatórios do *Banco Central da Costa Rica (BCCR): Trabalhadores transfronteiriços e sazonais na Costa Rica, 2013-2014*, e o Manual de Balança de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (MBP) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o link com as condições de trabalho para a população imigrante.

É o resultado de uma pesquisa de natureza longitudinal sobre a população imigrante na Costa Rica, que começou no ano de 2011 (HERNÁNDEZ, 2014). O texto é dividido em três seções. A primeira, explica as categorias de conhecimento, poder e governança, sustentada pela proposta teórica de Foucault, a fim de delimitar as categorias na exploração dos discursos referidos. A segunda, examina o relatório técnico do BCCR e MBP-FMI, a fim de estabelecer relações de poder, no discurso, que afetam a realidade econômica do país e dos trabalhadores migrantes. Na terceira seção, as correlações principais, no que diz respeito ao envolvimento da população, são expostas aos migrantes e suas oportunidades de trabalho permitem adentrar a lógica da mobilização social.

É importante ressaltar, que a análise discursiva, através do pensamento Foucaultiano, não deve ser entendida como uma receita simplesmente para estudar um

fato social. A importância da contribuição do Foucault nas ciências humanas é, precisamente, fornecer as ferramentas metodológicas para que se possa encontrar no discurso, esses elementos (mecanismos de poder), que permitem estabelecer relações de poder e, ao mesmo tempo, mostrar como estes são usados por aqueles que detêm o poder e o exercem de acordo com sua ideologia e sua prática política. Assim, um dos mecanismos utilizados por organizações internacionais e entidades governamentais, são os relatórios técnicos, que pretendem explicar uma realidade, que muitas vezes contrasta com a própria realidade.

Conhecimento, poder e subjetividade

A proposta metodológica e discursiva de Foucault pode ser diferenciada em três fases intelectuais. A primeira é devido à reflexão do conhecimento, que se torna explicativa na arqueologia e consiste de oito anos (1961-1969); a segunda fase tem a ver com a meditação do poder e sua sustentação através das Normas da genealogia que atinge os anos de 1970 a 1977, a terceira e última fase durou sete anos (1977-1984), na qual Foucault trabalha o conceito de governança e, com este, exclusivamente, a questão da subjetividade. A figura a seguir mostra as diferentes fases da metodologia Foucaultiana pensada. (DÍAZ, 2003). CONHECIMENTO é a fabricação de temas e produção de verdades, construídas em diferentes fases históricas das sociedades humanas. Das relações discursivas, se estabelecem explicações dos fenômenos e fatos da realidade que se tornam verdades para uma determinada classe social que, por sua vez, representa um sistema ideológico em particular. O essencial é a construção da arqueologia (exploração das Normas dessas implicações que permitem a criação de uma estrutura teórica para explicar a realidade), e a busca para o objeto que é encontrado a partir das relações discursivas. (ARAÚJO, 2008). Em relação às questões de PODER, Foucault estudou os mecanismos e dispositivos que são exercidos em diferentes níveis ou formas dentro da sociedade (ÁVILA, 2007). Esta disciplina, em particular, é parte do dispositivo por meio do qual é exercido esse poder; a respeito disso (FOUCAULT, 1988, p. 140) diz que "...em toda sociedade, o corpo fica sujeito a poderes limitados, que lhe impõem coerções ou obrigações".

GOVERNANÇA é a relação da tecnologia de dominação e sua conexão consigo mesmo, (sujeito) distinguindo quatro tipos de tecnologias: produção, sistema de sinais, poder e 4 do eu. Foucault também estudou como a confecção e o poder estão organizados para determinar ou comportar duas empresas individuais com uma finalidade específica, ou seja, colocar uma objetivação no sujeito (FOUCAULT, 1978).

Quando Foucault estuda as práticas sobre as relações de poder, as tecnologias de controle e a microfísica do poder aplicado às sociedades, para compreender a subjetividade moderna, ele está focando o sujeito moderno com relação à realidade e à subjetividade. Ele sustenta duas teses fundamentais:

- O assunto tem sofrido várias transformações que estão relacionadas com as mudanças político-econômicas nas sociedades modernas;
- Há uma variedade de técnicas usadas para as relações de poder e conhecimento que marcam o indivíduo, tornando-o um objeto de conhecimento.

A consistência epistemológica dessas duas teses reside no fato de as práticas coercitivas não serem uma consequência das teorias legais, mas sim, de uma anatomia política na qual os seres humanos são os atores que interagem constantemente na dinâmica social cotidiana. Foucault afirma que, nessa anatomia política, a objetividade é expressa, não apenas no corpo, mas, também na alma; e com isso, reflete no indivíduo e, conseqüentemente, na sociedade. Mas, ao mesmo tempo, essa anatomia política tornou possível a fabricação de um indivíduo calculável. Uma tecnologia dos corpos que concede conhecimento e poder ao indivíduo; a esta justaposição filosófica, Foucault chama de “desbloqueio epistemológico das ciências humanas”. (HERNÁNDEZ, 2018). As ciências humanas não são a história em si, nem os pensamentos, nem imagens, ou representações, mas as normas que, na medida em que eles operam em práticas sociais, têm regras (conhecimento e poder) e estão ligadas aos eventos que fazem o objeto individual. O assunto torna-se transcendente ao conhecimento (imanência). Em outras palavras, o assunto é constituído de eventos e conhecimentos subsequentes, mas numa relação representativa da consciência. (FOUCAULT, 1968).

Quando Foucault estuda os aspectos práticos das relações de poder, tecnologias de controle da microfísica do poder aplicado às sociedades, para entender a subjetividade

moderna, está em condições de entender ou aceitar a moderna, com relação à realidade e à objetividade. Nesse enfoque, ele defende duas teses fundamentais:

- O assunto tem sofrido várias transformações que estão relacionadas com mudanças político-econômicas nas sociedades modernas;
- Existe uma variedade de técnicas usadas para a relação de poder e confecção que marcam o indivíduo, tornando-o um objeto do conhecimento. Uma consistência epistemológica usa duas teses e reside no fato de que práticas coercitivas não são uma consequência de teorias legais, mas sim, uma anatomia política, onde os seres humanos são os atores que interagem constantemente na dinâmica social, durante todos os dias.

Os aspectos humanos não são uma história em si, nem são pensamentos ou representações, mas discursos que, na medida em que operam em práticas sociais, têm regras específicas (conhecimento e poder) e são eventos ligados que fazem o objeto indivíduo, tornando o assunto transcendente ao conhecimento (imanência). Em outras palavras, o assunto é constituído de eventos e confecções subsequentes, mas em uma relação representável de consciência (FOUCAULT, 1968).

Normas reguladoras para os trabalhadores transfronteiriços e sazonais da Costa Rica

Na Costa Rica a Lei Geral de Migração e seus artigos 94, nº 1:

São trabalhadores transfronteiriços os vizinhos das áreas fronteiriças da Costa Rica, autorizadas pela Direção-Geral a ingressar no território nacional e assim profissionalizar-se para realizar atividades assalariadas, levando-se em conta o seguinte: Referências, entre outros, nos conhecimentos técnicos aplicados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (...)

A lei inclui trabalhadores transfronteiriços indígenas, o que garante pelo menos na legislação, a não discriminação dessa população. Além disso, o artigo 94, parágrafo 2, define os trabalhadores temporários, tais como aqueles:

(...) sendo pessoas estrangeiras que estão autorizadas pela Direção-Geral a entrar e permanecer no país, ficando nele com o propósito de desenvolver atividades econômicas de natureza temporária, a pedido de uma parte interessada do país, ou do próprio trabalhador, fora dela.

Trabalhadores temporários, no contexto da lei que os rege, podem trabalhar apenas em atividades econômicas produtivas, em que os empregadores estão autorizados a fazer. No entanto, na Costa Rica, no período de 2013-2014, os trabalhadores transfronteiriços

temporários tiveram, principalmente, nacionalidades da Nicarágua e do Panamá, e muito pouco de El Salvador.

Trabalhadores transfronteiriços e sazonais da Costa Rica

O relatório técnico do BCCR 2013-2014 e o MBO do FMI (2009), relativo a trabalhadores transfronteiriços e sazonais, destinam-se a orientar as atividades das receitas e despesas do trabalho de estrangeiros na atividade agrícola da Costa Rica, no período de 2012-2014. Essas pessoas (migrantes temporários), são de El Salvador, Nicarágua e Panamá. Também uma força de trabalho (Costa Rica), move-se para a fronteira com o Panamá, para trabalhar em atividades relacionadas com o comércio.

A seguir elencamos os objetivos que permitiram a realização do relatório do projeto:

Aproximar as receitas e despesas dos trabalhadores estrangeiros temporários e transfronteiriços na Costa Rica.

Estimar as receitas e despesas dos trabalhadores costariquenhos transfronteiriços (p. 4-5).

Exigir recibos das despesas de trabalhadores transnacionais e temporários estrangeiros na Costa Rica.

Estimar as entradas e saídas dos trabalhadores fronteiriços na Costa Rica (p. 4-5).

No desenvolvimento da Balança de Pagamentos (BP) da Costa Rica, o BCCR é guiado pelas recomendações do FMI no MPB. A BP é uma sistemática que reúne todas as transações realizadas entre residentes e não residentes, em um determinado período e num território econômico definido. Esta declaração abrange a conta de bens e serviços, conta de rendimentos primários e secundários, conta de capital e conta financeira. O território econômico é definido como qualquer área geográfica ou jurisdição sobre quais estatísticas de ascensão que alimentam a BP.

No território econômico, o controle está sujeito a um único governo, no entanto, o FMI reconhece outros tipos de territórios econômicos, tais como, as partes de uma economia, uma região do mundo como um todo, uma agência internacional (FMI, BM, etc.), as zonas especiais (zona de livre comércio, centro financeiro offshore, etc.). Ao mesmo tempo, os territórios econômicos refletem todos os tipos de escopo para a política ou análise macroeconômica (FMI 2009). Além disso, os critérios utilizados para classificar uma pessoa como residente são: (ver ponto E. Residência, FMI 2009):

1. Se a casa de um residente estiver em território econômico, onde seus membros ocupam uma ou mais habitações, ele não pode usá-las como

sua residência principal. Em outras palavras, deve estabelecer o lugar de referência no centro do interesse econômico.

2. A estadia por um ano ou mais no mesmo espaço territorial, é considerada residente.
3. Quando um trabalhador se desloca no país, no período de menos de um ano de residência, as remessas que faz ao país de origem, representam parte do rendimento recebido.
4. Os trabalhadores que vivem há menos de um ano no país e cruzam a fronteira, não são clasificados como residentes no país de destino; se estão recebendo salários, fazem parte da folha de pagamento dos outros empregados que compoem a BP.
5. Os trabalhadores transfronteiriços ou trabalhadores sazonais, são considerados residentes, sempre que atravessarem as fronteiras por um curto período de tempo, para realizarem um trabalho. Os trabalhadores fronteiriços são pessoas empregadas, que atravessam de um territorio para outro, para atenderem um local de trabalho. Os trabalhadores sazonais atravessam a fronteira durante certos períodos, como em tempo de colheitas ou nas estações de turismo, para um local de trabalho.

De acordo com o relatório do BCCR, no período de 2013-2014, [tabelas 1 e 2] entraram no país 41.509 trabalhadores dedicados a atividades agrícolas relacionadas com o cultivo e a cultura do café, melão, cana-de-açúcar, laranja e banana. Além disso, uma parte da população migrante foi dedicada às atividades do comercio.

Tabela 1 . Trabalhadores migrantes que ocuparam as plantações de café, melão, cana de açúcar, banana e laranja na Costa Rica (2013-2014)

Actividade económica	Número de trabalhadores (41 509)	Nacionalidade	Percentagens de distribuição de acordo com trabalho de proveniência
Café	33 478	Panamá	70%
		Nicarágua	30%
Melão	1 836	Nicarágua	100%
Cana de açúcar	4 322		
Banana (Sixaola e Limón)	623	Panamá	15,25%
Laranja	1 250	El Salvador	0,5%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do BCCR (2014)

Tabela 2. Os trabalhadores transfronteiriços que exercem atividade no setor de comércio na fronteira de Paso Canoas Costa Rica-Panamá (2013-2014)

Actividade económica	Número de trabalhadores (2 433)	Nacionalidade	Percentagens de distribuição de acordo com trabalho de proveniência
Comércio (Fronteira sul: Costa Rica-Panamá))	987	Costa Rica	40,57%
	1 446	Panamá	59,43%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do BCCR (2014).

O relatório do BCCR (2014) destaca, ao longo do texto, que os trabalhadores temporários do café, melão, cana-de-açúcar e laranja, receberam US 63,6 milhões de dólares e os trabalhadores transfronteiriça da Costa Rica e Panamá que trabalharam no comércio (fronteira Costa Rica-Panamá), durante a temporada de 2013-2014 (tabela 3), receberam \$7,2 milhões. O relatório aponta que a renda líquida recebida pelos trabalhadores nos setores do melão, era de US 4,1 (tabela 4); cana-de-açúcar, US 12,8 (tabela 5); Laranja, US 2,9 (tabela 6); banana, US 4,06 (tabela 7); e café, US 39,5 milhões (tabela 8). Além disso, os rendimentos no negócio elevou-se para US 7,2 milhões de dólares, no mesmo período.

Ao analisar os relatórios do BCCR (2014) e FMI (MBP) com a perspectiva teórica de Foucault, na categoria do SABER, pode-se afirmar que essas palestras técnicas, são feitas para serem aplicadas ao pé da letra. As normas técnicas são elaboradas para os países desenvolverem relatórios econômicos. Neste caso, os registros contábeis das receitas e despesas dos residentes (temporários e trabalhadores fronteiriços). Com base no discurso técnico, pode-se afirmar que a tese de que a população ganhou uma renda de US 70,9 milhões é verdadeira (tabela 3). Assim é que eles estão registrados na contabilidade do país.

Em relação às questões de PODER, é possível afirmar que o Estado da Costa Rica, desde suas instituições, como o BCCR e o Ministério do Trabalho, estabelece mecanismos e dispositivos de disciplina para os migrantes (trabalhadores temporários e transfronteiriços), que podem realizar apenas um trabalho, ou determinadas atividades agrícolas, desde que lhe sejam dadas "autorizações temporárias" ou "permitido" sua entrada. Isto ocorre dentro do quadro estabelecido pelo FMI e seus mecanismos de

registo na balança de pagamentos (BdP), em que os "moradores têm estadia no lugar do centro de interesse econômico e onde é permitido permanecer por um ano ou mais em um território, ou que tenham a intenção" (FMI, 2009, p, 72), entre outras disposições econômicas globais, que imponham sobre o assunto, restrições e obrigações imperceptíveis, mas decisivas para a construção de sua subjetividade.

A GOVERNANÇA, entendida como a relação das tecnologias dominantes e sua relação com o sujeito, é definida a partir das duas categorias anteriores (CONHECIMENTO e PODER). Neste caminho e através do discurso técnico (relatório BCCR, 2014) e do discurso político (critérios do FMI, 2009), ocorrem discursos hegemônicos de poder que se referem à população migrante. Neste caso, os trabalhadores temporários e transfronteiros, carregavam para seus países US 70,9 milhões em um período agrícola, em adequadas condições de trabalho (de quarto, serviços médicos, outros), que lhes oferecia o país como residência para realizarem o trabalho para o qual foram contratados.

No conteúdo dos textos de análise do discurso em referência, é possível recriar um sistema de sinais que mitifiquem essa dupla realidade. Usando uma metodologia econométrica, é estabelecido que os trabalhadores temporários e transfronteiriços recebem uma renda líquida de US 70,9 milhões de dólares, sem entrarem (parece que isso não interessa) para a realidade diária dos migrantes e suas famílias, marcado por privações materiais básicas (DGME, 2012, 2017), que acabam objetivando a relação sujeito-objeto, necessária para a circulação de mercadorias. (HERNÁNDEZ, 2018).

Resultados da análise de desconstrução do relatório técnico BCCR (2014)

Embora seja verdade que os dados fornecidos pelo BCCR (2014) provêm de diversos relatórios fornecidos pelas instituições que estão envolvidas nos sectores agrícolas (melão, cana-de-açúcar, café, laranja e banana), e no comércio, que deve informar suas receitas e despesas para que a instituição possa preparar sua BdP, é importante considerar alguns aspectos de interesse nesta análise:

1. É verdade que a renda total relatada na BdP elevou-se à US 70.939.819 (tabela 3), e as despesas foram de US 28.493 .719, dando (subtotal) um lucro líquido de US 35.184.151. Este número, dividido entre os 41.509

trabalhadores temporários, resulta numa renda média mensal de \$847,63 per capita.

2. Um fato curioso que merece uma análise profunda tem a ver com referência aos itens de transporte local, hospedagem, alimentação (água, luz, telefone), serviços médicos, cuidados pessoais e recreação (caminhadas, bebidas, outros), que totalizam US 28.493.719, registrados nas demonstrações financeiras das empresas cadastradas pelo BCCR. Esses dados mostram um contraste significativo com a realidade desses trabalhadores "contratados" para essas tarefas agrícolas, uma vez que os dados não refletem a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. A população migrante ocupa empregos de baixa qualificação e baixos salários. De acordo com a pesquisa do INEC, eles obtêm 58,6% do salário médio que os costarriquenhos ganham (66% no caso dos homens e 55% entre as mulheres). (INEC, 2016).

Se os dados forem classificados por atividade econômica (separando-os do relatório consolidado), temos as seguintes conclusões:

1. Na atividade meloneira (Nicarágua): temos que a renda bruta no IV T, no período de 2014 e primeiro de 2014, respectivamente, foi de US 4.165.691, e as despesas de US 1.606.030. Se o resultado for dividido entre os 1.836 trabalhadores participantes desta atividade, a renda média por pessoa, durante os seis meses, foi de US 436,89. No entanto, se apontamos o lápis, perceberemos que a renda média mensal do quarto trimestre (IV T) foi de US 218,80 e US 654,99 no (I T), gerando um salário médio mensal de US 145,63. (tabela 4).
2. Na atividade de cana de açúcar (Nicarágua): temos que a renda bruta no II T 2014, bem como no IV T 2013 e no IT 2014, foi de US 12.893.711 e as despesas de US 4.201.369. Se, para os 4.322 trabalhadores que participaram dessa atividade produtiva, a renda média por pessoa, nos nove meses, foi de US 7.652,27, a renda média mensal recebida pelos trabalhadores foi de US 255,09. (Tabela 5).
3. Sobre a atividade da laranja (Nicarágua), temos que no I T e no II T 2014 as receitas totalizaram US 2.981.676, enquanto que as despesas atingiram US

1.083.026. Dividindo o resultado por 1.250 trabalhadores, a renda média por pessoa, durante os seis meses, foi de US 412,06. No entanto, o rendimento médio per capita mensal dos trabalhadores temporários, foi de US \$137,35 (tabela 6).

4. Sobre a atividade da bananas (Panamá): temos que a renda bruta no IV T 2013, no I T 2014, no II T e no III T 2014, totalizou US 4.069.036, enquanto que as despesas atingiram US 2.212.996. Dividindo o resultado por 623 trabalhadores, concluímos que o rendimento médio por pessoa, durante os doze meses, foi de US 393,44. No entanto, se olharmos com precisão, o rendimento médio mensal per capita é de US 131,15 (tabela 7).
5. Sobre a atividade do café, temos que a renda bruta no IV T 2013 (Nicarágua); no IV T 2013 (Panamá); no IV T 2013 (El Salvador); no I T 2014 (Nicarágua) e no I T 2014 (Panamá), foi de US 39.567.756 e as despesas de US 17.251.558. Dividindo o resultado por 33.478 trabalhadores, obtemos um rendimento médio mensal. por pessoa. durante os quinze meses, de US 232,07. (tabela 8).
6. Sobre a atividade do comércio (Costa Rica-Panamá): temos que a renda bruta do IV T 2013, do I T, do II T e do III T 2014, somou US 7.261.949 e as despesas foram de US 2.138.740. Dividindo o resultado por 2.433 trabalhadores, durante os doze meses, a renda média fica em US 216,22. No entanto, se o lápis estiver apontado, a renda que cada trabalhador recebeu foi de US 72,07. (tabela 9).
- 7.

Conclusões

Demonstrar que trabalhadores transfronteiriços e temporários recebem US 70,9 milhões em lavouras, reproduz uma falácia discursiva, entendida como um argumento que parece válido, mas que não o é, como mecanismo e dispositivo de poder. No nível discursivo técnico, parece que cada trabalhador temporário recebe um salário milionário e suculento em troca de seu trabalho agrícola. Essa afirmativa é permeada nos corpos de cada trabalhador, seja temporário ou transfronteiriço, como um estereótipo adicional para suas vidas.

CONHECIMENTO e PODER são objetivados na figura dos trabalhadores transfronteiriços e temporários nos relatórios do BCCR 820149 e do FMI (2009). Os relatórios disfarçam uma simulação real, na qual os cidadãos - ou pelo menos a grande maioria deles - aceitam como verdade absoluta que um migrante dedicado ao alto poder aquisitivo, recebe o equivalente a uma renda mensal de US 1.709,02 mil dólares. Além disso, as informações contidas no relatório técnico, referem-se à população migrante como um coletivo desencarnado, que recebe US 70,9 milhões por safra anual. Um coletivo humano que perde sua subjetividade, porque se equipara aos números do balanço de pagamentos, sem levar em conta que esse grupo ocupa um espaço vital na Costa Rica.

A esse respeito, é necessário fazer referência ao Relatório Nacional sobre Migração e Integração na Costa Rica, elaborado pela Direção Geral de Migração e Imigração da Costa Rica (DGME, 2012), que aponta a percepção da população do país através dos índices (bom, regular ou ruim), em relação aos migrantes. De acordo com este estudo, os 88,4% foram obtidos através de programas de televisão e 69,2% através da informação dada pelos diferentes jornais, de acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da População (IDESPO) da Universidade Nacional, em 2012.

Além disso, esse mesmo estudo (DGME, 2012) indica que:

Por outra parte, uma percentagem importante dos entrevistados indica principalmente aspectos negativos em relação ao tipo de informação que recebem da população estrangeira, através da mídia; Note-se que 29,2% apontam para a questão da violência, 6,1% vêm para "remover" o emprego dos costarriquenhos e 2,7% referem-se à discriminação, como mensagens relacionadas com os migrantes (p. 84).

A GOVERNANÇA, a expressão prática do CONHECIMENTO e das relações de PODER em si, aderem ao corpo e à alma das pessoas, neste caso trabalhadores temporários e transfronteiriços localizados numa marginalidade triste e complexa. São migrantes cujos corpos parecem ser uma simples mercadoria circulante de capital na lógica da produção e do consumo. Pessoas "invisíveis" que na vida real não atingem um salário digno, mas que são visibilizadas por sua conveniência, em um relatório técnico necessário para

justificar o norte das políticas públicas; ou ajudar o país a colocar-se numa melhor posição socioeconômica, como se fosse uma corrida contra o relógio. Mas o relógio pára toda vez que um indicador econômico sofre alguma queda na saúde monetária. A realidade é que, os trabalhadores transfronteiriços e migrantes ganham US 145,63 mensalmente na colheita do melão (US 5,20 por dia); US 255,09 mensais na colheita da cana-de-açúcar (US 9,11 por dia); US 137,35 na colheita da laranja (US 4,91 por dia); US 131,15 por mês na colheita da bananas (US 4,68 por dia); US 232,07 mensal na atividade do café (US 8,29 por dia); e US 864,90 por mês no comércio transfronteiriço (US 30,89 por dia).

Analisado desta forma e tendo em conta que estes rendimentos correspondem ao trabalho daqueles que, em geral, são expostos a longos dias de trabalho, violam as garantias laborais e as condições de risco. A realidade parece ser muito diferente do que o estabelecido no relatório técnico, (BCCR, 2014, p. 23), que literalmente indica: "a remuneração líquida de trabalhadores temporários e transfronteiriços estrangeiros, entre o quarto trimestre de 2013 e o III trimestre de 2014 é de US 70,9 bilhões."

Finalmente gostaria de me referir a um aspecto transcendental que tem a ver com os modelos econômicos aplicados como receitas para a nossa realidade social e ética do sujeito, a partir da visão normativa do governo e das organizações internacionais. Por um lado, as regras econômicas (BCCR-FMI), colocam os imigrantes como residentes no centro da atração econômica incorporando-os na dinâmica de produção, circulação e consumo de bens. Os assuntos que geram US 159 milhões de dólares em receita econômica para o país (tabela 3), são resultados de seu trabalho em atividades agrícolas e comerciais. Assim, estas regras éticas ou da modernidade, que nada mais são do que regras de poder, como uma expressão prática da política, viabilizando em sua conveniência os migrantes de duas maneiras: por um lado, o aspecto sociológico, onde pessoas são propensas à violência; e no aspecto econômico, pessoas que fornecem trabalho indispensável para as atividades agrícolas.

Referências

Araújo, I (2008). *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora UFPR.

Ávila, F. (2007). El concepto de poder en Michel Foucault. *Revista de filosofía: A Parte Reí*.

Número 53, Madrid.

Banco Central de Costa Rica. (2014). *Trabajadores transfronterizos y de temporada en Costa Rica 2013-2014*. División Económica. Costa Rica.

Barthes, R. (1999). *Mitologías*. México: Siglo Veintiuno Editores. S.A.

Díaz, E. (2003). *La filosofía de Michel Foucault*. Buenos Aires: Editorial Biblos.

Dirección General de Migración y Extranjería [DGME]. (2012). *Diagnóstico del contexto Migratorio de Costa Rica 2017*. OIM: Costa Rica.

Dirección General de Migración y Extranjería [DGME]. (2017). *Migración e Integración en Costa Rica*: Costa Rica.

Fondo Monetario Internacional [FMI]. (2009). *Manual de Balanza de Pagos y Posición de Inversión Internacional*. Estados Unidos: Departamento de Tecnología FMI.

Foucault, M. (1968). *Las palabras y las cosas. Una arqueología de las ciencias humanas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores Argentina S. A.

Foucault, M. (1978). *Diálogo sobre el poder*. Recuperado de <http://es.scribd.com/doc/3802410/Michel-Foucault-Dialogo-Sobre-El-Poder>. Consultado el 1 de mayo de 2018.

Foucault, M. (1988). *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Editorial Paidós.

Hernández, G. (2014). Reflexiones sobre los trabajadores transfronterizos y de temporada: análisis del “informe metodológico del Banco Central de Costa Rica: trabajadores transfronterizos y de temporada en Costa Rica 2011-2012. *Revista Nacional de Administración*. Vol. 5 (2), pp: 27-40, Julio-Diciembre. Escuela en Ciencias de la Administración. Universidad Estatal a Distancia (UNED). Costa Rica.

Hernández, G. (2018). El sujeto y la ética en Michel Foucault. *Revista Estudios*, (36). Junio- Noviembre; pp.1-14. Escuela de Humanidades. Universidad de Costa Rica (UCR).

Instituto Nacional de Estadística y Censos [INEC]. (2017). *Migración. Resultado de la Encuesta de Hogares. Población de 12 años y más por región de residencia hace dos años según región de residencia actual, sexo y edad y otros*. INEC: Costa Rica.

Ley General de Migración y Extranjería. (2009). Asamblea legislativa de la República de Costa Rica: La Gaceta.

Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos

Tabela 3. Rendas e despesas consolidadas (em milhares de dólares)

Rubros	Melão		Cana de açúcar			Laranja		Banana				
	Nicaragua		Nicaragua			Nicaragua		Panamá				
	IV T. 2013	I T. 2014	IV T. 2013	I T. 2014	II T. 2014	IT.2014	IIT.2014	IV T. 2013	I T. 2014	II T. 2014	III T. 2014	
Renda												
Salário em dinheiro (bruto)	1.146.562,00	3.439.687,00	2.839.087,00	8.517.260,00	2.839.087,00	1.969.620,00	1.313.080,00	1.119.959,00	1.119.959,00	1.119.959,00	1.119.959,00	1.119.959,00
Salário em dinheiro (líquido)	1.041.423,00	3.124.268,00	2.578.742,00	7.736.227,00	2.578.742,00	1.789.006,00	1.192.670,00	1.017.259,00	1.017.259,00	1.017.259,00	1.017.259,00	1.017.259,00
Salário em espécie												
Alimentação	8.725,00	26.176,00	6.990,00	20.969,00	6.990,00	-	-	-	-	-	-	-
Habitação ou quarto	12.292,00	26.176,00	11.154,00	33.463,00	11.154,00	-	-	-	-	-	-	-
Bilhetes ou transporte	7.149,00	24.446,00	27.959,00	83.876,00	27.959,00	-	-	22.818,00	22.818,00	22.818,00	22.818,00	22.818,00
Outros Ingressos												
Aguinaldo	95.547,00	286.641,00	236.591,00	709.772,00	236.591,00	164.135,00	109.423,00	93.330,00	93.330,00	93.330,00	93.330,00	93.330,00
Férias	47.773,00	143.320,00	118.295,00	354.886,00	118.295,00	82.067,00	54.712,00	46.665,00	46.665,00	46.665,00	46.665,00	46.665,00
Contribuições sobre salário												
Contribuições sobre salário	105.140,00	315.419,00	260.344,00	781.033,00	260.344,00	180.614,00	120.409,00	102.700,00	102.700,00	102.700,00	102.700,00	102.700,00
Encargos sociais do empregador	288.590,00	865.769,00	714.598,00	2.143.794,00	714.598,00	495.753,00	330.502,00	281.894,00	281.894,00	281.894,00	281.894,00	281.894,00
Subtotal	2.753.201,00	8.251.902,00	6.793.760,00	20.381.280,00	6.793.760,00	4.681.195,00	3.120.796,00	2.684.625,00	2.592.625,00	2.684.625,00	2.684.625,00	2.684.625,00
Despesas												
Transporte local	9.267,00	27.800,00	19.614,00	58.841,00	19.614,00	25.113,00	16.742,00	20.066,00	20.066,00	20.066,00	20.066,00	20.066,00
Alojamento	55.073,00	165.219,00	60.251,00	180.753,00	60.251,00	87.254,00	58.169,00	-	-	-	-	-
Alimentação	223.745,00	671.236,00	652.796,00	1.958.387,00	652.796,00	348.590,00	232.393,00	194.444,00	190.444,00	190.444,00	190.444,00	190.444,00
Serviços públicos (água, eletricidade, telefone)	34.902,00	104.706,00	60.251,00	180.753,00	60.251,00	72.007,00	48.005,00	-	-	-	-	-
Serviços médicos	-	-	-	-	-	1.068,00	712,00	-	-	-	-	-
Cuidado pessoal	22.649,00	67.946,00	30.008,00	90.025,00	30.008,00	51.464,00	34.309,00	7.835,00	7.835,00	7.835,00	7.835,00	7.835,00
Recreação (passeios, bebidas, etc.)	52.311,00	156.933,00	69.752,00	209.256,00	69.752,00	64.320,00	42.880,00	1.549,00	1.549,00	1.549,00	1.549,00	1.549,00
Outros	3.561,00	10.682,00	7.853,00	23.559,00	7.853,00	-	-	332.355,00	332.355,00	332.355,00	332.355,00	332.355,00
Subtotal	401.508,00	1.204.522,00	840.274,00	2.520.821,00	840.274,00	649.816,00	433.210,00	556.249,00	552.249,00	552.249,00	552.249,00	552.249,00
Renda total	2.351.693,00	7.047.380,00	5.953.486,00	17.860.459,00	5.953.486,00	4.031.379,00	2.687.586,00	2.128.376,00	2.040.376,00	2.132.376,00	2.132.376,00	2.132.376,00
Número de trabalhadores	\$1.280,88	\$3.838,44	\$1.377,48	\$4.132,45	\$1.377,48	\$3.202,05	\$2.150,07	\$3.416,33	\$3.275,08	\$3.422,75	\$0,34	\$0,34
Renda mensal por trabalhador (a) temporário	\$426,96	\$1.279,48	\$459,16	\$1.377,48	\$459,16	\$1.067,35	\$716,69	\$1.138,78	\$1.091,69	\$1.140,92	\$0,11	\$0,11

Rubros	Café (granea)		Café (óptimo-repela)		Comércio							
	Nicaragua	Panamá	El Salvador	Nicaragua	Panamá	Costa Rica-Panamá						
	IV T. 2013	IV T. 2013	IV T. 2013	I T. 2014	I T. 2014	I VT. 2013	I T. 2014	II T. 2014	III T. 2014			
Renda												
Salário em dinheiro (bruto)	2.057.844,00	4.767.338,00	34.297,00	9.812.483,00	22.895.794,00	2.420.650,00	1.815.487,00	1.815.487,00	1.210.325,00	\$66.111.975,00	\$7.261.949,00	\$73.373.924,00
Salário em dinheiro (líquido)	2.057.844,00	4.767.338,00	34.297,00	9.812.483,00	22.895.794,00	2.420.650,00	1.815.487,00	1.815.487,00	1.210.325,00	\$63.677.870,00	\$7.261.949,00	\$70.939.819,00
Salário em espécie												
Alimentação	-	-	-	-	-	262.109,00	196.581,00	196.581,00	131.054,00	-	-	-
Habitação ou quarto	32.348,00	74.940,00	539,00	168.539,00	393.258,00	-	-	-	-	-	-	-
Bilhetes ou transporte	14.705,00	34.067,00	245,00	82.005,00	191.345,00	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ingressos												
Aguinaldo	-	-	-	-	-	89.638,00	67.228,00	67.228,00	44.819,00	-	-	-
Férias	-	-	-	-	-	44.819,00	33.614,00	33.614,00	22.409,00	-	-	-
Contribuições sobre salário												
Contribuições sobre salário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos sociais do empregador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	4.162.741,00	9.643.683,00	69.378,00	19.875.510,00	46.376.191,00	5.237.866,00	3.928.397,00	3.928.397,00	2.618.932,00	\$159.263.489,00		
Despesas												
Transporte local	31.954,00	74.026,00	533,00	301.664,00	703.882,00	109.847,00	82.385,00	82.385,00	54.923,00	-	-	-
Alojamento	5.323,00	12.332,00	89,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alimentação	708.607,00	1.641.607,00	11.810,00	2.953.959,00	6.892.570,00	349.263,00	261.947,00	261.947,00	174.631,00	-	-	-
Serviços públicos (água, eletricidade, telefone)	53.988,00	125.073,00	900,00	327.447,00	764.044,00	90.327,00	67.745,00	67.745,00	45.163,00	-	-	-
Serviços médicos	-	-	-	2.472,00	5.767,00	808,00	606,00	606,00	404,00	-	-	-
Cuidado pessoal	43.388,00	100.515,00	723,00	219.938,00	513.190,00	26.472,00	19.854,00	19.854,00	13.236,00	-	-	-
Recreação (passeios, bebidas, etc.)	9.783,00	22.663,00	163,00	102.439,00	239.023,00	59.814,00	44.860,00	44.860,00	29.907,00	-	-	-
Outros	107.134,00	248.193,00	1.786,00	307.372,00	717.201,00	76.383,00	57.288,00	57.288,00	38.192,00			
Subtotal	960.177,00	2.224.409,00	16.004,00	4.215.291,00	9.835.677,00	712.914,00	534.685,00	534.685,00	356.456,00	\$28.493.719,00		
Renda total	3.202.564,00	7.419.274,00	53.374,00	15.660.219,00	36.540.514,00	4.524.952,00	3.393.712,00	3.393.712,00	2.262.476,00	\$130.769.770,00		
Número de trabalhadores	\$318,89	\$318,88	\$317,70	\$1.559,32	\$1.570,49	\$1.859,82	\$1.394,87	\$1.394,87	\$929,91			
Renda mensal por trabalhador (a) temporário	\$106,30	\$106,29	\$105,90	\$519,77	\$523,50	\$619,94	\$464,96	\$464,96	\$309,97			

Número de trabalhadores de melão: **1.836**
 Número de trabalhadores de cana: **4.322**
 Número de trabalhadores laranja: **1.250**
 Número de trabalhadores da banana: **623**

Número de trabalhadores do café: **33.478**
 Nicaragua: **10.043**
 El Salvador: **168**
 Panamá: **23.267**

Número de trabalhadores comerciais: **2.433**
 Costa Rica: **987**
 Panamá: **1.446**

Fonte: elaboração própria com base em dados do BCCR (2014).

Tabela 4. Rendas e despesas: melão (em milhares de dólares)

Rubros	Melão			
	Nicaragua			
	IV T. 2013	I T. 2014		
Renda				
Salário em dinheiro (bruto)	1.146.562,00	3.439.687,00		
Salário em dinheiro (líquido)	1.041.423,00	3.124.268,00	4.165.691,00	
Salário em espécie				
alimentação	8.725,00	26.176,00		
Habitação ou quarto	12.292,00	26.176,00		
Bilhetes ou transporte	7.149,00	24.446,00		
Outros ingressos				
Aguinaldo	95.547,00	286.641,00		
Férias	47.773,00	143.320,00		
Contribuições sobre salário				
Contribuições sobre salário	105.140,00	315.419,00		
Encargos sociais do empregador	288.590,00	865.769,00		
Subtotal	1.606.639,00	4.812.215,00		
Despesas				
Transporte local	9.267,00	27.800,00		
Alojamento	55.073,00	165.219,00		
alimentação	223.745,00	671.236,00		
Serviços públicos (água, eletricidade, telefone)	34.902,00	104.706,00		
Serviços médicos	-	-		
Cuidado pessoal	22.649,00	67.946,00		
Recreação (passeios, bebidas, etc.)	52.311,00	156.933,00		
Outros	3.561,00	10.682,00		
Subtotal	401.508,00	1.204.522,00	1.606.030,00	
Renda total	1.205.131,00	3.607.693,00		
Número de trabalhadores: 1 836	\$656,39	\$1.964,97	\$2.621,36	\$436,89
renda mensal por trabalhador (a) temporário	\$218,80	\$654,99	\$873,79	\$145,63

Fonte: elaboração própria com base em dados do BCCR (2014).

Tabela 5. Rendas e despesas: cana de açúcar (em milhares de dólares)

Rubros	Cana de açúcar				
	Nicaragua				
	IV T. 2013	I T. 2014	II T. 2014		
Renda					
Salário em dinheiro (bruto)	2.839.087,00	8.517.260,00	2.839.087,00		
Salário em dinheiro (líquido)	2.578.742,00	7.736.227,00	2.578.742,00	12.893.711,00	
Salário em espécie					
alimentação	6.990,00	20.969,00	6.990,00		
Habitação ou quarto	11.154,00	33.463,00	11.154,00		
Bilhetes ou transporte	27.959,00	83.876,00	27.959,00		
Outros ingressos					
Aguinaldo	236.591,00	709.772,00	236.591,00		
Férias	118.295,00	354.886,00	118.295,00		
Contribuições sobre salário					
Contribuições sobre salário	260.344,00	781.033,00	260.344,00		
Encargos sociais do empregador	714.598,00	2.143.794,00	714.598,00		
Subtotal	6.793.760,00	20.381.280,00	6.793.760,00		
Despesas					
Transporte local	19.614,00	58.841,00	19.614,00		
Alojamento					
alimentação	652.796,00	1.958.387,00	652.796,00		
Serviços públicos (água, eletricidade, telefone)	60.251,00	180.753,00	60.251,00		
Serviços médicos					
Cuidado pessoal	30.008,00	90.025,00	30.008,00		
Recreação (passeios, bebidas, etc.)	69.752,00	209.256,00	69.752,00		
Outros	7.853,00	23.559,00	7.853,00		
Subtotal	840.274,00	2.520.821,00	840.274,00	4.201.369,00	
Renda total	5.953.486,00	17.860.459,00	5.953.486,00		
Número de trabalhadores: 4 322	\$1.377,48	\$4.132,45	\$1.377,48	\$6.887,42	\$765,27
renda mensal por trabalhador (a) temporário	\$459,16	\$1.377,48	\$459,16	\$2.295,81	\$255,09

Fonte: elaboração própria com base em dados do BCCR (2014).

Tabela 6. Rendas e despesas: laranja (em milhares de dólares)

Rubros	Naranja			
	Nicaragua			
	IT.2014	IIT.2014		
Renda				
Salário em dinheiro (bruto)	1.969.620,00	1.313.080,00		
Salário em dinheiro (líquido)	1.789.006,00	1.192.670,00	2.981.676,00	
Salário em espécie				
alimentação	-	-		
Habitação ou quarto	-	-		
Bilhetes ou transporte	-	-		
Outros ingressos				
Aguinaldo	164.135,00	109.423,00		
Férias	82.067,00	54.712,00		
Contribuições sobre salário				
Contribuições sobre salário	180.614,00	120.409,00		
Encargos sociais do empregador	495.753,00	330.502,00		
Subtotal	4.681.195,00	3.120.796,00		
Despesas				
Transporte local	25.113,00	16.742,00		
Alojamento	87.254,00	58.169,00		
alimentação	348.590,00	232.393,00		
Serviços públicos (água, eletricidade, telefone)	72.007,00	48.005,00		
Serviços médicos	1.068,00	712,00		
Cuidado pessoal	51.464,00	34.309,00		
Recreação (passeios, bebidas, etc.)	64.320,00	42.880,00		
Outros				
Subtotal	649.816,00	433.210,00	1.083.026,00	
Renda total	4.031.379,00	2.687.586,00		
Número de trabalhadores: 1 250	\$322,28	\$2.150,07	\$2.472,35	\$412,06
renda mensal por trabalhador (a) temporário	\$107,43	\$716,69	\$824,12	\$137,35

Fonte: elaboração própria com base em dados do BCCR (2014).

Tabela 7. Rendas e despesas: banana (em milhares de dólares)

Rubros	Banano					
	Panamá					
	IV T. 2013	I T. 2014	II T. 2014	III T. 2014		
Renda						
Salário em dinheiro (bruto)	1.119.959,00	1.119.959,00	1.119.959,00	1.119.959,00		
Salário em dinheiro (líquido)	1.017.259,00	1.017.259,00	1.017.259,00	1.017.259,00	4.069.036,00	
Salário em espécie						
alimentação	-	-	-	-		
Habitação ou quarto	-	-	-	-		
Bilhetes ou transporte	22.818,00	22.818,00	22.818,00	22.818,00		
Outros ingressos						
Aguinaldo	93.330,00	93.330,00	93.330,00	93.330,00		
Férias	46.665,00	46.665,00	46.665,00	46.665,00		
Contribuições sobre salário						
Contribuições sobre salário	102.700,00	10.700,00	102.700,00	102.700,00		
Encargos sociais do empregador	281.894,00	281.894,00	281.894,00	281.894,00		
Subtotal	1.564.666,00	1.472.666,00	1.564.666,00	1.564.666,00		
Despesas						
Transporte local	20.066,00	20.066,00	20.066,00	20.066,00		
Alojamento	-	-	-	-		
alimentação	194.444,00	190.444,00	190.444,00	190.444,00		
Serviços públicos (água, eletricidade, telefone)	-	-	-	-		
Serviços médicos	-	-	-	-		
Cuidado pessoal	7.835,00	7.835,00	7.835,00	7.835,00		
Recreação (passeios, bebidas, etc.)	1.549,00	1.549,00	1.549,00	1.549,00		
Outros	332.355,00	332.355,00	332.355,00	332.355,00		
Subtotal	556.249,00	552.249,00	552.249,00	552.249,00	2.212.996,00	
Renda total	1.008.417,00	920.417,00	1.012.417,00	1.012.417,00		
Número de trabalhadores: 623	\$1.618,65	\$1.477,39	\$1.625,07	\$0,16	\$4.721,27	\$393,44
renda mensal por trabalhador (a) temporário	\$539,55	\$492,46	\$541,69	\$0,05	\$1.573,76	\$131,15

Fonte: elaboração própria com base em dados do BCCR (2014).

Tabela 8. Rendas e despesas: café (em milhares de dólares)

Rubros	Café (granea)			Café (ótimo-repela)			
	Nicaragua	Panamá	El Salvador	Nicaragua	Panamá		
	IV T. 2013	IV T. 2013	IV T. 2013	I T. 2014	I T. 2014		
Renda							
Salário em dinheiro (bruto)	2.057.844,00	4.767.338,00	34.297,00	9.812.483,00	22.895.794,00		
Salário em dinheiro (líquido)	2.057.844,00	4.767.338,00	34.297,00	9.812.483,00	22.895.794,00	39.567.756,00	
Salário em espécie	-	-	-	-	-		
alimentação	-	-	-	-	-		
Habitação ou quarto	32.348,00	74.940,00	539,00	168.539,00	393.258,00		
Bilhetes ou transporte	14.705,00	34.067,00	245,00	82.005,00	191.345,00		
Outros ingressos	-	-	-	-	-		
Aguinaldo	-	-	-	-	-		
Férias	-	-	-	-	-		
Contribuições sobre salário	-	-	-	-	-		
Contribuições sobre salário	-	-	-	-	-		
Encargos sociais do empregador	-	-	-	-	-		
Subtotal	2.104.897,00	4.876.345,00	35.081,00	10.063.027,00	23.480.397,00		
Despesas							
Transporte local	31.954,00	74.026,00	533,00	301.664,00	703.882,00		
Alojamento	5.323,00	12.332,00	89,00	-	-		
alimentação	708.607,00	1.641.607,00	11.810,00	2.953.959,00	6.892.570,00		
Serviços públicos (água, eletricidade, telefone)	53.988,00	125.073,00	900,00	327.447,00	764.044,00		
Serviços médicos	-	-	-	2.472,00	5.767,00		
Cuidado pessoal	43.388,00	100.515,00	723,00	219.938,00	513.190,00		
Recreação (passeios, bebidas, etc.)	9.783,00	22.663,00	163,00	102.439,00	239.023,00		
Outros	107.134,00	248.193,00	1.786,00	307.372,00	717.201,00		
Subtotal	960.177,00	2.224.409,00	16.004,00	4.215.291,00	9.835.677,00	17.251.558,00	
Renda total	1.144.720,00	2.651.936,00	19.077,00	5.847.736,00	13.644.720,00		
Número de trabalhadores: 33 478	\$34,19	\$79,21	\$0,57	\$174,67	\$407,57	\$696,22	\$46,41
renda mensal por trabalhador (a) temporário	\$11,40	\$26,40	\$0,19	\$58,22	\$135,86	\$232,07	\$15,47
Nicarágua: 10 043							
El Salvador: 168							
Panamá: 23 267							

Fonte: elaboração própria com base em dados do BCCR (2014).

Tabela 9. Rendas e despesas: comércio (em milhares de dólares)

Rubros	Comércio					
	Costa Rica-Panamá					
	I VT. 2013	I T. 2014	II T. 2014	III T. 2014		
Renda						
Salário em dinheiro (bruto)	2.420.650,00	1.815.487,00	1.815.487,00	1.210.325,00		
Salário em dinheiro (líquido)	2.420.650,00	1.815.487,00	1.815.487,00	1.210.325,00	7.261.949,00	
Salário em espécie	-	-	-	-		
alimentação	262.109,00	196.581,00	196.581,00	131.054,00		
Habitação ou quarto	-	-	-	-		
Bilhetes ou transporte	-	-	-	-		
Outros ingressos	-	-	-	-		
Aguinaldo	89.638,00	67.228,00	67.228,00	44.819,00		
Férias	44.819,00	33.614,00	33.614,00	22.409,00		
Contribuições sobre salário						
Contribuições sobre salário						
Encargos sociais do empregador						
Subtotal	2.817.216,00	2.112.910,00	2.112.910,00	1.408.607,00		
Despesas						
Transporte local	109.847,00	82.385,00	82.385,00	54.923,00		
Alojamento	-	-	-	-		
alimentação	349.263,00	261.947,00	261.947,00	174.631,00		
Serviços públicos (água, eletricidade, telefone)	90.327,00	67.745,00	67.745,00	45.163,00		
Serviços médicos	808,00	606,00	606,00	404,00		
Cuidado pessoal	26.472,00	19.854,00	19.854,00	13.236,00		
Recreação (passeios, bebidas, etc.)	59.814,00	44.860,00	44.860,00	29.907,00		
Outros	76.383,00	57.288,00	57.288,00	38.192,00		
Subtotal	712.914,00	534.685,00	534.685,00	356.456,00	2.138.740,00	
Renda total	2.104.302,00	1.578.225,00	1.578.225,00	1.052.151,00		
Número de trabalhadores: 2 433	\$864,90	\$648,67	\$648,67	\$432,45	\$2.594,70	\$216,22
renda mensal por trabalhador (a) temporário	\$288,30	\$216,22	\$216,22	\$144,15	\$864,90	\$72,07

Fonte: elaboração própria com base em dados do BCCR (2014).

MIGRAÇÕES NA PONTA DA PENA: FLUXOS MIGRATÓRIOS NO SUL DO BRASIL IMPÉRIO A PARTIR DOS REGISTROS DE BATISMO E DE POPULAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR DE CASEROS (1858-1878)

João Carlos Tedesco (PPGH – UPF)

Alex Antônio Vanin (Graduando em História – UPF)

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar alguns fluxos migratórios internos na região Sul do Brasil a partir da documentação e dos registros da Colônia Militar de Caseros, entre os anos de 1858 e 1878 – tempo de duração dessa experiência colonial. A referida colônia foi testemunha do grande fluxo de mercadorias, animais e, principalmente, dos contingentes populacionais em deslocamento em função, principalmente, das possibilidades de aquisição de propriedade do ciclo do tropeirismo, que interligava desde o norte da Província de São Pedro do Sul até a Província de São Paulo.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar as migrações internas do período a partir do que foi registrado na documentação da Colônia Militar de Caseros (1858-1878), seja através de ofícios, cartas, registro de batismo, casamento e óbito, visando focar nas procedências dos sujeitos e na possibilidade de atração do empreendimento colonial instalado naquele trecho da rota comercial. O trabalho que se propõe realizar ainda se encontra em fase inicial de desenvolvimento, em razão de que se almeja ampliá-lo e explorar outras fontes de maneira mais aprofundada.

A metodologia empregada para a estruturação dos dados consistiu na coleta das fontes que foram centrais neste trabalho: os registros de batismo e de população e ocupação da Colônia Militar de Caseros. Da mesma forma, procuramos conjugar os dados obtidos nessas fontes com as informações prévias de que já dispúnhamos, compiladas, em sua grande maioria, em uma obra publicada recentemente⁴⁵³.

Para o desenvolvimento do trabalho, digitalizamos o livro de registros de batismo da capela de Nossa Senhora da Conceição da Colônia Militar de Caseros⁴⁵⁴. O livro de batismo

⁴⁵³ BRASIL. *Registros da Igreja Católica*. Freguesia de Lagoa Vermelha. Livro de Batismos da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Colônia Militar de Caseros.

⁴⁵⁴ TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. *Entre a espada, a cruz e a enxada: a Colônia Militar de*

da Colônia Militar de Caseros é composto por sessenta folhas, destinado especificamente em 1858 para registrar os assentos de batismo da colônia, mantendo-se nessa função até 1875, quando passou a incorporar também os registros de batismo da Freguesia de Lagoa Vermelha, até o ano de 1879. Desse modo, primando pelos registros específicos da colônia, procedeu-se à catalogação e análise dos dados presentes nos registros de 1858 a 1875.

A catalogação das informações se processou através da criação de tabelas para as informações contidas nos diversos registros. No caso do livro de batismos, as informações foram transcritas e classificadas em colunas, abrangendo o nome da criança batizada, a filiação, a procedência declarada pelos pais, as datas de nascimento e de batismo, bem como observações adicionais, como a legitimidade ou naturalidade da criança, condição da criança e dos pais (no caso, se indígenas, escravizados ou libertos), e registro dos avós e padrinhos (ver Figura 1).

Figura 1. Tabela de informações obtida através dos dados do batismo nº 1

Nome do batizado	Data do registro	Filiação	Procedência	Localidade (quando consta)	Padrinhos	Observações
José B.	7/09/1859	Tenente José Lopes de Oliveira	Rio de Janeiro	Campes dos Goitacazes	Alferezes João de Arruda Moreira	Não constam observações
		Maria Fausta da Conceição	Rio Grande do Sul	São Gabriel	Maria da Piedade de Almeida	

Fonte: BRASIL. *Registros da Igreja Católica*. Freguesia de Lagoa Vermelha. Livro de Batismos da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Colônia Militar de Caseros. Adaptado por Alana da Silva Follador.

Para além de serem indicativos de incremento populacional, os registros de batismo, quando utilizados enquanto fonte, podem auxiliar na compreensão da história sociocultural da localidade ou região abrangida, revelando aspectos da tessitura das relações entre os indivíduos. Para a composição deste trabalho levou-se em consideração todos os registros de batismo que elencamos anteriormente, concentrando nossa análise nas procedências declaradas pelos pais das crianças no momento do ato do registro levado a cabo pelo padre capelão da colônia.

Acerca do que chamamos de “registros de população” da Colônia Militar de Caseros, isto é, as relações, listas e censos nominais elaborados pelos administradores do núcleo em diferentes momentos daquela experiência colonial, foi procedido também à elaboração de tabelas e transcrição das informações, afim de facilitar posteriormente o cruzamento dos dados destes registros com os de batismo. Essa documentação, tal como a maioria acerca do núcleo colonial, encontra-se disponíveis para consulta no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), em Porto Alegre. A partir desses outros registros é que fomos capazes de cotejar dados em correlação aos de batismos, tendo sido fundamentais também para a elaboração das tabelas que serão apresentadas posteriormente.

A escolha dos registros de batismo como principais na composição deste trabalho deu-se em razão da declaração, praticamente em todos os batizados, das procedências dos pais que em geral eram também os colonos residentes no núcleo. Assim, busca-se justificar este trabalho como uma tentativa de possibilitar uma visão mais ampla dos deslocamentos populacionais que envolveram a Colônia Militar de Caseros.

1. A colonização militar: aspectos gerais

As colônias militares brasileiras do século XIX condensam um amplo espectro de intenções e ações governamentais ligadas ao território brasileiro. Nessa questão do território, principalmente na dimensão físico-fronteiriça, as delimitações e guarnições eram fundamentais para a esfera pública e para o ordenamento social. No horizonte étnico-social e político, havia múltiplas preocupações em torno de grupos sociais, como conflitos pela terra e lutas por independência de províncias e de sua dimensão geográfica.

As experiências de colônias militares no país revelam que os territórios eram móveis e produtos da dinâmica político-social, portanto, históricos, delimitados, institucionalizados e administrados pela esfera pública. Esta última, transforma o espaço geográfico em território político, busca exercer soberania e controle social (SODRÉ, 2010).

Instaladas em localidades consideradas impróprias para o desenvolvimento de um projeto colonizador ideal, porém posicionadas em pontos de interesse estratégicos para a cobrança de impostos, defesa de fronteiras e contensão de populações indígenas, as colônias militares se tornariam enclaves militares, ao mesmo tempo, instalações coloniais, sendo enfática sua atuação na atribuição militar. A impropriedade das localidades no que tange ao isolamento, dificuldades de acesso, comunicação e possibilidade de conflitos entre os colonos

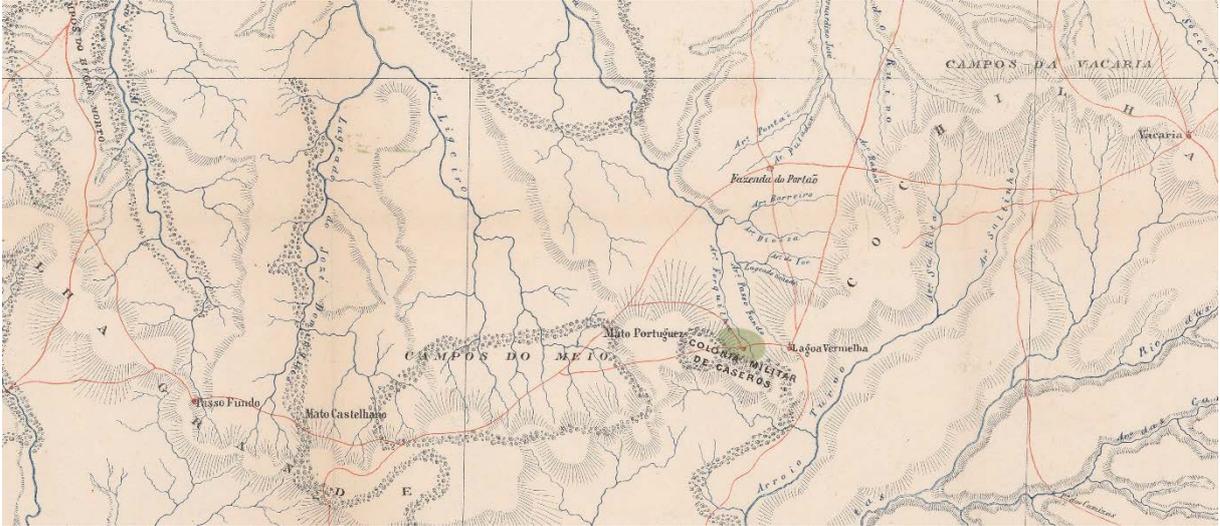
militares instalados eram obstáculos que deveriam ser solapados por esses indivíduos. Acreditava-se que os obstáculos só poderiam ser superados através dessa modalidade de colonização, em razão das múltiplas adversidades, sobretudo na esfera dos conflitos. Segundo o ministro da Guerra Jeronymo Coelho, em 1858, o maior objetivo da colonização militar era

[...] estabelecer nucleos de povoações, em lugares remotos centraes e despovoados, onde só a principio podem resistir ás privações, e permanecer como colonos, *individuos habituados á obediencia passiva, adquirida pelos severos habitos da disciplina militar*. A escolha desses pontos é, por via de regra, em nossas fronteiras ou em alguns centros, onde se tem accumulado vagabundos e malfeitores, que ameação a segurança e a propriedade dos habitantes dos povoados mais proximos. Taes colonias, portanto, têm o caracter pronunciadamente militar, e embora nellas entre o elemento agrícola, ainda assim *são mais que tudo colonias policiaes, de segurança e de defesa*; que garantem ao mesmo tempo no futuro o infallivel desenvolvimento de povoações, que um dia indemnisarão, com vantagem, todos os sacrificios, que com ellas se fizerem (RELATÓRIO, 1858, p. 45-46) (grifo nosso).

Nessa concepção de espaço, transformado em território de domínio militar e com a função de territorializá-lo em razão de interesses políticos e econômicos, parte-se do pressuposto de um vazio social e demográfico a ser ocupado e redefinido, principalmente por sujeitos que queriam se fixar no local e produzir na terra. Nesse sentido, a apropriação privada da terra, a saída de indígenas e a entrada de outros sujeitos sociais seriam elementos centrais da constituição de um novo território.

A região Norte da província sulina, entre os matos Castelhana e Português, era habitada, em meados do século XIX, por vários grupos indígenas, por estancieiros que, sob regime escravista, exploravam os amplos campos para a criação de gado, pequenos camponeses que desenvolviam a economia agrícola de subsistência e o extrativismo da erva-mate e da madeira. Era uma região que servia de passagem para tropeiros, viajantes, comerciantes em geral; designada também para a colonização e produção agrícola, aproveitando as terras férteis, a economia da erva-mate e as matas existentes. Portanto, do ponto de vista da nova territorialidade, esse espaço era muito importante para os gestores públicos em nível federal e provincial (TEDESCO; VANIN, 2018, p. 11).

Mapa 1. Localização da Colônia Militar de Caseros, 1876



Detalhe do *Mappa geographico da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, organizado pelos engenheiros José Ignacio Coimbra e tenente-coronel Conrado Jacob de Niemeyer, em 1876. Fonte: Biblioteca Nacional Digital da França. Disponível em: <https://goo.gl/m7dEV2>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Dessa forma, a experiência da Colônia Militar de Caseros é paradigmática para a compreensão aprofundada acerca da questão indígena, da formação social e estruturação fundiária do norte da Província do Rio Grande do Sul em meados do século XIX. Nosso intento é discutir, portanto, a formação da população dessa colônia militar, considerando as informações contidas nos registros de batismo em paralelo às demais informações acerca do núcleo já dispúnhamos, afim de identificar as procedências dos habitantes em correlação a movimentos migratórios internos, motivados em função de rotas de comércio e possibilidade de acesso à terra.

2. Os sujeitos da Colônia Militar de Caseros: militares, funcionários e colonos

Na Colônia Militar de Caseros, uma gama de sujeitos se fez presente. As hierarquias, funções, obrigações, direitos e deveres deram corpo aos papéis sociais para o funcionamento interno. Para entender esse processo complexo e diferenciador, nos servimos da documentação existente referente ao núcleo em si, como ofícios, correspondências, relatórios, relações e regulamentos. Essa estrutura hierárquica no interior ocasionou alguns conflitos na relação de poder, contraposição e deserções, bem como revela as atribuições de cada segmento classificado e entendido em suas categorias específicas.

Na administração do núcleo colonial, em uma forma verticalizada de comando, estavam o diretor, o ajudante do diretor, o escrivão, o médico e o padre capelão, dos quais os quatro primeiros eram membros do Exército, sendo o diretor o único oficial do local,

cabendo-lhe a administração civil e militar, o contato com a presidência da província e a admissão daqueles que quisessem e pudessem – a seu critério – serem incorporados à colônia. Tanto o diretor quanto os demais envolvidos em tarefas da administração e dos serviços da colônia eram destacados pelo governo imperial ou pelo governo provincial para comporem os quadros do funcionalismo, sendo originários de múltiplas localidades do Império.

Destes funcionários, o capelão, enquanto representante máximo da Igreja Católica na localidade, devia realizar o registro dos que entravam em contato com a Capela de Nossa Sr^a. da Conceição da Colônia Militar de Caseros. Nascimentos, casamentos e óbitos eram registrados pelos capelães da Colônia no exercício de suas funções. Distantes de serem apenas fontes de informação pontuais e focais de eventos da vida de sujeitos, os registros podem prover o reconhecimento de uma série de aspectos da vida em comunidade e eventos que a marcam, seja, por exemplo, através da identificação de laços de compadrio e apadrinhamento, uniões matrimoniais, seja mesmo pela identificação da “causa mortis” dos que faleciam. Os registros de batismo realizados pelo padre capelão serão utilizados mais adiante em nossa narrativa, quando tratarmos dos colonos civis e agregados e de suas respectivas procedências.

Da parte maior da população, isto é, os colonos a situação se alteravam termos de categorias. Também existiam hierarquias e diferentes jornadas, benesses e interesses que circundavam sob a condição de colono militar, civil ou agregado, todos esses centrais para a compreensão da conformação social da Colônia Militar de Caseros.

2.1. Os colonos militares: os enviados para a colônia

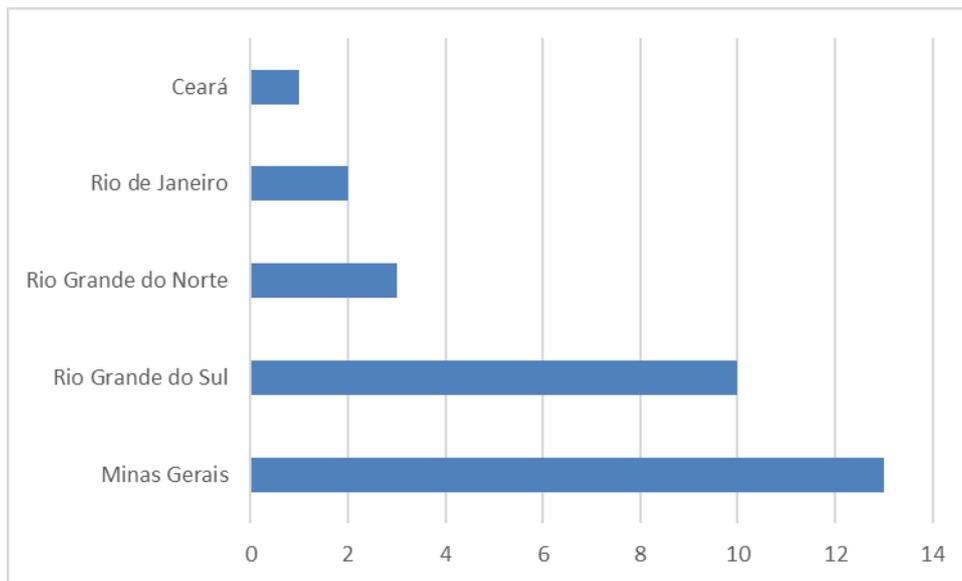
Os colonos militares compunham a categoria principal da colônia, apesar de essa demonstrar-se, ao longo dessa experiência, a de menor expressão populacional e constantemente decréscimo. A leva de colonos militares enviados para a formação da Colônia Militar de Caseros foi deslocada de Porto Alegre, em número de trinta soldados, que seriam gratificados em função de seu alistamento voluntário realizado ainda naquela década de 1850, que lhes garantia, ao fim do engajamento, a concessão de lotes de terra nas colônias militares do Império.⁴⁵⁵

Acerca dessa primeira ocupação possuímos poucas informações em relação à ocupação dos lotes, principalmente em razão da ausência de registro nos arquivos da colônia militar, não existindo uma relação dos soldados que se encontravam destacados, tampouco a

⁴⁵⁵ BRASIL. *Lei nº 648 de 18 de agosto de 1852*. Disponível em: <https://goo.gl/OLAiPO>. Acesso em: 17 fev. 2017.

quem pertenciam os lotes. No entanto, acerca de uma segunda coluna de militares enviados à Colônia, em 1860, também provenientes da capital da província, comandados pelo diretor Hortêncio Maria da Gama Souza e Mello, dispomos a listagem que informa a procedência dos praças destacadas em 1860.

Tabela 1. Procedência dos colonos militares incorporados à Colônia Militar de Caseros em 1860



Fonte: RELAÇÃO, 02-10-1860. Relação enviada pelo diretor da Colônia Militar de Caseros, Hortêncio Maria da Gama Souza e Mello, ao presidente da Província, Joaquim Antônio Fernandes Leão. Colônia Militar de Caseros, 02 out. 1860. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização. Adaptado por Alana da Silva Follador.

A multiplicidade de origens dos militares explicita a abrangência nacional do projeto de colonização militar. De norte a sul do Império fora realizado o destacamento de soldados para o preenchimento de efetivos necessários na fundação das colônias militares. O sistema de distribuição de terras aos indivíduos que se engajassem voluntariamente às fileiras do Exército imperial por si só já era um atrativo para o alistamento. Quanto à Lei de Terras Nacional, promulgada em 1850, em período imediatamente seguido a esse projeto de colonização específico e regulada em simultâneo à execução deste último, podemos conjecturar que a racionalização fundiária e a regularização das formas de se adquirir a propriedade da terra, a garantia de recebimento de lotes de terra pela forma de concessão se tornava atrativa. Ascender à categoria social de proprietário legítimo, no período, poderia compensar os obstáculos que se sobrepunham à tal proposta.

Os soldados foram distribuídos pelo território nacional, podendo essa distribuição ter sido realizada baseada em pedidos dos requerentes, onde fosse necessário ou, ainda, onde

houvesse disponibilidade. Pela relação anteriormente elencada, vê-se a matiz de uma distribuição com predominância de soldados oriundos de duas províncias, São Pedro do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que compunham a maior parte da expedição, seguidos por minorias provenientes das províncias do Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Norte.

Não possuímos informações acerca do alistamento voluntário no período, principalmente quanto à sua real proporção de engajados como voluntários em relação aos designados para a composição de outras colônias militares. É bem possível que assim como no caso de Caseros outras províncias tenham recebido soldados da província sul-riograndense também enviados em razão da determinação referida. Nesse sentido, ressaltamos o fato multiplicidade de origens dos militares da colônia, que reafirmam de maneira satisfatória, a existência de uma articulação, ainda que muito incipiente, em prover deslocamentos de populações dentro do território brasileiro.

2.2. Os colonos civis e agregados: os atraídos pela colônia

Na Colônia Militar de Caseros, colonos que não possuíam ligação alguma com o Exército ou com a vida militar compunham a grande maioria da população residente no núcleo. Os colonos – convencionados a serem classificados pelas autoridades como “civis” – diferiam, em muito, da categoria de colono militar anteriormente relacionada. Ademais, a categoria dos “agregados” à Colônia se correlacionava com a dos colonos civis de maneira intrínseca, sendo impossível tratá-las em separado em nossa análise.

Desde a formação da colônia militar – ocupada, inicialmente, apenas por colonos militares – o núcleo tinha a disposição de poder incorporar indivíduos civis. A incorporação de civis focaria o desenvolvimento agrícola do núcleo. Diferentemente dos colonos militares, os civis da Colônia, tanto colonos quanto agregados, não possuíam obrigações de natureza militar ou de obrigatoriedade de préstimo de serviços, sendo, portanto, a colonização e a ocupação da terra suas principais funções.

Abordam-se as questões concernentes à estrutura fundiária nessa relação entre os sujeitos e a terra, já que a propriedade é ponto central para a compreensão da dinâmica das relações que se desenvolviam entre os indivíduos dentro da colônia militar. Dessa forma, as categorias elencadas compunham fases de um processo de efetiva incorporação de civis ao núcleo, independentemente do âmbito militar.

A possibilidade de obtenção de título de propriedade na Colônia possivelmente tenha sido fator preponderante no processo de instalação de indivíduos na localidade. O terreno

escolhido para a instalação da colônia militar, em 1859, foi em razão da ausência de população ligada à terra pelas vias da legalidade jurídica. A Lei de Terras de 1850,⁴⁵⁶ recém-promulgada, regulava a propriedade da terra e os meios de obtê-la, estipulando a existência de uma quantidade de terras que passaram à categorização de terras “devolutas”, isto é, desocupadas na concepção dos governantes e que abrigavam posseiros, caboclos e indígenas, marginalizados nesse processo de normatização e racionalização fundiária.

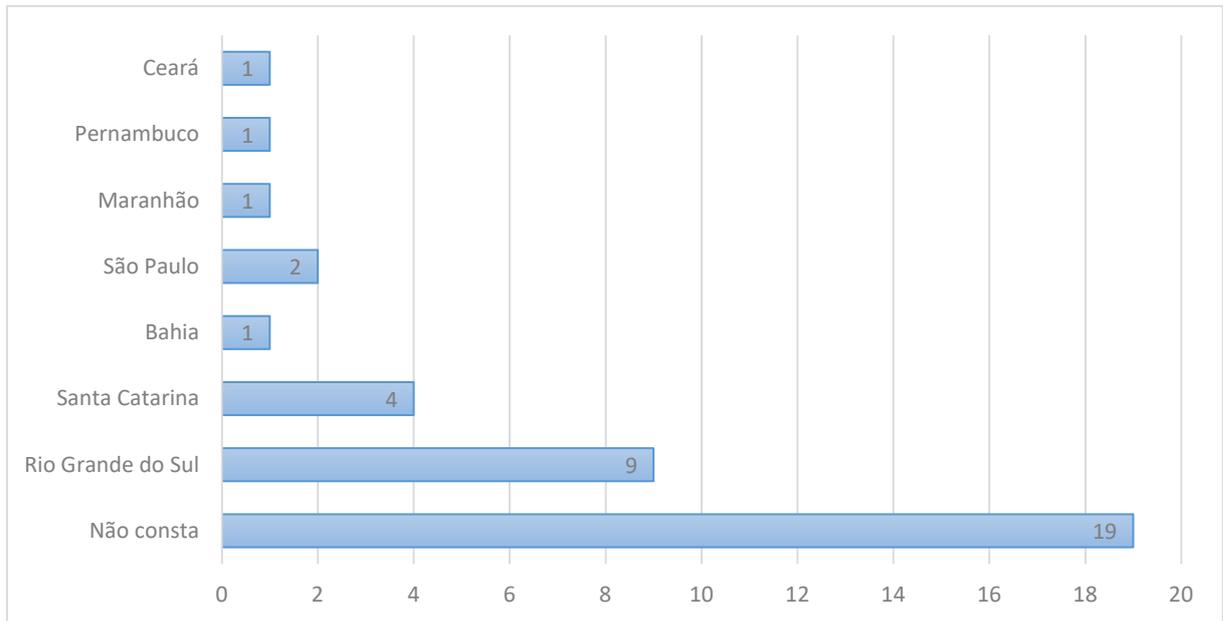
A colonização militar, nesse sentido, possuía intenções de validação e controle sobre a terra e seus ocupantes. A criação de colônias militares se desenvolveu em simultâneo à racionalização da estrutura fundiária e teve, portanto, objetivos em comum que se entrelaçavam em um contexto mais amplo de intencionalidades. A Colônia Militar de Caseros, ao fim de seu primeiro ano de existência, já contava com “3 famílias estranhas, que se empregam na agricultura e compoem-se de 15 indivíduos”, seus primeiros agregados (MAPA ESTATÍSTICO, 01-01-1860). A formação do núcleo possivelmente atraiu ou, pelo menos, centralizou indivíduos e famílias da região que estavam às margens da legalidade da aquisição da terra.

Com base nas informações contidas nos registros de batismo, pode-se traçar um amplo panorama quantitativo da população da Colônia Militar de Caseros em pelo menos dois períodos de sua experiência tendo por base dois censos populacionais realizados em 1867 e 1875. Da mesma forma, foi possível levantar estatísticas gerais com base apenas nos registros de batismo, considerando o período de 1858 a 1874, reveladoras também de outros aspectos indispensáveis à presente análise.

A partir da relação de colonos de 1867, realizada pelo Capitão-Diretor Luciano José da Rosa, foi possível elaborar um gráfico (ver Gráfico 1), o número absoluto de colonos listados no censo era de 38 colonos, sem distinção de classificação entre as categorias (militar, civil e agregado).

⁴⁵⁶ BRASIL. *Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas no Império. Disponível em: <https://goo.gl/OqPwai>. Acesso em: 7 jun. 2017.

Gráfico 1. Procedência dos colonos residentes na CMC em 1867



Fonte: RELAÇÃO, 26-05-1867. Relação enviada pelo diretor da Colônia Militar de Caseros, Luciano José da Rosa, ao presidente da Província. Colônia Militar de Caseros, 26 maio 1867. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização. Adaptado por Alana da Silva Follador.

Nos resultados quantitativos quanto à procedência geral, pode-se visualizar uma minoria diversificada de colonos procedentes no norte e nordeste do Império, das províncias do Ceará, Pernambuco, Maranhão e Bahia. Essas origens, tão distantes do espaço geográfico da colônia militar, justificam-se em razão de serem colonos militares, provenientes da primeira ou da segunda leva de militares destacados pelo projeto de colonização imperial, compondo, portanto, parte daquele contingente enviado para a estruturação do núcleo colonial.

Em seguida, analisando as procedências que seguem, nota-se uma quantidade maior de colonos advindos das províncias de São Paulo, Santa Catarina e também de outros lugares da Província do Rio Grande do Sul. Esse contingente talvez seja mais expressivo de atratividade espontânea proporcionada pela Colônia Militar de Caseros,

Porém, não é possível afirmar que os colonos se deslocaram diretamente do lugar em que declararam serem naturais para instalarem-se diretamente na colônia militar. Contudo, mesmo que a colônia não houvesse se apresentado como alternativa e causa primordial do deslocamento específico, a admissão desses sujeitos de origens diversas também sugere a existência de um deslocamento ainda anterior à colônia, um fluxo de migrações internas que se constituía (RODERJAN, 1994).

Nesse sentido, houve, em muitos casos, um deslocamento prévio, não necessariamente atrelado em um primeiro momento à colônia militar. É o caso, por exemplo, do colono Paulino Antunes da Silva que, em 1866, requereu a permissão de

[...] ser admitido como Colono elle e toda a sua familia que se compoem de mulher e nove filhos menones gosando todos das vantagens do art. 16 do Regulamento desta Colonia; tendo de informar a V S^a. que o supplicante é morador da Freguezia de Lagoa Vermelha e que vive em estado de pobreza, que é trabalhador e de boa conducta [...] (REQUERIMENTO, 10-10-1866).

Talvez a situação de Paulino talvez fosse também a de outros colonos incorporados nesses primeiros anos da colônia militar. Natural de Sorocaba, província de São Paulo, Paulino havia se transferido para o Rio Grande do Sul, mas em período ainda anterior ao projeto colonial; talvez a Freguesia de Lagoa Vermelha tenha se apresentado como povoação que oferecesse oportunidades em um primeiro momento, mas já não satisfazia as necessidades da extensa família. A requisição de entrada na colônia, para além do acesso à terra posterior, também garantia aos colonos, como consta do fragmento anteriormente referido, o abonamento em *étapes*⁴⁵⁷, isto é, a garantia de alimentação constante no art. nº 16 do Regulamento⁴⁵⁸ da colônia e, portanto, a reprodução e sobrevivência do núcleo familiar.

Mais expressivo nas informações obtidas da relação de colonos talvez se mostre a quantidade de sujeitos acerca dos quais não foi possível identificar a procedência, isto é, a maioria nessa listagem. A falta de informações acerca destes sujeitos revela também uma realidade diversa e contraposta à do colono Paulino e sua família, em razão de que não se encontram em outros registros da colônia. Nesse sentido, pode-se conjecturar que, se o projeto de colonização podia ser atrativo a determinados grupos, podia também apresentar repulsão, em razão de uma série de adversidades que foram constantes nessa experiência colonial e que estimularam um movimento centrífugo de dispersão de colonos.

A parca produção e produtividade retirada do trabalho agrícola dos colonos foi recorrentemente assinalada pelos diretores da Colônia, que viam no fato um obstáculo a ser

⁴⁵⁷ As *étapes* eram as “rações” ou “munições de boca”, isto é, como eram chamados os gêneros alimentícios distribuídos aos colonos militares, que eram supridos em “etapas”, tanto na alimentação, quanto no soldo. Fonte: XAVIER, M. *O coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó – os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense*. Florianópolis: Insular, 2016, p. 45.

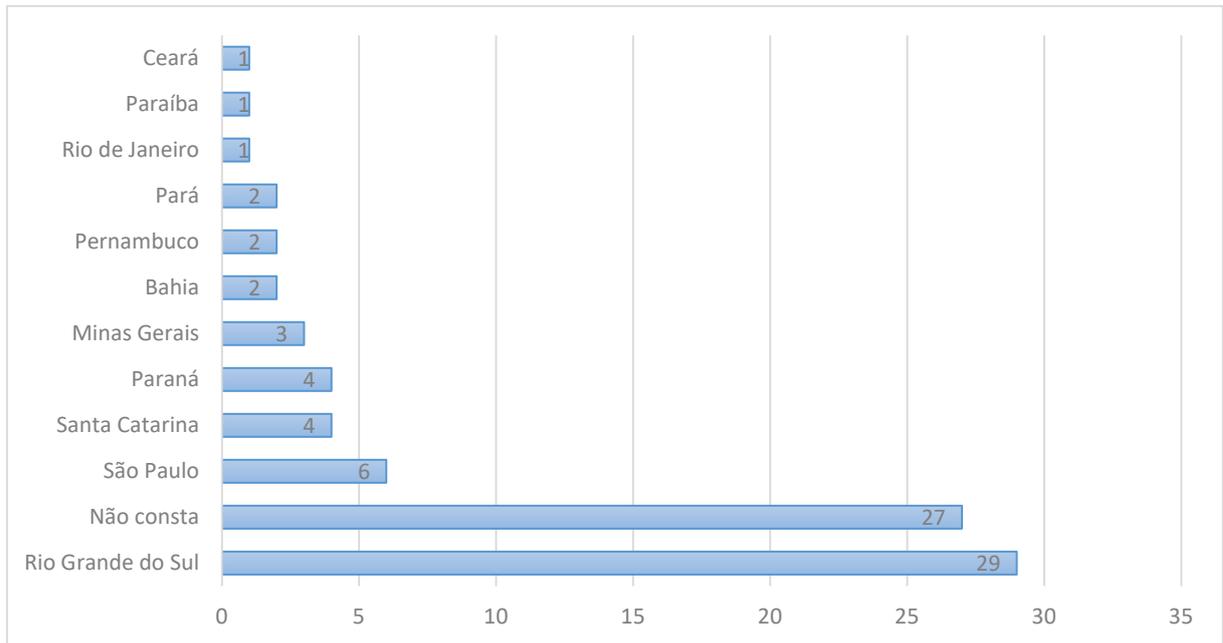
⁴⁵⁸ BRASIL. *Decreto nº 2.504 de 16 de novembro de 1859*. Art. 16. No primeiro anno, contado do dia em que chegarem á Colonia, todos os colonos tem direito a huma ração de etape, sendo homens ou viuvos com economia a parte. As pessoas de familia maiores de quatro annos tem direito a meia etape, durante o mesmo prazo. No semestre seguinte a ração de etape se reduzirá á metade, e cessará completamente no fim deste segundo prazo. Disponível em: <https://bit.ly/2R4x1tT>. Acesso em: 30 out. 2017.

transposto em suas gestões. As motivações para tanto se multiplicavam em justificativas atreladas a diversos fatores, desde a situação climática – em função dos rigorosos invernos, com chuvas intensas e geadas, que nulificavam os gêneros cultivados –, o aparecimento de pragas de ratos, estragos provocados nas lavouras por animais criados soltos, até a qualidade do solo, todos influenciadores diretos do desenvolvimento agrícola.

A falta de técnica apropriada para o cultivo do solo também se opunha à produtividade racionalizada e de larga escala. Ao mesmo tempo, em simultâneo a uma agricultura precária, havia também a dificuldade de comunicação com os povoados vizinhos em razão da distância, o que também acarretava em dificuldade de escoamento da produção. Em outras palavras, se a possibilidade de aquisição da terra era atrativa, a permanência e a sobrevivência a partir dela poderia vir a se tornar um fator de repulsão.

Diversamente, a relação de colonos de 1875 realizada pelo Capitão-Diretor Eusébio Gomes de Argollo Ferrão, demonstra a realidade de outro momento daquela experiência colonial. Naquele ano, como é possível visualizar (ver Gráfico 2), o número de colonos aumentou significativamente em uma década, chegando ao número de 82 colonos entre militares, civis e agregados, em um agrupamento de 265 pessoas ao todo, considerando todos os integrantes dos núcleos familiares em torno de colonos casados e com filhos (MAPA ESTATÍSTICO, 19-11-1875). Foi observado a permanência daqueles colonos militares na década anterior, provenientes das províncias do Norte do Império, que se mantiveram constantes sem maiores efetivos incorporados, visto os governos imperial e provincial não mais terem enviado soldados após 1861.

Gráfico 2. Procedência geral dos colonos da CMC em 1875



Fonte: RELACÃO, 14-11-1875. Relação enviada pelo diretor da Colônia Militar de Caseros, Eusébio Gomes de Argollo Ferrão, ao presidente da Província. Colônia Militar de Caseros, 14 nov. 1875. AHRN. Fundo Imigração, Terras e Colonização. Adaptado por Alana da Silva Follador.

Destaca-se também os registros de contingentes deslocados de províncias como Pará, Minas Gerais, Paraíba e Rio de Janeiro, que não parecem ser fruto de grandes deslocamentos em massa ou subsidiados. Um dos mineiros, Joaquim Cirino do Santos Barreto, morador de Vacaria em período anterior a sua instalação na colônia, era tropeiro antes de ser incorporado ao núcleo. Foi comerciante e atravessador de gados que, em determinadas temporadas e ao longo de alguns anos, realizou serviços de entrega e comércio de mercadorias da colônia em Porto Alegre, a pedido do Capitão-Diretor Luciano José da Rosa. Esse vínculo, possivelmente, foi o que concedeu a ele e sua família a posterior admissão, após 1871.

A passagem de cargueiros, comerciantes e viajantes, como o tropeiro Joaquim Cirino, era necessária para o escoamento de mercadorias e absorção de matérias-primas para a produção no interior da colônia, porém, também revelava a dependência de fatores externos para permitir o dinamismo mercantil da produção agrícola. na Estrada das Tropas aproveitavam-se dos poucos caminhos abertos anteriormente existentes com a intenção do escoamento das mercadorias. A estrada das tropas e outras que ligavam a colônia à serra do rio das Antas e ao restante do litoral eram fundamentais. Nesse contexto, talvez muitas das migrações registradas pela colônia em seus mais diversos sujeitos estivessem também intrinsecamente ligadas à visibilidade atribuída pela rota comercial.

Quanto à quantidade de colonos provenientes de outros lugares do Rio Grande do Sul e aqueles acerca dos quais não existem informações de procedência serem quantitativamente similares, pode-se levantar algumas conjecturas. A primeira hipótese é a de que núcleos familiares de vilas e povoações próximas à Colônia Militar de Caseros, como Lagoa Vermelha, Vacaria e Passo Fundo, principais localidades de origem dos sul-rio-grandenses, segundo os registros de batismo, tenham se deslocado para seu interior e arredores, principalmente de meados da década de 1860 a meados da década seguinte, quando os requerimentos de admissão alcançaram seu maior número, na expectativa de tornarem-se proprietários.

A segunda hipótese, essa relacionada às lacunas na lista, é a de que o núcleo, mormente fosse considerado decadente pela administração provincial, continuava a receber novos núcleos familiares, que não haviam se reproduzido ainda ao tempo da elaboração da relação de colonos. Pelo menos até meados de 1875, podemos afirmar que o crescimento da população colonial, apesar de gradual, mantinha-se em processo de incorporação de novos indivíduos. Contudo, ainda em 1875, meses após a composição da relação de colonos do núcleo, um surto de varíola grassou a localidade, reduzindo significativamente o número de colonos e gerando abandono de parte da população. Até o ano de extinção da Colônia Militar de Caseros, em 1878, poucos são os registros produzidos e preservados, não se podendo inferir muito acerca de deslocamentos populacionais nesse período final da experiência.

Considerações finais

Na Colônia Militar de Caseros, a produção agrícola e seu pretense crescimento ao longo dos anos, através da incorporação crescente de novas levas de colonos militares e civis, a distribuição de lotes e o cultivo da terra, alimentava objetivos de vinculação com a terra. A promoção da ocupação e regulamentação da aquisição da propriedade da terra esteve ao encargo da Colônia, bem visto, principalmente, em sua centralização no papel de legitimadora das concessões e dos indivíduos que passavam a requerer as possessões que até à sua instalação compunham o contingente de terras devolutas do governo imperial.

Contudo, apesar de vários atrativos à incorporação de colonos, também é possível perceber múltiplos fatores de desligamento do núcleo que superavam a expectativa de reprodução sobre a terra. Dificuldades quanto à produtividade, às condições climáticas, ao escoamento da produção certamente também fizeram parte deste contexto e foram decisivas para a permanência ou não dessas populações junto ao núcleo colonial.

Enfim, a Colônia Militar de Caseros é, sem dúvida, expressiva nesse contexto de migrações internas, tendo abrigado um amplo número de populações provenientes de diversas províncias e mesmo de diversas localidades do Rio Grande do Sul, acerca das quais pode-se inseri-las em movimentos talvez mais amplos de migrações inter-provinciais e intra-provinciais. Como ressaltado inicialmente, este trabalho encontra-se ainda em fase inicial de desenvolvimento, podendo ainda ser ampliado e os dados conjugados à análise de outras as fontes acerca dessa colônia militar.

Referências

- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. *Entre a espada, a cruz e a enxada: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)*. Erechim: AllPrint, 2018.
- XAVIER, M. *O coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó – os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense*. Florianópolis: Insular, 2016.

Fontes documentais

- BRASIL. *Registros da Igreja Católica*. Rio Grande do Sul. Freguesia de Lagoa Vermelha. Livro de Batismos da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Colônia Militar de Caseros. Arquivo da Diocese de Vacaria.
- MAPA ESTATÍSTICO, 01-01-1860. Mapa estatístico da Colônia Militar de Caseros enviado à Presidência da Província. Colônia Militar de Caseros. 01 jan. 1860. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização.
- MAPA ESTATÍSTICO, 19-11-1875. Mapa estatístico da Colônia Militar de Caseros enviado à Presidência da Província. Colônia Militar de Caseros. 19 nov. 1875. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização.
- RELAÇÃO, 02-10-1860. Relação enviada pelo diretor da Colônia Militar de Caseros, Hortêncio Maria da Gama Souza e Mello, ao presidente da Província, Joaquim Antão Fernandes Leão. Colônia Militar de Caseros, 02 out. 1860. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização.
- RELAÇÃO, 14-11-1875. Relação enviada pelo diretor da Colônia Militar de Caseros, Eusébio Gomes de Argollo Ferrão, ao presidente da Província. Colônia Militar de Caseros, 14 nov. 1875. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização.
- RELAÇÃO, 26-05-1867. Relação enviada pelo diretor da Colônia Militar de Caseros, Luciano José da Rosa, ao presidente da Província. Colônia Militar de Caseros, 26 maio 1867. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização.
- RELATÓRIO, 1858. Relatório do ano de 1857 do Ministro da Guerra, Jeronymo Francisco Coelho, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1858, p. 45-46.
- REQUERIMENTO, 10-09-1866. Requerimento de admissão do colono Paulino Antunes da Silva enviado ao Presidente da Província. Colônia Militar de Caseros, 10 set. 1866. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização.

MIGRAÇÕES FRONTEIRIÇAS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL (1938-1940): A BUSCA PELA PROPRIEDADE DA TERRA

Kalinka de O. Schmitz

Mestranda em História pela UPF/Bolsista CAPES

Imigração e colonização

A (i)migração e a colonização são fundamentais para compreender a formação populacional rio-grandense, bem como a atual configuração agrária presente em várias regiões do Estado. No Brasil, o incentivo à imigração e colonização, iniciado no ano de 1824, sofreu variações durante o período em que ocorreu. Inicialmente, o Império subsidiou todo projeto de imigração, incluindo a passagem do imigrante e o seu assentamento em um lote colonial. Gradualmente, os recursos destinados à imigração foram minguando, e houve o incentivo à atuação da iniciativa privada, até a retirada da União desse setor no início da República, prevalecendo a imigração espontânea (cf. ROCHE, 1969).

O Rio Grande do Sul deixou de receber imigrantes europeus apenas durante o período da Guerra Civil Farroupilha (1835-1845), por conta da instabilidade política. Afora esses anos, houve a chegada sistemática de levadas regulares de imigrantes, tanto via imigração oficial, quanto espontânea. A entrada de milhares de imigrantes contribuiu sobremaneira para o aumento populacional da província/Estado, bem como o crescimento vegetativo decorrente, impulsionando a migração desse excedente populacional para novas colônias, expandindo a zona colonial, baseada na pequena propriedade agrícola.

Um dos argumentos mais utilizados para legitimar o investimento na colonização foi a modernização da agricultura, a ser realizada pelos imigrantes que, em tese, traziam consigo da Europa o domínio de técnicas modernas de produção (CHRISTILLINO, 2010; SILVA, 2016). Essas novas técnicas se contrapunham às práticas rudimentares utilizadas pelos lavradores nacionais,⁴⁵⁹ os quais seriam, idealmente, influenciados e passariam a adotar as técnicas

⁴⁵⁹ Ao longo do trabalho, ao nos referirmos aos caboclos, poderão aparecer as expressões: *nacionais* e *colonos nacionais*, pois entendemos essas diferentes denominações como sinônimos de caboclos. Sobre a definição de caboclo, ver GERHARDT, Marcos. *História Ambiental da Erva-Mate*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2013; SILVA,

européias. De igual modo, havia a expectativa de que os nacionais contribuíssem na nacionalização dos imigrantes e seus descendentes, despertando o sentimento de pertencimento ao país de recepção, minimizando a formação de nichos étnicos.

Entretanto, a modernização da agricultura não alcançou o êxito esperado. Segundo Cristiano Christillino (2010), a imigração não garantiu a inovação de técnicas de trabalho na agricultura mas, mesmo assim, esse discurso de modernização das práticas agrícolas não deixou de ser utilizado pelos defensores da imigração. O que houve, de fato, foi uma associação entre os saberes e fazeres agrícolas dos nacionais e imigrantes, adaptada às condições de solo, terreno, vegetação e clima locais

No decorrer do século XIX, a imigração forneceu o contingente populacional necessário à formação de núcleos coloniais, cuja produção estava baseada na pequena propriedade de terra e no trabalho familiar, visando a produção principalmente de alimentos. As primeiras áreas de colonização alemã e italiana, que receberam principalmente contingentes populacionais vindos da Europa, são chamadas pela historiografia de *colônias velhas*. Partindo da região do vale do rio dos Sinos, a colonização foi se expandindo para os vales dos rios Caí e Taquari e, posteriormente, a região da serra, na região do rio das Antas.

Na base da política de imigração e colonização, estava a questão agrária. A estrutura fundiária do Estado estava baseada no latifúndio originário da concessão de sesmarias, prevalecia a produção pecuária. Paralelo à sesmaria, predominava a posse não legitimada. A instalação de colônias públicas nos limites dessas propriedades gerou várias contestações de domínio de posse de terras contra o Estado. Cabe assinalar que que problemas envolvendo a posse da terra já existiam anteriormente, porém, com a colonização multiplicaram, assumindo novas configurações (TRAMONTINI, 2000; CHRISTILLINO, 2010).

O fluxo migratório contínuo, o crescimento demográfico, somado ao esgotamento do solo, escassez e encarecimento das terras, levou o excedente populacional para cada vez mais distante dos núcleos coloniais iniciais. No início do século XX, se dirigiram para a região do Planalto Rio-grandense. Esse processo de migração em busca de novas terras para comprar foi denominada por Jean Roche (1969) de *enxamagem*.

As colônias novas no Planalto Rio-grandense

No Planalto Rio-grandense formaram-se as denominadas *colônias novas*. As áreas de campo já estavam ocupadas pelo latifúndio, restando à colonização as áreas florestais. Instalaram-se colônias mistas, que receberam diferentes grupos étnicos, imigrantes e colonos de segunda ou terceira geração daqueles vindos da Europa durante o século XIX. Nesse novo cenário, a União apoiou a imigração espontânea, passando de principal agente – durante todo o século XIX – para agente secundário, que acompanhava, mas não financiava mais levadas que se dirigiam à região em questão. Nesse aspecto, Rosane Neumann afirma que “havia razões de ordem política e moral, contrárias à rápida elevação artificial da população do estado. Logo, a realocação do elemento colonial não implicava ônus para o Estado, cujos recursos poderiam ser aplicados no melhoramento das colônias” (2016, p. 49). Esse redirecionamento de prioridade fez com que “desde 1920, [a colonização fosse] proporcionalmente menos numerosa do que o que o havia sido na segunda metade do século XIX” (ROCHE, 1969, p. 133).

Entretanto, os colonos, ao ocupar as áreas florestais, passaram a concorrer com seus habitantes anteriores, sejam eles posseiros, lavradores nacionais, negros e ex-escravos, indígenas. Muitos deles dependiam economicamente do extrativismo da erva mate (SILVA, ano). Em consequência desse movimento migratório, iniciou-se um processo de privatização de terras, onde muitas vezes o interesse final era a demarcação de lotes coloniais, os quais, naquele momento, se valorizavam cada vez mais.

O principal período de colonização da parte norte do Estado foi durante a Primeira República, onde houve inúmeros projetos de colonização particulares e públicas, com diferentes áreas.⁴⁶⁰ Os empreendimentos, dentro do ideário positivista, seguiram o padrão de colonização mista, ou seja, a população do núcleo colonial seria formada por indivíduos de diferentes etnias e religiões, na tentativa de impedir o surgimento de quistos étnicos.

A construção da ferrovia de interligação entre Rio Grande do Sul e São Paulo, que atravessava a região norte rio-grandense, foi essencial para acelerar a colonização. Com a presença da ferrovia, tanto o escoamento da produção quanto o deslocamento populacional era facilitado, principalmente se levarmos em consideração as condições das estradas de rodagem que existiam, e o tempo muito maior de deslocamento por terra do que com o trem

⁴⁶⁰ A partir da década de 1890, foram criadas por exemplo as colônias particulares de Novo Xingu (1897) e Neu Württemberg (1898); por seu turno, foram criadas as seguintes colônias públicas, Ijuí (1890), Guarita (1891) e Erechim (1908). A primeira e a última das colônias particulares citadas, foram os maiores projetos públicos de colonização na região Norte/Nordeste do Rio Grande do Sul.

(RÜCKERT, 1997). Além dessas facilidades de trânsito de produtos, pessoas e informações, em vários casos, os locais onde havia uma estação ferroviária conhecia um rápido desenvolvimento.

Assim, com a ferrovia, onde antes havia dificuldades de criar núcleos coloniais dada a sua distância de grandes centros consumidores, agora havia a possibilidade não só de criação, mas de rápido desenvolvimento da área (NASCIMENTO, 2007). Sobre isso, Aldomar Rückert destaca que “o incremento dos núcleos de colonização efetiva-se ao longo da estrada de ferro, tornando-se a cidade de Passo Fundo um centro coletor da vida econômica e social da vasta região que compreende não só o Planalto Médio, mas, ainda, o Alto Uruguai e parte das Missões” (1997, p. 119).

A Proclamação da República gerou várias alterações nos rumos e nas políticas do Brasil. Uma dessas alterações diz respeito ao fato da colonização ter passado a ser responsabilidade dos estados. A partir dessa diretiva, “o governo positivista defendeu a imigração espontânea e a colonização particular, porém, reservando para si as terras públicas” (NEUMANN, 2016, p. 45). O governo positivista rio-grandense passa então a diminuir a venda de terras públicas a particulares e a gerenciar seus próprios núcleos coloniais; os empreendimentos particulares então, se voltam para a aquisição de áreas junto a particulares.

Com as terras públicas passando a ser responsabilidade dos Estado, o governo rio-grandense tomou medidas para discriminar as áreas devolutas – propriedade do governo – das áreas particulares. Para tal serviço, houve a criação de órgãos públicos destinados especificamente à questão de terras e colonização. Tais órgãos públicos foram a Diretoria de Terras e Colonização⁴⁶¹ – DTC –, e a Comissão de Terras e Colonização – CTC –; ambas ligadas à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, sendo a primeira a direção geral desses serviços, e as segundas as extensões regionais da mesma (IOTTI, 2010).

Além da discriminação das terras, as CTCs deveriam acompanhar e auxiliar tanto os colonos estabelecidos nas áreas de colonização pública quanto também auxiliar aqueles que haviam se dirigido aos empreendimentos particulares. Isso porque apesar do espaço para a iniciativa particular, o governo estava ciente – e principalmente crítico – das ações das empresas e indivíduos que comandavam esses empreendimentos, criticando-os por se preocuparem apenas com o lucro da venda dos lotes coloniais, e, conseqüentemente, quando finda a venda de lotes em determinado núcleo, iam embora e deixavam os colonos sem

⁴⁶¹ A Diretoria de Terras e Colonização foi criada no ano de 1895, pelo Ato nº15 de 31 de Janeiro. Juntamente à criação da DTC, criou-se também as CTCs (IOTTI, 2001) sendo que estas passaram por várias reformulações ao longo da Primeira República.

amparo e infraestrutura precária. O Estado também investiu maciçamente na construção de uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento dos núcleos coloniais espalhados pelo estado, no lema borgista “povoar é construir estradas”.

A atuação da Diretoria de Terras e Colonização teve forte influência de Carlos Torres Gonçalves, seu diretor por duas décadas. Torres Gonçalves, também positivista tal como Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, imprimiu seus ideais nos trabalhos da DTC. Foi durante o seu período como diretor da DTC que iniciou-se o trabalho de proteção ao indígenas e aos nacionais, demonstrando preocupação com esses grupos que acabavam muitas vezes sendo marginalizados em detrimento ao avanço da colonização (Relatório..., 1917, p. 363). Esse serviço visava a demarcação e legalização das terras ocupadas por esses dois grupos⁴⁶². Com ele, além do controle sobre boa parte da população indígena – que considerava-se no estágio fetichista, e assim, necessitada de uma tutela para se desenvolverem –, também resolver-se-ia o problema da intrusão dos lavradores nacionais tanto em terras públicas quanto em terras de particulares.

Antes da preocupação em legalizar a situação dos posseiros, estes foram gradativamente expulsos das terras ocupadas, seja pelo latifúndio, seja para a criação de núcleos coloniais. Desalojados de suas posses, acabavam como intrusos em outras áreas, apenas movendo o problema de lugar, não o resolvendo. Isso muda quando se passa a legalizar esses intrusos nas áreas que ocupavam, ou mesmo oferecendo terras em outra região, para que o indivíduo não voltasse a ser intruso; outra possibilidade defendida e aplicada pela DTC era a criação de colônias mistas, ou seja, compostas tanto por colonos imigrantes e/ou seus descendentes, como pelos colonos nacionais.

Tal preocupação com os nacionais envolvia em diferentes níveis as CTCs, dependendo de como era a conformação populacional de cada área de ação, se havia população considerável de nacionais, ou se a colonização já se encontrava em andamento. Nos trabalhos das CTCs de Palmeira, criada em 1917, e de Santa Rosa, criada em 1915, havia a preocupação em regularizar a situação dos nacionais que viviam em suas áreas de ação antes que aumentasse o fluxo de colonos para a região. Enquanto a CTC de Palmeira afirma que havia normalizado a situação dos nacionais e evitando novos casos de intrusão em sua zona de trabalho, na colônia Santa Rosa, criada antes da CTC de mesmo nome, inicialmente sob a responsabilidade da CTC de Palmeira, a população nacional era tão grande e ganhou tanta

⁴⁶² Dos Toldos indígenas existentes no Rio Grande do Sul na década de 1910, apenas o Toldo do Ligeiro era responsabilidade do Serviço de Proteção ao Índio – SPI –. A criação desse órgão federal e o início do trabalho de proteção fraterna aos indígenas no Rio Grande do Sul ocorreram no mesmo período.

importância que a maior parte da população daquela colônia era justamente formada por nacionais – do total de 6.058 habitantes em 1918, 5.100 eram brasileiros (Mensagem..., 1918, p. 33).

A atuação da Inspetoria de Terras e Colonização de Santa Rosa se situa, conforme Jean Roche (1969), dentro do espectro da enxamagem, na quarta fase, caracterizada pelo “êxodo do Rio Grande do Sul”, rumo oeste de Santa Catarina e Paraná. Havia a preocupação com a ocupação via colonização de áreas próximas à fronteira com a Argentina.

A busca pela propriedade da terra continua

Na passagem da monarquia para República, houve alterações no que diz respeito às legislações. A Constituição estadual de 1891, ao mesmo tempo em que se baseou na Lei de Terras de 1850 e sua regulamentação de 1854 para a sua seção sobre a questão agrária, também passou por cima de alguns preceitos dessa legislação, que foi a primeira legislação especificamente agrária que o Brasil criou. Enquanto que a Lei de Terras de 1850 restringiu o acesso à propriedade da terra apenas a partir da compra ou transmissão por herança, tornando por isso a posse algo ilegal, a legislação republicana rio-grandense considerou que seriam passíveis de legitimação as posses realizadas antes da Proclamação da República.

Com a transição da Monarquia para a República, as terras públicas e a questão da colonização passam a ser responsabilidade dos Estados; a questão da imigração segue, conforme o artigo 4º do Decreto nº 6.455 de 19 de abril de 1907, sendo realizada principalmente pela União (IOTTI, 2001, p. 496). Nesse mesmo artigo é posto que os Estados da Federação poderiam contribuir com a imigração, mas em nenhum momento seriam os únicos responsáveis. A partir da Primeira Guerra Mundial, o governo federal se torna o único responsável pela imigração; esse maior envolvimento se consolidou com vários decretos onde buscava registrar e regulamentar tudo que tivesse ligação com a imigração e o povoamento do território nacional.

De acordo com Roche foi “a partir de 1930 que realmente se manifestou a intervenção da administração federal” (1969, p. 131), quando a partir do exemplo dos EUA, proibiu momentaneamente a imigração em 1932. Mas foi a Constituição seguinte, de 1934, que “reservou ao Governo Federal o serviço de imigração e colonização” (Roche, 1969, p. 131). Com objetivos como a manutenção da estrutura racial e cultural brasileiro, utilizando para isso um sistema de cotas de entrada, onde havia um limite da “imigração a um máximo anual

de 2% dos nacionais de cada país fixados no Brasil, no decorrer dos cinquenta anos anteriores” (ROCHE, 1969, p. 131).

Obviamente, essas ações foram motivadas em grande parte pela delicada situação internacional, que ainda vivia as consequências da I Guerra Mundial e se encaminha para II Guerra Mundial. No tocante à necessidade de mão de obra que o país poderia precisar, essas ações foram tomadas após um século de um constante fluxo imigratório no Brasil, e com a geração de descendentes destes imigrantes. Não havia então no Brasil, necessidade tão latente de mão de obra no campo, o que permitia ao Estado brasileiro tomar medidas como essa.

Já no período do Estado Novo, com a Constituição de 1937, e o Decreto-Lei de 4 de maio de 1938 e de 20 de agosto de 1938, a União reafirmava que a imigração e colonização eram responsabilidade do governo central, e principalmente com os decretos acima mencionados, passaria a ocorrer uma imigração dirigida. Juntamente com a nova carta constitucional, e com os decretos criados nos anos seguintes, houve a reorganização dos órgãos públicos responsáveis pela questão de terras e colonização⁴⁶³. Dentre essas alterações,

Foram criadas então no Rio Grande do Sul cinco inspetorias: do Norte, com a sede em Palmeira das Missões, a partir de 1939 transferida para o distrito de Frederico Westphalen e tendo como chefe o engenheiro Artur Ambros; do Nordeste, com sede em José Bonifácio (hoje município de Erechim); do Centro, em Passo Fundo; do Leste, em Três Forquilhas (Torres); do Noroeste, em Santa Rosa. (NORA, 2006, p. 90).

Mesmo tendo sido mais volumosa durante a Primeira República, a colonização do Rio Grande do Sul continuou nas décadas seguintes. Assim sendo, mesmo podendo considerar que no aspecto geral a colonização na Primeira República concluiu o povoamento do território estadual, devemos destacar que ainda havia ao menos pequenas extensões de terras em que foram assentadas famílias de colonos ao longo do século XX. Esses órgãos reformulados não tiveram que lidar com grande volume de demanda de serviço como ocorrera com as CTCs em período anterior; tiveram, porém, de trabalhar e acompanhar o processo de colonização e de privatização dos últimos espaços disponíveis para tal processo no Rio Grande do Sul.

Dessa forma, nosso estudo se localiza entre as décadas de 1930 e 1940, quando ocorre a migração para a região fronteira com a Argentina, onde em situação irregular, esses nacionais logo são percebido pelo estado, e assim se inicia o trabalho de localização e

⁴⁶³ Em 1938 há a criação do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), pelo decreto nº 3010, de 20 de agosto de 1938. Esse decreto e o decreto-lei nº 406, de 04 de maio de 1938, pautaram principalmente a questão da imigração, ou seja, assuntos referentes à chegada de estrangeiros, porcentagem que seria aceita de estrangeiro por nacionalidade, porcentagem mínimas de estrangeiros e nacionais em núcleos coloniais, para que não houvesse o surgimento de nichos étnicos.

demarcação de lotes para essas famílias. É importante destacar, contudo, que a documentação não deixa claro se esses nacionais se movimentam apenas em território brasileiro ou também ultrapassam a fronteira e chegam em território argentino.

Pela análise realizada, acreditamos que se houve essa segunda opção, foi em menor número. Também pelas listas de relação número de lote/nome do colono, constatamos – a partir dos sobrenomes – que a quase totalidade dos indivíduos envolvidos nesse processo eram de origem luso-brasileira, mostrando que foi um processo de colonização que não envolveu a presença de descendentes de alemães ou italianos, principais grupos imigrantes ao Sul do Brasil (Relação de emigrados... sem data; Relação de emigrados..., 06 de março de 1940).

A ausência em certa medida da presença de descendentes de europeus no processo aqui analisado pode ser compreendido, se levarmos em consideração que esses grupos estavam com sua atenção voltada às novas possibilidades existentes em Santa Catarina, Paraná ou mesmo no Paraguai. Ou seja, com esses grupos voltados para a migração para fora do Rio Grande do Sul, o elemento nacional passa a ter mais espaço no processo colonizatório interno no estado, exemplificado no caso aqui estudado.

Outro elemento que deve ser levado em consideração ao analisar o assentamento desses nacionais em zona fronteiriça é o fato de que

estas exigências [concessões na faixa de fronteira] estavam prevista no artigo 166 da constituição [1934], que definia dentro de uma faixa de 100 km ao longo das fronteiras, não poderia haver concessão de terras ou mesmo, de vias de comunicação, sem o consentimento do Conselho Superior de Segurança Nacional, o qual estabelecia o predomínio de concessões para capital e trabalhadores nacionais, e, do mesmo modo, a instalação de indústrias e meios de transportes que interessassem a segurança nacional. (MACULAN, GREGORY, 2014, p. 192)

Dessa forma, ao ter conhecimento da presença de nacionais próximos ao rio Uruguai, o governo decidiu realizar a localização desses elementos e instalá-los em terras do Estado. A zona em que ocorreu a criação do referido núcleo colonial – não há referência na documentação analisada, sobre a denominação desse núcleo criado em 1938/39 – e as demarcações dos lotes é compreendida entre o Lajeado Herval Grande e o rio Turvo, próximo à margem do rio Uruguai, em área que então pertencia ao município de Palmeira; o Mapa 1, demonstra a região atual onde se localizaria a área em questão.

trabalhos da inspetoria deveriam seguir principalmente na margem direita do Turvo, que seria onde os nacionais tinham preferência (Providências..., 1939). Assim, percebemos pelos dados apresentados, que os nacionais que ali viviam, ou se dirigiam com o interesse em se tornar proprietário legal de um lote colonial, possuíam desejos que o governo acabava por atender (preferência na localização dos lotes).

Além do cuidado com o assentamento dessa população, o governo também apoiava os nacionais com subsídios diretos – somas em dinheiro e o auxílio dos órgãos públicos –, e indiretos, estes através de ressarcimentos a casas comerciais que auxiliassem os colonos com suprimentos básicos para sobrevivência. Esse subsídio era respaldado por lei, onde o caboclos poderiam receber um adiantamento do Estado para as despesas iniciais de instalação, cujo valor não poderia exceder quinhentos mil réis (500\$000), e seria incluído na dívida referente ao valor do lote, a ser pago num prazo de dez anos (Art. 44, § único. Decreto nº 7677, de 9 de janeiro de 1939).

A partir da análise da documentação, podemos inferir que esses auxílios prestados pelo governo aos nacionais que não tinham condições financeiras, mas que demonstravam interesse em adquirir lotes rurais, acabou por despertar o interesse de famílias pobres de centros urbanos como Porto Alegre. Essas famílias pobres que não viam perspectiva de melhoria na sua condição de vida no mundo urbano, optaram por tentar uma vida melhor na zona rural, tornando-se proprietários de um lote rural. Além da perspectiva de melhoria de vida ao se tornar proprietário rural, o conhecimento dos auxílios fornecidos pelo governo também devem ter atuado como fator de atração nesse êxodo urbano.

Não há maior detalhamento na documentação analisada, sobre o contexto geral daquele momento, ou de algum problema social que poderia ter contribuído para a tomada de decisão de ir de um lado a outro do Rio Grande do Sul, para tentar melhorar de vida, além da condição de extrema pobreza.

Essa movimentação para a zona rural do estado pode ser percebida como a última chance de sair da pobreza. O fato, porém, de nunca antes terem tido contato com a agricultura, ou com as adversidade a que estariam submetidos durante os primeiros tempos no novo ambiente, foi um entrave ao sucesso desse empreendimento. Exemplo disso é o relato da Inspetoria – o documento está cortado, não possibilitando identificar quem o escreveu –, onde afirma que, “o auxílio de 500\$000 para o pobre que vem da cidade não é suficiente, ele precisa construir a casa, fazer as derrubadas e plantações. A colheita do primeiro ano é sempre

pequena e não sabendo aproveitar bem as terras, é pouca. Além disto ele precisava de assistência médica” (Deslocamento ..., sem data).

A falta de aclimatação ao novo ambiente, e com dificuldades de se adaptarem aos “rigores do trabalho”, contribuiu para que houvessem vários casos de indivíduos adoentados; a má administração do auxílio do governo, juntamente com a dificuldade de adaptação à nova realidade e os casos de doenças, contribuíram para o relativo fracasso desse êxodo urbano. No final do documento em questão, reflete-se que em novos casos de famílias citadinas rumassem para alguma colônia, se faria necessário que a Inspetoria em questão fornecesse habitação nos primeiros tempos, bem como um funcionário que fornecesse ferramentas e indicações para o trabalho agrícola.

Essas ações por parte do governo e da Inspetoria competente demonstram como mesmo com as alterações realizadas pelos novos governos, tanto do estado quanto a nível federal, a questão fundiária e conjuntamente a população que vive ou escolhe viver no meio rural ainda são latentes, demandando atenção e auxílios, de certa maneira, próxima às preocupações que perpassavam as ações dos órgãos similares que existiam durante a Primeira República.

Considerações finais

Neste texto buscamos discutir como a busca pela propriedade da terra, que motivou milhares de europeus a emigrarem para lugares desconhecidos como o Brasil principalmente durante o século XIX, ainda era visada em meados do século XX como uma forma de melhorar a sua condição de vida.

O processo de colonização de terras no norte/nordeste do Rio Grande do Sul apesar de intenso durante o primeiro período republicano brasileiro, não ocupou a totalidade da região, muito por conta da oferta barata na nova fronteira de colonização que se desenhava, em Santa Catarina e no Paraná principalmente. Isso fez com que ocorresse projetos de colonização isolados no decorrer do século XX, em pequenas extensões, ainda com a procura de descendentes de imigrantes, mas principalmente com a movimentação de nacionais.

Sendo a área de estudo localizada na fronteira com a Argentina, os órgãos públicos não poupam trabalho para realizar o assentamento dessa população que busca a propriedade da terra. O assentamento de elementos nacionais na região fronteira, entendida aqui como a faixa de 150 km próximos à fronteira seria a forma de defender o território nacional (MACULAN, GREGORY, 2014).

O caso estudado neste artigo serviu, dessa maneira, tanto para o estabelecimento de indivíduos/famílias que viam na propriedade da terra e chance de melhorar de vida, quanto para o estado brasileiro povoar a fronteira com seus gentios, e assim, a proteger das nações vizinhas.

Esses projetos, alguns estudados apenas isoladamente, acabaram por posteriormente originar municípios, que tiveram seu início posterior à década de 1930⁴⁶⁴, e se estenderam até quase o final do século XX. Assim sendo, mesmo menos visados aos estudos historiográficos, essa movimentação de ocupação dos últimos espaços disponíveis a colonização, são importantes justamente para a compreensão do espaço territorial do norte/noroeste rio-grandense.

Fontes de pesquisa

Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen - AHMFW

Apresentação das relações de emigrados que receberam fornecimento e importâncias. 03 de março de 1939. Alto Uruguai.

Confirmação de recebimento de importância em dinheiro. 03 de março de 1939.

Deslocamento das famílias pobres das cidades para as colônias. Sem data. Avulso.

Providências tomadas em relação aos emigrados da Argentina e despesas efetuadas. 14 de janeiro de 1939, Santa Rosa.

Relação de emigrados e lotes respectivos na localidade Turvo. Sem data. Avulso.

Relação de emigrados e lotes respectivos na 1ª seção Barra Grande. 06 de março de 1940. Vila de Frederico Westphalen. Avulso.

Memorial do Legislativo – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Relatório apresentado ao Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre, Tip. da empresa Gráfica Rio-Grandense; Editora d'O Diário, 1917.

Relatórios de Presidente de Província – Center for Research Libraries

Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 2ª seção ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1918. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1918.

Referências

Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1961.

⁴⁶⁴ Um exemplo dessa colonização mais tardia no norte do Rio Grande do Sul é o caso de Jaboticaba, estudado por Nilse Cortese Dalla Nora, no livro *Quem chega, quem sai: a política de distribuição de terras no Rio Grande do Sul – o caso de Jaboticaba* (2006).

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850- 1880)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MACULAN, Graciela; GREGORY, Valdir. A regularização das terras devolutas na faixa de fronteira: o conflito judicial da Fazenda Ocoy. *Revista Ideação*. v. 16. n° 2. 2º semestre de 2014. p. 184-202.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia Alemã – Histórias e Memórias*. São Leopoldo: EST, 1978.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. *Derrubando florestas, plantando povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul*. 2007. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, RS, 2007.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos. 2016.

NORA, Nilse Cortese Dalla. *Quem chega, quem sai: a política de distribuição de terras no Rio Grande do Sul – o caso de Jaboticaba*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2011.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra – Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827 – 1931*. Passo Fundo: Editora UPF, 1997.

SILVA, Marcio Both da. *Caboclos e Colonos – Encontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

_____. *Construção do Intruso: o processo de apropriação da terra na região serrana do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. *Revista Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n° 2, p. 1-20. 2008.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2000.

Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 13/10/2018, às 19:30 hrs.

Decreto-Lei nº 406 de 04 de maio de 1938. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 13/10/2018, às 20:00 hrs.

COLONIZAÇÃO PRIVADA: EMPREENDEDORISMO, REDES MIGRATÓRIAS E RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA NO SÉCULO XIX⁴⁶⁵

Patrícia Bosenbecker

Dra. em Sociologia

Pós-doutoranda/UFSCar, bolsista FAPESP

Resumo: O papel do Estado brasileiro foi, sem dúvidas, crucial e determinante para a criação de um sistema de colonização de terras no sul do país com imigrantes europeus, contudo, a criação de empresas de colonização, especializadas no recrutamento de imigrantes alemães e no subsequente estabelecimento desses grupos em colônias privadas, foi importante para a ampliação da imigração para o Brasil. A participação de elites e empresários imigrantes no processo é ainda pouco avaliada pelos pesquisadores. Empresários imigrantes também foram responsáveis pelo agenciamento de novos grupos imigrantes, por vezes usando a própria estrutura do Estado ou por meio de suas próprias redes e sistemas impulsionando e impulsionados por suas empresas, que também recebiam compensações financeiras pela inserção de imigrantes desejáveis, conforme a legislação da época. Essa conjuntura criou um sistema de imigração basicamente organizado pelo Estado brasileiro, mas com participação de empresários e ricos comerciantes alemães, já instalados no Brasil, gerando um lucrativo ramo de negócios a partir da colonização privada. Tais elites imigrantes conquistaram assim uma posição confortável na sociedade brasileira e mantiveram certa influência política e econômica. Este trabalho propõe discutir algumas características desses grupos de empresários imigrantes, a partir dos dados de pesquisa recolhidos para tese de doutorado, no intuito de avaliar o funcionamento do sistema privado de colonização a partir das redes de empreendedores imigrantes. Entre os principais aspectos estão as redes formadas por migrantes e não migrantes envolvidos no engajamento e transporte de imigrantes, bem como a participação de banqueiros, importadores-exportadores, empresários em geral e comerciantes que financiaram e lucravam com esse ramo de negócio.

Um dos estados brasileiros que mais recebeu imigrantes alemães foi o Rio Grande do Sul, no extremo sul do país.⁴⁶⁶ Em livro publicado em 1925, o pesquisador e professor de estatística, Ernesto Pellanda, escreveu sobre as colônias alemãs criadas no Rio Grande do Sul. Segundo seu trabalho, entre 1850 e 1922, existiram 142 colônias que receberam ou foram criadas para receberem imigrantes alemães, sendo que 28 pertenciam ao Estado, em seus diferentes níveis – cidade, província e governo nacional, 12 tinham proprietários diversos e, por meus cálculos, pelo menos 47 dessas colônias certamente tinham pelo menos um proprietário alemão ou de segunda geração imigrante, que formavam companhias de colonização e eram donos de extensas faixas de terras.⁴⁶⁷

⁴⁶⁵ Todas as informações aqui apresentadas são originadas de minhas pesquisas de doutorado, com bolsa CAPES. A versão aqui apresentada é um breve resumo teórico da tese de doutorado e de um dos tópicos do quinto capítulo do mesmo texto (BOSENBECKER, 2017).

⁴⁶⁶ Conforme o mesmo autor, embora não seja possível confirmar seus dados, chegaram ao Rio Grande do Sul entre 1824 e 1898, pouco mais de 48 mil imigrantes (PELLANDA, 1925, p. 24-25). Veja também Roche (1969, p. 142-144).

⁴⁶⁷ Os autores divergem sobre os números de colônias fundadas no Estado, veja, entre outros, Amstad (1999).

Alguns poucos trabalhos dão conta da colonização privada no Rio Grande do Sul e de seus empresários ou colonizadores, sejam eles nacionais ou estrangeiros, entre os quais estão as obras de Neumann (2009), que analisou o empresário Herrmann Meyer e o trabalho de sua companhia, Streit (2003) sobre Evaristo Affonso de Castro, proprietário da colônia Saldanha Marinho, e, ainda, o trabalho de Wolff (2005), sobre a colônia Barro, da empresa Luce e Rosa & Cia. Outro importante trabalho é a tese de Christillino (2010), que aborda a questão agrária no Vale do Taquari e trata de uma série de colônias e empreendedores da colonização privada naquela região. Em trabalho anterior, eu avalei a colônia São Lourenço, do empresário alemão Jacob Rheingantz (BOSENBECKER, 2011).

A questão central neste trabalho é saber, contudo, como funcionavam essas empresas de colonização privada de propriedade de imigrantes. E, mais especialmente, se os estrangeiros envolvidos no processo estavam interligados ou dependiam de investimentos de seus países de origem. Nosso método de pesquisa será investigar as redes de relações desses empresários. Para tanto, tomamos um caso empírico, analisando um grande empresário, proprietário de uma das maiores colônias privadas do Rio Grande do Sul em extensão de terras e que recebeu mais de 600 famílias de imigrantes alemães em suas duas primeiras décadas de existência.⁴⁶⁸ A hipótese é de que existiam redes formadas por migrantes e não migrantes envolvidos no engajamento e transporte de imigrantes, com a participação de empresários e comerciantes que financiaram esse tipo de negócio, e, no interior dessas redes, grupos de imigrantes mantinham posições centrais e se beneficiavam mutuamente com os empreendimentos.

Empresários transnacionais em perspectiva histórica

Para avaliar as relações entre imigrantes e não-migrantes entre países de origem e destino, quase sempre entre empresários ou comerciantes, utilizamos aqui o conceito de transmigrante, ou seja, aqueles imigrantes que dependem de múltiplas e constantes interconexões através das fronteiras internacionais em seu cotidiano e, assim, configuram suas identidades, recorrendo a mais de uma nação como ponto de referência (SCHILLER; BASCH; BLANC, 1995, p. 48).

Evidentemente, há uma questão de densidade e de complexidade nos movimentos contemporâneos, influência latente da ideia de globalização, do capitalismo e do mundo moderno, em função das novas tecnologias nos transportes e nas telecomunicações (PORTES, 2004; PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 281). Contudo, historicamente, esses movimentos podem ser encontrados, como avaliou Min Zhou (2004, p. 1054):

Historicamente, os movimentos de ida e volta entre os países emissores e receptores têm sido um fato da vida para muitos grupos de imigrantes. O que é novo no transnacionalismo contemporâneo é que a escala, a diversidade, a densidade e a regularidade desses movimentos, e as consequências

⁴⁶⁸ A informação contempla dados da minha pesquisa de mestrado (BOSENBECKER, 2011) a partir das listagens de imigrantes entrados na província e dirigidos para a Colônia São Lourenço, compilados entre 1857 e 1876 (ano do último livro de registro existente nesse período). O recorte temporal acompanha, assim, o período de administração colonial de Jacob Rheingantz, que faleceu em 1877.

socioeconômicas que provocaram, são incomparáveis com os fenômenos do passado, graças aos voos a jato, aos serviços telefônicos e de fax, a internet e outros meios de comunicação e de transporte de alta tecnologia, mas sobretudo a reestruturação da economia mundial, juntamente com a globalização do capital e do trabalho.⁴⁶⁹

O que é importante na pesquisa histórica é a possibilidade de analisar a manutenção e a construção desses laços transmigrantes, que já eram fatores substanciais nas grandes ondas de migrações transatlânticas no final do século XIX e início do XX (LEVITT, DEWIND, VERTOVEC, 2003, p. 569). A perspectiva histórica, dessa forma, contribui para destacar o valor do conceito, pois aponta para conexões previamente negligenciadas pelos pesquisadores (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 281).

A questão é avaliar quais os grupos em tempos passados que já viviam conforme uma perspectiva transnacional. Os estudos dirigidos por Alejandro Portes revelam que as atividades transnacionais não se tornaram a principal forma de adaptação econômica dos imigrantes, pelo contrário, apenas uma pequena minoria, por exemplo, tornou-se empresário transnacional (PORTES, 2004, p. 84). Isso significa que apenas um pequeno grupo de empresários de origem imigrante depende efetivamente das relações constituídas em termos transnacionais (LEVITT; DEWIND; VERTOVEC, 2003, p. 569). Conforme Portes (2004, p. 84), “estes resultados indicam que o transnacionalismo não constitui o modo de adaptação normativo ou dominante destes grupos de imigrantes.”

Nesse sentido, os estudos apontam que o empreendedorismo transmigrante é um projeto “sobretudo de homens com firme inserção na estrutura familiar – homens com instrução, bons relacionamentos, e uma sólida implantação no país de acolhimento” (PORTES, 2004, p. 88). Entretanto, mesmo aqueles imigrantes envolvidos em práticas transnacionais as realizam com considerável variação de tipos, formas e alcance (LEVITT; DEWIND; VERTOVEC, 2003; PORTES, 2004; LEVITT, 2001). Assim, não é possível esperar ou estabelecer uma prática universal.

Zhou (2004) afirma que a compreensão dessas escalas e formalidades passa pela adoção de perspectivas de análise que ultrapassam a vida imigrante no país de acolhimento, ressaltando o processo de criação e manutenção de relações sociais multifacetadas entre sociedades de origem e acolhimento, nas quais a intensidade dos intercâmbios interessa aos estudiosos. Por um lado, pode ser encontrado um conjunto maior de práticas nos países de acolhimento ou no de origem, ou em ambos. Porém, não se diminuiu o entendimento das práticas transmigrantes se um indivíduo mantiver relações econômicas de escopo transnacional e nenhuma atividade comunitária com seu país de origem ou ainda se viver efetivamente no país de acolhimento, mas manter recursos, contatos e relações com outras pessoas que estão longe (LEVITT, 2001). Em resumo, as práticas podem ser abrangentes ou seletivas:

⁴⁶⁹ Os textos aqui citados escritos originalmente em inglês foram traduzidos pela autora.

Por exemplo, há indivíduos e grupos cujos meios de subsistência econômica dependem de atividades transnacionais regulares, enquanto suas vidas políticas e religiosas se concentram em interesses do país de acolhimento. Mas há também os migrantes que participam regularmente de práticas religiosas e políticas transnacionais e só ocasionalmente enviam dinheiro de volta para os membros da família ou investem em projetos de sua pátria. Indivíduos cujas práticas transnacionais envolvem muitas arenas da vida social podemos dizer que se envolvem em práticas transnacionais “abrangentes”, enquanto outros que participam de apenas algumas, são mais “seletivas”. (LEVITT; DEWIND; VERTOVEC; 2003, p. 569-570).

Desse modo, um indivíduo pode manter atividades transnacionais seletivas, quer dizer, restringi-las a uma esfera da vida social, enquanto que outros indivíduos podem acumular práticas sociais transnacionais em muitas arenas da vida social, mantendo práticas abrangentes (LEVITT, 2001, p. 198). Todavia, mesmo quando limitada, essa experiência transnacional deve ser investigada porque o ponto central é desvelar se existe uma via alternativa de adaptação política, social e/ou econômica na sociedade de acolhimento, em comparação com os modelos assimilacionistas (PORTES, 2004, p. 89; PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 284). Para esses autores, um empresário transmigrante pode manter relações transnacionais em termos econômicos, garantindo sucesso ao seu empreendimento, e não manter atividades transnacionais em outras dimensões (social ou política, por exemplo), resultando, ainda assim, em um caso de adaptação econômica bem-sucedida no país de acolhimento.

Imigração e negócios⁴⁷⁰

Colônia São Lourenço⁴⁷¹, 24 de junho de 1861. Jacob Rheingantz, diretor e empresário da colônia, emitia uma carta ao governo provincial requerendo que não fosse mais necessário aos colonos dirigidos para São Lourenço viajarem para a capital, para que ficassem “*livres de seguirem do porto do Rio Grande para onde melhor lhes convenha, o que até agora não tem sido permitido a outros por mim anteriormente contratados e chegados a este porto, tendo sido obrigados a seguir á capital da Província o que me causa grandes embaraços*”. Por um lado, o empresário queria evitar o custo das passagens que ele precisaria antecipar aos imigrantes para a viagem Rio Grande - Porto Alegre - São Lourenço, por outro, ele queria ter a chance de angariar mais colonos que eventualmente poderiam passar mais tempo em Rio Grande, uma vez que uma série de irregularidades em contratos estava para ser revelada.

⁴⁷⁰ O presente texto é originado de um subcapítulo de minha tese chamado “Redes imigrantes: a imigração é um negócio” e foi aqui revisado (BOSENBECKER, 2017).

⁴⁷¹ A colônia São Lourenço foi um grande investimento do empresário Jacob Rheingantz, instalada em 1857-8, no então município de Pelotas/RS. Rheingantz, que havia chegado ao Brasil no início da década de 1840, estabelecendo-se em Rio Grande, onde se tornou comerciante, também atuou como diretor da colônia por cerca de 20 anos, com pequena interrupção, até seu falecimento, em 1877. A maior parte das terras que integravam a antiga colônia hoje estaria localizada no município de São Lourenço do Sul.

Por outro lado, Rheingantz estava tentando se safar de uma grande confusão, como ele mesmo revelou na sequência: *“devem aportar a esta cidade [Rio Grande] nos navios “Fanny” de Hamburgo e “Charles Rogier” de Antuerpia, cerca de 200 colonos alli contractados por minha conta para a Colonia de S. Lourenço, porem avisando-me os Sen.^{res} Steinmann e C.^a d’Antuerpia que os vindos no navio “Charles Rogier” vem como se fossem por conta do contracto d’aquelles Sen.^{res} com o Governo Provincial*”.⁴⁷² A empresa belga *Steinmann & Cia* acusava que os colonos foram remetidos como contratados pelo governo do Rio Grande do Sul, mas que teriam sido convencidos pelo comissário de Rheingantz (e também seu aparentado), Felipe Bauer, no porto de Hamburgo, a partirem para São Lourenço. Rheingantz alegou o contrário, que os passageiros assinaram papéis no porto que não sabiam o que eram, mas que já tinham contratos assinados com Bauer. Para provar tal afirmação, Rheingantz argumentou que, na lista do *Charles Rogier*, constavam os pais de Bauer e seus irmãos e, assim, não havia razão para a informação não ser verdadeira.⁴⁷³

Analisando o funcionamento da empresa colonizadora, especialmente tratando do processo de engajamento⁴⁷⁴ de imigrantes, constatamos, desde o princípio da pesquisa, que os principais envolvidos nesta etapa do projeto colonial eram alemães, em sua maioria comerciantes, ou com experiência nesse ramo, dos quais uma parte era formada por parentes que trabalhavam no Brasil e na Alemanha e a outra era composta por estrangeiros, migrantes e não migrantes, ou seja, pessoas que estavam trabalhando na Alemanha. Ao que tudo indica, as relações de maior confiança e solidariedade, que influíram no sucesso dos negócios, estão nesse grupo específico. Entre os grupos familiares que auxiliavam e trabalhavam na empresa colonial, estava a família Bauer, que partiu em maio de 1861, constando Valentim e Margarida, que era prima de Jacob Rheingantz, e seus dez filhos, entre os quais estavam Felipe e Guilherme, os dois mais velhos, que já trabalhavam para Rheingantz na Alemanha. Apenas Guilherme continuaria trabalhando para a empresa no Brasil.⁴⁷⁵ A família instalou-se em São Lourenço, porém, excetuando-se os trabalhos na área comercial e o agenciamento de imigrantes realizados pelos dois irmãos, Felipe e Guilherme Bauer, não foi possível identificar se mais serviços foram praticados pelo grupo familiar. Entre esses parentes, havia uma importante relação de confiança e afinidade, que pode ser medida pelos apadrinhamentos entre os membros das famílias Bauer e Rheingantz.

Em 31 de agosto de 1861, Rheingantz bradava contra a ordem do governo provincial que exigiu dele *“a subvenção de 10 colonos que vierão no navio “Dea” expedido em Antwerpia p.^r Steinmann e Cia cumpra-me a levar ao conheciemnto de V. Ex.^{cia}, que muito me surpreendeo essas exigencias, porque esses colonos satisfizerão em Antwerpia suas enteiras*

⁴⁷² *Correspondência de Jacob Rheingantz enviado ao Presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão, em 24 jun. 1861.* AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

⁴⁷³ *Correspondência de Jacob Rheingantz em resposta a ofício do governo [doc. 35], sobre agenciamento de Bauer, questionado por Steinmann.* BRG. Coleção Rheingantz, cx. 1, doc. 36.

⁴⁷⁴ Engajamento é aqui entendido como o processo pelo qual as empresas recrutam imigrantes na Europa, a partir de contratos, que podem ser tanto com os governos quanto com particulares, visando o assentamento de europeus em terras brasileiras como colonos proprietários ou trabalhadores rurais.

⁴⁷⁵ *Lista de passageiros expedidos pelo Sr. Steinmann e Cia, de Antuérpia a bordo do navio belga Charles Rogier, Cap. Müller, para o Rio Grande do Sul.* AHRS. Colonização, mç. 33, cx. 19.

passagens, sem que fossem engajados p.^r Steinmann e C.^a, nem reclamassem adiantam.^{to} ou subvenção alguma desta casa".⁴⁷⁶ Em setembro do mesmo ano, novos problemas surgiram e em um pequeno bilhete, Rheingantz alegou que 99 colonos chegaram a São Lourenço pelo navio Carolina, mas que 39 *preferiram* a oferta do governo provincial. Nas margens da folha da pequena carta, a lápis, o presidente da província (a quem a carta foi dirigida) encaminhou a carta e perguntou ao responsável da área de contratos do governo: "*São do contrato esses colonos?*", ou seja, perguntou se eram colonos contratados pelo governo.⁴⁷⁷ A resposta, no verso da folha, infelizmente não assinada, diz que não eram colonos remetidos segundo o contrato que havia entre o governo e a *Steinmann & Cia*, diferente dos colonos chegados no navio *Dea*, que vieram por conta do contrato do governo, sendo que o prêmio pela introdução desses imigrantes já havia sido pago para a empresa belga.⁴⁷⁸ Dois anos mais tarde, novamente Rheingantz tentou *engajar* colonos que seriam remetidos por conta do governo. Conforme o empresário:

Tendo chegado no brigue hamburgues "Hortencia", 55 colonos, dos quaes 29 resolveram já na Alemanha de emigrarem para a minha Colonia S. Lourenço, a que foram levados por informações de parentes, que vim este fim lhes adiantaram os meios precisos, succede agora que todos os 55 colonos vieram por conta do contrato do Governo Provincial com a [casa] Steinmann e Cia. Esta casa, que tem um contracto especial commigo, em vez de embarcar os 29 colonos por m.^a conta, como elles o exigiam, os illudio remetendo-se ao governo provincial.⁴⁷⁹

Rheingantz alegou, desta vez, que a firma *Steinmann & Cia* havia agido de má fé. Entretanto, a resposta do governo provincial foi categórica em mostrar que o empresário não tinha razão em recrutar tais colonos, uma vez que os contratos já haviam sido assinados na Antuérpia, de maneira bastante clara, engajando tais imigrantes por conta do governo provincial, e que a firma vinha mantendo suas obrigações. A empresa belga mantinha um contrato com o governo provincial desde 1859 (ROCHE, 1969, p. 107)⁴⁸⁰ e também possuía um contrato com Rheingantz para engajar imigrantes para São Lourenço. No entanto, essa não

⁴⁷⁶ *Correspondência de Jacob Rheingantz enviada ao Presidente da Província, em 31 ago. 1861.* Com dois documentos anexos. AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

⁴⁷⁷ *Correspondência de Jacob Rheingantz enviada ao Presidente da Província, em 19 set. 1861.* AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

⁴⁷⁸ Embora parte dos colonos chegados nesse navio tenha vindo por conta própria, isto é, aqueles imigrantes que pagaram suas passagens e despesas e, assim, não entravam nos cálculos dos prêmios pagos por introdução de colonos a empresas de recrutamento.

⁴⁷⁹ *Correspondência de Jacob Rheingantz enviada ao Presidente da Província, em 03 set. 1863.* AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

⁴⁸⁰ Entre 1851 e 1871, o governo provincial manteve vários contratos com empresas colonizadoras, das quais quase nenhuma conseguiu cumprir o requisito mínimo de quantidade de imigrantes a serem inseridos na província exigidos em cada contrato. Além da empresa *Steinmann e Cia*, tiveram contratos com o governo provincial do Rio Grande do Sul: Pedro Kleudgen, Sociedade Montravel, Silveiro e Cia, Cia Hamburgo-Brasileira (representada por J. Knorr), Claussen-Bretan, Almeida Martins, Caetano Pinto e Holzweissig. Essa última empresa assinou o que é considerado o mais importante contrato com o governo, em 1871, que previa a inserção de 40.000 colonos em um prazo de dez anos. A empresa não apresentou os resultados esperados. Veja a discussão em Roche (1969, p. 106-107).

era a única empresa especializada no transporte de imigrantes que havia sido contratada, havia outras, entre as quais estavam a *Wilh. Hühn & Cia*, que engajou imigrantes para Rheingantz desde os princípios da colônia, e a Lobedanz, que, salvo engano, atuou nas décadas de 1870 e 1880. Ambas as empresas eram de Hamburgo.

Em 1861, os imigrantes que chegaram ao Brasil em 12 de abril escreveram um abaixo-assinado reclamando dos valores cobrados pela firma *Wilh. Hühn & Cia*. Outros colonos, que partiram de Hamburgo em 7 de agosto, também produziram um documento de protesto por terem sido obrigados a assinar, a bordo do navio, documentos de empréstimos e adiantamento de recursos. Dois anos mais tarde, a firma cobrava os valores devidos dos colonos e pressionava Rheingantz com mais cobranças.⁴⁸¹ O diálogo entre Rheingantz e a empresa hamburguesa não foi amistoso. Ao que tudo indica, Rheingantz geria os contratos com a empresa, que engajava imigrantes para São Lourenço, fazendo pagamentos por meio de notas promissórias, endossadas pelo banqueiro Friedrich Ernst Krannichfeldt, sediado em Rio Grande. Basicamente, a empresa ou o agente que engajava imigrantes, no caso, a *Wilh. Hühn & Cia*, adiantava passagens e outros valores aos colonos contratados e remetia ao Brasil. Uma vez no país, os colonos pagariam para Rheingantz os valores devidos e, assim, o empresário Rheingantz repassaria os valores para os engajadores em Hamburgo, usando os serviços do banqueiro referido. Rheingantz tinha também negócios com outras firmas, inclusive com a *F. Laeisz*, uma das maiores empresas de navegação e comércio marítimo de então.⁴⁸² Nesta época, Rheingantz tentou subscrever as notas endereçadas para a *Hühn e Cia* para pagar a *F. Laeisz*, enfurecendo Wilhelm Hühn, que estava no Brasil tratando de negócios em Santa Catarina.⁴⁸³ Infelizmente, não sabemos como terminou essa discórdia entre os grupos, mas notamos uma diminuição dos engajamentos realizados pela firma *Hühn e Cia* para o empresário Rheingantz após essa data.

Hühn mantinha uma importante firma de engajamento de imigrantes em Hamburgo, era um conhecido empresário e possuía negócios em vários países, inclusive no Brasil, onde encaminhou imigrantes para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul. As cartas que ele trocou com Rheingantz, em meados da década de 1860, revelam grande tensão entre a empresa engajadora e o empresário colonizador. Pelas nossas pesquisas, o banqueiro Krannichfeldt investiu grandes valores para financiar o engajamento de imigrantes por parte de Rheingantz, pois, quando da morte de Rheingantz, em 1877, restava uma dívida com a massa falida do banco de mais de vinte contos de réis (20:000\$000), valores que somente seriam quitados por Maria Carolina, viúva de Jacob Rheingantz, em 1890.⁴⁸⁴ A ligação do

⁴⁸¹ *Abaixo-assinado contendo reclamações sobre o custo de passagens, 14 abr. 1861.; Documento de protesto contra Hühn & Cia de transporte assinado em 1861.; Correspondência da empresa Hühn & Cia para Jacob Rheingantz, com relação aos primeiros valores a serem pagos das passagens financiadas dos colonos, em 18 ago. 1863 e em 25 set. 1863.* BRG. Coleção Rheingantz.

⁴⁸² A empresa, nos dias atuais, ainda é destaque no ramo de comércio e seguros marítimos. Veja as atividades da empresa hoje, bem como um histórico da companhia disponível em: <<http://www.laeisz.de/en/home/>>. Acesso em: 31 dez. 2015.

⁴⁸³ *Carta de Guilherme Hühn a Jacob Rheingantz, em 18 ago. 1863.* BRG. Coleção Rheingantz, cx. 1, doc. 44 (em alemão).

⁴⁸⁴ O valor exato da dívida era vinte e um contos, quatrocentos e oitenta e três mil e quinhentos e setenta réis (21:483\$570). Cf.: *Recibo de quitação de Maria Rheingantz para Krannichfeldt.* BRG. Coleção Rheingantz, cx.

banqueiro com a família era, contudo, mais pessoal. Friedrich Ernst Krannichfeldt também era natural de Hamburgo, mas descendia dos nobres Krannichfeld de Erfurt, na Turíngia. Casado, radicou-se no Rio Grande do Sul, onde teve dois filhos. Atuou como banqueiro até seu negócio falir em 1869, quando se suicidou. Amigo de Jacob Rheingantz, o banqueiro foi padrinho de Frederico Guilherme, 3º filho de Rheingantz, nascido em 1856.

Contudo, o funcionamento da empresa colonizadora narrado não parece ter sido a única forma de engajamento e transporte de imigrantes, pois Rheingantz também tinha contratos com grandes firmas, como mostram as dívidas do empresário deixadas após sua morte. A principal delas era com a própria *F. Laeisz*, para quem devia cerca de quatro contos de réis (4:000\$000). Não sabemos detalhar quais eram os negócios que a *F. Laeisz* manteve com Rheingantz, mas existia uma relação mais pessoal entre os proprietários das empresas, provavelmente intermediada pelo sogro de Rheingantz, Guilherme Ziegenbein⁴⁸⁵. Quando Ziegenbein faleceu, em 1866, os dois declarantes do óbito no registro civil de Hamburgo foram comerciantes da cidade, Christian Woellmer e Carl Laeisz, filho de Ferdinand Laeisz, fundador da companhia *F. Laeisz*. Carl Laeisz começou a atuar na empresa da família em 1852 e, nas décadas seguintes, ampliou as linhas regulares de transporte marítimo entre Europa, América Latina e Austrália. Carl Laeisz também foi o testamenteiro de Ziegenbein em Hamburgo, já Ferdinand Laeisz assinou como testemunha o processo de cidadania de Ziegenbein em 1856, em Hamburgo.⁴⁸⁶

O grupo *Laeisz* representa aqui o conjunto de comerciantes e grandes investidores hamburgueses que sempre esteve interessado nos negócios migratórios, inclusive investindo e tendo contratos com os Rheingantz. A relação da *F. Laeisz* com os comerciantes alemães sediados no extremo sul brasileiro parece envolver o comércio marítimo de maneira mais ampla. Anos mais tarde, porém, o grupo faria grandes investimentos na área da colonização, como sócios da empresa *Hanseatische Kolonisationsgesellschaft* (Sociedade Colonizadora Hanseática, empresa que instalou a colônia Hansa, em Santa Catarina). O capital na época da reestruturação da companhia, em 1897, era de um milhão e meio de marcos, sendo integralizados um milhão e cem mil marcos até 1903. Em 1899, havia 95 quotas de capital, das quais 54 estavam nas mãos das firmas portuárias de Bremen e Hamburgo, que somavam 70% do capital da firma. A *Hamburg Süd* tinha cento e vinte mil marcos e a *Norddeutsche* tinha cento e quarenta e oito mil marcos de capital investido. Os três principais cotistas individuais eram Heinrich Wiegand (diretor da *Norddeutsche Lloyd*, de Bremen), Carl Ferdinand Laeisz (*F. Laeisz*) e Albert Ballin (*Hapag*, de Hamburg), cada um com dez mil marcos de quota. Os três formaram o primeiro conselho fiscal da empresa. Havia ainda

2, doc. 83.

⁴⁸⁵ Ziegenbein teria chegado a Rio Grande por volta de 1836 e foi um importante comerciante do setor de importação-exportação do porto local. Foi um dos primeiros representantes da *F. Laeisz* no Brasil, empresa com a qual tinha intensas relações. Também atuou como chapeleiro e foi cotado para o consulado local da Prússia (KELLENBENZ, 1980).

⁴⁸⁶ Veja: Registro de óbito de Guilherme Ziegenbein. Staatsarchiv Hamburg. Zivilstandsamt (332-03), C-8, register n. 2326, 1866; e Processo de requisição de cidadania de Frederico Guilherme Ziegenbein, em 09 jun. 1856. Staatsangehörigkeitsaufsicht. 332-7. B. I. a)1856/nº861. Sobre a empresa e a família Laeisz, consulte Prager (1979) e Gerhard (2007).

quatorze quotas de capital na mão de comerciantes, banqueiros e industriais da Renânia do Norte-Vestfália, especialmente de Köln, Düren e Elberfeld e Barmen (Wuppertal). O último grupo de acionistas era formado por juristas, nobres, políticos e acadêmicos de várias localidades alemãs (RICHTER, 1992, p. 25-26).

Em um primeiro momento, a intenção era mostrar as redes estabelecidas que garantiram o funcionamento da empresa colonial. Entretanto, o que encontramos nas fontes documentais são indícios de que Jacob Rheingantz tenha sido o integrante de uma rede de comércio internacional. Em outras palavras, ele foi membro de redes comerciais mais amplas, envolvendo grupos de comerciantes alemães que representavam, no Brasil, interesses de empresas de navegação e de grandes firmas comerciais internacionais. Acreditamos que Jacob Rheingantz usou essas redes comerciais, que herdou de Ziegenbein, um legítimo comerciante e representante das firmas de Hamburgo no Brasil, para construir o empreendimento colonial e ampliar, assim, seu espaço de atuação no comércio local e regional.

Como demonstramos, existem ligações difíceis de precisar entre os homens de confiança que Rheingantz manteve em seus negócios. Podemos realizar um exercício para ampliar a rede de relações envolvendo negócios da colônia, baseando-se nos procuradores nomeados pela família nas décadas de 1850, 1860 e 1870. Temos então os nomes de Alexandre Wagner, Frederico Bier, João Cirer [sic], Alberto Rausch e Luiz Braga.⁴⁸⁷ O primeiro deles, Alexandre Wagner⁴⁸⁸, foi procurador de Rheingantz quando da assinatura do contrato de 1856 com o governo imperial, para a compra e colonização de áreas devolutas na Serra dos Tapes. Ele era natural da Hungria, comerciante, com interesses comerciais específicos em Rio Grande, onde se casou com Josefa Geraldina de Sá, irmã de Miguel Tito de Sá, futuro sogro de Carlos Guilherme Rheingantz⁴⁸⁹. Frederico Bier e Alberto Rausch parecem ter sido imigrantes que trabalharam para o empresário nas questões de regularização fundiária, os dois eram comerciantes. Já João Cirer também assinou diversos registros de compra de propriedades de matos e terras e escrituras de venda para colonos, como procurador e, além disso, foi padrinho de Maria Angélica, 4ª filha de Rheingantz, nascida em 1854⁴⁹⁰.

⁴⁸⁷ As informações aqui provêm de: APERS. Município de Pelotas. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 12, fl. 2 e Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 8, fl. 52 e 52v; *Correspondência de Jacob Rheingantz enviada ao Presidente da Província, em 27 abr. 1860*; e *Relatório de Lothar de la Rue, Agente Interpretre da Colonização em Porto Alegre, enviado ao Presidente da Província Dr. João Antônio, em 14 ago. 1869*. AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mc. 72, cx. 37.

⁴⁸⁸ Wagner casou-se no Rio de Janeiro, em 1856, onde parecia residir na época. O casal e os filhos foram morar na França, onde Wagner faleceu em 1897 (RHEINGANTZ, 1979, p. 222).

⁴⁸⁹ Filho de Jacob Rheingantz, nascido em 1849, em Pelotas, e falecido no Rio de Janeiro, em 1909. Foi o fundador da tecelagem *Rheingantz e Cia*, que anos mais tarde passaria a se chamar Cia. União Fabril, em Rio Grande. As fábricas de Carlos Guilherme formavam um complexo fabril com três fábricas em Rio Grande e uma em Pelotas. Ele também dirigiu a colônia São Lourenço por pequeno intervalo de tempo. Carlos Guilherme atuou em diversos setores econômicos no Rio Grande do Sul, onde também integrou o partido republicano. Veja mais informações em Bosenbecker (2017).

⁴⁹⁰ *Batismo de Maria Angélica*, em 07 fev. 1857. Livro 15 de batismos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, p. 167.

Luiz Braga foi um advogado pelotense que atuou como procurador de Ziegenbein e de Rheingantz. Esteve ainda envolvido na captação de recursos entre charqueadores e políticos de Pelotas e Rio Grande quando da fundação da colônia, escrevendo uma carta para Rheingantz, na qual relatou todo o conflito entre as visões de capitalistas locais e de empreendedores como Rheingantz. Na época, embora alguns dos mais importantes fazendeiros contribuíssem com alguns valores em dinheiro para apoiar a colônia, os recursos não eram significativos e havia dificuldades para encontrar financiadores mais robustos. Braga, ao que parece, assumiu o discurso e sensibilizou-se com a iniciativa de Rheingantz, como alegou ao revelar que eram poucos na cidade que poderiam “*conhecer as vantagens futuras d’uma colônia bem estabelecida: pois eles só gostão de vêr os seus Dinr.^{os} amontoados, e sem aplicação alguma p.^a o benefício seo, e do publico: esta é a ilustração d’estes ricos q. só enxergão a ponta do naris*”.⁴⁹¹

Os desentendimentos por conta do engajamento de imigrantes não foram suficientes para abalar o apoio ou a confiança que o governo provincial tinha em Rheingantz. Ainda em janeiro de 1863, Rheingantz havia conseguido receber a primeira parcela da subvenção paga pela introdução de colonos desde a fundação de São Lourenço. Cada empresa que inseria imigrantes nas colônias recebia um valor em moeda corrente pela introdução de cada imigrante na província, discriminados entre adultos e crianças. Por exemplo, em 1857, o governo provincial pagou, para as empresas Cia Hamburgo-Brasileira e Claussen-Bretan, o valor “de 30 mil-reis por individuo de mais de 12 anos, e de 15 mil-reis por menino de 2 a 12 anos” (ROCHE, 1969, p. 107). Essas subvenções do governo eram chamadas de *prêmios*. Rheingantz recebeu os primeiros cinco contos de réis, faltando outros cinco contos de réis. O empresário, entretanto, continuava pressionando o governo provincial para receber a segunda parcela.⁴⁹²

Como sabemos, a imigração para o Brasil em meados do século XIX era um bom negócio. Mantendo poucas, mas importantes, conexões, como estamos mostrando, Rheingantz aprendeu a jogar os jogos políticos da província, como podemos observar em dois documentos datados de 24 de maio de 1876, enviados por Rheingantz, de Pelotas, para o presidente da província. A primeira correspondência informava que o distrito onde se localizava a colônia, quinto distrito de Pelotas (após a revolta e as medições de terras, foi criado um novo distrito somente para a colônia), estava sem oficial do registro civil e juiz de paz, citando inclusive os artigos da lei em vigor para serem supridos os cargos. Essa era a carta oficial, mas, em um segundo documento, menos formal, Rheingantz toma a liberdade de indicar um nome para o cargo de registro civil, pedindo desculpas por dirigir-se particularmente à sua excelência, o presidente da província, mas que o Dr. Mendonça havia assegurado que tal liberdade não seria tomada como um problema. Infelizmente, não sabemos

⁴⁹¹ Carta de Luiz Braga a Jacob Rheingantz, em 31 mar. 1857. BRG. Coleção Rheingantz, cx. 1, doc. 6.

⁴⁹² Correspondência de Jacob Rheingantz enviado ao Presidente da Província, em 10 jan. 1863. AHRs. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

a quem Rheingantz se referia, mas provavelmente seja um dos políticos pelotenses da família Jacintho de Mendonça, Alexandre ou Joaquim, ambos do Partido Conservador.⁴⁹³

Jacob Rheingantz tinha se tornado um rico comerciante e um reconhecido empresário, reivindicando para si tal posição (BOSENBECKER, 2017). O fundador da colônia tinha contatos com importantes políticos e uma boa relação nas instâncias governamentais, apesar de não ser filiado a partido político, não ter exercido cargos públicos e também não ter se naturalizado. No caso brasileiro, embora não houvesse representatividade política para estrangeiros (não podiam ser votados ou eleger representantes, incluindo os integrantes das câmaras locais), isso não significou necessariamente que os imigrantes não possuíam algum tipo de influência ou articulação com tais políticos. Como ponderou Xosé Manoel Núñez Seixas (2006, p. 35), alguns estudos no Uruguai e na Argentina têm mostrado que a elite imigrante possuiu acesso mais fluído do que se pensava às estruturas de poder municipal.⁴⁹⁴ Na Argentina, alguns grupos estrangeiros, mesmo com pouca representatividade política, integram redes de poder com participação e decisões especialmente nos níveis locais (BJERG; OTERO, 2006). Bem-sucedido nos negócios, Rheingantz ganhou visibilidade e respeito, conquistando a confiança das autoridades locais e regionais.

No desenho que estamos construindo, temos uma análise dos principais elementos que compõem a rede da família Rheingantz. Como sabemos, as redes de relacionamento de imigrantes podem estar em diversos níveis, local ou extralocal (regional ou nacional), tanto no país de origem quanto no de destino, mas o que realmente importa é o tamanho da rede (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002). Por outro lado, quanto maior a rede, mais capital social é disponibilizado entre os membros ou acionado pelos integrantes do grupo (BOURDIEU, 1997). No caso aqui avaliado, não estamos dimensionando o tamanho da rede, mas caracterizando aqueles elementos que diretamente operam no funcionamento dos negócios coordenados pelos Rheingantz e, assim, realizando, de maneira qualitativa, uma análise do papel desses integrantes.

Considerações finais

Neste trabalho, mostramos alguns aspectos das redes formadas por empresários alemães no Brasil e na Alemanha. Os empresários e comerciantes aqui avaliados estavam envolvidos com o processo de colonização privada realizada com aval do governo brasileiro, que tinha por objetivo engajar imigrantes europeus, especialmente agricultores, para viverem em pequenas propriedades de terra no Brasil. Como vimos, grandes e pequenos investidores,

⁴⁹³ *Correspondência de Jacob Rheingantz enviado ao Presidente da Província Tristão Alencar Araripe, em 24 mai. 1876a.; Correspondência particular de Jacob Rheingantz enviado ao Presidente da Província Tristão Alencar Araripe, em 24 mai. 1876b.* AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/ empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37. Joaquim foi deputado provincial em quatro oportunidades e Alexandre, em seis.

⁴⁹⁴ Conforme Seixas (2006, p. 35), a falta de representação política dos estrangeiros exerce influência sobre as democracias latino americanas, como na Argentina, por exemplo.

banqueiros e comerciantes, com participação de imigrantes alemães, estavam interconectados em uma rede comercial que se beneficiou da imigração para criar empresas e ampliar negócios.

A investigação do caso aqui estudado também evidencia que esses grupos podem ser considerados elites imigrantes, que conquistaram uma posição confortável na sociedade brasileira e mantiveram certa influência política e econômica. Contudo, ainda são necessários maiores estudos para avaliar, por exemplo, os valores investidos por esses empresários, ou à abrangência desses grupos no interior da sociedade brasileira.

Referências

- AMSTAD, Theodor, SJ. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: EdUnisinos, 1999.
- BJERG, María; OTERO, Hernán. Inmigración, liderazgos étnicos y participación política en comunidades rurales. IN: BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina (ed.). *De Europa a las Américas. Dirigentes y liderazgos (1880-1960)*. Buenos Aires: Editorial Biblos. 2006. p. 43- 61.
- BOSENBECKER, Patrícia. *Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz*. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2017.
- _____. *Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, PPG-História/UFRGS: 2011.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: HALSEY, A. H.; BROWN, Phillip, LAUDER, Hugh (orgs). *Education. Culture, Economy, and Society*. Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 46-58.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850- 1880)*. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: PPG-História, UFF, 2010.
- GERHARD, Johannes. *Sophie Christine und Carl Heinrich Laeisz*. Eine biographische Annäherung an die Zeiten und Themen ihres Lebens. Hamburg: Herausgegeben von der Hamburgischen Wissenschaftlichen Stiftung, 2007.
- KELLENBENZ, Hermann. *Mercadores alemães no Brasil Meridional na primeira metade do século XIX*. In: III COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1974. Anais... Porto Alegre: EDUFRGS, 1980.
- LEVITT, Peggy. Transnational migration: taking stock and future directions. *Global Networks*, v. 1, n. 3, p. 195-216, 2001.
- _____; DEWIND, Josh; VERTOVEC, Steven. International Perspectives on Transnational Migration: An Introduction. *International Migration Review*, v. 37, n. 3, Transnational Migration: International Perspectives, p. 565-575, 2003.
- NEUMANN, Rosane. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PPG-História, PUC-RS, 2009. 2 v.

- PELLANDA, Ernesto. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Globo, 1925.
- PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo migrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, p. 73-93, out. 2004.
- _____; GUARNIZO, Luis Eduardo; HALLER, William J.. Transnational Entrepreneurs: An Alternative Form of Immigrant Economic Adaptation. *American Sociological Review*, v. 67, n. 2, p. 278-298, ab. 2002.
- PRAGER, Hans Georg. *F. Laeisz*. Herford: Koehlers, 1979.
- RHEINGANTZ, Carlos Grandmassom. Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da colônia de Sacramento. In: *Anais do Simpósio comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. v. II. Rio de Janeiro: IHGB, 1979.
- RICHTER, Klaus. *A Sociedade colonizadora de 1897 e a colonização no interior de Joinville e Blumenau*. 2ª ed. rev. Florianópolis: UFSC/ Blumenau: FURB, 1992.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.
- SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC, Cristina Szanton. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. *Anthropological Quarterly*, v. 68, n. 1, p. 48-63, jan. 1995.
- SEIXAS, Xosé Manoel Núñez. Modelos de liderazgo en comunidades emigradas. Algunas reflexiones a partir de los españoles en América (1870-1940). In:
- STREIT, Isléia Rossler. *Coronéis e imigrantes: das lutas pelo poder à conquista do espaço*. Saldanha Marinho. 1899 a 1930. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: PPG-História, UPF, 2003.
- VERTOVEC, Steven. Migrant Transnationalism and Modes of Transformation. *International Migration Review*, v. 38, n. 3, p. 970-1001, 2004.
- WOLFF, Gladis Helena. *Trilhos de ferro, trilhas de Barro: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo: EdUPF, 2005.
- ZHOU, Min. Revisiting Ethnic Entrepreneurship: Convergences, Controversies, and Conceptual Advancements. *International Migration Review*, v. 38, n. 3, p. 1040-1074, 2004.

Diásporas Africanas e Presença Negra na América Latina

O NORTE-AFRICANO DESLOCADO: UMA INTERPRETAÇÃO EM ALBERT MEMMI SOBRE OS EFEITOS DO COLONIALISMO NAS DUAS MARGENS DO MEDITERRÂNEO

Alencar Rampelotto da Silva⁴⁹⁵

alersfx@gmail.com

Resumo: O presente artigo visa interpretar partes de duas obras, de caráter descritivo, do intelectual franco-tunisiano Albert Memmi: o “Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador”, publicado originalmente em 1957, e também o “Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros”, lançado em 2003. Nesses dois livros destaca-se a segunda parte de cada, onde são descritas pelo autor as experiências do indivíduo magrebino, primeiramente como colonizado em seu próprio território, enquanto que, posteriormente, na condição de descolonizado e migrante em solo francês, logo após a fragmentação da IV República Francesa. Propõe-se fazer uma comparação entre os dois títulos observando a trajetória biográfica do ensaísta, segundo o contexto histórico e das ideias anticoloniais. Esse estudo visa à possibilidade de entender os resultados que as ações colonialistas desempenhadas por alguns países europeus causaram aos indivíduos colonizados durante e posterior ao domínio colonial, visto que, o processo do colonialismo, causa desdobramentos até os dias atuais. Dito isso, pode-se concluir que, os sujeitos africanos que estiveram sobre o julgo colonial permaneceriam na condição de estrangeiros não somente quando estabelecidos em sua antiga metrópole na busca por melhores condições econômicas, mas também, anteriormente em seu próprio território no aspecto político e, quanto ao seu retorno, mesmo que de forma passageira (férias), na questão cultural. Paradoxalmente, o sujeito estrangeiro somente deixa de ser um imigrante quando ele está inserido em seu gueto da periferia da grande cidade europeia como propriamente um imigrante.

Palavras-chaves: Colonialismo; migrações; Albert Memmi; África; multiculturalismo.

No mundo contemporâneo há uma polarização construída ao longo dos últimos séculos entre ocidentais e não-ocidentais. Essa é uma discussão longa e complexa por todas as partes, e neste debate podemos destacar de um lado Edward Said em seu clássico *Orientalismo* (2012), na qual o palestino afirma que o conceito de Oriente não passa de uma generalização e invenção por parte dos europeus, ao contraponto que, Samuel Huntington (2010), em um suposto triunfo do liberalismo, reforça a ideia da civilização ocidental (*Western Civilization*) quanto as suas particularidades e hegemonia sobre os aspectos materiais e culturais ante os demais grupos.

Para compreendermos a retórica e as políticas do colonialismo e posteriormente chegarmos ao nosso objeto central⁴⁹⁶, é de fundamental importância abordar minimamente a respeito do conceito de *orientalismo* creditado a Anouar Abdel-Malek (1975) e o de discurso

⁴⁹⁵ Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria.

⁴⁹⁶ Esse artigo está baseado no campo da história intelectual e sua estrutura metodológica para investigação foi baseada na obra de Quentin Skinner.

colonial. Essa doutrina política e filosófica, segundo Said (2012), consiste na separação epistemológica e ontológica, como numa espécie de maniqueísmo, entre o ocidente (europeus) e o oriente (os outros), na qual fora utilizada de maneira instrumental pelo primeiro grupo a fim de justificar a dominação do ser humano pelo ser humano em escalas continentais, baseando-se em uma premissa que, por se encontrarem em uma posição “superior” graças aos “valores universais⁴⁹⁷” e a revolução tecnocientífica de sua sociedade, as suas ações fossem aceitas e justificadas. Esse modelo de visão europeu nada mais é que um etnocentrismo, entretanto, a sua atrofia – o eurocentrismo – pode ser considerado o grande resíduo da fala colonialista.

A antropóloga Ella Shohat consegue sintetizar de forma cristalina o processo de transformação de mais etnocentrismo em uma estrutura tão complexa e sem precedentes como o colonialismo europeu. Segundo a autora:

Embora no passado diversas nações tivessem anexado territórios adjacentes, a novidade do colonialismo europeu foi seu alcance global, sua filiação com instituições de poder mundial, além de seu modo imperativo – uma tentativa de submeter o mundo a um regime único e “universal” de verdade e poder. O colonialismo é o etnocentrismo armado, institucionalizado e globalizado. O processo colonial teve início em expansões internas na Europa (as Cruzadas, a invasão inglesa da Irlanda, a reconquista espanhola), deu um salto gigantesco com as “viagens de descobrimento” e a instituição do escravismo, e atingiu seu apogeu com o imperialismo da virada do século [XIX-XX], quando a parcela da superfície do planeta controlada por poderes europeus aumentou de 67% (em 1884) para 84,4% (em 1914), situação que começou a se reverter apenas com a desintegração dos impérios coloniais europeus depois da Segunda Guerra Mundial (SHOHAT; STAM, 2006, p. 41).

A partir dessa imposição imperialista europeia sobre os demais povos, através das excursões colonialistas, as culturas locais passam a ser combatidas pelas potências coloniais no sentido de inferiorizá-las perante o assentamento de uma matriz civilizatória greco-romana, e ao tentarem impor esses valores provocam mudanças e traumas no comportamento e na cosmovisão dos sujeitos colonizados. Contudo, com o fim do controle direto colonial a partir da segunda metade do século passado, a manipulação e controle ocidental não cessaram, apenas houve mudanças na sua forma de domínio, principalmente no aspecto discursivo, mas também no quesito militar com a justificativa de intervenções em nome dos Direitos Humanos.

No âmbito do discurso colonial sobre o aspecto cultural durante o período e no pós-colonial, Homi K. Bhabha (2013) afirma que o objeto desse discurso está assentado na alteridade e na força da ambivalência de sua narrativa, apoiando-se na repulsa as diferenças

⁴⁹⁷ Immanuel Wallerstein (1930-) afirma que o discurso universal europeu não passa de um particularismo assim como os demais, e que através da sua imposição material e cultural sobre o mundo projeta-se de maneira hegemônica como universalista.

raciais, culturais e históricas dos sujeitos. Outro ponto que serve de estrutura para a formulação das narrativas coloniais, tanto no aspecto funcional quanto estrutural está repousado sobre a estereotipação, onde o indiano afirma que:

Minha anatomia do discurso colonial permanece incompleta até que eu coloque o estereótipo, como modo retido, fetichista de representação, dentro de seu campo de identificação, que identifiquei em minha descrição das cenas primárias de Fanon como o esquema lacaniano do imaginário (BHABHA, 2013, p. 132-133).

A força do uso do estereótipo pelo colonialista se deve pela essencialização do sujeito, pois ela é uma falsa representação de uma realidade onde lhe é negado o jogo da diferença. Há inicialmente um reconhecimento dessa alteridade por parte do opressor, porém ao mesmo tempo se recusa essa condição ou então a máscara. De acordo com o indiano, essa prática semântica propicia sempre as mesmas histórias (vícios) ao colonizado. Além do mais, dentro do estereótipo encontramos o elemento do fetiche (um dos principais elementos, mas que não será abordado aqui), onde a cor da pele é um dos principais significantes para a estruturação do preconceito e do racismo moderno.

II

O ensaísta tunisiano Albert Memmi estaria no entre-lugar⁴⁹⁸ das identidades constituídas no regime colonial da África do Norte. Em sua principal obra *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador* de 1957, o intelectual faz uma ampla observação sobre a estrutura colonial no Protetorado Francês da Tunísia. Entre os elementos que compõem a sociedade local existem quatro sujeitos: o colonialista e o colono de um lado; o colonizado de outro e uma quarta parte, o estrangeiro, se posicionando além da estrutura binária do colonialismo.

O autor aparenta querer se apresentar como um estrangeiro, mesmo sendo natural destas terras. Ao observarmos a sua biografia, ele não se configura nem como um *pied noir*, pois não é de origem francesa ou mesmo um metropolitano e, tampouco como um nativo, pois não possui ascendência árabe-muçulmana e sua confissão religiosa não segue os princípios do Alcorão. A sua tentativa de situar-se na arena é a mais neutra possível, como a de filho de um forasteiro e de judeu (seu pai era um italkim, já sua mãe era uma sefardita local). Nessa situação em que Memmi se encontrava como a de suposto estrangeiro, havia a vantagem de possuir um consulado à sua disposição, além de ser poupado da exploração e humilhação empregada pelo colonialismo aos nativos, além da possibilidade de se distanciar do *fato colonial* e observa-lo com um olhar diferente.

⁴⁹⁸ Utilizando-se da referência de Homi Bhabha (1949-) em que o *entre-lugar* seria a construção das identidades a partir das fronteiras das diversas realidades dos sujeitos.

No entanto, diante dessas quatro categorias de agentes apresentados no mundo colonial norte-africano, com o perdão da redundância, não seria somente o estrangeiro um estrangeiro nestas terras. De certa maneira podemos dizer que todas essas categorias seriam forasteiras ao mesmo tempo em que também poderiam ser apresentadas como locais. Nesse caso, para melhor compreensão, vejamos as outras três personagens da trama.

O colonialista seria o sujeito que possui algum empreendimento exploratório na colônia, possivelmente de origem metropolitana. Já o colono, seria o branco que se fixava na colônia e que muitas vezes desempenhava uma função assalariada ou mesmo um serviço burocrático em nome da metrópole. O que os diferenciava eram as suas posições quanto às classes sociais que ocupavam: o primeiro na condição de um capitalista, enquanto que, o segundo como um proletário ou se não um profissional liberal. Entretanto, o que os unia (e muito) seria o discurso colonial – seriam homens⁴⁹⁹ brancos (e superiores) que estariam levando o progresso às sociedades orientais atrasadas –, mesmo que certos colonos estivessem em condições materiais mais próximas a dos nativos do que a de seus compatriotas.

Sem embargo, aparece o primeiro ponto paradoxal nesta relação que abordamos. No período colonial o dono da terra seria o Estado francês e seus cidadãos, na condição de conquistadores estes possuíam o controle de fato sobre o território e estaria na posição de estereotipar e essencializar a quem se encontra sobre a possessão, principalmente através das ferramentas produzidas a partir da geografia política – denominada de *Filosofia da Terra*, como um eficaz método formal de domínio colonial (SAID, 2011). Além do poder material, o colono como estrangeiro possuía o poder simbólico de se transformar como o representante do território usurpado do nativo, o verdadeiro dono daquela extensão.

III

Na segunda parte da sua já referida obra, intitulada de *Retrato do Colonizado*, Albert Memmi procura fazer levantamentos quase que descritivos sobre as influências que o nativo árabe-muçulmano sofre com as ações das instituições montadas pelo colonialismo em suas terras. Bem se sabe que é um período de declínio⁵⁰⁰ do poder colonialista das Potências europeias, pois é logo após o término da

⁴⁹⁹ Neste presente artigo será exposta somente a figura do homem em relação às atividades desenvolvidas por mulheres e homens como colonos e colonialistas. Essa escolha se deu pelos seguintes motivos: (1) o autor trabalha somente com o protagonismo de figuras masculinas em suas duas publicações; (2) há um papel extremamente machista nas ações coloniais, nesse caso, as mulheres são postas ao segundo plano quanto às figuras colonialistas e capitalistas. Em relação ao aspecto do colonizado, apesar de Memmi também subordinar o gênero feminino, nós pretendemos dar um enfoque maior, mesmo que através de autores terceiros, pois a mulher ocupa uma posição primordial na construção das sociedades pós-coloniais.

⁵⁰⁰ O Protetorado Francês da Tunísia adquire a sua independência um ano antes da publicação original desta obra

Segunda Guerra Mundial, entretanto, as suas estruturas, no ambiente sociológico, ainda seriam fortes e coesas.

Os alicerces dessas estruturas de dominação colonial são construídos a partir de discursos falaciosos remetendo a estigmas e a preconceitos. Para a demonstração de como são formuladas as assertivas colonialistas, Memmi utiliza-se de uma metodologia e conceitos marxista, comparando, de forma análoga, a luta de classes, proposta por Karl Marx, com a luta anticolonial⁵⁰¹. Diante disso, são criados mitos em uma relação dualística por parte do colonizador, pois como afirma Frantz Fanon (1968) as suas políticas e modo de atuação são binários e legitimados como verdades científicas através de teorias como, por exemplo, as modernista restrita e ultrarrestrita⁵⁰², instrumentalizadas por pseudociências. Para Memmi (1977), essas narrativas constituem em afirmações e discursos, por exemplo, em que o colonizador é ávido por ação, enquanto que, o colonizado é preguiçoso, o que justificaria a sua exploração.

A transformação do nativo em um alóctone é gradativa, negando-lhe os mais fundamentais direitos, retirando o espírito do indivíduo e o transformando em uma massa, como se fossem objetos. Em seção denominada *A desumanização* o tunisiano afirma que:

Enfim o colonizador nega ao colonizado o direito mais precioso reconhecido à maioria dos homens: a liberdade. As condições de vida, dadas ao colonizado pela colonização, não a levam em conta, nem mesmo a supõem. O colonizado não dispõe de saída alguma para deixar seu estado de inferioridade: nem jurídica (a naturalização) nem mística (a conversão religiosa): o colonizado não é livre de escolher-se colonizado ou não colonizado (MEMMI, 1997, p. 82).

Paulo Visentini (2013) afirma que havia dois grandes modelos de domínio por parte das potências em seus territórios coloniais – o governo indireto adotado principalmente pelo Reino Unido, transformando os territórios em estados fantoches com cooptação das elites locais e o modelo de governos direto, utilizados principalmente pela França e Portugal, na qual o estado metropolitano possuía grande ingerência na colônia. Com o papel colaboracionista e de mediador da burguesia local (os traidores nacionais na linguagem de Fanon) ao se tornar subalterna aos interesses imperialistas à população nativa acabava perdendo o interesse do governo, pois é afastada do mesmo. Segundo Memmi (1977) a

em 1956, transformando-se em Reino da Tunísia (1956-57).

⁵⁰¹ A influência do marxismo de forma geral é grande nos intelectuais anticoloniais da metade do século XX. Um grande exemplo é o livro *Os condenados da terra* (1961) de Frantz Fanon, talvez a obra e o intelectual mais prestigiado e referendado acerca do tema, onde que, a sua estrutura metodológica esta baseada em *História e consciência de classe* (1923) de Georg Lukács.

⁵⁰² Segundo André-Pierre Taguieff (1946-) a teoria modernista restrita baseia-se no racismo através da classificação das “raças” humanas através das ciências naturais como na taxonomia. Já a teoria modernista ultrarrestrita, irá utilizar-se de preceitos culturais de forma normativa através das ciências humanas como na antropologia de gabinete.

experiência de cidadania e nacionalidade do colonizado é quase nula, pois ele é afastado do cotidiano cívico moderno.

Outro aspecto importante levantado na obra é em relação à violência que a identidade do nativo passa sofrer com as modificações que as estruturas coloniais lhe impõem. Para o colonizado, afirma Memmi (1977) só há duas escolhas: ou ele aceita a assimilação cultural ou se petrifica culturalmente. Diante disso, as consequências serão negativas em ambas as escolhas, caso seja uma aculturação passa a perder a memória coletiva a cada geração, e se escolher a petrificação o indivíduo decorre em viver a margem do tempo.

A memória do nativo passa a padecer e morrer e assim a sua história também se termina e por consequência começa a desaparecer a memória coletiva, já que as instituições e os monumentos auferidos estão sobre o controle do colonialista. É irônica a condição que o colonizado se encontra, até mesmo quando ele necessita de um serviço é a instituição do seu inimigo que irá utilizar. Para esse ser a resistência se dará no plano clandestino, tradicional e religioso, pois agir no aspecto formal é impossível.

Observando um ponto de vista a partir do domínio de fato da França sobre os seus territórios na África, a imposição das ações colonialistas no aspecto político e cultural só tenderia a se aprofundar. O cientista social Denys Cuché (1999) ao analisar o discurso francês para legitimar o colonialismo sobre as nações africanas, nos trás a noção de *missão civilizadora*. Com isso, através da justificativa de que os europeus estariam levando a civilização aos africanos, a rede de ensino trataria de ensinar a cultura e os valores franceses na escola – ensina-se sobre o legado histórico e cultural gaulês ao invés do berbere.

Em relação à escola Memmi (1977) irá afirmar que a maioria das crianças se encontrava fora da mesma, entretanto, aqueles que estivessem matriculadas conviveriam com a situação de uma dualidade de mundos, pois em casa se aprende o árabe e a história dos povos locais, enquanto que, na sala de aula o mundo é representado em francês. O processo de transformação do nativo em estrangeiro aumentaria com o então *bilinguismo colonial*, assim denominado pelo tunisiano, pois além da utilização formal do idioma latino a sua língua nativa possuía somente um uso informal e oral – “mas o bilíngue colonial só se salva do enclausuramento para sofrer uma catástrofe cultural, jamais completamente superada” (p. 97).

Os direitos fundamentais do nativo magrebino são tomados de si, ficando carente de cidadania. Para ele, conforme o autor, restará somente duas saídas: a de sucumbir à cultura do

outro ou a de reconquistar as perspectivas tomadas pelo colonialismo. E quando escolhe a opção de assimilação, seja pelo comportamento ou ao casar-se com parceria de origem europeia, esta é uma solução limitada, para não afirmarmos contraditória, pois há o limite da *linha de cor* (TAGUIEFF, 1997) que o impede de ser visto como igual pela mulher e homem ocidental.

Para Fanon (2008) essas populações colonizadas que nasceram em um complexo sistema de inferioridade “devido ao sepultamento de sua originalidade cultural”, irá se comportar de forma mimética à cultura metropolitana ao estar de frente com o colonizador ou então emigrar para a sua antiga metrópole.

IV

Na segunda parte da obra *Retrato do descolonizado árabe muçulmano e de alguns outros*, Memmi (2007) a intitula como *O imigrante*. Isso porque o autor irá trabalhar com a trajetória do magrebino, agora descolonizado, em sua aventura e estabelecimento na margem setentrional do Mar Mediterrâneo, principalmente nas cidades de Marselha e Paris – as maiores cidades francesas. Logo no início, o tunisiano irá afirmar que os processos migratórios não são fenômenos exclusivos das descolonizações, mas sim produto de futuros incertos e da fuga da fome e miséria e devido a grande taxa populacional do país. Realmente, se observarmos as grandes ondas migratórias que aconteceram nos séculos passado e retrasado, principalmente na América, não eram determinadas por cor e religião como, por exemplo, as levas de italianos que aportaram principalmente no Brasil, EUA e Argentina.

No entanto, a discussão da migração magrebina vai além e, inicialmente pode ser comparada com a italiana⁵⁰³ a fim de diferenciarmos os contextos. O fato é que, principalmente no Brasil e na Argentina os imigrados conseguiram se integrar as respectivas sociedades e muito de suas características foram até incorporadas aos costumes locais. Não é o caso da imigração árabe-muçulmana para a Europa, onde ao invés de serem incorporados foram estigmatizados e deslocado para a periferia das comunidades onde se instalaram nas cidades europeias.

⁵⁰³ A imigração italiana para os EUA possuiu contornos diferentes dos demais países americanos citados. Para a sociedade estadunidense e anglo-saxônica no geral, os europeus do sul não eram considerados pretos e tampouco brancos, por vezes eram chamados de “pele verde” e sempre estereotipados como mafiosos.

A projeção confrontada com a realidade do imigrante magrebino em nada condiz com aquilo que o colono europeu recebeu quando se fixou em território ultramarino. Por ter sido, se assim podemos afirmar, “súdito do império” em nada implicaria ao africano em vantagens na sua instalação e acomodamento na Europa como, por exemplo, o direito expresso de receber documentação e visto para trabalho logo que chegasse, como afirma Memmi (2007). O que haveria que se levar em conta, diferentemente do que na antiga colônia, é a opinião pública sobre esses novos afluxos de migrantes à sociedade francesa, na qual seria visto de maneira negativa, pois segundo a mesma estaria colocando em perigo a cultura nacional e a religião cristã.

Em relação ao confronto que o retirante é posto de frente, seria conveniente analisarmos não somente o estudo de Memmi sobre o tema dos árabes-muçulmanos, mas também confrontar com as observações de Fanon (2008) sobre a reação comportamental dos migrantes antilhanos em período semelhante. O autor tunisiano irá afirmar que com a hostilidade recebida pelo imigrante esse irá se isolar em seu reduto entre os seus iguais nos chamados guetos e reforçar ainda mais as suas diferenças culturais com as do europeu como um efeito de autodefesa. Contudo, o psiquiatra martinicano aponta outra estratégia por parte do imigrado quanto ao desafio ante o preconceito francês, na qual o estrangeiro irá se esforçar para se comportar e agir igual ao branco europeu, deixando de falar com seu sotaque e tudo mais – o que não deixa de ser mais um traço de tortura da imposição do branco aos demais com a negação da condição do outro. Contudo, isso são observações e não teses a serem defendidas de como o antigo colonizado deveriam agir, pois como podemos ver claramente em *Pele negra, máscaras brancas* há uma defesa contundente de Fanon (2008) pelo humanismo e um combate ferrenho contra o mundo branco que ainda continua a separar os homens e as mulheres pelos traços físicos e pela origem geográfica.

Nesse ponto, a análise de Gayatri C. Spivak (2014) a respeito do subalterno e a divisão internacional do trabalho é contundente em relação ao ponto de vista dos dois intelectuais sobre o sujeito americano, africano ou asiático na Europa na condição de um imigrante assalariado ou refugiado. Segundo a indiana o desenvolvimento da consciência do subalterno pode ser variado devido aos interesses locais das políticas imperialistas, e que para verificar o contexto de cada grupo deveria ser repensada a história colonial de cada local com as suas peculiaridades. Por isso, chega-se a conclusão que, nas suas palavras, “mas deve-se, não

obstante insistir que o *sujeito* subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo” (p. 73).

Seguindo a análise de Memmi (2007) a respeito do ex-colonizado na condição de imigrante na França, este sujeito irá se instalar na periferia da grande cidade formando os ditos “guetos”. Para o tunisiano essa estrutura urbana possui um tremendo significado, “o gueto não é apenas um substituto da terra prometida, decididamente decepcionante, se não ilusória, mas uma duplicata reduzida da pátria abandonada” (p. 113).

A abordagem dada para o gueto pelo autor é semelhante à análise atual que Zygmunt Bauman (2013) dispõe em relação aos novos imigrantes do Terceiro Mundo à Europa, chamada de *terceira fase da migração moderna* ou *a era das diásporas*. Compreende-se nas passagens do tunisiano que a formação do gueto é paradoxal e circular, pois ele é consequência de “uma recusa e uma reação à recusa” pelos demais. Aqui podemos aplicar o polêmico conceito de *multiculturalismo* proposto pelo sociólogo polonês, na qual a desigualdade social é transformada em diversidade cultural por um discurso liberal tacanho, tanto dos estados europeus quanto de intelectuais, a fim de promover a tolerância ao invés da integração dos povos sob o mesmo território. Essa prática, o “pluralismo cultural”, não é nada menos que um artifício linguístico que visa suceder o racismo em um mundo prevalecido pelo discurso dos Direitos Humanos.

Além disso, através da leitura de Amin Maalouf, Bauman (2013) afirma que quanto mais solidário e respeitoso for o tratamento dos nativos europeus as tradições e a cultura dos imigrantes, mais chances de haver uma maior integração entre as comunidades e por fim mais atraentes parecerá a adoção dos aspectos culturais locais por parte do imigrado. Entretanto, o que acontece nas observações de Memmi (2007) é um processo contrário, devido à intolerância dos locais como o integrismo. Pois, por exemplo, aquele que praticava de forma frouxa o ramadã, devido à situação de insegurança no novo país, passa a praticá-lo com afinco por solidariedade aos seus pares. Ocorre que, ao invés de haver uma integração há um enclausuramento do estrangeiro, minando as suas chances de se adaptar e conviver de forma harmoniosa a nova sociedade em que ele está inserido.

Outro aspecto interessante que podemos elencar neste debate é a relação das mulheres com os costumes trazidos da margem sul do Mediterrâneo para o lado oposto. Em certa altura Memmi afirma que “apareceram novas adeptas do veu, que até então não o usavam.

Examinemos os argumentos delas, medíocres ou astutos; em nome da liberdade, por exemplo: “Todos são livres na França, não é? ” (2007, p. 117). O autor critica essa escolha das muçulmanas em utilizar a indumentária em um “país livre”, rechaçando a validade do argumento de ser um acessório religioso. Essa peça de roupa seria nada mais que um ato político simbolizando uma espécie de “gueto portátil”.

Todavia, Memmi parece ser intransigente sobre esse assunto, pinta não querer fazer um estranhamento sobre a causa. No período colonial, Fanon escreve um ensaio denominado *Argélia Sem veu*, na qual Bhabha (2013) afirma que esta peça é considerada um símbolo de resistência e um instrumento de luta contra o regime colonial, pois era através dele que se escondiam as bombas levadas até o bairro europeu de Argel – muito bem ilustrado no filme *A batalha de Argel* do diretor italiano Gillo Pontecorvo. Neste trecho, o autor tunisiano parece tender mais para o lado da tolerância do que da integração pluricultural de uma sociedade que se considera cosmopolita.

Diferentemente do ramadã, a questão do veu parece estar imbuída de certo preconceito por parte do autor aos sujeitos mulheres seguidores do islã. Pois aqui, cabe bem utilizarmos o diálogo que Bhabha faz com Fanon, onde ambos combatem a tentativa de branqueamento do colonizado para ser aceito pelo europeu. É um equívoco Memmi condenar certas práticas de certos integristas sem ir a fundo às discussões, pois parece que essa estratégia por parte do sujeito imigrante esta ligada a tentativa de reconhecimento e respeito a sua diferença, o juízo de valor aqui se faz desnecessário por sua parte.

Seguindo os tópicos da obra de Memmi, o autor (2007) afirma que é de uma tremenda dificuldade ser árabe ou negro no mundo ocidental. Para o mesmo, grande parte dessa oposição refletida em preconceito que o africano enfrenta é devido à superioridade europeia nas ciências, no aparato militar e na filosofia formal, na qual reflete em uma moral e valores de projeção universalista por parte dos brancos. Em certo ponto, em uma perspectiva materialista ele está correto, pois grande parte do discurso e da origem da narrativa do “ônus do homem branco” sobre os demais povos advêm com a sintetização da modernidade e suas revoluções e consolidação do sistema capitalista com a conquista da América e assim a implantação da *divisão internacional do trabalho*, formando hierarquias entre os povos e nações do mundo com a Europa Ocidental no topo dela.

O árabe-muçulmano instalado na Europa não se encontra na condição de estrangeiro por sua própria opção, independentemente se adere ou não os hábitos locais. Grande parte da resistência à sua adaptação se deve, primeiramente, ao combate recebido pelos brancos, ao qual irá rebater com instrumentos de autodefesa. Nessa relação entre os povos e culturas que foram envolvidas pela prática colonial, Achille Mbembe afirma que “hoje em dia, o desejo de inimigo, o desejo de *apartheid* (separação e enclave) e a fantasia de extermínio ocupam o lugar deste círculo encantado” (2017, p. 73). Esse desejo de separação é reincorporado dos tempos coloniais para a contemporaneidade, isso porque a máxima colonial ainda persiste – transformar a mulher e o homem em dois tipos de seres, de um lado o “corpo vivo” e do outro o “corpo-coisa”. No passado o europeu foi à América e depois à África e Ásia e transformou o africano escravizado em mercadoria para produzir riquezas para si; depois da Segunda Guerra Mundial, o capitalista incentivou que, aqueles americanos, africanos e asiáticos fossem até a Europa para servirem de mão de obra barata e continuarem a exploração dos sujeitos.

As barreiras que são erguidas para com o sujeito imigrante a fim de dificultar a sua incorporação estão em grande parte alicerçadas em interesses e negócios. Pois, ela segue a lógica do etnocentrismo e racismo moderno formulado desde os interesses mercantilistas a partir do século XV inicialmente na Península Ibérica. Por isso, as teorias modernistas como a restrita, ultrarrestrita e a alargada são substituídas hoje por uma *guerra contra o terror* diante da ameaça aos povos civilizados, ou seja, o mundo agora é dividido entre amigos e inimigos e não mais pelo sangue ariano e sangue mouro ou entre cristãos e pagãos, além de que, o embate não é mais enfrentado somente em terras distantes, mas no próprio território europeu..

Neste período depressivo da vida psíquica das nações, a necessidade de um inimigo, ou mesmo o instinto de um inimigo, não é apenas uma necessidade social. Equivale a uma necessidade ontológica quase anal. No quadro de rivalidade mimética exacerbada pela “guerra contra o terror”, dispor – de preferência, de modo espetacular – do seu inimigo tornou-se uma passagem obrigatória na constituição do sujeito e na sua entrada na ordem simbólica do nosso tempo (MBEMBE, 2017, p. 81).

Por isso, a discriminação é algo importante para a lógica exploratória nos Estados ocidentais diante da condição em manter os demais povos na categoria de subalternos através de discursos essencialistas e práticas violentas. Ainda nesta lógica do *terror*, esta não se resume a atos de punição no exterior, há também a questão da sustentação do Estado securitário que, segundo o historiador camaronês é alimentado por um “estado de

insegurança” ao qual rotula o imigrante como um potencial agressor à comunidade local e o coloca em uma condição de marginal na composição da estrutura das grandes cidades europeias.

V

A angústia do imigrante não se resume ao novo local em que fixa suas raízes. Depois de passada a ilusão de que sua permanência no continente europeu na qual imaginava ser por período temporário – dificilmente ele possuiria o poder econômico adquirido em sua terra natal – o sujeito retorna ao seu país de origem, agora na condição de turista. Assim como na Europa ele é visto como um estranho, por exemplo, na Tunísia, ele já não seria mais igual a um cidadão desse país. Há um choque entre o imaginário que foi criado durante esses anos em que esteve na França e a realidade tunisiana, pois a língua se modificou e as situações são diferentes. As suas aspirações também foram transformadas.

Há mais um elemento importante quanto às transformações que ocorrem à volta do imigrante após o processo definitivo de instalação na Europa: os filhos do alóctone.

Pois existe um hiato entre o imigrante e seus filhos. Eles não têm a mesma memória, nem a mesma concepção do futuro, quase não pertencem ao mesmo mundo. O imigrante é ao fim das contas um homem do passado; seu filho e sua filha se projetam no futuro, mesmo que impacientemente, que às vezes se desesperem para alcançá-lo ou que se recusem a isso (MEMMI, 2013, p. 147).

O filho do imigrante está situado em uma configuração diferente. Ele não possui a dificuldade da dupla pertença como a mãe e o pai. Para a geração nascida em terras europeias a assimilação se torna algo mais fácil, entretanto, é encarado com certo embaraço pelos pais que, em um primeiro momento seria visto como um facilitador, quando aquele aportou na Europa, agora é visto como “humilhante” ver seus descendentes agirem como os brancos, assim observa Memmi (2007).

Todavia, isso não significa que os problemas se findaram aos seus filhos, pois a questão da linha de cor parece ser intransponível para a condição da prole do imigrante. Em certo ponto de vista os problemas se radicalizam isso porque o jovem franco-magrebino agirá com hostilidade, muitas vezes se traduzindo em delinquência, contra o que o Estado e a sociedade tentam lhe impor, pois os níveis de desemprego crescem e a polícia age de maneira truculenta quando notam a presença de jovens árabes. Como o autor afirma, “o filho ao menos

ele, é um revoltado, por seu pai, por si mesmo [...], se recusa a se identificar com seu pai (...)” (MEMMI, 2007, p. 151).

A situação não é complexa somente pelo ponto do vista do imigrante na condição de ex-colonizado, ela também é para o seu antigo colonizador e agora concidadão. Antes quando o árabe fosse oprimido era compreensível para o europeu a revolta do primeiro, mas o que não se entende é por que depois de tanta luta pela liberdade, logo em seguida aquele vai para a sua ex-metrópole da qual tanto odiou?

Essa pergunta pode ser respondida como que, mesmo o colonialismo formal ter sido findado com a queda dos grandes impérios coloniais, os desdobramentos continuam, pois não é tão simples cortar os laços que se formaram, e não foram somente econômicos, mas foram, por exemplo, linguísticos e culturais. Além do que, as ações neocolonialistas ainda continuam a serem propagadas nos países de Terceiro Mundo. Os europeus acham que podem ficar somente com o bônus do colonialismo, não desejam mais os imigrantes, pois eles podem ser visto como potenciais traidores, entretanto, esquecem que as relações que o imperialismo implicam são dinâmicas e plurilaterais. A cultura, o imaginário e a própria composição dos Estados da Europa também foram moldadas com a presença do elemento exterior, do antilhano, do magrebino ou do indochinês. Mesmo que tenha sido de oposição ou confrontação, o imigrante possuiu e possui um papel de destaque na formação dos elementos estruturais ao norte do Mediterrâneo, ou melhor, no Atlântico Norte – para referirmos a um conceito de Paul Gilroy⁵⁰⁴ sobre a formação da modernidade transatlântica. O sujeito magrebino não é um estrangeiro por aspectos culturais e sociais, mas sim por motivos de ordem política e econômica.

Referências bibliográficas

ABDEL-MALEK, A. **A dialética social: fundamentos para uma teoria social mundializante**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

BARROS, J. **As hipóteses nas ciências humanas: aspectos metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BHABHA, H. **O local da Cultura**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

⁵⁰⁴ Ver *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele Negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

HUNTINGTON, S. **O choque das civilizações: e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

_____. **O orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

SHOHAT, E; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TAGUIEFF, A. **O racismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

VISENTINI, P. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEMÓRIAS E REGISTROS BIOGRÁFICOS DE AFRO-BRASILEIROS NO VALE DO PARANHANA (RS)

Daniel Luciano Gevehr⁵⁰⁵

Greice Caroline Santellano⁵⁰⁶

Resumo: No processo que envolve a escrita da história dos grupos considerados, até pouco tempo, subalternos e com menos expressão cultural, percebe-se o silêncio sobre questões que envolvem as representações de gênero, raça/etnia e diversas outras categorias. Neste contexto particular, que privilegia a análise sobre questões de raça/etnia e gênero, é que pretende-se investigar a presença dos afrodescendentes e, de forma mais aprofundada, a mulher negra, que era considerada – especialmente no período escravagista, mas também nas décadas seguintes à abolição e até mesmo nas décadas mais recentes - como a criada, a serva, aquela que cuidava dos filhos dos senhores, aquela que fazia o que lhe fosse ordenado, sem pestanejar, incluindo, é claro, o ato de procriar. É fato que estas ideias contribuíram para a formação de um imaginário, que insere a mulher afrodescendente, em um contexto de inferioridade social e cultural, contribuindo para a difusão de representações sobre a mulher negra. Estas representações negativas, por sua vez, apresentam um duplo sentido: a condição de gênero, ou seja, o fato de serem mulheres, o “sexo frágil” e também o fato de serem afrodescendentes, elemento identitário que as coloca, mais uma vez, numa posição de inferioridade étnico-racial. Por muito tempo criaram-se imagens negativas sobre os afrodescendentes. Com a escravatura, diversas comunidades quilombolas se formaram, de modo com que após a abolição, com a Lei Áurea, estas comunidades continuaram ativas, uma vez que os ex-escravos não possuíam local para viver. Na região do Vale do Paranhana a situação não é diferente, de modo que atualmente, existe em Taquara, um Quilombo chamado “Paredão Baixo”. Este lugar da memória afro-brasileira, no Vale do Paranhana, é objeto da pesquisa, que busca contribuir para a difusão e a visibilidade da cultura afro-brasileira, existente na região. Num momento seguinte, a pesquisa procura dar voz aos registros biográficos de afro-brasileiros, que permitiram melhor compreender os mecanismos que envolvem a lembrança e a memória sobre o passado do grupo étnico na região.

Abstract: In the course of history, women were left in the background, not important, they only served to support the male figure. The black woman was considered the servant, the one who took care of the children of the lords, the slave who did what she was ordered, without blinking, including, of course, procreation. It is a fact that these ideas are erroneous, because they do not go according to reality. For a long time, negative images of Afro-descendants, Indians and women were created, because in order to feel superior, white men preferred to enslave rather than share. With slavery, several quilombola communities were formed, so that after the abolition, with the Áurea law, these communities remained active, since many former slaves had no place to live and traders did not offer them work, and when they did, received wrongfully. People have increasingly sought methods to eliminate prejudice in Brazilian society, and although some people do not support these movements that seek to encourage the preservation of history and black culture, they have increasingly achieved their space, which has long been taken by European immigrants. In the region of the Paranhana Valley the situation was not different from the rest of the country, so a Quilombo called Paredão Baixo currently survives in the locality of Taquara. The work then seeks the preservation and dissemination of the Afro-Brazilian culture existing in the Paranhana Valley and in places close to it, such as the city of Sapiranga, where some interviews were also conducted.

⁵⁰⁵ Doutor em história e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

⁵⁰⁶ Graduanda do curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara; bolsista FAPERGS.

O cenário da pesquisa: o contexto afro-brasileiro na região do Vale do Paranhana

Busca-se analisar a trajetória dos afro-brasileiros no Vale do Paranhana, focando principalmente no século XXI. Faz-se, num primeiro momento, uso de artigos relacionados ao assunto e relatos recolhidos durante entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisa “*Nós Estamos Aqui: Registros de memórias e registros bibliográficos de afrodescendentes no Vale do Paranhana*”, constituído pelo Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

Para que se possa entender sobre a situação atual do negro na sociedade brasileira, e principalmente na região do Vale do Paranhana (RS), faz-se necessário retroceder no tempo, destacando alguns fatos importantes na trajetória afro-brasileira, como, por exemplo, a criação da Lei Áurea (1888), a trajetória dos quilombos, entre outros fatores, muitos dos quais a população ainda não é ciente, ou tenta esconder.

A história regional do Rio Grande do Sul é marcada por conflitos, desde o início da sua “colonização” por portugueses e espanhóis, as terras sulinas assistiram à conflitos que visavam definir as posses das fronteiras, sem importar-se com quem já estava lá.

Com certeza, aqueles que mais sofreram com o passar dos anos, desde a conquista do território e a introdução de diferentes projetos políticos e econômicos, foram os índios e os negros. Colocados de lado, não tinham voz para clamar por seus direitos. Até que, a partir de uma série de movimentos, mas principalmente com a morte de Zumbi dos Palmares, a situação mudara. A população negra passou, desde o período colonial, a expor suas indignações e reivindicações. Em 1888, a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, decretara a abolição da escravatura, inserido em um contexto de profundas transformações políticas e econômicas do país.

O preconceito existente em relação ao negro, no Rio Grande do Sul e em diferentes partes do mundo, ainda é bastante presente. As elites brancas ignoram, muitas vezes, a presença do negro na sociedade, desmerecendo-os e fazendo com que cada vez mais sejam postos de lado, sem empregos, sem liberdade. Há sim movimentos que vão em confronto com tais atitudes, mas estes, assim como os movimentos feministas, merecem mais atenção, para que os grupos considerados, ainda, como inferiorizados, possam tomar seu lugar de direito, e em especial, seu direito à memória.

Deste modo, passamos a analisar o que define a Lei Áurea, e quais foram os seus reflexos frente aos grupos de pessoas que ela atingia, a analisar dados obtidos em entrevistas

realizadas nos anos de 2016 e 2017 pela Faculdades Integradas de Taquara, além de contextualizar a situação e a trajetória afro no estado do Rio Grande do Sul.

A trajetória do negro no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, mesmo no início de sua formação, contava com o trabalho escravo, embora até pouco tempo atrás este fato fosse mascarado e até omitido. Estâncias e charqueadas eram os locais onde havia grande número de escravos, porém, estes estavam presentes em todos os locais possíveis. Como Xavier(2010, p.21) diz, “Sublinharam-se, para o caso do Rio Grande do Sul, as charqueadas que, com seu incremento, teriam impulsionado a formação de uma sociedade escravista”, concordando com a afirmação dada anteriormente. De forma geral, os escravos eram especializados, podendo cuidar apenas de uma coisa dentro das charqueadas ou outros locais, um escravo podia ser ordenado para apenas cuidar de determinada plantação, enquanto outros cuidariam de outras atividades, por exemplo.

Os escravos eram trazidos diretamente da África, porém, em 1830 esta prática foi abolida, porém, não foi extinta. Xavier (2010, p.17) afirma que, “após 1830, com a proibição deste comércio, o tráfico continuaria intenso mesmo na ilegalidade. O sul do Brasil continuou a receber africanos.” A partir de 1850 o tráfico escravista passou a ser reprimido, porém, a comercialização continuou internamente. As pessoas que eram “importadas” da África eram escolhidas pelos senhores por sua idade, de modo com que aprendessem rapidamente as atividades exercidas no plantio. O Rio Grande do Sul perdeu grande número de escravos com o comércio interprovincial.

Em 1931 criou-se a *Fundação Negra Brasileira*, na cidade de São Paulo, expandindo-se rapidamente para outros estados brasileiros, pois havia diversos associados. Em 1936 ela tornou-se partido político. Mas a FNB não era a única associação negra existente, em São Paulo havia também o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, o Centro Literário dos Homens de Cor, a Sociedade Propugnadora 13 de Maio, entre outros. No Rio de Janeiro havia o Centro da Federação dos Homens de Cor, em Pelotas, a Sociedade Progresso da Raça Africana, e em Lages, o Centro Cívico Cruz e Souza.

No início da década de 1970, em meio a ditadura militar, as comunidades afro-brasileiras uniram-se contra o racismo e o preconceito, criando teatros, clubes e até mesmo jornais, mostrando o seu poder perante à elite que até então os reprimira.

A contínua luta dos militantes negros ao longo do século passado, tanto no que diz respeito à importância da educação quanto à luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, possibilitou a construção de resultados visíveis para o conjunto da população brasileira nos anos recentes, como por exemplo a criação e aprovação da Lei 10.639 em 9 de janeiro de 2003. A referida lei incluiu no currículo oficial das redes de ensino da Educação Básica a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileiras.”(PEREIRA, 2011, p.14)

A Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 ainda hoje, 2018, não é bem aplicada pelas escolas. Os professores, geralmente, em sua formação acadêmica não recebem o preparo necessário para lecionar sobre assuntos como este. Além de haver poucos cursos relacionados ao ensino afro e indígena.

Faz-se necessária a conscientização sobre o assunto, incluindo nas redes municipais e estaduais projetos que estimulem o aprendizado, que seja contada a História de todos os lados, para que o preconceito existente hoje possa ser combatido, que as causas sociais sejam apoiadas e que, principalmente, a diversidade seja respeitada. Alguns professores possuem receio em ensinar a história como ela foi, pois, até pouco tempo atrás, intelectuais, como diz ZARTH (2010, p.182):

[...] desenvolveram a tese da pouca importância da escravidão nas estâncias, que, quando existente, seria tão amena a ponto de descaracterizar sua condição, transformando o escravo num homem quase livre, bem alimentado e bem relacionado com seus proprietários.

A luta pela igualdade afro-brasileira possibilitou aos seus militantes alguns direitos e, teoricamente, igualdade. Embora ainda haja muito a se lutar, se faz necessário lembrar que os primeiros passos em busca da igualdade racial já foram dados, e a continuação desta luta é que resultará em um Brasil de brasileiros e não de determinada classe ou etnia.

A abolição da escravatura deu-se em 1888 através da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, filha de D. Pedro II. Contudo, não fora realmente o fim do abuso para com os. Como FREITAS (2016, p.04) diz, o negro após ser libertado do cativo, não recebera instrução, invisível às elites:

No pós-abolição, a “invisibilidade” que foi criada para o negro, fica estampada nas políticas públicas que foram empregadas na República a partir de 1889. Partindo da necessidade de um branqueamento na população do Brasil e na reorganização do meio urbano, visando dar

ênfase para o desenvolvimento econômico e social, a exclusão das classes desfavorecidas foi marcada pelo preconceito e racismo. Nesse contexto o negro ficou a mercê das dificuldades de manutenção social e familiar, de falta do reconhecimento de sua mão de obra e principalmente a desvalorização e o preconceito sofrido pela cor da pele.

Ocorrera também, na virada do século XIX para o XX, a criação da ideia de que o negro era predisposto a cometer crimes. A cidade de Taquara, localizada no Rio Grande do Sul, analisada entre os anos 1888 e 1920, demonstra uma sociedade racista e preconceituosa, onde há relatos de práticas como a segregação em clubes e eventos, além de locais específicos onde os negros podiam cortar o cabelo, frequentar, e principalmente, viver. Concordando com esta ideia, Nunes, Magalhães e Rocha(2013, p.275) falam sobre Novo Hamburgo, no Vale dos Sinos, “A separação rígida do mundo dos brancos e dos negros não ocorria apenas às portas fechadas dos estabelecimentos e instituições, ampliava-se para as formas de ocupação dos espaços públicos”. Vê-se que a segregação fazia, e ainda faz, parte da sociedade sul rio-grandense.

Os alemães recebem grande destaque nas pesquisas sobre a colonização do Vale do Paranhana desde o princípio. A figura indígena e afro-brasileira são colocadas de lado, de modo com que quase ou nunca apareçam nas historiografias regionais. O negro fora trazido a força pelos europeus, foram escravizados, e, ainda assim, contribuíram de diversas formas para a formação social e econômica da nossa região.

O caso do Clube Flor do Sul

Em 1970 fora criado o clube Flor do Sul, um clube onde negros residentes da cidade de Taquara e região iam para poder passar o tempo, se reunir, discutir sobre diversos assuntos, e principalmente, serem tratados de forma igualitária.

O clube hoje, 2018, já não existe, restando apenas o terreno em que estivera estruturado. Assim, poucas são as pessoas que falam sobre a importância dele dentro da sociedade taquarense. “Sabemos que a memória é um veículo de comunicação para além do individual e das dificuldades em estabelecer a transmissão destas memórias coletivas com o passar dos anos, principalmente ao segmento jovem, com novas aspirações e interesses” BARDONI (2016, p.04).

A cultura é passada de geração em geração, quando não há registro, e o desinteresse surge, fatos importantes se apagam na história. É missão do historiador e da sociedade não permitir que isto ocorra, de diferentes formas pode-se contribuir para a preservação destas memórias, seja ouvindo, registrando e até mesmo disseminando as histórias que lhe são contados por seus avós, parentes e pessoas próximas.

O Clube Flor do Sul foi criado por uma mulher, negra, chamada Palmira Antônia de Souza. Ela era neta de um imigrante que se casara com uma ex-escrava. Fluente em alemão, Palmira mudou-se para Taquara junto de seu esposo, Manoel de Souza.

Já haviam outros clubes em Taquara quando o Flor do Sul fora criado. Havia uma imensa segregação racial na cidade, onde nem mesmo negros com uma condição financeira avantajada poderiam frequentar os mesmos clubes que os brancos, algumas vezes menos abastados. BARDONI (2016, p.04) diz-nos claramente o objetivo da criação do Clube Flor do Sul, onde “A falta de um lugar onde os filhos pudessem se divertir sem serem discriminados foi um dos motivos que a levaram a iniciar suas atividades.”

O Clube começou pequeno, era um salão de madeira, porém, em pouco tempo crescera, sendo necessário sua ampliação. No Brasil haviam outros clubes afros, como, por exemplo, o Clube Renascença, no Rio de Janeiro. A partir dos estudos realizados por Bardoni, que se fez das pesquisas de Giacomini, o clube Renascença foi criado para preencher o vazio que existia na população brasileira, de modo a contribuir para que houvessem mudanças sociais em relação ao negro.

A parcela da população que era de origem africana era discriminada, havendo em diversos pontos do país, cidades que realizavam a prática da segregação. Deste modo, o Clube Renascença era uma resposta a todos estes fatores que atingiam negativamente o afro-brasileiro.

Em Taquara havia, nas primeiras cinco décadas do século passado, alguns clubes como, o dos ferroviários e atiradores, Clube 5 de maio e o Clube comercial. Todos estes eram proibidos para a população negra, estes só podiam entrar nestes espaços como subalternos, realizando serviços de limpeza e, raramente, de garçons. A filha da matriarca do Clube Flor do Sul, conta que a segregação racial era muito forte na cidade de Taquara, de modo com que, se havia um branco em uma calçada, era dever do negro sair da mesma.

Sobre a formação da cidade de Taquara fora escrito um livro com dois volumes em seus 120 anos, o Raízes de Taquara, mas neste não há quase a presença do negro na formação social do taquarense. “Há um artigo de uma página, com total falta de aprofundamento no

assunto, sobre a existência de um lugar no qual os habitantes se intitulam descendentes de escravizados” BARDONI (2016, p.09) O local referido é o Quilombo do Paredão Baixo, local onde diversas famílias lutam para a sua sobrevivência.

São muitos os casos de preconceito para com o negro em danceterias, em padarias, escolas e demais localidades comuns da vida urbana. Sem o registro de sua história, o Clube Flor do Sul acabará por ser esquecido da história pela população taquarense. A preservação da memória é uma tarefa de todos os habitantes, e principalmente daqueles que frequentavam o Clube.

Um espaço africano: o Quilombo Paredão Baixo, de Taquara

Há não interior de Taquara, um lugar que se constitui como um importante lugar de memória dos afrodescendentes. Trata-se do quilombo chamado *Paredão Baixo*, um quilombo remanescente que precisa ser pesquisado – para que sua presença não caia no esquecimento e, também, para que os moradores da própria região do Vale do Paranhana, saibam da sua existência e de sua singularidade histórica, no contexto da presença africana na região.

De modo geral, Taquara antes de ser colonizada por imigrantes europeus que buscavam uma melhora de vida, era um local fechado com grandes matas. Porém, com a chegada destes grupos imigrantes, quase tudo fora derrubado e desmatado, para que fossem feitas as inovações, Ramos e Smaniotto(2014, p.219)dizem-nos que, “a frente de expansão foi responsável pela derrubada das matas e pela preparação de terrenos. Iniciou-se, gradativamente, o ciclo de valorização de terras.” Deste modo, o escravo negro sempre esteve presente, pois eram utilizados na mão de obra necessária para todos os tipos de serviços existentes.

O quilombo do Paredão, como é chamado, foi resultado de diversas fugas de escravos das fazendas Fialho. Embora tenha sido reconhecido, o quilombo sobrevive com diversas dificuldades, pois lá, as famílias são compostas por diversos integrantes, o trabalho é escasso e a colheita depende do clima para ser bem-sucedida. No quilombo do Paredão Baixo, por exemplo, a maioria de seus habitantes sobrevive da agricultura e de trabalhos domésticos em localidades próximas e em pedreiras.

As habitações são em madeira e mal estruturadas, de modo com que algumas casas acabam cedendo para um lado, literalmente entortando. Além disto, o Paredão Baixo conta com uma Sede, onde a prefeitura teoricamente mandaria recursos para que fosse construído e lá fossem organizados os eventos da comunidade, como a festa de São João e as missas de domingo. Porém, o barracão não está concluído ainda, pois faltam recursos para o término da obra.

Moram aproximadamente 170 pessoas no Quilombo do Paredão, dito isto, coloca-se em questão o número de crianças e jovens presentes lá, estas crianças muitas vezes têm de trabalhar com seus pais para que haja comida na mesa, pois geralmente têm vários irmãos e sendo assim, possuem mais bocas para alimentar. Algumas crianças não vivem sua infância, trabalhando desde cedo, o tempo se torna escasso. Os jovens têm seus

filhos muito cedo, não possuindo muitas vezes a estrutura necessária para saber como lidar com as situações geradas a partir disto. Através de um projeto realizado pelo curso de Licenciatura em Histórias das Faculdades Integradas de Taquara, realizou-se a doação de diversos livros infantis sobre a cultura afro no Brasil, buscando assim estimular as crianças e jovens à leitura e, fazer com que saibam que todos eles são importantes na história do município e do país.

Portanto, a comunidade quilombola Paredão Baixo, localizada no Distrito da Fazenda Fialho, em Taquara- RS é de suma importância para que a memória dos africanos e dos afro-brasileiros seja preservada, assegurando, com isso, o direito à memória do grupo étnico.

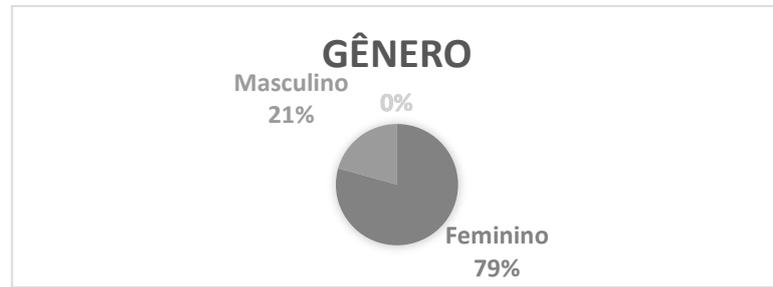
Percursos de vida: as entrevistas com afrodescendentes

Foram realizadas, entre 2016 e 2017, várias entrevistas com afrodescendentes, residentes nos municípios do Vale do Paranhana e, também dos Sinos, de modo com que diversas pessoas, com trajetórias bastante distintas e contextos de vida diversos, contribuíssem para o desenvolvimento da pesquisa. O objetivo principal desta etapa da pesquisa, foi “dar voz” aos protagonistas desta história, objetivando, como já mencionado várias vezes, fazer uso do direito de memória do grupo, fazendo com que eles falem de si, sobre suas próprias opiniões e perspectivas de pensamento.

Vale retomar que, as entrevistas foram realizadas durante os períodos de 2016 e 2017 por alunos e professores do curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara. Estes alunos, também residentes do Paranhana, tiveram a oportunidade de conhecer diferentes pessoas, modos de viver e ser, além de novas localidades, pois alguns foram até outras cidades para entrevistar.

O grupo principal, escolhido para as entrevistadas, foi constituído por mulheres. Essa definição se deu, especialmente, em razão de acreditar-se que as mulheres, muitas vezes silenciadas na história, precisam, cada vez mais, de voz ativa, garantindo a elas, o direito de opinião e de registro de suas memórias. Assim sendo, nesta pesquisa, optou-se por registrar a memória biográfica de 23 mulheres e 6 homens, somando um total de 29 entrevistados, duranteos dois anos de coleta de dados em campo. Como mostra o gráfico abaixo, apenas 21% dos entrevistados eram homens.

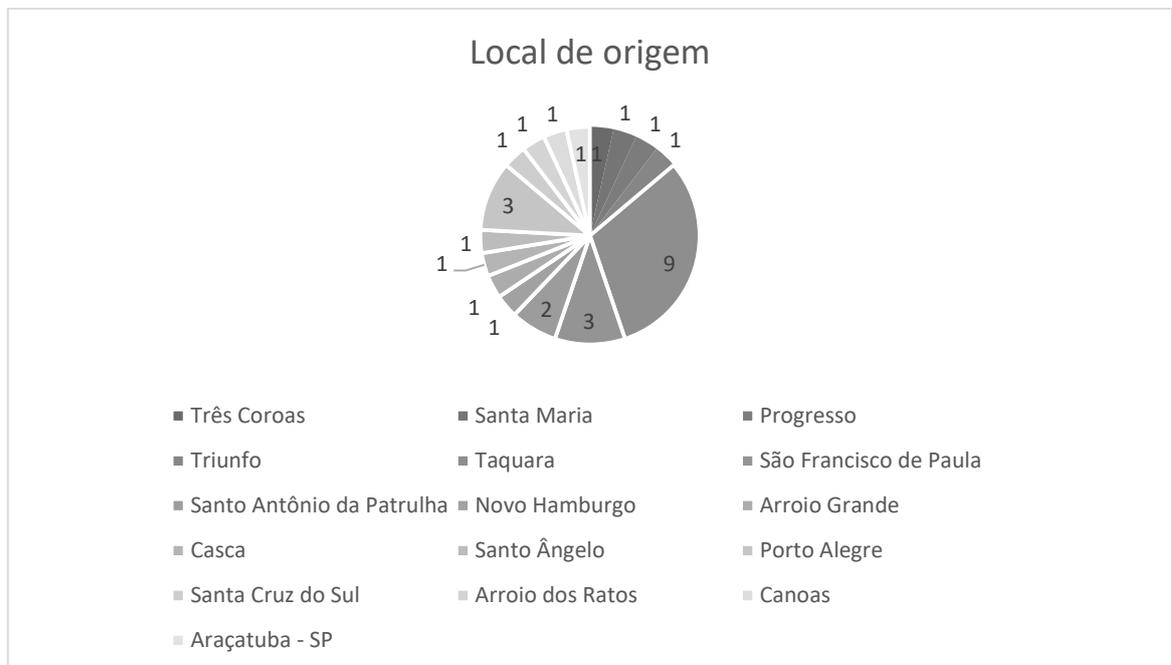
Gráfico 1: Gênero.



Fonte: Dados de pesquisa.

Destas 29 pessoas, muitas nasceram em localidades próximas, porém, a maioria não nasceu no local onde vivem atualmente, embora nove delas se originem de Taquara-RS, um número relativamente grande. Algumas pessoas mudaram-se por conta de seus maridos ou esposas, porém, outras trocaram a sua cidade natal em busca de um emprego melhor e mais oportunidades no mercado, em busca de uma vida melhor. Embora algumas não encontrassem o que buscavam, continuaram nas localidades onde residem hoje, pois, embora as expectativas não fossem de fato atingidas, a vida era melhor.

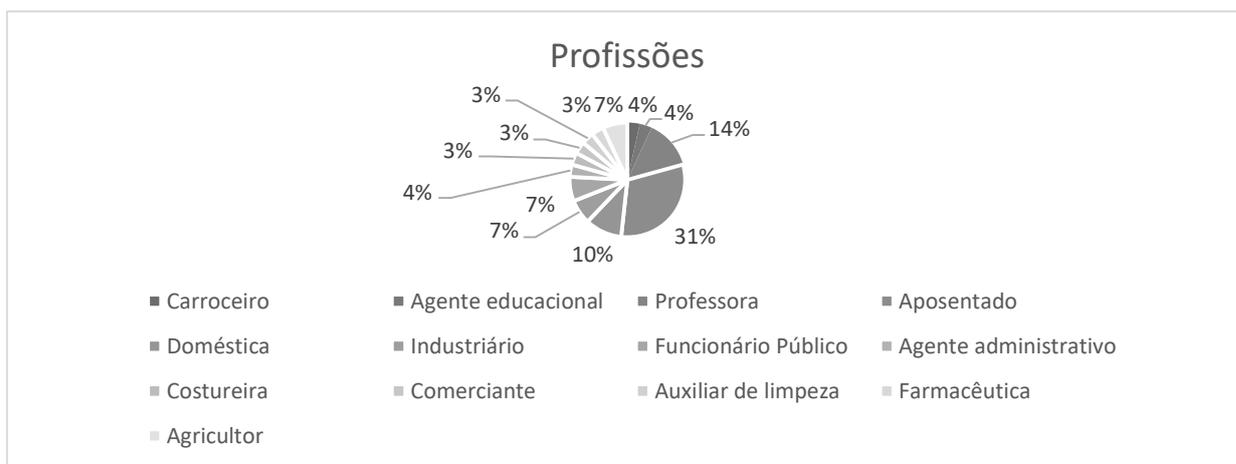
Gráfico 2: Local de origem.



Fonte: dados da pesquisa.

Sobre suas profissões, a maioria dos entrevistados atualmente exerce a profissão de professor, dentro deste grupo, há uma professora de música, duas de linguagens e uma de história, além de professores, há também, em mesmo número, funcionários públicos, em sua maioria aposentados. Em contrapartida, vê-se que ainda hoje há pessoas que sobrevivem da agricultura, pois não há outra opção para elas, nem recursos para ir até os locais de trabalho.

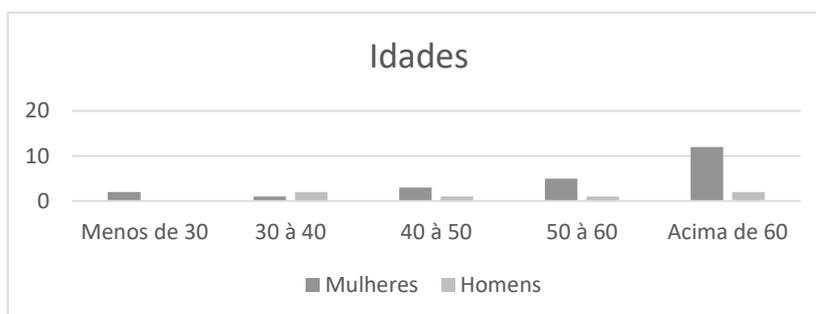
Gráfico 03: Profissões.



Fonte: dados da pesquisa.

Na questão que diz respeito à idade dos entrevistados, essa variou bastante, de modo com que as pesquisas abrangeram pessoas novas, de mais ou menos 30 anos de idade, até idosos, como por exemplo, uma senhora de 95 anos, residente de São Francisco de Paula. Assim sendo, a pesquisa contou com diversas faixas etárias, embora ainda se faça necessário trabalhar com crianças e adolescentes.

Gráfico 04: Idades.

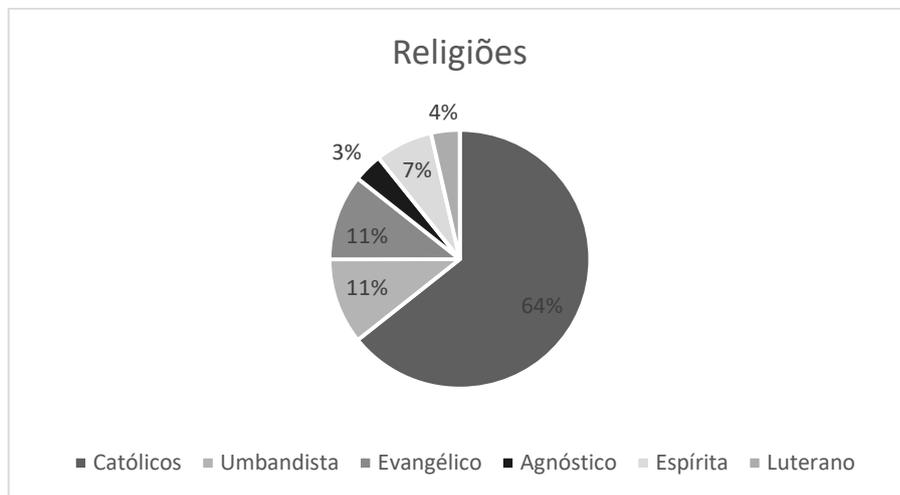


Fonte: dados da pesquisa.

Através do gráfico acima, vê-se que o número de entrevistados da terceira idade é muito maior do que os demais participantes, o que explica as informações sobre a maioria dos entrevistados serem aposentados.

A maioria destes sabe ler e escrever, mas há casos, no quilombo do Paredão, onde teve-se de pedir aos filhos assinarem as autorizações. Dentre estes que não foram alfabetizados, fora perguntado a eles se possuíam vontade de aprender a ler e escrever, e a resposta fora positiva, de modo com que a escrita e a leitura dão mais autonomia para o indivíduo.

Gráfico 05: Religiões.



Fonte: dados da pesquisa.

Como vê-se no gráfico acima, a maioria dos entrevistados considera-se católico, são poucos aqueles que seguem as religiões com matriz africana, tal como a umbanda e o candomblé. Este fato se dá devido à cristianização presente desde o início da formação do nosso estado do Rio Grande do Sul, pois, com a Companhia de Jesus, as práticas religiosas que aqui entraram em declínio, em relação à prática. Pois, quando fora perguntado qual a religião do entrevistado, muitos apresentaram receio em dizer-nos que são espíritas e umbandistas. Desta forma, faz-se presente o preconceito que está imposto perante religiões que não o luteranismo, o catolicismo e o evangelismo.

Estes dados servem para compreendermos um pouco sobre os hábitos e olhares de mundo do afro-brasileiro para com a sociedade em que este vive, suas influências e tradições ao longo do tempo.

Como fora dito anteriormente, foram entrevistadas diversas mulheres, de diversas idades, profissões e modos de viver. Será exposta a seguir, uma das entrevistas realizadas para que se possa compreender melhor como essas mulheres vivem e como se relacionam.

A entrevistada é a Dona Vera Maria Brito Rodrigues, e as pesquisadoras foram as graduandas em história Lorena Maria Brito Rodrigues e Greice Caroline Santellano e as professoras do curso de História, Elaine Smaniotto e Dalva N. Reinheimer. Dona Maria nasceu na cidade de São Francisco de Paula, no dia 13 de setembro de 1948. A entrevista foi realizada no dia 13 de setembro de 2017, aniversário de D. Vera. A senhora descreve sua cidade natal como sendo uma boa cidade, pois, embora tenha saído dela durante a sua vida, ela voltara, e vê que a cidade está aos poucos evoluindo. Ela saiu de S. Francisco em 1979 por conta do seu emprego de Técnica de Fazendário, mudando-se para a cidade de Paraí. Ficou lá por 9 meses, e após, foi transferida para Cambará do Sul, trabalhando lá por 7 anos. Após, voltou para a cidade de São Francisco. Sobre as festas em São Chico, Dona Vera conta-nos sobre o Carnaval, e além deste, cita os bailes de fim de ano.

Seu pai era bilheteiro, vendia diversos tipos de bilhetes, como jogo do bicho e loteria. Ele morreu quando Vera Maria tinha 8 anos de idade. Já a sua mãe era do lar, trabalhava em casa. Ela tinha nove irmãos, sendo estes, sete homens e duas mulheres. Sobre a sua infância, conta que haviam diversas brincadeiras, e à noite, realizavam-se rodas de música, onde a vizinhança inteira reunia-se para cantar e dançar. Além disto, diz que não haviam diferenças entre as brincadeiras de meninas e meninos, todos brincavam juntos.

Sobre a presença do negro na cidade, Vera conta que antigamente haviam mais pessoas afros, e que agora, devido à miscigenação, este número tem entrado em declínio. Além de que muitas pessoas morreram e outras vão embora da cidade.

Dona Vera no primeiro momento de sua vida foi professora, na cidade de Lajeado Grande. Ela trabalhava com os anos iniciais, com a alfabetização. Porém, ela não gostou, pois além de ser em uma serraria, todas as séries, de 1ª à 5ª, estavam reunidas em uma única sala. Ela relata que os alunos eram muito pobres, não tinham agasalho e possuíam bichos em seus corpos, e, além de ter que caminhar todos os dias 5 km a pé para chegar na escola, ficou 9 meses sem receber, uma vez que a prefeitura não tinha o dinheiro. Após este episódio, a professora passou a trabalhar em um escritório de contabilidade na cidade de São Francisco, ficando 5 anos neste emprego.

Vera estudara na escola Cenesista, com uma bolsa de estudos. Ela fez até o 2º grau do ensino médio. Como era adulta já quando estudara, não relata qualquer tipo de preconceito dentro do ambiente escolar.

Sobre seus filhos, conta que sua filha quando mais nova fora chamada de negra na escola pela filha de uma professora, e, segundo ela, como a filha era explosiva, deu “nos beijos” da colega. Atualmente, sua filha, Cassiane, faz Direito, e seu filho Éderson formou-se em administração.

Dona Vera Maria conta-nos que sua filha fora rainha do carnaval no ano de 2007, embora atualmente já não goste mais destas tradições. Também conta que fora a primeira rainha do carnaval do morro, em 1995. “Bota pra quebrar” era o nome dado ao bloco apenas de mulheres, de 14 a 30 anos de idade. Eram 4 dias e noites de festa. “Bloco do macacão” era o bloco formado apenas de homens. Todas as fantasias eram confeccionadas pelas mulheres, a bateria era responsabilidade dos homens, mas, com o passar dos anos, as mulheres conquistaram o direito de fazer parte da mesma também. Além disto, eram realizadas buchadas, galetos e outras coisas para a interação da comunidade. Atualmente, o carnaval não existe mais, ficando registrado na memória e em fotos dos moradores de São Francisco.

Considerações finais

Entre os entrevistados é possível ver que, apesar de hoje terem conquistado o seu lugar na sociedade, estas pessoas passaram por diversas coisas ao longo de suas vidas, tais como segregação, preconceito e racismo. É fato que estas práticas ainda não acabaram. Na escola, no trabalho e até mesmo na rua, o preconceito e o racismo acompanham a rotina do afro-brasileiro.

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo mostrar aos residentes do Vale do Paranhana e de cidades próximas que o afro-brasileiro continua sendo explorado e tratado com diferença em diversos locais. É visto de forma diferente por aquele que atravessa a rua, que estuda na mesma escola ou que simplesmente é dono de uma loja. A visão errônea que se tem sobre todo um povo faz-nos ver que precisa-se com urgência expor aquilo pelo que passaram, para que gerações futuras saibam o significado de respeito e empatia, de modo com que o preconceito e a segregação racial não sejam heranças herdadas, mas sim descartados.

Jovens desconhecem a existência de diversos locais e eventos realizados pelos afro-brasileiros nas cidades em questão, como exemplo, na localidade de Parobé-RS, a festa afro, que ocorrera este ano, 2018, não recebera a divulgação necessária, e por isso, poucas são as

peças que foram até o local prestigiar a festa. Assim como muitas pessoas desconhecem o fato de que em São Francisco de Paula ocorria o Carnaval com seus próprios blocos, o carnaval era todo feito por pessoas negras, do primeiro ao último dia, desde a comida às fantasias.

Para que estas tradições não sejam apagadas da memória da sociedade, e para que talvez algum dia retornem a fazer parte ativamente desta, é necessário que tais práticas sejam disseminadas, registradas e principalmente apoiadas. Portanto, este projeto serve para que isto ocorra, procurando fazer as histórias individuais e coletivas serem ouvidas, registradas e respeitadas, pois o racismo e o preconceito em todas as suas formas e graus, precisam chegar à um fim rapidamente.

Referências

BARDONI, Ediane E. A. Flor do Sul e amnésia cultural: um clube de negros, uma geração e o esquecimento – Taquara/RS – 1975/2014. **Protestantismo em Revista**, v.41, mai/ago. 2016, p. 03-15.

FREITAS, Ubiratã F. História, pós-abolição e cotidiano; o negro livre na sociedade branca no município de taquara (1888-1920). XIII **Encontro Estadual de História da ANPUH/RS**, jul. 2016, p.01-17.

NUNES, Margarete F; MAGALHÃES, Magna L.; ROCHA, Ana L. C. Trabalho negro, memória negra no Vale do Sinos (RS): narrativa etnobiográfica de vó Nair. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, 2013, p. 269-292.

PEREIRA, Amílcar A. Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, jul. 2011, p.01-15.

RAMOS, Andrea; SMANIOTTO, Elaine. Quilombos e quilombolas: a trajetória de resistência e luta na comunidade remanescente do Paredão Baixo em Taquara/RS. **Universo Acadêmico**, v.07, n.01, jan/dez. 2014. p.215-230.

XAVIER, Regina. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto Pereira *et al.* (org.). **RS Negro** – Cartografias sobre a produção do conhecimento. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 15- 31.

ZARTH, Paulo. Escravidão nas estâncias pastoris da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimor (orgs.). **Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: EDUPF, 2010. p.181-211.

A TERRA A MERCÊ DE QUEM OCUPASSE, ANTONIO BORGES DE ALMEIDA LEÃES

Ubiratã Ferreira Freitas

Doutorando – UFSM

Resumo: Esse trabalho é fruto de uma pesquisa em andamento e tem por base a legitimação da presença afrodescendente na região onde hoje é conhecida como Vale do Paranhana, atual município de Taquara no Estado do Rio Grande do Sul. Essa região fez parte do processo ocupacional territorial implantado pela administração colonial/imperial portuguesa desde o século XVIII e se desenvolvendo nesse processo durante o século XIX. Nossa intenção é trazer para luz dos dias de hoje algumas pessoas que tiveram um importante papel nesse contexto de ocupação territorial e desenvolvimento regional. Assim esse ensaio volta-se a um dos primeiros ocupantes de grande vulto na região, legitimado por uma sesmaria que abrange uma ampla porção de terra. Quem era esse empreendedor que solicitou ao governo da Capitania de São Pedro em 1813 uma sesmaria? A partir dessa pergunta busca-se verificar quem eram esses empreendedores que ocuparam essas terras. Também vislumbramos a possibilidade da formação das relações de cotidiano que se formaram durante a ocupação territorial, a inserção da mão de obra escravizada na região e seu desenvolvimento, pois nossa pesquisa visa retirar da invisibilidade essas pessoas que bancaram e participaram da construção histórica do Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Ocupação territorial, Economia, Produção, Mão de obra.

No Vale do Rio dos Sinos, em fins do século XVIII, a ocupação territorial vai se desenvolver em direção a Santo Antônio da Patrulha, ocupação já consolidada a partir de 1734 como um posto de pedágio regulamentado como “Guarda Velha”. Já no início do século XIX, o mesmo processo ocupacional se direciona e se intensifica rumo a Aldeia dos Anjos, Itacolomy, Barro Vermelho, Faxinal do Courita, Pinhal, Serra do Pinhal, Pinhal Costa da Serra e Rio dos Sinos e seus afluentes, caracterizando o avanço ocupacional em direção a Porto Alegre.

Esse movimento tem por base a necessidade de demarcar e consolidar o domínio português e a ocupação da terra, para isso a vinda de pessoas de outras localidades expulsas de seus lugares pelas guerras entre ibéricos favoreceu a ocupação ampliando as possibilidades do processo de colonização. Podemos notar que o elemento primordial da ocupação passa pelo elemento estatal legitimando os fluxos. Para isso, segue-se uma lógica da posse da terra, da sobrevivência e da pressão demográfica.

Segundo Fernandes:

Entre os primeiros ocupantes das terras temos, por exemplo, na ‘Serra do Pinhal’, João Garcia, Miguel Dutra e Luciano Gomes; no caminho para o Pinhal, encontramos Pedro Rodrigues Lima, Felisberto Pereira Dias, João Jose de Oliveira Guimaraes, Capitão Custódio Ferreira de Oliveira Guimaraes, Capitão Joze de Azevedo Souza e o Padre Joze Fernandes do Valle. Da Serra do Pinhal, seguindo para Santo Antônio da Patrulha, localizamos Joaquim Francisco Terra, Antonio da Terra, Antonio da Silva e Miguel Antonio Dutra. No ‘Pinhal Costa da Serra’, ocuparam terras Domingos Joze Dias, Antonio Cabral de Mello, João Soares Lima, Diogo Pinto e Felisberto Dias Pereira, na costa do rio dos Sinos, Antonio Borges de Almeida Leams (FERNANDES, 2003, p. 28).

Todos os ocupantes territoriais caracterizam-se como lusos, açorianos, militares, padres, comerciantes e homens comuns que diferenciaram o avanço da frente de expansão e ocupação do espaço ainda não ocupado, e sendo esses lugares denominados e demarcados como costa do rio dos Sinos e Pinhal da Serra correspondentes na atualidade ao Vale do Paranhana.

Em uma análise ao inventário *post mortem* de Antonio Borges de Almeida Leães, datado de 1829, encontramos uma variedade de bens. Decidimos compartilhar cada um desses momentos descritivos averiguando cada propriedade e seus bens, para pensarmos a dimensão e potencialidade da região e sua ocupação.

Antonio Borges de Almeida Leães,⁵⁰⁷ natural de Portugal, estabeleceu-se por volta de 1800, em Porto Alegre. Exercia atividades comerciais e outros negócios. Consta que, em 1822 aos 65 anos casou-se como Libania Inocência Corrêa, teve cinco filhos e veio a falecer no ano de 1829, por afogamento. Esse comerciante possuía uma loja de armarinho, com uma variedade de mercadorias que iam de peças de fazenda, agulhas, rendas, linhos, lenços, chapéus, etc. Também possuía uma propriedade na localidade de Belém Velho (atualmente um bairro de Porto Alegre) onde possuía criações e escravos.

Para visualizar e pensar na fortuna de Antonio Borges, buscamos uma descrição de seus bens, para isso foi criada algumas tabelas de amostragem em dois momentos: primeiro

⁵⁰⁷ O sobrenome “Leams” consta na bibliografia local. No documento de pedido de posse (sesmaria) datado de 26/11/1813, está como Antonio Borges de Almeida Leães e a partir desse documento passaremos a utilizar convencionalmente essa nomenclatura como consta na sesmaria doada em 1814.

seus bens em Porto Alegre, em segundo, e posteriormente, após ter recebido uma sesmaria em 1814⁵⁰⁸ que dará origem e continuação a ocupação territorial local.

Na tabela 01, fizemos uma amostragem que descreve o que esse empreendedor possuía. Como a Porto Alegre do início do século XIX possuía uma vasta zona rural, a possibilidade de se ter animais domésticos era constante, assim viabilizava um certo investimento, mas para isso também era necessário ter condições financeiras para tal. Podemos verificar que Antonio Borges era um homem de posses, além de ter um comércio estabilizado, podemos notar uma certa quantia de animais.

Tabela 01 - Relação de Bens: Animais e Armazém – Antonio Borges 1835

Ano	Quantidade	Animais	Valor	Loja	Valor
1835	10	Rezes xucras	3,28	Produtos Gerais	156.624,443
	20	Rezes mansas	13,12		
	4	Cavalos velhos	2,62		
Total	34		19,02		156.624,443

Fonte: Inventário *post mortem* Antonio Borges de Almeida Leães, 1829 – APERS. Valores em (£) libras.

Antonio Borges era um homem de posses que ambicionava expandir seus negócios, visou ampliar sua fortuna com um pedido a sua Majestade, o Rei de Portugal, a concessão de uma sesmaria na margem do rio dos Sinos. Seu pedido foi aceito e concedido pelo então comandante das forças portuguesas na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dom Diogo de Souza, tendo seus limites entre os rios do Sinos, rio Santa Maria e rio Rolante. Tempos mais tarde em 1822 anexa uma ‘data’⁵⁰⁹ a sua sesmaria que aumenta seu limite entre o rio Santa Maria e o arroio Tucanos.

Mas para tomar posse algumas concessões foram feitas, uma delas era que tinha que possuir posses econômicas e alguns escravos para desenvolver a sesmaria. Isso não foi problema, já que era um comerciante conhecido em Porto Alegre e possuía tais exigências.

⁵⁰⁸ Sesmaria de Antonio Borges de Almeida Leães, nº 372, cx. 7, AHRs, Porto Alegre.

⁵⁰⁹ Data – documento de posse da terra.

Na tabela 02 podemos observar que as posses de Antonio Borges não se limitavam somente a animais domésticos e a seu estabelecimento comercial. Também era um senhor de escravos, com uma escravaria considera de médio porte, bem estruturada. O que chama a atenção é a condição de seus cativos. Poderíamos imaginar que Antonio Borges era um senhor violento fisicamente? Ou era um senhor benevolente que comprará cativos com deficiências físicas? São respostas ainda não esclarecidas, visto que os processos crime não foram analisados com mais profundidade para esse ensaio.

Tabela 02 – Relação de bens: Escravos em Porto Alegre - Antonio Borges – 1835

Ano	Quantidade	Escravos	Idade	Origem	Valor	Observações
1835	1	Luis	46 anos	Nação/Costa	16,40	Quebrado nas duas virilhas
	1	Domingos	32 anos	Nação/Costa	41,00	Sem restrições
	1	Manoel	50 anos	Nação/Costa	3,28	Aleijado dos pés, anda de muletas
	1	Leocadia	42 anos	Nação	8,20	falta os calcanhares dos pés
	1	Josefa	42 anos	Nação	24,60	Sem restrições
	1	Maria Rosa	18 anos	Nação	32,80	Sem restrições
	1	Felipa	11 anos	Criola	16,40	Izipela no rosto
	1	Sebastiana	9 anos	Criola	13,12	Sem restrições
	1	Olaia	7 anos	Parda	11,48	Sem restrições
Total	9				167,28	

Fonte: Inventário *post mortem* Anotonio Borges de Almeida Leães, 1829 – APERS. Valores em (£) libas.

A quantidade de cativos era suficiente para tomar posse da sesmaria, mas o que chamou a atenção foram as deformações que alguns cativos de Antonio Borges possuíam. Luis de nação da Costa (deve ser da Costa da África) com 46 anos, aparece no inventário *post mortem* como “quebrado nas duas virilhas”, Manoel de Nação da Costa, 50 anos “aleijado dos pés e anda de muletas” e a Leocadia de Nação, 42 anos, como diz o documento que “falta os calcanhares dos pés”.

Podemos inferir que Antonio Borges era violento com seus cativos, ou os cativos nasceram com essas deformidades, ou sofreram com maus tratos e castigos por alguma rebeldia e não aceitação do cativo, ou também acidentes no trabalho. Acreditamos na primeira hipótese, visto que no decorrer do inventário os avaliadores descrevem grilhões, correntes, “três colares de ferro para pescoço de negros no valor de mil e oitocentos reis”, “duas correntes de ferro para prender escravos no valor de três mil e duzentos reis”, “uma algema de ferro grande no valor de oitocentos reis”. A partir desses utensílios para o cativo podemos deduzir que as relações sociais entre senhor e cativo não eram “amigáveis” como em outros casos, mas são somente hipótese como já referido anteriormente.

As terras de Antonio Borges no início do século XIX eram conhecidas pelo nome de Fazenda Coural do Pinhal, posteriormente, com o aumento territorial e por gostar muito da propriedade passou a chamá-la de Fazenda do Mundo Novo. Esta terra estava vinculada ao distrito da freguesia da Aldeia dos Anjos.⁵¹⁰

A Fazenda Mundo Novo era constituída de matos, roças, engenho, jogo de pedras de moer, uma roda de ralar, prensa grande, alambique, senzala, atafona e um forno. Cultivavam-se cana de açúcar, trigo, milho e mandioca. Era um estabelecimento agropecuário, com bases em ferramentas como machados, enxadas, foices, serras, serrotes e animais, como rezes de cria, bois, cavalos e mulas, além da mão de obra escrava composta por homens e mulheres negros (as).

Na página 44 do inventário, os avaliadores começam a descrever os bens do finado Antonio Borges em 1835, em seus relatos aparece a localização geográfica da sesmaria recebida, e a administração imperial de competência dessas terras, oferecendo a dimensão de como eram feitas as avaliações dos bens e valores estipulados pelos avaliadores autorizados e juramentados pelo cartório de órfãos e seus representantes.

Segundo o documento dos avaliadores:

Nos abaixo assignado avaliadores eleitos pelo juízo de paz desta freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. Para avaliarmos as Fazenda Coural; denominada Mundo Novo; e mais bens existentes na mesma pertencentes aos herdeiros do finado Antonio Borges de Almeida Liaens; cita na costa do Rio do Cino distrito desta mesma freguesia, que foram dadas avaliação pela inventariante, Libania Correia Liaens, como abaixo se declara (LEÃES, 1835, p. 44).

⁵¹⁰ AGUIAR, Lacy Maria; CASADO, Irene Luciana. *Taquara de Tristão José Monteiro*. Porto Alegre: Palloti, 1986.

A partir desse documento, os avaliadores começam a relacionar os bens de Antonio Borges e suas propriedades. Percebemos que esse inventário se encontra, ao todo que parece, dividido em partes e propriedades com seus respectivos pertences, sendo a primeiro uma relação dos bens que se situam em Porto Alegre (já citado acima), em segundo a descrição dos avaliadores e logo adiante a descrição das terras e suas características como:

Huma fazenda de matos e cultivados em que se acha o estabelecimento de moradia he uma sesmaria de três quartos de legoas de frente e duas legoas e hum quarto de fundos, que achamos valer cada uma braça de terras a mil e quinhentos reis. Todas importão a quantia de três contos trezentos e settenta e cinco mil reis (3.375:000). Huma data anexa a mesma contendo meia legoa de frente e três quartos de fundo, e são muito sertão dentre por isso com menos valor; que achamos valer cada uma braça quinhentos reis e toda na importância de settesentos e cincoenta mil reis (750:000).

A propriedade estava composta ainda de outras casas, de um engenho, um alambique de cobre, um forno de cobre, uma “senzala de escravos arruinada” como dizem os avaliadores, agricultura e animais de pastoreio, mulas, gado e cavalos.

Na tabela 03 podemos observar que a produção de animais aumentou, ampliando consideravelmente o capital de Antonio Borges, com isso, seu poder também aumenta por ser um empresário e comerciante, assim se consolidando na região como um senhor escravista (tabela 04), pois também ampliou sua escravaria.

Tabela 03 – Animais da Sesmaria Mundo Novo - 1835

Ano	Quantidade	Animais	Valor total
1835	80	Rezes	41,98
	6	Bois	6,30
	2	Cavalos velhos	1,31
	2	Mulas velhas	0,33
	1	Égua velha	0,33
Total	91		50,24

Fonte: Inventário *post mortem* Anotonio Borges de Almeida Leães, 1829 – APERS. Valores em (£) libas.

É uma boa quantidade de animais para o início da ocupação territorial, também aos poucos o inventário vai nos deixando perceber como esse documento é importante para a pesquisa, essa fonte transmite a dimensão de uma realidade econômica de £50,24 que em tempos difíceis nos remete para a vida cotidiana dos desbravadores das terras não ocupadas, além da precariedade do desenvolvimento local, pela densa vegetação, falta de estrutura adequada e incentivo econômico do império brasileiro, a tentativa e construção de um vínculo entre o senhorio e a terra tornou-se válida pela insistência e oportunismo desses homens.

Tabela 04 – Escravos da Sesmaria Mundo Novo - 1835

Ano	Quantidade	Escravos	Idade	Origem	Valor em libra
1835	1	Rafael	28 anos	Cabinda	41,00
	1	Manoel	35 anos	Nação	41,00
	1	João	40 anos	N. Cange	16,40
	1	Domingos	32 anos	Monjolo	8,20
	1	Maria	32 anos	Cabilda	32,80
Total	5				139,40

Fonte: Inventário *post mortem* Anotonio Borges de Almeida Leães, 1829 – APERS. Valores em (£) libas.

Com a tabela de cativos pertencentes a Antonio Borges, se legitima a posse da terra através da sesmaria que posteriormente, vai dar origem a Fazenda Mundo Novo, teve um montante numerário de £ 139,40. Esse valor representa a posses de Antonio Borges de Almeida Leães, um dos desbravadores que ocupou as terras tardiamente que originaram o Município de Taquara.

Em decorrência da morte de Antonio Borges de Almeida Leães em 1829, tendo início o processo de inventario *post mortem* com termino em 1845. A morosidade na conclusão da relação dos bens do falecido e por motivos diversos, visto que a dificuldade de localização de herdeiros, avaliação de bens em lugares distantes, a contestação da partilha pelos herdeiros e as dívidas, levaram à viúva Libania Corrêa Leães, propor a vender a Fazenda do Mundo Novo.

Nesse contexto outros elementos passaram a fazer parte da realidade dos moradores que ocuparam as terras até então desocupadas. Medidas administrativas começaram a fracionar o poder local. São Leopoldo é elevado a município (1846) e tanto Pinhal (Santa Cristina do Pinhal) como a Colônia do Mundo Novo, passaram a fazer parte do novo município, com isso Pinhal passou a ser 2º distrito de São Leopoldo. Segundo o livro de Atas da Câmara Municipal de São Leopoldo formou-se o 2º Distrito do Pinhal:

Limita-se este Districto desde a barra do arrôio do Butiá, seguindo o mesmo arrôio até a sua cabeceira, e d'ahi seguindo a Manoel Fialho, e d'ahi a cabeceira do arrôio dos Carvallos, ficando dentro destes limites, Domingos José Dias, e Francisco Maciel, e segindo a Joaquim Bernardes, e d'ali pela estrada que vai para a Serra pelo Mundo Novo, seguindo pelo alto da Serra, até a cabeceira do Arrôio Grande ou da Bica, e por este, até o lugar onde faz barra no Rio dos Sinos (MAGALHÃES, 2003, P. 157).

A importância de Santa Cristina do Pinhal na construção histórica de ocupação territorial do Vale dos Sinos, transformou essa localidade em ponto chave para se entender alguns dos movimentos que se sucederam sobre a administração dessa região. Podemos averiguar que uma intensa relação de poder se estabeleceu entre as administrações decorrente no seguimento de frente de expansão e formadora de fronteira, assim se percebe que inicialmente o lugarejo Pinhal pertence a Aldeia dos Anjos. Em 1846 torna-se distrito de São Leopoldo, em 1847 é criada no Pinhal a capela de Santa Cristina, então já denominada Santa Cristina do Pinhal e elevada a freguesia, vinculada a Porto Alegre no mesmo ano pela Lei Provincial nº 96 de 25 de novembro.⁵¹¹

⁵¹¹ Erni Engelmann, em sua obra *A Saga dos Alemães* (2005), faz um relato sobre a formação e desmembramento de Santa Cristina do Pinhal. Minha escolha foi utilizar a pesquisa da Professora Dóris Fernandes, já que acredito ser os dados mais fidedignos, mas não posso deixar de citar a obra do Sr Erni Engelmann, visto que alguns dados como datas leis e artigos são iguais, outros se afastam. “Santa Cristina do Pinhal – Freguesia, ex-distrito de São Leopoldo, ex-município e histórico território ao sul do Rio dos Sinos, margem esquerda, e que se estende desde a foz do Arroio Butiá até a divisa do município de Santo Antônio da Patrulha, lado leste, e a de Gravataí, lado sul. Foi criada a Capela, em 25 de novembro de 1847, pela lei provincial nº 95, como parte integrante do 2º distrito de São Leopoldo. Depois, pela lei provincial nº 152, de 7 de agosto de 1849, Santa Cristina passou a fazer parte do município de Gravataí (Aldeia dos Anjos), mas já em 22 de novembro de 1851, pela lei nº 221, e, segundo Ottavio de Faria, lei nº 404, de 18 de dezembro de 1857, foi elevada à Freguesia, fazendo parte, novamente, do município de Porto Alegre. A 6 de maio de 1864, pela lei provincial nº 577, foi reintegrado ao município de São Leopoldo como 6º distrito. Em 14 de julho de 1880, art. 3º da Lei nº 1.251, Santa Cristina foi desligada da Comarca de São Leopoldo e elevado a município, recebendo como distrito, além de Taquara do Mundo Novo, o território de São Francisco de Paula de Cima da serra. A Câmara foi instalada, no dia 8 de janeiro de 1881. Pelo ato nº 9 de 20 de janeiro de 1883, foi designado para sede da Comarca, que foi instalada em 10 de fevereiro de 1883. Tendo o governo da província, em 15 de

Esse movimento de troca de administração pode ser levado em conta, como estratégia para formar as fronteiras de proteção, principalmente para a capital Porto Alegre e, conseqüentemente, para Santo Antônio da Patrulha, visto que para essa vila o movimento comercial e transporte de gado era constante, já que o caminho de ligação com o centro do império era por essa via, em outro extremo já estava São Leopoldo que desde sua fundação (1824), se estruturou em um núcleo de produção industrial e de entreposto para abastecimento, tanto para a capital, quanto para as futuras vilas que se desenvolviam

A elevação de São Leopoldo de colônia para município em 1846, deu início a um processo administrativo vinculado a expansão e autonomia de outras áreas a serem exploradas e que viabiliza uma produção independente, com isso também promoveu o afastamento administrativo gradativamente de Santo Antônio da Patrulha, formando uma fronteira que estabilizaria as bases produtivas que se desenvolveriam a partir de tais evoluções administrativas vinculadas a São Leopoldo.

Por ser um local estratégico e de importância para a expansão do império brasileiro, essa região onde se localiza Santa Cristina do Pinhal, passou a pertencer a várias vilas como possibilidade de ocupação territorial por diversos grupos, assim “ora Santa Cristina do Pinhal pertenceu a Santo Antônio da Patrulha, ora a São Leopoldo, ora a Porto Alegre com registros na Aldeia dos Anjos, ora a São Leopoldo.

Segundo Dóris Fernandes:

A evolução administrativa de Santa Cristina do Pinhal, inicialmente vinculada à Aldeia Nossa Senhora dos Anjos (Porto Alegre), passa a São Leopoldo e se estabelece como segundo distrito do novo município com a denominação Pinhal. Com a criação, no ano seguinte, da capela, uniram-se as denominações religiosa e administrativa para denominar a localidade de Santa Cristina do Pinhal. A forma como esse distrito evoluiu é característica de uma frente de expansão e seu

março, extinto o município de São Francisco de Cima da Serra, lei 1.750, de 15 de março de 1889, anexou o 1º distrito desde a Taquara do Mundo Novo, então, já município, e o 2º a Santa Cristina do Pinhal. Mas, esteve Santa Cristina, pouco tempo, na posse desse território, pois já em 6 de dezembro do mesmo ano, o governo revogou, novamente, a lei de extinção restabelecendo o município de São Francisco de Paula de Cima da Serra. Em 1892, foi então, suprimido, definitivamente, o município de Santa Cristina do Pinhal, ato nº 302, de 1º de setembro de 1892, tendo sido anexado ao de Taquara do Mundo Novo, como 2º distrito, Santa Cristina foi oficialmente instituído 2º distrito de Taquara, em 20 de maio de 1903, pela lei municipal nº 26. Hoje, é distrito de Parobé. É necessário mencionar que Santa Cristina do Pinhal nunca pertenceu a Santa Maria do Mundo Novo. “Atual município de Igrejinha [grifo nosso]”. ENGELMANN, Erni. *A Saga dos Alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo*. Igrejinha: E.G.Engelmann, 2005.

estabelecimento uma decorrência da mesma. A colônia do Novo Mundo é um empreendimento imobiliário, no Distrito do Pinhal. Sua criação é um fator que revela o fechamento da frente de expansão, inaugurando a frente pioneira (MAGALHÃES, 2003, p. 157).

No ano de 1857, Santa Cristina do Pinhal adveio de 2º Distrito para Freguesia, desvinculando-se de São Leopoldo e passando a pertencer a Porto Alegre. Mas em 1864, em virtude do art.1º da Lei nº 577, de 6 de maio, passou a ser o 6º distrito de São Leopoldo mantendo as divisas anteriores. Esse movimento de mudanças por administrações diferentes facilita a compreensão de que a legitimação da posse da terra tem fundamentação pela importância dada a região. Essa relação com vilas diferentes aponta interesses transitórios que irão estabelecer o desenvolvimento regional, mas ao mesmo tempo abre as possibilidades de fortalecimento da fronteira, tecendo uma proteção das possíveis invasões já que existem conflitos na região do Prata.

Santa Cristina do Pinhal passou a condição de Vila, formando com São Francisco de Cima da Serra, a Comarca de Santa Cristina do Pinhal, a partir do artigo 3º e seu inciso 1º, da Lei 1.251, 15 de julho de 1880. Com isso Santa Cristina do Pinhal passou a um patamar de mais importância, estabelecendo uma administração que envolvia uma grande área do Vale do Sinos. “Santa Cristina do Pinhal prosperava. O seu porto, na época, era muito movimentado e a produção agrícola da região era escoada através da navegação pelo rio dos Sins”⁵¹² (AGUIAR e CASADO, 1986, p. 17).

Nos 23 anos que Santa Cristina do Pinhal permaneceu como freguesia e passou por diversas administrações, as relações comerciais tiveram um desenvolvimento regional favorável. Com isso podemos verificar que a ‘calmaria das guerras’ e a predominância do processo ocupacional, as relações comerciais se fizera presentes e um grande contingente de animais domésticos e de corte, plantações variadas de subsistência e utilização dos recursos naturais que favoreceram o desenvolvimento local, chamou a atenção dos administradores de outras localidades, talvez possa ser esse o respaldo para Santa Cristina do Pinhal ser tão requisitada e pertencer a Vilas diferentes até 1880.

1845: o encerramento da frente de expansão

⁵¹² Sobre a navegação fluvial na República Velha no Rio Grande do Sul, ver REINHEIMER, Dalva N. *A Navegação Fluvial na República Velha Gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

Com a necessidade da venda da Fazenda Mundo Novo pela viúva de Antonio Borges, surge nesse momento outra personagem, Tristão José Monteiro, empresário de Porto Alegre que adquiriu as terras do finado Antonio Borges em 1846 e no mesmo ano o próprio fundou a Colônia do Mundo Novo, atual município de Taquara- RS.

Tristão José Monteiro nasceu em Porto Alegre no dia 06 de julho de 1816, filho de José Monteiro da Silva e de Lucinda Leonarda da Conceição, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, atualmente Osório; sendo neto materno de Nicacia Rosa de Jesus, natural de Rio Pardo.⁵¹³

Em 1838, aos 21 anos Tristão Monteiro ficou sitiado em sua residência em Porto Alegre, conhecida como chácara da Azenha, permaneceu preso por alguns meses sob os olhos dos republicanos farroupilhas que desconfiavam de sua lealdade, mais tarde foi despojado de sua residência por ordem do Coronel Canabarro.

Tristão Monteiro teve ajuda de Serafim Ferreira que lhe cedeu uma casa no Bairro Belém, onde passou um bom tempo de sua vida até o término do sítio a Porto Alegre, a vida começava a voltar à normalidade. Em 1841, Tristão Monteiro casou-se com Anna Berwanger, natural da Alemanha, falecida em 23 de julho de 1866; era filha de José Pedro Berwanger, chegados ao Brasil em 1829, com quatro filhos – João, Anna, Catarina e Margarida.

Em Porto Alegre, Tristão Monteiro dedicou-se ao comércio recebendo a matrícula de comerciante, pelo Tribunal do Comércio da Corte do Rio de Janeiro. Assim Tristão Monteiro passou a ter a oportunidade de dar quitações, fazer grandes negócios, comercializar com estrangeiros. A partir dessas relações comerciais, se desenvolveu um processo de acumulação de capital, enriquecimento e prestígio.

De 1838 a 1841, Tristão Monteiro atuou como secretário do Consulado dos Estados Unidos da América, no Rio Grande do Sul, período que em falta do Cônsul assumiu essa função também. Em 4 de novembro de 1841, Tristão Monteiro foi nomeado Vice-Cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre, permanecendo no posto até 1865. Também fez parte da loja maçônica e sociedade mercantil em Porto Alegre com Jorge Eggers, na firma Eggers,

⁵¹³ Sobre a Nicacia Rosa de Jesus, é natural de Rio Pardo, e em pesquisa ainda superficial e com algumas evidências de outros pesquisadores, já se sabe que Nicacia era uma escrava alforriada que veio para Conceição do Arroio, serviu a um padre local que após sua morte deixou uma herança. Nicacia então casa-se com um tabelião que retira de sua certidão o termo alforriado, dando-lhe o sobrenome Rosa de Jesus. Não esquecendo que ainda falta uma pesquisa mais contundente para legitimar esse fato histórico.

Monteiro & Cia, dissolvida por escritura pública de 11 de setembro de 1846, lavrada no livro 56, do 2º Notariado da Capital.

Em 20 de junho de 1845, após ouvidos os herdeiros de direto e a inventariante Libania Corrêa Leães, viúva do finado Antonio Borges de Almeida Leães, se estabelecia a negociação e venda da Fazenda do Mundo Novo para Tristão José Monteiro e Jorge Eggers e todos os seus pertences, por nove contos de réis. Essas terras já se achavam medidas e demarcadas judicialmente, como consta em seu documento de posse e inventário do falecido, tendo o casal possuído sempre as ditas terras que são as que formavam a Fazenda denominada Mundo Novo, havendo nela casa de sobrado e vivenda, casas de engenho de faria, engenho de cana, senzala, arvoredo e tudo o mais que é relativo a um estabelecimento rural.

No ano seguinte em 04 de setembro de 1846, Jorge Eggers e sua mulher Margarida Eggers venderam a Tristão Monteiro a parte que pertencia a eles na Fazenda Mundo Novo, mais terras que haviam comprado de André Manique e sua mulher Catarina Elizabeth Ley pela quantia de cinco contos de réis.

O término da sociedade entre Tristão Monteiro e Jorge Eggers se deu por causa de um relacionamento amoroso entre Tristão Monteiro e a esposa de Jorge Eggers, Margarida Eggers, quando esse último fez uma viagem a Porto Alegre. Esse desentendimento promoveu a venda da parte de Jorge Eggers e sua esposa sobre a Fazenda do Mundo Novo, a Tristão José Monteiro que fundou a Colônia do Mundo Novo em 1846, visando ampliar seus negócios e desenvolvendo a região até chegar ao patamar de município.

Tristão Monteiro revelou qualidades de empreendedor inteligente, enfrentou dificuldades naturais de um novo empreendimento colonial, já que em muitos relatos bibliográficos locais, os conflitos com os nativos (bugres) foram constantes, hostilizando os colonos.

Segundo Aguiar e Casado:

É de tradição oral que, em 1849, os 'bugres', em constantes correrias, hostilizavam os colonos, chegando mesmo, nessas arremetidas a expulsar alguns deles de suas terras. [...] O terror apoderou-se dos colonos, com a invasão dos índios na Colônia do Mundo Novo; em 8 de janeiro de 1852 assassinaram o colono alemão Pedro Wadepuhe e raptaram sua esposa, sua filha casada e dois filhos menores, que somente foram resgatados em março de 1853 (AGUIAR e CASADO, 1986, p. 19).

Tristão Monteiro mostrou-se habilidoso com essas relações conflituosas, buscou resguardar os colonos dando alguma proteção como cita as autoras:

Tristão José Monteiro, pessoalmente é assistido por prepostos cuidadosamente escolhidos, protegeu os colonos contra as investidas dos selvagens e foi então que verdadeiramente teve impulso o povoamento da região com a abertura de picadas, derrubadas de matos para o preparo e plantação das lavouras, a construção de casas de pau-a-pique e de cabanas (AGUIAR e CASADO, 1986, p. 19).

Como podemos perceber, Tristão José Monteiro foi um dos pioneiros no processo de administração colonial particular, seu empreendimento, teve um papel de ampliação das relações imperiais com alguns empreendedores. Ao mesmo tempo podemos verificar o assentamento de colonos em uma área territorial que pertencia a Espanha e que manteve a construção de uma fronteira, ou melhor como diz Silmei Petiz em sua obra *Buscando a Liberdade* (2006), uma fronteira em franco movimento, não somente para o oeste, mas uma fronteira zona que ocupava um território até então sem uma delimitação regulamentada a espera de uma ocupação.

Com o empreendimento colonial implantado por José Tristão Monteiro, as terras ocupadas tiveram uma atividade agrícola intensa, movimentando uma economia crescente de subsistência em primeiro momento e, conseqüentemente, um aumento econômico regional para a manutenção da capital da Província com sua produção agropastoril excedente.

Com a formação da Colônia do Mundo Novo, novos caminhos foram criados, interligando localidades que até então, não tinha uma comunicação favorável. Estradas foram abertas de acordo com a ocupação dos colonos em locais ermos, abrindo picadas e viabilizando uma interrelação de comunicação e escoamento da produção dos colonos e o centro da Colônia através de caminhos abertos com a ocupação territorial ampliando as possibilidades de progresso que fazem parte dessa “frente pioneira”.⁵¹⁴

Por volta de 1854, Tristão Monteiro declara a existência de 106 famílias e apresenta as atividades realizadas na Colônia do Mundo Novo. Declara que todas essas famílias se dedicaram à lavoura como relata Dóris Fernandes:

⁵¹⁴ Nesse período, o único caminho para se chegar até São Francisco de Cima da Serra era por Santo Antônio da Patrulha, mas com o empreendimento de Tristão Monteiro, favoreceu a abertura de estradas que ligaram Taquara a São Francisco de Cima da Serra, isso favoreceu o escoamento da produção dessa região e todos que ocuparam esse caminho até o rio dos Sinos, um meio de ligação entre a Colônia do Mundo Novo, São Leopoldo e Porto Alegre.

Entre as profissões, expôs a existências de cinco negociantes, cinco marceneiros, quatro carpinteiros, um pedreiro, três curtidores, três mestres de escolas, um engenheiro e um valeiro. Entre as tecnologias, apontou para os engenhos, movidos à água ou à tração animal: Movidos à água: três de moer grãos, dois de serrar madeiras de lei, um de fazer azeite, um de farinha de mandioca. Movido por tração animal: três engenhos de cana, uma atafona de farinha de mandioca e um de moer grãos (FERNANDES, 2008, p. 36).

A produção agrícola nesse primeiro momento fica centrada nas lavouras de feijão, milho, mandioca, arroz, centeio, batatas, amendoim, fumo, além da criação de animais diversos como gado, cavalos, porcos, mulas, galinhas, ovelhas. A economia que se estabeleceu na Colônia do Mundo Novo favoreceu o crescimento comercial em larga escala, passando ter legitimidade pelo aumento produtivo e as relações comerciais que se estabeleceram, com isso também se amplia a capacidade de enriquecimento de alguns ocupantes que se estabeleceram por essas bandas, viabilizando ampliar a capacidade de produção e, conseqüentemente, requerer mais mão de obra para o trabalho, demonstrando assim os indícios para a compra de mão de obra cativa na região.

A localização da Colônia do Mundo Novo favoreceu ligar os lugares mais distantes como São Francisco de Cima da Serra, Vacaria, Campos Novos, Lages, e uma intensa comercialização entre esses lugares e os comerciantes locais, já que o Tropeirismo teve muita importância nessa região, mas esse assunto será tratado em outro momento. Na questão comercial, a medição da terra se torna essencial para dar sentido ao processo de ocupação do território.

Nesse sentido podemos perceber que a dedicação aos produtos mais rentáveis passou a nortear as bases econômicas para adquirir no mercado os meios de subsistência que levaram os colonos a se especializar em diversos produtos.

Segundo Dóris Fernandes:

Quanto a produção industrial, o empresário [Tristão Monteiro] declara a existência de um curtume, empregando dois operários, uma fábrica de arreios, utilizando quatro operários, duas serrarias com oito empregados (cinco numa e três na outra), três engenhos de moer, sendo um de azeite de amendoim sem declaração de trabalhadores e quatro engenhos de moer cana. Monteiro declara seis casas de molhados por atacado e três casas a varejo [grifo nosso] (FERNANDES, 2008, p. 38).

Ainda na questão administrativa da Colônia do Mundo Novo, o transporte e o escoamento de toda a produção vai se estabelecer pelas águas do rio dos Sinos, que em sua

importância de deslocamento movimentava uma grande quantidade de barcos, lanchas, vapores, além de interligar Santo Antônio da Patrulha a Santa Cristina do Pinhal, Taquara, São Leopoldo e Porto Alegre.

A utilização do rio dos Sinos para o desenvolvimento regional colonial/imperial foi de suma importância, visto que era um meio possível de deslocamento para outras regiões, com isso a recém fundada Colônia de São Leopoldo (1824) vai se expandir e se tornar em um lugar de referência para os outros colonos que povoaram as margens do rio do Sinos. Assim Dalva Reinheimer (2010) descreve que a utilização das águas do rio dos Sinos como transporte e interligação entre São Leopoldo e núcleos coloniais favoreceu o desenvolvimento de várias regiões, além de aproximar desses lugares Porto Alegre.

O rio dos Sinos não se destaca na hidrografia do Brasil, mas foi significativo no contexto histórico e econômico-social do Rio Grande do Sul. A utilização do rio como via de transporte deu as condições iniciais de desenvolvimento à colônia, e esta, em poucas décadas, de 1824 a 1850, passou de uma base essencialmente agrícola para outras atividades, entre elas manufaturas, comércio e serviços e, através dessas atividades, integrou-se na evolução do Rio Grande do Sul e do Brasil (REINHEIMER, 2010, p 36).

O início de todo esse processo fluvial foi a entrega de um lote de terra ao colono Ignaz Rasch, que ficava junto ao passo da Olaria, no porto das Telhas – atualmente o centro de São Leopoldo –, esse porto era passagem obrigatória para as pessoas que transitavam para o outro lado do rio, e constituía uma passagem em períodos de seca, em um banco de areia que favorecia atravessar a pé, assim gradativamente o rio dos Sinos vai se moldando como principal meio de locomoção entre as colônias e São Leopoldo.

Com a colonização em franco desenvolvimento, o aumento de produtos agrícolas e derivados como milho, feijão, mandioca, farinha de mandioca, aumentou o fluxo comercial entre as regiões viabilizando um olhar mais atento para a questão da navegação e sua importância nesse contexto.

Ainda Dalva Reinheimer (2010) nos faz perceber a importância da navegação no processo ocupacional territorial da frente pioneira de expansão quando refere:

Esse passo já fazia parte da velha estrada das tropas que vinham do Planalto Central e se dirigiam para São Francisco de Paula de Cima da Serra. Mais a abaixo, bifurcava-se na zona onde posteriormente, em 1846, surgiu a colônia do Mundo Novo, hoje município de Taquara (faziam parte da Colônia os atuais municípios de Canela, Gramado, Três Coroas, Igrejinha e Parobé) (REINHEIMER, 2010, p. 37).

Joseph Hörmeyer (1986), em sua obra *O Rio Grande do Sul de 1850*, também faz referência ao rio dos Sinos por sua importância no desenvolvimento local e regional, no caso de São Leopoldo e suas colônias, referindo que:

O rio dos Sinos que, mais ou menos 15 léguas a montante, é navegável e desemboca a três léguas de Porto Alegre. Nele fica a 14 léguas rio acima desde a desembocadura do rio Santa Maria, a colônia particular de *Mundo Novo*, uma colônia de importância crescente, em sua espécie o primeiro empreendimento particular nessa região; [...] (HÖRMEYER, 1986, p. 29).

Por volta de 1860, o rio dos Sinos era apontado como um dos rios mais importantes da província, já que a área de ocupação de seu espaço já se encontrava com um desenvolvimento estabilizado, e sua importância aumentava por exportados, por suas águas, os produtos produzidos nas colônias dessa região para Porto Alegre.

São Leopoldo já possuía uma navegação diária e regular para Porto Alegre, levando carregamentos diversos e trazendo artigos e produtos necessários para abastecer as colônias e o crescimento era necessário tanto das colônias, quanto da sede São Leopoldo. A função do rio dos Sinos no desenvolvimento regional foi de tamanha importância que não poderia deixar de acrescentar esses comentários, ainda mais que Santa Cristina do Pinhal teve seu núcleo habitacional as margens dessas águas que levaram as riquezas produzidas por essas bandas.

A importância de se verificar as pessoas que deram origem ao processo de ocupação territorial, embora que esses sujeitos não tenham fortunas ou os que são afortunados, possibilitaram, mesmo que mantendo certo controle uns sobre os outros, sua inserção para entendermos como os processos se realizaram e quais eram suas intenções administrativas por parte do império ou por necessidade de ocupação por não ter um pedaço de terra.

Referências

- AGUIAR, Lacy Maria; CASADO, Irene Luciana. *Taquara de Tristão José Monteiro*. Porto Alegre: Palloti, 1986.
- ENGELMANN, Erni. *A Saga dos Alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo*. Igrejinha: E.G.Engelmann, 2005
- FERNANDES, Dóris Rejane. *Povoamento Pioneiro das Terras do Mundo Novo*. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel, SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008.
- FERNANDES, Dóris Rejane. *Terras, Senhores, Homens Livres, Colonos e Escravos na Ocupação da Fronteira no Vale do Sinos*. Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em História – Unisinos, 2003.
- HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da província do Rio Grande do Sul no*

Brasil meridional. Caxias do Sul: D.C Luzzatto Ed: EDUN

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. *Terras, Senhores, Homens Livres, Colonos e Escravos na Ocupação da Fronteira no Vale do Sinos*. Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em História – Unisinos, 2003.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Buscando Liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

REINHEIMER, Dalva N. *A Navegação Fluvial na República Velha Gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

Fontes Primárias

Sesmaria de Antonio Borges de Almeida Leães, nº 372, cx. 7, AHRS, Porto Alegre.

Inventário de Antonio Borges de Almeida Liaens, 1829. 1º Cartório de Órfãos, nº 974, E 31 e/c – APERS.

Livro de Atas da Câmara Municipal de São Leopoldo em 1846 a 1849.

História Ambiental

IMIGRANTES E O MEIO AMBIENTE: O PLANO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE SERTÃO/RS (2015)

Débora Bueno

Graduanda do curso de História da Universidade de Passo Fundo (UPF)

E-mail: deborab@upf.br

Dra. Rosane Marcia Neumann

Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo

Fundo (UPF)

E-mail: rosaneneumann@upf.br

Introdução

O presente estudo trata da formação e preservação de uma área florestal no município de Sertão, norte do Rio Grande do Sul, criada e implantada pelo Decreto-lei 027/1998, abrangendo 590,88 hectares. Quanto a formação dessa área florestal, levanta-se como hipótese que ela não foi preservada considerando a sua importância ambiental, mas sim, como uma reserva de recursos de madeira e carvão, tanto que esta parte de reserva ficou conhecida como a “quarta parte”, obrigando a permanência de uma área com cobertura florestal de 25% da terra ocupada, conforme o Código Florestal de 1934. Mesmo a legislação sofrendo mudanças em 1965, na qual a “quarta parte” mudou para reserva legal, com o objetivo de preservar diferentes biomas, não perdendo a ideia principal de reserva para o fornecimento de madeira e carvão, em casos de escassez, a área foi mantida.

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, o excedente populacional oriundo das colônias velhas, alemãs e italianas, deslocou-se para a região do Planalto Rio-grandense, onde predominavam as áreas florestais. Junto a esse deslocamento, somado à abundância de madeira e a demanda de mercado, entraram as empresas madeireiras, acelerando a derrubada das florestas e a expansão da propriedade agrária, processo este facilitado pela ramificação da viação férrea.

Para discutir a formação e preservação dessa zona florestal, a articulação entre imigração/colonização, modernização agrícola e preservação ambiental, utiliza-se como fonte de pesquisa o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Sertão, publicado em 2015.

Imigração, zonas florestais e modernização agrícola

O Império brasileiro, no decorrer do século XIX, empenhou-se em fomentar a imigração europeia, com o objetivo de viabilizar a formação de colônias agrícolas, baseadas na exploração da pequena propriedade, trabalho familiar e produção de artigos de subsistência. Esse modelo de colonização foi predominante na região sul do país. Entretanto, tinha-se o cuidado de não concorrer com o grande latifúndio pecuarista, ocupando as zonas florestais. Dado a vastidão do território, adotou-se um modelo agrícola predatório, onde a floresta era vista como obstáculo a ser vencido, prevalecendo a rotação de terras. Em menos de um século, a região de colonização inicial do Rio Grande do Sul, centralizada na colônia de São Leopoldo, já não comportava mais o modelo de produção colonial adotado, em virtude do esgotamento do solo e a da possibilidade de abertura de “roças novas” em áreas florestais (ROCHE, 1969).

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, esse excedente populacional, oriundo das colônias alemãs e italianas, deslocou-se para a região do Planalto Rio-grandense, onde predominavam as áreas florestais. Junto a esse deslocamento, somado à abundância de madeira e a demanda de mercado, entrou a empresa madeireira, acelerando a derrubada das florestas e a expansão da propriedade agrária; processo este facilitado pela ramificação da viação férrea.

Com as suas particularidades, esse processo avançou rapidamente sobre a região, mas também com suas peculiaridades, pois foi acompanhado por uma maior fiscalização realizada por parte dos guardas florestais, bem como, projetos de implantação de áreas de preservação ambiental, como a floresta situada no atual município de Sertão, norte do Rio Grande do Sul. Logo, o Plano de Manejo de Sertão, aprovado em 2015, precisa ser lido e discutido a partir da articulação entre imigração, modernização agrícola e preservação ambiental.

A agricultura predatória implicou na rápida derrubada de vastas zonas florestais, atendendo aos anseios do governo imperial e republicano, no que tange à produção de

alimentos em quantidade suficiente para abastecer os centros urbanos próximos. Para agilizar a derrubada das florestas e a formação das roças, as queimadas eram um importante aliado. Conforme nota Jean Roche (1969), o processo de esgotamento do modelo de produção colonial nas colônias velhas - São Leopoldo (1824) e região - levou quase um século, enquanto que nas colônias novas, instaladas no Planalto Rio-grandense, encontrou seu limite em 20 anos, já na primeira geração, forçando-os a migrar rumo às novas fronteiras agrícolas no oeste de Santa Catarina e Paraná. Aqueles que permaneceram, viram-se forçados a aderir à modernização agrícola, substituindo a produção colonial pela produção voltada ao mercado de exportação.

Segundo o estudo de Paulo R. F. Adam (2016), a primeira tentativa para ampliar a produção da propriedade e manter sua rentabilidade foi a produção de banha, “o ouro branco dos colonos”, associada ao cultivo do milho. Contudo, com a crise do preço da banha, na década de 1940-50, os colonos viram-se forçados a aderir à produção de outros produtos, especialmente destinados ao mercado externo. Atropelados pela “revolução verde⁵¹⁵”, aderiram ao binômio trigo e soja. A revolução tecnológica da agricultura caracterizou-se pelo uso intensivo de produtos químicos, como adubos, fertilizantes e agrotóxicos, bem como a motorização e mecanização nas lavouras, processos esses resultantes da Revolução Industrial (SANTILLI, 2009).

A Revolução Verde associa insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores colheitadeiras mecânicas etc) e biológicas (variedades melhoradas) [...] Foram desenvolvidas variedades vegetais de alta produtividade que dependiam, entretanto, da adoção de um conjunto de práticas e insumos conhecido como “pacote tecnológico” da revolução verde (insumos químicos, agrotóxicos, irrigação, máquinas agrícolas etc). Foi criada também uma estrutura de crédito rural subsidiado e, paralelamente, uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural associadas a esse modelo agrícola. Com o apoio de órgãos governamentais e organizações internacionais, a revolução verde expandiu-se rapidamente pelo mundo promovendo uma intensa padronização das práticas agrícolas e artificialização do meio ambiente. (SANTILLI, 2009, p. 25).

⁵¹⁵ Em busca de suprir a necessidade de alimentos, pensou-se novas formas de potencializar a produção agrícola, nesta busca de melhorias na produção de alimentos obteve-se o incentivo das fundações americanas Rockefeller e Ford, aliadas a grandes grupos empresariais e industriais, subsidiaram tecnologias para melhorias na produção no campo. Todo este processo de modernização, apoiado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, ficou mundialmente conhecida como a “Revolução Verde” (ALVES; TEDESCO, 2013).

No Brasil, a Revolução Verde recebeu o apoio dos Estados Unidos, que passou a fornecer aporte tecnológico à agricultura em troca de minérios nucleares. O governo militar brasileiro se apoiou nesta modernização no campo, com o objetivo de enfraquecer o movimento de reforma agrária, reafirmando que não eram necessárias reformas de base para obter rápido crescimento rural (ALVES; TEDESCO, 2013).

Nesse contexto, as reflexões acerca das questões ambientais, na década de 1960, ganharam mais força com o surgimento dos movimentos ambientalistas, que passaram a discutir de maneira mais profunda as problemáticas ambientais, buscando levar a público os desafios e problemas enfrentados (TARROW, 1998). Segundo Worster (1991, p. 199), “os movimentos sociais nascem em uma época de reavaliação e reforma cultural, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global”. Na mesma direção, Alonso (et. al. 2007, p. 153) e Tarrow (1998, p. 20) afirmam que os movimentos “surgem com as mudanças nas oportunidades políticas, ou seja, nas dimensões formais e informais do ambiente político, aumentando, dessa forma, as possibilidades para grupos sociais se mobilizarem, estimulando a criação de novos caminhos para a expressão de reivindicações”.

O movimento ambientalista brasileiro é resultante da associação de fatores internos e externos. No Rio Grande do Sul, a primeira organização não-governamental a formalizar a atuação de cuidado ao meio ambiente foi a União Protetora da Natureza (UPN), formada em 1955, por Henrique Luiz Roessler⁵¹⁶. Segundo Elenita Malta Pereira (2011), dois projetos de proteção à natureza, defendidos por naturalistas, se sobressaíram: o de Henrique Luiz Roessler (1896- 1963) e do Padre jesuíta Balduino Rambo (1905-1961). Ambos viveram no mesmo contexto, porém com atuações diferenciadas, mas um objetivo em comum: a defesa da natureza.

Em 1971, os movimentos ambientais se intensificaram, com a fundação da Associação Gaúcha de Proteção à Natureza – AGAPAN, em 27 de abril de 1971, a qual deu um novo caráter público ao movimento, com a chegada de novos agentes, os ambientalistas. Dentre seus fundadores, o mais popular foi José Lutzenberger⁵¹⁷, devido sua intensa atuação na luta

⁵¹⁶ Roessler foi um grande divulgador da proteção à natureza no Estado, a partir de sua experiência prática e das leituras que realizou. Um dos autores lidos e citados em suas crônicas é o outro personagem importante desse contexto, o Padre Balduino Rambo. (PEREIRA, 2011, p. 117-153)

⁵¹⁷ Nascido em Porto Alegre, José A. Lutzenberger formou-se engenheiro agrônomo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1950 e fez pós-graduação em ciência do solo na Louisiana State University, 1951/2. Após trabalhar até 1957 em empresas de adubos químicos no Rio Grande do Sul, foi para a Alemanha trabalhar

ambientalista, palestras sobre a preservação do ambiente natural, autor de diversos livros e reportagens sobre o tema.

Pautado nos indícios apontados, podemos pressupor que o movimento de proteção à natureza surgiu no Rio Grande do Sul como forma de chamar atenção e minimizar a derrubada da última zona florestal do norte do estado, tanto pelo avanço da fronteira agrícola, quanto pela atuação de madeireiras. Em ambas situações, a incorporação de novos equipamentos agrícolas permitiu acelerar a devastação das matas.

Parques Naturais na região Norte do Rio Grande do Sul

Entre 1930 a 1960, os movimentos em proteção à natureza tiveram como perspectiva o reflorestamento, o combate contra a caça ilegal e a criação de parques naturais. Na região norte do Estado, foram formados quatro parques estaduais de preservação ambiental, sendo eles: Parque Estadual do Turvo, Parque Estadual de Rondinha, Parque Florestal Estadual Espigão Alto e Parque Estadual do Papagaio-Charão. Paralelamente, acompanhando as discussões de modernização agrícola, foram formadas duas áreas de preservação municipal, uma localizada em Sertão e a outra, em Pontão, ambas regiões que pertenciam ao então município de Passo Fundo.

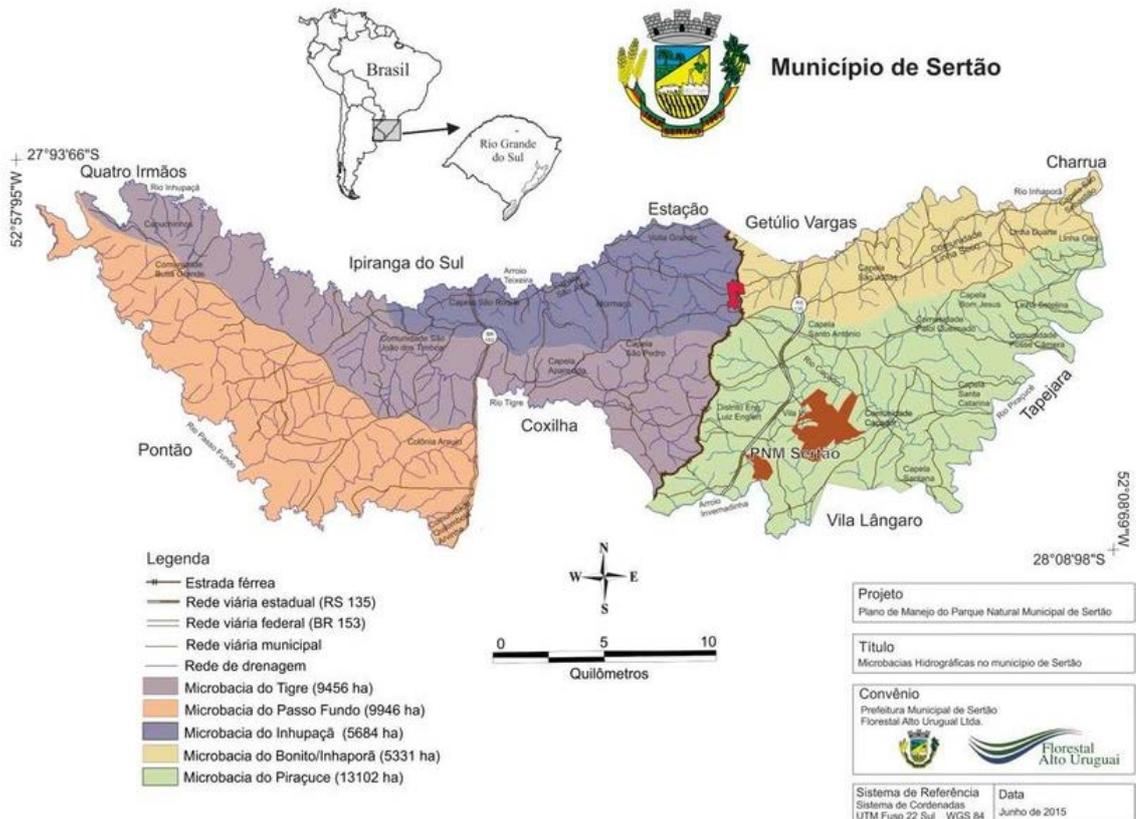
O Parque Natural Municipal de Sertão - PNMS - foi criado e implantado pelo Decreto-lei 027/1998, abrangendo uma área de 590,88 hectares, o que representa a maior área de mata nativa e a segunda maior Unidade de Conservação do norte do Estado.

A Unidade de Conservação de Uso Indireto, determinada conforme a área de influência, é definida pelo IBAMA como “aquela que exerce alguma influência direta sobre a Unidade, considerando-se principalmente os municípios da microrregião e as microbacias onde a mesma está inserida, bem como, quaisquer outras áreas onde outros atores interfiram na Unidade ou que a Unidade possa interferir sobre elas” (Plano de Manejo, 2015;

na BASF, empresa multinacional em química agrícola. Esteve sediado na Alemanha, Venezuela e Marrocos, trabalhando como executivo e assessor técnico nos países do norte da América do Sul e Caraíbas, na África do Norte, Espanha e Canárias. Em dezembro de 1970 pediu demissão por não poder mais coadunar sua visão ecológica com as práticas da agro-química. Voltou a sua terra natal e tornou-se autônomo, inicialmente como consultor, depois como empresário. Ao constatar os estragos causados pelos agrotóxicos na agricultura brasileira, assim como a devastação ambiental em geral, ajudou a fundar um movimento ambiental militante, a AGAPAN, Associação Gaúcha de Proteção Ambiental. Tornou-se conhecido no Brasil inteiro. Fonte: Fundação Gaia. Site: <http://www.fgaia.org.br/apres-lutz.html> acessado em 21.08.2018.

SLAVIERO, 2014). O PNMS está completamente inserido no município de Sertão, o qual é o único incluído na Área de Influência conforme mapa (figura 1). O Parque Natural corresponde à formação florestal do tipo Floresta Ombrófila Mista, integrante do bioma Mata Atlântica (PLANO DE MANEJO, 2015).

Figura 1. Localização geográfica do município de Sertão e da área do PNM Sertão



Fonte: Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Sertão

O Código Florestal de 1934, instituído pelo decreto nº 23.793/34,

foi o primeiro a abordar o tema das reservas florestais. O Código obrigava os proprietários de terras a manterem 25% da área de seus imóveis com a cobertura de floresta original, porcentagem conhecida como "quarta parte". Essa quarta parte tinha por finalidade servir como reserva de lenha e as árvores nativas poderiam ser arrancadas, desde que fossem replantadas. Entretanto, esse replantio não precisava ser realizado com espécies nativas. Assim, o que importava não era a preservação das florestas em si, mas sim a garantia da produção de madeira para lenha e carvão. Mesmo que a legislação de 1965 (lei nº 4.771/65) transformasse a quarta parte em reserva legal com o objetivo de preservar os diferentes biomas, esse conceito de reserva legal como reserva de lenha e madeira continuou predominando. As reservas florestais que o INCRA havia mantido em suas terras e que foram doadas aos novos moradores da Agrovila eram entendidas, portanto, como um local onde a população poderia ir quando precisasse de lenha ou madeira (PLANO DE MANEJO, 2015, p. 55).

Segundo o Plano de Manejo, as áreas de reservas florestais pertencentes ao INCRA, mantiveram sua cobertura vegetal original, apesar disso, os recursos destas foram frequentemente explorados, de maneira ilegal no decorrer dos anos. A Prefeitura Municipal de Sertão recebeu em 1996 a outorga dessas áreas através do Termo de Doação/INCRA/DFT/No 15/96, de 08 de agosto de 1996. A maior área consistia em 513,1 hectares e a área menor em 77,77 hectares. Após dois anos, por intermédio da Lei Municipal nº 1.170/98, foram criados o Parque Municipal de Sertão (área menor) e a Floresta Municipal (área maior) (Plano de Manejo, p. 55).

A colonização e o uso dos recursos naturais

A agricultura tradicional praticada pelos indígenas e os lavradores nacionais, estava baseada na coivara, que consistia na queimada e pousio das terras, e na rotação de terras. Praticada em pequena escala, esses indivíduos costumam não permanecer muito tempo no mesmo lugar, deslocando-se sazonalmente. O próprio extrativismo da erva-mate consistia em uma atividade sazonal, contribuindo para a preservação das florestas. No século XIX, os municípios contavam com código de postura, que protegia a exploração dos ervais públicos, visando sua preservação.

Entretanto, essa relação homem-natureza foi modificada com a entrada em larga escala de imigrantes europeus a partir do século XIX, destinados a ocupar as zonas florestais e desenvolver a agricultura, aliás, esperava-se a modernização agrícola. A derrubada das matas era lida pelos setores governamentais como indício de progresso das colônias. Já os colonos, com machado e fósforo na mão, ampliaram suas roças, em uma sistemática rotação de terras. A disponibilidade quase infinita de terras a ocupar e matas a derrubar permitiu esse modelo de exploração do solo e produção agrícola. Porém, ao adentrar o século XX, esse modelo mostrava suas limitações, e as exigências para preservação de uma pequena área de matas no lote colonial passaram a ser mais severas. Evidente que por trás de um suposto discurso de preservação das florestas escondia-se um interesse de mercado: um lote com matas era mais valorizado do que um lote “limpo”.

O Pe. Balduino Rambo SJ é fruto desse contexto: nasceu em Tupandi, no Vale do Caí, filho de descendentes de imigrantes alemães, detentores de um pequeno lote colonial. Em sua formação, além de padre jesuíta, foi o mais importante naturalista do Rio Grande do Sul. Em seu livro “Fisionomia do Rio Grande do Sul”, escreveu: “o mato rio-grandense está em grave perigo! E não são apenas as derrubadas da agricultura, é também a indústria madeireira, que, mais tempo menos tempo, despojará as selvas uruguaias de seus gigantes mais expressivos, e acabará por transformar os soberbos pinhais em tristes fachinais” (RAMBO, 1942, p. 437).

Os imigrantes estimavam as matas de madeiras nobres do Estado, as quais utilizavam para construção de sua casa, seus móveis, instrumentos para o trabalho agrícola, entre outros, e o excedente, vendiam, obtendo retorno financeiro. Os frutos gerados pelas araucárias era alimento para os imigrantes, uma vez que as lavouras levavam tempo para produzir, e encontrava-se dificuldades para conseguir outros alimentos (WENTZ, 2004). A riqueza das terras, somado à cultura da época, evidenciam as motivações que contribuíram para que houvesse uma utilização em demasia dos recursos naturais, uma vez que estes eram essenciais para a sua sobrevivência e para o fator estrutural da propriedade.

O atual município de Sertão é resultado dessa dinâmica de ocupação. Então 3º distrito de Passo Fundo, formou-se a partir da construção da estrada de ferro na região do Planalto Médio, na década de 1910. Junto com os trilhos, chegam os imigrantes europeus e seus descendentes, que se instalaram na então Seção Sertão, vinculada ao distrito de Coxilha, que pertencia ao município de Passo Fundo. Os trilhos de trem, além de permitir a entrada de pessoas, eram condição necessária ao escoamento da produção (Figura 2).

Figura 2: Estação férrea de Sertão

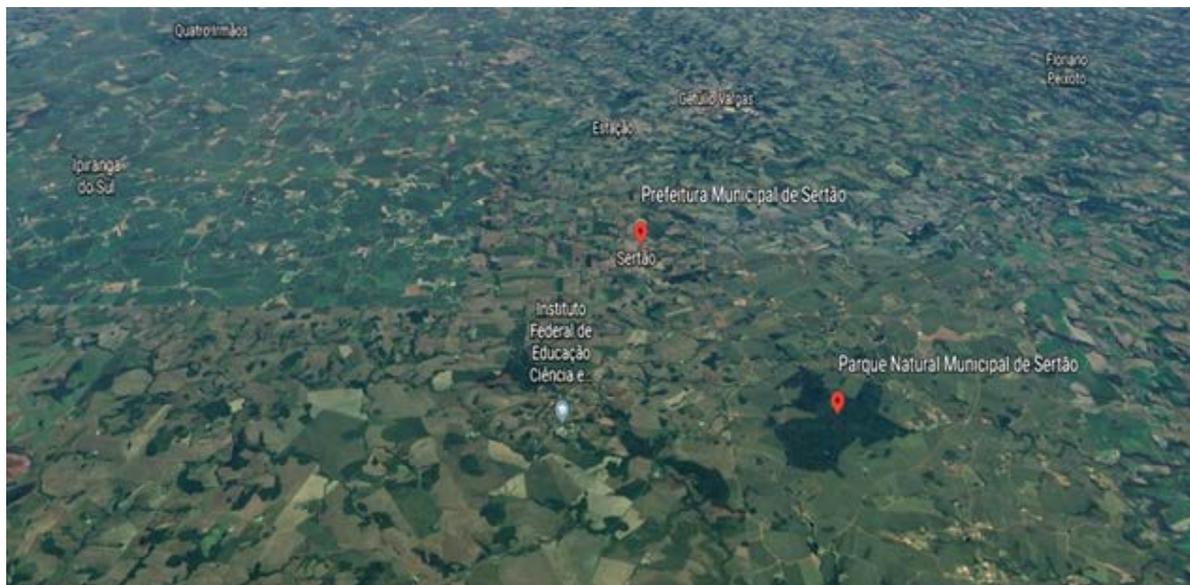


Fonte: Sertão em Fotos, por Sérgio Menin. Fotografia Ermiro Dalbosco, s/d. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1327648387254805&set=g.242350919220066&type=1&theater&ifg=1>. Acesso em:

A Seção Sertão era uma área de matas, rica em madeiras, erva-mate, pinhão, com campos banhados por pequenos rios e córregos, propícia à criação de gado (SANTOS, 2009). Nesse território, há a maior cota altimétrica, aproximando-se dos 720 metros, a qual é seguida no sentido Norte-Sul pela malha ferroviária e divide as duas principais bacias hidrográficas, do rio Passo Fundo e rio Apuaê-Inhandava, que drenam o município de Sertão (Plano de Manejo, 2015, p. 17).

As terras onde se localiza atualmente o Parque Natural Municipal de Sertão merece destaque para seu solo, uma vez que este apresenta terras altas e bem drenadas, com solos não propícios ao desenvolvimento de descontinuidade com grande diferencial de permeabilidade, características estas que permitem classificar este solo como sendo de boa estabilidade geomecânica. (Plano de Manejo, 2015, p. 62-63). A colonização da região tinha como atrativo central as extensas áreas de matas, com terras férteis devido à presença abundante de húmus, agente este que proporciona uma colheita abundante, atraindo o interesse dos colonos e das empresas colonizadoras (NONNENMACHER, 2000; WENTZ, 2004). Neste aspecto, nos chama a atenção o fato de apesar das boas qualidades do solo, a “preservação” desta área, ter sido realizada, sendo atualmente o Parque Natural Municipal de Sertão (Figura 3).

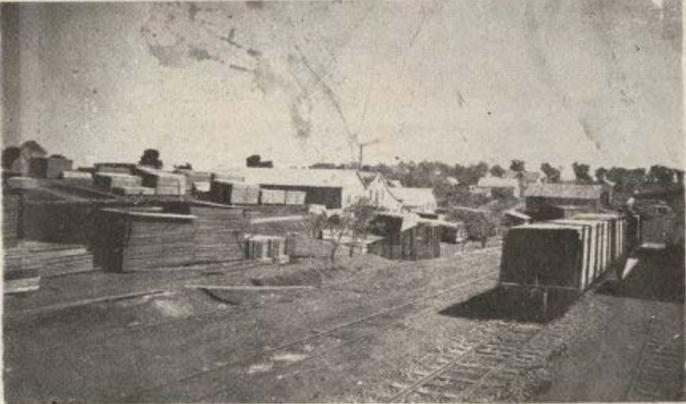
Figura 3. Imagens do Parque Natural Municipal de Sertão.



Fonte: Google Earth, 2018.

Com a chegada dos imigrantes na década de 1910, deu-se início a exploração madeireira, a qual foi adentrando na extensa área de mata de Sertão. No início as aberturas de terras, aconteceu por razões de sobrevivência, para moradias e pequenas plantações, logo após, o processo de abertura de mata foi intensificado pelo comércio madeireiro instalado na região (SLAVIERO, 2014) (Figura 4 e 5).

Figura 4 - Madeireira em Sertão



Pagnoncelli, de Col Ltda.

Industrialização de madeiras de Pinho e
Lei, em Sertão, município de Passo Fundo
Estado do Rio Grande do Sul

Produção Propria em Serrarias localizada em
Coxilha, município de Passo Fundo e Clemente
Argolo e Nova Fiume, município
de Lagôa Vermelha

Endereço Tele e Fonografico: **DE COL**

Sertão — Passo Fundo - Rio Grande do Sul — Brasil

Fontes: Vitor Hugo Langaro; IPHAE: Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul, 2002; A Folha Regional, 2011; Brasil Madeireiro, junho de 1946; Guia Geral das Estradas de Ferro, 1960.

Figura 4. Vista parcial da Seção Sertão atual Município de Sertão



Fonte: Museu Histórico Regional de Passo Fundo (MHR)

Em 1960, os residentes da Seção Sertão estimavam a emancipação por meio da realização de um plebiscito, marcado para 5 de novembro de 1963, de acordo com a Lei n. 4.597. O então governador do Estado, Ildo Meneghetti, reconheceu Sertão como município.

Um dos principais atrativos econômicos da área eram as matas de pinheiros, que se destacavam, pelo seu tamanho e a abundância, aguçando o interesse de muitos, tanto para fins comerciais, quanto para fins de preservação.

Nas proximidades da sede do município, às margens da RS 135, havia uma estação experimental da Embrapa e um escritório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O Incra era detentor de uma extensa área de terras e de matos, sem um uso definido. A bióloga Laura Benetti Slaviero⁵¹⁸, com base em relatos de moradores, aponta que em 1970, em razão da construção da barragem do Passo Real, em Fortaleza dos Valos, à época parte do município de Cruz Alta, viu-se a oportunidade de utilização dessas terras para o assentamento das famílias desabrigadas, Assim, em 24 de novembro de 1973, 29 famílias acamparam aos arredores do escritório do Incra, permanecendo ali durante 60 dias, até que

⁵¹⁸ Bióloga. Mestre em Ecologia. Licenciadora Ambiental da Prefeitura Municipal de Sertão - RS. Fonte: Parque Natural Municipal de Sertão. Site:file:///C:/Users/UPF/Downloads/livro%20parque_natural_pdf.pdf acessado em 22.08.2018

houve o sorteio dos lotes para todas as famílias, o qual ocorreu em 1974, originando a Agrovila Incra.

Durante todo esse período, passando pela organização da Agrovila Incra, a doação por parte da União das duas áreas florestais ao município, comprometendo-se na sua preservação ambiental, o Parque Natural Municipal de Sertão enfrentou diferentes momentos. Segundo Slaviero (2014, p.20), “os próprios lindeiros, moradores da Agrovila Incra, utilizavam-se da área para cultivo de pequenas hortas e lavouras. Pessoas de outras regiões também retiravam, ilegalmente, madeira e subprodutos florestais, além de caçar no entorno e no interior da floresta”.

O desenvolvimento do cultivo agrícola na região, destacando-se as lavouras de produção de soja, milho e trigo, aumentou as ações do homem no entorno da Unidade de Conservação, além de entradas ilegais na Reserva para retirada de madeira (SLAVIERO, 2014).

Em 2006, o município, sob nova administração, procurou destinar mais atenção à UC, realizando adequações administrativas importantes. Em janeiro desse mesmo ano, foi realizado o registro de toda a área no cartório de imóveis, contendo todas as confrontações e as medidas de acordo com o Termo de Doação do Incra. Mais tarde, foi sancionada a lei municipal n. 1.733/2006, que unificou a nomenclatura das duas áreas para Parque Municipal de Sertão. A mudança de nome também foi importante para adequação ao SNUC, bem como para fortalecer a forma de proteger os dois fragmentos integrantes da UC, uma vez que a denominação Floresta Municipal permitia usos mais intensos, quando comparados à categoria Parque. Além disso, para que o Parque Municipal de Sertão entrasse oficialmente no cenário da conservação ambiental do estado, em 2007, foi realizado o cadastro da UC no Sistema de Unidades de Conservação Estaduais (Seuc) (SLAVIERO, 2014, p.20).

A inclusão da UC no Sistema de Unidades de Conservação Estaduais, possibilitou o reconhecimento do Parque Natural Municipal de Sertão em todo o estado, bem como garantiu a permissão para a participação nas demandas de recursos financeiros que tivessem como objetivo a preservação do meio ambiente (SLAVIERO, 2014).

Considerações finais

O Parque Natural Municipal de Sertão, formado de forma quase espontânea, ocupa uma área extensa, se comparada ao perfil das propriedades rurais, baseadas no lote rural de 25 hectares. Ao longo de sua trajetória, desempenhou seu papel original de reserva florestal, protegida precariamente pelo Estado, via guardas florestais, mas principalmente pelos imigrantes e seus descendentes que se estabeleceram na Secção Sertão, e não avançaram suas roças além dos limites da floresta. Assim, resistiu ao primeiro avanço da colonização, no início do século XX.

Já nos anos 1970, de modo mais incisivo, resistiu ao avanço da modernização agrícola e da pressão agrária exercida pelos assentados do Passo Real, na Agrovila Ingra.

A partir dos dados levantados pelo Plano de Manejo (2015), é perceptível que o Parque Natural, para o século XXI, necessita de uma proteção legal mais efetiva, para continuar sobrevivendo. Evidente que as medidas legais, as leis ambientais e os movimentos ambientalistas, por si só, não conseguem proteger essa área florestal. Daí depreende-se que há uma sensibilização - ou deveria ter - da comunidade local, sobre a importância ambiental dessa floresta, entendendo-a como um patrimônio natural de Sertão, pertencente e de responsabilidade de todos.

Referências

- ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos estudos*. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2007, n. 79, pp.151-167.
- ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. A Revolução Verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Passo Fundo, 2013.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.
- NONNENMACHER, M.S. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- PLANO de Manejo do Parque Natural Municipal de Sertão, 2015. Disponível em: <http://www.sertao.rs.gov.br/uploads/categories/561/f6466dec999896207e9e4e0cd9767780.pdf>. Acesso em: 19.09.2018

- PEREIRA, Elenita Malta. *Um protetor da natureza: trajetória e memória de Henrique Luiz Roessler*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 2011.
- RAMBO, Balduino. *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1942.
- SANTILI, Juliana. *Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores*. São Paulo: Petrópolis, 2009.
- SANTOS, S. Territórios étnicos no pós-abolição: o caso do Quilombo da Mormaça (RS). *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 127-141, jan./jun. 2009.
- TARROW, S. G. *Power in movement – Social movements, collective action and politics*. 3. ed. Nova York: Cambridge University Press, 1998, p. 354.
- TEDESCO, Carla Denise; ZANELLA, Noeli (Org.). *Parque natural municipal de Sertão*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014. Disponível em: <[https://secure.upf.br/pdf/PDF de Livro/parquenatural2014.pdf](https://secure.upf.br/pdf/PDF_de_Livro/parquenatural2014.pdf)>. Acesso em: 19.09.2018
- WENTZ, Liliane Irma Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2004.
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 04, n. 8, p. 198-215, 1991.

Política e Conflitos Sociais

**A ATUAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO IMPERIAL
BRASILEIRO E DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO
GRANDE DO SUL COMO AGENTES DA COLONIZAÇÃO
ALEMÃ NO SÉC. XIX: UM ESTUDO POSSÍVEL**

Carlos Eduardo Piassini

Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria

Os estudos relacionados com o tema da imigração de elementos europeus para o Rio Grande do Sul e o processo de colonização envolvendo os mesmos – constata-se – ainda apresentam pouco interesse na participação política desses indivíduos no espaço sul-riograndense, ao longo do período imperial brasileiro (1822-1889). Por outro lado, constata-se, há uma inclinação maior desses estudos para com o envolvimento político de estrangeiros e seus descendentes no cenário republicano da última década do séc. XIX e da primeira metade do séc. XX.⁵¹⁹

Entre as possíveis hipóteses capazes de explicar o porquê desse desinteresse, é pertinente destacar certa visão da historiografia da imigração alemã que durante muito tempo afirmou uma concepção tradicional do político, vinculada à ideia de que a política estaria relacionada apenas com as tramas do Estado e dos governos.

A inserção de imigrantes, principalmente alemães e italianos, na política sul-riograndense, foi objeto de estudo de Sandra J. Pesavento (1980), que destacou como restrita a participação de imigrantes e seus descendentes nos processos eleitorais durante o período imperial brasileiro. A autora argumenta que isso se deu por conta de impedimentos legais, visto que a primeira constituição brasileira, de 1824, definiu que os estrangeiros só poderiam participar das eleições após naturalizados. O regime de eleições indiretas foi definido de modo a limitar a participação dos cidadãos através da renda, pois o direito ao voto nas assembleias paroquiais ficava restrito àquele que tivesse renda líquida anual acima de

⁵¹⁹ Alguns trabalhos nesse sentido: GERTZ, 1984; GERTZ, 2002; KRAUSE, 2002; MARTINY, 2009.

100\$000, e elas elegiam os “eleitores”, que por, sua vez, deveriam ter renda líquida anual de 200\$000 para poder votar e eleger os deputados, senadores e membros dos conselhos de província. Desse modo, os imigrantes europeus acabavam tendo restringida sua participação política nas eleições por conta da dificuldade de naturalização e do valor da renda líquida anual. A perspectiva de Pesavento (1980), portanto, desconsidera que a participação política contempla ações e relações de poder que não se restringem ao espaço político-institucional das eleições.

Marcos Antônio Witt (2001) encontrou em dados empíricos significativa prática política em nível municipal entre os colonos alemães do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Naquela região, em pequenas e médias extensões territoriais, alguns proprietários estiveram ligados à burocracia através de cargos públicos e alianças políticas. O fracionamento político ocorrido ali permitiu o surgimento de uma disputa por “migalhas”, ou seja, nacionais⁵²⁰ e colonos alemães⁵²¹ disputaram pequenas benesses capazes de os projetar politicamente frente aos demais. As relações de poder teriam ocorrido pelas disputas de poder no âmbito do micro.

A respeito do poder local, Witt (2001) aponta a relevância de Helga Piccolo (1974), Richard Graham (1997) e Herbert Klein (1995) para compreender a manifestação política de uma parcela da população que não tinha acesso diretamente à disputa político-partidária. Os pesquisadores concluíram que as características específicas das áreas coloniais permitiram a consolidação de pequenos e médios chefes locais, cujo poder era sustentado através de instituições como a Igreja e os diversos tipos de associações que fundaram. Para além disso, Witt (2001) destaca que a articulação com a Igreja e associações não seria suficiente para sustentá-los no campo político, portanto teriam costurado redes clientelistas. Dessa forma, o autor verificou que se operava uma rede hierárquica de poder, que perpassava a esfera política. Os colonos que se projetaram não buscavam somente os seus interesses, mas também os dos seus pares. Através de concessões e favores, estabelecia-se uma rede de compromissos. Assim, cercados de uma massa incapaz de resolver as suas próprias dificuldades, os chefes locais tiveram como estabelecer uma rede de poder via clientelismo.

Ao tratar da participação política dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul no séc. XIX, Ryan de Sousa Oliveira (2008) contesta parte da historiografia brasileira que converge

⁵²⁰ De acordo com Witt (2001), o termo “nacional” designa os descendentes de portugueses e açorianos, bem como os demais elementos caracterizados como “brasileiros” (escravos libertos, por exemplo).

⁵²¹ De acordo com Witt (2001), a expressão “colono alemão” (ou simplesmente “colono”) designa os imigrantes alemães e seus descendentes. Embora saibamos que a Alemanha surgiu como Estado unificado somente em 1871, o termo “alemão” é utilizado para identificar os imigrantes que vieram para o Brasil antes desta data.

naquilo que diz respeito ao isolamento das colônias alemãs, que teria propiciado a preservação de hábitos, de costumes e da língua alemã, ao indicar que, mesmo havendo um relativo isolamento delas (étnico ou geográfico), não se pode negar nem mesmo subestimar o contato desse grupo com a sociedade e sua relação com o Estado brasileiro. Embora o exercício da cidadania fosse limitado aos teuto-brasileiros, eles estavam presentes no jogo político. O “isolamento”, constantemente reafirmado pela historiografia, tem sido questionado por análises que têm verificado a frequência com que colonos recorriam aos serviços administrativos para arbitram conflitos.

Portanto, percebe-se que os imigrantes europeus estabelecidos no Rio Grande do Sul ao longo do séc. XIX tiveram atuação política e cidadã, ainda que limitada, através de estratégias variadas na busca pelo atendimento de seus interesses. A partir dessa perspectiva, que amplia o entendimento daquilo que é o político, torna-se possível desenvolver novas e variadas pesquisas envolvendo o tema da imigração e colonização alemã e a política. A partir dessa constatação, desenvolveu-se a proposta deste trabalho, ou seja, refletir sobre a possibilidade de compreender a presença ou a ausência do governo imperial brasileiro e do governo da província de São Pedro do Rio Grande do Sul na efetivação da imigração e colonização alemã no séc. XIX, através da atuação de seus funcionários.

A historiografia da imigração alemã não conta com trabalhos exclusivamente dedicados à investigação da estrutura administrativa colonial constituída na Província sul-riograndense no período imperial brasileiro (1822-1889). Os principais estudos que, de alguma forma, consideram essa questão o fazem de maneira acessória, ou dedicam grande parte de suas análises às leis imperiais e provinciais relacionadas com a colonização e imigração processada no Rio Grande do Sul, dando diminuta atenção à atuação dos funcionários e das instituições do empreendimento colonizador. Geralmente, a abordagem desse tópico destaca, por um lado, a ausência dos governos imperial e provincial nas colônias de imigrantes, sobretudo quanto aos primeiros tempos, entre 1824 e a década de 1840; e, por outro, a importante e necessária presença dos governos imperial e provincial nas colônias de imigrantes.

Marcos Justo Tramontini (2000) afirma que os primeiros anos da colonização em São Leopoldo foram mitificados como comunitários, solidários e heroicos pela historiografia, adjetivos esses baseados na constante reafirmação de que, nesse período (1824-1846), as estruturas burocrático-administrativas do Império brasileiro, assim como instituições como as

Igrejas, católica romana e luterana, não tinham uma presença significativa no mundo colonial, possibilitando e exigindo o incremento de associações comunitárias escolares e religiosas. Essa situação foi caracterizada por muitos como “abandono” dos colonos à sua própria sorte.

Para Giralda Seyferth (1994), as publicações teuto-brasileiras do período anterior ao Estado Novo enfatizaram a questão do isolamento dos núcleos coloniais, considerado responsabilidade do governo brasileiro. Essa perspectiva é aquela dos colonos pioneiros, assentados em plena selva e deixados por sua conta, sem apoio do poder público, que construíram igrejas, escolas, associações culturais, mantiveram sua língua e seus costumes, e sua identidade nacional. Da mesma forma, João Klug (2009, p. 203) aponta que, “em relação ao período do Primeiro Reinado sob o comando de dom Pedro I, pode-se dizer que a política de imigração/colonização/povoamento se caracterizou pela irregularidade, pelo abandono e o desencorajamento”.

Por outro lado, ainda que de forma restrita, há o reconhecimento do papel dos governos imperial brasileiro e provincial sul-rio-grandense na administração e condução das colônias, tanto durante a fase inicial quanto posteriormente. De acordo com Jean Roche (1969), os colonos contaram com uma verdadeira tutela administrativa, cuja importância dos funcionários em garantir tal suporte deu à colonização aspecto moderno. O governo imperial, e depois os governos provinciais, tiveram papel indiscutível no desenvolvimento do processo colonizador no Rio Grande do Sul, e, mais tarde, para orientá-lo, escolhendo as zonas de instalação e regulamentando as condições a que estavam submetidos os colonos.

A presença e importância da administração provincial e imperial brasileira em relação às colônias alemãs fica explícita quando tomamos em consideração o período regencial. De acordo com Jorge Luiz da Cunha (2006), o modo como se processou, na Europa, o recrutamento de colonos e soldados, durante o Primeiro Reinado (1822-1831), e a revolta dos batalhões de estrangeiros no Rio de Janeiro, em 1828⁵²², resultaram em imenso descrédito da imigração para o Brasil, tanto frente aos Estados europeus de onde eram trazidos os imigrantes, quanto entre os opositores de dom Pedro I. Esse quadro, aliado à questão financeira do Império, serviu de argumento para a aprovação de artigo da Lei de Orçamento de 1830⁵²³ (para os anos financeiros de 1831-1832), que aboliu em todas as províncias do

⁵²² Para mais informações, ver: LEMOS, 2013.

⁵²³ “Fica abolida em todas as Províncias do Imperio a despeza com a colonisação estrangeira”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38056-15-dezembro-1830-565833-publicacaooriginal-89571-pl.html>. Acesso em 15 set. 2018.

Império a despesa com a colonização. Essa lei espelhou a crescente oposição à política de dom Pedro I, e foi uma reação ao excesso de dinheiro gasto com os batalhões de alemães. Portanto, de 1831 a 1834, houve praticamente a anulação da imigração estrangeira para o Brasil, além da precarização dos serviços administrativos nas colônias já instaladas.

Como salienta Marcos Justo Tramontini (2000), a Lei do Orçamento aboliu todos os ordenados dos empregados das colônias da Província, e os problemas gerados pela falta de tais funcionários foram solucionados elevando-se a colônia alemã de São Leopoldo à condição de Capela Curada, recebendo um capelão e um juiz de Paz. Portanto, estavam sendo suprimidos os gastos com os empregados das duas colônias imperiais então assistidas pelo governo, São Leopoldo e São Pedro de Alcântara. Além disso, em fevereiro de 1831, o governo da Província do Rio Grande do Sul se declarava impossibilitado de seguir cumprindo a determinação de admitir como colonos os alemães que dessem baixa e fossem demitidos dos batalhões imperiais, pois não podia mais repassar os subsídios a estes imigrantes, uma vez que a Lei do Orçamento abolira tal despesa. A indefinição quanto ao pagamento dos subsídios gerou reivindicações, como a requisição de 76 colonos de São Leopoldo ao Presidente da Província, em 1833, pedindo o pagamento dos subsídios (TRAMONTINI, 2000).

Assim, percebe-se que a tutela dos governos imperial e provincial era importante, e esse momento de distanciamento da política de colonização refletiu-se no cotidiano das colônias. O período de ostracismo do projeto colonizador no Rio Grande do Sul se estendeu até meados da década de 1845, por conta da Revolução Farroupilha (1835-1845). Dessa forma, como aponta Cunha (2006), durante o período que vai de 1830 a 1844 não se registram entradas significativas de novos imigrantes no Rio Grande do Sul. Com a Lei Geral nº 514, promulgada em 28 de outubro de 1848, cada província passou a ter o direito de dispor de 36 léguas quadradas para serem utilizadas exclusivamente na colonização, e impedidas de serem roteadas por braço escravo. Tal disposição passou às províncias a tarefa colonizadora, e normatizou a criação de colônias até o advento da República, em 1889 (IOTTI, 2001). Dessa forma, a colonização ganhou outra vez envergadura, e novas colônias⁵²⁴ passaram a ser fundadas, todas elas contando com instituições e funcionários ligados à Província. Portanto, destaca-se a presença e o auxílio dos governos, tanto imperial quanto provincial, nas colônias alemãs oficiais do Rio Grande do Sul.

⁵²⁴ Até o começo da década de 1870, foram fundadas no Rio Grande do Sul as colônias provinciais alemãs de Santa Cruz do Sul, em 1849, Santo Ângelo (Agudo), em 1857, Nova Petrópolis, em 1858, e Monte Alverne, em 1859, estando esta última subordinada a Santa Cruz (CUNHA, 2006).

Entre os principais autores da historiografia dedicada à imigração alemã, destaca-se Jean Roche (1917-2006)⁵²⁵, com sua obra *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul*, publicada no Brasil sob o título *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, em dois volumes, tornando-se um marco na produção historiográfica sobre a imigração e colonização alemã. Entre diversos aspectos, Roche (1969) tratou da questão da administração colonial, empreendida pelo Estado imperial e provincial, destacando a iniciativa do governo brasileiro para levar a cabo o projeto de colonização e imigração.

Segundo Roche (1969), no começo do século XIX, todo movimento espontâneo de migração entre os Estados da Confederação Germânica e o Brasil era inconcebível, em virtude das diferenças entre eles, e dos problemas relacionados à travessia do mar, como a lentidão e o preço, duas vezes mais elevado que para os Estados Unidos. Assim, foi o governo brasileiro que atraiu os emigrantes europeus, oferecendo-lhes diversas vantagens, organizou o recrutamento na Europa, ofereceu compensações à demora e ao custo da viagem, concedeu terras, instalou colonos e manteve os estabelecimentos. Portanto, o governo interveio para lançar a colonização e, mais tarde, orientá-la, escolhendo as zonas de instalação e regulamentando as condições a que estavam submetidos os colonos. Em relação à administração provincial das colônias alemãs, Roche (1969) explica que foram nomeados, em 1857, dois agentes-intérpretes, um em Rio Grande e outro em Porto Alegre, e que o Presidente da Província pretendeu dar a todas as colônias um diretor, nomeado pela administração central. Esses funcionários foram o principal instrumento da administração das colônias⁵²⁶, a maior parte deles de origem alemã.

Outro trabalho de grande envergadura, não tão conhecido quanto a obra de Roche, mas similar em suas contribuições gerais aos mais variados temas ligados à imigração e colonização alemã, assim como a indicação de variado leque de fontes documentais, é o livro *A Colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o Império (1824-1889)*, das autoras Arlinda Rocha Nogueira e Lucy Maffei Hutter (1975). Quanto à administração das

⁵²⁵ Francês, Jean Roche veio para o Brasil junto com sua mulher, Nancy Roche, incumbida de fundar em Porto Alegre a Aliança Francesa. Roche ministrou aulas de francês na Pontifícia Universidade Católica, e depois atuou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁵²⁶ “Infelizmente, os cargos de agentes centrais foram criados, extintos, restabelecidos, ao capricho das leis orçamentárias e da opinião da maioria da Assembleia Provincial. O Regulamento de 7 de julho de 1857 criou, para a recepção dos imigrantes em Porto Alegre, o posto de intendente, que foi abolido a 20 de janeiro de 1867; o cargo de agente-intérprete, de Rio Grande, extinto a 11 de abril de 1866, foi restabelecido a 10 de janeiro de 1867, mas extinto definitivamente em 1877, como o de Porto Alegre; instituiu-se, em 1859, o cargo de inspetor geral da colonização, mas extinguiram-no em 1867, sendo suas funções exercidas pelo agente-intérprete, de Porto Alegre, até 1877” (ROCHE, 1969, p. 104).

colônias alemãs, elas realizam uma síntese concisa, e elucidam o período entre os anos de 1874 e 1889, quando houve inúmeras desavenças entre o Governo Provincial e o Imperial, criticando o primeiro em relação ao segundo o desperdício de verbas, a má administração dos núcleos coloniais e o descuido na escolha dos colonos. A falta de delimitação da área de atuação dos Governos Geral e Provincial, no período citado, criou problemas em determinadas colônias.

Segundo Nogueira e Hutter (1975), datam somente de 1851 certas medidas administrativas visando a organizar melhor o serviço de colonização, como “levantamento de plantas das terras medidas e demarcadas para o estabelecimento dos colonos; a proibição do ingresso de escravos nos distritos coloniais e a regulamentação dos subsídios” (NOGUEIRA e HUTTER, 1975, p. 36). Em relação ao período inicial da colonização alemã no Rio Grande do Sul, os funcionários contratados diretamente para esse empreendimento foram os Inspetores coloniais, e até a década de 1850 as colônias conviveram com a falta de Diretores.⁵²⁷ Para as autoras, em 1859 ainda não haviam sido bem delimitadas as atribuições dos diferentes funcionários ligados à colonização.

Segundo Nogueira e Hutter (1975), o cargo de Agente Intérprete da Colonização foi instituído em Porto Alegre e em Rio Grande pelo Regulamento de 7 de julho de 1857; por sua vez, o cargo de Inspetor Geral das colônias foi criado em 12 de janeiro de 1859, e extinto em 1867, passando suas funções a serem exercidas pelo Agente Intérprete. Para facilitar a administração⁵²⁸, os núcleos coloniais foram divididos em linhas, subdivididas de acordo com o seu tamanho, contando cada seção com um Inspetor eleito pelos próprios colonos. As autoras, portanto, permitem avaliar que havia poucos funcionários cuidando de toda a estrutura colonial em funcionamento no Rio Grande do Sul, acumulando inúmeras responsabilidades e atribuições, variáveis no tempo, de acordo com novos regulamentos e definições.

O estudo de Paulo Pinheiro Machado (1999), *A Política de colonização do Império*, fruto de sua dissertação de mestrado defendida em 1996 junto ao Programa de Pós-Graduação

⁵²⁷ Eram encarregados não só de supervisionar o loteamento das terras, a distribuição dos lotes coloniais, a abertura das picadas, a construção das pontes e realização de outras obras públicas, atender as reivindicações dos colonos, prestar contas ao governo, mas também exercer o poder policial e judicial (NOGUEIRA e HUTTER, 1975).

⁵²⁸ Cabia também à administração providenciar a proteção às colônias contra as possíveis incursões de indígenas, conciliar casos de intolerância religiosa, resolver a questão da necessidade de promoção de casamentos entre casais que não tinham sua situação regularizada, monitorar indivíduos que representassem ameaça à ordem pública (colonos ou não), e, ainda, enfrentar a pretensão dos particulares de obterem para si terras da Província, já por ela demarcadas e divididas em lotes (NOGUEIRA e HUTTER, 1975).

em História da Unicamp, procura analisar a política do Estado com respeito às experiências de colonização para a pequena propriedade no Brasil Meridional, particularmente na década de 1870. Assim, estuda as continuidades e discontinuidades da pequena propriedade, seus diferentes objetivos, limites e possibilidades, como uma política de Estado. O autor, assim como Roche (1969), avalia o estímulo à imigração e à organização da colonização no sul como resultado de um relativo esforço do governo brasileiro durante todo o século XIX.

A experiência colonizadora provincial, afirma Machado (1999), alcançou resultados importantes, como o controle da dívida e dos demais encargos dos colonos, a construção da infraestrutura colonial, como abatimento dos adiantamentos, maiores cuidados com a subsistência dos imigrantes antes das primeiras safras e a consolidação de uma fronteira agrícola dirigida à Serra e ao Planalto Meridional. O principal, foi a relativa continuidade da estrutura administrativa ágil, que, apesar de reduzida, sobreviveu a diferentes governos provinciais conservadores, progressistas e liberais. Mesmo com poucos funcionários e recursos limitados, a colonização teve andamento.⁵²⁹

A administração colonial desenvolvida pelo governo imperial teve como legislação determinante o "Regulamento para as colônias do Estado", estabelecido pelo Decreto Imperial nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867. De acordo com Machado (1999), ele foi o resultado de um acúmulo de experiências da colonização dirigida pelos governos provinciais. A preocupação maior do regulamento foi que o colono e sua família cultivassem e ocupassem efetivamente seu lote de terra.⁵³⁰ O Regulamento previa a recepção, o acolhimento e o assentamento das famílias imigrantes, bem como disciplinava suas relações econômicas e sociais enquanto a comunidade não fosse emancipada do estatuto colonial. Portanto, o período de 1845 a 1874, pontua Machado (1999), definiu as linhas principais do sistema oficial de colonização. A estrutura colonizadora da Província, apesar de pequena, era profissionalizada, e manteve suas atividades de forma contínua, através de diferentes governos, além de estar identificada com os interesses dos colonos.

⁵²⁹ De 1845 a 1859, o Dr. Hillebrand, Diretor da Colônia de São Leopoldo, acumulou o cargo de Diretor Geral das Colônias da Província. Este cargo foi ocupado, sucessivamente, por Nery, Jansen e Cunha e, com a denominação de Agente Intérprete, Koseritz (1865-67, 1868-69), Lothar de La Rue (1869-72) e Luís Walter Kraemer (1872-77). Muitos diretores coloniais eram de origem alemã, como em Santa Cruz do Sul: Buff, Schwerin, Mabilde e Trein; em Nova Petrópolis: Reichenback, Bartholomay, La Rue, Selim e Heinsen. Em Santo Ângelo: von Kahlden (MACHADO, 1999).

⁵³⁰ Outro ponto importante foi a utilização do trabalho assalariado dos imigrantes na construção de estradas e obras públicas, representando para o Governo Imperial uma forma de autofinanciamento e redução de gastos, e para o imigrante a oportunidade de ganhar algum dinheiro e pagar seu lote, ou mesmo uma forma de sobreviver até a primeira safra.

O trabalho de Marcos Justo Tramontini (2000), *A organização social dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*, destaca o processo de organização social dos imigrantes de São Leopoldo no interior da sociedade brasileira, considerando a heterogeneidade do contingente imigrante, a complexa e conflituosa relação com a sociedade brasileira, e com a estrutura administrativa e jurídica do Império, e, ainda, o enfrentamento dos desafios encontrados na nova terra. Este trabalho traz contribuições para o estudo das questões administrativas dos primeiros anos da colonização e imigração alemã no Rio Grande do Sul, ao focalizar a Colônia de São Leopoldo em seus respectivos períodos da Inspetoria (1824-1831), da Capela Curada (1831-1833), durante a Revolução Farroupilha (1835-1843/46) e de elevação à condição de município (1846-1830). Ele analisa a documentação da Presidência e da Inspetoria, enfocando a política de distribuição dos subsídios e, principalmente, as situações de conflito e rebeldia, de reivindicação e confronto que se apresentaram na colônia, questionando as interpretações sobre os maus imigrantes, degredados e mercenários, e sobre o isolamento dos colonos, trazendo para o primeiro plano da análise as tentativas dos colonos de defenderem seus interesses e de participarem da vida política provincial, ou as situações em que a sua participação é solicitada e instrumentalizada por segmentos ou facções do debate político sul-rio-grandense, trazendo aí aspectos da administração colonial.

Assim, entendemos, Jean Roche (1969) e Nogueira e Hutter (1975) oferecem um panorama geral dos mais variados aspectos da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, trazendo uma síntese sobre a estrutura administrativa e o funcionamento dos núcleos coloniais ao longo do período imperial brasileiro. Por sua vez, Marcos Justo Tramontini (2000) contempla os anos iniciais da colonização alemã, apontando a construção da estrutura administrativa colonial; enquanto Paulo Pinheiro Machado (1996) faz o referido exercício para as décadas de 1870 e 1880.

Esses autores citam os cargos da administração colonial e abordam brevemente o papel desempenhado por cada um. Do mesmo modo, há estudos que enfatizam a legislação relacionada com a colonização e imigração⁵³¹, as discussões parlamentares em âmbito provincial e imperial, a organização administrativa do aparato colonial e como mudou ao longo do tempo, mas não atentam, especificamente, para a atuação dos funcionários e órgãos da colonização em suas diversas funções e relevância nas colônias, e enquanto representantes

⁵³¹ IOTTI, 2001.

dos governos imperial e provincial. Apesar dessas contribuições, e cientes de que existem diversos outros trabalhos que aqui não foram contemplados, percebe-se que ainda não há um estudo aprofundado sobre a estrutura administrativa das colônias de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, preocupado em demonstrar a presença, ou ausência, dos governos imperial e provincial nas colônias oficiais através dos agentes públicos que desempenhavam cargos e funções na administração desses empreendimentos.

Desse modo, podemos apontar algumas conclusões que possuem muito mais um caráter de hipótese do que de afirmação. É pertinente apontar que os funcionários coloniais ampararam os colonos, buscando atender suas reivindicações, exercendo o papel de mediadores entre os núcleos coloniais e os representantes provinciais e imperiais. Através de sua atuação, os núcleos coloniais puderam desenvolver-se, ainda que dentro das possibilidades então oferecidas, restritas ao orçamento e frente à legislação que tratava da colonização. Esses funcionários foram a personificação dos governos imperial e provincial, aos quais eram subordinados e por eles fiscalizados, cumprindo o papel de garantir a ocupação do território sul-rio-grandense distante dos interesses do latifúndio. Além disso, fizeram das colônias oficiais instrumentos de irradiação do modelo de colonização baseado na pequena propriedade, visto que diversas colônias particulares tomaram forma nas imediações delas. Essa perspectiva se faz pertinente visto que atualmente há o debate sobre qual seria o papel e o tamanho ideal do Estado em relação aos serviços que presta em suas ações de governo, ou seja, esse Estado deve ser mínimo, máximo ou necessário? As perguntas e indagações do presente, portanto, fazem os historiadores voltarem ao passado de modo a colocarem sobre ele um olhar diferente.

Referências:

- CUNHA, Jorge L. Imigração e colonização alemã. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (orgs.). *Império* (Vol. 2 da coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 279-300.
- DREHER, Martin N. Os 180 anos da imigração alemã. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). *História, Cultura e Memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2005.
- GERTZ, René E. A integração política dos imigrantes alemães e de seus descendentes no sul do Brasil. In: REUNIÃO DA SBPH. *Anais*. São Paulo: SBPH, 1984, p. 21-24.
- _____. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

- IOTTI, Luiz Horn. *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre/Caxias do Sul: Assembleia Legislativa do Estado do RS/EDUCS, 2001.
- KLEIN, Herbert S. A participação política no Brasil do Século XIX: os votantes de São Paulo em 1880. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 3, v. 38, p. 527-544, 1995.
- KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial* (v. III: 1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 199-231.
- KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na república velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- LE MOS, Juvêncio Saldanha. *Os mercenários do imperador: A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830)*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- MARTINY, Carina. A presença teuta na política local: família e poder em São Sebastião do Caí no final do século XIX. In: COSTA, Miguel Ângelo S. da et al. (orgs.). *Explorando possibilidades: experiências e interdependências entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 68-98.
- NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha; HUTTER, Lucy Maffei. *A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o Império (1824-1889)*. Porto Alegre: Garatujaa/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- OLIVEIRA, R. de. S. *Colonização alemã e poder: a cidadania brasileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul 1863-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- PESAVENTO, S. J. O imigrante na política rio-grandense. In.: DACANAL, José Hildebrando (orgs.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 156-194.
- PIASSINI, Carlos Eduardo. *A biografia de um barão: Karl von Kahlden, o Diretor da Colônia Santo Ângelo, 1857-1882*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- _____. *A participação política de imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul: os Brummer Kahlden, Haensel, Koseritz e Ter Brügggen, 1851-1881*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Política Rio-Grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969 (2 vols.).
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994, p. 11-27.
- TRAMONTINI, Marco Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira, 1824-1850*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.
- WITT, M. A. *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e colonos alemães – 1840/1889*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2001.

VIROU NOTÍCIA: A QUINTA-COLUNA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

Fernanda Gälzer

Graduada em História pela Universidade FEEVALE; mestranda do PPG Processos e Manifestações Culturais e bolsista PROSUP/CAPES na Universidade FEEVALE

Marinês Andrea Kunz

Doutora em Linguística e Letras, pela PUCRS; orientadora deste trabalho; docente da graduação e pós-graduação na Universidade FEEVALE

Considerações iniciais

O final da década de 1930 e a primeira metade da década de 1940 ficaram marcados pela destruição e violência ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tal conflito também deixou marcas no Brasil, e em parte da população que vivenciou esse período, sobretudo, pois nele o país, sob o comando de Getúlio Vargas, vivia uma ditadura, o Estado Novo (1937-1945).

A partir de uma análise documental, inserida na pesquisa para uma dissertação de mestrado a respeito da influência das políticas governamentais do Estado Novo junto à população de origem alemã, no Vale do Rio dos Sinos, verificou-se grande quantidade de reportagens relacionadas ao conceito de “quinta-coluna”, em dois periódicos da região: *Correio de São Leopoldo* e *O 5 de Abril*. Ao total, foram identificadas 36 reportagens, sendo apenas duas publicadas no ano de 1943, e as demais no ano de 1942, período de maior intensificação da Campanha de Nacionalização, devido ao contexto de envolvimento do Brasil no conflito mundial.

Esta pesquisa, inicialmente, se identifica como básica, qualitativa e exploratória, ao proceder o levantamento bibliográfico e documental. Além da análise, as reportagens são confrontadas com pesquisa bibliográfica, envolvendo a leitura de obras de autores que

abordam assuntos relacionados ao Estado Novo, Campanha de Nacionalização e Quinta-Coluna.

Dessa forma, este trabalho⁵³² aborda a forma em que o imigrante é retratado como inimigo e classificado como quinta-coluna, durante esse período, nesses jornais. Procura-se analisar como era caracterizado um indivíduo considerado quinta-coluna, bem como conhecer a origem e a utilização do termo, além de analisar as motivações para a indicação dos imigrantes como quinta-colunas.

O uso de jornais como fonte histórica

A imprensa “registra, comenta e participa da história” (CAPELATO, 1988, p. 13), e assim pode ser fonte e objeto de estudos históricos (LUCA, 2011). Assim como outros tipos de fonte, deve passar por uma análise criteriosa. Os textos jornalísticos devem ser examinados levando em consideração diversos aspectos para a análise, como a localização da notícia, o enfoque do assunto noticiado e o público alvo. Ainda, entre outros aspectos, deve-se atentar para aquilo que poderia ter motivado a publicação, qual a relevância da divulgação de determinado assunto, pois deve-se levar em consideração as “motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (LUCA, 2011, p.140). Inicialmente, a imprensa era entendida como um “espelho da realidade”, mas passou a ser vista como um “espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade” (CAPELATO, 1988, p. 24). Assim, deve ser analisado e identificado o discurso da publicação, pois não é neutro nem imparcial.

Ao se trabalhar com esse tipo de fonte, também devem ser observados aspectos da reportagem, tais como a posição e localização em que se encontra, se é a manchete, matéria principal ou secundária, a quantidade de espaço disponibilizado para sua exibição e a importância dada à notícia e ao assunto (LUCA, 2011). Portanto, é necessário realizar questionamentos, discutir e debater com criticidade aquilo que é divulgado nas publicações jornalísticas.

Deve-se, inclusive, levar em consideração a história da empresa proprietária do periódico, sua tradição e reputação, e é necessário estar atento aos padrões de notícias, aos preconceitos, às omissões e também aos destaques. A criação e o desenvolvimento do jornal,

⁵³² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

bem como sua ideologia, também são importantes para a análise dos textos jornalísticos, pois “conhecer o jornal e os rumos pelo qual caminhava é importante para compreender o contexto em que estava inserido” (WEBER, 2012, p. 10). Os jornais aqui pesquisados também passaram por essa análise.

Para a realização desta pesquisa, utilizaram-se como fonte textos publicados em dois periódicos, um de circulação em São Leopoldo (*Correio de São Leopoldo*) e o outro em Novo Hamburgo (*O 5 de Abril*), sendo identificados 36 textos jornalísticos em que foi usado o termo “quinta-coluna”. No *Correio de São Leopoldo*, foram identificados 21 textos, e em *O 5 de Abril*, 15 textos. A maioria, com exceção de dois, foi divulgada no ano de 1942. Os dois textos publicados em 1943 são do jornal hamburguense, entretanto, tais artigos diferenciam-se um pouco dos demais, que, muitas vezes, são publicações mais extensas sobre o assunto. No primeiro, em uma notícia sobre as ações que deveriam ser levadas a cabo durante o ano (1943), há apenas uma frase informando que se deve advertir os brasileiros que ainda existem quinta-colunistas.⁵³³ No outro, há a informação sobre a retirada de duas empresas locais, de uma lista de empresas nacionais suspeitas de “quinta colonismo”.⁵³⁴

O jornal *Correio de São Leopoldo*, criado em 1932, tinha característica de apoio à administração municipal (AZEVEDO, 2011). Intitulava-se “órgão dos interesses de São Leopoldo”⁵³⁵. Dessa forma, divulgava notícias do município e de seus distritos, além de editais da prefeitura municipal. Em geral, não havia muitos anúncios, e o periódico possuía uma quantidade considerável de assinantes, mas aquilo que mantinha o sustento do veículo eram as publicações oficiais da administração municipal (DUARTE, 2014). Procurando identificar a ideologia que a publicação seguia, constata-se que, no período do Estado Novo, seu diretor possuía ampla vinculação com o governo municipal, e era defensor da nacionalização, fato que, possivelmente, também influenciou o discurso de seus textos. O diretor era Carlos de Souza Moraes, que também era secretário municipal e diretor de Instrução Pública de São Leopoldo, atuando intensamente a favor da Campanha de Nacionalização (SANTOS, 2018).

O jornal *O 5 de Abril* foi criado em 1927, após a emancipação de Novo Hamburgo, anteriormente distrito de São Leopoldo. Foi publicado semanalmente, às sextas-feiras, durante 35 anos, pela família Behrend, que possuía uma tipografia no município (BEHREND, 2002).

⁵³³ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 5 fev. 1943, p. 1.

⁵³⁴ EXCLUSÃO de lista negra. *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 12 nov. 1943, p. 2.

⁵³⁵ Frase presente abaixo do nome do jornal, no cabeçalho das edições.

O diretor-proprietário, no ano de 1942, era Werner Alcides Behrend.⁵³⁶ O folhetim possuía aproximação com a comunidade alemã do município, inclusive publicava anúncios em alemão, até a proibição em 1939⁵³⁷, ano em que os diretores foram presos, temporariamente, após se negarem a publicar propagandas e avisos determinados pelo prefeito de Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti, para “seguir à risca os decretos” (BEHREND, 2002).

Ambos os jornais publicaram explicações sobre o movimento quinta-coluna, indicando quão incorreta e maldosa era a posição das autoridades para combater tal ação, e a necessidade do auxílio dos brasileiros para acabar com a quinta-coluna. Mas tal assunto não foi exclusivo desses veículos⁵³⁸, nem um “mal” exclusivo do Rio Grande do Sul ou do Brasil, conforme consta nos textos jornalísticos analisados. Nas próximas sessões serão expostas as formas pelas quais o assunto era tratado, o alastramento do movimento quinta-coluna no país, o papel dele no afundamento de navios brasileiros, as formas de identificar um quinta-coluna e a importância da população no combate ao movimento traidor. Percebe-se, assim, que os textos são influenciados pelo contexto histórico em que estavam inseridos.

O Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial

Marcos importantes da História, o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial influenciaram e modificaram o cotidiano dos habitantes do país. Uma parcela da população, principalmente, na maioria formada por imigrantes e seus descendentes, sofreu ações vinculadas à Campanha de Nacionalização desse governo, as quais, impulsionadas pelo conflito internacional, atingiram os espaços público e privado. Tal campanha buscava a consolidação de uma identidade brasileira através de diversas ações de patriotismo e difusão de uma cultura nacional. As ações ocorriam, especialmente, conforme René Gertz (2015), em dois eixos: na educação e no policiamento. No campo do ensino, houve a proibição do uso de língua estrangeira, a obrigatoriedade do ensino em português, e, inclusive, ocorreu o fechamento de escolas particulares nas regiões de colonização. Já o segundo campo passa a afetar todas as áreas da vida das comunidades de imigrantes, principalmente após o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, gerando desde atos de vigilância a intervenções em diversas instituições. Mas é a partir do posicionamento do Brasil contra o Eixo, que a Campanha de Nacionalização e a vigilância tornam-se mais intensas (SEYFERTH, 1999).

⁵³⁶ Informação publicada no cabeçalho das edições dos anos de 1942 a 1945.

⁵³⁷ Decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, que proíbe o uso de idioma estrangeiro.

⁵³⁸ Há transcrições de reportagens de outras publicações, como, por exemplo, do *Jornal do Estado*.

Isso fica perceptível nos jornais, os quais indicam os imigrantes, indivíduos falantes de idioma estrangeiro, como possíveis inimigos e traidores do país que os acolheu.

Um dos meios para a propagação dos ideais do governo de incentivar a população ao patriotismo e a disseminar a Campanha de Nacionalização foram os jornais. Estes imprimiram, em suas publicações, mensagens de exaltação das ações do governo e disseminaram a nacionalização. Assim, devido à Campanha de Nacionalização, imigrantes e seus descendentes vivenciaram restrições para a exteriorização de aspectos culturais preservados de seus ascendentes.

Quinta-coluna: a origem e uso do termo

O conceito de “quinta-coluna” é originário do contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). A origem do termo é atribuída ao general espanhol Emilio Mola, que teria declarado, durante a conflagração, no cenário em que avançavam sobre a cidade de Madri quatro colunas de rebeldes, que eram contra o governo republicano – haveria a uma quinta coluna, “integrada por civis partidários do golpe militar, prestes a realizar atos de sabotagem que facilitariam a entrada das tropas franquistas” (BUADES, 2013, p. 135). Assim, originou-se a expressão que marca uma traição, que designaria a existência de apoiadores dentro de um território, grupos ou pessoas que auxiliariam o inimigo.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, o conceito se popularizou, e passou a ser utilizado para designar os indivíduos que agiam sorrateiramente, propagando, espionando ou colaborando com o Eixo, no caso de invasão de algum território. No Brasil, uma das características do Estado Novo foi a utilização de “termos especiais para designar novas situações, como os possíveis conspiradores ou elementos suspeitos”, assim “os alemães e seus descendentes, suspeitos de traição, eram chamados de quinta-coluna” (NEUMANN, 2003, p. 141).

Nos jornais analisados, percebe-se que, após o posicionamento do Brasil contra o Eixo, ao declarar, inicialmente, o rompimento das relações comerciais e diplomáticas com os países formadores da aliança, e a declaração de guerra, após o afundamento de navios brasileiros, o termo quinta-coluna passa a ser recorrente nas publicações, sempre significando espionagem e/ou a traição.

O Serviço de Prevenção Contra a Quinta-Coluna

Os quinta-colunas, conforme é perceptível nas páginas analisadas, é um traidor da Pátria brasileira, podendo ser um estrangeiro, mas também um brasileiro que tinha simpatia por algum dos países do Eixo, e por isso procuram subverter a população local a partir de atitudes que punham em risco a liberdade e a soberania do país. Inclusive, devido ao afundamento de embarcações brasileiras, em 1942, a situação de imigrantes e descendentes complica-se, pois esse fato produziu um ambiente ainda mais hostil a tudo que possuísse ligação com o Eixo (GERTZ, 1991), inclusive ocorreram manifestações, destruição de patrimônios e perseguição a pessoas em consequência do ocorrido.

É possível identificar a existência de um órgão público⁵³⁹ criado para o combate a esse “inimigo”: o Serviço de Prevenção Contra a Quinta-Coluna, conforme reportagem publicada em fevereiro de 1942, em que consta um resumo com dez indicações de como identificar um quinta-coluna. O reconhecimento seria possível através da observação, principalmente, das opiniões expressas por indivíduos. Assim, o “fiel brasileiro” deveria estar atento e vigilante às atitudes e aos discursos dos demais. Intitulada *Como identificar os “Quinta Colunistas”*⁵⁴⁰, a reportagem traz um resumo de indicações publicadas originalmente na revista *Diretrizes*, do Rio de Janeiro.

É perceptível o contexto da guerra e o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Na primeira indicação, consta que um quinta-colunista se oporia ao posicionamento do Brasil ao lado dos EUA:

Se alguém lhe disser: “Não desejo combater pelos Estados Unidos; nós brasileiros, não temos nada que ver com esta guerra”, esse indivíduo é um “quinta-coluna”.

No segundo argumento, é apresentada a questão do idioma, sendo que o quinta-coluna não aceitaria a proibição do uso de língua estrangeira:

Coisa muito diferente é não quererem certos estrangeiros que os filhos aprendam nosso idioma. Pior ainda é haver brasileiros que achem isso natural. É que esses brasileiros não são bem brasileiros, já estão se tornando novos “Quislings⁵⁴¹” a serviço da “quinta-coluna”.

No terceiro ponto, o quinta-coluna não reconheceria o causador da guerra (Hitler), culpando, em contrapartida, os judeus: “porque ninguém ignora que esta guerra foi gerada

⁵³⁹ Conforme Marlene Fáveri (2002), originalmente, foi um panfleto produzido pela polícia. Inclusive, em sua tese, consta o texto completo atribuído ao Serviço de Prevenção Contra a Quinta-Coluna.

⁵⁴⁰ COMO identificar quinta-colunas. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 7 fev. 1942, p. 3.

⁵⁴¹ É uma referência à palavra “quisling”, de origem norueguesa, que é utilizada como sinônimo de “traidor da pátria”. Ela se origina de um militar norueguês chamando Vidkun Quisling, que colaborou com a Alemanha, para a ocupação da Noruega durante a Segunda Guerra Mundial (FARAGO, 2018).

pela loucura hitlerista, cujo sonho é submeter o mundo e a realizar o sonho delirante do pangermanismo”. Ainda informa que a constituição brasileira “não estabelece distinção de raça e a alusão a ‘judaísmo’ faz parte da técnica nazista, para estabelecer confusão e ódio racial”.

No quarto e quinto argumentos, novamente há alusão à aliança com os EUA:

IV – Se lhe disserem que “o Brasil está sendo arrastado a esta guerra pelos Estados Unidos”, eis aí um “quinta-colunista” [...]. V – Se lhe disserem que os Estados Unidos e a Inglaterra querem cassar a nossa soberania, o indivíduo que tal coisa disser é um “quinta-coluna”. Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer nossa independência. [...]. Nações que de tal modo procederam para conosco são nações amigas, e não nos ameaçam. O que nos ameaça é o imperialismo nazista, servido pela “quinta-coluna”.

Há também uma preocupação com os meios de comunicação, sendo que eles deveriam ser averiguados, pois tanto publicações escritas quanto o rádio poderiam servir para a propagação das ideias inimigas. Desse modo, devem ser observados os periódicos onde constam anúncios de empresas alemãs que estão na lista negra e que incluam discursos em suas páginas sobre nacionalismo e patriotismo, pois “essa espécie de nacionalismo é um nacionalismo suspeito, porque é mentiroso e ligado ao Eixo, [...]. Tais jornalecos e revistecas são a quinta essência do quinta-colunismo em letra de forma”. Assim, essas publicações, por apoiarem estabelecimentos alemães, disfarçariam seu apoio, discursando sobre a brasilidade e a pátria. Outro veículo de comunicação que deveria ser vigiado eram as estações de rádio, pois poderiam tentar disseminar a propaganda inimiga:

VII – Quando uma estação de rádio começar o seu “*broadcasting*” dando telegramas de Roma, Berlim ou Tóquio, com as iniciais “T. O.”. D/N/B., “S” ou “D”, estará dando a palavra de ordem do Eixo para os “quinta-colunistas”. Esses programas só podem ter uma denominação: “a voz da ‘quinta coluna’”.

Isso demonstra que havia a ideia de que o quinta-colunismo estaria presente em todas as áreas de convivência no Brasil. No oitavo ponto de identificação, o discurso envolvendo a igreja católica é questionado:

VIII – Se alguém ao seu lado sustenta que, na Alemanha, o clero tem uma vida calma e feliz, que os cultos são respeitados e que o Papa Pio XII está muito amigo de Hitler, tendo abençoado as tropas italianas e alemãs que servem de instrumento de agressão, esse indivíduo é um “quinta-coluna”, está invertendo os fatos e mentindo descaradamente. O maior inimigo da Igreja Católica no mundo é o nazismo [...] e o Papa Pio XII absolutamente não gosta de Herr Hitler.

Dessa forma, o indivíduo quinta-coluna seria identificado pelo seu discurso perante o contexto, até mesmo ao negar a existência desses traidores e espiões, pois, ao questionar que não há tal movimento no país e que a quinta-coluna é uma invenção, esse indivíduo “não passa de um ‘quinta-colunista’ disfarçado”, conforme o nono ponto. Por último, faz menção à

guerra e à presença de movimento de quinta-coluna em outros países que estavam sob controle da Alemanha:

X – Se alguém lhe prognosticar a vitória do Eixo na guerra contra o mundo civilizado, a coligação de 26 nações, em que os Estados Unidos estão integrados, esse indivíduo é um “quinta colunista” da pior espécie [...]. Foi esse o trabalho feito na Europa, nos países que caíram sob o flagelo nazista. Reajamos contra os “Quislings”, ferretemos a “quinta coluna”!

Não foram localizadas informações de quando iniciou a utilização do conceito “quinta-coluna” no Brasil, mas este texto, indicando formas para reconhecer um quinta-coluna, é o primeiro a aparecer nesses periódicos. Após esta edição, o termo passa a ser recorrente, criando-se, assim, uma campanha contra esse mal, dizendo-se ser o papel de cada brasileiro estar atento e vigilante, para reconhecer e denunciar os indivíduos traidores do Brasil. Chama a população, colocando o brasileiro na responsabilidade de vigiar e identificar o movimento:

Sejamos, cada um de nós, meus patrícios, um detetive, trabalhando sem violências, inteligentemente, no combate ao quinta-colunismo infiltrado dentro da nossa Pátria. [...]. Com os governos, cada um brasileiro vigilante, nesta hora, significa muita cousa, em defesa da família e da Pátria Brasileira. H. M.⁵⁴²

Na maioria dos textos, o brasileiro, o “verdadeiro brasileiro”, torna-se responsável para que esse movimento não se expanda. Assim, os meios de comunicação tornam-se importantes aliados do governo para transmitir a informação, educando a população sobre o inimigo. Durante o Estado Novo, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que controlava e censurava os meios de comunicação. O órgão federal “produzia e divulgava o discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e o povo”, ainda, “passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem” (CAPELATO, 1999, p. 173).

Dessa forma, percebe-se, nos textos analisados, um discurso aproximando o cidadão do Estado brasileiro, integrando-o ao país, criando um sentimento de pertencimento e consolidando uma identidade trabalhada na diferença. Conforme Kathryn Woodward (2012), a identidade depende de algo de fora dela para existir, é simbólica e social. Assim, nos textos, há o sujeito brasileiro, que nasceu em solo brasileiro, fala português, ama sua pátria, e por isso fica vigilante e pronto para defender seu país. Já o quinta-coluna seria, em sua maioria, um estrangeiro, nascido em terras distantes, com um idioma diferente e apto a trair o país que o recebeu e foi hospitaleiro.

⁵⁴² PRISIONEIROS de Guerra. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 14 mar. 1942, p. 3.

Nova tática de guerra: um mal que aflige outros países e o Brasil deve lutar contra

Fazendo alusão à lenda grega em que um grande cavalo de madeira cheio de guerrilheiros foi utilizado como estratégia para vencer uma guerra, ao ser introduzido no campo inimigo e utilizado para posterior conquista, ocorre a menção à quinta-coluna. Um texto transcrito do *Jornal do Estado*, e intitulado “Cavalos de Tróia”⁵⁴³, relata a ação do governo estadual gaúcho, que vinha agindo contra a infiltração nazista e contra a espionagem. Assim, a quinta-coluna era vista como uma arma, uma estratégia de guerra. Essa ideia é representada em alguns textos em que era indicada a forma de atuação desse movimento, através de uma “guerra invisível”:

De acordo com a concepção alemã de guerra, existe uma nova forma de guerra, a guerra invisível. Só assim poderiam ser atendidos pelo estado maior alemão os gigantescos planos imperialistas com os efetivos disponíveis num “front” tão complexo. Os economistas e técnicos em espionagem disfarçados em turistas e professores espalhados por todos os pontos vitais das regiões cobiçadas pelo expansionismo nazista, se encarregariam de cumprir a missão facilitando a conquista.⁵⁴⁴

Assim, o movimento de quinta-coluna foi utilizado pela Alemanha em diversos países, não sendo um problema exclusivo do Brasil, fato que também explicaria o sucesso do exército alemão em conquistar rapidamente os territórios europeus:

Em primeiro lugar temos a criação da “blitzkrieg” por parte da Alemanha. Um método assombroso na arte da guerra, que lhe trouxe inúmeras e rápidas vitórias. (Se bem que em terreno “lavrado” pela quinta-coluna).⁵⁴⁵

Alguns textos indicam que a quinta-coluna é um dos fatores para a rápida dominação da França pelos alemães: “a quinta-coluna francesa agiu de dentro para fora, milhares de franceses traíram sua pátria, a espionagem nazista em combinação com a ‘quinta’ venceu a França antes do exército alemão tê-la vencido”.⁵⁴⁶ Ou, ainda, “ficou provado serem os ‘quinta-colunistas’ um dos três maiores fatores da vitória dos alemães contra os franceses”.⁵⁴⁷ Assim, alertavam o Brasil sobre a ação do movimento quinta-colunista, tendo outros países como exemplo, para tentar evitar que tal ação ocorresse em território nacional.

⁵⁴³ CAVALOS de Tróia. *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 20 mar. 1942, p. 4.

⁵⁴⁴ A 5ª coluna. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 28 mar. 1942, p. 1.

⁵⁴⁵ HITLER e Cia. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 21 mar. 1942, p. 2.

⁵⁴⁶ O exemplo. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 11 abr. 1942, p. 1.

⁵⁴⁷ BUARQUE. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 21 fev. 1942, p. 1.

O auxílio dos quintas-colunas no afundamento de navios brasileiros

No início do conflito mundial, o Brasil manteve-se neutro. Entretanto, em uma reunião realizada em Cuba, em 1940, a Conferência Interamericana de Havana, os países americanos afirmaram que, caso houvesse alguma tentativa de agressividade contra algum país americano, esta seria vista como um ataque aos demais (PEREIRA, 2015). Em dezembro de 1941, ocorreu o ataque japonês à base Pearl Harbor dos Estados Unidos. A partir desse embate, ocorreu nova reunião entre os países americanos, em janeiro de 1942, no Brasil, onde foi aprovado o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo (MOURA, 2010).

A partir de 1942, o Brasil passou a sofrer com ataques a diversos navios em águas internacionais e nacionais. Neste contexto, os quinta-colunas foram acusados de fornecer informações aos submarinos. Em uma notícia de maio de 1942, consta o aviso dado por um capitão do Porto do Estado do Ceará, em que “alertava as autoridades brasileiras contra a infiltração inimiga quinta-colunista que, com toda a certeza, infesta as costas do Brasil, indicando aos submarinos eixistas a saída e movimento de nossos navios”.⁵⁴⁸ Tal pensamento se repete, conforme o trecho a seguir:

A traição está dentro de nossas cidades, de nossos campos, de nossas matas e de nossas praias. Ninguém pode negar que os submarinos eixistas estão recebendo informações de dentro do território nacional. Agora mesmo, no Estado do Pará, as autoridades descobriram certos e determinados quinta-colunistas que transmitiam, por meio de luzes e foguetes, os sinais para noticiarem a saída de nossos navios e informarem os submarinos da traição.⁵⁴⁹

Dessa forma, faz-se necessária, novamente, a vigilância do brasileiro, que, conjuntamente com o esforço das autoridades, conseguiu combater a quinta-coluna. O trabalho constante das autoridades brasileiras para dismantelar grupos que estariam traindo o Brasil também fica visível e, assim, a busca por propagar a eficiência do Estado:

Diversos núcleos de indesejáveis que agiam a serviço de potências estrangeiras foram dissolvidos e seus componentes encontraram-se presos. As nossas autoridades têm conseguido dismantelar os planos dos inimigos da segurança nacional e inutilizar um trabalho nefasto que vinha sendo levado a efeito, tenaz e metodicamente, por inúmeros agentes do totalitarismo imperialista. Muitos destes agentes eram estrangeiros tecnicamente treinados para a obra diabólica que lhes foi confiada. Entre esses indesejáveis, entretanto, prestando de auxílio valioso, foram encontrados vários brasileiros.⁵⁵⁰

⁵⁴⁸ ALERTA, Brasil. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 30 mai. 1942, p. 1.

⁵⁴⁹ Os traidores. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 17 set. 1942, p. 1.

⁵⁵⁰ Em contínuo sentido de alerta. *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 17 jul. 1942, p. 1.

Contudo, principalmente o estado do Rio Grande do Sul era visto como um local de grande atividade dos quinta-colunistas, sobretudo devido à presença massiva de imigrantes. Logo, os súditos do Eixo, junto com os traidores da brasilidade, estariam auxiliando a Alemanha para uma futura anexação do território. O pensamento sobre o “perigo alemão”, a ideia imperialista da Alemanha também é recorrente em diversos textos. A concepção de que a Alemanha buscava unir todos os alemães em um “Grande Reich”, até mesmo a população que está no Brasil: “a anexação das populações tidas por alemães: os austríacos, os sudetos da Checoslováquia, da Polônia e logo que possível as regiões habitadas pelas chamadas minorias alemães do Brasil, isto é, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina”.⁵⁵¹

Um grande representante do combate ao movimento quinta-colunista foi o chefe de polícia do Rio Grande do Sul, o Ten. Cel. Aurélio da Silva Py. Inclusive, Py lançou um livro, em março de 1942, sobre o assunto, em que afirmava estar “citando nominalmente todos os envolvidos na quinta-coluna, enumerando suas ligações, denunciando seus processos, desmascarando-os completamente”.⁵⁵² Essa obra, conforme os jornais, era aguardada e teve grande receptividade da população gaúcha:

Em nosso Estado, grande parte da infiltração nazi foi desmascarada, à custa de lutas, de sacrifícios, de estados e trabalhos a cargo de nossa eficiente Polícia Política, que tendo à frente o Ten. Cel. Aurelio da Silva Py, digno chefe de Polícia do Estado conseguiu mostrar ao povo de quanto crime se tramava contra a própria honra da Pátria. O magnifico livro que S. s. publicou, em boa hora, “A 5º Coluna no Brasil”, é um grito de alerta que foi ouvido por todos os brasileiros dignos.⁵⁵³

Percebe-se que o mês do lançamento do livro e o mês posterior é o período de maior publicação de textos jornalísticos apresentando o termo, num total de 17 artigos. Mas também é um período em que ocorrem ataques a navios brasileiros em águas internacionais. Entretanto, no mês de agosto, quando o Brasil declarou guerra ao Eixo, não ocorre um número expressivo de reportagens, mesmo assim, há quatro. Inclusive, consta um comício realizado em Novo Hamburgo, onde houve protestos contra a quinta-coluna: “todos, sem exceção, verberaram, com palavras dignas do momento o ‘Eixo’ e o quinta-colunismo”.⁵⁵⁴

Assim, compreende-se que a quinta-coluna tornou-se um dos fatores causadores do mal que afligiu o país, causando a morte de brasileiros e a destruição de patrimônio. Dessa forma, o cidadão deveria tomar uma atitude para identificar e denunciar o quinta-colunismo, para que o mesmo sofresse as consequências de seus atos. Inclusive, há textos incitando o

⁵⁵¹ ALERTEMOS contra a barbárie. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 4 abr. 1942, p. 1.

⁵⁵² A 5ª coluna no Brasil. *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 27 mar. 1942, p. 4.

⁵⁵³ TRAIÇÃO. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 4 abr. 1942, p. 3.

⁵⁵⁴ O civismo em NH exteriorizado num Comício Monstro. *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 21 ago. 1942, p. 4.

envio para campos de concentração, onde haveria “trabalhos forçados para os traidores e para os eixistas que ainda andam por aí”.⁵⁵⁵ Identifica-se, assim, que, ao ser constatada a traição ao Brasil, o indivíduo deveria servir de exemplo e ser condenado a cumprir a sentença em ambiente condizente com a ação, pois “só um lugar lhes pode ser reservado no momento: um campo de concentração”.⁵⁵⁶ Tal atitude ocorria, pois, na mesma reportagem da citação anterior, onde há relato do envio de um alemão, Hans Werner Clason, acusado de espionagem quinta-coluna, para a Colônia Penal do Jacuí.

Considerações finais

Os textos jornalísticos são uma fonte histórica muito rica em informações, cujo discurso permite compreender a época estudada, sendo uma representação de determinados eventos. Com esta pesquisa, foi possível identificar que, nos dois periódicos analisados (*Correio de São Leopoldo* e *O 5 de Abril*), no ano de 1942, passou-se a publicar matérias sobre a quinta-coluna, termo que representa a traição à pátria por parte de um indivíduo que, de dentro do território, auxilia o inimigo.

O surgimento do conceito por aqui pode ser explicado pelo contexto nacional e internacional. No Brasil, estávamos passando por um processo de valorização do brasileiro e de suas manifestações culturais. O estrangeiro, o imigrante e seus descendentes, que não tinham assimilado a cultura brasileira, eram vistos como um corpo estranho na sociedade, e deveriam ser nacionalizados. No contexto internacional, temos a Segunda Guerra Mundial, e é no ano de 1942 que o Brasil se posiciona contra os países do Eixo, tornando inimigo tudo que possuísse vinculação com esses países. Além de que, neste mesmo ano, navios brasileiros passaram a ser atacados por submarinos alemães. Dessa forma, o emprego do conceito quinta-coluna se explica nesse cenário, onde se criam dois grupos, o brasileiro e o traidor, o quinta-coluna, criando um sentimento de pertencimento, e construindo uma identidade em que o brasileiro se torna responsável pela soberania da pátria e, por isso, deve estar vigilante no combate ao inimigo. Assim, os jornais foram um dos meios de comunicação utilizados para a disseminação desse discurso, no qual o quinta-coluna era um sujeito, estrangeiro ou não, com ligação com o Eixo, sobretudo à Alemanha e ao nazismo. E, mesmo em solo brasileiro, sob

⁵⁵⁵ BASTA de paciência. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 22 ago. 1942, p. 1.

⁵⁵⁶ O exemplo. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 11 abr. 1942, p. 1.

sua proteção e hospitalidade, trairia o país, com informações ao inimigo ou propagação de seus ideais.

Referências

- AZEVEDO, P.S. de S. de. “PELA PÁTRIA!”: A Campanha de Nacionalização repercutida nas páginas do jornal Correio de São Leopoldo durante a Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre. Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/37070>>. Acesso em: 01 jun. 2018.
- ACERVO DOCUMENTAL DO MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. *Correio de São Leopoldo*. São Leopoldo.
- BEHREND, Martin Herz. *O 5 de Abril: o primeiro jornal de Novo Hamburgo*. Novo Hamburgo: [s. n.], 2002.
- BUADES, Josep M. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Contexto, 2013.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo, SP: Contexto, 1988.
- _____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- DUARTE, Ariane dos Reis. A nacionalização do ensino nas páginas do Correio de São Leopoldo. *Diálogo*, Canoas, n. 27, p. 85-96, dez. 2014.
- FARAGO, Ladislav. *A Guerra Secreta: História da Espionagem na Segunda Guerra Mundial*. Portugal: Edições 70, 2018.
- FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1991.
- _____. A Segunda Guerra Mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. *Revista Acadêmica Licencia&acturas*, Ivoti, v. 3, n. 2, p. 15-25, jul/dez. 2015.
- LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MOURA, Gerson. Neutralidade do Brasil na Segunda Guerra Mundial. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/neutralidade-do-brasil-na-segunda-guerra-mundial>> Acesso em: 01 mar. 2018.
- NEUMANN, Rosane Marcia. ‘*Quem nasce no brasil, é brasileiro ou Traidor!*’: As colônias germânicas e a campanha de nacionalização. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5010>>. Acesso em: 01 set. 2018.
- O 5 DE ABRIL*. Novo Hamburgo: Behrend Ltda., 1942-1943.
- PEREIRA, Durval Lourenço. *Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2015.
- SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas,

1999. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. A vida através dos papéis guardados: construção de memórias e narrativas históricas através dos acervos pessoais. *Mouseion*, n. 29, abr. 2018, p. 295-304. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/4264>> Acesso em: 01 set. 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2012.

WEBER, Daniela Maria. Metodologia para pesquisa em imprensa: Experiências através d'O Paladino. *Signos*, Lajeado: UNIVATES, v. 33, p. 9-21, 2012. Disponível em: <<http://www.univates.com.br/revistas/index.php/signos/article/view/718>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE PAROBÉ-RS

Jaison Volnir da Silva Bueno

Graduado em História e Bolsista de Aperfeiçoamento

Científico pela Universidade Feevale.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto resulta do trabalho de conclusão de curso de História, da Universidade FEEVALE, e traz como tema o município de Parobé, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, e sua emancipação política junto ao município de Taquara.

Notamos que, entre os estudos a respeito dos processos históricos de Parobé, não há produção específica sobre a emancipação do município. Podemos destacar que a bibliografia existente é voltada para a história do município de modo geral, não existindo materiais mais amplos e detalhados a respeito do processo emancipacionista de Parobé.

Para a construção do presente trabalho, utilizamos diferentes métodos: pesquisa bibliográfica, história oral, análise de legislação, pesquisas em jornais de circulação local e estadual e documentos que compunham o processo de emancipação do município.

Dentre a bibliografia utilizada, destacamos os estudos sobre a região de Parobé e as produções sobre os processos de emancipação do Rio Grande do Sul. Com relação a esses dois campos, nos valem de estudiosos, tais como Dóris Rejane Fernandes (2011) e Dalva Reinheimer (2011), que possuem estudos sobre a região, e Fabrício Ricardo de Limas Tomio (2005) acerca das emancipações municipais e seus aspectos políticos e legais. A respeito do município, destacamos a obra de Lígia Mosmann (1999) e de Angelita Vargas Peixoto (1990).

Também fizemos uso de fonte oral, por meio de Paul Thompson (1978) e de Verena Alberti (2006), realizando entrevista com Aiser Henh, que foi tesoureiro da comissão de emancipação e um dos principais líderes do movimento. A utilização de fonte oral no presente trabalho supriu as poucas produções a respeito da história de Parobé. Thompson (1978)

respalda que registros orais têm justamente a função de auxiliar no levantamento de dados sobre eventos históricos contemporâneos, os quais não possuem vasta bibliografia.

Os jornais utilizados para o trabalho incluem periódicos de circulação local (*Jornal Panorama*) e de circulação estadual (*Zero Hora*, *Correio do Povo* e *Folha da Tarde*). Tais fontes foram obtidas em pesquisas no Museu Hipólito José da Costa, Museu Histórico de Parobé e Arquivo Municipal de Novo Hamburgo.

Para a utilização das fontes jornalísticas, partimos dos pressupostos de Maria Helena Capelato (1988) e Tânia Regina de Luca (2006), que apresentam a imprensa como uma importante fonte de registros históricos. Ao mesmo tempo, os autores salientam os cuidados que devem ser tomados na utilização dessa fonte. Para Luca (2006), o principal cuidado se refere à subjetividade a qual o jornal se insere, cabendo ao pesquisador buscar o distanciamento dos fatos para extrair as informações contidas nesse documento.

Para a reconstrução do processo de emancipação do município foram utilizados documentos que faziam parte das exigências legais do procedimento.

Para a análise do processo de emancipação de Parobé, nos baseamos nas noções de emancipação política, atores políticos, comissão de emancipação, processo de emancipação, plebiscito, lei de emancipação e eleitores. São essas categorias que norteiam o entendimento do processo.

A análise do processo de emancipação de Parobé se insere como um estudo que abrange a temática da história política. Essa, por sua vez, apresenta-se dissonante da historiografia política voltada para os grandes líderes, mostrando-se próxima ao campo cultural.

Gertz (1999) nos mostra a aproximação da história política com a história social, a partir do século XX, marcando o seu ressurgimento como uma Nova História Política. Essa renovação pela qual a história política passou foi, conforme Rémond (1996), devido a aproximação do campo de estudo da história política com os campos da sociologia, permitindo, assim, uma história com um viés muito mais cultural. Portanto, consideramos a análise do processo de emancipação de Parobé a partir dessa perspectiva.

2. A OCUPAÇÃO DA REGIÃO DE PAROBÉ

Parobé possui uma história muito recente, tendo a sua emancipação junto ao município de Taquara efetivada apenas em 1982. Sobre a ligação das duas localidades, Mosmann (1999)

esclarece que Parobé historicamente sempre foi um território pertencente a Taquara, desde a sua origem como povoado.

A área dos atuais municípios de Taquara e Parobé, situada à margem esquerda do Rio dos Sinos, era originalmente, desde o século XVIII, conhecida como Mundo Novo. Neste período, momento de expansão portuguesa para a ocupação do território do Rio Grande do Sul, Mundo Novo estava ligado ao município de Santo Antônio da Patrulha (FERNANDES, 2011).

Conforme Lúcio Fleck (2001), no século XIX, Taquara do Mundo Novo, como já era conhecida, foi transferida para Santa Cristina do Pinhal, localidade que pertencia a colônia de São Leopoldo. Com a emancipação de Santa Cristina do Pinhal, em 1857, Taquara do Mundo Novo passou a pertencer a essa localidade. Além disso, foi elevada à condição de freguesia, em 1882, e posteriormente foi emancipada, em 1904.

Antes da chegada dos povos europeus, o território de Taquara do Mundo Novo era ocupado por indígenas da cultura *Kaingang*, que se espalhavam pelas terras ao longo das margens do Rio dos Sinos (BECKER, 1991, apud LAROQUE, 2011). Segundo Fernandes (2011), a ocupação do território do Rio Grande do Sul era conduzida por tropeiros e por moradores locais, o que não dava à coroa portuguesa nenhuma garantia a respeito da posse da terra. Assim, principalmente a partir do Tratado de Madri (1750), que remanejava as posses de terra entre Espanha e Portugal, a coroa portuguesa passou a acelerar esse processo principalmente com o envio de imigrantes açorianos para a ocupação do território.

No final do século XVIII é que vai ocorrer um avanço significativo das populações portuguesas e espanholas no território do Vale do Rio dos Sinos. A povoação se deu principalmente a partir de Porto dos Casais (Porto Alegre) e da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos (Gravataí), seguindo em direção leste, se estendendo até Santo Antônio da Patrulha (FERNANDES, 2011).

Conforme Fábio Kühn (2004), o povoamento da região de Taquara do Mundo Novo, até o século XIX, esteve por conta principalmente de portugueses, como forma de assegurar as posses das terras da região. Fernandes (2011, p.18) resume o povoamento da região:

O espaço que originalmente chamamos de Mundo Novo, surgiu da ocupação para o atendimento aos interesses da Coroa Portuguesa em povoar o sul do Brasil para garantir a posse dessas terras. Os registros localizados até o momento permitem afirmar que nesse espaço viviam pessoas de diversas origens: indígenas, espanhóis, açorianos, paulistas, portugueses e negros.

Podemos notar, a partir dos dois autores, que o interesse da coroa portuguesa em estabelecer povoamentos no território do Rio Grande do Sul estava motivado principalmente pelo temor da perda dessas áreas. Ao criar esses núcleos de povoamento, as populações indígenas que estavam na região acabaram sendo empurradas para cada vez mais longe (KÜNH, 2004).

Também é possível perceber, por meio de Fernandes (2011), que na região havia uma grande confluência de culturas, pois a autora cita os povos anteriores aos germânicos que também vão estabelecer residência na localidade, principalmente, a partir do século XIX.

A imigração alemã aconteceu muito mais tardiamente em relação à ocupação do estado pelos imigrantes açorianos. Foi apenas no século XIX que os colonos germânicos começaram a se estabelecer no Rio Grande do Sul. A área que a colônia de São Leopoldo, primeiro reduto dos imigrantes alemães em nosso estado, abrangia também a localidade de Taquara do Mundo Novo, que passou a ser ocupada também por alemães a partir de 1824 (KÜNH, 2004)

Podemos assim constatar a participação desses povos diretamente no povoamento da região a qual hoje se localizam os municípios de Parobé e Taquara. Num primeiro momento, os indígenas circulavam nessas terras ao longo das margens das margens do Rio dos Sinos. Num segundo momento, no século XVIII, o povoamento foi por parte de portugueses, que buscavam assegurar a posse dos territórios. Por fim, os alemães começaram a chegar na primeira metade do século XIX.

Também cabe lembrar a presença de africanos, espanhóis e paulistas, que é destacada por Fernandes (2011). Essas presenças também estão inseridas no contexto da povoação da região que hoje constitui o município de Parobé.

3- CONSIDERAÇÕES SOBRE O AMBIENTE INSTITUCIONAL

A emancipação política de Parobé está inserida em um contexto político e institucional amplo. Dentre os municípios originários da cidade de Taquara, Parobé é o último que consegue sua emancipação, em 1981. Através de Tomio (2005), conseguimos perceber que uma série de legislações regeu as decisões emancipatórias no Rio Grande do Sul, trazendo exigências legais, tais como número mínimo de habitantes e arrecadação tributária. Aliado a isso, períodos de maior centralização institucional, como a partir de 1964, influenciaram para a emancipação de Parobé ser mais tardia em relação a outros municípios.

Para Tomio (2005), ao analisarmos o histórico de criações de municípios no Rio Grande do Sul, o primeiro aspecto que chama a atenção é a forma com que estes processos são distribuídos decorrer do tempo. Seu arranjo não se apresenta uniforme, sendo registrados períodos de grande explosão emancipacionista (principalmente a partir da década de 80) e outros sem nenhuma criação dos mesmos, em que foram observadas, inclusive extinções de municípios.

Ainda segundo o autor, esses períodos de maior ou menor número de municípios criados no Rio Grande do Sul estão diretamente ligados ao ambiente institucional e à legislação em vigor, que em momentos se apresentou mais permissiva em relação ao desmembramento de unidades territoriais. A emancipação de Parobé se dá justamente num contexto de grande número de emancipações municipais.

Dentro do histórico de emancipações municipais no estado do Rio Grande do Sul, é possível observar que uma série de legislações regulou tais desmembramentos territoriais. Para compreendermos o contexto em que ocorre a emancipação de Parobé, vejamos as legislações que orientaram as emancipações.

Segundo Tomio (2005), até 1946, as alterações nas divisões das unidades territoriais eram de responsabilidades das câmeras municipais, reflexo ainda da constituição castilhistas⁵⁵⁷ de 1892, em que a Assembleia Legislativa era afastada das decisões políticas.

O processo decisório era estabelecido pela Lei Orgânica de cada município. Em síntese as câmeras aceitavam os pedidos de anexação, desmembramento ou criação municipal; promoviam os plebiscitos e enviavam o projeto de emancipação ao Governador do Estado. Esse autor, com base nos pré-requisitos firmados pela Constituição Estadual, vetava ou promulgava o decreto de criação municipal. (TOMIO, 2005, p.133)

A partir de 1946, as decisões acerca de divisões territoriais passaram a ser responsabilidade exclusiva do executivo estadual, sendo que em 1948 foi criada a primeira lei que tratava da regulação dos processos emancipatórios no estado: A Lei Complementar N° 534, que estabeleceu requisitos mínimos para as emancipações, como, por exemplo, população mínima para da área a ser emancipada. (TOMIO, 2003).

Em 1953, ocorreu uma nova modificação na legislação. A Lei 2.116/53 determinava os anos com milésimos finais 3 e 8 para a realização dos processos de emancipação, além da criação da Comissão Revisora Territorial, responsável por analisar as condições econômicas das áreas emancipandas.

⁵⁵⁷ Primeira Constituição do estado do Rio Grande do Sul, sancionada no governo de Júlio de Castilhos.

Em 1960, outra lei de emancipação de municípios foi criada. Segundo Tomio (2005), a antiga legislação dificultava o andamento do processo emancipatório. A Lei 4.054 retirou a obrigatoriedade dos anos finais 3 e 8 para a realização dos processos e também extinguiu a Comissão Revisora de Divisão Territorial.

Em vigor a Lei 4.054, foi formada uma comissão emancipadora para buscar o desmembramento político de Parobé do município de Taquara. No entanto, essa comissão não obteve sucesso. De acordo com Lígia Mosmann (1999), o insucesso desse movimento se deu pelo não preenchimento de todos os requisitos legais.

A formação de um novo movimento emancipatório em Parobé ocorreu apenas dezoito anos mais tarde. Um motivo que podemos observar para tentar compreender porque o distrito buscou a sua emancipação muito posteriormente era a situação político institucional em que se encontrava o Brasil naquele período.

A partir de 1964, o país começou a ser controlado pelo regime militar, e a ditadura, com sua forte política centralizadora, evitou as divisões territoriais na federação. Para Tomio (2005), a explicação para o fim das emancipações estava na atuação dos militares.

Foi a ruptura institucional, a violência centralizadora, e as sanções políticas impostas pelo regime de 1964 que, claramente reconhecidas enquanto ameaças reais pelos atores políticos estaduais, cessou o surto emancipacionista dos anos 1950 e 1960. A regulamentação expressa na Lei Complementar federal n. 01/1967, acrescida a diminuição das transferências fiscais aos municípios, somente arrefeceu os ânimos (já previa e violentamente apagados) do emancipacionistas gaúchos (TOMIO,2005, p.135).

Podemos perceber, com a fala do autor, que as condições para as emancipações não eram favoráveis no período em que os militares estavam no poder, devido às sanções impostas pelo sistema. Logo, Parobé, que até então não havia conseguido a sua emancipação política, encaixava-se neste contexto nacional, em que não havia nenhuma movimentação no sentido de se buscar desmembramentos de unidades territoriais nos municípios.

No início dos anos 1980, foram retomadas as discussões a respeito das emancipações. Segundo Tomio (2003), os interesses referentes às emancipações voltaram à pauta da Assembleia Legislativa. Além disso, havia um ambiente político mais favorável, o que possibilitou aos legisladores estaduais novamente passarem a controlar os processos e as decisões acerca das divisões de territórios municipais.

Sendo assim, nesse contexto de maior abertura política, após uma forte centralização do poder praticada pelos militares, foi formado um novo movimento emancipatório em Parobé, no ano de 1981.

Podemos constatar que a emancipação de Parobé estava em uma conjuntura política completamente diferente dos demais processos que envolveram o município de Taquara. Por mais que outros distritos alcançaram a sua autonomia com diferentes determinações legais, como Canela (1945), Gramado (1954), Três Coroas (1959) e Igrejinha (1964), eles estavam em um cenário político diferenciado.

A emancipação de Igrejinha, por exemplo, respondeu aos requisitos exigidos pela Lei 4.054/60, a mesma que Parobé, em 1982. Portanto, o contexto no qual ocorreu o processo de separação de Parobé do município de Taquara foi de reabertura política e institucional para as emancipações no Rio Grande do Sul. Esse panorama possibilitou que o distrito conseguisse o seu desmembramento praticamente duas décadas mais tarde que as demais localidades originárias de Taquara e que se tornasse o último distrito a conseguir a sua emancipação.

4. O MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA

Dentre os motivos que levaram as lideranças locais a pleitearem a emancipação de Parobé, conseguimos identificar dois principais: insatisfação por parte da população e um melhor ambiente institucional, como salienta Tomio (2005), ao analisar os fatores que levaram ao crescimento do número de municípios a buscarem a sua emancipação no Rio Grande do Sul.

Por meio de matérias dos jornais *NH* e *Folha da Tarde*, é possível perceber a insatisfação dos moradores com a administração municipal e o desejo de parte da comunidade em emancipar-se. Com relação ao ambiente institucional, a reabertura política e das instituições públicas permitiu que as emancipações começassem novamente a crescer.

O processo de emancipação de Parobé obedeceu ao que estava disposto na Lei 4.054/60. Dentre as principais exigências legais, estavam a formação de uma comissão de emancipação e realização de um plebiscito junto à população da área emancipada. Tomio (2005) define a comissão de emancipação como um grupo de líderes locais escolhidos pela comunidade, em um debate, para ficarem responsáveis pelo andamento do processo, para reunirem os documentos necessários na ação e para buscarem estratégias junto ao poder legislativo do estado para o andamento do pedido.

Para a identificação dos envolvidos no processo de emancipação, usamos a ideia de “atores políticos”, apresentada por Tomio (2005). Segundo o autor, estão envolvidos no processo as lideranças políticas locais, os eleitores, deputados estaduais e o executivo estadual.

Dentre as lideranças políticas locais, conseguimos identificar comerciantes e pessoas do setor político, como vereadores. Essas lideranças vão formar a comissão de emancipação, que levou adiante o processo.

Os eleitores são peças importantes no processo, pois mesmo não estando diretamente ligados aos tramites legais, são eles que, através do voto, vão dar o aval para a criação do novo município. Por fim, completando os atores políticos envolvidos no processo de emancipação, identificamos os deputados estaduais, que, mantendo interesses políticos, auxiliavam os emancipacionistas no processo.

Por meio dos documentos que compunham o processo de emancipação de Parobé (PL44/82) foi possível identificar as exigências legais para a emancipação. De acordo com a Lei 4.054/60, a área emancipada necessitava ter 12.000 habitantes, além de arrecadação tributária mínima e realização de plebiscito. Com o uso da história oral e a análise do processo, conseguimos observar que houve a apropriação de outros territórios para cumprir as exigências legais.

Quanto aos motivos que levaram Parobé a pleitear a sua emancipação, podemos trabalhar com dois fatores: a insatisfação por parte da população e uma maior abertura política ocasionada pelo enfraquecimento do regime militar no Brasil, como salienta Tomio (2005). Sendo assim, a partir desses dois fatores, poderemos refletir sobre os motivos que levaram a formação de uma comissão de emancipação.

Partindo primeiramente da insatisfação manifestada pela comunidade, podemos perceber a partir de entrevistas em jornais que circulavam nesse período, e que traziam o tema da emancipação como pauta, que o principal argumento utilizado por aqueles que se manifestavam favoráveis à separação de Parobé era o descaso por parte das administrações de Taquara com o distrito, que, segundo as declarações, ignoravam os problemas enfrentados pela população na localidade. O *Jornal NH*, em sua reportagem especial sobre o resultado favorável da emancipação em 1982, apresenta como motivos para a origem do movimento emancipacionista:

Uma série de deficiências de infra-estrutura, principalmente no interior da localidade e o abandono das autoridades de Taquara, que não davam solução às necessidades mais urgentes de Parobé, foi a causa principal para a criação do movimento que conseguiu realizar o seu intento (JORNAL NH, 30 abr 1982, p.2).

Nesta mesma edição, o então vereador José Alexandre Haack argumentou que as necessidades se apresentavam em vários departamentos do distrito. A população alegava falta de cuidados com as ruas, ausência de unidades de saúde, de agências bancárias, de moradias e

de escolas. A arrecadação tributária do distrito era alta devido às diversas empresas calçadistas que ali se encontravam, porém não haviam as contrapartidas em investimentos para melhoria dos problemas apontados.

O jornal *Folha da Tarde* (25 mar. 1982, p. 6), enquanto o projeto ainda não havia sido votado em plebiscito, traz a “falta de estrutura como principal motivo para a origem do movimento emancipacionista”.

Na edição de 1º de abril de 1982 do *Jornal NH*, já após o movimento conseguir a emancipação, o morador Theodomiro Rodrigues da Silva salientou que com a emancipação haveria mais chances de as melhorias no bairro serem efetivadas:

Com a emancipação, Parobé terá mais chances de desenvolver-se, ter suas ruas mais cuidadas e, desta forma, poderão ser resolvidos os diversos problemas do município, como a falta de policiamento, falta de um hospital ou um posto de saúde com maior atendimento médico e serão feitas muitas melhorias nas escolas, ruas e principalmente no interior. (JORNAL NH, 01 abr.1982, p.1)

Henh (2017) reforçou ainda mais essa ordem de motivações para o surgimento de um movimento emancipatório em Parobé:

Nada era investido em Parobé, era a maior arrecadação do município e não voltava nada para lá. O dinheiro ia pra Taquara, era investido em Taquara e não voltava nada para Parobé, sabe? A gente queria um terreno para fazer um posto de saúde não conseguíamos, a gente queria cercar uma quadra de vôlei no meio da praça, não conseguimos, sabe, todas essas coisas que a gente ia a Taquara para falar com o Tito, que era o prefeito, era não! A comunidade já estava exaurida de tanta reivindicação que fazia e não era atendida.

A ideia da falta de estrutura dentro do distrito também é defendida por Peixoto (1990), que, além disso, atribuiu o surgimento desses problemas estruturais ao grande número de pessoas que chegaram a Parobé, principalmente a partir da década de 1970, em busca de empregos, aproveitando o grande crescimento da indústria calçadista na região.

Além disso, uma das causas apontadas por Mosmann (2008) para esse grande fluxo de pessoas vindo à Parobé em busca de empregos, é o plano de desenvolvimento econômico lançado pelos militares, que direcionavam investimentos para as exportações, beneficiando, assim, as indústrias calçadistas instaladas na localidade. Os investimentos para a infraestrutura local por sua conta não acompanhavam o constante aumento populacional do distrito.

Para Fleck (2001) era normal o grande aumento da população, pois a crescente industrialização acelerava o crescimento populacional devido às chegadas de trabalhadores de várias regiões do estado, o que acarretava em rápida necessidade de melhorias no distrito.

Como podemos perceber, a insatisfação devido às questões de infraestrutura se mostravam significativas e atingia a comunidade do distrito, que via na emancipação uma saída para serem resolvidos os problemas que estavam assolando a localidade. Tais argumentos vêm apenas confirmar a ideia da infraestrutura como principal motivador das emancipações, como ressalta Zilá Mesquita (1992, p.177):

Portanto, de um modo geral, as razões alegadas para a emancipação centram-se na necessidade de implantar uma infra-estrutura urbana inexistente ou precária, por exemplo: melhoria da **acessibilidade das estradas** (sic) do interior; maior proximidade na oferta de serviços de **saúde** (sic) (ambulatório, hospital), **de educação** (sic) (escolas) e **financeiros** (sic) (implantação de uma agência bancária para contas correntes, pagamento de impostos e taxas de serviços públicos). Segundo alguns entrevistados, é o abandono crescente dos distritos em favor da sede que faz com que se deseje a independência administrativa.

Além deste descontentamento em relação ao tratamento recebido de Taquara, devemos trabalhar com a questão legal que também contribuiu para a formação de uma comissão emancipadora.

O segundo fator que consideramos como motivadores para a formação de uma comissão emancipacionista foi o da abertura política e legal. Em comparação com a legislação anterior, podemos observar uma redução da exigência mínima de população para a unidade territorial emancipar-se, que foi de 20.000 habitantes para 12.000. Além disso, a já citada retirada da Comissão Revisora de Divisão Territorial do processo facilitou muito o andamento das discussões e as averiguações dentro da Assembleia Legislativa. Ademais, em âmbito nacional, o processo de abertura política no Brasil passou a dar uma maior autonomia para os estados legislarem sobre as divisões territoriais.

Podemos sugerir que basicamente esses dois fatores: a insatisfação da comunidade e a abertura política contribuíram para algumas lideranças locais se organizarem formando um grupo que levou a cabo o projeto de emancipar Parobé.

A aprovação do processo ocorreu em 25 de novembro de 1981 sendo, a partir de então, necessária a realização de um plebiscito junto à população para a emancipação. O plebiscito ocorreu dia 28 de março de 1982 e no dia 1º de abril foi confirmada a emancipação política de Parobé.

5. PLEBISCITO: A VONTADE DA POPULAÇÃO MANIFESTADA NO VOTO

Com o processo de emancipação encaminhado junto à Comissão de Constituição e Justiça, a movimentação para o plebiscito iniciou dentro do distrito. A oposição encontrada

pelo movimento, especialmente na localidade de Santa Cristina do Pinhal, era a que mais merecia atenção, porém Henh (2017) destaca que não havia apenas opositores na localidade: “Também tínhamos votos favoráveis lá dentro, e, como em Parobé, a maioria era esmagadora, estávamos com certa tranquilidade”.

Mesmo que já se falasse na votação, era necessário ainda esperar a aprovação do projeto e o estabelecimento, por parte do legislativo estadual, de uma data para a realização do plebiscito. Em 25 de novembro de 1981, a Comissão de Constituição e Justiça expediu seu parecer favorável à criação do município. No documento expedido, a Comissão de Constituição e Justiça constatou que a comissão de emancipação de Parobé conseguiu atingir todos os elementos exigidos por lei, justificando a resposta positiva em relação à criação do município de Parobé.

O processo imediatamente foi encaminhado para votação na Assembleia Legislativa, pois o resultado da análise do legislativo estadual já foi emitido no mesmo dia do parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Dentro da Assembleia Legislativa, os deputados seguiram a orientação do parecer, aprovando a consulta plebiscitária. O documento não apresenta relação de votos dos deputados, o que não permitiu uma maior análise quanto ao posicionamento da casa no processo.

Com a aprovação do processo dentro da Assembleia Legislativa, caberia ainda esperar a sua respectiva publicação no Diário Oficial do Estado, para posterior definição da data do plebiscito.

O Diário Oficial formalizou a aprovação do processo ocorrido no final de novembro e também estipulou uma data para a realização da consulta popular, que ficou estabelecida para o dia 28 de março de 1982. A confirmação da data deu, oficialmente, início à segunda etapa do processo de emancipação, que era a aprovação em plebiscito.

A movimentação a partir daí foi em prol da campanha pelo “sim” encabeçada pela comissão de emancipação e se deu principalmente por meio de conversas com a comunidade. Segundo Henh (2017), “a campanha foi na boca a boca, não tinha o que fazer, nós íamos de casa em casa e falávamos nas vantagens”. O emancipacionista também comenta que a confiança de um resultado positivo no plebiscito era grande, pois, segundo ele, “dificilmente tinha alguém contra, a grande maioria era a favor, não tinha como a gente perder.”

Entretanto, neste cenário, a campanha pelo “não” também ocorria, de forma mais localizada no distrito de Santa Cristina do Pinhal. Foi possível constatar que havia oposição

por parte dos moradores dessa vila desde o momento em que o território foi anexado ao projeto de emancipação, para poder preencher a população mínima exigida.

Segundo Mosmann (1999), a oposição dos moradores de Santa Cristina do Pinhal estava fundamentada em duas causas: a sua ligação histórica com o município de Taquara e a sua posição geográfica. Quanto ao primeiro aspecto, Santa Cristina do Pinhal, que desde 1760 foi povoada por luso-brasileiros, era o município que deu origem à Colônia do Mundo Novo, que veio a se tornar, mais tarde, o município de Taquara; quanto a sua geografia, Santa Cristina do Pinhal, em relação ao distrito de Parobé, ficava na margem oposta do Rio dos Sinos, porém não havia ponte que fizesse a ligação entre as duas localidades. Logo, seria necessário aos moradores ir até Taquara para conseguir o acesso a Parobé.

Para fazer o contraponto às alegações dos contrários à emancipação, os emancipacionistas realizavam sua campanha na localidade trazendo propostas para essas dificuldades destacadas. Segundo Henh (2017), já havia articulações por parte dos emancipacionistas dentro do governo estadual para construção de uma ponte para fazer a ligação entre as duas localidades, e isso era salientado na campanha nessa comunidade.

Como esperado pelos emancipacionistas, o resultado do plebiscito foi a favor do movimento, sendo assim aprovada a emancipação do distrito de Parobé. Analisando o ofício da apuração dos votos do plebiscito, podemos perceber que houve uma boa margem de votos favoráveis à emancipação. Mais especificamente, em um total de 3.976 votos, 2.463 votaram “sim” e 273 optaram pelo “não”. Além desses, 35 votaram em branco, 7 nulos e 1.119 não compareceram aos locais de votação.

Podemos perceber que houve um grande número de eleitores que não votaram no plebiscito. Contudo, ao analisarmos as publicações de jornais não foi possível identificar nenhum motivo alegado para as abstenções, que chegaram a 30%. Henh (2017), em entrevista, também não soube explicar os motivos do não comparecimento dos eleitores.

Para Tomio (2002), a mobilização dos eleitores para que cooperem votando no plebiscito fica a cargo das lideranças locais engajadas no processo, ou seja, a comissão de emancipação. As informações levantadas a respeito dos emancipacionistas mostram uma grande atuação para o cumprimento das demandas legais do processo. Entretanto, as estratégias para levar os eleitores às urnas não foram destacadas nas fontes consultadas. Desse modo, fica comprometida uma análise mais detalhada sobre a mobilização dos moradores.

Ao analisarmos os resultados do plebiscito, podemos observar que na urna da localidade Santa Cristina do Pinhal foram registrados um total de 183 votos, entre os quais 82

foram sim e 72, não, além de um voto nulo. Ao considerarmos que o restante das urnas da área a ser emancipada contabilizou 2.463 sins, constatamos que matematicamente era impossível os opositoristas conseguirem barrar a emancipação, pois o número de eleitores inscritos era de 3.976

A vila de Santa Cristina do Pinhal, onde se falou muito da oposição forte de alguns moradores, apresentou uma votação mais favorável ao plebiscito, desconsiderando o número de abstenções. Diante disso, não se confirmou nas urnas a ideia de oposição por parte dessa localidade.

Por outro lado, as localidades de Morro da Pedra e Morro Pelado se manifestaram contra à separação de Parobé. Todavia, essas áreas não eram citadas como contrárias à emancipação. Segundo Henh (2017), por serem zonas rurais mais distantes do centro do distrito, houve uma maior resistência nas urnas pela emancipação.

Portanto, como delineado acima, se deu o resultado do plebiscito que tratava da emancipação do distrito de Parobé do município de Taquara. Com o resultado, houve grande comemoração na praça central do distrito e, depois de realizado o plebiscito, restava apenas a sanção do governador do Estado para que fosse confirmada a emancipação.

Com o resultado do plebiscito conhecido e após a grande festa promovida pela comissão de emancipação para ser celebrado, o resultado da consulta plebiscitária foi encaminhado pelo juiz eleitoral Geraldo César Fregapante para a Assembleia Legislativa do Estado, para que pudesse ser anexada a votação ao projeto e encaminhada ao governador.

A sanção que autoriza a criação do município de Parobé veio mais tarde, no dia 26 de abril de 1982. Com a Lei 44/82, ficou estabelecida a criação de mais um município no estado do Rio Grande do Sul, seguindo o momento de uma maior abertura política que a década de 80 proporcionou. Para Tomio (2002), foi um período de grande movimentação política para a criação de novos municípios e Parobé faz parte desse contexto.

Com a emancipação, observamos que Parobé não se desligou imediatamente do município de Taquara. Havia a necessidade de transição administrativa e da eleição da legislatura que administraria o novo município, o que ocorreu apenas em 1983.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente estudo, podemos chegar a algumas considerações a respeito do problema de pesquisa proposto e dos objetivos estabelecidos inicialmente. Com essa pesquisa, buscávamos identificar quais aspectos foram mais relevantes para o processo de emancipação de Parobé-RS.

Primeiramente, ao descrever a história de Parobé, desde a ocupação de suas terras, identificamos que a região foi originalmente ocupada por povos de diversas origens. Por meio da pesquisa, conseguimos identificar a circulação de indígenas, portugueses, espanhóis e alemães na área onde hoje se localiza Parobé.

Com essa povoação e o desenvolvimento econômico da região a partir do século XX, foi possível perceber, que aliado a um momento institucional mais favorável, começou a circular no distrito a ideia de emancipação da localidade.

Percebemos a partir de matérias dos jornais consultados e da entrevista realizada que uma parcela da população estava insatisfeita. Dessa insatisfação, resultou a formação de um movimento emancipacionista.

Inicialmente, construímos a hipótese de que o fator mais importante para a emancipação de Parobé eram os aspectos econômicos. No entanto, a pesquisa identificou também outros fatores, como o cumprimento das determinações legais pela comissão de emancipação e a participação popular através do voto em plebiscito.

Os aspectos econômicos, diferentemente de nossa hipótese, foram importantes para as motivações iniciais, porém para o processo de emancipação, propriamente dito, apresentaram pouca relevância. Percebemos, com a pesquisa, que com crescimento do distrito e com o aumento dos problemas de infraestrutura, as reivindicações para a emancipação surgiram, pois o distrito era o principal gerador de receitas tributárias para Taquara. Entretanto, como ressaltou Aiser Henh, a comissão de emancipação não tinha acesso à situação econômica do município de Taquara de forma detalhada. O emancipacionista destacou, ainda, que a comissão só teve acesso a esses dados após concluído o processo, que, como visto, era o momento em que a legislação exigia a entrega desses dados para a unidade emancipada.

Assim, não podemos considerar os aspectos econômicos como uma questão principal dentro das motivações dos emancipacionistas, por mais que o grande número de empresas no distrito remetesse a uma grande arrecadação.

REFERÊNCIAS

- 2463 pessoas votaram, “sim” e Parobé vira município. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 01 abr.1982, p.1.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In; PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- FERNANDES, Dóris Rejane. Dos caminhos de tropeiros às moradas de favor, às fazendas, à cidade de Taquara: História do século XVIII ao XX. In: REINHEIMER, Dalva; GEVEHR, Daniel Luciano (orgs). *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Taquara: Evangraf, 2011. p.15-35.
- FLECK, Lúcio. *A Saga do Vale: A história da imigração alemã no Vale do Rio dos Sinos*. Saporanga: Prefeitura Municipal de Saporanga, 2001.
- GERTZ, René Ernani. História Política. *Revista Logos*, Canoas, v.11, n°1, 1999, p. 13-23.
- HENH, Aiser. *Entrevista* concedida a Jaison Volnir da Silva Bueno. Igrejinha: 09 set. 2017. Gravação em arquivo de mídia.
- KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2004.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In; PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2006.
- MESQUITA, Zilá. *Emancipações no RS: alguns elementos para reflexão*. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/vieww/720/968>> Acesso em: 13 ago. 2017.
- MOSMANN, Lígia. *Uma fazenda, um sobrado, a estação... Parobé, uma história a ser contada*. Parobé: Prefeitura Municipal de Parobé, 1999.
- _____. Parobé e o processo de urbanização. In: SOBRINHO, Paulo Gilberto Mosmann; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (orgs). *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: Est, 2008.
- PAROBÉ quer emancipação política para maio. *Jornal Folha da Tarde*, Porto Alegre, 25 mar. 1982, p.6.
- PEIXOTO, Angelita Vargas. *Parobé, seu povo, sua história*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1990.
- REINHEIMER, Dalva. Os caminhos para Taquara do Mundo Novo e a navegação fluvial. In: REINHEIMER, Dalva; GEVEHR, Daniel Luciano (orgs). *Caminhando pela cidade: Apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011. p.91-102.
- REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- SUBPREFEITO: “bairro devia estar emancipado”. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 30 abr. 1982, p.2.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 91 jun.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782005000100009&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 24 set. 2017.
- _____. Decisões estaduais em períodos democráticos: a produção de leis de criação de municípios no RS antes de 1964 e após a Constituição de 1988. In: *XXVII Encontro Anual da ANPOCS*, 2003, Caxambu-MG. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100006>Acesso em: 19 set. 2017.
- _____. A Criação de Municípios após a Constituição de 1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 17, n° 48, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100006>Acesso em: 20 set. 2017.

ARTICULAÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS NA “COLÔNIA ALEMÃ” DO RIO GRANDE DO SUL APÓS 1945: A FEDERAÇÃO DOS CENTROS CULTURAIS 25 DE JULHO

René E. Gertz
Doutor em Ciência Política
Ex-professor na PUCRS e na UFRGS; aposentado

As relações entre Brasil e Alemanha, mais seus efeitos sobre a população brasileira de origem alemã, de 1933 a 1945, estão relativamente bem estudadas. Mas ainda é escassa a bibliografia sobre esse mesmo tema naquilo que tange ao período posterior à Segunda Guerra Mundial. Logo após o conflito – antes da reconstituição de um Estado alemão –, uma missão militar brasileira foi enviada à Alemanha ocupada pelos Aliados para cuidar de brasileiros que lá se encontravam bem como de alemães que já tinham vivido no Brasil, e pretendiam retornar.⁵⁵⁸ Mas, abstraindo do livro memorialístico de um participante dessa missão (TAVARES, 1951), provavelmente Méri Frotscher (2013), por enquanto, seja a única historiadora que tratou dos retornados e de novos imigrantes.⁵⁵⁹ Uma tentativa de ajuda material à população alemã, nesses primeiros anos de privação, feita por alemães e descendentes residentes no Brasil, a organização “Socorro Europa Faminta”, foi estudada por Evandro Fernandes (2005; 2015, p. 413-429). A própria história da retomada das relações político-diplomáticas e econômicas entre Brasil e República Federal Alemã – a assim chamada Alemanha Ocidental – foi abordada em apenas poucas obras (BANDEIRA, 1994; OLIVEIRA, 2005).

No senso comum, naturalmente, ocupam espaço considerável supostos ou efetivos resultados menos edificantes da guerra e de seu desfecho sobre o Brasil e sua população de origem alemã. Talvez pela própria persistência de referências a esse assunto, no senso comum, alguns aspectos vêm recebendo atenção de estudiosos. Começando pela fuga de nazistas para a América Latina, após 1945, é verdade que a Argentina sempre esteve, e

⁵⁵⁸ Entre 1948 e 1955, teriam vindo 16.700 alemães para o Brasil (BARBIAN, 2014, p. 189).

⁵⁵⁹ A autora ainda publicou uma série de trabalhos que exploram, em especial, as “memórias” desses migrantes do pós-guerra e de seus descendentes (FROTSCHER, 2011; 2014; 2015; 2018a, 2018b). Veja, também, STEIN/FROTSCHER, 2016.

continua estando, no centro das atenções da opinião pública e também dos estudiosos, mas o tema tem recebido alguma atenção também naquilo que se refere ao Brasil. Nesse sentido, apesar de escassas, temos referências à vinda de cientistas alemães (em especial aqueles dedicados à indústria armamentista) (STANLEY, 1999). Também já existe alguma bibliografia sobre nazistas de certa relevância que de fato viveram no Brasil, na segunda metade do século XX (ABAL, 2014, 2016; CARVALHO, 2015). Em contrapartida, ao menos um estudioso se dedicou aos mitos, às manifestações explicitamente exageradas sobre as dimensões da presença e da ação de nazistas no Brasil, no pós-guerra (MEINERZ, 2013; 2018). Nesta mesma direção, um assunto bem mais estudado é a Editora Revisão, de Siegfried Ellwanger Castan, que funcionou em Porto Alegre, nas décadas de 1980/90, divulgando literatura negacionista e antissemita, podendo, por isso, ser entendida como efeito retardado do nazismo, em pleno final do século XX. Provavelmente pelo fato de o proprietário dessa editora ter sido processado por racismo, numa ação que chegou ao Supremo Tribunal Federal, esse assunto não foi abordado apenas por cientistas sociais e historiadores (LOPEZ, 1992; CRUZ, 1997; LAFER, 2004; JESUS, 2006; 2016; CUNDARI, 2006; SANTOS, 2008; CALDEIRA NETO, 2008; 2009; 2010; VIOLANTE, 2010; MARCHERI/ÁLVARES, 2015; GONÇALVES/CALDEIRA NETO/ANDRADE, 2017). Por fim – e ainda na direção dos efeitos menos edificantes do nazismo sobre o Brasil, no longo prazo –, existem as frequentes referências, na opinião pública, sobre grupos e atos classificados como “neonazistas”. Naquilo que tange especificamente ao Rio Grande do Sul, o autor deste texto publicou trabalhos sobre essa temática (GERTZ, 2012; 2013a).⁵⁶⁰

*

Dentro desse contexto mais geral, venho desenvolvendo, desde algum tempo, um projeto intitulado “o rescaldo da Segunda Guerra Mundial no Rio Grande do Sul”, no qual – grosso modo – tento verificar, por um lado, a possível continuidade de manifestações e ações negativas em relação à população de origem alemã, tanto por parte de pessoas físicas quanto de agentes de Estado, e, por outro lado, a ação, o comportamento dessa população, ou ao menos de uma parte dela, após os acontecimentos do período da guerra, e depois dela. Já publiquei alguns pequenos trabalhos referentes aos resultados eleitorais imediatamente

⁵⁶⁰ Esses escritos refletem um confronto intelectual não só com o senso comum reproduzido, sobretudo, pela imprensa, mas também com trabalhos acadêmicos, a exemplo de uma dissertação de mestrado de Adriana Abreu Magalhães Dias (2007), uma autora que é invocada com muita frequência como fonte daquilo que é divulgado, na mídia, quanto se trata de números sobre “neonazistas” no “sul” do Brasil.

posteriores à guerra, a instituições eclesiásticas, a tentativas de punição de excessos policiais durante o conflito, a indenizações por danos morais e materiais ocorridos durante o conflito⁵⁶¹, à reconstrução de monumentos etc. (GERTZ, 2013b; 2014; 2015a; 2015b; 2016; 2018). No presente caso, pretende-se realizar uma aproximação à uma organização idealizada por uma elite de origem alemã (sobretudo gaúcha) para mobilizar e representar (oficialmente, no campo “cultural”) a população de origem alemã. Trata-se da Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, que atuou durante toda a segunda metade do século XX, tendo desembocado na atual FECAB – Federação dos Centros de Cultura Alemã no Brasil.

Como mostram os estudos de Roswithia Weber, o cultivo do “25 de julho” como data simbólica – dia da chegada dos primeiros imigrantes alemães à colônia São Leopoldo, em 1824 – vem desde, no mínimo, 1924, quando foi festejado o primeiro centenário (WEBER, 2004; 2013). Na década de 1930, a mobilização a favor de “nosso dia” tomou novos rumos, certamente impulsionada por dois fatores: a benevolência do governador Flores da Cunha e o contexto internacional derivado da ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha, em 1933. Mesmo que em nível nacional – com destaque para Santa Catarina – tivessem iniciado medidas incisivamente “nacionalizadoras” contra imigrantes e descendentes, logo após a revolução de 1930, o Rio Grande do Sul constituiu uma exceção, onde o então interventor, depois governador eleito, com frequência, destacou seu apreço tanto pela “colônia alemã” quanto pela “italiana”. Nesse momento, um desejo antigo foi satisfeito: a decretação do “25 de julho” como feriado estadual.⁵⁶² Além disso, a tomada do poder pelos nazistas, na Alemanha, trouxe outros efeitos: por um lado, um impulso ao movimento “germanista” (com o qual os defensores do “25 de julho”, via de regra, se identificavam), mas, por outro lado, também, alguns problemas derivados de conflitos efetivos ou potenciais entre a atividade do partido nazista no Brasil (e seus corolários), e lideranças e instituições tradicionais da “colônia alemã”.

Mesmo que o associativismo fosse um fenômeno muito presente entre a população de origem alemã (GERTZ, 2013c), só a Liga de Sociedades Germânicas de Porto Alegre apresentava, em seus estatutos, a pretensão de “representar” o conjunto da população “alemã” (no caso, da Capital), as demais associações espalhadas pelo estado perseguiram objetivos econômicos, sociais, educacionais, recreativos, culturais, religiosos etc. em favor de setores

⁵⁶¹ Sobre esse tema específico, apesar de tratar do extremo sudoeste de Santa Catarina, cabe referir a publicação recente de Leandro Mayer (2017), que tem muito a ver com o Rio Grande do Sul.

⁵⁶² Em 21 de maio de 1951, o deputado Wolfram Metzler apresentou, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, um projeto que abriria uma brecha para que os municípios pudessem decretar essa data como feriado, mas, aparentemente, ele nunca chegou a ser votado (ROTERMUND, 1964, p. 1).

específicos. A partir da mobilização pelos festejos do “25 de julho”, em 1934, quando se completavam 110 anos de imigração alemã, foi criada uma “*Arbeitsgemeinschaft 25. Juli*” (“Comissão Pró-25 de Julho”), que congregou a citada Liga, mais seis outras associações de longa tradição regional (GERTZ, 1987, p. 97-100). Entre outras atividades, em 1936, essa comissão publicou um livro sobre a história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, tanto em versão alemã quanto em portuguesa (ARBEITSGEMEINSCHAFT..., 1936: CENTRO..., 1936).⁵⁶³

Mesmo que faltem estudos para acompanhar a trajetória dessa Comissão, seus contatos e seus vínculos, fato é que em 3 de maio de 1936 foi criada, no Rio de Janeiro, uma Federação 25 de Julho. Em suas manifestações públicas, fez elogiosa referência expressa à “Comissão” do Rio Grande do Sul, insistindo, porém, na necessidade de dar uma amplitude maior às tarefas a serem enfrentadas. E essas tarefas seriam, basicamente, três: “irrestrita solidariedade em relação à pátria brasileira”; “representação de todos os interesses teuto-brasileiros”; “aprofundamento e cultivo da amizade entre Brasil e Alemanha” (GERTZ, 1987, p. 98). A Federação, aparentemente, foi uma tentativa de compromisso entre as várias instâncias envolvidas, tanto da representação diplomática alemã quanto do partido nazista quanto de uma elite da “colônia alemã” no Brasil – neste sentido, figuras de destaque, como os políticos Lindolfo Collor e Marcos Konder, constaram entre os signatários da causa. Também a história dessa entidade ainda precisa ser estudada de forma mais detalhada. Fato é que, dentro da turbulência causada pela tentativa de derrubada de Getúlio Vargas, em maio de 1938, por integralistas e outros opositores, foi preso, e morreu na prisão, o secretário-geral da Federação, Frederico Colin Kopp. O episódio não foi desimportante para as então já tensas relações político-diplomáticas brasileiro-alemãs (MENEZES, 2011).⁵⁶⁴ Com isso, essa organização e a tentativa de criação de uma instância representativa dos alemães e descendentes no Brasil desapareceu do noticiário.

Claro, todo processo histórico é tortuoso, com idas e vindas, mas tentarei desenhar o caminho que levou à fundação de uma nova associação pretensamente representativa dos interesses da população de origem alemã, cerca de seis anos após o final da guerra. Como já referido, um dos primeiros registros de articulação na “colônia alemã” no pós-guerra foi a SEF – Socorro Europa Faminta. Ainda que interconfessional, congregando católicos e

⁵⁶³ Como editora do livro, a “*Arbeitsgemeinschaft...*” está identificada, na edição em português, como “Centro 25 de Julho”.

⁵⁶⁴ Para maiores detalhes sobre o episódio da prisão e morte de Kopp, cf. HARMS-BALTZER, 1970, p. 63-94; SEITENFUS, 2000, p. 148-153.

luteranos – como já acontecera na Comissão Pró-25 de Julho, nos anos 1930 –, tanto na iniciativa originária quanto na liderança predominaram católicos, com destaque especial para o padre jesuíta Balduino Rambo.⁵⁶⁵ Segundo Glen Godman, este aproveitou a oportunidade para fazer daquilo que era apresentado e recomendado como “ajuda para a Europa” uma “ajuda para si mesmo”, no sentido de calcular cada detalhe da estratégia de execução, a fim de reconstruir a “germanidade” gaúcha e brasileira, consolidando-a “internamente”, numa aproximação entre católicos e luteranos, mas também ressignificando sua inserção na sociedade brasileira em geral. A grande “festa popular” de encerramento da campanha, a 1º de maio de 1949 (poucas semanas antes de a imigração alemã completar 125 anos), teria sido vivenciada como fantástica por Rambo (GODMAN, 2015, p. 113-154).⁵⁶⁶

Nas eleições de 1947 para a Assembleia Legislativa gaúcha, apesar das referências ao esforço dos luteranos para eleger representantes seus (GERTZ, 2013d), faltam estudos precisos sobre a representatividade dos sobrenomes alemães em termos religiosos.⁵⁶⁷ Mas alguns deputados luteranos se destacaram como defensores dos interesses da população de origem alemã – a exemplo de Bruno Born, que, já em 1947, discursou por ocasião do “25 de julho”, e publicou seu discurso (BORN, 1948), ainda que, como mostrou Roswithia Weber (2004, p. 125-128), as referências dele próprio e de outros deputados, nesta ocasião, se caracterizassem por malabarismos linguísticos, numa tentativa de evitar referências expressas à “etnia” ou à “cultura” dos “colonos”, destacando, antes, a atividade produtiva de imigrantes e descendentes de diversas origens. Mais tarde, Born manifestou preocupação em relação aos problemas enfrentados para a reconstrução do monumento ao imigrante de São Leopoldo, depredado durante o conflito (BORN, 1950).⁵⁶⁸ De qualquer forma, a presença de significativo número de representantes parlamentares de origem alemã no legislativo estadual de 1947 a 1951 certamente ajudou a firmar a autoconfiança entre integrantes da “colônia alemã”. Além disso, o governador Walter Jobim era casado com uma Niederauer, e costuma ser apresentado como amigo da “colônia”.⁵⁶⁹

⁵⁶⁵ Essa impressão deriva dos detalhes das tratativas sobre o envio dos produtos arrecadados descritos por FERNANDES, 2015, p. 413-429. Constatar esse predomínio católico na liderança, obviamente, não significa que se esteja sugerindo que a contribuição efetiva de católicos tenha sido maior que a de luteranos. Isso precisaria ser estudado.

⁵⁶⁶ Evandro Fernandes (2005, p. 142-143) manifestou opinião semelhante.

⁵⁶⁷ Otto Alcides Ohlweiler, por exemplo, foi eleito pelo PCB, de forma que não faz muito sentido perguntar qual confissão religiosa estaria “representando”.

⁵⁶⁸ Por falta de espaço, deixa-se de fazer referência à ação de deputados católicos, como Wolfram Metzler.

⁵⁶⁹ *Brasil-Post*, São Paulo, 16 de fevereiro de 1951, p. 6.

Recorrendo mais uma vez a Roswithia Weber (2004), pode-se afirmar que o contexto brasileiro ficara um pouco mais benevolente, com alguns políticos fazendo discursos favoráveis aos “alemães” – ainda que, por muito tempo, também continuassem manifestações e atos contra eles⁵⁷⁰ –, de forma que os festejos do “25 de julho” de 1949 fossem mais descontraídos e intensos que em 1947 e 1948 – afinal, era o 125º aniversário. Após a criação da República Federal Alemã, em maio de 1949, as relações diplomático-políticas com o Brasil foram restabelecidas, em 1950. Internamente, neste mesmo ano, foram proferidas as primeiras sentenças judiciais determinando indenizações por parte do estado a alemães e descendentes cujas propriedades haviam sido depredadas durante os protestos de agosto de 1942.⁵⁷¹ Nas eleições de 1950, candidatou-se, pela primeira vez na história do estado, um cidadão brasileiro de sobrenome alemão ao cargo de governador, Edgar Luiz Schneider. Também foram eleitos quatro deputados federais de sobrenome alemão com histórico de relativa identificação com a “colônia”.⁵⁷²

Ainda que não possa apresentar documentos que provem que tenha havido um planejamento simultâneo e conjunto, não há dúvida de que, neste contexto, em torno de 1950, líderes da “colônia” tenham decidido criar duas instâncias destinadas a representar e defender os interesses da população de origem alemã.⁵⁷³ A primeira delas foi um jornal. A grande “imprensa política” de língua alemã existente nos estados do sul do Brasil até a guerra não ressurgiu depois do conflito.⁵⁷⁴ Naquilo que tange ao Rio Grande do Sul, por exemplo, ressurgiram “folhas” eclesiásticas, e alguns jornais em português começaram a publicar encartes em alemão, mas jornais “efetivos” em alemão não mais apareceram, e continuam desaparecidos até hoje. Somente em São Paulo, um encarte em alemão no *Jornal de Notícias*,

⁵⁷⁰ Em discurso na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a 26 de junho de 1950, o deputado Bruno Born (1950) afirmou que “há poucos dias, explodiu uma manifestação de ódio contra os descendentes de imigrantes alemães”.

⁵⁷¹ Não significa que todos os problemas nessa linha tenham sido resolvidos. Em 1950, o Congresso Nacional aprovou uma legislação referente à liberação dos bens dos “súditos do Eixo”, confiscados por lei de 1942, mas ela não foi geral e irrestrita, de forma que caberia verificar a evolução dessa questão.

⁵⁷² Germano Dockhorn, Nestor Jost, Willy Fröhlich, Wolfram Metzler.

⁵⁷³ A afirmação é mantida vaga em termos geográficos, pois há indícios de que as pessoas mais engajadas tenham sido representativas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, mas indivíduos de outros estados também participaram.

⁵⁷⁴ Utiliza-se a expressão “imprensa política”, aqui, para designar a imprensa de língua alemã no Brasil que, de fato, não se distinguia daquilo que se conhece como “grande imprensa” de língua portuguesa, isto é, basicamente, jornais “normais”. Ela se distinguia de uma “pequena imprensa”, ligada a igrejas, a instituições sociais, recreativas, culturais etc., por exemplo. Isso, obviamente, não significa que essa “imprensa política” não pudesse representar interesses e grupos ligados a determinadas confissões religiosas. Para exemplificar, *Deutsches Volksblatt* estava claramente ligado a interesses católicos, enquanto *Deutsche Post* (desaparecida em 1928), estava intimamente ligada a interesses luteranos, e como tais traziam, com frequência, notícias sobre suas respectivas instituições eclesiásticas, mas não se tratava de “folhas” eclesiásticas.

desde outubro de 1946, deu origem a um novo jornal, em 1947, as *Deutsche Nachrichten* (Notícias Alemãs) (WOLFF, 2010, p. 156). Além de questões pessoais, isso pode ter influenciado a decisão de criar, no mesmo estado, um jornal com pretensões de representar os interesses dos “alemães” de todo o Brasil.

A figura central desse empreendimento, sua concretização e sua manutenção, numa primeira fase que vai até 1959, foi Carlos Henrique Oberacker (SUDHAUS, 1989/1990; DREHER, 2014b). Ele nasceu em 1910, em Arroio do Padre, interior do Rio Grande do Sul; no início dos anos 1930, foi estudar Teoria Econômica em Heidelberg, formando-se em 1934; em 1936, doutorou-se com uma tese de enfoque eminentemente “germanista” sobre “a situação étnico-política da germanidade no Rio Grande do Sul”.⁵⁷⁵ Depois, voltou ao Brasil, tornando-se redator-chefe do importante jornal *Der Urwaldsbote*, de Blumenau, já dentro do espaço cronológico da crise desencadeada com a política de “nacionalização”; atritou-se com autoridades catarinenses, sendo expulso do estado em 1939, quando foi para São Paulo para ser diretor da *Deutsche Zeitung* de lá (WOLFF, 2010, p. 163). Em 1950, Oberacker, acompanhado de Otto Braun (alemão residente em São Paulo, que, segundo a historiografia, fora tesoureiro da seção paulista do Partido Nazista [DIETRICH, 2007, p. 78]) e de Oscar Schrappe (integralista nos anos 1930, filho do tesoureiro da seção paranaense do Partido Nazista, Max Schrappe [ATHAIDES, 2018, p. 87-88])⁵⁷⁶, fez uma viagem pelo sul do Brasil, em especial pelo Rio Grande do Sul, para manter contato com empresários dispostos a assumir o compromisso de publicar anúncios pagos num novo jornal de língua alemã a ser lançado em São Paulo. Há registros de que ele teve sucesso junto a 103 pessoas/empresas, com destaque para A. J. Renner, conhecido empresário luterano de Porto Alegre, e Fritz Rotermund, filho do pastor Wilhelm Rotermund, fundador do Sínodo Riograndense, a mais importante instituição eclesiástica luterana no Brasil, e um dos diretores da empresa gráfico-editorial de mesmo nome (DREHER, 2014a).⁵⁷⁷ Com essa cobertura financeira, foi criada, em 28 de setembro de 1950, com sede em São Paulo, a Editora Dona Leopoldina Ltda.⁵⁷⁸ E em 1º de dezembro, apareceu a primeira edição da *Brasil-Post* (WOLFF, 2010, p. 164). Se as

⁵⁷⁵ *Die volkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul.*

⁵⁷⁶ Ainda em 1960, o consulado alemão em São Paulo considerou que “Oberacker, provavelmente, nunca virá a compreender que baixeza moral o período de Hitler representou para a vida do povo alemão” (BARBIAN, 2014, p. 277).

⁵⁷⁷ Outras fontes ainda citam os nomes dos gaúchos luteranos Bruno Born e Manfred Sudhaus, além do luterano catarinense Ingo Hering, como envolvidos na fundação da *Brasil-Post* (BARBIAN, 2014, p. 272).

⁵⁷⁸ O nome “Leopoldina”, obviamente, lembrava a primeira imperatriz brasileira, de origem “alemã” (na verdade austríaca), e o próprio nome do município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, cujo início, por sua vez, tinha tudo a ver com a “ideia do 25 de julho”, o “25. Juli-Gedanke”.

Deutsche Nachrichten eram diárias, com uma edição de 25.000 exemplares, *Brasil-Post* era apenas semanal, mas como se propunha a representar os interesses da população de origem alemã de todo o Brasil, já em 1951 teria conseguido atingir o número de 15.000 assinantes (BARBIAN, 2014, p. 272).

Na edição de 6 de julho de 1951 (p. 6), *Brasil-Post* noticiou que no dia 22 de junho havia sido decidido registrar os estatutos de um Centro Cultural 25 de Julho, em Porto Alegre, desdobramento do *Kulturzentrum 25. Juli*, criado em 21 de dezembro de 1949. Os signatários da proposta foram os luteranos Fritz Rotermund, Otto Renner, Bruno Born, Theo Kleine, Klaus Becker, mais os católicos Balduino Rambo (padre jesuíta) e Leopoldo Petry.⁵⁷⁹ Na edição de 12 de outubro de 1951 (p. 5), está a notícia de que a fundação oficial ocorreu em 7 de agosto do mesmo ano. Segundo a notícia, seu objetivo era cultivar o 25 de julho (“nosso dia”), comemorar festas brasileiras, festejar o natal no sentido alemão, promover palestras culturais (em português e alemão). Numa notícia da edição de 19 de outubro de 1951 (p. 6), informava-se que a primeira assembleia geral do centro ocorrera no dia 9 do mesmo mês, e que, nela, fora enfatizado que o destaque no nome seria a palavra “cultural”. Também se falou da existência de estatutos de uma Federação dos Centros Culturais 25 de Julho. Na edição de 4 de janeiro de 1952 (p. 5), foi publicada uma matéria relativamente longa sobre a Federação, informando que ela ainda não possuía estatutos totalmente definidos nem registrados, mas que seu espírito era “cultural” (não político nem econômico nem esportivo), e se destinaria a promover festejos do 25 de julho, estudar a história da imigração alemã, divulgar bibliografia pertinente a ela. Provisoriamente, a Federação contava com a seguinte diretoria: Leopoldo Petry (presidente), Otto Renner (vice), Fritz Rotermund (secretário), Klaus Becker (tesoureiro); como conselheiros foram citados: Bruno Born, Balduino Rambo, Theo Kleine e Albano Volkmer.⁵⁸⁰ Em 3 de maio de 1952, em texto de Klaus Becker, *Brasil-Post* (p. 5) informou que os estatutos da Federação haviam sido registrados.

Estas são notícias encontradas no jornal *Brasil-Post* sobre a fundação da Federação dos Centros Culturais 25 de Julho. Uma narrativa com mais detalhes pode ser vista na tese de doutorado de Glen Goodman (2015, p. 156-185). Nikolaus Barbian (2014, p. 221) acrescenta que a Federação foi criada como “organização guarda-chuva” (*Dachverband*), para todo o Brasil, mas sua atuação se concentraria no sul do Brasil. O mesmo autor afirma que as

⁵⁷⁹ Ainda que possam ter ocorrido alguns desencontros entre os Rotermund e Petry no contexto do processo de emancipação de Novo Hamburgo, na segunda metade da década de 1920, parte significativa dos livros deste foram publicados por aqueles (PETRY, 1948, 1950); outros foram publicados pela tradicional e católica Tipografia do Centro (PETRY, 1949).

⁵⁸⁰ Como o nome de Volkmer ainda não foi referido e qualificado, destaque-se que era militante católico.

peessoas que escreviam na *Brasil-Post* se ocupavam, sobretudo, com a preservação e o ensino da língua alemã, a restauração das associações teuto-brasileiras, o papel dos “teuto-brasileiros” na história do Brasil ou a reivindicação de direitos de minoria. “Os ‘teuto-brasileiros’ deveriam sentir-se juridicamente como brasileiros, mas culturalmente como ‘alemães’”. “Exatamente estes mesmos objetivos eram perseguidos pela Federação dos Centros Culturais 25 de Julho. Ela fora criada em 1951, em São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul, como unificação de diversas associações culturais alemãs que haviam derivado dos esforços dos emigrantes alemães e de seus descendentes no Brasil em favor da faminta ‘velha pátria’”. “O objetivo era lutar contra a opressão, e a favor da manutenção da língua e da cultura alemãs” (BARBIAN, 2014, p. 272). Segundo Martin Wolff (2010, p. 282), a sugestão prática do grande idealizador – não da Federação, mas da *Brasil-Post* – Carlos Henrique Oberacker foi no sentido de que aquela incentivasse grupos de canto, de ginástica, de teatro, de entretenimento em geral, publicasse livros e hinários.

Apesar das referências à importância do movimento em torno do “Socorro Europa Faminta” para desencadear uma rearticulação nas “colônias alemãs”, após os traumáticos anos da guerra, ao menos entre uma elite (GODMAN, 2015, p. 113-154), a história que levou aos Centros Culturais e à fundação de uma Federação para congregar os mesmos não transcorreu de forma linear.⁵⁸¹ Como foi visto, não há dúvida de que, neste movimento desencadeado logo depois da guerra, as ações iniciais e seu desdobramento tiveram como personagens centrais cidadãos católicos, mesmo que os luteranos estivessem presentes. Inversamente, naquilo que tange à fundação da *Brasil-Post* e da Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, também não há dúvida de que importantes figuras do catolicismo tiveram papel de destaque (Balduino Rambo e Leopoldo Petry não requerem apresentação de maiores detalhes, mas também Albano Volkmer foi uma figura importante, com vinculação tradicional à católica União Popular; há ainda referências à participação do comerciante católico porto-alegrense Carlos Oscar Kortz [KLEINE, 2008]). Mas a impressão que se tem a partir das fontes é que nessas duas últimas iniciativas o papel central coube a luteranos, luteranos militantes. Assim como em relação à fundação da *Brasil-Post* teria havido uma promessa do empresário luterano A. J. Renner em dar uma contribuição financeira significativa mediante a

⁵⁸¹ Num debate posterior entre diplomatas alemães no Brasil sobre a idoneidade da Federação, o primeiro cônsul alemão do pós-guerra em Porto Alegre, instalado a 1º de setembro de 1952, Rudolf Pamperrien, afirmou que no Rio Grande do Sul ela era “dirigida por gente totalmente íntegra, como Rotermund e Rambo, os quais estão livres de quaisquer pretensões políticas, e no passado, se engajaram na ajuda à Alemanha faminta” (BARBIAN, 2014, p. 273), também sugerindo que a mobilização em torno da S. E. F. tinha funcionado como catalizador da rearticulação étnica da população de origem alemã, por aqui (grifo meu – REG).

publicação de anúncios, uma carta de 13 de junho de 1951 relata que, em uma reunião realizada em 21 de março de 1950, o empresário igualmente luterano Benno Frederico Mentz se teria comprometido a contribuir com 1.000 contos para a retomada do “movimento 25 de julho”, tendo, inclusive, instituído Fritz Rotermund para presidi-lo.⁵⁸² Quanto às demais figuras de destaque desse “movimento”, temos: o próprio Rotermund, o “pai do movimento 25 de julho”, era filho do pastor Wilhelm Rotermund, fundador do Sínodo Riograndense, cuja empresa gráfica-editora produzia a maioria do material impresso para o sínodo; Carlos Henrique Oberacker (mesmo que aqui fosse apenas colaborador à distância) era filho de pastor, Klaus Becker também; Theo Kleine era filho de comerciante, mas estudara no Instituto Pré-Teológico, em São Leopoldo, da mesma forma que os dois anteriores, podendo os três serem considerados, por isso, discípulos do pastor Hermann Dohms, sem dúvida o maior teórico do “germanismo” no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX. Bruno Born⁵⁸³ também era filho de comerciante, e ele próprio foi empresário com atividade em diversos ramos; mas sua mãe, Maria Emília Haesbert, era neta do pastor Johann Peter Haesbert, um dos pioneiros do luteranismo no Rio Grande do Sul; tanto seu pai quanto sua mãe foram militantes na comunidade evangélica [de confissão] luterana, em Lajeado, que ajudaram a fundar, além do pai ter sido tesoureiro da mesma, durante 45 anos; ele próprio foi diretor da escola dessa comunidade, entre 1923 e 1934, quando passou o cargo a seu irmão Walter⁵⁸⁴; uma tia materna foi casada com o pastor Wilhelm Wiehe.⁵⁸⁵ Otto Renner também era luterano.⁵⁸⁶

*

⁵⁸² Carta de Fritz Rotermund a Benno Frederico Mentz, de 13 de junho de 1951 (Acervo Benno Mentz, DELFOS/PUCRS). Trata-se de uma carta amarga de Rotermund, pelo fato de que Mentz não teria cumprido a promessa. Em carta de 15 de junho, Mentz tentou justificar-se. Apesar da escassez das fontes, parece que aqui aconteceu um conflito de interesses, pois Mentz mantinha o Instituto Beneficente e Genealógico Frederico Mentz, e se deu conta de que o investimento prometido à Federação não renderia o retorno inicialmente imaginado. (Agradeço a Rosângela Cristina Ribeiro Ramos pelo fornecimento dessas cartas).

⁵⁸³ A figura de Bruno Born, aparentemente, foi muito importante, nesse empreendimento, pois ele acaba sucedendo Leopoldo Petry como presidente da Federação, enquanto Rotermund foi secretário-geral (até 1956).

⁵⁸⁴ Essa escola é o atual Colégio Evangélico Alberto Torres.

⁵⁸⁵ Dados fornecidos pelo próprio Born, em carta de 9 de março de 1956 a Fritz Rotermund (Arquivo Rotermund, Museu Histórico Visconde de São Leopoldo).

⁵⁸⁶ Otto Renner era filho do luterano A. J. Renner, que foi apontado, segundo vimos, como um dos empresários que se comprometeram com a publicação de anúncios para viabilizar a *Brasil-Post*. Na década de 1950, um irmão de Otto, Herbert, foi presidente da Comunidade Evangélica [de confissão luterana] de Porto Alegre (CEPA), e ela mantém, até hoje, um Centro Social Mathilde Renner, esposa de A. J. e mãe dos outros dois citados.

Infelizmente, a necessidade de arrolar uma extensa bibliografia fez com que o espaço para o texto propriamente dito ficasse reduzido. Com isso, não foi possível atingir os objetivos iniciais deste trabalho, pois, a rigor, aquilo que se escreveu até este ponto tinha sido imaginado, originalmente, como “preâmbulo” para o aprofundamento de um aspecto bem específico do “movimento 25 de julho” representado pela Federação dos Centros Culturais 25 de Julho. Que o leitor o entenda assim, e aguarde a publicação da sequência deste texto, em outro lugar.

Referências

- ABAL, Felipe Cittolin. *Nazistas no Brasil e extradição: os pedidos de extradição de Franz Stangl e Gustav Wagner em uma análise histórico-jurídica*. Curitiba: Juruá, 2014.
- _____. *O oscilar da balança: o processo decisório na extradição de fugitivos nazistas em uma análise histórico-jurídica*. Tese (Doutorado em História), Universidade de Passo Fundo, 2016.
- ARBEITSGEMEINSCHAFT 25. Juli in Rio Grande do Sul (ed.). *Kurze Geschichte der deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1936.
- ATHAIDES, Rafael. O Partido Nazista e a Ação Integralista Brasileira no Paraná (1933-1937). In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCAS, Taís Campelo (orgs.). *Expressões do nazismo no Brasil: partido, ideias, práticas e reflexo*. Salvador: Saggá Editora, 2018, p. 73-92.
- BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.
- BARBIAN, Nikolaus. *Auswärtige Kulturpolitik und „Auslandsdeutsche“ in Lateinamerika 1949-1973*. Wiesbaden: Springer VS, 2014.
- BORN, Bruno. *Discurso pronunciado na sessão comemorativa do “Dia do Colono” em 25 de julho de 1947, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1948.
- _____. *Em torno do monumento ao imigrante alemão*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1950.
- CALDEIRA NETO, Odilon. Negacionismo e antissemitismo nos textos da Editora Revisão. *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria: UFSM, n. 11, 2008.
- _____. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da História. *Antítese*, Londrina: UEL, vol. 2, n. 4, p. 1097-1123, 2009.
- _____. Entre a WEB, os textos e as ruas: práticas antissemitas no Brasil contemporâneo. *Akrópolis*, Umuarama: UNIPAR, vol. 18, n. 1, p. 25-36, 2010.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *O homem dos pedalinhas: Herberts Cukurs, o Estado brasileiro e a questão dos criminosos nazistas no Brasil do pós-guerra (1945-1965)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- CENTRO 25 DE JULHO (ed.). *História da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1936.
- CRUZ, Natalia dos Reis. *Negando a História: a Editora Revisão e o neonazismo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

CUNDARI, Paula Casari. *Limites da liberdade de expressão: imprensa e judiciário no “caso Editora Revisão”*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Campinas, 2007.

DIETRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FAPESP, 2007.

DREHER, Martin Norberto. *Wilhelm Rotermund: seu tempo – suas obras*. São Leopoldo: Oikos, 2014a.

_____. Carlos Henrique Oberacker Júnior. *Martius-Staden Jahrbuch*, São Paulo: Institut Martius-Staden, vol. 60, p. 131-139, 2014b.

FERNANDES, Evandro. *SOS Europa Faminta: Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

_____. *Guilherme Gaelzer Neto (1874-1959): o Kaiser dos trópicos*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FROTSCHER, Méri. Memórias de guerra y del nazismo en dos generaciones de descendientes de alemanes repatriados a Brasil. *Historia, Voces e Memoria*, Buenos Aires, n. 3, p. 49-78, 2011.

_____. De “alemães no exterior” a brasileiros? A repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha ocupada (1946-1949). *História Unisinos*, São Leopoldo: UNISINOS, vol. 17, n. 2, p. 81-96, 2013.

_____. Als Nationalsozialist tat ich jederzeit unter schwersten persönlichen Opfern meine Pflicht. Autobiographische Erzählung eines Rückwanderers aus Brasilien im institutionellen Kontext. *Bios*, Leverkusen, vol. 26, p. 129-143, 2014.

_____. Memórias do nazismo e da guerra em duas gerações de descendentes de alemães repatriados para o Brasil. *Fronteiras*, Florianópolis, vol. 26, p. 23-49, 2015.

_____. Uma cinzenta falta de esperança paira sobre todos nós: uma análise de cartas de mulheres e homens com intenção de emigrar da Alemanha para o Brasil (1946-1950). *Revista de História*, São Paulo: USP, n. 177, p. 1-38, 2018a.

_____. Migrantes, refugiados, deportados, retornados: experiências, possibilidades e desafios da História Oral. In: RUGGIERO, Antonio de (org.). *A voz do imigrante: memórias e oralidade nos estudos históricos das migrações*; Porto Alegre: Editora Fi, 2018b, p. 89-113.

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2012.

_____. **De Otto von Bismarck a Angela Merkel: do 'perigo alemão' ao 'neonazismo' no Brasil**. *História: questões e debates*, Curitiba: UFPR, vol. 58, n. 1, p. 89-112, 2013a.

_____. **A guerra que ainda não acabou: a população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial**. In: HEINSFELD, Adelar; RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti; MACHADO, Ironita A. Policarpo (orgs.). *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional (2013)*. Passo Fundo: UPF, 2013b.

_____. O associativismo entre alemães e descendentes no Rio Grande do Sul. In: BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (orgs.). *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS: memórias e histórias (1858-2008)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013c, p. 25-50.

- _____. Luteranos gaúchos e política brasileira ao final da Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, vol. V, número especial, 2013d.
- _____. **O pós-guerra nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul (1945-1955)**. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). *Festas, comemorações e lembranças na imigração*. São Leopoldo: OIKOS, 2014, p. 1593-1608.
- _____. **Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial**. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: ANPUH, 2015a.
- _____. **O mundo colonial gaúcho e a política regional após 1945**. In: *Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2015b.
- _____. **Política, religião e etnia: vida religiosa nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul durante a Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra**. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; SANTOS, Rodrigo Luis dos (orgs.). *Migrações: religiões e religiosidades*. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2016, p. 953-967.
- _____. **A sombra da Segunda Guerra Mundial sobre o Rio Grande do Sul**. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCAS, Taís Campelo (orgs.). *Expressões do nazismo no Brasil: partido, ideias, práticas e reflexos*. Salvador: Sagga Editora, 2018, p. 214-231.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon; ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de. Neonazismo e transição democrática: a experiência brasileira. *Anuário IEHS*, Tandil: Universidad Nacional del Centro, vol. 32, n. 2, p. 221-240, 2017.
- GOODMAN, Glen S. *From “German danger” to German-Brazilian President: immigration, ethnicity, and the making of Brazilian identities, 1924-1974*. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta, Estados Unidos, 2015.
- HARMS-BALTZER, Käte. *Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihre Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938*. Berlim: Colloquium Verlag, 1970.
- JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. Assis: UNESP, 2004.
- _____. Revisão Editora e o integralismo: antissemitismo como estratégia de discurso: In: SILVA, Giselda Silva; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício (orgs.). *História da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 303-334.
- KLEINE, Gerhard Rudolf. Associação Cultural Gramado – Casa da Juventude como polo cultural no sul do Brasil e projeto de preservação do patrimônio cultural. In: *VI Encontro das Comunidades Alemãs da América Latina*. Juiz de Fora, 2008.
- LAFER, Celso. Parecer – o caso Ellwanger: antissemitismo como crime da prática do racismo. *RIL – Revista de Informação Legislativa*, Brasília, vol. 41, n. 162, p. 53-89, 2004.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *Do Terceiro Reich ao novo nazismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- MARCHERI, Pedro Lima; ÁLVARES, Silvio Carlos. A epistemologia do racismo no Brasil. *RIL – Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 52, n. 208, p. 149-166, 2015.
- MAYER, Leandro. *O retrato da repressão: as perseguições no oeste de Santa Catarina durante o Estado Novo (1937-1945)*. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2017.
- MEINERZ, Marcos Eduardo. *O imaginário da formação do IV Reich na América Latina após a Segunda Guerra Mundial (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

_____. “*O Reich de mil anos*”: o imaginário conspiratório da sobrevivência nazista após a Segunda Guerra Mundial. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MENEZES, Albene Miriam. Tensão política entre o Brasil e a Alemanha, o pulsar dos acontecimentos em 1938. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011.

OLIVEIRA, Ione. *Aussenpolitik und Wirtschaftsinteresse in den Beziehungen zwischen Brasilien und der Bundesrepublik Deutschland 1949-1966*. Frankfurt/M: Peter Lang, 2005.

PETRY, Leopoldo. *O 25 de julho (Dia do Colono) em 1946 e 1947*. São Leopoldo: Oficina Gráfica Rotermund, 1948.

_____. *Der 25. Juli (Dia do Colono)*. Porto Alegre: Tipografia do Centro S. A., 1949.

_____. *O 125º aniversário da colonização alemã no Rio Grande do Sul: 25 de julho de 1949 (dia do colono): coletânea de discursos e comentários sobre a colonização no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1950.

ROTERMUND, Fritz. *25 de julho de 1824: seu sentido nacional e reflexo sobre a vida política, social, cultural do país*. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1964.

SANTOS, Elza Helena Lourenço Gomes dos. Negacionismo no Brasil: as obras de S. E. Castan. In: *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro, 2008.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

STANLEY, Ruth. *Rüstungsmodernisierung durch Wissenschaftsmigration? Deutsche Rüstungsfachleute in Argentinien und Brasilien 1947-1963*. Frankfurt: Vervuert, 1999.

STEIN, Marcos Nestor; FROTSCHER, Méri. Histórias de vida e memórias familiares: entrevistas com netos de refugiados da II Guerra Mundial no Brasil. *História Unisinos*, São Leopoldo: UNISINOS, vol. 20, n. 3, p. 311-325, 2016.

SUDHAUS, Fritz. Der deutschbrasilianische Journalist und Historiker Dr. Carlos H. Oberacker Jr. *Staden-Jahrbuch*, São Paulo, n. 37/38, p. 15-29, 1989/1990.

TAVARES, A. de Lyra. *Quatro anos na Alemanha ocupada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951.

VIOLANTE, João Luís Mousinho dos Santos Monteio. *O caso Ellwanger e seu impacto no direito brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de São Paulo, 2010.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2004.

_____. As comemorações da imigração no Rio Grande do Sul: o 25 de julho, uma data e muitas histórias. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo: UNISINOS, vol. 5, n. 10, p. 187-202, 2013.

WOLFF, Martin. *Die Stellung der ethnischen Presse im Prozess der Identitätskonstruktion ihrer Leser: eine inhaltsanalytische Untersuchung am Beispiel der Brasil-Post*. Hamburgo/Alemanha: Verlag Dr. Kovač, 2010.

OS POLONESES NO ESPÍRITO SANTO E A POLÍTICA COLONIAL POLONESA (1928-1939)

Rhuan Targino Zaleski Trindade (Doutorando UFPR)

Introdução

Criada em 1926, a Sociedade de Colonização ou Sociedade Colonizadora de Varsóvia Ltda (*Towarzystwo Kolonizacyjne we Warszawie - TK*) e tinha por tarefa “encaminhar emigrantes poloneses aos países da América Latina”, mas também “tinha por função a criação de núcleos poloneses no Canadá, Norte da África, França”⁵⁸⁷. A sociedade estava no contexto das ambições e visões polonesas para os países de imigração e os cuidados com os constantes fluxos migratórios do período entre guerras. Com apoio do Departamento de Emigração, pertencente ao executivo polonês, e, portanto, subvenção estatal, foi possível o seu surgimento naquele momento.

As ações da instituição são mais conhecidas para o caso do Espírito Santo, onde existe hoje ainda núcleos poloneses conformados em razão das suas atividades, contudo, manteve investigações na Bahia, Minas Gerais, Paraná e Pará. No Paraná, sobretudo, teve um projeto mais acabado, mas que não rendeu frutos, nos anos 1930.

No período entre guerras (1918-1939), a II República da Polônia através de diferentes entidades independentes e estatais, começou a desenvolver atividades voltadas aos seus imigrantes fruto da diáspora ocorrida nas décadas anteriores. O Brasil era um dos países que contava com uma relativamente grande população polonesa, sobretudo nos estados sulinos (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Contudo, nesse contexto, se desenvolve também, uma emigração dirigida⁵⁸⁸ (ou tutelada)⁵⁸⁹: as sociedades coloniais polonesas, diante da contínua emigração no seu país e do contexto político dos países latino-americanos, como o Brasil, de intenções e continuidades da formação de colônias agrícolas, investiram numa

⁵⁸⁷ Documento encontrado com Mieczysław Lepecki, 1939.

⁵⁸⁸ Com relação a intervenção no Brasil, Dembicz e Smolana (1993, p. 22) afirmam que entre 1918/20 a 1939, ocorre uma segunda etapa da emigração massiva de poloneses, desenvolvendo-se um período de uma “emigração dirigida”, patrocinada e inclusive organizada pelo Estado. Nesse contexto, começam a aportar, além da contínua maioria de camponeses, que caracterizava a emigração até o momento, de intelectuais, operários e imigrantes com qualificação profissional.

⁵⁸⁹ Para Nalewajko, “Muy distinta fue la situación que se dio entre 1918-1939. Aunque la emigración polaca siguió manteniendo su carácter predominantemente campesino, en esta coyuntura se trató de una emigración fundamentalmente dirigida y apoyada por el Estado polaco que adoptó un papel activo en promover la colonización en Brasil (como así también en Argentina, Paraguay y Perú), e intentó ampliar las colonias existentes en Paraná y crear un nuevo centro de asentamiento en Espirito Santo” (2015, p. 250).

emigração voltada à alocação de camponeses de maneira "racional" em terras obtidas junto ao governo brasileiro e revendidas aos colonos (que deveriam ser atendidas por várias funcionalidades básicas para a população alocada: médicos, escolas, igreja, etc.), bem como, estabeleciam projetos de aproximação e manutenção dos vínculos com a "mãe-pátria", através do fomento da identidade étnico-nacional junto aos emigrantes.

Nesse contexto, conforma-se um ideal "imperialista" polonês com diferentes perspectivas. Deste modo, relações da Polônia com os seus imigrantes e o Brasil ocorrem a partir da "lógica imperial" representada na forma de um "colonialismo pacífico" polonês fundamentado na emigração e manutenção identitária, voltada para a ação mais em âmbitos culturais e de assentamento populacional, do que em termos econômicos ou políticos de dominação efetiva do "imperialismo tradicional" (BIAŁAS, 1983, FIKTUS, 2012, HUNCZAK, 1967, OLIVEIRA, 2009, PUCHALSKI, 2017, WACHOWICZ, 2001, TRINDADE, 2016). Era com base nestes ideais, que as ações e conformação da TK estavam embasados, para além dos objetivos empresariais e de obtenção de lucro da empresa.

Conforme Mazurek (2016), a Sociedade pretendia promover a colonização no estado brasileiro do Espírito Santo ou promover uma colonização maciça no Peru, onde se estabeleceu uma expedição investigadora que devia verificar se as terras nas margens do rio Ucayali eram apropriadas à colonização camponesa. A Sociedade, no entanto, malogrou todas as suas atividades, incluindo no Brasil, no que se inclui o caso mais acabado, o do Espírito Santo, onde efetivamente instalou famílias ao longo de 11 anos de administração de concessões. Com base no relatório, *Sprawozdanie z podróży służbowej na kolonie Towarzystwa Kolonizacyjnego w Stanie Espírito Santo*, de 1939, escrito por Sylwester Błaszczyk, um representante da TK, e de bibliografia sobre o tema, que esse estudo se concentra na ação da empresa naquele estado brasileiro.

Espírito Santo

Nos anos 1920, o Espírito Santo começou a se preocupar com a colonização ao norte do Rio Doce, naquele período era urgente salvar o noroeste capixaba, que estava sendo invadido por posseiros mineiros. Em 1928, o estado inaugurou a ponte Florentino Avidos sobre o rio Doce, em Colatina. Depois das primeiras ações do próprio Estado, em nível federal e estadual, a colonização, com o fito de ocupar a região, passou a companhias colonizadoras como a Sociedade de Colonização.

Segundo o pe. Igancy Posadzy:

Enviado por essa sociedade, esteve no Brasil em 1927 o seu meritório presidente, o Sr. Gliczynski, com o objetivo de examinar as condições da colonização. Na ocasião predominava a opinião de que a emigração polonesa devia ser encaminhada principalmente aos quatro estados meridionais do Brasil, isto é, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, visto que nesses estados o polonês tem as melhores condições de se adaptar às condições climáticas. No entanto esses estados começaram a apresentar condições muito desfavoráveis, o que dificultou um acordo. Por isso o Sr. Gliczynski viajou ao Espírito Santo e a Minas Gerais e deu início às negociações. Receberam de maneira especialmente favorável as propostas do presidente da sociedade as autoridades estaduais do Espírito Santo, visto que estavam interessadas no povoamento de áreas despovoadas no estado. Além disso, já conheciam os poloneses como bons colonizadores, pois residia ali um bom número deles proveniente da imigração mais antiga (2009, p. 55).

Em 6 de outubro de 1928 (MALACARNE, 2004, p. 51), o então governo do Estado do Espírito Santo, representado por Aristeu Borges de Aguiar, juntamente com Boleslaw Giliczynski, então membro do Conselho Administrativo da TK e Walery Korszarowski, representante da instituição e funcionário designado para efetuar um contrato de colonização, se reuniram para definir a forma do andamento do acordo.

Conforme Malacarne (2004), o contrato assinado entre o estado do Espírito Santo e a Sociedade de Colonização foi feito rapidamente, em razão da proteção do território daquele estado da expansão de Minas Gerais para o mar, a qual questionava o pertencimento da parte norte do Espírito Santo, sobretudo dos rios daquela região que desembocavam no Atlântico.

O acordo foi ratificado pelo Ministério do Trabalho e da Assistência Social em Varsóvia, no dia 25 de fevereiro de 1929. Foram 11 anos de administração da TK na região, com objetivos de colonização mais racional, dirigida, comercial e em conformidade com as aceções do contexto emigrantista e colonial polonês.

De acordo com o contrato⁵⁹⁰, o governo do Espírito Santo concedia gratuitamente 50 mil hectares, em zona de matas, ao norte do Rio Doce, entre Colatina e São Mateus. Era a fundação da colônia Águia Branca (cerca de 238km de Vitória, 140km de São Mateus e 101km de Colatina), a serem divididos em 2 mil lotes de 20 a 30 hectares, pela concessionária, mais área para sede e vila dos imigrantes. Era uma região relativamente montanhosa, de matas pouco férteis, com raras madeiras de qualidade e glebas médias.

Conforme o contrato, a TK tinha obrigação de inserir, no prazo de 8 anos (com isenção dos impostos estaduais, exceto de exportação), 1.800 imigrantes na área de 50 mil

⁵⁹⁰ Contrato de colonização entre o Estado do Espírito Santo e a Sociedade de Colonização de Varsóvia.

hectares, “devendo cada família ter no mínimo três pessoas válidas para o trabalho, isto é, marido e mulher menores de 50 anos e um filho ou filha maior de 13 anos”, ademais, cada família seria localizada em um lote, salvo aquelas com mais de 6 pessoas, que poderiam adquirir 2 lotes. Já a partir de 1929, deveriam ser inseridas as famílias, num número mínimo de 100 por ano, sob pena de caducidade do contrato. Estas demandas dificilmente seriam cumpridas por ambos os signatários.

A TK tinha obrigação da construção de uma estrada, que ligasse as colônias à vila, porto ou cidade mais próxima, a ser indenizado pelo Governo e depois alargada, conforme o crescimento do número de famílias. Segundo Malacarne (2004), a estrada nunca foi construída, ficando Águia Branca isolada até 1940. À Concessionária estava também delegada a construção de estradas entre os lotes, as vilas e colônias.

Havia reservas de terrenos na sede para a construção de estabelecimentos federais, estaduais e municipais, bem como ruas, praças e logradouros públicos. A Concessionária podia ainda estabelecer área de 1000 hectares para fazenda-modelo, campo de experimentação, escolas agrícolas, pomares, viveiros, entre outros estabelecimentos para o “desenvolvimento da colônia”.

Tendo por base estas disposições contratuais, percebemos o quanto havia de interesse do governo capixaba em desenvolver a região, mas também o empenho colonial polonês voltado para uma organização do processo de emigração e assentamento de seus imigrantes. Não podemos, entretanto, excluir os interesses econômicos da TK com a venda de lotes, mas dado o apoio governamental polonês, a ideia de “dirigir” a contínua emigração a fim de que se tornasse um espectro positivo para a Polônia estava intrínseco no projeto, os imigrantes podendo representar um potencial colonizar e mesmo estabelecer vínculos econômicos com a “metrópole”.

O camponês polonês comprava, ainda em seu país, os terrenos, pagando uma primeira prestação e deixando as outras conforme o andamento do trabalho na nova terra (ao longo de 6 anos). Os colonos pagavam também pela passagem (incluída alimentação), do local de origem até o porto e de lá para o Brasil, onde chegavam ao Rio de Janeiro e partiam para Vitória. Era necessário um investimento inicial alto por parte dos camponeses, cerca de 4 mil *zlotys*, ou 500 dólares (POSADZY, 2009).

O Governo do Espírito Santo garantiria o transporte dos colonos de Vitória até Colatina, de trem, depois até o núcleo colonial, bem como a construção de uma escola para cada 100 famílias e uma linha telefônica ou telegráfica. Além disso, fiscalizaria através da

Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização, da Secretaria de Agricultura do Estado, a ação da TK, impondo multas diante de não cumprimento contratual.

Conforme analisamos na sequência do texto, tanto a concessionária como o Estado do Espírito Santo, descumpriram termos do contrato, deixaram, sobretudo, de criar as instituições educacionais e agrícolas, as benfeitorias para os colonos e a obediência aos números e prazos definidos. Um exemplo é o fato de que em 19 de maio de 1936, com presença e apoio do então Ministro Plenipotenciário da Polônia, Tadeusz Grabowski, para o entendimento entre as partes, foi protocolado uma ata com a ampliação do prazo da concessão diante das dificuldades para cumprimento das disposições do contrato de 1928.

Segundo a ata, a prorrogação contratual se dava em razão das mudanças políticas e sociais no estado e na Polônia, com a crise de 1929 e a “Revolução Brasileira” de 1930. Em 19 de setembro de 1936, o contrato foi prolongado para dez anos e concedidos mais 45.000 hectares a 30km de Águia Branca, disponibilizados para colonização, na região de Cachoeira. Do anterior, apenas 10% havia sido utilizado, tendo ficado 30% na “inutilidade” e o resto ocupado por intrusos.

Segundo o texto, a participação de Grabowski “significa o grande interesse que toma o Governo Polonês pelo desenvolvimento da obra colonizadora polonesa no Brasil e pela proteção dos emigrados nos diferentes aspectos de suas necessidades morais e materiais”⁵⁹¹. O novo acordo aumentava a concessão para compensar área ocupada por intrusos, diminuía para 2 o número de pessoas válidas como família, e para uma média de 40 a 100 famílias para serem introduzidas por ano, facilitava a transmissão dos lotes, prazos, terrenos considerados colonizados e título sobre a terra.

As colônias

Partimos, então, do relatório de Sylwester Błaszczuk, encontrado com Mieczysław Lepecki, quando este fora detido pelo DOPS do Paraná, e traduzido para o português. Datado de 15 de fevereiro de 1939⁵⁹², segundo o documento, foram constituídos três núcleos no Espírito Santo. Os dois primeiros frutos da concessão inicial de 1928: Águia Branca (*Orzeł Biały*), já mencionada, era sede da TK, com seu aparato administrativo, escritório central, 2 barracões, igreja, escola armazém, médico e cemitério. O outro foi Monte Claro, em referência à padroeira da Polônia, Nossa Senhora de *Jasna Góra (Częstochowa)*. Ficava à

⁵⁹¹ Ata de 1936.

⁵⁹² Disponível no Arquivo Público do Paraná.

margem esquerda do rio Pancas, com um barracão, a 14 km de Águia Branca. A colônia foi beneficiada com igreja, armazém, pensão e uma escola, de curta duração.

O terceiro núcleo, criado após 1936, com a expansão da concessão, em Cachoeira, era São Gabriel da Palha, em que havia um escritório. Não obstante, o núcleo foi esparsamente povoado, especialmente atacado pela febre amarela em 1939, responsável por dizimar as famílias assentadas (MALACARNE, 2004).

Conforme Pe. Posadzy (2009, p. 56), o primeiro transporte de imigrantes chegou em 1929. Os colonos se dirigiram ao interior da “selva” se estabelecendo nas margens dos rios Pancas, São José e Claro. Seguiram-se outros transportes, trazendo camponeses poloneses das regiões de Vilnius, Lomza, Lublin e Stanislawów (a maioria dos poloneses vieram da região sul e leste da Polônia).

Para o padre Posadzy, em “Águia Branca o camponês polonês está dando o testemunho das suas aptidões colonizadoras. Sem medo, ele se dirigiu à selva como conquistador vitorioso, e onde grassava o selvagem indígena, onde o frêmito das onça assustava o viajante – ele se estabeleceu em definitivo” (2009, p. 58). O polonês conquistava e civilizava, diante dos objetivos do projeto colonizador de ambos os governos:

Penetra cada vez mais longe na mata tropical. Do amanhecer ao anoitecer ressoam os machados. Cintilam as foices e os facões. Nas amplas derrubadas ao longo do Rio Pancas, do Rio Claro e do Rio São José brilha avidamente o olhar do pioneiro. E vão tombando os seculares cedros, imbuias, jacarandás e mognos. Nada será capaz de deter a sua caminhada. E por onde passa o seu pé, brotam pés de mandioca, murmuram as verdes plantações de cana-de-açúcar e de milho (2009, p. 58).

As condições de colonização

A falta de chuvas, o grande número de doenças, principalmente malária, a praga dos vermes intestinais, a falta de princípios básicos de higiene e de meios preventivos, atacava as colônias, conforme o relatório de Błaszcyk. Nos terrenos de colonização, como em todo o Brasil, apareceriam infinidade de moscas, bichos de pé, carrapatos, pernilongos, muitas variedades de formigas e besouros, que incomodavam os colonos recém-chegados.

O autor, afirma a presença de parasitas fruto da picada de pulgas, carrapatos, percevejo do mato e outros insetos, causava “feridas tropicais” muito incômodas. O terror da colônia seriam as várias espécies de formigas. Uma luta dos colonos com algum auxílio estadual para o fornecimento de meios químicos a fim de combater os formigueiros, mas sendo sempre insuficiente para a quantidade.

Estes relatos demonstravam o caráter pioneiro da colonização da região, tanto em razão do clima e condições locais, como fato de estarem sendo trazidos imigrantes diretos da Europa, sem conhecimentos prévios sobre o Brasil e para um local distinto das colônias do sul do país, as quais tinha uma ocupação de mais longa data dos poloneses. Esse pioneirismo, no relatório do delegado da TK, informava as dificuldades de assentamento da região, em um tom pouco positivo, dando conta dos insucessos do processo colonizador.

O transporte era outro problema, apenas Monte Claro estaria ligada à cidade de Colatina (a 71km de distância), por onde transitavam automóveis em uma estrada “mal conservada e esburacada”. Os trajetos, na sua maioria, entre as colônias e para as cidades, eram picadas para trechos a pé ou a cavalo, portanto, o transporte de mercadorias e produtos agrícolas era dificultoso e dispendioso. A maior parte do transporte nos trechos entre Águia Branca – Monte Claro e Cachoeira era feito na forma de tropas. O autor dá dados dos custos altos de transporte.

Quanto aos números da colonização, os primeiros imigrantes poloneses chegaram à colônia Águia Branca em 1929 e vieram da Polônia, até 1939, em 38 transportes, 361 famílias, a saber:

ANO	FAMÍLIA
1929	32
1930	103
1931	34
1932	0
1933	6
1934	38
1935	22
1936	100
1937	0
1938	26
1939	Sem dados

Tabela adaptada por Rhuan Targino Zaleski
Trindade do relatório de Błaszczuk

Grande parte dos colonos instalados saiu da colônia, segundo aponta Malacarne (2004), fugiam da febre amarela, que os matava, das condições climáticas, preferindo colônias polonesas mais populosas no Paraná e Rio Grande do Sul. Muitos relatos aparecem em fontes de discussões diplomáticas do Itamaraty⁵⁹³ e dos jornais curitibanos⁵⁹⁴, que visualizavam

⁵⁹³ Correspondência de 02 de fevereiro de 1939, legação polonesa no Rio de Janeiro para Ministério das Relações Exteriores. Sobre poloneses que se recusaram a ir para o Espírito Santo em razão de notícias negativas,

famílias que iam até Curitiba, fugindo das más condições no Espírito Santo. Segundo Nalewajko (2015, p. 251)

La Sociedad no preparó el terreno para recibirlas, y tras el período de haber vivido en miseria extrema la mayoría abandonó la colonia quedando en 1938 tan solo 81 familias. En esta situación las autoridades polacas cesaron la ayuda financiera a la Sociedad y tomaron la decisión de dejar los proyectos de colonización en Espirito Santo.

Em maio de 1934, o Correio do Paraná afirma que muitos dos imigrantes (cerca de 36) que foram para Águia Branca, estariam na Hospedaria de Imigrantes em Curitiba e iriam para a colônia Marquês do Abrantes⁵⁹⁵. O Ministério do Trabalho, das Relações Exteriores e a legação polonesa, através de Grabowski, se envolveram em debates sobre o destino daquelas famílias polonesas. Em junho do mesmo ano⁵⁹⁶, o jornal curitibano abre novamente fogo contra Koszarowski e o consulado polonês diante da chegada de mais poloneses para a capital paranaense provenientes da colônia no Espírito Santo, sem qualquer auxílio diplomático ou da TK. Na ânsia de cumprir com os números, a TK era acusada de trazer elementos que não eram agricultores, que não se encaixavam no perfil exposto na legislação brasileira ou no regime contratual da concessão.

Segundo o relatório de 1939, as pesadas condições em que a colônia se encontrava no período inicial geravam fugas e davam como motivo: “a) as secas prolongadas e com isso a falta de produção; b) má administração; c) falta de meios financeiros correspondentes”. Enquanto o estado das colônias de Águia Branca e Monte Claro era regular, Cachoeira tinha atingido 80% de fugas de colonos.

As causas desse mau estado de coisas se devia: a) Terrenos de colonização em área muito grande com grandes despesas para a administração a fim de prepará-los para a localização dos colonos (demarcações, estradas, pontes, etc). Acompanhado de lenta localização dos colonos e falta de fiscalização da intrusão, a qual aproveita as

permanecendo no Rio de Janeiro.

⁵⁹⁴ Correio do Paraná, 14 de fevereiro de 1933: segundo o jornal, os “agentes e propagandistas de Sociedade, criminosamente, com o aplauso das autoridades polonesas, correram às mais florescentes aldeias da Polônia seduzindo os simplórios camponeses com as fantasias da sua propaganda. “ludibriados” os camponeses poloneses teriam vendido suas terras na Polônia e comprado no Espírito Santo por aqueles valores, mas não teriam encontrado nada do que fora prometido ao chegarem, deixados na “mais completa nudez” naquele estado. Em 20 de fevereiro, o jornal de Curitiba reiterava: teria investido em propaganda na Polônia com fotografias e publicações sobre seus “latifúndios” no Brasil e “prosperidade dos colonos”. Com “meios criminosos”, portanto, teria se apropriado dos bens dos camponeses, que viveriam com “fome” e “completa nudez”, ao que saberia a “colônia polonesa” dos casos de compatriotas na miséria em razão da Sociedade, ao que questiona se estariam de acordo.

⁵⁹⁵ Correio do Paraná, 19 de maio de 1934.

⁵⁹⁶ Correio do Paraná, 30 de junho de 1934.

despesas da Sociedade, sendo 90% dos esforços da administração aproveitado para colonização estranha. b) Os escritórios da Sociedade de Colonização e do Sindicato de Emigração fazem promessas e dão informações errôneas aos candidatos sobre as propriedades dos terrenos, as condições de vida e trabalho na colônia. Exemplo do Sr. Kosior, que ganhou gleba para plantação de árvores frutíferas e ao chegar, aparamentado e com capital, percebeu que havia recebido informações erradas. c) O colono deve receber uma moradia melhor e um rancho mais preparado, o que é impossibilidade devido aos gastos da administração com os colonos, que são desperdiçadas com a intrusão.

Uma das estratégias, apontada por Błaszczyk, era apenas os homens seguirem viagem para Cachoeira (as mulheres ficavam em Colatina), já alertados por fugitivos no Rio de Janeiro. Ao chegarem na colônia, visitavam os colonos, constatavam os problemas e seguiram viagem de volta para impedir que suas mulheres e crianças fossem deslocados para a colônia. Em um caso que relatou, apenas uma família ficou na região, com os outros voltando para Vitória e seguindo para o sul do país.

A divisão dos núcleos coloniais era, em 1939, a seguinte: Águia Branca tinha 43 famílias da Polônia e 11 de emigrantes anteriores; Monte Claro contava com 17 famílias da Polônia, Cachoeira, 26 famílias. Sendo 86 famílias da Polônia e 11 de emigrantes anteriores. Com base nestes resultados, das 361 famílias chegadas da Polônia, 86 permanecem na colônia, 23,82%. As outras 275 separaram-se do transporte no Rio de Janeiro, nem sequer indo para o destino ou o abandonando depois de curta estadia. Portanto, em 1939, conforme o relatório, a TK estava longe de alcançar as 1800 famílias obrigatórias de serem instaladas nos primeiros terrenos.

Conforme Błaszczyk

[...] o contrato não tem sido cumprido pela Sociedade, em razão da diminuição da imigração para o Brasil, impedindo a chegada das 100 famílias anuais, como estava projetado, bem como a ocupação dos 43000 hectares consentidos. Assim, as reparações para os gastos com construção de estradas, desmatamentos, plantações, etc, só poderia ser obtido num encontro entre Estado e Sociedade.

Em 1930, com a vitória de Vargas, medidas restritivas com relação à imigração começam a ser tomadas, ampliadas com a constituição de 1934 e depois com o golpe do Estado Novo em 1937⁵⁹⁷. Este poderia ter sido um dos fatores da diminuição da vinda de poloneses e da não obtenção do número previsto pela TK. A empresa realizou propagandas na

⁵⁹⁷ Correspondência de 9 de outubro de 1937, Ministério das Relações Exteriores para Kazimierz Zaniewski, Encarregados de Negócios Interino da Polônia, sobre controle da entrada de colonos contratados pela TK, diante de possíveis fraudes irregularidades, estariam sendo burladas as prescrições da legislação para a admissão de estrangeiros no território brasileiro, conforme observado pelo ministério.

Polônia, através da publicação de folhetos com imagens e explicações sobre o Espírito Santo, como o caderno *Kolonizacja Polska w Brazyliji* (Colonização polonesa no Brasil), publicado em 1929 e 1930, mas não eram suficientes para a atração do número adequado dos imigrantes (muitas publicações eram feitas em jornais poloneses também).

Quanto à situação geral dos emigrados, Błaszczuk aponta: “Os colonos dos velhos terrenos, isto é, Águia Branca e Monte Claro (71 famílias polacas) conseguiram se climatizar, relativamente bem, e criaram condições de vida, suportáveis”. A produção maior era de arroz, milho e café. Apenas alguns colonos com terrenos maiores (50ha) possuíam gado vacum e suíno para negócios. Distante dos mercados e devido ao alto custo dos transportes, negócios mais dinâmicos eram impedidos, como venda de laticínios e aves. Sendo assim, os colonos tem pouco dinheiro e apenas 20 já teriam pago por seu lote. Muitos queriam vender os lotes e, por conta do clima, ir para o Paraná. Para o autor, nenhum dos colonos, depois de 9 anos de trabalho, conseguira reaver o que possuía antes da partida.

A colonização antiga estaria terminada para o autor do relatório. Nas colônias novas a situação seria mais pesada, “o emigrante, após a chegada, recebe seu lote com um hectare de mato derrubado, em que está plantado apenas milho e arroz”. Era feito um rancho, isto é, uma cobertura sobre 6 palanques, sem paredes e nem assoalho, onde deveria servir de moradia ao colono e sua família, durante algumas semanas e as vezes meses, até que pudesse construir a sua própria casa ou aumentar o rancho para poder servir de moradia provisória, trabalho deixado para mais tarde, já que o desmatamento e preparação da roça era mais urgente. Distante 1 km dos vizinhos, “largado com a família a própria sorte, exposto ao ataque de muitos “animaisinhos incômodos”, como formigas mosquitos, bichos de pé, besouros”, estava “cercado pelo sertão surto e misterioso, ameaçador e desconhecido, mal defendido da umidade e da canícula – o colono se indispõe físico e moralmente”.

Błaszczuk mostra as dificuldades iniciais dos colonos, o rápido esgotamento do crédito, em razão das necessidades com desmatamento, preparo do plantio e ferramentas. Sem uma pastagem preparada para criação de gado e sem alimentos para galinhas, o colono não tinha manteiga, ovos e leite, sendo a alimentação principal, feijão e arroz temperado com toucinho pouco fresco comprado na “venda”.

Para o início, “A alimentação imprópria e as condições de vida primitiva dos nossos colonos que não podem manter os mais comensais princípios de higiene, torna-lhes pesado o período de aclimação, sendo ainda mais sujeitos às doenças tropicais que grassam, em geral,

nessa colônia”. As condições das moradas, muito deixavam a desejar, colocando os novos colonos em situação “desesperadora”. A malária era constante na região.

Não é de admirar que as condições que os emigrantes, tem de vencer nos princípios da sua instalação, são suportadas por poucos. Os mais fracos quando ainda possuem algum dinheiro, abandonam os lotes, [resignando] o que já dispenderam e fogem para os Estados do Sul, fazendo as piores referências possíveis, sobre a colonização polaca no Estado do Espírito Santo.

Era, portanto, característico “o fato de que grande porcentagem de colonos, até das colônias velhas e portanto, bem arranjados, tratam a sua permanência na colônia como provisória”. Estava instalada uma grande “vontade de vender e deixar a colônia”, motivada na necessidade de mudança do clima, “alegando que é ao clima que deve os seus insucessos e outras coisas, o que muitas vezes nada tem que ver com o clima, ou pelo menos pouco, e, sim com a falta de higiene e de alimentação adequada”. Entre os colonos teria se espalhado a convicção que o governo da Polônia levaria todos para as colônias que deve receber em Madagascar⁵⁹⁸; esta convicção era insinuada pelo pe. Sokól. Estas ideias levariam à estagnação das atividades, já que o colono não via vantagem em investir em seu lote.

Sobre a administração colonial, em 1939, estava justamente o Pe. Franciszek Sokól, que assumiu administração da colônia em 1 de abril de 1935, antes tendo outros 6 administradores (Fedorowicz, Cienski, Vieracki, Bobak, Kopczynski e Nowinski). Junto ao padre, teriam vindo famílias do Peru, que não haviam se adaptado aos projetos coloniais naquela região.

Conforme o relatório, o padre ao negociar com seu dinheiro os produtos agrícolas, protegia os colonos da exploração dos vendeiros e dos habitantes do entorno das colônias. A administração colonial estaria bem servida de artigos de primeira necessidade e de instrumentos agrícolas indispensáveis. Assim, conseguiria fazer concorrência com os vendeiros, tendo clientes entre os colonos e habitantes do entorno da colônia. Ademais, cuidava dos negócios coloniais, comprando produtos agrícolas e vendendo materiais e sementes. Entretanto, estaria nos planos do padre, retornar para a Polônia, caso não recebesse melhor colocação com uma renovação de contrato, pois considerava a tarefa de administração estúpida.

Na sequencia, são apresentados também os gerentes dos negócios locais, chefes dos estabelecimentos industriais (moinhos de beneficiamento) e guarda livros. Sr. Magorski em

⁵⁹⁸ Um dos planos antigos poloneses, sobretudo para a questão judaica.

Águia Branca, Sr. Ignatowski em Monte Claro (que também foi professor) e Sr. Czekaj em Cachoeira.

Sobre o tratamento médico, o responsável era o doutor Janusz Zak, que atuava em Águia Branca, mas tinha se transferido para Cachoeira, onde a situação de saúde dos colonos era mais urgente, tendo presença de epidemias tropicais. O médico se ocuparia o dia inteiro, não apenas com os colonos, mas também com caboclos moradores das redondezas. Faltaria na nova colônia, um local adequado para o médico receber os pacientes, na administração. O local era precário e, para além da falta de instrumentos e móveis, tinha o aspecto sujo e de negligência. Em casos de doenças mais graves e necessidade de cirurgias, os colonos deviam seguir para Vitória, uma viagem difícil e longa.

Já do ponto de vista escolar e da “vida social e cultural da colônia”, havia até abril de 1938 duas escolas em funcionamento com 65 alunos, as quais foram fechadas em razão dos decretos estaduais proibindo o funcionamento de escolas estrangeiras, já no bojo do movimento da Campanha de Nacionalização, iniciada no ano anterior. O professor Czekaj, então desempregado, foi admitido pela administração da colônia Cachoeira para a condução dos negócios locais. As escolas foram ocupadas por professores brasileiros, deixando as crianças sem o ensino da língua polonesa. Em Águia Branca, os mais jovens falariam entre si somente em polonês, no entanto, em Monte Claro, em razão da vizinhança com brasileiros, italianos e alemães, já encontrava jovens falando português entre si, conforme o relatório.

Fundada em 1932, funcionou até a última administração, do Sr. Nowicki, a sociedade Copérnico, com um grêmio da juventude em que havia seções de teatro amador, coro e educação física, mas a sociedade estava dissolvida também em 1939. O único contato da colônia com a pátria se daria através de cartas dos colonos com os parentes na Polônia. Afora os poucos colonos que assinavam o *Lud* (jornal polono-brasileiro publicado em Curitiba pelos vicentinos), nenhum outro jornal chegava à colônia. Na administração funcionava uma “modesta” biblioteca com poucos livros e sem renovação, a qual serviu inicialmente para os poucos que sabiam ler e já não teria utilidade.

Por fim, Błaszczyk relatou encontro com dois fugitivos da colônia Cachoeira, que teriam dado informações desfavoráveis sobre a colônia, queixando-se das irregularidades, tanto da Sociedade de Colonização como do Sindicato de Emigração poloneses, destacando que:

- a) Teriam sido avisados na no escritório da Sociedade de Colonização e do Sindicato de Emigração, que os terrenos eram levemente acidentados, quando na verdade eram montanhas, “montanhas íngremes e de cumes pedregosos”.
- b) Os terrenos não prestavam para o plantio com arado, quando as terras teriam sido vendidas como próprias para tal e o gerente da Sociedade de Varsóvia teria advertido para levarem o arado e cereais para o plantio, o que os colonos fizeram. Alguns inclusive teriam trazido mudas de pereiras, ameixeiras e macieiras.
- c) Não foram avisados da malária que grassa na colônia e que sofreram com outras doenças tropicais, feridas e vermes.
- d) que o clima é mortal.
- e) que as informações da Sociedade de Colonização de que a estrada chega até a colônia são mentirosas, existindo uma distância de 13[15]km de distância da colônia.

A conclusão era de que pelas suas constatações e “pelos dados colhidos nos anos anteriores e de posse da Legação da R. P.”, o governo local, bem como os administradores de Água Branca em geral, “manifestavam-se em favor de ser mantida a colônia, sendo de opinião que os terrenos de colonização da Sociedade, possuem condições para o desenvolvimento adequado da colonização”. A “manutenção da colonização no Estado do Espírito Santo, além de outros motivos, havia o de desviar a atenção dos agentes interessados, sobre o Paraná”. De acordo com o cálculo estimativo, “feito pelo Sr. Buszczycki, que dirige os trabalhos preparatórios para os novos terrenos, existe a possibilidade de vender aos emigrantes pelo preço de 1:250\$000 (350 zl.)”, o que poderia na ocasião da assinatura do contrato em Varsóvia o preparo do lote da seguinte forma: 1) armação de uma casa coberta de [ripas], com assoalho e teto, [ilegível], com 1m de altura (o isolamento da casa da terra) indispensável no interior (umidade e vermes). 400\$000; 2) preparo de 1 ha para pastagem. 400\$000; 3) 1 ha de plantação de milho e mandioca. 60\$000 4) ½ há de plantação de arroz. 30\$000; 5) Limpeza das plantações, preparo do desmatamento e regularização dos riachos. 25\$000; 6) 1 vaca. 450\$000; 7) 1 dz. de galinhas. 200\$000; 8) Mosquiteiros nas camas, para proteção dos mosquitos propagadores da malária. 50\$000; Total: 1:250\$000.

Seguindo este processo, garantiria rápida aclimatação e permanência do emigrante na colônia. O transporte deveria ser feito entre maio e outubro, meses mais secos e frescos para facilitar a aclimatação. “Finalmente é preciso frisar que, deixar a colônia nas condições atuais, sem proteção e administração, importaria na sua dissolução sem apelação”. E querendo assegurar a existência e consolidação da colônia era necessário reforçar o seu número em 50 famílias. “Isso seria somente possível, se o preparo dos lotes corresponder as necessidades e exigências ditadas pelas condições climáticas e outras, mencionadas no presente relatório”.

O autor apresenta as grandes dificuldades da colônia, os motivos de fugas, as questões climáticas e de saúde da região, com um panorama geral da organização e dos resultados dos trabalhos da TK. No entanto, traz poucos aspectos do atendimento religioso na colônia, esta apesar de ser baseada no esforço governamental polonês juntamente com uma entidade privada, tinha no padre Sokól o apoio espiritual. Ademais, houve o erguimento de igrejas, bem como na visita de outros clérigos, como o padre Posadzy, que passou na região nos anos trinta, deixando um livro sobre a visita e suas impressões do local, também sob um viés negativo, em especial, pelos casamentos de poloneses e caboclos.

Considerações finais

Apesar de todas as demandas contratuais, a população polonesa nas três colônias nunca foi muito grande, raramente a chegada de famílias cumpria a média exigida e a febre amarela somada às fugas dos colonos, deixaram o número reduzido de imigrantes poloneses no local, ainda que marcassem a paisagem da região, sobretudo nomeando seu entorno com diferentes toponímias (Vila Valério, homenageando Walery Koszarowski, Córrego Francisco – em homenagem ao padre Franciszek Sokól, Monte Claro, Águia Branca, etc.), em especial com o nome até hoje da cidade de Águia Branca.

Inserido numa lógica polonesa do período entre guerras de aproveitar o potencial populacional para ocupar regiões nos países que tinham interesse pela colonização agrícola, a TK, apoiada pelo governo polonês, constituiu colônias no Espírito Santo com intenções de dirigir a população em fluxo contínuo de saída, em razão do que era considerado, grave problema demográfico polonês, especialmente no campo. A ideia era a formação de colônias com maior apoio estatal, construção de benfeitorias e manutenção dos vínculos com a Polônia, para possível aproveitamento econômico, mas também, intenções coloniais latentes, com ideias de força e potência.

No Brasil, houve fortes críticas do Correio do Paraná em 1933 e 1934, as discussões na documentação diplomática, que se somavam aos fatores de grande fracasso da TK no Espírito Santo, que mesmo com grandes quantidades de terra, não conseguia cumprir com as metas do seu contrato e acabou deixando a região abandonada. Em 1939, o projeto já estava sendo aos poucos desvinculado e com a Segunda Guerra Mundial, e a perda da independência polonesa, em setembro daquele ano, é completamente desamparado.

Referências

BIAŁAS, Tadeusz. **Liga Morska i Kolonialna** – 1930-1939. Gdańsk: Wydawnictwo Morskie Gdańsk, 1983.

DEMBICZ, Andrzej, SMOLANA, Krzysztof. **La presencia polaca em América Latina**. Varsóvia: CESLA, 1993.

FIKTUS, Pawel. Pojęcie „kolonii” oraz „kolonializmu” w dyskursie polityczno-prawnym Ligi Morskiej i Kolonialnej. In: MACHAJ, Lukasz. **Varia doctrinalia**, Wrocław: Wydawca Prawnicza i Ekonomiczna Biblioteka Cyfrowa, 2012.

HUNCZAK, Taras. Polish Colonial Ambitions in the Inter-War Period. **Slavic Review**, Illinois, Vol. 26, No. 4, 1967, pp. 648-656.

MALACARNE, Altair. **Águia Branca**: uma rapsódia polono-brasileira na selva capixaba. São Gabriel da Palha: Gráfica Comeri, 2004.

MAZUREK, Jerzy. **A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

NALEWAJKO, Małgorzata. Los inmigrantes polacos en Brasil en sus testimonios. In: GONZÁLEZ MARTÍNEZ, E., GONZÁLEZ LEANDRI, R. (orgs.) **Migraciones transatlánticas. Desplazamientos, etnicidad y políticas**. Madrid: Comarca, 2015.

OLIVEIRA, Márcio de. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914. **Estudos Históricos**, vol. 22, n. 44, Rio de Janeiro, jan/jun, 2009.

POSADZY, Ignacy. O início da colonização polonesa em Águia Branca - ES na descrição do pe. Inácio Posadzy. **Projeções**: Revista de estudos polono-brasileiros, Ano XI, 2009.

PUCHALSKI, Piotr. “The Polish Mission to Liberia, 1934–1938: Constructing Poland's Colonial Identity.” **The Historical Journal**, 2017, pp. 1–26.

TRINDADE, R. T. Z. A II República da Polônia e os imigrantes poloneses no Brasil meridional (1918-1939). **Revista de História Helikon**, v. 3, n. 6, p. 126-142, 2016.

WACHOWICZ, Ruy C. Messianismo, Polonidade e Nova Polônia no Brasil. **Projeções**: Revista de estudos polono-brasileiros, Ano III, 2001.

LIBERALISMO ÍTALO IMIGRANTE: ENTRE SÚDITOS E REPUBLICANOS NO BRASIL MERIDIONAL (1875 – 1930)

Ricardo Kemmerich⁵⁹⁹
Maria Medianeira Padoin⁶⁰⁰

A Itália em 1870 recém havia findado o processo de unificação política⁶⁰¹. A luta por sua unificação e libertação se deu pela afronta ao poder clerical estabelecido em Roma (1870), aos franceses na Lombardia e Piemonte (1861) e à dinastia dos Habsburgos que dominava súditos de cultura itálica, especialmente nas regiões que compreendiam o Vêneto, o Trento e o Friuli (1866) ao longo da região pré alpina, alpina e o vale do Rio Pó. O alijamento da Igreja no que se refere ao poder político eram influências diretas da expansão do liberalismo⁶⁰² e do republicanismo⁶⁰³, referências de modernidade em oposição ao obscurantismo absolutista. O pensamento livre apregoadado pelo liberalismo em expansão desde a Revolução Francesa (1789) logo passou a ser duramente combatido pela Igreja, quando em “1738, o papa Clemente XII proibiu aos católicos a filiação à maçonaria, que era um dos grandes veículos de divulgação do liberalismo” (POSSAMAI, p. 31–32, 2005)⁶⁰⁴.

⁵⁹⁹ Mestre em História e Doutorando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Linha Política, Fronteira e Sociedade.

⁶⁰⁰ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora titular dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

⁶⁰¹ Processo que se estendeu de 1815 à 1870, sendo denominado de “Ressurgimento” (Risorgimento). A integração da península foi um processo longo e complexo. Conforme Perry “Em 1815, a Itália consistia em vários Estados separados. No Sul, um rei Bourbon governava o Reino das Duas –Sicílias; o papa governava os Estados Pontificais na Itália Central; os Habsburgos austríacos governavam a lombardia e Veneza no Norte. Os príncipes Habsburgo subservientes à Áustria governavam os ducados de Toscana, Parma e Módena. O Piemonte, a Noroeste, e a ilha da Sardenha eram governados por uma dinastia italiana, a casa de Savóia” (ano, p. 397).

⁶⁰² Segundo Bobbio “o Liberalismo é um fenômeno histórico que se manifesta na Idade Moderna e que tem seu baricentro na Europa (ou na área Atlântica), embora tenha exercido notável influência nos países que sentiram mais fortemente esta hegemonia cultural (Austrália, América Latina e, em parte, Índia e Japão. [...] No século XIX foram-lhe acrescentados outros termos políticos que, às vezes, acabavam na negação ou na limitação de seu próprio conteúdo. Temos assim os monárquico-liberais que, na firme defesa do ideal monarquista, admitiam formas limitadas de representação política; os liberal-nacionais que, por identificarem a causa nacional com a liberal perdiam frequentemente o significado liberal de uma organização federativa ou subordinavam a liberdade à unidade nacional; os católicos (ou os protestantes) liberais que, contra os clericais antiliberais e os anticlericais (às vezes liberais) defendiam a separação entre Igreja e Estado” (2000, p. 687 – 688).

⁶⁰³ Segundo Bobbio “na moderna tipologia das formas de Estado, o termo República se contrapõe à monarquia. Nesta o chefe do Estado tem acesso ao supremo poder por direito hereditário; naquela, o chefe de Estado, que pode ser uma só pessoa ou um colégio de várias pessoas (Suíça), é eleito pelo povo, quer direta, quer indiretamente (através de assembleias primárias ou assembleias representativas)” (2000, p. 1107).

⁶⁰⁴ Conforme Maurizio Ridolfi, “apesar de uma forte rotação e uma especial fragilidade em sua organização, a maçonaria conseguiu exercer uma influência direta nas políticas institucionais, o que contribuiu a consolidar a legitimação do Estado Liberal em chave patriótica, unitária e anticlerical” (2016, p 99).

Assim, Estado liberal italiano despontou como uma nação extremamente heterogênea formada por diversas “Itálias” divididas pela *Questão Romana*⁶⁰⁵. A Itália então se cindia e “a revolução liberal veio acompanhada do anticlericalismo que era visto como o principal apoio do absolutismo”(POSSAMAI, p. 35-36, 2005). A consagração desta oposição adveio com a promulgação das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus* (1864) pelo Papa Pio IX e ratificado pelo Concílio Vaticano I (1869 – 1870), condenando veementemente os preceitos liberalizantes da sociedade moderna com o claro objetivo de promover a manutenção dos poderes temporais da Igreja que na política perdia terreno de ação. Conforme Possamai, o “*Syllabus* satisfaz aos católicos conservadores, porém descontentou aos liberais e, entre os não-crentes, simbolizou o obscurantismo da Igreja Católica” (POSSAMAI, 2005, p. 38). Formou-se, então, um complexo mosaico separando súditos italianos que pouco se identificavam com o recém formado Reino da Itália de Vitor Emanuel e católicos, súditos do Papa – que para todos os efeitos era um monarca absolutista⁶⁰⁶. Basicamente esta oposição se configura em torno daqueles favoráveis ao processo de unificação política italiana, dentre eles muitos católicos liberais, e aqueles contrários à unificação, em razão da encampação de antigos territórios Pontifícios pelo novo Estado em afirmação. A Itália vivia uma ambiência cuja crise era uma soma diversa. Em meio as guerras de unificação, a crise agrícola, a ruptura de práticas tradicionais de organização comunitária e social e as querelas religiosas, migrar se apresentou como um horizonte que possibilitaria novas oportunidades de sobrevivência das famílias e de costumes. Por ordem dos céus, ou do capital, migrar para o além mar começou a se apresentar como um destino, mais do que almejado, mas necessário.

Nesse contexto o Brasil se apresentou como um dos principais destinos para migrantes europeus, sobretudo italianos⁶⁰⁷, perdendo apenas para os Estados Unidos e a Argentina,

⁶⁰⁵ A tomada dos territórios pontifícios ao longo do processo de unificação do Reino da Itália levou à um embate irreconciliável ente Estado e Igreja. Os ventos da modernidade levaram ao processo de laicização, desvinculando os poderes da Igreja da agenda do Estado. Sobre isso “Cavour, em seus célebres discursos de 25 e 27 de março de 1864 sobre a Questão Romana, dirigia-se diretamente para Pio IX com estes termos: ‘dessa liberdade procurastes arrancar a algumas partes por meios das concordatas, com as quais éreis obrigados a conceder em compensação dos privilégios coisas piores que os privilégios. Pois bem, o que vós jamais conseguistes obter daquelas potências nós viemos oferecer-vos em toda a sua plenitude, ou seja, nós estamos prontos a proclamar na Itália este grande princípio: uma Igreja livre num Estado livre’” (p. 186). Assim, “o papa fez da *Questão Romana* o principal entrave entre Igreja e Estado Italiano, embora este tenha lhe garantido a sua liberdade de ação” (POSSAMAI, 2005, p. 39).

⁶⁰⁶ Para Perry, ao lado dessas divisões políticas, “a Itália se achava dividida econômica e culturalmente. Em toda a península, o apego à região local era mais forte do que à devoção à unidade nacional. Os elos econômicos entre Norte e o Sul eram fracos e os habitantes das cidades setentrionais tinham pouca simpatia pelos camponeses sicilianos. Com exceção da classe média, a maioria dos italianos apegava-se aos valores do Antigo Regime” (p. 397).

⁶⁰⁷ No Brasil entraram entre 1820 e 1937 cerca de 1 milhão 502 mil e 958 imigrantes italianos (SEITENFUS,

respectivamente. Aqui a motivação inicial foi a modernização das relações de trabalho, abolindo paulatinamente o regime escravista e introduzindo o assalariado, e cujo componente de substituição foram os imigrantes italianos. Além disso, também houve a necessidade de povoar as regiões desocupadas do Brasil meridional, de modo a diversificar a economia e formar um novo contingente baseado na pequena propriedade em oposição ao grande latifúndio pecuarista, predominante na região Sul⁶⁰⁸.

Em que pese a concentração do contingente migratório para a região Sudeste do Brasil, foi no Rio Grande do Sul que as comunidades imigrantes puderam lograr maior autonomia. Esta autonomia traduziu-se na organização das comunidades imigrantes conforme seus anseios e expectativas, tanto políticas quanto religiosas (dificilmente não se imiscuíam) levando muitas vezes ao confronto explícito entre aqueles denominados, de um lado, italianos *católicos* - vinculados sobretudo aos modos de vida *tradicionais* e à Igreja – e do outro, aqueles identificados em um grande “saco de gatos”, cujas alcunhas abarcam italianos *liberais*, *maçons* e *garibaldinos*.

Neste sentido procuro discutir aqui o que poderia ser compreendido como um “liberal” entre os imigrantes de origem italiana. Para tanto, farei uso de referências biográficas e de memórias escritas de dois imigrantes italianos que se estabeleceram na região central do atual Rio Grande do Sul, Andrea Pozzobon e Antônio Ceretta, na denominada colônia Silveira Martins⁶⁰⁹. Nesse sentido, não pretendo fazer grandes elocubrações filosóficas em torno do que significa o liberalismo e suas muitas vertentes e apropriações, mas pensar, a partir dos relatos desses imigrantes, a vinculação de determinados ideais à alguns espaços de sociabilidade da região colonial.

1985, p. 102). Dentre os aproximadamente 1 milhão e meio de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil apenas cerca de 100 mil deles se estabeleceram no Rio Grande do Sul, especialmente tri-vênnetos-lombardos (DE BONI; COSTA, 2000).

⁶⁰⁸ Conforme Franzina em “A Grande Emigração: o êxodo de migrantes vênnetos para o Brasil” houveram dois “modelos” de imigração para o Brasil, aqueles “agricultores recrutados” e aqueles “assalariados”: “um predominantemente de povoamento e o outro secamente econômico, ou seja, bastante divergentes, além de defasados cronologicamente entre si” (FRANZINA, 2006, p. 15). O processo migratório dos migrantes vênnetos aqui referidos estão inseridos no modelo de povoamento, decorrido de uma política de proteção da fronteira Sul do Império a partir da segunda metade da década de 1870, privilegiando para isso famílias de colonos católicos.

⁶⁰⁹ Conforme Saquet (2003) as primeiras colônias no Rio Grande do Sul foram criadas em 1870 pelo Governo Provincial, Conde D’Eu (atual Garibaldi) e Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves), sendo transferidas ao Governo Geral em 1876. Em 1875 é criada a colônia da Nova Palimira (Caxias do Sul) e, três anos mais tarde, na porção central da província funda-se uma quarta colônia, Silveira Martins (p. 13-14). Segundo o autor, dentre as províncias de origem dos imigrantes italianos na Colônia Silveira Martins, 28,6% são de Treviso, 19,5% de Vicenza, 11% de Údine, 8,6% de Verona, 6,8% de Belluno, 6,4% de Trento, 5,6% de Pádova, 4% Mântova. Para Saquet “isso significa um predomínio na Colônia Silveira Martins, das famílias oriundas do Vênneto (70%), do Friuli-Venezia Giulia (14,4%), Trentino-Alto Adige (6,5%) e da Lombardia (5%)” (2003, p. 76-77).

Imigrantes apolíticos?

Andrea Pozzobon, nasceu em 1863, na comunidade de Carpenedo, próximo à cidade de Cavasagra, região do Vêneto italiano. Em 1883 ingressou no Exército Real italiano no 12º Regimento Bersaglieri permanecendo até 1885, período onde cumpria com “dedicação os deveres militares, sem subserviência, mas voltado unicamente para a mãe-pátria” a quem Andrea “aprendera cada vez mais a amar”(POZZOBON, 1997, p. 34-37). À pedido de seu pai, deu baixa de seu posto de Cabo Maior para migrar ao Brasil meridional. No Rio Grande do Sul, na comunidade de Arroio Grande, na colônia Silveira Martins, passou a atuar como professor de uma escola particular subvencionada pelo governo italiano a partir de 1892 (POZZOBON, p. 176, 1997), participando diretamente da fundação de uma Associação Italiana de Auxílio Mútuo Luigi Amedeo di Savoia, “Duca Degli Abruzzi”(POZOBON, p. 177, 1997). Em suas memórias, Andrea manifesta um profundo sentimento de conexão com a Itália deixada para trás e apresenta duras críticas ao clericalismo, especialmente à atuação dos padres palotinos, Ordem que se estabeleceu na região da ex-Colônia Silveira Martins a partir de 1886.

Antônio Ceretta nasceu em Moticello, próximo à Lonigo na região do Vêneto em 1868. Em julho de 1880 com 12 anos de idade migrou com sua família para o Rio Grande do Sul, onde se estabeleceu na comunidade de Vale Vêneto. Em 1895, já com 27 anos de idade, começou a catequisar as crianças em um altar móvel na comunidade de Polêsine tornando-se posteriormente professor em uma escola particular. Ceretta atuou em sua comunidade como padre leigo e sacristão, relacionando-se intimamente com os padres palotinos. Essa aproximação é explícita em suas memórias, quando afirma que seus escritos “não possuem valor literário”, senão apenas o de “conservar os sacrifícios dos primeiros habitantes do Vale Vêneto” para o estabelecimento de “zelosos e esforçados palotinos”, legando assim o “grande patrimônio de nossa santa religião”(CERETTA, p. 70, 1941).

Os dois imigrantes foram alfabetizados na Itália, atuaram em suas comunidades religiosas, foram professores e tornaram-se funcionários públicos⁶¹⁰. No entanto, suas memórias apresentam indícios de discursos antagônicos, opondo católicos, liberais e anticlericais em diversos espaços de sociabilidade da zona colonial. Neste sentido, aqueles que migraram o fizeram desejosos de constituir comunidades de acordos com seus preceitos políticos e religiosos, fazendo com que seus interesses, muitas vezes conflitivos, dessem

⁶¹⁰ Em 1921, Antônio Ceretta foi nomeado funcionário público municipal e aposentou-se após prestar 25 anos de serviço no dia 1º de Maio de 1935 (KEMMERICH, 2018, p. 101). Andrea Pozzobon foi nomeado professor pelo município de Santa Maria, atuando no Distrito de Arroio Grande onde morava.

origem à um processo cheio de contradições. Assim, os grupos de imigrantes que eram compostos por camponeses destituídos de terras, pequenos proprietários, artesãos e comerciantes procuraram reorganizar suas vidas e costumes em consonância aos desígnios da nova pátria. Processo que foi marcado por visões de mundo múltiplas e heterogêneas.

Valduga (2012) afirma que, tradicionalmente, a historiografia sobre a participação política de imigrantes italianos nas zonas de colonização no Rio Grande do Sul aponta um desinteresse, recusa e submissão às classes dirigentes estaduais. Ser imigrante significava estar alheio às questões políticas que se apresentavam. No entanto, ao enveredar por periódicos oriundos das regiões coloniais, o autor sustenta que os italianos participaram desde o início na defesa de seus interesses, no entanto suas ações políticas se davam em espaços políticos não institucionalizados, como capelas e associações durante os primeiros anos de estabelecimento colonial, demonstrando que os imigrantes não eram isentos e desprovidos de objetivos políticos. Valduga defende esta tese a partir da análise de diversos periódicos produzidos nas zonas coloniais⁶¹¹ (especificamente nas colônias da região da Serra gaúcha) demonstrando a heterogeneidade nas concepções políticas e identitárias entre os colonos italianos⁶¹².

Marin em “A integração dos imigrantes italianos à política Sul Rio-Grandense na ex-Colônia Silveira Martins” afirma que “a vida política dos imigrantes italianos, na ex-colônia permaneceu ligada às convicções trazidas da Itália, ou seja, às idéias que haviam motivado a Unificação Italiana” inexistindo, portanto, “uma comunhão política e cultural. Cada grupo

⁶¹¹ Embora relativamente diversa na região colonial, a imprensa direcionada ao público imigrante se desenvolveu a partir dos Carlistas e Capuchinhos. Conforme Valduga essas foram as únicas ordens a sustentar uma imprensa católica regional de grande influência (2007, p. 11). Entre o final do século XIX e início do século XX, a imprensa estruturada na região nordeste do Rio Grande do Sul floresceu de forma significativa, possuindo desenvolvimentos variados (DAL PRÀ, 2017, p. 38). O primeiro periódico fundado na região colonial foi “Il Colono Italiano” e circulou no município de Caxias do Sul entre janeiro e agosto de 1898. Além dele ainda surgiria o periódico de breve duração como o “La Libertá” em 1909 e finalizado no mesmo ano (DAL PRÀ, 2017, p. 36 – 37). De maior importância e tiragens na região colonial estão os jornais “Il Corrieri d’Italia” fundado pelos padres Carlistas que funcionou entre 1913 e 1927, sendo posteriormente unificado com o periódico capuchinho “Staffetta Rio-Grandense”. Este último, fundado em 1917 permaneceu com o mesmo nome até o processo de nacionalização compulsória perpetrada pelo governo getulista a partir de 1942, tornando-se assim “Correio Riograndense”. No final da década de 1920, a imprensa católica regional encontrava-se forte e unificada, e a década de 1930 marcará o período de expansão da mesma (VALDUGA, 2007, p. 11).

⁶¹² A participação efetiva de italianos e descendentes no acesso a cargos políticos e executivos se darão no Rio Grande do Sul somente após o Pacto de Pedras Altas (1923), período em que a Igreja Católica se tornou próxima ao governo estadual riograndense (VALDUGA, 2012). Foi a partir desse período que houve uma afirmação do elemento étnico italiano com a construção de uma identidade local. Isso ocorreu, segundo Possamai, pois o “projeto católico venceu uma corrente anticlerical que pouco tinha em comum além de sua posição contrária ao ideário católico, que incluía maçons, nacionalistas, liberais, positivistas, anarquistas e socialistas”, fazendo da “imagem do imigrante profundamente católico e avesso ao nacionalismo italiano” fruto de um discurso proveniente “das elites intelectuais que procuraram se tornar porta vozes da comunidade italiana no Rio Grande do Sul” (2005, p. 15).

falava seu dialeto, tinha suas convicções políticas e religiosas” (2007, p. 167 - 168). Essas características fizeram com que os diversos núcleos assumissem rapidamente uma identidade política diferenciada. Para o autor, nos “núcleos interioranos, mais isolados (Vale Vêneto, Ivorá, Nova Palma, Novo Treviso), estabeleceram-se, em sua maioria, colonos, comerciantes e artesãos católicos” ao passo que a sede colonial Silveira Martins “a maioria dos imigrantes que exerciam atividades urbanas, como comerciantes, artistas, professores, caixeiros-viajantes, artesãos e os funcionários públicos, eram, quase todos, maçons e anticlericais” (2007, p. 169).

Antônio Ceretta, em um manuscrito produzido em 1894, posteriormente traduzido pelo mesmo em 1941, sobre a “História de Vale Vêneto”, faz curiosos comentários com relação aos habitantes da Sede, Silveira Martins, onde enfatiza justamente a postura pouco religiosa de seus habitantes. Prospero Pippi, primeiro comerciante a se estabelecer na região colonial é descrito por Antônio como “sendo católico naturalmente”, apesar de ter sua cabeça cheia de “ideias liberais e de indiferentismo” (1941, p. 35). Segundo ele

[...] os colonos, em geral, eram bons cristãos, que conservavam o amor à religião, mas se deixavam ficar inertes por não terem um chefe que os soubesse organizar: tanto mas, que se tivesse alguns dispostos à falar bem de religião, surgiam aqueles garibaldinos da cidade nova [Citá Nuova, depois denominada Silveira Martins] a fazer mofa deles, chamando-os de hipócritas, santarrões, beija-bancos e mais ainda assim pelo respeito humano, deixavam-se cair no indiferentismo (CERETTA, 1941, p. 35-36).

Antes de migrar para a América, Andrea Pozzobon afirmava que o camponês das províncias vênetas havia visto até então “a ponta do campanário de sua paróquia ou de meia dúzia de povoados vizinhos e nada mais” (p. 63). Da mesma forma, Antônio Ceretta, em suas memórias também afirma o desconhecimento dos futuros colonos sobre o vasto mundo que os rodeava. Para Antônio os que se dispunham a emigrar “eram de classe mais pobre e por conseguinte, gente sem cultura, sem instrução nenhuma”, de modo que muitos “nunca tinham viajado, nem conheciam geografia” [...] haviam “ouvido falar vagamente de América” cuja compreensão geral era que de que “fosse um só país e não um continente” (CERETTA, 1941, p. 3-4). Disso é preciso salientar que, geralmente, o contingente migratório que se estabeleceu nas regiões coloniais eram formadas especialmente por agregados parentais que decidiam migrar coletivamente, reforçando características que tenderão a manter nas novas comunidades, suas características de origem⁶¹³ (VENDRAME, 2013). Nesse ponto é preciso

⁶¹³ Conforme a autora, “o êxodo foi antes de tudo, fruto de uma escolha individual planejada” (VENDRAME, 2013, p. 177), de modo que “o estabelecimento de redes de apoio e o compartilhamento de um projeto de comunidade a ser fundada, eram gestadas e articuladas tempos antes da partida” (VENDRAME, 2013, p. 117).

destacar o protagonismo dos emigrados em constituir comunidades de acordo com suas convicções políticas e religiosas, além de, claro, dos interesses materiais envolvidos⁶¹⁴.

Os motivos que levaram ao êxodo vênето foram variados. Vendrame (2013) ao analisar experiências de padres e camponeses que migraram em direção às Américas sugere que as motivações eram diversas, podendo ser *econômicas*, *familiares* e *religiosas*. Dentre as motivações *econômicas*, pode-se destacar os casos de pequenos proprietários e arrendatários que anteviam o enriquecimento e a aquisição de propriedades maiores como uma nova possibilidade ao migrar, fugindo das altas taxas e da queda dos preços agrícolas⁶¹⁵, bem como evitar o processo de pauperização; *familiares*, como o caso de Andrea Pozzobon, que apenas migra em obediência ao pedido de seu pai. Em suas memórias, Andrea assumia ter no serviço militar “esquecido as dificuldades financeiras” de seus “esforçados pais, pobres camponeses, sempre a serviço de poderosos senhores, proprietários das terras férteis que se estendiam entre Castelfranco e Istrana”, alegando que devido “as atuais circunstâncias” eram obrigados “a dar esse passo” e que justamente por isso “não desejava se tornar espírito de contradição” (p. 35-37). No caso de Andrea, as motivações eram de natureza *econômicas* e *familiares*, pois segundo o imigrante, seus pais desejavam migrar para o Brasil pois “anteviam o futuro dos filhos e o bem-estar dos netos que viriam”, pois “a Itália estava exaurida economicamente e com excesso de população”(p. 43-44).

As motivações *religiosas* faziam parte de um complexo jogo de novas relações que se estabeleciam a partir do processo de laicização decorrente da instauração do Estado Liberal italiano. A manutenção dos modos de vida tradicionais do mundo campesino vênето, é visto como um importante motivador para a emigração (Zanini, 2006), e nesse âmbito, o contexto político e social na região do vênето é determinante.

As associações como espaços de sociabilidade político religiosa

Segundo Maurizio Ridolfi, a construção da nação italiana deu-se sob um clima de tensões sociais e territoriais, que se multiplicaram com o processo de unificação. Dentre esses

⁶¹⁴ Para Levi “a própria emigração, pelo menos nas primeiras fases, é possível somente em um quadro de estratégias parentais complexas e de organização dos camponeses proprietários. O lugar comum da emigração como fruto de uma caótica fuga de miseráveis e como consequência do processo de proletarianização é, com certeza, errado: emigram aqueles que podem emigrar e porque tem uma sólida rede parental e recursos materiais, que fazem da emigração um investimento dentro de uma estratégia de gestão de recursos, forte e complexa; emigram os proprietários mais do que os proletários, mesmo que, obviamente, o fenômeno comece como resposta à crise dos preços dos produtos agrícolas, a partir dos anos 80 dos oitocentos” (2015, p. 23).

⁶¹⁵ Dentre elas podemos destacar a crise do trigo motivada pela concorrência russa e americana ao longo da década de 1880.

conflitos destacam-se a oposição da Igreja e sua campanha de deslegitimação católica do Estado e a integração do mundo campesino (RIDOLFI, 2016, p. 91 – 91). Segundo o autor o “mutualismo se prefigurou como um fenômeno significativo para se auferir o impacto da Itália unitária ao longo do processo de laicização e politização da vida política” (RIDOLFI, 2016, p.97).

Esse processo teve especial lugar nas zonas urbanas das regiões centrais e setentrionais (em primeiro lugar o Piemonte, e mais tarde a Lombardia, o Vêneto, Emilia Romagna e Toscana), enquanto que no Sul a cultura associativa foi menos intensa (RIDOLFI, 2016, p. 97). Nesse sentido, segundo Ridolfi “a dimensão local e regional constitui uma chave para leitura adequada para observar a configuração dos lugares e das formas de agregação atribuíveis a nova sociabilidade laica” em uma ambiência de competição ou “osmose” entre “velho” e “novo mundo”(RIDOLFI, 2016, p. 95). Do mesmo modo que na Itália, nas zonas coloniais do Rio Grande do Sul essa cultura associativa se desenvolveu enquanto uma expressão do proolungamento de conflitos e de características oriundas das comunidades de origem. Para Ridolfi, o que diferenciava as regiões Centro e Norte italiano em oposição ao Sul foi a intensidade de politização, que foi precoce e radical ao longo do zona do Pó, devido à presença de tradições mais férteis de sociabilidade laica e das profundas transformações sócio-econômicas (2016, p. 113). Estabelecer paralelos entre a cultura originária e a colonial pode demonstrar uma nova leitura das culturas políticas em transformação entre os imigrantes.

Se comparadas as regiões situadas ao norte e ao sul do rio Pó, é possível afirmar que o ponto de inflexão para a ruptura entre poderes políticos e espirituais e a politização da vida associativa popular foi o *mutualismo*, sobretudo nos pequenos centros rurais. Pode-se destacar em primeiro lugar, o desejo de autonomia com relação ao clero paroquial, sendo mais tarde a competição entre as sociedades de socorros mútuos (geralmente laicas) e as caixas rurais (geralmente com vinculações católicas). Em outras palavras, isso significa uma oposição entre os lugares de aprendizagem civil e político laicizada (mazziniano e democrático radical, monárquico-liberal, operário ou socialista) e de outro lado a rede associativa popular católica (FINCARDI apud RIDOLFI, 2016, p. 98).

Na província de Treviso, região do Vêneto italiano, Vendrame (2013) aponta a importância do papel do clero na empresa emigrante através do caso do sacerdote João Solerti. Solerti utilizou o púlpito para disseminar as “oportunidades oferecidas na América e a liberdade para vivenciarem suas práticas religiosas” como “a possibilidade de fundarem

associações religiosas, estabelecendo as estruturas agregativas da vida comunitária nas novas terras” (VENDRAME, 2013, p. 196). Migrar também consistia numa forma de revolta política contra as novas instituições do Estado Liberal italiano, que no período foi responsabilizado pelas dificuldades nas comunidades rurais (VENDRAME, 2013, p. 197).

Por exemplo, Vale Vêneto, comunidade italiana na região central do Rio Grande do Sul na qual pertenceu o imigrante Antônio Ceretta, originou-se a partir das intenções do comerciante da comunidade italiana de Piavon, província de Treviso, Paulo Bortoluzzi, que liderando um amplo agregado parental e comunitário, organizou a saída da Itália e a fundação da nova colônia no Sul do Brasil. Conforme Vendrame (2013) “tanto Paulo Bortoluzzi quanto os outros que o acompanharam eram membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis” (p. 92). Ao se estabelecerem na região colonial em 1878, “Bortoluzzi e outros imigrantes fundaram uma associação devocional para cultuar a São Francisco de Assis, construindo uma pequena capela em que foi colocada a imagem do santo trazida da Província de Treviso” (VENDRAME; ZANINI, 2014, p. 137). Antônio Ceretta destaca a importância da organização religiosa para o desenvolvimento das comunidades imigrantes:

É preciso registrar que não se pode descrever a história de nenhum povoado da colônia italiana, sem que figure em primeira linha e como motor do seu desenvolvimento, ocupando o lugar de primeiro fator, o movimento e progresso religioso. Um núcleo colonial que tivesse início pretendendo excluir este fator, estaria condenado a definhando e se destruir, porque entre seus habitantes, haveria falta de união de espírito, e corpo sem espírito é corpo morto e não pode obrar. Por conseguinte, cada novo povoado, o primeiro edifício que se estimava indispensável de erigir, era uma Capela que se construía em madeira: a qual, mais tarde, deve ceder o lugar a bela igreja em material, devendo esta ser como a galinha que entorne de si reúne seus pintos (CERETTA, 1941, p. 11-12).

Essa compreensão era compartilhada por muitos imigrantes, fazendo com que a organização da vida religiosa consistisse em uma das prioridades no mundo colonial. Em suas memórias, Ceretta descreve o esforço dos imigrantes de sua comunidade para o estabelecimento de sacerdotes para a administração dos sacramentos, tão caros aos colonos do período⁶¹⁶. Esse esforço levou aos imigrantes patrocinarem a vinda de dois sacerdotes italianos no ano de 1881, os padres Vitore Arnoffi e Antônio Sório e, posteriormente, o estabelecimento de padres da Ordem dos Palotinos, a Pia Sociedade das Missões, a partir de 1886⁶¹⁷.

⁶¹⁶ Vendrame e Zanini destacam que as “lideranças da região colonial permitiram a agregação das famílias por meio da estruturação dos espaços sócio-religiosos e da fundação de associações. Também é importante perceber como alguns elementos simbólicos propiciaram a construção de uma identidade comunitária associativa. As elites camponesas locais foram protagonistas de ações que permitiram a formação de instituições agregativas, fundando, assim, um campo de direito, um espaço da vivência de rituais e de devoções” (2014, p. 137).

⁶¹⁷ A Pia Sociedade das Missões, Congregação dos padres palotinos, “eram representantes do chamado

Na região da ex-Colônia Silveira Martins, como Vale Vêneto e São João do Polêsine, a presença de seminários e colégios confessionais deu-se através da atuação da Pia Sociedade das Missões. A primeira escola confessional —foi fundada em 25 de julho de 1892, sendo denominada de Nossa Senhora de Lurdes (LUCHESE, 2007, p. 220). A escola era mantida e administrada por freiras palotinas, as Irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Em São João do Polêsine também havia sido inaugurado o Noviciado Vicente Palotti em 1938, que se transformou mais tarde no Colégio Máximo Palotino e faculdade de Teologia, alçando o Polêsine como uma importante referência regional (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 235). De fato, influência da religiosidade na comunidade de São João do Polêsine deu-se de maneira expressiva durante toda a vida de Antônio Ceretta. A comunidade de Polêsine no final década de 1920, contava com uma estrutura econômica e religiosa estável, sendo fundada em meados de 1926 a União dos Moços Católicos, em 1931 a Irmandade do Santíssimo e a Pia União das Filhas de Maria, —todas associações populares em defesa da educação e da fé (RIGHI, BISOGNIN, TORRI, 2001, p. 234).

Na região colonial é possível perceber as tensões que envolviam os espaços de sociabilidade laicos e religiosos, especialmente durante os primeiros anos. Nos relatos de Antônio Ceretta a respeito da comunidade de Vale Vêneto por exemplo, é manifestada uma clara hostilidade com relação à estas associações. Na antiga Sede colonial, Silveira Martins, por exemplo, a associação de mútuo socorro criada por Luís Mantica, segundo Ceretta, possuía —suas raízes na maçonaria, embora as conservasse bem coberta de modo que —quem era verdadeiro católico, mantinha-se dela afastado (1941?, p. 53). Para Possamai as mesmas querelas que separavam italianos e descendentes eram vivenciadas nas associações, pois muitas mantinham vínculos com o governo italiano, através do consulado; outras, com a maçonaria ou com a Igreja” (POSSAMAI, p. 93, 2005).

Na região da ex-Colônia Silveira Martins, haviam diversas associações. Na sede foi fundada em 1885 a —Associazione de Mutuo Soccorso Umberto I° Fra Gli Operai Italiani (DALMOLIN, 2005, p. 93), em 1896 a associação à qual Andrea Pozzobon participou como cofundador na comunidade de Arroio Grande, Duca Degli Abruzzi e, em 1908, também na comunidade de São Marcos, foi fundada a Associação Vittorio Emanuele III (DALMOLIN, 2005, p. 93). Ao ser fundada a sociedade de Auxílio Mútuo Duca Degli Abruzzi, Andrea

catolicismo ultramontano, modelo de religião que a Cúria Romana estava tentando expandir, uma vez que havia se consolidado o Concílio Vaticano I (1869-1870), e visava a uma reorganização da estrutura de poder da Igreja sob o princípio hierárquico – Papa, Bispo, Vigário – e numa vivência religiosa que enfatizava o cumprimento dos sacramentos” (VENDRAME, 2007, p. 27-28).

afirma ter “a semente caído em bom terreno” pois “muitos acorrem à sombra da flâmula tricolor” (POZZOBON, 1997, p. 177). No ano de 1900, foi fundada em São Pedro, comunidade de Arroio Grande, uma associação católica, segundo Andrea, “para interpor-se à Sociedade de Auxílio Mútuo Duca Degli Abruzzi, um Conselho Católico, também sob as cores da mútua assistência” mas que em pouco tempo “naufraga em mar tranquilo (de pouca água) e não mais se arrisca a levantar a cabeça” (POZZOBON, 1997, p. 179).

Tanto Antônio Ceretta como Andrea Pozzobon frequentaram espaços de sociabilidade antagônicos na região colonial e apresentam posicionamentos distintos com relação à importância das organizações religiosas. Embora também muito religioso, Andrea, ao contrário de Ceretta, parece mudar suas impressões conquanto à atuação de clérigos em meio à organização comunitária, sobretudo a atuação dos palotinos. Dentro disso é interessante de se pensar o papel das associações para a circulação de ideias que poderiam influenciar uma nova perspectiva político religiosa dentro das comunidades imigrantes. Digo isto em razão de poderem ser observadas mudanças no testemunho de Andrea com o passar dos anos, configurando uma passagem de apontamentos “antiliberais” para “liberais”. Em suas memórias, Andrea relata suas experiências ao visitar sua antiga terra natal em dois momentos distintos, primeiramente em 1905 e depois em 1911.

Em sua primeira viagem de retorno à sua terra natal em abril de 1905, Pozzobon estranhou o contraste entre as práticas religiosas que vivenciou quando emigrou da Itália para o Brasil a primeira vez. Os passageiros, ao invés de observarem as festas litúrgicas e as orações em grupo, conversavam despreziosamente. Para Andrea, os emigrantes há vinte anos atrás (em 1885 quando migrou com sua família) “tinham estampadas em suas almas a Fé viva e cumpriam os preceitos escrupulosamente” (POZZOBON, 1997, p. 91). Essa diferença era proveniente dos “nefastos frutos do que se plantou nas repúblicas sul-americanas, os quais impelem quais velas enfunadas o ateísmo sem fronteiras, causa de grandes dificuldades e de corrupção do povo” (POZZOBON, 1997, p. 91).

A exemplo de suas impressões, Andrea relatava seu incômodo ao presenciar um “discurso inconveniente” de um “livre pensador” que questionava a existência de Deus e a virgindade de Maria, sendo isto o “produto acabado do liberalismo da América” (POZZOBON, 1997, p. 92). Ao final da travessia em direção à Europa, Andrea declarava estarem seus pensamentos consolados, pois ficaria “livre da companhia de anarquistas e socialistas fanáticos”. (POZZOBON, 1997, p. 97)

A despeito dessas afirmações, o imigrante Andrea ao evocar a lembrança dos emigrados italianos que oravam em conjunto em meio à viagem para o Brasil com sua família à bordo do vapor francês Poitou anos mais tarde, os classificou como “católicos fanáticos” (p. 67). O que pode indicar uma mudança de perspectiva com relação à vivência da religiosidade católica como se verá a seguir em suas memórias da viagem novamente empreendida para a Itália em 1911.

Anos mais tarde, em 1911, Andrea relata suas impressões acerca do país que havia há tantos anos deixado para se estabelecer com sua família no Brasil. As maiores críticas feitas por Andrea Pozzobon se referem às formas como as pessoas vivenciavam a religião e como dependiam da Igreja e dos padres para vivenciá-la. Para Andrea Pozzobon, “muitíssimos italianos cultos” pensavam como ele, que afirmava que “o papado é uma instituição puramente humana que coloca Deus em todos os assuntos”, criticando a postura das pessoas mais rudes que acreditavam que o Papa é “quase um ‘fac-símile’ de Deus” (POZZOBON, 1997, p. 158). Segundo ele

se qualquer *liberal*, ou seja, um pobre infeliz quisesse dizer a verdade, tão rara como “mosca branca”, e ambicionasse um cargo público, não se dariam ouvidos à sua petição e, se conseguisse, procurar-se-ia “fio de cabelo em ovo” para, de qualquer maneira eliminá-lo da instituição pública, como *persona non grata* (POZZOBON, 1997, p. 158).

Naquele momento, para Andrea “a obsessão religiosa é a doença mais difícil de curar que existe”, sendo “crônica” na região do Vêneto. Para o imigrante “ninguém será capaz de extirpá-la completamente” pois “os baluartes de defesa preparados pelos padres, frades, e monges são inexpugnáveis” estando a Itália “escrava dos clérigos como essa infeliz região”. Andrea assevera em tom grave de que “chegaria em breve o tempo em que o Papa-Rei recuperaria seus domínios e a Áustria tornaria a explorar seus dependentes, tudo pela manutenção da ordem e exaltação da obediência” (POZZOBON, 1997, p. 159).

Oficialmente, a Igreja Católica se opunha ao liberalismo desde a promulgação das Encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, desde dezembro 1864. Os erros condenados pela Igreja Católica no *Syllabus* contém 80 proposições divididas em dez capítulos, reunidas em 4 blocos fundamentais. O primeiro grupo de erros condenados (proposições 1 à 18) refere-se ao panteísmo, naturalismo, ao racionalismo absoluto, ao *indiferentismo*; no segundo grupo de erros (proposições 19 – 55) são condenados a moral laica, bem como a separação entre sacramento e contrato matrimonial; o terceiro grupo (proposições 56 – 74) diz respeito a natureza da Igreja e do Estado, bem como as relações entre os dois poderes, onde se rejeita o princípio fundamental do liberalismo - separação entre Igreja e Estado. O último grupo

contém apenas quatro proposições (77 a 80) e foram elas as mais polêmicas do período. Nelas são afirmadas o dever da Igreja Católica ser a religião de Estado e da proibição do livre culto, da plena liberdade de pensamento e imprensa. O documento é encerrado com a condenação da afirmação de que “*o Romano Pontífice pode e deve se reconciliar com o progresso, com o liberalismo e com a civilização moderna*”(MARTINA, 2005, p 240-241). Para Martina (1996) esses documentos não condenam o liberalismo “somente por suas doutrinas, que se referem às relações entre Igreja e Estado, ou por suas asserções de natureza puramente política”, pois o Syllabus “condena sobretudo uma concepção de vida no sentido mais amplo da palavra, uma concepção que rejeita ou limita os direitos de Deus sobre as criaturas” (MARTINA, 2005, p. 241).

Antônio Ceretta ao contrário de Andrea Pozzobon, veio ao Brasil ainda muito jovem, inserindo-se em uma comunidade com forte cultura clerical, cujos primeiros anos foram dedicados para a organização comunitário religiosa através de lideranças locais. A vinda de missionários palotinos foi ensejada em um momento de reafirmação da fé e da hierarquia do Papa em um momento de reação católica frente ao avanço liberal, processo conhecido como *romanização*. As ações missionárias dos palotinos podem ter influenciado fortemente, através da criação de associações culturais e religiosas na região colonial, as culturas políticas de cada comunidade. Ademais, a inserção de Antônio Ceretta no universo laboral também deu-se intimamente ligada às práticas do catecismo atuando como padre leigo em sua comunidade. Suas memórias são reflexos de sua cultura religiosa afinada com os preceitos romanos.

Andrea, por outro lado, viera ao Brasil, embora jovem, com uma cultura política alicerçada nos valores do Reino da Itália e do Estado Liberal unificado devido sua experiência como militar. Apesar de demonstrar uma forte religiosidade ao largo de suas memórias, é possível ver uma mudança perceptível com relação à Igreja. Sua postura crítica dá-se especialmente com relação aos palotinos, que atuaram em toda a zona colonial a partir de 1900. Em 1926, Andrea Pozzobon posiciona-se contra o pagamento dos dízimos cobrados pelos padres na região de Arroio Grande:

Pode, por acaso, uma família pobre, que se esforça por sobreviver, satisfazer a voracidade dos padres? [...] Por que lhes é imposto o celibato? Para que sejam estranhos a todos os cuidados e interesses. Se Jesus voltasse à Terra e entrasse em nossas igrejas, iria munir-se novamente de azorrague [sic] e expulsar os modernos profanadores do templo, isto é, os padres. [...] Os governos adulam os padres e a memória de sua gloriosa gesta medieval (POZZOBON, 1997, p. 217)!

A partir dessas considerações, o que definia na região colonial um “liberal”? Penso que para estas considerações devem-se atentar especialmente quem se definia como “liberal”

e/ou quem definia ser alguém “um liberal”. Inicialmente, em suas memórias, Andrea parece manifestar-se com posições tipicamente antiliberais, condenando o “*livre pensar*” e as “*Repúblicas liberais das Américas*”. No entanto, após alguns anos, o imigrante parece condenar muito mais as ações da própria Igreja e dos padres do que as formas de regime políticos. Ceretta por outro lado, parece estabelecer uma relação entre “*indiferentes*”, e “*garibaldinos*” como sendo liberais. Compreende-se assim os “liberais” como aqueles com posições manifestadamente anticlericais, como Andrea Pozzobon. Desse modo, a princípio podemos estabelecer uma relação entre o anticlericalismo, opondo-se ao Papa, como uma manifestação liberal, de um imigrante liberal ou que tornou-se liberal, como Andrea Pozzobon.

Considerações finais

Uma oposição estrita e simples entre católicos e liberais demonstra-se contraproducente. Digo isto em razão de que muitos católicos eram de fato liberais, ao mesmo tempo em que muitos liberais podiam ser ateus. No entanto um liberal ateu não poderia ser maçom. Ao mesmo tempo, nem todos os católicos liberais eram necessariamente maçons. É este estado de coisas que figuraram as querelas políticas e religiosas na Colônia Silveira Martins. Existiam católicos liberais, católicos conservadores e maçons. Geralmente maçons e liberais eram denominados *garibaldinos*⁶¹⁸ por serem simpáticos ao Estado Liberal italiano. Dentre esses imigrantes, temos a figura de Andrea Pozzobon, um católico liberal, simpático ao Estado unificado e cujos testemunhos apontam um posicionamento anticlerical, em oposição à Antônio Ceretta, um imigrante que se identifica como um “verdadeiro católico”.

Estas foram considerações preliminares a respeito das fronteiras políticas e religiosas que se desenvolveram na Itália e no Brasil a partir dos testemunhos de dois imigrantes italianos. Os testemunhos dos dois imigrantes, embora apontem importantes indícios dessas oposições político religiosas, não são suficientes para sanar o entendimento plural das vivências e posicionamentos político religiosos na zona colonial.

Nesse sentido, uma análise mais aprofundada das diversas associações imigrantes nas zonas coloniais enquanto ambientes de “sociabilidade” pode vir a contribuir na compreensão das vivências políticas de imigrantes italianos e descendentes nas regiões coloniais. Seria possível, a partir da análise das relações intermediadas por esses espaços, averiguar a adesão à ideais liberais, antiliberais, católicas, ou relativas a maçonaria? Possuíram esses espaços

⁶¹⁸ Em referência á um dos heróis da unificação italiana, Giusepe Garibaldi.

contextos de intersecção e convergência de indivíduos e ideias? Estas são perguntas que precisam ser revisitadas através de uma análise maior e bem delimitada, não somente dos espaços de sociabilidade, bem como a conformação de redes de sociabilidade.

Referências

- BOBBIO, Norberto, 1909-2004. **Dicionário de política**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, v. 2.
- CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). 1941?, Caixa 4, Missão Brasileira, AHPNSC, Santa Maria (tradução).
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Imigrantes Italianos: partir, transitar, chegar (1889 – 1930) (p. 395 – 418)**. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889 a 1930). Passo Fundo, Méritos, 2007, v.3 t.1.
- DAL PRÁ, L. A. R. da Luz. **Do colonialismo ao fascismo: religiosidade e nacionalismo a partir da análise do II Corriere d'Italia (Bento Gonçalves/RS 1913 – 1927)**. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. (PUCRS)
- FRAZINA, E. **A Grande Migração: o êxodo de imigrantes vênnetos para o Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- KEMMERICH, Ricardo. **Trajatória e Memória de um imigrante italiano: Antônio Ceretta (1877-1943)**. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.
- LEVI, G. **30 anos depois: repensando a Micro-História**. In: VENDRAME ET AL. Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo, RS: Editora Oikos; Editora Unisinos, 2016.
- MARIN, J. R. A integração dos imigrantes italianos à política Sul Rio-Grandense na ex-Colônia Silveira Martins. **IMAGINÁRIO**. São Paulo, vol. 13, nº 14, p. 167 – 197, 2007.
- MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero aos nossos dias, III – a Era do Liberalismo**. Tradução: Orlando Soares Moreira. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- POSSAMAI, P. C. **“Dall’ Italia Siamo Partiti” a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)**. Passo Fundo: UPF, 2005.
- POZZOBON, Zolá (org). **Uma Odisséia na América**. Caxias do Sul: EDUCS, 1998.
- RIDOLFI, Maurizio. **Las raíces locales y federativas de los partidos nacionales em em la Italia liberal**. In: CORTINA, M. S. Federalismos: Europa del sur y América Latina em perspectiva histórica. Granada: Editorial Comares, 2016.
- SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.
- VALDUGA, G. **Para além do coronelismo: italiano e descendentes na administração dos poderes executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)**. 2012. 295 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. (PUCRS).

VENDRAME, Maíra Inês. **Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no Sul do Brasil (1878-1910)**. 2013. 478 p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2013.

VENDRAME, Maíra Inês. **Lá éramos servos, aqui somos senhores: A organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

ZANINI, M. C. C; VENDRAME, M. I. Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 128-149, jan.-jun. 2014.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

“O PERIGO AMARELO EM OLHOS FEMININOS”: AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER JAPONESA NO BRASIL DURANTE O PERÍODO ESTADONOVISTA

Rodrigo Luis dos Santos⁶¹⁹

Introdução

Nenhum mal maior se podia fazer ao Brasil do que esse de permitir aqui a infiltração de um povo inassimilável, fisicamente inferior, moralmente diferente do nosso, instrumento passivo de uma política imperialista que se ensaiava, através da nossa boa-fé, não contra o nosso país, mas também contra todo o continente americano (COARACY, 1942, p. 5).

As palavras de Vivaldo Coaracy⁶²⁰ sintetizam uma linha de pensamento fortemente presente no ambiente sociocultural e político brasileiro da década de 1940. Ao fazermos uma retomada temporal, é perceptível que o pensamento restritivo e de críticas severas aos imigrantes de origem oriental é anterior: desde o final do século XIX, com uma crescente ao longo das primeiras décadas do século XX. Médicos, intelectuais e políticos, especialmente a partir da década de 1920, acentuam os discursos antinipônicos, embasando suas ideias em elementos genéticos, culturais e militaristas, em consonância com o ambiente mundial daquele período.

⁶¹⁹ Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, mestre e graduado em História pela mesma instituição. Presidente (gestão 2017/2019) da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, vice-coordenador do GT Estudos Étnicos e Migrações da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS) e sócio e tesoureiro (gestão 2018/2020) do Instituto Histórico de São Leopoldo. Email: rluis.historia@gmail.com.

⁶²⁰ Vivaldo Coaracy nasceu no Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1882, falecendo naquela mesma cidade em 13 de junho de 1967. Atuou como engenheiro, jornalista e escritor. Na imprensa, atuou primeiramente no jornal *A Cidade do Rio*, que tinha como proprietário José do Patrocínio. Mudou-se, posteriormente, para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde atuou em alguns periódicos locais. Naquela mesma cidade formou-se em Engenharia, no ano de 1911. Após um período de dois anos nos Estados Unidos, voltou para Porto Alegre, onde lecionou na Escola de Engenharia. Em 1926, passou a residir em São Paulo, abandonando a engenharia e a vida docente. Retomando o jornalismo, iniciou como colaborador do jornal *O Estado de São Paulo*. Partiu para o exílio em Portugal no ano de 1932, por ter apoiado as intenções paulistas na Revolução Constitucionalista, ocorrida naquele mesmo ano. Retornando ao Brasil, foi, até 1941, responsável pela direção da sucursal de *O Estado de São Paulo* no Rio de Janeiro. Em 1942, escreveu uma série de artigos, com o título de “O Perigo Japonês”, para o *Jornal do Comércio*, sediado na capital fluminense (e um dos principais periódicos críticos aos imigrantes no Brasil). No mesmo ano, os artigos de Coaracy foram compilados em livro publicado pela editora José Olímpio.

Neste texto,⁶²¹ nosso objetivo principal é analisar as construções representativas acerca dos imigrantes japoneses no Brasil, especialmente das mulheres, durante o regime do Estado Novo (1937-1945). Cabe ressaltar que, embora tenha se avolumado durante o regime estadonovista as medidas restritivas e coercitivas destinadas aos grupos imigrantes e seus descendentes, esse processo tem raízes em tempos anteriores, ainda no século XIX, perpassando também a Primeira República (1889-1930) e os governos provisório e constitucional de Getúlio Vargas (1930-1937).

Dentro dos grupos étnicos classificados como “perigosos” e “nocivos” para a nação brasileira e as políticas identitárias do Estado Novo, os japoneses estavam entre os mais visados. Neste sentido, a análise das representações é importante para compreender as “fronteiras” construídas e os marcos de diferenciação estabelecidos para com esta parte da população imigrante. E, complementando essa assertiva, estabelecer uma apreciação crítica para com a figura feminina, contemplando os discursos, especialmente na imprensa e no meio político, com ênfase especialmente nas caricaturas, presentes em revistas e capas de livros.

Aqueles que devem ser banidos: os discursos antinipônicos dos anos 1930 e 1940

Ao longo da década de 1920, ocorreu, de modo crescente, uma manifestação mais agudizada no tocante do nacionalismo brasileiro, agregando, em torno disso, discussões sobre a construção de uma identidade própria e a presença de múltiplos grupos étnicos no interior da sociedade. Sejam nas manifestações culturais e em seus espectros mais amplos – como os dispostos a partir da Semana da Arte Moderna de 1922 -, sejam nos corolários políticos, os pensamentos e interlocuções de cerne nacionalizadoras passaram a ganhar um espaço mais incisivo no cotidiano do Brasil. A classe intelectual, o meio militar e os espaços políticos introjectaram em seu escopo esses elementos.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder federal, em 1930, as ações governamentais – aliadas com as assertivas de outros grupos – na tentativa de construção de uma “nação brasileira de fato” se tornaram uma constante. Em 1937, o advento do Estado Novo potencializou essa política identitária, adotando uma série de medidas para implementar a edificação do sentimento de brasilidade como elemento aglutinador da sociedade. E para que esse sentimento fosse inculcado, era necessário romper e banir qualquer elemento

⁶²¹ O presente trabalho trata-se de uma versão revisada e adaptada do artigo “Contra o mal que vem do Oriente: O discurso antinipônico no Brasil através das representações imagéticas”, publicado na revista Domínios da Imagem, da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

dissolvente. Ou, pelo menos, integrá-lo – mesmo que de forma coercitiva e repressiva – aos novos parâmetros socioculturais que passavam a vigorar.

Vamos nos ater, neste texto, especialmente aos pensamentos e discursos contra os migrantes japoneses. Retomando a obra de Vivaldo Coaracy, escrita já durante a Segunda Guerra Mundial e após os ataques da Marinha Imperial Japonesa aos soldados estadunidenses em Pearl Harbor,⁶²² a percepção apregoada para este grupo étnico é de “um mal que deve ser combatido”, tal qual se deve combater a “proliferação de células cancerígenas no interior do organismo”:

O elemento japonês, pela sua nucleação inicial, tem sido comparado a um quisto encravado na nacionalidade a que não se incorpora... os quistos são formados por corpos estranhos que se encapsulam, segregados nos tecidos do organismo a que não pertencem. A infiltração japonesa há de ser comparada a um câncer prolífero, que se desdobra e desenvolve, estendendo raízes, transformando a natureza dos tecidos através dos quais progride, fatal para o organismo em que se implanta (COARACY, 1942, p.152).

Mas, politicamente, as articulações restritivas em torno da imigração japonesa ecoavam mais enfaticamente desde 1933, com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Conforme Endrica Geraldo, alguns pontos centrais foram utilizados como bases nevrálgicas que alicerçaram as “preleções” antinipônicas:

Os argumentos de teor eugenista sobre o papel dos japoneses na composição racial nacional estavam acompanhados, portanto, da idéia de que a imigração tornava-se muito mais uma ameaça do que uma necessidade. A imigração japonesa pôde ser caracterizada como um problema racial e um risco à segurança nacional. Embora estes imigrantes estivessem concentrados no Estado de São Paulo, a comparação foi realizada entre a Amazônia e a Manchúria. A preocupação cercava a colonização nas terras que estavam nas mãos de Companhias de Colonização japonesas, tanto no Amazonas quanto no Pará, já que nos anos de 1927 e 1928 estes Estados haviam assinado a concessão de um milhão de hectares cada um para a colonização japonesa. A identificação de uma tendência entre os imigrantes japoneses de conservar um isolamento étnico e promover manifestações culturais (como ensino, periódicos e associações), certamente favoreceu esse tipo de avaliação. Dados sobre a dificuldade de assimilação foram apresentados para justificar essa visão (GERALDO, 2009, p. 188).

⁶²² Base naval do Estado Unidos localizada na Ilha Oahu, Hawaii, no Oceano Pacífico. O ataque por parte das forças militares japonesas ocorreu em 7 de dezembro de 1941. Embora a articulação do ataque fosse elaborado pela Marinha Imperial, a ação tática fez uso de mais de 350 aviões, divididos em duas frentes operacionais. No dia seguinte, 8 de dezembro, o Congresso dos Estados Unidos aprovou, com apenas um voto contrário, declaração de guerra ao Japão e, no mesmo dia, o então presidente, Franklin Delano Roosevelt, assina o decreto que referendou a decisão congressista. No dia 11 de dezembro, a Alemanha Nazista declarou guerra aos Estados Unidos.

Os principais parlamentares antinipônicos foram os médicos Miguel Couto, eleito pelo Rio de Janeiro (e bastante envolvido com as ideias eugênicas no Brasil), Antônio Xavier de Oliveira, pelo Ceará, e Artur Neiva, representando a Bahia. Em seus discursos mais inflamados, Miguel Couto também comparava os imigrantes japoneses como “um câncer que estava devorando, silenciosamente, o Brasil”.⁶²³ Argumentava que, por trás da aparência pacífica e, até mesmo, misteriosa, estavam “seres dissimulados e detentores de uma pretensão inesgotável”.

Após acalorados debates, o grupo antinipônico – mas que também se posicionava contra a imigração africana e de negros de qualquer região – conseguiu que uma de suas principais propostas fosse aprovada: a emenda constitucional 1.619, de Xavier de Oliveira, apoiada pelos deputados Couto, Neiva e Monteiro de Barros, que deu origem ao artigo 121 da Constituição de 1934. Este artigo também ficou conhecido como “Lei de Cotas”. Esta, por sua vez, restringia a entrada de imigrantes no país ao máximo anual de 2% do total de cada uma das nacionalidades chegadas ao Brasil entre os anos de 1883 e 1933. De certa forma, a intenção inicial daquele grupo de deputados, que era a proibição plana da imigração japonesa, acabou por não ser alcançada. Contudo, permitiram a ampliação de discursos mais arraigados de desqualificações – étnicas, genéticas, culturais – ao longo dos anos seguintes.

Com a implantação do Estado Novo, as medidas restritivas e o avanço da ostensiva campanha nacionalizadora buscaram, de forma muitas vezes abruptas, forçar uma integração dos grupos qualificados como “eticamente afastados” da sociedade brasileira, ao cenário sociopolítico e cultural que era delineado pelo regime ditatorial varguista. Prisões, fechamento ou estatização de escolas, proibição do uso de línguas estrangeiras ou manifestações culturais oriundas de seus países de origem, fiscalização e policiamento constante, inserção em atividades cívicas, denúncias através da imprensa, estes e outros aspectos faziam parte do aparelho nacionalizante do Estado Novo brasileiro. Neste interim, diferentes formatos discursivos são apropriados e utilizados como instrumento de difusão e fortalecimento de uma ideia.

Sendo assim, passaremos para a terceira parte deste capítulo, que aborda a construção imagética da mulher japonesa, assim como afirmações acerca de seu papel dentro das ambições expansionistas do *Império do Sol Nascente*.

⁶²³ Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 25 fev. 1934. (Lata 323, maço 4553, Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro).

As imagens do outro: representações sobre a mulher japonesa e seu papel no “projeto imperialista nipônico”

As representações – sejam de si mesmo, de um grupo ou do outro – estão diametralmente conectadas com os interesses e as diferentes situações do *jogo social*. Fazem parte de tentativas, que podem ser produtivas ou não, de construir visões sobre os diferentes sujeitos envolvidos no tecido complexo que compõe as sociedades humanas. Deste modo, o que se pretende representar pode ser algo que é perceptível, conectado com o real, ou por outro lado, elementos que são produzidos por meio de distorções, mas que passam a circular no ambiente, permeando o imaginário coletivo. Segundo Carlo Ginzburg

por um lado, a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar (GINZBURG, 2001, p. 85).

As representações de si e dos outros, conforme Chartier (1990), são signos importantes para a percepção dos contrastes e aproximações entre os diferentes sujeitos sociais. No caso, ao abordarmos as representações incutidas aos sujeitos de origem nipônica, de forma especial o feminino, também buscamos estabelecer um panorama do imaginário edificado sobre os mesmos.

No imaginário são alicerçados seus elementos identitários, estabelecidos os critérios de proximidade e projeção de eventuais inimigos, definidos os símbolos, rituais e mitos que melhor definem a trajetória daquele conjunto humano, exercendo influência na interpretação do passado, na vivência do presente e na consolidação de um futuro. Conforme Bronislaw Baczko (1985, p. 403), “a imaginação social, além de fator regulador e estabilizador, também é a faculdade que permite que os modos de sociabilidade existentes não sejam considerados definitivos e como os únicos possíveis, e que possam ser concebidos outros modelos e outras fórmulas”. Entretanto, a manipulação de imaginários é um processo por sua vez restrito, sendo eficaz apenas quando se basear naquilo que Baczko (1991, p. 45) denomina *identidade de imaginação*, ou, em outras palavras, quando ainda existir a capacidade de fazer sentido para o grupo social.

Ao trazermos considerações sobre a representação feminina e sua participação enquanto sujeito social no Brasil das décadas de 1930 e 1940, temos que ter em mente que as mulheres também representavam um papel importante dentro do conceito de nação que se almejava, “prescrevendo currículos educacionais, oportunidades de emprego, papéis públicos, responsabilidades familiares, comportamento sexual e traços de caráter adequados a homens e a mulheres” (BESSE, 1999, p. 5).

Entretanto, mesmo que tenham imergido, ao longo da primeira metade do século XX, alguns avanços no papel feminino nas sociedades ocidentais, as mulheres ainda eram enquadradas, dentro de uma concepção representativa e prática, em determinados parâmetros modulares, que faziam a imposição de um *tipo ideal* feminino. Ou seja, a mulher deve ser aquela que cuida com zelo das coisas do lar, de sua família, obedecendo os preceitos e as hierarquias, submetendo-se ao modelo patriarcal e, em um ambiente autoritário politicamente, colaborar para incutir em seus filhos os ideais de patriotismo, de defesa da brasilidade e na repulsa ao que é diferente. Em outras palavras, “a incumbência básica da mulher residia no bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços” (Samara, 1986, p. 59).

Dentro do aparato instrumental que o Estado Novo constituiu como propaganda ideológica, as revistas foram importantes meios de difusão dos princípios do regime. No que se refere a tentativa de construção de um modelo feminino, através da imprensa, Semíramis Nahes faz uma análise do papel da Revista *Fon Fon* nesta tarefa.⁶²⁴ Outrossim, não aprofundaremos aqui as construções femininas no regime varguista. Mas, em linhas gerais, podemos perceber que a imagem idealizada da mulher é aquela que segue um padrão de obediência – ao marido e à Pátria –, de pudor inquestionável e de submissão à ordem social na qual estava inserida. Um resumo deste corolário pode ser encontrado na edição de 21 de dezembro de 1940, da Revista *Fon Fon*:

Tudo na vida são deveres. E quem mais deve pensar nessa verdade é a mulher. Para ella a vida é uma cadeia de deveres continuados e mais vale que suporte suas obrigações conformada e alegremente do que as considerar pesadas ou excessivas e exercê-las de má vontade ou, mesmo, desprezalas (Fon-fon, 21/12/1940, p.16).⁶²⁵

⁶²⁴ NAHES, Semiramis. **Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

⁶²⁵ Optamos em manter a grafia original da publicação.

E, para reforçar a imagem que se buscava construir para a mulher brasileira, era importante apresentar um perfil totalmente oposto. Um modelo que “não deveria ser seguido”. E recaiu, em partes, sobre as mulheres de origem japonesa, o papel de encenar essa representação no *teatro dos discursos* na qual a política estadonovista se descortinava. E, nas palavras de Márcia Takeuchi, pesquisadora que aprofundou seus estudos nas representações acerca dos japoneses no Brasil,

para que a campanha antinipônica pudesse circular e fosse legitimada junto à opinião pública, assim como a repressão a que os nipônicos ficaram submetidos, com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e as potências do Eixo em 29 de janeiro de 1942, era necessário que a imprensa, especialmente através das charges políticas, endossasse o ideário nacionalista. Particularmente no período da Segunda Guerra Mundial foram profusas as caricaturas e as charges que condensavam, em seus poucos traços, os estereótipos atribuídos aos nipônicos (TAKEUCHI, 2008, p. 178-179).

A própria imagem construída sobre a mulher japonesa sofreu transmutações ao longo do tempo, por parte da imprensa brasileira. Nas primeiras publicações, no início do século XX, havia a constatação do “exotismo” oriental, ao mesmo tempo em que se chamava a atenção para um perfil de delicadeza, refinamento, e de, certa forma, um toque de pureza. Entretanto, com o avançar da década de 1920, e a ampliação do discurso eugenista no Brasil, a imagem feminina nipônica foi alçada para um lado diametralmente oposto ao que era anteriormente vinculada: a representação de uma mulher dissimulada e entregue aos “prazeres” da sexualidade desenfreada. Imagem essa que “chagava” gravemente o perfil das mulheres brasileiras, portadoras de virtudes morais ilibadas. Complementando essa assertiva, conforme Marcia Takeuchi,

a progressiva mutação do imaginário em torno da mulher japonesa significou a incorporação da *sexualidade aberta*, até então ausente nas representações. Nesse novo universo, entravam em jogo questões como intercâmbio cultural e suas consequências mais temidas pelos eugenistas atuantes, mesmo que tardiamente, no Brasil: o cruzamento racial (TAKEUCHI, 2008, p. 261).

E foi através das imagens, mais precisamente, das caricaturas publicadas em jornais, livros e revistas, que essa nova acepção sobre as japonesas ganhou maior difusão entre o meio social do país.

Sobre a definição conceitual de caricatura, Joaquim da Fonseca entende que a mesma

[...] é a representação plástica ou gráfica de uma pessoa, tipo, ação ou idéia interpretada voluntariamente de forma distorcida sob seu aspecto ridículo ou grotesco. É um desenho que, pelo traço, pela seleção criteriosa de detalhes, acentua ou revela certos aspectos ridículos de uma pessoa ou de um fato. Na maioria das vezes uma característica saliente é apanhada ou exagerada (FONSECA, 1999, p. 17).

Outra definição, intimamente ligada com nosso enfoque analítico, que são os usos políticos da imagem como veículo difusor de ideias, é dada por J. Enrique Malagón, quando afirma que a caricatura é

una imagen generalmente unida al grabado o a cualquier outro tipo de reproducción masiva que consiste en una reducción o síntesis visual por médio de líneas de la persona u objeto que se representa; en donde la idea de agresividade, degradación, exageración, juego, fantasía o vertiente humorística están en mayor o menor medida patentes con el fin de crear un código por el que se pueda representar una opinión, una crítica, o en definitiva un contenido que si quiere dar a conocer en relación a una persona, una idea o un situación determinada (MALAGÓN, 2002, p.13).

A imagem que analisaremos na sequência evidencia de forma explícita essa construção erotizada, vinculada com o objetivo representativo de desmoralização da mulher nipônica e, conseqüentemente, da sociedade japonesa, admoestando a construção de um pensamento claramente opositor à presença deste grupo em território brasileiro. Aspecto esse que se alavancou a partir da segunda metade dos anos 1920.

Figura 01: Capa da Revista *Fon Fon*



Fonte: Revista Fon Fon, Rio de Janeiro, ano XX, número 24, 12 de junho de 1926. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1926/fonfon_1926_024.pdf.

A imagem representando uma geisha, chama atenção, já aos primeiros olhares, pelo uso de cores mais fortes, tanto na vestimenta da personagem quanto nos brincos que usa (que também se destacam pelo tamanho). Tanto no traje como nos brincos, a presença de rosas vermelhas (o que já busca encaminhar o pensamento para uma conotação vinculada com paixão, desejo, sexualidade). Nas antigas representações, as cores utilizadas geralmente adotavam tons mais suaves e claros, apontando para um sentido de recato e sutileza de hábitos (que ficam evidenciados na maneira de se vestir). Sua veste, tudo indica, é uma espécie de “quimono adaptado”.

A grande fenda na parte traseira do quimono deixam as costas da personagem praticamente nuas. A posição do corpo, com toques de sensualidade, parecem indicar que a mesma esteja de despindo para o observador. Além disso, o corte do cabelo também busca transmitir uma percepção erótica, que fica mais evidenciada no olhar e no formato dos lábios, ambos carregados com cores mais gritantes. A figura, ao mesmo tempo que reflete uma áurea de sedução, também reflete um sutil elemento de periculosidade.

Em suma, a imagem que se tentou construir faz uma alusão direta entre a figura feminina japonesa e a prostituição. Essa composição se deve, em parte, com o objetivo de realmente interpelar os observadores e acentuar a concepção de inferioridade moral dos nipônicos. Outra parte está relacionada com as crescentes notícias de que, dentro do contexto social do Japão dos anos 1920 (e posteriores), as mulheres japonesas foram, em larga escala, vinculadas como mercadorias e objetos de uso sexual das classes dominantes, assim como também de operários (no caso, eram “compradas” pelos empresários para satisfazerem seus empregados, percebendo-se aqui um modo de controle social através da sexualidade). Segundo Takeuchi (2009), as denúncias da época afirmavam que especialmente meninas pobres de origem camponesa, eram enviadas para casas de prostituição e fábricas, não apenas no território japonês, mas em regiões conquistadas, como a Manchúria.

Nas décadas de 1930 e 1940, antinipônicos como o estadunidense William Brown e os brasileiros Carlos de Souza Moraes e Vivaldo Coroacy, em seus escritos, denunciavam essas práticas – embora impusessem certa culpabilidade desta situação nas próprias mulheres –, apontando, desta forma, para uma forte argumentação sobre a falta de valores éticos e morais do povo japonês. Além disso, afirmavam que as mulheres nipônicas eram instrumentos imprescindíveis na articulação da “máquina de guerra” japonesa, tendo em vista que havia um plano de aumento populacional por parte do Império. Desta forma, a mulher tinha a função procriadora, dando origem aos novos soldados, que lutariam pelo expansionismo militar do

país em direção ao Oriente e, mais perigosamente ainda, ao Ocidente. E, nessa conjuntura, as terras brasileiras estavam acentuadamente correndo riscos de serem alvo das investidas do imperador Hirohito e seus comandantes militares.

Na próxima imagem, capa da segunda edição do livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, do advogado gaúcho Carlos de Souza Moraes, também fica evidenciada a utilização de traços mais exagerados e, por que não dizer, *grotescos*, para referendar o perigo da “raça amarela” para o Brasil.

Figura 02: Capa do livro *A ofensiva japonesa no Brasil*



Fonte: Exemplar pertencente à Biblioteca do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

As cores fortes tem um destaque, chamando a atenção do leitor ao de separar com a obra. E as figuras ora representadas, são concebidas com traços que vão desde uma degeneração física, sintetizada nos dois personagens mais à esquerda, passando pelo semblante de deboche ou desfaçatez do terceiro figurado, ao centro, de óculos, culminando com as caricaturas quase ignóbeis da direita da capa.

Mas nosso enfoque será na figura feminina retratada na parte central da publicação. Trata-se de um estereótipo da gueisha, acentuando o semblante maledicente, especialmente através do olhar. Ao contrário da figura 01, não trata-se de uma construção imagética que busque valorizar um semblante de beleza. Como uma caricatura satírica, abusa de traços exagerados ou disformes. Mas, de todo modo, aponta para o perigo que a mulher japonesa representa, por ser vista como *ardilosa* e pertencente a um grupo étnico degenerado. Essa degeneração, como visto anteriormente, era motivo de medo no Brasil. Não apenas no aspecto estético, mas também na destruição de um modelo brasileiro que se buscava construir. Por isso, a miscigenação com nipônicos deveria ser evitada a todo e qualquer custo, pois representaria uma “desmoralização inevitável” da sociedade brasileira.

Por fim, a terceira caricatura escolhida, datada de dezembro de 1945, já em período marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, pelos ataques dos Estados Unidos com bombas atômicas as cidade japonesas de Hiroshima e Nagasaki (em 6 e 9 de agosto daquele ano, respectivamente) e, no Brasil, pelo fim do Estado Novo e início do processo de redemocratização.

Figura 03: Revista *Careta*



Pontos de vista

Mac Arthur mandou fechar, em Tóquio, 200 «casas de geishas» por ter ficado ego em uma delas um soldado americano.

- Verdadeira infelicidade! Um rapaz moço e forte não poder ver sua «geisha» predileta!...
- Muito pior, Virgolino, é um velho alquebrado só poder ver!...

O. N.

Fonte: Revista Careta, Rio de Janeiro, ano XXXVIII, número 1956, 22 de dezembro de 1945. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1945/careta_1945_1956.pdf.

A publicação da *Revista Careta*, mesmo sem apresentar nenhuma figura feminina, acentua seu contexto em torno da conotação sexual das mulheres japonesas. No diálogo dos dois personagens, os mesmos se mostram “solidários” com um jovem soldado estadunidense que ficou cego em uma casa de prostituição no Japão. Como retaliação, o general Douglas MacArthur, comandante das Forças Aliadas, teria determinado o fechamento de 200 destes locais de meretrício. Mesmo com o fim do conflito, a imagem que se continua vinculando dos japoneses está impregnada de preconceitos – estes alavancados pela vitória dos Países Aliados e pela construção dos Estados Unidos como *grande defensor do Ocidente*. E, sobre a mulher japonesa, ainda perdurou, durante algum tempo, a imagem do exotismo misturado com sexualidade, agregando as imagens destas com a satisfação das “intenções carnavais” e do imaginário ocidental sobre as nativas da “Terra das Cerejeiras”.

Considerações finais

Este texto constitui-se mais como um pequeno ensaio sobre essa temática. Outros pesquisadores tem se dedicado aos temas entrelaçados neste capítulo, ou seja, sobre a imigração japonesa, sobre a questão das representações através das imagens e os discursos acerca das questões de gênero. Mas, de certa forma, aqui conseguimos minimamente a possibilidade – e a necessidade – de abordagens deste temas em forma interacional.

Ao analisarmos regimes autoritários, nos deparamos com alguns elementos básicos, como a *construção de inimigos comuns* e a formatação de discursos contra esses inimigos. No caso dos anos de 1930 e 1940 no Brasil, os grupos de imigrantes e seus descendentes foram apontados como inimigos em potencial, por destoarem, em certos aspectos, dos planos de nação brasileira que vinham sendo geridos por Vargas e seus aliados mais próximos. Para coibir esses inimigos, diferentes estratégias foram adotadas. E a propaganda imagética contra determinados elementos foi um destes instrumentos.

Para reafirmar e ampliar os discursos contra imigrantes japoneses e descendentes, não apenas em esfera governamental, mas também intelectuais e nomes ligados a imprensa, foram implementados recursos que desse visibilidade para elementos considerados exóticos ou irracionais deste grupo. Aspectos genéticos, morais, socioculturais e geopolíticos foram alvos de forte crítica. E foi neste *pano de fundo* que a figura feminina foi utilizada como instrumento para a *destruição* da imagem de um povo, visto como indesejável. E a destruição da própria imagem da mulher de origem nipônica, estereotipada por muito tempo como uma

simples e insignificante *serviçal* para caprichos sexuais e como mero objeto de produção de soldados para as ambições expansionistas japonesas.

Referências

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociais**: memorias y esperanzas coletivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991

_____. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2 Ed. Porto Alegre: Zook, 2011.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor: 2005.

_____. **Testemunha Ocular**: História e Imagem. São Paulo: EDUSC, 2004. .

CHARTIER, Roger. **História da Cultura** – entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

COARACY, Vivaldo. **O Perigo Japonês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

DEZEM, Rogério. “Matizes do ‘Amarelo’: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil”. **PROIN – Projeto Integrado Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo**. São Paulo, s/d.

FLORES, Onici Claro. A leitura da charge. Canoas: Editora da ULBRA, 2002.

FONSECA, Joaquim da. Caricatura: **A imagem gráfica do humor**. Porto Alegre. Artes e ofícios: 1999.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL – UNICAMP**, v.15, n.27, 2009.

GINZBURG, Carlo. Representação: a idéia, a palavra, a coisa. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Mito, emblemas e sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das letras: 1989.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papyrus, 1996.

LEMOS, Renato (org.). **Uma história do Brasil através da caricatura**. Rio de Janeiro: Bom Texto, Letras e Expressões, 2001.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

MALAGÓN, J. Enrique Peláez - El concepto de caricatura como arte en el siglo XIX. In: **Sincronía**, 2002.

MAUAD, Ana Maria. **Os tempos das narrativas**: fontes orais e visuais na produção de sentidos da História. Campinas: UNICAMP, 2007.

- MORAES, Carlos de Souza. **A ofensiva japonesa no Brasil**: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.
- NAHES, Semiramis. **Revista FON-FON**: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Arte & Ciência, 2007.
- ORY, Pascal. 2008. O corpo Ordinário. In: CORBIN, A; COUTINE, J; VIGARELLO, G. (Orgs). **História do Corpo**: As mutações do olhar: O século XX. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes.
- PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: mulheres, operários e prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNIESP, 1998.
- ROSENSTONE, Robert. História em imagens, História em palavras: reflexões sobre a possibilidade de plasmar a História em imagens. In: **O Olho da História** – Revista de História Contemporânea. Salvador, 1 (5): 105/106, set. 1998.
- SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens. In: BITTENCOUT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 1997.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Entre Gueixas e Samurais**: A Imigração Japonesa nas Revistas Ilustradas (1897-1945). Tese de Doutorado em História Social, FFLCH-USP, 2009.
- _____. **A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas**: o japonês caricaturizado. Revista USP – Revista da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 79, set. 2008.

Identidades e Relações Interétnicas

A IMIGRAÇÃO SÍRIA CONTEMPORÂNEA: ANALISANDO O CASO DO RIO DE JANEIRO

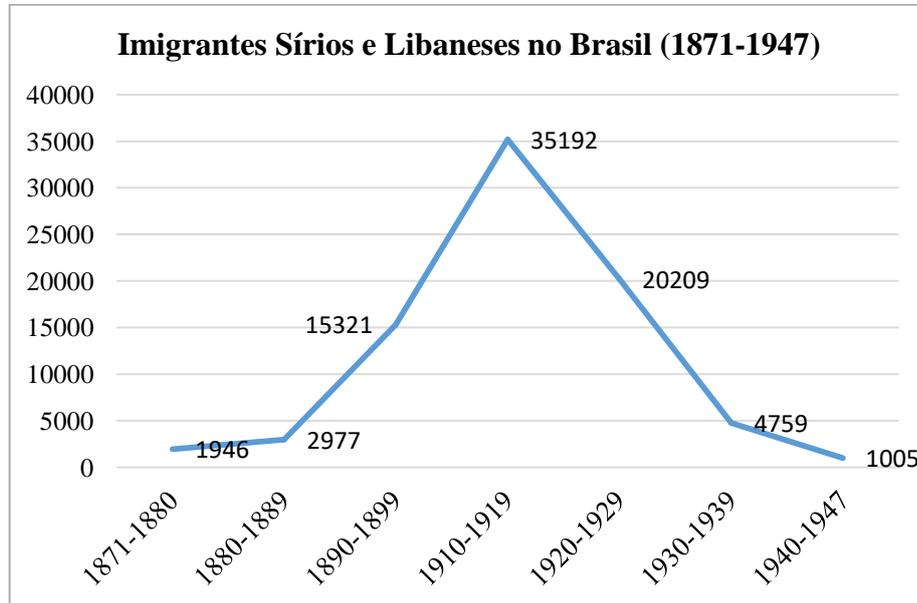
Miriam de Oliveira Santos, Doutora em Antropologia Social, Professora da UFRRJ,
Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios
Alinne Ferreira da Silva, Graduanda em Ciências Sociais da UFRRJ, Bolsista PIBIC do CNPq

O objetivo deste texto é apresentar um panorama da recente imigração Síria para o Rio de Janeiro. Ele é parte de uma pesquisa maior, que visa entender de que maneira a imigração Síria atual se relaciona com a imigração tradicional de Sírios libaneses para o Brasil. Utilizamos nesta pesquisa o método qualitativo, trabalhando com técnicas variadas, tais como: entrevistas abertas, trabalho de campo com observação participante e pesquisa bibliográfica e documental.

Os primeiros registros oficiais da imigração síria e libanesa no Brasil se deram no final do século XIX, por volta de 1880 e 1890. Esta corrente migratória – que tinha o caráter de permanência temporária no país de destino – foi motivada por fatores de crise tanto da conjuntura política de subordinação ao Império Turco Otomano quanto da atividade econômica baseada principalmente pela agricultura de subsistência. Segundo Truzzi (2001), os imigrantes chegavam com a perspectiva de retorno à Síria e ao Líbano, buscavam em um primeiro momento acumular capital financeiro com propósito de melhorar a condição de vida familiar no país de origem. Entretanto, começaram a formar raízes e a estabelecer a comunidade árabe no País, tanto através da sua inserção no mercado de trabalho como “mascates” quanto pelos casamentos entre famílias de imigrantes e brasileiras (AB’SABER, 2001, p. 31).

No Brasil, o auge do fluxo se deu nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, com registros relevantes em 1913 e 1914 (neste ano, 2018, foram 10.866 casos registrados), e se estabilizou a partir dos anos 20, com o fim do conflito. É importante levar em conta que os dados deste fluxo são muito imprecisos, visto que ainda no século XIX a

grande maioria dos imigrantes que chegavam dos países árabes eram classificados como turcos, junto com os palestinos e os próprios turcos⁶²⁶ (FRANCISCO, 2005).



Fonte: Ab'Saber, 2001.

Os imigrantes sírios e libaneses conquistaram um papel de destaque econômico na sociedade brasileira, apesar de não terem constituído uma corrente migratória numerosa se comparada a outros fluxos da mesma época, como a dos europeus (AB'SABER, 2001, p. 29). As suas ocupações nas áreas comerciais e industriais dos grandes centros urbanos do País ressaltaram suas inserções nas cidades, importante para compreender a formação social dessa comunidade consolidada historicamente no Brasil.

Imigração recente

O fluxo recente de imigrantes sírios, isto é, do século XXI mais especificadamente a partir da década de 2010, tem como principal motivo a Guerra Civil Síria, que se iniciou em 2011 e continua presente até o momento desta pesquisa, resultando em uma imensa corrente emigratória síria e uma grave crise humanitária. Segundo Filippo Grandi⁶²⁷, “com conflitos

⁶²⁶ Existe uma longa tradição de migração de povos árabes para o Brasil. Em muitos períodos esses imigrantes foram englobados todos sob o rótulo de “turcos”, já que chegavam ao Brasil com passaporte do Império Turco. Segundo Cruz: “Além do termo genérico árabe, esse grupo étnico é identificado por outras designações: começando pelo termo ‘turco’ atribuído pela sociedade brasileira ou pelas categorias ‘sírio-libanês’ e ‘sírio e libanês’, criadas pelos imigrantes e descendentes no Brasil” (CRUZ, 2014, p.61).

⁶²⁷ Alto Comissário da ONU para refugiados.

ainda violentos em partes da Síria, os refugiados estão muito assustados para retornar”⁶²⁸, considerando os atritos internos e externos que a guerra abrange.

A maior parte dos Sírios que entrou recentemente no Brasil o fez como refugiado. O refúgio é um tipo especial de imigração. Segundo o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE⁶²⁹:

Refugiado é a Pessoa que deixa o seu país de origem ou de residência habitual devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, e não possa ou não queira acolher-se da proteção de tal país.

Em março de 2018 a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) registrou um recorde de mais de 5,6 milhões de sírios vivendo em outros países em situação de refúgio. Grande maioria dos refugiados se encontram na Turquia, no Líbano, na Jordânia, Egito e Iraque, países vizinhos da Síria. Desde o início da guerra civil em 2011, mais da metade da população síria foi deslocada, tanto interna quanto externamente.

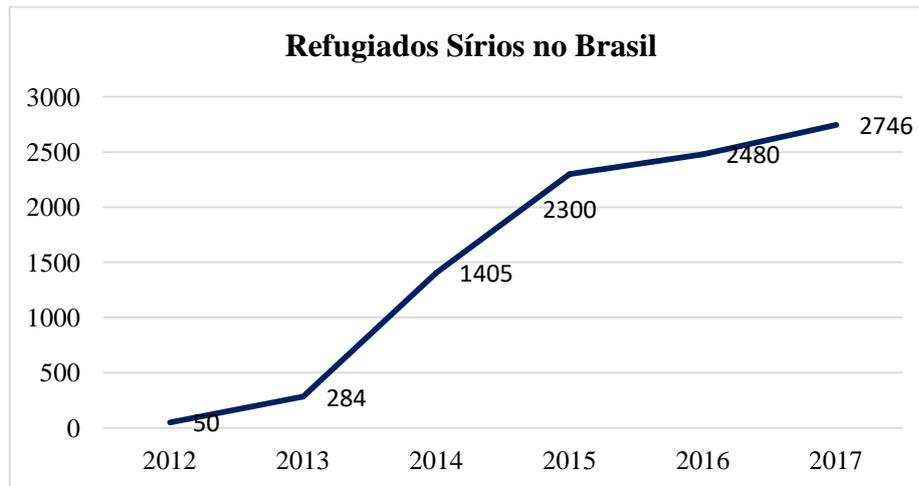
Em 2014 houve um crescimento relevante dos dados em decorrência das repressões violentas do presidente Bashar Al-Assad e das revoltas armadas dos grupos radicais locais. O ataque com armas químicas na capital Damasco em agosto de 2013 também foi um dos motivos que ocasionaram o aumento do fluxo migratório, além dos problemas de fome e doenças crônicas que a população civil estava sofrendo, sem ter condições e acesso de receber tratamento adequado.

O número de refugiados sírios no Brasil vem aumentando gradativamente, seguindo, de certa maneira, a mesma tendência de refugiados sírios no mundo. Em 2015 o Brasil acolheu mais sírios que os Estados Unidos e alguns países da Europa, como Grécia, Espanha e Portugal⁶³⁰. O Brasil, de acordo com Lacerda et al. (2015, p. 110) é visto como um dos principais destinos de acolhimento desta população, apesar da distância e das diversas rotas de acesso da Síria para a Europa.

⁶²⁸ Discurso em 9 de março de 2018. Fonte: <http://www.acnur.org/portugues/2018/03/09/os-7-anos-do-conflito-da-siria-uma-tragedia-humana/>

⁶²⁹ Órgão colegiado e interministerial sob a coordenação do Ministério da Justiça. É responsável pela análise de reconhecimento da condição de refugiado, em primeira instância, e pelas declarações de cessação e de perda da condição de refugiado.

⁶³⁰ BBC. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_brasil_refugiados_sirios_comparacao_internacional_lgb. Acesso: agosto, 2018.



Fonte: Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE.

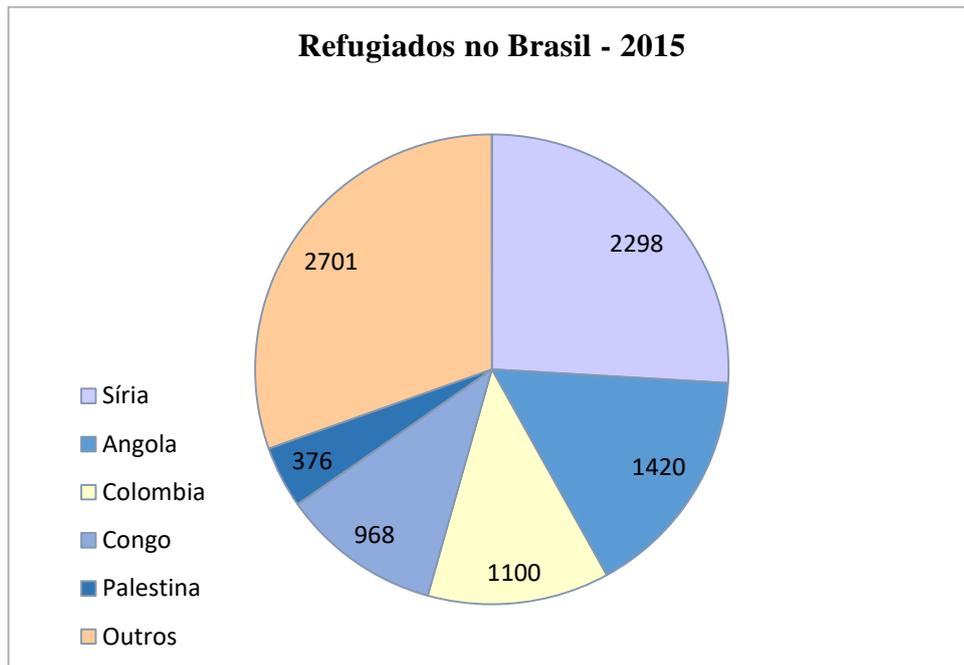
Em 2013, o CONARE publicou uma normativa que viria facilitar a concessão dos vistos. Além de providenciar a solicitação no Brasil, como é feito de costume, os sírios começaram a poder emitir o protocolo nas embaixadas brasileiras de alguns países árabes, como em Istambul (Turquia) e em Beirute (Líbano).

Entrevistamos Fabrício Toledo, advogado atuante na Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro⁶³¹, que declarou:

(...) o [maior] número de pessoas reconhecidas oficialmente [como refugiados] são sírios, mas não, isso não quer dizer que o maior número dos que solicitaram refúgio são sírios. E os sírios, eles estão mais concentrados em São Paulo, aqui não é um número tão grande no Rio de Janeiro⁶³².

⁶³¹ A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, que desempenha suas atividades na área social através do Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio (Pares), é, conforme afirmam Aguiar e Alves (2016, p. 59), um dos principais meios de atendimento aos refugiados e solicitantes de refúgio que se estabelecem na cidade.

⁶³² Entrevista gravada em 22 de junho de 2018.



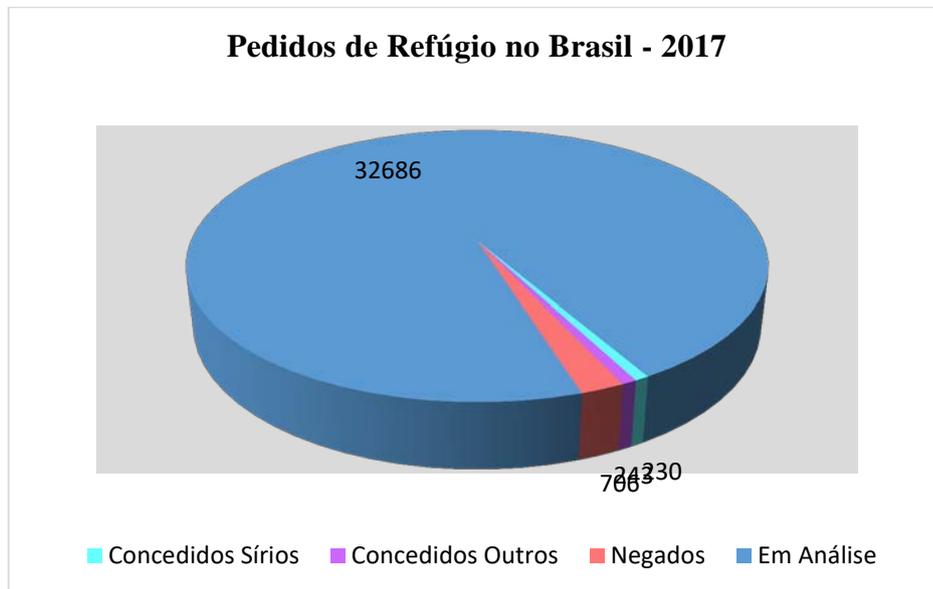
Fonte: Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE.

O relatório de 2015 do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, mostra os sírios liderando o número de refugiados no Brasil, seguido dos angolanos e colombianos. Das mais de 80 nacionalidades, as cinco acima se sobressaem pelos registros expressivos. O dado revela também que o número dos registros de refugiados sírios é, ao mesmo tempo, por um lado, pouco relevante se comparado com alguns países árabes e europeus (Turquia e Alemanha, por exemplo), e por outro, muito significativo internamente e no contexto latino-americano. Este fluxo se dá intensamente no País pela facilidade de solicitação de refúgio e pelas assistências e acolhidas nas diversas cidades. Até o final de 2017, o número de refugiados sírios aumentou para 2.746.

A demanda de solicitação de refúgio no País triplicou de 2016 para 2017, batendo o recorde de mais de 30 mil pedidos. Apesar da grande maioria das solicitações terem sido feitas pelos venezuelanos, foram os sírios que receberam o maior número de concessões. Isto acontece porque há, em média, uma demora de 2 anos para a análise dos pedidos pelo comitê responsável do CONARE, que avalia a situação das solicitações.

Ou seja, os pedidos concedidos em 2017 são de solicitações de 2015 e 2016. Ainda que exista este atraso em relação aos pedidos, o imigrante quando entra com uma solicitação de refúgio, recebe um protocolo provisório que assegura direitos básicos (como a carteira de trabalho e direito à saúde pública) até sair o resultado do referimento. Deve ser levado em

conta também os pedidos que são arquivados ou excluídos – casos que acontecem quando o solicitante se regulariza de outra forma (através de casamento ou filhos) ou vai para outro país.



Fonte: Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE.

O gráfico acima nos mostra, em uma melhor proporção, o que significa o número de solicitações, concessões e pedidos negados. Dos 1.179 documentos analisados em 2017, apenas 473 foram concedidos, das quais 230 são de nacionalidade síria. Dentre os motivos dos pedidos negados (60%) o principal é econômico: imigrantes que vêm em busca de melhoria de vida e que pretendem ingressar no mercado de trabalho, por não ter uma boa situação financeira não se enquadram em situação de refúgio. Senegaleses e angolanos foram os que tiveram maior número de pedidos indeferidos. Líbano fica em 5º na lista, com 58 casos negados.

Segundo dados divulgados pelo Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE no relatório “Refúgio em Números”, o Brasil reconheceu, até o final de 2017, um total de 10.145 refugiados de diversas nacionalidades. Desses, apenas 5.134 continuam com registro ativo no País, sendo que 52% moram em São Paulo, 17% no Rio de Janeiro e 8% no Paraná. Os sírios representam 35% da população refugiada com registro ativo no Brasil, como podemos ver no quadro abaixo. O que significa que muitos refugiados veem o Brasil como uma opção rápida para sair do conflito, mas muitas vezes utilizam o País como um local de passagem para um outro país onde desejam se estabelecer.



Fonte: Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE.

A Imigração Sírio e Libanesa para o Rio de Janeiro

Apesar de não estar entre os maiores grupos imigrantes, os sírios e libaneses são um grupo significativo, com um fluxo migratório que já dura mais que um século. Esses imigrantes estabeleceram-se em centros urbanos onde se dedicaram ao comércio. A falta de recursos fez com que eles optassem inicialmente pelo comércio ambulante, atuando como “mascates”, e quando conseguissem juntar algum capital, mudavam para um pequeno estabelecimento comercial alicerçado no trabalho familiar (FRANCISCO, 2005).

A maioria se concentrou na região central da cidade onde atualmente localiza-se a SAARA (Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega), fundada na década de 1960 pelos próprios imigrantes e seus descendentes, reunindo as diferentes etnias árabes que consolidaram seus comércios na região (RIBEIRO, 2000, p. 27). Geograficamente a SAARA corresponde ao quadrilátero formado pela avenida Presidente Vargas (seu lado ímpar), pela praça da República (Campo de Santana), pela rua Buenos Aires e pela avenida Passos. Anteriormente, esse espaço era referenciado pelo nome genérico de Rua da Alfândega.



Fotos: Comércios no SAARA (2018). Arquivo pessoal.

Em relação aos refugiados sírios do século XXI, podemos dizer que foram acolhidos pela Cáritas-RJ e estão instalados sobretudo em Igrejas Católicas nos bairros de Botafogo, Vila Isabel e Tijuca. A paróquia São João Batista, em Botafogo, tem um trabalho fundamental quanto à acolhida, acompanhamento e alojamento aos refugiados recém-chegados, em parceria com a Cáritas, assim como o Santuário São Paulo Apóstolo em Bonsucesso, Nossa Senhora Aparecida na Ilha do Governador, Nossa Senhora de Copacabana com a acolhida aos bolivianos, Antiga Igreja da Sé com os paraguaios e a Santa Terezinha do Menino Jesus com os peruanos (GEREMIA, 2016, p. 34).

Os sírios se distinguem entre as demais nacionalidades de refugiados, pela venda de comida árabe nos bairros da Zona Sul e do Centro. Como oportunidade de inserção no mercado de trabalho e de integração na sociedade, as barraquinhas de comida árabe ressaltam, nas ruas, a identidade árabe na cidade e formam redes de apoio para os recém-chegados e para aqueles que pretendem migrar para o Brasil.





Fotos: Comida árabe e síria (2018). Arquivo Pessoal.

Nas palavras do Pe. Mario Geremia, Missionário Scalabriniano e coordenador da Pastoral da Migração na Arquidiocese do Rio de Janeiro, que vem trabalhando com assistência e orientações aos migrantes e refugiados recém-chegados:

(...) a grande maioria dos sírios, que a gente percebe por aí, eles, no primeiro momento, eles começam a sobreviver com a, com a venda de alimentos. Aqui mesmo na área de botafogo a gente vê muitas, muitas barraquinhas, muitos carrinhos de... de venda de comida árabe pelos sírios. Acho que num segundo momento, (...) eles começam já a sair desse nicho de trabalho para ter alguma coisa melhor. Mas o que a gente percebe hoje é cada grupo tem um... uma forma de sobreviver. Por exemplo, então, os sírios com a alimentação, vendendo alimentos. Já os equatorianos eles têm a venda de roupa e artesanaria. Aí tu pega os haitianos, já eles estão mais nos serviços gerais⁶³⁴.



Foto: Barraquinha de Comida Árabe no Rio de Janeiro (2018).

634

Entrevista gravada em 25 de abril de 2018.

Ressaltamos ainda que o trabalho com a comida engloba tanto os aspectos econômicos quanto culturais do imigrante, que utiliza a alimentação como aspecto tradicional da culinária árabe. Na comunidade em si, a valorização da comida acontece através dos costumes e receitas herdadas de gerações passadas, considerando principalmente o seu modo de preparo (TRUZZI, 2008). Nas ruas, pelas barraquinhas de comida árabe, há um interesse da população local por essa culinária tradicional e valorizada, apesar dos próprios vendedores reconhecerem a diferença existente entre a comida comercializada e a comida caseira familiar da Síria e do Líbano.

Considerações finais

Percebemos com essa pesquisa que houve a permanência dos imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes no espaço da cidade e que eles influíram decisivamente para o imaginário árabe que faz parte da construção do nosso País, sobretudo no aspecto gastronômico.

A integração entre as diferentes gerações de imigrantes sírio-libaneses e seus descendentes nos aglomerados urbanos do País acontece por meio das redes sociais formadas ao longo da consolidação da comunidade árabe no Brasil, desde os primeiros fluxos registrados, e pelo acolhimento e assistência que instituições, como a Cáritas Arquidiocesana e a Pastoral do Migrante, oferecem principalmente aos refugiados sírios que, mais recentemente, tem caracterizado a imigração síria.

Observamos também que a comida é um elo semelhante entre os dois fluxos, que possuem características bastante distintas. Os primeiros imigrantes Sírios eram majoritariamente cristãos, enquanto que nos novos fluxos predominam os muçulmanos. Na imigração tradicional predominavam artesãos e agricultores, atualmente chegam muitos profissionais com curso superior. O que une os dois fluxos são as atividades comerciais, visto que no século XX esses imigrantes fundaram o SAARA, especificadamente em 1962, e hoje em dia espalham-se pelas ruas com barraquinhas de comida árabe.

Referências

- AB'SÁBER, A. N. Desenvolvimento das Relações Árabe-Brasileiras. In: *Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, p. 27-54, 2001.
- AGUIAR, Aline M. T. de; ALVES, Débora M. Desafios Para A Integração Local de Refugiados e Solicitantes de Refúgio e Atuação da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. In: *A presença do migrante no Rio de Janeiro: o olhar das instituições*. Rio de Janeiro: Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes, p. 59-62, 2016.
- FRANCISCO, J. C. B. *Sírios e libaneses no Rio de Janeiro: memórias coletivas & escolhas individuais*. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- GEREMIA, Mário. Ação da Igreja Católica Junto aos Migrantes, Gentes do Mar, do Turismo e Refugiados como Enfoque no Rio de Janeiro. In: *A presença do migrante no Rio de Janeiro: o olhar das instituições*. Rio de Janeiro: Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes, p. 27-36, 2016.
- HADJAB, Patrícia D. E. *Alimentação, memória e identidades árabes no Brasil*. Dissertação de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília: UnB, 2014.
- LACERDA, Jan Marcel; SILVA, Amanda A. S; NUNES, Rayanne V. *O Caso dos Refugiados Sírios no Brasil e a Política Internacional Contemporânea*. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, vol. 6, n. 2, 2015.
- PINTO, Paulo Hilu da R. *Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural*. RJ: Cidade Viva, 2010.
- RIBEIRO, Paula. *'Saara' – uma paisagem singular na cidade do Rio de Janeiro (1960 –1990)*. Dissertação de mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: PUC-SP, 2000.
- TRUZZI, O. Cultura e Imigração Árabes: Influência na sociedade brasileira. In: *Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, p. 395-340, 2001.
- _____. Sociabilidades e Valores: Um Olhar sobre a Família Árabe Muçulmana em São Paulo. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 37-74, 2008.

**DESCAMINHOS DA HISTÓRIA: RESSIGNIFICAÇÕES
IDENTITÁRIAS EM IBIRAMA/SC
– DO *DEUTSCHTUM* À *OKTOBERFEST***

Carlos Eduardo Bartel

Doutor em História (UFRGS)

Professor do Instituto Federal Catarinense (IFC)

Tiago Pedruzi

Doutorando em Teoria da Literatura (PUCRS)

Professor do Instituto Federal Catarinense (IFC)

O presente texto faz parte do Projeto de pesquisa intitulado “Lugares da Memória em Ibirama/SC”, desenvolvido no Instituto Federal Catarinense, conta o apoio do Campus Ibirama.⁶³⁵ Têm como objetivo analisar a preservação do patrimônio histórico-cultural em Ibirama e sua relação com a construção das identidades sociais e com a histórica local.

A identidade de origem germânica como se conhece atualmente no Vale do Itajaí decorre de movimentos múltiplos e complexos: da vinculação dos imigrantes que vieram para o Brasil com a Alemanha, da assimilação cultural desse grupo étnico e de seus descendentes (brasileiros de origem alemã) e de uma invenção identitária recente, porém não menos original, que remete ao final dos anos 1960.⁶³⁶

Nesse sentido, o presente trabalho, ao caracterizar três formas distintas de manifestação identitária de origem germânica, situadas em diferentes contextos históricos, mas que se aproximam e dialogam entre si em diferentes momentos, tem por objetivo analisar os processos de construção e de ressignificação dessas identidades em Ibirama (que fazia parte do antigo território da Colônia Hamônia), desde o início da colonização até os dias atuais. Para isso, investiga a trajetória e as formas pelas quais a identidade de “origem alemã”

635 . O presente trabalho igualmente **contou com a colaboração da bolsista Maria Eduarda Sandner Buzana**, aluna do 3º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.

636 . Os termos “alemão” e “germânico” são utilizados aqui indistintamente para se referir tanto aos imigrantes nascidos na região onde se constituiu a Alemanha, quanto aos seus descendentes nascidos fora dessa região.

foi construída no município, quais símbolos materiais e imateriais foram utilizados para essas criações? Quais os caminhos percorridos e as transformações da identidade de origem germânica ao longo do período abordado? E como esse passado tem sido apropriado e representado no município? Essas são algumas questões levantadas aqui a partir do trabalho de pesquisa e da análise de indícios em diferentes fontes documentais. Para atingir nosso objetivo, consultamos fontes de pesquisa diversas como monumentos públicos e privados, comemorações e o patrimônio material e imaterial preservado no município, igualmente, foram consultadas obras bibliográficas (consideradas tanto como referência, quanto fonte de pesquisa), fotografias e documentos históricos, localizados no Arquivo Público Municipal de Ibirama. Ainda do ponto de vista metodológico, a presente abordagem restringe-se espacialmente à região compreendida pelas terras da antiga Colônia Hamônia, tendo como marcos temporais sua criação no final do século XIX até 2017, quando Ibirama realizou a comemoração dos seus 120 anos.

Reconstruir o itinerário percorrido e verificar como foi construída e ressignificada a identidade de origem alemã, isto é, dos imigrantes alemães e seus descendentes, não é tarefa fácil, exige atenção por parte do pesquisador para as diferentes apropriações que são feitas sobre o passado.

O passado, objeto de estudo do historiador, não é palpável é uma representação do que aconteceu, assim, sua análise segue critérios metodológicos passíveis de comprovação que se distanciam da mera retórica ou do “resgate da história”, termo corrente entre leigos que se dedicam à pesquisa histórica. O historiador reconstrói o passado, que se mostra de forma incompleto, com lacunas e desvios, que por vezes foram apagados da memória coletiva. Dessa perspectiva, a invenção das tradições pode ser entendida como a criação de normas e rituais que tem por objetivo estabelecer a ligação entre o passado e o presente, através de uma memória coletiva, de lembranças que nem sempre se situam no passado e as quais criam identidades. Para buscar a compreensão dos fenômenos históricos cabe ao historiador separar história e memória, ainda que ambas insistam em andas juntas.

Na segunda metade do século XIX a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, depois Hanseática, traçou seus objetivos colonizadores visando instalar na região do Alto Vale catarinense uma colônia alemã tendo como principal diretriz a noção de *deutschtum*, que em linhas gerais tinha a não assimilação dos imigrantes à cultura local. Tal propósito se manteve até o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e ao Estado Novo (1937-1945) no Brasil, perdendo assim espaço para outra forma identitária, que já se encontrava em processo de

formação, a identidade teuto-brasileira, identidade híbrida formada por brasileiros de origem alemã, tributários culturais de seus antecedentes oriundos da Alemanha.

Contudo, no final dos anos 1960 novos elementos foram adicionados a identidade teuto-brasileira, trata-se de uma invenção identitária recente, porém não menos original, idealizada em Blumenau. Construída em conjunto pelo poder público municipal de Blumenau, em especial pela Comissão de Turismo e pelo empresariado local, que tinha como objetivos fins econômicos relacionados ao comércio e ao turismo, questão esta analisada por Maria Bernadete Ramos Flores (1997). A formação dessa identidade trata-se de uma construção intelectual sofisticada ao estilo dos nacionalismos europeus do século XIX, envolve fatos concretos e reais, bem como aspectos, simbólicos e imaginários. Tal afirmação não propõe nenhum juízo de valor, pois mesmo que exista um artificialismo nessa construção identitária e que as festividades estejam voltadas para o consumo turístico elas “marcam as diferenças em relação aos outros brasileiros, reafirmam valores culturais próprios. Não deixam de ser uma forma de renovação da distintividade” (SEYFERTH, 1994, p. 25).

A partir dessa reflexão, é necessário mencionar que a construção identitária germânica idealizada não foi meramente um trabalho de gabinete descolado de uma base sociocultural, pois sem o apoio da comunidade étnica esse movimento não teria a legitimidade que obteve. Buscou seus fundamentos no patrimônio cultural dos imigrantes alemães, entre os quais as antigas sociedades comunitárias, como os clubes de canto, de caça e tiro e, sobretudo, em costumes importados de regiões específicas da Alemanha. Para isso, foram misturados e difundidos valores considerados ideais do que significa ser de “origem alemã”. Dessa forma, os organizadores da primeira Oktoberfest de Blumenau, “Inspirados na Oktoberfest de Munique, realizada há 200 anos, [...] prometiam mostrar ao público ‘toda a tradição dos colonizadores alemães servida em desfiles alegóricos’” (FLORES, 1997, p. 14).

Além da criação identitária e da homogenização cultural da identidade germânica, igualmente, cidades turísticas como Gramado, no Rio Grande do Sul, e São Bernardo do Campo, em São Paulo, foram consultadas servindo como referência para essa construção. A identidade “alemã” idealizada em Blumenau, seu centro difusor, foi exportada como referência e modelo a ser seguido para outros municípios da região.

Considerando tais apontamentos nossa análise, delimitada espacialmente ao município de Ibirama, antiga Colônia Hamônia, tem como propósito abordar as incongruências, afastamentos e aproximações decorrentes do encontro do padrão identitário germânico idealizado com a forma identitária teuto-brasileira estabelecida, que por sua vez, adquiriu

maior expressão em Ibirama a partir do final da década de 1940, quando da noção de *deutschtum* e se desvinculou de memórias traumáticas relacionadas à experiência do integralismo, do nazismo e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Do início da colonização até a emancipação em 1934

A origem do município de Ibirama, situado no Alto Vale do Itajaí, remete à fundação da Colônia Hamônia, criada pela Sociedade Colonizadora Hanseática, em 8 de novembro de 1897. Em termos internacionais, a criação de colônias alemãs em Santa Catarina no final do século XIX, com investimentos e apoio de capital alemão se inscreve no contexto do expansionismo alemão evidenciado pela Conferência de Berlim (1884-1885).

A Colônia Hamônia guiada pela noção do *Deutschtum* tinha entre seus propósitos receber imigrantes provenientes da Alemanha. Inicialmente colonizada por imigrantes e descendentes de origem alemã e suíça, a colônia prosperou até se emancipar de Blumenau, em 1934, fato que já apontava para os novos ventos que sopravam no Brasil, mas também para questões relacionadas com a política local.

Assim, a emancipação de Ibirama estava inserida em um contexto maior, em meio às disputas das oligarquias Ramos e Konder pelo poder político em Santa Catarina. Os primeiros ligados ao latifúndio e o planalto catarinense, tendo Lages como cidade sede, por sua vez, os Konder vinculavam-se à industrialização e ao Vale do Itajaí, tinham Blumenau como referência. Dois dos maiores símbolos da Revolução Industrial são a ferrovia e a fabricação têxtil, e ambos estão presentes no desenvolvimento de Blumenau e na região do Alto Vale do Itajaí.

Até o início da década de 1930, as lideranças políticas e econômicas do Vale do Itajaí reunidas no Partido Republicano Catarinense (PRC), capitaneadas pela oligarquia Konder e tendo Adolfo Konder como seu maior expoente, detinham o poder político no Estado de Santa Catarina.

Com a Revolução de 1930, “os Ramos e seu grupo, há muito alijados das posições-chave na política catarinense, reconquistaram o poder” (GERTZ, 1987, p. 176). Nesse sentido, o desmembramento de Blumenau, importante centro político regional, foi uma das formas encontradas pela oligarquia Ramos para enfraquecer seus adversários. Seguindo essa perspectiva, em fevereiro de 1934, Aristiliano Ramos, Interventor Federal no Estado catarinense:

[...] decretou a desanexação de uma parte do município de Joinville e a subdivisão de Blumenau. Este último, que depois da separação de Rio do Sul, em 1931, ainda tinha aproximadamente 7.000 km², foi reduzido a 1.650 km², surgindo os novos municípios de Gaspar, Indaial, Timbó, Dalbérgia. A população deste último foi punida, adicionalmente, com a mudança do nome tradicional do lugar (Hamônia), medida revogada posteriormente (GERTZ, 1987, p. 177).

Em maio de 1935 o município novamente passou a se chamar Hamônia, alterando seu nome para Ibirama em 1943, devido à Campanha de Nacionalização. Ibirama, uma palavra de origem indígena, escolhida para atender a normativa nacionalista, acabou servindo para realçar a imagem de seus habitantes como uma população de caráter pacífico e conciliador, apagando e amenizando assim um passado de conflitos entre colonos e indígenas.

Até 1934, o distrito de Hamônia, havia sido uma próspera e tranquila colônia alemã, sendo tal tranquilidade quebrada com sua emancipação. Seu novo nome, Dalbérgia, desagradou os dirigentes da Sociedade Colonizadora Hanseática, que repudiaram o ato de desmembramento de Blumenau. Bruno Meckien, Diretor da Sociedade “criticou asperamente o fato de ter-se dado ao novo município o nome de Dalbérgia, que seria o ‘nome da filha mais velha do cacique dos bugres Eduardo de Lima e Silva Hoerhan’” (FROTSCHER, 2003, apud COSTA; SECCHI, 2011, p. 68).

Os primeiros imigrantes chegaram em Hamônia em 1899 e na primeira década, a colônia enfrentou dificuldades típicas do processo colonizador, como desentendimentos entre colonos e a direção da Sociedade Colonizadora, dificuldades relacionadas aos riscos de ataques dos índios Xokleng da região e os efeitos da propaganda feita por agentes da imigração do Chile e da Argentina. Contudo, após ser inaugurada a estrada de ferro em 1909, a situação foi melhorando gradativamente (RICHTER, 1992, p. 70). Em 1912 a Colônia Hamônia foi elevada a condição de sede distrital, na qual se localizava a administração da Sociedade Colonizadora Hanseática.

Diversos autores analisaram com propriedade a imigração alemã em Santa Catarina, referindo que a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, depois Hanseática, teve como propósito, desde o início da colonização, a formação de uma comunidade etnicamente homogênea de acordo com as noções do *Volkstum* e do *Deutschtum*. A primeira aproxima ideias como povo, cultura e nação, expressando que a nacionalidade de um indivíduo não diz respeito ao seu local de nascimento, mas a sua ascendência, cultura e língua, segue assim, o

princípio do *jus sanguinis*. Por sua vez, a ideologia do *Deutschtum* pode ser traduzida como nacionalismo alemão ou germanismo e “tinha a não-assimilação como proposta central de seu programa” (GERTZ, 1987, p. 101).

No distrito de Hamônia, poucos falavam o português, a língua escrita e falada era o alemão, questão analisada por Wiese (2003). Por sua vez, o catolicismo dividia espaço com a religião luterana que era majoritária; Hamônia era, assim, um núcleo “alemão” no interior de Santa Catarina. Os próprios diretores da Sociedade Colonizadora e o Cônsul da Alemanha em Florianópolis viam na “imigração alemã para Blumenau um dos meios para se fortalecer o *Deutschtum* no município e no estado, valorizando uma ocupação dos espaços baseada na segregação étnica” (COSTA; SECCHI, 2011, p. 36). Em Hamônia, até mesmo imigrantes suíços sentiam-se discriminados, pois a dominação econômica e política do grupo de origem alemã se impunha também simbolicamente. Em 1914, a Colônia *Neu-Zürich*, que pertencia a Hamônia, teve seu nome alterado para *Neu Breslau* (BARTEL, 2017), em consonância com as premissas do *Deutschtum*.

Por outro lado, de acordo com os relatos de José Deeke, Diretor da Sociedade Hanseática, as festividades e comemorações em Blumenau e região tinham como referência o ambiente interno, isto é, relacionavam-se com o cotidiano dos próprios colonos e pouco se vinculavam com questões externas (DEEKE, 1995).

No final dos anos 1920 e início da década seguinte, novas concepções políticas chegaram à região. Os movimentos políticos transcorridos na Alemanha eram acompanhados de perto por imigrantes e seus descendentes, radicados em Hamônia, muitas informações eram obtidas através de jornais escritos em alemão e pelo rádio. Entre 1928 e 1929, ocorreram as primeiras manifestações do Partido Nazista (NSDAP - *National Sozialistische Deutschland Arbeiter Partei*), no Vale do Itajaí, nas localidades de Timbó, Bela Aliança (atual Rio do Sul) e Blumenau, onde jornais de circulação local, como o *Blumenauer Zeitung*, atuavam como porta-vozes dos núcleos locais do partido.

A partir de 1933, com ascensão de Hitler ao poder, os núcleos do partido nazista no exterior passaram a receber capitais oriundos da Alemanha. No Brasil, o partido realizava seções municipais e distritais, contendo uma relação extensa de atividades a serem exercidas: lazer, esportes, boicotes sociais econômicos a opositores, exercícios paramilitares, saudações hitleristas, juramentos de fidelidade ao III Reich.

Em Hamônia, a sede do Partido Nazista se localizava no bairro Nova Berlim (atual Bela Vista), onde havia um agrupamento bastante atuante que participava de diversas

solenidades. A bandeira nazista aparece em diversas fotografias localizadas no Arquivo Público Municipal de Ibirama, como no lançamento da pedra fundamental para construção do prédio *Hansahöhe*, na igreja luterana de Nova Bremen (atual bairro Dalbérgia), no enterro de um membro da NSDAP, em 1934, no desfile do dia do colono, realizado em julho de 1937 e em outros tantos eventos. O núcleo local do partido também organizava festejos diversos para comemorar o dia 1º de maio e o aniversário de Hitler.

Décadas de 1930 à 1960: a desarticulação da noção de *Deutschtum*

Em outubro de 1932, a partir da publicação do Manifesto Integralista, escrito por Plínio Salgado, surgiu o movimento integralista no Brasil, que cresceu exponencialmente em número de partidários nos anos seguintes. Em Santa Catarina se concentrava o terceiro maior contingente de adeptos da Ação Integralista Brasileira (AIB), atrás apenas de São Paulo e Bahia. Teoricamente, Integralismo e Nazismo eram incompatíveis, pois o primeiro ao defender em seu programa a assimilação à cultura nacional, ameaçava a noção de *Deutschtum*.

Ao considerarmos que estudos sobre as relações entre Nazismo e Integralismo divergem entre si e, também, a complexidade do tema, não é nosso propósito adentrar no mérito desse debate. Portanto, interessa-nos enfatizar que se havia distanciamentos entre partidários de um e outro movimento, por outro lado, também havia auxílio e cooperação entre ambos, sendo esse o caso na Colônia Hamônia.

Os primeiros núcleos da AIB foram fundados em Santa Catarina no começo de 1934, em Joinville, Blumenau, Itajaí e Florianópolis e depois em outros municípios. Havia uma militância integralista bem organizada em Hamônia, onde o movimento iniciou em setembro de 1934, quando integralistas de Blumenau vieram difundir suas ideias em Hamônia (WIESE, 2007). Em Santa Catarina, o Integralismo, grande vitorioso das eleições de 1936, elegeu 8 prefeitos nos 43 municípios existentes. Em Ibirama foi eleito para o cargo de prefeito o integralista Frederico Schmidt, que administrou o município de 6 de abril de 1936 até 5 de janeiro de 1938, quando teve o cargo caçado.

Com a implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, e com a Campanha de Nacionalização no ano seguinte, alterações radicais afetaram a vida dos estrangeiros e seus descendentes radicados no Brasil, igualmente, agremiações político-partidárias foram severamente atingidas. Em janeiro de 1938, através do Decreto Lei n. 2265 foi criada pelo governo federal a Comissão de Nacionalização, que tinha entre seus objetivos regulamentar a

entrada, o estabelecimento, a naturalização e a expulsão de estrangeiros em território brasileiro.

Em 18 de abril de 1938, por meio do Decreto Lei n. 383 partidos políticos estrangeiros foram proibidos de funcionar, sendo proibido, hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro, bem como organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza. Situação que se agravou para os imigrantes alemães com o corte das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo, em janeiro de 1942.

As colônias de imigrantes passaram a sofrer interferência através da intervenção estatal nas instituições públicas e privadas. Em Ibirama, a intervenção deixou suas marcas, de forma que são traumáticas as lembranças das gerações mais velhas sobre esse período. Faz parte da memória coletiva de Ibirama as prisões ocorridas no município e o encampamento da escola alemã por parte da ditadura varguista. Contudo, a ação e o sucesso dos agentes governamentais em parte deve ser relativizado, pois o isolamento geográfico do município, a dificuldade de acesso e o fato de Ibirama não ser o centro político, econômico e cultural da região, posição ocupada por Blumenau, por vezes fez com que a perseguição não fosse tão acirrada quanto em outras localidades.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), outra forma de identidade germânica ganhou força, uma identidade teuto-brasileira mais vinculada com questões locais e à trajetória dos imigrantes e seus descendentes, a qual se distanciava da ideia de *Deutschtum* e das associações próximas desta noção. O período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960 foi um divisor de águas nos municípios originários da Colônia Hamônia. Nesse contexto, o *Deutschtum* passou a ser associado com critérios de pureza racial e em última instância com o próprio Nazismo. Assim, a aproximação com outras identidades como “teuto-brasileiro”, “imigrante” e até mesmo “suíça” adquiriu maior força contribuindo para reconstrução da imagem da comunidade local a partir da reelaboração da identidade de origem germânica desvinculada da noção de *Deutschtum*.

No período pós-1945, poucos são os registros relacionados ao *Deutschtum*. Em um periódico da década de 1950, são enfatizados outros aspectos da cidade, muito distantes daquilo que se vivia pouco tempo antes, nos anos 1930. Conforme o periódico, “a população ibiramense é um misto de lusos, alemães e ítalos, todos irmanados num ambiente de brasilidade” (FOCALIZANDO, [1956?]). Também, a memória da cidade expressa através de monumentos remete para questões totalmente diversas das anteriores. Em 10 de março de

1948 foi criada no centro da cidade a Praça “Jardim Expedicionário Lindo Sardagna”, soldado brasileiro residente no interior de Ibirama que tombou nos campos de Batalha, em Abateia, na Itália), na Praça, um lugar da memória, consta um busto de bronze do soldado.⁶³⁷ Outro busto de soldado que lutou contra as forças do Eixo, o do “Expedicionário Jacó Zermiani”, encontra-se no pátio dos Correios no bairro Dalbérgia.

Os dois bustos parecem indicar uma virada radical na identidade cultural do município, se antes Nazismo e Integralismo faziam parte do cotidiano e se relacionavam com a germanidade, no pós-guerra as homenagens aos soldados informam que Ibirama lutou ao lado do Brasil contra o nazifascismo. Assim, a nova identidade ao combater os inimigos brasileiros, também combatia o passado recente do município. Para isso, novos marcadores identitários foram buscados no interior da própria comunidade.

Nesse novo cenário, passam a ser exaltadas as ações dos imigrantes, suas características e festividades. Igualmente, os feitos da Sociedade Colonizadora Hanseática adquirem maior visibilidade, passam a ser vistos através de sua capacidade empreendedora e relacionados ao desenvolvimento de Santa Catarina e do Brasil e não aos interesses da Alemanha e de seus investidores. No município encontram-se bustos de bronze, nomes de ruas, praças públicas, museus e outros lugares da memória que homenageiam seus colonizadores.

No centro da cidade, localiza-se o busto de José Deeke, diretor da Sociedade Colonizadora. Em 24/08/1951, a comunidade de Ibirama homenageou José Deeke como forma de “reconhecimento e gratidão, atribuindo o seu nome à praça pública, na qual em 20/04/1952, sobre herma, erigiu o seu busto, perpetuando-o junto à memória dos valorosos pioneiros colonizadores de sua cidade” (DEEKE, 1995, p. 7). Sua esposa, senhora Emma Deeke, também foi homenageada com a designação de seu nome para o atual município de Dona Emma, localidade então pertencente à jurisdição colonizadora de seu marido. No ano seguinte, em abril de 1952, foi a vez de se homenagear o Pastor luterano Paul Aldinger, também através de um busto de bronze.

A história do município de Dona Emma e a própria atuação de Emma Deeke são bastante ilustrativas acerca da trajetória identitária teuto-brasileira. Emma Deeke escreveu

637 . Lindo Sardagna, soldado catarinense da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que combateu na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), nasceu no município de Rodeio, no dia 14 de maio de 1919, residiu em Ibirama, no distrito de José Boiteux. No dia 20 de setembro de 1944 embarcou para Itália, onde morreu em campo de batalha no dia 12 de dezembro do mesmo ano, sendo sepultado em Pistóia no cemitério militar brasileiro. Lindo Sardanha recebeu várias homenagens pós-morte. Em 1948 foi inaugurada em Ibirama a praça em sua homenagem, e em 1951 seu nome foi dado a um grupo escolar do Distrito Gustavo Richard (atual Dona Emma) (DIRKSEN, 1996, p. 93).

contos, poesias e relatos de viagem, esparsos em anuários e jornais da época, igualmente, escreveu uma novela com o título “Amor e dever” (*Liebe und Pflicht*) baseada em fatos ocorridos em Blumenau. De modo geral, sua obra enfatizava aspectos da vida sociocultural do agrupamento teuto-brasileiro. Em 1919 agrimensores da Sociedade Colonizadora denominaram o rio que deságua no Krauel com o nome do Dona Emma, os moradores estenderam esse nome a toda a região banhada pelo rio e seus afluentes, contudo o primeiro nome da localidade, emancipada em 1962, foi “Vila Konder”, em homenagem a Adolfo Konder, governador do Estado de 1926 a 1930, depois passou a ser chamada de Gustavo Richard e por fim Dona Emma (DIRKSEN, 1996, p. 43). A escolha das denominações são reveladoras e identificam com clareza o grupo étnico que ocupou a região, suas escolhas, opções políticas e culturais.

O museu local, denominado Eduardo de Lima e Silva Hoerhan – situado no “imponente” prédio histórico *Hansahöhe*, símbolo de Ibirama, - conta a história da cidade através da industrialização da região associada à Sociedade Colonizadora Hanseática. São apresentadas a primeira cervejaria, a trajetória da Farmácia Müller e a estrada de ferro, igualmente, são lembrados os imigrantes, suas ferramentas de trabalho e atividades de lazer. Nesse contexto, também estão situados os indígenas que ocupavam a região, bem como a religiosidade, através de duas salas destinadas à memória religiosa, uma católica, outra luterana. Também, a arquitetura possui relação com a história e identidade de seus habitantes, a antiga prefeitura, atual Arquivo Histórico, a Igreja Luterana e as casas enxaimel compõem esse conjunto de lugares da memória que caracterizam a identidade teuto-brasileira.

Uma identidade idealizada: Blumenau e a identidade de origem germânica ressignificada

Em diferentes *sites* da internet é possível encontrar notícias sobre o “Vale Europeu” que “mais parece um vale encantado”.⁶³⁸ No entanto, esse encantamento não se trata só de aparência, “é reforçado pela arquitetura da cidade, pelos trajes típicos e pelas princesas e príncipes louros que parecem ter saído das ilustrações de contos de fadas dos irmãos Grimm” (FLORES, 19997, p. 32).

O processo de “encantamento” não se constituiu naturalmente, foi fruto de uma construção identitária estrategicamente planejada. “Conheça a Europa sem sair do Brasil” foi

638 . Circuito de cicloturismo revela a natureza exuberante do Vale Europeu. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2016/02/circuito-de-cicloturismo-revela-natureza-exuberante-do-vale-europeu.html>>, acesso 28/02/2018.

um dos *slogans* que promoveram Blumenau e ajudaram na construção distintiva dessa identidade. A Comissão Municipal do Turismo foi o lugar institucional desta invenção, os novos sujeitos sociais fizeram interpretações para “construírem a cidade germânica e, desta forma, nós nos deparamos com uma cidade-imaginação, feita de imagens, cidade que funciona para comunicar” (FLORES, 1997, p. 69-70).

A arquitetura identitária contribuiu para caracterizar o novo cenário da cidade-turismo, da cidade-étnica, a cidade é limpa e iluminada, higiene é outra característica de distinção [vale lembrar que no mundo romano a higiene diferenciava bárbaros de civilizados], o descendente alemão é mostrado como alegre e empreendedor, preocupado em manter sua cultura e tradições. Assim, novas formas de ser, agir, de se vestir e se comportar foram estabelecidas pela Comissão Municipal de Turismo de Blumenau por meio de uma pedagogia voltada para a estética e o turismo implementou uma série de ações, nesse processo:

O Gerente do Grande Hotel, Sr. Armando Dutra, foi convidado a responder sobre irregularidades no atendimento aos hóspedes, dando explicações na reunião de 1º/07/1969 sobre o atraso no café, a ausência de funcionários na portaria à noite e sobre a limpeza nos apartamentos. Em 15 de julho, a Comissão reuniu-se no próprio hotel, quando a diretoria justificou os problemas do mesmo (FLORES, 1997, p. 69-70).

No final da década de 1960 e início dos anos 1970, Blumenau se movimentou no sentido de inventar tradições, e por extensão, uma identidade germânica idealizada decorrente desse processo que se difundiu pelo Alto Vale do Itajaí como padrão e referência cultural a ser seguida. Essa herança identitária define o que é “ser alemão”. Nessa perspectiva, Blumenau é uma autêntica cidade-étnica, seus cidadãos, de origem alemã, são “ordeiros e trabalhadores”, *slogan* reproduzido exaustivamente nos municípios do Alto Vale.

Conforme o relato de Mário Cezar Deggau, um dos idealizadores da Oktoberfest “a ideia foi de criar uma atração turística para o mês de outubro, de baixa temporada para o comércio que atendia o turista. Portanto, um interesse comercial, e não cultural como veio também a se tornar” (apud FLORES, 1997, p. 53). Por sua vez, Emílio Schramm, outro idealizador da festa, refere:

Fui um dos incentivadores da Oktoberfest. Inclusive, em 1980 fui para Munique. Eu queria ver como funciona a Oktoberfest deles. Naquele ano tentamos fazer a festa aqui, mas a prefeitura não se sensibilizou e não investiu na ideia. A gente já tinha a ideia de aproveitar a imagem de alemão

que Blumenau tinha. Pensamos: se Blumenau não fizer [...] quem sair na frente ganha. As enchentes de 1984 foi um gancho que aproveitamos” (apud FLORES, 1997, p. 52).

O sucesso desse empreendimento é inegável, primeiro por se acreditar que essa construção identitária reflete as tradições dos antepassados, naturaliza-se assim essa identidade que adquire vida própria e encontra respaldo na comunidade étnica de Blumenau. O segundo motivo que evidencia esse sucesso é o fato do modelo identitário criado em Blumenau ter sido “exportado” e incorporado por muitas cidades de origem alemã da região.

Longe de querer mostrar os procedimentos e ações implementadas para essa construção identitária através da memória que idealiza e ressignifica o passado, trabalho feito de forma exitosa por outros pesquisadores, a presente proposta tem por objetivo analisar como essa ideia de germanidade se expandiu por outros municípios, no caso em estudo, em Ibirama e municípios que se desmembraram da Colônia Hamônia, e quais dificuldades encontradas para sua incorporação.

O novo padrão identitário criado ao longo de duas décadas em Blumenau foi exportado para outros municípios da região, aportando em Ibirama após sua consolidação na Oktoberfest de 1984, ponto culminante que restabeleceu o orgulho de “ser alemão”. Em 1981, quando essa identidade se ensaiava por outros municípios, Ibirama inaugurava no bairro Bela Vista a Praça Franz Blohm “pelos relevantes serviços prestados à educação ibiramense”.

Não é por acaso, que após a primeira Oktoberfest, proliferaram ou foram reinventadas inúmeras festas típicas no Vale do Itajaí, seguindo como padrão o modelo identitário de germanidade blumenauense. Contudo, engana-se, quem acredita que esse modelo teve como objetivo um viés cultural ou político, no sentido de apagar um passado que não vale a pena ser lembrado. O objetivo principal foi o econômico, voltado para o comércio e turismo, que, por sua vez, acabou por apagar a memória indesejada, reforçou o reavivamento identitário e por fim, transformou-se em um fenômeno de viés étnico e cultural.

Considerações finais

Há inúmeras incongruências entre a identidade germânica criada em Blumenau nos anos 1960/1970 e a identidade teuto-brasileira reforçada no pós Segunda Guerra, a qual havia percorrido diferentes caminhos ao se desvincular de aspectos traumáticos como o nazismo e o integralismo. Atualmente, em Ibirama, por vezes, se refere que no município não se preserva a cultura alemã, ou seja, que a germanidade de Ibirama não têm sido preservada como se faz em Blumenau.

No início dos anos 1990, o padrão criado em Blumenau aportou em Ibirama através do *Weihnachtsmarkt*, o mercado de Natal, pouco celebrado atualmente. Exemplo disso é evidenciado através da justificativa para criação do evento natalino no município, a comunidade traçou os seguintes objetivos:

a) desenvolver um evento turístico com forte poder de atração e de divulgação das potencialidades de Ibirama; b) desenvolver um evento com características tradicionais e religiosas com grande poder de motivação da cultura popular ibiramense; c) desenvolver junto à comunidade o espírito de participação e por consequência a auto-estima; d) desenvolver maior incremento do comércio da cidade no período que antecede o Natal; e) acrescentar à suntuosa paisagem de Ibirama, privilegiada pela natureza, a criatividade humana, harmonizando-a como quem, com alegria prepara no período do advento o seu lar, o seu jardim, a sua casa comercial, a sua repartição pública e, principalmente os corações, para receber Cristo (WIESE, 2003, p. 140).

Por que a comemoração não manteve a mesma performance ao longo dos anos? Seria por que a festa está mais próxima da concepção identitária blumenauense e não das tradições do município? Ou por que não foi atrativa do ponto de vista financeiro, comercial? O mesmo vale para *Stammtisch* do município vizinho, Presidente Getúlio, festa tradicional alemã, que com a troca do governo municipal deixou de ser comemorada, sem nenhuma voz para lembrar da festividade.

Em Ibirama, o padrão cultural gestado em Blumenau parece não ter chegado por inteiro, pois esbarrou em outras concepções identitárias e na memória local, ou seja, a negociação da identidade de origem germânica e seus marcos definidores é uma questão que ainda está aberta no município. Nesse sentido, mesmo que existam opções de turismo ambiental e ecológico, Ibirama não é uma cidade turística e a memória coletiva do município está umbilicalmente ligada ao passado reelaborado da colonização, que parece impedir o surgimento de outras noções identitárias que não aquela decorrente desse passado. Parece assim encontrar dificuldades para negociar no sentido de construir uma identidade consensual, que se distancie demasiadamente do passado ligado à colonização.

Por fim, há ainda um outro viés, há um dito popular que refere “quem manda em Ibirama são os italianos”. Ou seja, além de não ser uma cidade turística a festa étnica alemã não encontraria ressonância entre os dirigentes (e também entre parcela da população do município), que dividem espaço com os homenageados da colonização. Trata-se de um dito do senso comum, porém possui relações com a realidade concreta do município, o parque de eventos da cidade, a rodovia SC-340, uma das principais vias de Ibirama, bem como casas

comerciais levam o nome de Manoel Marchetti, família de origem italiana do ramo madeireiro que governou a cidade por várias vezes. Desde os anos 1950, famílias de origem italiana, aparecem como detentoras do poder político e econômico. Não se trata aqui de dizer que seus objetivos eram outros e não a preservação do patrimônio cultural alemão, mas sim que eram alheios, e até mesmo, indiferentes a essa cultura.

Em Ibirama e nas cidades que se originaram da Colônia Hamônia, a discussão acerca da negociação da identidade e da distinção de origem germânica encontra-se aberta. Fator esse que tem contribuído, por um lado, para produção de muitas pesquisas, estudos, debates e, por outro, para a invenção de mitos e tradições por parte dos próprios atores analisados nesse trabalho.

Referências

- BARTEL, Carlos Eduardo. História e memória da imigração suíça no Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina: da fundação de Neu-Zürich (1904) aos dias atuais, p. 1-17, In: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia, Brasília/DF: ANPUH, 2017.
- COSTA, Alberto Coelho Gomes; SECCHI, Nelson (Coord.) Hansahöhe: o espírito do camponês, o júbilo do médico, o tormento do prisioneiro e outras histórias ao redor de sua construção. Ibirama/SC: Edigrave, 2011.
- DEEKE, José. O Município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento. Blumenau: Nova Letra, 1995.
- DIRKSEN, Valberto. Dona Emma: história do município. Prefeitura de Dona Emma: Florianópolis, 1996.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. Oktoberfest: Turismo, festa e cultura na estação do Chopp. Letras Contemporâneas: Florianópolis, 1997.
- FOCALIZANDO Ibirama e Ituporanga. Edições Focalizando. s/l: Paulista-Catarinense, s/d [1956?].
- GERTZ, René E. O Fascismo no Sul do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- RICHTER, Klaus. A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Blumenau e Joinville. 2ª ed. rev. e ampl. [1ª Ed. 1986] Florianópolis UFSC; Blumenau: FURB, 1992.
- SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- _____. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas/RS: E. ULBRA, 1994. p. 11-27.
- WIESE, Harry. A inserção da língua portuguesa na Colônia Hammonia. Ibirama: Edigrave, 2003.
- _____. Terra da fartura: história da colonização de Ibirama. Ibirama: Edigrave, 2007.
- WITTMANN, Angelina C. R. A ferrovia no Vale do Itajaí: estrada de ferro Santa Catarina. Blumenau: Edifurb, 2010.

A PRESENÇA DOS IMIGRANTES NO CAMPEONATO FARROUPILHA DE PORTO ALEGRE EM 1935

Fabício Cardoso da Silva

Graduado em História

Universidade do Vale do Rio dos Sinos-Unisinos

Durante o ano de 1935 na cidade de Porto Alegre, em meio às comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha, realizou-se um campeonato cidadão de futebol, que recebeu a alcunha de Campeonato Farroupilha. O presente ensaio visa apresentar os clubes que participaram do certame, cujas disputas que vão além do campo futebolístico e acompanham o contexto social acirrado da década de trinta. Todas as sete associações que se envolveram na competição representavam clubes sociais, indutários, religiosos e econômicos diversos e, muitas vezes, conflitantes.

Essas agremiações localizadas na municipalidade nos auxiliam a apresentar os grupos que as acompanhavam. Dessa maneira, o presente trabalho busca se inserir nos estudos do esporte como um viés de entender as sociedades humanas em seu contexto geográfico e temporal definidos. Para o melhor acompanhamento desta pesquisa é necessário levar em conta que esta foi realizada a partir das matérias publicadas no jornal *A Federação* do ano de 1935 e que decorriam do campeonato da cidade. Entendendo os limites de nossa fonte jornalística como exposto por Elmir⁶³⁹ (1995), conseguimos traçar um panorama geral para o qual se destinava o público deste periódico.

Oriundo do Partido Republicano Rio-Grandense, fruto da imprensa partidária do período republicano, o jornal se destinava a um determinado extrato da sociedade porto-alegrense nos anos trinta. Apesar de um avanço percebido dentro da própria linha editorial, esse veículo de imprensa abarcava os setores desta elite cidadina, com seus costumes e

⁶³⁹ Cláudio Pereira Elmir esmiúça os caminhos para uma abordagem historiográfica dos veículos de imprensa, compreendendo os espaços de alcance do discurso dentro de um determinado grupo social. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudo do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, p. 19-29, 1995.

preocupações. O interesse pelo futebol se inseria nestes hábitos de uma modernidade citadina e ganhava cada vez mais destaque nas páginas do jornal.

A cidade de Porto Alegre possuía sete agremiações que disputavam o campeonato principal de futebol na cidade. Todas estas em seus determinados contextos significavam a “elite” futebolística do período. Para além da própria prática esportiva o futebol como entende Alabarces (2008), detém a possibilidade de ser um cenário de construção de identidades e de imaginários, de ressignificações ou novos sentidos para cada instituição e grupo que a comporta. Os clubes de futebol, com suas estruturas, regras e normas definidas dentro de um contexto próprio se constituíam em pequenas comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008).

Cada instituição por assim dizer, catalisava uma determinada sociedade que poderia se sentir atraída, representada e ou ressignificada de diversas formas. Estes espaços sociais propiciavam o que podemos chamar no campo historiográfico de sociabilidades.

Os estudos da sociabilidade procuram compreender as diversas maneiras pelas quais os homens se relacionam em sociedade, as expressões e manifestações mais ou menos formalizadas da vida em sociedade de acordo com o tempo e o espaço. (MULLER, 2010, p. 33).

Outro entendimento sobre o termo sociabilidade é o trazido por Michel Agier (1998, Apud CORDEIRO, 2001), que além do espaço de convivência, é um lugar de representação, reprodução ou reinvenção dos laços sociais no interior de um lugar, institucionalizado ou não. Em nosso caso, os clubes de futebol são espaços onde as relações sociais são mediadas pelas interpretações que cada comunidade faz de seu time. Sendo o clube uma espécie de receptáculo cultural e ao mesmo tempo propagador dos valores identificados com cada agremiação.

Para tanto, nos espaços futebolísticos esses valores podem já estarem simbolizados nos nomes das instituições. Como Ricardo Soares (2014) exhibe que o nome de batismo de um clube, se torna uma ação pensada por um determinado grupo com a importância de lhe inculcar valores prévios de determinada sociedade num tempo e num espaço. Sendo assim, conseguimos elaborar um panorama destas sete instituições futebolísticas, apresentando suas diversas sociabilidades, que representam os diversos grupos sociais que compunham a demografia da cidade de Porto Alegre na década de 1930.

Os leões que digladiam

Inicialmente, falamos das duas principais instituições do espaço futebolístico da cidade e do estado nos anos trinta, o Grêmio Foot Ball Porto-Alegrense e o Sport Club Internacional. O primeiro com raízes profundas na comunidade germânica que no final do século XIX se deslocou das zonas de imigração e na capital do estado se constituiu como fomentadora da industrialização, do comércio e serviços entre estes dois polos. A segunda instituição, fruto de uma comunidade mais ampla e nitidamente apoiada pelo grupo de comerciantes que se encontravam no município.

Assim, os dois times, rivais dentro dos gramados, pelo sucesso e a conquista de títulos partilhavam de um *status* comum. Seus quadros sociais representavam as elites da cidade, seu poder de influência era econômico e institucional. Para o quadro geral do esporte nos anos trinta, e suas representatividades, tanto Grêmio quanto Internacional, por suas conquistas e visibilidade já alcançavam vários grupos de aficionados. Eram equipes que se deslocavam do âmbito amador e entravam no estágio chamado de semiprofissionalização ou amadorismo marrom, no qual, pelo poder econômico e pelas vantagens relacionais, esses dois clubes podiam cooptar atletas em outros times, outras cidades e lhes oferecerem estruturas compatíveis com período.

O expediente de captação de atletas funcionava da seguinte maneira, os clubes se interessavam pelo jogador e procuravam sua inserção no mercado de trabalho da cidade, do ponto de vista de suas relações de sócios. Muito comum, que atletas vindos de outros centros do estado como Bagé, Pelotas ou Rio Grande, ao chegar na capital fossem direcionados para serviços públicos ou empresas privadas, ganhassem residência. Para atuar no campeonato da cidade uma das regras é o que o atleta inscrito deveria residir no município. Assim, os dois clubes despontavam como as duas instituições mais avançadas no que diz respeito a entrada de um mercado de trabalho futebolístico e de um sistema capitalista no esporte.

Os clubes de imigrantes

As comunidades que se constituíram no entorno do Esporte Clube São José e do Esporte Clube Cruzeiro se encontravam num estágio anterior ao da dupla de gigantes da cidade. Estes clubes, para além da identidade étnica suscitam questões religiosas e de classe.

Frutos também, dos deslocamentos de alemães no final do século XIX e início do XX, estes dois clubes carregam outras demandas e indícios de sociabilidade.

Sendo a igreja/capela São José um templo inaugurado para conter os conflitos entre os imigrantes alemães católicos e as Irmandades do Rosário e São Benedito na igreja do Rosário, o vínculo estreito da agremiação com a comunidade teuta de Porto Alegre faz com que tenha sido chamada como o *clube dos alemães pobres*. (SOARES, 2014, p.124).

O primeiro ponto a se destacar, extraído do trabalho de Ricardo Soares é o laço social da comunidade de imigrantes alemães de origem católica. O clube serviria como afirmação religiosa bem como, étnica pois se encontra numa região chave de conflito com outra comunidade que também sofre com seus deslocamentos no início do século XX. A presença da Irmandade do Rosário e de São Benedito expõem ao olhar do historiador a presença das comunidades negras no pós-abolição. O caso do São José é emblemático pois nos remete a um conflito de ordem dos imigrantes que chegam ao local e marcam seu território com a nova agremiação em oposição aos então moradores da região, com a bandeira da instituição religiosa como aporte de identidade.

Noutro sentido, ao ser um clube predominantemente de trabalhadores, sua marca socioeconômica também era levada em conta no momento da alcunha que recebera dos outros clubes da cidade. Inserindo-se neste contexto operário de imigrantes o Esporte Clube Cruzeiro, expande-se como uma agremiação que comportava outra leva de deslocamentos da cidade como a presença italiana na capital. O Cruzeiro se afirma como uma instituição que permitiu a diversidade da sociabilidade de grupos de que afluíram para Porto Alegre no começo do século XX.

Assim, alemães, italianos, espanhóis, argentinos e posteriormente judeus encontravam no espaço do esporte e do clube meios de uma nova sociabilidade mais plural e ampla.

O clube do Major

O Futebol Clube Porto Alegre se alinha a um outro extrato da sociabilidade nos anos trinta. Seu contexto remete a imigração alemã, primeiro rival do Grêmio Football Porto Alegrense, com o nome de Fuss Ball Porto Alegre, essa agremiação sofreu uma drástica mudança em suas linhas gerais com os eventos da Primeira Guerra Mundial. Com a pressão

sofrida por nacionais as instituições de origem teuta, o Fuss Ball transforma seu nome e “nacionaliza” o caráter da agremiação.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930 outros elementos da sociedade porto-alegrense se encontram no clube. Destaque principal aos militares, que com o encerramento das atividades do clube Militar, se deslocam para o antigo Fuss Ball, trazendo consigo as tradições do exército. Da transformação de nacionalidade para o acréscimo de outros setores, o Futebol Clube Porto Alegre nos apresenta uma outra união que utilizou do futebol para os seus fins, o exército.

A combinação de práticas esportivas diversas com o regimento militar era antiga. Entretanto, que tendo o futebol um caráter mais de lazer, algo de lúdico na cultura urbana, sua incorporação pelos militares sofreu de resistências em seus primórdios. Nada que nos anos trinta já não fossem águas passadas.

Vários militares formados neste novo contexto institucional, engajados já com a organização de treinamentos que enfatizavam habilidades propriamente marciais, oferecidos para o crescente número de recrutas que ingressavam agora compulsoriamente no Exército, [...] o esporte era cada vez mais assimilado como recurso para a preparação de soldados. (DIAS, 2017, p. 71).

Dessa forma, a agremiação presidida pelo Major Santiago Borba, que um ano antes em 1934 havia presidido o Sport Club Internacional, era uma associação caracterizada por um amplo apoio dos regimentos da capital. Sua distinção se fazia presente no corpo de sócios, ao qual, era a única agremiação da cidade que definia o militar como uma categoria diferente das demais. Ainda que nos resta e se faça necessária maiores pesquisas, o alinhamento entre os militares e o círculo de convivência do clube pode ser verificada nas matérias expostas no periódico *A Federação*.

Os espanhóis

Associação da Rua Larga, próxima ao Bairro da Azenha em Porto Alegre, a comunidade hispânica na capital gaúcha projetou no Sport Club Hispano-Americano seu espaço de sociabilidade e representatividade. Apesar de que pequena em relação ao fluxo imigratório dos outros grupos a cidade, os espanhóis tinham estado na conformação territorial

do Rio Grande do Sul. A relação intrínseca dos povos da península Ibérica, portugueses e espanhóis com o solo gaúcho remete aos inícios da chegada destes no século XVI.

Pequena, porém, existente. Assim, o olhar histórico sobre esta parcela da sociedade porto alegreense durante os anos trinta podem nos ajudar a entender as sociabilidades que estavam em convivência no período. O clube, assim como, o exemplo do Fuss Ball apresentado anteriormente, precisou modificar seu nome de batismo, dessa forma, o Hispano é retirado. Esta não foi uma simples troca de nome, mas, de miragem para a instituição.

Durante os anos de 1910, a instituição já aceitava as famílias de origem argentina e uruguaia na cidade. Porém, é ao transformarem-se em Sport Club Americano, as portas da agremiação são abertas com mais força para aceitação dos “nacionais” e com o tempo os “nacionais de cor”. Desta maneira, o Americano que disputou o Campeonato Farroupilha de 1935 apresentava um quadro social muito mais diverso até em comparação as outras instituições.

Tornando-se viável a entrada de outros segmentos da sociedade citadina na prática mais formal do esporte bretão. O Americano, não é o primeiro, nem o único exemplo de clube que expande suas portas a população operária e mestiça. Entretanto, cabe salientar que dentro do torneio de 1935, apenas este clube e o próximo que apresentaremos, transitam por camadas até então distantes dos holofotes principais do futebol na cidade.

A Carris vai a campo

Os clubes formados dentro de espaços fabris é outra experiência da modernidade do século XX. Expressão esta, fruto da conformação social e das horas dispensadas ao tempo livre de operários numa determinada comunidade. Como forma de controle das ordens e dos impulsos o futebol torna-se um aliado dos espaços operários no início do século.

Contudo, o esporte não pode ser visto apenas como uma maneira de entretenimento dos trabalhadores em suas horas vagas. Estes, a partir de seus espaços tencionam e ressignificam o esporte e abrem oportunidades de galgarem novos espaços dentro da sociedade.

“O crescimento do futebol operário permitiu que muitos alcançassem o acesso aos campeonatos e ligas então monopolizados pelas elites ou ainda, especialmente após

a profissionalização, no fornecimento de jogadores para times maiores”. (STÉDILE, 2011, p. 64).

Assim, o Grêmio Sportivo Força e Luz, clube fundado pelos funcionários das empresas Carris e da CEERG se insere neste contexto. A década de 1920 presenciou um crescimento demográfico impulsionado pelas obras públicas, estas, por sua vez, acarretaram o crescimento da empresa de transportes e da implantação da energia elétrica na cidade. Filha desta dupla, a agremiação Força e Luz acompanhou o desenvolvimento de Porto Alegre oportunizando um espaço para a sociabilidade fabril durante aquele período.

Desta maneira, durante o Campeonato Farroupilha nota-se pelas matérias do jornal *A Federação*, em sua cobertura do certame, um espaço de visibilidade para os funcionários/jogadores da empresa. Importante espaço de ressignificação e crescimento social, o futebol avançava fora e dentro dos gramados para comunidades deixadas marginalmente nos primeiros anos do esporte.



A Federação – Ano LII, Porto Alegre, 17 de agosto de 1935, nº 62, folha 5.

Trabalhadores, negros, os “nacionais” ganhavam destaque e espaço de visibilidade num jornal preponderante da elite da cidade com a prática do futebol. Não que esta visibilidade não viesse carregada de signos que menosprezassem o clube e seus jogadores. Muitas vezes retratado por um clube “inferior” institucionalmente, entretanto, como membro participante do torneio sua presença tencionava aos outros clubes e suas distintas sociabilidades, entre os jogadores de destaque e os da periferia.



Grêmio Sportivo Força e Luz, ano de 1935, disponível em:
<http://cacellain.com.br/blog/?p=118048>

Conclusão

Neste contexto, os imigrantes alemães eram majoritários, nesses clubes. Entretanto, os espanhóis e os italianos também compunham as fileiras dos sócios e praticantes do esporte em meados do século XX. Para além dos imigrantes havia ainda na cidade um clube formado por operários “majoritariamente nacional”. O ingresso de empresas e de seus operários, assim como das classes mais pobres ao esporte, marcava o início da mudança que culminaria com o fim do futebol amador, ao mesmo tempo em que popularizava a sua prática transformando a fotografia social e étnica da então atividade futebolística.

Importante que ressaltemos, o quanto é complicado definir categorias para estes grupos nas associações esportivas, pois, elas não eram estanques. Ao contrário seu dinamismo, mesmo que dentro de um recorte determinado também é perceptível. Contudo, procuramos apontar os espaços esportivos como aglomeradores de sociabilidades que por vezes se juntavam, noutras, eram repelidas. Os movimentos de deslocamento de grupos identitários como os alemães e italianos, impulsionados pelo crescimento econômico da

capital gaúcha. O pós-abolição e a participação da população africana na conformação da cidade no início do século XX.

Deslocando-se gradual ou em massa, esses grupos participaram de um fluxo que contribuiu para o avanço de Porto Alegre nos anos trinta. As agremiações como espaços de uma sociabilidade proporcionavam o diálogo e a ressignificação destes novos grupos dentro do espaço citadino.

Aqui compreendemos o futebol como um auxílio na construção de um mapa sócio demográfico dos anos trinta em Porto Alegre. Tanto praticantes quanto sócios ou torcedores, a máquina cultural do esporte atingia-os, claro que com um olhar mais atento, podemos dizer que cada grupo ou clube o redefiniu à sua maneira. Dessa forma, ao jogarmos luzes ao Campeonato Farroupilha de 1935, notemos que este vai ser um dos últimos momentos do futebol amador na cidade, pouco a pouco, as principais instituições sofreriam pressões e essa conformidade de grupos identitários não resistiriam as ações internas e externas do próprio esporte.

Por ações únicas, lampejos de um craque, ou por necessidades de reforçar seus plantéis enfraquecidos, os grandes clubes da capital começam a buscar gradualmente os destaques das outras agremiações. Assim, o quadro social anterior perderia força, e o poder monetário concentrado nestas instituições favoreceriam seus voos maiores. Por outro lado, as agremiações que se encontravam nos espaços da sociedade de bairros, escolas e empresas, “garimpadas” pelos outros clubes, iam se encolhendo ao ponto de irem para o amadorismo ou fecharem suas portas.

Referências

ALABARCES, Pablo. **Fútbol y Patria**. 4 ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 2 reimpressão. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CORDEIRO, Graça Índias. Territórios e identidade: sobre escalas de organização sócio espacial num bairro de Lisboa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 28, 2001.

DIAS, Cleber. **Esportes nos confins da civilização: Mato Grosso, 1920-1930**. Topoi, Rio de Janeiro, v.18, n. 34, p. 66-90, jan/abr. 2017.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudo do PPG em História da UFRGS**, Porto Alegre, n. 13, p. 19-29, 1995.

MULLER, Dalila. **“Feliz a População que Tantas Diversões e Comodidades Goza”**: Espaços de Sociabilidade em Pelotas (1840-1870). Tese de Doutorado, PPGH – UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

SOARES, Ricardo Santos. **O Foot-Ball de Todos: uma história social do futebol em Porto Alegre, 1903-1918**. Dissertação de mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 2014.

STÉDILE, Miguel Enrique Almeida. **Da Fábrica À Várzea: clubes de futebol operário em Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA COLÔNIA ERECHIM: O IMIGRANTE ITALIANO NA OBRA SÃO GENARO

Isabel Rosa Gritti⁶⁴⁰

A região hoje polarizada por Erechim, foi criada em 1908 e emancipada em 1918, portanto, centenária na sua oficialização. Aqui residiam os indígenas e os chamados caboclos ou nacionais. Com a criação da Colônia Erechim, instalaram-se aqui através da compra de lotes, imigrantes europeus e imigrantes vindos das colônias velhas, ou terras velhas, como eles mesmos definiam. A multiplicidade étnica, e cultural é característica marcante do território da então Colônia Erechim. Aqui estabeleceram-se italianos, alemães, poloneses, judeus, franceses, russos, e muitos outros grupos étnicos, ainda que numericamente menores.

Na busca pela sobrevivência estabeleceram relações econômicas, culturais, políticas, sociais, que se solidificaram ao longo do tempo. Relações harmoniosas e relações conflituosas marcadas pela estigmatização e pelo preconceito. Dentre os grupos imigratórios europeus, os italianos, alemães e poloneses figuram entre os numericamente superiores. Mesmo com uma população significativa, o grupo étnico polonês, exceto os negros e indígenas, foi o mais estigmatizado. Italianos e alemães foram considerados culturalmente superiores. Apesar de superior numericamente e culturalmente, o escritor erechinense Paulo Dias Fernandes na obra São Genaro nos mostra um comportamento e uma vivência nem sempre condizente com uma imagem positiva criada em torno deste grupo étnico. Analisar a relação dos imigrantes italianos na obra acima citada, com os demais grupos étnicos presentes na Colônia Erechim, é o objetivo deste trabalho.

A OBRA LITERÁRIA E A HISTÓRIA

Entre as várias fontes utilizadas pelo historiador, a obra literária se torna cada vez mais recorrente. E, como as demais fontes ela requer uma análise e um cuidado metodológico rigoroso, pois, sendo a literatura um bem cultural é passível de análise de determinado

⁶⁴⁰ Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Campus Erechim. Doutora em História – PUCRS. Email: isabel.gritti@uffs.edu.br

período histórico uma vez que seus autores pertencem a este contexto, e, portadores de uma cultura exposta em suas produções ou criações, Borges, nos diz que:

No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos [...] e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico. A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural, e, também, constituinte deste. (BORGES, 2010, p. 98).

A leitura da obra literária enquanto documento de compreensão de uma determinada época ou de respostas às interrogações do presente, requer a contextualização da produção da mesma o que possibilitará identificar elementos do contexto histórico, independente de seus personagens serem fictícios ou reais. A historiadora Sandra Pesavento afirma que:

A sintonia fina de uma época fornecendo uma leitura de presente da escrita, pode ser encontrada em um Balzac ou em um Machado, sem que nos preocupemos com o fato de Capitu ou do tio Gonot e de Eugène de Rastignac terem existido ou não. Existiram enquanto possibilidades, como perfis que retraçam sensibilidades. Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. (PESAVENTO, 2006, p. 2-3).

Enquanto produto cultural, a obra literária nos apresenta uma leitura de mundo, expressa através de seus personagens que se movimentam em um determinado espaço histórico e possibilita que se compreendam elementos que através da leitura de outras fontes não se tornariam perceptíveis. É uma narrativa, e enquanto tal tem suas especificidades e responde as questões e indagações do historiador enquanto documento de análise.

O CENÁRIO DE SÃO GENARO

O cenário da Obra São Genaro, discutida por mim neste texto, destacando o imaginário em torno do imigrante italiano, tem como contexto histórico a cidade de Erechim, localizada no norte do Estado do Rio Grande do Sul. Erechim polariza vários municípios pequenos e que surgem do desmembramento do então grande Erechim, (vejam o mapa abaixo) ou da Colônia Erechim que fora criada em 1908.

Quando os imigrantes europeus chegam à Colônia Erechim, já estão presentes neste território os indígenas e os chamados caboclos. Grupos estes que vão disputar com os demais a posse da terra. Estas diferentes culturas passam a conviver cotidianamente no processo de construção da sobrevivência. Nessa convivência, criam-se relações sociais, econômicas, políticas, culturais, ideológicas e afetivas que gradativamente, se consolidam e se propalam. Também é particularmente interessante destacar que no território correspondente a Colônia Erechim, se fazem presentes dois agentes colonizadores, quais sejam: o Estado, através da colonização oficial, e a presença das Companhias Colonizadoras, promotoras da colonização privada, no caso a ação da Jewish Colonization Association, responsável pela imigração e colonização judaica na região e da Companhia Colonizadora Luce e Rosa. GRITTI, 2004.

Atualmente Erechim ostenta o título de Capital da Amizade, segundo seus defensores, deve-se ao fato da inexistência de relações conflituosas e desarmônicas no processo inicial da constituição da Colônia Erechim, e da continuidade dessas relações na atualidade. O estudo por nós realizado sobre a imigração polonesa no Rio Grande do Sul, nos permite discordar de tal afirmativa. No caso específico da Colônia Erechim os imigrantes poloneses e seus descendentes foram vítimas de preconceito, assim como os negros, os comunistas e outros grupos. Este preconceito se enraizou e se propalou no tempo e no espaço e das mais diferentes formas. O estudo dos processos-crime confirmam isso.

É através de um deles que no ano de 1973 o juiz de direito da comarca de Erechim nos diz que o racismo existe e que atinge particularmente dois grupos: os negros e os poloneses. Quando do julgamento de I.D.S. e M.C.F. acusadas de agredirem com foices E. F. por ter chamado M.C.F. de “nega cativa”, sentencia que: [...] Esta, por certo, decorreu de provocações da vítima, mormente se considerando o racismo imperante em zona de colonização italiana, que se expressa no refrão muito comum nesta zona: “Dai ai polachi, copari ai negri.” (bater nos polacos, matar os negros). (GRITTI, 2004, p.187-188).

A vasta literatura produzida sobre a imigração, europeia ou não, mostra que a mesma foi sempre discutida, contestada, colocada em dúvida em nome de um sentimento nacionalista que pregava a defesa do trabalhador nacional. E, mesmo entre os grupos imigratórios, uns são mais desejáveis que outros. Veja-se a avaliação feita em 1907 pelo chefe da Comissão de Terras de Jaguari, Severiano de Sousa e Almeida. No relatório apresentado à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas referentes aos trabalhos executados no período de 1891 a 1907, lê-se:

Imigrantes: Este é um assunto dos mais relevantes para um Estado como o do Rio Grande do Sul. Somente agora, que são passados tantos anos de serviço de colonização, é que se pode com segurança dizer qual o imigrante preferível para as nossas colônias. Dura experiência essa, adquirida à força de continuados ensaios dispendiosos por conta dos Governos e ingentes sacrifícios das direções coloniais, para conter e encaminhar no trabalho do solo, raças de tantas procedências, hábitos e aspirações. Tem sido experimentadas e aconselhadas, nestes muitos anos que se passaram, diversas imigrações, chegando-se a apontar como vantajosa a japonesa, a chinesa, e também a portuguesa, a israelita, etc.

A respeito dos suecos, espanhóis, franceses, austríacos e polacos, pode-se dizer que são bons colonos pela experiência que tenho adquirido como chefe desta Comissão; mas precisando melhor as minhas observações atinentes a este melindroso assunto, não tenho dúvida alguma em apontar como excelente imigração a húngara, a italiana e a alemã. São colonos, tanto aqueles como estes, muito trabalhadores, ordeiros e econômicos. O colono húngaro é menos empreendedor, porém mais conformado e menos exigente; o italiano liga muita importância à sua propriedade e apresenta dotes essenciais para as indústrias e o comércio, assim como o colono alemão. Qualquer uma dessas imigrações estabelecidas em terrenos próprios, pode-se contar certo que dará ótimos resultados sob todos os pontos de vista.

É importante destacar que Severiano de Sousa e Almeida dirigiu as Comissões de Terras de Jaguari/RS e Erechim/RS, onde os problemas ligados ao assentamento dos imigrantes foi praticamente inexistente, se comparado aos demais núcleos coloniais do Estado e particularmente, os núcleos em que houve o predomínio de assentamento de imigrantes poloneses. Estes reagiram mais violentamente que os demais frente às condições que lhes eram oferecidas aqui em território gaúcho. Também importante destacar que as Colônias de Jaguari e Erechim estão entre as últimas criadas pelo Estado, e no caso de Erechim, totalmente planejada.

Todos os grupos imigratórios manifestaram seu descontentamento frente às dificuldades enfrentadas nos momentos iniciais de assentamento nos núcleos coloniais. Rebelavam-se quando as terras que deviam cultivar eram de má qualidade, quando do pagamento de serviços prestados e, além disso, segundo Emílio Willems

Elementos qualificados como criminosos, vagabundos, mendigos, desertores, prostitutas, débeis mentais, etc. figuravam, como já vimos, em quase todas as empresas de colonização. Por um processo de peneiramento interno, organizado ou difuso, os indivíduos imprestáveis eram eliminados. Pelo menos esta era a regra e não há prova de que um sistema todo tivesse abortado devido à influência de tais elementos. (WILLEMS, IN;GRITTI,2004, p. 103).

A manifestação de preconceito independe da situação social ou cultural do indivíduo. É o que podemos observar pela leitura dos processos-crime referentes a região da antiga Colônia

Erechim. Nos exemplos acima citados estão envolvidos indivíduos social e culturalmente pertencentes às camadas mais elevadas da estrutura social, como é o caso dos advogados e dos juizes.

Conflitos e hostilidades nas sociedades e entre as sociedades estão sempre presentes, da mesma forma que forças que impulsionam a coesão e as relações pacíficas. Em *Identidade e Etnia*, Carlos Rodrigues Brandão diz que o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou. O outro é um diferente e por isso atrai e atemoriza. É preciso domá-lo e, depois, é preciso domar no espírito do dominador o seu fantasma: traduzi-lo, explica-lo, ou seja, reduzi-lo, enquanto realidade viva, ao poder da realidade eficaz dos símbolos e valores de quem pode dizer quem são as pessoas e o que valem, umas diante das outras, umas através das outras. Para Brandão, o outro precisa ser decifrado para que os lados mais difíceis do meu mundo, da minha cultura, sejam traduzidos através dele, de seu mundo, e de sua cultura. Quando o outro reflete a minha imagem espelhada, é ali onde às vezes eu melhor me vejo. “Através do que ele afirma e torna claro em mim, na diferença que há entre ele e eu.” (BRANDÃO, 1986, p. 8).

O exemplo a seguir, demonstra que os Comunistas também foram vítimas de preconceito na Colônia Erechim, como de resto em todo o Brasil. Em 15 de novembro de 1936, o sub -delegado e sub -prefeito de José Bonifácio-(um dos nomes do atual município de Erechim), foi baleado por W. P. No volumoso processo, concluem, que o réu assim agira movido pelo desejo de vingança, uma vez que, o sub -prefeito e sub -delegado fora responsável pelo” desarmamento do mesmo e conduzido pelo meio da rua por uma escolta, sendo taxado de comunista, preso e remetido a capital do Estado, como comunista, prisão esta que W.P. julga injusta.”GRITTI,2004,p 194

Maria Luiza Tucci Carneiro, nos diz que

Falsos argumentos étnicos ou religiosos passam a ser adotados como signos, permitindo distinguir os indivíduos ou os grupos entre si. Dessa forma passam a existir, de um lado, os ‘limpos de sangue’, os pertencentes a uma raça pura, superior e inteligente, e, de outro, os ‘ infectos’, os párias, membros de uma raça inferior. Esses signos compõem a ordem simbólica estipulada pelo grupo dominante, que, para manter sua posição privilegiada, organiza toda estrutura legal e social, manipulando leis e convenções, além de controlar os meios de propaganda e comunicação. (CARNEIRO, 1988, p. 19).

O IMIGRANTE ITALIANO NA OBRA SÃO GENARO

A obra São Genaro foi publicada pela editora de Erechim, EDELBRA, ainda quando da construção da atual igreja matriz, isto é, no final dos anos 1970. Seu autor é médico, atualmente com mais de 80 anos. Publicou vários romances, contos e literatura infantil. A temática principal do romance é a demolição em 1969 da igreja matriz construída em estilo barroco pelos primeiros imigrantes instalados na Colônia Erechim. Demolição decidida pela diretoria da Matriz com apoio do pároco e do bispo, ancorados num plebiscito considerado muito estranho. A estudante de História Ana Paula Prilla Molozzi em seu Trabalho de Conclusão de Curso, realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Erechim, no ano de 2017, nos diz:

Visto todos perguntarem se a igreja nova seria construída ou não, juntamente com a Diretoria da paróquia foi resolvido lançar um inquérito e assim foi feito. Foram distribuídos milhares de folhetos com esta pergunta: “O Sr. está de acordo (de) que seja construída uma nova igreja no local da atual igreja São José? Sim ou não?” Quatrocentas pessoas apenas responderam e destas quatrocentas uma se declarava contra, pedindo mesmo não fosse demolida a atual igreja matriz outros três embora não se manifestassem ser contra uma nova construção lamentavam a demolição da atual igreja. Numa reunião da diretoria foi conferido o resultado do inquérito e diante da esmagadora maioria que se manifestou a favor da construção de uma nova igreja foi resolvido que se começaria tomar as primeiras providencias para isso. MOLOZZI,2017,p49

Continua Ana Paula:

De acordo com esse registro “foram distribuídos milhares de folhetos”, mas apenas cerca de quatrocentas pessoas se manifestaram. As circunstâncias em que foi realizado o dito plebiscito parecem ser confusas, pois foi algo que veio a ter evidência no momento da divulgação do resultado. No entanto, durante o processo de votação e apuração dos votos, esse evento ficou condicionado ao conhecimento de uma minoria. Dona Gelcy Munaretto (2017) em entrevista concedida a Ana Paula Molozzi expressa suas dúvidas sobre o fato, relatando que:

Houve uma eleição, um plebiscito, que seria assim, quem vencida era aquele que teria mais votos. Consta que teve mais votos para demolição, eu particularmente não acredito, porque é impossível que as pessoas fossem votar em botar abaixo aquela maravilha que nós tínhamos aí. Mas... Aconteceu. [...] Não participei, não sei, não votei, morava na mesma quadra da Igreja e nunca chegou às nossas mãos alguma coisa para se votar, nada. Não participamos absolutamente de NADA. E nessas alturas venceu e foi desmanchada a Igreja e fizeram esta Catedral [...] Só foi anunciado em uma missa lá na frente no altar, se não me engano foi o Plínio Totta que fez apresentação dizendo que tinha vencido para demolição da Igreja. MOLOZZI,2017,p49



Igreja Matriz Demolida em 1969.

Fonte:Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font –Erechim

Embora o objetivo de meu trabalho não seja discutir a demolição/construção da Igreja Matriz, uma breve contextualização da discussão em torno da mesma faz-se necessária porque os personagens italianos de que tratarei no texto, estão envolvidos na polêmica da demolição/construção.

Aspecto interessante a destacar em relação a obra São Genaro é a característica de gananciosos, desleais economicamente e preconceituosos que o autor nos apresenta de seus personagens – fictícios, é claro, dos imigrantes italianos, o que não corresponde a concepção dominante construída na grande Erechim e no Estado do Rio Grande do Sul. É o que mostro na breve discussão sobre o cenário da obra, e através de meus estudos discutindo as relações interétnicas na Colônia Erechim. Italianos e alemães seriam superiores aos demais grupos étnicos.

Os personagens centrais do romance são Camilo Mignoni dono de serraria e ervateiro e Giacomo Romani dono de loja e moinho e suas respectivas famílias. O engenheiro Donato idealizador do projeto da nova igreja, e vindo de fora em busca de mercado, também está presente na obra. Ele e Giacomo são os grandes articuladores e integrantes da comissão de construção da nova igreja. Os Romanni e os Mignoni mantêm uma relação de distanciamento.

O controverso plebiscito está descrito da seguinte forma por Paulo Dias Fernandes:

“Antes da hora marcada os Mignoni já estavam no salão paroquial, á espera da reunião. [...] Pouco depois das vinte horas, padre Vincenzo falou dizendo o motivo daquela reunião, discorreu sobre a comissão escolhida que já trabalhava, convidou para tomar parte na mesa a dita comissão. Chamou também o prefeito, este deveria dirigir a votação. Antes disso o sacerdote deu a palavra ao engenheiro Donato, este discorreu sobre os planos e fez entrar no recinto a maquete, a qual foi colocada na frente da mesa sobre uma mesa auxiliar. Houve perplexidade entre os que olhavam a igreja, sem entenderem a construção. Foi dado oportunidade para perguntas e foram inúmeras, alguns de modo insistente desejavam saber porque não se construía neste ou naquele lugar, outros tomavam a defesa do templo atual. Padre Vincenzo começou a ficar irritado para gáudio de Camilo que confiava na autoridade do religioso. Então Vincenzo levantou e propôs que levada a efeito de votação, quem estivesse de acordo que permanecesse sentado. Um grupo de rapazes levantou, com isso mais uns adultos também se puseram de pé, no total eram em número ínfimo comparando a lotação da sala. Os estudantes retiraram-se durante a contagem do número dos votos. Em nome da Comissão falou Primo, dizendo que a campanha estava iniciada, esperava um trabalho de todos, para a glória de Deus e da igreja, e para orgulho de São Genaro. Foi saudado de pé com uma salva de palmas.” (FERNANDES, s/d, p.148).

Os objetivos e interesses escusos quanto á demolição/construção também estão presentes no romance:

Camilo, apesar da afirmativa do cunhado, este acentuava que teriam absoluta maioria na votação à noite, sentia uma réstea de temor. [...] Pensava:

A construção será um empreendimento fundamental, dará serviço a muita gente. Ninguém pode queixar-se, todos hão de participar com seu quinhão de interesse, material de construção, tintas, madeirame, vidros, todo o comércio da cidade há de lucrar com a nova igreja, independente de partido político para não haver críticas, e isso fora uma ideia dele. Só não entrariam no negócio os protestantes, afinal também seria demais, a participação deveria ser entre os membros da Santa Madre igreja. O Senhor não impede que haja lucro nas coisas espirituais, desde que o fim seja a sua glória. Era também justo que aqueles que trabalham, empregam capital, sejam os primeiros a lucrar.” (FERNANDES, s/d, p. 147).

Além da deslealdade no plebiscito e na escolha da Comissão responsável pela construção da nova igreja, tanto os Romani, como os Mignoni os poderosos empresários de

São Genaro estão envolvidos em falcatruas com o objetivo de tirarem proveito econômico. Os Mignoni incendiando por duas vezes a serraria para receberem seguro e os Romani contrabandeando trigo. Fernandes, assim descreve:

Na porta do café, Galileu contemplava o movimento, procurava um conhecido, sentiu a mão de alguém tocar-lhe o ombro.

-Guri bom está aqui – disse o que chegara, o engenheiro Donato.

Donato, desde que se formara, se estabelecera em São Genaro, solteiro, já na casa dos trinta, folgazão, era companheiro nas festas noturnas, jogava pesado no clube Palestra. Os dois se encaminharam para um reservado.

- Então incendiou a serraria? – iniciou Donato.

Galileu fez que sim com a cabeça.

- Pela segunda vez, não?

- É.

-Estava no seguro, naturalmente?

- Estava.

-Bom seguro?

-Não sei.

- Devia. Teu pai não se descuida.

A última frase do engenheiro soube a Galileu como um chasque. Ele já estava preparado para essas coisas, sabia o que pensavam e comentavam na cidade. FERNANDES,s/d, p. 15.

No comércio dos Romani o ambiente também era de preocupação com a apreensão do trigo vindo da Argentina.

[...] –São uns ordinários – Giácomo, voltado para Ângelo. – Ordinários é o que eles são – tornou a afirmar.

Ângelo aproximou-se a fim de saber o motivo da quizila do irmão, este com um telegrama na mão, olhar exoftálmico, abominava tudo ao redor de si.

- O trigo – sacudia o telegrama ostensivo na mão – o trigo que compramos da Argentina não vem mais. Aqui está o telegrama avisando, é um telegrama cifrado mas parece que prenderam os trens que conduziam o trigo.

Ângelo tomou a mensagem nas mãos, leu e devolveu ao irmão sem dizer nada. Nesse momento chegou até eles Benito.

Giácomo fez apenas entregar o telegrama ao filho que o recebeu com paciência, considerou o papel pardo na mão, olhou para o pai sem falar.

- Não temos o que fazer-aduziu Ângelo.

- Mas então vamos aceitar impotentes? Giácomo, fazendo gestos largos com os braços.

- O caso é que o trigo foi preso, não podemos reclamar – agora era Benito que opinava.

- Mas e o prejuízo que vamos ter! – Giácomo, inconformado.

- Pai, era um contrabando! Essa é que é a realidade, por isso temos que arcar com as consequências. (FERNANDES,s/d, p. 61).

Além da apreensão do trigo, os Romani tinham outra preocupação. A escrita da firma que muito brevemente seria conferida pela fazenda estadual.

Já era bem escuro quando Giácomo veio sentar-se à mesa com a mulher e Ângelo, os demais saíram para o cinema. O silêncio era pesado, cada um pensava por si, só os pratos e talheres faziam barulho.

- O jornal anuncia que vão intensificar a fiscalização – disse por fim Ângelo. – Volantes da Fazenda vão percorrer o interior.

[...] –Vamos ter de dar uma verificada na escrita da firma esta semana – Ângelo.

- Benito pode fazer isso – Giácomo respondeu sério.

- Acho que devemos dar mais atenção a esse problema. – Ângelo olhou o irmão com gravidade. – Benito deve ter alguém para auxiliá-lo, temos pouco tempo. (FERNANDES,s/d, p. 121).

Como se não bastasse a deslealdade e a desonestidade, os representantes da elite de São Genaro, são também preconceituosos. Assim como com a deslealdade e a desonestidade são várias as passagens no romance que demonstram isso.

Galileu filho de Camilo Mignoni era responsável pela administração da ervateira. E apaixonou-se por Júlia trabalhadora da ervateira. Júlia sofre preconceito de classe, e de moral por parte da família Mignoni.

[...] – Mano – esse era o tratamento que ele usava para Galileu quando pequenos – andastes te encontrando com uma empregada da ervateira? – Primo esperava uma reação mais ou menos violenta do irmão.

- O que interessa isso? – Galileu, disciplente.

- Bem é que falam que andaste saindo com a tal fulana, até mesmo mais que isso.

[...] Isso só interessa a mim!

- Não é bem assim! Isso reflete em todos nós, afinal tu é um Mignoni e ela uma simples empregada da firma. (FERNANDES, s/d,p. 78).

A ideia de que ricos não casam com pobres é fortemente marcante na obra. E isso atinge os integrantes das duas classes sociais. O diálogo citado abaixo entre mãe e filha é revelador.

[...] – E agora perguntou a mãe depois de um certo tempo em silêncio.

-Mãe ... não se preocupe comigo.

-Como não? Afinal trata-se de minha filha.

-Eu sabia o que estava fazendo.

-Sabia?

- Mãe eu quero muito esse rapaz.

- E isso é o bastante para entregar-se a ele?

Júlia ficou sem resposta com a pergunta que ela também se fazia.

- Nós vamos resolver a nossa vida, eu e ele.

- Não espera isso nunca. Só tu vais resolver tua vida. Esse rapaz já tem a vida resolvida, ele pertence a outro mundo, não se pode contar com ele.

- Sabes, minha filha, que moça só se perde uma vez?

[...] – teu pai quer falar contigo – disse Beluxa.

[...] - Não quero que isso se repita – disse Messindo encarando a rapariga. – Entenda que não quero que fale mais com esse moço. Amanhã deixa a ervateira, vou te encontrar outro emprego. Ele deu uma tragada, afogou-se com a fumaça e após o acesso de tosse recomeçou para a filha que permanecia calada. –Sou pobre mas não aceito falta de respeito no meu rancho – ele apontou com o indicador. –Se tua mãe tivesse me avisado no início desses encontros não teria chegado a tal sem-vergonhice- acrescentou excitado. (FERNANDES,s/d, p. 109).

O preconceito e conseqüentemente a não aceitação do namoro de Galileu com Júlia, está retratado no diálogo entre o pai Camilo Mignoni e Primo Mignoni, um irmão de Galileu Mignoni. No escritório da casa dos Mignoni, logo após o almoço enquanto tomavam um café, os dois conversavam:

[...]

- Mais uma coisa – Primo firmou os olhos no pai – ele colocou Júlia a trabalhar com ele no escritório.

- Júlia?

- A tal gurria da ervateira.

- A rameirinha?

Primo fez que sim com a cabeça e depois prosseguiu:

- E olhe, papai, penso que devemos deixar como ele quer ou vamos perder esse rapaz.

Camilo passou as mãos no cabelo, não disse nada.

- Vamos deixar Galileu à vontade, ele está mesmo apaixonado pela moça – prosseguiu Primo.- Será pior interferirmos.
 - Seja o que Deus quiser! – o velho falou, depois voltando-se para o filho: -E tua mãe? O que vai ser dela?
 - Pai, acho mais fácil contornarmos o caso da mãe do que dobrarmos Galileu.
- Depois de um tempo Camilo voltou:
- Será que teu irmão pretende casar com essa chininha?
 - Até pode ser, mas acredito que ele vai viver com ela por enquanto.
 - Vai terminar engravidando a guria.
 - É um risco.
 - Risco? Certeza. É o meio de ela segurar o filho do patrão – o velho tornava a ficar incomodado. – Então não conheço essa gatinha?
 - Pai, me permite repetir que acho melhor ir aceitando nosso rapaz e suas decisões sem esbravejar. Quem vai viver com ela é ele, não somos nós.
 - Mas é meu sangue, trabalhei a vida inteira para dar conforto a vocês, agora me enfiam uma rameira dentro da família e tenho de engolir?
- Os dois ficaram em silêncio algum tempo.
- Não esqueça disso que estou lhe dizendo, pai – falou Primo saindo para a rua enquanto o pai ficava sem responder.
- Primo estava convencido de que Galileu estava certo. Admitira isso nos últimos dias observando o irmão, vendo que este tinha convicção dentro de si. Pouca gente tem coragem de assumir a própria vida, desejos, ludibriar as ambições, tornar-se livre. Era difícil, até mesmo impossível manusear Galileu, isso que antes irritava Primo, agora era motivo até mesmo de admiração. O irmão vencida na vida pela rebeldia. Ele, Primo, não tinha ousadia para discordar do pai, o que Galileu com menos idade e instrução decidira fazer. Outro lado que Primo começou a valorizar no irmão foi por este haver varrido de si os preconceitos e o servilismo, estratificando a curta existência sem pedantismo ou pieguice. Galileu nascera com o signo da audácia apontado para o caminho da frente.
(FERNANDES,s/d, p.187).

Diante de toda resistência, sofrida Galileu e Júlia, acabam se acomodando provisoriamente na casa da madrinha de Júlia, enquanto buscam por um local. Local este que agora poderá ser deles, uma vez que tem direito ao patrimônio paterno construído com sua ajuda.

O diálogo que encerra a obra é esperançoso e feliz.

[...]

- Primo me disse que papai quer falar comigo, quer que eu vá até lá em casa. Creio que tudo vai dar certo, o empecilho tem sido mamãe, como sabes.
- Não achas cedo pra falar em casamento?
- Por quê? Quando vier um filho é melhor estarmos com a situação legalizada.
- Júlia ficou olhando o perfil do marido que espiava pela janela, ela não disse nada, mas sentia o mundo crescer dentro dela. (FERNANDES,s/d, p. 199-200).

CONCLUINDO

A obra São Genaro é contemporânea da construção/demolição da igreja. E como toda produção cultural ela nos apresenta uma leitura de mundo, através de seus personagens, que atuam em um determinado contexto, e nos falam dele. Elemento de destaque na obra é a imagem pouco positiva dos imigrantes italianos, da elite da cidade envolvidos na demolição/construção da igreja e personagens principais da obra literária. Destaco esse aspecto porque nas pesquisas que realizo sobre as relações interétnicas na Colônia Erechim, a imagem do imigrante e descendente italiano e alemão é positiva. Os demais grupos étnicos são inferiorizados. Aspecto importante para ser analisado e discutido mais detalhadamente nos traz a obra São Genaro.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e Etnia: Construção da Pessoa e Resistência Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas consd. Goiás: Revista de Teoria da História, Ano!, n.3, junho 2010.
- CARNEIRO, Maria Luiza. Preconceito Racial: Portugal e Brasil- Colônia. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- FERNANDES, Paulo Dias. São Genaro. Erechim, EDELBRA, s/d.
- GRITTI, Isabel Rosa. Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito. Porto Alegre, Martins Livreiro, 2004.
- MOLOZZI, Ana Paula. A “DANAÇÃO” da CULTURA EDIFICADA: A Demolição da Igreja Matriz de Erechim. Trabalho de Conclusão de Curso, Erechim, UFFS, 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova história, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.reuves.org/index1560.html>.

DE BANGLADESH AO SUL DO BRASIL: DIMENSÕES DA IMIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

João Carlos Tedesco

Prof. do PPGH/UPF

Alex Antônio Vanin

Historiador – bolsista capes

Introdução

O Brasil, nas últimas décadas, vem demonstrando ser um país emergente nesse campo imigratório contemporâneo em razão de seu amplo território, de pretensões de fazer parte em instâncias políticas de representação internacional, de sua expressão econômica, etc. Segundo dados disponíveis, em 2017, havia mais de um milhão de imigrantes legalizados no país, grande parte era da América Latina. O governo havia concedido o status de refúgio para em torno de 10 mil, numa demanda de mais de 90 mil. Desde o início do século XXI, entraram no país em torno de 80 mil haitianos; 8 mil africanos (em particular senegaleses e angolanos), mais de 4 mil bengalis, 4 mil chineses. Em 2017, houve uma entrada de mais de 20 mil venezuelanos.⁶⁴¹ No Rio Grande do Sul, havia, em 2017, em torno de 22 mil novos imigrantes, os quais chegaram pós-2012: aproximadamente 7 mil haitianos, 6 mil africanos, 1,3 mil bengalis; são imigrantes que estão distribuídos nas regiões, alguns mais concentrados em São Paulo como é o caso dos bolivianos, equatorianos e algumas nacionalidades africanas, porém, tendo o Rio Grande do Sul e Santa Catarina como cenários também de grande inserção.⁶⁴²

Em contrapartida, o país registrou uma grande emigração de brasileiros nos últimos cinco anos: para o Japão, mais de 30 mil, para Portugal em torno de 20 mil e Canadá mais de 10 mil. É importante frisar que os dados são imprecisos em razão da falta de instrumentos efetivos de registros, muitos saíram e retornaram, outros se deslocam por amplas fronteiras do país, tanto para entrar, quanto para sair, sem um maior controle e registro.⁶⁴³

⁶⁴¹ Informações obtidas junto ao site do NIEM_RJ – UFRJ. É um site que divulga informações, análises e dados atualizados sobre imigração de uma forma geral no mundo e, em particular, no Brasil. Acesso em 22 de julho de 2018.

⁶⁴² Idem.

⁶⁴³ Cf. Site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – dados sobre a emigração de brasileiros. Acesso em

Para além dos números e dos limites de registros e estatísticas, as migrações internacionais recentes para o Brasil vêm se tornando pauta de muitas manchetes midiáticas (jornais e televisão), polêmicas, discussões acadêmicas, jurídicas e políticas, manifestações sociais em torno de múltiplas questões. Em razão disso tudo, após muitas discussões, viabilizou-se a constituição de uma nova legislação imigratória, que é criticada por alguns grupos e defendidas por outros. Nesse sentido, há ainda múltiplos processos de adaptação e regulamentação. Porém, não há dúvida, de que a imigração se tornou um tema premente, presente em múltiplas esferas da sociedade.

Na realidade, a imigração no Brasil tornou-se um fato social de expressão e passou a demandar informações, conhecimentos, opiniões e tomada de posição da população; quantidade de fluxos, origem étnica de imigrantes, nacionalidades, formas de deslocamentos, legislações, causalidades e consequências, as filiações religiosas, dentre outros aspectos, estiveram e continuam estando na centralidade desse fenômeno. São migrações que se diferem, em alguns âmbitos, das mais antigas e que marcaram a história e a ocupação do território brasileiro do século XIX até meados do século XX. Em quase toda a história de imigração no Brasil, o horizonte laboral esteve no centro das intenções dos sujeitos que a dinamizam, porém, não se desvincula de outros horizontes, em particular do religioso e do familiar.

Além de uma série de diferenciações do fenômeno contemporâneo das imigrações, há cenários expressivos de uma dinâmica do sul-sul do mundo que está viabilizando grandes fluxos. Nesse sentido, países em desenvolvimento também estão absorvendo contingentes migratórios internacionais, fato que não é mais exclusividade de países ricos, com grande concentração de capitais. Não se pode mais olhar as mobilidades de pessoas de um país para outro sem ter presente o cenário de origem, as causalidades e as situações que as norteiam. Emigração e imigração são dois fenômenos interligados (SAYAD, 2008; MARTES; SOARES, 2006). Horizontes amplos se conectam, instituições e campos variados do conhecimento se inserem na temática (MEIHY; BELLINO, 2008).

O fluxo migratório contemporâneo no Brasil continua a encontrar nichos de trabalho de intensa aplicação de esforço físico e insalubre, formas precárias de remuneração, processos restritivos de mobilidade social e de performance cidadã. Imigrantes e empregadores buscam, a partir de seus interesses, aglutinar processos relacionais que se condensam no universo do trabalho (HERÉDIA; TEDESCO, 2015). Grande parte dos imigrantes bengalis, objeto de nosso singelo estudo, adentra para horizontes de trabalho de intensa insalubridade, em particular, em frigoríficos de Passo Fundo e região centro-norte do Rio Grande do Sul e Sudoeste do Paraná, alguns setores,

como é o caso, em particular, das atividades halal, os trabalhadores necessitam descansar uma hora para cada hora trabalhada, em razão da intensa manualidade, esforço físico e repetição de movimentos.

No nosso caso de análise, que são os bengalis, a imigração vem se processando por indivíduos isolados e não de famílias inteiras; essas continuam sendo centrais e pilares do processo todo (subsídio para emigrar, quem e quando partir, enviar dinheiro, horizontes morais, retorno, identificação social dos imigrantes, casamentos, etc.), porém, deslocam membros e não a unidade toda. Nesse sentido, a pressão para que dê certo o projeto migratório é enorme, principalmente para quem fora auxiliado em termos econômicos e em outras dimensões quando da partida, quem possui esposa/o e filhos no local de origem, quem deixou para trás universos culturais, afetivos, de amizades, referências territoriais, dentre outras, que, na realidade, são todos elementos que caracterizam a identidade de imigrante. “Eu não posso pensar em não dar certo; gastei U\$ 12 mil para pisar no Brasil, viajando mais de 60 dias entre vários países. Cheguei de trocar de avião em São Paulo quando cheguei de Dubai, mas era para ir até a Argentina, para poder, da Argentina, entrar na Bolívia e, da Bolívia, para o Brasil. [...]. Quando cheguei em São Paulo, deu uma vontade de tentar sair do aeroporto, mas não arrisquei. [...]. Com esse imenso gasto, preciso estar sempre trabalhando e, vai anos para compensar”. (Entrevista direta com bengali, n. 19).

Enfim, frente a esse novo quadro que está caracterizando o Brasil e a região sul em particular, com a intenção de compreender alguns desses processos de mobilidade e de produção de novas/velhas relações sociais, buscamos, de uma forma simples e informativa, dar um quadro geral de um conjunto de elementos que compõem o processo migratório de bengalis no município de Passo Fundo e alguns outros de seu entorno, como é o caso de Tapejara e Marau, assim como elementos da realidade no município de Cândido Rondon no Paraná. A intenção da escolha desses municípios se deve ao grande número de bengalis presentes nas indústrias frigoríficas.

O estudo sobre bengalis na região de Passo Fundo (Centro-norte do Rio Grande do Sul) e Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná) surgiu na esteira de outros estudos sobre imigração que efetivamos, principalmente, de senegaleses.⁶⁴⁴ Não tínhamos informações prévias sobre ambos os grupos. Fomos nos cercando de bibliografias, muito esparsas, em particular, em torno dos bengalis, contatando informalmente com imigrantes, mediadores, empregadores, dentre outros que, aos poucos, nos permitiu incorporarmos alguns referenciais sobre eles. Em razão das informações obtidas junto a alguns bengalis e, também, em diálogos com o representante do

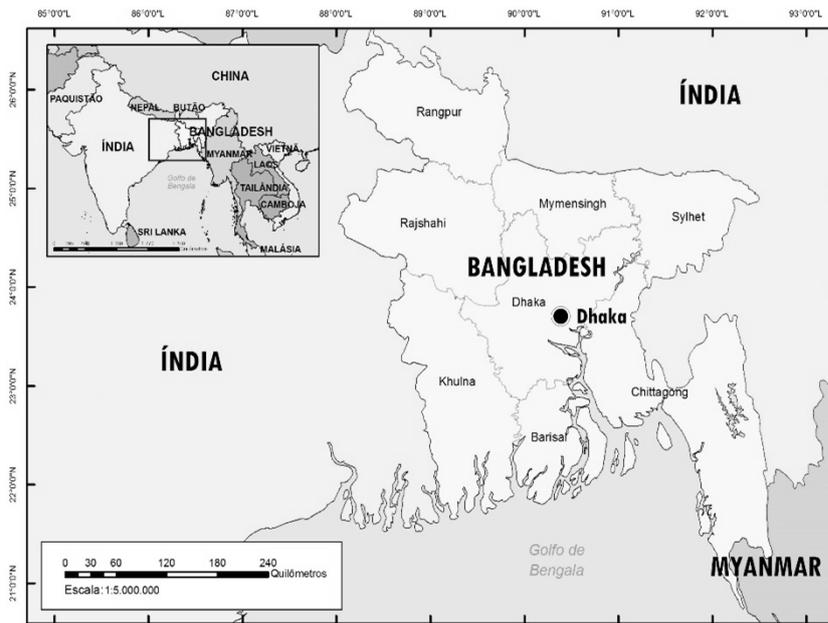
⁶⁴⁴ Ver na bibliografia final, Tedesco; Mello (2014); Tedesco; Kleidermacher (2017).

mundo religioso islâmico em Passo Fundo em entrevista na mesquita situada no município, fomos constituindo uma rede de interlocutores, porém, de difícil acesso por razões de desconfiança, temores em função da situação indefinida de muitos deles no país, de conciliar horários em razão do trabalho noturno de alguns dos que havíamos tido informação prévia para a entrevista, do domínio da língua inglesa, etc.

Aspectos do quadro geral da imigração de bengalis

Bengalis formam um contingente imigratório pouco visível em razão da cor da pele, do fato de que a maioria trabalha em espaços fechados, no setor formal de frigoríficos, atacados e construção civil, dentre outros. Dados estatísticos da Polícia Federal de Passo Fundo indicavam, em 2013, a presença de mais de 1000 bengalis na região norte do Rio Grande do Sul, tendo Passo Fundo como epicentro. Informações posteriores obtidas junto à Associação Muçulmana de Passo Fundo indicavam que, em 2016, havia em torno de 700; os dados mais recentes pesquisados em matérias de jornais regionais sobre o tema e junto a empresas que possuem significativo contingente de bengalis, acredita-se que haja em torno de 500. Segundo contatos obtidos com algumas de suas lideranças, muitos podem ter retornado ao seu país de origem, ou emigrado para Inglaterra, alguns para países do Mercosul como a Argentina, também, possam ter ido para os Estados Unidos. Em matéria publicada em 2014, pelo jornal *O Nacional* de Passo Fundo, eram mais de 500 bengalis que haviam carteira assinada somente no município.⁶⁴⁵ É importante frisar que, como já falamos, os dados são imprecisos, não há um órgão que tenha os dados atualizados por razões de migrações internas, de várias formas de entrada no país, de obtenção de vistos diferenciados, de terem saído do país, etc.

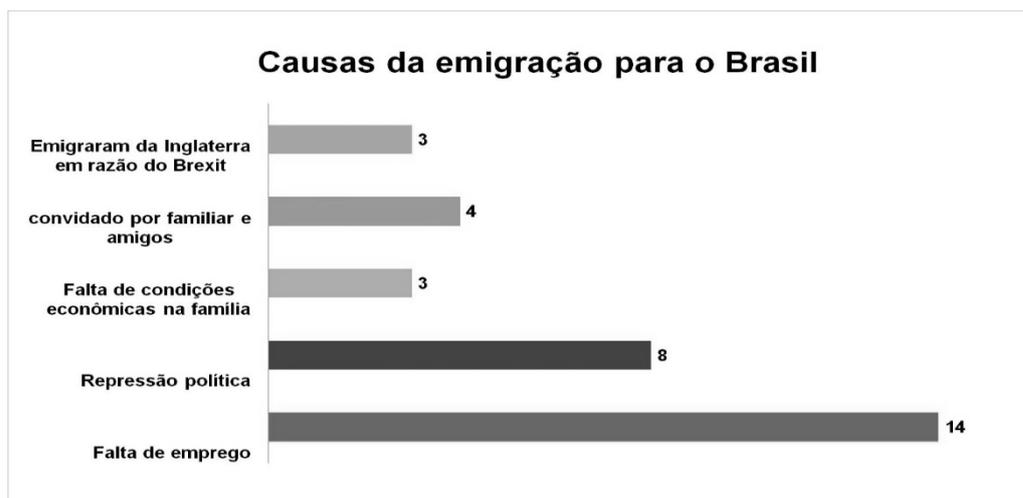
⁶⁴⁵ Leonardo Andreoli. “Uma nova comunidade em formação”. Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 01/02/2014, p. 5.



Mapa de Bangladesh

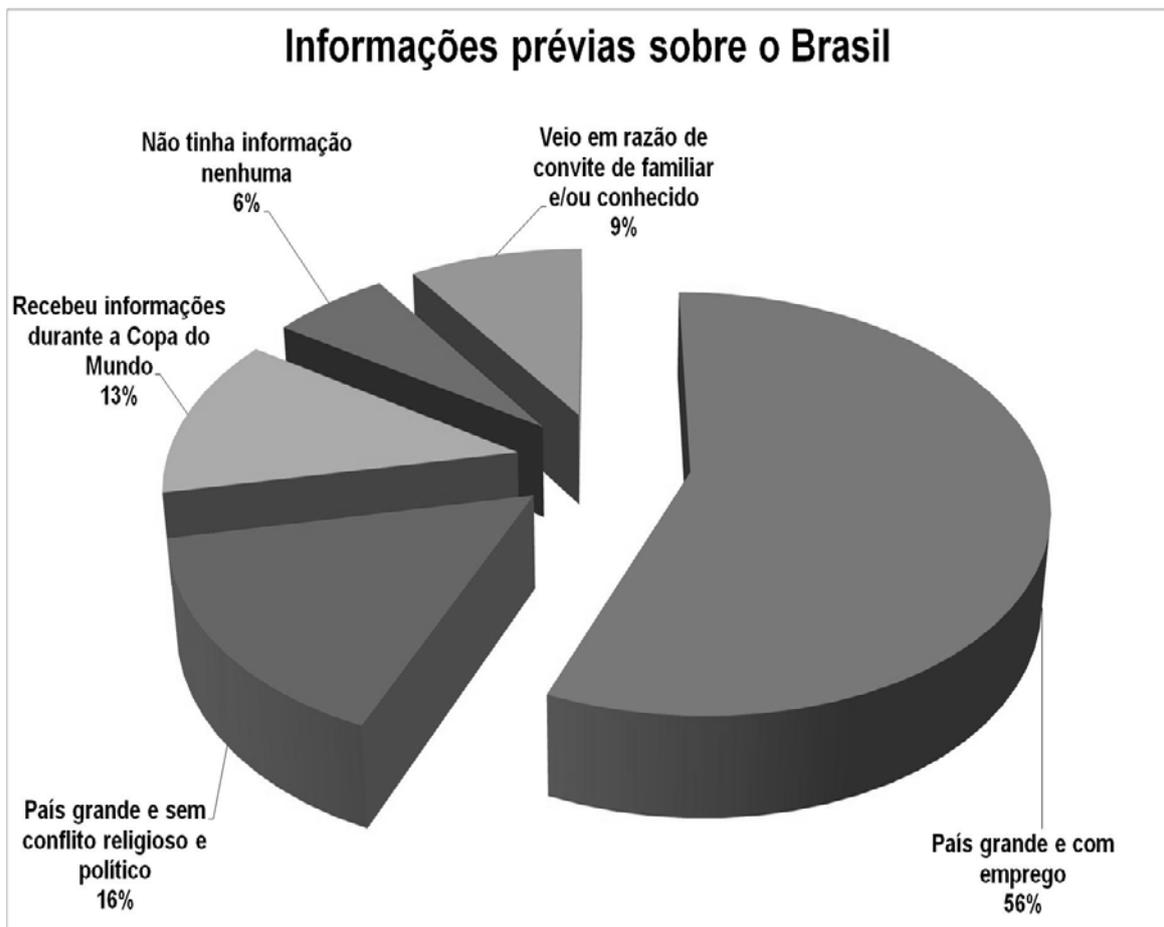
Fonte: adaptação feita por Alex Vanin.

As causas que moveram esse contingente para o Brasil não possuem definição precisa, porém, estão no universo das novas rotas que as informações promovidas pelos fenômenos da globalização permitem, bem como a performance econômica do país na primeira década do século XXI, as competições internacionais no país nesses últimos anos (Copa do Mundo e Olimpíadas), os vistos humanitários concedidos aos haitianos, oportunidades políticas, ou seja, governos com maior sensibilidade social e pleiteando espaços internacionais nas agências macroestatais em nível mundial, dentre outras, podem ser colocadas como facilitadoras desses processos.



Fonte: pesquisa de campo em 2017/18.

Grande parte dos entrevistados de uma forma mais sistemática, não nos disseram com precisão o que os levou a decidir vir para o Brasil, muitos informam que foram informados e auxiliados por quem já estava no país, que imaginavam que, estando no Brasil, seria mais fácil ir para os Estados Unidos, etc. Outros que foram agências de viagem de Daca (capital do país) que facilitou as informações, os valores das passagens, bem como os intermediadores, os quais possuíam ramificações que iam dessa cidade, passando pela Argentina, Equador, Bolívia, Peru e Brasil. Vários entrevistados disseram que em cada cidade que paravam, nos vários países, nos hotéis previamente definidos, havia um representante da rede de intermediação. Por isso que todos enfatizaram o imenso desembolso para chegar até o Brasil, que variou de 10 a 14 mil dólares.



Fonte: pesquisa de campo em 2017/18.

As causas das saídas são mais fáceis de detectar e compreender; estão nos horizontes econômicos (empobrecimento, excesso de população em espaços urbanos reduzidos, ausência de emprego e renda), na esfera política (golpes de estado, repressão política em razão de tomada de posição partidária, etc.), na história e trajetória longa de emigração no país, bem como de muitas famílias dos que estão inseridos no território brasileiro.

Algumas informações sobre o país e os fatores que condicionaram a emigração para o Brasil

Em entrevista com um bengali que, no momento dela, trabalhava na lavanderia de um hospital em Passo Fundo - ele foi um dos primeiros a chegar em Passo Fundo - sua emigração para o Brasil foi fruto de um convite de um conhecido da Guiné-Bissau que estava na cidade e que o conheceu quando ambos eram imigrantes na Inglaterra, posteriormente, por razões familiares, o bengali retornou para o seu país, porém, os contatos permaneceram e, dois anos após o retorno ao seu país surgiu a informação e a possibilidade da emigração para o Brasil. Ele informa que auxiliou a emigração de mais de uma dezena de sua cidade de origem para o Brasil.

Como já dissemos, é uma imigração que representa os novos fluxos de imigrantes para o Brasil, os quais não fazem parte das redes e vínculos culturais e políticos que estiveram nas migrações históricas. Porém, o país, possui um amplo espectro migratório. Dados informam que mais de 8 milhões de bengalis estejam fora do país, numa população total de, em torno, 165 milhões; esses imigrantes colaboraram, em 2016, com 11% do PIB do país. A Inglaterra foi seu cenário mais amplo. Há enclaves étnicos em Londres e outras cidades formados por bengalis, porém, países dos Emirados Árabes também, em razão do pós-choque do petróleo, na década de 1980, absorveram muitos trabalhadores do referido país. A partir da década de 1990, vários outros países, em particular, o Japão e alguns da Europa ocidental receberam grandes levas de bengalis. No final do século XX, a rota para os Estados Unidos constituiu-se com grande intensidade pelos bengalis (LIMA, 2016).

Como já mencionamos, Bangladesh é conhecida mundialmente pela indústria da confecção, a qual, em grande parte, é conduzida pelas grandes grifes mundializadas, que se servem do grande contingente de mão de obra disponível nas grandes cidades e, basicamente, na capital (DELLA PUPPA, 2013; LIMA, 2016). É interessante aqui, ainda que de uma forma apenas informativa e genérica, dizer que o país é, atualmente, o segundo maior exportador de confecções prontas, que há uma intensa dinâmica de cursos de formação técnica e universitária nesse campo de atividades e, com isso, muitos idealizam trabalhar no setor.

Como não há lugar para todos no mercado de trabalho setorial do país, a emigração passa a ser idealizada com a intenção de encontrar espaços otimizadores da referida qualificação. Encontramos três dos nossos entrevistados que informaram o desejo de realizar essa intenção no Brasil, porém, já se deram conta da grande dificuldade, pois, segundo eles, perceberam que boa parte do que é consumido do Brasil “vem de lá, ou da China”. Há dois bengalis que montaram uma loja de confecção em Passo Fundo e que, segundo eles, buscam materializar saberes e estilos apreendidos do país, porém, revelam os inúmeros limites encontrados no espaço de destino em torno da possibilidade de inserção profissional no setor, além das grandes dificuldades em abrir uma empresa no Brasil “para um estrangeiro e, depois que abrimos, veio a crise; está bem difícil”, diz um deles em entrevista.

No campo da confecção têxtil, o país ficou também conhecido em razão do incidente no prédio Rana Plaza, em 2013, o qual desabou matando imediatamente quase dois mil trabalhadores e deixando outros tantos feridos e, alguns deles, com mortes posteriores (DELLA PUPPA, 2013). Esse desastre revelou para o mundo as condições e contradições do mundo do trabalho ligadas ao grande capital industrial do setor, à exploração das multinacionais das grandes grifes e as origens de sua produção, bem como muitas outras questões no campo da legislação do trabalho no país. Esse desastre tornou público o trabalho infantil, as fábricas clandestinas que prestam serviços para as grandes marcas, a dependência do país em relação a essa atividade, enfim, várias questões que revelam o lado obscuro desse ramo industrial.



Desabamento do Rana Plaza em Daca. Foto: Mohammed Norul Alam Raju.

Fonte: <http://www.theindependentbd.com/printversion/details/41819>

Imigrantes bengalis têm o domínio da língua inglesa por fazerem parte do território de domínio de longa do Império Britânico. Imigrantes imaginam que isso também possa ser um fator que otimiza seu capital social no horizonte do trabalho, porém, no Brasil, já adquiriram consciência de que “não adianta nada; o inglês aqui não é falado”. Vários imigrantes nos disseram que achavam que seria muito fácil se comunicar no Brasil por achar que aqui seria como em vários países da Europa em que a população, mesmo os não de língua inglesa, a falariam ou a entenderiam. Houve uma grande decepção nesse sentido e no próprio horizonte de trabalho, inclusive, um deles nos disse que constrangeu seu chefe num dos frigoríficos, pois ele não sabia falar inglês, o que, para o imigrante, era incompreensível e, ao mesmo tempo, lhe investia de um certo poder em relação ao seu superior.

A emigração é um dos principais recursos econômico-financeiros; é indutora de desenvolvimento, promotora de bem-estar para famílias e permite sequências de ordem cultural (casamentos, famílias alargadas, etc.) e religiosa (muitas mesquitas são construídas com auxílio financeiro de imigrantes). Essa é a grande contrapartida da saída do emigrante do cenário de origem para a esfera institucional da sua religião. Sair é o sonho dos jovens, dos recém-casados, muitos alimentados pela história de emigração da família e/ou de população conhecida do local de origem. É uma dinâmica de significados múltiplos e que se reproduz de longa data no país (GONÇALVES, 2008). A alta densidade demográfica (um dos mais populosos do mundo), instabilidades políticas, lentas reformas econômicas e sociais, o empobrecimento da população - 26% vivem com menos de U\$ 2 ao dia – a falta de escolas e condições para estudar - 2011, 19,7% das crianças não frequentavam a escola, muitas delas tinham de combinar trabalho e escola, a alfabetização alcançava 60% da população, para as mulheres essa taxa atingia 55% em 2016 – a idade laboral, que legalmente, começa aos 14 anos, também dificulta processos de continuidade da escolarização (LIMA, 2016). A ausência de possibilidade de encontrar empregos formais faz com que principalmente adolescentes, mas não só, adentrem para a informalidade, a qual, em 2015, atingia 87% da população jovem (Idem).

Há, no interior do país, vários conflitos envolvendo grupos étnicos e religiosos, os quais se estendem ou se expressam causalmente no interior de outro pequeno país vizinho, Mianmar. Um grupo étnico de origem muçulmana, denominado de Rohingya, vive numa região de Mianmar de maioria budista, que reivindica um território étnico, porém, não são aceitos como cidadãos do país, são discriminados e expulsos, a ponto da ONU acusar o governo de Mianmar de estar promovendo uma “limpeza étnica”. São mais de 10 milhões; a maioria emigra para

Bangladesh, produzindo, com isso, um aumento do contingente populacional do país e um grande descontrole social, provocando também rejeições e outras formas de contraposição.



Emigração de Rohingya de Mianmar para Bangladesh. Foto: Munir Uz Zaman/AFP/JC - Jornal do Comércio.

Fonte: http://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/10/internacional/591454-imagens-de-satelite-mostram-areas-rohingyas-destruidas.html)

Além dessas questões, há no país, o problema das inundações, as denominadas monções, durante um grande período do ano. Elas tendem a promover migrações de grandes contingentes para outras regiões, grandes cidades e/ou para o estrangeiro. Regiões do país são inundadas, muitas delas nem retornam à configuração anterior, promovendo, com isso, grandes levas de imigrantes que perderam tudo e buscam espaços, em geral, nas cidades, em particular, na capital Daca.



Inundações provocadas pelo fenômeno das monções em Bangladesh.

Fonte: https://www.google.com.br/search?rlz=1C1CHBD_pt-PTBR799BR799&biw=1920&b

Aspectos gerais e sintéticos da imigração de bengalis

Os imigrantes bengalis não possuem uma identidade homogênea e nem de situações migratórias. Há muitas diferenciações nas decisões de emigrar, de situação financeira, nos trajetos que viabilizaram sua chegada ao Brasil, nas inserções na sociedade de destino, nos processos laborais, de sociabilidade e nas intenções de permanência ou não. Portanto, torna difícil uma apreensão que dê um tom genérico em todos os campos e/ou itens relacionados na nossa pesquisa. A diferenciação é, como qualquer análise de sujeitos sociais e, de imigrantes em particular, sua marca.

De uma forma sintética, aqui apenas elencamos, na forma de itens, algumas características que, segundo nossa pesquisa de campo, configuram o processo migratório de bengalis no Sul do Brasil.

= Em torno de 90% dos bengalis emigraram do meio urbano; a capital, Daca, foi a mais expressa, porém, conversando mais longamente e sem a preocupação de preencher questionário, alguns deles informaram a cidade de origem da família (de Sylhet, por exemplo), sendo eles migrantes para a capital, inclusive alguns deles possuem sua família residindo em pequenos vilarejos ainda com grande característica rural/agrícola.

= Todos os entrevistados possuem ensino médio concluído; seis deles com ensino superior realizado, dois com esse incompleto; cursos ligados à economia, comércio e design foram os mais presentes no conjunto de interlocutores. O investimento na educação é considerado uma forma de galgar mobilidade social e conseguir melhores empregos. Como se sabe não são os mais empobrecidos que emigram para outros países, para o Brasil, em particular, pois há necessidade de um grande desembolso financeiro. Então, os que decidem por essa empreitada, em geral, são jovens ou pessoas de idade mediana que possuem certo capital cultural no país. Como falamos, vimos pessoas formados na área econômica e organizacional, outros com formação militar, porém, o ensino médio completo é a tônica maior.

= A busca por um espaço de trabalho revelou ser a tônica de todos os entrevistados. A escolha pelo Brasil foi bem diversa entre os entrevistados. Vai desde a imagem de país grande e, por isso, teria trabalho, interesse pelo desconhecido, informação de que havia emprego, parentes que já residiam há mais de 12 anos, como é o caso de um entrevistado, dentre outras questões. Todos fazem questão de enfatizar a dificuldade de encontrar emprego no país de origem, de que alguns deles já tentaram em outros países, em particular, países de cultura árabe (Catar, Emirados, Dubai), ou, então, a Europa, porém, o Brasil estava no horizonte das esperanças, das promessas e do desconhecido.

= De todos os entrevistados, apenas seis emigraram sozinhos; ou melhor saíram de Bangladesh sozinhos, mas, nos vários trajetos por países da América Latina, fronteira ao Brasil, encontraram outros (haitianos, senegaleses, ganeses e outros bengalis) e se juntaram. Os de Bangladesh faziam parte de uma cadeia de relações e situações que vai sendo desenvolvida quase que diariamente pelos canais de mediação que interligam e se vinculam por vários países em que os trajetos são indicados. Nem todos os bengalis passaram pelas mesmas estradas até chegar ao Brasil. Há diversidade de caminhos, possivelmente em razão do valor do pagamento, das situações conjunturais e políticas de cada país, das estratégias para atravessar fronteiras, etc.

= Dos 32 entrevistados, 22 informaram que pretendem permanecer por muito tempo no Brasil (em média 8 a 10 anos), cinco deles afirmaram querer ficar para sempre, constituir família, reagrupar esposa ou casar aqui. Por mais que tenha havido muita desilusão e desconexão entre a realidade encontrada e a imaginada, retornar é muito complicado para bengalis. Houve, segundo informações de imigrantes, deslocamentos internos para outros estados, em geral, Paraná e São Paulo, bem como alguns emigraram para os Estados Unidos. O custo financeiro empreendido para

vir e o que é necessário para retornar os impede de tomar essa decisão. Com isso, como um bengali nos disse, é necessário “lutar e ficar por aqui mais um bom tempo”.

= A escolha pela cidade de Passo Fundo se deve às oportunidades de trabalho em frigoríficos, informações obtidas que havia vagas no setor de abate halal; outros por indicação de quem já estava, inclusive “por ser uma cidade calma”. Alguns deles haviam residido anteriormente em São Paulo, Brasília, Cuiabá, dentre outras, e, não se adaptaram nelas. Dois deles informaram que “aqui o aluguel é caro, mas é mais barato do que em São Paulo, lá tu precisas ter muito dinheiro, senão não sobra nada”.

= Entre os entrevistados não houve nenhuma informação de que alguém tenha atuado ou estés exercendo atividades que fazia antes de emigrar, portanto, todos tiveram de começar algo novo no horizonte laboral. Um deles era proprietário de um pequeno mercado, outro era policial, vários atuavam no setor têxtil e calçadista, alguns eram estudantes (cursando ensino superior), vários atuavam no comércio como vendedores, representantes comerciais, motoristas, dentre outras atividades e/ou profissões. Há um amplo horizonte de atividades que eram desenvolvidas antes de emigrar e que até então não se evidenciaram no espaço de destino. Alguns deles informam que gostariam de atuar como designer têxtil e no comércio.

= Vários deles enfatizam que não estão satisfeitos com o trabalho que fazem. As respostas giram em torno do baixo rendimento, da intensidade do ritmo, de horários noturnos, da desconexão com a qualificação anterior, da dificuldade de realizar rituais religiosos durante o trabalho. Apenas um deles informou que está contente com o que faz e fez até então, que, com seu rendimento e atividade, consegue “viver bem”, pensa, inclusive, em trazer sua mãe para Passo Fundo para trabalhar e residir com ele.

= A grande maioria (25) possui visto de permanência delimitado até 2022. Encontramos quatro com vistos até 2023, um até 2024; dois não responderam, porém, sete deles necessitam renovar o visto em 2019, fato esse que os preocupa em razão do desemprego no país, da resistência do governo em conceder novos vistos, das eleições que se desenham, etc.

= Dos 32 entrevistados, cinco informaram que entendiam o português antes de emigrar em razão de terem emigrado para Portugal e/ou Espanha. A grande maioria informou que não sabia nada e que isso foi, nos primeiros meses, um grande empecilho, principalmente no trabalho e nas questões ligadas à habitação. Praticamente todos informaram que a língua é fundamental para

“tentar alguma coisa melhor” (no trabalho); a grande maioria enfatiza que, mesmo já estando há alguns anos no país, a língua continua sendo um grande limitador.

= Muitos responderam que conhecem pouco o Brasil, não viajaram ainda, que as informações e representações que tinham antes de viajar não corresponderam, pois “não há praia e nem carnaval em Passo Fundo” e que sua vida cotidiana gira em torno de três horizontes de relações e espaços: trabalho, casa e mesquita. Praticamente ninguém deu ênfase à integração social ou cultural na cidade onde reside. Seu lazer praticamente inexistente, alguns dizem ter amigos brasileiros, mas são raros e não se visitam, não participam de festejos na cidade. Passam muito de seu tempo livre assistindo televisão em casa, vão ao mercado, saem sempre em grupo, vão à mesquita com seus conterrâneos; nessa há certa integração entre imigrantes, mas não com autóctones.



Encontro das etnias em Passo Fundo por ocasião do mês das migrações, em julho de 2018. Na foto, vimos bengalis presentes.
Foto: Manoel Vinícius dos Santos de Mattos

= Eles informam que o conhecimento da legislação brasileira sobre imigração é praticamente inexistente; dizem que quando necessitam vão à Polícia Federal ou junto ao responsável pela mesquita ou se socorrem junto a um advogado “que encaminha documentos para imigrantes aqui em Passo Fundo”.

= O contato com familiares é intenso, quase que diário; dois deles informaram que o fazem uma vez por semana. A dimensão transmigrante se expressa pelos constantes contatos. Essa é uma questão que caracteriza a imigração contemporânea, do mundo globalizado e das tecnologias da informação. Estar aqui e estar lá ao mesmo tempo permite vidas intercambiadas em espaços múltiplos, fazer parte de decisões familiares, exercer funções paternas, etc., porém, a biespacialidade ou a binacionalidade não lhes garante participação plena em nenhuma delas.

= Nenhum dos entrevistados retornou ao seu país ainda. Muitos projetam fazê-lo nos próximos anos; revelam desejos intensos de ver a família, de matar a saudade do país, do local de origem e “de comer a comida de lá”.

- A grande maioria dá ênfase às tensões e dificuldades vividas pela experiência do traslado. Dizem que tiveram muito mais problemas para chegar do que até então permanecer. Os desembolsos financeiros foram muito altos, em média de U\$ 12 a 15 mil. Não imaginavam que custaria tanto, pois grande parte desse montante fez parte das extorsões por militares, agentes de fronteiras, taxistas e membros das redes de mediação que os faziam ficar por semanas em hotéis para além do prometido e, a agilização do processo só acontecia mediante mais pagamentos. Entrevistados revelam histórias de grande temor, constrangimentos, promessas não cumpridas, abusos de poder de policiais de fronteira e de mediadores que os orientavam e conduziam nos trajetos.



Hotel Corumbá (município de Corumbá – MS), espaço de hospedagem de imigrantes haitianos e bengalis.

Foto: Crédito: Leandro Barbosa

Fonte: <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/1643b86363f8a044>



Abrigo improvisado para imigrantes em Corumbá (MS), espaço esse de entrada de vários bengalis.

Foto: Leandro Barbosa

Fonte: <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/1643b86363f8a044>

= Nenhum deles mora ou morou sozinho; o que informou que mora com menor número de imigrantes foi apenas um, ou seja, o qual reside com mais dois imigrantes, um do Egito e outro de Gambia. Dos entrevistados, dois são casados, um reagrupou a esposa e outro casou com uma brasileira, ambos residem somente entre os cônjuges. Todos residem em habitações alugadas; ampliam o contingente de moradores ao máximo para reduzir o custo do aluguel. A grande maioria (28) informa que a habitação é adequada, porém, reclamam do alto valor do aluguel, realidade essa que, mesmo dividindo entre os imigrantes, compromete, em média de 15 a 20% da renda. O fato de residirem em grupos, permite com que eles possam constituir uma pequena célula social, integrar-se no grupo, dialogar sobre seu país, ouvir músicas e assistir canais de seu país.

= O envio de remessas para familiares é prática comum entre os entrevistados. A média do envio gira em torno de 40 a 50% do salário. O envio pode ser quinzenal e/ou mensal, dependendo da forma de pagamento recebido em seu trabalho específico. Dos entrevistados, nenhum estava desempregado no momento da pesquisa, porém, todos, em conversas paralelas, revelam grande temor frente ao desemprego e à crise econômica do país.

= Todos os entrevistados responderam que acham uma maneira de fazer as cinco orações diárias, porém, em tempos e espaços possíveis, não ideais ou recomendados. Eles adotam estratégias no espaço de trabalho para realizar as que coincidem com o tempo de trabalho.

Enfim...

As migrações revelam, atestam, apelam e dinamizam mudanças em vários âmbitos, mas, em especial, nas formas de integração social e nos pressupostos do desenvolvimento econômico mundial. Para muitos, a emigração passa a ser a válvula de escape (BAUMAN, 2003) de grandes contingentes populacionais empobrecidos e subalternizados em outros horizontes e que, através dela, idealizam um mundo diferente, porém, muitas vezes, vivenciando situações constrangedoras e precarizantes. Devemos considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária que, por sua vez, está relacionada à reestruturação econômica produtiva em escala global. Os fenômenos da sociedade global produziram esse movimento. Países empobrecidos continuam, nessa atual divisão internacional do trabalho, como esfera consumidora, produtora de mão de obra barata e matérias primas de baixo custo.

Vimos que bengalis migram vinculados em laços territoriais, religiosos, bem como utilizando canais mais ou menos comuns nos translados, na obtenção dos trabalhos, na possibilidade dos vistos de permanência temporária, etc. Integrados entre si, eles valorizam a família, os rituais religiosos, idealizam retornar ao seu país com melhores condições em relação às de quando partiram. Para eles, a migração tende a continuar produzindo o sonho da mobilidade social, de desejos de mudar de vida, de alterar alguns valores. As sociedades com melhores condições econômicas de vida são os alvos para a realização desses ideais.

Percebemos situações em que imigrantes desenvolvem processos transnacionais, tanto através de negócios, de viagens, de relações familiares, afetivas e parentais, quanto no horizonte financeiro (remessas) e no âmbito religioso. As remessas, por exemplo, revelam e corporificam múltiplos processos e vínculos sociais entre territórios, bem como exteriorizam a identidade e a continuidade do sujeito imigrante (SACCO, 2007).

Nesse âmbito transnacional, bengalis passam a ser um grande recurso econômico para os países e regiões de origem; se não são promotores de um desenvolvimento mais equânime e estrutural em seus locais de referência familiar (devido ao fato de serem realizados na forma individual, aleatória e sem planejamento mais amplo), pelo menos injetam dinheiro na economia, fazem ampliar o consumo e os serviços, permitem criar mais empregos e melhores condições de vida para um contingente significativo da população.

O campo religioso e a cadeia transnacional da crença e dos rituais também fazem parte de grandes redes dos processos transnacionais que imigrantes acionam (BAVA, 2002). Bengalis

expressam seus rituais em consonância com as diretrizes de sua crença, de sua vertente islâmica; ritualizam suas festas religiosas, estão em sintonia com as que acontecem em seu país.

Pelas entrevistas, vimos que bengalis desejam permanecer por um bom tempo no Brasil em razão das dificuldades de encontrar trabalho em seu país e pelo alto desembolso dispendido para chegar até o local de destino. Eles desejam reagrupar a família (esposa e filhos), isso os reconfortaria, alimentaria o desejo de permanecer por um longo tempo, bem como auxiliaria na convivência e participação de seu papel no interior dela. Autores enfatizam que o homem/pai, com a emigração, vive um processo de transição, tanto como homem, quanto em sua relação e status com a mulher (DELLA PUPPA, 2013; KNIGHTS, 1996; MAPRIL, 2005). Os limites econômicos da família fazem com que o pai, mesmo à distância, possa ainda manter certa autoridade e, com isso, ganhar respaldo e afetividade do grupo. Por isso que o desemprego para imigrantes é muito trágico, pois os desvaloriza ainda mais no interior do grupo, os distancia dos filhos e de todo o núcleo familiar ampliado.

Bengalis integram-se pouco na sociedade maior; isso é fruto também da integração da sociedade em si mesma. Sem dúvida, continuam a existir fronteiras geográficas e simbólicas que produzem o estrangeiro e que definem as diferenças, o pertencimento nacional, do direito de cidadania, os graus de integração e de seleção. A dificuldade que temos de entender a cultura e o mundo como mutáveis, faz também com que entendamos a diversidade como ameaça, impossibilidade de convivência e de integração (CORTE, 2002). Desse modo, as oportunidades sociais e econômicas passam a ser selecionadas, restritas e determinadas externamente.

Enfim, de uma forma panorâmica e genérica tentamos esboçar alguns elementos que estão correlacionados com a imigração de bengalis no Sul do Brasil. Enfatizamos que são dinâmicas ainda recentes, como o são os fenômenos migratórios no país de uma forma geral; continuam sendo muito estranhas para ambos, imigrantes e autóctones.

Referências

BAUMAN, Z. *Comunidade. A busca de segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAVA, S. Entre Touba et Marseille: Le Mouride migrant et la société locale. In: DIOP, M. C. (Ed.). *La Société sénégalaise entre le local et le global*. Paris: L'Harmattan, 2002, p. 579-594.

CORTE, M. *Stranieri e mass media. Stampa, immigrazione e pedagogia interculturale*. Padova: CEDAM, 2002.

- DELLA PUPPA, F. *Uomini in movimento. Il lavoro della maschilità fra Bangladesh e Italia*. Torino: Rosenberg Sellier, 2013.
- GONÇALVES, J. M. F. M. A “modernidade” do sacrifício: Qurban, lugares e circuitos transnacionais entre bengladeshis em Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Tese em Ciências Sociais.
- HERÉDIA, V. B. M.; TEDESCO, J. C. O lugar do imigrante nos espaços de trabalho em Caxias do Sul: o caso dos senegaleses. In: HERÉDIA, V. B. M. (Org.). *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Quatrilha Editorial, 2015, p. 137-170.
- KNIGHTS, M. Bangladeshi in Rome. The Political, Economic and Social Structure of a Recent Migrant Group. In: GENTILESCHI, M. L.; KING, E. R. (a cura di), *Questioni di popolazione in Europa. Una prospettiva geografica*, Bologna, Patron, 1996, p. 105-123.
- LIMA, R. S. F. *Internacionalização produtiva e relações de trabalho: estudo sobre a indústria do vestuário em Bangladesh*. Florianópolis: UFSC. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais, 2016.
- MAPRIL, J. Bangla masjid: Islão e bengalidade entre os bangladeshianos em Lisboa. In: *Análise Social*, V. XXXIX (173), p. 851-873, 2005.
- MARTES, A. C. B.; SOARES, W. Remessas de recursos dos imigrantes. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 41-54, maio/ago. 2006.
- MEIHY, J. C. S.; BELLINO, R. R. *O estado dos imigrantes: o 28º estado brasileiro – um Mercado de US\$ 50 bilhões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- SACCO, G. Italia addio. Démographie et immigration. *Revue Française de Géopolitique*. Paris: Sorbonne, n. 17, p. 113-143, 2007.
- SAYAD, D. *L’immigrazione o i paradossi dell’alterità. L’illusione del provvisorio*. Verona: Ombre Corte, 2008.
- TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (Org.). *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre: EST Edições, 2017.
- TEDESCO, J. C.; MELLO, P. A. T. *Senegaleses no centro-norte do Rio Grande do Sul: imigração laboral e dinâmica social*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2014.

IMIGRAÇÃO E MÚSICA: MUSICISTAS ITALIANOS EM PORTO ALEGRE (1925-1950)

Leonardo de Oliveira Conedera⁶⁴⁶

O presente texto trata acerca da imigração de músicos italianos que se deslocaram para Porto Alegre, e que integraram o primeiro elenco da Banda Municipal do município. Além disso, apresentar-se-á a imigração de profissionais peninsulares qualificados. Assim, pretende-se enfatizar a questão da atividade profissional-cultural que possibilitou aos imigrantes a manutenção de um diálogo constante entre a cultura da terra de origem e com aquela de destino.

Musicistas italianos na Banda Municipal de Porto Alegre

A participação de italianos no âmbito musical brasileiro começou principalmente a partir do período monárquico. O imperador Dom Pedro II promoveu iniciativas culturais e a esfera musical despertou com destaque. Em 1841, foi proposto o requerimento para a criação do Conservatório de Música do Rio de Janeiro. O estabelecimento contou com a contribuição de músicos estrangeiros entre os seus primeiros professores, dentre estes alguns eram provenientes da Itália.

No Brasil, sobretudo, a partir da segunda metade do oitocentos, com o recrudescimento dos fluxos migratórios, ocorreu um grande contato entre os artistas italianos e o campo artístico brasileiro. Especialmente, no âmbito da arquitetura, escultura, pintura e da música percebeu-se uma participação relevante dos peninsulares. Nos teatros de São Paulo e do Rio de Janeiro aconteceram diversos concertos de músicos oriundos da Península que estavam de passagem ou mesmo se radicaram definitivamente nessas duas cidades (CONEDERA, 2017, p.149).

É importante referir que não foram poucos os imigrantes qualificados artisticamente (na maioria dos casos portadores de um diploma e com formação nos conservatórios europeus) que ingressaram nas principais escolas, ou mesmos trabalhando como professores

⁶⁴⁶ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: leocone5@hotmail.com .

particulares, encontrando um terreno favorável para desempenhar as suas habilidades e competências artísticas.

No Rio Grande do Sul – durante o final do oitocentos e o princípio do novecentos, a partir do surgimento de novas sociedades amadoras – iniciaram a despontar e aumentar a quantidade de músicos profissionais na sociedade rio-grandense, ao mesmo tempo da propagação do comércio de instrumentos musicais, que ficou a cargo de negociantes alemães ou de descendentes germânicos em um primeiro momento (LUCAS, 1980, p.161).

No final do oitocentos, o cônsul italiano de Porto Alegre apontava, dentro das principais categorias profissionais dos imigrantes italianos inseridos nas cidades do Rio Grande do Sul, um grupo consistente de artistas que atuava como professores de música e de canto. Esses em alguns contextos alcançaram prestígio social e “faziam bons negócios”, em virtude das suas competências adquiridas no seu país de origem (CONSTANTINO, 2000, p.64).

Na capital gaúcha, os músicos peninsulares foram profissionais presentes principalmente na última década do século XIX. Vale lembrar que entre 1880 e 1910, professores peninsulares, como Blume, Diosesi, Garbini, Légori, Luchesi, Panisi, Pedotti, Qualia, Roberti e Stella lecionaram música em Porto Alegre (LUCAS, 1980, p.163).

A Banda Municipal de Porto Alegre foi o primeiro projeto musical oficial proposto pela Prefeitura de Porto Alegre. O idealizador do projeto para a elaboração de uma banda municipal partiu do intendente Otávio Rocha. Conforme Corte Real, o intendente da capital em exercício “[...] tomou a peito criar uma Banda Municipal, de nível artístico que lhe conferisse condições de suprir as necessidades de ordem artística musical da comunidade porto-alegrense” (p.1984, p.49).

O professor e músico José Corsi, aceitou a incumbência de ser o responsável pela organização do conjunto musical⁶⁴⁷. Inicialmente, Corsi buscou o músico que seria o maestro da Banda; posteriormente, partiu para Buenos Aires.

⁶⁴⁷ Segundo Corte Real, Andrade Neves não teve uma participação direta no processo de organização da Banda Municipal, entretanto seu nome é muito citado em algumas pesquisas e em algumas matérias dos periódicos da capital (como “A Federação”) nos primeiros anos da Banda, no final dos anos 20. Tal fato ocorreu em virtude de Andrade Neves, junto com Corsi, ter escrito o projeto da Banda, visto que foi um incentivador direto da ideia da criação da Banda, mas acredita-se que sua colaboração significativa foi apenas em um primeiro momento, bem como apoiar a ideia e indicar José Corsi para a missão de formar o conjunto musical. Não apenas a história escrita por Corte Real, que vivenciou o contexto de criação da Banda e o cenário musical porto-alegrense, cita pouco Andrade Neves, mas também na documentação a respeito da Banda os nomes mais referidos são Otávio Rocha, José Corsi (inspetor da Banda) e José Leonardi (Diretor e maestro da Banda). (CORTE REAL, 49).

A partir do projeto da Banda Municipal da capital, novos músicos (a maioria italianos) desembarcaram em Porto Alegre. A ação de trazer musicistas peninsulares ou estrangeiros de outras nacionalidades não começou somente de uma vontade particular dos músicos italianos, tal fato transcorreu devido à inexistência de instrumentistas necessários⁶⁴⁸ no contexto porto-alegrense. Ou seja, não faltavam músicos na capital gaúcha; todavia, não havia a quantidade precisa de instrumentistas que tocassem instrumentos de sopro e percussão.

A organização da Banda de Porto Alegre e seu projeto encontravam-se alinhado ao cenário musical europeu e americano. A saber, desde a idade moderna até o início do XX, a mobilidade de músicos era uma dinâmica comum; emigravam para diferentes países e se inseriam como instrumentistas, professores e compositores.

A formação do corpo musical criado pela administração municipal aconteceu e foi proporcionada a partir da participação de estrangeiros, como noticiava o periódico *A Federação*, de 7 de julho de 1926:

No conjunto desta corporação composta de diversas nacionalidades fazem parte dezesseis professores desta capital sendo outros contractados em S. Paulo, em Buenos Aires e parte delles vindo da Europa. A instituição da Banda Municipal, além de outros benefícios de caráter cívico e social, vem prehencher uma grande lacuna no nosso meio artístico: agora Porto Alegre pode organizar uma orquestra, sem necessitar de elementos de fora, facilitando assim a vinda de boas Companhias mensageiras do gaudio espiritual e artístico⁶⁴⁹.

Então, a Banda Municipal foi regulamentada por meio do Decreto Municipal nº 65, de 27 de agosto, e apresentada para a população porto-alegrense em 1926 (CORTE REAL, p..54). Sabe-se que o primeiro concerto da Banda ocorreu em julho, no Teatro São Pedro, pois a “sua casa” não se encontrava pronta. Posteriormente, o Auditório Araújo Vianna seria construído para ser o local onde se apresentaria o conjunto municipal.

Músicos e identidade étnica

Na sociedade italiana, a música (principalmente as produções operísticas), desde o começo do oitocentos, adquiriu e expôs a defesa de uma identidade e “cultura nacional”

⁶⁴⁸ A Banda Municipal de Porto Alegre era uma banda sinfônica, isto é, constituída quase que inteiramente por instrumentos de sopro e percussão (flauta, oboé, trompete, saxofone, trompa entre outros).

⁶⁴⁹ **A Federação**, Porto Alegre, 7 de jul. 1926, p.5.

italiana. Desde a ópera até o gênero mais popular da esfera musical ocorreu uma criação que visava acentuar a defesa de uma *italianità*.

Por exemplo, no decorrer do Oitocentos, as composições de Giuseppe Verdi assumiram no campo artístico e social uma vinculação com a causa do *Risorgimento*. As obras de Verdi dialogavam com os ideais mazzinianos, que concebia a arte com um papel pedagógico (CONEDERA, 2017, p.85).

A respeito da questão de música e identidade, pode-se referir que todas as experiências musicais que um sujeito vivencia perpassam uma análise crítica cuja produção musical é avaliada a partir de suas ideias e valores. A saber, de acordo com Maurizio Spaccazocchi, falar sobre música pode ser percebido como “[...] uma forma singular e verdadeira de falar de nós mesmos, dizendo alguma coisa própria da nossa personalidade, colocando em evidência a nossa ou as nossas identidades” (1994, p.154).

Segundo Angelo e Serena Di Carlo, “[...] a identidade étnica de cada indivíduo é o resultado das variações culturais que se articulam sobre a base de uma identidade étnica originária” (1986, p.36). Logo, cada indivíduo é portador de uma identidade cultural.

A música é um dentre os diversos signos (como a língua, a culinária, a religião) pelos quais os italianos manifestaram a sua italianidade e a maneira com a qual muitos buscaram para minimizar a nostalgia que sentiam de sua terra de origem.

Em seus estudos sobre as canções dos imigrantes peninsulares, Emilio Franzina (Apud MORONI, 2004, p.35) assinala que, entre os seus bens transportados para o país de imigração, os indivíduos levavam consigo os instrumentos musicais (acordeons, violões, bandolins, entre outros). Os instrumentos musicais comportavam um valor *sui generis* para inúmeros expatriados.

A pesquisa do antropólogo Simone Marino (2012) – que investigou os traços identitários de italianos em Adelaide, na Austrália – percebeu que na comunidade de calabreses⁶⁵⁰ perpetuava-se uma forte tradição relacionada aos instrumentos musicais e músicas típicas do folclore calabrês. Segundo Marino (2012, p.109-110):

A música, no seu consumo, mas sobretudo na sua produção, constitui um *core value* junto à culinária e à língua, mas a música encontra-se notavelmente mais cristalizada do que os outros dois elementos. Os instrumentistas continuam a reproduzir o repertório e a modalidade de execução de maneira idêntica de quando haviam chegado nos anos 50 e 60 e as contaminações são quase inexistentes. Os jovens instrumentistas tocam o

⁶⁵⁰ O antropólogo italiano estudou um grupo de italianos provenientes de pequenos vilarejos da província de Reggio Calabria que imigraram para a cidade de Adelaide após o final da Segunda Guerra Mundial.

repertório tradicional, em Adelaide, reproduzindo as músicas assim como seus avós os ensinaram. [...] Mas são os instrumentistas de primeira geração [os imigrantes] que conseguem alcançar a partir de suas performances a superação da condição de inadequação, seja no país de imigração como naquele de proveniência.

Os imigrantes calabreses estudados por Marino, que se instalaram em Adelaide, encontraram por meio da música o principal vínculo para superar o sentimento de *doppia assenza*⁶⁵¹.

Assim, os casos dos peninsulares imigrados na Austrália após o final da Segunda Guerra Mundial, expõe duas nuances importantes: a primeira seria a ligação significativa da música com uma conexão cultural com a terra de natal (o *paesi*, a região ou mesmo na Península); a segunda seria a particular ligação do imigrante com o ato de tocar o instrumento musical.

Em relação aos músicos italianos – que compuseram a Banda Municipal de Porto Alegre – esses tinham no exercício da sua atividade profissional, decisivamente, uma relação cotidiana com elementos ligados à terra natal, visto que por meio dos programas executados frequentemente tocavam composições ligadas à Itália. A saber, os musicistas tocavam Giacchino Rossini, Giuseppe Verdi, Vincenzo Bellini, Arrigo Boito, Gaetano Donizetti, Francesco Cilea, entre outros compositores, assim como letras que remetiam à língua e à cultura italiana, que se disseminaram por todo o globo por intermédio das várias obras compostas por artistas originários da Península⁶⁵²(CONEDERA, 2017, p.225).

Os musicistas italianos, portanto, possuíam a oportunidade de dialogar semanalmente com elementos da cultura de seu país de origem mesmo se encontrando no país de imigração. Conforme a pesquisadora Donna Gabaccia (2003), a emigração italiana adquiriu uma dimensão de diáspora. A autora citada (GABACCIA, 2003, p. XXVII) enfatiza ainda que:

Na Itália dos séculos XIX e XX, a emigração difundiu o transnacionalismo como uma dimensão normal de vida para muitas famílias italianas de trabalhadores, talvez para a maior parte delas. [...] Mesmo depois da queda do fascismo o governo italiano continuou realizando tratativas bilaterais com outros países observando as questões vinculadas à cidadania, representação política que poderiam constituir através dos seus emigrantes. [...] Na história

⁶⁵¹ *Doppia assenza* (dupla ausência), definição cunhada por Sayad que se refere à sensação de ausência que o imigrante vivencia tanto no país de acolhimento como no país de origem.

⁶⁵² As apresentações da Banda Municipal possuíam um repertório variado (com composições de Beethoven, Mozart, Wagner, Carlos Gomes, entre outros compositores de diversas nacionalidades); no entanto, até mesmo pela formação de grande parte dos integrantes do corpo musical nunca se realizou uma apresentação em que não tivesse ao menos um trecho de um compositor italiano nos seus primeiros decênios.

dos emigrantes italianos o transnacionalismo aparece como uma dimensão recorrente da vida e da “etno-fuga” das origens antigas.

A partir das trajetórias dos músicos da Banda Municipal é possível identificar aspectos que os ligam a uma identidade transnacional, já que certas ações e dinâmicas de seus percursos no campo profissional e privado dialogavam com duas culturas (isto é, tanto com aquela do país de origem, como aquela do país de imigração).

Sabe-se que amiúde os artistas eram – principalmente nas décadas de 20 e 30 – recepcionados por membros da coletividade italiana residente na capital gaúcha. Os músicos da Banda participavam frequentemente de festividades e eventos organizadas pelas associações e autoridades italianas.

Mesmo a música formando uma linguagem de caráter universal, certas composições musicais expressam um perfil cultural vinculando a uma determinada realidade. Por meio dos programas apresentados pela Banda Municipal encontrava-se presente sempre uma composição de músico peninsular (como Rossini, Verdi, entre outros), pois a música italiana dispunha de um grande prestígio e reconhecimento, não somente no contexto brasileiro, bem como no internacional (CONEDERA, 2017, p.227).

Então, o programa musical da Banda Municipal que privilegiava, em inúmeras oportunidades, as obras de maestros italianos, proporcionava a interação constante dos mussitas peninsulares da Banda com a cultura do seu país de natal.

Outro aspecto importante é que os próprios músicos da Banda apreciavam a sua cultura musical. O violinista da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre Paulo Ricardo Leonardi Paranhos (descendente da família Leonardi) – que tocou ao lado de alguns instrumentistas italianos, que compuseram o elenco da Banda Municipal – lembra que:

Um dia eu encontrei o [José] Pappalardo andando pela rua e ele chegando me encontrando me disse: “vem aqui meu amigo! Dá-me um abraço!” E a gente ficava conversando ali na rua da Praia! E ele me dizia que estava revoltado com a rádio da universidade porque eles só tocavam Bach! E ele me dizia que música de verdade era: Corelli, Vivaldi entre outros grandes músicos italianos. Ele achava que música era aquela italiana. O resto era o resto!⁶⁵³

⁶⁵³ PARANHOS, Paulo Ricardo Leonardi. **Trajatória do maestro José Leonardi** [ago. 2012]. Entrevistador: Leonardo de Oliveira Conedera. Porto Alegre.

A memória de Paranhos sobre o encontro com José Pappalardo (que tocou requinta na Banda Municipal e oboé na OSPA) demonstra como alguns dos músicos tinham uma predileção pelas obras artistas de nascidos em sua terra de origem.

Outro exemplo de identificação dos músicos italianos do corpo musical da municipalidade com relação à Itália, analisando-se algumas partituras instrumentalizadas por José Leonardi para a Banda, que se conseguiu encontrar no acervo da Banda Municipal de Porto Alegre, comprovou-se que o maestro siciliano ora subscrevia seu nome em italiano (Giuseppe), ora em português (José). Da mesma forma acontecia a apresentação do nome do maestro nos periódicos da capital. A saber, quando Leonardi era nominado como o diretor e maestro da Banda Municipal para o público gaúcho e porto-alegrense era chamado José. No entanto, quando o musicista era nominado em notícias (dos jornais Correio do Povo e A Federação) referentes à coletividade italiana aparecia citado como Giuseppe.

Os músicos italianos apresentavam uma vivência transnacional. Isto é, os musicistas peninsulares como Leonardi, Pappalardo, Campanella, Merolillo, entre outros, que integraram o elenco da Banda criada por Otávio Rocha, elaboraram um modo de viver que os relacionavam a partir da sua atividade de músicos, tornando-se um modo de permanecer conectados com mais de um território nacional (Brasil e Itália).

A ideia de italianidade e o seu processo de difusão não iniciou na década de 20 com o período fascista. Já durante as últimas décadas do século XIX, a concepção e manifestação da *italianità* era uma preocupação tanto dentro da Península, bem como a sua difusão para os súditos que se encontravam em outros países.

Por exemplo, a literatura de viagem, ou mesmo através de romances, observa-se a intenção de diversos autores de difundir a ideia de pertencimento à pátria italiana entre os cidadãos do reino que foi unificado, em 1861, pela dinastia dos Savoia.

É necessário lembrar que não somente nas áreas coloniais, como também nas cidades, desenvolveram-se associações e Sociedades de Mútuo Socorro que foram espaços de sociabilidade⁶⁵⁴ onde os italianos podiam se relacionar discutindo não apenas acerca de assuntos do seu cotidiano, assim como sobre aqueles que se referiam à cultura e aos costumes da sua terra natal.

Sabe-se que a manifestação de identificação dos imigrantes não se restringia apenas aos sujeitos provenientes da Itália camponesa. Desde a década de 1850, artistas e intelectuais

⁶⁵⁴ Por “espaços de sociabilidade” entende-se, como Simmel, as ações sociais que têm lugar entre os homens, ações recíprocas ou que dispõem da “possibilidade de convivência”. (SIMMEL, 1986. p. 208).

que aportaram na corte brasileira disseminaram o seu sentimento de italianidade. Alessandra Vannucci (2014, p.230) aponta que:

Já sobre os transatlânticos atores e artistas evadidos pelas restrições do mercado peninsular tinham a missão bem mais ambiciosa que a costumeira tarefa da sua atividade: uma missão patriótica. Nos baús, junto aos figurinos de apresentação, embarcavam também com uma bandeira: a ideia de uma Itália Unida, valorosa e dotada de excepcional criatividade.

As investigações de Vannucci refletem um aspecto relevante a respeito dos artistas italianos, que trouxeram consigo não apenas elementos da cultura artística que se elaborava na Península, pois esses indivíduos também veicularam um sentimento de italianidade. As pesquisas de Pietro Fanesi (2011, p.131-133), que estudam questões referentes à *italianità* expressa por italianos⁶⁵⁵ (na sua maioria súditos oriundos da Ligúria e Sardenha – que estavam na América do Sul (sobretudo, nos países do Prata), na primeira metade do Oitocentos) evidenciam uma “união”, melhor dizendo, uma trégua entre os indivíduos partidários da monarquia e da república em benefício da ideia de uma Itália unificada.

Além disso, no caso da Banda Municipal de Porto Alegre, a partir do seu programa musical executado, é possível observar aspectos significativos da identidade dos músicos italianos que transpareciam através das músicas selecionadas. A península itálica, ao longo do século XIX, demonstrou um enorme potencial associado à produção de artistas vinculados ao campo musical. Famosos compositores, como Verdi, Rossini e Bellini não foram personagens de relevo no circuito operístico europeu acidentalmente, mas músicos peculiares que refletiram a grande produção relacionada à esfera da arte de euterpe na Península.

Nos repertórios executados pela Banda Municipal de Porto Alegre, por exemplo, em suas apresentações, não faltavam trechos de autoria de compositores italianos. Isso não se devia somente ao fato de o Maestro Leonardi e grande parte dos músicos peninsulares conhecerem muito bem a obra de compositores do seu país de natal, e sim devido ao público e as autoridades administrativas possuírem uma preferência a difusão da música clássica e das obras de grandes músicos da Europa. Então, a aceitação das óperas de compositores como Verdi, Rossini, Donizetti, Boito, Bellini, entre outros era um processo natural.

⁶⁵⁵ A maioria desse contingente era formada por comerciantes ou exilados políticos.

No entanto, o caso da presença de composições de Francesco Cilea⁶⁵⁶, como também a escolha e apresentação de músicas “napolitanas e sicilianas”, é indiciária de como os musicistas mantinham, ainda, um vínculo formativo e cultural relacionado ao sul da Itália.

O aparecimento de manifestações de italianidade aconteceu em vários lugares e ocasiões onde se concentraram núcleos de imigração. Todavia, muitas vezes, o sentimento de *italianità* revelava-se nos indivíduos da Península durante a experiência de emigração, como destaca Ferdinando Fasce, que estudou o contexto dos imigrantes peninsulares nos Estados Unidos ao longo da grande emigração (2011, p.105). Fasce (2011, p.105) frisa que:

Acerca do efeito combinado das pressões e dos estigmas provenientes das autoridades estadunidenses e dos grupos étnicos hegemônicos ou de qualquer forma concorrentes, por um lado, ou de outro, dos exíguos estratos das elites profissionais e comerciais que foram formando-se gradualmente nas várias *little Italies*.

Outro tema relevante acerca da italianidade, como frisa Franzina, é que a identidade dos imigrantes se vinculava, habitualmente, a lugares precisos, como o *paese* e a província de origem, e não a região, nação ou Estado (FRANZINA, 1999, p. 30).

A partir do fenômeno migratório italiano para América, ou mesmo para outros continentes, os peninsulares instalavam-se em pequenos núcleos, que eram formados por conterrâneos provenientes do mesmo *paese*, criaram-se as conhecidas “pequenas Itálias”, isto é, bairros (como *Little Italie*, em Nova Iorque; o Brás, em São Paulo; Cidade Baixa, em Porto Alegre, entre outros) onde residiam os imigrados nas cidades (FRANZINA, 1999, p. 30-32).

A constituição de *quartieri*, ou mesmo ambientes comuns, principalmente nos centros urbanos, consistiu em áreas “de defesa” e “preservação” dos seus elos culturais frente a outras etnias, porém, concomitantemente, propiciou o surgimento de uma identidade nacional em relação à Península (sem esquecer os aspectos relacionados à cidade e província de origem).

O emigrante italiano possuía, diversas vezes, um sentimento preexistente ao lugar de origem, que era, amiúde mais forte que a vinculação ideológica ou preferência política. Sabe-se que tal perspectiva a complexidade que se manifesta entre o sentimento de pertencimento a uma pátria foi aquele vivenciado por Terzo Bertoni (militante comunista proveniente da

⁶⁵⁶ Francesco Cilea (1866-1950), compositor italiano proveniente de Palmi, província de Reggio Calabria, na Região da Calábria, formou-se no Conservatório de San Pietro a Majella em Nápoles, e desenvolveu uma série de composições operísticas. Além disso, foi professor de Harmonia no Conservatório de Florença; diretor do Conservatório de Vincenzo Bellini em Palermo, e posteriormente, do Conservatório de San Pietro a Majella em Nápoles. Considerado um dos grandes músicos da Calábria, o conservatório de Música de Reggio Calabria foi nomeado com o seu nome em 1964 (BASSO, 1988, p.244-245).

Emilia-Romagna, que partiu da Itália para a França), por circunstâncias políticas no período do entre-Guerras (1931). Bertoni (Apud. FRANZINA, 1999, p.40) mencionava que

[...] quando se parte daqui, do próprio país, mesmo se não se é italiano por motivos de trabalho ou de regime, quando se vai para o exterior torna-se verdadeiramente italiano, porque ninguém está na sua casa.... Eu, se não era italiano, quando eu parti, me tornei aqui [na França].

A respeito das questões relacionadas aos elos e aspectos de manifestação de identidade por parte dos emigrantes é preciso recordar que o período de emigração, as competências de trabalho, a colocação social e as expectativas relacionadas à experiência migratória, o gênero do indivíduo, formam também variáveis importantes que instigaram os percursos de construção da noção de identidade. Patrícia Audenino (1999, p.175) ainda lembra que:

Sobretudo a consideração das características sociais das comunidades de destino e as análises dos encontros entre os imigrantes italianos e os diversos contextos de chegada que permitem avaliar as diferentes imagens de si e os diferentes percursos de integração vivenciados. As várias realidades sociais as quais vieram a se fixar os imigrantes italianos tenham, efetivamente, interagido dinamicamente nos processos de elaboração das suas identidades.

Então, como aponta Audenino, os contextos nos quais os imigrantes peninsulares se inseriram foram de expressiva importância para o desenvolvimento da sua elaboração e relação com os seus países de origem (1999, p.176). Os músicos da Banda Municipal de Porto Alegre entraram em um contexto onde puderam dialogar e rever muitos conterrâneos imigrados assim como seus filhos, que nasceram em território brasileiro, mas que ainda preservavam, por intermédio de seus progenitores de alguma forma ligações com a cultura italiana.

Alguns dos musicistas peninsulares membros da Banda Municipal procuraram o caminho da naturalização já a partir dos primeiros anos nos quais se estabeleceram na capital gaúcha. Tal fato não eliminou suas ligações com os seus laços com a Itália, visto que prosseguiram participando de associações, festividades organizadas pela coletividade italiana existente em Porto Alegre.

Presumivelmente, os músicos italianos, como outros compatriotas residentes no Brasil, buscaram à naturalização com a finalidade de criar uma relação jurídica perante as autoridades brasileiras. Em relação aos instrumentistas da Banda Municipal não se pode

esquecer que trabalhavam em uma instituição fundada e mantida pelo poder público municipal onde todos dos servidores era composta por brasileiros⁶⁵⁷.

Os peninsulares no Rio Grande do Sul não sofreram grande inimizade por parte da sociedade e das autoridades políticas no período do entre Guerras. Contudo, a situação modificou-se com o rompimento das relações entre Brasil e Itália em 1942. O músico José Pappalardo, por exemplo, foi preso por policiais em 1942. A Sra. Maria Graça Pappalardo comenta que

O meu pai tocou muito tempo na orquestra da rádio Farroupilha. E quem salvou o meu pai da cadeia foi o Campanella! Porque acho que foi ele quem viu, quando prenderam o meu pai. E o meu pai passou uma noite na cadeia. Mas depois o tiraram. Acho que foi, quando eu tinha 10 anos! Deve ter sido, então em 42. Aí cada vez que o pai saía eu dizia para ele: Pelo amor de Deus! Não me fala italiano! (risos) Eu fiquei traumatizada. Mas sabe o que ele falou? Ele encontrou o secretário do consulado na esquina da General Vitorino com a Marechal Floriano, onde havia uma loja de cosméticos, depois passou a ter uma loja de roupas, agora não sei como está agora! Faz tempo que não vou lá! Aí ali perto havia um café cujo interior havia uns azulejos verdes, e o pai falou italiano convidando o secretário para tomar um cafezinho. E um que estava próximo ouviu e o denunciou.⁶⁵⁸

A retenção de José Pappalardo demonstra a tensão que passou a vigorar a partir de 1942⁶⁵⁹. Os músicos italianos residiam, em Porto Alegre, há mais de quinze anos; porém, com a Segunda Guerra, muitos imigrantes buscaram uma via da naturalização, ou mesmo esconder ou suprimir aspectos que os vinculavam com a cultura de origem.

O musicista siciliano, depois de ter sido detido, destruiu todos os materiais (livros, cartas) escritos em língua italiana, pois receava que viessem à sua casa investigar seus pertences⁶⁶⁰.

Além disso, em muitos ambientes, as coletividades italianas dialogavam harmoniosamente com a sociedade local dos inúmeros países de acolhimento onde se estabeleceram. Na maioria das vezes, o imigrante incorporou-se ao novo meio social, com a expectativa de não sofrer com possíveis hostilidades, como também procurou atender o

⁶⁵⁷ Lembra-se que os músicos ingressaram na Banda Municipal de Porto Alegre como funcionários contratados e com um vínculo inicialmente temporário.

⁶⁵⁸ PAPPALARDO, Maria Graça Berta. **Entrevista sobre a trajetória de José Pappalardo**. [jul. 2016]. Entrevistador: Leonardo Conedera, Egiselda Charão e Fernanda Trentini. Porto Alegre.

⁶⁵⁹ Segundo Maria Catarina Zanini, “[...] os italianos que habitavam nas cidades eram os mais perseguidos e quanto mais destacados socialmente, mais visados estavam”. (ZANINI, 2006, p.183).

⁶⁶⁰ PAPPALARDO, Maria Graça Berta. **Entrevista sobre a trajetória de José Pappalardo**. [jul. 2016]. Entrevistador: Leonardo Conedera, Egiselda Charão e Fernanda Trentini. Porto Alegre.

interesse dos governos dos países de imigração que promoviam políticas de assimilação. Mabel Oliveri (1999, p. 101) sublinha que:

A etnia italiana no mundo, conseqüentemente, é muito variada e isso não depende somente dos períodos diversos nos quais houve locais de expatrio, de partidas e de desembarques, como também da combinação de todos estes fatores. [...] Onde o italiano procurou inserir-se em um tecido social do qual eram separados por motivos de religião, cultura, tradição, língua ou mesmo de todos estes aspectos somados, é fácil intuir os esforços de adaptação na sua determinação em superar os “prejuízos” e conquistar a sua aceitação.

Em relação à Argentina e ao Brasil, que receberam grandes fluxos de imigrantes, os italianos *grosso modo* aderiram rapidamente ao processo de assimilação seguindo o modelo *melting pot* (OLIVIERI, 1999, p.102).

Alguns músicos da Banda Municipal, como José Leonardi – que se naturalizou, se casaram, e constituíram família em Porto Alegre – já tinha uma experiência migratória, anterior àquela brasileira; na Argentina, onde já possuía a experiência para dialogar com uma cultura diferente daquela da sua terra de origem.

Além disso, Leonardi– da mesma forma que os demais colegas imigrantes integrantes da Banda Municipal – relacionou-se, aparentemente, sem grandes adversidades com a cultura e sociedade local.

Conclusões

É importante lembrar que a motivação de um projeto musical realizado pela administração da capital gaúcha, somada à participação de José Corsi e José Leonardi (dois músicos italianos) na formação do elenco musical, possivelmente também foi um aspecto relevante para que os músicos peninsulares escolhessem migrar para Porto Alegre, pois estariam subordinados a dois profissionais e patrícios que falavam a sua língua e possuíam uma educação musical semelhante.

Os italianos atuantes no elenco musical formado pela intendência de Porto Alegre tiveram, por intermédio de sua atividade profissional, a disponibilidade de preservar um contato constante com a cultura musical italiana, enquanto incorporavam e dialogavam com o público (formado por brasileiros, italianos, alemães, espanhóis, portugueses, libaneses, entre outras nacionalidades) e com a cultura musical brasileira da capital do Rio Grande do Sul. A partir das trajetórias dos músicos peninsulares, que integraram o grupo de musicistas da

Banda Municipal, a música transformou-se em um vínculo que inter-relacionava os imigrantes, tanto com a sociedade local, assim como com a sociedade receptora.

Referencias

ALMANACCO Gli italiani nel Brasile. São Paulo: Pasquino Coloniale, 1922.

AUDENINO, Patrizia. L'identità frammentata: appartenenze locali e convinzioni politiche nei processi di integrazione dell'emigrazione italiana. In: Enzo Bartocci e Vittorio Cotesta, a cura di, **L'identità italiana: emigrazione, immigrazione, conflitti etnici**, Roma, Edizioni Lavoro 1999, pp.167-178.

BASSO, Alberto. **Dizionario Enciclopedico Universale della Musica e dei Musicisti: Le biografie.** Vol.2. Torino: UTET, 1988.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. **Músicos no Novo Mundo: A presença musicistas italianos na Banda Municipal de Porto Alegre (1925-1950).** 278f. Tese (Doutorado em História) – Escolas de Humanidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano na cidade.** Passo Fundo: UPF, 2000.

CORTE REAL, Antônio T. **Subsídios para a história da música no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 1984.

DI CARLI, Angelo e DI CARLI, Serena. **I Luighi dell'identità: dinamiche culturali nell'esperienza di migrazione.** Milano:Franco Angeli, 1980.

FASCE, Ferdinando. **Tra due Sponde: lavoro, affari e cultura tra Italia e Stati Uniti nell'età delle grande emigrazione.** Genova: Graphos, 1993.

FRANZINA, Emilio. Identità Regionale, identità nazionaleed emigrazione all'estero. In: BARTOCCI, Enzo; COTESTA, Vittorio (a Cura). **L'Identità Italiana: Emigrazione, Immigrazione, Conflitti Etnici**, Roma:Edizione Lavoro, 1999, pp.29-46.. p.30.

GABACCIA, Donna. **Emigranti: diaspore degli italiani dal medioevo a oggi.** Torino: G. Einaudi, 2003

JORNAL A Federação, Porto Alegre, 7 de jul. 1926.

LUCAS, Maria Elizabeth. Classe dominante e cultura musical no RS: do amadorismo à profissionalização. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: cultura e ideologia.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, pp. 158-163.

MARINO, Simone. **Calabresi ad Adelaide: l'esperienza migratoria vissuta dai suonatori tradizionale.**Roma: Pioda Editore. 2012.

MORONI, Marco. Emigrazione, identità etnica e consumi: gli italiani d'America e la fisarmonica. In: **Rivista Altreitalie**, Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, n.34, 2004. pp.33-59.

OLIVIERI, Mabel. Italiani all'estero, fratelli d'Italia? In: In: BARTOCCI, Enzo; COTESTA, Vittorio (a Cura). **L'Identità Italiana: Emigrazione, Immigrazione, Conflitti Etnici**, Roma:Edizione Lavoro, 1999, pp. 95-112.

PAPPALARDO, Maria Graça Berta. **Entrevista sobre a trajetória de José Pappalardo**. [jul. 2016]. Entrevistador: Leonardo Conedera, Egiselda Charão e Fernanda Trentini. Porto Alegre.

PARANHOS, Paulo Ricardo Leonardi. **Trajetória do maestro José Leonardi** [ago. 2012]. Entrevistador: Leonardo de Oliveira Conedera. Porto Alegre.

SIMMEL, Georg. **Sociologia: estudos sobre las formas de socialización**. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1986. p. 208.

SPACAZZOCCHI, Maurizio. Canzone e identificazione. In: PIATTI, Mario(a cura). **Io-tu-noi in Musica: identità e diversità**. Assisi: Quaderni di musica applicata, n.17. 1994.

VANNUCCI, Alessandra. Partenze. In: SANFILIPPO, Matteo (a cura). **Dì Bän So: Migrazione e migranti nella storia: Articoli, saggi e studi di e su Emilio Franzina che va in pensione**. Viterbo: Sette Città, 2014, pp. 229-234.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da Identidade Étnica na Região de Santa Maria-RS**. Santa Maria: Edusfm, 2006.

O FOLCLORE “ALEMÃO” COMO PRÁTICA IDENTITÁRIA: O PAPEL DAS DANÇAS E DOS TRAJES FOLCLÓRICOS NA CONSTRUÇÃO DE LAÇOS CULTURAIS E HISTÓRICOS COM A ALEMANHA⁶⁶¹

Lucas Voigt⁶⁶²

1 Introdução

Podemos verificar, no Brasil, a existência de um conjunto de instituições e de agentes individuais envolvidos na definição, na legitimação e na promoção de manifestações e práticas culturais associadas àquilo que se compreende por “folclore *alemão*”. Ainda que tais agentes não negligenciem outras expressões culturais constitutivas do “folclore”, sua prática dirige-se principalmente à performance de *danças populares* e à utilização de *indumentárias típicas folclóricas*. Temos ao menos duzentos grupos de dança folclórica no país, entidades com atuação em âmbito municipal. Tais grupos estão distribuídos por sete estados da federação, ainda que se localizem predominantemente no Rio Grande do Sul (RS) e em Santa Catarina (SC). Verificamos também a existência de sete “associações regionais” ou “ligas de folclore”, entidades com atuação em âmbito regional, agremiando grupos folclóricos. Ademais, constata-se a existência de uma entidade representativa e formadora de folcloristas em âmbito nacional, a Associação Cultural Gramado (ACG) / Casa da Juventude.

Em tal microcosmo social, que defini como o “*espaço de práticas do folclore ‘alemão’ no Brasil*” (VOIGT, 2018), um conjunto de agentes ocupa posições destacadas, de liderança e de dominação. Dito de outro modo, tais agentes – os “especialistas em folclore” – constituem e compõem uma “elite cultural”. Tais especialistas atuam na definição e na salvaguarda da “*autenticidade*” e da “*fidedignidade histórica*” do folclore, por meio da importação e da

⁶⁶¹ Este artigo apresenta alguns dos resultados de dissertação de mestrado recentemente defendida pelo autor, intitulada “O espaço de práticas do folclore ‘alemão’ *autêntico* no Brasil: Um estudo de sociologia da cultura e das elites”. A pesquisa teve o apoio do CNPq, mediante a concessão de uma bolsa de mestrado.

⁶⁶² Sociólogo e Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC). Doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFGRS). E-mail: lucas_3106@hotmail.com.

decodificação de descrições de danças (*Tanzbeschreibungen*) e de registros visuais e iconográficos de trajes (*Trachten*), prescrevendo práticas que contemporaneamente reproduzem tais fontes históricas do modo mais fiel possível. Esta é, em última instância, a base da “autenticidade” do folclore “alemão” praticado no Brasil.

Neste artigo, analiso os sentidos associados à prática do folclore “alemão” no Brasil – isto é, à prática da dança folclórica e da utilização de indumentárias típicas –, analisando o papel e os usos do folclore na construção da identidade⁶⁶³ teuto-brasileira e no estabelecimento de laços culturais e históricos com a Alemanha.

O trabalho se estrutura em três eixos de discussão. Em um primeiro momento, analiso a narrativa produzida por folcloristas sobre a origem histórica do folclore “alemão” praticado no país, inscrita na experiência fundadora – e mitológica – da imigração alemã para o Brasil. Posteriormente, considero os limites e os sentidos identitários investidos na noção de folclore “alemão” – em detrimento da noção de folclore “germânico” –, utilizada para a definição da prática da dança e da utilização de indumentárias folclóricas no Brasil. Por fim, analiso o *modus operandi* de confecção de trajes folclóricos – enraizado na experiência da imigração –, prática exemplar dos esforços contemporâneos de fabricação e de estabelecimento de laços culturais e históricos com a Alemanha.

2 A imigração como mito fundador do folclore “alemão”

A prática de um folclore “alemão” *autêntico, tradicional e historicamente fidedigno*, no contexto brasileiro, é uma invenção extremamente recente, que podemos situar nos idos da década de 1980⁶⁶⁴. Apesar das narrativas consagradas no espaço do folclore tomarem como marco fundador a experiência da imigração alemã para o Brasil – fixando o marco espaço-temporal, portanto, em São Leopoldo (RS) em 1824 –, meu argumento é de que a gênese do folclore “alemão” não pode ser localizada nos primórdios dos fluxos migratórios e nem mesmo nas levas de imigração mais recentes, haja vista que a prática do folclore “alemão” no Brasil é resultado de um investimento consciente e consequente na importação de fontes da

⁶⁶³ Utilizo o termo “identidade” no sentido compreendido por Michael Pollak (1992), isto é, enquanto uma imagem de si, para si e para os outros.

⁶⁶⁴ A discussão a seguir beneficia-se, em larga medida, das formulações de Hobsbawm e Ranger (1984) acerca do fenômeno da “invenção das tradições”.

cultura popular germânica e europeia, levado a cabo por teuto-brasileiros de modo sistemático em um período recente da história – a saber, nas décadas de 1980 e 1990. Assim, a mitologia oficial vigente no espaço do folclore, disseminada por meio de um discurso recorrente e estruturante que visa legitimar tal prática em função do “resgate” e da “preservação” dos costumes e das tradições dos imigrantes e dos antepassados alemães, demanda uma problematização de um ponto de vista sociológico e histórico.

Deve-se pontuar, não obstante, que os folcloristas são flagrantemente contrários à noção e à prática da “invenção de tradições”. É constitutiva da prática do folclore “alemão” no Brasil a rejeição à criação de coreografias e à invenção de danças folclóricas. Assim, ao aplicar a noção de “invenção de tradições” ao folclore “alemão” *autêntico e historicamente referenciado*, o termo não se refere à invenção de danças, na medida em que o apanágio da dança folclórica “autêntica” é precisamente a execução de danças que reproduzem à risca, de modo rígido, registros folclóricos históricos. Todavia, a prática de tal folclore, no contexto brasileiro, é um fenômeno extremamente recente, dependendo da fabricação de uma tradição em um momento circunscrito do tempo, por meio da associação entre danças folclóricas “tradicionais” e o legado cultural da imigração alemã.

É bastante plausível supormos que algumas das danças praticadas contemporaneamente no espaço do folclore “alemão” no Brasil – especialmente as danças mais básicas e elementares – tenham sido *de fato* trazidas por imigrantes alemães, constituindo-se como práticas coletivas e compartilhadas de tais agentes, no âmbito de uma cultura germânica em comum. Todavia, a maioria absoluta das danças “alemãs” praticadas no Brasil foi buscada contemporaneamente – e em período bastante posterior ao fenômeno da imigração – diretamente na Alemanha e na Europa, por meio de pesquisas históricas. Neste sentido, pode-se afirmar que as danças praticadas contemporaneamente no Brasil não são um legado da imigração, nem são necessariamente aquelas se mostravam expressivas entre os imigrantes alemães que acabaram por se fixar no país.

Embora a narrativa do folclore enquanto prática de resgate das tradições dos antepassados constitua-se como a *doxa* vigente no espaço do folclore “alemão” no Brasil, até mesmo alguns especialistas em folclore reconhecem que o folclore praticado no contexto brasileiro depende de um trabalho de mediação cultural, e que as danças executadas no presente não são um legado direto, contíguo e imediato da experiência imigratória. Vejamos um trecho da entrevista com um desses especialistas em folclore, que se refere ao início do

trabalho de pesquisa sistemático sobre o folclore “alemão” no país:

Porque até aquele momento eles [os descendentes de alemães] não sabiam nada de traje típico, até aquele momento eles não, eles sabiam intuitivamente das danças, eles sabiam que na cultura alemã tinha *Polka*, que na cultura alemã tinha *Walzer*, que na cultura alemã tinha um *Siebenschritt*, tanto que eles sabiam que existia, que tinha a *Polonaise*. Agora, que existia uma *Hetlinger Bandriter* que se dança assim, só veio depois, né? ⁶⁶⁵

É bastante óbvio, no entanto, que sem o fator “imigração alemã” e seu “legado histórico” dificilmente indivíduos pertencentes ao grupo étnico teuto-brasileiro investiriam em uma prática tal como a do folclore “alemão”. Neste sentido, a imigração é um fator explicativo importante e incontornável à história do folclore “alemão” no Brasil. Todavia, os especialistas em folclore executam um uso específico do fenômeno da imigração nas narrativas dominantes e nativas sobre a história do folclore – isto é, da imigração como experiência fundadora –, o que expressa estratégias de legitimação e de construção identitária por parte de tais agentes.

Meu argumento é de não há uma ligação intrínseca, direta, consequente ou de causalidade entre a imigração de alemães para o Brasil e o folclore “alemão” praticado nos dias atuais. Dito de outro modo, a base histórica e social que dá sustentação à prática do folclore não é uma “herança” dos antepassados imigrantes, haja vista que as fontes históricas para a prática do folclore foram buscadas diretamente no repertório de elementos da cultura popular germânica e europeia, por meio de um investimento que visava restabelecer laços com a Alemanha e legitimar a prática executada por um conjunto de agentes, responsável pela invenção de uma tradição relativa à prática de danças e ao uso de indumentárias típicas “alemãs” no contexto brasileiro.

Como foi demonstrado sobejamente em trabalho prévio (VOIGT, 2018), o folclore “alemão” praticado no Brasil não se baseia num saber incorporado e herdado dos antepassados, nem se pautou em pesquisas folclóricas com foco nos descendentes de imigrantes radicados no território nacional. Ao contrário, tal folclore foi criado a partir de um esforço de pesquisa especializada em fontes da cultura popular produzidas nos séculos XIX e XX na Alemanha e demais países europeus. Deste modo, o folclore “alemão” no Brasil irá depender de uma justaposição entre uma referência histórica europeia e a realidade e o contexto teuto-brasileiro contemporâneo.

⁶⁶⁵ SIMÕES, Denis Gerson. Entrevista concedida a Lucas Voigt em 14 e 15 Abr. 2016, Trombudo Central – SC.

Para que não restem dúvidas sobre a questão: o folclore não é um legado da imigração, pois é resultado de um trabalho sistemático de formação e de importação de fontes históricas para a prática do folclore, produzidas em contexto europeu – prática iniciada de modo sistemático, no contexto brasileiro, na década de 1980. Tais fontes foram produzidas principalmente no século XIX e XX, tomando como referência um período anterior, isto é, os séculos XVI a XVIII – que antecede à própria imigração alemã para o Brasil –, em que – nos termos de Peter Burke (2010) – verificou-se a “descoberta do povo” e a invenção da cultura popular na Europa. Neste sentido, as fontes históricas de origem europeia – e não os hábitos e costumes trazidos e legados pelos antepassados imigrantes – são a base da prática da dança folclórica “alemã” no contexto brasileiro.

Na historiografia proposta por este autor (VOIGT, 2018), a gênese das instituições e da prática do folclore “alemão” no Brasil foi situada na década de 1940⁶⁶⁶, mais precisamente após o fim do Estado Novo (1937-1945). Inexistem quaisquer registros históricos da prática da dança folclórica “alemã” – isto é, da formação de grupos de dançarinos, que performam coreografias embasados em fontes históricas – antes dos anos de 1950. Nas décadas de 1950 e 1960, sabe-se da existência e atuação de alguns grupos, tratando-se, entretanto, de iniciativas não sistemáticas, isoladas e incipientes. A prática do folclore “alemão” no Brasil irá se disseminar e sistematizar propriamente apenas na década de 1980, institucionalizando-se de modo estruturado no início dos anos 1990⁶⁶⁷.

Assim, as narrativas que visam postular a prática do folclore como “herança cultural” direta e consequente da imigração alemã tem por objetivo a construção de uma história, de um legado e de um sentido de continuidade para o folclore “alemão” no Brasil. Ademais, o

⁶⁶⁶ Trata-se de uma delimitação aproximada do início de tal processo histórico. Em uma perspectiva processual – no sentido de Norbert Elias (1994, 2006) –, não se trata de fixar um marco absoluto e irredutível, mas analisar o desenvolvimento dos processos históricos.

⁶⁶⁷ Por falta de espaço, não será possível reconstituir aqui a sociogênese – ou história social – do folclore “alemão” no Brasil. Tal análise, ademais, será objeto de outro artigo específico. Ainda assim, em linhas bastante gerais, pode-se apontar que o surgimento de tal folclore no contexto brasileiro remonta a um conjunto de iniciativas de rearticulação e recomposição das elites do grupo étnico alemão no Brasil, após o fim do Estado Novo (isto é, pós-1945). Dentre tais iniciativas, devem ser mencionados: o Comitê de Socorro à Europa Faminta (SEF), a reorganização da Igreja Luterana, a reinserção de alemães na política, e a fundação de um conjunto de Centros Culturais 25 de Julho. Tais centros constituirão, em 1951, uma Federação dos Centros Culturais 25 de Julho. Em 1965, esta Federação fundará a Casa da Juventude, entidade que, a partir de 1983, iniciará a promoção e a formação sistemática em folclore “alemão”, institucionalizando tal prática por meio da fundação de um Departamento de Danças, em 1991. Para uma análise detalhada sobre o tema, ver Voigt (2018, p. 44-140).

esforço de enraizamento da prática do folclore “alemão” na experiência da imigração alemã para o Brasil, tem como objetivo a legitimação e a justificação, com base no passado, da prática do folclore executada por um conjunto de agentes e de instituições no presente.

Neste contexto, é válido destacarmos ainda alguns dos vocábulos empregados pelos folcloristas nos discursos a respeito de suas práticas. São recorrentes termos como “cultivar”, “reavivar” e “resgatar”, no sentido de “*manter viva*” uma tradição cultural, de dar prosseguimento a ela. A ideia de “resgate de tradições”, em especial, implica a noção de uma cultura e de um passado que precisam ser retomados, salvos e preservados do esquecimento⁶⁶⁸. Tais termos têm o mérito de denotarem que, sem um esforço de “cultivo” e “reavivamento”, tal prática deixaria de existir. Dito de outro modo, o folclore não perduraria “naturalmente” nas comunidades teuto-brasileiras, bastante “assimiladas” e integradas à sociedade brasileira nos dias atuais. Por outro lado, tais vocábulos se adéquam às construções narrativas sobre a história do folclore e, desse modo, podem ofuscar uma realidade de suma importância, a saber: que a prática sistemática do que se entende por “folclore alemão” tem origem recente, e que as referências e fontes históricas que o embasam não são “resgatadas” nas comunidades de descendentes de alemães no Brasil, mas são buscadas diretamente na Alemanha, em registros folclóricos históricos. Desta forma, a tradição da dança folclórica “alemã” não foi “reavivada” nas comunidades teuto-brasileiras; pelo contrário, foi inventada, implementada e promovida por um conjunto de agentes em um período histórico recente.

3 Folclore “alemão” ou folclore “germânico”?

Nos estudos que venho desenvolvendo acerca do folclore “alemão” no Brasil, tenho utilizado a expressão sempre grifada entre aspas. As práticas da cultura popular e do folclore desenvolvidas no Brasil poderiam ser definidas, no limite, como “germânicas”, se considerarmos que envolvem manifestações culturais características de um conjunto variado de territórios de língua alemã. Ademais, o período de referência para as fontes históricas que embasam a prática do folclore “alemão” é anterior à própria constituição da “Alemanha”

⁶⁶⁸ A prática do folclore pode ser compreendida como um “lugar de memória” no sentido de Pierre Nora (1993), isto é, um lugar consagrado a uma memória que não é mais estruturante das práticas sociais de determinada comunidade – um *resto*, que depende do trabalho de “homens-memória” para o seu reavivamento.

enquanto Estado-nação. O termo dominante e de uso corrente pelos folcloristas brasileiros, todavia, é folclore “alemão”. Neste sentido, pode-se argumentar que o termo oferece indícios sobre os sentidos do investimento dos agentes nas manifestações culturais populares de origem germânica, bem como sobre os sentidos das suas construções identitárias, pautadas pelo ímpeto de estabelecer laços com a Alemanha, de modo a produzir um sentido de continuidade histórica – em uma construção *ex post facto*⁶⁶⁹ – entre as colônias alemãs no Brasil e a Alemanha, entre os descendentes de alemães e a germanidade.

Ao empregar o termo dança folclórica “alemã”, os especialistas em folclore brasileiros estão, mais precisamente, referindo-se a danças populares (*Volskstänze*) de origem germânica, isto é, danças registradas e fixadas com base em uma referência a localidades, regiões e territórios que empregavam línguas germânicas em múltiplas variações dialetais – o que corresponde, nos dias atuais, principalmente aos territórios da Alemanha, Áustria e Suíça – em um período histórico determinado, via de regra, registros produzidos no fim do século XVIII e durante o século XIX⁶⁷⁰. Mesmo que um conjunto básico de danças possa ser considerado representativo, nos dias atuais, da “Alemanha” ou da “Áustria” – realidade que depende do trabalho *a posteriori* de folcloristas –, deve-se reter o fato de que as danças possuem ligações intrínsecas a territórios e localidades específicas (estados, regiões geográficas, comunidades). Ademais, os grupos folclóricos brasileiros não performam, exclusivamente, danças “alemãs”, embora atribuam de modo geral o adjetivo “alemão” para o conjunto de danças – extremamente variadas e com múltiplas origens territoriais – que compõem o seu repertório. Deste modo, uma terminologia mais adequada evitaria uma nomenclatura tal como danças “alemãs”, definindo-as de modo mais apropriado como danças populares ou “danças do povo” – na tradução literal do termo *Volskstänze* – de origem “germânica”, compreendendo todas as variações e especificidades locais desse conjunto de danças. Tal assertiva ganha ainda mais robustez se considerarmos a unificação tardia da Alemanha (1871), período histórico posterior à maior parte dos registros das danças populares em questão.

⁶⁶⁹ O termo *ex post facto* (do latim, “a partir do fato passado”) é empregado aqui valendo-se do seu sentido jurídico. No direito, uma lei *ex post facto* é aquela que age de modo retroativo, alterando a interpretação e a consequência jurídica de ações desenvolvidas em período anterior à própria lei. No caso das práticas culturais analisadas neste artigo, o termo *ex post facto* implica que definições contemporâneas sobre o folclore e a cultura popular de origem germânica dependem de ressignificações e transformações do sentido inerente e original de tais práticas em seu contexto histórico e territorial pertinente.

⁶⁷⁰ Neste sentido, o “folclore germânico” se constitui e depende da ideia de uma *comunidade imaginada* – para empregarmos a formulação de Benedict Anderson (2005) – isto é, refere-se à cultura popular de territórios que utilizam um mesmo idioma – ou dialetos aproximados –, isto é, as línguas germânicas.

É necessário problematizarmos em maiores detalhes os limites da noção de folclore *alemão*, ou de danças *alemãs*. Para tanto, devemos considerar duas variáveis, a saber, a *língua* e – principalmente – o *território*. Questões geográficas e de definição geopolítica são centrais para a determinação de estilos característicos das danças. Embora algumas danças sejam comuns e representativas em todo o território alemão, via de regra as danças possuem especificidades e representatividade regional ou até mesmo local. Neste sentido, pode-se afirmar que as danças são extremamente *territorializadas*, adquirindo sentido quando representam territórios bastante circunscritos. Por exemplo, danças em quadrilha (*Kontratanz*) são características, via de regra, de estados da região norte da Alemanha; danças em círculos são mais frequentes na região Sul; também dos estados do Sul provém o *Schuhplattler*, característico da região dos Alpes; há ainda danças “pomeranas”, território histórico que integra hoje partes da Alemanha e da Polônia, em que ressoam influências musicais e estéticas do Leste Europeu. Neste sentido, pode-se compreender as “*danças populares de origem germânica*” como um conjunto amplo e diversificado de danças características da cultura popular de uma vasta gama de territórios europeus identificados cultural, étnica e/ou linguisticamente como “germânicos”, que possuem especificidades e variações territoriais, adquirindo uma função de identificação cultural principalmente no contexto específico de referência.

Como dito, o termo “folclore *alemão*” é de uso corrente no espaço brasileiro, expressando os sentidos investidos na prática do folclore. Embora alguns folcloristas empreguem a nomenclatura “danças folclóricas *germânicas*”, o termo comumente empregado é, de modo inquestionável, folclore *alemão*. Todavia, como é possível falar de danças “alemãs”, se os registros históricos das danças são anteriores à própria constituição de uma “Alemanha” – unificada tardiamente em 1871, no processo capitaneado por Otto von Bismarck⁶⁷¹? Como se pode falar em folclore “alemão” se o fenômeno originário da prática de tal folclore no Brasil, na narrativa “*ilusional*” – no sentido de Bourdieu (2006) – dos especialistas em folclore – isto é, a imigração de povos germânicos para o Brasil, iniciada em 1824 –, é igualmente anterior à unificação alemã? A “Alemanha” só passa a existir décadas depois do período histórico de surgimento e de produção da maior parte dos registros de

⁶⁷¹ Norbert Elias (1997), em sua análise do *habitus* alemão – isto é, do saber incorporado característico do conjunto de alemães –, irá destacar o desenvolvimento histórico notadamente descontínuo do Estado alemão. Nas palavras do autor: “É frequentemente sublinhado que a formação atrasada de um Estado moderno unitário constitui uma das características básicas do desenvolvimento alemão”. (ELIAS, 1997, p. 19).

danças que embasam a prática do folclore – isto é, o início do século XIX. Assim, em termos estritamente históricos, não havia unidade político-territorial para que se possa falar propriamente em folclore “alemão”. O emprego do termo, portanto, só é possível pela projeção – *ex post facto* – de definições territoriais atuais às fontes históricas que sustentam o folclore. Ademais, os especialistas em folclore têm consciência de que estão executando danças de variadas origens territoriais específicas e determinadas – danças bávaras, hessianas, vienenses, pomeranas, alpinas, etc. –, territórios que podem até mesmo não integrar o que hoje se entende por “Alemanha”. De tal modo, é central questionarmo-nos: por que motivo os especialistas em folclore no espaço brasileiro empregam o termo folclore “alemão”, tendo consciência de que o conjunto de danças que seus grupos folclóricos performam só podem ser adequadamente denominadas e definidas, de modo genérico, pelo termo “germânicas”?

Em minha visão, trata-se de um esforço contemporâneo de aproximação e de identificação com a Alemanha, em função da sua projeção e protagonismo internacional nas esferas da economia, da política e da cultura, posição que começa a ser (re)consolidada após a Segunda Guerra Mundial. De modo inequívoco, a referência quase que exclusiva a um folclore “alemão” releva interesses contemporâneos dos agentes em estabelecer laços culturais, históricos e identitários com a Alemanha. Para explicar a predileção pelo termo folclore “alemão”, deve-se ter em mente que o espaço de práticas do folclore no Brasil irá se institucionalizar a partir da década de 1980, contexto em que, além de plenamente estabelecida enquanto Estado nacional, a Alemanha já ocupa posição de grande destaque no cenário internacional. Ademais, os usos do termo folclore “alemão” implicam a busca por uma origem social específica, que tem como escopo e referência a Alemanha – ao invés da Áustria, da Suíça, da Polônia, da República Tcheca ou qualquer outro território onde danças “germânicas” tenham sido originadas. É facilmente discernível que, para os folcloristas brasileiros, a identificação com a Alemanha é algo desejável; tal identificação produz orgulho, satisfação e autorrealização. A prática do folclore “alemão”, assim, representa um investimento recente e consequente na construção de uma origem identitária e étnica distintiva por parte dos folcloristas, visando ao estabelecimento de laços com a Alemanha, bem como à inserção e ao enraizamento da trajetória dos agentes e das práticas dos grupos folclóricos na história comum e coletiva do povo alemão. Por tais motivos, as danças folclóricas de origem germânica, isto é, as danças originadas em diversos territórios de línguas germânicas, transformam-se, no Brasil, em danças própria e exclusivamente “alemãs”.

Neste sentido, o folclore “alemão” praticado no Brasil tem o interessante efeito de produzir um fenômeno de *desterritorialização da cultura*. Dito de outro modo, a cultura e as práticas constitutivas e características do *habitus* dos “alemães” não seriam apenas aquelas desenvolvidas na Alemanha, mas também as práticas executadas pelo conjunto de agentes que reivindica o pertencimento à “germanidade”, isto é, por quaisquer agentes que possuam ou construam para si uma origem e uma etnicidade alemã⁶⁷². Até mesmo práticas que não podem ser propriamente definidas como “alemãs” – mas, no máximo, como “germânicas” –, passam a ser elementos constitutivos e representativos da cultura “alemã”. Isto se produz mediante o trabalho cultural de especialistas em folclore e grupos de dança folclórica que, no território brasileiro, promovem a cultura “alemã”, simultaneamente desterritorializando-a.

Portanto, antes de uma definição territorial, geográfica ou em termos de nacionalidade, o folclore “alemão” é uma expressão de construções identitárias que enfocam a dimensão cultural e simbólica da experiência social de identificação. Neste contexto, os sentidos identitários e a definição de pertencimento a um “povo” estão embasados na “cultura em comum” – no *habitus* nacional, no sentido de Elias (1997) –, isto é, em saberes, práticas e costumes partilhados com antepassados e com o conjunto de indivíduos que compõem determinado grupo étnico e/ou nacional no presente. Aos “alemães” no Brasil, o elemento fundador da identidade e do pertencimento ao “povo” se define pela inserção e pela participação na história comum do grupo étnico de origem. A fabricação de tal identidade depende, via de regra, de um esforço de inserção de um grupo de imigrantes e seus descendentes na história nacional do seu país de origem, da produção de continuidade histórica entre a experiência da imigração e o país de origem, e da construção de laços e vínculos entre descendentes de imigrantes brasileiros e a Alemanha. Para a construção de tais laços, a “cultura alemã” e a “herança cultural” dos antepassados imigrantes – expressas por meio da prática do folclore “alemão” e, notadamente, através da confecção e da utilização de trajes folclóricos, como veremos a seguir – ocupam um papel crucial.

⁶⁷² Para uma análise da busca por uma origem social alemã e a reivindicação da germanidade por parte de um conjunto de descendentes de alemães, ver o último capítulo de Voigt (2017).

4 Os trajes folclóricos e a fabricação de laços históricos e culturais com a Alemanha

Ao evocarmos um termo tal como “traje *alemão*”, devemos ter em mente a mesma problematização acerca da ideia de “danças *alemãs*”. Isto é, a formação e a composição da indumentária “alemã” é resultado de um complexo processo de circulação e apropriações, em que se verifica a influência de diversos territórios e grupos étnicos, por onde as indumentárias circularam e foram apropriadas diferencialmente. Ademais, as indumentárias registradas em obras folclóricas têm como marco histórico um período anterior à constituição de uma “Alemanha” enquanto Estado-nacional, fazendo referência a regiões e a fronteiras políticas distintas das atuais, territórios que podem ou não integrar o território alemão no presente. É exclusivamente em relação a tais territórios específicos e delimitados que determinado traje adquire função de representatividade cultural e étnica. Neste sentido, a terminologia historicamente mais adequada definiria os trajes utilizados pelos grupos folclóricos brasileiros, no limite, como “germânicos”. O termo traje “alemão” – tal como se verifica no que tange ao fenômeno da dança – é uma construção discursiva *ex post facto*, que depende de um investimento contemporâneo de aproximação e de construção de laços com a Alemanha por parte dos agentes folcloristas do espaço brasileiro.

Para o suporte à prática da dança, e para fins de representatividade cultural e identitária, os grupos de dança confeccionam e utilizam “trajes folclóricos” (“*Trachten*” ou “*Volkstrachten*”). Um traje folclórico é uma indumentária característica e representativa de determinada região ou localidade da Alemanha – ou outro território germânico – em um momento determinado da experiência histórica. Sua confecção depende de um trabalho especializado de pesquisa em fontes históricas, que visa à reprodução do traje do modo mais fidedigno possível, com vistas à garantia da sua autenticidade. Em última instância, residem em tal base histórica os atributos de “fidedignidade” e “autenticidade” das indumentárias típicas utilizadas pelos grupos folclóricos.

No espaço do folclore “alemão” no Brasil, alguns critérios estruturam a definição e a escolha por um traje folclórico específico, dentre o universo de trajes possíveis. Os próprios confeccionadores de trajes estimulam os grupos folclóricos a optarem por um traje característico e representativo da região de origem da maior parte dos imigrantes que se afixaram no município de atuação do grupo folclórico. Deste modo, os grupos folclóricos optam por trajes que possuem alguma relação com o processo de imigração e colonização germânica da sua localidade de atuação. Em casos em que a identificação da região de origem

da maior parcela dos imigrantes não é possível, ou em casos de municípios que foram constituídos por distintos grupos migratórios, opta-se por um traje representativo da região de origem de determinada pessoa notável da localidade. Assim, é bastante comum os trajes utilizados pelos grupos folclóricos prestarem “homenagem” a próceres locais ou indivíduos com atuação destacada para a constituição das colônias alemãs no Brasil. Portanto, um traje não é escolhido de modo arbitrário, nem leva em conta apenas fatores de ordem estética, na medida em que os confeccionadores de trajes estimulam os grupos folclóricos a identificarem a região de origem dos imigrantes fixados em seu município ou comunidade ou, ao menos, identificar as origens territoriais e históricas de um imigrante específico. Deste modo, o traje utilizado por um grupo folclórico representa uma região específica da Alemanha – ou outro território “germânico” –, que é significativa para a formação sócio-histórica de determinada região colonizada por “alemães” no Brasil. Tal *modus operandi* de escolha de trajes folclóricos têm, em última instância, a intenção e o efeito de produzir e fabricar vínculos entre territórios germânicos e áreas de colonização germânica no Brasil, isto é, entre a Alemanha e os grupos de danças folclóricas “alemãs” com atuação no território brasileiro.

Analisemos de modo detalhado o emblemático e sugestivo caso de um grupo folclórico da cidade de Blumenau (SC), o Teutônia. O grupo, fundado em 1987, utiliza um traje típico da região de Braunschweig (Baixa Saxônia). O fundador da colônia de Blumenau, Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, nasceu em 1819 em Hasselfelde, no ducado de Braunschweig, tendo residido na cidade de Braunschweig após sua atuação na fundação da colônia de Blumenau. Hermann Blumenau faleceu em tal cidade, em 1899. O trabalho de confecção do traje, segundo o próprio Grupo Folclórico Teutônia, se baseou em pesquisas junto à Prefeitura de Braunschweig, e também com o grupo folclórico que atua nessa cidade⁶⁷³.

⁶⁷³ AFG Tanz. **Grupo Folclórico Teutônia**. Disponível em: <<http://www.afgtanz.org.br/w/grupos-associados/grupo-folclorico-teutonia/>>. Acesso em: 18 Jul. 2017.



À esquerda: Representação em pintura de um traje característico da região de Braunschweig (Alemanha). Fonte: *Das Grossebuch der Volkstrachten*. In: KRETSCHMER, 1977, *Tafel* (“Quadro”) 27.

À direita: Fotografia do Grupo Folclórico Teutônia, utilizando o traje característico da região de Braunschweig, em 2012. Fonte: Página on-line do Centro Cultural 25 de Julho de Blumenau. Disponível em: <<http://www.25dejulho.org.br/2012/07/festival-nacional-de-dancas-folcloricas.html>>. Acesso em: 18 Jul. 2017.

De acordo com o próprio Grupo Folclórico Teutônia:

O traje oficial usado pelos integrantes é uma réplica do traje festivo da região Sul do Ducado de Braunschweig, usado por volta de 1800, portanto, da região e da época do nascimento de Hermann Bruno Otto Blumenau, o fundador de Blumenau, que nasceu no ano de 1819. Além da relação histórica, o traje, coincidente e oportunamente, identifica-se também com a nossa terra: as cores predominantes são a verde e a vermelha da Bandeira do Estado de Santa Catarina e os bordados são de flores – da cidade Jardim, como Blumenau também é chamada.⁶⁷⁴

Todavia, podemos argumentar que a vinculação de um traje a determinado prócere ou figura homenageada e, por consequência, a vinculação de determinada comunidade teuto-brasileira a um território germânico, é um empreendimento realizado *ex post facto*. Extremamente sugestivo é o fato de que, ao observarmos fotografias do Dr. Blumenau e de acontecimentos importantes dos primeiros anos da colônia – disponíveis, por exemplo, no Mausoléu Dr. Blumenau, lugar de memória destinado ao fundador da colônia, localizado no centro da cidade –, constatamos a utilização de outro tipo de indumentária, mais moderna e “cosmopolita”, característica da moda europeia do período – ternos de linho, na cor preta. Como foi mencionado por um dos especialistas em folclore que entrevistei:

⁶⁷⁴ Idem.

[...] um dos grupos de Blumenau, escolheu o traje do Braunschweig pra botar no seu grupo. [...] Por que que ele escolheu o traje do Braunschweig? Porque o Dr. Hermann Blumenau morreu em Braunschweig, Braunschweig. E ele nasceu numa cidadezinha, se não me falhe a memória no entorno de Braunschweig. [...] Ele escolheu esse traje porque simbolizava o Dr. Hermann Blumenau. E aí construiu uma conexão com a cidade. Desde quando o Dr. Hermann Blumenau botou um traje de Braunschweig na vida?! Provavelmente nunca!⁶⁷⁵

O caso do grupo mencionado é apenas um exemplo de uma prática estruturada e estruturante no espaço do folclore. Tal como se verifica no tocante ao fenômeno da dança, a confecção e a utilização de trajes folclóricos – que opera um enraizamento das indumentárias típicas dos grupos folclóricos no contexto alemão e europeu – é um processo de invenção de tradições. Assim como a base para a prática da dança folclórica não decorre do “resgate” de costumes e práticas existentes entre os descendentes de alemães e legados por seus antepassados imigrantes – ao contrário da narrativa oficial e dominante no espaço do folclore –, a prática de confecção de trajes depende igualmente de uma pesquisa em fontes históricas produzidas na Europa. Não foi possível encontrar informações acerca de trajes que tenham sido utilizados por antepassados e legados a seus descendentes, nem que alguma indumentária trazida por imigrantes tenha embasado a confecção contemporânea de um traje por um grupo folclórico. Assim, é impossível sustentar a assertiva de que as indumentárias utilizadas hoje pelos grupos folclóricos foram “trazidas” e de fato utilizadas pelos imigrantes alemães. O trabalho de confecção de trajes se baseia em pesquisas realizadas em fontes produzidas em língua alemã, na Alemanha e demais países europeus, operando uma associação relativamente arbitrária entre a região de origem de determinado imigrante e o legado cultural da colônia alemã no Brasil. O esforço de enraizamento histórico dos trajes no contexto alemão, apesar de seus méritos, tem por efeito a fabricação de uma tradição inventada. Ainda que esteja embasada nos mais rigorosos critérios e em pesquisas históricas cuidadosas – que têm por objetivo o estabelecimento de uma relação entre o contexto histórico e geográfico de origem de determinado imigrante e as práticas contemporâneas de seus descendentes, isto é, o estabelecimento de uma relação entre o fenômeno da imigração e as práticas e a experiência contemporânea de teuto-brasileiros –, a confecção e a utilização de trajes alemães no Brasil é, essencialmente, um processo caracterizado por uma invenção de tradições. Os trajes folclóricos constituem-se como mais um dos esforços de aproximação e de fabricação de laços com a Alemanha, centrais à busca por uma origem social distintiva e à construção dos sentidos identitários de teuto-brasileiros por meio da prática do folclore.

⁶⁷⁵ SIMÕES, Denis Gerson. Entrevista citada.

Por fim, a análise de Francis Haskell (1971) no tocante à pintura na França da primeira metade do século XIX, especialmente sua metáfora da “manufatura do passado” (“*manufacture of the past*”), podem nos auxiliar na discussão acerca da prática de confecção do “traje folclórico”. De acordo com o autor, a pintura da primeira metade do século XIX representa um esforço de fabricação de uma história e de um passado, construídos literalmente “à mão” por artistas e pintores. No que tange aos trajes folclóricos, observamos igualmente uma construção e recriação do passado, por meio de um trabalho de manufatura, isto é, os trajes folclóricos representam uma história e uma tradição fabricadas à mão. A confecção de trajes, trabalho com traços artísticos e artesanais, constitui-se num investimento regido por finalidades bastante específicas – isto é, a construção de vínculos e laços entre descendentes de alemães e as práticas supostamente legadas pelos imigrantes alemães –, que toma por base a iconografia da indumentária tipicamente germânica e norteia-se segundo um *modus operandi* essencialmente romântico – a saber, uma nostalgia e uma evocação constante do passado. Tal trabalho cultural, em suma, tem por efeito a produção de um enraizamento e de uma “continuidade histórica” entre a trajetória social de descendentes de alemães no Brasil, seus antepassados de origem germânica, e a própria história nacional da Alemanha.

5 Considerações finais

Neste artigo, demonstrei que, apesar da narrativa que postula o folclore como legado direto da experiência da imigração, a prática do folclore “alemão” no Brasil é resultado de um processo de “invenção de tradições”, levado a cabo de modo sistemático a partir da década de 1980, por um conjunto de especialistas em folclore. Os usos da noção de folclore “*alemão*” – em detrimento da noção de folclore “*germânico*” – e, notadamente, a prática de confecção e de utilização de trajes folclóricos – que estabelece contemporaneamente vínculos culturais e históricos entre comunidades de descendentes de alemães no Brasil e territórios germânicos na Europa –, são expressões dos sentidos identitários e da construção da “teuto-brasilidade” por parte de descendentes de alemães e folcloristas.

As danças e os trajes folclóricos podem ser concebidos como “símbolos” da história da imigração e da colonização alemã no Brasil e, de modo correlato, como “símbolos” de pertencimento cultural e identitário à germanidade. Se a base da autenticidade do folclore reside na reprodução de registros históricos, isto implica que o folclore “alemão” praticado

contemporaneamente no Brasil visa, em última instância, reproduzir práticas do passado. Tais práticas são identificadas como uma herança da experiência da imigração, ainda que, como demonstrei, dependem de um trabalho recente de importação e de decodificação de fontes históricas que servem à sustentação da prática do folclore. Neste sentido, a prática de um folclore “alemão” depende da invenção de uma tradição, que tem por finalidade última estabelecer vínculos e laços entre os folcloristas brasileiros e a Alemanha. Assim, a invenção da tradição do folclore “alemão” no Brasil tem por efeito, em suma, a identificação e o enraizamento da trajetória dos agentes na cultura germânica e na história comum da Alemanha. Tal esforço de identificação é central para a construção da autoimagem identitária dos descendentes de alemães que investem na prática de um folclore “alemão” no Brasil.

Por fim, um último comentário. Especialmente a partir da década de 1990, após a recepção do influente e seminal trabalho de Hobsbawm e Ranger (1984) no Brasil, um conjunto de estudos passou a se orientar segundo a perspectiva da “invenção das tradições”. Alguns estudiosos se valeram de tal perspectiva com a finalidade de demonstrar a “incoerência histórica” de manifestações culturais, visando deslegitimá-las. Deste modo, acabaram por produzir uma crítica às práticas dos agentes e, de modo correlato, aos sentidos identitários que investiam nas suas manifestações culturais. Neste trabalho, a centralidade da ideia de “invenção de tradições” não implica uma denúncia ou um ataque à suposta “artificialidade” de manifestações culturais, nem a suposição de que seja impossível o reconhecimento de sentidos identitários “autênticos” em práticas culturais inventadas. Uma vez que uma tradição é inventada, ela adquire vida própria. O próprio investimento na fabricação de uma tradição dá pistas sobre como os agentes sociais se identificam, se reconhecem, e lidam com as imagens de si. Dito de outro modo, as tradições inventadas estão repletas de sentido e impregnadas de identidade. Orientado segundo tal espírito, acredito que as tradições inventadas constituam-se como um *locus* extremamente profícuo para a compreensão das construções identitárias dos agentes e seus processos de (auto)significação⁶⁷⁶.

⁶⁷⁶ Para uma análise nesses moldes, isto é, de uma tradição inventada que expressa as construções de sentidos identitários dos agentes sociais, especificamente no que tange ao fenômeno da *Oktoberfest*, ver Voigt (2018, especialmente p. 175-177).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Ed. 70, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaios**. Vol. 1: Estado, Processo, Opinião Pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1: Uma História dos Costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ELIAS, Norbert. **Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- HASKELL, Francis. The manufacture of the past in nineteenth-century painting. **Past and Present**, Oxford (Reino Unido), v. 53, n. 1, 1 Nov. 1971, p. 109-120.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence O. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, Dez. 1993, p. 7-28.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- VOIGT, Lucas. **O dever e os sentidos das memórias de descendentes de alemães em Santa Catarina: Um esboço de sociologia da memória**. Porto Alegre: Multifoco / Luminária Academia, 2017.
- VOIGT, Lucas. **O espaço de práticas do folclore “alemão” autêntico no Brasil: Um estudo de sociologia da cultura e das elites**. 2018. 376 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, SC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186102/PSOP0612-D.pdf>>.

FONTES CITADAS NO TEXTO

- AFG Tanz. **Grupo Folclórico Teutônia**. Disponível em: <<http://www.afgtanz.org.br/w/grupos-associados/grupo-folclorico-teutonia/>>. Acesso em: 18 Jul. 2017.
- CENTRO Cultural 25 de Julho de Blumenau. **Festival Nacional de Danças Folclóricas de Blumenau – XIII Festfolk**. 02/07/2012. Disponível em: <<http://www.25dejulho.org.br/2012/07/festival-nacional-de-dancas-folcloricas.html>>. Acesso em: 18 Jul. 2017.
- KRETSCHMER, Albert. **Das Grossebuch der Volkstrachten**. Eltville am Rhein: Rheingauer Verlagsgesellschaft, 1977.
- SIMÕES, Denis Gerson. [2016]. Entrevista concedida a Lucas Voigt. Trombudo Central – SC, 14 e 15 Abr. 2016. 4 arquivos .mp3 (3h21min).

OS TRENTINOS NO BRASIL: IMIGRANTES ITALIANOS OU AUSTRIACOS?

Marcelo Armellini Corrêa*⁶⁷⁷

Ao se estudar os imigrantes italianos, não se deve compreendê-los como um grupo homogêneo, mas, sim, heterogêneo, devido ao fato de a Itália no século XIX ser caracterizada pelos regionalismos, ou seja, pelas identidades regionais. Isso ocorria porque esse país só foi unificado em 1870, com a tomada de Roma pelas tropas do Reino de Piemonte que, por ser o mais forte tanto política como militarmente, uniu os demais reinos da península itálica.

No final do século XIX cada região da Itália conservava sua cultura local, principalmente em relação ao idioma, pois prevaleciam os dialetos regionais em vez da língua italiana oficial. Mesmo após a unificação, algumas regiões com populações de fala italiana continuaram sob domínio estrangeiro, como foi o caso do Trentino-Alto Ádige e de Trieste, províncias do Império Austro-Húngaro.

A identidade dos trentinos era baseada na religião católica e no culto ao Imperador da Áustria, Francisco José I. A Itália, em 1870, conquistou militarmente Roma e outros territórios da Igreja, por isso o Papa excomungou o reino italiano, considerando-o um Estado ateu. A Áustria-Hungria defendia a Igreja e o Papa, em vista disso os trentinos, como eram católicos fervorosos, preferiam ser súditos austríacos a pertencer ao Reino da Itália, um Estado condenado pelo Pontífice. Muitos trentinos que imigraram para o Brasil traziam consigo um quadro com a imagem de Francisco José devido ao culto ao imperador, e, por causa disso, vários deles transferiram sua simpatia deste para Dom Pedro II (GROSSELLI, 1999). O imperador austríaco era visto como um defensor da fé católica pelo fato de apoiar as causas da Igreja Católica. Para Possamai, “[...] os trentinos consideravam-se mais católicos do que os italianos pelo fato de não serem originários de um Estado condenado pelo Papa” (POSSAMAI, 2005, p. 92-93).

⁶⁷⁷ Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. Professor titular da rede municipal de ensino de Gravataí.

Segundo Grosselli (1987), a luta pela incorporação do Trentino à Itália era uma preocupação somente burguesa e cidadina, pois os camponeses não entraram nela por pouco se importarem com os ideais da burguesia que queria a unificação da província à Itália, o que somente veio a ocorrer em 1919. Para Possamai, “O grupo dos trentinos não vinha de um país que recentemente havia lutado pela sua unificação e não contava com elementos garibaldinos ou carbonários que, com frequência, existiam entre os imigrantes italianos.” (POSSAMAI, 2005, p. 89). Assim, para Altmayer (2016b):

(...) o camponês do Tirol, fosse ele de língua alemã, ladina ou italiana, não participava da realidade política da Itália. Isso era discussão dos meios intelectuais e políticos. A população camponesa permanecia ligada às suas tradições, ao clero e ao imperador (ALTMAYER, 2016b, p. 40).

Em relação aos imigrantes oriundos do Império Austro-Húngaro, pelo fato de ser um estado multinacional habitado por diversos povos, havia “identidades em conflito, uma nacional e étnica e outra supranacional, imperial” (BERTONHA, 2013, p. 173). Os trentinos se encontravam em um estágio intermediário, “se sentiam italianos, mas regionalistas e com uma visão de italianidade caracterizada de um catolicismo ultramontano e ligada ao Império” (BERTONHA, 2013, p. 173). Devido a estas questões, os trentinos são considerados por alguns pesquisadores como imigrantes italianos, Rovílio Costa, Luís Alberto De Boni, Renzo Grosselli e Paulo Possamai, e por outros como imigrantes austríacos, Everton Altmayer e Ursula Prutsch.

Nas obras clássicas sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, os trentinos são tratados dentro do conjunto da imigração italiana. Um dos primeiros trabalhos sobre os italianos no estado, de autoria de Luís Alberto de Boni e Rovílio Costa, escrito em 1984, se refere aos trentinos como uma população linguística e etnicamente italiana apesar de a região na época da imigração para o Brasil fazer parte da Áustria. Assim, conforme os autores: “os trentinos são os tirolezes da zona de imigração e que, em muitos registros de então, foram assentados como austríacos” (De Boni e Costa, p. 79, 1984).

No século XIX, os trentinos entravam no Brasil com passaporte austríaco⁶⁷⁸ e eram chamados de tirolezes ou austríacos. Ao optarem pela saída do Tirol italiano ou do Trentino, recebiam o passaporte e tinham de se declarar não mais pertencentes a essa comunidade, perdendo seus direitos de súditos do Império. Eram informados de que não receberiam

⁶⁷⁸O passaporte não poderia ser considerado como uma permissão para emigrar, porquanto, ao contrário disso, esse documento servia somente como legitimação, comprovando que a pessoa titular conservava a sujeição austríaca (GROSSELLI, 1987).

nenhuma ajuda do governo na solução de seus problemas. Os imigrantes trentinos ao declarar sua procedência às autoridades brasileiras se declaravam tirolezes ou austríacos. O termo Tirol refere-se ao passado sob domínio austríaco da região e o termo Trentino refere-se ao presente sob o domínio italiano (ALTMAYER, 2014). Segundo Altmayer, os trentinos eram imigrantes austríacos. Conforme o autor:

O Tirol pertenceu ao Império Austríaco de 1363 até 1918 e, por conta disso, os trentinos eram, na realidade, imigrantes austríacos (embora possam perfeitamente ser enquadrados perfeitamente no contexto da imigração italiana por causa de seu idioma). Contudo, naquele tempo os imigrantes italianos da região de Trento não eram chamados *trentinos* (esse termo é muito posterior), mas *Tirolesi* (“tirolezes”). (ALTMAYER, 2016a, p. 15).

Ursula Prutsch chama a atenção sobre a falta de estudos no Brasil sobre os imigrantes oriundos do Império Austro-Húngaro⁶⁷⁹. Segundo a autora, entre 1876 e 1910 aproximadamente 64.540 austríacos imigraram para o Brasil (PRUTSCH, 2011). Assim, a Áustria ocupava o quarto lugar entre os países que mais forneceram imigrantes para o Brasil, atrás da Itália, Portugal e Espanha (PRUTSCH, 2011).

Segundo Bertonha (2018a), os imigrantes austro-húngaros foram esquecidos pela historiografia brasileira. Conforme o autor, isso acontece devidos ao fato de o Império Austro-Húngaro ter sido dissolvido após a Primeira Guerra Mundial em 1918 dando origem a pequenos países. Desta forma os imigrantes austro-húngaros foram incorporados aos imigrantes de suas nações:

(...) aqueles que queriam estudar (...) os poloneses da Galícia austríaca simplesmente os incorporavam ao estudo dos poloneses como um todo. Do mesmo modo, os antigos croatas ou eslovenos entrariam nos estudos sobre “iugoslavos no Brasil” (ao menos até 1991), os trentinos e tirolezes naqueles a respeito dos italianos, etc. Sobre os austro-húngaros em si, o nada. Essa naturalidade ao “dissolver” as nacionalidades depois da chegada ao Brasil (ou a outros países de imigração) parte também do pressuposto de que o sentimento nacional era perfeitamente desenvolvido em todos os povos que compunham o Império e que, após a partida, eles imediatamente se reagrupavam segundo suas nacionalidades (BERTONHA, 2018a, p. 97-98).

Em um artigo escrito recentemente sobre os imigrantes croatas vindos para o Brasil entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX, o autor embora

⁶⁷⁹ Até 1918 são considerados austríacos não apenas os falantes de língua alemã, mas a totalidade imigrantes pertencentes a todos os povos e países que na época estavam sob o julgo da coroa austríaca integrando o Império Austro-Húngaro (PRUTSCH, 2011).

contextualize esta imigração com a realidade política do Império Austro-Húngaro, os croatas abordados como um grupo separado, ou seja, não austríacos (PUH, 2018).

Para Prutsch (2011), até 1918 ser austríaco não se limitava apenas ao fato de falar a língua alemã, mas abrangia todos os povos que habitavam as diversas partes do Império incluindo os que falavam outras línguas, embora o alemão fosse a língua oficial do Império Austro-Húngaro. Em relação à imigração de austríacos para o Brasil segundo Altmayer:

Os imigrantes chegados até 1918 eram de diversas regiões do Império Austríaco, unido ao Reino da Hungria, eram de diferentes etnias, falavam diversas línguas e professavam diferentes religiões. Mas eram de nacionalidade e identidade austríacas, porque “ser austríaco” não significava somente “ser de etnia alemã” ou “falar alemão”. A Áustria era um mosaico rico de povos e culturas. E a nacionalidade austríaca dos imigrantes se comprova não apenas com dados presentes em seus passaportes, mas na cultura que eles manifestavam em fatos de seu cotidiano, registrados muitas vezes por jornais da época ou ainda presentes na memória dos descendentes. (ALTMAYER, 2017, s/p).

Bertonha (2018a) reforça a posição dos dois autores anteriores ao tratar do nacionalismo dos austro-húngaros após a cegada no Brasil. Assim: “o nacionalismo etno-linguístico dos emigrantes imperiais fora do Império Austro-Húngaro não pode ser visto como um fato automático nem isolado de outras circunstâncias, incluindo a própria configuração da emigração” (BERTONHA, 2018a, p. 99).

Os trentinos eram em sua maioria alfabetizados, sabiam ler e escrever, pois tinham mais instrução do que os imigrantes provindos de outras partes da Itália que, em grande número, eram analfabetos. O império Austro-Húngaro determinava em sua legislação que os rapazes freqüentassem obrigatoriamente a escola até os 14 ou 15 anos. Por isso, os trentinos davam valor à educação, embora, às vezes, os filhos de imigrantes não tivessem acesso à escola devido às condições precárias das colônias, que necessitavam do trabalho braçal para a sobrevivência das famílias.

Na Áustria, devido ao crescimento dos nacionalismos entre as populações não alemãs do império no século XIX:

O governo austríaco esforçava-se em cultivar a consciência de que a Áustria significava o Estado como um todo, para além das fronteiras étnicas e regionais. (...) Eles criavam uma “instância de socialização”, a fé na lealdade pelo monarca, ou

seja, pela figura integradora do “bom Imperador”, Francisco José I. Também faziam parte dos mecanismos de integração a uniformização das técnicas administrativas, o uso de uma moeda comum, o sistema escolar (...) (PRUTSCH, 2011, p.3).

O governo austríaco tinha, através do sistema escolar, uma forma de promover a integração e a lealdade dos seus súditos de diferentes nacionalidades ao Império, desta maneira promovendo uma identidade supranacional. Assim, conforme Prutsch, “Aqueles que tinham alguma formação escolar estavam socializados como austríacos, tinham aulas de história austríaca e lhes era transmitida uma sensação de identidade supranacional” (PRUTSCH, 2011, p. 3). Por isso, o alto grau de escolaridade dos imigrantes trentinos era um fator de ligação destes com o Império Austro-Húngaro, pois reforçava a identidade deles como austríacos.

Muitos trentinos eram bilíngües, pois sabiam falar o italiano e o alemão, que na época era a língua oficial do Império Austro-Húngaro. Este foi o caso do imigrante Giosué Cristiano Colombano Barater, imigrado para a colônia Dona Isabel em 1876, ele era bilíngüe e se comunicava com a esposa apenas em alemão (BARETIERI, 2016).

Gustavo Baretieri ao escrever o livro contando a História de sua família, a qual imigrou da região do Trentino para Bento Gonçalves (na época Colônia Dona Isabel) no ano de 1876, trata esta imigração como sendo de austríacos ao invés de italianos. O título do livro “Imigração Austríaca do Tirol” já mostra por si só a idéia do autor e de seus antepassados que ao imigrarem para o Brasil continuaram se sentindo austríacos e não italianos (BARETIERI, 2016).

Em relação à presença de representação consular austro-húngara, segundo Renzo Grosselli os imigrantes trentinos foram abandonados pelos representantes diplomáticos austríacos pelo fato de renunciarem a cidadania austríaca ao emigrarem (GROSSELLI, 1987 e 1999). No entanto trabalhos mais recentes como o de Prutsch (2011), Altmayer (2014) e Bertonha (2013 e 2018) ressaltam que a rede consular do império Austro-Húngaro no Brasil, apesar de pequena, se preocupava em auxiliar seus súditos imigrados⁶⁸⁰. O governo de Viena somente no início do século XX melhorou a representação consular no Brasil quando criou um consulado austríaco em Curitiba com um cônsul honorário (Leopoldo Hoeschl Warnow) nomeado para cuidar do interesse de seus súditos em Santa Catarina e no Paraná (BERTONHA, 2018b). Segundo Prutsch:

⁶⁸⁰ Segundo Otto (2005), o consulado austríaco em Santa Catarina fornecia livros didáticos para as escolas católicas frequentadas por filhos de imigrantes trentinos na colônia Blumenau.

Os diplomatas austríacos enviados ao Brasil sempre se esforçaram em manter ou em construir a consciência de uma identidade austríaca supra-regional, entre outros motivos porque o Império Austro-Húngaro, enquanto Estado pluricultural, sempre teve que lidar, dentro de seu território, com conflitos entre as diversas nacionalidades e, por isso, tentava neutralizar, na medida do possível qualquer influencia negativa que pudesse atingir seus súditos no exterior (PRUTSCH, 2011, p. 13).

Os cônsules austríacos viam com perigo o fato de o governo italiano enviar livros didáticos para as escolas nas colônias em que havia muitos imigrantes trentinos. Pois tais livros fariam propaganda nacionalista pró-Itália entre os tiroleses. O diplomata austríaco Leopold Von Andrian, o qual esteve no Brasil entre 1902 e 1905, fez o seguinte relato:

Lembro de um cônsul italiano no Brasil, o qual [...] numa localidade onde não havia cônsul austríaco, mas com uma grande população trentina, a quem foi confiada a representação diplomática austríaca, e que explorava a sua posição de modo a, por um lado, contrabandear livros didáticos irredentistas para dentro de uma das escolas financiada por nosso colonos, e, por outro lado, se aproveitar da ingenuidade desses pobres camponeses para convencê-los de que o fato de seus interesses estarem sendo representados por um italiano era apenas um prelúdio de pronta cessão da região do Trento [para a Itália] (Citado por PRUTSCH, 2011, p. 14-15).

Em 1901 o embaixador austro-húngaro no Brasil, Eugen Von Kuczynski, esteve em Porto Alegre para fazer uma visita a seus compatriotas residentes no Rio Grande do Sul. Durante sua estadia na capital gaúcha, o cônsul fez um relatório a respeito dos austro-húngaros que residiam no estado:

Foi igualmente gratificante a forte impressão causada sobre os brasileiros pelo amor à pátria e pela fidelidade com o Império, expressas com grande entusiasmo pela nossa colônia. Pois estes, se bem tivessem conhecimento da existência em seu meio de muitos alemães, poloneses e italianos, pareciam não saber que uma boa parte deles era composta por cidadãos do grande Estado [da Áustria-Hungria]. Somente agora eles perceberam que o Império Austro-Húngaro tem trazido e ainda traz para o Rio Grande do Sul um contingente bastante considerável de pessoas capazes e trabalhadeiras, que fazem parte dos colonos alienígenas mais úteis e apreciados e aos quais se deve uma bela porção do trabalho de cultura no seu país. Quase todos os artigos publicados na imprensa local, os quais tomaram a minha visita como objeto de sua atividade jornalística, confirmaram este fato, com comentários lisonjeiros sobre a nossa colônia (...) (Citado por PRUTSCH, 2011, p. 6).

Conforme a autora, toda vez que um diplomata austríaco as colônias no Brasil, os colonos demonstravam a sua fidelidade a Áustria através de celebrações festivas típicas de sua pátria de origem, pois os cônsules forneciam materiais como partituras do Hino Nacional Austríaco, revistas com ilustrações de Viena e retratos do imperador Francisco José, cujo aniversário costumava ser celebrado na maioria das colônias (PRUTSCH, 2011).

Em Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul, os trentinos faziam festa e desfilavam no dia do aniversário do Imperador da Áustria, Francisco José, dia 18 de agosto; os italianos

também desfilavam no dia 20 de setembro, data da unificação italiana⁶⁸¹. Apesar desses incidentes, a convivência entre os italianos e os trentinos foi pacífica na maioria das vezes, pois o auge da rivalidade entre os dois grupos na região colonial italiana ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a Itália e a Áustria entraram em conflito.

Segundo Giron (1994), na colônia Caxias, trentinos e italianos travaram algumas lutas nos limites dos travessões habitados pelos dois grupos. Em Caxias do Sul, no ano de 1903, durante uma conversa entre Giacomo Costamilan, ex-soldado do exército imperial austríaco, e Adelchi Colnaghi, jornalista italiano e também patriota defensor da Itália, este último fez o seguinte comentário:

Declarou [...] que, a seu ver, os militares italianos eram bem mais valentes e combativos do que os austríacos, especificamente os tirolezes [...] Giacomo, que até então apenas discutia inflamadamente com seu ilustre visitante, ao ouvi-lo fazer tal afirmação, pôs-se de pé, como se aquele soldado garboso que ele fora em outros tempos agora ali estivesse a contestar o absurdo que o jornalista dissera! E, junto aos brados de protestos a favor dos tirolezes, batia veementemente com o punho na mesa [...]. (COSTAMILAN, 1989, p. 507).

A reação de Giacomo Costamilan demonstra sua indignação frente ao comentário do jornalista italiano e também o sentimento de patriotismo em relação à Áustria. Os trentinos passaram a expressar sua identidade ao entrar em contato com os demais italianos nas colônias da serra gaúcha.

Os trentinos expressavam a sua identidade através da religião, pois se consideravam mais católicos do que os demais italianos pelo fato de o papa condenar o Reino da Itália e de a Áustria possuir um regime de padroado, sendo o imperador o protetor da igreja católica no país. Segundo Possamai (2005), havia uma rivalidade entre os trentinos e os demais italianos por causa da questão religiosa, ou seja, pelas posições adotadas por Áustria e Itália com relação à Igreja Católica. Pois conforme Bertonha: “ser austríaco naqueles anos, implicava em muitos casos, uma identidade política mais do que étnica, ou seja, um sinônimo de católico, conservador e fiel à monarquia” (BERTONHA, 2018a, p.101).

A influência católica nas colônias italianas do Rio Grande do Sul contribuiu para a construção de uma “[...] identidade colonial, resignificando suas tradições sob a forma de uma negociação entre o antes e o agora.” (RADÜNZ, 2007, p. 125). Em relação à religiosidade dos imigrantes trentinos, Cadorin afirma:

⁶⁸¹Entrevista com DL em 2013.

Ao se transferir para o Brasil, o imigrante trentino trouxe consigo sua cultura, seu modo de se relacionar com o meio que o cercava: das pequenas vilas trentinas, onde a religião católica era cultivada intensamente, [...] os valores religiosos foram importantíssimos para ajudar a sublimar o meio que lhes era hostil. (CADORIN, 1996, p. 593).

O clero trentino, na segunda metade do século XIX (período em que vieram mais imigrantes trentinos para o Brasil), era influenciado pelo movimento ultramontano⁶⁸², o qual pregava a volta dos valores do cristianismo primitivo e também a infalibilidade do papa. Esses sacerdotes viam a população camponesa imigrante como público alvo para a implantação da doutrina ultramontana.

Segundo Manfroi (2001), a religião católica foi o fator de identidade coletiva para os imigrantes italianos, tanto os oriundos da Itália como os do Trentino. Em relação à identidade católica dos trentinos, entretanto, o imigrante Caetano Costamilan, ao defender as sociedades católicas, disse que:

As sociedades católicas, como qualquer outra sociedade, sabe-se que são permitidas pela constituição dos Estados Unidos do Brasil [...] e nada têm com o meu requerimento; e se talvez o Governo Italiano não é favorável a esta sociedade, eu posso dizer-vos que, na terra de minha origem (Áustria), essas sociedades gozam de proteção da suprema autoridade, o Imperador; [...]. (COSTAMILAN, 1989, p. 328).

A Primeira Guerra Mundial acirrou a rivalidade entre italianos e trentinos residentes no Rio Grande do Sul, pois Itália e Áustria lutaram em lados opostos, o que ocasionou hostilidades e violência. Na região colonial italiana, a disputa pelo poder local envolvia três grupos: maçons, austríacos e católicos. Os austríacos⁶⁸³ representavam cerca de 30% da população imigrante local (VALDUGA, 2008).

Em relação aos imigrantes vindos do Império Austro-Húngaro, segundo Bertonha (2013), haviam identidades em conflito, “(uma nacional e étnica e outra supranacional, imperial) que se alterava conforme a nacionalidade envolvida” (BERTONHA, 2013, p. 173). Assim para o autor:

⁶⁸²Segundo Rambo, “Ultramontanos são ou foram os teólogos, o clero, os religiosos e o povo em geral, que combatiam o galicismo dos católicos franceses que desejavam uma composição com o poder civil. Os ultramontanos reivindicavam como autoridade máxima aquela que tinha sua sede ‘ultra montes, além das montanhas’, o Papa em Roma” (RAMBO, 1998, p. 148).

“O ultramontanismo vinha na esteira do projeto do Concílio de Trento. Neste, o dogma do pecado original foi definido, atribuindo-se à natureza humana a fraqueza e a decadência; a redenção só seria concretizada e universalizada através do domínio da Igreja sobre os continentes para que findasse a decadência. A liberdade era a Igreja. Tudo o mais era a escravidão do pecado” (SOUZA, 2002, p. 281).

⁶⁸³Os imigrantes trentinos, os quais eram chamados de austríacos pelas autoridades coloniais, também eram católicos.

Os imigrantes, em alguns casos, se aproximavam mais da sua identidade étnica e, em outros, estavam mais próximos da supranacional (...) mas devem ter relação com a experiência de cada grupo dentro do Império e talvez com as suas experiências no Brasil. Assim, os imigrantes de origem alemã tendiam a ser fiéis ao Império, enquanto poloneses e ucranianos às suas nações, com os trentinos ou tirolezes num meio termo, mediado pelo catolicismo (...) para essas pessoas, a Primeira Guerra Mundial foi com certeza, um momento especial, já que foi quando as lealdades e identidades e identidades dos povos que compunham o Império foram colocados à prova. (...) Para o caso dos trentinos ou tirolezes (...) os dados disponíveis indicam como religião, opção política e identidades se misturavam, num quadro que levou a vários choques entre italianos e austríacos de língua italiana. Essa fidelidade ao Império desse grupo, ao menos em parte, se manteve mesmo durante a Primeira Guerra (BERTONHA, 2013, p. 173-174).

Durante a Primeira Guerra Mundial circulou no Rio Grande do Sul um jornal pró-Áustria chamado *Il Trentino*, o qual era impresso em Porto Alegre e se declarava como o único jornal austríaco do Brasil; sua circulação ocorreu de 1915 a 1917. Em setembro de 1917, trocou seu nome para *Áustria Nova*, “este jornal se auto-definia como um órgão dos austro-húngaros no Brasil” (BORGES, 1993, p.46). Depois disso, não se teve mais notícias dele, sabendo-se apenas que só quatro exemplares foram encontrados.

Os autores Paulo Possamai (2005) e Stella Borges (1993) citaram esse jornal em seus trabalhos, embora ambos tenham localizado somente um exemplar: a edição de 7 de março de 1917, que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), em Porto Alegre. Em minhas pesquisas, consegui encontrar mais três edições do *Il Trentino*: duas no Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa e a outra no Museu dos Capuchinhos (MUSCAP), em Caxias do Sul. Das quatro edições localizadas, três delas são do ano de 1917 e uma de 1916, no entanto não foi achada nenhuma de 1915, nem do período posterior à mudança de nome do jornal.

O periódico tinha uma tiragem semanal de três mil exemplares que eram distribuídos em Porto Alegre, nas cidades da Região Colonial Italiana e até em outros estados, como São Paulo, Paraná e Espírito Santo, chegando, inclusive, a outros países, como os Estados Unidos. Seu conteúdo era acomodado em quatro páginas: três delas com notícias, sendo a maioria do noticiário internacional, com ênfase naquelas sobre a Áustria e a guerra, incluindo o boletim austríaco a respeito do conflito; a quarta página continha apenas anúncios de propaganda.

O jornal era dirigido pelo médico trentino Giovanni Battista Andreatti que residia em Porto Alegre, era presidente da sociedade Trento-Trieste, que editava o jornal e também era membro da sociedade austro-húngara local a *Österreicher Flottenverein* (BERTONHA, 2018c). O doutor Andreatti mantinha relações com o padre Fronchetti, tendo inclusive

colaborado com ele na direção do *Il Colono Italiano* antes de fundar o *Il Trentino* (BERTONHA, 2018c). Coincidentemente, na cidade de Trento, circulava um jornal com o mesmo nome, que existe até hoje.

Na edição de 22 de janeiro de 1916 foi publicada uma carta de leitores trentinos que viviam no Estado do Espírito Santo. O conteúdo dessa carta continha elogios ao diretor do *Il Trentino* por defender a Áustria das ofensas dos italianos: “[...] era exatamente o que queríamos, para defender a nossa cara pátria e o nosso amado imperador das calúnias dos escritores italianos; estes não pronunciaram mais o nome Áustria, mas somente a plebe croata e eslovena, povo bárbaro [...]” (*IL TRENTINO*, 22 jan. 1916)⁶⁸⁴. (Tradução nossa). Nessa mesma edição trazia um grande artigo escrito em alemão, que era a língua oficial da Áustria, e, no cabeçalho, estava uma nota pedindo desculpas aos leitores (de língua italiana) pelo artigo escrito em uma língua incompreensível. O artigo relata uma briga entre o Dr. Andreatti e o cônsul austro-húngaro G. Kostanjevic devido a suas diferentes idéias a respeito do patriotismo austríaco.

Outro artigo na mesma edição falava a respeito do polêmico pedido de renúncia do cônsul da sociedade Trento-Trieste, a qual era comandada pelo Dr. Andreatti. O título do artigo era: “A maior satisfação para a nossa sociedade um cônsul que pede renúncia de uma sociedade de beneficência”. O discurso do jornal *Il Trentino* refere-se à colônia austro-húngara, especificamente à comunidade trentino-triestina, ou seja, às populações italianas oriundas da Áustria e radicadas no Rio Grande do Sul.

O *Il Trentino* era contra os nacionalistas italianos, “[...] defendia o Estado multinacional austríaco como um modelo para o Brasil, habitado por gente de diferentes etnias.” (POSSAMAI, 2005, p.220). O jornal tinha uma coluna que era redigida por um padre chamado Giacomo Vicenzi que “atacava a unificação italiana, qualificada de um atentado contra o quinto e o sétimo mandamentos e o desejo da Itália de anexar o Trentino e Trieste ao seu território.” (POSSAMAI, 2005, p.220). Essas ideias estão expressas em um enorme artigo intitulado “Áustria, uma potência católica”.

O jornal *Il Pasquino coloniale*, impresso em São Paulo, criticava Giovanni Andreatti pela sua posição em defesa da Áustria e mantinha uma coluna com o título “*Il rinnegato di*

⁶⁸⁴[...] era proprio quello che ci voleva, per difendere la nostra cara patria ed il nostro amato imperatore dalle calunnie degli scrittori italiani; questi non sanno più pronunziato il nome Austria, ma solo plebaglia croato e sloveno, popolo barbaro. [...] (*IL TRENTINO*, 22 jan. 1916, p.3).

Porto Alegre” (o renegado de Porto Alegre), para falar mal do Dr. Andreatti e do seu jornal. O autor da coluna também era trentino, mas irredentista. A idéia do Dr. Andreatti de que os trentinos eram “Antes católicos, depois austríacos e por ultimo italianos” irritava sobretudo os nacionalistas italianos. O titulo de um artigo publicado em 1917 pelo *Il Pasquino coloniale* era, ironicamente, “Prima cattolico, poi austríaco e da ultimo italiano”, e afirmava que era impossível ser italiano e austríaco ao mesmo tempo (BERTONHA, 2018c).

Em abril de 1917, quando submarinos alemães afundaram navios brasileiros, ocorreram manifestações de rua em Porto Alegre contra a Alemanha. Nessas manifestações a tipografia aonde o *Il Trentino* era impresso foi atacada e o Dr. Andreatti foi agredido (BERTONHA, 2018c). O fato foi noticiado pelo jornal *Il Pasquino coloniale* o qual afirmou que mesmo sendo contra a violência, Giovanni Andreatti tinha feito por merecer e numa edição posterior, lamentou que a lição não tinha sido suficiente (BERTONHA, 2018c).

O jornal *Cittá di Caxias* também criticava Giovanni Andreatti. Ele foi acusado de defender a Áustria porque ficou magoado com os italianos da cidade de São Paulo que se defenderam das suas mentiras. Além disso: “(...) afirmavam que o fato de ele ter nascido no Trento pouco importava, pois ele teria sido comprado pelo governo austríaco, vendendo a sua lealdade por ouro” (BERTONHA, 2018c, p. 135.). Segundo o autor, em outras edições desse jornal, Andreatti foi chamado de *croata, bastardo, caprone* e outros termos pejorativos (BERTONHA, 2018c). Em 1914, antes mesmo de fundar o *Il Trentino*, o Doutor Giovanni Andreatti foi ofendido em um artigo do *Cittá di Caxias*.

(...) seu posicionamento pró-Áustria era classificado simplesmente de traição e sintoma de “croatismo”, ou seja, de submissão aos grandes inimigos dos italianos. Um pouco mais de um ano depois, o mesmo jornal voltava a atacar o Dr. Andreatti e os que, como ele, apoiavam o despotismo de Cecco Beppe (Francesco Giuseppe) e as atrocidades austríacas contra os italianos (BERTONHA, 2018c, p. 138).

Na edição de 7 de março de 1917, foi publicado o primeiro discurso do novo Imperador da Áustria, Carlos I, e uma reportagem intitulada “A vergonhosa fuga do modernista redator do “*Corriere d’Italia*”, de Bento Gonçalves”. Nela, estava também uma carta escrita pelo Doutor Celeste Gobato, professor da faculdade de veterinária, que difamava o padre Giovanni Costanzo, chamando-o, inclusive, de ladrão.

O periódico tinha uma coluna intitulada *La Nostra Guerra*, na qual eram publicadas as notícias da guerra do ponto de vista austríaco, exaltando as vitórias militares do império. Assim como o jornal argentino em língua alemã, o *Argentinisches Tageblatt*, que pregava a

fidelidade ao Império alemão (BRYCE, 2008), o *Il Trentino* se caracterizava pelo discurso de fidelidade ao Império Austro-Húngaro e ao imperador. Também se declarava como um periódico conservador em relação a assuntos relacionados à política local.

Os discursos jornalísticos obedecem às regras históricas, ou seja, “[...] o conteúdo apresentado está ligado ao seu tempo. Os discursos construídos pelos jornais estão balizados pelo contexto em que foram criados” (AGUIAR, 2010, p. 8). Assim, o nacionalismo dos imigrantes trentinos tinha a ver com a noção de pertencimento e cidadania em relação à nação austríaca, além do sentimento religioso baseado na fé católica. Conforme Bauer, “O nacionalismo caracteriza-se também pela imposição do Estado no domínio público cuja ligação entre indivíduo e instituição ocorre através da noção de cidadania” (BAUER, 2000 apud VALDUGA, 2008, p. 25). Na edição de 24 de abril de 1917, o jornal expressa abertamente, em língua portuguesa, seu nacionalismo e a preferência dos imigrantes trentinos, que eram de fala italiana, pela Áustria:

Sempre sustentamos que para nós catholicos (sic) é estrito dever obedecer à autoridade legitimamente constituída. Este foi o motivo principal porque os austríacos de língua italiana ficaram na sua totalidade fidelíssimos ao imperador d’Áustria e à sua pátria, tendo como inabalável programa: antes catholicos, depois austríacos e enfim italianos. (*IL TRENTINO*, 24 abr. 1917, p.1). (Tradução nossa)

Na mesma edição, uma coluna abordou o processo canônico contra o padre João Constanzo. Houve o anúncio do rompimento das relações diplomáticas entre o governo brasileiro e a Alemanha. Nas notícias sobre a guerra, referiu-se à soberania austríaca no mar Adriático, à declaração de guerra dos Estados Unidos à Alemanha e ao tratado de paz entre a Rússia e as potências centrais. Havia um artigo dedicado aos leitores mais velhos os quais criticavam o jornal por conter muitas notícias em português em vez de italiano. O artigo tinha como título “Aos nossos velhos trentinos”.

O *Il Trentino*, por defender os interesses da Áustria, provavelmente não foi considerado por alguns historiadores como um jornal ítalo-brasileiro, mesmo sendo escrito em idioma italiano. Em um artigo sobre imprensa em língua italiana, escrito por Abel Moretto na Enciclopédia Rio-Grandense, no ano de 1956, o *Il Trentino* não estava sequer citado (MORETTO, 1956).

Na edição de 20 de junho de 1917, foi publicado, em português e em italiano, no *Il Trentino*, outro discurso feito pelo Imperador Carlos I perante a câmara austríaca. Nessa mesma edição, havia uma notícia sobre outro jornal, publicado em Nova York, pertencente a

imigrantes trentinos radicados nos Estados Unidos. Chamava-se *Corriere Tirolese (IL TRENTINO)*, 20 jun. 1917).

O *Il Trentino* expressava bem a identidade da comunidade tirolês-italiana no Rio Grande do Sul, manifestando o sentimento patriótico de lealdade ao Império austro-húngaro, ao imperador e à Igreja Católica. É importante, entretanto, considerar que “[...] as rígidas noções de identidade são assim postas em xeque visto que grupos heterogêneos rompem as unidades culturais e forçam a uma redefinição de pertencimentos.” (VALDUGA, 2008, p. 18).

A I Guerra Mundial foi o período em que os trentinos residentes no Rio Grande do Sul mais manifestaram sua identidade e seu sentimento patriótico pela sua terra natal, a Áustria. Quanto ao jornal *Il Trentino*, não foi possível descobrir qual o fim que teve. A última informação ao seu respeito é que, em setembro de 1917, mudou o nome para Áustria Nova (BORGES, 1993). O mais provável é que ele tenha sido fechado quando o Brasil declarou guerra ao império alemão e seus aliados, o que ocorreu no dia 26 de outubro de 1917. Por esse motivo, o jornal em língua alemã *Deutsche Zeitung* também foi fechado. Stella Borges, em seu livro, faz referência a uma edição do periódico Áustria Nova, datada de 21 de setembro de 1917 (BORGES, 1993). Essa edição, no entanto, não pôde ser localizada. O *Il Trentino* poderia ser considerado um jornal ítalo-brasileiro ou austro-brasileiro porque era escrito em língua italiana, mas defendia os interesses de um grupo que, apesar de ser de fala italiana, se definia como austríaco e defendia os interesses da Áustria através dele.

Os trentinos se diferenciavam dos demais italianos devido a algumas diferenças culturais, pois eram imigrantes de fala italiana que não provinham do território italiano, mas do Império Austro-Húngaro. Em relação à identidade diferenciada dos trentinos, é possível afirmar que nem todos queriam ser austríacos, ou seja, não simpatizavam com o Imperador e não queriam ficar sob o domínio da Áustria. Por fim, a pesquisa sobre os trentinos, realizada até o momento, revela resultados parciais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da história. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10, jul. 2010, Santa Maria. **Anais eletrônicos...** Santa Maria: UFSM, UNIFRA, 2010. Disponível em <<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

ALTMAYER, Everton Leopoldino. **O dialeto trentino na Colônia Tirolesa de Piracicaba**: aspectos fonéticos e lexicais. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2014.

_____. A região de Trento. In: BARETIERI, Gustavo. **Imigração austríaca do Tirol**. Tiroleses no Brasil: Família Barater d`Albaré-1876. Erechim: Graffoluz Editora e Indústria Gráfica Ltda, 2016a.

_____. Os tiroleses italianos e sua presença no Brasil. In: BONATTI, Mário e ALTMAYER, Everton Leopoldino (orgs). **O dialeto trentino no Brasil**. Blumenau: Nova Letra, 2016b.

_____. Imigração austríaca no Brasil. In: **Tiroleses no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://tiroleses.com.br/>. Acessado em 2/9/2018.

BARETIERI, Gustavo. **Imigração austríaca do Tirol**. Tiroleses no Brasil: Família Barater d`Albaré-1876. Erechim: Graffoluz Editora e Indústria Gráfica Ltda, 2016.

BAUER, Otto. A Nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BERTONHA, João Fábio. Imigrantes em tempos de guerra: estrangeiros no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). In: Pátaro, Cristina Satiê; Hahn, Fábio André; Mezzomo, Frank Antonio (orgs). **Instituições e sociabilidades**: religião, política e juventudes. Campo Mourão: Editora Fecilam, 2013.

_____. **Imigrantes do Império Austro-Húngaro no Brasil**: uma agenda de pesquisa. In: BERTONHA, João Fábio (org). **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil**: Nacionalismos e Identidades. Caxias do Sul, EDUCS, 2018a.

_____. **Nem todos os italianos vieram da Itália**. A imigração dos súditos imperiais austríacos de língua italiana para o Brasil, 1875-1918. In: BERTONHA, João Fábio (org). **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil**: Nacionalismos e Identidades. Caxias do Sul, EDUCS, 2018b.

_____. **Uma “guerra de papel”**. Jornais italianos e austro-húngaros de língua italiana no Brasil, durante a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918. In: BERTONHA, João Fábio (org). **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil**: Nacionalismos e Identidades. Caxias do Sul, EDUCS, 2018c.

BORGES, Stella. **Italianos**: Porto Alegre e trabalho. Porto Alegre: EST, 1993.

BRYCE, Benjamin. **La etnicidade nel *Argentiniches Tageblatt*, 1905-1918**: la discusión de una comunidad germánica y alemana. In: ROHLAND DE LANGBEHN, Regula; VEDDA, Miguel. **Anuario Argentino de Germanística IV**. Buenos Aires: AAG Asociación Argentina de Germanistas, 2008.

CADORIN, Jonas. Ad Maiorem Dei Gloriam: Jesuítas e trentinos em Nova Trento. In: DE BONI, Luiz A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST/Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, v.3.

COSTAMILAN, Ângelo Ricardo. **Homens e mitos na história de Caxias do Sul**. Porto Alegre: Posenato arte & cultura, 1989.

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias e Correio Riograndense, 1984.

GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do littorio**: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (Venêtos e Lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

_____. *Noi tirolesi, sudditi felici di don Pedro II*. Porto Alegre: EST, 1999. (Italia nel Mondo)

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. 2.ed. Porto Alegre: EST, 2001.

MORETTO, Abel. Imprensa em língua italiana (1890-1914). In: BECKER, Klaus (Org.). **Enciclopédia Rio-Grandense**. Canoas: Editora La Salle, 1956. v.2

OTTO, Clarícia. **Catolicidades e Italianidades**: jogos de poder no médio Vale do Itajaí-açu e no sul de Santa Catarina. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’ Italia Siamo Partiti”**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

PRUTSCH, Ursula. **A emigração de austríacos para o Brasil (1876-1938)**. Brasília: Embaixada da Áustria, 2011.

PUH, Milan. **Imigração como relato**: experiências de viajantes croatas. In: **Epígrafe**, São Paulo, v.5, n.5, pp.139-172, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe>. Acesso em 2/9/2018.

RADÜNZ, Roberto. Deuschtum e Italianita: Uma Introdução à Historiografia Comparada do Sul do Brasil. IN: GIRON, Loraine Slomp; RADUNZ, Roberto (Org.) **Imigração e Cultura**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2007.p. 117-152.

RAMBO, Arthur Blasio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). **Populações rio-grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre: Edições EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998.p. 147-162.

SOUZA, Wladimir Doniseti de. Imigração italiana e igreja: ultramontanismo e neo-ultramontanismo. In: Dreher, Martin (Org.). **500 anos de Brasil e igreja na América meridional**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 276-293.

VALDUGA, Gustavo. **"Paz, Itália, Jesus"**: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

JORNAIS

Il Trentino, Porto Alegre, 22 jan. 1916; 7 mar. 1917; 24 abr. 1917; 20 jun. 1917.

PERSPECTIVAS SOBRE IDENTIDADE, ETNICIDADE E RELAÇÕES INTERÉTNICAS PARA ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Milliann Carla Strona⁶⁸⁵

Este artigo dedica-se a contribuir de forma teórico-metodológica com pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas, que pretendem trabalhar com questões de identidade, etnicidade e relações interétnicas em estudos migratórios. Buscou-se primeiramente a partir de um levantamento biográfico realizado, apresentar um panorama geral dos múltiplos aspectos presentes nos movimentos migratórios, que vem ocorrendo ao longo da história em diferentes tempos e espaços, sob diversos contextos políticos, econômicos e sociais. Além disso, foram abordadas as principais problemáticas que cercam as relações interétnicas, e os conceitos de identidade e etnicidade, bem como seus limites e possibilidades para estudos migratórios.

Contudo, antes de aprofundar na temática proposta neste artigo, se faz necessário sintetizar um quadro geral dos principais aspectos que definem os processos Migratórios. A migração se divide em êxodo voluntário, que parte em muitos casos de um planejamento, e êxodo involuntário, onde a saída do país de origem é motivada por perseguições políticas, religiosas, guerras, e até desastres ecológicos. Os fluxos podem ocorrer por grandes massas, grupos mais reduzidos ou de modo individual. Os deslocamentos também se dividem em imigração interna, transnacional que ocorre no próprio país, um exemplo são os trabalhos sazonais no Brasil, que permitem deslocamentos de indivíduos ou de grupos de uma região para a outra conforme o período de colheita e plantio. Há também as mobilidades espaciais⁶⁸⁶ que ocorrem por meio de longas distâncias geográficas atravessando fronteiras nacionais e continentes, que é a migração externa.

⁶⁸⁵ Graduada em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. Aluna ouvinte do curso de pós-graduação em História da Universidade Vale do Rio dos Sinos.

⁶⁸⁶ “Mobilidade espacial refere-se a “habilidade” de mover-se no espaço fenômeno que pode envolver não apenas a migração, considerada mudança de lugar de residência, mas também os movimentos diários dos quais os mais conhecidos são os pendulares” (CUNHA, 2011, p. 7). Este conceito pode ser confundido com o de migração, no entanto, de acordo com José Marcos Pinto da Cunha (2013) a distinções que resultam na redistribuição da população no espaço.

Os fatores que impulsionam a migração incluem geralmente problemas no país de origem, enquanto o país de destino oferece fatores de atração, porém compreender os motivos de deixar o país de origem ou os motivos que levam a migrar, não é suficiente para explicar os movimentos migratórios. Nesta perspectiva Alejandra Arce e Graciela Mateo destacam a importância das redes de sociabilidade para estudos migratórios:

Sin embargo, estos factores de empuje y atracción no alcanzarían para explicar los movimientos migratorios y su dirección o meta. La decisión de migrar y la meta de la migración solo pueden explicarse en base a la existencia de espacios sociales transnacionales y de redes migratorias también transnacionales que permiten superar grandes distancias geográficas, incluso fronteras nacionales y continentales y crear espacios sociales y redes interactivas dentro de las cuales hay comunicación e intercambio de información. Por otra parte, estas redes sirven para movilizar recursos, como dinero y contactos de acogida en el país de destino (ARCE; MATEO, 2013, p. 3).

As autoras Argentinas afirmam que os fatores de push e pull (empurre e puxe) não são suficientes para explicar os processos migratórios. Por essa razão, as pesquisadoras destacam os espaços sociais e redes de migração transnacionais como meio de explicação para as decisões e objetivos de migrar, essa análise inclui fronteiras nacionais e continentais. Essas redes e espaços sociais interativos atuam como mecanismos de comunicação e trocas de informação entre os imigrantes. As redes também facilitam o processo de integração dos novos grupos que chegam ao país de destino, através de recursos que são mobilizados como dinheiro, hospedagem. De tal modo, para Arce e Mateo (2013) as decisões de migrar constituem-se dentro das relações sociais coletivas.

As pesquisadoras destacam no texto⁶⁸⁷ outras questões relevantes para se refletir. Primeiramente há duas categorias básicas de classificação, que são os *movimientos migratorios de elite e populares*, essa distinção é necessária, porém as autoras colocam que isso é realizado de forma simplificada, frente a grande heterogeneidade interna que configura esses movimentos. Arce e Mateo também discutem a respeito de seis formas gerais de migrações, as quais possibilitam ao leitor observar a multiplicidade dos movimentos migratórios, que seriam migração de trabalhadores com posterior imigração de familiares, neste caso é possível observar a migração como um planejamento familiar, onde geralmente um integrante se desloca e depois atua como um intermediador para os demais integrantes da família; migração colonial e pós colonial, este período é marcado por migrações não

⁶⁸⁷ ARCE, Alejandra y MATEO, Graciela. *Migraciones e identidades em el mundo rural*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

voluntárias com a escravidão; migração étnica; fuga e expulsão; migração de elite; e outros tipos. Atualmente a migração de elite vincula-se a empresas multinacionais, com âmbito científico e artístico. Existem também migrações que visam à manutenção de um status social⁶⁸⁸, isso sucede principalmente entre as classes médias e quando o país de origem está em crise.

Compreender a complexidade e diversidade dos movimentos migratórios exige do pesquisador, pois como se observou os movimentos estão inseridos em distintos contextos e categorias, isso exige esforços teóricos-metodológicos, assim como ampliação de fontes e de dados coletados. José Marcos Pinto da Cunha (2011) irá discutir sobre um problema conceitual da migração, e releva outro fenômeno da migração a partir de um ponto de vista demográfico:

Como componente do crescimento populacional, a migração deveria ser considerada como qualquer entrada ou saída de pessoas, independentemente da escala espacial, no período de tempo considerado; ou seja, do ponto de vista puramente demográfico, o que nos interessa é saber como a população de um determinado território – seja um país, um estado, um município ou até mesmo um pequeno bairro – foi modificado ao longo de um período de tempo pela movimentação de pessoas que poderiam incrementar (os imigrantes) ou reduzir (os emigrantes) o seu tamanho e composição (CUNHA, 2011, p. 10).

O autor crítica à padronização que se coloca nos movimentos migratórios a partir do conceito, para o pesquisador essa definição deve estar além de uma fronteira política ou administrativa. Cunha discute sobre a grande dificuldade que pesquisadores encontram na atualidade para estabelecer a noção de migração, autor centra seu debate no fato de que está cada vez mais difícil determinar o que seria ou não seria uma mudança de domicílio permanente. O pesquisador coloca em foco um problema conceitual, no que diz respeito à categorização da migração, isso ocorre pelo fato do tradicional conceito não abarcar as novas migrações. Logo, para Cunha a solução está em considerar todo o movimento de saída e entrada de pessoas independente da escala espacial, pois o que se deve levar em conta são as modificações ao longo do tempo no território a partir dessas movimentações, seja integrando novos imigrantes ou pela redução da população pela emigração.

Enquanto Cunha propõe uma “flexibilização” do conceito de Migração para abranger os novos processos migratórios, principalmente os de áreas metropolitanas. Maria Aparecida

⁶⁸⁸ Para mais informações sobre como ocorre os processos migratórios de elite, indica-se o trabalho de JIMÉNEZ, Cecilia. *De donde vienen? Las estrategias migratorias de reproducción social*. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos* (CEMLA), Año 25, n. 71, julio-diciembre 2011.

de Moraes Silva sugere que a migração “não pode ser considerada somente como analítica, mas também como categoria histórica” (SILVA, 2005, p. 53). A socióloga em seu artigo *Contribuições Metodológicas para a análise das Migrações*, assim como Cunha (2011) destacará uma problemática conceitual. Autora relata que há uma preocupação nos últimos anos entre pesquisadores das ciências humanas e sociais, em definir um ponto teórico e conceitual para a temática das migrações. Para a socióloga “as interpretações neoclássicas, histórico-estrutural e da mobilidade do trabalho colocam a categoria trabalho no centro das reflexões sobre as migrações” (SILVA, 2005, p. 53). Maria Silva crítica à predominância da categoria do trabalho em estudos migratórios e propõe uma análise a partir da categoria histórica com foco nas relações sociais, reguladas pelas organizações de classe, gênero, raça-etnia.

A socióloga também aponta para a necessidade de se redefinir a categoria de migrante, para a autora esse indivíduo vincula-se a uma determinada realidade social, definida por laços sociais ligados a seus familiares, grupos, vizinhança, valores e ideologias entre outros, esses aspectos acabam por caracterizar esse indivíduo, como pertencente a um determinado espaço social e cultural. Essa categorização do imigrante proposta por Silva pelo viés social, permite estabelecer uma relação com o texto de Arce e Mateo, pois quando se estuda as redes de sociabilidade nos processos migratórios, investiga-se também a construção dessas relações sociais entre os imigrantes.

A socióloga Maria Silva irá destacar outro ponto em seu artigo relevante para refletirmos a respeito da questão teórico-metodológica de abordagem do objeto. A autora coloca que “partir e ficar são faces de uma mesma realidade social, que, embora dividida no espaço, acha-se unida no tempo. Tempo de partir para uns é, simultaneamente, tempo de ficar para outros” (SILVA, 2005, p. 54). Logo, os motivos de saída não podem estar relacionados apenas a questões de trabalho ou sobrevivência, pois se encontra uma relação contraditória se pensarmos que há indivíduos que optam por ficar no mesmo espaço tempo que indivíduos do mesmo contexto optam por migrar.

A partir desta ótica a autora expõe a complexidade desta situação, que exige do pesquisador adoção de uma postura teórico-metodológica para compreender a migração como um processo social, onde os imigrantes se configuram como os agentes deste processo. A socióloga irá sugerir que no lugar de modelos de deslocamento de população, se utilize a migração enquanto acontecimento histórico, que abrange tanto os que parte como os que

ficam, pois ambos são construídos por uma série de fatores, desde estruturais a ideológicos, culturais e subjetivos, pautados pelas organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia.

Maria Silva foca sua discussão nas imigrações temporárias no Brasil (internas), as quais possuem poucas investigações devido à dificuldade de se quantificar esses múltiplos fluxos, que escapam dos censos demográficos. Neste sentido, a autora sugere a metodologia da história oral, com métodos voltados para entrevistas, depoimentos, estudos de trajetórias entre outros, como ferramentas adequadas para pesquisas de camponeses migrantes. Portanto, Maria Silva ao longo de seu artigo busca demonstrar como as categorias se aplicam na prática através de exemplos empíricos, deixando clara a migração como um processo movido pelos seus agentes, que inclui tanto os que parte como os que ficam.

Em perspectiva marxista a autora demonstra que o imigrante é visto e percebido como mão de obra barata, que gera acumulação de bens as classes dominantes apoiadas pelo Estado. A socióloga cita a tese de Rosa Luxemburgo do início do século XX, que causou várias polêmicas com sua pesquisa sobre reprodução do capital ao discordar de Marx. Segundo Rosa, o capital não consegue se reproduzir utilizando a força de trabalho existente no interior de suas fronteiras para garantir níveis de acumulação, logo para a autora é necessário à importação de uma força de trabalho proveniente de outras regiões. Neste aspecto, para Rosa o processo migratório supre a necessidade de uma força de trabalho para acumulação de bens.

No que se refere à categoria étnica, a autora discute as diferenças que são construídas e estabelecidas entre grupos por meio de uma classificação, que ocorre por meio de determinadas práticas, por exemplo, os padrões separam nos alojamentos as etnias, de um lado trabalhadores baianos e do outro os mineiros. Na ótica dos proprietários, é importante que essas diferenças sejam reproduzidas, pois o pagamento de salários é diferenciado, além disso, não ocorre à união de trabalhadores para se reivindicar direitos. Assim, essas separações geram preconceito e estigmas produzidos de acordo com os espaços sociais.

Sobre as questões de gênero, a autora problematiza as diferenças que se estabelecem entre homens e mulheres no que se refere a migrar, Maria Silva menciona em sua pesquisa que na maioria dos casos o valor dos indivíduos se dá pelos papéis sociais que se exercem dentro das relações sociais, o trabalho da mulher no processo migratório sempre será correspondente à metade do trabalho do homem, além disso, a mulher é sempre a última a migrar e isso ocorre pela necessidade de sobreviver, pois dentro de um planejamento familiar, o homem é sempre o primeiro a migrar e posteriormente os filhos, e dentro deste âmbito a autora analisa a desagregação da família, as relações conflituosas e a visão que se tem deste

imigrante no processo de seu retorno ao lugar de origem, a exemplo o homem retornado sempre é visto como o herói e recebido com festa, enquanto a mulher lhe é atribuído o papel do fracasso. Neste ponto a autora aborda uma série de questões relacionada a casamento, prostituição, valores entre outras reflexões que se dão nestas relações de gênero.

Conseqüentemente, a pesquisa da antropóloga Maria Silva traz relevantes contribuições teórico-metodológica, a categoria história proposta pela autora engloba na análise do processo migratório as relações sociais que se organizam a partir de três eixos, sendo eles a classe, gênero e etnia, que possibilitam o resgate histórico nos processos migratórios tanto dos que parte como dos que ficam inclusive nos casos de retorno.

Desta forma, a partir deste panorama geral apresentado sobre algumas problemáticas conceituais, e novas propostas no campo de estudos migratórios em contexto múltiplos de deslocamento, é pertinente estabelecer algumas considerações a respeito dos limites e possibilidades dos conceitos de identidade e etnicidade discutidos em pesquisas voltadas para estudos migratórios e análise de relações interétnicas.

A antropóloga Miriam de Oliveira Santos publicou em 2010 na revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana um artigo intitulado *Noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios*. Neste trabalho a autora traz um histórico do Conceito de identidade. Segundo a pesquisadora os estudos sobre identidade começam a se popularizar no século XX, porém suas primeiras discussões surgem no século XVII com o Iluminismo a partir da teoria de Parmênides filósofo Grego do século V. De acordo com Santos (2010) entendia-se que a identidade permanecia sempre idêntica apesar das mudanças, esse pensamento da origem as discussões de Identidade Iluminista. Porém outros pesquisadores irão trazer novas problematizações, a iniciar por Durkheim, o pesquisador criticou a noção Iluminista de Identidade e destacou as influências da sociedade e da “consciência coletiva” neste processo indenitário. Neste momento ocorre uma passagem da Identidade Individual para coletiva.

O conceito tradicional das Ciências Sociais de Identidade a partir da década de 50 passa a ter dificuldade para explicar a pluralidade dos novos grupos sociais e os desafios impostos pela Identidade. De acordo com Santos (2010, p. 29) “A partir da década de 60 uma série de estudos, Erving Goffman, priorizaram a investigação das interações ocorridas entre atores sociais na vida cotidiana e as construções resultantes destas interações”. Deste modo, passa-se a compreender que os indivíduos constroem suas Identidades e as manutenções destas identidades, dependem do processo de interação destes sujeitos na compreensão de si próprios e de suas intervenções na realidade. Logo, as identidades coletivas passam a ser

compreendidas não somente a partir de interações sociais, mas também da razão político estratégica desses sujeitos sociais.

Deste modo, identidade nas discussões atuais não se configura como algo necessariamente idêntico, e sim o que há de único a ser partilhado entre o grupo. Dentro desta questão, a antropóloga Miriam Santos tesse as seguintes considerações:

O debate atual não é sobre a identidade, mas sobre identidades: pessoais, sociais, simbólicos, profissionais, culturais, étnicas, de gênero. A identidade, especialmente para os pós-modernos é cada vez menos essência e mais móvel, múltipla, comportamental e instrumental (SANTOS, 2010, p. 30).

A identidade de algo estável e fixo nas discussões nominalistas passa a ser a ser móvel e mutável. Prontamente, a identidade está inserida em um conjunto atributivo que parte da construção e reconstrução quando ocorrem trocas simbólicas e sociais. A mobilidade da identidade pode ser pensada nos processos de inserção do imigrante. É necessário considerar que o local de destino muitas vezes é um Estado consolidado com uma Identidade Nacional. É neste contexto que surge uma dupla identidade. Logo, esse duplo pertencimento coloca nas relações de interação um problema na lealdade das redes de participação do imigrante. Esse múltiplo pertencimento pode levar ou não, o imigrante a quebrar as regras de seu grupo para agir de acordo com as regras de outros grupos no local de destino, essa questão depende muito do contexto em que o imigrante ou a rede está inserido.

Jon Gjerde em seu capítulo intitulado *Identities Múltiples y Complementarias* (2006) irá discutir a inserção e assimilação dos imigrantes a partir dos líderes étnicos. Este artigo está inserido no livro *De Europa a las Américas: Dirigentes y liderazgos (1880-1960)*, a obra trata de modo geral da questão teórica e metodológica da micro-história na análise das trajetórias e estratégias de inserção. Segundo Jon Gjerde especialistas tem ilustrado o papel dos líderes étnicos e seus esforços para definir a comunidade étnica, pois o líderes são essenciais na criação de símbolos e crenças que produzem uma noção de passado comum no grupo.

Os grupos étnicos se inventam no processo de migração, e o líder torna-se peça fundamental na definição do grupo e etnização, nesse aspecto Jon discute “Al crearse simbólicamente el grupo, al liderazgo étnico simultaneamente sirve a su comunidade como intermediário entre los inmigrantes y las estructuras mayores, incluyendo la oportunidad económica y el poder y los derechos políticos” (GJERDE, 2006, p. 63). Para o autor o líder neste papel de mediador serve a sua comunidade e a assiste em questões econômicas, de

poder e direitos políticos, porém o historiador destaca que esta ação não é exclusivamente altruísta, ou seja, não são ações de atitude voluntária, pois os líderes recebem neste processo privilégios econômicos e políticos, tanto dentro quanto fora do grupo.

De tal modo, o papel da liderança étnica nos estudos migratórios deve ser questionado, até que ponto esse líder representa o grupo, em muitos casos o líder atua nos dois lados da situação em função de um projeto familiar, ou de um interesse próprio. O pesquisador precisa olhar para liderança de forma crítica, observando o que legitima as ações do líder, o que o mantém no poder, por que determinado líder foi escolhido para representar o grupo, além disso, existem muitas lideranças que são contestadas. É preciso pensar o nível dessas lideranças e medi-las, neste ponto é interessante o pesquisador, por exemplo, analisar os apadrinhamentos dentro das redes, processos de compra e venda em cartórios.

O historiador Jon discute um ponto muito interessante e que deve ser problematizado, quando o autor afirma que o papel das lideranças é compor a comunidade étnica por meio de símbolos e crenças, ele estava se referindo também a bases de identificação comum que essas comunidades étnicas precisam ter para se inserir no país de destino. Segundo Jon, os líderes criam elementos de identificação, com mitologias de associação do seu grupo com o lugar onde se encontram durante o processo de adaptação parcial na sociedade receptora.

Nota-se que as “mitologias associativas” criadas pelos líderes possuem um sentido que vai além da integração do grupo, essa estratégia era um mecanismo de introduzir as comunidades étnicas nos moldes americanos. É importante lembrar neste momento do sentimento de duplo pertencimento abordado pela antropóloga Miriam Santos, onde ela diz que “primeira geração está ligada à identidade do país de origem enquanto a segunda geração se sente dividida entre a identidade dos pais e a do país de acolhida” (SANTOS, 2010, p. 31). Desta forma, a partir dessa reflexão que Santo traz é possível observar a mobilidade existente na identidade em função do contexto social.

O problema da Identidade está relacionado a outro fator que Abdelmalek Sayad discute no capítulo *o que é um imigrante*, do livro *A imigração ou paradoxos da alteridade* (1998), que é outra dupla contradição, que está presente no estado provisório e o prolongado no processo de migração. A migração sempre almeja um processo provisório, pois as ligações étnicas com território de origem são um fator influente nesse processo de retorno, porém em muitos processos migratórios, o estado provisório torna-se prolongado ou definitivo. Essa situação acaba por afligir o imigrante, pois as políticas que o pensam são pautadas na situação provisória do imigrante.

Jon Gjerde centra seu artigo no contexto histórico do século XIX, ele aborda os imigrantes europeus nos Estados Unidos e sua relação com seus líderes e com o Estado. O autor ao longo do texto demonstra como essas comunidades étnicas aos poucos por intermédio dos líderes foram aderindo ao “Americano ideal”, lembrando que os Estados Unidos neste período estavam em processo de construção da República Americana.

Segundo Jon Gjerde neste período de construção do Estado-Nação Americano tanto as políticas quanto a sociedade nos Estados Unidos eram “relativamente” acessíveis aos imigrantes. De acordo com o Historiador nos Estados Unidos a cidadania americana era baseada na *jus soli*, um direito de nascimento, onde as pessoas nascidas em território americano eram por lei consideradas cidadãos. O autor afirma que para os imigrantes havia política liberal de naturalização, que permiti adquirir-se a cidadania depois de dois anos residentes no país, este prazo foi estendido posteriormente para cinco anos. Porém essa lei era seletiva, como aponta Jon:

Es significativo, sin embargo, que se garantizara este derecho sólo a personas definidas como “blancas”. Mientras a los descendientes de africanos se les permitió naturalizarse en 1870, a otros grupos inmigrantes em particular, los asiáticos-se les negó el acceso a la ciudadanía hasta bien entrado el siglo XX (GJERDE, 2006, p. 65).

O autor comente que essas políticas foram significativas, no entanto, elas privilegiavam pessoas brancas e excluíram alguns grupos étnicos por um longo tempo, isso é um fator complexo, uma vez que as diferenças são reforças e legitimadas e isso pode causar relações interétnicas conflituosas. Jon irá relacionar essas políticas como um fator que influenciou na criação de identidades étnicas intercaladas com identidades nacionais, essa questão está ligada com o direito a cidadania, elemento que os imigrantes consideravam devido à cidadania americana garantir direitos e ser uma via de acesso a poderes políticos, como o voto. E por essa razão os líderes se virão obrigados a equilibrar o desenvolvimento do grupo étnico promovendo a integração nacional. Neste contexto surgem as Identidades Complementares:

“Identidades complementarias” que funcionaban una variedad de identidades de distintos niveles em relación unas con otras. Em mi definición, la identidad complementaria combina lealtad al grupo étnico y al grupo nacional em una dinámica que se refuerza a si misma y que engarza el pluralismo em el tejidonacional tal como los inmigrantes y sus líderes lo comprenden” (GJERDE, 2006, p. 65).

Para Jon os líderes não criam somente mitos de pertencimento, eles também por meio das identidades complementares, unem elementos étnicos e nacionais para garantir a lealdade tanto do grupo étnico como o nacional. No entanto, essa lealdade étnica construída como meio de identificação, estava intrinsicamente ligada à lealdade a nação e ao funcionamento das instituições.

A construção da república americana estava vinculada ao espírito de progresso e liberdade, inclusive os jornais foram um canal utilizado para americanizar os imigrantes os familiarizando com a república e instituições. Esses imigrantes não deixaram necessariamente de lado seus grupos étnicos devido suas identidades complementares. Nesse período os líderes inventavam e modificavam constantemente o sentido de lealdade e sempre se ajustavam as novas modalidades. Mas no século XX houve um forte movimento de americanização e “aculturação do imigrante a um tipo americano” segundo Jon. Por fim, este autor permite ao leitor identificar com clareza como ocorrem os processos de etnização das comunidades étnicas a partir de estratégias estabelecidas e aplicadas pelas lideranças.

Os pesquisadores Philippe Poutignat e Jocelynes Streiff-Fenart produziram uma obra intitulada *Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, que mostra como se constituiu historicamente a problemática da etnicidade. O objetivo dos autores é informar aos seus leitores sobre as discussões teóricas dos pesquisadores ingleses sobre o conceito de etnicidade e tomar partido do debate teórico de Fredrik Barth da década de 60. Barth é responsável por deslocar uma concepção estática da identidade étnica para uma concepção dinâmica. O antropólogo inovou em sua área ao definir que a identidade seja ela, coletiva ou pessoal é “construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 11).

Para Barth “eticidade é uma forma de organização social baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua suposta origem, que se acha validada ou não na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 141). Desta forma, o que realmente importante ao pesquisador é procurar entender em que consistem tais processos de organização social, onde está presente as discussões entre “nós” e os “outros”.

No livro *Teorias da etnicidade* de Poutignat e Streiff-Fenart a uma discussão que vem de encontro com o artigo de Jon Gjerde (2006). A etnicidade nas ciências sociais americanas foi fundamentada teoricamente por muito tempo pela escola de Chicago, que desenvolveu a

teoria das relações cíclicas que traçava desde o início do século XIX questões sobre o processo de integração de imigrantes a sociedade americana. Entendia-se que a “assimilação” representava o estágio final das relações étnicas raciais, após um processo de competição, de conflito e adaptação destes imigrantes na sociedade de destino. Esse processo se torna completo quando os imigrantes e nativos compartilham dos mesmos sentimentos, lembranças e tradições.

Os pesquisadores da Escola de Chicago também entendiam que esse processo de etnização não levava o imigrante a repudiar seus valores, e sim ampliar a sociedade e torná-la inclusiva. Porém, pesquisadores posteriores a esta escola irão discutir que, a assimilação desses imigrantes acompanhou o desaparecimento de muitos grupos étnicos de imigrantes. Assim, “a assimilação é cada vez mais concebida como um processo de uniformização cultural via transformação dos imigrados” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 66). Quanto a Jon Gjerde, ele não chega a trabalhar em seu artigo o conceito de assimilação, porém as estratégias de inserção como as identidades complementares podem possivelmente ter sido introduzidas como um processo gradual de assimilação, que desencadeou um processo maior no século XX como e podemos observar “a filosofia liberal e progressista da sociologia americana das décadas de 1950 e 1960 conduz a maioria dos autores desse período a ver a assimilação dos imigrados um processo não somente inevitável a longo prazo, mas tacitamente desejável” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 68).

Para aprofundar as discussões sobre identidade e etnicidade será explorado o capítulo *Os (des)caminhos da identidade*, da obra *Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo* (2006), escrita pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira. Os ensaios tratam sobre questões relacionadas identidade, do reconhecimento, da etnicidade e do multiculturalismo. O autor inicia definindo o conceito de etnicidade de um modo simples, para ele etnicidade seria uma forma de interação entre grupos culturais atuando em contextos comuns. Cardoso cita Thomas H. Eriksen que aponta dois aspectos teóricos que definem a etnicidade, primeiramente o conceito como propriedade de um fenômeno social e etnicidade como um aspecto de interação, em um segundo momento as diferenças étnicas envolvem diferenças culturais e o impacto dessas distinções se dá nas relações sociais.

Definido o conceito é relevante observar sua aplicação. Cardoso se refere em sua obra à pesquisa de Gustavo L. Ribeiro, que trabalha com imigrantes brasileiros em São Francisco na Califórnia. Ribeiro identificou em sua pesquisa, que as identidades regionais desses grupos brasileiros passam por um processo de etnização, onde não vistos como goianos, mineiros, ou

brasileiros, pois são considerados apenas hispânicos, porém os brasileiros não gostam desta classificação e buscam se distinguir dos latinos, inclusive Cardoso questiona o fato da comunidade de imigrantes brasileiros não assumir essa identidade, uma vez que também são um grupo étnico minoritário e poderiam utilizar desta questão como política pessoal, para garantir acesso a determinados benefícios. O professor Cardoso em suma observa que essa ambiguidade presente nas relações interétnicas de latinos e brasileiros acaba provocando surgimento de crises de Identidade, sejam elas reais ou virtuais.

Cardoso (2006) se propõe a discutir também em um segundo momento do texto “a dinâmica das identidades na questão das nacionalidades, com foco principal na situação europeia (p. 95)”. Sua pesquisa se passa na Catalunha, região da Espanha. O autor considera para este estudo o movimento migratório interno, analisando identidades étnicas e regionais no território espanhol. Neste contexto nacional, galegos e bascos aparecem como grupos étnicos alvos de preconceito e são submetidos a um processo de etnização na Catalunha, a iniciar pela língua catalã, se os imigrantes não a dominam pediam-se a para que retornem para suas terras. No entanto, Cardoso discute outro processo de etnização, o qual é vivido pelos Catalães frente aos Castelhanos emigrados de Madrid. Dentro deste contexto Roberto Cardoso diz:

Diante dessas inversões da etnicidade observável em Barcelona, pode-se deduzir que a identidade Catalã enfrenta dois desafios: de um lado, o de sustentar o seu domínio sobre os grupos imigrantes ingressados no território catalão; de outro, o de marcar sua soberania frente aos castelhanos, representantes reais ou simbólicos do Estado Espanhol (CARDOSO, 2006, p. 99).

Cardoso analisa que a inserção interétnico dos catalães se constitui de uma ambiguidade e de uma dupla situação, onde perante aos imigrantes regionais, os catalães são membros de uma sociedade anfitriã, porém são considerados pelos imigrantes castelhanos que representam o Estado Espanhol como hóspedes. Diante deste contexto o autor em sua pesquisa realizou entrevistas que indicaram crises virtuais no processo de identificação étnica.

Em um terceiro momento do capítulo Cardoso analisa “a dialética entre identidade étnica e identidade nacional no contexto de fronteiras (CARDOSO, 2006, p. 101)”. Neste capítulo ele continua a explorar as manifestações das identidades globais, generalizantes. O autor trabalha neste ponto as fronteiras políticas existentes entre países. Seu espaço de estudo é Andorra, região situada entre Espanha e França. Essa região possui fortes traços migratórios a iniciar pela língua, sendo o catalão idioma oficial e depois francês e castelhano, sendo tão

importantes quanto o catalão. No caso da região de fronteira, o que ocorre é o fato dos andorranos terem a necessidade de afirmarem sua nacionalidade frente aos catalães franceses ou espanhóis. A presença catalã nessa região de Andorra é muito forte, não somente em número de habitantes, como também em presença cultural. Logo, nestes contrastes “entre nós e eles, marcadores do jogo de exclusão e inclusão” (CARDOSO, 2006, p. 104) se expressa a natureza da *identidade contrastiva*, que consiste na afirmação do “nós” diante dos “outros”. Isso acontece quando o grupo étnico se afirma como tal, e o fazem como meio de diferenciação em relação ao outro grupo étnico que o confronta. A título de exemplo Cardoso referencia esses operadores simbólicos:

- a. a terra ou território é certamente o primeiro desses operadores, onde *o nós* são os filhos da terra e os *outros* são recém-chegados;
- b. como segundo operador simbólico, tem-se a *história real* ou suposta – as lendas –, que remontam à época de Carlos Magno, fundador do Principado de Andorra;
- c. o *sangue*, como terceiro operador, passa a ser marcador de uma ancestralidade genética, isto é, ser “andorrano de raiz” (na expressão catalã, andorrans de soca); [...] (CARDOSO, 2006, p. 104).

Na análise de Cardoso a questão da nacionalidade ao ser comparada com a da etnicidade, a nacionalidade apresenta-se no mundo andorrano com uma expressão muito forte. Deste modo, para o autor “o caso da identidade andorrana que estamos acabando de considerar aqui serve-nos de ilustração de um “tipo ideal” de identidade nacional, como uma identidade sujeita a ser invocada quase quotidianamente” (CARDOSO, 2006, p. 105). No caso dos andorranos grande parte dessa população se encontra no interior do próprio país, inclusive o professor Roberto questiona esse ponto, no entanto, está analisa foca em mostrar a nacionalidade reforçada na fronteira e se mecanismo operacional.

Portanto, as problematizações do professor Roberto Cardoso de Oliveira demonstram com clareza os limites e possibilidade entre identidade e etnicidade nestes múltiplos contextos de migração e emigração. Essa variedade de cenários que o autor expõe tem um propósito, assim como um conjunto de pontos que se conectam, ele os identifica em sua análise como sendo, o reconhecimento da identidade étnica ou nacional; “o respeito à diferença é outro elemento da interação social recorrente em todos os cenários considerados” (CARDOSO, 2006, p. 112). Para exemplificar esse conjunto o autor cita o cenário de Andorra, onde o respeito à diferença do outro ocorre por meio de uma tolerância recíproca aos costumes tradicionais de cada grupo, sejam eles catalães, espanhóis ou andorranos. No entanto, é necessário lembrar que nem todas as relações interétnicas que estabelecem a diferença entre

nós e os outros produz uma relação harmoniosa, a exemplo disso, temos o preconceito. É um último elemento que o autor expõe é a expectativa, tanto de grupos étnicos, sociais ou nacionais de serem *considerados*, para Cardoso os outros dois pontos seguiam uma linha mais política, enquanto este é de ordem moral, e por essa razão é difícil de ser observada, neste elemento a consideração é aplicada como condição de moralidade nas relações interétnicas.

Portanto, a partir de um contexto geral procurou-se abordar as principais questões teórico-metodológicas presentes nos estudos de migração, como a multiplicidade dos movimentos migratórios, novas proposta de análise e a aplicação conceitual de Identidade e etnicidade nos contextos de relações interétnicas. Foi possível visualizar, que a migração não consiste apenas em mudança de domicílio, pois quando o emigrante decide atravessar a fronteira de seu país, surge uma série de problemas relacionados a questões políticas, sociais, econômicas e culturais. Além, de o pesquisador ter clareza de como os processos migratórios são articulados, construídos e estabelecidos, é importante o profissional visualizar a função social de sua pesquisa. Alejandra de Arce e Graciela Mateo tesem relevantes considerações, que refletem sobre o papel dos estudos científicos na linha de migração:

La investigación científica aparece entonces como aquella actividad, capaz de proveer de ideas, conceptos y conocimientos empíricos útiles para enfrentar en forma adecuada el reto planteado por el proceso inmigratorio masivo. La complejidad y diversidad que caracterizan a los movimientos migratorios, la variedad de sus determinantes y la multiplicidad de sus consecuencias, impactos e implicancias resultan cada vez más difíciles de aprehender cabalmente desde perspectivas disciplinares particulares. De ahí que, por afectar a múltiples facetas del comportamiento humano y a diversas esferas de la vida social, las migraciones constituyen un objeto de estudio eminentemente interdisciplinar (ARCE; MATEO, 2013, p. 1-2).

As autoras explicam que o papel da pesquisa científica é caracterizado como uma atividade capaz de fornecer ideias, conceitos e conhecimento empírico para abordar de maneira adequada os desafios proposto pela imigração de massa. Considerando a função social de uma pesquisa científica, é importante destacar que esses estudos migratórios podem contribuir com políticas de imigração e projetos de inserção a curto, médio e longo prazo.

Referências

ARCE, Alejandra; MATEO, Graciela. *Migraciones e identidades en el mundo rural*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

BARTH, Fredrik. *O guru iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina. *De Europa a las Américas: dirigentes y Liderazgos (1980-1960)*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.

CÁNOVAS, Marília Klaumann. *Cartografias do exílio: o cenário internacional de efervescência política e a militância do imigrante espanhol em São Paulo e Santos (Brasil) nas primeiras décadas do século XX*. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos* (CEMLA), Año 25, n. 71, julio-diciembre 2011.

CARDOSO, Roberto de Oliveira. *Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006.

CAMPUS, Adriana Pereira... [et all], organizadores. *Territórios, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura*. Vitória, ES: GM Editora; Paris: Université de Paris-Est; Universidade do Minho, 2012.

CUNHA, José Marcos Pinto da (Org). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: Núcleo de estudos de População/Unicamp, 2001.

GJERDE, Jon. *Identidades múltiples y complementaries*. In: BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina. *De Europa a las Américas: dirigentes y Liderazgos (1980-1960)*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.

JIMÉNEZ, Cecilia. *De donde vienen? Las estrategias migratorias de reproducción social*. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos* (CEMLA), Año 25, n. 71, julio-diciembre 2011.

PEREIRA, Cláudio Elmir; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Oswaldo (orgs.). *Imigração nas Américas: estudos de história comparada*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SANTOS, M. O. *A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios*. REMHU (Brasília), v. XVIII p. 27-43, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Contribuições metodológicas para a análise das migrações*. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2005.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

WEBER, Regina. *Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações*. *Revista de História* (UFES), v. 18, p. 236-250, 2006.

RELAÇÕES SOCIAIS E CONFLITOS: IMIGRANTES ITALIANOS E NEGROS NA SERRA GAÚCHA (1878-1914)

Norton Neves

Graduado em História pela UNISINOS, email: nortonneves@gmail.com

Resumo: Este projeto se propõe a empreender uma análise crítica e comparativa das estratégias de sobrevivência e conflitos interétnicos ocorridos nas regiões de Caxias do Sul e São Francisco de Paula de Cima da Serra, por parte de imigrantes italianos, seus descendentes e negros⁶⁸⁹ que viviam nessas regiões, entre 1878 e 1914. Ao realizar tal pesquisa, temos por objetivo lutar contra a invisibilidade do negro em nosso estado, tão solidificada através das ideias que estavam ligadas a crenças racistas e que fomentaram a imagem de uma região serrana equivalente a Europa. Esse pensamento foi propagado em prol do turismo, do lucro e do racismo. Para isso, buscaremos comparar os modos de vida que tais grupos étnicos utilizavam nesses diferentes espaços geográficos. Assim, se fará possível analisar as diferenças entre as redes sociais criadas por imigrantes italianos e negros, bem como suas estratégias variadas de sobrevivência que buscavam auxiliar na manutenção dos seus pares e na ascensão social, seja individual ou do grupo.

Palavras chave: Imigrantes, conflito, invisibilidade.

2) Tema e problemática de pesquisa

Análise das estratégias de sobrevivência e conflitos entre imigrantes italianos, seus descendentes e negros localizados na região de Caxias do Sul e São Francisco de Paula de Cima da Serra. Quais as formas de disputa e reparação social praticadas por imigrantes italianos e seus descendentes ao se depararem com homens e mulheres negras que lutavam por aceitação social e ascensão financeira nessas localidades?

3) Justificativa

Tendo focado a pesquisa para construção da monografia nos conflitos interétnicos, os estudos migratórios e as diversas formas de estratégias de sobrevivência que os imigrantes italianos e seus descendentes empregavam para manter seu status e poder econômico, decidimos por aprofundar a temática já estudada ao pensar um projeto mais amplo.

Compreendendo que a pesquisa deve inovar ou trazer releituras críticas e produtivas sobre campos já estudados dentro da historiografia, realizaremos a proposta de analisar e comparar os artifícios da população de duas cidades que possuem temáticas opostas. Uma

⁶⁸⁹ O termo negro é utilizado neste trabalho e se refere aos afro-brasileiros, conforme aparece na documentação bibliográfica.

delas, Caxias do Sul⁶⁹⁰, conhecida como *Pérola das Colônias*⁶⁹¹. Visando relatar a importância do papel de negros nessa colônia, se torna de grande relevância entender os conflitos interétnicos dos grupos de imigrantes italianos, seus descendentes e a população negra dessa região. Na historiografia, principalmente na história do crime, podemos encontrar um exemplo da relevância dos conflitos, pois através desse campo é possível reconhecer as estratégias de enquadramento social praticada por parte de um grupo sobre outro, no caso, de imigrantes italianos e seus descendentes, seja para se defender ou atacar aqueles que não viam como iguais⁶⁹².

No que diz respeito à segunda cidade iremos focar nossa pesquisa em São Francisco de Paula de Cima da Serra⁶⁹³. Diferentemente de Caxias do Sul, São Francisco de Paula é uma cidade predominantemente de nacionais luso-brasileiros, tendo também forte presença de negros na região. A partir de estudos das bibliografias adequadas sobre a cidade e das fontes primárias que serão explanadas mais adiante, podemos constatar que a presença italiana também se fazia presente em São Francisco de Paula.

Visando a compra de terras, imigrantes italianos acabavam por entrar em diversos cenários de negociação e conflito com luso-brasileiros e negros que se encontravam em São Francisco de Paula. O que é interessante para pesquisa ao trazermos São Francisco de Paula de Cima da Serra é compreender como o imigrante italiano iria se adaptar a esse espaço predominantemente de lusos e negros, algo completamente oposto ao que se apresentava em Caxias do Sul. Desse modo, é possível comparar as estratégias que tais imigrantes e seus descendentes deveriam utilizar ao encontrarem essa pluralidade étnica onde, em uma das

⁶⁹⁰ A cidade de Caxias do Sul foi fundada sob o nome de Fundos de Nova Palmira, em 1875 posteriormente passou a ser conhecida como Colônia Caxias, uma das diversas colônias oficiais criadas pelo governo imperial. Entre os objetivos de sua criação estavam o aumento do número populacional e da produção agrícola. Mas se faz necessário ressaltar que a defesa do território, a criação de classes intermediárias entre o senhor das terras e o escravo, a formação de uma mão de obra assalariada e o próprio branqueamento da população estavam entre os objetivos para a criação dessa colônia. (GOMES, 2008, p. 14).

⁶⁹¹ Para Olívio Manfroi (1975), Caxias estaria entre as mais importantes colônias italianas. Segundo suas palavras: “[...] terá um futuro brilhante, pois de simples sede colonial passou a ser o 5º distrito de São Sebastião do Cai, cidade de Caxias e, enfim, a Pérola das Colônias”. (MANFROI, 1975, p. 62).

⁶⁹² Autores como Karl Monsma (2016), Vendrame (2014) e Gomes (2008) já realizaram pesquisas onde foi possível constatar as formas de estratégias sociais utilizadas por imigrantes italianos quando confrontados por negros que não aceitavam receber um tratamento que lhe inferiorizasse como sujeito.

⁶⁹³ A cidade de São Francisco de Paula teve seu início com Pedro da Silva Chaves, militar natural de Lisboa que recebeu uma gleba de terras na região. O português doou uma pequena porção, juntamente com algumas vacas, para o patrimônio de uma igreja, na qual ele mesmo viera a construir e que seu filho viria a rezar a primeira missa. Mas a região ficou conhecida como Campos Francisco de Cima da Serra, Em 24 de maio de 1878, pela Lei nº 1152, a região passou à categoria de Vila, ficando com a denominação de São Francisco de Paula de Cima da Serra. (HISTÓRICO IBGE SÃO FRANCISCO DE PAULA DE CIMA DA SERRA, p. 1).

idades (Caxias do Sul) era maioria, e em outra se vê fora da zona de conforto que era fornecida por seus pares.

Analisar de maneira crítica as estratégias que eram empregadas nesses dois casos distintos pode fornecer à historiografia uma nova perspectiva sobre o imigrante italiano e o negro dessas regiões. Buscamos, assim, lutar contra o processo de invisibilidade do negro encontrado em nossas fontes, bem como compreender quais formas os italianos encontravam para solidificar a sua estrutura social. Desse modo, o conflito aqui é entendido como mais do que violência, diz respeito a estratégias sociais de controle e enquadramento daqueles que estão sujeitos a ela.

Ao propormos essa pesquisa estamos confrontando a invisibilidade da população negra destas duas localidades. Isso se faz importante como justificativa para formulação desse anteprojeto, pois vivemos em um estado brasileiro que se afirma diferente dos demais, seja por suas características étnicas, climáticas ou geográficas. Ao fazermos essa constatação estamos corroborando com Weimer:

Evidentemente implícita nesta afirmação está a exclusão do “outro” – americano e africano – que não se enquadra na almejada “europeidade” e para os quais se nega um lugar nas representações e identidades do Rio Grande do Sul. (WEIMER, 2007, p. 26).

Para Leite (1996, p. 49) a identidade brasileira passa, aos poucos, a ser inclusiva, buscando contemplar a diferença étnica de nosso país. Mas essa realidade não ocorre nos estados do sul, onde é elaborada a negação da população negra. No século XX o negro passa a fazer parte da identidade nacional em construção, ajudando a fomentar o que viemos a conhecer como cultura brasileira, durante esse mesmo período, no Sul, ele acaba por ser excluído da identidade regional de nosso estado. (LEITE, 1996, p. 49). Souza (1998), em sua tese de antropologia intitulada “Aos fantasmas das brenhas: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias do sul do Brasil (Rio Grande do Sul)” relata como a invisibilidade passa a barreira simbólica, chegando até mesmo atingir os espaços econômicos e sociais, através de relações racialmente hierarquizadas.

No caso do Rio Grande do Sul, Weimer irá relatar sobre a *Europa imaginada*, mostrando que essa forma de pensar o estado logo se tornou mercadoria, sendo explorada através da indústria turística. Afirmando que regiões, principalmente da serra, como Gramado,

teriam sido colonizadas por grande número de alemães e italianos, bem como sua paisagem lembraria vagamente a europeia, o que ajudou a solidificar a invisibilidade do negro. (WEIMER, 2007, p. 26). Desse modo, a delimitação geográfica para essa pesquisa está ligada aos locais em que poderemos encontrar essa invisibilidade. Isso é muito evidenciado em Caxias do Sul, cidade, como já mencionado, voltada para a colonização italiana. Assim, será possível trabalhar contra o argumento de que essa região é *naturalmente europeia*, mostrando o grande contingente de negros que ali viviam e que buscavam lutar por crescimento econômico e maior status.

A lacuna temporal que abrange a pesquisa está inserida entre 1878 e 1914. O espaço de tempo é amplo, pois o estudo realizado, previamente, para formação deste anteprojeto possibilitou constatar inúmeras fontes primárias que auxiliam a problematizar as questões de invisibilidade da população negra e estratégias sociais adotadas por parte de imigrantes italianos, seus descendentes e negros das duas cidades enumeradas. Também se faz importante compreender como mudaria a vida da população negra dessas regiões após a Lei Áurea, pois encontramos um cenário em que o antigo escravizado poderia, através de estratégias diversas, lutar por sua igualdade social e legal, buscando assim, melhores condições de vida. Do mesmo modo, o imigrante italiano chega ao Rio Grande do Sul visando ascensão social e econômica. Desse modo, encontramos um cenário propício para os conflitos entre tais grupos étnicos.

Diversos autores analisaram quais modos os imigrantes utilizavam para encontrar e manter seu crescimento econômico dentro das colônias e localidades próximas, entre os exemplos possíveis de citar temos o professor Dr. Marcos Antonio Witt e seu artigo na revista, *História, debates e tendências* (2014). De maneira hábil Witt refuta os conceitos de que a cidade de São Leopoldo teria sido construída apenas com braços imigrantes. Ele apresenta históricos de escravos que viviam na região e a importância dos mesmos para a colônia. Sendo assim, acaba com a crença de que os imigrantes alemães seguiam as leis estipuladas pelo Império ou República ao pé da letra, imposição que proibia a introdução de escravos em zonas coloniais. (WITT, 2014, p. 23).

Outra autora reconhecida pelos estudos imigratórios é a professora Dra. Maira Ines Vendrame. No livro “*O poder na Aldeia: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*” (2016) a autora questiona as verdades defendidas pela historiografia clássica. Utilizando fontes diversas, como processos-crime e

documentação nacional e estrangeira, analisou a trajetória de imigrantes como Antônio Sório e Paulo Bortoluzzi e suas estratégias desde os locais de partida até os locais de destino. Ao pesquisar o cotidiano das regiões coloniais, buscou entender através de episódios de conflitos, entre imigrantes italianos e nacionais, as ideias partilhadas entre a população colonial, como a questão de superioridade e privilégios alimentada pelos italianos. (VENDRAME, 2014).

Cientes do quão o negro nessas regiões sofreram com o processo histórico de invisibilidade, cremos que essa pesquisa contribuirá para as discussões e complementações sobre essa temática. Mas, para, além disso, acreditamos ser necessário frisar o quanto as pesquisas que envolvem o tema escolhido são de suma importância. Essa significância se amplifica para região sul de nosso país, local marcado até a atualidade com pensamentos e comportamentos extremamente preconceituosos e excludentes para com as minorias⁶⁹⁴ que vivem aqui. Quando trazemos o problema de invisibilidade do negro temos ciência de que essas questões atingem a atualidade, ou seja, no Rio Grande do Sul, ainda compactua com ideias que desumanizam o negro. Para combater tais ideias e crenças que propomos e compreendemos a importância de se realizar estudos voltados para essa temática.

4) Objetivos

Objetivo geral: Identificar e analisar criticamente as estratégias de sobrevivência de imigrantes italianos, seus descendentes e negros das cidades de Caxias do Sul e São Francisco de Paula de Cima da Serra.

Objetivos específicos:

- a) Analisar de que forma os conflitos interétnicos, ocorridos entre os grupos selecionados, estavam associados às questões raciais que se encontravam em voga no final do século XIX e começo do XX.

- b) Analisar, através da metodologia comparativa, as semelhanças e diferenças entre as estratégias que tais grupos utilizavam para sobreviver e buscar ascensão social e

⁶⁹⁴ O conceito de minorias é utilizado para indicar que existem grupos dentro de nosso país que possuem desvantagem social, e não, necessariamente, se encontram em menor número. Mesmo que muitas vezes venha a coincidir que um grupo minoritário realmente seja a menor parcela da população, não será esse fator numérico que servirá para indicar esse grupo como minoria. Mas, sim, as relações de dominância exercida pelos diferentes subgrupos da sociedade. São tais relações que determinam um padrão que irá delinear o que se entende por minoria em cada lugar. Os diversos comportamentos discriminatórios e preconceituosos também costumam afetar os grupos minoritários.

financeira dentro das cidades de Caxias do Sul e São Francisco de Paula de Cima da Serra.

- c) Identificar quais as formas de invisibilidade propagadas, contra a população negra, dentro dos referidos espaços geográficos, para se perpetuar, continuamente, a ideia de uma serra gaúcha europeizada e predominantemente branca.

5) Embasamento Teórico-metodológico

O método de análise proposto está vinculado com a Micro-história, História da Imigração e a História Comparada. Perpassamos outros espaços dentro da historiografia como redes sociais, conflitos interétnicos e a invisibilidade do negro.

A respeito da Micro-história ressaltamos sua importância para elaboração dessa pesquisa, pois sua forma de análise criou novos modos de ler e construir trajetórias e biografias. Ela passa a problematizar os sujeitos quando os insere em situações únicas. Desse modo, garante que seja possível perceber melhor as relações sociais que ocorreram em diferentes contextos. O que se torna crucial quando buscamos analisar populações de cidades distintas e visamos compreender as estratégias sociais empregadas nesses meios. Ao buscar um estilo narrativo que visa à maior interação com o público a Micro-história passa a criar uma nova maneira de divulgar seus resultados ao leitor, o que auxilia na busca por uma forma de escrita, mais objetiva e compreensível. (KARSBURG, 2015, p. 32).

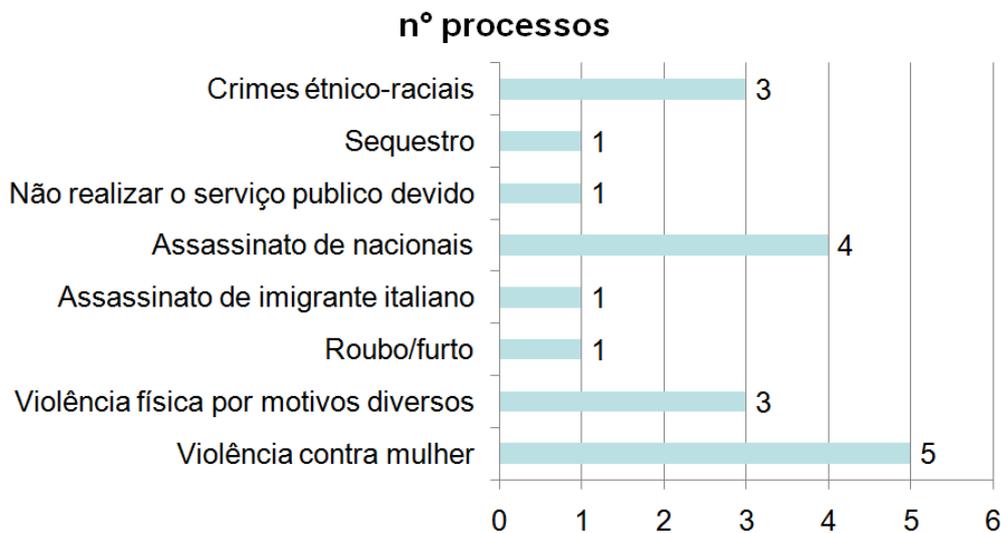
Como afirma Levi (2015), a micro-história está ligada ao estudo do particular, mas ao contrário do que muitos pensam, ela não trabalha estudando coisas pequenas, e sim “coisas grandes através do microscópio”. (LEVI, 2015, p. 247). Assim, ao ligar o particular e o micro busca-se encontrar coisas que não estão evidentes. Desse modo, trabalha-se para:

[...] buscar perguntas gerais que valham para as situações das quais saímos, porém que possam valer em outras situações como perguntas, não como respostas, voltando na sequência aos particulares. Mas somente no sentido de que os particulares são infinitos. (LEVI, 2015, p. 247).

Desse modo, para Levi (2015), a micro-história se configura na metodologia que trabalha com as perguntas gerais, mas também com os acontecimentos locais e específicos. “– locais não no sentido de localidade – específicos, sendo que cada situação é diferente. Devemos ver o particular, não para falar do local, mas para encontrar perguntas gerais que permitam realizar infinitas contestações.” (LEVI, 2015, p. 247). Assim, buscaremos utilizar a História da Imigração de forma crítica ao aproveitar o aparato oferecido pela Micro-História,

criando problemas de pesquisas que sirvam de chave para gerar contestações em diferentes ambientes e situações. Para nós, estudar a imigração diz respeito a observar além das trajetórias e modos de vida adotada pelos imigrantes, mas compreender como os costumes de uma sociedade colonial⁶⁹⁵ sobreviveram em nosso estado, seja através da adaptabilidade ou imposição.

Para ligarmos a Micro-história, História da Imigração, os conflitos interétnicos e redes sociais, iremos utilizar os processos-crime como fonte primária. Para tal, criamos um banco de dados com, até o momento, dezenove processos criminais que foram fichados e classificados como mostra a tabela a seguir:



Esses processos-crime estão disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) de Porto Alegre e dizem respeito às localidades de Caxias do Sul e São Francisco de Paula de Cima da Serra, o primeiro caso é datado 1899 e o último de 1914. Também iremos trabalhar com processos criminais encontrados no Instituto da Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (UCS), ampliando, assim, nosso número de fontes.

Ao transcrever essa documentação na íntegra, o que possibilitará realizar novas pesquisas em cima dessas fontes, iremos analisar criticamente os casos de crimes motivados por razões étnico-raciais. Para tal, utilizamos alguns conceitos empregados na pesquisa de Éder Silveira em “A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX”. Nele o autor irá trabalhar, inicialmente, a formação das ideias que serviriam para criação do cientificismo e da eugenia dos séculos XIX e XX.

⁶⁹⁵ Segundo (Santos, 2008, p. 5), o termo colono é uma identidade adquirida pelos imigrantes alemães e italianos ao chegarem ao Rio Grande do Sul, “isto é, proprietários de uma fração de terra denominada *colônia*”. Para (Seyferth, 1993, p. 38): “No seu significado mais geral, a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem européia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização (...). A categoria colono foi construída, historicamente como uma identidade coletiva com múltiplas dimensões sociais e étnicas”.

Trazendo desde os estudos de Carl Linné que “propôs uma primeira taxionomia da espécie humana”, Silveira consegue definir que o conceito de raça utilizado pelos pesquisadores do século XIX trabalhava para justificar a exploração dos povos dominantes sobre os povos sujeitos. (SILVEIRA, 2005, p. 21). Também irá vincular o darwinismo social com a eugenia ao afirmar que:

A obra de Darwin passou a ser um novo paradigma, base de toda a reflexão sobre a evolução do homem, da vida e de toda a problemática da degeneração, e constitui, é possível sugerir, ao contrário do que alguns autores buscam escamotear, a base da eugenia. A eugenia não é o lado maldito do darwinismo, mas seu resultado natural. (SILVEIRA, 2005, p. 34).

Assim, a teoria da evolução de Darwin serviu de base para diversos estudos que teriam como foco a temática racial. Essas pesquisas seriam fortemente influenciadas pela crença na superioridade do homem europeu e branco sobre as demais raças. Essa relação estaria ligada não apenas às questões físicas, mas também ao comportamento moral e as capacidades intelectuais do sujeito. Logo, um homem ou mulher negra não teriam, segundo as teorias advindas do darwinismo social, as mesmas capacidades que um caucasiano. Segundo Rose (1999), Darwin não teria sido o pai das pesquisas raciais, outras duas figuras eram de extrema importância para se entender o pensamento cientificista e eugenista da época. Um deles Adolphe Pictet com seu livro “*As Origens Indo-Européias*” e o mais importante para essa pesquisa, por se focar no Brasil, o “*Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças*” do Conde de Gobineau.

Para Gobineau a degeneração humana estava vinculada a *mélange*, a mistura, ou seja, mestiçagem entre diversas raças. Através dessa união imprópria para a evolução humana, se acabava com a elaboração racial necessária para uma hereditariedade pura, tão defendida por Gobineau. (SILVEIRA, 2005, p. 46). Desse modo se predominaria os instintos das raças inferiores, o que levaria a civilização ao declínio. Em diversos momentos, o Conde afirma que o Brasil estaria perdido por sua alta taxa de mestiçagem, e que de todos os homens e mulheres que ali viviam apenas Dom Pedro II poderia ser classificado como caucasiano. Entretanto, Silveira (2005, p. 50-51) relata que Gobineau chega a defender o Brasil de “acusações que enfrentava por parte de nações européias que se mostravam descontentes com os rumos que a imigração tomava na América, em especial no Brasil.” Ao vermos as palavras de Gobineau constatamos que ele afirmava que nosso país parecia “na verdade ser recomendável muito especialmente à parte mais saudável da emigração, esta que quer obter a prosperidade à qual aspira somente pelo trabalho constante e pelo bom caminho do exercício consciencioso e calmo da liberdade.” (Gobineau. 220-221, apud Silveira, 2005, p. 51).

Não é surpresa que para Gobineau a *parte mais saudável da emigração* consistia dos europeus brancos, principalmente alemães e italianos. Segundo Silveira (2005) o motivo para tal seria “injetar sangue nórdico nestas terras, uma vez que o juízo de Gobineau sobre o povo

brasileiro era dos piores.” (SILVEIRA, 2005, p. 52). Essa tentativa logo se tornaria tendência no fim do século XIX e começo do XX, auxiliando para formar as políticas eugenistas de imigração. Durante esse período as questões raciais eram uma das mais importantes e auxiliariam a fomentar e por em prática a ideia dos imigrantes desejáveis e indesejáveis para o país, apoiadas, principalmente, pelos imigrantistas brasileiros.

Segundo Seyferth as questões raciais para o Brasil do começo do século XX eram tão importantes que chegaram a interferir diretamente nas políticas republicanas. Em seu estudo, observou que:

Foi respaldada, em parte, pela ciência, principalmente pela Antropologia Física empenhada em classificar a humanidade em tipos naturais, arbitrando certas características fenotípicas por suas frequências em diferentes grupos humanos; mas, igualmente, por alguns estudiosos do campo das ciências sociais e humanas, que usaram e abusaram da metáfora darwinista da “sobrevivência dos mais aptos” e que inventaram a Eugenia para sugerir políticas públicas que, entre outras coisas, implicavam limpeza étnica. (SEYFERTH, 2006, p. 42-43).

Ainda segundo suas palavras, o darwinismo social seria a “principal doutrina racista vigente na passagem do século”. (Seyferth, p. 43). Para a autora, o dogma em comum de todas as teorias raciais consistia em hierarquizar a espécie humana, localizando o europeu no topo da análise baseadas no darwinismo. Enquanto os negros eram tidos como bárbaros e os indígenas selvagens, os demais grupos étnicos iriam ocupar locais intermediários nessa escala. Muitas mudanças surgiram ao criarem às diversas teorias racistas, uma das mais significativas foi afirmar que nem todos os brancos eram iguais e “que a própria posição de classe se tornou elemento denotativo de inferioridade.” (Seyferth, p. 43). Logo, não foi uma surpresa quando tais teorias influenciaram a elite brasileira a criar diversos incentivos para solucionar o problema racial brasileiro, afinal, essa era uma terra repleta de negros vindos da África, indígenas e mestiços. Tais incentivos eram postos em prática através de leis que favoreciam imigrantes, em contrapartida a política brasileira deixava a margem milhares de negros que logo estariam livres, mas sem receber qualquer tipo de amparo ou reparação social.

Assim, baseado nas questões apresentadas sobre darwinismo, raça, eugenia e tantas outras que seriam possíveis serem abordadas dentro desse escopo de pesquisa, diversos pensadores (as) estudaram e ligaram os processos imigratórios com o branqueamento populacional e o racismo científico construído no século XIX. Essas crenças científicas também permaneceram no Brasil durante o século XX, atingindo nossa população, da elite aos mais pobres. Segundo Napolitano (2016), as ideias advindas do eugenismo se popularizaram e se adaptaram tão bem a realidade brasileira porque era mais fácil para elite culpabilizar o pobre por seu estado de miséria do que realizar o trabalho necessário para trazer as mudanças que o país e a população necessitavam.

Entretanto, esse anteprojeto não propõe uma releitura das teorias raciais, mesmo estas tendo sua importância para pesquisa proposta. Buscamos utilizá-las de modo a compreender como tais estudos poderiam, ou não, ter influenciado as leis rio-grandenses e, conseqüentemente, o convívio em Caxias do Sul e São Francisco de Paula de Cima da Serra. Para isso, focaremos na população de imigrantes italianos que viviam nessas duas cidades, bem como nos negros que também habitavam esse espaço. Ao realizar esse exercício de reflexão encontramos a necessidade de respaldo oferecido pela História Comparada. Ao estudarmos o que Marc Bloch apresentou sobre o comparativismo, vemos que: “aplicar o método comparativo no quadro das Ciências Humanas consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos.” (BLOCH, 1939 p. 31). Assim, buscamos compreender a relação social e as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos imigrantes italianos, seus descendentes, e pelos negros que viviam nessas cidades. Através de tal pesquisa buscaremos encontrar rastros das teorias raciais no convívio entre esses grupos análogos e de meios sociais completamente distintos, tanto societários quanto geograficamente.

Buscamos assim, encontrar os aspectos específicos e gerais dos fenômenos sociais que existiam nessas duas realidades durante a passagem do XIX para o XX. Compreendendo também suas causas e origens. Para tal, buscamos apresentar as diferenças entre essas relações sociais e as estratégias empregadas pelos homens e mulheres que viviam em Caxias do Sul e São Francisco de Paula. Assim como March Bloch estamos atrás da ausência e entender o porquê elas existem nesse espaço.

No que diz respeito às leis de imigração e colonização iremos trabalhar, inicialmente, encima de dois livros, são eles: *Coletânea de Discursos de Parlamentares da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, publicado em 1998. Trabalho realizado pela professora Dra. Piccolo, no qual consistiu em reunir todos os discursos de parlamentares gaúchos do século XIX. Além de transcrever os discursos realizados, Piccolo (1998) criou sessões para encontrarmos os assuntos que desejamos pesquisar de maneira mais prática. Assim, utilizaremos o capítulo IV *Escravidão, Imigração e Colonização*, que abrange toda temática necessária para essa parte da pesquisa. Desse modo, poderemos compreender como a elite rio-grandense pensava questões relacionadas à escravidão, imigração e colonização, quais seus objetivos e os principais debates relacionados a tais temáticas que ocorriam na Assembleia Legislativa provincial. O segundo livro *Imigração e Colonização: Legislação de 1747 – 1915*, organizado e escrito pela professora Dra. Iotti, trata de fornecer ao leitor pesquisador todas as leis provinciais e da Primeira República Brasileira que foram postas em prática dentro do território gaúcho. Mas como o próprio nome acusa, todas as leis que encontramos no livro dizem respeito à imigração e colonização do período de 1747 até 1915.

Utilizando esses dois materiais como fontes, poderemos, em um primeiro momento, entender o que se passava dentro da Assembléia Legislativa e, posteriormente, ver o que de fato se tornou Lei em prol da imigração e dos imigrantes. Como parte do material já foi previamente estudado temos ciência de que encontraremos falas de parlamentares bem como

leis significativas que auxiliarão para responder o problema de pesquisa proposto nesse anteprojeto. Assim, estaremos corroborando para conceber como se deu a invisibilidade do negro ao ser marginalizado socialmente após alcançar sua liberdade.

6) Fontes

a) **Arquivo Público do Rio Grande do Sul – Porto Alegre**

Processos-crimes de Caxias do Sul e São Francisco de Paula de Cima da Serra (1899-1914).

b) **Instituto da Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (UCS) – Caxias do Sul**

Processos-crimes de Caxias do Sul e São Francisco de Paula de Cima da Serra (1899-1914).

c) **Coletânea de Discursos de Parlamentares da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**

Discursos proferidos por parlamentares no período entre 1878-1885.

d) **Imigração e Colonização: Legislação de 1747 – 1915**

Leis que abrangem o período de 1878-1885.

Referências

BLOCH, M. **A sociedade feudal**. Disponível em: <<https://portalconservador.com/livros/Marc-Bloch-A-Sociedade-Feudal.pdf>>. Acesso em: 11/10/2018.

GOMES, R. F. **Sob a proteção da princesa e de São Benedito**: Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1943-1988). 2008. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1859/sob%20a%20protecao%20da%20princesa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

IBGE. Histórico de São Francisco de Paula de Cima da Serra. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/saofranciscodepaula.pdf>>. Acesso em: 23/08/2018.

IOTTI, H. L. **Imigração e Colonização**: Legislação de 1747-1915. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

LEITE, Ilka B. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: _____. (org) **Negros no sul do Brasil – invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

- MANFROI, O. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: Implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Suliani Editografia Ltda; vol. 2, 1975.
- MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo**: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Paulo: EdUFSCar, 2016.
- NAPOLITANO, M. **História do Brasil república**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo. Contexto, 2016.
- PICCOLO, L. I. H. **Coletânea de discursos parlamentares da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. CORAG, 1998.
- VENDRAME, M. I. **Micro-história**: Trajetórias e imigração. São Leopoldo: OIKOS, vol. 1, 2015.
- VENDRAME, M. I. **O poder na aldeia**: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: OIKOS, vol. 1, 2016.
- VENDRAME, M. I. Poder local e violência, imigrantes e nacionais nos núcleos coloniais do Sul do Brasil. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 63-76, jan./jun. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Sistema/Downloads/4165-14177-2-PB.pdf>. Acesso em: 16/03/2016.
- ROSE, Michael. **O espectro de Darwin**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- SANTOS, O. M. Alteridades em conflito: imigrantes italianos, alemães, portugueses e a população brasileira na serra gaúcha. **26º Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro, 2008. Disponível em:
<http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2001/miriam%20de%20oliveira%20santos.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MARCO, C. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 41-58. 2006.
- SEYFERTH, G. “Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)”, **Anuário antropológico 91**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 31-63. 1993. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1991/anuario91_giraldaseyferth.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- SILVEIRA, Éder. **A cura da raça**: Eugenia e higienismo no discurso médico Sul-rio-grandense nas primeiras décadas do séculos XX. Passo Fundo. Editora: UPF, vol. 1, 2005.
- SOUZA, José Otávio Catafesto. **Aos fantasmas das brenhas**: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul). 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- WEIMER, R. de A. Os nomes da liberdade: Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição. 2007. 337 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos sinos, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1851/nomes%20da%20liberdade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- WITT, A. M. Sobre a escravidão e imigração: relações interétnicas. História debates e tendências: **Revista do programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo**. Passo Fundo: UPF Editora, p. 21-35. 2014.

AS COMEMORAÇÕES DO BIÊNIO DA COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (1974-1975) E O DISCURSO OFICIAL DE INTEGRAÇÃO ÉTNICA

Tatiane de Lima – Mestra em História

Resumo: O Decreto Estadual 22.410 de 22 de abril de 1973, que instituiu as comemorações do Biênio da Colonização e Imigração, confirma o destaque dado pelo governo gaúcho às celebrações do Pioneirismo Luso-Brasileiro, do Sesquicentenário Alemão e do Centenário Italiano. Como um contraponto a esta ênfase, queremos destacar o fato de que este Decreto também foi o documento responsável pela instituição das comemorações dos demais grupos imigrantes e não imigrantes presentes no Rio Grande do Sul. Neste sentido, queremos problematizar as seleções de memórias ao longo do processo comemorativo, que desde o princípio se dedicou a rememorar a empreitada imigratória e colonizadora, mas que se deparou com reivindicações de falta de representatividade por parte de pessoas ligadas a valorização da identidade negra e indígena no estado. Foram estas reivindicações que transformaram as comemorações do Biênio da Colonização e Imigração em um momento de homenagem a todos os grupos que compunham etnicamente a população gaúcha, tornando este o discurso oficial das comemorações.

Palavras-chave: comemorações; integração étnica; identidade; memória.

1 COMEMORAR

A abordagem do tema das comemorações na pesquisa histórica abrange determinados aspectos, conforme nos aponta Guarinello (2001, p.971-972): a questão da sua intencionalidade; a coletividade presente no ambiente festivo e a relação das comemorações com o tempo (passado, presente e futuro). Assim, o autor define o termo festa como:

1. Implica uma determinada estrutura social de produção, no sentido de que as festas não são dádivas de Deus, nem caem dos céus segundo nossos desejos. Elas são laboriosamente e materialmente preparadas, custeadas, planejadas, montadas, segundo regras peculiares a cada uma e por atividades efetuadas no interior da própria vida cotidiana, da qual são necessariamente o produto e a expressão ativa;
2. Envolve a participação concreta de um determinado coletivo, seja ele a sociedade em seu conjunto, ou grupos dentro dela, com maior ou menor expressão ou força legitimadora, distribuindo-se os participantes dentro de uma determinada estrutura de produção e de consumo da festa, na qual ocupam lugares distintos e específicos;
3. Aparece como uma interrupção do tempo social, uma suspensão temporária das atividades diárias que pode ser cíclica, como nas festas de calendário, ou episódica, como na comemoração de eventos singulares, implicando uma concentração da atenção, dos esforços e dos afetos dos participantes em torno de um objeto específico, como segue;

O autor ainda chama a atenção para o objeto comemorado – que se torna um símbolo de agregação – e para a produção de memória através do compartilhamento de afetividades em torno deste objeto:

4. Articula-se em torno de um objeto focal, que pode ser um ente real ou imaginário, um acontecimento, um anseio ou satisfação coletivos e que atua como motivação da festa, como seu sentido explícito, cuja comemoração ou celebração constitui o *leitmotiv* da festa e que, como tal, se esgota em si mesmo. Isto é, a reunião comemorativa que constitui a festa é seu próprio objetivo. O objeto focal pode ser, assim, sagrado ou profano, antigo ou recente, pode estimular as mais diferentes sensações, como euforia, fé, liberação, constrição, superação, êxtase, etc. tais distinções são irrelevantes para nosso fim. O importante é que o objeto focal funcione como pólo de agregação dos participantes, como símbolo de uma identidade que pode ser, mais ou menos, circunstancial ou permanente;
5. Por fim, uma festa é uma produção social que pode gerar vários produtos, tanto materiais como comunicativos ou, simplesmente, significativos. O mais crucial e mais geral desses produtos é, precisamente, a produção de uma determinada identidade entre os participantes, ou, antes, a concretização efetivamente sensorial de uma determinada identidade que é dada pelo compartilhamento do símbolo que é comemorado e que, portanto, se inscreve na memória coletiva como um afeto coletivo, como junção dos afetos e expectativas individuais, como um ponto em comum que define a unidade dos participantes. A festa é, num sentido bem amplo, produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e no espaço sociais.

O uso do termo *comemoração* compreende também aspectos políticos, afetivos, identitários, sentimentais, de gratidão e de homenagem. Definir as implicações políticas contidas no processo comemorativo significa considerar as seleções, construções e disputas de memórias. Comemorar trata-se de uma ação de (re) presentificar o passado através da evocação de memórias, processo este que se dá de maneira seletiva ao serem escolhidos os fatos a serem rememorados e aqueles a serem silenciados. Ao entendermos que a realização de comemorações, de um modo geral, não são um movimento neutro, mas sim carregadas de intenções, remetemos à Guarinello (2001, p.973) que corrobora com esta percepção ao afirmar que “o que chamamos de festa é parte de um jogo, é um espaço aberto no viver social para a reiteração, produção e negociação das identidades sociais”. Neste sentido, as comemorações são acontecimentos sociopolíticos onde o que está em jogo é a disputa de memórias, e além disso, elas possuem uma dimensão mediadora de conflitos e tensões sociais. Portanto, não se trata de ações neutras ou livres de intenções, afinal o que está em jogo é a construção de uma memória pública.

2 O BIÊNIO DA COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Em 1973 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi o principal organismo a planejar as comemorações do Biênio da Colonização e Imigração que aconteceram nos anos de 1974 e 1975. É esta apropriação que se faz das comemorações por parte dos órgãos governamentais que dá a elas seu caráter oficial. Afinal, foi o governo que tomou as decisões, construiu os objetivos, escolheu os grupos imigrantes homenageados, nomeou os sujeitos envolvidos no processo comemorativo e organizou os Programas Oficiais a serem cumpridos.

As comemorações do Biênio da Colonização e Imigração tiveram como mote a aproximação do Sesquicentenário de chegada dos imigrantes alemães e o Centenário da chegada de imigrantes italianos ao Rio Grande do Sul. A aproximação de datas emblemáticas para os grupos imigrantes, como os centenários, sesquicentenários e bicentenários apresentam-se como momentos oportunos de promoção de comemorações. Estes eventos celebrativos possuem importância social ao estabelecerem uma conexão entre passado, presente e futuro, promovendo assim uma sensação de continuidade entre tempos distintos, através da re/comemoração de um determinado passado, em um presente celebrativo, buscando alicerces para o futuro de seus respectivos grupos. Sobre a proposta do governo estadual para a promoção de tais comemorações, Victor Faccioni, Presidente da Comissão Organizadora nos relatou⁶⁹⁶ como foi o início do processo:

“Eu era Chefe da Casa Civil no período de 1970 – 1974 do governo do estado e era também Deputado Estadual. O Governador era o Euclides Triches, quando recebi em audiência uma Comissão de São Leopoldo coordenadora dos festejos do Sesquicentenário da Imigração Alemã. Foram comunicar ao governo do estado a realização de um evento comemorativo e pediram apoio do governo. Eu disse que ia dar todo apoio, marquei uma audiência da Comissão com o Governador. Quando a Comissão saiu eu fui verificar melhor as datas de todas as demais etnias e vi que no ano seguinte também os italianos e os poloneses iam comemorar [...] Então eu sugeri ao Governador que se comemorasse toda etnia rio-grandense, ao ensejo destes três eventos.”

As comemorações do Biênio da Colonização e Imigração foram oficialmente justificadas da seguinte forma:

⁶⁹⁶ Através de entrevista.

As efemérides que se aproximam – o Sesquicentenário da Imigração Alemã e o Centenário da Imigração Italiana, este ano e no próximo, respectivamente – envolvem, na sua expressividade, cálidas emoções e encontram ressonância nos corações de centenas de milhares de rio-grandenses. O Biênio apoiou-se nestas duas jornadas de evocação, de exaltação e de saudade, e partiu daí para uma ampla, justa, sábia visão da admirável saga humana que foi a formação do Rio Grande; e tratou de por em relevo, fiel ao sentimento de todos os rio-grandenses, o quinhão que cada etnia, cada raça, deu ao progresso e à civilização rio-grandense (FACCIONI, nota à imprensa).

Ainda que as comemorações fossem destinadas a todos os grupos imigrantes, já no Decreto foi dada maior relevância a três deles: luso-brasileiros, alemães e italianos. Acreditamos que tal importância se justifique pelo fato de o grupo de açorianos ter sido pioneiro na imigração ao estado, e alemães e italianos serem lembrados devido à chegada de suas datas celebrativas de comemoração: Sesquicentenário e Centenário, respectivamente. Neste sentido, citamos o primeiro artigo do Decreto que estabeleceu os grupos imigrantes homenageados:

Art. 1º - Fica instituído o Biênio da Colonização e Imigração, com o fim de celebrar, nos anos de 1974 e 1975, o feito dos **pioneiros** [açorianos], o sesquicentenário da **imigração alemã**, o centenário da **imigração italiana** e a contribuição das **demais correntes imigratórias** que se fixaram no Rio Grande do Sul.

3 OS DEMAIS GRUPOS IMIGRANTES, ÍNDIOS E NEGROS

Estas comemorações que desde o princípio se dedicaram a rememorar a empreitada imigratória e colonizadora do Rio Grande do Sul, se depararam já durante as celebrações, com reivindicações de falta de representatividade por parte de pessoas ligadas a valorização da identidade negra e indígena no estado. Tais reivindicações ao serem aceitas pelos promotores das comemorações, a transformaram em um momento de homenagem a todos os grupos que compunham etnicamente a população gaúcha, tornando este o discurso oficial das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração.

Assim, entendemos que ao valorizar as datas comemorativas de alemães e italianos e também o pioneirismo luso-brasileiro, o governo do estado estendeu as homenagens aos demais grupos imigrantes, índios e negros, demonstrando que “integração, em última análise [foi] a marca imperecível que o Biênio deixou, obra que foi de aproximação e de conagração entre os povos” (RELATÓRIO DO BIÊNIO DA COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO, p.15).

Com isto, o poder público demonstrou o quanto as comemorações, que suscitaram uma infinidade de simbologias, foram aproveitadas para a transmissão de mensagens que se queria comunicar: de integração e união entre as etnias estabelecidas no estado – sentença que remete aos “usos políticos do passado”, na medida em que se configuram como “formas peculiares de visibilidade para esse passado, entendendo-o como parte de uma estratégia social e política” (GUIMARÃES, 2007, p.17).

Desta forma, as comemorações do Biênio da Colonização e Imigração que inicialmente propuseram um discurso mais seletivo, ao homenagear somente as correntes imigratórias e colonizadoras presentes no estado, converteram-se em comemorações que enfatizaram e valorizaram a integração étnica no Rio Grande do Sul, ao serem estendidas a totalidade de grupos étnicos que se faziam presentes naquele momento histórico. Este discurso integrador perpassou todo o processo comemorativo - a justificativa, os objetivos, as cerimônias e discursos oficiais e os eventos celebrativos - e pode ser entendido como um discurso homogeneizador, na medida em que as demais correntes imigratórias, índios e negros também foram contemplados nos eventos festivos que estavam prestando homenagem aos luso-brasileiros, alemães e italianos – ainda que não com o mesmo destaque.

São os dizeres do Relatório final das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração que evidenciam este discurso integrador, já que ele não foi a proposta inicial do governo e não se encontrava contemplado de maneira tão evidente no Decreto de instalação dos festejos:

O Governador Euclides Triches sentiu bem a oportunidade e a responsabilidade do Governo do Estado, de conduzir estas comemorações. E decidiu, num gesto de inspiração, aproveitar o pretexto feliz para reuni-las num grande painel, representativo por excelência, da integração rio-grandense, estendendo a homenagem do governo e do povo gaúcho a todas as raças, a todas as etnias, a todas as correntes colonizadoras e imigratórias, que povoaram e civilizaram o Rio Grande do Sul (RELATÓRIO DO BIÊNIO DA COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO, p.07).

É através de ações como esta, em que o governo do estado dá ouvidos e acata reivindicações que partem da população, que podemos visualizar os aspectos políticos que cercam a promoção de comemorações e assim deixar de percebê-las apenas como festividades. As simbologias e representações criadas nas comemorações contribuíram para o processo de manutenção e construção de memória. Processo este que se dá de maneira individual e também coletiva, e que busca constituir grupos sociais através da “experiência

passada recordada e as imagens partilhadas do passado histórico” (FRENTRESS; WICKHAM, p.09, 1992). Sendo assim, queremos verificar como foram organizadas e executadas as comemorações dos demais grupos imigrantes, índios e negros, buscando analisar o significado desta atenção dada pelo governo do estado a estes outros grupos que também foram chamados a comemorar.

Quando o Decreto de instalação das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração propõe que as homenagens contemplem ainda as demais correntes imigratórias – para além de luso-brasileiros, alemães e italianos –, ele não as cita. Desta forma percebemos que por um lado havia uma diferenciação no modo de tratar e se referir aos diferentes grupos homenageados, mas por outro, que tal representatividade dos demais grupos imigrantes ainda não estava definida. Mesmo que prevista no Decreto de instituição das comemorações, a Comissão Executiva para celebrar a contribuição das demais correntes imigratórias no desenvolvimento do Estado só foi instalada em 25 de março de 1974, já durante os as celebrações dos eventos. Foi quando se definiram estes “outros” grupos imigrantes a serem homenageados: argentinos, americanos, franceses, ingleses, israelenses, árabes, poloneses, uruguaios, espanhóis, japoneses e libaneses.

Também, índios e negros foram invocados a participar das comemorações, devido a reivindicações desta representatividade por parte de agentes políticos que possuíam tal descendência. A sua inclusão buscou abranger a totalidade dos grupos que compunham etnicamente a população rio-grandense, em um discurso homogeneizador que se apresentou assim:

“Inicialmente, o Biênio da Colonização e Imigração previa apenas quatro Comissões Executivas, dedicadas, respectivamente, às imigrações lusa, alemã, italiana e de outras origens. Entretanto, atendendo às sugestões partidas de amplos setores da comunidade gaúcha, foram acrescidas, posteriormente, mais três Comissões Executivas: de Homenagem ao Negro, de Homenagem aos Índios e para as Promoções Esportivas. Este fato é uma prova incontestável que o governo do estado soube ser sensível às aspirações do povo rio-grandense, ao institucionalizar as programações em homenagem a todos aqueles que souberam dar a sua contribuição para a formação, o desenvolvimento e o progresso do Rio Grande do Sul” (Discurso do Governador Sinval Guazelli, por ocasião do encerramento do Biênio da Colonização e Imigração – RELATÓRIO DO BIÊNIO DA COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO, p.52).

Esta fala do Governador Sinval Guazelli confirma que não estava prevista inicialmente, por parte dos organizadores das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração, que os grupos de negros e índios fossem incluídos no bojo dos festejos, não estando nomeados no Decreto de instalação. Sua inclusão, como já sublinhamos, aconteceu durante as celebrações, devido às reivindicações de representatividade e reconhecimento a estes dois grupos. A fala do Governador também mostra que uma Comissão de homenagem aos demais grupos imigrantes já estava prevista, mas que, para o estabelecimento das comemorações de negros e índios, foram formadas posteriormente mais duas Comissões Executivas: Comissão Executiva de Homenagem ao Negro⁶⁹⁷ - instalada em 22 de março de 1974 - e Comissão Executiva de Homenagem ao Índio⁶⁹⁸ - instalada em 08 de julho de 1974.

A formação destas Comissões, deixaram à mostra, e talvez de maneira mais evidente, que o discurso integrador proposto pelas comemorações do Biênio da Colonização e Imigração foi se dando no decorrer do processo das comemorações, ainda que sua organização tenha sido feita de acordo com as normas estabelecidas no Decreto de instalação das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração. Ou seja, a instalação de todas as Comissões foi realizada no Palácio Piratini de modo solene e em meio a discursos de autoridades representativas da comunidade étnica. Na solenidade, receberam a tarefa de promover e organizar os atos celebrativos de homenagem ao grupo que representavam. Entretanto, ficou claro pela leitura da documentação que em cada uma destas Comissões havia um número reduzido de integrantes, em comparação com as Comissões de Homenagem aos Luso-Brasileiros, Alemães e Italianos. Tal fato não favoreceu a mobilização necessária para que grandiosas comemorações fossem promovidas por cada um destes outros grupos. Da mesma forma, quanto às Comissões de Índios e Negros, acreditamos que foram formadas de maneira individual por terem sido constituídas posteriormente às demais – já ao longo das comemorações –, e que por este motivo foram desfavorecidas em relação ao seu tempo de organização.

⁶⁹⁷ Presidente – Deputado Carlos Santos; Vice-Presidentes – Francisco de Paula Freitas, Alberto André, Israel Rodrigues da Rocha, Antonio Estevão Allgayer e Padre Rubem Neis; Secretário Geral – Cláudio Dias; Tesoureiro – Jorge Figueiredo; Secretário Executivo – Carlos Marcelino Bolleto Santos. Subcomissão de Assuntos Históricos e Culturais: Presidente – Geraldina da Silva; Subcomissão de Festividades: Presidente – Julio Soares; Subcomissão de Relações e Intercâmbio: Presidente – Gilberto Brasil; Comitê de Imprensa: diretor Eloy Dias dos Ângelos;

⁶⁹⁸ Presidente – Oscar Machado; Vice-Presidentes – Breno Borges Fortes, Lauro Pereira Guimarães e Jimmy Rodrigues; Secretário Geral – Hugo Ramirez; Tesoureiro – Plínio da Silva Russomano; Membros – Padre Pedro Ignácio Schmitz, Lothar Hessel, Francisco Mauro Salzano, Darcy Pivetto, Pedro Augusto Mendes Ribeiro, José Joaquim Justimiano Proenza Brochado, Itala Basile Becker, Padre Arnaldo Bruxel, Ursula Wisintainer, Amadeu Fagundes de Oliveira Freitas, Geraldo Meyer Fagundes, Rubem George Oliven, Eurico Müller, Luis Luisi, Nestor José Gollo, Emilce Jaeger, Arlindo Zatti, José Alcibíades de Oliveira e Glaucus Saraiva.

Retomando o ponto de análise referente à inclusão de negros e índios nas comemorações, ressaltamos que uma questão que nos intrigou desde o início da pesquisa está relacionada com o entendimento que os organizadores das comemorações tiveram acerca da história negra e indígena do Rio Grande do Sul. Quando questionamos Faccioni sobre as intenções do governo do estado em prestar homenagens a índios e negros em meio a comemorações dedicadas a imigrantes e colonizadores, ele nos respondeu:

“Comemorando o status quo, a partir do status quo, então o índio foi, vamos dizer assim, o anfitrião dos eventos. Por coincidência o Secretário da Administração do estado na época, a mãe dele era descendente de índios, professor Oscar Machado. Então convidei ele para formar a Comissão destinada aos índios e presidir a Comissão. O Presidente da Assembleia Legislativa era um Deputado de origem africana, o Deputado Carlos Santos. Depois tivemos um governador de origem africana, o Governador Collares, descende de africanos também. Então, os eventos tiveram toda uma comemoração de integração e participação coletiva.”

Cabe aqui salientar que a introdução do negro nas comemorações do Biênio da Colonização e Imigração pode ainda ter visado, além de uma comemoração mais diversa, o estreitamento de relações sociais, culturais e econômicas com os países africanos. A crise do petróleo pela qual o país passou durante a década de 1970, fez com que o governo brasileiro se interessasse pelo mercado africano como possibilidade de exportação. Naquele momento, a afirmação da identidade negra brasileira e gaúcha representava, oportunamente, o estreitamento de vínculos com o continente africano.

Neste contexto é que o Biênio da Colonização e Imigração comemorou os 340 anos da entrada do negro no Rio Grande do Sul. Ao comemorar este marco de chegada, buscou-se evitar polêmicas e discussões acerca da vinda de grupos africanos para o estado, fugindo do tema da escravidão e conferindo ênfase às contribuições desse grupo para a formação étnica, para cultura e prosperidade do Rio Grande do Sul. O negro foi evocado nas comemorações da seguinte forma:

“O negro não foi imigrante nem colono. Mas foi peão de estância, foi domador, foi cavaleiro, foi soldado, foi revolucionário, foi braço anônimo que carregou pedra na construção ciclópica dos molhes de Rio Grande e braço que bateu pino (...) foi marinheiro – imperial marinheiro – na Guerra do Paraguai e deu exemplo de amor à Pátria (...)” (FACCIONI, In: BENTO, 1976, p.18).

Victor Faccioni ao discursar durante a cerimônia de instalação da Comissão de Homenagem ao Negro, disse que comemorar a memória negra do Rio Grande do Sul tinha por objetivo “*ser intérprete fiel dos sentimentos do povo gaúcho para quem jamais importou a cor da epiderme dos seus irmãos negros, mas o que se lhes vê nos olhos limpos e leais, sinceros e fraternos (...) corações de patriotas e de rio-grandenses*” (BENTO, 1976, p.18).

Percebemos que esta construção da memória dos negros em meio às comemorações do Biênio da Colonização e Imigração trata do que Ricoeur (2007, p.455) define como “estratégias do esquecimento”, um trabalho de configuração onde

Pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa, desde a constituição da identidade pessoal até as identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial.

Acreditamos que comemorar e homenagear os negros em meio a discursos que ignoram sua história e trajetória no estado e no país é uma forma de “constituir uma memória desses acontecimentos de modo apaziguado” (RICOEUR, 2007, p.99). Como não poderia deixar de ser, na avaliação final dos membros organizadores das comemorações, a ação de trazer a memória negra em meio a comemorações dedicadas e nomeadas como homenagens a colonos e imigrantes, colocando-os em uma mesma história de luta e progresso, de desbravamento e coragem, teria auxiliado a alterar o modo como esta população era vista no estado.

Ainda que o discurso proposto pelas comemorações em relação à população negra do estado desconheça, de certo modo, suas especificidades, o Presidente da Comissão de Homenagem ao Negro, Carlos Santos, buscou constantemente frisar que havia diferenças entre negros, imigrantes e colonos:

“Reafirmo aqui a assertiva de que o negro não foi colono nem imigrante. Na autenticidade de sua figura máscula de fator de trabalho, riqueza e prosperidade e desenvolvimento econômico, grandeza material e moral do Brasil, ele não revelou do imigrante, os anelos da Pátria adotiva nem do colono, as cogitações da devoluta terra para o amanhã compensador. O negro veio apenas para trabalhar, empenhando o braço, as energias, o sangue, a liberdade, a vida, tudo enfim, e se fazer presente com a mescla de seus atributos mais ricos, na

formação da própria nacionalidade em construção” (BENTO, 1976, p.01).

Todo este processo de construção de memória por parte dos organizadores das comemorações corrobora a instrumentalização do passado e o caráter seletivo da narrativa empreendida por eles, conforme aponta Ricoeur (2007, p.455):

Por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, o saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva.

Da mesma forma, a inclusão dos grupos indígenas nestas comemorações se deu por meio de uma narrativa seletiva. Foi através do Decreto Nº 23.173, de 25 de junho de 1974 que se determinou a evocação, nas comemorações do Biênio da Colonização e Imigração, da presença do índio na história do Rio Grande do Sul. As razões elencadas no Decreto para a rendição de homenagens para este grupo em meio às comemorações foram:

CONSIDERANDO a necessidade de evocar a memória daqueles que, no passado remoto, pelo trabalho pertinaz, soma de esforços, lances de audácia e coragem, desenharam exemplos para a atual civilização rio-grandense;
CONSIDERANDO que, mesmo antes do advento dos contingentes alienígenas como durante o ciclo missionário, o índio, na tipicidade exótica de suas várias tribos marcou com sua presença o percurso dos ondulados campos do Rio Grande do Sul;
CONSIDERANDO que o índio permanece na altivez de nossa evocação histórica como o primeiro marco de apego e enraizamento à terra, como gaúcho, nas guerras de fronteira e definição de limites, e como primeiro rebelde nas lutas de invasão, dando seu sangue à convicção de autóctone; e
CONSIDERANDO justo e oportuno incluir nas comemorações do Biênio da Colonização e Imigração uma homenagem ao índio que nem imigrante, nem colonizador, foi o autêntico dono desta terra que a nós hoje cumpre preservar.

Desta forma, em 08 de julho de 1974 foi instalada a Comissão de Homenagem ao Índio, no Palácio Piratini. Em seu discurso, o Governador Euclides Triches deu ênfase às contribuições indígenas à agricultura e pecuária e também sobre como a presença destes grupos estava marcada no dia-a-dia do gaúcho, seja no nome de cidades, ruas ou praças. Disse também que:

“Na herança aborígine encontra-se a infraestrutura que permitiu o aparecimento do gaúcho andarengo dos tempos

heroicos da conquista da terra, bem assim como transmitiu muito das técnicas para o trabalho campeiro e o intenso amor pela vida livre do Pampa” (CORREIO DO POVO, 10/07/1974, s/p).

O Decreto e o discurso do Governador nos fazem perceber que a evocação do índio em meio às comemorações se referiu, diferentemente de quando se reportou aos grupos imigrantes, a uma presença e a contribuições em diferentes instâncias que se deram em um passado remoto. Como um grupo “autêntico dono desta terra”, sua presença nas cidades gaúchas foi evocada pelo Governador durante as comemorações através da nomenclatura de logradouros e não como uma presença viva e pulsante, de um grupo que ainda teria a contribuir para a prosperidade do estado.

Assim, entendemos que os grupos de índios e negros, tiveram sua história narrada nas comemorações do Biênio da Colonização e Imigração. E para Ricoeur (2007, p.98) a memória é frágil perante a narrativa, que tem o poder de modificar a trama, modelar a identidade dos personagens e até mesmo suas ações. Para o autor, ainda, “é mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração”. Esta mediação do passado dos grupos negros e indígenas no Rio Grande do Sul em meio às comemorações do Biênio da Colonização e Imigração reitera os “usos políticos do passado” realizados pelo governo estadual na figura das Comissões Executivas que foram criadas para cumprir este tipo de intervenção. Em meio aos discursos propostos pelas comemorações, de integração étnica e homogeneização de lembranças, a memória negra e indígena apresenta-se como o que Pollak (1989, p. 04) define como “memórias subterrâneas” que “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’ [...] essas memórias subterrâneas [...] prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível”.

Estes ritos comemorativos, de um modo geral, de acordo com Davallon e Sabatier (1993), materializam uma rede identitária entre os sujeitos, produzindo objetos simbólicos que agregam traços identitários através de práticas políticas. As comemorações estão intimamente ligadas à questão identitária destes grupos étnicos, pois são fortemente carregadas de conteúdo simbólico que buscam lhes garantir o sentimento de permanência da origem que está sendo assinalada. Estes símbolos fazem parte da manutenção da identidade e possuem a

capacidade de ativar a memória destes homens e mulheres, representando assim sua salvaguarda.

4 CONSIDERAÇÃO FINAIS

Até aqui, quisemos demonstrar que nem o Decreto de instalação das comemorações, nem as intenções de seus promotores contemplavam um discurso que promovesse e desse visibilidade à diversidade étnica no estado. Se tal diversidade buscou ser atingida a partir da extensão das comemorações aos demais grupos imigrantes – para além de alemães, italianos e luso-brasileiros –, sua iniciativa esteve vinculada ao que nos relatou Faccioni e não exatamente a um discurso de integração étnica. Para os organizadores das comemorações, ao prestar homenagens a luso-brasileiros, alemães, italianos e as demais correntes imigratórias, a totalidade étnica do estado estava sendo representada.

Este cenário só começa a ser questionado e se modifica quando, mediante reivindicações de falta de representatividade dos grupos de negros e indígenas, o governo do estado, como promotor dos festejos, retoma os objetivos e justificativas para a promoção destas comemorações, e os inclui. Nem tudo pode ser alterado, afinal, o Decreto já estava em vigor, os grupos homenageados já haviam sido nomeados, as justificativas já haviam sido dadas, as comemorações já haviam sido dedicadas a homenagear imigrantes e colonos. Isso de fato não havia como mudar. Mas integrar negros e índios às comemorações que estavam sendo dedicadas a homenagear luso-brasileiros, alemães, italianos e as demais correntes imigratórias surgiu como oportunidade para que o governo convertesse o discurso oficial das comemorações, que primeiramente se dedicou a agradecer e homenagear as correntes imigratórias, para um discurso que buscou na conjugação de todos estes grupos étnicos a formação da identidade gaúcha.

Deste modo, podemos afirmar que o discurso oficial das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração foi se moldando ao longo dos festejos, sendo definido por fim que tratava-se de celebrar a união de todas as etnias personificadas na figura do gaúcho.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Porto Alegre: IEL, 1976.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DAVALLON, J. DUJARDIN, P; SABATIER, G. (Orgs.) *Politique de la mémoire*. In: *Comemorer la revolution*. Lyon: Presses Universitaires, 1993.

FENTRESS, James. WICKHAM, Chris. *Memória Social*. Novas Perspectivas sobre o passado. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*, volume I. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001. p. 969-975.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.15. n.2, jul- dez. 2007. p. 11-30.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 02, nº 3, 1989.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SEYFERTH, Giralda. *Colonização, Imigração e a questão racial no Brasil*. Revista USP, São Paulo, n.53, p.117-149, março/maio 2002.

FONTES

DECRETO N ° 22.410, de 22 de abril de 1973. Institui o Biênio da Colonização e Imigração. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/Legis>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2016. [Anexo A].

DECRETO Nº 23.173, de 25 de junho de 1974. Determina que seja evocada no Biênio da Colonização e Imigração a presença do índio na história do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/Legis>>. Acesso em: 19 de abril de 2016.

DECRETO Nº 23.244, de 09 de agosto de 1974. Dispõe sobre as Comissões Regionais do Biênio da Colonização e Imigração. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/Legis>>. Acesso em: 19 de abril de 2016.

DISCURSO. Victor Faccioni. 15 de maio de 1973, por ocasião da instalação do Biênio da Colonização e Imigração. In: Relatório Oficial do Governo do Estado para o Biênio da Colonização e Imigração no Estado. p. 50.

DISCURSO. Euclides Triches. 15 de maio de 1973, por ocasião da instalação do Biênio da Colonização e Imigração. In: Relatório Oficial do Governo do Estado para o Biênio da Colonização e Imigração no Estado. p. 49.

ENTREVISTA. Victor Faccioni. Entrevistadora: Tatiane de Lima. Porto Alegre. Janeiro de 2016. [Anexo B].

JORNAL CORREIO DO POVO. “Comissão de Homenagem ao índio foi empossada no Palácio Piratini”. Porto Alegre, 10 de julho de 1974, s/p. In: Recortes de Jornal Índios. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (AHRs). Biênio da Imigração e Colonização, Caixa Arquivo C.

RELATÓRIO do Biênio da Colonização e Imigração, 1976. Cedido pelo Sr. Victor Faccioni.

REPRESENTAÇÕES DE PODER: O COMÉRCIO NA ZONA COLONIAL ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

Vania Beatriz Merlotti Herédia—vbmhered@ucs.br⁶⁹⁹

Artur Vieira da Silva — avsilva10@ucs.br⁷⁰⁰

Resumo: O estudo descreve a união dos comerciantes que viviam na Colônia Caxias, no começo do século XX, e as estratégias que utilizaram para se conectar ao mercado, por meio da criação de uma Associação de Comerciantes, que foi usada como referência para as demais colônias italianas na região. As estratégias e as táticas que os comerciantes criaram ajudaram a regulamentar as atividades econômicas que caracterizaram o comércio local e regional. O estudo utiliza como referência teórica obras de Giralda Seyferth (1990), Jean Roche (1969), João Spadari Adami (1970), Mário Gardelin (1978-1993), Vania Herédia (1997-2007). Utiliza ainda como fonte de referência os Registros de Indústrias e Profissões do Município de Caxias do Sul e as Atas da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul (1901-1936). O estudo aponta para a construção de uma associação de classe, em que o elemento étnico foi utilizado para o estabelecimento de um *ethos* do trabalho. O estudo descreve os principais estabelecimentos comerciais e analisa algumas ações de importantes comerciantes e os resultados de suas articulações políticas e sociais no desenvolvimento regional.

Introdução

A história de Caxias começa com a imigração europeia no Sul do País e tem um desenvolvimento rápido em relação às demais colônias, que foram criadas no mesmo período, devido à política de colonização e imigração estabelecida pelo governo imperial. A história do comércio existente na Colônia Caxias permite entender como se organizaram esses imigrantes e como, em pouco tempo, tornaram esta colônia a sede da colonização italiana no Rio Grande do Sul.

A Colônia Caxias é uma das quatro colônias criadas no Rio Grande do Sul pelo governo imperial. A política estabelecida para o Rio Grande do Sul estava voltada para a colonização, no sentido de ocupação de território e de desenvolvimento de uma agricultura colonial. Em 1873, além das Colônias Conde d’Eu e Dona Isabel, “o governo imperial iniciara a medição de terras devolutas às margens do rio Caí. Prosseguindo os trabalhos, foram ultrapassados os limites iniciais e, em 1875, decidiu-se criar mais uma colônia, que recebeu o nome de Fundos de Nova Palmira”. (DE BONI, COSTA, 1984, p. VII). Nesse contexto,

⁶⁹⁹ Doutora em História pela Universidade de Genova em 1992 e Pós-Doutora em História Econômica pela Universidade de Padova em 2003. Professora titular na Área de Humanidades, da Universidade de Caxias do Sul.

⁷⁰⁰ Acadêmico de História, na Universidade de Caxias do Sul; bolsista de Iniciação Científica na UCS.

nasceu a terceira colônia, chamada mais tarde de Caxias, que recebe inúmeros imigrantes e abre espaço para a criação da quarta colônia, que se chamou Silveira Martins.

É importante lembrar que o comércio colonial fez parte do sistema de trocas entre as diversas colônias agrícolas, uma vez que o excedente da produção dos imigrantes era vendido em casas comerciais. A troca do excedente facilitava o acesso aos recursos monetários, para quitar a dívida colonial.

Seyferth (1990, p.24) mostra como se dá a organização social da comunidade rural e o uso da pequena propriedade. A autora evidencia que “a pequena propriedade policultora, na qual o trabalho agrícola é realizado pelos membros da família, constitui a peça fundamental”. Chama a atenção que mesmo a colônia sendo um “microcosmo autosuficiente na visão dos imigrantes e seus descendentes”, estava sujeita às leis do mercado e dependia de atividades externas à comunidade, sejam elas econômicas ou não (1990, p. 25). Essa observação explica, que mesmo a colônia recebendo pressão para se tornar monocultora, ela continuava diversificando o que lhe garantia a sobrevivência e a negociação do trabalho excedente. A antropóloga explicita que há um “*ethos* camponês específico do colono que determina suas ações enquanto ‘empresário’ agrícola. Um *ethos* que tem como base justamente a colônia como um microcosmo que deve ser, na medida do possível, autosuficiente”. (SEYFERTH, 1990, p. 26).

No caso da Colônia Caxias, constata-se que até a criação do município, os colonos vendiam seus produtos nas casas comerciais localizadas na vila da Colônia. Na praça e no seu contorno existia uma série de negócios que vendia desde produtos coloniais até produtos vindos de fora da colônia, ou seja, de outras colônias. Segundo o cônsul Pascoale Corte, a colônia Caxias na data da sua emancipação colonial em 1884, quando tornou-se “Freguesia de Santa Thereza”, possuía “12.540 habitantes e produzia 1.200 toneladas de trigo, 1.600 de feijão, 3.200 de milho, tendo 10.700 equinos, 3.500 bovinos e 12.000 suínos, produzindo 2.900 litros de vinho”. (DE BONI; COSTA, 1984, p. VII) ⁷⁰¹.

O ponto central da colônia era a praça e nela os negócios aconteciam. A praça abrigava vários quiosques, que eram, além de espaços de venda, moradia de seus proprietários e possuíam uma legislação própria para a venda.

De acordo com alguns autores ⁷⁰², à medida que a produção dos colonos se inseria na economia de mercado, a produção familiar direcionava-se para as regras definidas pelo

⁷⁰¹ Relatório Consular de Pascoale Corte, 1884. Tabela sobre a produção agropecuária das colônias em 1884.

⁷⁰² De Boni; Costa (2000), Herédia (1997, 2007), Giron; Bergamaschi (2001).

mercado. Nesse sentido, as casas de negócios fazia esse papel de compra e venda de produtos feitos na colônia, e nesses locais era possível encontrar diversos tipos de produtos necessários para a agricultura e para o sustento do grupo familiar. (DE BONI; COSTA, 1984, p. XXI).

A Colônia Caxias se emancipa de São Sebastião do Caí em 1890 e, a partir dessa data, existe uma nova organização em relação aos serviços que o novo município oferecia aos seus habitantes. A escolha dos conselheiros municipais mostra o poder que o comércio tinha na antiga colônia. O governador da Província de Rio Grande, General Cândido José da Costa, designou uma comissão para organizar a estrutura do município que se tornara autônomo. (ADAMI, 1970). Os indicados pelo governador foram Ângelo Chitolina, Ernesto Marsiaj e Salvador Sartori. Os três eram comerciantes e tinham negócios na vila⁷⁰³. Após 14 meses da data da emancipação da Colônia Caxias de São Sebastião do Caí, em 20 de outubro de 1891, os caxienses elegeram seus representantes do poder local e constituíram o primeiro Conselho Municipal. Os eleitos foram: “Ernesto Marsiaj, Hugo Ronca, Romano Lunardi, Agapito Conz, Salvador Sartori, Ângelo Chitolina e Benjamin Cortes Rodrigues”. (GARDELIN, 1993, p. 8). A maioria dos conselheiros era comerciante e já estava na Colônia há mais de uma década.

Registros de Indústrias e Profissões⁷⁰⁴ no município de Caxias do Sul

O município de Caxias do Sul foi criado em 20 de junho de 1890 e antes era quinto distrito de São Sebastião do Caí. Isso significava que as regras econômicas estavam muito próximas ao circuito comercial, coordenado pelos alemães. Mesmo que Caxias fosse uma colônia próspera, as definições econômicas provinham do município maior.

Segundo Roche (1969, p. 403), o comércio foi decisivo no desenvolvimento econômico na área de colonização, uma vez que os comerciantes “se auxiliavam mutuamente, tanto mais que entrava em jogo uma solidariedade étnica”. O autor evidencia a diferença entre as grandes propriedades e as pequenas, nas quais se instalaram os colonos. Nessas, a troca era muito forte, porque era necessário vender. Explicita neste raciocínio:

⁷⁰³ Ângelo Chitolina possuía uma fábrica de licores e uma sapataria, instalada na Rua Silveira Martins; Salvador Sartori, uma casa de negócios e um botequim, na Rua Silveira Martins e um açougue na praça; Ernesto Marsiaj, uma casa de negócios localizada na Rua Sinimbu. (Dados extraídos dos Registros de Indústria e Profissão, Município de Caxias do Sul, 1893).

⁷⁰⁴ Os livros de Registro de “Imposto sobre Indústrias e Profissões” encontram-se no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, do município de Caxias do Sul, no fundo sobre economia: orçamento e finanças. O processo de digitação dos dados das fontes é minucioso, pois é necessário digitar um nome de cada vez, sendo que muitas vezes as letras são ilegíveis, o que dificulta o processo. Os livros de Lançamentos de Indústrias e Profissões contam com dados sobre o nome do contribuinte, localidade/residência, imposto, taxa, data de pagamento, multas e observações.

Comprava-se mais facilmente do que se vendia. Ora, era preciso vender, pois o agricultor e, mais tarde, o artífice artesão tiveram uma orientação essencialmente comercial. Todavia, nas colônias nunca houve mercados e feiras: é a loja que faz parte integrante de sua paisagem. Por isso, o comerciante, único agente das trocas tornou-se muito poderoso no seu feudo. Quando ele próprio não se punha à testa de uma grande casa, era sobre ele que se apoiavam os exportadores ou os importadores da capital. (ROCHE, 1969, p. 403).

As casas de negócio, assim chamadas no registro de indústrias e profissões, eram as casas comerciais. Os imigrantes trabalhavam na terra e vendiam seus produtos para os comerciantes, e estes lhes vendiam os produtos necessários, que não eram produzidos em seus lotes coloniais.

Os principais produtos que deixavam nas casas comerciais, para serem vendidos eram: a batata, o feijão, o milho, o trigo, a cevada, a batata-doce, a cana e a mandioca. Os produtos manufaturados dos quais necessitavam para o plantio ou para vida doméstica compravam do comerciante local, que adquiria dos comerciantes dos núcleos regionais. A relação dos colonos com o mercado era mediada pelo comerciante. Enquanto o mesmo enriquecia, muitos colonos enfrentavam dificuldades econômicas.

O comerciante na venda estabelecia o preço das mercadorias e, ao mesmo tempo, exercia um certo domínio pelo crédito⁷⁰⁵. Era aquele que fazia a compra e venda dos produtos. É importante lembrar que as colônias, criadas ao nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, tinham também como objetivo a produção de gêneros alimentícios que abastecessem o estado.

Constata-se que, em toda a zona colonial italiana, o comércio foi um elemento fundamental do desenvolvimento econômico, conforme a citação abaixo explícita:

Mulas carregadas com milho, trigo, feijão, batata, alfafa, uva e vinho produzidos pelos colonos, chegavam do interior para a sede da Freguesia de Santa Teresa de Caxias. As casas comerciais, chamadas casas de negócios, compravam os produtos coloniais e os transportavam através de mulas e carretas, até São Sebastião do Caí. De lá os produtos seguiam, via fluvial, até Porto Alegre, capital do Estado. Da capital e de outros centros comerciais vinha o que não era produzido na colônia: tecidos, ferragens, açúcar, café e sal. Na região dos Campos de Cima da Serra, o comércio ficava a cargo dos tropeiros, que levavam os produtos coloniais e traziam queijo, charque, couro, tropas de mulas e de gado. Na sede urbana e no interior, carpintarias, sapatarias, ferrarias, alfaiatarias, tanoarias, moinhos, cervejarias, serrarias, casas de negócio atendiam as necessidades da população. A sede, que foi crescendo ao redor da Praça Dante Alighieri, possuía poucas ruas. A principal delas

⁷⁰⁵ Sandra Jatahy Pesavento explicita esse mecanismo pela produção do vinho e mostra a supremacia do comerciante em relação aos colonos. José Vicente Tavares também explicita a subordinação do colono do vinho ao mercado. Ver: PESAVENTO, Sandra J. *Agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

era a Rua Silveira Martins, também conhecida como Rua Grande, hoje Avenida Júlio de Castilhos. (ONZI, 2012, p. 25).

Observa-se pelos registros em estudo que os proprietários das casas de negócio foram representantes da população na Constituição do Conselho Municipal, quando foram os sete conselheiros eleitos pela primeira vez, em 20 de outubro de 1891. É o caso de Ernesto Marsiaj, Hugo Ronca, Benjamin Cortes Rodrigues, Angelo Chittolina, Salvador Sartori, Romano Lunardi e Agapito Couto Conz, representantes da Junta da Primeira Administração Provisória de Caxias. Em 1983, foi lançado o primeiro Código de Posturas do município, que estabelecia as principais regras de convivência entre seus moradores. O Código de Posturas de 1983 é um dos primeiros documentos feitos pelo Conselho Municipal, eleito pelos caxienses, e a definição das regras para o novo município orientava os interesses públicos, aos quais os cidadãos deviam atender.

Nesse contexto, os comerciantes influenciaram de forma decisiva a construção da cidade e o fizeram politicamente, participando de conflitos que ocorriam na cidade, divididos entre maçons e católicos. As casas de negócio foram o centro das atividades econômicas e políticas da Colônia.

As casas de negócio⁷⁰⁶ também eram locais onde os moradores podiam encontrar uma diversidade de produtos, como fazendas, miudezas, louças, ferragens, produtos coloniais, dentre tantos outros. Em 1893, localizam-se pelos registros do município 103 casas de negócio, que eram dos seguintes proprietários: Rodolpho Felice Laner, Irmãos Maineri, Antônio Mengato, Antônio Moro, Angelo Manfro e Irmãos, Romano Lunardi, Germano Parolini, Daniel Benetti, Salvador Sartori, Antônio Chieradia, Antônio Pieruccini, Giuseppe Sassi, Ernesto Marsiaj, Francisco Balen, Luis Rossi Filho, Lodovico Sartori, Luiz Próspero Dalcanali, Giuseppe Pelette, Antônio Verona Anescari, Agapito Guerfi, João Battistini, Benjamin Cortes Rodrigues, Antônio Hübner, Antônio Xavier da Luz, Luigi Michelin, Vicente Rovea, João Lunardi, Francisco Fossati, Guilherme Tartarotti, Anibale Santucci, Domenico Bride, Sebastiano Paniz, Giuseppe Bragatti, Vicentini e Irmãos, Francisco Castagna.

⁷⁰⁶ Segundo registro na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, a primeira casa de negócio foi de propriedade de Rodolfo Felice Laner⁷⁰⁶. Rodolfo Felice Laner era responsável por diversos tipos de atividades econômicas, dentre elas a casa de negócios. Mas também era proprietário de uma cervejaria e de uma olaria. Nos dados da Câmara de Vereadores, aparece uma solicitação que é aprovada por unanimidade pelos conselheiros sobre as primazias realizadas por esse grande comerciante. O requerimento aprovado atesta que Rodolfo Felice Laner foi “um dos primeiros colonos que povoou esta zona colonial, senão foi ele que estabeleceu a primeira casa de negócios”. (GARDELIN, 1993, p.16).

As casas de negócio se destacavam das tavernas que, no total do município, em 1893, eram 20, sendo a maioria distribuída entre as léguas, o que as diferenciava das casas de negócio que, na maioria, se localizavam no centro da sede. O nome dos proprietários das tavernas eram: Vittorio Zanella; Lucio Fregonase; Tomazo Deon; Angelo Quartiero; Antonio Merlotti; Stefano Braga; Giuseppe Merighi; Cesare Ambrussi; Maria Cavalli Giovanni; Giuseppe Pasquali; Pietro Oldra; Sisto Rossetti; Ernesto Bassanesi; Enacio Mariani; Onorato Bosi; Cornelio Bartigioli; Giovanni Benetti; Ferruccio Bovi e Comp; Giorgi Benedetto; Angelo Grasiotin.

Além das tavernas, aparecem os registros de botequins, no total de 93, em 1893. É interessante porque alguns nomes que aparecem nas casas de negócios também aparecem em botequins, o que significava que alguns desses comércios coexistiam no mesmo local. Os proprietários de botequins eram: Luigi Faccioli, Salvador Sartori, David Battistini, Agostino Boscaro, Oswaldo Artico, Carlo Mercante, Giovanni Menegatto, José Rossette, Lucia Luchese, Francisco Bonatto, Lucia Curzel, Francisco Citon, Giuseppe Ruzante, Giovanni Drago, Giuseppe Romani, Angelo Bonalume,

HOTEL DEMOCRATA

O abaixo firmado declara que abriu na praça Diante desta villa um magnifico hotel com optimos aposentos para solteiros e familias, excellente bilhar e cozinha especial.

ALEM DISSO TEM BOAS ACOMODAÇÕES PARA ANIMAES E GARANTINDO BOO TRASTO AOS MESMOS, TUDO POR PREÇO SEM COMPETENCIA.

ALBERTO SARTORI

AUGUSTO PICOLI

TEM UMA EXCELLENTE DELIGENCIA COM OPTIMOS ANIMAES, QUE ALLUGA PARA PASSEIOS E VIAGENS.

PREÇOS COMMOTOS.

V tratar em sua residencia á **RUA PINHEIRO MACHADO**

— N. 2. —

CAXIAS

PEDRO ANDREAZZA

RESIDENTE NA SAUDE 9ª LEGUA DESTE MUNICIPIO,

participa a sua numerosa frequencia que recebeu completo sortimento de

fazendas,
farragens,
secos,
molhados,

louças e objectos de armarinho

QUE VENDE POR PREÇOS SEM COMPETENCIA.

Compra todos os productos colheitas pelos mais altos preços da praça.

Anúncios do Jornal *O Caxiense*, Caxias do Sul, 1897. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/>. Acesso em: 20 de out.2018.

Camilo Chitolina, Bortolo Franzoi, Giovanni Luciano, Gio Battista Lucchesi, Stefano Crippa, Antonio Vittorazzo, Giuseppe Betti, Antonio De Gasperi, Gaetano Costamilan, Giovanni Desengrini, Isidoro Menegalli, Angela Toniolo, Fortunato Tomazzoli, Domenico Tregansim, Giovanni Dal Conte, Domenico Sebbem, Giuseppe Marchioro, Antonio Bortolaz, Luigi Falavigna, Domenico Fabris, Cesare Perondi, Anna Rech, Luigi Ancerti, Innocenti Boff, Antonio De Lorenzi, Ferninando Bellan, Bortolo Scalabrin, Giacomo Mattioda, Tomazo Panigaz, Pietro Menta, Rafaelli Calgano, Pietro Magna Basco, Giovanni Bortoloso,

Giminiano Beneanino, Antonio Balanzin, Santo Catafesta, Maria Brazolin, Ostiazza Antonio Melara, Angelo Corso, Gioachino Mascarello Irmão, Giovanni Guerra, Domenico Fem, Marco Tonel, Giovanni Murraro, Alberto Mari, Pietro Magnabosco, Achille Oliviere, Brambilla Baldassara, Giuseppe Massolim, Marcello Boni, Napoleão Vannani, Francesco Sartori, Domenico Barpo, Catterina Boff, Pietra Paniz, Antonio Dellagrave, Domenica Pagliasa, Giovanni Majoli, Benvenita Canani, Antonio Schiavenin, Maria Biasus, Umberto Mazzola, Catharina Catharina, Giovanni Boff, Lucia Mercante, Pietro Sartor, Luigo Ferrari, Goacobe Maiole, Giordano Vidor, Ignacir Zinchener, Giovanni Paloni, Luigi Preto, Giovanni Turcato, Domenico Caldart, Antiga Bortolo, Bartolomeu Ambrózio, Valentino Nizolo.

Além dos botequins, havia cafés (Vittorio Panarari e Carlota Moltolini); bilhares (Vittorio Panarari); casas de pasto (Francisco Bonatto, Gustavo Bece, Battista Grossi), e uma casa lotérica de propriedade de Rodolpho Felice Laner.

Outra atividade comercial reconhecida eram os açougues (10 em 1893) que, na sua quase totalidade localizavam-se na sede e não nos distritos. Dentre os proprietários de açougues, tem-se Giovanni Chieradia, Salvador Sartori, David Battistini, Cezario Porta, Francisco Bonatto, Giovanni Drago, Felisberto Marques de Oliveira, Francisco Castagna, Clemente Picchi e Bovi Ferruccio e Cia.

As farmácias e drogarias também desempenharam papel importante na vila, sendo seus proprietários Hugo Luciano Ronca, Domenico Bersani e Socrates Tartare. Os hotéis que tinham registro eram os de Francisco Castagna e Italo Bersani, ambos localizados na Rua Silveira Martins.

Alguns serviços comerciais, que faziam parte da vida urbana, destacaram-se na Vila de Santa Thereza de Caxias: relojoarias, sapatarias, alfaiatarias, barbearias, casas de pasto, padarias, vendas no mercado. Esses negócios, de natureza mais artesanal, eram bastante procurados, pois atendiam a todo o município. Giuseppe Micheletto era responsável pela relojoaria; Ernesto João Ferrari, Tito Rossi, Ettore Ganferrani, Domenico Gualiotto, Giovanni Caliani, Giovanni Bargossa eram alfaiates; Manuel Claudino, advogado e Ettore Ganferrani, barbeiro. Os proprietários de padarias foram: Nicolau Luiz Amoretti, Marco Cappozo e Scuglia Santo. Os retratistas: Battista Serafini e Francisco Moscuni; compositor de gaitas, Bortollo Piccoli; escultores: Pietro Stangerlin e Tarquinio Zambelli.

Quanto aos mascates, aparecem no registro mascates a pé e mascates, com registro na vila e na Rua Sinimbu. É interessante lembrar que, anos mais tarde, a “Associação dos Comerciantes”, quando constituída, tinha uma posição clara em relação aos mascates, devido à questão dos impostos.

Quanto aos carreteiros,— serviços oferecidos à comunidade para alavancar o comércio—, eram vistos pelos próprios comerciantes como “notáveis cavaleiros do progresso, habituados, ao enfrentar lamaçais”, o que mostrava uma precariedade nas estradas e problemas de circulação de mercadorias. Uma das lutas mais intensas foi em defesa da “Estrada Rio Branco”, que unia mercados e ligava a Colônia a outras estradas importantes para os comerciantes. Destacam-se Bori, Onorato, Fetter Carlo, Lanzarini Irmãos, Leonardo Giosepe, Lunardi Raimundo, Nasare Zacaria, Pilotti Giosepe, San Vitor Velório, Scopel Luigi e Sebem Giuseppe.

No começo do século XX, os comerciantes haviam se inserido no circuito comercial e financeiro da cidade. Nesse período, se reuniram em torno da defesa de seus interesses, por meio da criação da Associação dos Comerciantes. Em 8 de junho de 1901, a Vila de Santa Thereza de Caxias que possuía 168 casas comerciais, ganha uma Associação que defende, a partir de então, os interesses dessa categoria. Ítalo Victor Bersani, Hugo L. Ronca, Luiz Baldessarini, Mário Marsiaj, Germano Parolini, Luiz Pieruccini, Giuseppe Chieradia, Antônio Moro, Luiz Letti e Clemente Fonini constituíram a primeira diretoria dessa Associação.

A tabela 1 apresenta as diversas atividades comerciais registradas no Livro de Registros de Indústrias e Profissões, a fim de estabelecer os impostos.

Tabela 1 - Estabelecimentos Comerciais: Município de Caxias (1893-1900)

RAMOS	1893	1894	1895	1899	1900
Açougue	10	7	5	6	7
Botequim	93	82	89	69	42
Botica		1		1	1
Café	2	1	1	2	3
Chapéus de Palha no Mercado	1				
Deposito de Farinha				1	1
Deposito de Farinhas/ Madeiras			1		
Deposito de Madeira	1				
Deposito de Vinho	1	1	1		
Drogaria	2	1	1	1	1
Gêneros de com. e no mercado		1	1		
Indústria (ovos)		1			
Kiosque				2	2
Mercado	1				
Negocio de Fazendas		1			
Negócio	103	100	95	133	118
Negócio Ambulante			1		1
Negocio de Gêneros Coloniais				1	4
Negócio no Mercado		1			
Padaria	8	5	3	5	4
Pequena Casa de Negócio			1		
Pharmacia	1	1	1	3	2
Photographia		1			1
Relojoaria	1			1	1
Restaurante	1		2		1
Sapataria	14	12	8	20	10
Secos e Molhados	1	7	5	1	2
Taverna	20	31	9		
Venda de Fazendas	4		1		

Fonte: Livro de Impostos e Profissões da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.
In: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. 1893-1900.⁷⁰⁷

Constata-se que são comerciantes e que, por meio da Associação, organizavam as regras do comércio local, sendo um órgão reivindicativo, comunitário, que representava as

⁷⁰⁷ Os dados de 1895 e 1900 não são precisos, pois os livros estão incompletos.

forças econômicas da região. Reivindicavam a abertura de estradas e melhorias; construção de pontes; defesa da qualidade dos produtos no mercado interno; diminuição de impostos e, inclusive, escolha de representantes políticos.

Algumas considerações finais

Os comerciantes desempenharam um papel importante nas colônias criadas pela política de imigração do século XIX, no Sul do Brasil. O estudo evidencia que, ao mesmo tempo que eram produtores, alguns fundaram casas comerciais, que, além de venderem seus próprios produtos, vendiam também os dos demais produtores. Essa função fortaleceu o papel do comerciante, tanto na produção quanto na função do crédito. A fim de promover o progresso, os colonos empobreciam e os comerciantes enriqueciam. Percebe-se uma integração entre os comerciantes, o Poder Público e as associações comerciais.

Na ex-Colônia Caxias, a Associação dos Comerciantes, que nasceu em 1901, desempenhava um papel importante no desenvolvimento econômico, principalmente na luta pelo avanço na infraestrutura, sem a qual o comércio não se desenvolvia, ou seja, abertura de estradas, construção de pontes, taxas e impostos, organização da estrutura sanitária, defesa dos produtos coloniais no mercado, dentre tantas outras pautas. Os comerciantes, o setor público, cujos cargos ocupavam muitos comerciantes, e as associações de classe se fundiam em torno de seus interesses, o que promoveu um rápido desenvolvimento para essa Colônia, que se torna o centro de comércio da zona colonial, no Rio Grande do Sul.

Dentre os principais estabelecimentos de comércio, estão: as casas de negócio, os botequins, as tavernas, a venda de carretas e as sapatarias, além de alambiques, que representavam uma forte presença da produção e venda de bebidas, no início do desenvolvimento econômico de Caxias do Sul.

Desde os primeiros anos, o ramo de *negócios* tem destaque no Registro de Indústrias e Profissões, como o ramo com maior número de estabelecimentos. Estes espaços representavam o comércio de diferentes produtos, de acordo com o local, tendo como exemplo o caso de Francisco Maineri, registrado em 1898, como dono de uma casa de negócio, na Rua Júlio de Castilhos, e faz uso do jornal da época *O Caxiense*, para divulgar seu comércio e apresentar a diversidade de produtos à venda.

Outro dado importante, que está disponível na fonte em questão, são os impostos. As taxas de impostos a cada produto refletem a importância e o acesso aos mesmos. Durante os anos de 1892 e 1900, o comércio, além de agregar a maior parte dos estabelecimentos registrados, representa também a maior arrecadação de impostos, de acordo com o Livro de Registro de Indústrias e Profissões. Em 1894, os Irmãos Adami, registrados como proprietários de uma casa de negócio e vendedores de carreta (possivelmente na mesma localidade), aparecem com a maior taxa de imposto, somados os dois estabelecimentos, num valor de Rs 103\$000 (103 mil-réis).

A influência comercial de indivíduos na região culmina com a inserção dos mesmos na política local, tal como Domingos Maineri, conselheiro municipal entre 1893 e 1897, período em que também aparece nos registros como proprietário de uma casa de negócios, além de uma fábrica de chapéus de palha e uma selaria.

Enfim, o comércio nesta região cria uma identidade regional, que integra os comerciantes e define algumas regras que são utilizadas pelas demais colônias. A força do comércio está na capacidade desses colonos de articulação e associação, que lhes permitiu estar simultaneamente representando os interesses públicos da comunidade e os interesses econômicos da categoria. Os jogos de poder sempre fizeram parte da história econômica dos grupos sociais, e as representações de poder mostram e configuram os papéis desempenhados por esse setor.

Referências

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul* (1864-1970). Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1970.
- DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. *Os italianos no RS*. Caxias do Sul: EST/Correio Riograndense/Educs, 1984.
- GARDELIN, M. *Atas da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul: 1892-1950*. Caxias do Sul: EST, 1993.
- _____. *História da CIC*. Caxias do Sul: Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul, 1978.
- GIRON, Loraine; BERGAMASCHI, Heloísa. *Casas de Negócio*. Caxias do Sul: Educs, 2001.
- HERÉDIA, Vania Beatriz M. *O processo de industrialização na zona colonial italiana*. Caxias do Sul: Educs, 1997.
- _____. *Memória e identidade: Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2007.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. *Fontes diplomáticas da imigração italiana no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: EducS, 2016.t.I,II,III.

ONZI, Geni et al. *Palavra e poder: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul*. Caxias do Sul/RS: Ed. São Miguel, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1990.

www.sitecamaradevereadores.centro de memória. Caxias do Sul. Disponível em 19/09/2018.

Jornal *O Caxiense*, Caxias do Sul, 1897. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/>. Acesso em: 20 de out.2018.

Fontes oficiais e manuscritas

Código de Posturas do município de Santa Thereza de Caxias. Decreto n. 10, de 5 de março de 1893. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' A Federação, 1893, p. 20.

Especificação e proveniência das vendas e valores recolhidos ao cofre da Intendência de Caxias. 1892 e 1893, p. 164.

Lançamento dos contribuintes de impostos sobre indústria e profissão. Exercício de 1893, p. 64.

Diário da Intendência de Caxias. Exercício de 1893. Livraria do Globo, 1893, p. 104.

Lançamento de indústria e profissão de 1894. Livraria do Globo, 1894, p. 64.

Lançamento de indústria e profissão. Exercício 1895. Livraria do Globo, 1895, p. 46.

Lançamento dos contribuintes dos impostos de indústria e profissão. Exercício 1899. Livraria do Globo, 1899, p. 74.

Lançamento dos contribuintes dos impostos de indústria e profissão. Exercício 1900. Livraria do Globo, 1900, p. 62.

MEMÓRIAS ACERCA DO TRABALHO NUMA VILA OPERÁRIA

Vania Beatriz Merlotti Herédia⁷⁰⁸ - UCS

Marlos Rodrigo Ferri⁷⁰⁹ - UCS

Resumo: A vila operária de Galópolis, situada no município de Caxias do Sul, nasce de interesses econômicos de uma indústria têxtil, que foi a primeira a se localizar na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Essa indústria, que havia sido criada por emigrantes operários no final do século XIX, tem na sua origem a fundação de uma cooperativa têxtil, “Società Tevere e Novità”, que inicialmente se localizava numa capela, no interior da Colônia Caxias. A história dessa indústria reflete as diversas fases pelas quais a indústria têxtil passou no País, o que evidencia a presença de políticas de estímulo industrial em diversas conjunturas, que foram favoráveis à sua expansão, bem como de resultados de políticas industriais prejudiciais à indústria nacional. No período em que o País substituiu o modelo associado-dependente pelos postulados neoliberais, muitas dessas indústrias enfrentaram problemas graves de manutenção de seus processos produtivos. No início de 1990, diante das consequências da vigência de políticas neoliberais no Brasil, o antigo lanifício decretou falência, tendo sido transformado, devido à força de seus operários e do movimento sindical, numa cooperativa têxtil, retornando aos princípios básicos, pelos quais havia sido criado. O presente estudo trata de narrativas de operários que vivenciaram esse momento de fechamento da indústria e de sua transformação em cooperativa. O uso da história oral facilitou a análise, uma vez que os pressupostos teórico-metodológicos foram aplicados, seguindo as referências de Portelli (2016) e de Alberti (2005). Os resultados mostram a força do elemento étnico na história dessa vila operária, que se manteve em torno do lanifício e da cooperativa atual.

Palavras-chave: História da emigração, Cooperativa operária, História oral, Vila operária.

Introdução

Os estudos de vila operária são relevantes na história do trabalho, uma vez que refletem as condições nas quais viviam os operários e suas famílias, nos espaços que lhes eram oferecidos. No Rio Grande do Sul, diversas vilas operárias estavam relacionadas à indústria têxtil, uma vez que esse setor foi um dos mais antigos no estado, e as vilas foram a condição de moradias de seus operários.

A vila operária de Galópolis foi construída quando Hercules Galló, proprietário da Indústria de Tecidos de Lã, fez a fusão de sua indústria com o Grupo Chaves Barcelos e Almeida, em 1912. Com a intenção de ampliar o parque fabril, aumentar o capital e, conseqüentemente, a produção, foi pensada a possibilidade de construir casas que pudessem abrigar os operários na própria localidade, uma vez que a mesma se localizava distante da cidade de Caxias do Sul. Várias casas já haviam sido construídas para os mestres que vinham da Itália, para trabalhar na indústria, a fim de facilitar o deslocamento e a produção da fábrica.

⁷⁰⁸ Doutora em História pela Universidade de Gênova, Itália, 1992.

⁷⁰⁹ Licenciado em Sociologia pela Universidade de Caxias do Sul. Mestrando em História pela Universidade de Caxias do Sul. PPGHIS – Mestrado Profissional em História.

A indústria de Tecidos de Lã havia sido comprada por Hercules Galló em 1904, quando o mesmo decidiu-se pelo empreendimento industrial. A tecelagem inicial havia sido construída por 28 sócios, de origem italiana e que haviam emigrado para o Brasil. Muitos deles eram de procedência de Schio e trabalhavam no Lanifício Rossi, local onde haviam aprendido a arte de fiar e tecer. Esse lanifício era um dos maiores do Norte da Itália e, no período de sua mecanização, muitos operários foram demitidos e decidiram emigrar para o Brasil diante da dificuldade de encontrar empregos.

O contexto do surgimento da vila operária remete ao início do século XX, quando é comum a construção de moradias próximas às indústrias, no sentido de garantir a fixação da mão de obra no local. A história dessa vila operária tem um forte elemento étnico, que manteve a ligação entre esses operários, mesmo depois que a fábrica vendeu muitas casas para particulares, oitenta anos mais tarde. O presente estudo pretende trazer para a discussão como os trabalhadores lembram de suas experiências na vila operária, o valor que atribuem ao trabalho pelo qual reconstruíram suas vidas e o sentimento que passaram quando o Lanifício Sehbe decretou falência.

As narrativas que constituem o *corpus* deste estudo foram extraídas de diversas entrevistas realizadas com operários, ex-operários, dirigentes sindicais, que moravam na vila e com moradores da comunidade. O método utilizado foi baseado nos pressupostos da História Oral, tendo sido usadas as obras de Alessandro Portelli (2016) e Verena Alberti (2005), que nortearam os diversos procedimentos utilizados, no momento das entrevistas e em suas análises. As entrevistas foram realizadas entre 2015 e 2018, em Galópolis.

Como suporte teórico, utilizou-se alguns conceitos extraídos da obra de: Maurice Halbwachs (2004), Joel Candau (2005), Michael Pollack (1992) e Mancuso (2006). Halbwachs (2004) trata o conceito de memória coletiva como um conceito explicativo que parte da ideia de que é possível compartilhar lembranças, a partir dos quadros sociais em que os indivíduos vivem. Esses quadros nos ajudam a situar acontecimentos que dão vida à nossa memória e tornam vivos os fatos pelas lembranças.

Os quadros sociais orientam e permitem a reconstrução dos acontecimentos do passado, o que ajuda à reconstrução das lembranças. Halbwachs (2004, p.49) afirma que, “no primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua

própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos”. Percebe-se que muitas das lembranças dos operários são comuns, pois partilham situações muito próximas, que os integram e dão às suas experiências formas semelhantes.

Pollack também remete a Halbwachs a constituição da memória individual ou coletiva. Confirma, que “em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”. (POLLACK, 1992, p. 201).

Pollack tece uma justificativa acerca da constituição da memória coletiva, que pode ser uma referência para os operários de uma vila operária, que trabalham e vivem no mesmo local, compartilham os mesmos problemas, dividem espaços comuns e recebem ordens semelhantes, no convívio social. Pollack diz que pode acontecer que nem sempre os acontecimentos que constituem parte da memória foram vividos por aqueles que os lembram. “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar de uma memória herdada.” (POLLACK, 1992, p. 201). Ressalta que, em função do momento, é possível dar mais força a alguns fatos que a outros, quando a memória se estrutura. Reforça que a memória é um fenômeno construído de forma individual e coletiva e está relacionado “ao sentimento de identidade”. (POLLACK, 1992, p. 204).

Nessa mesma direção, Candau (2005, p.143) avança quando diz que “não pode haver memória sem identidade, porque a conexão dos estados sucessivos que o sujeito conhece é impossível se este não tem consciência *a priori* de que este encadeamento de sequências temporais pode ter uma significação”. A relação entre memória e identidade para moradores de uma vila operária se fortalece pelos laços estabelecidos e pelo compartilhamento dos mesmos quadros sociais. “As memórias fortes correspondem às identidades sólidas, às identidades fragmentadas, às memórias estilhaçadas.” (CANDAU, 2004, p.144). Essa afirmação do autor é encontrada nas narrativas de maneira bastante evidente, quando os relatos se complementam e traduzem as mesmas marcas de identificação, ou seja, as marcas de uma memória étnica.

De cooperativa à cooperativa

A Cooperativa Têxtil de Galópolis (Cootegal) nasce de uma negociação dos antigos funcionários do Lanifício Sehbe, em oito de junho de 1999, após uma greve de vinte dias. A negociação que ocorre entre os funcionários e os proprietários do lanifício é mediada pelo sindicato que representa a categoria dos funcionários. A greve surgira devido à falta de pagamentos os operários por muitos meses, o que gerou uma série de conflitos entre a direção e os operários. A decisão de parar a produção era uma forma de pressionar os pagamentos atrasados.

Essa greve iniciou em abril. Os grevistas tomaram a entrada da fábrica e não deixaram mais circulação das pessoas para dentro do parque fabril. Na época então, nós tínhamos o escritório central. Ele ficava ali onde é a praça, ali, naquele prédio grande, e a parte da produção então aqui no nosso parque. [...] Na época, o dono era o diretor, que era Alfredo Sebhe, e eles não chegaram num acordo com o sindicato para a retomada da produção [...], o sindicato exigia os atrasos de salários, e existiam muitos funcionários que tinham muitos pagamentos em atraso. Citando o meu exemplo, eu fiquei com oito meses de salário atrasado, só que existiam pessoas que estavam passando muita necessidade financeira, porque era um período muito longo sem receber (Entrevista, Presidente da Cootegal, na época funcionário do Lanifício Sehbe. TONIOLLI, 2018).

As discussões, enquanto ocorria a greve, se davam fora dos portões da fábrica. Muitas das reuniões foram realizadas entre os operários, o sindicato e os representantes do Lanifício Sehbe, em busca de uma solução comum. Os operários não aceitavam o fechamento do lanifício. Queriam uma saída que garantisse a manutenção do funcionamento daquela unidade fabril, considerada a vida econômica de Galópolis. A reunião em que foi decidida a criação da cooperativa aconteceu no Sindicato de Fiação em Galópolis.

[...] assim, foi difícil como é que lhe falei no início, as palestras para acostumar para informar o trabalhador que era possível isso, e na época nós trouxemos, o sindicato que pagou o hotel, todo o custo do pessoal da Anteag de São Paulo; então, a gente trouxe profissionais mesmo que entendiam dessa área aí. O município de Caxias do Sul também se envolveu nessa parte para dar palestras e até eles acreditarem. (Entrevista, presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem. DALLAGNOL, 2017).

Após muitas reuniões e discussões, foi sugerida a criação de uma cooperativa que pudesse dar sequência aos trabalhos e que pudesse ser uma alternativa para os problemas econômicos e de emprego, que os operários enfrentavam. Havia várias concepções acerca de cooperativas, e uma delas era que fosse administrada pelos operários. Nem todos os operários tinham ideia de como funcionava uma cooperativa. Algumas entrevistas relatam que a proposta de cooperativa partiu do próprio lanifício, mas com a concepção de que eles

administrassem o processo de produção. No final, os operários venceram com a ajuda do sindicato. Segundo uma das funcionárias:

[...] O mérito todo foi desses cooperativados que iniciaram a Cootegal. Teve participação, teve auxílio do sindicato, mas, no meu entender, o mérito todo é da Cootegal, dos funcionários, desses primeiros funcionários, desses vinte funcionários, que formaram a cooperativa, não desmerecendo o sindicato, mas, não foi o sindicato que organizou a cooperativa, no meu entender. (Entrevista, Funcionária da Cootegal, ROSA DILIGENTI, 2016).

Alguns relatos mostram que muitos operários não acreditavam que a fábrica fosse fechar. Para os operários, era impossível pensar Galópolis sem o lanifício. Observa-se, pelo relato a seguir, quando a fábrica foi fechada e as portas lacradas, que os operários não esperavam tal desfecho.

No dia da falência, quando aconteceu a falência, quando eles lacraram as portas lá do prédio da administração central, eu não estava naquele momento, eu tinha ido ao médico, alguma coisa assim. Quando cheguei não podia mais entrar no prédio, mas meu Deus eu preciso tirar minhas coisas, como é que, como é que eu não vou entrar no prédio? Aí eu discuti com o síndico “eu vou entrar” eu disse, braba, bem braba: “Eu quero tirar as minhas coisas daí, eu vou entrar”, discuti com ele, aí ele permitiu que eu fosse lá e pegasse as minhas coisas. (Entrevista, Funcionária da Cootegal, ROSA DILIGENTI, 2016).

Todos receberam. [...] A massa falida, eles pagaram todos os funcionários, todos, todos, todos. Porque eu sei que nós fizemos todos os cálculos também, e foi pago com correções com tudo o que o pessoal tinha direito. (Entrevista, Funcionária da Cootegal, ROSA DILIGENTI, 2016).

O relato explicita que, após a greve e a constatação judicial do processo, dado como falência, houve por parte da justiça a escolha do representante da massa falida. Aqueles que já estavam trabalhando na cooperativa negociaram que o resultado da produção seria direcionado para o pagamento da dívida trabalhista com os ex-funcionários.

No ano dois mil foi decretado a falência do Lanifício Sebhe. Aí então foi nomeado um síndico da massa falida; a partir desse momento, a Cootegal começou a pagar o arrendamento que, na época, foi dez por cento do faturamento. Começou a pagar esse aluguel para a massa falida e não mais para o Lanifício Sebhe. (Entrevista, presidente da Cootegal, na época funcionário do Lanifício Sebhe).

O síndico da massa falida foi escolhido pela justiça, e o lanifício indicou uma ex-funcionária para colaborar na catalogação dos bens que faziam parte do parque fabril. Depois do levantamento do material imobiliário pelo síndico e por decisão da justiça, houve o leilão do parque fabril. Nesse processo, o parque foi arrematado pela Cooperativa.



Fotógrafo: Leonardo Herédia . Foto da atual Cooperativa Cootegal e do antigo Lanifício Sehbe (2017).

Lembranças de operários

Os relatos dos moradores de Galópolis sobre suas histórias são bastante significativos. Giram em torno do núcleo comum, que foi a história do lanifício. A força expressa em suas narrativas evoca o sentimento que esses moradores carregam dentro de si como elemento identitário.

Nesse sentido, é possível usar o pensamento de Pollack (1992) e de Halbwachs, (2004) quando os autores dizem que a memória coletiva “é um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo em sua reconstrução de si”. (POLLACK, 1992, p. 204). O primeiro autor reforça a

concepção de que a identidade “é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por negociação direta com outros”. (1992, p. 204). Constatou-se neste estudo essa relação direta entre o que lembram e como se identificam a partir dessas lembranças. O relato de uma funcionária, da Cootegal, moradora na vila operária, sobre a posição entre a vida na vila e a vida no lanifício, pontua essa sobreposição entre a vida coletiva e a vida da fábrica; não se identifica quando começa uma e termina a outra.

Galópolis surgiu em função do lanifício, talvez seja isso; às vezes eu me pergunto, por que Galópolis? Porque eu gosto tanto? Por que as pessoas que moraram aqui foram embora? Mas quando falo de Galópolis, elas têm uma saudade enorme, gostam de Galópolis [...] É a terra. (Entrevista, funcionária da Cootegal, ROSA DILIGENTI, 2016).

A narrativa chama a atenção que a memória está intimamente ligada ao sentimento de identidade, de pertencimento àquele lugar.

[...] Nós sabemos porque nós somos filhos de Galópolis.[...] É diferente, eu sempre digo que ele é um ‘país’ à parte, para mim ele é (risos), é um local diferente dos outros; ele passou a ser bairro, mas para mim ele continua sendo a vila tá, ele não é, para mim não é bairro, para mim continua sendo uma vila, é Galópolis, agora o porquê que a gente gosta tanto, por que que a gente se identifica? Porque o que eles tinham na época era trabalhar. Trabalhar. Trabalhar. (Entrevista, funcionária da Cootegal, ROSA DILIGENTI, 2016).

A narrativa evidencia uma relação íntima da vida na localidade, com sua história, por meio de suas lembranças. No final da entrevista, a narradora explicita: “Talvez seja pela origem dos italianos.” Outro dado que chama a atenção é que todas as ações eram atribuídas ao lanifício. Por exemplo, a construção da igreja nova, na percepção da entrevistada, foi tida como decisão do lanifício e não da Igreja.

Foi o lanifício, doou o terreno aos funcionários e, sabe, eles praticamente construíram, não vou dizer que foi tudo, mas, ele doou o terreno aos operários [...] como é que eu vou dizer, naquela época lá atrás dos gerentes, tinha isso, eles queriam muito a religiosidade em função dos colégios que tínhamos, as irmãs, aquela coisa toda, então assim era obrigatório, tinha que ir à missa. (Entrevista, funcionária da Cootegal, ROSA DILIGENTI, 2016).

Atribui ao lanifício também a vida cultural dos operários. Lembra que, em 1929, foi criado por seu avô um cinema, mas antes dele, já havia uma vida cultural na vila operária. Havia “um círculo de leitura e aquela coisa toda. Mas depois, a partir de 1929, o cinema, eu não posso deixar de falar do cinema”. (Entrevista. Funcionária da Cootegal, ROSA DILIGENTI, 2016). Os relatos são preenchidos por muita emoção, uma vez que relembram

ações da família, mas também como a vila se apropriava desses espaços para a convivência comum.

Ah! Os meus pais trabalharam aqui, meus avôs; quer dizer um deles, que foi o fundador do cinema, ele trabalhava aqui como mestre da expedição e, paralelo a esse trabalho, ele também tinha o sonho dele de montar, o cinema, e conseguiu isso 1920. Minha mãe também trabalhava aqui. (Entrevista. Funcionária da Cootegal, ROSA DILIGENTI, 2016).

No relato da funcionária, fica claro a crença de que o lanifício duraria para sempre, mesmo quando já apresentava problemas quanto à sua manutenção.

A gente sempre acreditou que falir, ou fechar, não fosse possível. A gente não, como é que eu vou dizer assim: não passava pela nossa cabeça de um dia isso fechar, visto que sempre foi a fortaleza de Galópolis. O que a gente vai dizer né? Então, a gente não acreditava que isso fosse fechar, porque trabalhava, mesmo não recebendo os salários, mesmo tendo dificuldades: todo mundo nervoso, todo mundo doente [...] a pressão subia, aquelas coisas todas, mas a gente sempre tinha certeza que isso ia, não ia fechar nunca, não poderia fechar, porque o que ia ser de Galópolis se fechasse? não poderia fechar né! (Entrevista, funcionária da Cootegal, ROSA DILIGENTI, 2016).

[...] dezembro de 98, 99, em março de 99, que começou a greve. Mas antes disso, ou depois disso, eu não me recordo, houveram aquelas reuniões com a direção, para ver o que poderia ser feito. Qual era a solução? A direção fez várias reuniões, foi lá no Samuara. Eles tentaram, eu acredito que eles tentaram o que estava no alcance deles, para tentar sobreviver. [...] Acredito que quando viram que não tinha como[...]Foram aqueles meses de greve, eu continuei trabalhando, eu não fiz greve, trabalhava na direção e tal, então acreditava que não, que isso não ia acontecer[...] (Entrevista, funcionária da Cootegal, ROSA DILIGENTI, 2016).

Percebe-se que tanto as negociações como a greve, e seus desdobramentos, foram algo marcante e ainda está presente na memória dos operários.

[...] Foi bastante difícil esse período de greve, porque tinha a polícia, tinha batalhão de choque. Sei lá, aquele pessoal com os escudos e tudo, pessoal que ficava na porta do prédio ou aqui. Os funcionários não queriam que retirassem nada de dentro, porque houve um pessoal que andou falando que eles iriam penhorar ou vender o maquinário. O pessoal então ficou na frente, ali, não saía da frente do prédio, do parque fabril, para que não tirassem nada de dentro, para não tirarem o patrimônio e depois não tivessem como pagá-los. (Entrevista, funcionária da Cootegal, ROSA DILIGENTI, 2016).

Após a greve, a retomada da produção não foi fácil, mas contou com anos de credibilidade no mercado de tecidos. A jovem cooperativa conseguiu sobreviver nos primeiros meses de produção, contando muito com a colaboração e o empenho de seus cooperados, como também com a venda de seus produtos para muitos dos antigos clientes do lanifício.

Então para a Cootegal foi difícil. Claro que foi difícil, mas eles já tinham um mercado, eles já tinham um mercado para começar a trabalhar, já tinham uma produção em andamento, eles já tinham uma estrutura montada; difícil para eles. No início eu acredito que tenha sido a questão de créditos[...] Mas conforme o que eu vi, os próprios clientes ajudaram, então quer dizer que foi difícil, foi bastante difícil, mas eles conseguiram. (Entrevista, funcionária da Cootegal, ROSA DILIGENTI, 2016).

Concluindo, é importante registrar que no final do século XIX, com a fundação da “Società Tevere e Novità” pelos emigrantes italianos, provindos da cidade de Schio e sua instalação na terceira légua da Colônia Caxias, começa o desenvolvimento da indústria têxtil na futura vila operária de Galópolis. A transformação do lanifício em capital privado, passando por várias expansões e por vários controladores, tornou-se referência na produção de tecidos de lã no município de Caxias do Sul e na região.

Com as dificuldades em decorrência dos acontecimentos econômicos, surgidos na década de 90, aliados aos problemas de gestão, na época do lanifício Sehbe, o centenário lanifício sofreu um processo de falência, forçando seus funcionários a tentarem uma saída, que lhes possibilitasse permanecerem empregados e com uma renda que os sustentasse, trabalhando no bairro.

Depois de muitas negociações e inseguranças, acabaram optaram pela fundação da Cootegal, em 7 de junho de 1999. A referida cooperativa ainda está em pleno funcionamento, sendo um ponto comum na memória da vila, do bairro e de muitos funcionários e associados, contribuindo para o desenvolvimento e a identidade dos seus participantes.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *O processo de industrialização da zona colonial italiana*. 2.ed. Caxias do Sul: Educs, 2017.
- MANCUSO, Maria Inês R. Memória, representação e identidade. In: LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes (Org.) *Discutindo Identidades*. São Paulo: Humanitas/Ceru, 2006.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v.5, n.10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Entrevistados:

Rosa Maria Diligenti. Nasceu em Galópolis, neta de Vitório Emanuel Diligente, que foi o fundador do cinema instalado na vila na década de 30 e tataraneta de Giuseppe Comerlato, um dos fundadores do lanifício, no final do século XIX. Seu bisavô Nicodemos e seu avô Antonio Comerlato também trabalharam na fábrica. Seus pais também trabalharam no lanifício. Seu pai Élzio trabalhou na área de manutenção, e a mãe Intelvina, chamada Nena, ficou responsável pelo minizoológico que havia, na época dos Sehbe. Sua contratação inicial foi no Lanifício São Pedro em 1977, ainda na gestão de Chaves Almeida, como telefonista. Após a venda para o Grupo Sehbe, atuou no setor de recursos humanos, depois como auxiliar de vendas e, alguns anos depois, como secretária da diretoria, atuando diretamente com o diretor Alfredo Sehbe. Naquele período, também auxiliava na área de importação e exportação de produtos, na área de compras. Quando foi decretada falência, foi designada secretária da massa falida, colaborando para localizar processos do parque fabril e dos funcionários junto com o representante judicial. Anos mais tarde, recebe convite do presidente da Cooperativa Têxtil de Galópolis para trabalhar nela. O retorno como funcionária da Cooperativa ocorre em outubro de 2006. (Entrevista realizada em 2016 por Vania Herédia).

Fernando Marchioro. Nasceu em Galópolis, é o presidente atual da Cooperativa Têxtil de Galópolis. Tem familiares que trabalharam no lanifício. No período da greve, era funcionário do Lanifício Sehbe e havia feito cursos no Rio de Janeiro sobre tecelagem. (Entrevista realizada em 2016 por Vania Herédia).

Luis Carlos Toniolli. Presidente da Cootegal, na época era funcionário do Lanifício Sehbe, com o cargo de responsável pelo PCP. Toniolli foi um dos principais participantes da fundação da cooperativa, sendo o primeiro presidente e sendo reeleito por mais dois mandados consecutivos. Atualmente, não faz mais parte da Cootegal. (Entrevista realizada em 2018 por Vania Herédia e Marlos Ferri).

Renato Dallagnol. Nasceu em Santa Lúcia do Piaí. Trabalhou no lanifício e é presidente do Sindicato Têxtil Galópolis (Sindigal), desde 16/8/1990. Entrevista realizada em 2017 por Marlos Ferri.

TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS DE FAMÍLIAS SUL BRASILEIRAS RUMO AO PARAGUAI (1970-1980)

Vanucia Gnoatto
Mestranda do PPGH UPF

*Para o migrante a pátria é a terra que lhe dá o pão.
(Dom João Batista Scalabrini)*

Introdução

O presente estudo faz parte do projeto de mestrado, que visa investigar e analisar as trajetórias migratórias de colonos sul-brasileiros, de ascendência europeia, ao Paraguai, em busca de terras. Como recorte espacial e temporal, busca-se acompanhar a trajetória migratória de famílias de descendentes de imigrantes europeus que deixaram o sul do país, deslocando-se nas décadas de 1970 e 1980 rumo ao Paraguai, como destino final, localizando-se no departamento de Alto Paraná, mais especificamente nos municípios de Santa Rita, Naranjal, Raul Peña e San Alberto e departamentos próximos. Nesse artigo, realiza-se uma revisão bibliográfica sobre o processo migratório Brasil-Paraguai.

A emigração de sul brasileiros ao Paraguai foi motivada por inúmeros fatores, tanto de expulsão, como de atração às novas terras. No Brasil, o processo de modernização agrícola e com ele a expansão de agronegócio, que por um lado, trouxe melhorias no setor primário, por outro, impossibilitava permanência do pequeno agricultor no campo, sendo dessa forma um dos principais fatores de expulsão dos pequenos agricultores dos estados do sul. Ao mesmo tempo, a oferta de terras barata, de qualidade e em grande quantidade no Paraguai revela um dos principais motivos favoráveis para a emigração.

Vale considerar que essas trajetórias migratórias ao Paraguai possui inúmeras particularidades. Entre elas as várias migrações que antecederam a ida desses sujeitos ao Paraguai, pois a grande maioria dos indivíduos que cruzaram a fronteira migraram do Rio Grande do Sul, ou Santa Catarina vindo a se estabelecer no estado do Paraná e por fim como últimos destino o Paraguai.

Movimentos migratórios

Os estudos sobre movimentos migratórios, segundo Chiara Vangelista,

levaram os historiadores a considerar os grupos e as sociedades humanas como organismos em movimento e, ao mesmo tempo, radicados em espaços

específicos e, eu acrescentaria, construtores de espaços específicos. No caso da história das migrações, a perspectiva da mobilidade não se afirmou desde o início, mas paulatinamente, acompanhando a tomada de consciência – na prática de pesquisa, e não só nas declarações de princípio – de que a mobilidade espacial do migrante comporta um conjunto de transformações e de rupturas que precisam ser analisadas na totalidade ou, quando não analisadas em todas as suas vertentes (porque este enfoque prejudica frequentemente uma visão global do processo em favor da fragmentação das experiências dos diversos indivíduos ou de grupos específicos regionais), pelo menos assumidas como contexto geral e imprescindível do objeto de pesquisa dos estudos migratórios (VANGELISTA, 2010, p. 9).

O imigrante é carregado de utopias e sonhos. O indivíduo opta por emigrar atraído pela possibilidade do *novo*, de melhores condições de vida, de uma *nova* pátria. Seja a travessia do Atlântico ou o transitar de uma região a outra, implica no rompimento com o ponto de partida, e no local de chegada, a construção de novas redes sociais, identidades de grupo e a expectativas. Referindo-se a essa provisoriedade dos imigrantes, Abdelmalek Sayad (1998, p. 47) afirma que existe uma dupla contradição: “não se sabe mais se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”, porém, “insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se ‘instalar’ de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes”.

Seguindo essa lógica, Sayad (1998) entende a migração como a dualidade do sujeito que ao mesmo tempo é emigrante, quando sai de sua pátria, e imigrante, quando chega à nova pátria. A origem da imigração é o emigrante. Assim, a migração é entendida como um “fato social completo”, pois o indivíduo é denominado imigrante pela sociedade que o denomina, a partir do momento em que ele chega a um novo território (SAYAD, 1998, p.16). Defende a tese de que é o trabalho que “fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; e é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta a sua negação ou que empurra para o não-ser” (SAYAD, 1998, p. 56). Evidencia que o trabalho torna o homem e a mulher sujeitos de sua própria história, quando se torna escasso ou é pouco valorizado, leva ao surgimento do emigrante. Assim, “toda imigração de trabalho contém o germe da imigração de povoamento que a prolongará; inversamente, pode-se dizer que não há imigração reconhecida como de povoamento que não tenha começado como uma imigração de trabalho” (SAYAD, 1998, p. 68).

Os movimentos migratórios estão presentes em todos os povos (DREHER, 1995). Contudo, o sujeito percebe-se como protagonista de sua história quando ele tem a possibilidade, mas principalmente, a coragem de atuar numa mobilidade espacial,

percebendo-a como uma possibilidade de modificar o curso dos acontecimentos, de mudar a sua vida. Vangelista destaca que na literatura grega e no imaginário ligado a ela, ensina-se que “o herói é aquele que rompe e ultrapassa os confins, o que vai além do horizonte, o que cria uma descontinuidade não só entre espaços, mas inclusive entre presente e o futuro”, para ele e para o seu grupo. Assim sendo, “a mobilidade é então o núcleo, o sentido da narração, o que leva o protagonista para o meio da História” (VANGELISTA, 2010, p. 15).

Há inúmeras motivações que levam as pessoas a emigrar. Para Gonçalves (2001), os grandes deslocamentos humanos precedem ou seguem mudanças profundas, tanto na questão econômica e política, quanto em termos sociais e culturais. Enfatiza ainda que “a mobilidade humana é, em geral, o sintoma de grandes transições. Quando ela se intensifica, algo ocorreu ou está para ocorrer, ou melhor, algo está ocorrendo nos bastidores da história”. (GONÇALVES, 2001, p.15). Já Viales Hurtado nos faz pensar o quanto é complexo esse processo, ao afirmar que *“la ‘decisión de emigrar’ está mediada por factores de ordem económico, pero también psicológico, social, demográfico, político, cultural e institucional; aquí radica su complejidad como objeto de estudio”* (HURTADO, 2000, p.2).

Segundo Herbert Klein, a migração tem início quando a pessoa percebe que não tem como sobreviver na terra em que reside. Somando-se a econômica, este aponta outros três fatores determinantes para a migração: o primeiro está ligado ao acesso à terra, em outras palavras ao alimento; o segundo, a qualidade das terras; e o terceiro, o número de filhos que necessitavam ser alimentados. Nas grandes migrações dos séculos XIX e XX, período em que mais de dois terços dos migrantes desembarcam nas Américas, percebemos a combinação desses três fatores. A possibilidade de obter terra era o maior fator de atração para todos os imigrantes. Se comparada com a Europa, as terras nas Américas eram bem mais baratas, o que tornava maior a possibilidade de trabalhadores sem terra conseguirem suas propriedades em pouco tempo (KLEIN, 1999, p.13-16).

Imigrantes no Sul do Brasil

Os imigrantes que chegavam ao sul Brasil vinham das mais diversas localidades, o que levou a formação segundo Ellen Woortmann (2000) de “uma espécie de colcha de retalho” em que uma grande variedade de trajetórias se cruzaram, impulsionadas pelo estímulo da emigração, da procura da própria terra ou da liberdade diante dos constrangimentos sociais, políticos ou religiosos existentes na Europa. Estes ao se estabelecerem no sul do país construíram as suas comunidades nos moldes de sua terra natal. Em que “a ordenação espacial

e simbólica das comunidades replicava, de maneira adaptada, o padrão característico das aldeias camponesas da Alemanha, centrado no conjunto de igreja-escola-casa comercial-salão de festas” (WOORTMANN, 2000, p. 214).

Característica peculiar também da imigração italiana. Segundo Beneduzi, para não viver a dor da saudade, o imigrante acabou construindo uma vida que evocava o seu país distante, recompondo traços característicos do seu cotidiano da terra de origem para a terra de destino. A nostalgia experimentada sensivelmente no contato com o seu mundo imagético, deixado pra trás, conduziu a um “jogo de colagens”. Assim, “ele [o imigrante] mescla com o novo ambiente imagens evocativas de um passado e experiências que prefere não esquecer” (BENEDUZI, 2004, p.264).

A vinda de imigrantes ao Rio Grande do Sul fazia parte de um projeto político de Estado, que objetivava a ocupação de espaços estratégicos, para assim delimitar as fronteiras com os países vizinhos. Além da modernização da agricultura, que possibilitou o surgimento e incentivo a agricultura familiar, responsável por produzir alimentos de necessidade básica para a população.

O desejo de ser proprietário de terras e os incentivos oferecidos pelo governo do Estado atraíram inúmeros imigrantes europeus ao Rio Grande do Sul, fomentando a estrutura da pequena propriedade familiar. O acentuado crescimento da população e a escassez de terras nas primeiras colônias impulsionou a migração de parcela desses imigrantes seus descendentes para novas colônias em formação. Jean Roche (1969) denomina esse processo migratório de enxameamento, classificando-o em quatro fases. A primeira até 1850, aquela em os imigrantes europeus, mais especificamente os imigrantes alemães, se instalam no Estado. A segunda fase, que vai de 1850 a 1890, seria a marcha para o oeste, rumo à região do vale do rio Caí. A terceira fase ocorreu a partir de 1890 na região do planalto, mais especificamente nas colônias públicas e privadas. E a quarta e última fase inicia em 1914 e dela faz parte o êxodo rural, período no qual ocorreu um grande fluxo migratório para as cidades, bem como a saída de imigrantes e descendentes aos estados de Santa Catarina, Paraná, entre outros. Segundo o autor, “a agricultura dos colonos alemães teve carácter essencialmente pioneiro. Depois de ter feito recuar a floresta, esgotou o solo, obrigando os colonos das gerações seguintes a emigrar” (ROCHE, 1969, p. 319).

A migração de descendentes de imigrantes das colônias velhas à região do Planalto Rio-grandense deu-se em razão de um conjunto de fatores, como: o crescimento demográfico da antiga zona de colonização, aliado à escassez de terras para venda; a rotação de terras,

acompanhada do uso intensivo e das queimadas, o rápido esgotamento do solo e a queda da produção; a disponibilidade de terras por preços mais acessíveis nas frentes pioneiras de colonização; o abandono ou a conjugação da atividade agrícola com o artesanato rural; a falta de sociabilidade foi a responsável pelo abandono dos lotes ou o desespero de muitos imigrantes, pois a distribuição dos lotes em linhas coloniais, distantes uns dos outros, era diferente do modo de vida em aldeia conhecido na Alemanha (NEUMANN, 2013; ROCHE, 1969). Logo, “para continuarem agricultores, esses colonos deixaram o seu torrão, para encontrarem um novo lote, deixaram o seu, pois não eram rendeiros, mas proprietários ou filhos de proprietários” (ROCHE, 1969, p. 319). Essas novas colônias receberam mais descendentes de antigos colonos que imigrantes: desde o advento da República, o governo do Rio Grande do Sul, pouco favorável à grande imigração, desejava antes absorver os excedentes da população colonial que existiam (ROCHE, 1969).

Sobre o processo de ocupação do norte-noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Golin afirma que houve uma combinação entre frente de expansão e frente pioneira. A frente de expansão se caracteriza pela migração de população para o território indígena, para repor o modo de produzir e viver (no caso, as estâncias, etc). A frente pioneira igualmente transfere a sua situação espacial e social, “porém tenciona uma ‘nova sociabilidade’ fundamentada em novas formas de produzir, em alterações no mercado e nas relações sociais” (GOLIN, 2002, p. 31).

A mobilidade no campo brasileiro acontece de forma constante ao ponto de caracterizar esses sujeitos.

O caráter itinerante do trabalhador rural brasileiro, é nesse sentido, talvez, a sua principal marca característica desde os tempos do Brasil Colônia até a expressão maior do assalariado rural de hoje concretizado nos trabalhadores clandestinos e boia frias. A itinerância do trabalhador rural brasileiro, cujas causas estruturais remontam ao predomínio econômico e político do latifundiário, foi sem dúvida um dos motores da ocupação da nossa fronteira agrícola (SALES, 1996, p. 90).

A migração de colonos rio-grandenses nas décadas de 1920-30 e seguintes para o oeste de Santa Catarina e Paraná se deu, em grande medida, pela atuação de empresas de colonização, como a MARIPÁ, cuja oferta de terras a baixos preços, associada à propaganda, bem como uma extensa rede social e parentelas, funcionaram como ponto de atração (GREGORY, 2008). Após esse movimento migratório, também denominado Marcha para o Oeste, acompanhamos outro processo migratório, agora para os demais países que fazem fronteira com o Brasil, como o Paraguai.

Os movimentos migratórios de fronteira entre Brasil, Paraguai e Uruguai tem como ponto em comum o processo de valorização da terra. Os fluxos migratórios de brasileiros para estes países possuem duas naturezas distintas, mas que se relacionam. A primeira é a migração de proprietários rurais, ou empresários agrícolas, que pode ser de grandes ou pequenos produtores familiares. A segunda, a migração de pequenos produtores e trabalhadores rurais que foram desapropriados pelo processo de modernização e tecnificação da agricultura, movida pela busca de condições de subsistência (SALES, 1996, p. 88).

Emigração ao Paraguai

A emigração ao Paraguai iniciou no final da década de 1950 e acentuou-se no final da década de 1960. O presidente paraguaio Alfredo Stroessner, ao assumir o governo em 1954, adotou a política de estabelecer estreitas relações com o Brasil. E entre estas ações políticas estava a acolhida de imigrantes brasileiros para explorarem as matas daquele país. O seu projeto de governo desenvolvimentista formulou o Programa de “*Crescimento para Fora*”, com a finalidade de modernizar a economia local e estimular o povoamento das áreas de fronteira com o Brasil. Este país, por sua vez, também passava por um rápido processo de modernização agrícola e, como consequência, de êxodo rural, em parte amenizado por essa aproximação e possibilidade de emigração (EBERT, 2005; ZAMBERLAM e CORSO, 2010, p.17).

O primeiro processo migratório ocorreu no ano de 1954, composto na sua maioria por proprietários de terras. Em 1961, houve um fluxo maior nesse processo devido à venda de imóveis rurais a latifundiários e empresas estrangeiras. Já em 1960 e 1970, graças à oferta de terras férteis e baratas para agricultores que quisessem migrar para a região leste do Paraguai, reproduziu-se novamente um movimento de população que já havia sido efetivado em décadas anteriores por descendentes de imigrantes, na sua maioria alemães e italianos, donos de pequenos capitais, que migraram do sul do país em direção ao estado de Santa Catarina, Oeste do estado do Paraná e Mato Grosso do Sul. Outro deslocamento migratório originou-se no Nordeste e Minas Gerais, em direção ao estado de São Paulo e depois para o Norte e Oeste do Paraná, predominando os peões, arrendatários e posseiros. Já os sulistas se tornaram majoritariamente colonos, pequenos e médios proprietários em território paraguaio. Os dois processos migratórios eram compostos basicamente por famílias de camponeses. Porém, essas ocuparam posições sociais diferentes tanto no Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul como no Leste do Paraguai nos períodos do café, da menta e da soja (FIORENTIN, 2010, p.28;

ALBUQUERQUE, 2005, p.81).

Nesse mesmo, período o Paraguai recebeu muitos imigrantes devido à construção da usina de ITAIPU. Grande parte destes de operários brasileiros que trabalharam na construção da mesma, que após o término das obras adquiriram e se estabeleceram em terras do país vizinho. Ao mesmo tempo um grande número de agricultores que tiveram suas terras inundadas pelas represas da Usina compraram terras no Paraguai e refizeram as suas vidas nesse espaço. Sendo que em muitos casos parte dessas famílias não receberam os ressarcimentos que lhe era devido por suas terras no Brasil apropriadas pela usina.

Ao analisar os dados estatísticos de emigrantes brasileiros no Paraguai, os números oscilam, indicando a imprecisão e fluidez dessa fronteira. Nos dados oficiais dos censos do Paraguai, os números são bem menores comparados com as estimativas brasileiras e vêm diminuindo na última década. No censo de 2002, elaborado pelo Paraguai, o número era de 81.592. Já no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores estima que existiam 459.147 brasileiros no Paraguai em 2000. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondente também a 2000, 454.501 emigrantes brasileiros moravam naquele país. Entre os trabalhos apontados por Albuquerque (2005, p.81), o estudo realizado por Wagner afirma que, nas décadas de 1970 e 1980, cerca de 250 mil pequenos e médios produtores agrícolas brasileiros migraram para o Paraguai, porém a quantidade total desses imigrantes era em torno de 350 mil na década de 1980.

Segundo Cleverson de Oliveira, os imigrantes brasileiros se estabeleceram no Paraguai a princípio nos departamentos (estados) de Alto Paraná, Amanbay e Canindéyu. Estes que se localizam ao leste do país. Região que possuía terras semelhantes às do Brasil. No ano de 1961, o presidente paraguaio instituiu a maior política colonizadora, denominada *Marcha del Este*. Com ela, surgem as maiores correntes migratórias no país. Em 1963, visando ao funcionamento dessa política colonizadora, reorganiza as legislações agrárias e cria o Instituto de *Bienestar Rural* (IBR), com a intenção de implantar a *Marcha del Este*, onde aconteceram movimentos migratórios de camponeses paraguaios, provindos da região central do país, e imigrantes brasileiros. No mesmo ano, altera-se a Constituição, no que se refere a sua lei de ocupação de terras, permitindo constitucionalmente que estrangeiros possam comprar terras, inclusive na faixa de fronteira paraguaia. A colonização baseava-se no modelo já adotado no Brasil, inclusive no oeste do Paraná, tendo como objetivo “colonizar rapidamente a região e intensificar o processo produtivo de uma agricultura extensiva, voltada para a exportação e a inclusão no mercado grande” (OLIVEIRA, 2013, p.82 - 85).

Nesse sentido, percebe-se nesse espaço a existência de dois movimentos migratórios, um de imigrantes paraguaio e outro de imigrantes brasileiros. Para Souchaud

es imposible considerar el avance pionero sin distinguir los dos frentes de poblamiento; brasileño y paraguayo. Si a menudo se observa una dinámica espacial común a los dos frentes, cada uno posee modalidades de ocupación del espacio que les son propias. Por otra parte, desde el inicio, existen contactos entre las dos comunidades. Los paraguayos se instalan en el espacio pionero “brasileño” sin alterar verdaderamente la dinámica. En contrapartida, las incursiones brasileñas en las zonas de colonización paraguaya son más radicales en el sentido de la ubicación del espacio conquistado, arrebatado a los paraguayos (por compra de tierra) para ser integrado al esquema espacial brasileño (SOUCHAUD, 2007, p. 108).

Considera-se também que a emigração de sul brasileiros no Paraguai foi possível devido a criação de redes sociais entre parentes, amigos e conhecidos. É por meio delas que as propagandas sobre a venda de terras, a migração e o estabelecimento desses migrantes tornou-se possível. Para Dimitri Fazito, existe toda uma rede de pessoas que migraram e retornaram, que auxiliam outras pessoas no processo migratório. Ou seja, “não se migra simplesmente porque se deseja migrar. Para o deslocamento qualquer indivíduo deve estar em condições, ou seja, ocupar uma posição estrutural no sistema que o possibilita migrar” (FAZITO, 2005, p.10).

Os autores Marcos Aurélio Saquet e Marcos Leandro Mondardo, veem essas redes como “portadoras de uma identidade construída entre territórios”. Estes afirmam que “a construção das redes na migração está na base da conexão entre territórios, sobre tudo entre os de origem e os de destino: isso possibilita a produção de territórios em rede na mobilidade espacial (SAQUET; MONDARDO, 2008, p.126). Para entender um pouco mais essas redes de auxílio a migrantes, Mondardo cita Warren (2007):

As redes de relações sociais são aquelas formadas de ações coletivas a partir da interação de rede, desde as redes mais “próximas” formadas no cotidiano, as redes primárias, até as redes secundárias, aquelas formadas em função da distância e/ou em função da ausência vinculadas a amizade, parentesco, religião, vizinhança, por exemplo (apud MONDARDO, 2010, p. 102).

A existência dessas redes sociais de mutua ajuda entre os imigrantes sempre existiu tanto no Paraguai entre os sul brasileiros, tanto entre imigrantes europeus vindos para o sul do Brasil, como Maíra Inês Vendrame (2015) mostra em seu estudo da imigração de italianos no Rio Grande do Sul. Entre os sujeitos que fazem parte da nossa pesquisa destacou-se a existência de redes de auxílio parentais. Essa rede de ajuda possibilitou a organização das novas comunidades e ao surgimento dos primeiros distritos (cidades) no departamento do

Alto Paraná, como no caso de Santa Rita e dos demais distritos analisados. Nesse espaço os imigrantes buscam reproduzir os modelos de organização existente no local de origem, como forma de lidar com a saudade e de reafirmar sua identidade diante do diferente.

Para Fiorentin, na migração de brasileiros ao Paraguai, não houve ruptura dos elementos culturais brasileiros, mas uma “reafirmação dos laços identitários com o país e suas comunidades de origem”. Esse aspecto foi reforçado devido ao carácter coletivo que envolve a migração ao Paraguai da maioria dos colonos e devido à “proximidade da região da fronteira oriental com suas localidades de origem, uma vez que o sudoeste e o norte do Paraná foram para muitos, local de anterior moradia” (FIORENTIN, 2010, p.14).

Nesse sentido, sobre o conceito de identidade, fundamental para entender esse fenômeno, Stuart Hall afirma que “as culturas sempre se recusam a ser encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos” (HALL, 2003, p.35-36). Não se mantendo fixas a um determinado local. Ao considerarmos a identidade cultural dos sul brasileiros em zona de fronteira no Paraguai percebe-se, como Fredrik Barth afirma que, a cultura vai se afirmando no contato com a alteridade. Dessa forma, o contato étnico vai mantendo a etnicidade dos grupos envolvidos (BARTH, 1998, p. 188). Esta afirmação nos possibilita a compreender como acontece a inserção dos brasileiros nas cidades analisadas.

Outro elemento que nos faz pensar a questão da identidade étnica é a ideia de negociação utilizada Lesser (2016). Essa negociação identitária é realizada pelo imigrante brasileiro no Paraguai quando o mesmo sujeito em determinado contexto, dependendo com quem se relaciona se assume ou brasiguai, ou paraguaio, ou brasileiro e ou descendente de imigrante europeu, visando ser aceito e conseguir seu objetivos frente aos diversos grupos com quem ele se relaciona.

Porém, por outro lado, como o passar do tempo vemos entre os imigrantes a construção de identidades híbridas, principalmente entre os filhos dos imigrantes brasileiros que convivem em vários espaços como os paraguaios. Nesse ponto, Hall defende que “o sujeito previamente vivido, como tendo uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado, composto não por uma, mas por várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2006, p.12). Para ele ainda, a identidade é algo que se constitui ao longo do tempo na vida da pessoa, por meio de processos inconscientes e não como algo pronto que recebemos no nosso nascimento. Dessa forma, defende que ao invés de

falarmos em identidade como algo concluído, devemos falar em identificação e sempre tratar como um processo em movimento (HALL, 2006, p.38).

Também nas relações sociais entre os diferentes grupos, tanto entre os imigrantes brasileiros entre si, ou com relação aos paraguaios autóctones à existência daquilo que Elias (2000) denomina de “jogo de poder”, aonde ou grupo tenta se sobressair sobre o outro visando o seu benefício. O autor utiliza os termos estabelecidos e *outsiders* que pode ser aplicados para ajudar a entender os conflitos existentes nas relações de poder de vários grupos sociais. No caso aqui estudado na questão econômica os brasileiros se sobressaem diante dos paraguaios, tornando-se estabelecidos. Porém, na questão política os paraguaios aparecem como estabelecidos e os brasileiros como *outsiders*, pois os cargos públicos são de competência em sua grande maioria de paraguaios. Mas não é só isso o grupo estabelecido tende a estigmatizar o outro para poder afirmar a sua identidade e assim manterem o equilíbrio de poderes a seu favor, quando sentem o seu espaço sendo ameaçado pelo outro. Introduzindo no *outsider* características “ruins”. Este por outro lado tende a assumir essas características mantendo-se disperso e enfraquecido (ELIAS, 2000, p. 23 -24).

Para compreendermos essas relações devemos consideram que esse espaço se caracteriza por ser uma fronteira entre Paraguai e Brasil. Quanto às questões fronteiriças Martins afirma que o que existe de mais sociológico na fronteira do Brasil é o “conflito social” em que a fronteira é “o lugar da alteridade”, tornando-a algo singular. Na primeira impressão, ela pode ser um local de encontro. Porém, o conflito torna a fronteira em um só momento “um lugar de descoberta do outro e desencontro”. Para o autor, “o desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História”. Nesse sentido, o desencontro de perspectivas é expressão da “contraditória diversidade da fronteira”, que são principalmente uma variedade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos contemporâneos (MARTINS, 1996, p. 27-30).

Na mesma direção, Albuquerque (2005) ao analisar os conflitos existentes entre imigrantes brasileiros e paraguaios, mostra o quanto esses processos são contraditórios e permeados por relações de disparidade de poder entre países de origem e de destino. Este percebe a imigração brasileira como uma fronteira em movimento, pois ultrapassa o limite internacional e constrói várias fronteiras no território paraguaio. Mostrando o campo de integração, tensão e poder presente entre os grupos sociais que fazem parte deste país.

Na ocupação da fronteira oriental paraguaia Henrique Manoel Silva (2007),

identificou a existência de elementos contínuos que caracterizam a expansão da fronteira brasileira. Apesar de ter a particularidade de ser uma fronteira transnacional existem elementos gerais que orientam o moderno avanço da fronteira agrícola brasileira, que foram em grande medida repetidos no movimento de colonização da região da fronteira oriental pelos migrantes brasileiros (SILVA, 2007, p.13).

Ainda quanto a presença dos imigrantes brasileiros no Paraguai, como Fogel e Riquelme afirmam, esta provocou mudanças na organização territorial, ligada à imigração de produtores de soja e seu impacto social, ambiental e político. *“La dinámica que engloba a estos ejes es la propia de las economías de enclave, que en el caso considerado implica subordinación económica y política del Paraguay al Brasil”* (FOGEL; RIQUELME, 2005, p. 10). Nesse espaço vemos surgir com grande intensidade a expansão do agronegócio e o processo de modernização agrícola. Fenômeno presente como aponta Leandro Baller (2014) no Paraná e no sul do Brasil, que trouxe um grande desenvolvimento econômico para a região, mas que por outro lado conduziu ao êxodo rural os pequenos agricultores, ou a busca de terras no país vizinho (BALLER, 2014, p.10-25). E que por sua vez conduzirá ao êxodo rural nesse país, ou ao retorno para o Brasil.

Considerações finais

Ao finalizar o presente estudo podemos considerar que a revisão bibliográfica sobre as produções e a discussão teórica sobre alguns conceitos ligados ao tema nos permitem compreender os processos migratórios envolvidos em especial os que levaram os sul brasileiros ao Paraguai. Possibilitando-nos perceber que o que leva essas pessoas a migrar é a busca pela propriedade da terra, ou seja, continuar sendo colono.

A criação e o estabelecimento de redes sociais entre conhecidos, amigos e parentes favoreceu a migração e a inserção destes em novas terras. Além da manutenção de elementos da identidade cultural e étnica característicos dos grupos envolvidos nos processos migratórios. Ao mesmo tempo percebe-se a construção de uma identidade de e/imigrante e o processo de assimilação, formando uma cultura híbrida de fronteira no Paraguai, em especial de modo mais acentuado, entre os filhos desses imigrantes.

O avanço da modernização agrícola e o agronegócios trazido pelos imigrantes acentua os conflitos entre sul brasileiros e paraguaio. E entre os pequenos agricultores e latifundiários brasileiros. Levando-nos a perceber a existência de um jogo de poderes entre os grupos. Em que diante de uma determinada situação ligada a parte econômica os brasileiros são vistos no

Paraguai como estabelecidos e o paraguaio como *outsider*. Já no campo político essa situação se inverte, sendo paraguaio o estabelecido e o *outsider*.

Referências

- ALBUQUERQUE, J. L. C. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- BALLER, Leandro. *Fronteira e Fronteiriços: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF FENART, Joceline. *Teorias da etnicidade*. São Paulo, Unesp, 1998.
- BENEDUZI, Luís Fernando. *MAL DI PAESE: As reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D’EU (1884 -1925)*. 2004. 324 f. Tese (Doutorado) - Curso de Historia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- DREHER, Martin. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1995. p. 60-61.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zaher Ed, 2000.
- FAZITO, Dimitri. Análise estrutural sobre o papel dos agentes intermediários no processo migratórios: o que está “entre” as partidas e chegadas. *Anpocs*, 2005.
- FIORENTIN, M. I. *A experiência de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)*. Dissertação de mestrado. Programa de mestrado da UFPR, Curitiba, 2010.
- FOGEL, R.; RIQUELME, M. Enclave sojero merma de soberanía y pobreza. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005.
- GREGORY, Valdir. *Eurobrasileiros e o espaço colonial Migrações no Oeste do Paraná (1940 -1970)*. 2ªEd. Cascavel: Edunoeste, 2008.
- GOLIN, Luiz Carlos Tau. *A Fronteira Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GONÇALVES, Alfredo José. *Migrações internas: evoluções e desafios*. Estudos Avançados 15 (43), 2001.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HURTADO, Viales Ronny. Las migraciones internacionales teóricas y algunas perspectivas de análisis desde la historia. *Cuadernos Digitales*. Disponível em: < [http //br: historia.fcs.ucr.ac.cr/cuadernos/c1-his.pdf](http://br:historia.fcs.ucr.ac.cr/cuadernos/c1-his.pdf).> Acesso em 24 jun. 2014.
- KLEIN, Herbert S. Migrações internacionais na História das Américas. In: FAUSTO, Bóris (Orgs). *Fazer a América*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.
- LESSER, Jeffrey. Identidades negociadas: Entrevista Bruno Leal. Café História. Disponível em: <http://cafehistoria.ning.com/page/entrevista-com-jeffrey-lesser-identidades-negociadas>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo social*; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.
- OLIVEIRA, Cleverson de. *As políticas migratórias dos governos brasileiros e paraguaios Marcha para Oeste (Caso de paranaense) e a Marcha para Leste*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2013.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul I*. Porto Alegre: Globo, 1929.
- SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Rev. Brasileira de Estudos Pop.**, Campinas, v. 1, n. 13, p.87-98, mar. 1996.
- SAQUET, Marcos Aurélio; MODARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. *Revista NERA*, Presidente Prudente ano 11, n°.13, jul-dez/2008. p.118-127.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SILVA, Henrique Manoel. *Fronteiras: As condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio*. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú 1970 2000. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- SOUCHAUD, Sylvain. *Geografía de la migración brasileña en Paraguay*. Asunción: UNFPA, 2001.
- VENDRAME, Maíra. *Mobilidade, redes e experiências migratórias: algumas reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil Meridional*. In: VENDRAME, Maria Ines Vendrane et al.(Org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015
- VANGELISTA, Chiara. *Mobilidade social e espacial como objetos da história*. In: Simpósio de História da Imigração e Colonização. *Migrações: Mobilidade social e espacial*. 19º Simpósio de História da Imigração e Colonização. Organizador Martin N. Dreher. São Leopoldo: Oikos, 2010.
- WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Identidades e memórias entre teuto-brasileiros: os dois lados do oceano*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: ano 6, n.14, p. 205-239, 2000.
- ZAMBERLAN, Jurandir; CORSO, Giovanni. *Emigrantes brasileiros no Paraguai* Presença Scalabriniana (Orgs). Porto Alegre: Solidus, 2010.

História Militar

EXPECTATIVA PARA O FIM DA GUERRA: A CAPITULAÇÃO DA ALEMANHA NOTICIADA NO JORNAL CORREIO DO POVO

*Desire Ferreira da Rosa Silva⁷¹⁰
Andréa Helena Petry Rahmaier⁷¹¹*

Ao longo da trajetória da humanidade, o papel desempenhado pelo historiador sempre foi fundamental. A partir das fontes de que dispõe, o historiador pesquisa, analisa criticamente, estabelece reflexões a respeito dos fatos. As perguntas, ou seja, as “questões do historiador”, assim chamadas por Antoine Prost (2008) são essenciais para as conclusões às quais ele chega em sua pesquisa. No entanto, estas questões a serem respondidas pelo historiador, devem ser questões relevantes não somente para si mesmo, mas para todos aqueles que se interessam pelo assunto por ele estudado. De acordo com Prost, A questão do historiador não é ingênua, não lhe viria à ideia de se questionar, por exemplo, sobre o sentimento da natureza no homem de Cro-Magnon por saber que, por falta de vestígios, trata-se de uma questão inócua; ocupar-se desse assunto seria perder seu tempo (PROST, 2008, p.75).

O trabalho do historiador, conforme Certeau (1982) tem o compromisso com o método e com a verdade, ao mesmo tempo em que não pretende trazer uma verdade pronta, que não possa ser questionada. Em sua obra “Doze Lições sobre História”, Antoine Prost (2008) destaca que apesar de ser o historiador um profissional preparado, ele não tem a pretensão de que as pessoas acreditem em sua palavra somente em função disso, mas ele oferece ao seu leitor a possibilidade de verificar as fontes que sustentam sua produção. A História é uma ciência que perpassa muitas outras ciências. Ela está sendo reescrita constantemente. De acordo com Marc Bloch, “[...] cada ciência tem sua estética de linguagem, que lhe é própria, os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados [...] (BLOCH, p.54)”. Sabina Loriga baseia-se nas palavras do historiador alemão Leopold von Ranke ao afirmar que “para conservar sua autonomia científica, a História deve visar à verdade nua, sem embelezamentos e sem ornamentos (LORIGA, 2012, p. 249)”. Uma das

⁷¹⁰ Acadêmica do Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara- FACCAT. E-mai para contato: desiresilva@sou.faccat.br

⁷¹¹ Professora do Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara- FACCAT. E-mail para contato: deapetry@gmail.com

tarefas mais difíceis do historiador é reunir os documentos a serem utilizados em sua pesquisa. Estes documentos encontram-se em inventários de arquivos, bibliotecas, catálogos de museus entre outros documentos (BLOCH, 2002).

Há muitos historiadores trabalhando simultaneamente a respeito de determinado assunto e até com o mesmo documento. No entanto, deve ser considerado o fato de que um mesmo documento pode responder à diversas questões, dependendo do viés de análise do historiador, que nas palavras de Prost, “[...]nunca consegue exaurir completamente seus documentos; pode sempre questioná-los, de novo, com outras questões ou levá-los a se exprimir com outros métodos (PROST, 2008, p. 77)”. O historiador Paulo Knauss (2012) nos leva a uma profunda reflexão ao alertar-nos para a problemática do trauma como fato histórico, ou seja, episódios da História extremamente traumáticos, que evocam atos de crueldade e pavor diante da morte (KNAUSS, 2012, p. 143) De acordo com Knauss, “[...] o trauma como fato histórico pode ser definido como aquele que ocorreu no passado, mas que insiste no presente[...]” (KNAUS, 2012 p.143)”. A Segunda Guerra Mundial pode ser considerada um dos maiores exemplos de trauma histórico, pois mesmo que o cenário principal do conflito teve lugar na Europa, a violência que se desencadeou neste período, chocou as pessoas das mais variadas partes do mundo. Os testemunhos de sobreviventes, diários deixados pelas vítimas que de alguma forma chegaram até nós, dão uma ideia do sofrimento das pessoas nos países envolvidos no conflito. A alimentação de má qualidade combinada com as péssimas condições de sobrevivência e os invernos extremamente rigorosos daquela região contribuíram para o aumento do alarmante número de pessoas vitimadas pelo longo e sangrento conflito.

Por mais empáticos que sejamos, é extremamente difícil imaginar a vida sob os mesmos horrores pelos quais passavam os habitantes dos campos de concentração e dos campos de extermínio. Separações familiares, maus tratos, precárias condições de higiene, alimentação insuficiente e de péssima qualidade eram apenas alguns dos problemas enfrentados especialmente pelos judeus. No entanto, faz-se necessário alertar para o fato de que nem todo cidadão alemão pode ser considerado nazista ou simpatizante de Hitler. Muitos deles, nem sequer concordavam ou mesmo tinham pleno conhecimento da ideologia do NSDAP⁷¹². Este último, fazia uma rigorosa seleção de seus membros e muitos alemães não chegaram a ser aceitos. Muitos são os cidadãos alemães que driblaram perigosamente o governo e a polícia nazista para esconderem judeus em suas casas, estabelecimentos ou até

⁷¹² Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nazista).

mesmo calavam-se quando eram questionados à respeito do paradeiro de judeus e demais pessoas perseguidas pelo regime nazista.

Mesmo as pessoas que nasceram após a guerra, passam a ter uma interação com ela das mais diferentes formas: testemunhos de sobreviventes, relatos de famílias que tiveram seus integrantes mortos, diários, entre outras publicações. Além dos historiadores que debruçam-se sobre os documentos daquele período, seja qual for o seu viés de análise; jornalistas; diplomatas e demais interessados no assunto contribuem para que a Segunda Guerra Mundial seja um dos assuntos mais debatidos ainda nos dias atuais.

A literatura desempenha um papel fundamental para que a Segunda Guerra Mundial e suas trágicas consequências especialmente para a população chegue ao conhecimento de muitas pessoas. “A menina que roubava livros” do escritor Markus Suzak (2005) nos conta a história da personagem Liesel Meminger desde sua juventude, as marcas deixadas pela guerra, bem como as perdas de pessoas próximas por ela ocasionadas. “O menino do pijama listrado”, do escritor Jonh Boyne (2006) nos apresenta a história de Bruno, um garoto de oito anos que não entende o porquê de as crianças do outro lado da cerca serem tão tristes e diferentes, em seus uniformes listrados, todos iguais. Este livro nos faz refletir sobre a visão que teriam as crianças sobre os acontecimentos. “O diário de Ane Frank”, publicado por Otto Frank (1947) atendendo à um desejo da filha que sonhava escrever e no período em que foi capturada pelos nazistas estava organizando seu diário com esta finalidade, nos apresenta a guerra e conseqüentemente a reclusão de duas famílias judias do ponto de vista de uma adolescente.

O cinema também se utilizou da temática da guerra em sua produção. Filmes e documentários despertaram o interesse de muitas pessoas, pois ocupam-se de histórias reais ou fictícias que relatam o sofrimento das famílias judias na Alemanha nazista e nos países por ela ocupados. O cinema produzido com base na temática da Segunda Guerra Mundial foi particularmente interessante, pois infiltrou-se em espaços onde a literatura não chegou, considerando a grande quantidade de pessoas que assistem a filmes e leem menos livros ou não possuem o hábito da leitura. Muitas das obras escritas se tornaram conhecidas no momento em que o cinema se utilizou delas para suas produções. Há também aquelas produções cinematográficas que se ocupam da vida de Hitler e seus oficiais mais próximos, como por exemplo o filme “A Queda, as últimas horas de Hitler” dirigido por Oliver Hirschbiegel (2004).

No entanto, muitos dos documentários e mesmo a literatura produzidos sobre Hitler e o alto escalão do poder são baseados apenas nas chamadas “teorias da conspiração”. Tais produções literárias e cinematográficas baseadas nas teorias da conspiração não tem o compromisso com a verdade histórica e normalmente não contam com historiadores em suas produções. Na visão do historiador, cujo caminho seguido em sua pesquisa inclui uma rigorosa seleção das fontes a serem utilizadas, estas produções tem como público alvo pessoas leigas, mas interessadas no assunto e seus objetivos são apenas comerciais e sensacionalistas.

Como os demais acontecimentos na história humana, a Segunda Guerra Mundial foi alvo de muitas pesquisas e deu origem à muitos trabalhos, especialmente por parte dos historiadores. Assim, ela também é alvo da Noção de Representação, trabalhada pelo historiador francês Roger Chartier. Ele alerta para o fato de que “os historiadores precisam se libertar das manifestações ilusórias ou manipuladoras do passado e estabelecer a realidade do que foi”(CHARTIER, 2010, p.15). Ou seja, a credibilidade, sem que haja muitas vezes uma romantização, uma valorização excessiva ou mesmo uma desvalorização do fato histórico é essencial no trabalho realizado pelo historiador. É importante perceber que a Representação não consiste no objeto em si, mas uma “imagem” dele (CHARTIER, 2010). Desta forma, o historiador se utiliza da palavra para representar um objeto, um conceito ou uma pessoa. No entanto, o historiador não representa seu objeto de pesquisa, seja ele qual for, sem que haja uma base teórica e documental. Porém, com relação ao documento, é necessário que o historiador tome muito cuidado ao utiliza-lo. Neste aspecto, Chartier faz a seguinte reflexão:

[...]não existe história possível se não se articulam as representações das prática as práticas da representação, ou seja, qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata, transparente com as práticas que designa; sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares e identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto de representação (CHARTIER, 2010, p.16).

A Segunda Guerra Mundial, bem como o andamento das negociações para que fosse estabelecida a paz ocupou as páginas dos jornais brasileiros durante o conflito. O presente artigo tem como objetivo estabelecer uma análise a partir de reportagens do jornal Correio do Povo do mês de maio de 1945, tendo como foco principal a capitulação da Alemanha, bem como as reportagens a respeito do assunto.

Sabemos que a Segunda Guerra Mundial foi o conflito mais conhecido da História. Este conflito englobou diversos países e teve como marco inicial o ano de 1939, com a invasão da Polônia pela Alemanha que já se encontrava sob o regime nazista, perpetrado por seu conhecido líder, Adolf Hitler. Muito se fala a respeito da importância do chamado Dia D,

ou seja, dia 06 de junho de 1944, data em que as forças aliadas invadiram a região da Normandia, até então sob o controle do exército alemão. No entanto, muitos acontecimentos ainda teriam lugar no cenário mundial até o término da guerra, a chamada Vitória Final, que ocorreu somente em 1945. Com a situação caótica em que encontrava Berlim e extintas todas as esperanças de vencer a guerra, o líder alemão comete suicídio em 30 de abril do mesmo ano.

Até então, muitas das notícias que circulavam sobre uma suposta capitulação da Alemanha revelavam-se apenas boatos. Um exemplo bastante claro disso está na reportagem divulgada no Jornal Correio do Povo, no dia 01 de maio de 1945, que descreve como “sensacionalismo e mentira” a notícia da suposta capitulação alemã divulgada pelas rádios brasileiras. No entanto, percebe-se claramente a base destes boatos: a Alemanha propôs rendição incondicional, mas somente aos Estados Unidos e à Inglaterra, deixando de lado a URSS. A reportagem contém ainda uma crítica às estações de rádio, dizendo que elas “andaram mais depressa que os acontecimentos”.

Nota-se que o jornal Correio do Povo que circulava naquela época, reserva uma ampla cobertura aos acontecimentos da guerra. Pode-se dizer que o jornal compartilhava da mesma expectativa que seu leitor com relação ao término da guerra, o que fica visível em várias das reportagens analisadas. Para corroborar esta afirmação, nesta mesma reportagem por exemplo, o leitor depara-se com a frase “e a guerra prossegue até o esmagamento total do nazismo”. As reportagens com o título “Pequenas notícias da guerra e do mundo” aparecem com frequência trazendo ao leitor as notícias do conflito em diferentes países. Percebe-se também, a frequência das reportagens e a descrição da intensidade com que atuavam Estados Unidos da América e Inglaterra para acabar com o conflito, passando a impressão ao leitor, que eles foram os principais responsáveis pela derrota alemã e conseqüentemente o término da guerra.

No dia 03 de maio, dia em que foi notícia da a rendição alemã na Itália, uma página do jornal foi reservada aos assuntos referentes à guerra. Neste mesmo dia, uma das reportagens tem como título “Desaparece Hitler nas ruínas do Nazismo” (CORREIO DO POVO, 03 de maio de 1945, número avulso). Esta reportagem traz uma imagem, onde é possível observar que Hitler, e também os líderes de outros países que apoiavam sua ideologia aparecem com um X sobreposto à sua foto. Com isso, fica evidente que havia uma grande expectativa não somente com relação ao término da guerra, mas também havia fortes ressentimentos contra Hitler. Percebe-se também que o regime imposto pelo líder alemão é representado pelo jornal como “ruínas”, ou seja, algo que não existe como um todo mas apenas destroços.

A morte de Hitler em 30 de abril de 1945, aconteceu muito próximo à capitulação da Alemanha. Na verdade, com a morte de Hitler a notícia da capitulação alemã e conseqüentemente, o término do conflito passou a parecer mais palpável para os Aliados e também para os países ocupados, com seus territórios já devastados pelo longo conflito e o que sobrou de sua população, estava bastante sofrida pelas situações extremamente difíceis ocasionadas pela guerra. No dia 04 de maio de 1945, uma página inteira do jornal brasileiro dá ênfase à iminente derrota da Alemanha. Uma das reportagens contidas nesta página destaca o estado de caos e desorganização em que se encontrava o Reich naquele momento, bem como a desintegração do exército alemão, que já havia sofrido pesadas baixas, um sinal claro de que a capitulação alemã estaria à caminho, sendo somente uma questão de um curto espaço de tempo.

A notícia: “Iminente a capitulação de todo o exército alemão (CORREIO DO POVO, 04 de maio de 1945, número avulso), é classificada como “urgente” e partiu de Londres. No entanto, ela veio de uma estação de rádio parisiense que teve como base em “fontes dignas de crédito”. Diante disso, é possível verificar que embora a capitulação alemã fosse iminente, a notícia deixa dúvidas ao leitor com relação à fonte. De onde originou-se esta notícia? Quem seriam estas “fontes dignas de crédito”?

A última frase desta reportagem merece ser aqui submetida à uma análise. Ela trata de uma esperada viagem do primeiro-ministro inglês Winston Churchill à Alemanha. O objetivo desta viagem, seria “apreciar a derrota final do inimigo”. Considerando os sinônimos disponíveis atualmente para a palavra “apreciar”, entende-se que esta reportagem menospreza a dimensão do conflito e apresenta a derrota da Alemanha como um espetáculo a ser assistido por Churchill e os Aliados. Em primeiro lugar, o verbo “apreciar” tem o sentido de reverenciar, de observar positivamente, o que não se aplica à um país que teve seu território devastado pela guerra e sua população drasticamente reduzida, sofrendo as conseqüências da guerra. O verbo “apreciar” também tem sentido de avaliação, de análise. No entanto, o que deveria ser avaliado no momento, não era simplesmente a derrota da Alemanha, mas a situação em que se encontravam todos os países envolvidos no violento conflito, especialmente aqueles que tiveram seu território invadido.

Neste mesmo conjunto de reportagens, do dia 4, percebe-se que o Reich já se encontrava em completo caos, como pode ser observado na reportagem “Reina o caos no Reich”. Nesta mesma matéria, era considerada a hipótese de não haver necessidade de uma rendição formal devido à total desintegração em que se encontrava o Reich. As divergências

entre os líderes alemães contribuíram para acelerar o declínio da Alemanha. A referida reportagem, baseia-se nas notícias vindas de Estocolmo e destaca que haviam oficiais alemães favoráveis à capitulação enquanto outros ainda pensavam em manter a resistência. Muitas notícias vinham também de Nova York, Paris e Londres.

Neste mesmo dia, vieram de Moscou informações que segundo o jornal, não puderam ser confirmadas: a Alemanha já estaria preparada para negociar a rendição incondicional. No entanto, a notícia vinda de Moscou é classificada no jornal como significativa. Ainda nesta página, na reportagem intitulada “Não se luta mais na Itália” foi noticiado o fim do conflito armado na Itália Setentrional e na Áustria ocidental por ocasião da rendição incondicional assinada pelo general Heinrich Von Vietinghoff. Esta edição do jornal Correio do Povo de sexta-feira, 04 de maio traz consigo riquíssimos documentos a serem analisados. Além das reportagens já analisadas anteriormente, outra reportagem que salta aos olhos é aquela que traz informações sobre a reação da população de Porto Alegre. Esta reportagem tem como título “A população de Porto Alegre empolgada pela queda de Berlim entrega-se à entusiásticas manifestações de júbilo patriótico” (CORREIO DO POVO, 04 de maio de 1945, número avulso) e traz um texto amplo sobre este tema. Ainda no início desta reportagem o jornal deixa claro que esta foi uma grande comemoração nas ruas da capital gaúcha, festejando a vitória dos Aliados e conseqüentemente a queda de Berlim. No entanto, a Vitória Final foi apenas um dos motivos, pois a reportagem aponta a vitória da democracia sobre os regimes autoritários impostos por Hitler e demais lideranças políticas que baseavam-se em ideologias semelhantes como o motivo principal das comemorações deste dia. Segundo o jornal Correio do Povo, a queda de Berlim, a morte de Hitler e conseqüentemente a vitória dos Aliados, dariam início à novos tempos. A reportagem diz que:

A queda da metrópole germânica, a morte de Adolfo Hitler, a sensacional capitulação de todo o exército alemão no front italiano- foram acontecimentos[...] de significação decisiva que o povo recebeu com entusiasmo indescritível, adivinhando no horizonte bem próximo, o raiar do grande e almejado dia em que a Paz voltará a reinar sobre o mundo conturbado dos nossos dias e as Nações de todos os recantos da terra estender-se-ão as mãos fraternalmente para uma nova era de amizade, de entendimento, de cooperação e os homens com os olhos postos no futuro, saberão tirar da lição terrível desta guerra os ensinamentos que hão de permitir que a vida humana se assente para todo o sempre no fundamento sólido e ideal das quatro liberdades (CORREIO DO POVO, dia 04 de maio de 1945 número avulso).

É importante perceber que neste período, o Brasil estava sob o chamado Estado Novo, do presidente Getúlio Vargas. O Estado Novo (1937-1945) foi um período em que a plena liberdade de expressão era inexistente, sendo até mesmo descrito por alguns historiadores como uma ditadura. No entanto, acordos políticos firmados entre Estados Unidos e Brasil

podem ter favorecido as manifestações populares em defesa da democracia. Esta mesma reportagem, no subtítulo “Passeata proletária, pela manhã” traz ao leitor um relato sobre a manifestação no centro de Porto Alegre, mais especificamente na Rua dos Andradas, uma das principais ruas da capital gaúcha. Segundo o jornal, foi significativa a presença de trabalhadores que foram aderindo à manifestação durante o percurso.

O jornal ressalta também o apoio da população porto alegreense ao presidente Getúlio Vargas, ao qual davam “vivas”. Um exemplo disto, foi a descrição do discurso de um trabalhador, em frente à redação da Folha da Tarde, que exaltou sua atuação e teve sua fala interrompida várias vezes pelos aplausos dos manifestantes. Neste discurso, também foi mencionada a importância da FEB e também destes “novos tempos” que viriam após a guerra. Na reportagem consta que ao contrário da guerra, onde era preciso resolver os conflitos com o uso da força, o povo brasileiro deveria prezar a paz e o diálogo para resolver seus problemas internos. Em seguida, os manifestantes seguiram para o Jornal Correio do Povo, onde houve mais discursos de trabalhadores e também da equipe do jornal. À tarde, a Liga de Defesa Nacional organizou um comício cívico que contou com a presença de lideranças sindicais e Federações trabalhistas.

No dia 05 de maio, o jornal traz uma reportagem enfatizando um comunicado do general Eisenhower onde este último anuncia a derrota da Alemanha: “Eisenhower anuncia derrota alemã em terra, mar e ar” (CORREIO DO POVO, 05 de maio de 1945, número avulso). Esta frase, aparece como subtítulo na página reservada às notícias da guerra. O jornal dá ênfase ao único recurso que restou aos alemães: a rendição. A libertação da Holanda, da Dinamarca e a conquista do noroeste da Alemanha são destacadas logo no início da reportagem. Esta “rendição em massa”, de que nos fala o jornal desestabiliza ainda de forma mais significativa a já desgastada máquina de guerra engendrada por Adolf Hitler. É nesta reportagem que aparece o comunicado emitido por Eisenhower, enfatizado no início da reportagem como subtítulo.

No dia 06 de maio, houveram algumas notícias a respeito da guerra. No entanto, elas não tiveram tanta ênfase como no dia 05. No início da página que contém as notícias da guerra, o título diz: “Virtualmente terminada a guerra na Europa” (CORREIO DO POVO, 06 de maio de 1945, número avulso). Isto quer dizer que o conflito está praticamente terminado e que os alemães estão vencidos, apenas resistindo inutilmente, o que vem adiar a rendição oficial e inevitável. Os soldados alemães que ainda resistem aos russos são chamados de remanescentes.

O dia 08 de maio, considerado oficialmente como o Dia da Vitória está repleto de notícias sobre a capitulação alemã. Comunicados emitidos pelo alto escalão do exército dos Estados Unidos, da URSS e também da Inglaterra bem como as declarações dos chefes de estado e fotos dos mesmos ocupando não somente uma página com várias reportagens, mas algumas páginas. As notícias que deveriam ter lugar no jornal do dia 07, foram impressas no jornal do dia 08, pois dia 07 de maio era segunda-feira, dia da semana em que o jornal não circulava.

No dia 08, o jornal enfatiza mais uma vez a reação da população porto alegreense frente aos acontecimentos e a reportagem é enriquecida com imagens do evento, ocupando um espaço maior que a reportagem do dia 04. As imagens nos mostram claramente o grande número de pessoas que participaram do evento e sua importância naquele momento.

Estas fotos foram feitas no Auditório Araújo Viana, na capital gaúcha. De acordo com o jornal que novamente fez uma ampla cobertura dos acontecimentos deste dia, a multidão estava eufórica pela vitória das democracias. Paz, Vitória e Democracia foram as palavras mais repetidas durante este evento. Nas comemorações deste dia teve lugar também uma passeata estudantil, demonstrando o quão engajados politicamente, estavam os jovens gaúchos neste contexto. Segundo nos relata a reportagem, Valdí Rodrigues, um dos funcionários do jornal Correio do Povo foi até a sacada do prédio e discursou aos estudantes, enfatizado a importância de seu engajamento político e seu papel fundamental na construção de um mundo onde a paz e a segurança das gerações futuras fossem asseguradas. Ele também deu destaque ao papel do Brasil ao lado dos Aliados para que a “hidra nazista” fosse vencida. A seguir, os estudantes fizeram homenagens aos mortos em consequência da guerra, fazendo um minuto de silêncio e em seguida entoando o hino nacional. Após seguirem até o Palácio do Governo, os estudantes ainda fizeram homenagens à F.E.B., aos líderes políticos e também aos exércitos Aliados. Encerrando a narração da atuação dos estudantes, o jornal destacou que eles escreveram com giz, nas ruas, calçadas e onde mais foi possível palavras como “Paz” e “Vitória”.

Na sequência de reportagens, a Liga de Defesa Nacional solicitou que a população espalhasse bandeiras pelas cidades e fizesse soar sinais sonoros (sinais de fábricas, sinos de igrejas, etc.) para comemorar a vitória dos aliados sobre o regime nazista. Esta decoração era pedida também nos bondes e demais automóveis que circulavam pelas cidades. Foi instituída pela Liga de Defesa Nacional a “Semana da Vitória”, para celebrar a vitória da paz e da democracia. A chamada Semana da Vitória foi um período que se iniciou na terça-feira, dia

08 de maio e encerrou-se no dia 14 de maio. Este foi um período em que houveram programações alusivas ao término da guerra e à Vitória conquistada pelos Aliados. O jornal disponibilizou parte de uma coluna para que fosse divulgada a programação destes eventos, com seus respectivos dias e horas.

Na página 8, deste mesmo dia, o jornal também traz algumas informações sobre a guerra. Uma pequena reportagem à esquerda da página fala sobre o aniversário do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, que comemora neste dia seu 62º aniversário. O jornal enfatiza a coincidência da data do aniversário do presidente norte-americano e da Vitória Final. Após, é feito um pequeno resumo sobre a vida política de Truman. Abaixo, uma reportagem transcreve uma troca de mensagens entre o presidente Getúlio Vargas e o Comandante da F.E.B., o general Mascarenhas de Moraes. Este último envia um telegrama onde congratula-se com Vargas pela vitória dos Aliados. Ainda na mesma reportagem, a transcrição da resposta de Vargas ao comandante da F.E.B. felicitando a todos os integrantes da Força Expedicionária Brasileira.

Em uma pequena reportagem, localizada no centro da página, o jornal traz uma notícia ainda sobre Hitler. Segundo a reportagem, com o título “ Os soviéticos têm dúvidas quanto à morte de Hitler”, a dúvida teria sido causada por uma descoberta de corpos de integrantes do Estado Maior alemão e das SS, no pátio da chancelaria do Reich. Estes corpos foram encontrados pelos russos, no entanto os corpos de Hitler e Goebels não se encontravam entre eles. Isto gerou um certo desconforto, entre os oficiais soviéticos, pois segundo os alemães os corpos de Hitler e seu ministro de propaganda encontravam-se no pátio da chancelaria do Reich. Este fato gerou o questionamento por parte dos soviéticos a respeito da morte de Hitler. Na reportagem, nenhum nome foi citado e os soviéticos informaram ainda que nenhum dos corpos encontrados eram de oficiais ligados diretamente à Hitler.

No dia 08, em um número avulso, o jornal traz mais uma página de reportagens sobre a vitória dos Aliados, desta vez falando sobre os principais líderes que estiveram à frente do bloco formado pelos Aliados: Joseph Stalin, F. D. Roosevelt e Wiston Churchill e os chama de “Construtores da Vitória”. É importante lembrar que o jornal destaca estas três influentes personalidades políticas juntas, no entanto, Stálin lidera a URSS, um país baseado na ideologia socialista, bem diferente da de Churchill ou Roosevelt, grandes líderes capitalistas. Esta reportagem impressa no jornal corrobora a afirmação de que apesar dos esforços de países como Estados Unidos, Inglaterra e até mesmo Brasil para que a Alemanha se rendesse

e o conflito tivesse seu desfecho, a Rússia teve participação essencial, combatendo em território alemão.

Neste contexto, o Brasil, que se envolvera diretamente na guerra em 1942, também teve sua participação nesta vitória. A F.E.B, com seus integrantes participou diretamente do conflito na Itália, o jornal também a homenageou ao longo das edições, embora seu reconhecimento não tenha sido duradouro mesmo em solo brasileiro. No centro da página, abaixo das fotos de Stálin, Roosevelt e Churchill, aparecem Getúlio Vargas e o comandante da Força Expedicionária Brasileira, o general Mascarenhas de Moraes. Estes não aparecem no jornal da mesma forma que os líderes estrangeiros, ou seja, sob o título de “Construtores da Vitória”. O título que aparece sobreposto às suas imagens dos líderes brasileiros é “A cooperação do Brasil para a Vitória”. Nota-se que mesmo que a liberdade de expressão no Brasil deste período não fosse plena e que neste contexto, a figura do presidente brasileiro era enaltecida muitas vezes de maneira exagerada, Getúlio Vargas não figura entre os “Construtores da Vitória”.

A legenda na foto dos brasileiros, enaltece a atuação da F.E.B. e de seus líderes:

Na hora em que o mundo retorna à paz, com o esmagamento do nazi-fascismo os brasileiros voltam-se orgulhosos para a sua Força Expedicionária, cuja cooperação para a vitória constituiu uma página cheia de glórias e simbolizada nas pessoas do sr. Getúlio Vargas, chefe do governo e das nossas Forças Armadas e o general Mascarenhas de Moraes, comandante da F.E.B (CORREIO DO POVO, 08 de maio de 1945, número avulso).

Nesta página, ainda aparecem reportagens sobre a queda da Alemanha. Uma das reportagens fala sobre o preço a ser pago pela Alemanha, que apesar de ter mantido por muito tempo uma máquina de guerra aterrorizante, foi derrotada no conflito. Sabe-se que em um término de conflito, quem elabora propostas e impõe as penalidades são os vencedores. Sendo assim, a Alemanha precisava cumprir algumas exigências impostas pela comunidade internacional. A reportagem que tem como título “O preço da derrota” diz:

LONDRES, 7 (A.P.)- Divulgam-se aqui como prováveis, as seguintes condições impostas pelos Aliados aos alemães: 1º -desarmamento completo; 2º -liquidação do partido nazista e rendição de seus chefes; 3º - separação da Áustria da Alemanha; 4º - libertação de todos os prisioneiros de guerra; 5º - ocupação de toda a Alemanha, dividida em secções, pelos exércitos Aliados; 6º - os grupos de guerrilha serão considerados elementos fora da lei e sujeitos à pena de morte; 7º - entrega do segredo das bombas-voadoras; 8º- controle da imprensa, rádio e cinema; 9º liquidação da indústria de guerra alemã; 10º supervisão aliada da indústria pesada; 11º - restauração ou reparação da propriedade confiscada aos judeus e outras vítimas da opressão nazista; 12º -devolução da presa de guerra retirada dos países ocupados; 13º - rígido racionamento, com penalidades aos promotores do mercado negro; 14º reparações nos antigos países ocupados, pelos danos de guerra; 15º -julgamento dos criminosos de guerra (CORREIO DO POVO, 08 de maio de 1945, número avulso).

Conforme o jornal, estas foram as exigências impostas pelos Aliados à Alemanha depois da rendição. No entanto, há alguns pontos a serem analisados. Em primeiro lugar,

sabe-se que por mais intensa que tenha sido a vigilância, a liquidação do partido nazista tenha sido oficial e seus líderes tenham se rendido, esta ideologia ainda permanece em nossa sociedade, apesar de todos os esforços para que ela fosse erradicada. Em segundo lugar, ainda que os alemães pudessem reparar alguns dos chamados “danos de guerra”, estes danos seriam apenas materiais, parte muito pequena do que esta guerra causou nos territórios envolvidos. Mas apesar de ser um período bastante trágico para a história mundial, era um período em que a esperança do fim do conflito já se tornava uma realidade mais próxima. No entanto, os eventos que envolveram a assinatura da capitulação alemã foram bastante complexos, segundo nos relata o historiador britânico Antony Beevor (2002). Segundo ele, na madrugada do dia 07, o general alemão Jodl, em nome de Karl Dönitz então chefe de estado alemão⁷¹³, e do Alto Comando das Forças Armadas, o OKW⁷¹⁴ assinou o documento de rendição no quartel-general de Eisenhower, na cidade francesa de Reims. Ainda de acordo com o mesmo autor, um oficial soviético assinou o documento representando a União Soviética.

Porém, esta foi uma gafe diplomática, pois segundo o governo da URSS, a assinatura oficial da capitulação não deveria ser assinado em Reims, mas sim em Berlim e com representação do alto escalão de todos os países envolvidos no conflito. Ainda de acordo com Beevor, a intenção das autoridades ocidentais era espalhar em toda a Europa a notícia da capitulação, visto que elas já eram esperadas e circulavam até mesmo no Brasil. A assinatura da capitulação em Reims, pode ser entendida como uma ofensa diplomática, um ultraje à pessoa do líder soviético, perpetrado pelos Estados Unidos, a França e a Inglaterra, sendo que ocorre uma segunda assinatura do documento em Berlim, no dia 08 de maio, logo após a meia-noite. Contudo, durante todo o dia 08 de maio, as comemorações alusivas à capitulação alemã aconteceram antecipadamente mesmo entre os soldados soviéticos, sendo este dia lembrado até hoje no ocidente como o dia do término da guerra. Todavia, as comemorações em território russo foram e acontecem até hoje no dia 9 de maio (BEEVOR, 2002).

No entanto, ao ler a notícia sobre como ocorreu o ato da capitulação, o leitor do jornal brasileiro Correio do Povo se deparou com informações diferentes das apresentadas pela historiografia. Nas palavras do jornal,

O documento contendo a capitulação germânica foi assinado pela Alemanha, pelo coronel general Gustav Jodl chefe do estado maior da derrotada Wehrmacht, [...] pelo supremo comando militar aliado representando as forças dos Estados Unidos e da Inglaterra, assinou o documento o tenente general Walter Bedell Smith, chefe do Estado Maior de Eisenhower

⁷¹³ Karl Dönitz assume a presidência da Alemanha após a morte de Hitler. Seu governo durou 23 dias.

⁷¹⁴ Oberkommando der Wehrmacht

e em seu nome; pela União soviética, o general Ivan Susloparoff; pela França o general François Sevez (CORREIO DO POVO, 08 de maio de 1945, número avulso) .

Ainda segundo o jornal Correio do Povo,

[...] imediatamente depois que o general Jodl e seu companheiro general Hans Georg Friedburg deixaram o território da Alemanha ele [Eisenhower] os conduziu até o Supremo Comando em Reims (CORREIO DO POVO, 08 de maio de 1945, número avulso).

Beevor (2002) no entanto, enfatiza que a assinatura da capitulação aconteceu em Reims no dia 07 de maio e que ela foi novamente assinada em Berlim no dia 08, e as comemorações deveriam ocorrer no dia 09. Nesta reportagem, o jornal não menciona esta ofensa diplomática feita ao líder soviético. Por isso, devem ser levados em consideração alguns fatores. Primeiramente, o Brasil oficialmente lutou ao lado dos Aliados, o que não exclui a veracidade das informações que alguns brasileiros eram ideologicamente favoráveis ao Eixo (especialmente a Alemanha e a Itália) ou mesmo lutaram ao lado dos soldados do Eixo. Em segundo lugar, a F.E.B. foi lutar na Itália ao lado dos soldados aliados norte-americanos, não sem acordos firmados envolvendo interesses políticos de ambos os governos. Por último, deve-se considerar o fato de que o Brasil declarou guerra à Alemanha e a Itália, mas era contrário ao regime vigente na União Soviética, um dos maiores rivais da mesma. Percebe-se assim que em função destes fatores, noticiar este impasse diplomático poderia não ser proveitoso.

À guisa de conclusão, é fundamental que se perceba a complexidade da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, bem como a amplitude do trauma histórico que os mesmos geraram na humanidade. É importante perceber que para a maioria dos envolvidos na guerra de alguma forma, ela não teve seu final com a assinatura da Capitulação, especialmente para a população. Ela trouxe consequências, perdas, mudanças não só para a geração que vivenciou aquele contexto, mas também para as gerações posteriores. Uma prova disto pode ser observada nos relatos dos sobreviventes, judeus ou não, que fugiram dos países invadidos e mesmo da própria Alemanha para outros países, como por exemplo Brasil e Estados Unidos. Estes sobreviventes precisaram adaptar-se a um novo idioma, uma nova cultura e à tantos outros processos em um país tão distante e diferente de seu país de origem.

É também, de fundamental importância pensar a Segunda Guerra e seus desdobramentos como um grande trauma na história da humanidade. Apesar de terem se passado mais de 70 anos, ela ainda continua muito presente em nosso cotidiano, através do cinema, da literatura popular, de publicações acadêmicas, periódicos e eventos com o claro objetivo de promover a reflexão na sociedade em geral.

Outro aspecto importante a ser analisado com relação à temática da Segunda Guerra Mundial é o papel do historiador. É ele que através de fontes, questionamentos e da utilização de um método vai promover o debate, a reflexão em torno do tema. Além deste historiador, do pesquisador que se debruça sobre as fontes para que o conhecimento histórico seja difundido, existe ainda o professor, preferencialmente o professor-pesquisador. Seu papel em sala de aula consiste em difundir o conhecimento e promover uma reflexão, no sentido de que quem perpetrou todos estes horrores foram pessoas que de alguma forma adquiriram poder para tal.

Para que a pesquisa histórica tenha credibilidade e consiga atingir seu objetivo de difundir o conhecimento ao mesmo tempo em que promove a reflexão, faz-se necessário a análise e o cruzamento das fontes. Com isso, é possível ponderar sobre o que dizem os diferentes historiadores e também o que dizem os documentos da época, percebendo que eles são destinados à um determinado público, informado com determinada finalidade. Uma criteriosa análise do documento e sua comparação com outras fontes, só enriquece o trabalho do historiador.

Com relação ao documento, neste caso o *Jornal Correio do Povo*, pode-se perceber também o que permeava o imaginário social e também os anseios da sociedade. Analisando o jornal brasileiro no contexto da Segunda Guerra (especialmente no mês de maio), percebe-se uma grande expectativa da população brasileira para o término da guerra. Isto fica evidente nas amplas reportagens que enfatizam as manifestações da população porto alegre, enriquecida com imagens dos eventos. Outra prova de que a expectativa para o término da guerra se fazia presente entre os leitores do jornal, eram as constantes notícias contendo falas dos componentes do alto escalão do poder nos países envolvidos na guerra, especialmente os líderes políticos dos países aliados enfatizando a derrota dos países eixistas e a iminente capitulação da Alemanha. No entanto, apesar de ser a Segunda Guerra Mundial um acontecimento que abalou o mundo e em função disto terem sido feitos muitos estudos sobre esta temática, ainda há muito à ser pesquisado. O pesquisador que se propõe a estudar sobre o tema, tem a seu favor uma ampla gama de fontes e documentos que favorecem e enriquecem sua pesquisa. Talvez, muito da Segunda Guerra Mundial já tenha sido pesquisado, mas seus desdobramentos no campo político, étnico, cultural e ideológico ainda podem conter aspectos importantes e desconhecidos a serem trabalhados, especialmente pelo historiador.

REFERÊNCIAS

BEEVOR, Antony. *Berlin: La caída*. Ozzeman + PDF + EPUB- base v 2.0, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: Estudos Avançados, 1991.

CORREIO DO POVO. Maio de 1945.

KERSHAW, Ian. *Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KNAUSS, Paulo. *Usos do passado e História do Tempo Presente*. In: VARELLA, Flávia Florentino (Org.). *Tempo Presente e Usos do passado*. Rio de Janeiro, FGV, 2012, p. 143-155.

LORIGA, Sabina. *O eu do historiador*. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 10, p. 247-259, dezembro, 2012.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DOS TIROS DESPORTIVOS AO TIRO DE GUERRA DO RIO GRANDE: UMA ESCOLA DE PATRIOTISMO E CIVISMO⁷¹⁵

Genivaldo Gonçalves Pinto⁷¹⁶ - UFSM
goncalves.ggp@gmail.com

RESUMO: Este artigo objetiva informar como se deu a criação do Tiro de Guerra do Rio Grande, Tiro de Guerra Nº 1, a partir da experiência do Farmacêutico Antônio Carlos Lopes em sua passagem de estudos farmacológicos pela Suíça e, também, por algumas influências das Sociedades de Cultura Alemã, mantenedoras da prática do tiro ao alvo pelos descendentes dos imigrantes. Assim sendo, abordo o tema pela ótica da migração de ideias e gentes. É uma pesquisa documental, por meio de alguns exemplares das revistas O Tiro e O Tiro de Guerra editadas pelo Ministério da Guerra entre 1909 e 1930, depositados na Bibliotheca⁷¹⁷ Rio-Grandense, e documentos digitalizados do Center for Research Libraries da Global Resources Network da Universidade do Texas-EUA e, para a interpretação das fontes, recorro à História Cultural pelo viés de Roger Chartier. Em 7 de setembro de 1902, foi criada na cidade de Rio Grande-RS, a Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro⁷¹⁸ - S.P.T.B., por iniciativa de Antônio Carlos Lopes, com a finalidade de ensinar homens de 15 a 60 anos de idade a atirar para torná-los aptos à defesa do Brasil em casos de necessidade extrema. Essa S.P.T.B. inspirou o surgimento de muitas outras por todo o Brasil, impactando sobremaneira o comando do Ministério da Guerra por entender que esse projeto fomentaria a integração nacional, ampliação do serviço militar e aprimoramento de uma cultura de civismo generalizada. Resultou dessa iniciativa institucional a criação e difusão dos Tiros de Guerra por todo o Brasil, contabilizando hoje 227 em atividade.

Palavras-Chave: Exército. Tiro de Guerra. Civismo.

Introdução

Durante o século XIX, o território brasileiro passou por muitas transformações políticas, sociais e econômicas. Nesse período, o exército esteve em intensa atividade, porém com inúmeras dificuldades que iam desde o reduzido efetivo até aquelas ligadas a sua capacidade combativa, muitas vezes reforçado por mercenários ou mesmo por outras forças auxiliares. Experimentou, ainda, enfrentar inimigos internos e externos, chegando a combater de pequenas escaramuças a grandes campanhas, como a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai.

⁷¹⁵ Este artigo é parte de minha Tese de Doutorado em Educação, desenvolvida na Universidade Federal de Pelotas-UFPel e defendida em 2015.

⁷¹⁶ Sou Oficial Reformado do Exército, Graduado em História, Mestre em Integração Latino-Americana e Doutor em Educação.

⁷¹⁷ Grafia institucional.

⁷¹⁸ Mantenho a grafia da época.

Entretanto, mesmo depois de tanta experiência, não era, ainda, um exército profissional na real significação do termo. Foi somente no início do século XX, por iniciativa de civis – e não de militares –, que suas maiores dificuldades relacionadas à qualidade dos efetivos, e a forma de convocá-los, encontrou solução adequada. O farmacêutico Antonio Carlos Lopes, na cidade de Rio Grande, RS, em 1902, promoveu a criação da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro que, assim como as inúmeras sociedades de cultura alemã que praticavam o esporte de tiro, também veio com essa proposta mas, destinando tal aprendizado exclusivamente à defesa nacional. A partir desse evento, o exército adquiriu novas propostas e novas possibilidades, como as que poderão ser observadas a seguir.

Nesta pesquisa utilizo como abordagem metodológica a teoria da História Cultural através de Roger Chartier que, dentre tantas possibilidades, me permite debruçar sobre o objeto de pesquisa pela perspectiva de sua representação cultural, seu imaginário, seus discursos, sua linguagem e suas práticas culturais. Conforme Chartier (2002),

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 2002, p. 16 e 17).

No concerto deste Seminário, me parece adequado pensar que antes de tudo, a maravilhosa capacidade humana de organizar os desejos e necessidades promove como primeiro motor, o voo – migração – das ideias que são em última análise, uma realização que não cabe em um só corpo, em um só povo, em uma só geografia. Somos universais!

A natureza da humanidade, segundo minhas próprias convicções, é a de ocupar todos os espaços conhecidos e buscar pelos não conhecidos. Somos profundamente dinâmicos – potência e movimento –, fomentando, entre conflitos e não-conflitos, entre trocas e usurpações, um movimento evolutivo rumo à conquista de novas necessidades territoriais e intelectuais. Não nos contentamos com o que temos... somos eternos insatisfeitos.

A Prática do Tiro Desportivo nas Instituições Cíveis e Militares

A prática do tiro desportivo/recreativo no Rio Grande do Sul foi trazida pelos imigrantes alemães e tornada efetiva por eles e seus descendentes na forma de associações, a partir da segunda metade do século XIX. As competições de tiro, segundo Assmann e Mazo (2012), juntamente com a dança e a música, compunham parte do repertório das manifestações culturais dos vários grupos étnicos oriundos das regiões componentes da Alemanha antes da unificação. Ainda segundo as mesmas autoras, em 1863 esses imigrantes fundaram, na colônia alemã de Santa Cruz do Sul (atual cidade de Santa Cruz do Sul), a primeira associação de atiradores do Rio Grande do Sul, denominada *Schützengilde* (corporação de atiradores) e, até a década de 1920, já existiam outras sociedades criadas na mesma localidade.

Conforme Kilpp, Mazo e Lyra (2008), na Linha Clara, Teutônia, em 1874, foi fundada a *Kriegerverein* (Sociedade de Guerreiros), por mercenários alemães a serviço do Império brasileiro durante os conflitos na região platina e que, findos os combates, permaneceram na região. Renomeada, em 1910, para *Schutzerverein* de Linha Clara (Sociedade dos Atiradores), essa associação manteve-se destinada à prática do tiro ao alvo.

O tiro era, portanto, uma tradição herdada de seus antepassados em função de uma vivência ligada à caça para o sustento da família e à história de inúmeros conflitos armados que sempre assolaram o “Velho Mundo”. Assim, pode-se deduzir que o tiro esportivo entre esses imigrantes era muito popular.

No território brasileiro, desde o século XVI, inúmeras foram as ações relacionadas à conquista territorial ou à manutenção de sua integridade, conformando-se como um dos espaços mais belicosos o território que hoje integra o Estado do Rio Grande do Sul, tanto para conflitos internos como externos.

Essas terras faziam parte do Contencioso Meridional do Novo Mundo, disputado pelas Metrôpoles Ibéricas, consagrando-as como a região da campanha – designativa de local de guerras – e que, quer por terra, quer pelas vias navegáveis, ofereceram refúgio para a construção de fortificações, ou mesmo eram favoráveis às logísticas de guerra, além de servirem como palco de muitas lutas sangrentas. Era, portanto, local de “desfile” de mercenários e de tropas com atuação em episódios provocados, principalmente, entre o

estabelecimento da Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680, e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai, ocorrida de 1865 a 1870.

Levando-se em consideração somente o século XIX, é possível ao Exército brasileiro contabilizar conflitos internos e externos que lhe valeram – ou deveriam ter valido – vasta experiência. Ao contrário disso, mesmo depois de intensa vivência combativa, não se mostrou eficiente, sobretudo na execução de tiros. Neste aspecto, não desejo aqui confundir ineficiência com derrota. Mesmo em episódios de vitória houve ineficiência. João Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra em 1919, no relatório de sua pasta entregue ao presidente da república, entre vastos assuntos, referiu-se àquele último conflito em tom desaprovador, da forma seguinte: “Finda a Guerra do Paraguay, onde, pezar todos os erros, numerosos aliás, devidos ao despreparo do Exercito, este havia nobremente pelejado[...]”⁷¹⁹. Pensamentos como esse eram muito comuns entre civis e militares também.

Com a intenção de pôr fim a esse despreparo, foi criada, em 1885⁷²⁰, a Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo⁷²¹ que só começou a funcionar em 25 de maio de 1888, dando por encerradas suas atividades em 1891. Ela funcionou nas instalações cedidas pela Irmandade de Caridade do Senhor Bom Jesus dos Passos de Rio Pardo, um prédio inicialmente destinado a ser hospital.

Dadas as condições precárias iniciais quanto à doutrina, regulamentos e estruturas pedagógica e administrativa, suas atividades regrediram-se provisoriamente nos moldes da Escola Geral de Tiro do Campo Grande⁷²², no Município Neutro⁷²³. Ambas tiveram o ano letivo ocorrendo de 1º de março a 16 de outubro e o período compreendido entre 17 de outubro e o final de novembro destinava-se aos exames e visitas a arsenais de guerra, laboratórios pirotécnicos e outras organizações militares de interesse à formação escolar.

⁷¹⁹ Relatório do Ministro da Guerra de 1919, p. u2256/000018.

⁷²⁰ Criada pelo Decreto nº 9.429, de 30 de maio de 1885. Estava na coordenação dos trabalhos preparatórios para a implantação desta escola e, previsto para ser seu primeiro comandante, o Tenente-Coronel de Estado-Maior de 1ª classe Antônio de Sena Madureira. Em razão dos desentendimentos relacionados à quebra de disciplina e ligados à Questão Militar, resultou ao Tenente-Coronel Sena Madureira, seu afastamento daquela comissão ligada à futura escola de Rio Pardo e consequente punição disciplinar. Por essa razão, foi seu primeiro comandante o Tenente-Coronel do corpo de Estado-Maior de 1ª classe José Pereira da Graça Junior.

⁷²¹ LUZ (2007, p. 48) e Decreto Nº 9.259, de 9 de agosto de 1884.

⁷²² A escola teve seu regulamento provisoriamente aprovado pelo Decreto Nº 2.422, de 18 de maio de 1859, e sua criação se deu pelo § 5º do Art. 6º da Lei Nº 1.114, de 27 de setembro de 1859.

⁷²³ Durante o Império, o Município Neutro era a cidade do Rio de Janeiro, capital do Império. Na República, passou a denominar-se Distrito Federal.

Essa instituição – escola de Rio Pardo – possuía duas linhas de tiro. Uma nas proximidades da escola, com 500m de extensão, destinada ao tiro das armas portáteis a pequena e média distância, e a outra linha de tiro que, distando 6 km da escola, possuía 3.000m de extensão destinada aos tiros de artilharia e também tiros longos das armas portáteis⁷²⁴. A instituição preparava, anualmente, instrutores de tiro para as organizações militares do Exército sediadas no Rio Grande do Sul, podendo, ainda, receber contingentes para adestramento de tiro.

Outra tentativa para ter-se um exército bem treinado e eficiente na execução do tiro em combate foi a construção da Linha de Tiro do Palacete Guanabara, também conhecida por Linha de Tiro de Laranjeiras⁷²⁵, com quatro linhas de tiro reduzido⁷²⁶. Diferentemente das escolas de Rio Pardo e do Campo Grande, não tinha a finalidade de formação de oficiais e sargentos. Destinava-se a servir como meio de aprimoramento e ensino do tiro para os corpos (organizações militares) do Município Neutro e, por estar em região central, era de fácil acesso. Sua utilização parcial iniciou-se mesmo em meio às obras, desde 1897, e com o tempo também se tornou vã a sua função.

O Estado-Maior do Exército, ambicionando, ainda, sanar o baixo nível dos resultados de tiro, ampliou as condições de oferta do ensino e prática ao criar o Tiro Nacional⁷²⁷. Estava subordinado diretamente ao comando do 4º Distrito Militar⁷²⁸, sediado na cidade do Rio de Janeiro, e tinha por finalidade o ensino da prática do tiro, realizado com armas portáteis, aos oficiais e praças do Exército brasileiro, aos oficiais e praças das demais organizações armadas federais e aos civis previamente matriculados⁷²⁹. Um de seus fundadores foi o Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida⁷³⁰.

⁷²⁴ Relatório do Ministro da Guerra de 1888, p. u2230/000022.

⁷²⁵ Os recursos destinados à sua construção deram-se através do Art. 5º da Lei Nº 429, de 10 de dezembro de 1896, e teve como seu primeiro diretor o Major Francisco de Paula Borges Fortes. Essa linha ficava no Município Neutro da corte – equivalente hoje ao Distrito Federal.

⁷²⁶ O tiro reduzido era feito com carga/quantidade de pólvora reduzida no cartucho e a distâncias de 15m a 20m. Destinava-se aos primeiros exercícios de tiro de guerra. A previsão orçamentária para sua construção consta da Lei Nº 429, § 5º, item Nº 4, de 10 de dezembro de 1896.

⁷²⁷ Seu regulamento foi aprovado pelo Decreto Nº 3.224, de 10 de março de 1899, e teve como primeiro comandante o Major de Engenheiros Francisco de Paula Borges Fortes.

⁷²⁸ Divisão administrativa do Exército relativa à determinada área geográfica.

⁷²⁹ Relatório do Ministro da Guerra de 1898, p. u2239/000035.

⁷³⁰ Bacharel em Letras pelo Colégio D. Pedro II e médico pela Faculdade de Medicina da Corte em 1869. Durante o curso de medicina, serviu como voluntário do Exército na Guerra da Tríplice Aliança, exercendo a função de cirurgião. Foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro de 1895 a 1897, e deputado constituinte da primeira constituição republicana de 1891. Promotor e grande incentivador do tiro desportivo, fundou, em parceria com Affonso Celso de Assis Figueiredo, Barão de Ouro Preto (1836-1912), em 1888, uma das primeiras sociedades

O Tiro Nacional, em seu primeiro ano de atividade, foi melhor aproveitado pelos civis do que pelos militares. Aqueles iniciaram sua instrução em 13 de maio, tendo como primeiros alunos 60 médicos, engenheiros, advogados, negociantes e industriais⁷³¹. Quanto aos militares, por uma série de dificuldades ligadas à rotina dos quartéis, não houve frequência expressiva, o que motivou a desativação das linhas de tiro ociosas, permanecendo somente uma⁷³².

De 1899 até 1904, a frequência de militares do Exército foi desanimadora. Continuavam com grandes dificuldades, motivadas pelos encargos com o serviço de segurança aos próprios nacionais – normalmente chamado de serviço de guarnição. Seu efetivo era mínimo e, portanto, impedia, dessa forma, o aprimoramento das condições de preparo profissional. Os oficiais e praças da Armada e da Brigada Policial da cidade do Rio de Janeiro tiveram uma frequência razoável e os civis, muito boa frequência, principalmente com o ingresso dos alunos das instituições de ensino superior de direito, engenharia e principalmente medicina, cujos acadêmicos eram os mais entusiasmados, formando excelentes atiradores e perfazendo um total de 450 sócios em 1904⁷³³. Em 1905, houve boa frequência de todos os segmentos, sendo que, dentre os civis, até diplomatas estrangeiros matricularam-se. Em 1906, o Tiro vivia grande fase⁷³⁴.

Para a participação dos civis havia mais exigências burocráticas. Devidamente autorizados pelo diretor do tiro a realizarem a matrícula, tinham assentados em livro específico a sua naturalidade, idade, profissão e residência. Recebiam um cartão de ingresso válido para o ano de matrícula, utilizando as linhas de tiro somente em determinados dias da semana – normalmente aos domingos. Tão logo aprendiam as técnicas de tiro, eram considerados “promptos”, recebendo o atestado das mãos do diretor que o assinava juntamente com o comandante do distrito militar, sendo em seguida, excluídos. Isso significava que sua permanência ocorria somente para o aprendizado, podendo lá retornar

de tiro do Brasil, denominada Sociedade de Esgrima e Tiro. Também era exímio atirador e destacou-se em inúmeras competições no Brasil, Europa e Buenos Aires. Sua paixão pelo tiro despertou na antiga Linha de Tiro Fluminense – considerada a mais antiga sociedade de tiro particular do Brasil –, rebatizada como Tiro Brasileiro de Nitheroy, sociedade Nº 15 da Confederação desde 1º de julho de 1909, situada no Bairro Fonseca, em Niterói-RJ. Essas informações podem ser confirmadas através de O Tiro nº 1 de 1909, p. 11-12 e O Tiro nº 2 de 1909, p. 45-50.

⁷³¹ Relatório do Ministro da Guerra de 1899, p. u2240/000044.

⁷³² Relatório do Ministro da Guerra de 1900, p. u2241/000078.

⁷³³ Relatório do Ministro da Guerra de 1904, p. u2332/000040-000041.

⁷³⁴ Relatório do Ministro da Guerra de 1904, p. u2332/000040, e de 1906, p. u2243/000033 e u2243/000034.

exclusivamente em ocasião de competições. Nestas havia uma modalidade unicamente para militares, outra para civis e militares, momento em que o torneio era franqueado⁷³⁵.

No Tiro Nacional, pelo menos até 1900 não era cobrada mensalidade e esta instituição prestava o serviço tão somente de ensino das técnicas de tiro. No caso dos civis, era permitido atirar com arma e munição própria, indenizando, unicamente, o valor de uma taxa pelos disparos realizados. Se preferissem utilizar armamento e munição do Exército, indenizariam o valor de cada disparo com custo reduzido ao mínimo, como uma forma de incentivar o uso da arma de guerra⁷³⁶.

Se o desejo do Exército era o de preparação para a guerra, nada mais coerente que o aprendizado das técnicas de tiro ser realizado com o seu armamento de guerra, mesmo que, para isso, fosse aventada a possibilidade de haver uma mensalidade muito pequena, a qual pagasse os gastos com a manutenção do armamento e das instalações.

A Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro(S.P.T.B.) de Rio Grande-Tiro de Guerra Nº 1

Tratava-se de uma associação civil para a prática do tiro ao alvo, com uma linha de tiro para adestramento e prática de tiros com emprego de revólveres e espingardas. Este esporte, que já gozava de alguma popularidade, a partir dessa sociedade multiplicou-se às centenas em muitas localidades do Brasil.

A Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro teve seu Primeiro Conselho Administrativo aclamado e empossado na data de fundação, assim constituído:

Presidente honorario militar, Commandante do 6º Districto, General Francisco Antonio Rodrigues de Salles.

Presidente honorario civil, Intendente do Municipio Dr. Conrado Miller de Campos.

Presidente, Coronel Emygdio Dantas Barreto.

Vice-presidente, Capitão-tenente Adolpho Joaquim Penna.

Director de tiro, Antonio Carlos Lopes.

Thesoureiro, Major João Climaco de Mello.

Secretário, Capitão Carlos Peckolt.

⁷³⁵ Conforme regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.224, de 10 de março de 1899.

⁷³⁶ Relatório do Ministro da Guerra de 1900, p. u2241/000080.

Conselheiros: Alfredo J. Rheingantz, 1º tenente Joaquim Ribeiro Sobrinho, 2º tenente Tertuliano Antonio Pereira Barreto, Capitão Emilio Maurell e José Theodoro Nogueira. (ATA DO PRIMEIRO CONSELHO ADMINISTRATIVO, 1902, p. 1)⁷³⁷.

A S.P.T.B. contava, em seu quadro de associados, desde a fundação até o dia 31 de outubro de 1906, com 777 homens. Destes, todos os militares eram oficiais da Armada ou do Exército brasileiros, desde o posto de alferes – atualmente correspondente, no Exército, ao posto de aspirante a oficial – até os postos de oficiais-generais. Consta no rodapé da primeira página da ata daquele momento solene, em negrito, a informação de que **“N. B. - A Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro com sede na cidade do Rio Grande do Sul, fornece, a quem lhe pedir, informações sobre instalação de linhas de tiro e exercicios do mesmo”**,⁷³⁸.

O objetivo era realçar a importância do tiro ao alvo como atividade de promoção da defesa militar do país e acreditava ser esta, portanto, abundante em benefícios patrióticos.

A criação dessa sociedade ocorre em momento emblematicamente muito significativo: 7 de setembro de 1902, aniversário da independência do Brasil. O peso da proposta da associação, assinada e enviada ao jornal no dia anterior à solenidade inaugural, não está na desportividade; está na sua destinação ao preparo dos homens para a defesa do Brasil através da prática do tiro ao alvo. A participação de inúmeros e expressivos militares em face de seus cargos na municipalidade, e de Antonio Carlos Lopes, idealizador da entidade, é praticamente uma composição paramilitar que aceita brasileiros natos ou naturalizados.

O convite à participação na entidade, enviado ao jornal em 6 de setembro, direciona-se àqueles que exercem atividades ligadas ou não à segurança territorial, mas que, motivados por sentimentos de patriotismo e abnegação, sejam capazes de auxiliar as instituições preexistentes com tal destinação a construir uma nação com feições de robustez.

Outra característica singular da agremiação é sua condição de nascimento sob os argumentos de um estatuto, ainda que precário, resultante de algum tempo de idealização e criteriosa estruturação, até que ganhasse vida pública reconhecida e apoiada pela sociedade local com reflexos auspiciosos em todo o Brasil. Portanto, mesmo sem saber quando e como se deu a preparação da sua constituição, foi o resultado de um planejamento bem amadurecido, com um projeto de resultados no mínimo audaciosamente muito consciente e

⁷³⁷ BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE - Documento anexo ao livro da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro – Originaes de Propostas de Socios - Tiro de Guerra Nº 1 (11 novembro 1902 – 31 outubro 1906). Esse livro contém solicitações de ingresso naquela sociedade na forma de “abaixo-assinados”, em que cada uma dessas solicitações possui, ao menos, duas assinaturas.

⁷³⁸ Idem.

certo de sua importância no cenário nacional. A segunda parte do editorial transmite a ênfase do jornal àquela iniciativa, reconhecendo seu valor com os tradicionais desejos de sucesso.

A S.P.T.B. surge nesse cenário de forma a mostrar-se revolucionária e pioneira em todos os aspectos e, por isso mesmo, serviu de modelo às que se seguiram a ela. É inaugurada com uma composição societária constituída de nomes expressivos do lugar tais como o chefe do executivo municipal, os chefes militares da Armada e do Exército e inúmeros outros cidadãos civis e militares que, em face de sua quantidade – 300 sócios-alunos fundadores – e qualificação individual e coletiva, representavam muito bem aquela cidade.

Antonio Carlos Lopes, ao propor a criação da S.P.T.B. estava inspirado no modelo suíço que conheceu quando lá esteve para cursar uma especialização farmacêutica e, certamente, conhecia o que pelo Brasil vigorava. O modelo suíço visto por ele é o que se segue:

A Suíça não entretém exercito permanente. Possui apenas um exercito de milicias, tal exercito (á excepção dos instructores permanentes) não comportando nenhum militar profissional.

Elle é formado unicamente de *cidadãos suissos*, desde o simples soldado até o chefe mais graduado.

O exercito suíço não tem, pois, effectivo de paz. Quando a Confederação precisa de tropas, ella convoca o numero de unidades necessarias.

[...]Todo cidadão suíço valido está sujeito ao serviço militar; só são isentos os funcionarios indispensaveis da Confederação e dos Cantões e os inaptos para o serviço, sendo que estes, em compensação, são obrigados a pagar um imposto especial á Confederação.

Os trabalhos de recrutamento começam no anno em que o jovem completa 20 annos; o serviço militar começa no anno em que o soldado completa 21 annos de idade.

O contingente annual é aproximadamente de 23.000 homens. (A DEFESA NACIONAL, de maio e junho de 1925, p. 117-118).

Esse modelo contemplava toda a população masculina. Sem entrar no detalhamento das convocações ou mesmo da disponibilidade de recrutamento, o exército suíço da década de 1920 – representava muito bem o da época em que Carlos Lopes esteve naquela nação – tinha três faixas etárias como parâmetro de convocação: 1ª) a chamada *Elite*, dos 20 aos 32 anos de idade; 2ª) a chamada *Landwerh*, de 33 a 40 anos de idade e 3ª) a chamada *Landsturm*, de 41 a 48 anos de idade. Diante de intensa necessidade, como no caso da 1ª Grande Guerra Mundial

(1914-1918), em quatro dias o exército tinha capacidade de ser reunido em condições de combater, com cerca de 180.000 homens⁷³⁹.

Com o advento das sociedades de tiro nesse novo conceito, o exército brasileiro percebeu uma oportunidade singular: poderia implementar a difusão de sua educação militar a grande número de jovens com reduzido dispêndio. Em virtude disso, incorporou as sociedades de tiro ao seu projeto de defesa territorial e, associando-se a elas, incentivou, junto aos órgãos governamentais, uma campanha para a sua multiplicação com o propósito de fundar em cada cidade, uma Linha de Tiro em parceria com a sociedade local. Esta contribuía com a construção e aparelhamento da sede e, aquele, com a entrega de armamento, munição e a designação de oficiais e sargentos para a educação militar dos alunos-sócios. Estava em curso seu projeto de educação militar nacional.

Instituindo-se dessa forma, a tarefa das sociedades era a de ensinar os seus alunos-sócios a atirar perfeitamente, com a intenção de constituírem exército de reservistas aptos à guerra e, concomitante a esse aprendizado de proveito militar, incutir toda a sua propaganda patriótica para ter a garantia de que serviriam de forte e proveitoso elo com a sociedade civil. As sociedades que aderissem a esse projeto receberiam jovens maiores de 16 anos de idade e, através de oficiais e sargentos do Exército, aplicariam, neles, a educação militar em meia jornada diária ou bem menos ainda⁷⁴⁰.

Durante todo o funcionamento da S.P.T.B., desde a fundação até o encerramento das suas atividades, a inscrição dos atiradores como simples praticantes da modalidade ou o alistamento quando para o serviço militar – ambos destinados à formação de uma reserva de cidadãos aptos ao combate – era franqueada por intermédio da cobrança de mensalidade com o título de sócios-alunos.

Aceitavam-se associados dos 21 aos 60 anos de idade, em dia com suas obrigações civis e políticas, desde que soubessem ler e escrever. Também eram aceitos os que tivessem idade entre 15 e 21 anos incompletos, sob autorização dos seus responsáveis. Depois de aceitos, gozavam do direito de usar, na lapela do casaco ou da farda, o distintivo da sociedade, normalmente a designação numérica.

O alistamento e sua conseqüente incorporação normalmente ocorriam com idades entre 18 e 20 anos, havendo os que servissem com 17 anos. Depois de servir nela, tendo

⁷³⁹ A Defesa Nacional de maio e junho de 1925, p. 118-119.

⁷⁴⁰ O Tiro de Guerra nº II, de 1926, p. 4-6, e nº IV de 1926, p. 1-3.

cumprido o tempo da prestação do serviço militar, o cidadão poderia continuar sócio e manter a sua habilidade de atirar em exercícios até quando quisesse.

Tudo era cobrado. O que não fosse coberto pelas mensalidades era ressarcido em tempo oportuno. Faziam parte dessas despesas especiais o custo da alimentação durante os acampamentos e o uniforme completo, constituído de fardamento de inverno e de verão, equipamento e correame⁷⁴¹.

Para associar-se a essa instituição era necessário ter recursos financeiros, classificando seu contingente como pertencente às classes mais favorecidas economicamente, sem contar com as exceções, que sempre há, para alguns menos abastados. De 1902 a 1906, foi cobrada uma mensalidade de 5\$000 (cinco mil réis) e, no ato da adesão, ainda que não houvesse uma rigidez do valor, o mínimo praticado era de 20\$000 (vinte mil réis), havendo quem se dispusesse a contribuir com valores superiores. Para os anos seguintes, os valores e condições tiveram variação⁷⁴².

Com tamanha motivação, em razão de resultados concretos a partir da Sociedade de Rio Grande, o Exército brasileiro participa da fundação do Club de Tiro Federal na cidade do Rio de Janeiro, empregando fuzis de guerra, e cria, também, a Confederação do Tiro Brasileiro, reunindo significativa parcela das sociedades desportivas de tiro. A confederação era um órgão subordinado ao Ministério da Guerra e tinha, como principal atribuição, o controle de todas as atividades relacionadas aos Tiros de Guerra e Linhas de Tiro – excetuando-se as de cultura alemã –, que eram as associações e linhas de tiro que, ao se submeterem à Confederação, apresentavam nova vida estatutária e funcional, subordinando-se ao Ministério da Guerra.

O Club de Tiro Federal, associação fundada em 13 de maio de 1906 pelo Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida e Olavo Bilac na cidade do Rio de Janeiro, dentre outros, teve seus estatutos aprovados em assembleia geral no dia 20 de janeiro de 1907⁷⁴³. Seu quadro social era composto por civis e militares e destinava-se à propaganda e ao desenvolvimento do tiro com armas portáteis utilizadas pelo Exército brasileiro. Possuía linha de tiro e participava de competições nacionais e internacionais, além de, como as demais, seus

⁷⁴¹ Conforme o Artigo 55º dos Estatutos do Tiro Brasileiro do Rio Grande.

⁷⁴² Conforme consta no livro Tiro de Guerra Nº 1 – Tesouraria – Relação de Sócios – 7 setembro 1902 – 31 outubro 1906 – Nºs 1 a 777, disponível na Biblioteca Rio-Grandense.

⁷⁴³ BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE – Sala da Diretoria – Estatutos do Club de Tiro Federal.

estatutos, regulamentos, organização, instruções e projetos arquitetônicos estarem subordinados à aprovação e fiscalização do Estado-Maior do Exército.

A primeira sociedade de tiro incorporada à Confederação foi a de Rio Grande, em 28 de julho de 1907, com 560 sócios. Essa sociedade passou por algumas designações, como Tiro Brasileiro do Rio Grande, Sociedade Nº 1 da Confederação do Tiro Brasileiro, Tiro Brasileiro do Rio Grande-Nº 1, até receber a denominação de Tiro de Guerra-Nº 1 (TG Nº1) ou, simplesmente, Tiro Nº 1⁷⁴⁴. Assim acontecendo, tornou-se o primeiro tiro de guerra do Brasil.

Com tamanha repercussão desse empreendimento, em muito pouco tempo, Antonio Carlos Lopes tornou-se referência em assuntos ligados ao adestramento de tiro, civismo e divulgação dessa modalidade desportiva relacionada aos interesses de defesa da pátria.

O reconhecimento de seu mérito fica evidente no fato de o Exército, por intermédio do atual Regulamento para os Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar (R138) – documento que norteia todos os procedimentos de um tiro de guerra –, mencionar em seu Artigo Nº 1, sobre sua missão e subordinação, que

Os Tiros-de-Guerra são uma experiência brasileira vigente desde 7 de setembro de 1902, quando Antônio Carlos Lopes fundou, na cidade de Rio Grande-RS, uma sociedade de tiro ao alvo com finalidades militares e, depois de 1916, foram impulsionados pela pregação patriótica de Olavo Bilac - Patrono do Serviço Militar -, sendo consequência, sobretudo, de um esforço comunitário municipal. (COMANDO DO EXÉRCITO, R 138, Art. 1º).

Com essa descrição em tom de reconhecimento, o Exército perpetua como homenagem a Antônio Carlos Lopes, seu nome inscrito nesse regulamento que remonta aos ensinamentos do início do século XX e cujos fundamentos ainda servem de base educacional, militar e de patriotismo para as gerações de agora e do futuro.

Ao que parece, o Tiro Nº 1 funcionou até o ano de 1943, tendo formado 30 turmas com efetivos variando de 30 a 100 atiradores reservistas de segunda categoria e algumas turmas de oficiais e sargentos da Reserva. O início da formação do oficial e sargento temporários foi nos tiros de guerra. Somente em 22 de abril de 1927⁷⁴⁵ é que foi instituído, para os oficiais, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) da cidade do Rio de Janeiro, o primeiro do Brasil, tendo seu funcionamento iniciado no ano seguinte, enquanto que os sargentos temporários passaram a ser formados nos corpos de tropa. Entretanto,

⁷⁴⁴ O Tiro Nº 10, de 1909, p. 152.

⁷⁴⁵ Diário Oficial da União Nº 96, 1927, p. 9.354.

durante algum tempo a formação do oficial temporário ocorreu concomitantemente nos tiros de guerra.

O calendário do serviço militar no Tiro Nº 1 – a exemplo dos demais – passou por algumas variações durante sua existência. A turma de 1928 incorporou⁷⁴⁶ em 30 de abril e desincorporou em setembro de 1929, totalizando 72 semanas. A turma de 1929 incorporou em 31 de março – alguns em 30 de abril – e desincorporou em junho de 1931, representando 117 semanas de incorporação. Já a turma de 1941 incorporou em 1º de fevereiro e desincorporou em 15 de novembro do mesmo ano, perfazendo um total de 41 semanas⁷⁴⁷.

Quanto à rotina do Tiro de Rio Grande, apenas como ilustração, as atividades da turma de 1941 realizavam-se durante a noite, normalmente entre 20h e 22h, de segunda-feira a sexta-feira. Nos dias em que as instruções/aulas exigissem, seu horário era estendido, não havendo, em princípio, hora determinada para encerramento. Nesses dias eram ministradas instruções/aulas de marchas, escola de infantaria, conhecimento do armamento, ordem unida, educação moral e cívica, história do Brasil e corografia, entre outras. Durante as manhãs de sábado, normalmente havia a prática de educação física e, aos domingos, aconteciam os exercícios de tiro. Também ocorria ao menos um acampamento por incorporação com duração de uma semana⁷⁴⁸.

O serviço militar prestado neste tiro – vale para os demais de sua época – era considerado uma honraria e uma distinção, cercado de momentos solenes e tendo como ato final o Juramento à Bandeira, momento em que os reservistas prometiam dedicar-se à defesa da pátria mesmo com o sacrifício da própria vida. Em algumas turmas havia o descerramento do quadro de formatura com as fotos dos atiradores formados, do paraninfo e do presidente do Tiro de Guerra, do vice-presidente, do tesoureiro, do secretário e, por vezes, do auxiliar de secretaria, dos militares comandantes e instrutores. Além disso, depois da morte de Antonio Carlos Lopes, em 27 de outubro de 1931, em algumas turmas também figurava sua foto como homenageado, o que pode ser comprovado com os quadros de formatura das turmas 24ª de 1937, 25ª de 1938, 26ª de 1939 e 27ª de 1939, todas depositadas no acervo da Bibliotheca Rio-Grandense.

O Tiro de Guerra Nº 1 tinha um bom trânsito na cidade e em sua zona de influência. Seus associados atuavam no comércio, na Armada, no Exército, nas estâncias, nos órgãos

⁷⁴⁶ Incorporar é o ato oficial da admissão de um cidadão em algum órgão militar.

⁷⁴⁷ Arquivo Histórico do Exército – Livro de Matrícula nº 4 do Tiro de Guerra Nº 1 de 1928 a 1933

⁷⁴⁸ Informações obtidas em entrevista do senhor José Gautério Figueiredo, ex-integrante dessa turma.

públicos, nos jornais, nos meios de transportes, nas indústrias e nas profissões liberais, principalmente. Suas atividades profissionais, culturais, solenes e festivas eram testemunhadas, portanto, pelas autoridades e personalidades importantes da mesma região e pela população, de modo geral. Em 20 de setembro de 1921, como parte dos eventos comemorativos ao 19º aniversário da instituição, foi levada a público uma peça teatral intitulada “A Caserna: episodio dramatico – em um acto”, de autoria de José de Aguiar, cujo enredo, por coerência ao título, descrevia uma cena da vida militar com lições de civismo, patriotismo, amor ao Brasil, aos amigos e à família. Foi um ato público a serviço da boa campanha de incentivo e promoção do serviço militar⁷⁴⁹.

O Serviço Militar prestado nos tiros de guerra do passado e do presente, confere aos jovens que terminam o tempo com aproveitamento o Certificado de Reservista de 2ª Categoria. O de 1ª Categoria é conferido aos jovens que terminam o tempo de serviço militar inicial prestado em Organização Militar com duração de aproximadamente doze meses, quando o combatente está formado de maneira completa. O tempo em tiro de guerra não forma o combatente de modo completo. Em caso de mobilização para a guerra, esse jovem deve receber os treinamentos complementares.

Considerações Finais

Durante boa parte do Império foi tentada inúmeras formas de manter os efetivos militares em condições de pleno emprego. Dentre as formas legais, principalmente durante a gestão de D. Pedro II até alcançar a República, houve edição de leis e decretos formalizando a obrigatoriedade e o modo de operar o alistamento e o serviço militar, encontrando entraves de toda ordem para a sua execução. Dentre tantos nomes que no início do século XX, empunharam essa bandeira, a obrigatoriedade do serviço militar, temos Olavo Bilac e Silva Jardim, sendo o primeiro com maior vigor, empreendendo uma campanha cívica por grande parte do país.

A partir do estabelecimento da obrigatoriedade do serviço militar – em nova tentativa depois do sucesso da S.P.T.B. –, o projeto educacional militar do Exército brasileiro encontrou por meio da parceria com as Linhas de Tiro, uma possibilidade eficiente de alcançar um grande número de rapazes, com todas as lições que acreditava serem adequadas para tornar o Brasil uma nação fortalecida pela constituição de uma reserva numerosa e, ao mesmo tempo, sadia sob o ponto de vista da educação cívica, educação moral e educação física entre outras disciplinas classificadas como vitais para a família, a defesa nacional e para a sociedade de forma geral.

⁷⁴⁹

AGUIAR, 1921.

A julgar pelo número expressivo de Linhas de Tiro/Tiros de Guerra que foram criados naquele período, é notório que a sociedade civil de maneira geral recebeu e apoiou esse projeto militar com entusiasmo. Os frutos idealizados por todas as sociedades adeptas ao tiro – exceto as de cultura alemã –, em especial a Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro de Rio Grande, ainda sobrevivem através dos 227 Tiros de Guerra existentes em nosso território, com um lema que remonta aos seus primeiros dias: “Tiro de Guerra: Ontem e Hoje, uma Escola de Civismo e Cidadania!”.

Referências

A DEFESA NACIONAL – Revista de Assuntos Militares. Rio de Janeiro: [s. n.], Anno XII, Nºs 137-138, Mai e Junho de 1925.

AGUIAR, José de. **Á CASERNA**: episodio dramatico – em um acto. Rio Grande: Oficinas do Rio Grande, 1921.

ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice. AS SCHÜTZENVEREINE – Sociedades de Atiradores – de Santa Cruz do Sul: um tirocerto na história do esporte no Rio Grande do Sul. **Revista Esporte e Sociedade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 7, n. 20, Set. 2012.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE – Sala da Diretoria – **Estatutos do Club de Tiro Federal**.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **Estatutos do Tiro Brasileiro do Rio Grande** – Sociedade Nº 1 da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio Grande, 1907.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº 1** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Capital Federal: Oficina Typographica da Escola Gerson, 14 de janeiro de 1909 (reimpressão modificada de 1914).

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº2**– Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Reimpressão modificada. Capital Federal: Oficina Typographica da Escola Gerson/Quartel General do Exercito, Anno I, 4 de março de 1909.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº 10** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Capital Federal: Quartel General do Exercito, 30 de novembro de 1909.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nºs I e II**– Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra (Ministerio da Guerra): revista bimensal de assumptos militares. Capital Federal: Quartel General do Exercito, jan.-jun. 1926.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **Tiro de Guerra Nº 1** – Tesouraria – Relação de Sócios de Nº 1 a 777.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Nº 2.422**, de 18 de maio de 1859, e sua criação se deu pelo § 5º do Art. 6º da Lei Nº 1.114, de 27 de setembro de 1859. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2422-18-maio-1859-557488-publicacaooriginal-77925-pe.html>>. Acesso em: out. de 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 429, Art. 5º item Nº 4 de 10 de Dezembro de 1896. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824->

1899/lei-429-10-dezembro-1896-540243-publicacaooriginal-40209-pl.html>. Acesso em: 11 jan. 2014.

BRASIL. **Diário Oficial da União Nº 96** de 23 de abril de 1927. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1837755/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-23-04-1927>>. Acesso em: out. de 2014.

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 3.224, de 10 de março de 1899. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Disponível em: <<http://www.legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=46934&norma=62702>>. Acesso em: 15 set. 2013.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Provincial Presidents Reports - **Relatório do Ministro da Guerra de 1821 – 1960**. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em 06 set. 2014.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

EXÉRCITO BRASILEIRO: Arquivo Histórico do Exército – **Livro de Matrícula nº 4 do Tiro de Guerra Nº 1 de 1928 a 1933**. Rio Grande, 1933.

FIGUEIREDO, José Gautério. **(informação verbal)** - Informações obtidas em entrevista . Rio Grande-RS, 2013.

KILPP, Cecília Elisa; MAZO, Janice Zarpellon; LYRA, Vanessa Bellani. Um Olhar Histórico Sobre a Emergência dos Primeiros Clubes Esportivos na Cidade de Teutônia, no Rio Grande do Sul. **Revista Pensar a Prática, Universidade Federal de Goiás**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2010.

LUZ, Maturino da (Coord.). **Antiga Escola Militar de Rio Pardo**: história e arquitetura. Porto Alegre: Defender, 2007.

PINTO, Genivaldo Gonçalves. **MANIFESTAÇÕES DA CULTURA MILITAR NO ESPAÇO EDUCACIONAL BRASILEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**: o contexto de Pelotas-RS. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

MISSÃO EM MOSCOU: O CINEMA COMO ARMA DE PROPAGANDA

Jessé Teixeira da Silva⁷⁵⁰

O cinema durante a Segunda Guerra Mundial foi muito utilizado como instrumento de propaganda, tanto pelos países Aliados como pelo Eixo, ao observarem sua importância como meio narrativo, o objetivo era de alcançar um público mais abrangente. A inovação narrativa, propriamente dita, está relacionada à linguagem refletida através das imagens, como destaca o roteirista francês Jean-Claude Carrière⁷⁵¹ em sua obra, *A linguagem secreta do cinema*:

As imagens falavam através do olhar. E falavam para todos. Ao contrário da escrita, em que as palavras estão sempre de acordo com um código que você deve saber ou ser capaz de decifrar (você *aprende* a ler e a escrever), a imagem em movimento estava ao alcance de todo mundo. Uma linguagem não só nova, como também universal: um antigo sonho (CARRIÈRE, 1995, p. 19).

Neste sentido, o cinema enriqueceu a propaganda de guerra, fazendo uso de sua linguagem instigante aos sentidos que universalizou a mensagem a ser passada. A imagem se constituiu como um símbolo comum de entendimento, despertando em suas primeiras plateias as reações desejadas por seus produtores. Apesar dos avanços técnicos implantados já no final dos anos 1920 – destacadamente a introdução do som⁷⁵² – a origem do cinema se firma na força das imagens, onde está seu maior poder de convencimento. Logo, a nova invenção despertou a atenção como um meio promissor para veicular propaganda. Na afirmação de Carrière, “as pessoas tinham curiosidade de saber de que era feita aquela imagem em movimento; vendo nela uma espécie de nova realidade, buscavam a ilusão, o truque” (CARRIÈRE, 1995, p. 14).

Desde os primórdios da sétima arte, a verdade fílmica é observada como uma representação da realidade e não o real propriamente dito. Para a História isto é de total

⁷⁵⁰ Graduando em História pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail para contato: jesse.history@gmail.com

⁷⁵¹ Roteirista premiado, trabalhou com alguns dos maiores diretores do cinema, sobretudo com o espanhol Luís Buñuel.

⁷⁵² O primeiro filme com o uso do som é de 1927, trata-se de *O Cantor de Jazz*.

relevância, pois ao tratar filmes como documentos passíveis de análise, esta é uma das primeiras questões que devem ser abordadas pelo historiador; por ser uma fonte sujeita a manipulações técnicas desde sua criação até sua execução, mesmo que o filme estudado tenha a proposta de ser um documentário. O cinema que se desenvolveu no decorrer do século XX, evolui através de técnicas que foram sendo aprimoradas ao longo dos anos. A magia do cinema nada mais é que aprimoramentos visuais, auditivos e narrativos, capaz de nos dias atuais ainda nos iludir ao representar uma determinada realidade.

A origem do cinema nos remete ao final do século XIX na França, onde os irmãos Louis e Auguste Lumière fizeram a primeira exibição pública de imagens registradas em seu recém-patenteado cinematógrafo. Sobre este tema Marcia Borin da Cunha⁷⁵³ e Marcelo Giordan⁷⁵⁴ detalham que:

No final do século XIX, o norte-americano Thomas Alva Edison (1847-1931) construiu uma espécie de caixa metálica com uma fonte de luz e um visor (cinetoscópio), por meio do qual uma fita (filme de celuloide) passava a razão de 46 imagens por segundo, gerando sensação de movimento. Entretanto, é na França que nasce o cinematógrafo, inventado pelos irmãos Luis e Auguste Lumière. A primeira apresentação pública de um filme, feito por eles, aconteceu em 28 de dezembro de 1895, em Paris, fato esse considerado o marco de fundação do cinema como empreendimento socioeconômico. Foram projetadas apenas duas pequenas filmagens (aproximadamente um minuto cada) que causaram espanto no público presente. Uma delas foi a chegada de um trem à estação e a outra, a saída de operários da fábrica Lumière (CUNHA, GIORDAN, 2009, p. 1).

O cinematógrafo é um aprimoramento da tecnologia fotográfica já existente, mas o que destaca realmente os irmãos Lumière é o uso que eles fazem da mesma, inclusive com venda de ingressos, ou seja, abrindo portas para um empreendimento e fator social em torno das filmagens. Observa-se que os dois filmes citados acima tinham um caráter documental, o intuito era de capturar cenas do cotidiano e não formas representativas desta realidade; porém, convém observar que mesmo projetando cenas banais, como um trem chegando à estação, isto já foi suficiente para causar espanto em suas primeiras plateias, relata-se que quando o trem se aproximou da tela, os espectadores se assustaram pensando que viria sobre eles.

O cinema como arte só seria desenvolvido a partir do início do novo século, com o trabalho do francês Georges Méliès. É marcante neste começo da cinematografia de ficção o filme *Viagem à Lua* (*Le voyage dans la lune*, Georges Méliès, *Star-Film*, França, 0h13, 1902).

⁷⁵³ Possui graduação em Química pela UFSM (1985), mestrado em Educação pela UFSM (1999), doutorado em Educação pela USP (2010) e Pós-doutorado pela UFSJ (2015).

⁷⁵⁴ Professor da Faculdade de Educação da USP, atuando no ensino de graduação e pós-graduação e realizando pesquisas nas áreas de Educação em Ciências e Tecnologias Educativas.

Em um texto de Chiara Ferrari⁷⁵⁵ é abordado sobre as características e importância desta obra, como também um breve histórico de seu criador:

Viagem à Lua reflete diretamente a personalidade teatral de seu diretor, Georges Méliès, cujo passado de ator de teatro e mágico influenciou a produção do filme. A obra faz corajosas experiências com algumas das mais famosas técnicas cinematográficas, como superposições, fusões e práticas de montagem que seriam amplamente utilizadas no futuro. [...] *Viagem à Lua* pode ser considerado o filme que estabelece a principal diferença entre ficção e não ficção cinematográfica. Em um tempo em que o cinema retratava, na maioria das vezes, a vida cotidiana (como nos filmes dos irmãos Lumière, no final do século XIX), Méliès conseguiu oferecer uma fantasia que almejava o entretenimento puro e simples (FERRARI, 2013, p. 20).

A primeira inovação que chama a atenção está já no tempo de duração: 13 minutos. Os filmes tinham no máximo pouco mais de um minuto, ou seja, Méliès expandiu exponencialmente a capacidade em que o cinema poderia operar. É notável que a experiência de Méliès como ator de teatro e mágico influenciaram diretamente a arte transportada para o cinema. Com Méliès as imagens ganharam vida além da realidade conhecida, novos mundos especulados ou imaginários foram visualizados, viagens estas que se revelaram revolucionárias para a ficção. Martin Scorsese⁷⁵⁶, um dos mais conceituados cineastas da atualidade, ainda no texto de Ferrari, cita que “Méliès era verdadeiramente um mágico... Ele compreendeu as possibilidades de uma câmera cinematográfica” (FERRARI, 2013, p. 20). Nascia a magia do cinema, o grande truque que Méliès preconizou e se sustenta até hoje, formando uma forte indústria.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, através do também francês, Charles Pathés, foi que o cinema alcançou seu reconhecimento em escala industrial. Sobre isto, Walter da Silveira⁷⁵⁷ declara que a empresa de Pathés exercia “[...] o controle da distribuição e da exibição ao lado da produção, transformara o cinema artesanal numa grande indústria” (SILVEIRA, 1978, p. 23). Assim, a França dominou a produção cinematográfica, inclusive, exportando os meios necessários para sua produção. Neste sentido, João Paulo Rodrigues Matta⁷⁵⁸ (2008) afirma que:

⁷⁵⁵ Doutoranda do Departamento de Filme, Televisão e Mídia Digital da Universidade da Califórnia.

⁷⁵⁶ Em homenagem à história da origem do cinema, Scorsese dirigiu *A Invenção de Hugo Cabret* (Hugo, 2011), onde é feita referência direta ao filme *Viagem à Lua*.

⁷⁵⁷ Pioneiro no Brasil foi um destacado crítico de cinema (1915-1970). Considerava a dupla face do cinema como arte e indústria, ou seja, valor de uso (estética) e valor de troca (mercadoria). Foi influenciador direto de Glauber Rocha, contribuindo de forma fundamental para o Cinema Novo.

⁷⁵⁸ Coordenou o Cineclube da Bahia (2003-2005). Pesquisador membro do Centro de Estudos Multidisciplinares

[...] até a eclosão da I Guerra Mundial, a França manteve a hegemonia na indústria cinematográfica mundial – a Pathé permaneceu como a maior produtora do mundo, fornecendo cerca de 40% dos filmes lançados na Inglaterra, contra 30% de filmes norte-americanos (MATTA, 2008, p. 5).

A Primeira Grande Guerra foi o marco divisor para o início da hegemonia estadunidense no cinema, enquanto a França empreendia seus esforços na guerra. A década de 1920 consolidou o cinema estadunidense em âmbito de mercado e na década seguinte marcou a Era de Ouro de Hollywood. Logo, sua influência se fez perceber não somente em seu próprio país, como também fora dos Estados Unidos, ditando tendências, comportamentos e ideologias.

O primeiro filme que marca a produção fílmica estadunidense é *O Nascimento de Uma Nação* (*The Birth of a Nation*, David Griffith, *David W. Griffith Corp.*, EUA, 3h15, 1915). Um filme que narra uma visão essencialmente racista da reunificação do Estados Unidos após a Guerra de Secessão⁷⁵⁹, porém importantíssimo em aspectos de linguagem por criar a montagem cinematográfica, algo que se tornaria fator fundamental do filme e referência futura para a arte. Para o cineasta soviético, Sergei Eisenstein, Griffith como o inventor da montagem cinematográfica influenciou todo o cinema produzido a partir de então; nas obras de Griffith

[...] o cinema se fez sentir como mais do que um entretenimento ou passatempo. Os brilhantes novos métodos do cinema norte-americano eram vinculados nele a uma profunda emoção da história. [...] O fato de que o cinema poderia ser incomparavelmente melhor, o fato de isto ter sido a tarefa básica do cinema soviético florescente - foi esboçado para nós pela obra criativa de Griffith (EISENSTEIN, 2002, p. 182).

Para Eisenstein, pioneiro em teorizar o cinema, a montagem concebe o próprio ato criativo do filme, para ele o sentido das imagens é definido na montagem, onde todo o material gravado é visto e decupado de forma coerente ao que pretende ser transmitido. “O ‘êxtase criativo’ de ‘ouvir e sentir’ os planos - tudo já era passado. Reduções e cortes não requerem inspiração, apenas técnica e habilidade” (EISENSTEIN, 2002, p. 76). A criação desta nova linguagem ultrapassou o simples efeito de reproduzir imagens em movimento; com a montagem cada corte, ângulo, sobreposição de imagens é minuciosamente medido com o intuito de passar uma mensagem, uma ideia visual.

em Cultura (CULT/UFBA) tem atuado nos seguintes temas: gestão da cultura e audiovisual.

⁷⁵⁹ (1861-1865). Guerra civil que dividiu o Norte e o Sul dos Estados Unidos pela questão do escravismo.

Sergei Eisenstein é o expoente máximo do cinema soviético que nasceu após a Revolução Russa, contendo em seus filmes forte propaganda da ideologia estatal comunista. Lênin já em 1917 afirmava que “de todas as artes, o cinema é para nós a mais importante; deve ser e será o principal instrumento cultural do proletariado” (PUDOVKIN, 1958. p. 44). É o caso do filme *O Encouraçado Potemkin* (*Bronenosets Potyomkin*, Sergei M. Eisenstein, Goskino, Mosfilm, URSS, 1h15, 1925); sobre esta obra, Jean-Michel Frodon⁷⁶⁰, observando seu caráter político, destaca que o

[...] longa de Eisenstein se tornaria [...] um ponto de conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente, a esquerda e a direita. [...] Vale ressaltar que sua sensibilidade estética também era dotada de significado político: o da “mudança do mundo por homens conscientes” com a qual se sonhava na época e que se fazia conhecer pelo termo “revolução” (FRODON, 2013, p. 51).

Podemos observar que através das obras de Griffith e Eisenstein o cinema, em apenas duas décadas de existência, adotou posições ideológicas ao retratar fatos históricos de seus respectivos países, Estados Unidos e União Soviética. É neste ponto que o cinema se encontra definitivamente com a história acadêmica, pois estas obras influenciaram fortemente na construção política de seus respectivos países. Porém, é só a partir das décadas de 1960 e 1970 através da *Escola dos Annales*⁷⁶¹ que se desenvolve trabalhos acadêmicos relacionando a representação cinematográfica com os fatos históricos em si, principalmente através do historiador Marc Ferro⁷⁶², enfatizando que “as imagens constituem a matéria de uma outra história que não a História, uma contra-análise da sociedade” (FERRO, 1976, p. 202-203). Neste sentido o cinema pode alcançar um poder paralelo, produzido pela força das imagens, considerando o simbolismo narrativo contido.

O cineasta Francis Ford Coppola⁷⁶³ declarou em depoimento ao documentário *Five Came Back*⁷⁶⁴ que “o cinema, em sua forma mais pura, pode ser usado como propaganda. [...] Hitler e Goebbels entendiam o poder do cinema para influenciar o pensamento de toda uma

⁷⁶⁰ Editor chefe de cinema no jornal *Le Monde* e leciona no Instituto de Ciências Políticas da França.

⁷⁶¹ A Escola dos Annales ampliou a noção de documento por uma história baseada numa multiplicidade de documentos. A palavra “documento” recebeu um sentido mais amplo além do escrito. Passou a ser aceito como fontes passíveis de análise: materiais ilustrados, sonoros, de imagem e diversas outras maneiras.

⁷⁶² Marc Ferro é especializado em história soviética. Foi diretor da *École des hautes études en sciences sociales* e diretor da célebre revista dos Annales, cargo para o qual foi nomeado por Fernand Braudel. É autor de vasta obra, destacadamente relacionando História com cinema.

⁷⁶³ Cineasta estadunidense reconhecido pela trilogia *O Poderoso Chefão* e *Apocalypse Now*.

⁷⁶⁴ “*Os Cinco que Voltaram*”: trata-se de uma série documental original da *Netflix*, aborda a ida para a guerra de cinco cineastas premiados de Hollywood com o objetivo de filmar a Segunda Guerra Mundial: Frank Capra, George Stevens, John Ford, John Huston e William Wyler.

população” (*Five Came Back*, 2017). No contexto da Segunda Guerra Mundial, os alemães estavam muito à frente dos estadunidenses em questão de propaganda, destacadamente no cinema, como exemplo o filme *O Triunfo da Vontade* (*Triumph des Willens*, Leni Riefenstahl, 1935), registro do VI Congresso do Partido Nacional Socialista (1934) em Nuremberg; onde os elementos presentes em cena, discursos e formas de composição das imagens serviram para indicar a superioridade ariana e o poder do Partido Nazista.

Neste mesmo contexto, em dezembro de 1941, como resposta ao ataque japonês à Pearl Harbor, os Estados Unidos entram definitivamente no conflito declarando guerra ao Japão; e, em seguida, com a Alemanha declarando guerra aos Estados Unidos. A partir de então, o governo estadunidense precisava justificar a entrada na guerra e motivar seus cidadãos na defesa da causa. Michael McDonald Hall⁷⁶⁵ e Michelly Cristina da Silva⁷⁶⁶ destacam que

Qualquer tentativa de lembrar aos americanos a redenção de seus soldados nas batalhas e da coragem das nações aliadas parecia válida em um momento em que as dúvidas e críticas não cessavam. Além do rádio, a indústria de cinema de Hollywood também foi mencionada para oferecer aos americanos filmes propagandísticos que incitasse valores como o patriotismo, a coragem e admiração por aqueles que haviam deixado o país para lutar pela democracia, a liberdade e a paz mundial. [...] A própria indústria, longe de se constituir como um agente passivo neste processo de fomento dos valores patrióticos americanos, criou duas organizações, das quais faziam parte os próprios atores e diretores (HALL e SILVA, 2010, p. 269).

Convém observar que o cinema no final dos anos 1930 havia se tornado parte essencial da cultura estadunidense, como um alento após a grande depressão econômica de 1929. O próprio presidente Franklin Roosevelt em discurso de 1941 enalteceu Hollywood: “[...] nosso cinema conquistou o primeiro lugar no mundo. Ele reflete nossa civilização para o estrangeiro. As ideias, as aspirações e os ideais de um povo livre e da própria liberdade” (*Five Came Back*, 2017). Robert Anthony Sklar⁷⁶⁷ destaca que após o *crash* na bolsa de valores, o cinema americano ingressou na sua Era de Ouro:

⁷⁶⁵ Possui graduação em História pela Stanford University (1963), mestrado em História pela Columbia University (1965) e doutorado em História pela Columbia University (1969).

⁷⁶⁶ Bacharel em História pela Universidade Estadual /de Campinas (2009). Mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

⁷⁶⁷ Historiador especialista em História do Cinema. Foi professor de História na Universidade de Michigan e desde 1977 foi professor de cinema no Departamento de Estudos de Cinema da *Tisch School of the Arts* da Universidade de Nova York.

Hollywood passou a ocupar o centro do palco da cultura e da consciência da América, fazendo filmes com uma força e um ímpeto até então desconhecidos e que depois disso nunca mais se viram. As fitas de cinema não somente divertiram e entretiveram a nação enquanto durou sua mais severa desordem econômica e social, mantendo-a coesa por sua capacidade de criar mitos e sonhos unificadores, mas também a cultura cinematográfica dos anos trinta passou a ser uma cultura dominante para muitos norte-americanos, proporcionando novos valores e ideais sociais em substituição às velhas tradições feitas em pedaços (SKLAR, 1978, p. 189).

O primeiro filme de ficção⁷⁶⁸ produzido por Hollywood em cooperação ao esforço de guerra foi *Missão em Moscou* (*Mission to Moscow*, Michael Curtiz, Warner Bros, EUA, 2h04, 1943). Trata-se de um filme dirigido por Michel Curtiz⁷⁶⁹, responsável pelo grande sucesso no ano anterior, *Casablanca*⁷⁷⁰ (1942), um melodrama romântico que já trazia em seu pano de fundo o contexto da guerra em um dos seus cenários, o norte da África. Uma obra que combinava ainda os elementos idealizados da Era de Ouro, onde o cinema havia expandido sua influência sobre a sociedade estadunidense; a mesma que agora procurava conhecer as razões da guerra, seus inimigos e aliados. Portanto, Michel Curtiz, como diretor já consolidado na indústria cinematográfica, era conhecedor da linguagem hollywoodiana, logo, com *Missão em Moscou* daria sua contribuição na propaganda de aproximação diplomática com a União Soviética.

Contextualizando a aproximação do Estados Unidos com a União Soviética, destaca-se ainda o documentário *A Batalha da Rússia* (*The Battle of Russia*, Frank Capra e Anatole Litvack, U.S. War Department, EUA, 1h23, 1943) – quinto filme da série *Why We Fight*⁷⁷¹ – onde já em seu prólogo está enfatizada a aliança entre os dois países contra a Alemanha, através de depoimentos creditados a importantes autoridades estadunidenses:

“Em toda a história, não houve maior demonstração de coragem que a do povo da Rússia Soviética.” - Henry L. Stimson (Secretário de Guerra).

“Nós e nossos aliados estamos em dívida de gratidão eterna com os exércitos e

⁷⁶⁸ Demais filmes com temática pró-soviética: *Three Russian Girls* (1943); *The Boy from Stalingrad* (1943); *The North Star* (1943); *Days of Glory* (1944); *Song of Russia* (1944); *Counter-Attack* (1945).

⁷⁶⁹ Além de *Casablanca*, Michel Curtiz havia dirigido muitos filmes indicados ou vencedores do Oscar: *As Aventuras de Robin Hood* (1938), *Meu Reino por um Amor* (1939), *Demônios do Céu* (1941).

⁷⁷⁰ Filme vencedor de três Oscar's. Sua trama é em meio a Segunda Guerra, um exilado americano encontra refúgio na cidade de Casablanca e passa a dirigir uma casa noturna. Por forças do destino, ele reencontra uma antiga paixão, que agora está casada e precisa de ajuda para fugir dos nazistas.

⁷⁷¹ Tradução: “*Por que Lutamos*”. Filmes documentários produzidos para o esforço de guerra estadunidense. Filmes que compõem a série: *Prelúdio de uma Guerra* (1942), *O Ataque Nazista* (1943), *A Batalha da Inglaterra* (1943), *Dividir e Conquistar* (1943), *A Batalha da Rússia* (1943), *Tunisian Victory* (1944), *A Batalha da China* (1944).

com o povo da União Soviética.” - Frank Knox (Secretário da Marinha).

“A valentia e o espírito agressivo de luta dos soldados russos merecem a admiração do exército americano.” - George C. Marshall (Chefe de Estado, Exército dos EUA).

“Eu me somo... na admiração pela defesa histórica e heroica da União Soviética.” - Ernest J. King (Comandante Chefe da Frota Americana).

“... a escala e grandeza da iniciativa (russa) foi definida como a maior conquista militar de toda a história.” - General Douglas MacArthur (Comandante Chefe, zona do Pacífico Sudoeste).

(*A Batalha da Rússia*, 1943).

O roteiro do filme foi uma adaptação de um livro homônimo escrito pelo ex-embaixador estadunidense na União Soviética entre 1936 a 1938, Joseph E. Davies. Em nota do editor está apresentado como se deu a compilação dos textos que originou o livro:

Os fatos que anotou e a evolução das suas conclusões, já depois de ter saído de Moscou, chegam-nos de forma fragmentária através de documentos diversos, organizados cronologicamente entre novembro de 1937 e outubro de 1941, nomeadamente despachos confidenciais para o Departamento de Estado da Defesa dos EUA, correspondência particular e anotações em dois diários, um designado “Jornal”, mantido para fins profissionais, e o outro “Diário”, de cariz mais pessoal (DAVIES, 2009, p. 1).

Compreende-se que o essencial da visão de Joseph Davies expressa no livro permaneceu na sua versão fílmica. Pois, sua ligação com o filme é muito forte, até mesmo a introdução da história foi feita pelo próprio ex-embaixador em cena, como também nos materiais de divulgação do filme. Davies acompanhou toda a produção do filme de perto, segundo Hall e Silva (2010, p. 274) ele mudou-se para Los Angeles a fim de acompanhar as filmagens no estúdio.

O livro *Missão em Moscou* surgiu em um momento muito oportuno, pois seu lançamento deu-se apenas três semanas após o ataque a Pearl Harbor; ou seja, valeu-se de um momento incisivamente intervencionista e até mesmo contribuiu na mensagem que defendia a necessidade dos Estados Unidos de entrar em guerra ao lado dos países Aliados. O livro foi um sucesso editorial: “[...] pouco tempo após sua primeira publicação, o livro foi traduzido para treze idiomas e chegou a marca de 700 mil vendagens, um número que o colocava na categoria de *best-sellers* para o ano de 1942” (SILVA, 2013, p. 81). Num contexto em que os grandes estúdios de Hollywood estavam alinhados ao esforço de guerra do Estado, ao surgir

um livro com esta temática e fazendo sucesso repentino de público, é razoável perceber que adaptá-lo para as telas seria o próximo passo. Segundo Hall e Silva:

Após algumas especulações, a Warner Brothers conseguiu adquirir os direitos de adaptação do livro para o cinema. [...] As histórias variam sobre como foi a aproximação dos Warner com o ex-embaixador. À época, Davies argumentou que, depois de receber propostas de vários estúdios, ele contactou Harry Warner - com a benção e apoio do presidente Roosevelt. Os Warner, por sua vez, contradisseram dizendo que em um suposto jantar oferecido na Casa Branca o próprio presidente os havia oferecido a chance de filmar a história (HALL e SILVA, 2010, p. 274).

O que é mais interessante analisar entre estas duas versões de como se deram as tratativas da adaptação, não é a contradição em si, mas a evidência de que era do interesse do próprio presidente Roosevelt que o livro chegasse aos cinemas. Desta forma o governo estadunidense demonstrava sua aproximação com a União Soviética, uma sinalização de amizade contra o inimigo em comum. Ressalta-se, no entanto, que em nenhum momento *Missão em Moscou* é um material simpático ao comunismo, apesar de trazer sim um conteúdo pró-soviético. Na nota do editor no início do livro esclarece que

[...] o testemunho que estes textos nos oferecem é o de um observador exterior não simpatizante com os ideais do comunismo, aliás, Joseph E. Davies, no prefácio a este livro, define-se a si próprio como um “individualista”, confessando-se admirador do capitalismo enquanto “uma faceta do individualismo” (DAVIES, 2009, p. 1).

Este mesmo discurso encontra-se na introdução do filme, pelo próprio Davies:

Acredito que eu seja particularmente o produto de nosso grande país, de suas instituições livres e de suas oportunidades em uma sociedade competitiva, onde domina a livre iniciativa. Eu tenho uma profunda convicção e uma sólida crença que este sistema e nossa forma de governo são os melhores que o mundo já inventou para o homem comum. No entanto, enquanto estive na Rússia, ganhei um profundo respeito pela integridade e honestidade dos líderes soviéticos. Eu respeitei a honestidade de suas convicções e eles respeitaram as minhas (*Missão em Moscou*, 1943).

Nota-se que a mensagem é claramente conciliatória com o objetivo de reforçar a aliança com a União Soviética, a exemplo do que foi visto no documentário *A Batalha da Rússia*. Apesar de suas diferenças ideológicas, a narrativa aponta um respeito mútuo entre os dois países, conforme se verifica na transcrição a seguir:

Litvinov: Em sua primeira visita, Sr. Davis, senti que recebia a um embaixador honesto e capaz. Mas agora, mais que isso, sinto que me despeço de um amigo.
Davies: Obrigado, sinto o mesmo.
Litvinov: Só lamento que não fique mais tempo conosco.
Davies: Eu fiz o que meu presidente mandou. Meu trabalho está terminado.
Litvinov: Ninguém poderia ter sido mais consciencioso com nossos dois países.
[...]
Stalin: Sr. Davies, encantado em conhecê-lo.
Davies: É um grande prazer. Também uma grande surpresa.
Stalin: Além de seu trabalho aqui em Moscou, entendo que tenha visitado outras seções da União Soviética.
Davies: Fiquei muito impressionado com o que vi. Suas plantas industriais, o desenvolvimento de seus recursos naturais, é um trabalho que melhoraram as condições de vida em toda Rússia. Creio que a história o reconhecerá como um grande construtor para o benefício da humanidade.
Stalin: O mérito não é meu, Sr. Davies. Nossos planos de cinco anos foram concebidos por Lenin e executados pelo próprio povo.
Davies: Os resultados foram uma revelação para mim. Confesso que não esperava. Verá, Sr. Stalin, eu sou um capitalista, como provavelmente sabe.
Stalin: Sim, sabemos que é um capitalista, disso não há dúvida.
Litvinov: Também sabemos disto, Sr. Davies: as piores coisas que tem dito sobre nós, tem dito na nossa cara; as melhores dizes a nossos inimigos.
Stalin: - Queremos que você saiba que sentimos uma amizade maior com o governo dos Estados Unidos, isso para qualquer outra nação. Se houver um problema entre nós que não tenha sido corrigido, por favor fale com o Premier Molotov. (Missão em Moscou, 1943).

O tom de amizade e afinidade entre os diplomatas transparece total cooperação entre os países, nem mesmo as diferenças de visão econômica era empecilho frente ao inimigo em comum. Porém, apesar do personagem de Davies se posicionar como um capitalista convicto, não há no filme nenhuma menção às palavras “socialismo” e “comunismo”. Segundo Michelly Cristina da Silva havia uma cartilha a ser seguida na representação dos russos em filmes pró-soviéticos, na qual estava destacado: “sim, nós americanos rejeitamos o Comunismo, mas nós não rejeitamos nosso aliado russo” (SILVA, 2013, p. 78). Explicitamente esta era a real missão do filme. Neste contexto, *Missão em Moscou* passa a receber destaque como documento histórico, ao servir como peça importante na diplomacia entre os dois países.

Davies e Roosevelt ansiavam pela aprovação não apenas dos norte-americanos, mas também de seu aliado soviético. Uma cópia do filme foi vista no Kremlin, trazida pessoalmente até a Rússia pelas mãos do ex-embaixador norte-americano. Além do próprio Stálin, assistiram à exibição Molotov, então Ministro das Relações Exteriores, Litvinov, embaixador russo nos Estados Unidos, e outros altos membros da hierarquia do Kremlin (SILVA, 2013, p. 87).

Constata-se que o filme foi produzido com a intenção de ser um semidocumentário, até mesmo o trailer do filme procurou reforçar que a história não era ficção e sim fatos, como é possível notar na imagem 1: “*facts, not fiction*”. Segundo Michelly “[...] todas as personagens de *Missão em Moscou* baseadas em políticos e diplomatas foram interpretadas por atores que compartilhavam algum nível de semelhança física com elas” (SILVA, 2013, p. 86). Como se vê – ainda na imagem 1 – o personagem de Stalin é muito parecido com o real líder soviético. Há um objetivo claro de reforçar a veracidade da obra para com o público, como também a integridade do discurso. Este mesmo cuidado foi tomado também na representação do ex-embaixador no filme, onde um nome importante de Hollywood, o ator Walter Huston⁷⁷², foi escolhido para ser Joseph Davies.

Imagem 1 – Missão em Moscou (1943)



Fonte: Banco de imagens do IMDb, 2018.

Desta forma, o filme procurou capturar a percepção do telespectador de que o que está em cena realmente ocorreu. Ao colocar em tela personagens que sejam semelhantes, ou atores confiáveis, o público passa a receber com maior naturalidade a mensagem que está sendo transmitida, facilitando o convencimento. Conforme destaca Stuart Hall⁷⁷³, citando Humberto Eco⁷⁷⁴, sobre a forma dos signos visuais em seu artigo:

⁷⁷² O mesmo ator que já havia narrado o documentário *Prelúdio de uma Guerra*.

⁷⁷³ "Mesmo não tenha sido um teórico do cinema *stricto sensu*, podemos detectar a influência do seu pensamento nos estudos fílmicos, especialmente nas correntes mais afeitas ao cinema como prática social e aos estudos culturais. Essa presença de Hall no cinema e nos estudos fílmicos se dá em níveis distintos e configura-se de maneira multifacetada, mas está impressa, sobretudo nos modos de ver e pensar o cinema mundial contemporâneo" (PRYSTHON, 2016, p. 78).

⁷⁷⁴ (1932-2016) escritor, professor, filósofo, semiólogo e linguista italiano. Autor do romance *O Nome da Rosa*,

[...] o convencionalismo dos discursos requer a intervenção e o apoio dos códigos. Dessa maneira, Eco argumenta que os signos icônicos "parecem com objetos do mundo real porque reproduzem as conduções perceptivas (ou seja, os códigos) de quem os vê". Contudo, essas "condições de percepção" são o resultado de um conjunto de operações altamente codificadas, ainda que virtualmente inconscientes — são decodificações (HALL, 2003, p. 394).

Neste caso, a decodificação pretende destacar com realismo as situações presentes no filme, ou seja, não há dúvidas de que aquele personagem com o seu característico bigode e cachimbo se trata de Stalin, e de que o personagem do ex-embaixador passa total credibilidade ao ser interpretado por Walter Huston. O espectador já está familiarizado com o que está em cena, logo, aproxima-o também do discurso que o filme pretende transmitir. Cria-se assim o mesmo sentido que teria um documentário, ao explorar os signos reais na criação do roteiro. Hollywood, neste caso, combinou de forma exemplar em serviço à propaganda, um filme que tanto era documental como ficcional em sua linguagem.

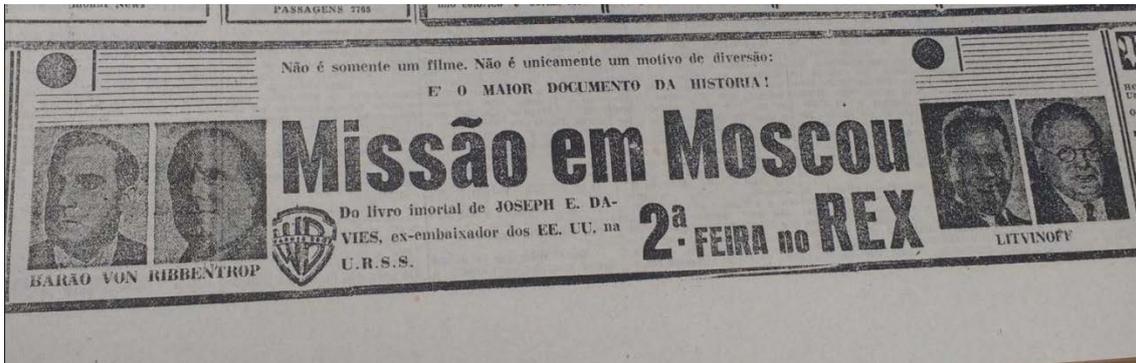
Dois anos após seu lançamento nos Estados Unidos, *Missão em Moscou* chegava aos cinemas brasileiros em maio de 1945. Destaca-se o Brasil como um dos países que compunham as forças Aliadas, logo, era importante mostrar também aos brasileiros os benefícios desta aliança improvável com os soviéticos, ideologicamente comunistas, portanto, perseguidos na ditadura de Getúlio Vargas⁷⁷⁵. O intuito do filme era o mesmo que em seu país de origem, reforçar esta aliança necessária no objetivo maior que era o de vencer o nazi-fascismo.

A declaração de que *Missão em Moscou* possuía um aspecto verídico, constata-se também no Brasil, onde no jornal "Correio do Povo" de maio de 1945, encontra-se com destaque a propaganda do filme. A imagem 2 é uma reprodução da página do referido jornal.

um dos maiores sucessos literários do século XX.

⁷⁷⁵ No período final da Segunda Guerra Mundial, maio de 1945, o Brasil era governado por Getúlio Vargas através do Estado Novo desde 1937, uma ditadura com características fascistas. Logo, o governo brasileiro caía em contradição ao defender a democracia ao lado dos Aliados, mas internamente vivendo em regime antidemocrático. Sendo este um dos fatores que levou ao fim do Estado Novo no Brasil.

Imagem 2 – Missão em Moscou (Correio do Povo)



Fonte: Jornal Correio do Povo, 11 de maio de 1945, p. 5.

A publicidade do filme destaca de forma grandiosa: “*Não é somente um filme. Não é unicamente um motivo de diversão: é o maior documento da história!*”. Convém lembrar que a referida publicação é de maio de 1945, exatamente o período em que os países Aliados haviam acabado de derrotar definitivamente a Alemanha, sendo que a União Soviética foi fundamental na vitória, através de seu poderio militar, conforme afirma Hobsbawn⁷⁷⁶, “[...] só o Exército Vermelho poderia derrotar a Alemanha” (HOBSBAWN, 1995, p. 224). O objetivo principal era o de demonstrar já na propaganda do filme a importância da Aliança com os soviéticos. Observa-se ainda a menção de que o roteiro de *Missão em Moscou* é adaptado “do livro imortal de Joseph E. Davies, ex-embaixador dos EE. UU. na U.R.S.S.” Ao adjetivar o livro como “imortal”, reforça ainda mais a pretensão de valorizar o discurso do filme como um documento verdadeiro, pois possui a assinatura de uma importante autoridade.

Atualmente o filme é de difícil acesso e apesar de ter sido dirigido por um importante cineasta, é até mesmo pouco conhecido, pois, em 1947, já no contexto da Guerra Fria, o Comitê de Atividades Antiamericanas (HUAC), órgão do governo criado para investigar atividades comunistas nos Estados Unidos, censurou *Missão em Moscou*,

[...] como um dos filmes que continha claras propagandas subversivas e poderiam incitar a uma interpretação errônea sobre os comunistas soviéticos. Chamado para depor perante o comitê. Jack Warner negou veementemente que o filme tivesse sido feito a pedido de Roosevelt ou que houvesse qualquer influência de seu governo na produção. O filme também foi usado para provar que células comunistas estavam inserindo certas ideologias em inocentes roteiros (HALL e SILVA, 2010, p. 288).

⁷⁷⁶ (1917-2012). Historiador marxista inglês, considerado um dos mais importantes da historiografia contemporânea.

Enquanto os documentários de *Why We Fight*, conforme verifica Wagner Pinheiro Pereira (2003, p. 16) não eram sequer considerados filmes de propagandas e sim “filmes educacionais e patrióticos”. Apesar da negativa de que o próprio governo estadunidense, na pessoa do presidente Roosevelt, incentivou que o filme fosse produzido há fortes indícios de sua participação e é incontestável que *Missão em Moscou* cumpriu seu objetivo ao reafirmar aos cidadãos estadunidenses e países de sua influência, os benefícios da aliança com os soviéticos; como também serviu na aproximação diplomática com a União Soviética, ao se dirigir ao novo aliado com respeito e até admiração. Após a vitória consolidada na Segunda Guerra Mundial e o inimigo vencido, a amizade com os soviéticos se tornava novamente incompatível, fato que gerou pela segunda metade do século XX, a Guerra Fria, dividindo ideologicamente o mundo em dois blocos: um capitalista, sob a liderança dos Estados Unidos; e outro comunista, sob a liderança da União Soviética.

REFERÊNCIAS

CARRIÈRE, Jean-Claude. *A linguagem secreta do cinema*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CUNHA, Marcia Borin da; GIORDAN, Marcelo. *A Imagem da Ciência no Cinema*. Artigo da revista Química Nova na Escola (QNEsc), vol. 31, n° 1, fevereiro, 2009. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.qnesc.sbq.org.br/online/qnesc31_1/03-QS-1508.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2018.

DAVIES, Joseph E. *Missão em Moscou*. Edição Digital (excertos). Tradução do original em inglês de JA/CN, revisão e edição de CN, 04.07.2009. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.hist-socialismo.com/docs/MissaoemMoscovovo.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2018.

EISENSTEIN, Sergei. *A Forma do Filme*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

FERRARI, Chiara. *Viagem à Lua - In: 1001 filmes para ver antes de morrer*. Rio de Janeiro: Sextante, 2013, p. 20.

FERRO, Marc. *O filme: uma contra-análise da sociedade?* In: LE GOFF, J., NORA, P. (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

FRODON, Jean-Michel. *O Encouraçado Potemkin - In: 1001 filmes para ver antes de morrer*. Rio de Janeiro: Sextante, 2013, p. 51.

HALL, Michael McDonald; SILVA, Michelly Cristina da. *Missão a Moscou: Hollywood e Cinema de Propaganda Americano durante a Segunda Guerra Mundial*. Artigo publicado no Caderno de Pesquisa Interdisciplinar de Ciências Humanas (UFSC), v. 11, n. 98 (2010). Disponível no seguinte endereço eletrônico: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2010v11n98p262/12850>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Teoria da Recepção*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 351 - 404.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 - 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MATTA, João Paulo Rodrigues. *Marcos histórico-estruturais da indústria cinematográfica: Hegemonia Norte-americana e convergência audiovisual*. Artigo publicado no IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 28 a 30 de maio de 2008. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador (BA). Disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.cenacine.com.br/wp-content/uploads/joao-marcos-historico-estruturais-da-industria.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

PUDOVKIN, Vsevolod L. *Film Technique and Film Acting*. Vol. II. Nova York: 1958.

SILVA, Michelly Cristina da. *Cinema, Propaganda e Política: Hollywood e o Estado na construção de representações da União Soviética e do Comunismo em Missão em Moscou (1943) e Eu Fui um Comunista para o FBI (1951)*. Dissertação de mestrado, USP, 2013. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30012015-093628/publico/2013_MichellyCristinaDaSilva_VOrig.pdf>. (acesso em: 11 set. 2018).

SILVEIRA, Walter da. *A História do Cinema Vista da Província*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978.

SKLAR, Robert Anthony. *História Social do Cinema Americano*. São Paulo: Cultrix, 1978.

Filmografia

A Batalha da Rússia (The Battle of Russia, Frank Capra e Anatole Litvake, U.S. War Department, EUA, 1h23, 1943). Dados do IMDb no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.imdb.com/title/tt0036629>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

Five Came Back (Laurent Bouzereau, Netflix, EUA, 3h15, 2017). Dados do IMDb no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.imdb.com/title/tt6587094>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

Missão em Moscou (Mission to Moscow, Michael Curtiz, Warner Bros, EUA, 2h04, 1943). Dados do IMDb no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.imdb.com/title/tt0036166>>. Acesso em 27 ago. 2018.

O Encouraçado Potemkin (Bronenosets Potyomkin, Sergei M. Eisenstein, Goskino, Mosfilm, União Soviética, 1h15, 1925). Dados do IMDb no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.imdb.com/title/tt0015648>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

O Nascimento de Uma Nação (The Birth of a Nation, David Wark Griffith, David W. Griffith Corp., EUA, 3h15, 1915). Dados do IMDb no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.imdb.com/title/tt0004972>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

O Triunfo da Vontade (Triumph des Willens, Leni Riefenstahl, Reichspropagandaleitung der NSDAP, Alemanha, 1h54, 1935). Dados do IMDb no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.imdb.com/title/tt0025913>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

Viagem à Lua (Le voyage dans la lune, Georges Méliès, Star-Film, França, 0h13, 1902). Dados do IMDb no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.imdb.com/title/tt0000417>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

REFLEXÕES SOBRE SUICÍDIO NO CONTEXTO MILITAR

Taís Barcellos de Pellegrini

Mestre em Saúde Pública - UNISINOS

Participante do Grupo de Estudos Povo e Clio - UFSM

O suicídio é considerado um sério problema de saúde pública, pois, no mundo, a cada 40 segundos uma pessoa morre por esta causa e, a cada três segundos, uma pessoa atenta contra a própria vida (Organização Mundial da Saúde, 2000). Este fenômeno, também, pode representar a ação do sujeito com a intenção de causar a sua própria morte e aliviar pressões externas causadas pela vivência de momentos críticos, os quais poderiam ser superados, caso o sujeito estivesse ligado a alguma rede de apoio social e emocional. Programas de prevenção ao suicídio devem ser prioridade nas políticas públicas do nosso país e podem ser representados por instituições, como por exemplo: o Exército. Neste trabalho, o tema do suicídio vai ser abordado, a partir da vertente teórica da sociologia, aqui representada por dois sociólogos: Durkheim e Bourdieu. Realizaram-se rodas de conversa, em Organizações Militares, entre profissionais da área da saúde (psicólogo, psiquiatra e assistente social) e militares, que teve como objetivo oferecer um espaço de trocas de informações sobre a prevenção do suicídio, bem como orientar sobre a importância de buscar apoio médico e/ou psicológico como forma de diminuir riscos ligados a este ato.

Nos discursos dos militares foram observadas contradições, pois alguns demonstraram sentimentos de vergonha e constrangimento em relação à iniciativa de procurar apoio emocional e/ou psicológico e, conseqüentemente demoram mais tempo para ter acesso ao tratamento indicado. Por outro lado, militares verbalizaram ações de acolhimento por parte daqueles que atuavam, diretamente, no ambiente de trabalho, bem como encaminhamentos ao Hospital Militar e, conseqüente apoio médico e/ou psicológico quando se fazia necessário. Assim, entende-se que este trabalho pode servir de âncora para conscientizar sobre a importância da prevenção do suicídio no âmbito militar, a fim de possibilitar a abertura de caminhos em direção à mudança de paradigmas conservadores, bem como valorizar ações que possibilitem transformações nas atitudes e sentimentos voltados ao respeito ao doente mental.

Palavras-chave: Prevenção, Suicídio, Militares.

INTRODUÇÃO

O suicídio pode ser definido como uma ação do sujeito que tem a intenção de causar a sua própria morte e a pessoa que pensa ou pratica este ato pode estar tentando aliviar pressões emocionais relacionadas à vivência de momentos difíceis (Organização Mundial de Saúde, 2000).

A morte através de suicídio é um sério problema de saúde pública. Segundo dados publicados pelo Ministério da Saúde, o Brasil registrou 11.433 mortes por suicídio em 2006, o que significa, em média, um caso a cada 46 minutos. Pesquisadores brasileiros estimam que no Brasil, em 2006, as taxas de suicídio registraram uma média de 5,7/100.000 para a população em geral. Foram constatadas também maiores taxas entre jovens do sexo masculino (10,5/100 mil) do que do sexo feminino (4,1/100 mil), com a Região Sul apresentando médias acima das demais regiões do país, encabeçadas por RS, com 11/100 mil (Werlang & Botega, 2004). Contudo, vale ressaltar que tais dados precisam ser usados com cautela, uma vez que o suicídio, por ser um tema tabu para a sociedade ocidental, passa a ser subnotificado, gerando, assim, informações imprecisas quanto aos casos.

Em outra pesquisa realizada por pesquisadores brasileiros, as taxas de suicídio em homens com menos de 60 anos atingiu, em 2005, a marca de 11/100mil habitantes, com declínio, em 2006, para 7,1/100mil. Referente ao sexo feminino, a média, em 2006, fora de 3,4 suicídios de homens para cada mulher (Meneghel et al., 2004). Um estudo realizado por Marín-León e Barros (2003), em São Paulo, apontou um aumento nos índices de suicídio de homens e mulheres na fase adulta, entre 35-54 anos, no período de 1997-2001, com taxa de 6,6/100mil, indicando assim predominância de óbitos por suicídio na fase adulta. No Rio Grande do Sul, Meneghel et al. (2004), também, observaram aumento nas taxas de suicídio, indo de 9/100mil na década de 1980 para 11/100mil no final da década de 1990, tendo este nível aumentado mediante a alta taxa de mortalidade masculina.

Observa-se que, no Brasil, a mortalidade por suicídio pode apresentar um número diferente do que é conhecido, tendo em vista que muitas vezes não há a notificação dos casos, decorrente do estigma social que favorece a omissão desses casos (Machado e Santos, 2015). O ato suicida está entre as dez principais causas de óbito de pessoas maiores de cinco anos de idade, em todos os países. Nos últimos 30 anos, têm ocorrido um crescimento constante nas taxas de suicídios entre os mais jovens. No Brasil, em 2018, o suicídio foi a 4ª causa de morte entre jovens, na idade de 15 a 29 anos, segundo dados da Secretaria de Vigilância do Ministério da Saúde (2017), superando, em algumas localidades, as faixas etárias mais

elevadas (Krüger, 2007). Existem estimativas de que os números de casos de morte por suicídio tendem a aumentar até 2020, passando para 1,5 milhões de casos no mundo (Costa, 2013).

Os suicídios podem ser verificados nas mais variadas culturas, religiões e ideologias políticas. Percebe-se que muitas pessoas que cometem o suicídio são vistas como frágeis e vulneráveis e os militares, também, podem estar sendo alvo das construções sociais de masculinidade, as quais influenciam crenças e atitudes estigmatizantes em relação às pessoas que tentam ou cometem o suicídio. Isto pode ser explicado pela ideia de que o militar e a sua experiência de vida podem não estarem sendo associados à prática do suicídio, por serem treinados para a solução de conflitos e esperarem dele uma postura resolutiva e livre de problemas. Nesse sentido, o suicídio denotaria uma falta de controle emocional que estaria distante da posição que é esperada do militar (Merino 2010). Em sua profissão, o militar é treinado para saber lidar com um conjunto de tarefas e cumprir com suas obrigações, mesmo que isto implique em um impasse pessoal (Moraes, 2008).

O interesse pela temática do suicídio surgiu em decorrência de prática de atendimento psicológico em um Hospital Militar do interior do Rio Grande do Sul, ao experienciar muitas situações de acolhimento, tratamento e acompanhamento de sujeitos que vivenciam riscos em relação ao suicídio. Foi observado nesse processo o quanto os profissionais militares que lidam diretamente com esta demanda, nas Organizações Militares, ainda apresentam algumas dificuldades de lidar com esse tipo de situação, fazendo refletir acerca desse tema. Pôde-se observar que existem muitas dúvidas e mitos em torno deste tema, por se tratar da morte e também ser um tabu em nossa sociedade. Em linhas gerais, procurou-se mostrar aspectos do cotidiano dos militares que necessitam de apoio emocional ao vivenciarem a rotina de treinamentos militares e a maneira que estes são acolhidos e/ou encaminhados dentro da instituição.

A respeito do processo de encaminhamento do militar que necessita de algum apoio emocional, pôde-se observar que, em algumas Organizações Militares, realiza-se um primeiro acolhimento na sessão de saúde de cada quartel e, quando se observa a necessidade de apoio especializado o militar é, então, aconselhado a procurar o atendimento no Hospital. O Hospital Militar engendra uma estrutura de ambulatórios, pronto atendimento, internação e unidade de cuidados intensivos, que pode oferecer o tratamento indicado nestes casos. Outro fator a considerar é o fato do militar que necessita de tratamento psicológico e/ou psiquiátrico, principalmente, devido às questões relacionadas à tentativa e risco de suicídio apresentar falta

de adesão ao tratamento. Isto pode ser influenciado pelas ideias de masculinidades que podem dificultar o processo de resolutividade do problema enfrentado pelo militar, pois estas concepções tendem a valorizar comportamentos baseados na força, coragem e virilidade masculina e não incentivar a busca pelo apoio emocional.

Apesar deste contexto, na observação dos dados deste trabalho, pôde-se constatar que as Forças Armadas têm priorizado medidas de prevenção ao suicídio com a elaboração de estratégias de ações e elaboração de programas de treinamentos para os militares que lidam com estas situações. No ano de 2015, a Diretoria da Assistência Social, dos Civis e dos Inativos promoveu um Encontro sobre Prevenção ao Suicídio, que contou com a participação de entidades militares, membros da sociedade civil (secretarias da saúde), Centro de Valorização da Vida (CVV) e Polícia Militar, que teve como objetivo discutir a temática do suicídio, com vistas ao desenvolvimento de um programa de prevenção voltado aos militares, servidores civis e seus dependentes, no âmbito do Comando do Exército (Diretriz de Comando – prevenção ao suicídio no âmbito militar do sudeste, 2015). A partir desta medida, levantaram-se alguns dados estatísticos no que diz respeito ao fenômeno do suicídio no Exército. Constatou-se que 74% das vítimas de suicídio estão com idades entre 19 e 25 anos, sendo que 33% destas vítimas realizaram a ação durante a execução do serviço, utilizando armamento militar. Pesquisa realizada, no ano de 2010 até 2016, mostra que ocorreram 111 mortes por suicídio no Exército Brasileiro, neste período.

Com a finalidade de levantar dados sobre o tema da prevenção ao suicídio na realidade militar ocorreram em algumas Organizações Militares do Estado do Rio Grande do Sul, três encontros, com um total de, aproximadamente 6 (seis) horas de duração. Estes encontros tiveram a finalidade de reunir, aproximadamente, 70 militares para discutir e trocar informações sobre como prevenir o suicídio, bem como identificar atitudes e estratégias que permitam atuar junto às pessoas que tentam o suicídio. Falar sobre o suicídio, derrubar tabus e compartilhar informações ligadas ao tema foi o propósito dos encontros realizados com os profissionais de um Hospital Militar, representados por três Tenentes (uma psicóloga, uma psiquiatra e uma assistente social) e militares ligados às diferentes Organizações Militares.

O objetivo deste trabalho é realizar algumas considerações e reflexões a respeito do modo que o militar do exército entende e atua com as situações que envolvem os sujeitos que tentam ou planejam o suicídio. Investigar sobre a percepção dos militares a respeito da masculinidade e entender o caminho percorrido pelo militar que apresenta algum tipo de sofrimento emocional e necessita de atendimento psicológico ou psiquiátrico tende a

possibilitar a abertura de caminhos em direção à mudança e à recuperação. Isto pode contribuir com a valorização de ações que visem possibilitar transformações nas ações e sentimentos voltados ao respeito ao doente mental, a fim de mobilizar mudanças na maneira que o militar é visto na sociedade. Pensamos que seria importante a reflexão sobre conceitos estereotipados e naturalizados referentes às masculinidades, que tendem a influenciar os comportamentos dos militares no que tange ao cuidado da pessoa que necessita de apoio emocional.

Baseado nos dados observados neste trabalho e poucos estudos referentes ao tema, no ambiente militar, salienta-se a importância desta reflexão, a fim de poder falar e debater o assunto neste contexto específico. Neste trabalho, o tema do suicídio será abordado, a partir da vertente sociológica de dois autores da Sociologia Moderna: Durkheim e Bourdieu. Após definições acerca do fenômeno, será realizada, então, uma reflexão teórica sobre o suicídio no contexto militar.

O SUICÍDIO COMO UM FATO SOCIAL

Nessa parte do texto, o tema do suicídio será abordado sob a perspectiva sociológica, a partir dos estudos de Durkheim (2000). Este autor se debruçou na escrita de uma obra denominada *O suicídio: estudo de sociologia*, que foi publicada em 1897 e demonstrou que, mesmo no gesto aparentemente mais íntimo e pessoal, como é o ato suicida, o social se faz presente. Esta obra foi escrita em três volumes, sendo que na introdução o estudioso traz a definição do fenômeno como: “todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado” (Durkheim, 2000, p. 14).

No primeiro livro, intitulado *Os fatores extrassociais*, o autor refutou teorias que explicam as variações no número de suicídios pelos fatores psicológicos, biológicos, raciais, genéticos, climáticos ou geográficos. Esta evidência pode ser explicada pelo fato de que a ação de sacrificar a própria vida não poderia ser atribuída à loucura, pois, nas suas afirmações existiam taxas mais elevadas de suicídios nos países em que havia menos doentes mentais.

Este autor, também, não aceita teorias baseadas na hereditariedade como uma das causas do fenômeno suicídio. Segundo ele, se houvesse uma origem hereditária, o fenômeno deveria acontecer de forma mais igualitária entre os sexos, mas isto não ocorre. Diante dos dados estatísticos, sabe-se que o suicídio tem maior incidência no sexo masculino, apresenta uma tendência mais frequente na vida adulta e sua probabilidade aumenta com o

envelhecimento. Essa verificação veio corroborar sua hipótese de que o suicídio, antes de ser a manifestação de um “impulso congênito”, seria muito mais efeito da “ação progressiva da vida social” (p. 99) sobre o indivíduo.

No segundo livro *Causas sociais e tipos sociais*, considerado o mais importante da obra, Durkheim (2000), busca entender as determinações coletivas do suicídio. Nesse trabalho, o autor investiga a influência da confissão religiosa, da sociedade matrimonial, familiar e da política na determinação do suicídio. Neste estudo, o autor mostrou que a taxa de suicídio poderia sofrer uma redução naqueles grupos de minorias, os quais se mantinham em situação de desvantagem social e tendiam a ficar mais unidos para lidar com a hostilidade da sociedade circundante. Assim, a coesão interna do grupo funcionaria como um fator de proteção contra o suicídio.

Foi a partir dessa ideia que o autor estabeleceu uma tipologia do suicídio segundo suas causas: suicídio egoísta, suicídio altruísta e suicídio anômico. O suicídio egoísta pôde ser entendido como um processo de individuação excessiva que é caracterizado por uma sensação de desamparo moral, pois os laços familiares já não são suficientemente fortes para o indivíduo continuar vivendo, nem o engajamento político ou religioso o conectam mais com a vida, qualquer motivo pode ser um pretexto para dar um fim à existência. Já o suicídio do tipo altruísta o indivíduo tem uma integração à sociedade muito fortemente constituída e adquire um lugar de pouca importância como sujeito. Conseqüentemente, qualquer atitude diferente das normas e tradições estabelecidas pelo grupo social expulsaria este indivíduo para fora ou seria fortemente punido com a desonra. Segundo Durkheim (2000), esse tipo de suicídio apresenta três formas: suicídio altruísta obrigatório, suicídio altruísta facultativo e suicídio altruísta agudo. Na primeira forma, o ato suicida acaba sendo o cumprimento de um dever do indivíduo para com a sociedade, como, por exemplo: os guerreiros dinamarqueses que praticavam o suicídio com o objetivo de impedir a chegada da velhice, já que a morte por idade avançada ou doença era considerada indigna. No suicídio altruísta facultativo, o indivíduo não é obrigado a realizá-lo, mas ganharia prestígio e admiração dos outros se o concretizar. Por fim, no suicídio altruísta agudo, que em geral apresenta um desfecho mais violento, o indivíduo se entrega ao sacrifício, renunciando à própria vida em louvor a sua crença e por acreditar que a existência só tem sentido após a morte.

O suicídio anômico não resulta diretamente do modo como o indivíduo se vincula à sociedade, mas da maneira como esta exerce sua autoridade sobre o indivíduo. Durkheim

(2000) constatou que, em períodos de crise (anomia) e de ruptura da ordem social havia um acréscimo imediato no número de suicídios.

No terceiro livro, intitulado *Do suicídio como fenômeno social em geral*, Durkheim (2000) retoma a tese de que existe no comportamento suicida uma determinação social, externa ao indivíduo. Essa força coletiva incide sobre aqueles membros mais vulneráveis da sociedade, os quais têm menos possibilidades de resistir à corrente suicidógena. O determinismo social, nesses casos, não é incompatível com a ideia do livre arbítrio, pois a intensidade da corrente suicidógena, ainda que predetermine a extensão do fenômeno, não designa quais os indivíduos que levarão a termo o suicídio.

Baseado neste contexto, este trabalho poderá servir de apoio para entender quais os fatores de riscos ao suicídio, no âmbito social, poderiam estar influenciando os comportamentos e ideias dos militares. Sabe-se que seria importante a existência de elos de aproximação, acesso ao tratamento e apoio emocional aos militares que estão passando por qualquer tipo de sofrimento emocional, a fim de diminuir e/ou amenizar a influência de situações negativas, que, por ventura poderiam levar ao suicídio no contexto militar.

Pierre Bourdieu (1999), no Livro “A dominação masculina” afirma que a divisão entre os sexos se legitima nas oposições homem/mulher e feminino/masculino, que constituem uma maneira de ser e agir na sociedade. Para este autor, ser homem implica um “dever ser” na sociedade marcada pelas características corporais como a maneira peculiar de se manter de pé, de aprumar o corpo, de erguer a cabeça, uma postura e atitude que corresponde a uma maneira de pensar e agir que governa o homem de honra (Bourdieu, 1999). Essa forma de ser guia e dirige o homem funcionando como destino de assumir uma identidade constituída em essência social. Assim, a questão de honra, no sentido do conjunto de aptidões, como por exemplo: coragem física e moral, generosidade, marginalidade é produto de um trabalho social de dominação.

Questões de gênero podem estar influenciando as atitudes dos militares no que tange à procura de atendimento especializado. Para Saffiotti (2005) a perspectiva de gênero ajuda a entender que os modelos de “ser” feminino e masculino são construções sociais que variam histórica e culturalmente de modo que as noções do que é ser homem e ser mulher mudam nas diferentes sociedades. Não nascemos homens ou mulheres, tornamo-nos homens e mulheres (Saffiotti (2005)). Isto pode ser explicado pelos estereótipos sociais que reproduzem e naturalizam como próprios do comportamento masculino, a força e agressividade como legitimadores do poder. Por outro lado, incentiva-se o comportamento de passividade,

docilidade e disponibilidade da mulher na assunção de papéis familiares e sociais (Narvaz e Koller (2004); Diniz, Lopes, Gesteira, Alves e Gomes (2003)).

Scott (1995) ao conceituar o termo gênero utiliza a mesma noção relacional de poder de Foucault (1996), que é entendido a partir de relações que não se estabelecem de forma centralizada e repressiva. Entretanto, se entende que o sujeito é constituído a partir de práticas, relações de poder que produzem o seu discurso e a sua subjetividade. Assim, o gênero é produto de tecnologias discursivas de poder, que determinam diferentes normas de comportamento masculinas e femininas elaboradas no interior de relações e práticas de poder e saber. Esses discursos influenciarão na formação do sujeito, assim como o sujeito influenciará a constituição do discurso vigente num dado momento histórico. Assim, os discursos institucionalizam-se devido à articulação com as instituições apoiadas no Estado e se consolidam principalmente na família e outras instituições da sociedade (Scott 1995).

A função social da identidade masculina construída nas interações pode trazer tensão, devido ao fato de que ser homem, muitas vezes, impõe o dever de afirmar sua virilidade. O homem verdadeiramente homem é aquele que se sente obrigado a fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera militar. Também as atitudes e as virilidades devem ser validadas pelos outros homens com o objetivo de ter o reconhecimento por parte dos outros e de fazer parte de um grupo de “verdadeiros homens” (Bourdieu, 1999).

Observaram-se algumas dificuldades, tanto do homem militar de buscar ajuda e apoio emocional por ter medo de ser rotulado de “fraco”, quanto do militar que é responsável por encaminhar estes casos ao serviço de saúde. Neste cenário, o militar apresenta dificuldades de perceber a gravidade e necessidade de apoio, assim acaba encaminhando, tardiamente, ao setor especializado. Podemos afirmar que estes comportamentos podem estar sendo influenciados por modelos de “ser” masculinos construídos socialmente, pois ditos como “ser forte”, “ser superior”, “não ter tempo para se cuidar”, podem existir devido ao medo “viril” que o homem tem de ser excluído do mundo dos “homens” sem fraquezas e daqueles que são chamados de “duros”, tanto com seu próprio sentimento quanto com o sentimento do outro (Bourdieu, 1999).

Outros enfrentam algumas barreiras no caminho a ser percorrido até receberem uma atenção especializada em saúde. Um dos problemas verbalizados é a inacessibilidade ao atendimento médico ou tratamento especializado na área da saúde mental, pois, muitos deles iniciam o tratamento, tardiamente, fato que pode prejudicar o estado emocional e aumentar a gravidade e o risco. Isto pode ser explicado, pelo fato de que o militar precisa de um

encaminhamento por parte do profissional que atende na Organização Militar, e, a partir desta avaliação poderá, então, receber a atenção especializada no Hospital Militar. Nesta situação os militares que encaminham estes casos tendem a minimizar o problema e, assim, fortalecerem a ideia de que os homens militares devem ser fortes e suportarem sozinhos toda a pressão e responsabilidade. Uma alternativa que poderia facilitar e melhorar a acessibilidade ao atendimento especializado em saúde, seria a procura individual pelo atendimento quando este perceber a necessidade. No entanto, observa-se que o militar tende a apresentar dificuldades de procurar pelo atendimento por ter medo e vergonha, pois muitos deles compactuam da ideia de que os homens devem ser fortes e não precisam de ajuda emocional.

Outro fato que é observado é a dificuldade de alguns militares lidarem com sujeitos que se diferenciam do modelo que é esperado no “ser militar” do exército. Isto demonstra que existe um culto a padrões de comportamentos voltados ao conservadorismo e ao ser homem “forte”, “viril” e “saudável”. Aqueles homens que não atendem a este modelo tendem a ser excluídos e/ou marginalizados, pois, muitos deles enfrentam preconceitos e estigmas relacionados ao estar doente e necessitar de apoio emocional.

Isto pode ser exemplificado quando o militar apresenta a necessidade de atendimento médico ou psiquiátrico/psicológico, entretanto, isto não se configura como justificativa de necessidade de atendimento por parte dos profissionais responsáveis por ele. Por não terem sua necessidade atendida no momento, muitos deles passam a esconder os sintomas ou sinais de doença por terem medo de preconceitos e discriminações.

Observou-se que, para o grupo de militares, a necessidade de atendimento psicológico e/ou psiquiátrico tende a ser visto como motivo de fraqueza e vergonha. Isto pode contribuir para causar entraves no processo de acolhimento e atendimento ao militar que sofre de algum transtorno emocional. Muitas vezes militares que necessitam de avaliação ou atendimento psicológico verbalizaram que são alvo de atitudes de descontentamento e desaprovação por parte dos companheiros soldados. Este tipo de atitude pode contribuir para exaltar sentimentos negativos tais como: de vergonha, culpa e inferioridade, devido ao fato de estarem enfrentando problemas emocionais e necessitarem de apoio psicológico. Isto pode trazer malefícios, no que tange, ao objetivo de diminuir riscos ligados ao suicídio, pois alguns destes militares podem necessitar de apoio, mas estar recebendo-o tardiamente, contribuindo para o agravamento da situação.

Assim, neste trabalho, puderam-se observar algumas dificuldades, tanto do homem militar de buscar ajuda e apoio emocional em casos relacionados ao suicídio, quanto do

militar responsável por encaminhar estes casos ao serviço de saúde. Assim, comportamentos resistentes à procura pelo atendimento e cuidado em saúde podem estar sendo influenciados por estes modelos de “ser” masculinos construídos socialmente, pois ditos como “ser forte”, “ser superior”, “não ter tempo para se cuidar”, podem existir devido ao medo “viril” que o homem tem de ser excluído do mundo dos “homens” sem fraquezas e daqueles que são chamados de “duros” tanto com seu próprio sentimento, quanto como sentimento do outro (Bourdieu, 1999).

Pode-se dizer que a resistência do homem de procurar o autocuidado corresponde a um modelo de como o sujeito se atrela ao universo sociocultural, determinado por comportamentos, atitudes e pensamentos estereotipados com base em relações de poder (Gomes, Nascimento, Araújo, (2007)). Assim, este modelo de ser e agir poderão ser combatidos, a partir de modos e ações compartilhadas neste tipo de encontro, de modo que informações sejam aceitas e transmitidas para todos os envolvidos. Estas questões devem ser acolhidas, a fim de desenvolver estratégias de apoio neste processo.

Deve-se atentar para o fato de que o modo que o militar está sendo tratado e cobrado nas atividades militares pode estar contribuindo para o surgimento de transtornos emocionais, pois a elevada cobrança associada a fracas capacidades de resiliência pode contribuir para a eclosão de transtornos mentais. Entretanto, humanizar o atendimento e tratamento no ambiente militar é de suma importância. Encaminhar a pessoa para uma rede de atenção e/ou para um profissional de saúde pode contribuir para diminuir os índices de casos de pessoas que pensam, tentam ou cometem o suicídio.

Outras estratégias foram identificadas no enfrentamento da situação que envolve o suicídio. Os militares relataram a importância de oferecer espaços de diálogo, a fim de permitir que a pessoa seja escutada, fortaleça relações de confiança, ajuda mútua e melhoria no ambiente de trabalho. Foi constatada, também, a importância da realização de encontros, rodas de conversas ou palestras informativas, pois, nestes momentos muitas dúvidas podem ser sanadas e atitudes são aprendidas para lidar com tentativas de suicídio. Observou-se que muitos militares sentiram-se mais seguros, após as instruções e informações dadas nestes grupos de encontros, pois verbalizavam maiores habilidades para tratar com problemas emocionais.

Muitos relataram que procuram conversar com os militares, bem como entender os motivos causadores de problemas emocionais dentro do Exército. Em relação aos problemas

enfrentados pelos jovens militares, estão questões familiares, problemas financeiros e sociais, que influenciam diretamente no estado do jovem que cumpre o serviço militar.

Outro fator verbalizado como importante é a busca por uma orientação religiosa, que significa apoio e consolo diante de situações difíceis. No Exército, existem os capelães que representam atores privilegiados não apenas na transmissão de informação como na identificação de pessoas sob o risco de se matar. Considera-se importante que a pessoa que pensou ou tentou suicídio possa compreender que ela não está sozinha e que o sofrimento ligado aos sintomas de tristeza, isolamento e depressão indicam a necessidade de um acolhimento e tratamento especializado em saúde.

Pode-se dizer que os encontros realizados, nas Organizações Militares, trouxeram contribuições, na medida em que proporcionaram trocas de informações, reflexões e resolução de dúvidas, como por exemplo: “Como proceder quando houver uma questão de suicídio dentro do quartel?”, “A quem procurar auxílio?”, “Como saber se o soldado está mesmo passando por dificuldades e se está tendo ideias suicidas?”. Dessa forma, conclui-se que foi uma experiência enriquecedora pelo fato de oferecer capacitação e proporcionar o desenvolvimento de habilidades para lidarem melhor com situações relacionadas à saúde mental e diminuir riscos de suicídio no âmbito militar.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva. 1999.
- Costa, Joana. *Representações do suicídio no Alentejo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora. Portugal, 2013.
- Durkheim, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes. (Publicado originalmente em 1897), 2000.
- Diniz, Normélia; Lopes, Regina; Gesteira, Solange; Alves, Sandra; Gomes, Nadirlene. *Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos*. Revista Escola de Enfermagem, 37 (2), 81-8, 2003.
- Foucault, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- Gomes, Romeu; Nascimento, Elaine; Araújo, Fábio. *Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior*. Cadernos Saúde Pública, v. 23, n. 3, p. 565-74, 2007.
- Krüger, Liara. *A dinâmica familiar no contexto da crise suicida*. 114f. Tese, Programa de Pós-graduação em psicologia, Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil, 2007.

Machado, Darci; Santos, Daiane. Suicídio no Brasil, de 2000 a 2012. *Jornal Brasileiro Psiquiatria*, 64(1), 45-54, 2015.

Marín-León, Letícia, & Barros, Marilisa. As Mortes por suicídio: Diferenças de gênero e nível socioeconômico. *Revista de Saúde Pública*, 37(3), 357-363, 2003.

Meneghel, Stela; Victora, Cesar; Faria; Neice, Carvalho; Lenine e Falk, João. Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. *Revista de Saúde Pública*, 38(6), 804-810, 2004.

Merino, Paulo. *Mortalidade dos efetivos da Polícia Militar do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo. Brasil, 2010.

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro - Boletim do Exército. Número 30. Brasília: Distrito Federal. 2015.

Ministério da Saúde - Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio. 2006.

Ministério da Saúde - *Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde*. Volume 48. Nº 30, 2017.

Moraes, Emmanuelle. **Processo de adaptação à vida militar-naval: crenças, valores e saúde**. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil, 2008.

Narvaz, Marta; Koller, Sílvia. Por uma pedagogia não violenta: Problematizando o disciplinamento corporal. *Teoria e Prática da Educação*, 7(1), 28-35, 2004.

Organização Mundial da Saúde. Transtornos mentais e comportamentais. Departamento de Saúde Mental. Prevenção do Suicídio: Um manual para profissionais da saúde e da atenção primária. Genebra, 2000.

Saffiotti, Heleieth. **Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência**. In Castillo-Martin, M & Oliveira, S. Marcadas a ferro. Brasília. Secretaria especial de políticas para as mulheres. pp. 35-76, 2005.

Scott, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. SOS Corpo, Recife, 1995.

Werlang, Blanca; Botega, Neury. **Comportamento suicida**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MISSÃO INSTRUTORA: ELO DE APROXIMAÇÃO ENTRE A BRIGADA MILITAR E O EXÉRCITO BRASILEIRO

Vitória Nicolini Nunes

Licenciada em História pela FACCAT

vitorianicolini@gmail.com

A Brigada Militar, atualmente força policial do Rio Grande do Sul, foi criada em 15 de outubro de 1892 por Fernando Abbott, então governador do Estado, com o objetivo de ser um exército estadual. Força militar inspirada no Exército Nacional, a Brigada Militar, quando de sua criação, contava com dois Batalhões de Infantaria e um Regimento de Cavalaria, em um total de 1.266 homens. O coronel Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz, oriundo do Exército, foi o primeiro comandante deste exército estadual, que fez sua estreia em combates durante a Revolução Federalista ocorrida entre os anos de 1893 e 1895.

Oficialmente, a Brigada Militar foi criada por Fernando Abbott, no entanto, é notória a influência e o poder de Júlio de Castilhos nessa iniciativa, visto que era o principal líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) naquele momento e um fiel adepto dos princípios positivistas. Assim, fica evidente que o recém-criado exército estadual também receberia influência dos valores propagados por Castilhos. Para Silva, “a instituição estava sob a égide da influência positivista, que tinha entre seus propósitos dar uma ordenação lógica à sociedade, procurando eliminar aqueles elementos anárquicos e desagregados que impediriam a sua evolução” (2011, p. 200).

Iniciada a Revolução Federalista, em 1893, coube à Brigada Militar a tarefa de preservar a ordem pública, proteger a recém proclamada República e executar as leis, em conformidade com sua missão legal⁷⁷⁷. Segundo Morais, a guerra civil motivou o governo do Estado a aumentar o efetivo da Brigada, pois “a Brigada Militar torna-se a prioridade nos investimentos do Estado Republicano. O aparato coativo do exercício legítimo da violência é o que garante um Estado forte e militarmente preparado para a guerra” (2002, p. 56). Silva concorda quando afirma que “o governo investia gradativamente no aumento do número de soldados da Brigada, assim como os distribuía nos locais ao qual considerava de mais fácil mobilização” (2011, p. 199).

⁷⁷⁷ Conforme o ato nº 371, de outubro de 1892, que estabelece as competências da Brigada Militar.

Em 1895, após dois anos de um sangrento conflito, chegou ao fim a Revolução Federalista, sedimentando a vitória dos castilhistas e republicanos. Sem a colaboração da Brigada Militar, esse resultado dificilmente seria alcançado, pois, de acordo com Moraes, “a Guerra Civil de 1893 legitimou a violência das armas como prerrogativa exclusiva do Estado, e este, representando o „bem público“, fornecia à Brigada Militar os recursos financeiros necessários à vitória” (2002, p. 84, grifo do autor). Finda a Guerra Civil, restou à Brigada a missão de manter a ordem no Estado. Para isso, utilizou os serviços de seu grande efetivo, formado principalmente por oficiais oriundos da antiga Guarda Cívica, do Exército e por guerreiros livres. Torna-se importante destacar que, no início do período republicano, o Exército brasileiro contava com aproximadamente 14 mil homens e que, deste total, cerca de 3.700 estavam estacionados no Rio Grande do Sul, constituindo o maior contingente do Exército brasileiro reunido em uma única província (CARVALHO, 2005). A manutenção da ordem pela Brigada Militar é entendida por Moraes da seguinte forma:

A Brigada Militar é a máquina de guerra do Estado republicano encarregada de manter o ordenamento social no espaço do combate direto e depois, na paz, no espaço político-administrativo. A força das armas é material, sem dúvida, no entanto, sua eficiência está em seu poder simbólico normalizador. A força pública estadual representava a *ultima ratio* nas relações de poder no Rio Grande do Sul. O que escapava ao controle administrativo do Estado e do PRR era imediatamente corrigido pela força das armas da Brigada Militar. Assim sendo, a imagem de uma força militar; que poderia ser utilizada a qualquer momento; já é em si um elemento normalizador da ordem. (MORAIS, 2002, p. 88).

Em 1897, com a paz instaurada no Estado, o comando da Brigada Militar passou para o coronel José Carlos Pinto Júnior, que ficou por doze anos no comando da corporação. O coronel Pinto Júnior foi o segundo oficial superior do Exército a alcançar o posto de comandante da Brigada Militar. Antes dele viera o coronel Joaquim Pantaleão Teles de Queiroz, comandante entre a criação da Brigada (1892) e 1896. Posteriormente, os oficiais do Exército a comandar a Brigada Militar foram os coronéis Cipriano da Costa Ferreira, entre 1909 e 1915, e João de Deus Canabarro Cunha, entre 1932 e 1937. Esses comandos acabaram por aproximar a Brigada Militar do Exército Nacional, como veremos em seguida. Para Karnikowski (2010):

O treinamento e a grande experiência bélica fizeram da Brigada Militar uma tropa temida e respeitada em todo o Brasil e o seu oficialato uma elite militar reconhecida e emulada por outras forças. Presidente Júlio de Castilhos efetivamente fez da Brigada Militar o mais poderoso exército estadual do Brasil, chamando para comandá-la alguns dos mais competentes e experimentados oficiais superiores do Exército Nacional, estabelecendo uma forte vinculação com a Força Federal. Borges de Medeiros também continuou na esteira de Castilhos nesse sentido. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 149).

Durante o comando do coronel Pinto Júnior a Brigada Militar experimentou uma série de transformações, tais como a criação das Escolas Regimentais, cujo objetivo era alfabetizar as praças, e dos cursos preparatórios para oficiais. De acordo com Mariante, o coronel Pinto Júnior obteve ganhos não apenas no campo educacional, pois “no campo militar, aprimorou a preparação dos quadros brigadianos, com a efetivação de frequentes manobras, muitas delas juntamente com tropas federais. Pleiteou e obteve do governo do Estado a gratificação dos vencimentos aos oficiais com 25 anos de serviço” (1972, p. 129). Para Karnikowski, “sob seu comando a Brigada Militar alcançou maturidade organizativa, composta de uma força bem equilibrada no sentido de força militar, pois emergiu da Revolução Federalista com grande experiência bélica” (2010, p. 149).

O coronel Pinto Júnior ficou no comando da Brigada Militar até fevereiro de 1909, sendo substituído no mês seguinte pelo coronel Cipriano da Costa Ferreira, também oficial do Exército Nacional. Foi durante o comando do coronel Cipriano que teve início a Missão Instrutora do Exército, acontecimento estudado neste trabalho. A Missão Instrutora do Exército, como o próprio nome indica, foi um treinamento ministrado pelos membros do Exército à Brigada Militar e que teve início em 1909. De acordo com Silva:

A BM recebeu a Missão de Instrução do Exército a partir de 1909, marcando o início de uma aproximação das duas forças e o que poderíamos denominar de início de uma longa parceria e apoio militar. Foi através da expedição do Aviso nº 971, de 10 de julho de 1909, pelo então ministro de Guerra, general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, que teve início a Missão Instrutora do Exército na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, no governo de Borges de Medeiros, tendo como instrutores Ruy França e Francisco De Lorenzi, ambos no posto de capitão. (SILVA, 2011, p. 13).

Uma das primeiras providências da Missão Instrutora do Exército foi a elaboração de um manual de Instrução de Infantaria⁷⁷⁸, que buscava informar as tropas sobre o uso dessa arma. A doutrina repassada à Brigada Militar era a mesma adotada na escola militar da Praia Vermelha e, posteriormente, na do Realengo. Apesar da escola militar da Praia Vermelha, faz-se necessário esclarecer que a mesma foi fechada em 1906, portanto, três anos antes do início da Missão Instrutora. Durante o período em que esteve fechada, todo o ensino militar foi realizado na Escola de Guerra de Porto Alegre (KARNIKOWSKI, 2010, p. 180). Ainda segundo Karnikowski, “o fato dos cursos de cavalaria e infantaria serem transferidos da Praia

⁷⁷⁸ A infantaria pode ser entendida como uma das armas militares constituída por unidades treinadas para o combate a pé. Geralmente, é a arma do Exército dotada dos maiores efetivos, pois sua maior missão é conquistar e manter o terreno.

Vermelha para Porto Alegre em 1906 foi decisivo para a constituição da Missão Instrutora, devido a proximidade desses dois cursos militares com a força gaúcha” (2010, p. 180).

Ainda no tocante ao armamento, segundo Silva, o aparato da Brigada Militar “se comparava com o do Exército: fuzis Comblains, Mannlicher e Chassepot, posteriormente à Primeira Guerra, a BM ainda adquiriu metralhadoras pesadas, ou seja, estava acompanhando as tendências armamentistas militares mundiais” (2011, p. 14). Karnikowski concorda quando afirma que, nas primeiras décadas do século XX, a Brigada Militar tornou-se a mais bem treinada força pública do país, juntamente com a milícia paulista, “em razão da Missão Instrutora que treinou a primeira e da Missão Francesa que instruiu a segunda. Para tanto, o governo de Júlio de Castilhos investiu boa parte do orçamento do Estado na importação de materiais bélicos, como das mais modernas armas fabricadas na Europa” (2010, p. 150).

Os capitães responsáveis pela Missão Instrutora procuraram organizar a Brigada Militar de forma semelhante ao Exército, ou seja, dividindo-a em corpos de batalhões e regimentos. O regimento⁷⁷⁹ pode ser entendido como a unidade militar normalmente comandada por um Coronel e pode variar de acordo com a missão, o país de origem e a composição. Os regimentos costumam utilizar apenas um tipo de arma. Já o batalhão⁷⁸⁰ é a unidade militar geralmente comandada por um Coronel, Tenente-coronel ou Major, e constituída por um certo número de companhias. Na maior parte dos Exércitos o batalhão é a unidade tática básica e, também, o termo é utilizado para designar as unidades de infantaria. Assim, é possível perceber que a Brigada Militar estava sendo organizada de acordo com os princípios bélicos, e não de policiamento, função que viria a exercer de forma exclusiva apenas na década de 1950.

De acordo com Silva, através da Missão Instrutora “a BM preocupou-se em investir na formação de líderes de campo de batalha, um oficialato aperfeiçoado no sentido técnico e também disciplinado. A Missão Instrutora sedimentou o *ethos militar*⁷⁸¹ do oficialato” (2011, p. 14). Karnikowski concorda quando afirma que “o seu papel e significado foram gigantescos na profissionalização dos militares da Força e, principalmente, na sua especialização na arte da guerra, o que significou na manutenção do *ethos militar* dos seus oficiais” (2010, p. 184).

⁷⁷⁹ Disponível em: <http://blogdocarlosmaia.blogspot.com/2016/08/organizacao-militar-o-que-e-regimento.html>.

⁷⁸⁰ Disponível em: <http://blogdocarlosmaia.blogspot.com/2016/08/organizacao-militar-o-que-e-regimento.html>.

⁷⁸¹ Ethos pode ser entendido como os traços característicos de um determinado grupo, formadores de sua identidade social. No caso do *ethos militar*, são imprescindíveis o profissionalismo e a doutrina militar.

Ainda, a Missão Instrutora atuou no sentido de organizar os regulamentos, selecionar o armamento, comandar as forças em campanha, e instruir e preparar integrantes para comandar a Brigada Militar (SILVA, 2011). Cabeda reitera esse entendimento quando afirma:

A atividade dos instrutores foi muito ampla, pois estendeu-se à elaboração e organização dos regulamentos, à instrução dos efetivos e preparação dos quadros, à arbitragem de exercícios e manobras, à seleção do armamento a adotar, ao estudo da reorganização da milícia, ao assessoramento do Comando Geral durante os períodos revolucionários e, como coramento, o próprio comando das forças em campanha. (CABEDA, 1991, p. 103, *apud* KARNIKOWSKI, 2010, p. 181).

Desta forma, é possível perceber que a Missão Instrutora penetrou e influenciou em todos os aspectos da Brigada Militar, pois, segundo Karnikowski “a Missão Instrutora se constituiu na principal fonte inovadora da Brigada Militar, sempre mantendo a mesma atualizada, conforme os novos armamentos, regulamentos e diretrizes do Exército” (2010, p. 181).

Ao mesmo tempo em que a Brigada Militar recebia o treinamento da Missão Instrutora, a força militar paulista era treinada por uma Missão Francesa, que viria a alterar a própria estrutura do Exército Brasileiro. A Missão Francesa iniciou-se em 1906, portanto, três anos antes do início da Missão Instrutora na Brigada Militar. Até então, o Exército Nacional seguia os regulamentos do Exército Imperial Alemão, medida essa tomada enquanto Hermes da Fonseca comandava a Escola Militar do Realengo. Para José Murilo de Carvalho:

Hermes da Fonseca iniciou seus esforços para modernizar o Exército. [...] Mas a medida de maior impacto para o treinamento de oficiais foi sugerida pelo ministro Rio Branco: o envio de jovens oficiais para servirem arregimentados no Exército alemão, considerado dos mais bem organizados na época. Hermes era entusiasta do sistema alemão e foi convidado a assistir às grandes manobras de 1910 presididas pelo Kaiser, aproveitando a ocasião para negociar a vida da missão alemã. A missão não veio, mas três turmas de oficiais, uma em 1906, outra em 1908 e a última em 1910, absorveram, por dois anos cada uma, o espírito da organização militar alemã. (CARVALHO, 2005, p. 27).

Contudo, apesar desse esforço, os ensinamentos militares alemães foram substituídos em 1921, de modo que os oficiais da Missão Instrutora trabalharam na nova organização da Brigada Militar com base na doutrina militar francesa estruturada na Escola Militar do Realengo (KARNIKOWSKI, 2010). Para José Murilo de Carvalho, a Missão Francesa foi determinante porque “sob sua influência, a educação militar desdobrou-se em vários estágios e tornou-se mais técnica graças à criação de escolas para cada especialidade” (2005, p. 28).

Ainda durante o comando do coronel Cipriano da Costa Ferreira foram criados o Hospital da Brigada Militar, em agosto de 1911, a Banda da Brigada Militar, em fevereiro de

1912, e o Grupo de Metralhadoras, em novembro de 1914 (MARIANTE, 1972). Karnikowski complementa afirmando que “além dos novos aspectos doutrinários militares, acentuadamente de origem francesa, a Missão Instrutora supervisionou a implantação da Linha de Tiro em 1910” (2010, p. 182). O coronel Cipriano comandou a Brigada Militar até 30 de março de 1915, quando foi substituído interinamente pelo tenente-coronel Afonso Emílio Massot.

O coronel Massot comandou interinamente a Brigada Militar entre março de 1915 e maio de 1917, quando assumiu o comando efetivo da corporação. Massot se manteve no comando da Brigada até 1925 e teve uma passagem tão marcante pela corporação que, em 1953, foi escolhido Patrono da Brigada Militar. De acordo com Karnikowski, “o comando do coronel Massot foi marcado pela preocupação com a qualificação dos serviços da corporação e com o avanço de uma efetiva profissionalização militar” (2010, p. 158). Em 1º de março de 1916, o coronel Massot criou o Curso de Ensino. Segundo Mariante, o curso teve “a duração de dois anos, tendo por finalidade ministrar conhecimentos teóricos e gerais aos oficiais e sargentos da tropa. Esse Curso de Ensino é o precursor da atual Academia de Polícia Militar” (1972, p. 143). No entanto, essa não foi a única iniciativa no campo educacional do comandante, pois conforme Karnikowski:

A profissionalização militar tem marco na reestruturação da milícia e pela criação do Curso de Preparação Militar que passou a ser o núcleo de formação dos oficiais, sendo que por outro lado, ocorreu grande modificação nas suas Escolas Regimentais criadas pelo coronel Pinto Júnior à época do seu comando que ficara alarmado com o grande número de praças analfabetos. O coronel Massot reordenou a Escola Regimental, instituindo ensino de primeiro grau para as praças (cabos e soldados) e escolas de segundo grau para os graduados (sargentos). O Curso de Preparação Militar foi criado em substituição ao Curso de Ensino, constituindo o centro formador dos oficiais da milícia do Rio Grande do Sul. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 158).

O Curso de Preparação Militar foi criado em 1918, com o objetivo de substituir o Curso de Ensino de 1916. O referido Curso de Preparação Militar foi determinante para a profissionalização do efetivo da Brigada Militar, assim como o trabalho da Missão Instrutora, em atividade desde 1909, e a criação do Grupo de Metralhadoras em 1914. Também coube ao coronel Massot a implementação da educação física para os militares e a utilização de um campo militar para a realização de exercícios de guerra, além da concessão de gratificação aos oficiais (KARNIKOWSKI, 2010).

Esses investimentos em formação fizeram da Brigada Militar um espelho do Exército, tanto em profissionalismo militar quanto em organização. A Missão Instrutora trouxe uma consequência para a Brigada Militar: em 1917 a força gaúcha foi declarada força auxiliar do Exército Nacional. Para Karnikowski:

No entanto, a primeira grande consequência da Missão Instrutora foi transformar os oficiais e praças da Brigada de guerreiros em oficiais militares, sem tirar-lhes o caráter da prática da guerra, mas formatando essa capacidade guerreira dentro das técnicas militares. Ela exerceu papel fundamental no adestramento bélico da força gaúcha, de tal forma que o general Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, ficou impressionado com a capacidade e desenvoltura militar da tropa da Brigada Militar quando a visitou em 1919. A Missão Instrutora atuou, assim, na elaboração dos regulamentos, diretrizes e estruturação do ensino para graduados e oficiais, bem como no alto grau de adestramento e capacidade bélico-militar da força gaúcha. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 182).

Até 1932, fizeram parte da Missão Instrutora importantes nomes do Exército Nacional, como Emílio Lúcio Esteves e João de Deus Canabarro Cunha, que viria a comandar a Brigada Militar. A Missão Instrutora só teve fim em 1946, com a redemocratização do país. Segundo Karnikowski, “o declínio da Missão Instrutora deve-se muito ao reordenamento das Forças Armadas, principalmente do Exército, em razão da *americanização* do mesmo, depois da Segunda Guerra Mundial. Diante disso, a Missão Instrutora perdeu a sua razão de ser junto a BM” (2010, p. 184). No entanto, os ensinamentos repassados pela Missão Instrutora se fizeram valiosos, especialmente quando a Brigada Militar foi chamada a sufocar os vários conflitos das décadas de 1920 e 1930.

Em 1923, após longos anos de relativa paz, eclodiu um novo confronto entre maragatos e chimangos. Dessa vez, o motivo do conflito foi a reeleição de Borges de Medeiros como governador do Estado, derrotando Assis Brasil. Os maragatos ou assisistas acusavam a comissão apuradora de votos de fraude eleitoral, o que acabou resultando em uma revolta armada. A Brigada Militar, como exército estadual cuja missão era manter a ordem, mais uma vez foi acionada para sufocar as insurreições. No entanto, embora o governo do Estado tenha montado um grande aparato organizacional com a Brigada, não houve grandes embates e a revolução não teve as mesmas proporções e nem a mesma longevidade da Revolução Federalista de 1893 (SANTOS, 2014).

Contida a revolução estadual, a Brigada Militar ainda se envolveria, entre o final da década de 1920 e o início da seguinte, em outros conflitos de âmbito nacional, como a Coluna Prestes (1925-1927), a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932. De acordo com Ribeiro, esse período ficaria conhecido como o “decênio histórico” da Brigada Militar.

No século XX, mais especificamente entre os anos de 1923 a 1932 a Brigada Militar entra em um momento histórico, que é conhecido como o “decênio histórico” ou como “Segundo Período Bélico”. Analisando os relatórios anuais do presidente da província da primeira República entre os anos de 1920 a 1930, conseguimos ter uma noção grande de porque

nesse período a instituição Brigada Militar passa pelo conhecido “decênio histórico”, nas mensagens deixadas pelos então presidentes provinciais percebe-se a todo o momento uma exaltação e um grande orgulho destes sobre essa força, é comum nos relatórios aparecer as ações da Brigada Militar, bem como os investimentos feitos pelo governo na corporação nesse período. [...] No decorrer dos anos os relatórios quando fazem referência às tropas da Brigada Militar apontam uma série de investimentos em termos de estruturação, isso é percebido principalmente entre os relatórios dos anos de 1925 a 1929, anos que comportam o chamado “decênio histórico” ou “segundo período bélico”. (RIBEIRO, 2013, a, p. 14, grifos do autor).

A participação da Brigada Militar na Revolução de 1930 garantiu o sucesso do levante organizado pelos apoiadores de Getúlio Vargas. Isso porque a força gaúcha foi o principal braço armado dos insurretos e contribuiu para a deposição do presidente Washington Luís. Com a chegada de Getúlio Vargas à presidência, há, novamente, uma centralização do poder, tal qual a existente antes da República. Durante seu governo provisório (1930-1934), Vargas tenta obter um maior controle sobre as forças militares estaduais, visto que a força pública de São Paulo teve grande participação na Revolução Constitucionalista de 1932. Para Ribeiro, Vargas “buscou ter um melhor relacionamento com o Exército e as polícias frente às questões políticas. No mesmo sentido, buscou a renovação no quadro dos oficiais para melhorar as relações do governo com as forças militares” (2013, b, p. 23). Assim, a reforma da organização militar foi realizada sistematicamente sob as bênçãos de Vargas, a quem interessava um aliado confiável e sólido (CARVALHO, 2005).

Nesse sentido, é possível perceber que, a partir da Revolução Constitucionalista de 1932, o governo central se deu conta do perigo que as forças estaduais poderiam representar caso não estivessem sob controle. Segundo Karnikowski, “essa revolução permitiu a ascensão do exército regular sobre as forças públicas, tirando o caráter de tropa militar delas, e transferindo a totalidade dessas prerrogativas ao Exército Nacional” (2010, p. 197). A atuação da força pública paulista na referida revolução foi fundamental para que o governo Vargas propusesse mudanças no setor militar, pois, conforme Ribeiro:

Podemos compreender o porquê do começo da intervenção do governo federal para a desmobilização e centralização dos exércitos estaduais [...] que existiam nessa época. Após a intervenção federal e a retomada parcial do controle das polícias, a União busca se mobilizar para revitalizar essas instituições. (RIBEIRO, 2013, b, p. 23).

Em 1934, foi promulgada uma nova Constituição Federal, em substituição à de 1891. A nova carta magna instituiu, em seu artigo 167, que as forças públicas estaduais passariam a ser chamadas de “polícias militares” e seriam consideradas reservas do Exército, gozando das mesmas vantagens a este atribuídas. Segundo Karnikowski, a Brigada Militar foi afetada por essa nova disposição da seguinte forma: “devemos recordar que desde 24 de maio de 1917, a

Brigada Militar passa a ser considerada como força auxiliar do Exército, condição que foi rebaixada na Constituição de 1934, para força de reserva” (2010, p. 198). Essa disposição visava controlar as forças estaduais, para que não se repetissem episódios como a Revolução Constitucionalista de 1932. Assim, é possível perceber que um dos “ganhos” proporcionados pela Missão Instrutora foi drasticamente alterado pela Constituição de 1934.

No ano seguinte, em 1935, foi promulgada uma nova Constituição Estadual no Rio Grande do Sul. O documento previa, no artigo 62, que cabia ao governador organizar a força militar do Estado, dentro da verba orçamentária destinada a esse serviço, assim como dispor, distribuir e mobilizá-la, a fim de manter a ordem pública. As duas novas constituições, federal e estadual, alteraram a organização das forças estaduais, conforme Karnikowski, no seguinte sentido:

Isso significava que praticamente todos os serviços policiais passavam a responsabilidade do Estado, a exceção das disposições previstas na Lei de Segurança Nacional de abril de 1935. Os municípios que tinham a responsabilidade pelo policiamento ostensivo perderam definitivamente essa atribuição. A Constituição de 1934 revogou a Constituição federalista e liberal de 1891. A despeito do seu formato muito mais social, ela era centralizadora e transferiu para a União a maioria dos poderes dos Estados. As forças militares estaduais foram, entre outras, as organizações mais afetadas por essa mudança que deveriam – dentro da designação de polícias militares pela Constituição – se adaptarem ao trabalho de policiamento. A Constituição de 1934 desencadeou o processo de *desbelicização* das milícias dos estados, atrelando-as como forças de segunda linha do Exército. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 199, grifo do autor).

Mesmo após as alterações provocadas pela Constituição de 1934, continuaram surgindo propostas no sentido de interferir nas forças estaduais, que passaram a ser chamadas de “polícias militares”. Assim, alguns oficiais do Exército, contando com o apoio de políticos, começaram a considerar mais vivamente a extinção ou a federalização das forças estaduais (KARNIKOWSKI, 2010). Nesse sentido, é possível perceber que as polícias militares estaduais, principalmente as do Rio Grande do Sul e São Paulo, que haviam recebido missões de treinamento, eram encaradas como um perigo à unidade nacional, em virtude de sua grande capacidade de mobilização e experiência bélica.

As referidas alterações provocaram uma profunda crise na Brigada Militar, que se viu relegada a realizar apenas a atividade policial. Para Karnikowski, “restavam às polícias militares somente dois caminhos: ou serem extintas ou realizarem policiamento ostensivo que estava destinada, conforme o estado, às guardas municipais, guardas civis ou à polícia administrativa” (2010, p. 200). Diante desse cenário, o comandante da Brigada Militar à época, coronel João de Deus Canabarro Cunha, editou um boletim no qual apontava para a nova realidade da corporação, ou seja, o policiamento do Estado.

Em 1937, os conturbados rumos políticos do país mais uma vez afetariam a Brigada Militar. Em outubro, Flores da Cunha, governador do Estado, renuncia ao cargo após diversos atritos com Getúlio Vargas, que via no governador um opositor a seus planos de permanecer no poder. Com o plano de enfraquecer Flores da Cunha, Vargas alterou o comando regional do Exército, colocando no cargo o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, e federalizou a Brigada Militar, para evitar que o governador a utilizasse como forma de resistência. Contrariado com as decisões do presidente, Flores da Cunha deixa o poder estadual, que passa a ser exercido por Daltro Filho, também nomeado interventor federal.

Em 1937, também seria promulgada uma nova constituição, que instituiu o Estado Novo e garantiu a permanência de Getúlio Vargas no poder. Para Ribeiro, o Estado Novo afetou as polícias militares da seguinte forma:

Com a consolidação do Estado Novo (1937-1945) e a aprovação da Constituição de 1937, iniciamos uma nova fase nas relações da polícia com o Estado, marcadas pelo centralismo do poder do governo federal sobre as competências das polícias militares. Na nova Constituição de 1937, vemos a afirmação de que as polícias militares são definidas como forças de reserva do Exército voltadas para a segurança interna e manutenção da ordem. A principal mudança que se apresenta a partir de 1937 refere-se à legislação e à organização das polícias, que passam a ser uma competência da União. A polícia no Estado Novo segue a sua função de ser um membro importante para a manutenção do sistema, pois é vista como uma instituição de relevante contribuição para o controle da sociedade. (RIBEIRO, 2013, b, p. 24).

Grande parte do efetivo da Brigada Militar gaúcha não concordou com as mudanças citadas anteriormente, pois os brigadianos se consideravam integrantes de uma instituição militar, e não de um órgão policial. Além disso, a atividade policial era totalmente desconhecida para os membros da Brigada, que não possuíam o treinamento adequado e estavam habituados ao cotidiano dos quartéis, cuja realidade era muito distinta. De acordo com Karnikowski, os oficiais da Brigada acreditavam que “o policiamento era tido como uma atividade desprezível, voltada para prender vadios, bêbados, prostitutas, malandros, assaltantes, criminosos e infratores e demais enjeitados da sociedade” (2010, p. 203).

Apesar do desacordo de alguns integrantes, a Brigada Militar iniciou a atividade policial no interior do Estado ainda no ano de 1937, através dos destacamentos policiais. Esses destacamentos policiais objetivavam o serviço de policiamento em todo o Estado, atuando na função preventiva e, também, repressiva (KARNIKOWSKI, 2010). Nesse sentido, os referidos destacamentos policiais foram a primeira inserção efetiva da Brigada Militar na atividade de policiamento.

Em 1945, Getúlio Vargas é deposto e o general Eurico Gaspar Dutra chegou ao poder através do voto popular. No ano seguinte, 1946, o Congresso Nacional aprovou uma nova Constituição, que novamente trataria das funções da polícia militar. Para Ribeiro, “naquela Carta Constitucional, são mantidos os direitos da União de legislar sobre a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, incluindo sua convocação e mobilização” (2013, b, p. 25). Assim, é possível perceber que as Constituições de 1934, 1937 e 1946 atribuem à União a competência de legislar e organizar as forças policiais dos Estados, em uma aparente tentativa de centralizar o poder e controlá-las.

É nesse contexto de mudanças que se encerra a Missão de Instrução do Exército na Brigada Militar. Iniciada em 1909, o treinamento se estendeu até 1946 e provocou transformações profundas na força gaúcha. Karnikowski conclui afirmando que:

Não resta dúvida que a Missão Instrutora teve como efeito, além do aprofundamento militar da força gaúcha, represou em muitos anos o seu processo de *policialização*, de sorte que a Brigada Militar se foi uma das últimas forças estaduais, juntamente com a Força Pública de São Paulo, a estar afeitas ao sistema de policiamento ostensivo, ainda que se argumente sobre os passos importantes dados na direção da *policialização* com os destacamentos de polícia, os “Pedro e Paulo”⁷⁸² e o Regimento de Polícia Rural Montada. A Brigada Militar em razão de sua herança fortemente bélica, formatada por um rigoroso treinamento profissional militar oferecido pela Missão Instrutora do Exército, que estava na raiz do Curso de Formação Militar, criava imensas dificuldades em formar uma cultura de polícia, sendo considerado pelo oficialato uma atividade de Estado sem a aureola da nobreza e sem perspectiva da glória imorredoura nos campos de batalha. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 184).

Assim, depreende-se que a Missão Instrutora, além de fomentar a profissionalização militar e de aproximar Brigada Militar e Exército Nacional, também foi responsável por atrasar o início da atividade policial, visto que a força gaúcha só viria a se dedicar exclusivamente ao policiamento durante a década de 1950.

Referências

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República Federativa do Brasil.

_____. Constituição (1937). Constituição da República Federativa do Brasil.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *De Exército Estadual à Polícia Militar: o papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892-1988)*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2010.

⁷⁸² “Pedro e Paulo”, na Brigada Militar, se refere ao policiamento realizado em duplas.

MARIANTE, Hélio Moro. *Crônica da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1972.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. *O Estado Republicano Rio-Grandense e o Monopólio da Coerção Física na Guerra Civil de 1893: Brigada Militar, Modernidade e Violência*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, 2002.

RIBEIRO, Lucas Cabral. *História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul*. XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH. Natal: 2013, (a).

_____. *Os onze da Brigada: as relações políticas da Brigada Militar e seus conflitos internos na consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo: 2013, (b).

_____. *A polícia militar e sua relação com a política, o Estado e o poder*. I Congresso Internacional de História Regional. Passo Fundo: 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1935). Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

SANTOS, Elheovandro José dos. *A Campanha da Legalidade: a percepção dos sargentos da Brigada Militar de Santa Maria sobre sua participação*. I Encontro de Pesquisas Históricas PUCRS. Porto Alegre: 2014.

SILVA, Amanda Siqueira da. *Atuação política da Brigada Militar no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. V Simpósio Internacional Estados Americanos: o Bicentenário das Independências (1810-2010). Passo Fundo: 2010.

_____. *Brigada Militar: aparelho repressivo do governo Republicano Rio-Grandense*. I Congresso Internacional de História Regional Mercosul: integração e desencontros. Passo Fundo: 2011.

_____. *A história da Brigada Militar nas páginas da revista Pindorama*. I Encontro de Pesquisas Históricas PUCRS. Porto Alegre: 2014.

Narrativas Biográficas e Autobiográficas

JUAN MANUEL BLANES E EDUARDO DE MARTINO: A TRAJETÓRIA DE DOIS PINTORES E/IMIGRANTES

Bárbara Tikami*

Cyanna Missaglia de Fochesatto**

O objetivo principal da presente pesquisa reside na apresentação das trajetórias de dois pintores que teriam se encontrado no final do século XIX: Juan Manuel Blanes (1830 – 1901), artista consagrado no Uruguai como o “pintor da pátria” e Eduardo de Martino (1838 – 1912), um napolitano militar que chegou à América do Sul vinculado a Marinha de Guerra de seu país, e frequentou o atelier do artista uruguaio após abrir mão da carreira náutica para se dedicar a atividade pictórica. Suas trajetórias profissionais e a mobilidade que gozaram permitiu que construíssem carreiras de sucesso. Portanto, tem-se como fio condutor a análise das trajetórias profissionais destes dois personagens que transitaram entre o novo e o velho mundo em busca de mercado de trabalho e de formação⁷⁸³ para desenvolver suas atividades laborais. Desta forma, atentamos para o aspecto e/imigrante de Blanes e De Martino na qualidade de indivíduos que em inúmeras ocasiões utilizaram a mobilidade como meio para alcançar *status* e fazer circular suas telas sempre em busca de novos espaços que favorecessem a venda de seus quadros, ou ainda a serviço do poder político. Destacamos o contexto de formação e consolidação dos estados-nações do Cone Sul, que na tentativa de legitimar esse processo político utilizavam do trabalho desses, e também de outros artistas para construir narrativas identitárias ao longo do século XIX, na América Latina.

No campo da história da arte a biografia dos diferentes artistas foi alvo de estudos desde que Giorgio Vassari (1511-1574) elevou essas figuras ao patamar de grandes homens⁷⁸⁴ devido a sua capacidade criativa (DOSSE, 2015). Embora ainda existam muitas biografias que intencionam construir um discurso modelar e edificante as renovações da literatura

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. Bolsista CAPES. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

⁷⁸³ Observamos que inicialmente Eduardo de Martino transitou devido à carreira militar, no entanto, posteriormente ele usou da mobilidade para buscar novos mercados consumidores de arte.

⁷⁸⁴ François Dosse (2015) considera que o grande homem era designado apenas às figuras heroicas, dotadas de uma série de virtudes, atribuídas segundo os valores próprios de cada época.

trouxeram um novo regime de escrita, na qual “(...) narrar as vidas é parte de uma revalorização do sujeito como agente no seu mundo” (GUIMARÃES, 2008, p. 23). Essa nova abordagem retirou as biografias da posição de gênero menor para colocá-las em um lugar privilegiado de experiências literárias. Destaca-se ainda que “a biografia histórica é, antes de tudo história, portanto, precisa se pautar pelos procedimentos de pesquisa e pelas formas narrativas próprias a essa disciplina que se propõe a explicar e/ou a compreender o passado” (SCMIDT, 2012, p. 195). Embora seja de grande relevância abordar a biografia de Juan Manuel Blanes e Eduardo de Martino este texto busca trabalhar apenas com suas trajetórias, pois aqui a biografia é entendida como um estudo mais abrangente, total, da vida de um biografado. Enquanto as trajetórias contemplam aspectos e recortes determinados da existência do investigado (WITT, 2016). A abordagem da vida dos artistas contemplada será seu aspecto e/imigrante, porém antes de tecermos essas considerações teóricas é primordial observarmos as armadilhas que um relato coerente de uma sequência dos acontecimentos com significados e direções conformadas por uma ilusão retórica podem causar (BOURDIEU, 1996).

Ao participar de um movimento migratório esses dois indivíduos⁷⁸⁵ foram marcados por sua lógica. Assim, ao mesmo tempo em que são considerados emigrantes, ao deixarem seus locais de origem, também são considerados imigrantes, ao chegarem a um novo lugar. Esse movimento se desenrola segundo uma ordem linear, na qual o indivíduo emigra para depois imigrar; o que possui duas dimensões: a de fato coletivo e a de itinerário individual (SAYAD, 1998). Cientes que Juan Manuel Blanes e Eduardo De Martino participaram de um movimento migratório, que teve a dimensão de fato coletivo, iremos abordar suas trajetórias apenas em seu sentido de itinerário pessoal já que as individualidades⁷⁸⁶ de ambos os destacaram da sociedade na qual viveram devido às suas capacidades de produzirem o novo por meio da arte.

Desta forma, faz-se notório destacar que ao longo do século XIX muitos foram os artistas que transitaram entre América e Europa na busca de novos estudos e novos mercados

⁷⁸⁵ Neste texto indivíduo é entendido segundo Norbert Elias (1994) como uma pessoa singular que existe de maneira conjunta e interdependente em uma sociedade – pluralidade de indivíduos.

⁷⁸⁶ O que chamamos “individualidade” de uma pessoa é uma peculiaridade de suas funções psíquicas, uma qualidade estrutural de sua auto-regulação em relação a outras pessoas e coisas. “Individualidade” é uma expressão que se refere à maneira e à medida especial em que a qualidade estrutural do controle psíquico de uma pessoa difere do de outra. Mas essa diferença específica das estruturas psíquicas das pessoas não seria possível se sua auto-regulação em relação a outras pessoas e coisas fosse determinada por estruturas herdadas, da mesma forma e na mesma medida em que o é a auto-regulação do organismo humano, por exemplo, na reprodução de órgão e membros (ELIAS, 1994, p. 43).

de arte. Esta mobilidade entre os pintores da América Latina estimulava a e/imigração. No caso dos dois indivíduos aqui estudados observamos que o deslocamento ocorria em função do trabalho. De Martino ao sair da Itália rumo à América procura cumprir seus deveres enquanto oficial da Marinha, porém a mudança da carreira militar para a carreira pictórica o inseriu no grupo de pintores que transitaram pela região platina durante a Guerra do Paraguai. Posteriormente ele retorna à Europa, possivelmente em busca de novos mercados e reconhecimento. Já Blanes, ao sair de Montevideo rumo à Itália, fazendo o trajeto contrário ao de De Martino foi buscar no Velho Mundo uma formação artística acadêmica de base neoclássica, considerada adequada uma vez que o ensino de arte latino-americano era tido como atrasado em relação ao europeu. Outrossim, a formação europeia cedia *status* aos artistas que migravam para estudar e residir por lá. Considerando também que a vinda de talentos da Europa para a América Latina era igualmente sinônimo de *status*, uma vez que aqui possuíam um reconhecimento que muitas vezes, devido ao mercado competitivo⁷⁸⁷, não conseguiam usufruir na Europa. Ao observarmos as trajetórias profissionais dos dois pintores atentamos, portanto, que a mobilidade foi um dos fatores de relevância para a produção, divulgação e circulação de suas pinturas. O processo de e/imigração e de mobilidade de artistas também foi responsável por uma transformação no quadro cultural da região platina, pois: “la intensificación de las dinámicas de movilidad y de migración modificó considerablemente las formas de producción y de consumo y, en consecuencia, las sociedades y las culturas” (DOMENACH, 2011, p. 35). Nas linhas que seguem serão apresentadas as trajetórias respectivamente de Juan Manuel Blanes e Eduardo De Martino, onde buscaremos apontar seus aspectos profissionais.

No dia 8 de junho de 1830, em Montevideo, nascia aquele que seria conhecido como o “pintor da pátria” no Uruguai: Juan Manuel Blanes, filho de Don Pedro Blanes e dona Isabel Chilaber Piedrabuena. O pintor iniciou suas atividades artísticas ainda muito jovem, aos 14 anos encontramos referências de seus primeiros desenhos e pinturas⁷⁸⁸. Nesse mesmo período começou a trabalhar no periódico *El defensor de la independencia Americana*”, onde era aprendiz de tipógrafo. No entanto, é na década seguinte que sua carreira artística começa de

⁷⁸⁷ Atentamos que este caso não se aplica de forma geral a todos os pintores, pois muitos como o próprio Eduardo de Martino retornaram à Europa em busca de um mercado consumidor de arte. Isto ocorria já que a circulação de pinturas na América latina era limitada em termos de público comprador, restrito aos setores políticos, interessados em formar uma iconografia nacional, e à uma pequena elite, interessada sobretudo na compra de retratos.

⁷⁸⁸ Em 1844 ele teria feito uma versão de *Comodoro Purvis*, em desenho. No ano seguinte, teria elaborado novamente um desenho em aquarela de inspiração francesa, a *Coqueta*.

fato a prosperar. Entre 1851-1853, iniciou a produção de retratos, sua maior fonte de renda, passou também a trabalhar na imprensa *La constitucion*, em 1851, se ocupando de ambas atividades. No ano de 1855 ele se muda para Salto (Salto Oriental) com María Linari de Copello, sua então esposa e com o filho pequeno Juan Luis. (LAROCHE, 1963, p. 10 -11). Essa década traz um marco significativo para sua carreira, pois ele consegue fazer um importante contato para suas futuras produções, já que vai vir a pintar diversos painéis e quadros para o general Urquiza⁷⁸⁹, ajudando na decoração da sua casa.

Em 1859, Blanes retorna com a família à Montevideo e monta novamente seu estúdio. Neste mesmo ano entra com uma solicitação junto ao governo pedindo uma pensão para poder custear seus estudos artísticos na Europa. Ao receber o parecer positivo, esse momento torna-se um divisor de água na sua carreira, pois o estudo na Europa é a abertura da trilha que vai levá-lo a se tornar o “pintor da pátria”, no Uruguai. Assim, no ano de 1861 viajou com sua esposa e filhos para à Itália com uma pensão de \$72 dólares para custear sua formação. (IGLESIA, 2011, p. 42). Em 27 de dezembro começa a trabalhar na academia de Florença com o mestre italiano Antonio Ciseri (1821 - 1891), aprofundando seus aprendizados na arte acadêmica, que consistia, grosso modo, a seguir determinado padrão estético espelhado nas obras da antiguidade clássica. Era um método de ensino plástico que pelo fim do século XIX também absorvia referências românticas, aspectos das correntes realistas e simbolistas, mas buscava manter o rigor formal e as técnicas e estilo das escolas neoclássicas. Ressalta-se também que dentro desses padrões, a natureza morta e a paisagem, bem como a produção de retratos e pinturas históricas, se configuravam nos temas preferidos dos pintores. Este modelo de produção artística atravessa a proposta estética e juntava-se a um desejo político que, entre outras coisas, fazia parte de um ideal civilizador e um projeto de confirmação identitária do processo de consolidação dos Estados-nações. Blanes ao estudar na Europa a pintura histórica com seu mestre Ciseri, teve por ambição retornar ao Uruguai para pintar os “grandes temas” nacionais⁷⁹⁰. E, assim: “Su disposición a emprender esta tarea estaba fundada en el propio clima político, social y cultural que se vivían en el país”. (PELUFFO LINARI, 2000, p. 19). Sendo este tipo de produção artística uma necessidade política para: “[...] nutril el sentimiento

⁷⁸⁹ Justo José de Urquiza y García (1801 - 1870) foi um militar e político argentino, sendo presidente da Argentina nos anos de 1854 até 1860.

⁷⁹⁰ Observa-se que Blanes estava desenvolvendo sua pintura acadêmica quando está já estava perdendo o fôlego na Europa. No entanto, seu gosto pela pesquisa histórica o fazia encarar seu trabalho como artista como algo transcendente. (MALOSETTI COSTA, 2013, p. 185).

emergente de identidad nacional y contribuir indirectamente a la unidad política del Estado. (PELUFFO LINARI, 2000, p. 19).

Blanes possui uma trajetória de grande complexidade no sentido de rastrear todas suas redes e vínculos sociais, uma vez que transitou entre artistas de renome na Europa e também entre toda a alta classe social e política do Uruguai e da Argentina. Envolvido com a nata intelectual e de elite uruguaia não à toa Blanes acabou tornando-se um fenômeno artístico, o “pintor da pátria”. Foi também reconhecido por todo seu país em vida e também após a morte, tendo sempre obtido um amplo mercado consumidor, bem como uma grande aceitação entre seus conterrâneos.

Sobre o consumo da arte neste momento e sua circularidade ela serviria para além do desejo político e da máquina estatal, mas a arte do século XIX tinha como função a construção de identidades e de demonstração do projeto de formação dos Estados-nações, construindo um imaginário nacional através das imagens. Mas, além disso, no século XIX os retratos foram elaborados como a mesma intenção de criar e firmar um determinado *status*. Foi esta elite retratada que constituiu os principais compradores e encomendantes das obras e são por meio dessas famílias que suas telas circulavam quando não estavam sob aquisição do setor político, para depois residir nas paredes dos gabinetes do governo e prédios públicos.

Em 1864 já sob o governo do General Flores⁷⁹¹ no Uruguai, Blanes retorna à Montevideo com a família já detentor de um grande prestígio. Os anos de 1865 até 1879 foram períodos de maior produção do artista e também os anos em que pintou suas telas de maior sucesso⁷⁹², sendo, portanto neste momento que se consagrou profissionalmente no Uruguai. Ainda em 1864, tão logo chegou à Montevideo teria se mudado por questões políticas, indo residir em Buenos Aires, onde continuou ativamente trabalhando em sua pintura. A metade da década de 60 e toda a década de 70 foram fundamentais para ele estreitar suas relações e apresentar suas obras no Uruguai e também fora do país. Contudo, além das viagens internacionais e exposições na Europa que participava, Blanes teve uma forte relação com a Argentina, para onde viajou por conta da forte epidemia de febre amarela, fato este que lhe rendeu dois quadros: *La Fiebre Amarilla en Montevideo* e *San Pedro*, ambos perdidos. (IGLESIAS, 2011, p. 41-42). Já na década de 1870 retornou à Buenos Aires onde

⁷⁹¹ Venancio Flores (1808 - 1868) foi um militar e político uruguaio, sendo também presidente do Uruguai em dois momentos: 1854 até 1855 e, posteriormente, em 1865 até 1868.

⁷⁹² Entre essas telas destacam-se: *La Fiebre Amarilla en Buenos Aires*; *El Juramento de los 33 Orientales*; *El asesinato de Flores*, *La Revista de Rancagua*; e o retrato de sua mãe, e outros.

pintou diversas obras de temática histórica e campesina, e o famoso quadro retratando mais uma vez a epidemia de febre amarela, do ano de 1871, intitulada *Un episodio de la fiebre amarilla en Buenos Aires*⁷⁹³. Foi reconhecido pelos seus trabalhos na Argentina, Chile e Brasil, onde expos e mandou retratos de políticos para cada região. Entre suas andanças, o *Diario El Día* (1864, s/d), ainda afirma que: “El gran pintor uruguayo que fué a Chile y había viajado por la República Argentina, que conocía tanto Europa, había andado por Oriente y recorrido las capitales de los países balcánicos [...]”. Entre os anos de 1871 e 1872 Blanes pinta um quadro de tema chileno, intitulado *Carreras en el Sotano de Mendoza* e o *Últimos momentos del Gral. Carreras*. Sobre esta última tela: “Los últimos momentos de Carrera fue pintado, en su versión original, por Juan Manuel Blanes en la ciudad de Montevideo entre 1872 y 1873”.

Ainda em meados de 1870, parte para Santiago, no Chile, onde pintou o retrato de sua família e também o retrato do Ministro J. C. Arrieta⁷⁹⁴. Mostrou suas obras na *Exposición Internacional de Santiago*, no Teatro Municipal. Foi lá que apresentou as telas de grande sucesso como *La revista de Rancagua*, *Últimos momentos del Gral. José Miguel Carrera*, esta última adquirida pelas autoridades do país. (LAROCHES, 1963, p. 26). Também expôs o elogiado *Retrato equestre do general León de Palleja*. Além de ter sido aclamado em sua estadia no Chile, ganhou, por essa exibição, a medalha de segundo lugar. Alguns anos mais tarde, participou com sucesso da *Exposición Continental de Buenos Aires*, ocorrida em 1882.

No ano de 1891, regressou à Montevideo, onde residiu por menos de uma década até retornar a Europa. Foi um período de grande perturbação pessoal ao artista, sendo um ano muito impactante, pois recebeu a notícia da morte de seu filho Juan Luis, na Europa, que teria sofrido um acidente no trânsito e o desaparecimento de seu outro filho, Nicanor. Além disso, seu irmão Mauricio estava agonizando em seus dias finais. Mesmo assim, Blanes segue trabalhando, elaborando pinturas como *El altar de la pátria*; *El resurgimento de la pátria*; *La inocência*; e por fim pinta a famosa *La revista del rio negro*. Abalado com todos os acontecimentos que se sucederam, em 1898, Blanes retorna à Europa na tentativa de encontrar Nicanor, mesmo não sabendo seu paradeiro. Fixou residência em Pisa, aos setenta e oito anos de idade, onde seguiu procurando o filho e também trabalhando em algumas telas. Dentre

⁷⁹³ Este quadro foi um dos mais conhecidos do artista, tendo causado grande repercussão e comoção quando de sua exposição, pois retratou um dos episódios mais sensíveis da saúde pública de Buenos Aires.

⁷⁹⁴ No Chile aproveitou para fazer estudos para o quadro *La Batalla de Maipú*, mas que nunca chegou a ser realizado. (LAROCHES, 1963, p. 26).

seus trabalhos, tentou finalizar *La batalla de Sarandi*, em 1900, mas que ficou inconclusa, já que no ano seguinte, em 5 de abril de 1901, ele veio a falecer neste mesmo local, sem ter encontrado ou tido notícias do filho Nicanor.

Diferente de Juan Manuel Blanes, que foi objeto de pesquisa de forma bastante significativa ao longo do século XX⁷⁹⁵, nem a biografia e nem as obras de Eduardo de Martino foram alvo de muitos estudiosos. A maior parte dos pesquisadores que dedicaram alguma atenção ao assunto o fizeram de maneira paralela e/ou complementar a outras temáticas⁷⁹⁶. Assim, a questão ainda permanece aberta e carente de discussão, com o qual este artigo pretende contribuir.

Em Meta di Sorrento, no dia 29 de março de 1838, nascia Eduardo de Martino. As gerações de sua família se dedicavam ao trabalho náutico. Seu avô paterno trabalhou na marinha mercante e seu pai chegou ao posto de Primeiro Piloto da Real Marinha das Duas Sicílias, poucos meses após o nascimento do artista, ele faleceu. Porém sua carreira militar garantiu à viúva uma pensão que foi suficiente para prover o sustento da família e possibilitar aos filhos homens avançarem nos estudos e na carreira naval. Desse modo, com onze anos, após concluir a escola regular e a facultativa escola secundária, o artista pode iniciar o aprendizado náutico. Possivelmente ele frequentou a escola naval de Nápoles, pois além da proximidade do local em relação à sua residência, seu pai havia estudado nessa renomada instituição que contava com professores e benfeitores de mesmo sobrenome que o seu. Ao término dos estudos o pintor iniciou um estágio embarcado, pois para se tornar piloto além do diploma também eram necessários seis anos de experiência em navegação. Em 1863, depois de adquirir os requisitos prévios, ele recebeu o título piloto de terceira classe e passou a integrar as fileiras da recém-constituída Marinha Real Italiana (PUGLIA, 2012).

Segundo Luigina de Vito Puglia (2012) parte da formação artística de Eduardo de Martino ocorreu simultaneamente à sua formação náutica-militar. Embora a possibilidade dele

⁷⁹⁵ Algumas das leituras que contribuem para a elaboração de uma trajetória sobre o artista são: *Derrotero para una historia del arte en el Uruguay*, de W. E. Laroche (1963); *De Blanes a nuestros dias*, da Comision nacional de Bellas Artes (1961); *Los gaúchos de Blanes*, de Jose Pedro Argul (2002); *Catálogo da exposicion Juan Manuel Blanes (1830-1901)*, do Museo Nacional de Bellas Artes (1941).

⁷⁹⁶ Dos trabalhos dedicados exclusivamente a Eduardo de Martino podemos citar: *Edoardo de Martino: Pintor e Marinheiro* de Ana Maria de Moraes Belluzzo (1988), *Eduardo de Martino no Brasil* texto sobre a exposição de mesmo nome de Max Justo Guedes (1997), *A Guerra do Paraguai: o discurso e a memória nas telas de Eduardo de Martino e E Fez-se a Memória Naval: a Coleção Edoardo de Martino no Museu Histórico Nacional* ambos de Walter Luiz Pereira (1999), *Eduardo de Martino. Pintura de marinha e política no império do Brasil de Luciano Migliaccio* (2015) e *Mar calmo nunca fez bom pintor. As pinturas de marinha de Eduardo de Martino (1868-1876)* de Raphael Braga de Oliveira.

ter sido autodidata⁷⁹⁷ não seja descartada, Puglia ressalta a probabilidade de o pintor ter frequentado o ateliê de artistas que se dedicavam às encomendas de ex-voto⁷⁹⁸. Ela também faz uma ressalva sobre o possível estudo do pintor no Instituto de Belas Artes de Nápoles⁷⁹⁹, já que o único dado acerca dessa relação com a instituição é sua nomeação para professor honorífico de pintura em 1902, o que não garante que ele tenha frequentado o estabelecimento anteriormente. Já os estudos com Juan Manuel Blanes na América do Sul, foram confirmados por W. E. Laroche (1963) e por Puglia (2012). Os autores afirmam que os artistas realizaram juntos a obra *Incêndio ao Vapor América*⁸⁰⁰. Mesmo que a relação entre os pintores careça de maior aprofundamento encontramos referências da obra de Blanes na produção de De Martino. Pois, além de aspectos formais, podemos perceber a temática dos gaúchos, significativa na obra de Blanes, presente em alguns esboços⁸⁰¹ que De Martino realizou durante a Guerra do Paraguai; bem como o tema das pinturas de marinha⁸⁰², especialidade de De Martino, nas obras de Blanes⁸⁰³.

Mesmo que a história da arte brasileira considere o século XIX um período marcado por grande circulação de pintores estrangeiros – decorrente da chamada missão artística francesa e sua repercussão no exterior – a vinda de Eduardo de Martino ao Brasil não pode ser atribuída a este fato. Ela deriva de sua atividade militar, pois o artista chegou à América do Sul vinculado a Marinha de Guerra Italiana, para fazer parte da Divisão Naval de seu país no Rio da Prata. Esta divisão exercia funções políticas e diplomáticas para representar as numerosas comunidades de imigrantes presentes na região (PUGLIA, 2012). Além dos conflitos bélicos que atingiram o local na segunda metade do século XIX, a existência da

⁷⁹⁷ Esta informação também é fornecida por José Maria Dos Reis Júnior (1944) e Quirimo Campofiorito (1983),

⁷⁹⁸ No contexto em que o artista viveu, esse gênero de quadros era muito requisitado por navegantes e proprietários de navios. Sua finalidade era o pagamento de promessas aos santos católicos, o agradecimento por um retorno seguro ou pela construção de uma embarcação, na região de Nápoles destacaram-se os ateliês de Piero Lauro e Eduardo Scarpatti, os quais o artista pode ter frequentado.

⁷⁹⁹ Informação trazida por Anna Maria de Moraes Belluzzo (1983), Romano (ROMANO, 1994 Apud PUGLIA, 2012) e Walter Luiz Pereira (1999).

⁸⁰⁰ Embora os autores afirmem que a obra tenha sido realizada pelos dois pintores no Museu de Artes do Uruguai ela aparece apenas como se fosse de Eduardo de Martino. In: <http://acervo.mnav.gub.uy/obras.php>. Acesso: 19 Setembro 2018.

⁸⁰¹ Nos desenhos: Figura masculina e cavalo, Acampamento com carroça, Autorretrato, Generale Lopez che fuyge, Rendição de Lopez, Ibarra das flores al território orientale dell Uruguay pertencentes à Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) podemos perceber referências à obra de Blanes, sobretudo em relação à temática do gaúcho.

⁸⁰² Observamos que como a taxonomia dos gêneros de pintura nem sempre obedece a regras rígidas o que este trabalho entende por pintura de marinha está ligado a imagem que no âmbito da pintura de paisagem feita na América Latina do século XIX e início do século XX tenha como referência o elemento água, seja em um ambiente ribeirinho ou marítimo.

⁸⁰³ Rada de Montevideo e Apunte sob a tutela do Museu Nacional de Artes Visuais do Uruguai.

divisão – e não apenas uma unidade de apoio político e diplomático – é justificada pelo fato de imigrantes italianos controlarem a navegação interna e o comércio de cabotagem nas regiões de fronteira entre Brasil e Uruguai (FRANCO, 2003, Apud RUGGIERO, 2015).

A mobilidade de Eduardo de Martino é primordial para entendermos seu percurso, e o motivo de divergências entre os autores brasileiros⁸⁰⁴, pela região platina durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Mesmo que o artista tenha produzido diferentes imagens no decorrer de todo o período em que esteve na região, esse trajeto deve ser considerado em dois momentos distintos. Inicialmente quando ele ainda estava vinculado à Marinha Italiana e posteriormente quando percorreu a região como pintor oficial do Brasil.

Entre 1864 e 1866 a fragata Ercole, na qual o artista estava lotado, esteve entre os portos de Buenos Aires e Montevidéu. Em 07 de maio de 1866, quando De Martino era responsável por medir o leito marítimo e traçar a rota de navegação, a embarcação sofreu um acidente e encalhou próximo ao estreito de Magalhães. Embora a comissão de inquérito incumbida por apurar as possíveis causas e responsáveis não tenha chegado a nenhuma conclusão sabemos que após o sinistro ele esteve na Europa, onde participou da Batalha Naval de Lissa⁸⁰⁵ e retornou em 1867 para a Divisão Naval Italiana, já situada em Montevidéu (PUGLIA, 2012).

No retorno para a América do Sul, Eduardo de Martino parou em Recife e no Rio de Janeiro onde pode ter conhecido importantes figuras do oficialato náutico do Brasil, como Barroso⁸⁰⁶, Tamandaré⁸⁰⁷ e Alvim⁸⁰⁸. Para Walter Luiz Pereira (1999) tais amizades associadas à aptidão para a arte levaram o artista a ser nomeado pintor oficial pelo imperador Dom Pedro II, e lhe garantiram lugar de convidado de honra a bordo das embarcações brasileiras enquanto realizava seus esboços no teatro de operações da Guerra do Paraguai. É

⁸⁰⁴ Sobre a permanência de Eduardo de Martino no Paraguai, André Toral (2001) questiona as obras de Laudelino Freire (1916) e Anna Maria de Moraes Belluzzo (1983) por se basearem apenas nas datas e anotações dos desenhos feitos pelo artista. Segundo Toral, ao percorrer a região o pintor realizou desenhos de observação da paisagem local ao mesmo tempo em que criou cenas de batalhas baseado em diferentes informações captadas a posteriori já que ele não presenciou todos os combates desenhados. Ainda sobre o percurso do artista na América Latina, Walter Luiz Pereira (1999) se baseia em desenhos datados de 1866 e aponta a possibilidade dele ter estado em dois momentos distintos no continente.

⁸⁰⁵ Um conflito entre franceses e venezianos contra uma esquadra britânica, que ocorreu no Mar Adriático durante as Guerras Napoleônicas.

⁸⁰⁶ Manoel Barroso da Silva (1804-1822) comandou as duas divisões navais brasileiras responsáveis por isolar o Paraguai, dentre elas a Batalha Naval do Riachuelo que mudou o curso do conflito em favor da Tríplice Aliança.

⁸⁰⁷ Joaquim Marques Lisboa (1807-1897) foi responsável pela Esquadra brasileira, a qual alcançou Corrientes na Argentina no ano de 1865.

⁸⁰⁸ Francisco Cordeiro Torres e Alvim (1822-1883) que atuou nas importantes batalhas de Curupaiti e Humaitá e foi promovido a chefe da divisão naval em 1867.

importante esclarecermos que quando o pintor foi apresentado ao imperador brasileiro ainda estava vinculado à Marinha Italiana. Ele só renunciou à carreira náutica militar, provavelmente em meados de 1867, após o término de um período de licença utilizado para realizar as encomendas feitas por Dom Pedro II (PUGLIA, 2012).

A desistência da carreira militar associada ao acidente com a fragata Ercole geraram diferentes hipóteses na literatura. Estas foram reputadas por Puglia (2012) quando supõe que Eduardo de Martino tenha se voltado para a carreira artística devido ao cansaço em relação às guerras, já que ele teria a marinha mercante como garantia de trabalho caso fracassasse. Outro fato que precisa ser considerado acerca da baixa do serviço ativo na Marinha Italiana, solicitada pelo pintor, é o cenário artístico dos países envolvidos na Guerra contra o Paraguai. Embora o mercado consumidor e produtor de arte do Cone Sul não fossem tão amplos quanto o europeu os artistas encontravam um ambiente de trabalho promissor, pois a produção de pinturas era parte de um projeto inspirado nas academias europeias; implantado, em boa parte, pela iniciativa oficial e subsidiado pelo Estado e Forças Armadas, interessados em estabelecer uma iconografia nacional (TORAL, 2001).

Se inserirmos a grande quantidade de obras⁸⁰⁹ feitas por Eduardo de Martino enquanto ele esteve na América do Sul no contexto de produção e circulação de imagens da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, podemos entender a grande mobilidade que o artista teve pela região. Pois seu comportamento pode ser interpretado de modo análogo ao dos fotógrafos que contribuíram para a iconografia do evento bélico. Esses partiam de um certo lugar depois de “fazer a praça”, ou seja, vender sua produção para o maior número de compradores possível, em uma determinada região atingida pela guerra (TORAL, 2001, p, 79). Portanto, é bastante provável que depois de produzir uma quantidade de obras em algum local o pintor tenha se deslocado para outro em busca de novas encomendas.

No período em que Eduardo de Martino esteve na América do Sul seu reconhecimento enquanto artista se deu pela exibição de sua produção em importantes mostras. Dessas destacamos a presença de seus trabalhos nas exposições da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, da qual foi eleito membro correspondente⁸¹⁰, e nas Exposições Universais

⁸⁰⁹ Em artigo do Diário do Rio de Janeiro o Dr. Salvador de Mendonça menciona um total de 343 obras, porém este dado deve ser problematizado tendo em vista que Romana levanta xx obras existentes. O fato de muitas das obras terem mudado de nome ao longo dos anos é uma possível variável do número apontado por Mendonça, que não necessariamente corresponde à realidade.

⁸¹⁰ Diário do Rio de Janeiro de 5 de novembro de 1871.

de Viena, em 1873, e da Filadélfia, em 1876. A revoltada publicação do artista no *Jornal do Comércio*⁸¹¹ acerca da exibição de sua tela na sala da Espanha durante a Exposição Universal de Viena de 1873⁸¹² destaca como a suposta neutralidade política do imigrante é uma mera ilusão. Pois ao mesmo tempo em que ele ressalta as despesas gastas pelo governo imperial brasileiro como razão para alocar sua tela em uma sala destinada ao Brasil ele também menciona sua nacionalidade italiana como razão para destinar a tela em uma sala da Itália, negando seu lugar de alógeno e de não-nacional (SAYAD, 1998).

Em 1875, mesmo com o sucesso profissional, Eduardo de Martino mudou-se para a Inglaterra. Esta decisão pode ter decorrido de uma busca por novas emoções e desafios associada à admiração pela cidade de Londres, ou pelo desejo de encontrar novos compradores para suas telas. Já que a monarquia brasileira começava a esboçar sinais de desgaste – que também seriam refletidos no cenário artístico – decorrentes, dentre outros motivos, da Guerra contra o Paraguai (SCHWARCZ, 1998). Na Inglaterra sua carreira também foi muito prolífica, recebeu diversas encomendas, participou de viagens oficiais com os monarcas e foi condecorado *Marine Painter in Ordinary* membro da *Royal Victorian Order*. Em 1879, foi acometido por o que hoje entendemos como acidente vascular cerebral (AVC), o que gerou problemas na fala e na mobilidade do braço direito. Em 1909 passou por um segundo AVC, o que dificultou ainda mais a locomoção do lado destro do corpo, até falecer em Londres, no dia 21 de maio 1912, em decorrência de um terceiro AVC. (PUGLIA, 2012).

As biografias dos artistas aqui abordados foram marcadas pela mobilidade decorrente de seus trabalhos. Embora inicialmente De Martino tenha se deslocado em função de sua atividade militar, e Blanes, já idoso, tenha se mudado para Pisa com intuito de procurar o filho Nicanor, o trânsito entre a Europa e a América do Sul foi bastante significativo para suas trajetórias pictóricas. Essas são importantes brechas de acesso para o passado dos países da América Latina, pelos quais os pintores circularam no final do século XIX.

⁸¹¹ *Jornal do Commercio* de 11 de maio de 1874.

⁸¹² Na Exposição Universal de Viena apenas Eduardo de Martino e Pedro Américo representaram o Brasil com quadros a óleo, esse pequeno número de expositores fez com que a organização alocasse as obras de Pedro Américo (*Batalha de Campo Grande* e *A Carioca*) na sala da Bélgica, possivelmente porque o artista realizou seu doutorado nesse país, e de Eduardo de Martino na sala da Espanha (CARDOSO, 2007). Segundo Raphael Braga (2017) não existe registro acerca de qual tela de Eduardo de Martino tenha sido exposta, apenas há uma menção em um artigo escrito por França Júnior em 11 de janeiro de 1873 no periódico *A Vida Fluminense* sobre uma batalha naval no Chaco.

Nesse contexto a formação e consolidação dos estados-nacionais careciam de uma plataforma de saber específico, capaz de legitimá-los enquanto mecanismo de controle. Assim, a arte e as demais ciências humanas, adquiriram uma função específica que estava associada ao ideal civilizador dos projetos de construção identitária das diferentes nações. Tais projetos influenciaram diretamente a produção e consumo de arte, sobretudo no período e região em que ocorreu a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança, marcada por intensa produção iconográfica e trânsito de artistas. Enquanto De Martino encontrou nesse conflito inspiração para grande parte de suas obras ligadas à temática brasileira, o mesmo confronto é escasso como escolha de tema de pintura ligada à história uruguaia para Blanes. Isso pode ser explicado pela reprovação do “pintor da pátria” em relação à participação de seu país no evento bélico (TORAL, 2001).

Embora o mercado consumidor e produtor de arte do Cone Sul não fosse tão amplo quanto o europeu, os artistas encontravam um ambiente de trabalho promissor principalmente nas encomendas dos Estados, carentes de expressões para a construção de seus imaginários nacionais. Fato esse que por outro lado gerou obras limitadas aos seus interesses que estavam voltados para o gênero de pintura histórica e para uma estética acadêmica de base neoclássica. Destarte, podemos afirmar que as pinturas de temática histórica efetuadas por Blanes podem ser classificadas como arte de artesão, já que o artista realizou suas criações de acordo com os interesses e regras estabelecidos por um encomendante específico, o estado uruguaio. Já De Martino, ao produzir para o estado brasileiro também tem parte de suas obras classificadas como arte de artesão. Porém, a sua tentativa de fazer quadros sem um comitente específico, ou seja, para um mercado anônimo, e depois vendê-los em leilões como o realizado em 1875⁸¹³ insere parte de sua produção na chamada arte de artista. (ELIAS, 1995).

Além dos governos outros importantes compradores de obras de arte eram as figuras das elites locais interessadas na aquisição de retratos, cuja finalidade era firmar um determinado *status* social. Nesse sentido as relações sociais, que carecem de maior espaço de análise, estabelecidas pelos artistas foram fundamentais. Sobre o gênero de retratos, podemos afirmar que foi amplamente produzido por Blanes. Já De Martino embora também os tenha feito dominava pouco a reprodução das figuras humanas tendo se especializado nas pinturas de marinhas. Essas despertavam pouco interesse na elite local. O que pode explicar uma busca

⁸¹³ Fonte: O Globo 01 de abril de 1875.

por novos mercados quando o artista se mudou para a Europa, onde a temática paisagística estava em alta.

Ressaltamos ainda que ambos os artistas gozaram de grande reconhecimento ao longo de suas carreiras, no Cone Sul, e isto fica evidenciado pelos círculos sociais que estavam inseridos, pelas suas redes e vínculos, pelas exposições que participaram e pelos inúmeros quadros criados. Os quais foram adquiridos por seus encomendantes e/ou compradores, sejam eles membros da alta sociedade ou do poder político e militar. Desta forma, a circularidade, seja das obras ou dos próprios pintores, apontam aspectos fundamentais de suas trajetórias artísticas e, podemos afirmar, de significativo sucesso ao longo do século XIX e início do XX. Estas trajetórias profissionais que concederam a Blanes o título de “pintor da pátria” e a De Martino uma bem sucedida carreira, respondem a um contexto político específico que os insere no mercado de arte enquanto indivíduos produtores de narrativas históricas. Essas contribuíram para a construção de imaginários sociais e identidades e também fomentaram a criação de uma ideia de nação independente através das pinturas de teor histórico. Os processos de imigração na vida destes dois indivíduos que aqui foram estudados apontam para uma e/imigração baseada em aspectos exclusivamente profissionais, onde mercado de trabalho e formação foram propulsores da saída de suas terras natais e responsáveis por uma ampla mobilidade que lhes favoreceu ao longo de suas carreiras. Isto ampliou as redes relacionais e os espaços de divulgação de suas pinturas, beneficiando, inclusive, que os dois se encontrassem e trabalhassem juntos em determinado momento de suas trajetórias.

Referências

- ARGUL, José Pedro. **Proceso de las artes plásticas del Uruguay**. Desde la época indígena al momento contemporáneo. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1975.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (Org.). **Edoardo de Martino: Pintor e Marinheiro**. São Paulo: Companhia São Paulo de Petróleo/ Pancrom, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- COSTA, Laura Malosetti. El primer retrato de Artigas: Un modelo para desconstruir. In: **Revista Caiana - Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA)**. N. 3, 2013. Disponível em: <http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article_1.php&obj=112&vol=3> Acesso em 20 de jun 2018.
- CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2011.

- DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Ed. USP, 2015.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- _____, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil**: 1838-1857. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.
- IGLESIAS, Eduardo Sellanes. *Juan Manuel Blanes 1830-1901 el pintor de la pátria*. 2011. Disponível em: <http://www.onsc.gub.uy/onsc1/images/stories/Publicaciones/RevistaONSC/r46/obras.pdf> Acesso em: 9 jul. 2018.
- PEREIRA, Walter Luiz. E Fez-se a Memória Naval: a Coleção Edoardo de Martino no Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, 1999. Rio de Janeiro/RJ. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. XXXI, 1999.
- PELUFFO LINARI, Gabriel. **Historia de la pintura en el Uruguay**. El imaginario nacional-regional 1830-1930 de Blanes a Figari. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.
- PUGLIA, Luigina de Vito. **Eduardo de Martino**. Da ufficiale di marina a pittore di corte. Monghidoro: Com-fine edizioni, 2012.
- SCHMIDT, Benito Bisso. O historiador e as dimensões do relato biográfico. Entrevista com Benito Bisso Schmidt. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 450, ano XIV, p. 37-40, 11 ago. 2014. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao450.pdf>.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TORAL, André Amaral de. **Imagens em Desordem**: a Iconografia da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- W. E. LAROCHE. **Derrotero para una historia del arte en el Uruguay**. Tomo III. Montevideo, Uruguay: 1963.
- WITT, Marcos Antônio. Excepcionais normais? A(s) trajetória(s) de três pastores no Sul do Brasil (1824-1893). **História Unisinos**, v. 20, n. 3, 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2016.203.05>.

UMA ABORDAGEM SOBRE DESLOCAMENTO E MIGRAÇÕES, NUMA NARRATIVA (AUTO)BIOGRÁFICA

Júlia Andressa Schütz

julyaschutz@gmail.com

Tamara Conti Machado

conti.tamara@gmail.com

Jorge Luiz da Cunha

jlcunha11@yahoo.com.br

Resumo: O artigo desenvolve-se a partir da pesquisa de mestrado em Educação, que encontra-se em desenvolvimento, sob a orientação do professor Dr. Jorge Luiz da Cunha. Este projeto teve início durante a graduação em Artes Visuais de uma das autoras, e também teve apoio no Núcleo de Estudos sobre Memória e Educação- CLIO da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. O artigo aqui apresentado é composto por quatro momentos, sendo o primeiro momento um relato (Auto)Biográfico, sobre as memórias de infância de uma das autoras, sendo elas advindas de um meio rural, e sobre o seu percurso de saída de casa para uma cidade maior para dar continuidade aos estudos. Num segundo momento, são abordados os desdobramentos dos conceitos, que norteiam esta pesquisa, sendo eles: o Imaginário, a Memória e as Narrativas (Auto)Biográficas. Ao final, partindo da declaração do Papa Francisco que todos somos migrantes nesse mundo, pretende-se tensionar e provocar o leitor a refletir e resignificar sobre os conceitos de Deslocamento e Migração.

Palavras-chave: Memória. Narrativas (Auto)biográficas. Deslocamento

Introdução

O presente artigo desenvolve-se a partir de um recorte da pesquisa em mestrado da Universidade Federal de Santa Maria, RS - UFSM do Programa de Pós-graduação em Educação. O trabalho, que teve seus passos iniciais na graduação em artes visuais de uma das autoras, alargou-se a partir do grupo de estudos Núcleo de Estudos sobre Memória e Educação - CLIO, coordenado pelo professor Jorge Luiz da Cunha, da UFSM. O grupo de pesquisas CLIO se caracteriza por ser interdisciplinar, composto de estudantes e colaboradores de diferentes áreas do conhecimento. Assim, as discussões no grupo sempre nos proporcionaram transitar em áreas diversas de nossa formação, tornando nossas discussões e trabalhos mais solidificados, também permitindo novas bases epistêmico-metodológicas nossas pesquisas.

Portanto, a pesquisa aqui apresentada, originou-se a partir de seminários de discussão realizados no grupo de estudos sobre o conceito de ‘*migração*’ e sobre a possibilidade de

pensarmos novos conceitos, entre eles o conceito de *'deslocamento'*. Sob essa perspectiva de análise reflexiva que propomos pensarmos nesta nova abordagem. A presente escrita parte da narrativa (auto)biográfica de uma das autoras, comungando com os conceitos de *'Imaginário'*, *'Memória'* e sobre a Metodologia da Pesquisa (Auto)biográfica, ao final pretende-se realizar uma abordagem reflexiva relacionando as memórias e os deslocamentos. O tema a ser trabalhado no artigo ainda é um campo que está em construção.

A narrativa de uma história de vida

Aqui reproduzimos a narrativa de uma das autoras deste texto, expressando suas memórias e história de vida. Na verdade o reconhecimento da importância do narrar-se:

“... uma atenção muito particular e um grande respeito pelos processos das pessoas que se formam, ... respeitando a natureza processual da formação, o método biográfico constitui uma abordagem que possibilita ir mais longe na investigação e dos processos de formação e dos subprocessos que o compõem.” (NÓVOA; FINGER, 2010, p. 23).

A história de vida de Júlia Andressa Schütz é a base empírica da reflexão que desenvolvemos. A entendendo como um contributo a novas alternativas formativas de educação:

- “Há muito tempo atrás, ou mais especificamente no dia 23 de novembro, do ano de 1992, começam as dores de parto de Dona Lisane, minha mãe, a primeira filha nasce, batizada de Júlia Andressa Schütz. No meu registro de nascimento consta como natural de Santa Maria - RS, mas nunca me via natural desta cidade. Cresci e tive toda a minha infância e adolescência em uma pacata cidade da Quarta Colônia, região próxima à cidade natal. Agudo é formada pelos primeiros imigrantes alemães provenientes da Pomerânia, que por ventura colonizaram as primeiras terras próximas as margens do Rio Jacuí, na segunda metade do século XIX. A localidade também foi conhecida como berço da colônia Santo Ângelo. Em linhas gerais, posso dizer que sou oriunda de uma região que tem costumes e crenças bem pertinentes deste povo.

Pois bem, sou parte de uma família de fumicultores, cultura esta que também veio destes imigrantes, uma vez que as terras que foram colonizadas à margem do Rio Jacuí seriam adequadas para plantação de arroz, e as terras mais afastadas do rio tornaram-se terras de plantação de fumo. Sou filha desta cultura que até hoje planta tabaco para tirar o sustento da casa, e como minha mãe diz: “é daqui que tiramos dinheiro para vocês terem uma vida melhor”. Foi assim e continua sendo até os dias atuais.

A minha infância desenvolveu-se neste meio, lembro-me de sempre estar a brincar no meio da plantação de fumo e, em nossas brincadeiras (eu e meu irmão) sempre estávamos a criar, em nosso mundo imaginário, o mundo dos adultos. As representações eram as vidas de meu pai e de minha mãe. Em um episódio lembro-me que as varas de fumo que servem para pendurar o fumo, se tornavam os nossos cavalos, corríamos o dia inteiro com as varas como se fossem cavalos de montaria. Ao passar a época das brincadeiras, já nos envolvíamos com a plantação do tabaco, ajudamos a plantar, a colher, a separar e fazer manocas de fumo. A cena que tenho desses tempos é de sempre estarmos juntos na lavoura trabalhando com nossos pais. O trabalho era pesado o trabalho mas também divertido. Outra *'lide'* que gosto de lembrar, era quando meu pai ou minha mãe cortavam pasto para os animais, via aquele pequeno campo coberto por uma fina pastagem verde que parecia um tapete, em que nós rolávamos sobre ele.

Cresci com essa vida e, com certeza, tenho orgulho do quê minha mãe e meu pai fazem, pois é uma vida digna. Mas o tempo se fez, tive que ir a escola, como todos, porém, não gostava muito. Sempre fui *'bicho do mato'*, brincávamos livres todos os dias, e agora, tínhamos que ficar um turno todo sentados em uma cadeira e olhando para um quadro negro, isso não era interessante para uma criança. Estudava em uma escola pequena do interior do município de Agudo, próximo de minha casa. Tudo era simples e, como disse antes, vivia em outro meio em outra cultura.

Lembro-me de um fato que marcou minha vida, minha mãe teve que fazer uma pequena cirurgia, e o único local mais próximo onde era possível fazer esse procedimento médico era na cidade de Santa Maria. Pois bem, a cirurgia foi marcada, lembro que aquilo foi o motivo que trouxe toda a família à Santa Maria. Quando cheguei, tudo era diferente, *'tudo era grande'*. Lembro-me quando passei pelo arco – portão de entrada - da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, meu pai me olhou e disse: - “Agora tu vais conhecer onde tu nasceste e onde tu vais estudar quando for mais velha”. Fiquei olhando meu pai! Pois, para mim não tinha sentido o que ele estava falando. Como iria estudar em algum lugar tão grande, cheio de prédios? Aquilo era tudo novo para mim.

Posso dizer agora que tudo aquilo me faz sentido agora. Acabei terminando os meus estudos do Ensino Médio, e ficando por um ano em casa ajudando os meus pais na lavoura. Mas alguma coisa me incomodava. Pensava comigo mesma, se era isso mesmo que faria a minha vida inteira? Pensei melhor e no ano seguinte prestei o vestibular para ingresso na UFSM. Pois bem, agora sim tinha sido aprovada para realizar o Curso de Artes Visuais em

Santa Maria; acabei, então, me deslocando de Agudo e vindo morar dentro do Campus da UFSM, na Casa de Estudantes. Mas, como eu disse, nunca me via vivendo em um lugar assim. Acho que pelo fato de não estar acostumada com um lugar todo calçado, cheio de cimento por todo o lado, não gostava, e não gosto, pois ainda aprecio do verde que me cercava, na infância e início da juventude, no interior de Agudo.

Com isso, voltava todos os finais de semana para casa de meus pais, pois a tradição e a cultura de estarmos ajudando uns aos outros na lavoura sempre foi bem forte. Além de sempre estarmos juntos, seja em volta do fogão a lenha, nos dias de inverno; ou, todos os dias no entardecer para tomar chimarrão; ou, reunidos em volta da mesa para almoçar e jantar. Eram essas coisas que, por mais simples que fossem, sempre me movimentavam e continuam a me estimular a voltar para a casa de minha família”.

Esta narrativa, sua significação como um processo de *‘movimentação pessoal’*, pode ser assemelhado com o processo de migração, uma vez que “é uma experiência diretamente relacionada com a identidade e subjetividade de um indivíduo” (GOELLNER, 2015, p. 3).

Podemos então perceber que “o fenômeno migratório é um fenômeno complexo que abarca diferentes causas e sofre influência de diferentes fatores, desta forma não tem como existir um único tipo de migração ou uma única forma de olhar este fenômeno” (GOELLNER, 2015 p.4). Portanto, ao fazer estes pequenos movimentos de migração ou de deslocamento, percebemos que muitas vezes eles estão relacionados às expectativas, aos anseios, e com a busca de níveis de satisfação pessoal e até mesmo de novos conhecimentos.

Com o tempo acabei percebendo que o que eu estava fazendo no Curso de Artes Visuais me movimentava. Gostava de ficar no ateliê de pintura, no prédio do Centro de Artes e Letras da UFSM, e de estar envolvida com afazeres da licenciatura. E, somente após um tempo decorrido na graduação percebi que poderia juntar todas essas coisas, poderia em minhas pinturas trazer as minhas memórias e expressar minhas percepções do meio sociocultural em que estou inserida e perceber que os movimentos de deslocamentos que me estranhavam - do local de minha infância para o local da fase adulta, tanto espaço, quanto social e biológico -, me constituem como um sujeito singular.

O imaginário

O primeiro conceito-chave que norteia a pesquisa aqui apresentada é o conceito de *‘Imaginário’*. Parte-se dele para recriar as memórias aqui narradas, bem como o trabalho plástico realizado por Jùlia Andressa Schütz. Fez-se necessário abordar o conceito de

‘Imaginário’, sendo este o “conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, através dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade ou a si mesmo” (JAPIASSU; MARCONDES, 2006, p. 143). Trabalhar com ‘Imaginário’ implica trabalhar com o que ‘rompe’ com o mundo físico, com a possibilidade de algo ‘não-existente’ que, todavia, mantém algum vínculo com o existente (bagagem do mundo ‘real’). Diferente da ‘Memória’, o ‘Imaginário’ trazido à tona não diz respeito ao real (em sentido forte).

O ‘Imaginário’, no contexto das aulas de artes, desempenha um papel de extrema importância pois, a partir dele, os sujeitos são capazes de criar qualquer coisa de ‘forma aberta’, isto é, a experiência da novidade, da descobrir outras formas; para assim romper com o real e se mover em direção ao irreal, ao mundo da imaginação em que tudo é possível, crível e inventável – ao mesmo tempo maleável e vinculado com a própria realidade. Nesse sentido, as definições de Bachelard (embora use o conceito de ‘Imaginação’), valem para o conceito de ‘Imaginário’ compreendido como o que é próprio da capacidade de imaginação. De acordo com ele,

[...] graças ao imaginário, a imaginação é essencialmente aberta, evasiva. É ela, no psiquismo humano, a própria existência da abertura, a própria experiência da novidade. Mais que qualquer outro poder, ela especifica o psiquismo humano. Como proclama Blake: ‘A imaginação não é um estado, é a própria existência humana.’ [...] A imaginação literária, a imaginação falada, aquela que, atendo-se à linguagem, forma o tecido temporal da espiritualidade e que, por conseguinte, se liberta da realidade (BACHELARD, 1990, p. 1-2).

GOUVÊA (2006) sintetiza esta definição de Bachelard da seguinte maneira: Enquanto compreender, através do uso da razão, envolve um diálogo com o real, com as ideias socialmente construídas, a imaginação [ou imaginário] transcende o passado e a realidade imediata, ela nos liberta do concreto e nos lança nas diferentes possibilidades de significação do real. A imaginação permite o desenvolvimento do pensamento criativo, fundamental para inserção no mundo (p. 558). Desse modo, trabalhar com o ‘Imaginário’ implica trabalhar com a capacidade de, evocando objetos ou situações vividas, formar novas imagens. ‘Imaginário’ é o mundo sensível que rompe com o mundo físico, que evoca o ‘não existente’, mas mantém algum vínculo com o ‘existente’, sendo “evocad[o] antes de ser descrit[o]” (BACHELARD, 1997, p. 126). Em vista disso, ‘Imaginário’, abordado nas Artes Visuais, mostra-se um caminho de novas (res)significações e de novos olhares, sobre si mesmo, e, até mesmo, sobre o outro.

A memória



(Fonte: Arquivo pessoal - Júlia A. Schütz)

Figura 1 – Pintura do terceiro semestre em ateliê. *Die Pflanzler* (Os plantadores), óleo sobre tela, 2014.

Ao recorrer as memórias da infância Júlia Andressa Schütz, se recorda de uma história que acredita ser a base, talvez o cerne da pesquisa (pesquisa esta desenvolvida tanto nos ateliês de graduação, quanto no mestrado). Buscando descobrir por que a temática da memória se fez tão viva em suas atividades, apela à sua ‘memória voluntária’ – aquela que evocamos quando necessário, quando vamos até nossas memórias buscar algo que queremos contar (BERGSON, 1999) – e com esta memória ‘em mãos’, conta porque este tema a acompanha desde a infância:

- “Em março de 2002 estávamos, uma amiga, meu irmão e eu, a brincar – era o que mais fazíamos quando estávamos juntos! E, neste dia, brincávamos de bicicleta. Andávamos por todo o pátio, íamos de um lado para o outro. Não tínhamos medo de nada. Mas com a falsa desculpa de que “o pátio de casa era pequeno demais para brincarmos”, resolvemos andar em outro lugar; um lugar que minha mãe não gostava que fôssemos. Ainda assim, insistimos com ela até, finalmente, ela permitir! Então, fomos andar de bicicleta na estrada de chão que ficava perto de casa. Esta estrada de chão batido era cheia de pedras, mas fomos para lá naquele dia. Brincar ali seria mais interessante, pois nos sentiríamos mais livres.

Na estrada, a diversão seria garantida, tinha subidas, descidas, desvios e muito pó. E assim, foram idas e vindas de bicicleta. Eu tinha uma pequena bicicleta vermelha que adorava! Achava que nada me aconteceria quando estivesse andando com ela. Meu irmão, porém, não tinha bicicleta. Por isso, revezava com ele, para cada um andar um pouco. Assim, andamos de bicicleta até ‘enjoarmos’. Mas como não parávamos quietos, resolvemos fazer corridas de bicicleta e ver quem chegava primeiro até a entrada que dava acesso à nossa casa.

Fizemos um acordo: - o ganhador de cada corrida andava mais uma vez, e o perdedor passaria a sua bicicleta para o outro que estava sem, para ele também brincar. E crianças sempre querem ganhar. Pois minha vez havia chegado, e eu pensava que deveria correr o mais rápido possível com a bicicleta para poder brincar mais tempo. Eu estava ganhando de minha amiga na corrida mas, em uma das decidas que havia na estrada, ocorreu um pequeno descuido. Na verdade, um pequeno acidente. No meio do caminho não havia uma pedra, havia dois cachorros (a pedra, como vamos ver, apareceu só depois!). Ao ver os dois animais na minha frente, eles começaram a brigar diante da bicicleta e, quando pensei em desviar dos animais, no desespero, fiz outra coisa, fechei os olhos para não ver que eu os atropelaria. Mas algo diferente aconteceu naquela descida.

Não me lembro de algumas cenas do ocorrido, porque naquele dia perdi minha memória. Pela narrativa de outras pessoas, eu havia desviado dos cachorros mas, perdido o controle da bicicleta, teria caído no chão. Segundo meu irmão, eu havia caído e batido a cabeça em uma pedra na estrada. Mas, como recém mencionado, a partir daí, não me lembro de nada. Assustados meu irmão e minha amiga levantaram-me do chão e levaram-me para casa. De acordo com eles, eu conversava e falava que estava tudo bem. Conta minha mãe que, chegando em casa eu a chamava de ‘irmã’ e que, quando a ambulância chegou, eu chorava e dizia que não queria ser presa (isso porque talvez eu achasse que se tratava de um carro da polícia por causa do som da sirene). Assim, com a urgência do caso, me levaram às pressas ao Hospital Universitário de Santa Maria para exames. Isso tudo aconteceu sem eu ter consciência do que estava se passando. Acabei retomando a minha consciência aos poucos, quem eu era, quem eram meus pais, quem era meu irmão, onde eu morava. Mas a memória do instante daquele acidente eu não tenho, apenas tentei reconstruí-la a partir da narrativa de outros e busquei recriá-la da melhor maneira possível com meu imaginário”.

Tem-se, a partir da experiência de vida guardada na memória, acima descrita, um exemplo, que é em função disso que a temática da memória se mostra tão importante para a narradora, porque a partir deste acidente ocorrido na infância passou a perceber e hoje percebe

que a ‘Memória’, compreendida como “a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas” (LE GOFF, 2003 p. 275), refere-se à (auto)construção do indivíduo. Deste modo é perceptível que:

“Todo o entendimento que temos do mundo e de nós mesmos, além de ser construído na linguagem e pela linguagem, se dá também por meio das histórias, das narrativas que contamos e que ouvimos sobre os outros e sobre nós mesmos. As narrativas, nesse sentido, possuem um papel central em relação aos modos e como construímos o mundo e como nos construímos, e por isso são tomadas, em diversas áreas do conhecimento, como sendo um importante objeto de análise” (FREITAS, 2017, p. 4).

Como professora de Artes Visuais, para Júlia Andressa Schütz, a instigação para o uso da memória contada em sala de aula foi desenvolvida a fim de discutir e pensar as diferentes memórias que estão em nós, sendo os sujeitos estimulados a estabelecer associações com algumas memórias de suas infâncias, visando, assim, gerar uma maior compreensão e um olhar mais atento ao mundo e com o mundo, a infância e ao ‘Imaginário’ a partir das Artes Visuais. A narradora, compreende, portanto, ‘Memória’ como “Capacidade de reter um dado da experiência ou um conhecimento adquirido e de trazê-lo à mente (...), capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado de mesmo tipo, portanto, como uma capacidade de evocar o passado através do presente” (JAPIASSU; MARCONDES, 2006, p. 183).

Através da ‘Memória’ é possível compreender melhor cada indivíduo: - seu cotidiano, o meio em que está inserido. No âmbito da docência, em particular, uma abordagem a partir da ‘Memória’ permitiu à narradora, como docente, se aproximar de cada aluno de forma mais significativa. Permitiu dialogar, trocar experiências e até mesmo compartilhar histórias. Por conseguinte, uma vez que há esta possibilidade de troca, a capacidade de evocar, o ato de trazer à tona a ‘Memória’ não se limita somente ao campo meramente subjetivo. Ao retomá-la do passado, o sujeito relaciona sua ‘Memória’ com vários fatores sociais, culturais e até históricos. De fato, quando invocamos a memória, sabemos que ela é algo que não se fixa apenas no campo subjetivo, já que toda vivência, ainda que singular e autorreferente, situa-se também num contexto histórico e cultural. A memória é uma experiência histórica indissociável das experiências peculiares de cada indivíduo e de cada cultura (SOUZA, 2007, p. 63).

Sendo assim, se “a memória aparece como elemento fundamental na articulação de sentidos entre o indivíduo e o coletivo” (SOUZA, 2007, p. 65), podemos dizer que a ‘Memória’ se torna uma importante ferramenta para compartilhar saberes em sala de aula.

Além disso, trabalhar com a memória, seja a memória institucional ou a do sujeito, faz emergir a necessidade de se construir um olhar retrospectivo e prospectivo no tempo e sobre o tempo reconstituído também a possibilidade de investigação e de formação de professores. Pois, a memória é escrita num tempo, um tempo que permite deslocamento e ressignificação das experiências vividas e guardadas (SOUZA, 2007, p. 63-4).

Portanto, na memória está contida a singularidade do sujeito, ao expressá-la ele faz emergir a percepção de suas experiências no meio sociocultural em que está inserido. O sujeito, ao vivenciar experiências, significa e ressignifica de forma diferente de outros, assim formando sua singularidade. Apesar de uma pessoa pertencer à uma mesma coletividade, inserida em uma sociedade, as ressignificações de suas vivências vão diferenciá-la de outros sujeitos, como alicerce de sua singularidade e da consciência de si.

As narrativas (auto)biográficas



(Fonte: Arquivo pessoal – Júlia A. Schütz)

Figura 2 – Pintura do terceiro semestre em ateliê. *Putzen Tabak*. (Capinando fumo), óleo sobre tela, 2014.

A narratividade (auto)biográfica norteia o presente trabalho e a pesquisa em que se fundamenta, pois ela permite dar sentido as memórias que constituem o sujeito, permite acessar as experiências rememoradas e dar sentido as suas vivências no presente.

“Se a autobiografia fornece um modelo tangível do modo como nossa consciência *trabalha* o material da vida, díspar, heterogêneo, fragmentado, para construí-lo em um conjunto dotado de unidade e coerência. (...) [de modo que] o autobiógrafo representa para si sua vida como um todo unitário e estruturado com o qual relaciona os momentos de sua existência (...) [fazendo] da vida vivida (*erlebtes Leben, Erlebnis*) o curso da vida (*Lebensverlauf*) (...) [e] essa experiência biográfica cumulativa é igualmente o lugar de experiência e de produção da *identidade do eu*”. (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 57-8).

Uma primeira aproximação, para Júlia Andressa Schütz – cuja narrativa de si é a base desta reflexão textual – com as narrativas autobiográficas no meio acadêmico foi a partir do Grupo de Estudos sobre Memória e Educação – CLIO, um grupo consensualmente reconhecido e chamado no meio acadêmico de ‘Povo de Clio’. Esta denominação do grupo está vinculada a uma das filhas de Zeus e Mnemósine, a deusa da memória, chamada de ‘Kleiō’ (Clio), ‘a que faz famoso’. No entanto, percebendo que este grupo é o que dá para cada um de seus participantes um grande reconhecimento e valor para as investigações e contribuições na área da pesquisa em educação. Portanto trabalhar com o fato de narrar é enunciar uma experiência particular refletida, sobre a qual construímos um sentido e damos um significado a existência humana do sujeito individual do dos coletivos sociais. Garimpamos em nossa memória, consciente ou inconscientemente, aquilo que deve ser dito e o que deve ser calado (SOUZA, 2007, p. 66), neste processo constante e vital de auto significação e de significação dos contextos de inserção – natureza e sociedade.

Através da narrativa aprendemos a dar sentido a tudo que fazemos. O recurso metodológico em nossas pesquisas, que se destaca tanto no meio acadêmico, quanto em atividades externas realizadas pelo Grupo de Estudos CLIO da UFSM, tem por objetivo proporcionar uma reflexão e permitir aos sujeitos envolvidos uma tomada de consciência da importância das experiências presentes em suas memórias na constituição e sentido de seu presente.

Assim, através do ato de narrar, podemos retirar várias experiências próprias de cada indivíduo. Narrando fatos que julgamos ser pertinentes em nossa vida e para o nosso aprendizado, buscamos, em nossas memórias, fatos que possam ter sentido para nós e para os outros. Se a “narrativa é uma forma de compreender a experiência” (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p.51), aprendemos quando nos colocamos naquele mundo narrado, quando nos colocamos em um determinado contexto. De fato, se entendemos o mundo de forma narrativa, como fazemos, então faz sentido estudá-lo de forma narrativa. Pois, para nós, a vida – como ela é para nós e para os outros – é preenchida de fragmentos narrativos,

decretados em momentos históricos de tempo e espaço, e refletidos e entendidos em termos de unidades narrativas e descontinuidades (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p.48).

Mas neste processo de criação/aprendizagem, tornamo-nos criadores tanto do próprio ‘eu’, quanto do ‘eu-do-outro’, pois trabalhar com narrativas, não é somente contar uma história ou um processo para conhecer e dar sentido a si mesmo, “mas fazer com que ela [a própria narrativa] provoque sentidos” (CUNHA, 2018, p. 208). Desse modo, a estrutura narrativa – em particular, a (auto)biografia, isto é, a ‘Narrativa’ garimpada da ‘Memória’ – tem também um fator sócio educacional, uma vez que dá importância tanto ao sujeito que narra a sua história, quanto àquele que escuta, lê ou recebe esta narrativa. Percebe-se que “é por meio das narrativa que damos sentido a nós mesmos e ao mundo, as narrativas também são performance daquilo que é descrito/contado” (FREITAS, 2017, p. 4).

As (auto)biografias possuem esse caráter, pois dizem respeito ao sujeito em sua plenitude – isto é, em seu contexto social, em sua trajetória pessoal e profissional, sendo isso o que permite (res)significações. Além disso, podemos compreender “a narrativa como expressão da memória que imprime identidade” (CUNHA, 2012, p.100), e isso a tal ponto que o caráter de narração permite “entender a consciência de si como trespassada por uma multiplicidade de elementos não fixos, proporcionado a compreensão da subjetividade e a produção de conhecimento” (Id., Ibid., p.100). Sendo assim, o recurso da ‘Narrativa’ (aliado à Memória) serve não só à pesquisa acadêmica, mas também para futuras atividades no campo da docência. Portanto, de grande importância estratégica nos contextos atuais de crítica e combate à liberdade, à diversidade e à igualdade, por elites conservadoras e retroativas. As *práxis* educativa (escolares e não escolares) associadas ao reconhecimento de si e à consciência humana são fundamentais e necessárias politicamente para a preservação da história em seu papel de dignificação do humano.

Uma vez que “contar a própria história tem o poder de aliar passado e presente, não apenas encontrando justificações para o que somos, mas também revelando possibilidades de ser” (CUNHA, 2012, p.101), é reconhecível que, “o exercício de desvelamento que caracteriza a pesquisa autobiográfica fundamenta-se na memória ((Id., Ibid., p. 101), justificando, portanto, a ferramenta metodológica das narrativas – em particular, das narrativas de caráter (auto)biográfico – como norteadoras da pesquisa apresentada e descrita neste texto.

Deslocamentos

Ao discorrermos sobre os principais conceitos que nortearam a pesquisa até o momento, passamos, nesta parte, à análise da narrativa e escrita de si e sua relação com os conceitos de ‘ Migração ’ e ‘ Deslocamento ’. O conceito de ‘ Migração ’, em sua definição hegemônica, consiste no ato do sujeito mudar do lugar de origem para outro lugar, um lugar de destino – espaço de novo viver, nova vida, e novos contextos econômicos, políticos e culturais. As motivações para a ‘ Migração ’ são as expectativas de ‘ Deslocamento ’ de situações trágicas, de risco, de condições precárias de vida, para novas alternativas existenciais, em novos espaços geográficos, sociais, culturais, enfim ‘ novas possibilidades de sobrevivência e de vida ’.

Os migrantes eram retratados e interpretados, na história e outras áreas das ciências sociais e humanas tradicionais, na maioria das vezes, apenas quando se deslocavam por fatores econômicos. Um exemplo disso, está alicerçado na afirmação de que “(,,,) por certo a migração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; nisto, encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o espaço.”(SAYAD,1998, p.15).

Partindo das narrativas de Júlia Andressa Schütz, uma das autoras deste texto, percebe-se que os conceitos de ‘ Migração ’ e ‘ Deslocamento ’ não são somente relacionados com fatores econômicos, mas sim com fatores estreito e intimamente ligados, ao sujeito em sua subjetividade, contexto onde podemos colocar o conceito de ‘ Migração ’ como um ‘ Deslocamento ’, uma escolha de cada sujeito para e com suas mudanças e transformações. Portanto, as migrações são inerentes as experiências humanas, isto é, um fenômeno humano característica e intimamente unido ao próprio ser. Assim, ressalta-se a importância das narrativas de migrantes através da arte. Pois, a expressão artística possibilita o contato com o universo social e cultural dos sujeitos envolvidos.

Conforme Zigmunt Bauman (2012, p. 44) a identidade não é algo óbvio e dado. Tende-se a pensar que o sujeito nascido em um determinado Estado Nacional ou de uma determinada etnia se sinta automaticamente pertencente aquele Estado. Percebe-se que depende mais do sujeito se sentir identificado com o contexto em que está inserido, por suas experiências e pelo modo como significa e ressignifica as mesmas. Porém, existem outros elementos que contribuem para a formação de uma identidade ou cultura, que não são dados pelo sentimento de pertencimento a um determinado Estado Nação, ou seja, de um discurso de pertencimento a um território – objetivo e subjetivo - que não reflete a realidade do sujeito.

A questão de identidade pode ser considerada uma construção. A partir de elementos ameadados, pela experiência do sujeito em um determinado contexto social e do que ele escolhe para fazer parte de sua identidade. A construção da identidade independe da associação a um Estado Nacional e a uma determinada etnia. A cultura não possui fronteira territorial:

A ciência afirma significados; a arte os expressa [...]. O exemplo de uma sinalização talvez ajude. Ela orienta a rota de alguém para algum lugar, digamos, uma cidade. Não proporciona, de nenhum modo, uma experiência dessa cidade [...]. O que ela faz é expor algumas das condições a serem satisfeitas para se obter essa experiência [...] expõe as condições em que é possível ter a experiência de um objeto ou uma situação. Ela é boa, isto é, constitui uma afirmação eficaz, na medida em que as referidas condições sejam expostas de um modo que possa ser usado como uma *instrução* para se chegar à experiência. (DEWEY, 2010, pp. 182-3)

Os migrantes, através de sua presença e de seus constantes deslocamentos, nos permitem perceber a dimensão das paisagens sociais diversas (APPADURAI, 2004). Enfrentar as realidades, próximas ou distantes, com coragem não significa negá-las, mas compreendê-las em todo o seu processo de construção histórica, implicando os sujeitos envolvidos na tarefa de colaborar, dialogar e acolher, aprendendo com as diferenças e dificuldades (SANTOS, 2017, p. 406). Portanto, não importa se o deslocamento é entre Estados nacionais, localidades internas de cada Estado, ou deslocamentos subjetivos dos sujeitos - mudanças de paradigmas-, na verdade, é preciso estar disposto a estabelecer uma relação de empatia.

Portanto, a arte pode ser considerada como uma lente estereoscópica, um meio de se aproximar da realidade dos migrantes, emigrantes ou imigrantes, para além de definições que os definem. Pois, é através da subjetividade do sujeito, que se pode acessar através da arte e da contextualização social e temporal, sua existencialidade histórica e presencial. Uma alternativa que permite compreender e valorizar a dimensão cultural e a identidade dos sujeitos humanos, por sua própria natureza sempre em movimentação. Uma forma de aproximação e de significação da realidade humana, inclusive como estratégia de resistência e de esperança por um futuro mais justo e igualitário.

Considerações finais

Através do relato de vida de uma das autoras deste texto percebe-se que ela ao narrar-se busca dar sentido ao que lhe incomodava no presente, a adaptação ao novo contexto social em que estava inserida e precisava se adaptar. Para tanto, encontrou na pintura, na arte, a forma de ressignificar suas experiências de vida, através do resgate da memória nas telas de

pinturas. Espaços em que busca expressar suas experiências da infância e mudanças que a levaram para fase adulta. A partir das narrativas (auto)biográficas, é possível acessar a subjetividade do sujeito, pois a memória refletida na arte pode dizer sobre as significações e ressignificações das lembranças, dos sentidos dados para as vivências experienciadas.

A abordagem dos deslocamentos relacionados com a memória e a arte, traz uma perspectiva de análise, de percepção e problematização das experiências de rupturas que as pessoas passam em suas vidas. Não é preciso que haja mudança de um país para outro para que se considere e se reconheça um deslocamento. As rupturas dadas por essas mudanças, que podem ser externas (territórios, espaços geográficos), mas também internos (subjetivos), em que o sujeito precisa lidar com mudanças íntimas, ligadas a sua constituição enquanto sujeito.

A arte nos aproxima, nos causa estranhamentos ao desnaturalizar o modo de perceber o mundo. Ao mesmo tempo que nos conforta, nos desestabiliza. Por ter esse alcance nos sujeitos, consideramos importantes as associações da memória, da arte, das narrativas e dos deslocamentos dos sujeitos como forma de sensibilização dos envolvidos nas experiências propostas que visam associar esses conceitos, tanto em espaços educacionais escolares e não escolares, estes últimos incluem exposições e outros contextos e experiências artísticas. Portanto, uma práxis que propicia o protagonismo de cada pessoa e a torna um ser agente no seu contexto sociocultural.

Referências:

APPADURAI, A. *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema, 2004.

BACHELARD, G. *O ar e os sonhos: ensaios sobre a imaginação do movimento*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____, G. *A água e os sonhos: ensaios sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Bauman, Zigmund. *Ensaio sobre o conceito de Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BERGSON, H. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CUNHA, J. L. da. Pesquisas com (auto)biografias: interfaces em tempos de individualização. In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; PASSEGGI, M. da C. (Org.). *Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica - Tomo 1 (Coleção Pesquisa (Auto)Biográfica)*. 1ed. Porto Alegre: EDUFERN / EDIPUCRS / EDUNEB, 2012, v. 1, p. 95-113.

CUNHA, J. L. da. Escrever Histórias para convencer os outros: Memórias, diários e cartas de imigrantes. In: Revista Brasileira (Auto)biográfica. Salvador: V. 03, n. 07, p.235-256, jan./abr.2018.

DELORY-MOMBERGER, C. *Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto*. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

DEWEY, J. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREITAS, L. F. R. *A negociação de significados sobre identidades regionais: modos de ser e de agir de três alunos migrantes em um mundo permeado por estereótipos e preconceitos*. In: 7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e 4º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, 2017, Canoas - RS. Anais do 7º Seminário Brasileiro/4º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, 2017. p. 1-14.

GOUVÊA, M. C. S de., Infância, memória e cinema: nas imagens das origens, a origem da imagem. In.: TEIXEIRA, I. A. de C.; LAROSSA, J.; LOPES, J. de S. M. (orgs). *A infância vai ao cinema*. São Paulo: Autêntica, 2006, 75-88.

GOELLNER, I. A. de. *Estudantes Migrantes na Universidade de Brasília, Perfil e modos de vida: Uma prospecção à adoção do ENEM (Exame Nacional Do Ensino Médio) Como sistema avaliativo*. XXX Congresso ALAS, Costa Rica: 2015, 01- 11.

JAPIASSU, H; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NÓVOA, A.; FINGER, M. (Orgs.). *O método (auto)biográfico e a formação*. Natal: UFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

SOUZA, E. C. de. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. In.: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (Org). *Memória e formação de professores*. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 59-74.

SANTOS, J. *Bauman e as migrações a partir da perspectiva dos direitos humanos*. In.: Revista café com Sociologia: V:6, nº2, mai./jul.,2017.

SAYAD, A. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

CONSTITUINDO REDES: A CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MANSUETO BERNARDI

Bernardo Luchini Bisatto
Graduando em História
Universidade de Caxias do Sul

Katani Maria Monteiro Ruffato
Doutora em História
Universidade de Caxias do Sul

Mansueto Bernardi foi o primeiro grande nome de destaque do município de Alfredo Chaves, hoje Veranópolis, e o primeiro italiano a obter reconhecimento nos mais diversos estratos da burocracia estatal exercendo cargos de alto escalão, que talvez nem fossem de conhecimento da maior parte de seus “conterrâneos”. Porém, a maior visibilidade de sua trajetória de vida está atrelada à sua face de poeta e literato. Todas as homenagens que lhe são conferidas na cidade lembram sua intensa atividade como incentivador da cultura e da leitura, destacando sua amizade com Erico Verissimo, Manoelito de Ornellas, Eduardo Guimaraes e outros tantos nomes consagrados da literatura sul-rio-grandense, deixando velada sua atuação como político, seu envolvimento com o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), sua amizade com Borges de Medeiros, Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas, figuras imprescindíveis para a compreensão da história política do Rio Grande do Sul e do Brasil. A produção acadêmica que envolve seu nome está quase, ou totalmente, voltada à sua atuação como diretor da Livraria Globo ou à análise de seu pensamento e de seus textos. Chegamos ao fim da segunda década do século XXI, no ano em que Bernardi, um dos símbolos da cidade de Veranópolis e um intelectual de importância considerável para o Rio Grande do Sul, completaria 130 anos, sem conhecer historicamente sua trajetória política. Portanto, esta lacuna histórica constituiu-se como justificativa para este estudo que analisa os primeiros movimentos dessa trajetória política a partir da constituição e da dinâmica de suas redes de

relações⁸¹⁴.

A inserção deste estudo na perspectiva da escrita biográfica parte do pressuposto de que as sucessivas gerações “aceitaram a aposta biográfica. Cada qual mobilizou o conjunto de instrumentos que tinha à disposição” (DOSSE, 2009, p. 11). Distante do modelo da escrita de vidas do regime antigo de historicidade, o qual privilegiava as virtudes dos feitos dos grandes homens como exemplos a seguir, este estudo percorre um caminho metodológico que parte do indivíduo como fio que conduz a contextos sociais mais amplos.

Ao estabelecer relações entre o indivíduo e contextos mais amplos, deve-se atentar ao questionamento: “como escrever uma vida evidenciando o seu caráter ao mesmo tempo social e particular?” (SCHMIDT, 2012, p. 195). O desafio proposto é compreender o indivíduo e seu feixe de relações. A própria noção de contexto deve ser problematizada, pois, de acordo com Schmidt (p. 196), é comum a tentativa de inserir o indivíduo no contexto, como se este último preexistisse ao primeiro, “desconsiderando que o contexto não é algo homogêneo e estático, mas sim composto por múltiplas e dinâmicas relações sociais entabuladas por indivíduos”.

Nesse sentido, a compreensão do conceito de trajetória torna-se fundamental e, para tanto, evocamos a análise de Pierre Bourdieu (1996) sobre a *ilusão biográfica* onde o autor alerta para os riscos de uma visão pautada em ideias do senso comum, que trata a trajetória de um indivíduo como um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional e que comporta início, meio e fim. Em consonância a isso, este trabalho pretende analisar o início da trajetória política de Mansueto Bernardi elucidando, dentro dos limites apresentados pelas fontes, os imprevistos e a aleatoriedade de sua vida, sem cair em uma análise anacrônica que enumere eventos a partir de uma visão do presente, onde os acontecimentos da vida seguem uma trajetória retilínea, justificada por uma ordem cronológica e lógica. A partir disto Bourdieu destaca que:

Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um “sujeito” cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. Os acontecimentos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. (1996, p. 81-82)

⁸¹⁴ Elias define “rede” a partir da derivação de “rede de tecido” observando que “Nessa rede muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca”. (1994, p. 35).

Bourdieu contribui para as questões a serem avaliadas ao se pensar a trajetória política de Mansueto Bernardi em relação à relevância da análise dos diferentes espaços de atuação e das redes de relações constituídas pelo indivíduo estudado, bem como os diferentes capitais⁸¹⁵ que possibilitaram suas *alocações* e seus *deslocamentos*.

Em consonância a isso, Gilberto Velho flexibiliza o conceito de contexto, compreendendo-o como um *campo de possibilidades*, no qual o indivíduo tem espaço para formulação e implementação de *projetos*. Velho busca junto a Shutz (1979) essa conceituação, pois este interpreta *projeto* como uma *conduta organizada para atingir finalidades específicas*, ressaltando um certo grau de racionalidade e a consciência individual como propulsores na constituição da trajetória, sem entregá-la ao determinismo sociocultural (VELHO, 2003, p. 40). Este autor afirma que os indivíduos “não são, no entanto, atores-sujeito na sua plenitude, utilizando o livre arbítrio. São empurrados por forças e circunstâncias que têm de enfrentar e procurar dar conta” (Ibid., p. 45). A proposta deste autor torna-se importante à medida que pondera as arbitrariedades do indivíduo perante determinismos socioculturais, porém, lhe confere autonomia nas decisões tomadas a partir de um campo de possibilidades.

Quanto às fontes, destacamos a importância dos periódicos impressos para responder inúmeras das questões propostas, dos quais, destaca-se o jornal *A Federação*⁸¹⁶, órgão oficial de divulgação das ações do PRR, do qual foi selecionado o recorte temporal de 1903 a 1923. Através desta análise foi possível delimitar o período que Bernardi se filia ao PRR, perceber os diversos espaços que atuou enquanto funcionário público e correligionário do partido, assim como, sua proximidade com Borges de Medeiros. Foram utilizados também textos oriundos de jornais diversos, estes com autoria do próprio Mansueto Bernardi, que foram organizados na forma de livro por Rovílio Costa (1982), nos quais o autor fala muito de suas origens sociais, de sua formação escolar e de sua atuação em cargos políticos, possibilitando a leitura de diversos aspectos de sua trajetória.

Quanto à análise destas fontes, cabe ressaltar o cuidado em perceber a “imprensa como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, nega-se, pois, aqui,

² Bourdieu entende por capital social [...] o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1998, p. 67)

⁸¹⁶ A consulta a esses periódicos foi feita através do site da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo de informações transmissor imparcial e neutro” (CAPELATO e PRADO, 1980, p.19 *apud.* DE LUCA, 2005, p.118). Conforme apontado, os periódicos necessitam ser compreendidos como produto de seu tempo e, portanto, estão impregnados por um determinado pensamento. Em virtude disso, é necessário avaliar que, por trás de sua circulação, existe uma série de interesses políticos e econômicos que motivam sua publicação (DE LUCA, 2005, p. 139), ou seja, não se pode tomá-los como meios imparciais de acesso à informação mas como uma fonte onde se faz necessário o olhar atento do historiador, percebendo seu caráter parcial e temporal.

As correspondências, cartas trocadas entre Borges de Medeiros e Bernardi, são também fontes imprescindíveis a esta pesquisa, pois revelaram numerosas questões relacionadas à cultura política ligada às eleições e às redes de relações estabelecidas por Bernardi, configurando-se como um canal direto de comunicação entre os personagens políticos envolvidos neste estudo, possibilitando leituras do campo em questão.

Origens sociais e formação escolar

Ainda que este estudo esteja focado na trajetória política de Bernardi, é importante analisar suas origens sociais pois estas lhe conferiram um capital étnico que foi utilizado em muitos de seus discursos políticos e na construção de sua imagem como homem público.

Mansueto Bernardi nasceu no fim do inverno de 1888, mais precisamente em 3 de março, no pequeno distrito de Pagnano, Itália, sendo o sexto filho do casal de agricultores Giovanni Bernardi e Luigia Dal Pai. Sua família, ao que tudo indica, era arrendatária de terras e trabalhava para pagar o aluguel da casa onde residia e da terra que cultivava. Esta casa, localizada em Pagnano, área rural da comuna de Asolo, inicialmente abrigou a família do avô Antonio Bernardi e, posteriormente, o casal Giovanni e Luigia com sua prole (CLEMENTE, 2008).

Foi em junho de 1888, após a revisão dos passaportes, que embarcaram no navio *Pó* rumo ao Brasil o viúvo Antonio Bernardi, com sessenta e seis anos, seu filho Giovanni e a nora Luigia, com quarenta e trinta e oito anos respectivamente, e os seis filhos do casal. O navio *Pó* chegou ao porto do Rio de Janeiro em julho de 1888. Ao chegar ao Rio de Janeiro um novo campo de possibilidades se abriu para a família, já que ali eram separados os imigrantes que permaneceriam na região Sudeste, principalmente para trabalhar na lavoura cafeeira, e os que almejavam adquirir um lote de terras no Sul do Brasil. A família deixou o

Rio de Janeiro com destino ao Rio Grande do Sul, mais precisamente a Porto Alegre, com o projeto de reconstituir naquele estado a vida rural deixada para trás na Itália. Partiram de barco por via fluvial para São João de Montenegro, município que dava acesso aos núcleos coloniais da serra gaúcha. Giovanni Bernardi adquiriu um lote de terras no distrito de Lajeado, onde já se encontravam outras ramificações da família Bernardi.

Mansueto Bernardi passou toda sua infância no distrito de Lajeado, onde auxiliou os pais e irmãos nos trabalhos domésticos e da lavoura. No ano de 1900, aos doze anos, ingressou na escola pública elementar de Lajeado, onde recebeu os primeiros ensinamentos sobre letras e números, sob a orientação do professor Eduardo Duarte. São escassas as fontes sobre o período inicial de sua formação escolar, porém há um episódio que o próprio Bernardi descreveu, que marca a festa escolar do fim de seu primeiro ano letivo:

Como um dos alunos mais adiantados da classe, pois já estava no fim do segundo livro de leitura e já decifrava a letra manuscrita, coube-me a grande honra de falar perante a banca examinadora, em nome da criançada. O discurso foi naturalmente escrito pelo professor, e eu tive a ordem de pronunciarlo com ênfase, e de cor. Por mais uma vez, nos dias seguintes, a pedido do vizindário declamei de novo o discurso.⁸¹⁷

Evocando a ideia central deste texto, ou seja, a análise de espaços de atuação e da constituição de suas redes de relações, cabe a esta parte do estudo pensar a influência de Eduardo Duarte no processo de formação escolar de Mansueto Bernardi e também da formação ideológica oferecida nas escolas elementares ou primárias durante o início do século XX no Rio Grande do Sul. Esses dois fatores podem estar interligados pois Eduardo Duarte compartilhava do ideal positivista dos governantes gaúchos deste período, assim, a influência exercida pelo professor, juntamente com o programa escolar dos governos do PRR podem ser considerados fatores constitutivos para o perfil político e ideológico de Bernardi. Partindo destes pressupostos, o modelo de educação recebido por Bernardi na escola está muito próximo do sistema de educação positivista ou castilhisto, que se caracterizava por um método de ensino tradicional, que dedicava mais espaço para a história do Rio Grande do Sul do que à história nacional. (MOMBELLI, 2013).

Bernardi permaneceu dois anos estudando na escola de Lajeado, sob os ensinamentos de Eduardo Duarte. No ano de 1901 recebeu três “prêmios” do professor pelo seu desempenho e pelos resultados obtidos. Estes consistiam em três pequenos cartões de

⁸¹⁷ BERNARDI, 1982, p.30.

papel⁸¹⁸ assinados pelo regente da turma. Os dois primeiros, recebidos em 24 de abril em 28 de junho de 1901, trazem os seguintes dizeres, respectivamente:

Ao meu inteligente aluno Mansuetto Bernardi dou este premio pelo seu comportamento e applicação no estudo.
O professor, Eduardo Duarte

Ao meu querido aluno Mansuetto Bernardi, dou este premio pelo seu aproveitamento escolar.
O professor, Eduardo Duarte

Os termos utilizados por Eduardo Duarte, como *querido, inteligente e talentoso*, no terceiro cartão, apontam para uma certa proximidade ou afeição deste com seu aluno, o que pode ser indício do estabelecimento de uma amizade entre ambos, dado o desempenho de Bernardi frente às aulas, conforme apontado pelo professor. É possível que essa relação de proximidade com Duarte tenha incentivado Bernardi a seguir com seus estudos, desta forma, o jovem necessitou traçar um novo projeto para sua vida. “Concluído o curso primário segui para São João de Montenegro, em cuja Escola Normal, que então se chamava Colégio Distrital, tirei meu diploma de professor”⁸¹⁹. A instituição foi fundada no mesmo ano de seu ingresso, 1902, portanto pode-se dizer que sua turma foi uma das primeiras a receber a formação de professor na região. Não pode passar despercebida a figura de Eduardo Duarte como professor e funcionário público, que pode ter orientado a Bernardi alguns possíveis projetos.

Mansuetto Bernardi concluiu o curso Normal em 1903, prestando concurso na cidade de Montenegro no ano de 1905 para professor da 3ª região escolar, no município de Bento Gonçalves⁸²⁰. Embora tenha sido aprovado, não atuou nesta região, mas sim na 5ª Escola do Capão Bonito em Lagoa Vermelha⁸²¹, onde permaneceu por dois anos e posteriormente foi transferido para Alfredo Chaves, passando a lecionar na Escola de Lajeado⁸²², local que iniciara seus estudos poucos anos antes. Foi neste período que Bernardi filiou-se ao PRR, e passou a ter visibilidade política. A primeira notícia que mencionou-o enquanto correligionário do partido é datada de 29 de novembro de 1907⁸²³, publicada no jornal *A Federação*, onde os membros do PRR do município de Alfredo Chaves saudavam Borges de

⁸¹⁸ Acervo Pessoal da Família Bernardi. O conteúdo dos cartões foi transcrito mantendo a grafia original do documento.

⁸¹⁹ BERNARDI, id.

⁸²⁰ *A Federação*. Porto Alegre, 02 de janeiro de 1905, p.4.

⁸²¹ Id., 27 de agosto de 1906, p.2.

⁸²² Id., 15 de maio de 1907, p.1.

⁸²³ Id. 29 de maio de 1907, p.2

Medeiros, então presidente do estado, pela passagem do 15 de Novembro. Na matéria, seu nome apareceu em uma lista prolongada de membros do partido. A partir desse momento, é importante avaliar que seu nome passou a figurar no meio público e a circular pelo estado, deixando de ser estranho no meio político, principalmente a Borges de Medeiros.

No ano seguinte, já se pode perceber uma razoável mudança, pois nas comemorações do 7 de Setembro de 1908, Bernardi figurou entre os oito nomes citados pelo periódico⁸²⁴, ou seja, entre uma lista mais seleta de membros do partido que enviavam saudações à presidência do estado. A mesma situação se repete com o 20 de Setembro de 1908⁸²⁵, mas desta vez o nome de Bernardi apareceu dentre outros quatro membros⁸²⁶. Assim, pode-se perceber uma certa ascensão dentro dos quadros do partido, que ficou mais perceptível nas comemorações do 15 de Novembro do mesmo ano, quando destacou-se como orador da cerimônia:

A' sobremesa discursaram diversos oradores, explicando a grandiosidade da data que se commemorava saudando os drs. Borges de Medeiros e Carlos Barbosa e, finalmente, o sr. Mansueto Bernardi que, em curta e substanciosa oração, expoz a obra fecunda do Patriarcha [Júlio de Castilhos], desde a propaganda até a organização e consolidação das instituições republicanas rio grandenses, que disse serem esculpidas pela mais solidas disposições scientificas, e terminou erguendo um viva á sua memoria, delirantemente correspondido.⁸²⁷

Publicado no jornal *A Federação*, este trecho faz parte de uma matéria que narra as festividades ocorridas no 15 de Novembro no município de Alfredo Chaves e em seu distrito denominado Capoeiras, exaltando o modelo republicano castilhista do estado do Rio Grande do Sul e todos seus benefícios perante o modelo monárquico. Nele fica evidente que neste momento Mansueto Bernardi já figurava como membro distinto do PRR na região, assim como orador habilidoso e portador de um capital intelectual constituído através de sua formação escolar, conforme o professor Duarte já havia constatado em suas avaliações anos antes, ressaltando qualidades como inteligência e talento.

Essa visibilidade na área política ganhou mais destaque com sua ida a Porto Alegre no ano de 1909, como concursado da Secretaria da Fazenda, com o título de oficial do Thesouro do Estado⁸²⁸. Este fato não passou despercebido pelo PRR, que emitiu a seguinte nota:

Parece que serão nomeados 4^{os} officiaes do Thesouro do Estado os nossos co-religionarios Mansueto Bernardi, Miguel Chimislenski, Lafredo Reis, Alipio Luiz

⁸²⁴ Id., 9 de setembro de 1908, p.1.

⁸²⁵ Id., 22 de setembro de 1908, p.1.

⁸²⁶ Id., 22 de setembro de 1908, p.1.

⁸²⁷ Id., 2 de dezembro de 1908, p.1.

⁸²⁸ Id., 14 de junho de 1909, p.2

Kämpf e Idelfonso Thielen, classificados em 1º, 2º, 3º, 4º e 5º lugares no concurso ultimamente realizado.⁸²⁹

No exercício de seu cargo público participou ativamente da vida política porto-alegrense, conforme apontam diversas matérias do jornal *A Federação*. Dentre estes eventos alguns podem ser considerados de maior relevância, como por exemplo, a recepção ao Mal. Hermes da Fonseca em plena campanha presidencial de 1910⁸³⁰, a Romaria ao Túmulo de Júlio de Castilhos em 1913⁸³¹, sendo que em ambos os eventos fez-se presente a elite republicana sul-rio-grandense, com figuras de destaque como Borges de Medeiros, Octavio Rocha, Pereira Parobé e Protásio Alves, além de diversos deputados estaduais do PRR. Outro evento notável é a recepção a Olavo Bilac no ano de 1916⁸³², cerimônia na qual estavam presentes os representantes do executivo estadual, o presidente do PRR, Zeferino Ribeiro, o intendente de Porto Alegre, José Montauray e diversas autoridades militares. Por conseguinte, foi realizado um banquete na Intendência Municipal, no qual Bernardi declamou um poema de autoria própria em homenagem ao “ilustre” convidado. Essas cerimônias e eventos mostram que Bernardi passou a conviver com a elite política gaúcha angariando simpatia e visibilidade ao circular por eventos oficiais tanto do estado como do PRR, o que demonstra a constituição e ampliação de suas redes de relações, ou seja, de seu capital social.

No ano de 1918, Bernardi assumiu o cargo de oficial do Gabinete da Presidência do Estado⁸³³, o que demonstra um deslocamento para o interior do executivo estadual, espaço de maior significado político. Nesta nova investidura foi nomeado representante legal de Borges de Medeiros em alguns eventos, como por exemplo na solenidade comemorativa da *Federação dos Estudantes Republicanos do Rio Grande do Sul*, na qual foi o condutor da cerimônia, conforme indica matéria do *A Federação*:

Dando por terminados os trabalhos o sr. Mansueto Bernardi agradeceu o comparecimento da numerosa assistencia, e em breve allocução fez votos para que em 1919, pudessemos novamente nos reunir ali, não somente para relembrar o acontecimento historico que 14 de julho nos lembra, como tambem para

⁸²⁹ Id., 15 de junho de 1909, p.4

⁸³⁰ Id., 15 de fevereiro de 1910, p.1

⁸³¹ Id., 25 de outubro de 1913, p.1

⁸³² Id., 02 de outubro de 1916, p.4.

⁸³³ Id., 28 de maio de 1918, p.6. A matéria trata da presença de Bernardi em uma conferência literária na cidade de Cachoeira, porém não é mais nominado como oficial do Thesouro do Estado, mas sim como oficial do Gabinete da Presidência.

commemorar-se a victoria das democracias occidentaes, contra o militarismo allemão.⁸³⁴

Enquanto oficial do Gabinete, Bernardi representou Borges de Medeiros em eventos de importância elevada, com destaque para a recepção do embaixador italiano Vito Luciani que esteve no Brasil para visitar a região colonial italiana⁸³⁵. A escolha de Bernardi para esta função faz sentido, pois sua origem social estava ligada à zona colonial italiana e representava o “sucesso” do empreendimento migratório. Assim, pode-se perceber uma ascensão política baseada nas redes de relações e na confiança que construiu desde sua filiação ao PRR, assim como pelo capital intelectual que detinha, pois nesse momento já havia publicado o livro *Terra Convalescente*, era colaborador do *Correio do Povo* e administrador da seção de obras e edições da Livraria do Globo, período em que esta lança numerosos trabalhos de poetas e literatos sul-rio-grandenses (TORRESINI, 1999, p. 55-67).

Portanto, pode-se afirmar que Bernardi gozava de prestígio e confiança junto a Borges de Medeiros, afinal passara de oficial do Tesouro do Estado, para oficial de Gabinete e, por conseguinte, ao cargo de Secretário da Presidência em 1919⁸³⁶, deslocamentos que não poderiam ser possíveis se Borges de Medeiros não lhe considerasse confiável. Bernardi chega à Secretaria da presidência em um momento político conturbado para o Rio Grande do Sul, pois o modelo borgista estava sendo questionado em diversas regiões do estado. Ao avaliar a cultura política do período, que também pode ser compreendida como um campo de possibilidades, é importante considerar o modelo republicano positivista e autoritário implantado pelo PRR, e a partir disto, analisar as escolhas feitas por Bernardi, ou seja, como o indivíduo joga frente a este campo de possibilidades.

A confiança estabelecida entre Borges de Medeiros e Mansueto Bernardi, somada ao capital intelectual deste último, levou o presidente do estado a nomeá-lo como intendente de São Leopoldo, que passava por uma crise política que ameaçava a autoridade do governante. Gertz (2002, p.180-182) faz uma importante análise da situação política do município, destacando uma ruptura interna no PRR frente ao pleito eleitoral de 1917, dividindo-se entre os *kroeffistas*, ou seja, apoiadores de Jacob Kroeff Neto, representantes católicos do distrito

⁸³⁴ Id. 15 de julho de 1918, p.6.

⁸³⁵ Id. 9 de agosto de 1918, p. 3.

⁸³⁶ Acervo pessoal da Família Bernardi. Carta enviada por Mansueto Bernardi à sua esposa Idalina Mariante da Costa em 15 de maio de 1919, na qual anuncia, com satisfação, sua nomeação ao cargo. Ver também: *A Federação*, Porto Alegre, 15 de maio de 1919, p.6.

de Novo Hamburgo e os partidários luteranos de Guilherme Gaelzer Neto, que já administrava o município há quatorze anos. Assim:

Borges convocou os dois candidatos a sua presença, e lhes comunicou que haveria intervenção no município, com adiamento das eleições e a nomeação do diretor da colônia de Passo Fundo, Gabriel Azambuja Fortuna, como intendente provisório. Nessa condição Fortuna convocou eleições, em 1917, para as quais ele próprio concorreu. Vitorioso, assumiu como intendente efetivo em 30 de julho desse ano. (p.182)

Fortuna não conseguiu estabilidade política em seu mandato, envolvendo-se em embates com os *kroeffistas*, o que levou-o a renunciar ao cargo em 12 de outubro de 1919. Segundo Gertz (2002, p.183), “A renúncia desencadeou uma séria crise política, com a renúncia de vários dos sucessores legais do intendente, e por fim do próprio conselho municipal”. Este foi o cenário político que Mansueto Bernardi encontrou em São Leopoldo, ou seja, abriram-se novas possibilidades de atuação, onde administrar e garantir a eleição do PRR configuraram-se como projetos cruzados, ou seja, Bernardi buscava a manutenção da autoridade borgista através de estratégias próprias. Ao avaliar essa nomeação, Santos observa:

[...] a indicação do nome de Mansueto Bernardi não foi aceita de forma passiva por alguns integrantes do partido, de maneira especial os que atuavam no diretório do distrito de Novo Hamburgo. Parte do descontentamento desse grupo, assim como de integrantes do diretório republicano leopoldense, estava no fato de Borges de Medeiros impor, desde 1916, intendentes que eram alheios ao cenário político local. Além disso, também pesa o fato de impor a candidatura deles nos pleitos eleitorais, fazendo com que passassem de governantes provisórios para efetivos. (2017, p.227)

Embora o Cel. João Corrêa tenha tentado apaziguar as divergências internas no PRR, conforme indica carta enviada por Bernardi ao presidente do estado em 19 de novembro de 1919⁸³⁷, justificando a insubordinação dos correligionários de Novo Hamburgo frente a administração de Fortuna, o período da gestão provisória foi marcado por forte oposição e reivindicação de um intendente eleito, mas principalmente, formado nos quadros da política local. A troca de correspondências entre Bernardi e Borges de Medeiros demonstra forte intervenção do estado na política municipal, afim de garantir a eleição do candidato borgista para gerir o executivo leopoldense. Bernardi busca narrar cada movimentação política ocorrida dentro do PRR, principalmente as dissidências, e opera sempre segundo as recomendações do chefe supremo.

⁸³⁷ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), Arquivo Borges de Medeiros.

Isso ficou evidente no período que antecedeu o processo eleitoral de 1920, quando já circulava por São Leopoldo campanhas anti-Bernardi, incitando a volta de Guilherme Gaelzer através de manifesto que colhia assinaturas e, em Novo Hamburgo, lançava a candidatura de José J. Martins, inclusive com circulação de impressos. Em carta a Borges, datada de 17 de fevereiro de 1920⁸³⁸, o intendente provisório anexou um panfleto com a propaganda eleitoral de Martins, que possuía o seguinte trecho de clara oposição: “Não votemos mais em candidato estranho ao nosso município e indiferente aos nossos interesses publicos e privados e cerremos fileira em torno do nome do nosso candidato Coronel JOSÉ J. MARTINS cuja candidatura é popular e será triunfante”. Embora a maior resistência a Bernardi fosse oriunda de Novo Hamburgo, naquele distrito haviam líderes políticos que o apoiavam enquanto representante de Borges de Medeiros, dentre eles Jacob Kroeff Neto e Pedro Adams, ambos empresários e políticos influentes. Em nenhum momento Bernardi destacou em suas cartas a Borges questões administrativas nos meses que permaneceu como intendente provisório, isso deixa claro o interesse de sua nomeação era angariar apoio para as eleições vindouras.

Bernardi levou a sério seu projeto, e em pouco tempo recebeu apoio de diversos distritos, como Sapiranga e Sapucaia, e passou a recomendar algumas lideranças locais para concorrer às eleições. Exemplo disso foi Frederico Wolffenbüttel, conforme carta de 18 de maio de 1920⁸³⁹, onde o intendente ressaltou as diversas qualidades deste:

O dr. Wolffenbüttel é um médico de vasta clientela, chefe de secção de Hygiene e Assistencia Publica no municipio e presidente do Conselho Escolar. Fez todo curso de medicina do Rio com disitincção. Milita nosso partido desde a queda da situação Goelzer. É, ao meu ver, um dos melhores elementos republicanos de S. Leopoldo, seja pelo natural prestigio que lhe advem da profissão que exerce, seja pelo seu ardor civico, seja pela sua idoneidade moral e intelectual.⁸⁴⁰

Outro exemplo é o major José Carlos Sperb, que na mesma correspondência recebeu elogios e distinções, com destaque aos distritos que desejavam fazê-lo intendente. Essa conduta de Bernardi pode ser compreendida como parte do dever que lhe foi conferido, tendo como objetivo a seleção de um candidato apto ao pleito de 1920, ou como uma forma de desviar as atenções do governador em mantê-lo no poder, ou ainda, em subordiná-lo ao futuro processo eleitoral. Ao fim da carta Bernardi permitiu-se declarar em desagrado: “Como já tive

⁸³⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Arquivo Borges de Medeiros.

⁸³⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Arquivo Borges de Medeiros.

⁸⁴⁰ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Arquivo Borges de Medeiros.

ensejo de declarar verbalmente a V.Exc., mau grado pouco me seduza o meio espiritual de S. Leopoldo, estou pronto a permanecer aqui por alguns anos, si com isso pôsso prestar algum serviço ao Estado e ao nosso partido”. Fica evidente que o intendente provisório busca constituir novas redes de relações afim de cooptar o maior número de próceres para o PRR nas eleições, utilizando-se muito paravelmente de seu capital intelectual e político, visto que sua etnicidade e procedência não o favoreciam frente ao adversário.

Nesse clima de dissidências políticas, Bernardi foi orientado a promover uma reunião, que aconteceu em 25 de julho de 1920, com os membros do PRR do município afim de apresentar sua candidatura oficial para intendente de São Leopoldo, assim Borges deixou clara a confiança depositada em Bernardi e sua autoridade sobre o partido, ou seja, sua presença garantia o poder político da presidência do estado sobre o município. No mesmo dia foi realizada uma reunião paralela que agrupou os dissidentes do partido, que lançaram como candidato Carlos Octaviano de Paula como adversário. Ao narrar em carta os acontecidos a Borges, no dia 26 de julho de 1920⁸⁴¹, Bernardi apontou que o lema escolhido pelos adversários era “São Leopoldo para os leopoldenses”, mostrando-se um tanto quanto preocupado:

Em face do exposto e da formação da nova corrente política, contrária a escolha de qualquer candidato estranho ao município, meu parecer é que se adie a eleição, até que todos estes chefes políticos, mais numerosos que os próprios votantes, criem um pouco de juízo e vergonha e cheguem, entre eles, a um razoável entendimento.

Diante desta insegurança quanto a eleição do novo intendente, somada às campanhas agressivas da oposição, Bernardi sugeriu que Borges de Medeiros tomasse medidas mais contundentes frente aos adversários, como por exemplo transferir a esposa de José J. Martins para outro município, “pois isso representaria um merecido castigo pecuniario para o sr. Martins e um fructuoso aviso para a população de Novo Hamburgo, que nesta emergencia se collocou contra o Governo”. Bernardi denunciou a Borges a campanha da oposição, afirmando que Martins demonstrava muita raiva e não escolhia armas para ferir-lhe a imagem, e que lamentava publicamente que para o presidente do estado não havia surgido nenhum Manso de Paiva Coimbra⁸⁴². Em agosto de 1920, na contrapartida, o candidato oficial do PRR organizou uma estrutura de campanha para atuar em todos os distritos do município, afirmando que já contava até então com dois terços do eleitorado em Lomba Grande, e ampla

⁸⁴¹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Arquivo Borges de Medeiros.

⁸⁴² Homem responsável pelo assassinato de Pinheiro Machado.

maioria em Sapucaia, e que a partir da segunda metade do mês partiria para campanha, juntamente com Kroeff, Adams e Sperb a Bom Jardim, e posteriormente iriam a Sapiranga, Herval e Dois Irmãos⁸⁴³.

Agendadas para 12 de setembro de 1920, as eleições para intendente e conselheiros municipais transcorreram na mais perfeita ordem, conforme indicou o jornal *A Federação* no dia 14 daquele mês, edição na qual foram apresentados os quocientes eleitorais de cada distrito⁸⁴⁴. Porém quatro dias depois, o mesmo jornal publicou matéria noticiando que o candidato da oposição solicitou recontagem de votos, cédula por cédula, pedido que foi negado com a justificativa que os fiscais da oposição assinaram todas as atas, consentindo com o resultado. Indignado, Carlos Octaviano de Paula publicou nota acusando fraude eleitoral no *Correio do Povo* e entrou com uma petição de inelegibilidade de Bernardi, que era funcionário público da Secretaria da Fazenda, estando assim impossibilitado de exercer cargos eletivos. A mesa desconsiderou as acusações, pois avaliou que Bernardi estava afastado de suas funções a mais de três anos⁸⁴⁵.

Mansueto Bernardi foi eleito com uma vantagem de 653 votos em relação ao seu adversário Carlos Octaviano de Paula. Totalizando um quociente de 1656 votos contra 953, Bernardi venceu a eleição no distrito de maior oposição, Novo Hamburgo, e perdeu no distrito central, onde sua presença era mais intensa e que, em nenhum momento cogitou a derrota, mesmo que com pouca diferença de votos. Ademais, fora derrotado somente no distrito Bom Jardim, por diferença de um voto, no restante dos distritos Bernardi venceu com relativa vantagem. Para compor o executivo municipal foram eleitos os conselheiros José Carlos Sperb, Oscar Stabel, Pedro Adams Filho, Julio Kunz, Affonso Enck Sobrinho e Antonio Rodrigues da Silva do PRR e Carlos Waldemar Broat, Frederico Wolf e Augusto Petter da oposição, ou seja, Bernardi governaria com ampla maioria.

“Quando foi conhecido o resultado final, os partidários do sr. Mansueto Bernardi, proromperam em vivas aclamações ao partido republicano e ao doutor Borges de Medeiros”⁸⁴⁶. Bernardi discursou em frente ao colégio elementar em São Leopoldo e partiu para as comemorações da vitória, que se deram em Novo Hamburgo, com desfile de carros e caminhões acompanhados pelo som de foguetes, finalizando com jantar e discursos dos

⁸⁴³ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), Arquivo Borges de Medeiros.

⁸⁴⁴ *A Federação*, 14 de setembro de 1920, p.4.

⁸⁴⁵ Id., 8 de setembro de 1920, p. 1.

⁸⁴⁶ Idem.

grandes apoiadores da eleição, Jacob Kroeff Neto, Leopoldo Petry, Pedro Adams, entre outros.

Em relatório, produzido em 4 de outubro de 1920⁸⁴⁷, destinado a Borges de Medeiros, o intendente aponta alguns motivos para sua derrota no distrito central, como a ausência de diversos funcionários que estavam trabalhando na segurança das eleições no interior, assim como, na função de fiscais e mesários. Diz ainda que a oposição contou com o apoio quase absoluto do operariado e do 8º Batalhão de Caçadores, no segundo caso, Bernardi destaca que:

A oposição explorou grandemente essa atitude da força federal assoalhando, em todo município que os sorteados, cujos paes votassem no candidato oficial, seriam maltratados e perseguidos, no quartel, pelos seus instructores ou transferidos para outras guarnições.

Outra observação feita por Bernardi, de considerável valor simbólico, que se confirmou no processo eleitoral, é apontada por ele ao fim do relatório:

Os argumentos, porém, que mais calaram no animo do eleitorado foram a minha origem italiana e principalmente ao facto de eu ser estranho ao municipio. Estou hoje firmemente convencido de que, si o nosso partido houvesse disputado a eleição com qualquer nome local em evidencia, o candidato adverso não teria alcançado 500 votos.

Ao relatar as condições de votação de cada distrito, Bernardi não esqueceu de nomear cada um dos correligionários do PRR que auxiliou na campanha, e por consequência, em sua eleição, como que para lembrar ao presidente do estado quem estava apto a assumir cargos públicos, apontando ainda cada funcionário público que tomou partido da oposição. Isso demonstra o processo eleitoral enquanto empreendimento clientelístico, prática muito comum no período da Primeira República, e que deve ter perpassado também esta eleição, visto que Bernardi era de origem italiana, estranho à política local e representava o autoritarismo do presidente do estado. Não há indícios que revelem fraude eleitoral, mesmo que a prática fosse corrente no período, porém não seria plausível avaliar essa vitória com argumentos de boa gestão, ou decorrentes de seu prestígio intelectual, mas sim como o resultado do peso da dinâmica das redes de relações constituídas e consolidadas através do clientelismo.

⁸⁴⁷ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Arquivo Borges de Medeiros.

Referências

- BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.23-79.
- BERNARDI, Mansueto. *Obras completas: Colônias e Colonizadores*. Porto Alegre: EST Edições e Livraria Sulina, 1982
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996. p.74-82
- BOURDIEU, P. *O capital social – notas provisórias*. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DE LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p.111-153
- DOSSE, François. *O desafio biográfico*. São Paulo: Edusp, 2009.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p.177-205
- MOMBELLI, Cecília Soares. História do Rio Grande do Sul: a elaboração do currículo escolar da disciplina de história no ensino elementar da Primeira República. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27. 2016, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371318543_ARQUIVO_artigoanpuh2013.pdf>. Acesso em: 07 out. 2018.
- SANTOS, Rodrigo Luis dos. Convergências de interesses e disputas: as interações e conflitos políticos e religiosos entre Católicos e Evangélico-luteranos no Rio Grande do Sul (análises sobre o município de Novo Hamburgo, década de 1920). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol.22, p.220-242, 2017. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/download/9533/5885>. Acesso em: 9 maio 2018.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *História e Biografia*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.187-205.
- TORRESINI, Elisabeth Rochadel. *Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. São Paulo: Edusp/Com-Arte; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- VELHO, Gilberto. *Trajectoria individual e campo de possibilidades*. In: _____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003. p. 31-45.

**DESLOCAMENTOS E PROTAGONISMOS JUVENIS:
ENSINANDO PARA APRENDER, NARRANDO PARA
RESIGNIFICAR E VIVENDO PARA MUDAR**

Laísa Quadros da Costa

Mestre em Educação

Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Maria Rocha

UFSM

1 O DESPERTAR

“Há vinte sete anos trabalho na FASE e é a primeira vez que vejo jovens ajudando nossos jovens”, com essa fala da Diretora da CASEMI, instituição que abriga adolescentes infratores cumprindo medida socioeducativa em regime semiaberto, começo a situar o leitor na presente pesquisa, envolvendo o estudo das narrativas dos participantes, que traz deslocamentos importantes provocados a partir de um projeto produzido, inicialmente, no espaço educacional de uma escola pública.

Migrar também é deslocar-se e nesta premissa trago o estudo das narrativas de estudantes que puderam participar do projeto: “Ensinando para aprender, rompendo as barreiras sociais”, desenvolvido a partir da disciplina de Direito do Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, onde esses jovens foram professores de informática dos adolescentes infratores cumprindo medida socioeducativa na FASE – Fundação de Atendimento Sócio Educativo do RS. No presente estudo essas narrativas vão conversar com as narrativas dos adolescentes infratores, professores e servidores públicos que participaram do projeto, trazendo importantes subsídios para pensarmos tantas questões que atravessam a educação e nossa relação com o outro.

Os encontros de jovens de diferentes realidades, produziu espaços de experiências, reflexões e mudanças, bem como confirmou o êxito de práticas escolares baseadas em vivências educativas, aliadas as narrativas que exercem um papel fundamental no aprimoramento da consciência e a articulação sistemática da interpretação do passado com um

entendimento do presente e as expectativas de futuro (RÜSEN, 2015, p.81). Nesse período em que esses jovens começam o processo de migração para a idade adulta, a pesquisa e o projeto visam contribuir para que eles estejam mais preparados para serem protagonistas de suas vidas e de uma sociedade que clama por mais humanidade, igualdade e livre de preconceitos.

2 O REALIZAR

Quando os jovens estudantes puderam pensar na criminalidade, nas suas razões, nos crimes e sanções legais previstas e também nas soluções para diminuir a violência, apareceram propostas de implantação da pena de morte, redução da menoridade penal, dentre outras. Assim como acontece na opinião de muitas pessoas, as falácias e superstições tomam conta de um espaço no pensar que deveria ser do conhecimento e de um saber consciente.

Com base nesta realidade encontrada em sala de aula, provoqueei os alunos a refletir sobre a possibilidade de uma aproximação real dos jovens infratores, um olhar nos olhos, uma escuta que vai além do que se pode ouvir e um efetivo afastamento de qualquer preconceito ou medo. Ir além do currículo escolar e das salas de aula onde o protagonismo fica quase sempre na figura do professor.

Assim após vencer muitas barreiras, e dentre elas as nossas próprias e de um sistema que de tanto repetir ações e processos aprisiona mentes e isola conhecimentos, foi possível dar aquele “grito de liberdade”, sufocado e premente. Em passos lentos e firmes pelos adultos e jovens que se dispuseram a traçar um novo caminho, movidos pela esperança e desejos de que a proposta possibilitasse encontros que podiam mudar vidas e escolhas conseguimos elaborar e colocar em prática o projeto.

A formação, quando adota a mirada reflexiva sobre a experiência vivida, em nenhum momento, deve ser entendida como uma (trans)formação sem crises. Ela adota, ao contrário, na perspectiva dialética, uma dimensão histórica, em franca ruptura com os ideais iluministas, que estimavam um aperfeiçoamento linear, progressivo e a-histórico do desenvolvimento humano. (PASSEGGI, 2011, p. 154)

Foi possível um encontro de instituições e disciplinas para planejar o projeto, onde os estudantes poderiam fazer escolhas e serem protagonistas da ação, com constantes avaliações e reflexões. As decisões foram tomadas e relatadas a fim de serem supervisionadas pelos professores e foram muito bem aceitas pela simplicidade, pela didática e principalmente

porque a linguagem de jovem para jovem facilitaria os encontros e o desenvolvimento de experiências educativas que seriam estudadas e reflexionadas pelo método narrativo biográfico e autobiográfico.

Quando se pensa num deslocamento ele vem cercado de expectativas, o encontrar o diferente, exige uma abertura de si e uma libertação de tantos pesos e naturalizações que nem todos estão preparados. Assim o respeito ao tempo de cada um foi um dos requisitos mais importantes para que todos os participantes fizessem o “quanto” e “quando” fosse possível. A dor pode ser um fator que inibe uma pessoa de seguir e essa dor deve ser respeitada, para outros a dor pode ser o que lhe impulsiona as melhores ações, então cada ser humano deve ser visto em sua individualidade cercado de suas dificuldades e potencialidades.

Quem sofre muito com o preconceito, é excluído socialmente e muitas vezes não tem perspectivas de um futuro melhor tem muito a dizer e a ensinar, principalmente para outros jovens que caminhando sobre a linha tênue das escolhas passa a ver a realidade do outro mais próxima da sua e a perceber o quanto pequenas decisões podem ser fundamentais.



Acervo pessoal

Os encontros passam a acontecer, acima algumas fotos com os registros, onde o diálogo nem sempre estabelecido com palavras entre os jovens demonstrou cumplicidade, houve um reconhecimento de si no outro e isso aproximou sem qualquer intervenção dos adultos envolvidos. Ver no outro uma possibilidade de uma vida de melhor, ver no outro uma possibilidade de uma vida, sem liberdade e sem escolhas, movimentou. Tantas reflexões se tornaram possíveis nos participantes a partir do momento que se despiram de suas vestes e

puderam, mesmo que nos curtos espaços e tempos proporcionados no projeto, colocar mesmo que imaginariamente a indumentária do outro.

Nestes movimentos visíveis de encontro e afastamento de si e aproximação do outro a descoberta de que cada um tem um protagonismo e neste contexto se abrem possibilidades, dentre as quais a chance de tomarem o leme de suas vidas e escreverem sua história com uma consciência ampliada pelas vivências oportunizadas em momentos como esses e pelas novas relações estabelecidas.

Segundo Cunha (2017) o processo de intermediação das relações, a construção da própria história e da sua singularidade ocorre pela supremacia do diálogo em diferentes níveis e possibilidades, incluindo aí o dialogo consigo mesmo, com a sociedade e com a natureza, acrescento que também compreende um processo de produção de conhecimento pelo ser humano a partir de sua relação com a realidade em que está inserido.

Com esse intuito de aproximar essas realidades, as aulas foram ministradas na Escola e dez adolescentes infratores puderam conhecer as dependências, conversar com os adolescentes e professores, aprender noções básicas de informática com os jovens professores e contar suas experiências. Os jovens estudantes que assumiram as aulas como professores e coordenadores das atividades propostas puderam também contar suas experiências, escolher os caminhos para ensinar seus alunos e também puderam visitar a casa onde ficam os adolescentes cumprindo suas medidas, conversando com os servidores públicos que cuidam da ressocialização desses jovens, que também narraram suas vidas e experiências.



Essas trocas moveram os participantes para espaços jamais vistos por eles. Com o reconhecimento de que emancipação é um processo que se desenvolve todos os dias que tem o conhecimento e as experiências como aliadas os jovens também percebem que é possível se libertar das prisões, inclusive de seus próprios pensamentos ou daqueles impostos por uma sociedade cujos padrões excludentes, preconceituosos e desiguais podem ser contestados.

Nesta premissa, os próprios jovens, servidores e professores envolvidos no projeto protagonizaram conversas, onde puderam narrar suas vidas e histórias nos contextos que vivem ou viveram, principalmente suas experiências nos ambientes educacionais e das fundações de apoio socio educativo dos adolescentes infratores.

Segundo Josso (2010, p. 36) a abordagem biográfica é um outro meio para observar as situações educativas, porque ela permite uma interrogação das representações do saber-fazer e dos referenciais que servem para descrever e compreender a si mesmo no seu ambiente. Trago a seguir algumas das narrativas que possibilitaram o presente estudo e todas as conexões entre teoria e prática educativa.

3 O NARRAR

“Não pensem que é fácil estudar em turno integral, preciso acordar muito cedo, pegar ônibus, e volto para casa muito tarde, bem cansada, mas vale a pena”, com essa fala dirigida aos adolescentes infratores na apresentação essa aluna traz a sua realidade, uma verdade com uma potência que aproxima, desmistifica o pensamento de que possam ser mais privilegiados economicamente, e também mostra que é possível estudar e se profissionalizar mesmo com todas as dificuldades enfrentadas.



Acervo pessoal

As dificuldades ficaram muito visíveis principalmente a econômica, segundo servidora pública da CASEMI um alerta para um problema social presente e que deve ser enfrentado, qual seja: “Hoje todos os nossos jovens vêm de famílias pobres”. Com essa declaração mais uma questão foi levantada que exige reflexão e ação tanto da sociedade quanto do Estado.

Esse deslocamento em busca de novos caminhos envolve superar barreiras e persistir, fazer escolhas certas, principalmente dos adolescentes, neste sentido assim aponta outro jovem que vive no mesmo bairro de um dos adolescentes infratores ao refletir sobre o projeto após os encontros:

Meu aluno, já conhecia, pois somos amigos de infância. Eu achei uma ótima oportunidade de mostrar para ele que a vida é feita de escolhas, que independente de sua realidade, ele pode seguir um caminho melhor para sua vida. Estamos em constante mudança e todos temos direito de mudar, basta querer, porque com esforço tudo é possível. (L. 17anos)

De acordo com Pineau e Le Grand (2012) é necessário que o narrador adquira sua própria historicidade, trazendo de dentro de si, atribuindo sentidos aos fatos revistados, para construir uma narrativa com um nexos entre a reflexão do passado de caráter sentimental e uma lógica questionadora e problematizadora dos fatos revisitados.

O reconhecimento de que o preconceito existe e agrava as dificuldades daquele que precisa migrar para outros espaços, como no caso do crime para um ambiente escolar e de profissionalização, aparece nas reflexões sobre o projeto, assim manifestadas:

O dia foi marcada pela dedicação de minha parte e do próximo, que venho nos visitar, com a vida toda para ser vivida, com sonhos a serem alcançados. Esses jovens tem uma dura caminhada pela frente, e uma pressão imposta pelo preconceito que ainda está presente. (G. 17 anos)

Para Ferrarotti (2014, p. 73), “cada narração de um ato ou de uma vida é por sua vez um ato, a totalização sintética de experiências vividas e de uma interação social”



Acervo pessoal

Uma experiência sensível, de encontro do outro, nos espaços educativos trazem um significado a existência para esses jovens que registram no papel a importância dos momentos que viveram, abaixo transcritas:

Para mim, o projeto além de dar uma oportunidade para eles, foi um conhecimento para nós, porque aprendemos como mais ou menos funciona uma aula, aprendemos a dar valor a coisas simples, como a liberdade. E as pessoas que cometeram erros na vida tem uma chance de mudar e tentar ser uma pessoa com bom futuro.” (P. 17 anos)

A consciência, de acordo com Cunha (2017) pode ser construída a partir da memória individual e coletiva significada e representada (especialmente a partir da linguagem),

levando ao reconhecimento de que narrar biográfica e autobiograficamente é uma estratégia de reificação de si. Neste sentido, cada vez que os participantes podiam narrar, acontecia um movimento pessoal e coletivo de transformação.

Migramos também ao deslocarmos de uma postura para outra e isso também ficou visível nos depoimentos, o medo se transforma quando existem condições adequadas para a transformação, assim relata F. (19 anos): “ No dia que os meninos vieram fiquei com um pouco de medo deles, que fossem mal educados que se passasse comigo por eu ser menina. Mas foi bem pelo contrário. Eles foram bem educados comigo e com os outros.”

Da mesma forma foi reconhecido que em ambientes de aceitação e de oportunidades fica visível o quanto as pessoas também podem mudar. A seguir, uma escrita de um jovem sobre esse reconhecimento:

Minha visão sobre eles mudou muito, sobre educação até que adolescente menor infrator pode sim mudar as atitudes ou até no jeito de pensar sobre o crime que ele cometeu, convivendo com pessoas fora do sistema prisional eles são como nós e podem ter as mesmas oportunidades que nós. A experiência com eles foi muito boa.” (F. 19 anos)

As experiências significadas pelos jovens vem ao encontro dos estudos implementados na área autobiográfica assim descritas:

A vida de indivíduo não transcorre de maneira linear contínua: conforme sua história, suas inserções e suas pertenças, os encontros que ele fez, as experiências que viveu, voltam a ser situações-temas correspondendo a categorias da experiência nas quais ele reconhece *momentos* constitutivos de sua existência. (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 336).

As histórias de vida narradas supriram curiosidades, possibilitaram conexões entre os participantes e reflexões sobre a nossa existência e responsabilidades neste contexto social. O estudante, assim escreve:

Esse dia foi marcado pela curiosidade, pela conexão, que tivemos com o próximo, um dia para refletir como as diferenças, com a oportunidade de conviver com essas pessoas que sofrem nas mãos da sociedade contemporânea. (G. 17 anos)

Nos vastos estudos implementados na pesquisa biográfica, Delory-Momberger (2012) destaca “que os saberes subjetivos e não formalizados influenciam o modo como as pessoas

investem e transitam nos espaços de aprendizagem e a consciência destes saberes auxilia na ressignificação dos sentidos e projetos de vida em formação.”

Ficou muito perceptível essa afirmação teórica confirmada no presente estudo na reflexão de um aluno: “Eu aprendi com essa experiência de que não podemos julgar as pessoas sem saber sua trajetória, seus motivos pelos quais a pessoa passou para chegar até aquele ponto” (F. 16 anos).

Ao contar a pessoa também pode tocar a outra, produzindo um espaço para o desenvolvimento de empatia. Mesmo com toda rejeição social os adolescentes infratores contaram suas experiências, inclusive o que passaram quando estavam cumprindo regime fechado, esse momento foi assim registrado por um jovem: “Cada menino contou sua história, o que emocionou todos.” (A. 17 anos).

Conhecer outra realidade também é um caminho para o não deslocar-se, pois não se quer viver a experiência tão sofrida do outro, abaixo descrição de um aluno sobre os depoimentos que ouviu:

Foi uma oportunidade de conhecermos outras realidades, eles nos contaram como é seu dia a dia, não é nada confortável! Tem dias que nem conseguem ver o sol, relataram também que certos dias seus colegas de quarto não ficam sóbrios o bastante para conversarem por conta da quantidade de medicamentos, é muito delicado, mas falaram bem de sua comida e que são bem alimentados lá.

Em nenhum momento se falou sobre os atos infracionais cometidos, existiu um silenciamento sobre eles, era um assunto que não precisava estar ali. Nos encontros as falas dos adolescentes infratores foram muito de agradecimento pelo momento e pelo aprendizado, a maioria relatou ter sido bem legal os encontros e terem sido bem acolhidos, gostaram do que aprenderam.

Um texto foi escolhido por um dos adolescentes, foi enviado em formato Word para mostrar o aprendizado, nele a possibilidade de decifrar um pouco do que vivem esses jovens:

Posso ter defeitos, viver ansioso e ficar irritado algumas vezes, mas não esqueço de que minha vida é a maior empresa do mundo. E que posso evitar que ela vá à falência. Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver, apesar de todos os desafios, incompreensões e períodos de crise. Ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e se tornar autor da própria história. É atravessar desertos fora de si, mas ser capaz de encontrar um oásis

no recôndito da sua alma. (Texto de Augusto Cury escolhido por um dos adolescentes)

Assim como os jovens, eu também migrei, principalmente com professora que reconhece cada vez mais a importância de oportunizar espaços para que esses jovens possam cada dia mais serem protagonistas de suas histórias, com a liberdade de criarem e produzirem suas reflexões. O projeto ensinar para aprender fez mais sentido quando encontrou as falas dos jovens, abaixo um dos depoimentos que o mundo precisa ouvir:

É gratificante ensinar algo a alguém com o intuito de beneficia-lo de alguma forma, essa é uma evolução que nossa sociedade precisa, pessoas se ajudando sem querer algo em troca, esse projeto deveria ter em todas as escolas, assim os futuros adultos saberiam como é bom ajudar seus semelhantes! (L 17 anos)

Para formar-se numa sabedoria de vida é necessário não somente pensar que uma sabedoria pode advir, mas também entender os aspectos a desenvolver, aqui e agora, para avançar nessa realização (JOSSO, 2010, p. 130-131)

De acordo com Freire (1981, p.79) “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, corroborando assim para a compreensão de que todos os participantes puderam aproveitar o momento coletivo para desenvolverem novos saberes, mediados pelas narrativas autobiográficas.

“Desde que tinha 18 anos, quando vi na televisão um massacre de jovens infratores é que decidi trabalhar na FEBEM, vou fazer 30 anos de serviço, eu escolhi estar aqui e fazer o meu melhor.” A narrativa da assistente social da CASEMI provocou nos estudantes uma reflexão sobre o seu futuro e suas escolhas profissionais que podem ser feitas ainda nesta fase a exemplo da servidora que com muito amor ao que faz decidiu este caminho muito jovem.

Segundo Josso (2010, p. 36) a abordagem biográfica é um outro meio para observar as situações educativas, porque ela permite uma interrogação das representações do saber-fazer e dos referenciais que servem para descrever e compreender a si mesmo no seu ambiente. E conduzem para um viver melhor,

A reflexão biográfica e as situações de interação no grupo reflexivo têm se apresentado como espaços-tempos geradores de aprendizagens que partem da vida, do saber da experiência vivida, e retornam sobre si mesmo como um novo alento para a vida. Elas são suficientemente distantes das práticas

usuais de formação, para oferecerem oportunidades de tomada de consciência, potencializarem aberturas, interrogações e transformações. (PASSEGGI, 2011, p.153)

Em seus estudos Ricouer (2017) afirma” Longo é o caminho para o homem que “age e sofre” até o reconhecimento daquilo que ele é em verdade, um homem *capaz* de certas realizações”. O desenvolvimento desses jovens passa pelo reconhecimento de suas capacidades e caminhos possíveis para sua felicidade individual e nesta fase de profundas mudanças eles precisam do apoio e incentivo dos adultos, principalmente daqueles com quem compartilha suas conquistas.

Passo a seguir as considerações do hoje, que considero sempre um caminho para construir um amanhã melhor.

O PROSEGUIR

O saber inacabado, o caminho a se trilhar, a dor provocada pela inconformidade, o amor ao próximo, a felicidade que vem da felicidade do outro, potencialidade que trazem o movimento e neste processo de migrar um pouco mais de sentido as nossas buscas. Freire (1981, p.47) assim preleciona: “O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber”

Mesmo que o mundo pense em crescimentos de toda ordem, esses movimentos jamais devem justificar as nossas faltas para com os outros, para conosco e para com o meio em que vivemos. Assim afirma Santos (2010) “o direito de que o cuidar de si e dos outros é uma condição para a dignidade humana, que diz ter sido suprimida e negada sob a justificativa de um irreversível e incondicional do progresso.”

Somos responsáveis por esse movimento com responsabilidade e respeito à vida e a humanidade em cada ser. Migrar são possibilidades e oportunidades de ampliar saberes e aprendermos com o diferente, criarmos formas melhores de nos relacionar e viver. Nos espaços escolares como professores nossa responsabilidade é ainda maior, jovens em fase de escolhas e mudanças, com potencialidades prontas para serem descobertas, vividas em sua intensidade, dignos de um recomeço e de um prosseguir.

Sob o signo do perdão, o culpado seria considerado capaz de outra coisa além dos seus delitos e faltas. Ele seria devolvido à sua capacidade de agir, e a ação, à de continuar. E essa capacidade que seria saudada nos mínimos atos de consideração nos quais reconhecemos o incógnito do perdão encenado na cena pública. Finalmente, é dessa capacidade restaurada que a promessa que projeta a ação para o futuro se apoderaria. A fórmula dessa fala libertadora, abandonada à nudez de sua enunciação, seria: tu vales mais do que teus atos. (RICOUER, 2007, p.501)

Sem movimento, tudo padece e morre...Se reconhecermos nossa humanidade e do outro com generosidade teremos um caminho possível para a educação e melhoria de nossas relações, propiciando emancipação de cada homem nesta construção coletiva.

Ao narrar e ressignificar suas próprias realidades as pessoas percebem um mundo ao seu redor que tem no outro possibilidades diferentes das suas próprias experiências de vida. Nesta percepção do outro e de si mesmo, despertamos novos saberes, possibilitamos deslocamentos, ressignificamos a nossa existência, oferecendo possibilidades de transformar a realidade.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, Jorge L da. **Cad'um Cad'um**. In: Leitura Dirigida I Aula Expositiva PPGE/CE/. Set.Out,2017. Santa Maria UFSM
- DELORY-MONBERGER, Christine. **Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica**. In: **Revista brasileira de Educação**, vol. 17, núm. 51, setembro-dezembro, 2012, pp. 523-536
- 1 DELORY-MOMBERGER, C. **As histórias de vida**: da invenção de si ao projeto de formação. Título original em francês: *Les Histoires de Vie. De l'invention de soi au project de formation*. Tradução: Albino Pozzer. Natal EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: EDUNEB, 2014.
- FERRAROTTI, Franco. **História e histórias de vida. O método biográfico nas ciências sociais**. Tradução de Carlos Eduardo Galvão, Maria da Conceição Passeggi. Natal: Edufrn. 2014.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- JOSSO, M.-C. **Experiências de vida e formação**. Tradução: José Cláudio, Júlia Ferreira. (Coleção Pesquisa (auto) biográfica e Educação. Série Clássicos das Histórias de Vida. 2. ed. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo, Paulus, 2010.
- PASSEGGI, M. **A experiência em formação**. Educação, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011

PINEAU, Gaston; LE GRAND, Jean-Louis. **As histórias de vida**. Tradução de Carlos Eduardo Galvão Braga e Maria da Conceição Passeggi. Natal: EDUFRRN, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

_____ **O percurso do reconhecimento**. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2017.

RÜSEN, Jorn. **Teoria da história. Uma teoria da história como ciência**. Curitiba: UFPR, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo. Para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Lucas Dalfolo Cassanta⁸⁴⁸

Consciência Histórica...

Quando a vida cotidiana, prática, se liga ao campo da ciência especializada, vamos observar em Rüsen (2001), por exemplo, que um nada mais é do que o reflexo do outro, ou seja, os interesses acadêmicos representam os interesses e anseios da sociedade de maneira geral, e ambos tornam-se, portanto, interesses comuns partindo e retornando da vida cotidiana para a própria vida cotidiana no sentido de orientadora e embaixadora da mesma.

Esse contexto ainda pode ser notado, e com certeza com maior densidade, quando analisamos a questão da formação histórica, que baseada no ensino-aprendizagem exerce influência direta tanto no processo do tempo natural como no processo do tempo histórico, ganhando assim a teoria da história uma função didática de orientação no processo de adaptação e seleção didática dos conteúdos a serem desenvolvidos.

Uma discussão bastante pertinente no sentido da definição de tempo histórico é a apresentada por Thompson (1981), que explicita uma interpretação de que o tempo histórico torna a história algo bastante dividido, como se fosse possível colocar em pequenos compartimentos cada elemento formador do contexto histórico, ao invés de preservar o sentido amplo bastante difundido no materialismo histórico de um processo histórico, com o qual concordamos.

Temos, assim, uma seleção arbitrária (teoricamente injustificada) de categorias. e estas são estáticas. Não examinadas, que supostamente mantêm sua eficácia analítica, não só através do desenvolvimento de formas de um dado modo de produção, mas também nos diferentes modos de produção (pois o feudalismo também tem "política", "economia", "religião", etc.). Mas com o correr do tempo histórico o conteúdo real dessas categorias modificou-se tão profundamente que impôs ao historiador um extremo cuidado em seu emprego, tal como, no mesmo período a "ciência" mudou de mágica para alquimia, para ciência, para tecnologia - e por vezes, para ideologia. (THOMPSON, 1981, p. 109).

O saber histórico é, nesse sentido, construído pelos historiadores, ganhando voz ao ser interrogado e interpretado à luz do presente. Cohen afirma que “o crescimento da capacidade produtiva é a força subjacente à transformação social”, dando essa definição, aqui descrita de

⁸⁴⁸ Mestre em Ensino de História - UFSM; Professor de História Anos Finais; Escola Marista Santa Marta; luccassanta@hotmail.com.

maneira superficial, como a base do materialismo histórico, o qual tenta demonstrar que os indivíduos dão significado ao que são ou a quem são somente a partir da ideia de coletividade (COHEN, 2013, p. 398).

Na perspectiva de um ensino de história que seja emancipador e busque a conscientização dos indivíduos, concordamos com Cohen, na medida em que sustenta a ideia marxiana de que “o interesse em se autodefinir ou autossituar não está destinado a prover o desenvolvimento das capacidades humanas como um fim em si mesmo” (COHEN, 2013, p. 400).

Um indivíduo não necessita apenas desenvolver suas capacidades e usufruí-las. É necessário que ele saiba quem ele é e como a sua identidade o vincula a outros indivíduos determinados. [...] Ele deve ser capaz de se auto identificar com uma parte da realidade social objetiva. (COHEN, 2013, p. 400)

Ainda na visão de Cohen (2013), cabe destacar a influência da abundância da produção de riqueza material, sendo a mesma exponenciada através da propaganda e do consumo em elevadas potências, imensuráveis quando aliadas à obsolescência natural e mais enfaticamente da obsolescência programada. Se o que descrevemos é um fato, sendo algo bastante corriqueiro na sociedade de maneira geral atualmente, nada mais natural que se sinta o mesmo processo no interior da escola, sendo essa um reflexo da outra e vice e versa.

Na prática, a busca por espaços onde a consciência histórica se manifeste é o papel fundamental do professor de história e essa teoria marxista analítica apresentada por Cohen (2013) nos dá um norte quanto a justificativas científicas, servindo de base para que os discursos de mudanças sociais, ultimamente tão vazios, possam ter um significado real.

Dentro de uma perspectiva didática atrelada à construção da consciência histórica, é inevitável observar que o ser humano age como contingenciador do tempo natural, transformando-o em tempo humano. Corroborando com essa ideia, Cohen considera “correto dizer, [...] que os indivíduos não são motivados por sua necessidade de uma identidade; eles são motivados pela sua identidade, da qual eles possuem uma grande necessidade” (COHEN, 2013, p. 401), ou como afirma Rüsen

O tempo, é assim, experimentado como um obstáculo ao agir, sendo vivido pelo homem como uma mudança do mundo e de si mesmo que se opõe a ele, certamente não buscada por ele dessa forma, que, todavia, não pode ser ignorada, se o homem continua querendo realizar suas intenções (RÜSEN, 2001, p. 59).

Essa estrutura temporal organizada pelos seres humanos, de maneira subjetiva/decisionista em um primeiro momento, sendo acompanhada de um objetivismo/conformismo, criou de maneira sutil uma tradição, entendida por Rüsen (2001) como o tempo da natureza que transcende em tempo humano. Essa tradição está intrinsecamente ligada às intencionalidades dos narradores, mesmo quando esses ainda não se

percebiam ou não eram conscientes de seu passado e dos reflexos desse em sua formação social. A história enquanto ciência é, portanto, antes de tudo um aglutinador social, já que fornece elementos necessários à formação da identidade, dando significado, sentido e propósito ao tempo.

Como a significação dada ao tempo é ofício mor do historiador, é aí que vamos observar a conexão entre método e sentido, ou seja, as especificidades da narrativa histórica como forma de apresentação da história se conectam com as funções orientadoras do pensamento histórico. O método tem a necessidade factual, pois ele pretende presentificar o tempo fazendo sentido no processo de constituição histórica (RÜSEN, 2007a).

A partir do método, é que vai ser possível observar a função do saber histórico, ficando clara a relação entre o narrador e o seu público. Assim, pode-se entender essa questão através do raciocínio, em que a ciência da história traz funções de orientação intelectual ao agir humano, a partir de suas narrativas, construindo e consolidando a sua identidade. Cabe destacar que Rüsen (2001; 2007a; 2007b), em sua trilogia, não nos proporciona um método de maneira explícita, mas de maneira sutil indica a importância do método para a prática docente aliada à teoria.

Nesse contexto, a escola se inclui como mediadora entre academia e sociedade, não devendo de qualquer maneira didatizar o conteúdo histórico ou científico, mas partir da realidade, buscando a construção da consciência histórica a partir da tentativa de explicação através da percepção empírica do estudante e do professor, e por que não do pesquisador, já que é nas práxis que podemos observar esse saber dialético, que está conectado com a narrativa, uma vez que a constituição humana está permeada pelo processo da constituição simbólica/semiótica.

Assim, faz sentido que a formação plena dentro do processo educacional seja um exercício, como explicitado por Rüsen, quando afirma que a

Formação significa o conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprio, que articula o máximo de orientação do agir como o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto-realização ou de reforço identitário. Trata-se de competências simultaneamente relacionadas ao saber, à práxis e à subjetividade.

[...] sempre que teoria e prática, saber e agir se sobrepõe, a formação sustenta o ponto de vista da relevância pragmática e da dignidade moral do saber cientificamente produzido (RÜSEN, 2007b, p. 95, 96).

Com certeza o historiador enquanto professor se encontra em uma situação bastante complexa, quando se observa a grande dicotomia entre academia e escola, refletida consecutivamente na formação e na atuação docente. Dentro da academia, ainda nos deparamos com o equívoco de formar licenciados, que somente conseguem focar em pesquisas “hermenêuticas” ou “analíticas”, esquecendo-se que é da possibilidade de cruzamentos e de aplicações empíricas das mesmas que se produzirá resultado válido para o campo que está se formando, qual seja a educação. Assim, nada mais potencial do que o historiador professor dar-se conta de que pode e deve, a partir de sua atuação, transformar-se

efetivamente em um pesquisador, que colocará a sua própria atuação em suspeita constantemente, já que ela é fruto do tempo como o próprio cerne de sua formação (RÜSEN, 2007a, p 156).

A ideia da educação histórica está, nesse sentido, ligada à questão de que conhecimento se desenvolve e não que se produz, cabendo aos docentes o papel de mediação, enquanto a figura fundamental no processo, ou seja, o estudante, é que vai atuar no seu desenvolvimento individual, buscando e tomando por base a sociedade e seus aspectos formadores. Nessa perspectiva, a atuação docente e a trajetória de cada professor se conectam intimamente aos processos descritos, sendo evidente a utilização efetiva das teorias da história, pelo professor que busca uma atuação completa no sentido historiográfico.

O reconhecimento dessas questões traz à tona a ideia de um ensino humanista, que esteja conectado ao estado fundamental do ser humano enquanto agente histórico, capaz de ser e estar em plena transformação de si e de seu próprio tempo histórico.

This humanistic dimensioning has to start from the very beginning of historical instruction, and to continue accompanying it to its very aim – the need for a new political and cultural humanism today. Early life forms of archaic societies, the life forms of the so called advanced civilizations and, finally, the life forms of modern societies have to be addressed with a special request for the understanding of what it means to be a human being as a person in its social context. When the structural change of human life-forms concerning the status of humans in relationship to non- and super-human dimensions of reality is addressed, the students will find elements of these different structures still effective in their own life experience. This makes the inclusion of cultural anthropology necessary when emphasizing basic forms of human life for history learning and teaching. (RÜSEN, 2012, p. 530).⁸⁴⁹

Como não seria diferente, este protagonismo acerca do indivíduo, que culmina na formação da coletividade, acaba estando atrelado ao conceito intrínseco de cidadania, e antes disso, a sua própria construção e conceituação, como um elemento que permite ou que advoga em favor das liberdades e dos direitos fundamentais que encontramos em sociedades como a brasileira, que está definitivamente ancorada em legislação que prevê essa situação.

⁸⁴⁹ “Este dimensionamento humanista tem que começar desde o início da instrução histórica, e continuar acompanhando-a até o seu objetivo - a necessidade de um novo humanismo político e cultural hoje. As primeiras formas de vida das sociedades arcaicas, as formas de vida das chamadas civilizações avançadas e, finalmente, as formas de vida das sociedades modernas têm que ser tratadas com uma atenção especial para a compreensão de o que significa ser um ser humano, como alguém em seu próprio contexto social. Quando a mudança estrutural das formas de vida humanas relativas ao status dos seres humanos em relação às dimensões não-humanas e super-humanas da realidade for abordada, os estudantes encontrarão elementos dessas diferentes estruturas ainda eficazes em sua própria experiência de vida. Isso torna necessária a inclusão da antropologia cultural ao enfatizar as formas básicas da vida humana para a aprendizagem e o ensino da história” (RÜSEN, 2012, p. 530, Tradução nossa)

Consciência histórica para o exercício da cidadania

Em sentido amplo, o conceito de cidadania parece ter perdido seu real significado, se é que realmente tenha existido em algum momento um único e real significado. Guimarães ressalta que “o universo da cidadania é essencialmente polifônico”, explicitando que se juntam aos historiadores, teóricos e pensadores de áreas como a pedagogia, a filosofia, a antropologia, a sociologia, o jornalismo e a classe política representada principalmente pelos legisladores. Quer dizer, as formulações acerca da cidadania estão ancoradas em conceituações diversas, e isso é positivo, mas ao mesmo tempo torna o termo e seu significado passíveis de interpretações difusas passando o mesmo a ser utilizado como “mero clichê” ou então como peça de discursos e “retórica política” (GUIMARÃES, 2016, p. 76).

Caberia assim à história e às ciências humanas de maneira geral o papel de representar junto à sociedade, e de maneira mais definida, à comunidade escolar, o fator de formação aplicado aos processos de “ensino e aprendizagem” ancorados na construção e percepção de questões como “igualdade, solidariedade, liberdade, pluralismo e respeito”, conceitos que talvez deem um formato básico para a cidadania que tanto se houve falar, mas que por vezes não se encontra na prática ou mesmo na teoria (GUIMARÃES, 2016, p. 76).

A cidadania pode então ser entendida muito mais como uma construção progressiva e constante do que algo fixo que dita regras de participação social através de benefícios. Isso não quer dizer necessariamente que a herança que recebemos do classicismo greco-romano não tenha validade, já que os direitos relacionados à cidadania só deixaram de incluir uma parcela menor em detrimento de uma maior quando as classes excluídas não buscaram através de exigências, pacíficas ou não, conquistar direitos de maneira equânime (FUNARI, 2010).

Procuramos aqui uma discussão em que se destacam pelo menos três níveis entrelaçados na formação da cidadania, onde o desdobramento da cidadania se dá em torno dos “direitos civis, políticos e sociais”, em que cada elemento ganha sua independência em relação aos outros, na medida de sua estruturação, mas não se sustentam de maneira independente em uma relação quase dialética (CARVALHO, 2011, p. 9).

No primeiro caso, o dos direitos civis, a cidadania está na base fundamental que é o direito à vida e suas consequências como a liberdade e a igualdade perante as leis (CARVALHO, 2011). Nesse contexto o Estado, como um ente mediador, exerce papel fundamental, tendo por base os aparatos repressivos que buscam fazer valer a legislação, através principalmente do judiciário, que deixa na maioria das vezes o papel de mero mediador entre Estado e sociedade, passando a interferir, por exemplo, nas dimensões da vida privada (JUNQUEIRA; RODRIGUES, 2008), ficando evidente nesse sentido o caráter contraditório desse primeiro caso.

Ainda dentro dessa perspectiva, a segunda questão pertinente à compreensão da cidadania são os direitos políticos, os quais estão em um primeiro plano dependentes, visto que a necessidade básica de existência está atrelada aos direitos civis. Se esta ordem for invertida, corre-se o risco de entrar em uma armadilha, em que “os direitos políticos,

sobretudo o voto, podem existir formalmente” ficando de certa forma vazios em conteúdo, servindo “antes para justificar governos”, institucionalizados na figura do Estado, “do que para representar cidadãos” (CARVALHO, 2011, p. 9, 10).

Mas é claro que essa lógica de dominação do Estado é rompida a partir da construção da autonomia tão almejada pela cidadania clássica e, nessa perspectiva, concordamos com a definição de que

A cidadania evolui através de um processo de lutas desenvolvidas paralelamente em diversos países, que leva da condição de ‘membro da sociedade nacional’ no século XVIII, ao ‘direito de associação’ no século XIX, até serem alcançados os ‘direitos sociais’ em pleno século XX (SANTOS, 2011, p. 84).

Se cidadania parte da ideia do micro para o macro, o retorno é inevitável, e nesse ponto percebemos a relação da cidadania com a problemática do ensino de história, já que devemos estar atentos à maneira pela qual os estudantes se entendem como cidadãos e que nível de cidadania percebem na sua vivência cotidiana, já que não deveria haver educação cidadã, ou que se enquadrasse como tal, sem que houvesse a discussão do próprio tema em paralelo aos conteúdos programáticos/curriculares, tornando o ensino de história, de uma maneira ideal, “livre de maniqueísmos, exclusões, preconceitos, falsas dicotomias e reducionismos” (GUIMARÃES, 2016, p. 101).

Como nível de cidadania, concordamos com Santos, ao afirmarmos que estão presentes diferenciações econômicas que refletem diretamente nas condições do exercício da cidadania, ou seja, de maneira “geral há cidadãos de classes diversas, há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são”, visto o sistema econômico no qual eles estão inseridos e conseqüentemente os ordenamentos pré-estabelecidos, de maneira praticamente velada, como ocorre em sistemas políticos neoliberais, por exemplo (SANTOS, 2011, p.87).

Entendendo essa perspectiva, podemos visualizar a relação direta da cidadania com a educação, e mais especificamente com o ensino básico, visto que é no espaço escolar que se dá boa parte da formação dos cidadãos que integram a sociedade de maneira geral, notadamente no caso brasileiro que nos compete analisar. Consideramos importante o questionamento sobre o que é discurso a respeito da cidadania e o que realmente é posto em prática, concordando com Guimarães quando indaga “como os currículos de história” estão colaborando na “formação de cidadãos” e como podemos contribuir para “fazer avançar as práticas de cidadania em nosso país desde a educação escolar?” (GUIMARÃES, 2016. p. 91 e 92).

Responder diretamente a essa questão não nos parece tarefa fácil, já que ela abarca a situação ampla da educação. Assim, no sentido de contribuição com o contexto mais generalizado da educação básica, visualizamos que a história tem potencialidades a serem exploradas, principalmente a partir da ideia de construção do conhecimento histórico e de

maneira mais empenhada do desenvolvimento da consciência histórica, a partir da ideia das narrativas e do narrar-se, já que aos estudantes serão dadas plenas condições de observar, por exemplo, questões como as que se destacam:

[...] como se menciona em história da cidadania esta parece confundir-se em muito com a história das lutas pelos direitos humanos. A cidadania é um marco referencial de conquista da humanidade, através das lutas por mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e também dos que não se conformam frente às preponderâncias arrogantes, frente à opressão e de injustiças contra uma maioria desprotegida, exatamente por que se lhe nega a cidadania plena cuja conquista, ainda que lentamente, não será impedida. (PIRES; CAVICHIOLI, 2009, sem página).

Entendemos o papel da educação justamente como o de tornar os cidadãos conscientes de sua cidadania e de sua própria história enquanto componente curricular e formador ou influenciador de sua constituição como ser social ou agente histórico. É inegável a constatação de que estamos inseridos em uma sociedade estruturada pelo capitalismo e pelos interesses de determinadas classes sociais, e dessa forma entendemos que esta estrutura econômica nos impõe um contrato social, sendo imprescindível encontrar maneiras de transpor essas barreiras em sala de aula, para que se consiga despertar nos estudantes a tão almejada conscientização histórica, buscando que identifiquem seu papel social e possam romper com a lógica imposta pelo sistema econômico.

Narrativas autobiográficas e a possibilidade da consciência de si e do outro.

Os seres humanos lidam com o passado a todo instante, mas não necessariamente com a história, visto que essa está baseada constitutivamente na interpretação do passado e não somente em sua percepção cotidiana. O professor, enquanto agente de transformação social deve, portanto, buscar ao máximo o embasamento para sua atuação, desenvolvendo a consciência de ir além da pura transmissão de conhecimentos, estando sua prática inerentemente atrelada à teoria e, por conseguinte, a pesquisa seja de maneira empírica ou mesmo conceitual. Consideramos essa questão como resultado direto da práxis descrita por Rüsen (2001) como um processo indissociável entre empírico e teoria, pois uma é decorrente da outra.

Estranhar e desnaturalizar são processos interligados, pois se estranhar é pôr em evidência ao perguntar “Por quê?”, desnaturalizar significa procurar compreender as interpretações e explicações sobre as relações sociais de modo não naturalizado, ou seja, compreender a historicidade dos fenômenos sociais e compreendê-los como decorrentes das razões humanas, das ações humanas, isto é, como produtos culturais-sociais. O estranhamento e a desnaturalização recaem tanto sobre os fenômenos sociais como sobre as explicações desses fenômenos, assim proporciona estados de suspensão de saberes e procura por outras compreensões, em processos sempre dinâmicos (RÖWER; CUNHA; PASSEGGI, 2015, p.19).

Partindo-se do pressuposto em que o conhecimento cotidiano está intimamente conectado ao senso comum, é natural que se busque entender esse processo considerando que a sensibilização do estudante para temas diversos, como os presentes na estrutura curricular, parte de seus interesses imediatos. Sendo assim, a desnaturalização e o estranhamento causados por tal estrutura de conhecimento devem ser um dos pontos basilares do processo para uma educação emancipadora, no sentido em que a mesma possa fazer o caminho inverso.

Cunha e Röwer destacam, por exemplo, o caso de Heródoto, notório historiador grego tido como o pai da história, no sentido de que ele propôs em “sua obra a intenção de oferecer aos seus contemporâneos a possibilidade de, através da narrativa” sobre a realidade, “refletirem sobre quem são e qual o sentido de suas existências”, dando significado ao ser ou tornar-se humano a partir da consolidação de uma memória histórica de fato (CUNHA; ROWER, 2016, p. 55).

Nessa perspectiva, a opção em explorar/trabalhar/pesquisar a concepção de narrativas autobiográficas aliada ao ensino de história na educação básica deve ter como motivação a possibilidade de, a partir dessa concepção, mensurar de que maneira os processos de ensino são ou não significativos para os estudantes, questão bastante clara na perspectiva de Röwer, Cunha e Passeggi (2015), quando fazem uma análise específica sobre o ensino da sociologia, com a qual concordamos, vista a proximidade para com o ensino de história no mesmo contexto:

A compreensão sobre o senso comum é importante, na medida em que, se a realidade como vivida é a base da argumentação do senso comum que constitui os modos de interpretação das pessoas na cotidianidade, então o estranhamento e a desnaturalização no ensino de sociologia na educação básica pode partir do senso comum e das vivências individuais. A possibilidade de estranhar e desnaturalizar o senso comum através dos relatos autobiográficos remete a estranhar e desnaturalizar práticas cotidianas. E o estranhamento e a desnaturalização compreendidos como atos pedagógicos imputa a possibilidades de deixar em suspensão modos cotidianos de ser/fazer/sentir/compreender e construir outras organizações de si e compreensões sobre o outro e sobre a relação eu-outro. (RÖWER; CUNHA; PASSEGGI, 2015, p.21).

Como destacado, a utilização das narrativas autobiográficas nesse contexto escolar é instrumento de possibilidades diversas quando tem por objetivo a transformação ou a ressignificação do entendimento da realidade pelos sujeitos nela inseridos. A pesquisa em si e sua posterior análise e conceitualização não se enquadra a “nenhuma das ciências humanas”, apresentando-se como uma nova perspectiva, que se sustenta na práxis, na qual o pesquisador é sujeito da própria pesquisa, ora se afastando, ora se aproximando do processo, constituindo a “*construção de uma subjetividade autêntica*” (JOSSO, 2010, p. 72), o que se reflete também no ator da pesquisa, criando o

[...] conceito de existencialidade singular-plural [...] uma problemática que acompanha o percurso da vida vivenciada numa tensão permanente entre as transformações impostas pelo coletivo e a evolução dos sonhos, desejos e aspirações individuais. (JOSSO, 2010, p. 72).

Partindo desses pressupostos, é necessário compreender o “terreno” e o “material” de que decorre a pesquisa. Como nos ensina Delory-Momberger, essas duas características são bastante pontuais ou de “natureza particular”, já que o pesquisador só terá acesso garantido se houver recíproca do sujeito na construção e aceitação do ato de biografar-se (DELORY-MOMBERGER, 2012, p.525).

Essa situação que se apresenta ao longo do processo passa por algumas etapas importantes. Assim, destacamos alguns pontos que concluímos pertinentes, ressaltados por Josso (2010), acerca da utilização das narrativas autobiográficas como processo de pesquisa formação⁸⁵⁰:

1. Distanciamento, que ocorre no decorrer do processo, quando da alternância entre atividades individuais e coletivas, e mesmo na relação entre o primeiro contato com a possibilidade de uma narrativa de si e os processos seguintes;
2. Implicação, sendo pertinente que o indivíduo/estudante esteja disponível e empenhe-se na elaboração de um trabalho autobiográfico, colocando-se como aprendente de si e do outro;
3. Responsabilização, sentimento de importância do processo de narrar-se, intrínseco à implicação, no caso do ensino fundamental.
4. Intersubjetividade, presente desde a tomada de conhecimento do método autobiográfico, perpassa a narrativa escrita e principalmente o momento de análise dela em grupos, ocorrendo a partir disso a possibilidade do estranhamento de si e do outro, princípios fundamentais para o processo autobiográfico.

Apesar de oferecermos aqui uma análise bastante subliminar dessas quatro perspectivas apresentadas por Josso (2010), podemos inferir a partir delas a condição do sujeito como partícipe do processo, tornando por vezes a pesquisa um fator muito mais subjetivo do que realmente ela parece, já que a centralidade do processo não é a análise de um conteúdo ou de conceitos fechados explicitados através de um discurso, mas antes um saber que, segundo Delory-Momberger, pode estar implícito desde a formulação inconsciente de sua narrativa, pois “assim, a *atividade biográfica* não fica mais restrita apenas ao *discurso*, às formas orais ou escritas de um verbo realizado”, reportando-se a uma “atitude mental e

⁸⁵⁰ Apesar de buscarmos referência na obra de Josso (2010), acreditamos como ressalta a própria autora, que cada ambiente gera especificidades e é delas que nasce a riqueza do trabalho com as narrativas autobiográficas como dispositivo de formação, seja em qualquer nível do processo educacional. Dessa forma, levando em consideração que a autora traz a construção de um projeto aplicado ao ensino de adultos em nível superior, apontamos os caminhos de forma genérica, no sentido de adaptação ao público de nono ano do ensino fundamental.

comportamental”, ou antes a um formato de compreensão que se estrutura a partir da “experiência e da ação” que é exercida constantemente nas relações dos seres humanos com o meio em que estão inseridos (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 525).

Essa abordagem, que vai contra a corrente das abordagens redutoras habituais, entusiasma ou desorienta pela visão de conjunto que propõe [...] as capacidades são exercidas de variadas maneiras, o trabalho biográfico exige criatividade para evoluir na singularidade da situação da narração (JOSSO, 2010, p. 37).

Se as narrativas autobiográficas seguem esse caminho de uma reinterpretação de si, nada mais pertinente que essa metodologia seja aplicada na educação de maneira geral, e mais especificamente na educação básica, visto que o espaço escolar deve buscar a sua transformação, que está ligada diretamente à transformação de docentes e discentes, tornando este espaço em lugar de criação e da emancipação dos indivíduos perante a sociedade, de tal maneira que o individual se transforma em coletivo a partir do momento em que as narrativas tornam-se uma rede de interlocuções acerca de determinada realidade. Essa perspectiva pode ser encontrada na seguinte afirmação:

A colocação em comum de questões, preocupações e inquietações, explicitadas graças ao trabalho individual e coletivo sobre a narração de cada participante, permite que as pessoas em formação saiam do isolamento e comecem a refletir sobre a possibilidade de desenvolver novos recursos, estratégias e solidariedades que estão por descobrir ou inventar. As crenças de cada um e de cada uma sobre as potencialidades do humano desempenham aqui um papel maior. E será facilmente compreensível a importância de trabalhá-las explicitamente se pretendemos contribuir para mudanças sérias no fazer e no pensar de nossa humanidade (JOSSO, 2007, p. 415).

Ainda em Josso (2007) encontra-se uma nomenclatura para descrever essa atitude que o narrador de si desenvolve consigo e com sua realidade, quando ela se refere à existência singular-plural, ou seja, um fator que influencia de maneira significativa na elaboração da identidade dos indivíduos levando em consideração o aspecto global.

Ainda que a abordagem biográfica desenvolvida em situações educativas não tenha como prioridade a construção da identidade [...] essa abordagem centrada na compreensão dos processos de formação, de conhecimento e de aprendizagem, enfoca, de certa forma, a questão da identidade. Ousaríamos dizer que tal enfoque se faz a partir do interior, com pertinência ainda maior, porque abraça a globalidade da pessoa na articulação das dinâmicas psicossocioculturais, ao longo de sua vida. A história de vida é, assim, uma mediação do conhecimento de si em sua existencialidade, que oferece à reflexão de seu autor oportunidades de tomada de consciência sobre diferentes registros de expressão e de representações de si, assim como sobre as dinâmicas que orientam sua formação (JOSSO, 2007, p. 419).

No que tange às histórias de vida e à formação, ocorre uma aproximação com a racionalidade e o imaginário, no sentido em que se destaca:

Por um lado, a sua perspectivação temporal impõe a organização sinérgica de uma herança revisitada, aqui e agora, à luz dos desejos e das questões do presente, e de um devir em invenção, povoado de múltiplas expectativas projetadas desde a infância; por outro, a encenação de um itinerário ou de uma errância em história, a partir de uma escolha de referências, sem dúvida objetiváveis e racionalizadas, mas numa forma narrativa que lhe prefigura o sentido (JOSSO, 2010, p. 297).

Essa questão demonstra que o indivíduo se constrói a partir de uma base imaginária, que se conecta ao real pela própria narrativa, que só é quebrada após a sua análise. Como analisa Baczko (1985, p. 297), o imaginário social por vezes parece oculto ou escondido no sentido científico, só aparecendo na tentativa de desnudar os “agentes sociais”, despojando-os “das suas máscaras, das suas roupagens, dos seus sonhos e representações”. O problema destacado pelo autor nessa questão é a de os sujeitos serem desnudados externamente, ou seja, a projeção real de um imaginário vinda de uma análise científica do pesquisador para o pesquisado, quando o mesmo deveria vir do âmago do sujeito ao narrar-se, quebrando com qualquer reflexão determinista a esse respeito.

Ricoeur (1997) afirma, a partir de uma perspectiva narrativa, que o imaginário está presente na história enquanto condição para a construção de uma visão da realidade, estando a explicação histórica conectada à individuação de acontecimentos que são por vezes preenchidos por uma construção quase que ficcional, em que ficção ancorada ao imaginário permite à história se igualar à memória. Obviamente, conclui-se que o imaginário está atrelado a construções relacionadas às narrativas autobiográficas, já que trazem subjetividades em seu processo constitutivo.

Corroborando com o aspecto subjetivo, Ferrarotti (2010, p. 36) propõe que o método biográfico parta do “ponto de vista de um indivíduo historicamente determinado”, estando sujeito à subjetivação autobiográfica no sentido de que “baseia-se em elementos e materiais” expostos “às inúmeras deformações de um sujeito-objeto que se observa e se reencontra”.

As narrativas autobiográficas podem ser consideradas como uma construção social não necessariamente conectada à realidade, pois não objetiva esclarecer a realidade como fato e sim como processo formador ou constituidor da memória do vivido, do sentido, do aprendido, que se ressignifica a partir do momento em que o sujeito/indivíduo se busca e se reconstrói a partir da própria memória, consolidando a descrição constitutiva de sua formação (ABRAÃO, 2011).

O ir e vir, entre as questões macro ou micro estruturais, ganham significado elementar em nossa perspectiva, quando oferecem a percepção de o narrador estar conectado ao todo social de maneira relevante, sem perder sua individualidade. Como destaca Abraão, existe um “caráter dialético”, através do qual é possível entender as “histórias de vida” como “inserida sem um sistema”, esteja ele definido em caráter amplo ou restrito, na perspectiva de que as

narrativas se constituem a partir do caráter social em que estão inseridas (ABRAÃO, 2003, p. 82).

Complementando essa ideia, Abrahão explicita as “potencialidades de diálogo entre o individual e o sociocultural”, entendendo os estudos autobiográficos “como referentes a vidas inseridas em um sistema em que a pluralidade de expectativas e de memórias” está intimamente conectada à existência de “mundos” e “tempos sociais” plurais (ABRAÃO, 2003, p. 81).

O tempo é assunto imbricado como fazer do historiador, sendo tema inexorável na constituição da história enquanto componente curricular da educação básica. No que tange às narrativas autobiográficas, o conceito de tempo aparece de maneira significativa, principalmente na constituição do tempo histórico ao qual a narrativa está atrelada. Para além dessas questões, devemos lembrar que Ricoeur (1995) traça uma perspectiva temporal que aparece de maneira tridimensional, em que o passado, o presente e o futuro se relacionam de maneira entrelaçada, já que a experiência temporal do indivíduo constrói seu sentido através da articulação da narrativa e, a partir dela, conjugando as perspectivas individual e social.

De forma articulada com a perspectiva tridimensional do tempo narrado, entendemos a narrativa autobiográfica em uma trílice dimensão: como fenômeno (o ato de narrar-se reflexivamente); como metodologia de investigação (a narrativa como fonte de investigação); como processo (de aprendizagem, de autoconhecimento e de (re)significação do vivido) (ABRAÃO, 2011, p. 166).

Quando pensamos em utilizar as narrativas autobiográficas no campo metodológico, torna-se importante a apropriação da influência do pesquisador nos resultados da pesquisa, visto que por mais que o que se busque seja o processo pelo qual o narrador passa ao narrar a si mesmo, o pesquisador como um interlocutor/professor influencia e participa do processo, ressignificando não só o seu fazer, mas também o seu ser.

Trabalhar com narrativas não é simplesmente recolher objetos ou condutas diferentes, em contextos narrativos diversos, mas, sim, participar na elaboração de uma memória que quer transmitir-se a partir da demanda de um investigador. Por isso, o estudo autobiográfico é uma construção da qual participa o próprio investigador [...] Isto, caracteriza o processo de pesquisa que consiste em ‘fazer surgir’ histórias de vida, biografias, autobiografias, em planos históricos ricos de significado, em que aflorem, inclusive, aspectos subjetivos (ABRAHÃO, 2003, p. 86).

Todas essas considerações permitem que enxerguemos as contribuições metodológicas das narrativas autobiográficas para um ensino da história significativo e transformador da realidade, principalmente conectado à ideia de revolução social, visando à subversão do sistema capitalista nos atuais moldes. Não que estejamos militando pela implantação de outro sistema político, mas sim a favor de considerar a escola um ambiente revolucionário, se não por natureza, por construção e constituição social adquirida através de processos de

reconhecimento e de tomada de consciência histórica. É óbvio, mas é necessário esclarecer, que a referência que fazemos não está conectada a um contexto marxista mais pragmático, proletário, mas antes de tudo a uma revolução diária calcada em um processo de ensino aprendizagem ao qual a nossa prática como professores deve ou pelo menos deveria estar inserida (COHEN, 2013).

Referências

ABRAÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica**. In: História da Educação, ASPHE/Fae/UFPEL, Pelotas, n. 14, p. 79-95, set 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30223/pdf>>. Acesso em: janeiro, 2017.

_____. **Memoriais de formação: a (re)significação das imagens-lembranças/recordações-referências para a pedagoga em formação**. In: Educação, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 165-172, maio/ago. 2011. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/8708/6353>. Acesso em: janeiro, 2017.

BACZKO, BRONISLAW. **A imaginação social**. In: LEACH, Edmund. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COHEN, Gerald A. **A teoria da história de Karl Marx: uma defesa**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

CUNHA, Jorge Luiz da; RÖWER, Joana Elisa. **Narrativas (auto)biográficas: experiências no Ensino Médio**. In: MONTEIRO, Filomena de Arruda; NACARATO, Adair Mendes; FONTOURA, Helena Amaral da (Orgs.). **Narrativas docentes, memórias e formação**. Curitiba: CRV, 2016.

DELLORY-MOMBERGER, Christine. **Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica**. In: Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 51, set.-dez, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/02.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FERRAROTTI, Franco. **Sobre a autonomia do método biográfico**. In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias (Orgs.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal/São Paulo: UFRN/Paulus, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo. **A cidadania entre os romanos**. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GUIMARÃES, Selva. **Ensinar história: formar cidadãos no Brasil democrático**. In: GUIMARÃES, Selva (Org.). **Ensino de história e Cidadania**. Campinas, SP: Papyrus/FAPEMIG, 2016.

JOSSO, Marie-Christine. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida Educação**. In: Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2741/2088>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Paulus, 2010.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. RODRIGUES, José Augusto de Souza. **A volta do parafuso: cidadania e violência.** In: FESTER, Antonio Carlos Ribeiro (Org). **Direitos Humanos: um debate necessário**, volume 1. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PIRES, Nara Suzana Stainr; CAVICHIOLI, Rossana Braga Pires. **Cidadania e Educação Conscientes.** In: **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, RS, v. 4, n. 1, abr 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/7027>>. Acesso em: 18 set. 2017.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa – Tomo II.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. **Tempo e narrativa – Tomo III.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

RÖWER, Joana Elisa; CUNHA, Jorge Luiz da; PASSEGGI, Maria da Conceição. **Por uma sociologia da suspensão: da recursividade entre concepções e práticas.** In: **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 17-45, dez. 2015. ISSN 1806-5023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/41414>>. Acesso em: 20 ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2015v12n2p17>.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história I: fundamentos da ciência histórica.** Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2001;

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica.** Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2007a;

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história III: formas e funções da teoria histórica.** Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2007b.

RÜSEN, Jörn. **Forming Historical Consciousness: Towards a Humanistic History Didactics.** In: Antíteses. Dossiê: **Educação Histórica, Teoria da História e Historiografia.** Londrina,

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões.** Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TRAJETÓRIA DOCENTE DAS EDUCADORAS DO COLÉGIO TIRADENTES BRIGADA MILITAR DE SANTA MARIA E A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Tatiana Teixeira dos Santos

Mestre em Educação

UNISC

RESUMO: Este artigo é um recorte da minha dissertação de mestrado realizada na Universidade de Santa Cruz do Sul no ano de 2018, que teve como objetivo identificar como as experiências (auto)formativas contribuem no trabalho docente, dentro do Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Santa Maria (CTBM). Bem como a feminização do trabalho docente numa instituição de ensino militar. Como instrumentos de coleta de dados utilizados foram: memoriais, observações, diário de campo e entrevistas semiestruturadas. Entre os referentes teórico-metodológicos que fundamentaram o processo investigativo estão: Bertaux (2010), Demartini (2006), Josso (2010), Schwartz (2016), Sousa (1997). Os sujeitos participantes da pesquisa foram sete educadoras do Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Santa Maria, com idade entre 25 a 54 anos. Os dados encontrados foram analisados por meio da análise de conteúdo na perspectiva teórica do método do materialismo histórico e dialético. Através dos relatos das educadoras foi possível constatar que as mesmas tiveram que aprender regras e comportamentos diferenciados para poderem atuar nas suas dependências, pois as regras são exigidas a todo o instante e em pequenos detalhes, bem como a máxima presença feminina no quadro docente da instituição.

Palavras-chaves: Experiências; (auto)formação; trabalho docente; feminização

Este artigo partiu da minha dissertação de mestrado foi realizado no ano de 2018 na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), sendo apenas um recorte do texto original, que teve como um dos objetivos identificar como as experiências (auto)formativas contribuem no trabalho docente, dentro do Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Santa Maria (CTBM). Bem como a feminização do trabalho docente numa instituição de ensino militar.

A pesquisa deu-se dentro do Colégio Tiradentes Brigada Militar de Santa Maria – CTBM/SM, este é fruto de uma parceria entre duas secretarias públicas estaduais, a da Segurança Pública e da Educação. A sua estrutura funda-se a partir de uma hierarquia de comando, através de rotina burocratizada, mesclando a formalização e a descentralização das ações. As decisões ocorrem em diferentes níveis, seguindo regras e procedimentos preestabelecidos, experimentando uma autonomia relativa.

O CTBM/SM compreende apenas o ensino médio, conta atualmente com 158 alunos e 36 funcionários, profissionais militares e civis entre eles 18 são educadores, sendo 14 mulheres. Cabe ressaltar que o corpo discente é formado por sete turmas do ensino médio, sendo turmas mistas e a grande maioria são meninas. O público que frequenta o CTBM/SM são os filhos e dependentes de Policiais Militares, bem como a comunidade em geral, mediante aprovação em exame de seleção específico

Os instrumentos utilizados para fundamentar a coleta de dados da pesquisa da dissertação foram: memoriais através das (auto)narrativas, observações, diário de campo e entrevistas semiestruturadas. As educadoras reconstruíram as informações sobre o cotidiano pessoal/profissional, ações inseridas no trabalho docente dentro da instituição de ensino militar.

Conjuntamente com a elaboração dos memoriais foram desencadeadas as entrevistas semiestruturadas baseadas num roteiro prévio elaborado após a pré análise dos memoriais. Isso também orientou as educadoras na confecção das suas (auto)narrativas, mobilizando suas recordações. As observações das práticas docentes nas salas de aula aconteceram em diferentes turmas do ensino médio, principalmente no turno da manhã, em diferentes períodos, onde as educadoras participantes da pesquisa estavam ministrando suas aulas.

A carreira docente, notadamente, é considerada uma profissão feminina. Pois é, majoritariamente exercida por mulheres e dirigida, gerenciada pelo gênero masculino, independente da rede de ensino, seja ela privada ou pública. Percebeu-se não apenas na observação diária, mas também no exercício da profissão, nos comentários na sala de professores que poderia ser claramente adotado como sala de professoras, que é maciçamente uma profissão feminizada, por estar erroneamente ligada ao assistencialismo e romantização da profissão.

Os homens que se aventuraram na carreira docente ao longo da história de educação mais recente, são em número bem inferior ao das mulheres que adentram a carreira docente, no entanto os homens que permanecem na profissão, a grande maioria torna-se integrante da equipe diretiva, ou atua no ensino universitário, na área destinada a pesquisa. Dito dessa forma, vê-se a feminização do trabalho docente como algo massivo, eminentemente desvalorizado e descreduloso.

As mulheres têm uma jornada múltipla de trabalho, conforme Eggert e Alves (2010, p. 60) mencionam: “uma é a jornada produtiva que trata do trabalho público, ou seja, a atividade laboral na sociedade, e reprodutiva, que se dá dentro dos lares, constituída da

jornada doméstica.” O trabalho reprodutivo é considerado naturalizado pela sociedade. As meninas são preparadas para cumprir o papel de esposa, mãe, além de administrar seus afazeres domésticos. Ainda segundo Eggert e Alves (2010, p.61), esse é o conceito da madressosa; portanto, todas as mulheres, de uma forma ou de outra, vivem nessa condição que tem em sua base, a divisão sexual do trabalho.

A visibilidade feminina em diferentes âmbitos, dentro da sociedade, desperta potenciais adormecidos, e as educadoras do CTBM, que também estavam com esses potenciais aquietados despertam para os mais diferentes desafios, um deles a igualdade de condições. Dominicé (2014) aborda a questão das mulheres, quando faz referência à autonomização, pontua que têm relação emocional e de dependência com a família. Elas sofrem um uma pressão tanto da família quanto da sociedade em que estão inseridas, muitas decisões estavam diretamente ligados aos desejos de sua família⁸⁵¹. Sendo assim, para Dominicé (2014, p. 84) “a autonomia face ao meio familiar interage fortemente com a maneira como são resolvidos os conflitos de papéis”.

As mulheres acabam sendo submissas, por terem sido educadas por uma sociedade patriarcal em que elas não foram preparadas para serem autônomas, donas de suas próprias vozes e para ocuparem os espaços públicos, tão pouco ocupar um papel de destaque na sociedade. No entanto, temos a quebra de paradigmas, as mulheres veem avançando em vários campos, tendo visibilidade e credibilidade em suas ações.

Embora ainda haja, como uma opção rápida para ascensão profissional a carreira docente, como uma maneira de ser independente logo, as mulheres eram ou ainda são sujeitas às decisões que família toma ou impõe sobre seu futuro, a profissão é uma decisão familiar, não cabe a ela decidir que tipo de profissão terá. Infelizmente ainda hoje nos deparamos com esse tipo de ação, claro que numa escala bem menor que no tempo de nossas mães, mas ainda há.

A escolha profissional das mulheres está relacionada ainda, segundo Sousa (1997, p.69) “à decorrência necessária da urgência de trabalhar”, à independência financeira, (*id*, p.69) “configurando-a como uma opção viável e aconselhável pela família”.

Embora haja muitos avanços para as mulheres, ainda há muitos campos dentro da sociedade que precisam ser conquistados e ter igualdade de direitos. Vê-se isso, principalmente, na área da educação, em que as mulheres assumem as atividades frente aos alunos maciçamente, na educação básica, as funções e cargos que exigem maior

⁸⁵¹ Ao tratar de família nesse texto, trato enfaticamente de pais e mães, mesmo a relação conjugal possa a vir direcionar as decisões, na sua vida futura.

responsabilidade e visibilidade na sociedade os homens estão à frente, que são os cargos diretivos.

No ensino superior não é diferente, são raras as reitoras de universidades ou coordenadoras de cursos, uma vez que a visão machista ainda impera, deixando as atividades relacionadas à sala de aula apenas com as mulheres, pois são consideradas intrínsecas à maternidade, ao cuidado, ao zelo e ao carinho pelo aluno. Assim também ocorre no CTBM, os cargos diretivos são exercidos por homens, deixando a prática docente com as mulheres

Assim, como a maioria das escolas estaduais do estado do Rio Grande do Sul, o CTBM também tem seu quadro docente composto de 90% de mulheres, mas o que parece é que isso se tornou naturalizado. Vale dizer que não há muita discussão sobre esse caso, apenas a aceitação, os poucos homens que lá trabalham têm carga horária reduzida, mantém a predominância feminina.

A relação com o magistério está ligada à paciência, aos cuidados e a outros adjetivos relacionados muitas vezes à maternidade. Muitas delas desde pequenas já tinham como objetivo de vida a carreira docente.

Esse aspecto as participantes da pesquisa relatam veementemente que sua escolha se deu ainda quando meninas, mesmo que algumas delas não tivessem optada inicialmente pela carreira docente:

Educadora K: “Desde pequena sempre quis ser professora...” (informação escrita)

Educadora M: “minha memória mais significativa da infância e que se entrelaça com a minha vida profissional: brincar de professora[...]” (informação escrita)

Há também as que se encontraram como educadoras ao longo da trajetória educativa, como elas mesmas relatam que no primeiro momento não era uma desejo como as demais espontaneamente

*[...] nunca pensei em fazer como profissão na minha vida (Educadora B).
Com certeza eu diria que jamais eu queria ser professora [...] (Educadora V). (Informação escrita).*

Diante desses comentários, vê-se como as experiências nos (auto)formam através da caminhada docente. Entende-se que assim se faz uma educadora, vai muito além das sugestões de leitura, meticulosamente analisadas, bem como diz Schwartz (2010, p.38) “experiência, é algo relativamente individualizado, por pessoas singulares numa trajetória feita de encontros sociais, técnicos e humanos.”

No CTBM, assim como em qualquer outra escola de ensino médio não é diferente, as áreas administrativas estão sob o olhar masculino e militar, sendo que estes funcionários são soldados da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul. Os docentes do sexo masculino que ali cumprem sua carga horária, ministram aulas na área das ciências exatas, que são no total de três homens.

Conforme a descrição da Educadora V, percebe-se isso quando diz:

“Colegas da disciplina, eram apenas homens e de alguma forma acabavam assumindo cargos mais de organização (havia coordenadores de disciplina)”. (Informação escrita)

No que se trata das atividades de cunho militar, essas são ministradas por homens, soldados da Brigada Militar, que não atuam no quadro docente, porém dão apoio ao CTBM por solicitação do diretor do Colégio, já que a instituição se encontra dentro de um quartel da Brigada Militar, tais atividades são referentes a doutrina militar, onde os alunos aprendem hinos e canções militares, bem como entrar em forma⁸⁵² para as formaturas diárias realizadas no pátio externa do Colégio.

O restante do quadro docente é exclusivamente composto por mulheres, no entanto como elas enxergam esse fenômeno? Ou isso lhes parece naturalizado ao ponto que não haver nenhum tipo de discussão? Tais perguntas, talvez, ainda não se encontrem as respostas nas observações, entrevistas ou nos memoriais, justamente porque as sujeitas, nesse caso, não se perceberam, como a maioria, qual é a força que possuem.

Como Ricouer (1991) discute, o agente da ação, aqui no caso, são as participantes, no momento em que elas narram suas memórias nas entrevistas, essa ação que é narrada, ela prevê uma ação, e essa ação é a (auto)formação.

Em um dos momentos que foi destinado à observação, durante a apresentação e o estreitamento com as educadoras envolvidas na pesquisa, um dos homens que lá atua fez a seguinte observação sobre o tema e objeto do presente estudo,

“que estava ocorrendo a segregação dos homens, pois nitidamente os estudos sobre a maciça presença feminina nas escolas era evidente em diferentes artigos”. (Educador 1)⁸⁵³ (informação verbal).

⁸⁵² Quanto se fala em formação militar diz respeito a maneira como os alunos organizam-se para uma apresentação ou deslocamentos.

⁸⁵³ Referência usada as falas dos educadores do gênero masculino que indiretamente participaram dessa pesquisa.

Conforme Josso (2010, p.146) “um inventário cronológico dos períodos significativos da sua vida e um retomar dessas balizas sob um enfoque interpretativo”, através dessa análise que se dará a reflexão sobre os fatos significativos da sua trajetória de vida.

As participantes trouxeram à tona as suas memórias mais remotas da infância, as suas referências marcantes com educadoras, traçando uma alinha temporal. Que para Bertaux (2010, p,48) “[...] narrativa é estruturada em torno de uma sucessão temporal de acontecimentos, situações, projetos e ações que dela resultam”. Conforme as informações verbais das participantes;

Ah! lembro da primeira professora, do primeiro colégio, dos primeiros colegas, alguns que marcaram bastante, mas principalmente algumas das professoras que me levaram a decidir pela educação, no caso querer a fazer magistério E depois fazer um curso de graduação que me colocasse na sala de aula. (Educadora K);

[...] tive uma professora das letras, [...], que ela me incentivava bastante na literatura que ela disse que eu tina jeito e eu gostava bastante e de tanto ela me incentivar, talvez eu não tivesse jeito mas eu não queria decepcioná-la e eu estava sempre além, como a gente vê como é importante o elogio para o aluno. (Educadora N);

[...] eu acho que eu levei um pouco disso para minha vida [...], então elas me mimavam muito isso, era um protecionismo [...]carrego um pouco isso para minha vida, para meus alunos (Educadora V).

Ao se perguntar da trajetória docente no CTBM, ou seja como essas educadoras ingressaram nessa instituição, em seus relatos (orais ou escritos) fazem menção a 8ª CRE que realizou a transferência das mesmas, ou receberam convites para integrar a equipe e mediadas pelo mesmo órgão, sendo assim passaram a fazer parte do corpo docente, participaram de uma entrevista prévia com o Major, diretor do liceu⁸⁵⁴ para expor o interesse e as normas do CTBM.

O ingresso no quadro docente do CTBM gerou entre colegas da categoria do magistério alguns questionamentos por outras educadoras, isso fora mencionado pelas sujeitas da pesquisa, no sentido de como era trabalhar num colégio;

No início até diziam “ah tu dá aula lá, lá os alunos fazem seleção, são os alunos top de linha, eles querem estar lá, como que - eu estou aqui porque o

⁸⁵⁴ Termo comumente usado pelos militares e educadores que atuam no CTBM, segundo o dicionário *online* estabelecimento no qual é ministrado o ensino médio e/ou profissionalizante.

aluno fez seleção, sou privilegiada por isso(...)que a gente vem para cá a gente dá aula e vê o retorno do nosso trabalho, o retorno não é salarial, o retorno é aprendizagem. (Educadora A) (informação verbal)

O momento de trocas de experiências com outras colegas em outras instituições, dificilmente ocorre, quando as participantes da pesquisa tentam levar as experiências positivas para as outras instituições, ocorrem comentários que as desagradam, são vistas como se estivessem se autopromovendo, almejando ascender ao cargo da equipe diretiva da escola. Diante disso, verifica-se que não há troca de experiências, reservam-se ao direito de não compartilhar.

Vale dizer que a troca de experiências ocorre durante o intervalo, como menciona a *Educadora N* “Muitas vezes, durante nossos intervalos trocamos confidências [...]”. Percebe-se que há uma relação de confiança entre as educadoras, há uma liberdade de conversar, esse fato ocorre na sala de professores, em um ambiente descontraído e de grande amizade, há uma cumplicidade por todos. A equipe docente se conhece há muito tempo, não apenas nas atividades desenvolvidas no CTBM, mas por já terem convivido e trabalhado juntas em outras escolas.

O CTBM é um colégio considerado pequeno, onde as educadoras conseguem realizar frequentemente essa troca de confidências, uma conta a outra sobre suas atividades sociais, ou mesmo os problemas e conquistas da família, há uma proximidade grande entre elas, essa troca se dá tanto na sala de professores quanto em encontros fora do ambiente escolar, no término das atividades.

Ainda assim houve momentos em que percebi que alguns assuntos não poderiam ser tratados entre elas devido a minha presença, olhares codificados, frases iniciadas, porém sem conclusão, mas de fato os assuntos que talvez elas tratassem não era diretamente ligado à pesquisa, e ne quem eu pudesse ficar sabendo.

Mas se notava a cumplicidade que o corpo docente tem e a ausência física dos militares contribua para que esse clima prevaleça entre elas, embora atmosfera esteja tomada por esse universo. Diante dessa colocação recorro a Moita (1995, p.115),

... Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagens, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter conta a singularidade da sua história e sobretudo o modo singular como age, reage e interage com seus contextos. Um percurso de vida é assim um *percurso* de formação, no sentido em que um *processo* de formação.

O docente se forma no espaço educativo com os seus pares e a partir da problematização do cotidiano, da reflexão das práticas pedagógicas, do compartilhamento de saberes, das discussões em torno das inovações, no debate dos problemas oriundos do dia a dia e participando de momentos de trocas de experiências. Essas são compreendidas como trocas colaborativas, pois normalmente o que acontece é a ratificação e socialização do que já se faz, sem trazer algo novo para o coletivo, daí a necessidade de se problematizar tais experiências.

Nesse sentido, percebe-se que os docentes se tornam autores/as e protagonistas da própria formação. Esse é o processo que chamamos de (auto)formativo, além de contribuir para a efetiva autonomia profissional.

As diferentes experiências vividas pelas educadoras fizeram com que a (auto)formação se tornasse necessária para a sua prática docente:

Tive que aprender a trocar conhecimentos com minhas colegas e em expor didaticamente frente a elas, e acredito que para elas também não foi fácil.” (Educadora A) (informação verbal).

Cada ano que passa, cada turma que tenho é um aprendizado, uma nova experiência (Educadora K) (informação verbal).

Penso que a experiência se relaciona exatamente a isso: ensinar e aprender, se percebendo dentro dessa relação como alguém que possa mostrar um mundo novo, um novo olhar sobre tudo a nossa volta.(Educadora M) (Informação escrita).

Para Josso (2010, p.216)

[...] é aprender a investir o nosso presente de tal maneira que nossas vivências possam torna-se experiências formadoras, que vivificam e alimentam as nossas buscas; é aprender a descobrir os pressupostos cognitivos das nossas interpretações.

São nossas vivências repletas de emoções que se tornam experiências significativas, e essas nutrem a nosso ímpeto pela (auto)formação, pela constante busca pelo conhecimento, ou ainda melhor pelo nosso (auto)conhecimento contribuindo diretamente com a prática docente.

Assim Demartini (2006, p. 283)

...aprender a ouvir(...) ouvi-las com os significados que carregam, a que elas são atribuídos(...) com as emoções que as acompanham; com os gestos que

as explicam; com os tempos e espaços a que procuram levar(...) ouvir o que não é dito, e também as emoções, significados e relações que acompanham as frases que não terminam, as longas pausas, as mudanças de assunto, o passar rápido por um tema que interessa pesquisador (mas não o entrevistado), até as recusas a ser entrevistado.

No questionamento sobre as experiências significativas para a (auto)formação as participantes ficaram em silêncio, claramente houve uma reflexão imediata sobre qual era a experiência significativa que contribuiu para a sua (auto)formação movimentos sentimentos, revirou sentidos e conceitos.

Diariamente as educadoras convivem e vivenciam experiências significativas, no entanto ainda não tiveram tempo hábil, devido a rotina frenética a qual vivem, refletiram sobre o ocorrido, ainda não houve processamento das informações e sentimentos para que a sua (auto)formação, o ambiente escolar militarizado contribua com esse aprendizado.

As participantes mencionaram que desde o primeiro dia em que ingressaram no CTBM tiveram que aprender regras e comportamentos diferenciados para poderem atuar nas suas dependências, pois as regras são exigidas a todo o instante e em pequenos detalhes. Através dos relatos das participantes, nota-se essa relação com o meio militar;

Trabalhar com militares não é tão difícil, mas tem que observar a hierarquia. Hoje já estou habituada, sei que tem uma ordem a seguir, regras a cumprir (Educadora K); (Informação escrita)

[...] um universo mais masculinizado. Mais regrado[...] Relacionamento com eles, muito tranquilo, após se criar uns códigos de confiança. (Educadora V); (Informação escrita)

Não é fácil, pois é cheio de regra. Mas a gente sabendo como se deve se portar e o aluno também, não vejo como um grande problema. (Educadora A); (Informação escrita).

Ao longo da sua trajetória das participantes dentro do CTBM, os relacionamentos foram estreitados, o vínculo de confiança se fortaleceu, pois as mesmas se adaptaram a realidade da instituição onde desenvolvem suas atividades, há harmonia nessa relação, desde que cada um atue dentro dos seus limites pré-estabelecidos, ou seja os militares com suas funções administrativas e doutrinárias, as educadoras diretamente com a formação pedagógica e intelectual do corpo discente.

REFERÊNCIAS

- BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **Memórias que interrogam: formação e atuação docente**. SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Orgs.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006.
- DOMINICÉ, Pierre. O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais. In: NÓVOA, Antônio. FINGER, Mattias. **O método (auto)biográfico e a formação**. 2. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2014.
- EGGERT, Edla; SILVA, Marcia Alves da. O 'dentro' e o 'fora' do trabalho feminino: entre os papéis de mãe, esposa e trabalhadora. **Educação Unisinos**, v. 14, n.1, p. 59-65, jan./abr. 2010.
- JOSSO, Marie-Chirstine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2010.
- MOITA, Maria da Conceição. Percursos de formação e de trans-formação. In: NÓVOA, Antônio. **Vidas de professores**. Portugal: Porto. Portugal, 1995.
- RICOUER, Paul. **O si mesmo como um outro**. Campinas :Papirus,1991
- SCHWARTZ, Yves. A experiência é formadora? **Educação e Realidade**, v. 5, n. 1, p. 35-48, jan./abr. 2010
- SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara; CORTEZ, Maria Cecília; CHRISTINO, de Souza; BUENO, Belmira Oliveira. Memória e autobiografia: formação de mulheres e formação de professoras. **Revista Brasileira de Educação**, n. 2, mai./jun./jul./ago. 1997.



ISBN 978-85-7843-857-9

